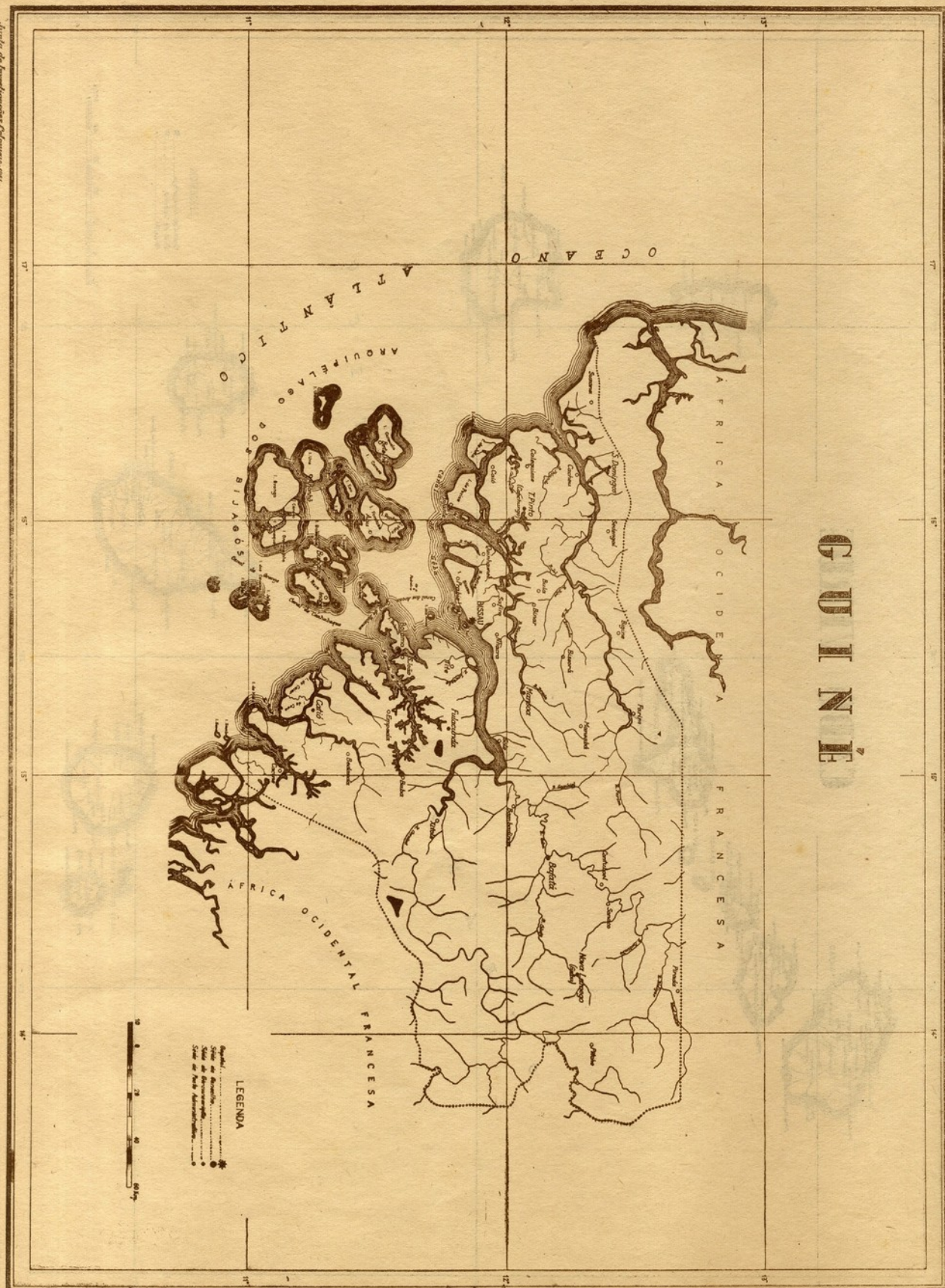
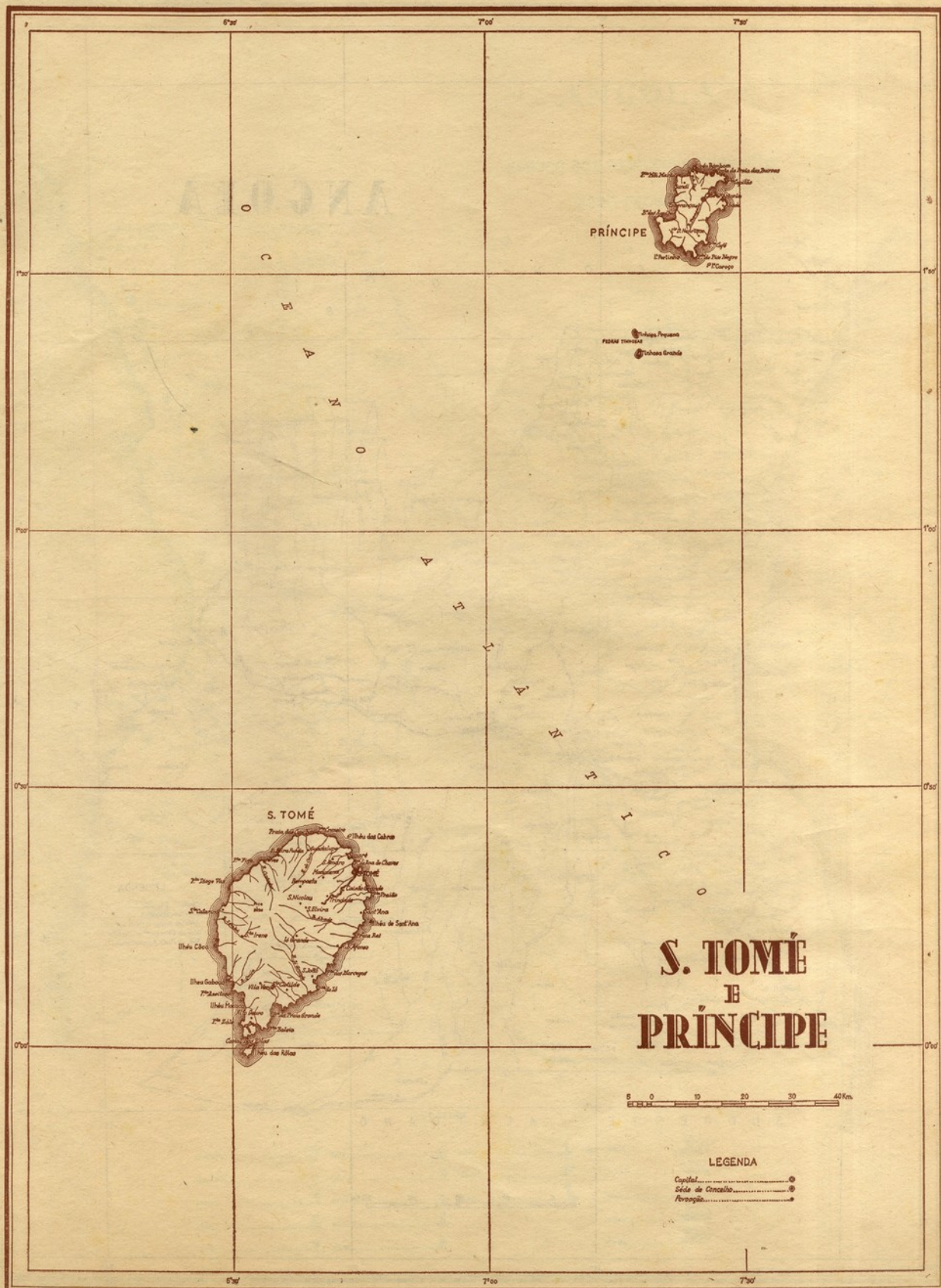
DIÁRIO POPULAR
Dedicado ao Ultramar Português

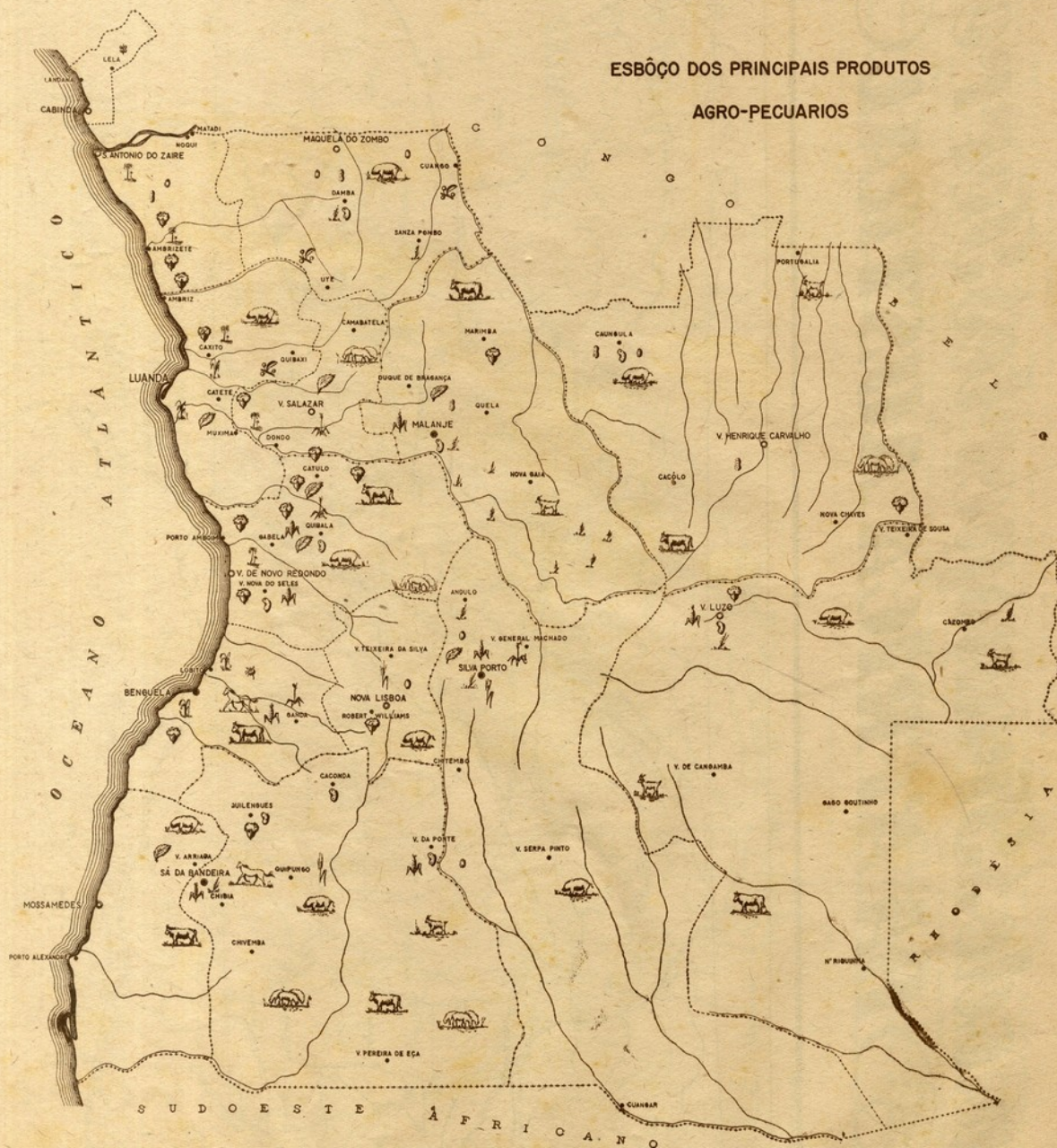
Luanda
INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS
NEOGRAVURA, LDA. — LISBOA

ULTRAMAR

OCEANO
ATLÂNTICO
ARQUIPÉLAGO DOS BIJAGÓS
GUINÉ
ÁFRICA OCIDENTAL FRANCESA
ÁFRICA OCIDENTAL FRANCESA
BISSAU
LEGENDA

S. TOMÉ

PORTUGUÊS

Junta de Investigações Coloniais - 1951

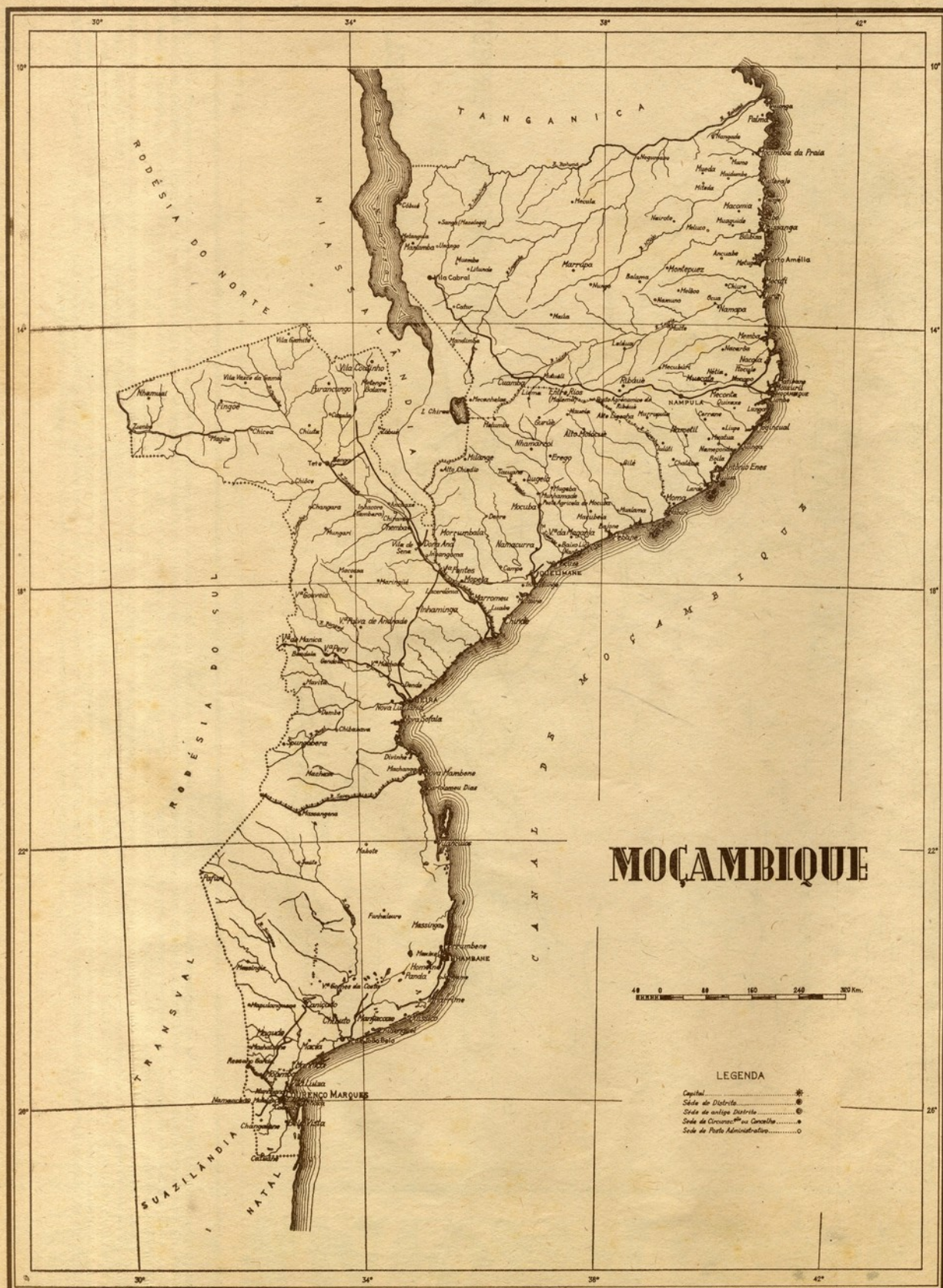
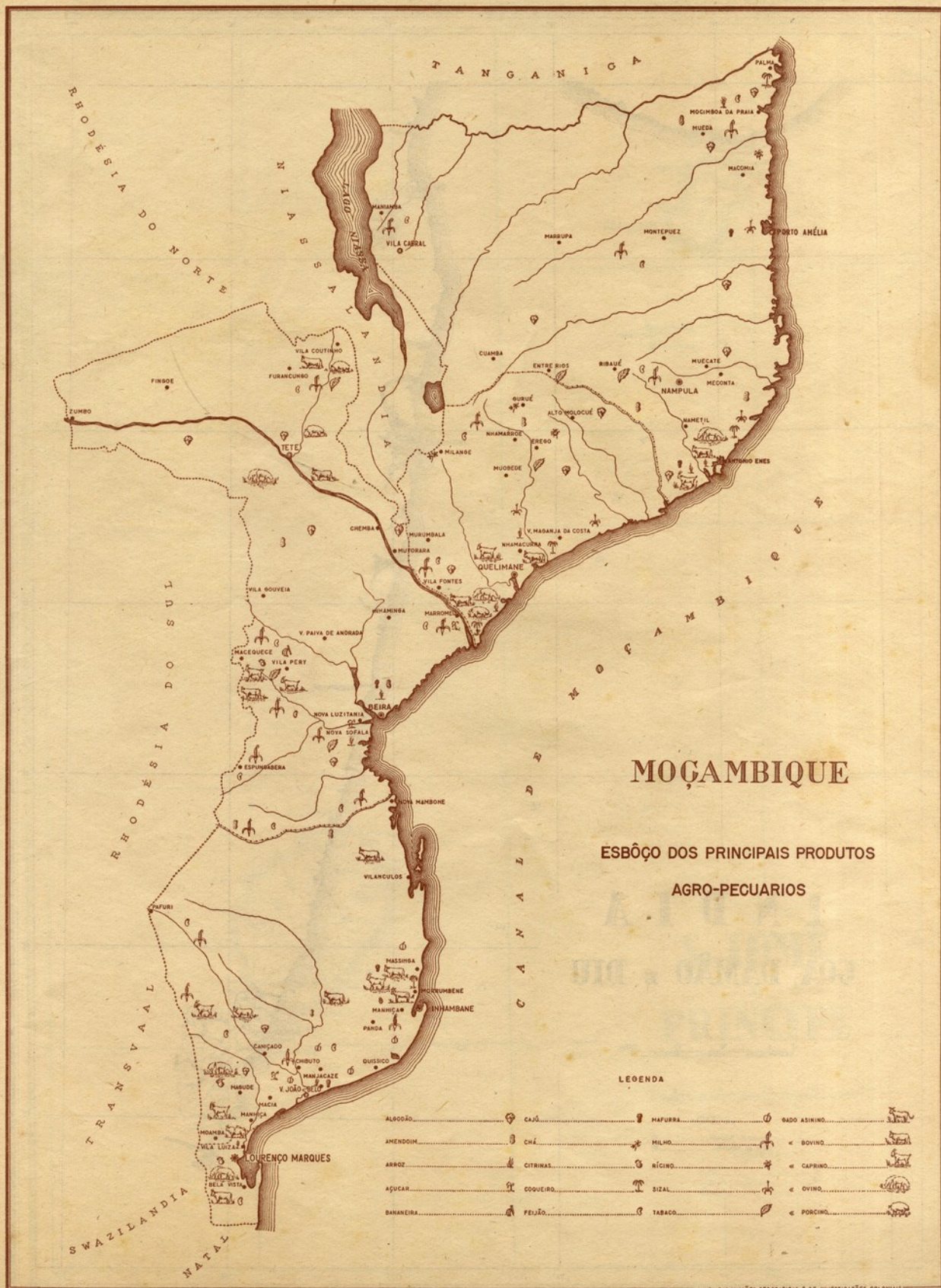
ANGOLA

Junta de Investigações Coloniais - 1951

Com este mapa pretende-se apenas dar uma ideia de quais são os principais produtos agrícolas e pecuários e da distribuição dos respectivos centros produtores na província de Angola, sem quaisquer relações com os valores da produção. Nota-se, sobretudo, que é para o litoral que se avoluma a produção, devido a maior densidade da população, podendo avaliar-se as possibilidades económicas que, neste campo, Angola nos oferece. Os símbolos indicam, aproximadamente, os centros produtores

Mapa dos Transportes Terrestres
DA ÁFRICA AUSTRAL

Neste mapa salientam-se as principais redes de transportes terrestres, particularmente a dos caminhos de ferro, unindo os países da África austral, onde estão situadas as províncias ultramarinas portuguesas ***de Angola e Moçambique.*** *Em Angola destaca-se a linha do caminho de ferro unindo Luanda a Malange, onde encontra a estrada que une Leopoldville, no Congo Belga, com Pretória e Lourenço Marques, depois de atravessar boa parte do território angolano. Mais importante e mais extenso, porém, é o caminho de ferro de Benguela, que atravessa Angola de oeste para leste, ligando todo o interior planáltico com o mar, em Benguela e no Lobito, e com os países limítrofes, Congo Belga, Rodésia do Norte e Rodésia do Sul. Esta linha estabelece também a ligação terrestre com Moçambique, através dos caminhos de ferro do Congo Belga e das Rodésias, para o porto da Beira, ou daqueles e dos de Bechuanalândia e Transval, para o porto de Lourenço Marques. A sul existe ainda o caminho de ferro que une Moçamedes com o planalto e que já ultrapassou de muitos quilómetros Sá da Bandeira, o que não está representado. Finalmente, existe ainda o caminho de ferro do Amboim, unindo este com a Gabela, e servindo a importante região do café. Em Moçambique temos, ao sul, uma linha de caminho de ferro unindo Lourenço Marques ao Transval, outra que vai até Goba, na fronteira com a Suazilândia, e que serve o vale do Umbeluzi; outra servindo o vale do Limpopo, pelo Guijá; e outra, que chega só até Vila Luísa (Marracuene), servindo parte da foz do Rio Incomati. Mais ao norte existe uma pequena linha, de bitola reduzida, unindo Vila de João Belo com o Chicomo e com as florestas da região de Panda; e uma outra, também de bitola reduzida, unindo Inhambane a Inharrime. Da Beira partem as linhas de caminho de ferro que unem este porto com a Rodésia do Sul e com a Niassalândia; de Quelimane parte uma linha de caminho de ferro de penetração até Mocuba, ligando o «hinterland» com o mar; e do Lumbo parte outra linha, servindo o «hinterland» de Nampula, que se estende para além de Malema, por um lado, e até ao porto de Nacala, por outro. Quanto ás estradas, assinaladas a traço negro, cheio, sómente se indicaram as principais e com utilização assegurada durante todo o ano*

MOÇAMBIQUE

MOÇAMBIQUE
TANGANICA
RODÉSIA DO NORTE
NIASSALÂNDIA
RODÉSIA DO SUL
TRANSVAAL
SUAZILÂNDIA
NATAL
CANAL DE MOÇAMBIQUE
NAMPULA
QUELIMANE
BEIRA
INHAMBANE
LOURENÇO MARQUES
LEGENDA
Junta de Investigações Coloniais-1951

MOÇAMBIQUE

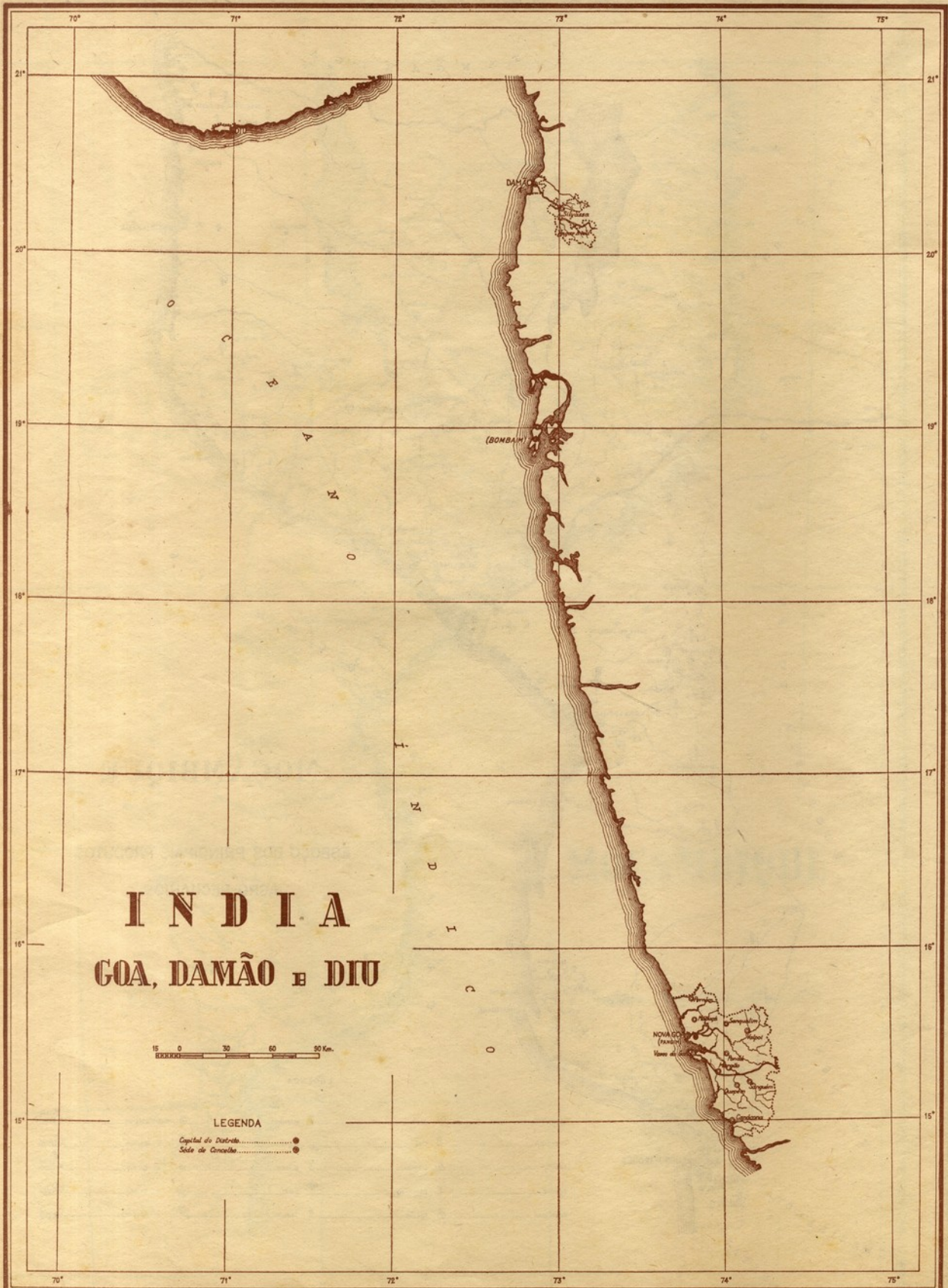
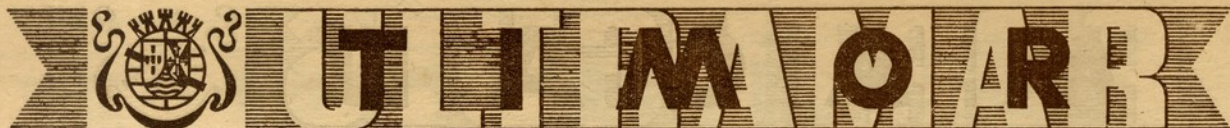
Neste mapa da província de Moçambique procurou-se apresentar, em esquema, a distribuição dos seus principais produtos agrícolas e pecuários, sem qualquer ideia de sugerir uma possível escala de valores ou de quantidades. A localização dos símbolos, que é apenas aproximada, indica os principais centros produtores, quer as produções sejam de europeus quer de indígenas, e dá-nos também uma ideia da importancia da intensificação do fomento agro-pecuário não só nas diferentes regiões em exploração mais intensiva, como nas outras que o não são tanto, mas com grandes possibilidades

ULTRAMAR

Junta de Investigações Coloniais - 1951

MACAU

MACAU
CHINA
ILHA CHA-UAN-SAN
ILHA PATERA
OU
ILHA DA LAPA
ILHA MACARIRA
OU
D. JOÃO
ILHA TAI-VONG-CAM
OU DA
MONTANHA
RIO DE OESTE
ILHA DA TAIPA
Pedra d'Araca
LEGENDA
CAPITAL
Séde de Concelho
Freguesia
Povoação
113°25'
30'
35'
40'
20'
15'
10'
5'
22°
Junta de Investigações Coloniais - 1951

O JORNAL DA TARDE DE MAIOR TIRAGEM E EXPANSÃO

ANO X · 1951 · 3251 · PREÇO $80

DIÁRIO POPULAR

LISBOA · Sábado · 20 · Outubro

Director: LUIS FORJAZ TRIGUEIROS

Editor: B. Pinheiro de Oliveira — Pr riedade da Sociedade Industrial de Imprensa — Redacção, Administração e Oficinas: Rua Luz Soriano, 67 — Telefones: 2 9201/2/3 — Telegramas: «Popular»

«Nós somos filhos e agentes de uma civilização milenária que tem vindo a elevar e converter os povos á concepção superior da própria vida, a fazer homens pelo domínio do espírito sobre a matéria, pelo domínio da razão sobre os instintos»

SALAZAR

O POVOAMENTO DA AFRICA PORTUGUESA

PELO COMANDANTE
SARMENTO RODRIGUES
MINISTRO DO ULTRAMAR

NA ordem do dia dos problemas fundamentais da Europa, a Africa é sempre posta em equação. O fenómeno não tem novidade, porque no fundo não é mais do que uma repetição. Muitas outras vezes se tem assistido a interesse semelhante, por uma ou por outra razão.

De uma maneira geral, tem-se trazido para as mesas de conferências a questão de civilizar os povos atrasados — e, paralelamente, o de comerciar com eles. Procurou-se, há séculos atrás, ganhar não só riqueza, como também poderio ou prestigio. Por isso casos houve em que o entusiasmo de algumas potências pela Africa se desvaneceu com o findar de certas querelas na Europa.

Em suma, nem todos os povos europeus se interessaram pelos problemas africanos e alguns deles apenas o fizeram episodicamente.

Connosco, o caso foi diferente. A Africa para nós é a vida e fez parte, com o Brasil, o Oriente e as Descobertas, da nossa razão de ser. Nós nunca fomos, como não vamos, descobrir o interesse da Africa nas discussões de um congresso. Desde os primeiros dias da nossa independência que a trabalhamos, a desbravamos, a povoamos. Mesmo nos tempos em que os homens não chegavam na Metrópole para guarnecer os navios e cultivar os campos, os portugueses foram tenazmente, estoicamente, semeando vidas por todos os sertões, cimentando os alicerces das novas províncias portuguesas. E esse cuidado nunca esmoreceu nem teve interrupções. Fustigados por adversidades que nos assolaram no velho lar lusitano, com seus reflexos no além-mar, os portugueses nunca perderam o sentido da sua existência, nem afrouxaram nos cuidados de defender e povoar as terras ultramarinas. A Africa é o passado, o presente e o futuro. E' a missão histórica de civilizar, é a vocação missionária, é o direito á vida.

De modo que entre nós o interesse por ela não é novidade: a Africa Portuguesa é terra portuguesa quase tão antiga como muitas províncias metropolitanas.

Sem duvida que os tempos modernos têm permitido a aplicação de mais generosos recursos

(Continua na pág. seguinte)

O titular da pasta do Ultramar, comandante Sarmento Rodrigues, em visita a uma morança balanta quando desempenhava o cargo de governador da Guiné

UMA JANELA SOBRE O FUTURO

AO entrar no décimo ano de vida, o «Diário Popular» publica um numero extraordinário dedicado ao Império Ultramarino português e inicia, com ele, o envio para esses vastos e distantes territórios pátrios, tão regularmente quanto as linhas aéreas em funcionamento o permitam, da sua edição normal.

Tem já uma tradição, na existência relativamente curta deste jornal, a sua firme atenção aos problemas do Ultramar. A página que lhe dedicamos periodicamente, os numerosos artigos e estudos assinados por antigos Ministros e outros nomes do maior relevo na cultura, na ciência, na investigacão e na administração ultramarinas, o patrocínio que demos em princípio á tentativa que foi a «Feira Flutuante» de 1949, o numero que nesse ano dedicámos ás províncias de Angola e de Moçambique e se pode considerar como que o prefácio deste suplemento mais ambicioso de hoje — são testemunhos, entre tantos, de uma preocupação constante que está viva na raiz do sentido nacional de comunidade portuguesa nas sete partidas do Mundo, e que é timbre do «Diário Popular». Os nossos leitores sabem que, jornal da tarde em Lisboa, nunca distinguimos entre portugueses da Metrópole e do Ultramar.

O tempo só nos tem dado razão, dentro e fora do quadro português. A precipitação dos acontecimentos mundiais, as circunstancias da política norte-americana sujeita ás contingências da sua própria condição, o excesso populacional de alguns países, e não apenas do nosso e, ainda, a necessidade de alargar a novos campos de acção os limitados horizontes da vida individual e até dos povos, colectivamente, tudo isso tem contribuído para dar, nos últimos anos, áquilo a que poderemos chamar a «potencialidade» africana, uma perspectiva que, decerto, já tinha mas não se apresentava com tanta evidência.

Portugal não foi na esteira de alheios pensamentos nem ao sabor de modas ocasionais. A sua posição marcou-a cedo, justificada, como é, por um longo passado de experiência: melhor, uma autêntica vocação universalista que lhe deu a Africa, o levou á Ásia e o fixou no Brasil. Vocação que nos levou tão longe que nos deixou ficar — mesmo onde já não estamos. E na asserção não há fácil imagem literá-

(Continua na pág. seguinte)

PORTUGAL O MESMO MAS A AFRICA DIFERENTE

Pelo Dr. ÁGUEDO DE OLIVEIRA
MINISTRO DAS FINANÇAS

O Ultramar africano foi para nós durante séculos o território da glória e dos exploradores. Descobria-se e colonizava-se; esta ultima palavra emprega-se no sentido e medida do seu conceito tradicional.

As Crónicas e «Relações» deslumbram-se com a grandiosidade da terra africana, chocam-se com a novidade das paisagens e dos bárbaros costumes, registam os dramas e massacres do sertão traiçoeiro ou inóspito.

Os viajantes e exploradores, esses levam-nos embarcados com rumo não só ao desconhecido mas á aventura, á procura dos contrastes insuspeitos, das violências crueis dos homens de cor e da acção corrosiva do tempo. Sacrifícios inarráveis, crueldades sem conta fazem o rosário de amarguras do viajante inesperado ou da sua sombra.

Capelo e Ivens, Serpa Pinto, D. José de Lacerda, á procura da novidade que maravilhe, trazem até nós as observações do cientista, do conhecedor dos segredos naturais da criação e da geofísica, coleccionando observações sobre a idolatria, os dialectos, os hábitos surpreendentes das raças, rodeados de rápi-

(Continua na pág. seguinte)

O Ministro das Finanças, durante a recente viagem ao Ultramar, passa em revista a «M. P.» de S. Tomé, acompanhado pelo governador da Província, tenente-coronel Carlos Gorgulho

Eng. A. Trigo de Morais, Subsecretário de Estado do Ultramar

PROBLEMAS COMUNS A TODO O MUNDO PORTUGUÊS

APRECIADOS PELO MINISTRO DA ECONOMIA

SÃO cada vez mais estreitas as relações sociais, culturais e economicas entre a Metrópole e as Províncias Ultramarinas. A circulação das pessoas, das ideias e das coisas aumenta dia a dia de intensidade.

Não podíamos, por isso, neste numero extraordinário do nosso jornal, dedicado ao Ultramar, deixar de ouvir o Sr. Ministro da Economia. O Dr. Ulisses Cortês tem posto a sua inteligência, a sua compreensão dos problemas e a sua esclarecida vontade ao serviço do País, resolvendo alguns dos mais importante assuntos da sua pasta com uma visão verdadeiramente nacional. Procurámos aquele membro do Governo no seu gabinete de trabalho, a fim de o ouvirmos sobre alguns dos problemas económicos comuns da Nação

O Ministro da Economia começou por nos dizer:

— Tenho muito gosto em cooperar, por esta forma, no numero especial do «Diário Popular».

«Fazendo-o, desejo, de certo modo, manifestar o meu apreço pela iniciativa da publicação bi-semanal de números destinados especialmente ao Ultramar, que considero digna do maior aplauso».

E acrescentou:

— A colaboração dos Ministé- do Ultramar e da Economia tem de ser funcional e permanente.

«O bom e constante entendimento entre esses dois grandes Departamentos do Estado tem mesmo uma clara base constitucional.

«O actual Ministro do Ultramar, Comandante Sarmento Rodrigues, com a sua larga experiencia da governação ultramari-

(Continua na 3.ª pág.)

O Ministro da Economia fala ao «Diário Popular»

A IRRIGAÇÃO DO VALE DO LIMPOPO

Pelo Eng.º A. TRIGO DE MORAIS
Subsecretário de Estado do Ultramar

O rio Limpopo pertence ao sistema hidrográfico da vertente oriental do continente africano. Nasce no Transval a 1.500 metros de altitude, da junção dos rios Marico e Crocodilo, a oeste de Joanesburgo, e entra no Indico junto da Vila João Belo depois de percorrer em território de Moçambique 450 quilómetros dos 1.300 do seu desenvolvimento total.

E' grande a bacia hidrográfica do Limpopo; uns 450.000 quilómetros quadrados, dos quais só cerca de 19% ficam adentro das fronteiras de Moçambique. Mesmo assim ainda são 85.500 quilómetros quadrados.

Vem de há muito a aspiração de serem exploradas com culturas de regadio as terras do Vale do Limpopo.

Pertence porém ao actual e ilustre Ministro do Ultramar, sr. comandante Sarmento Rodrigues, um dos passos decisivos para a realização desta obra, a aprovação do respec-

(Continua na 11.ª pág.)

ULTRAMAR

O POVOAMENTO DA ÁFRICA PORTUGUESA

(Continuação da pág.ª anterior)

em homens e materiais e, por essa razão, se nos apresentam as províncias africanas num ambiente de grande agitação progressiva. E' assim, mas nem por isso poderemos esquecer o trabalho gigantesco dos pioneiros que, sózinhos, aguentaram firmes e, com a mais rasgada visão e os maiores sacrifícios, lançaram durante séculos as sólidas bases em que pode assentar com segurança a obra, sem duvida notável, que hoje se está erguendo.

Os tempos agora facultam-nos, de facto, recursos maiores. Temos, sobretudo, gente abundante para povoar a Africa, gente que parece exceder as possibilidades de sua utilização na Metrópole, gente que é possível e conveniente deslocar para o Ultramar.

Por outro lado a Africa precisa dela. Simplesmente, a sua transferência não se pode fazer sem préviamente se prepararem as condições mínimas indispensáveis para se evitarem fracassos e desastres.

Os que vão da Metrópole e seus descendentes são ainda em Africa elementos civilizadores e nacionalizadores. Enquanto todos os povos primitivos do nosso Ultramar não forem elevados á condição de civilizados, temos que considerar o europeu um mestre e paradigma, em presença de indígenas. Isto não quer dizer que se arvore em senhor ou se revista de soberba e autoridade. Se muitas vezes há-de actuar como chefe, outras estará lado a lado com o nativo, na sua profissão, servindo-lhe de exemplo e modelo. Em qualquer caso, o português da Metrópole não pode esquecer a sua missão civilizadora. E' como se todos formassem os quadros dirigentes da massa indígena.

No entanto, vai sendo tempo de povoar em maior densidade as provincias de Africa. São boas razões para isso o excesso demográfico metropolitano, as necessidades de defesa e aproveitamento de todos os recursos dos territórios, a escassez da população indígena, as melhores condições de vida que permitem a instalação e o trabalho de europeus. Estes deverão, portanto, alargar a sua esfera de acção, sem diminuir as suas responsabilidades sociais. Em vez de trabalhar separadamente, passarão a actuar em grupos, em aldeias, em comunidades, em profissões, enquadrando assim, mas em mais larga escala, o resto da população nativa.

Nada de novo na terra, como nada de novo na colonização portuguesa. As experiências temo-las feitas. Em Angola estão á vista nucleos de colonização étnica, vivendo nos planaltos do sul. Outros se lhe seguirão deliberadamente, em breve, conforme estudos e trabalhos que decorrem. E a outros, ainda, em mais larga escala, em Moçambique e Angola, fruto de planos elaborados que seguem seu curso sem limitações, há-de chegar também o seu tempo.

Mas seria injustiça esquecer, quanto a povoamento, o que se tem realizado nos ultimos anos. Qualquer que fosse a resistência encontrada, quaisquer que sejam as dificuldades vencidas, quaisquer que tenham sido as desilusões sofridas, há que reconhecer que muito se tem acrescentado a população de origem metropolitana no Ultramar facilitando o transporte e estabelecimento dos que, por tenacidade, por sorte e meios vários, lá têm obtido colocação — na agricultura, na pesca, na industria, nas profissões liberais, no funcionalismo — fruto do progresso dos territórios, dos trabalhos e obras de fomento oficiais e particulares; povoamento feito á medida natural das exigências, sem planos específicos dos homens, mas consequência lógica e natural da vida e do esforço português no Ultramar.

SARMENTO RODRIGUES

PORTUGAL O MESMO MAS A ÁFRICA DIFERENTE

(Continuação da pág.ª anterior)

dos e cataratas, de serras e chanas, de matas e capim, onde se dissolvem as fadigas incríveis dos missionários, ensinando a lei de Deus nas alturas!

O cinema e as fotografias dão-nos ainda as sucessivas imagens de uma Africa tisnada, consumida numa manhã de Julho, onde o calor tórrido apaga os contornos e obscurece os tons.

Entretanto o homem branco, nestes cenários de inferno, assenta e permanece, esquece até a sua terra natal e mostra não ter pressa de regressar.

Porquê?

A resposta não vem prontamente e por isso se fala na magia portentosa de S. Tomé e Angola, ou melhor, aquilo se explica tudo pelo «sortilégio» da terra africana.

Há uma magia negra e o branco ficou enfeitiçado!!

Mas os tempos agora são outros — e o Ultramar africano para os homens de hoje é um espelho que reflecte, á sua maneira, o jeito e as coisas portuguesas.

E' o país prolongamento de Portugal vivo que o Destino pôs em frente do nosso engenho e da nossa capacidade de trabalho como permanente desafio.

Assim continua, quando não repete a Pátria em novo mas a Africa vem a ser reconhecidamente diferente.

Primeiro a luz parece diferente, uma luz que não se descreve mas que emacia os detalhes, sem contudo deixar de reverberar e ferir. Depois a terra desolada e a savana alternam com as florestas crassas ou as faixas de Terra Prometida. Aqui os ossos do globo descarnados com a erosão impõem uma negativa, em contraste com as riquezas imensas do subsolo e da industria além com imensidade positiva de valores. Os perfumes da terra, das flores, dos campos estonteiam mas têm o quê de áspero e desconhecido.

As gentes escuras e singulares são sobremaneira suportáveis, polidas e prontas ao serviço comum — que, nalguns casos, poderiam dar lições na Europa!

Cidades há que despontam palpitantes, estuantes de seiva, estendem-se por longe, quando os casais e fazendas espreguiçam á maneira de Entre-Douro e Minho, na sua linda pachorra tropical.

Que diferente a Africa portuguesa do que relatam, escrevem, apontam, observam e fotografam!

E' neste cenário duplo de epopeia e de drama que trabalham alguns portugueses dos melhores que temos e muitos ou quase todos dos que foram bons sempre entre nós.

Dois admiráveis exemplos do naturalismo na arte de Benim

Os «Chevrolets», os «Dodges», os «Fords» serpeiam a cem á hora, ressaltando, nas pistas avermelhadas de barro batido.

Comboios modestos como os de Viseu e Bragança, embora dotados de magníficas carruagens, fogem para o interior ou despejam nos cais milhares de contos de manganésio e de outros bens fortemente remunerados.

Belos edifícios e esplêndidas vivendas alçam-se a cada hora.

Cedo deitar e cedo erguer, trabalho sem parar consubstanciam a formosa lei da vida daqueles lugares, que não há furo nem possibilidades para os desempregados de profissão e os «fainéants» das nossas artérias elegantes.

Temos assim, uma Africa diferente, um mesmo Portugal para os portugueses de sempre, exploradores, fura-vidas, que se desembaraçam por si.

Ali tudo é livre e oferecido quase livremente á iniciativa livre. Não quero dizer que falte lugar a uma planificação de recursos e de obras essenciais ou a uma coordenação superior das actividades publicas, semi-publicas e privadas.

Não! Quero simplesmente significar que o homem se verá sobretudo entregue a si mesmo e só de Deus, no ilimitado território, deverá fiar o seu destino e a ninguém poderá endossar os seus erros. Tem que contar sobretudo consigo.

Assim era mentira — colossal mentira! — que estivéssemos completamente atrasados e aferrados apenas aos nossos direitos históricos. Somos ainda os primeiros e como tal nos temos conservado sem embargo de expoliados e discutidos.

Nenhuma duvida pode haver sobre a ocupação efectiva levada a cabo pela conquista do coração do indígena — pela paz, pela ordem, pela solidariedade que os viandantes podem testemunhar.

A qualquer hora do dia ou da noite, o viandante transviado ou em dificuldades pode bater á porta de uma cubata ou recorrer ao primeiro aldeamento que só receberá auxilio e compreensão.

O nosso fluxo humano de trasmontanos, beirões, madeirenses, etc., deu as suas provas no esforço e no desenvolvimento da produção e bem-estar geral.

Os capitais estrangeiros vão descendo na escala relativa. As dívidas publicas e particulares pouco afligem, os resultados da industria e do trabalho asseguram economias entradas e possibilidades sem conta no mercado mundial.

Ali, pois, tudo é novo e diferente e aguarda novos esforços criadores do homem, do português de sempre, para que continuando a obra dos seus maiores deixe também o cunho magnifico das actuais gerações.

Os princípios e obras da Revolução Nacional vi-os florescendo, revelando comunicabilidade espiritual perfeita com a Metrópole e uma conformidade magnífica destas possíveis graduações da alma colectiva. Os objectivos e aspectos novos revelados pela adaptação dos princípios ao «clima» local e pelas formosíssimas obras e trabalhos publicos ali empreendidos contêm dupla lição. Servem para melhorar reciprocamente o que está mas dizem-nos, principalmente, o que podemos ainda fazer, uns e outros.

Os ensinamentos a colher no novo Portugal não têm conta, dirigem-se como afirmação de energia e de força colectiva aos novos que devemos educar e formar no culto, sem chauvinismo, do que temos de melhor e aos quais devemos colocar onde pode ser mais elevada e produtiva a sua tarefa de empreendimento.

A Africa portuguesa é diferente do que rezam os cronistas, quaisquer que tenham sido.

A. AGUEDO DE OLIVEIRA

UMA JANELA ABERTA SOBRE O FUTURO

(Continuação da pág.ª anterior)

ria... Provam-no remotas cidades ou vilas do interior brasileiro, confirmam-no os castelos portugueses da Abissínia ou as nossas muralhas do Norte de África, lembram-no as palavras portuguesas que enriquecem o léxico idiomático japonês e para todo o sempre o prendem ao nosso caminhar no tempo...

A verdade é que, muito antes das horas inquietas que vivemos e em que os povos europeus, cansados de si mesmos, começam a ver no continente africano o natural prolongamento da sua própria vida, muito antes disso, já havíamos marcado, no rastro indelevel da História, o sulco dos nossos passos. E, decerto, surpreende como o fizemos, profunda e efectivamente, não apenas em realizações exteriores, materiais, mas também em fecunda presença espiritual, dispondo dos recursos limitados que estão ao alcance de uma pequena Nação.

Se antes de outros o havíamos feito — todas as companhas e expedições da ocupação, neste segundo quartel do século dezanove, são páginas de epopeia — não há duvida de que, nos ultimos anos, a ideia do Ultramar, na sua transição dos espíritos para a letra da lei, começou a tomar forma, a corporizar-se e a passar, do domínio estreito das teorias, para outro plano de tão maior importancia: o de ser, acima de tudo, uma consciência. Não o fora — e não valera a pena. E' que a unificação jurídica e espiritual da Metrópole e do Ultramar só seria profunda — e foi-o — quando assentasse numa consciência. E, assim, o «Acto Colonial», as visitas do Chefe do Estado e Ministros das Colónias ás províncias ultramarinas, desviando do Terreiro do Paço para o coração do Império a legislação, e dando-lhe dessa forma uma base indispensável de conhecimento, a publicação de uma extensa bibliografia sobre temas ultramarinos, a realização de Exposições em Portugal e no estrangeiro, foram capítulos primordiais da intensa acção necessária na economia, no fomento, na política indígena, na cultura. Facto culminante dessa acção foi, sem duvida, a integração, há meses, no título VII da actual Constituição, do próprio texto do Acto Colonial.

O Ultramar terá compreendido que a progressiva civilização dos nativos e a evolução das suas condições sociais e económicas serão mais fáceis e de realização mais ampla, na medida em que não haja divórcio, entre eles e a Metrópole. Mas não se deixou de garantir ás províncias ultramarinas «a descentralização administrativa e a autonomia financeira compatíveis com a Constituição e com o seu estado de desenvolvimento e recursos próprios».

Na viragem histórica que vivemos, o «Diário Popular» entende, com este numero extraordinário de hoje, contribuir na medida das suas possibilidades para a obra de divulgação ultramarina que se está desenvolvendo. Não fizemos obra empírica, arbitrária, ao sabor de quaisquer circunstancias alheias á orientação jornalística, cultural e científica que a determinou. Pelo contrário: este suplemento ao «Diário Popular» obedece a um pensamento e a uma estrutura. Quisemos que fosse um repositório vivo do Ultramar português e que nele figurassem — como é próprio de um grande jornal moderno que muito preza essa sua condição — se não todos, pelo menos o maior numero possível de temas da actualidade ultramarina. Não excluímos também as grandes perspectivas do fomento, da investigação, da vida espiritual e económica e do progresso crescente das nossas províncias mais distantes, de modo a que pudesse ser, de certa maneira, uma janela aberta sobre o Futuro. E, assim, através destas páginas, é Portugal que continua.

Um aspecto da fortaleza de S. Miguel

PORTUGUÊS

UMA ENTREVISTA OPORTUNA

A METRÓPOLE É O MELHOR

MAIS NORMAL E ESTÁVEL MERCADO DO ULTRAMAR

DO QUAL É SIMULTANEAMENTE

UMA BOA FONTE DE APROVISIONAMENTO

—AFIRMOU O DR. ULISSES CORTÊS

Guerreiro português representado num bronze de Benim

(Continuação da 1.ª pág.)

na—onde tão notàvelmente afirmou o seu nome — está dando ao seu Ministério uma orientação construtiva, dentro de uma criteriosa e ampla concepção dos problemas. Acompanha-o o Subsecretário de Estado, eng. Trigo de Morais, que é simultâneamente um realizador dinamico e um dos nossos técnicos mais eminentes.

«Ambos tornaram possível uma colaboração que muito tem facilitado a tarefa deste Ministério, permitindo resolver os problemas num ambiente de entendimento e cooperação que constitui exemplo a seguir em tudo o que diga respeito às relações da Metrópole com o Ultramar.

Posição do intercambio económico Metrópole-Provincias Ultramarinas no conjunto do comércio especial português

— Pode V. Ex.ª fornecer-nos alguns elementos sobre a importancia dessas relações, sob o ponto de vista económico?

— Evidentemente. Antes da guerra mundial no quinquénio 1934-38, importaram-se, em média 220.400 contos por ano de mercadorias ultramarinas e exportaram-se 122.000 contos. A tonelagem situava-se na ordem das 200.000 toneladas. Nos cinco anos que decorreram entre 1946 e 1950 importaram-se, em média, 1.020.000 contos e exportaram-se 1.162.000 contos. A tonelagem passou para a casa das 300.000 toneladas. E mesmo descontando as avultadas e excepcionais importações de milho angolano — em 1950 alcançaram 123.661 toneladas, contra 23.513 em 1938 — ainda se regista um acréscimo nas quantidades, da ordem dos 50%.

— E em relação ao conjunto do comércio especial português, tem-se elevado a posição do intercambio Metrópole-Provincias Ultramarinas?

— Sensivelmente. Antes da guerra as importações do Ultramar representavam, em valores, 10% do total importado, e as exportações para os territórios de alem-mar 12% do valor global da exportação. Actualmente, as compras sobem a 16% e as vendas a 20% do conjunto. Como vê, acentua-se a tendencia para um mais intenso tráfico de mercadorias dentro da Comunidade Lusitana.

— As vantagens dessas correntes mercantis não são, decerto, unilaterais — comentamos. O Sr. Ministro da Economia esclarece prontamente:

— Muito se tem falado e escrito, cá e lá, acerca desse aspecto do problema. E' preciso, porém, ver as coisas como elas são, desapaixonadamente. A Metrópole tem no Ultramar um reservatório de certas matérias-primas e de alguns produtos alimentares. Mas há que reconhecer terem as Provincias Ultramarinas na Metrópole o seu melhor, mais normal e estável mercado. Em tempo de normalidade económica e nos periodos não perturbados por motivos extra-económicos — que têm sido os mais longos — é na Metrópole que as Provincias Ultramarinas conseguem colocar os seus produtos a preços superiores aos do mercado internacional, com sacrificio dos consumidores continentais e insulares, dentro do grande principio da solidariedade.

«Esses tempos não vão longe, mas parece que, por vezes, se têm esquecido depressa.

«Por outro lado, o Ultramar constitui um excelente mercado para os produtos da economia metropolitana, que é tambem — sublinhe-se — uma boa fonte de aprovisionamento das Provincias Ultramarinas em diversos artigos e géneros importantes.

Os vinhos e os tecidos de algodão são exportações metropolitanas do maior interesse no intercambio imperial

— Pode indicar-nos algumas das exportações metropolitanas de maior interesse no intercambio imperial?

— Avultam, entre elas, a dos vinhos e a dos tecidos de algodão. A produção vinícola é das nossas raras produções excedentárias, e para ela o mercado ultramarino representa um valor inestimável. Com vantagens mutuas para as economias sociais da Metrópole e do Ultramar, importa fomentar essa corrente exportadora, tanto mais que, por várias razões, se vão contraindo os mercados consumidores externos e avolumando as produções exóticas. Antes da guerra, em 1938, num total de exportação de vinhos de 838,137 hectolitros, no valor de 233.156 contos, as Provincias Ultramarinas consumiram 20.020 hectolitros com o valor de 32.000 contos. Em 1950, num total de 1.008.602 hectolitros, no valor de 562.116 contos, o Ultramar adquiriu 53.104 hectolitros, representando 129.194 contos, ou seja 23% do valor total exportado.

«Por estes numeros se vê a importancia crescente destas trocas que, de futuro, podem aumentar, em virtude da maior densidade económica dos mercados ultramarinos. As populações indigenas africanas só podem ganhar, do ponto de vista higiénico e sanitário, com o consumo do vinho, pois deixarão, a pouco e pouco, de recorrer às perigosas bebidas gentílicas. E' claro que se impõe, neste capítulo, garantir a boa qualidade do vinho e a modicidade dos preços — condição fundamental da moralidade dos negócios e do alargamento do consumo.

— E quanto aos tecidos, não é o Ultramar um bom escoadouro da produção da Metrópole?

— Sem duvida. A par da extensão das vendas no mercado interno, o mercado ultramarino constitui a melhor saída para a produção metropolitana de tecidos. A despeito de ocasionais e temporárias vendas para certos países, sobretudo da União Francesa, o mercado interno e o do Ultramar representam o normal escoamento de uma produção cuja capacidade fabril vai já para cima das 40.000 toneladas anuais.

«Todavia, além destes produtos dominantes, a agricultura, a industria e o comércio metropolitanos podem e devem intensificar as suas trocas com o ultramar, e diversificá-las progressivamente, evitando-se, assim, a excessiva concentração de produtos.

A garantia de um preço justo ao produtor indígena e a eliminação de certos factores parasitários devem permitir a reintensificação da cultura algodoeira

— A Metrópole tambem é importante mercado dos produtos ultramarinos...

— Ao Ultramar vamos buscar, especialmente, como disse, matérias-primas e produtos alimentares. Entre aquelas, salientam-se o algodão e outras fibras vegetais e as oleaginosas. As recentes providencias tomadas pelo Sr. Ministro do Ultramar, com a colaboração e a activa concordancia deste Ministério, devem permitir que se reintensifique a cultura algodoeira. A garantia de um preço justo ao produtor indígena, a eliminação do circuito comercial de elementos inúteis e a redução de alguns encargos excessivos permitem encarar, confiadamente, o futuro neste domínio. Também já se deu um passo no caminho da solução do caso das oleaginosas, cujas remessas para a Metrópole têm sido entravadas, com grave prejuizo para o abastecimento publico, em óleos alimentares e industriais.

Vai ser resolvido o problema do açucar

— E o açucar, Sr. Ministro?...

— Esse é um capitulo em que importa agir sem demora. Durante muitos anos, após 1930, época em que um novo sistema legal de fomento foi introduzido pelo Sr. Presidente do Conselho, a produção angolana e moçambicana chegaram, pràticamente, para aprovisionar a Metrópole. Com a guerra, as condições alteraram-se e, mercê de várias causas, as colheitas reduziram-se. O que torna mais grave esse fenómeno é dar-se precisamente quando sobe o consumo metropolitano e ultramarino, ao mesmo tempo que, em virtude de compromissos assumidos, se têm de enviar maiores partidas para territórios vizinhos de Moçambique. Por isso, nos últimos quatro anos tivemos de importar do estrangeiro cerca de 500.000 contos de açucar. O País tem pago muito caro o artificialismo do regime a que a Guerra nos obrigou.

«A questão fundamental é a fixação de um preço estável e remunerador que permita restaurar a rentabilidade das empresas produtoras, e a criação de condições no mercado metropolitano que levem essas empresas a desenvolver e melhorar a produção. O assunto está estudado e em breve se tornará publica a solução adoptada.

A política dos preços e dos contingentes

O Ministro aborda outro assunto:

— E agora vamos falar das críticas feitas à política de preços e contingentes.

— E' possível que haja razão de parte a parte, e algumas vezes, tambem, nenhuma razão — atalhámos.

— A matéria é muito delicada. Frequentemente ao lado dos interesses materiais existem factores de ordem psicológica que complicam lamentàvelmente estas questões.

«Comecemos por situar as coisas no terreno da realidade. As oscilações dos preços dos géneros coloniais, tropicais e subtropicais, nos mercados externos, têm, com frequencia, amplitudes muito grandes, motivadas pelo próprio condicionalismo das produções. O Governo não pode, porem, deixar de combater as incidencias da instabilidade das cotações internacionais no mercado interno, sob pena de se subverter o equilíbrio geral da economia e de se originarem perigosas repercussões sociais na Metrópole e no Ultramar.

«Para além da efemeridade do momento há realidades permanentes que importa não perder de vista. A primeira é a segurança na colocação das produções. Esta, porém, tem de envolver a moderação dos preços e algum sacrifício dos lucros, em particular dos lucros imediatos, que importa subordinar às perspectivas de prosperidade futura e duradoura. E isto tanto é válido para as actividades ultramarinas como metropolitanas.

— Mas são frequentes as recriminações no que toca aos preços de certos contingentes para a ...

— Certamente. A medida, porém, que a situação económica internacional se normalize, o conflito de interesses ir-se-á atenuando e terminará por desaparecer, dando possivelmente lugar a que se ponha o problema em termos inversos, como sucedeu durante muitos anos. Aliás, é preciso recordar que, sendo as vendas distribuídas entre a Metrópole e os países estrangeiros, o que interessa é apurar o preço médio das transacções, calculado na base do valor total. As altas cotações por que se têm vendido ao Estrangeiro alguns desses géneros contingentados elevam, em geral, o preço médio para um nível francamente remunerador. Os arranjos que se forem revendo ou estabelecendo por produtos, têm de obedecer ao critério fundamental de defender, dentro do que for justo, a estabilidade geral dos preços contra os movimentos altistas, puramente ocasionais e perturbadores.

— E os contingentes? — perguntámos:

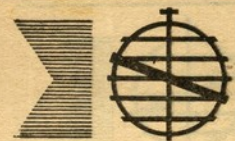
— Tem havido a preocupação de os limitar aos quantitativos estritamente essenciais à cobertura das exigências metropolitanas e de os fixar com oportunidade a fim de que, antes do início de cada campanha, se conheçam com exactidão as condições em que ela há-de desenvolver-se.

«Mas à margem da acção do Estado e dos organismos de coordenação, é altamente de desejar que se estabeleçam melhores e mais compreensivos contactos entre as forças económicas reais das Províncias Ultramarinas e da Metrópole, tentando-se elaborar acordos particulares para períodos de conveniente duração.

E concluiu:

— Não podemos viver em compartimentos estanques. Os problemas interpenetram-se e exigem soluções que tenham em conta o interesse comum de todas as parcelas de Portugal. Esta é a realidade que se nos apresenta. O Governo não pode ignorá-la. Importa-lhe evitar as colisões ou desequilibrios de interesses, disciplinando harmònicamente o conjunto económico nacional. Portugal é um todo que não podemos dissociar. E no ponto de vista económico nunca será de mais acentuá-lo.

«A' unidade corresponde também a solidariedade de todos os territórios portugueses. E é esta unidade na diversidade, esta solidariedade de todos e de cada um, que dinamiza e plasma, num só bloco indivisível, toda a comunidade lusitana.

Estava terminada a entrevista em que, com a sua habitual consciência dos problemas e capacidade de estadista, o sr. Dr. Ulisses Cortez colaborou neste suplemento extraordinário do «Diário Popular». O jornalista felicitou-se pela exposição ampla e directa que ouvira e em que as grandes linhas comuns à economia metropolitana e ultramarina são definidas num alto plano de estudo e de conhecimento profundo das importantes questões suscitadas.

ULTRAMAR

RAIZES HISTÓRICAS

DO ULTRAMAR ATLÂNTICO PORTUGUÊS

Pelo Doutor DAMIÃO PERES
Prof. da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Com certo fundamento se crê remontarem a 1411 as primeiras objectivações do pensamento expansionista português, ao encarar-se então a conveniência de conquistar Ceuta, mas foi quatro anos depois de realizada essa expugnação, isto é, em 1419, que a expansão atlântica de Portugal pròpriamente começou, com a viagem de Gonçalves Zarco e Tristão Teixeira á pequena ilha do Porto Santo, viagem a que se seguiu o início da sua exploração, bem como, desde 1420, o reconhecimento da portentosa vizinha, a Ilha da Madeira. Não representavam estes primeiros feitos um descobrimento no exacto sentido do termo, pois o grupo insular madeirense, embora despovoado, pertencia ao pequeno numero de coisas atlânticas conhecidas da Europa desde o século XIV, havendo mesmo certo fundamento para crer que na ilha do Porto Santo faziam habitualmente escala, nos anos que imediatamente precederam a chegada dos Portugueses, alguns navios de castelhanos que se dirigiam ás Canárias, parte das quais eram por eles dominadas.

«Bronze de Benim» com motivo português

A expansão portuguesa encetava-se, pois, sob o domínio de uma rivalidade luso-castelhana, já marcada, aliás, pela conquista de Ceuta, pois Castela se arrogava o exclusivo direito de expugnar Marrocos, rivalidade acentuada pela ocupação do grupo insular madeirense, e logo mais claramente indiciada por tentativas de assentamento nas Canárias.

Não apenas com o limitado fito de realizar conquistas em Marrocos interessava ao Infante D. Henrique, principal promotor da expansão ultramarina, o domínio das ilhas vizinhas dos reinos marroquinos, pois era bem mais vasto o horizonte das suas aspirações. Estas se voltavam, com efeito, em primeiro lugar, para o semi-desconhecido Mundo da África noroestina, onde se movimentavam as caravanas portadoras do ouro africano aos portos mediterrâneos, e logo para o potentado que supunha seguir-se-lhe a leste, esse misterioso Preste João das Indias, cujo imaginado poderio constituia uma das facetas da então dominadora miragem oriental; e não lhes era também alheia a curiosidade pelo Ocidente, esse inviolado mar ocidental que a fantasia medieval povoara de maravilhosas ilhas, e onde, em 1427, mercê de circunstâncias mal conhecidas, vieram a ser descobertos por mareantes portugueses os Açores orientais e centrais, que, após uns anos de colonização se tornaram ninho de águias de onde desferiram voo os pioneiros da devassa do Atlântico ocidental — Diogo de Teive, descobridor dos Açores ocidentais cerca de 1452, e porventura percorredor das águas da Terra Nova como por 1474 se pode crer tê-lo sido João Vaz Corte Real e João Fernandes Lavrador, que uns vinte anos depois andou pelos mares da Gronelandia e descobriu a península da Norte-América em cuja denominação sobrevive o seu apelido; todos eles seguidores de um fito ocidental que em 1500 veio a culminar com o descobrimento da Terra Nova pelos filhos de João Vaz e o do Brasil por Pedro Alvares Cabral.

Bem antes, porém, de praticados os feitos de Teive, já a expansão apontada á África fizera consideráveis progressos. Com efeito, após repetidas tentativas, Gil Eanes, na sua modesta barca, dobrou em 1434 o temeroso Cabo Bojador, iniciando a sistemática devassa da costa africana, que, para o sul do Cabo Não, mal se conhecia; e já em 1436 o reconhecimento costeiro ultrapassava, com Afonso Baldaia, o Rio do Ouro. Após uma pausa de meia década — durante a qual se estudou a possibilidade de utilizar nos descobrimentos um novo e mais adequado tipo de navio, a caravela, e a de dominar, nas viagens de regresso da costa africana, a oposição dos ventos de nordeste, constantes ao sul do Bojador, fazendo-as em largo rodeio que ia passar pelos Açores — o costeamento da África recomeçou. Nuno Tristão, em sucessivas viagens, escalonadas de 1441 a 1446, descobriu o Cabo Branco, a região senegalesa e o Gâmbia; e se não chegou á Guiné — como, aliás, só poderia crer-se seguindo cegamente duvidosas informações do cronista Azurara — outros navegadores, como Cadamosto e Diogo Gomes, o fizeram dez anos depois. Entretanto, numa viagem cronològicamente intercalada entre as de Nuno Tristão, Dinis Dias descobrira em 1445 o Cabo Verde, fronteiras ao qual emergem as ilhas cabo-verdianas, de que, antes da morte do Infante D. Henrique, ocorrida em 1460, já tinham sido descobertas as ilhas de leste, sendo-o as restantes num dos dois anos seguintes, isto é, numa data aproximada à do alongamento do reconhecimento da costa africana por Pedro de Sintra até ao Cabo Mesurado, já bem além da Serra Leoa.

Paralelamente à devassa dos litorais, que tinha por fim canalizar para portos atlânticos, em benefício dos Portugueses, a corrente de produtos africanos tradicionalmente voltada aos do Mediterrâneo, iniciara-se o sistema de feitorias com o assentamento da de Arguim, ao sul do Cabo Branco, e tentara-se a pesquisa do interior, bem testemunhada, em 1445, pela deambulação de João Fernandes, deixado no Rio do Ouro e retomado em Arguim, após ter detidamente visitado uma das regiões de trânsito do ouro, a de Tagaza. E já então também a fama de Portugal, como potência ultramarina, começava a ecoar na Europa, ao verem-se nos mercados da Flandres alguns produtos e animais africanos trazidos por via totalmente marítima, e ao saber-se que homens e ouro dessa mesma proveniência tinham também sido carreados pelo Atlântico a portos portugueses.

Após nova pausa de alguns anos, o impulso descobridor derramou-se, de 1470 a 1475, por toda a orla do Golfo da Guiné, e estendeu-se ás ilhas de S. Tomé e do Príncipe, incorporando na zona de acção portuguesa, entre outras, as regiões caracteristicamente chamadas Costa da Malagueta e Costa do Ouro. Novos centros de exploração mercantil se acrescentavam assim á movimentação entretanto criada por toda a região guineense ocidental, e com eles recrudescia a concorrência castelhana, que, aliás, sempre, mais ou menos vivamente, por além acompanhara os progressos da expansão portuguesa. Com o advento do Príncipe D. João, futuro D. João II, ao comando da acção ultramarina, que D. Afonso V lhe confiou em 1474, tudo isso entrou a modificar-se, intensificado o policiamento naval dos mares e costas que por direito de descobrimento deviam constituir exclusiva fruição portuguesa, e exercida aí, sobre os intrusos, uma acção repressiva sem contemplações. Porém, em 1480 o combate dado a esse tráfico, unilateralmente reputado ilegítimo, foi sancionado pelo acordo luso-castelhano da Primavera desse ano, no qual, assegurando-se a Castela o pacífico domínio

(Continua na 9.ª pág.)

Sé patriarcal e convento de Bom Jesus, em Velha Goa

PORTUGUESES NO ORIENTE

AFONSO DE ALBUQUERQUE EM GOA

Pelo VISCONDE DE LAGOA

Enquanto o «terribil» punha a ferro e fogo os golfos Pérsico e de Omão, era o Mar das Indias teatro simultaneo de importantes sucessos.

D. Francisco de Almeida tivera em minguada conta o que o regimento régio estabelecia para o domínio dos grandes entrepostos mercantis do Oriente, limitando-se a enviar o filho a Ceilão, onde se não curou de impor a hegemonia portuguesa, apesar das circunstancias propícias que então a facilitavam e das vantagens que Portugal desde logo tiraria da tutela comercial e política de uma ilha que centralizava as principais permutas das duas costas do Índico e que, berço do budismo, mantinha com a China intercambio remoto e assíduo.

Dotado de visão mais restrita do que a de Afonso de Albuquerque e a dos próprios governantes da Metrópole, convenceu-se o vice-rei de que o domínio do mar implicaria o das regiões litóreas e asseguraria o abastecimento regular e económico das esquadras que á India fossem por carga.

Não cuidou, porém, da lição a tirar dos bombardeamentos que Calecute sofrera anteriormente, o segundo dos quais, realizado por D. Vasco da Gama, em 1502, foi simultaneo com a destruição integral, em doze horas de peleja sangrenta, da armada muçulmana, de passante de cento e cinquenta quilhas, desastre que não impediu o Samorim de continuar a estorvar o comércio português do Malabar.

A preferência de D. Francisco de Almeida pelo poder naval foi todavia de utilidade decisiva quando os principais lesados pela infiltração mercantil dos portugueses e pela exploração da rota marítima da India — os monarcas de Calecute, Cambaia e Egipto e a republica veneziana — se coligaram contra aqueles.

A poderosa aliança, estimulada pelo bloqueio progressivo português, pelos triunfos e rigores de Afonso de Albuquerque e pela grande vitória naval de 1507, em que vinte e sete velas lusitanas desbarataram quatrocentas de mamelucos e guzarates, foi causa de que surgisse no Índico uma formiável esquadra moura, construída, armada e equipada com todos os requisitos e aperfeiçoamentos da técnica coeva e destinada a cooperar com as forças terrestres que o Samorim lograsse mobilizar.

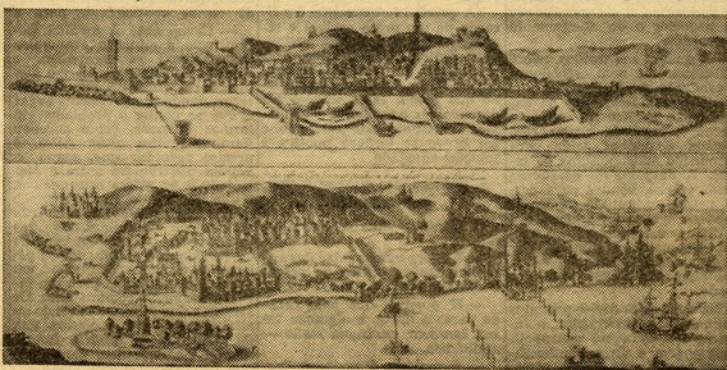
Contra ela se atreveu em Chaul o intrépido D. Lourenço de Almeida, que durante três dias consecutivos lhe resistiu com oito navios apenas, acabando por ceder, com sacrifício da própria vida, á superioridade tremenda do adversário.

Vingar a morte do filho e demonstrar simultaneamente que o revés de Chaul não condenava a política naval que preconizava, passou a ser obcecação no vice-rei, cuja impaciência houve de subordinar-se á chegada da frota do reino, que lhe proporcionaria os indispensáveis reforços.

Obtido o possível auxílio e reunida uma armada de dezanove velas, em que embarcaram mil e seiscentos homens, um quarto dos quais eram Malabares, largou D. Francisco de Cananor com destino a Dio, onde permanecia a esquadra que lhe matara o filho.

Sedento de sangue e desejoso de intimidar inimigos e neutros, fez escala por Dabul, que saqueou com frenético rigor, conseguindo assim que a população de Mahim, onde logo aportou, fugisse, apavorada, abandonando-lhe os artigos de que carecia.

Coube logo a vez á poderosa frota que ameaçava a permanência dos portugueses no Oriente e que chamara a si a vindicta vice-régia, a qual sofreu derrota esmagadora, seguida da destruição de quantos navios a compunham, com excepção de seis, que houve conveniência em preservar.

Este sucesso das armas lusitanas, obtido em condições de inferioridade e heroísmo, que amiude ocorrem na epopeia portuguesa, teve consequências inexcedíveis e dificilmente iguláveis em seu alto significado político e militar, pois que tolheu por muitos anos a intro-

(Continua na 10.ª pág.)

«Dio e Goa» — Do livro «Civitatis Orbis Terrarum» (1573) (gravura em madeira)

VIAGENS MARÍTIMAS DE DESCOBRIMENTO NO ATLÂNTICO SUL, NO MAR DAS ÍNDIAS E NO EXTREMO ORIENTE

ITINERÁRIO DE FERNÃO DE MAGALHÃES E DE PEDRO FERNANDES QUEIRÓS

VIAGENS DE EXPLORAÇÃO
DO
CONTINENTE AFRICANO
NOS SÉCULOS XVIII E XIX
OCEANO ATLÂNTICO
ÁFRICA
MADAGÁSCAR
LEGENDA
Lacerda e Almeida - De Tete a Cazembe
Pedro João Baptista - De Cassange a Mossumba, Cazembe e Tete
1831 - 1832 Monteiro e Gamitto - De Tete a Cazembe
1843 - 1847 Joaquim Rodrigues Graça - De Luanda a Malange, Bié e Mossumba
Silva Porto - De Bié a Lualui
Pombeiros de Silva Porto - De Lualui ao Rovuma
1877 - 1879 Serpa Pinto - De Benguela ao Bié, Libonta, Chicheque, Pretória e Durban
1877 - 1880 Capelo e Ivens - De Benguela ao Bié, Cassange, Duque de Bragança, Malange e Luanda
Antonio Maria Cardoso - De Inhambane a Sofala e Mossurize voltando pelo Save
1884 - 1885 Capelo e Ivens - De Moçamedes a Humbe, Libonta, Quelimane
Henrique Dias de Carvalho - De Malange até ao Rio Chicapa
Serpa Pinto - De Mossuril ao Ibo, Meterica, Niassa, Blantyre
Luanda
Benguela
Moçamedes
C. do Cabo
Durban
Lourenço Marques
Inhambane
Quelimane
Tete
Zumbo
Cazembe
Mossumba
L. Niassa
L. Vitória
C. Delgado
Ibo
Porto Amélia
Pretória
Sofala
Beira
Moçambique
Junta de Investigações Coloniais

PORTUGUÊS

SERPA PINTO E A AFRICA

A recente publicação, pela antiga Agência Geral das Colónias, de um volume de documentos sobre as expedições de Capelo e Ivens, volume prefaciado e compilado pelo sr. F. A. Oliveira Martins, veio chamar novamente a atenção para a personalidade do explorador Serpa Pinto.

Já é lugar-comum dizer que está por fazer grande parte da História de Portugal. Abundam pequenas notas monográficas, documentos avulsos de interesse desigual e obras de vulgarização que se repetem umas ás outras: mas a História séria, verdadeira, sólidamente documentada, escrita com imparcialidade e sem romance, essa continua a apresentar enormíssimas lacunas.

Até do século XIX, ainda tão próximo — e porventura por isso mesmo —, se ignora tanta coisa e há tanto facto cujo conhecimento corre desfigurado!

Ora é ao ultimo quartel desse século que pertencem as explorações portuguesas do continente africano, com as quais se buscou sobretudo marcar o lugar do nosso País na competição que trazia empenhadas diversas potências europeias para a partilha da África negra.

Havia séculos que ocupávamos grande extensão das costas oriental e ocidental da África. Estavam na nossa mão os seus principais portos. Dominávamos a foz do Zambeze e julgávamo-nos com direitos, que a Inglaterra contestava, á foz do Zaire. Mas depois da independência do Brasil dir-se-ia que se tinha ausentado do povo português o espírito do empreendimento colonial. A emigração continuava a procurar o império de além-Atlantico; e a costa de África, mau grado o entusiasmo isolado de um Sá da Bandeira, não passava de lugar de degredo onde alguns velhos presídios apoiavam meia duzia de decadentes feitorias.

Quando, após a derrota francesa de 70, a opinião europeia começou a ser solicitada pelas coisas africanas, sob a emoção dos perigos corridos por Livingstone e das peripécias aventurosas do jornalista Stanley, poucos homens em Portugal perceberam que era altura de nos empenharmos a fundo na valorização política e económica das nossas posições. De entre esses, honra lhe seja, há que destacar Luciano Cordeiro.

E' á sua visão, á sua tenacidade e ao seu patriotismo que se deve, por ocasião do Congresso Geográfico de Bruxelas de 1876, de onde Portugal fora excluído, a criação da Sociedade de Geografia de Lisboa, destinada a fomentar a exploração científica do sertão africano. Nessa altura, o acontecimento que mais impressionara os geógrafos fora a viagem do oficial inglês Cameron. Outros de maior retumbancia estavam porém para se produzir.

A sugestão e a insistência da nova Sociedade levaram as Cortes a autorizar em Abril de 1877 uma expedição científica, com o fito de explorar os territórios compreendidos entre Angola e Moçambique e especialmente as relações das duas bacias hidrográficas do Zaire e do Zambeze.

A expedição partiu, de facto, em Junho de 1877, composta por dois oficiais da Armada, Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens, e por um oficial do Exército, o major Serpa Pinto.

Era a segunda vez que este embarcava para a África. A primeira fora em 1869, quando se oferecera para fazer parte da desastrosamente célebre expedição contra o Bonga. Nessa campanha, que por largos anos manchou o nome português na Zambézia, Serpa Pinto revelara já notáveis qualidades de decisão e de intrepidez. Finda ela ainda andou pelo mato a caçar, e começou a fazer observações com espírito curioso e arguto: só parcialmente conseguiu então realizar o seu sonho, que era subir o rio Zambeze.

Estava de guarnição em Faro, como capitão de Caçadores 4, quando, em 1876, se começou a falar na expedição científica. A carta em que se ofereceu para dela fazer parte foi agora publicada pelo sr. Oliveira Martins e revela o homem de acção, impaciente por realizar o que a sua inteligência, aliás lucidamente, lhe mostrava ser necessidade nacional. E' então que escreve: «O grande problema do centro da

Pelo Doutor
MARCELO CAETANO
Prof. da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

África Austral está ainda por resolver a despeito dos Levingstones e Camerons. Não será de grande importancia a sua resolução para o País que o levar a efeito? E porque não seremos nós os portugueses aqueles para quem estará reservada essa glória?».

Ai dele! Áquela hora já Stanley, o repórter norte-americano que sagrou o jornalismo sensacionalista, tinha na mão a chave do mistério. Por isso Serpa Pinto o ficou a admirar sem reservas e quis continuar a sua acção, rivalizando com ele se fosse possível.

Está aqui a chave do seu desentendimento em África com os outros dois membros da expedição, Capelo e Ivens: estes, fiéis ás concepções burocráticas do Ministério do Ultramar, quiseram limitar-se a um cinsciencioso reconhecimento científico das regiões da fronteira leste de Angola; enquanto Serpa Pinto, a quem a sorte bafejara com o encontro fortuito de Stanley em Cabinda quando este regressava da sua 2.ª viagem em que descobrira o curso do rio Zaire (e que vivo documento humano é a carta em que o português conta as conversas dos dois!) está fascinado por um objectivo de mais rasgada projecção política.

Por isso Serpa Pinto abandona no Bié os oficiais de Marinha e larga numa corrida para sudeste que o vai conduzir até Durban, — em aventurosa e fascinante travessia de África.

Claro que a sua travessia não tem significado comparável á de Stanley, mas assim mesmo interessou a opinião europeia e atingiu o alvo de chamar a atenção do Mundo culto para a presença e actividade dos portugueses na luta encetada.

O mérito científico das observações de Serpa Pinto foi acaloradamente discutido em Portugal. Num livro publicado em 1879 o médico Manuel Ferreira Ribeiro, autorizado escritor colonial, reuniu preciosas peças da polémicas sob o título As conferências e o itinerário do viajante Serpa Pinto. *Seja porém qual for o mérito político, esse, ninguém lho poderá tirar.*

Ligou assim o arrojado explorador o seu nome a um dos momentos culminantes da nossa História moderna; o outro, em que a sua acção não terá sido tão feliz, foi o do ultimatum.

Serpa Pinto e os seus dedicados companheiros ao terminarem a travessia de África

EXPANSÃO ATLÂNTICA DE PORTUGAL

(Continuação da 1.ª pág.)

das Canárias, se estabelecia como zona de exclusiva acção portuguesa tudo o mais para o sul delas. Desfeitas diplomáticamente essas preocupações, bem como as demais do dissídio luso-castelhano que também nos campos de batalha peninsulares pusera frente a frente as armas de Portugal e de Castela, D. João, pouco depois elevado ao trono pelo falecimento do pai, e cujo espírito já, sem duvida, visionava o assentamento do caminho marítimo para a Índia, pôde dar-se simultaneamente a duas ordens de tarefas, ambas fomentadoras de progressos portugueses em África: a da valorização do descoberto e a do progresso dos descobrimentos pela incógnita costa, até á prevista passagem de Sueste, comunicação do Atlantico com o Índico.

A edificação da feitoria e fortaleza de S. Jorge da Mina, na costa do Golfo da Guiné, levada a cabo na entrada de 1482, constituiu o primeiro passo dessa multíplice actividade. Paralelo lhe foi o segundo, pois na Primavera desse mesmo ano zarpou de Lisboa a pequena frota de Diogo Cão, realizador da mais larga viagem de descobrimento até então empreendida, viagem que se alongou até ao Cabo de Santa Maria, uns 150 quilómetros ao sul da moderna Benguela e mais de mil e quinhentos para além do termo dos anteriores descobrimentos.

Do estuário do Zaire, por onde passara, trouxe Diogo Cão a Portugal alguns indígenas, com os quais, já educados e cristianizados, voltou ali em nova viagem, iniciada em 1485, penetrando então pelo grande rio africano até ás cataratas de Ielala, e internando-se ainda, terrestremente, até à corte do poderoso rei do Congo. No prosseguimento desta viagem, a frota seguiu para o sul até á Ponta dos Farilhões, mais de quinhentos quilómetros além do limite meridional da moderna Angola. Dois anos depois esse termo dos reconhecimentos portugueses era levado pelo grande Bartolomeu Dias, descobridor da passagem de Sueste, até ao Rio do Infante, que se crê corresponder ao moderno Great Fish River, já no limiar do Oceano Índico.

Entretanto, João Afonso de Aveiro, por 1485, internava-se no reino de Bessim, a cavaleiro da parte mais recuada do Golfo da Guiné; e logo, a oeste, as regiões da Mauritania meridional, do Senegal e do Alto-Niger eram repetidamente percorridas por destemidos exploradores, como Rodrigo Reinel, Mem Rodrigues, João Colaço e outros.

Em cerca de meio-século, a clarividência dos chefes, o saber dos cosmógrafos e cartógrafos, a intrepidez dos navegadores, o arrojo dos exploradores terrestres e a faina dos mercadores, tinham criado o berço do nosso Ultramar Africano Ocidental, senhoriando todos os litorais desde o Cabo Bojador até ao extremo sul. Já pelos sertões começavam a internar-se, em meritória acção civilizadora, os devotados missionários, e se preparavam as bases das influências políticas, de que eram auspicioso ensaio as incipientes relações com o rei do Congo. Crescia nos mercados europeus o afluxo de géneros cobiçados, como a pimenta e o açucar, este progressivamente produzido na Madeira e aquela levada dos centros produtivos do Golfo da Guiné. Fervilhavam por toda a orla marítima africana, até ao Zaire, os navios de comércio, particulares e da Coroa; e para o sul os padrões erguidos por Diogo Cão e Bartolomeu Dias — no Cabo de Santa Maria, no Cabo Negro, no Cabo da Cruz, no Cabo Dias e no Cabo da Boa Esperança — eram promissor indício do alargamento dessa vital agitação.

Não permitiram as vicissitudes da História que esse vasto panorama se mantivesse íntegro; e assim, depois de termos tido até fins do século XVI o mais vasto domínio africano que a Humanidade conheceu, vimo-lo esfacelar-se, passadas, pouco a pouco, a outras mãos a Mauritania, a Senegambia, a Serra Leoa, e toda a vasta orla do Golfo da Guiné, que a ilha de S. Tomé outrora comandou. Mas tão profunda fora a nossa influência, que ainda no século XVIII eram em língua portuguesa, mais ou menos pura, muitas vezes feitas as comunicações dos estrangeiros com os indígenas, em lugares onde o domínio português já não passava de uma longínqua recordação. Mas o que conservámos é ainda opulento testemunho da pretérita grandeza — uma grandeza cujas virtualidades vemos renovadas em nossos dias, no considerável e constante revigoramento do espírito civilizador português, que além-mar multiplica, em corpo e em alma, Portugal.

DAMIAO PERES

Lorchas no porto interior de Macau

ULTRAMAR

PORTUGUESES NO ORIENTE

AFONSO DE ALBUQUERQUE EM GOA

(Continuação da 1.ª pág.)

missão armada do Médio-Oriente na Ásia e libertou o sucessor de D. Francisco de Almeida de ameaça séria do Ocidente, facultando-lhe a concen.ração, na India e a Leste, de todo o aparato bélico disponível.

Com o senhorio incontestado do mar e este fiscalizado por tríplice esquadra de navios impróprios para viagens de longo curso, que respectivamente actuava de Ceilão ao golfo de Cambaia, do Guzarate ao cabo Guardafui e nas imediações do Mar Vermelho, encontrou Afonso de Albuquerque, ao receber o governo da India, apenas duas fortalezas de relativa importancia em Cochim e Cananor, feitorias fortificadas em Coulão, Chaul e Onor e a amizade insincera dos rajás de Cambaia e Guzarate.

Tais as condições em que o futuro fundador do Império assumiu o mando supremo, após a intervenção decisiva do marechal D. Fernando Coutinho, que aportara a Cananor com uma poderosa frota de quinze velas, saída do Tejo em Abril daquele ano de 1509.

Liberto de tutela e curado dos ferimentos recebidos quando da imprudente e mal conduzida empresa do marechal contra Calecute, que lhe tiveram a vida em perigo, iniciou Albuquerque o seu notabilíssimo governo com a organização das «ordenanças», corpo de voluntários que teve o duplo fim de assegurar a ocupação e disciplina dos muitos aventureiros que iam á India sem objectivo definido e de proporcionar apoio militar ás guarnições das fortalezas e feitorias.

Obcecado pela ideia de concluir e assentar em bases sólidas e definitivas o que fizera desde Socotorá a Ormuz e de vibrar golpe decisivo nas pretensões que o Médio-Oriente podia acalentar, a despeito da derrota esmagadora de Dio, de se opor á expansão dos portugueses na Ásia e ao seu domínio do Mar Vermelho e Golfo Pérsico, reune uma frota de vinte navios redondos, duas galés e um bergantim, com a qual larga de Cochim, costa acima, em Fevereiro de 1510, no propósito de sujeitar de vez Ormuz e Omão, de procurar base mais vantajosa do que Socotorá para a fiscalização do Mar Vermelho, de correr este até Suez e arrasar ali os estaleiros que o Soldão construíra e os técnicos venezianos dirigiam.

Projecto de que desistiu repentina e transitóriamente, ao ser informado, quando velejava para Angediva, de que os restos e sobreviventes da armada que D. Francisco de Almeida desbaratara em Dio se tinham acolhido a Goa e projectavam reunir ali as forças requeridas, para de novo hostilizarem os portugueses.

Urgia conjurar o perigo, a que davam acuidade o acolhimento que o monarca daquela ilha dispensara ás hostes fugitivas do Soldão, a presença em Goa de carpinteiros e calafates familiarizados com a técnica e progressos da construção naval europeia e, ainda, o incitamento que tudo isto levaria ao recalcitrante rajá de Calecute.

Estas circunstancias, conjugadas com a apreciação das vantagens que Goa oferecia pela situação geográfica, excelente porto e abundancia de madeiras e mantimentos e também com a da facilidade que a sua conquista tiraria das desavenças então latentes entre os príncipes do Decão e entre os próprios habitantes da ilha, explicam a preferência subito concedida por Afonso de Albuquerque á empresa de Goa em detrimento da que inicialmente projectara.

Preferência fundamentada ainda na consideração de que as hostilidades contra Goa eram justificadas pelo entendimento do respectivo rei com os de Cambaia e Calecute, inimigos irredutíveis dos portugueses, pelo apoio material que podiam reciprocamente prestar-se em caso de guerra e pela facilidade que o projecto tirava então da ausência do rajá e seus exércitos em ponto afastado do território que senhoreava.

Os resultados excederam a expectativa optimista pois que á fácil rendição da fortaleza de Panjim se seguiu a da ilha, que os habitantes entregaram sem luta, pedindo a Albuquerque *que os recebesse debaixo da sua bandeira, para poderem ficar em suas casas e fazendas, tam pacíficos e seguros, como de ante estavam; ca de outra maneira menos perigo seria esperar a ventura das armas, que leixar a pátria ou liberdade.*

O qual requerimento Afonso de Albuquerque concedeu de mui boa vontade, posto que a gente de armas quisera cevar o seu desejo na entrada daquela cidade per armas; e já quando êle surgiu diante dela, que foi a dezassete de Fevereiro... foi a frota recebida com festa dos naturais da terra, saindo todos a receber Afonso de Albuquerque á praia, entregando-lhe as chaves da cidade com palavras da confiança que nele tinham da segurança de suas pessoas e fazendas, como se fossem antigos vassalos del-Rei Dom Manuel de Portugal. (1)

O inesperado e fácil sucesso é por João de Barros (2) e por outros, em sua esteira, atribuído á influência exercida na população da ilha pela profecia de certo jogue de que ela cairia breve sob a tutela de gente estrangeira, contra vontade dos naturais, explicação futil que não convence.

A rendição sem luta deve-se ao enorme prestígio que Albuquerque já adquirira no Oriente e foi consequência da política de extermínio que o «terribil» adoptou no litoral de Omão.

Vexados pelos gravames do Sabaio, desorientados pela ausência dele e do grosso de seus exércitos e apavorados pela evocação do que pouco antes haviam sofrido os estabelecimentos árabes dos golfos Pérsico e de Omão, que pretenderam opor-se aos desígnios do conquistador, os goeses optaram pela decisão que as circunstancias recomendavam e, assim, enalteceram a estratégia de Albuquerque de se impor pelo medo tanto como pela força.

O grande capitão correspondeu com generosidade á confiança do incola, salvaguardando-lhe vidas e haveres, declarando-o subdito de El-Rei de Portugal e incitando o regresso pronto e confiado dos que procuraram na fuga o salvamento do que não perigava.

Os usos e costumes daquelas gentilidades foram cuidadosamente respeitados, com excepção de algumas práticas crueis cuja abolição era passo decisivo para a civilização dos que as exerciam; a liberdade religiosa foi proclamada, a tributação excessiva abolida, a circulação monetária substituída por outra de cunho especial, e, finalmente, Goa escolhida para capital do Império, de que se tornara sólido alicerce.

Afonso de Albuquerque, escreve João de Barros (3), *como teve posse da cidade e viu o sítio dela, logo fez fundamento que ali havia de ser cabeça de todo o Estado da India, porque, além de ser cousa mui defensável, por razão de estar naquela Ilha Tiçuari, a comarca era mui proveitosa assi per armada, que havia de correr toda a costa do Cabo Comori té a enseada de Cambaia, por estar quasi no meio dela, como por ser a principal entrada de todo o comércio do reino Decão e Narsinga, de maneira que ficava um jugo pera mouros e gentios, e mais tirava ser ua colheita de rumes, ondes êles, já começavam criar raizes.*

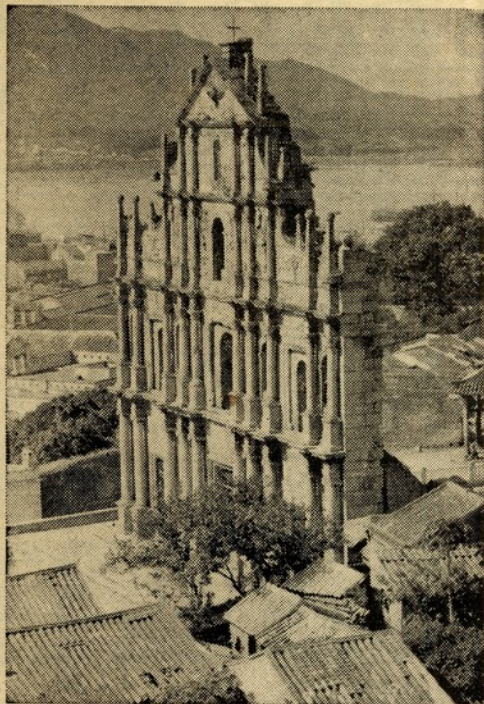
A defesa absorveu logo a atenção do ilustre Albuquerque, que para isso mobilizou todos os braços disponíveis, distribuindo-lhes metódicamente os trabalhos de urgência e superintendendo em pessoa na sua execução e progresso.

Tais precauções eram justificadas e oportunas, pois que o Idalcão não tardou em assediar a ilha á frente de um exército poderoso de cinquenta e cinco mil piões e cinco mil cavaleiros, que os sitiados houveram de enfrentar em esmagadora desproporção.

O que se seguiu cabe no ambito do sobre-humano, por ser pugna de titãs contra homens, em que o pequeno resiste ao grande durante semanas consecutivas e acaba por ceder ante a intervenção dos elementos.

A escuridão da noite e o bater ruidoso da chuva permitem a incursão dissimulada dos atacantes na ilha, a despeito da oposição terrível dos atacados.

Na madrugada de 20 de Maio, Albuquerque, cedendo á quase imposição dos capitães seus subordinados, ordena, contrafeito, a evacuação de Goa, em cujas águas a monção o compele a quedar, com o parecer favorável da generalidade dos mestres e pilotos e com aberta oposição da maioria dos capitães, para quem as privações que entravam a sofrer e as que teriam de suportar até que a monção cambasse, justificavam a tentativa desesperada de sair a barra e procurar abrigo no porto de Angediva, inadequado á segurança de tamanha frota.

Ao aperto em que o grande capitão se via por falta de água, víveres e medicamentos, e pela desmoralização que lavrava na chusma, acresciam os estragos e enervamento causados pelo martelar incessante da artilharia do forte inimigo de Panjim, perigo que Albuquerque enfrentou com decisão, atacando e rendendo aquele reduto.

Este sucesso, obtido em circunstancias tão difíceis e precárias, agravou o receio do monarca de Goa e exacerbou nele o desejo de conseguir a paz e o afastamento dos portugueses, embora á custa de pesados sacrifícios.

Olvidado do fracasso de anteriores diligências de objectivo idêntico, propôs a renuncia lusitana á disputada ilha, a troco de Cintácora, na baía Korvar, ou Sadashivgad, com suas muitas terras, rendas e bom porto, e a troco ainda de uma indemnização a contado de cinquenta mil cruzados, proposta que obteve rejeição perentória.

Entrementes as privações agravavam-se: as febres, o escorbuto e a desinteria dizimavam as tripulações, reduzindo-lhes o poder ofensivo, aumentando o descontentamento e impossibilitando a imediata renovação das hostilidades.

Tudo eram trabalhos, escreve João de Barros (4), *não sómente de estarem todos com arma na mão, mas ainda era a fome tamanha que vieram a quatro onças de biscoito por dia, e em algumas naus se comiam ratos. Outros coziam os coiros das arcas por se não poderem manter; e sobre a fome, a água que bebiam era mea salobra, e tão barrenta dos enxurros das crescentes que traziam os rios naquela invernada, que não assentava o pé em dous dias, e isto porque não havia aguada que os mouros não tivessem tomada; e se ás vezes os nossos á fôrça de armas a queriam ir fazer, uma gota de água custava três de sangue. Assim que, por uma parte fome e sêde, e por outra guerra e relampagos, coriscos e trovoadas do inverno, trazia a gente comum tam assombrada, que começou entrar desesperação em alguns, que se lançaram com os mouros, que foi a cousa que Afonso de Albuquerque mais sentiu.*

Forçoso foi a Albuquerque transigir, libertar-se daquele horror, que em Junho e Julho atingiu a culminancia, e tentar a saída da barra e o regresso a Cananor, para abrigo e fabrico dos navios e repouso das tripulações.

Conseguiu-o em meados de Agosto e com tal fortuna que breve se lhe reuniu a esquadra de quatro quilhas de Diogo Mendes de Vasconcelos, vindo do reino com expresso regimento de demandar Malaca.

A necessidade de iniciar os aprestos da desforra que urgia tirar do Idalcão, a fim de restabelecer o prestígio de Portugal e de sua pessoa, muito afectados pelos insucessos de Ormuz, Calecute e Goa, colocou Albuquerque na contingência de contrariar a viagem de Diogo Mendes a Malaca e de chamar a si os navios que aquele comandava, o que conseguiu mediante argumentação insistente e o compromisso formal de responder perante o Governo metropolitano pelo desacato do que ele determinara.

Porém, a conquista de Goa, inicialmente tentada sem objectivo transcendente, adquirira importancia capital por virtude das circunstancias referidas e da reacção psicológica que havia de provocar em benefício ou detrimento do renome português na Ásia.

Novo revés afectaria decisivamente a carreira do governador da India e os interesses fundamentais do país que representava.

Eis porque Albuquerque subordina a empresa ao prévio recrutamento de forças que assegurem o êxito, para o que não bastam as naus do seu comando e o reforço das de Diogo Mendes de Vasconcelos. Importa mobilizar, em parte ou na íntegra, a armada anual do reino, cujo capitão-mor, Gonçalo de Sequeira, se escusa peremptóriamente, com fundamento em que a cooperação pedida prejudicava a torna viagem na época adequada.

A obstinação do Sequeira é, porém, simultanea com a notícia da destituição de Duarte de Lemos da chefia da frota da Arábia e Mar Vermelho e da subordinação directa ao governador da India, em que quedavam os navios que a compunham.

Albuquerque reune, assim,

(Continua na pág. seguinte)

Ruínas da igreja dos jesuítas, em Macau

As «Portas do Campo» da histórica Fortaleza de Dio, na muralha oeste da cidade
(Foto do ten. D. da Gama)

PORTUGUÊS

A Ilha de S. Tomé, no século XVIII, segundo uma gravura holandesa

A AGUA

NA VALORIZAÇÃO DO ULTRAMAR

(Continuação da 1.ª pág.)

tivo projecto. Outro se lhe seguirá em breve certamente: o da ordem para a execuçao, e a ambos Moçambique lembrará sempre com reconhecimento.

Contando: — Em 1924 e 1925 dois estudos fóram feitos e dois projectos foram apresentados para a irrigação do Vale do Limpopo:

— um, do coronel John Aylmer Balfour — engenheiro inglês de reputação feita em estudos e obras executadas na India e em funções técnicas de responsabilidade — para a rega de 20.000 hectares da margem direita do Limpopo, com derivação em barragem a construir a uns 15 km. a jusante do Guijá, orçamentado em £ 420.000 (ouro) ou 157.500 contos em escudos de 1950;

— outro, de um então jovem engenheiro saído do Técnico, que agora aqui se apresenta de cabelos embranquecidos pela água da Metrópole e pelo sol da Africa, no qual a rega de 28.812 hectares era considerada também na margem direita do vale, com açude derivador (e simultaneamente ponte para o caminho de ferro Lourenço Marques-Rodésia do Sul) a levantar a cerca de 20 km., para montante do Guijá, estando tudo orçamentado em £ 560.000 (ouro) ou 210.000 contos em escudos de 1950.

Cerca de 10.000 hectares do projecto Balfour entravam no projecto de montante.

Em 1928 o Conselho Superior de Obras Publicas e Minas das Colónias emitiu parecer sobre estes dois projectos, afirmando que qualquer deles era perfeitamente exequivel e até economicamente recomendável, mas dava a sua preferência ao projecto do engenheiro Balfour, justificando:

1.º — Ser mais barato;

2.º — Pode ser mais facilmente servido pela viação acelerada.

Este 2.º ponto preferencial fundamentava-se na circunstancia de, quanto mais para jusante estivessem os terrenos irrigados, maiores serem (julgava-se) as facilidades de comunicação com o litoral e com Lourenço Marques pela utilização das vias fluviais e maritimas.

Num quarto de século muitas coisas se passaram na ocupação económica de Moçambique e entre elas ocorreu a ligação do Vale do Limpopo com o porto de Lourenço Marques por caminho de ferro apontado em direcção a Rodésia do Sul, classificado de utopia do jovem engenheiro em 1928; também muita água correu para o mar sem ser aproveitada nas terras férteis e sequiosas, que da foz do rio dos Elefantes se estendem até á Vila João Belo; criaram-se ainda muitas albufeiras nas cabeceiras do Limpopo para lá do Bafuri, e tantas que o que era caudal de estiagem no projecto de 1925 e se situava nos 27 m 3/s, hoje não chega a uma oitava parte.

Posição: na base de uma exploração agrícola fundamentada na cana de açucar, como era a do projecto de 1925, a irrigação do Limpopo deixaria agora de ter possibilidades de execução por não haver água de derivação directa para a efectivar e ainda não ter sido encontrado local para economicamente levantar barragens que dessem a possibilidade de regadio de albufeiras de armazenamento e de regularização em território português.

Mas em 1936 criou-se um posto de culturas regadas no Vale do Limpopo. Criou-se, começou a trabalhar e tem continuado a trabalhar ate agora, num fervoroso apostolado de missão da rega conduzida por engenheiros agrónomos. E hoje ali se ensina e orienta, apoiados em experiências coroadas de êxito e repetidas, que a cultura do trigo regado, em que ninguem pensou antes deles, tem no Vale do Limpopo as condições próprias para se radicar e prosperar, com exigências de rega (3 a 4 de Abril a Junho) no período em que no Limpopo não falta água.

E novo plano de culturas se traçou dentro das disponibilidades do Limpopo aquem fronteiras, de arranjo como segue:

Trigo	12.000	hectares
Cana de açucar	3.500	»
Luzerna	1.500	»
Hortejos	500	»
Pomar	500	»
Arroz	5.000	»
Algodão de fibra longa	3.500	»
Milho e feijão	2.312	»

O que a cultura do trigo representa para nós traduz-se por mais de 2 milhões de toneladas importadas só no Continente, de 1941 a 1950, de valor quase igual a 5 milhões de contos. A realidade dita a seguinte conclusão: A MEDIA ANUAL DA NOSSA IMPORTAÇAO DE TRIGO E DE MEIO MILHÃO DE CONTOS.

A' luz das experiências das culturas regadas do posto do Vale do Limpopo, foi pois revisto o projecto que considerou o açude detivador para a rega e também ponte para o caminho de ferro para a Rodésia do Sul.

A obra de rega do Vale do Limpopo está hoje orçamentada em 225 mil contos, ou sejam cerca de 8 contos por hectare, incluindo o encargo total da ponte de tabuleiros independentes para os tráfegos ferro e rodoviários.

9.500 famílias portuguesas idas da Metrópole podem ali ser fixadas, na base de 3 hectares de regadio e 27 de sequeiro para os gados.

Resumidamente, as obras projectadas são:

— Um açude-ponte de represamento e derivação da água do Limpopo para o sistema de rega e passagem do caminho de ferro e da estrada, constituído por 39 portadas de 13,30 metros de vão, a obturar com comportas de balanceiros automáticos de 4 metros de altura;

— uma tomada de água para derivar 27 m. 3/s.;

— um canal condutor geral de 14 km. de desenvolvimento;

— dois canais distribuidores primários: um, de 52 km de extensão, dominante de 28.212 hectares, e capacidade de transporte igual a 25,7 m. 3/s.; outro com cerca de 6 km. de comprimento, destinado á rega de 600 hectares;

— um sistema de 31 canais secundários;

— 12 valas colectoras gerais para o enxugo;

— diques de defesa contra as cheias;

— adaptação completa ao regadio.

(Extracto da conferência proferida em 1 de Junho do corrente ano)

PORTUGUESES NO ORIENTE

A VELHA CAPITAL DA ÍNDIA

(Continuação da pág. anterior)

uma armada de vinte e três velas, mil e quinhentos portugueses e trezentos malabares, com a qual larga de Cananor, ao longo da costa, e aporta a Onor — a Honavar da moderna cartografia inglesa — para reforço, obtendo ali informes da situação de Goa, cujo monarca de novo se ausentara para reivindicar pelas armas a posse de afastados territórios, deixando a ilha entregue a quatro mil soldados mouros, secundados por maior numero de turcos, rumes e venezianos.

Esta forte guarnição, a importancia dos trabalhos defensivos que ali haviam, entrementes, construído peritos italianos e engenheiros categorizados; a admissão de que a resistência podia prolongar-se por período que permitisse o regresso do Idalcão e seus exércitos e a chegada de socorros de outros soberanos interessados no insucesso, desprestígio e expulsão dos portugueses, explicam que Albuquerque permanecesse onze dias em Angediva, onde seguidamente fundeou, tomado de aparente irresolução.

Vencida aquela, aportou a frota a Goa aos 20 de Novembro de 1510. Ali se reacenderam pronto as divergências entre a oficialidade, cuja maioria opinava pelo ataque imediato da fortaleza, e o governador, que preferia render primeiro as estancias defensivas das fortificações, que muito dificultavam o desembarque rápido e ordenado.

Na execução deste plano, dividiu Albuquerque os atacantes em três companhias, que simultaneamente acometeriam as estancias por dois lados, enquanto ele, comandante supremo, diligenciaria surpreendê-las pela retaguarda, tomando o caminho que as separava da cidade, o que impediria o envio de reforços desta para aquelas.

O resultado excedeu a previsão, pois que o ímpeto dos portugueses logo triunfou da resistência, levando os defensores estupefactos da estancia de roldão até aos muros da urbe, que entraram de mistura com os perseguidores.

O assombro deu breve lugar ao pânico e á fuga desordenada dos turcos para Benastarim, onde o medo os compeliu a tentarem a travessia a nado para a terra firme, com perda de vidas numerosas.

Assegurada a vitória, que custou milhentas baixas ao inimigo, foi Goa posta a saque e dela retiradas para a coroa cem bombardas grandes e muita artilharia, duzentos cavalos e considerável riqueza em dinheiro, fazendas e pedraria.

Afonso de Albuquerque cuidou com desvelo do reparo e ampliação das fortificações da cidade que ia ser metrópole de um império imenso e que ainda atesta, a despeito do tempo e das vicissitudes, as qualidades colonizadoras excepcionais da raça lusitana.

A rápida capitulação de Goa teve repercussão enorme no Oriente, no crédito português e na reputação do governador da India, cuja amizade logo implorou solícito o rei de Cambaia, tredo aos compromissos que o ligavam aos soberanos de Calecute e Egipto, a troco da entrega dos portugueses que ele tinha em cativeiro e da cedência de Dio para edificação de uma fortaleza nossa.

O Soldão renunciou ao projecto de construir nova esquadra em Suez para secundar as pretensões estultas dos seus aliados da India.

Outros protestos de submissão fizeram os rajás de Onor e Narsinga e o próprio Samorim de Calecute, cujos embaixadores manifestaram a Afonso de Albuquerque o regozijo do soberano pela vitória portuguesa de Goa, o desejo que ele tinha da amizade do rei de Portugal e o propósito em que estava de oferecer-lhe todo o seu Estado e o direito de levantar ali uma fortaleza, oferta insincera que breve traíu, com o pretexto de que o forte havia de edificar-se em Chalé — o ilheu Chalyam das cartas inglesas — e não no ponto estratégico da própria cidade de Calecute, que o governador escolhera.

Enquanto adversários e inimigos de outrora se curvavam ante o triunfador, este, liberto da preocupação em que o tivera a coligação dos monarcas do Egipto, Ormuz, Goa, Cambaia e Calecute, concentrava toda a atenção e energia nos magnos interesses que lhe estavam confiados, adoptando as convenientes disposições militares e recorrendo, simultaneamente, a uma política notável de captação do indígena.

A ultima foi ao extremo de incitar o próprio Idalcão a encetar transações mercantis com os novos senhores da capital que fora sua, oferecendo-lhe ajuda contra os seus inimigos e prometendo-lhe destacada posição entre os príncipes muçulmanos.

Porque, esclarecem os «Comentários», Afonso de Albuquerque, para encaminhar as coisas da India como convinha ao serviço de El-Rei de Portugal, trabalhou sempre por dar a entender a cada um destes senhores que com ele queria ter paz e amizade e trato de cavalos, que era o que eles pretendiam, porque como os tinha sobre o pescoço em Goa, queria-se valer, com este artifício, de os ter divisos.

Ainda com o objectivo de não privar a cidade do comércio a que devia a opulência, expediu Albuquerque alguns navios para correrem a costa e incitarem as embarcações mercantes que topassem a aportar a Goa e transacionar ali os seus carregamentos.

Com o mesmo fim mandou emissários a vários reinos e fez distribuir pelos principais mercadores casas adequadas á arrecadação das coisas do seu negócio.

E para que os interessados encontrassem em Goa carga em quantidade e facilidades mercantis, ordenou que a feitoria fosse sempre bem provida de artigos de permuta e fez lavrar moeda de ouro, prata e cobre, na qual transformou as muitas que então ali corriam.

Dignas de louvor são também as medidas que adoptou para dotar a capital da India de uma colónia fixa, escolhida, incitando, com esse objectivo, os solteiros ao matrimónio e preferindo os casados para o desempenho dos principais cargos administrativos.

E, pormenorizam os «Comentários», já a este tempo haveria em Goa quatrocentos e cinquenta casados, todos criados del rei e da rainha e dos senhores de Portugal; e eram tantos os homens que queriam casar que se não podia Afonso de Albuquerque valer com requerimentos, e ele não dava licença senão a homens honrados. E por favorecer este negócio, por ser obra de suas mãos, e também por serem homens honrados e terem merecido por seu serviço fazerem-lhe mais mercê, dava-lhes muito mais em casamento do que estava limitado por el-rei D. Manuel, porque as mulheres com quem casavam eram filhas dos principais homens da terra. E fazia-lhes este favor porque vendo os gentios o que ele fazia a suas filhas, netas e irmãs, viessem de melhor vontade a tornar-se cristãos, e por esta razão não consentiu que nenhuma delas fosse cativa e mandou-as tornar todas aos homens que as tinham. E repartiu por todos os casados as terras, casas e tudo o mais que havia para começarem de viver; e se as mulheres que casavam pediam as casas que foram de seus pais ou de seus maridos, mandava-lhas dar.

Com a conquista de Goa consolidam-se os alicerces do futuro Império dilatam-se os projectos do grande obreiro, as suas aspirações adquirem viabilidade e a Asia submete-se resignada á tutela lusitana.

A facilidade do sucesso põe Albuquerque frente á sua estrela, abre-lhe horizontes novos e sem limite, dissipa as hesitações, junge a esperança e a ambição á realidade e ao triunfo.

Obtida a capital cuida o ínclito predestinado de torná-la a cabeça de um império imenso; esse anseio, breve tornado obcecação, provoca a concepção sublime de dominar menos pela força do que pelo prestígio e pela posse dos entrepostos vitais do comércio asiático.

Meia duzia de fortalezas, bem guarnecidas e situadas estratégicamente á entrada daqueles entrepostos, permitirão fechá-los ao tráfico simultaneo das importações e exportações, colocando assim nas mãos discricionárias do governador português o comércio do Oriente e com ele um argumento decisivo para submeter, sem recurso á guerra, as populações que importam para não morrer e as que exportam para subsistir.

VISCONDE DE LAGOA

(1) João de Barros — *Década II*, liv. 5.º, cap. 3.º.
(2) Ibid.
(3) loc. cit., cap. 4.º
(4) loc. cit., cap. 7.º.

GOA — Rio Tiracol, em Nonbag

ULTRAMAR

«DIÁRIO POPULAR»

COMUNICAÇÕES AÉREAS E MARÍTIMAS NACIONAIS PARA O ULTRAMAR

PORTUGUÊS

A Metrópole e o Ultramar

por A. C.

A barragem das Mabubas, que há-de fornecer energia eléctrica a Luanda, encontra-se já em fase adiantada de construção

1)—Ainda é cedo, porventura, para fazer uma análise segura e convenientemente documentada da influência política da Europa no continente africano, e para determinar quais os métodos de povoamento e ocupação que produziram melhores resultados na civilização das vastas zonas do sul do Sara e nas bacias dos grandes rios que alimentam o Nilo e o Níger.

A experiência do Continente negro vem, quase se pode dizer, das primeiras viagens dos portugueses às costas ocidental e oriental, mas o potencial europeu em população e recursos financeiros, e até em capacidade organizadora, era bem restrito nesses tempos.

Só a partir dos meados do século passado se sentiu, com maior intensidade, a mão europeia no desenvolvimento dos grandes recursos agrícolas e mineiros que já constituem hoje a base de sólida actividade económica.

Coube a Portugal, na divisão de influências políticas, uma parcela que, embora pequena em comparação com direitos históricos indiscutíveis, representa, do lado do Atlântico e Índico, áreas importantes. E por um conjunto de circunstâncias felizes, derivadas em grande parte de hábeis e inteligentes reconhecimentos de navegadores e pioneiros lusitanos nas duas costas, é em territórios portugueses que existem maiores facilidades físicas e geográficas para servir as grandes possibilidades do interior.

Há, tanto em Angola como em Moçambique, bacias e portos que, ligados às terras ricas do centro, podem ser, e já são em grande parte, o escoadouro natural de minérios e produtos industriais e agrícolas de variada natureza.

As duas grandes províncias de Angola e Moçambique constituem por esta razão, e ainda porque possuem vastos recursos potenciais de natureza económica, territórios a que está destinado, no futuro, um papel de primeira grandeza no desenvolvimento de um dos mais ricos e inexplorados continentes.

Aspecto actual do aproveitamento hidroeléctrico do Revue, próximo de Vila Pery, em Moçambique

O EXEMPLO DO BRASIL

2) — Foi reservado a Portugal a criação de uma das mais vastas nações do globo.

Pode dizer-se que constitui milagre, em mundo cheio de ambições materiais e políticas, a formação na América, durante cerca de 3 séculos, de uma nação lusitana, quase metade de um continente, em região de variados climas e condições geográficas. E é até certo ponto paradoxal a harmonia e a coesão política desta nação que, vinda das vastas solidões húmidas e quentes do Amazonas, morre no sul, nas temperadas e até frias pampas do Rio Grande, e que, bem para o interior, atinge ousadamente os píncaros nevosos dos Andes. Por toda ela, no Norte e no Sul, nas abas das serras, quase a atingir o Pacífico e nos vastos descampados do interior, se sente ainda hoje a força de um braço gigante e o génio de uma raça do Ocidente europeu, que construiu cidades no litoral e a milhares de quilómetros no interior, ergueu castelos, marcou limites políticos, desbravou terras, civilizou povos primitivos, vincou com segurança o cunho indelével do seu modo de ser, das suas qualidades e defeitos, implantou a sua Fé, e mergulhou no fundo da terra, para ali bem se prenderem, as raízes de um povo que, embora pequeno em número, tinha tão elevados recursos psíquicos que para sempre moldou as características de uma grande Nação.

Tão vasta tarefa, com tão brilhantes resultados, é seguramente razão para crer na possibilidade de transformar Angola e Moçambique em duas grandes províncias lusitanas, onde se perpetuem as características da Mãe-Pátria.

E' essa tarefa que cabe às gerações actuais e futuras e é para esse objectivo que devem ser encaminhados todos os esforços dos povos de origem lusitana.

O FUTURO DE ANGOLA E MOÇAMBIQUE

3) — Vistas as coisas à luz das condições modernas, o desenvolvimento político de Angola e Moçambique tem de ser firmado na gradual ocupação económica das duas províncias.

A fixação de gente europeia num e noutro território só pode ser eficaz e duradoura na base do gradual desenvolvimento dos seus recursos económicos. E' preciso criar condições que permitam o emprego remunerador dos emigrantes metropolitanos, dentro de circunstancias que justifiquem esse emprego.

Angola e Moçambique podem dividir-se em zonas próprias para a vida normal do branco, e outras em que essa vida é precária. Mas este facto não impede que tanto uma como outra zona se não mantenham fora do âmbito e orientação do indivíduo de raça branca, desde que as comunicações entre elas se tornem fáceis e rápidas.

Esta definição de princípios sugere logo o exame de certo número de condições muito importantes e de grande relevo na vida dos dois territórios. As de maior projecção relacionam-se naturalmente com os dois factores fundamentais: a mão-de-obra indígena e os investimentos indispensáveis à execução das obras e explorações agrícolas e industriais nas duas províncias.

São estes dois fundamentos que condicionam o progresso futuro das províncias africanas. Necessitavam de ser meticulosamente analisados, de modo a poder ser firmada uma conveniente política que tenha em conta a emigração da Metrópole, o mais eficiente uso da mão-de-obra indígena, e o melhor emprego dos capitais disponíveis para investimentos africanos.

O INVESTIMENTO E A PRODUÇÃO

4) — Pode dizer-se que, de tudo, o mais importante se refere a investimentos.

Se fosse possível assegurar durante o espaço de tempo de uma ou duas dezenas de anos, o investimento contínuo e metódico de determinada quantia, em cada ano, pode dizer-se que não seria difícil estabelecer um programa razoável de explorações produtivas que levassem ao estabelecimento de condições susceptíveis de permitir a absorção de apreciáveis massas de emigrantes, com emprego remunerador, e à adaptação da mão-de-obra indígena disponível, ou tornada disponível por força de alterações a introduzir no actual regime de trabalho.

ENGENHEIRO ARAUJO CORREIA Antigo Ministro e deputado à Assembleia Nacional, em sucessivas legislaturas, que, num dos seus notáveis relatórios sobre as Contas Publicas, teve oportunidade de apresentar o programa económico do Ultramar

As explorações agrícolas e industriais devem ter em conta a necessidade de extrair o máximo de proveito económico, tanto no aspecto ético, de emprego de europeus, como no aspecto de rendimento. Mas é vantajoso variar na medida do possível a economia de ambos os territórios, de modo a evitar os terríveis ciclos económicos que, tanto no Brasil como em Angola e Moçambique, periòdicamente arrasam a vida comercial e industrial.

E' indispensável não concentrar as explorações apenas sobre meia dúzia de produtos, como foi o caso dos minérios, do gado, do açúcar e do café no Brasil, e como também já foi o caso de outros territórios em África, no arquipélago Malaio e em outras zonas agrícolas do Mundo.

As condições actuais são de molde a garantir uma política construtiva, orientada no sentido que acaba de se enunciar.

Um e outro território atravessam neste momento um período de alta de preços e, por consequência, de lucros elevados que em grande parte se escoam para fora do ciclo da sua economia. Parece não ser má a ocasião para o início de um programa vigoroso e ordenado de realizações, em que o emprego dos investimentos tenda à melhoria da produção interna, ao seu gradual desenvolvimento, e, sobretudo, à criação de condições que permitam a fixação, em termos definitivos e razoáveis, dos excessos das populações metropolitanas e das Ilhas.

Circunstancias de ordem política impõem que nos anos mais próximos se execute esse programa, sobretudo no interior de alguns dos territórios do sul de Moçambique e de Angola.

Existem já anteprojectos, convenientemente elaborados, e há vantagem em estudar, com toda a rapidez, as possibilidades oferecidas pelos recursos das duas províncias, que são valiosos, tanto em matéria agrícola como industrial.

Presume-se que o objectivo deverá ser também de natureza política — desconcentrar a população branca, do litoral para o interior, criando condições de conforto e sanidade, para não repetir o erro de certos países novos em que às grandes cidades no litoral correspondem quase desertos no interior.

Mas uma das mais importantes resoluções a tomar, no delineamento de qualquer programa, tem de ser a de variar a produção dos dois grandes territórios, a fim de evitar que a crise nos preços de um ou outro produto venha a ferir profundamente a economia de toda a província.

E' altamente nociva para os países novos uma economia baseada apenas na exportação de poucos produtos, como o café, o sisal, a copra, os diamantes e outros, e circunscrever o trabalho de milhões de homens apenas a essas actividades. Convém ir pouco a pouco introduzindo novas culturas e novas indústrias de modo a formar com o tempo uma economia de conjunto harmonioso.

O SENTIDO DAS REALIDADES

5) — Só quem conhece as enormes distancias que muitas vezes separam centros produtores dos portos de embarque, pode avaliar o meticuloso cuidado que é necessário empregar no delineamento das vias de comunicação e outros aspectos da ocupação dos territórios de além-mar.

Há frequentemente tendência, no irrequieto espírito da gente lusa, para atingir de uma vez a perfeição. Seduz-nos a grandeza dos edifícios, o luxo das instalações, a pompa das grandes obras. Nunca, porém, deve ser esquecido por todos aqueles que assumiram longe da Mãe Pátria a honrosa missão de modelar nações, que a estabilidade económica é o fundamento do seu nobre trabalho.

De nada, ou pouco, valerão edifícios grandes — para hospitais, escolas, hoteis, desportos, e tantos outros fins civilizadores e culturais — se não forem criadas, simultaneamente, condições que assegurem a sua manutenção em escala adequada. E, por mais voltas que o Mundo possa dar, hão-de ser sempre os recursos da terra, do mar e do ar, que fornecerão os meios essenciais ao desenvolvimento dos povos.

O progresso dos territórios portugueses de além-mar depende essencialmente do esforço e da inteligência dos que lá vivem, da sã compreensão do papel que a Providência a cada um marcou.

Não há dúvidas, nem ninguém as pode ter, de que o português do Ultramar, visto no conjunto, cumpre bem a sua missão e sabe Deus, quantas vezes, em que dolorosas e terríveis condições.

Todos aqueles que viajaram há vinte anos, pelos descampados de Angola e Moçambique, sentiram, no fundo da sua alma, o orgulho de terem nascido em Portugal, ao ver a ocupação metódica, serena, segura, que o pobre emigrante, com poucas luzes e pouco dinheiro muitas vezes, ia fazendo em terra inóspita e ermas, que se desenrolavam na sua frente, num nunca acabar.

E' a eles, em grande parte, que se deve a defesa da soberania portuguesa em territórios que são o orgulho das gerações actuais. Que nunca se esqueçam desses famosos pioneiros que viviam anos sem fim em condições precárias, sofrendo os ataques do clima, à beira das florestas ou nas savanas desoladas.

Chega a ser milagre que por lá se tivessem conservado estoicamente tantos anos. Mas, se para os que usufruem, agora, os confortos de Luanda ou de Lourenço Marques, é consolador saber que os limites geográficos estão marcados e a obra está em franco progresso, nunca devem esquecer-se de que tudo isso custou sacrifícios, e não está ainda completo.

A tarefa dos portugueses em Africa não pode resumir-se apenas a materialidade — a construir estradas, caminhos de ferro e portos, a plantar ou semear

Bissau — Novo aspecto do cais Pijiguiti

(Continua na pág. seguinte)

ULTRAMAR

CREPÚSCULO DA COOPERAÇÃO AFRICANA

pelo engenheiro
RUY DE SÁ CARNEIRO
antigo Subsecretário de Estado das Colónias

Membros da delegação portuguesa á conferência para facilidades de defesa da África, que reuniu em Nairobi. Da esquerda para a direita, no primeiro plano: eng. Matos Viegas, Piedade Barreto e 1.º tenente Ura Cansado. A seguir: Drs. Franco Nogueira e José Nunes de Oliveira, almirante Ortins de Bettencourt, que chefiou a delegação, coronel José Beleza Ferraz e eng. Pinto Teixeira. De pé: major Pires Barata, comandante Frederico Cruz e drs. Pedro Borges, Navarro Soeiro e Lopes de Neiva

Num artigo que escrevi para a «Revista do Ultramar», em princípios de 1948, visionei «A Europa e a Africa de mãos dadas» apresentando alguns aspectos da colaboração entre essas duas partes do Mundo e do auxílio que mutuamente se poderiam prestar.

Para que a Euro-África pudesse ser uma realidade política e económica estável — disse então — necessário se tornaria demonstrar que a uma relação de utilidade da África para a Europa corresponde, reciprocamente, uma outra da Europa para África. E expliquei que, para o efeito, toda a acção a empreender em África teria de ser levada a cabo:

1.º — Sem prejuízos dos direitos de soberania exercidos pelos Estados para que os mesmos pudessem, com a sua autoridade e experiência, garantir o ambiente indispensável á preparação do almejado sucesso;

2.º — Sem prejuízo dos povos autóctones, antes tirando, como primeira consequência da obra a realizar, a melhoria das suas condições de vida e a elevação progressiva do seu nível espiritual;

3.º — Sem prejuízo das conveniências do povoamento branco, para este se intensificar, ainda quando de tal não resultasse outro benefício que o do relativo bem-estar dos próprios colonos;

4.º — Sem prejuízo de um equilibrado desenvolvimento económico dos territórios ultramarinos para que a maior vantagem viesse a caber a esses territórios, considerando as unidades nacionais que os mesmos constituem com as respectivas metrópoles como suporte indispensável de todo o sistema.

Eram estes, em meu entender, os quatro pontos cardeais de uma política objectiva que se propusesse firmar em África, sòlidamente, a nossa Civilização.

Há a dizer que se nenhum pacto se tentou concertar entre as Nações, visando tal finalidade muitos progressos se puderam, entretanto, realizar nestes últimos anos no sentido de se conseguir uma aproximação entre as autoridades de vária natureza que têm a seu especial cuidado e encargo o estudo e a resolução de muitos dos problemas respeitantes aos diversos territórios africanos. Procura-se destarte e por uma amiudada troca de impressões marcar orientação comum e estabelecer cooperação permanente de modo que a tarefa a executar nos diversos ramos da ciência ou da administração pelos órgãos nacionais competentes, se torne mais fácil, mais económica e mais eficaz. Os benefícios ou os ensinamentos colhidos em determinada região podem, assim, ser apreciados ou aproveitados nas outras. Concomitantemente deve ter-se também por inteiramente razoável que as reformas, as medidas as empresas levadas a cabo numa delas não venham trazer embaraços ou dificuldades de qualquer ordem para as restantes.

Quer dizer: o ultimo fim da cooperação africana consiste em obter o maior proveito para o conjunto dos territórios evitando, simultaneamente, que as providências adoptadas para um, possam trazer dano para os demais.

Deve notar-se que na longa série de reuniões e conferências efectuadas até agora, na Europa ou na África, sob o signo da cooperação, tem-se pretendido, de uma maneira geral, seguir a regra enunciada. Por vezes interesses de vulto ou pretextos de prestígio vêm dificultar o trabalho mas, se nem sempre se torna possível conseguir a solução mais apropriada, em grande número de casos evita-se o mal emergente das normas estabelecidas suprimindo-lhes qualquer carácter de rigidez ou dando-lhes significado mèramente provisório.

Não se nega, consequentemente, o valor da obra já realizada em múltiplos aspectos: policia e defesa sanitária, meteorologia, cartografia, investigação científica, etc.

O que se quer agora afirmar é que não será possível ir muito mais além ficando-se, portanto, extremamente afastado daquilo que se poderia ter pela meta natural de todos os esforços comuns: trazer a África á verdadeira civilização.

De facto, durante largo tempo, e isto ainda até há uma quinzena de anos, cada Estado, em harmonia com a sua capacidade ou com a sua vocação, procurava, nos territórios cobertos pela sua bandeira, melhorar progressivamente a vida das populações indígenas defendendo-as com afinco e entusiasmo dos que pretendessem fazer delas campo de desregrada e implacável exploração económica e assegurando-lhes com zelo e carinho uma assistência moral e material cada vez mais perfeita.

Ora, nos últimos lustros, este aspecto intrinsecamente humano a que se ligava a presença da autoridade branca em África tem sido toldado e até desvirtuado por motivos de ordem política que por vezes se lhe sobrepõem disfarçados em argumentos a favor de uma abstrata equidade ou acobertados em falsas noções de uma teórica melhoria social.

Então descobrem-se novos incentivos a um maior intervencionismo na tranquila vida dos indígenas enunciando-se novas fórmulas para a sua governação, tudo na mira de se acelerar um pretenso progresso político mas com grande risco de se perder ou desvirtuar o ingente labor devido á perseverança e abnegação dos povos colonizadores. E, assim, aquele bloco, de certo modo homogéneo, que representava o resultado de uma prolongada convergência de esforços empreendidos em favor de um alto ideal, está a fraccionar-se em atenção aos rumos divergentes que hoje nos diversos territórios se experimenta seguir.

Daqui a dificuldade pràticamente insuperável de levar a cooperação dos Estados a atingir o valor que seria devido ao bem geral. Se o género da obra é diferente e se até os processos de construção divergem, torna-se manifesto que a cooperação tem por limites naturais aqueles que possam abranger trabalhos de características semelhantes que sejam comuns ás diferentes obras em curso. Quer dizer: a área do terreno de cooperação dependerá do menor ou maior diferenciamento das políticas adoptadas pelo Poder responsável nas várias regiões africanas.

Ora essas políticas discrepantes, quebrando a unidade de acção civilizadora, fizeram da África de hoje um matizado de cores e de tons a distinguir uma multiplicidade de orientações na consideração dos seus problemas fundamentais. E não se diga que esses cambiantes são apenas efeito do diferente grau de desenvolvimento intelectual dos povos nativos ou consequência da variação de intensidade de quaisquer fenómenos sociais: isso, que poderia evidenciar a justeza ou desacerto de medidas tomadas em determinados países não consegue esclarecer convenientemente a diversidade dos critérios seguidos em zonas de condições idênticas.

Há que procurar mais longe a origem da divergência. Ela é em verdade a mesma que tem impedido e continuará a impedir aquela sincera harmonia que na própria Europa se julga indispensável para enfrentar os perigos reais que nos ameaçam. Mas, lá o problema ainda se agrava com a intervenção de novos factores que se prendem aos conceitos que se possam extraír da palavra «civilizar» ou que se liguem á tese da utilidade da presença (permanente ou apenas temporária) do homem branco em terra africana.

Esta falta de entendimento é notória e sintomática: não estamos todos a ver que ao cuidar-se da defesa da Europa contra o comunismo se procura paradoxalmente a aliança de um Estado comunista! A' falta de distinção entre a doutrina de Estaline e a doutrina de Tito pretende-se opor, com irrelevante ingenuidade, a existência de um diferendo entre os dois chefes o que faz pressupor que afinal se deseja combater a Rússia e não o sistema que ela nos pretende impor. Tal objectivo não seria, de resto, de admirar em certos políticos que, em boa verdade, só podem ver no comunismo uma lógica sequência dos princípios que mais ou menos claramente inscrevem nos estandartes dos seus partidos ou arvoram nas insígnias dos seus «clans».

Assim, torna-se evidente que esses políticos, ao transplantarem para África os mesmos princípios, impossibilitam, desde logo, uma aliança forte e perdurável entre as nações ali exercendo soberania. A zona propicia á cooperação internacional vai-se, desta forma, prática e sucessivamente limitando na medida que os caminhos por eles traçados se afastam dos seguidos por todos quantos se não embalam em ideologias suspeitas ou em fantasias perigosas.

Para demonstrar o que fica dito nem sequer se torna preciso ir buscar exemplos alicerçados em interpretações de conceitos de vida e de civilização que pudessem ser atribuídos aos diferentes povos colonizadores. Sem sair do «Commonwealth» Britânico topamos com o profundo abismo que separa a política adoptada na Costa do ouro — que nos recorda a velha fortaleza de S. Jorge da Mina — da defendida pela Rodésia do Sul ou da estabelecida na União da Africa do Sul.

Com efeito, quando em 26 de Fevereiro passado reuniu pela primeira vez o novo Conselho Executivo da Costa do Ouro, com a apresentação do elenco ministerial, chefiado pelo já célebre dr. Kwame Nksumah, no qual apenas três lugares (Negócios Estrangeiros, Justiça e Finanças) foram reservados a europeus, ficou definitivamente consagrada a divergência de pensamento a nortear a acção dos responsáveis pela administração e progresso dos países africanos.

Já não se tratava simplesmente de doentias infantilidades a conceber a formação de incríveis democracias negras, com a consequente assembleia de todos os indígenas da selva em redor das mesas eleitorais para emitirem os seus votos sobre os altos problemas da administração,—votos que as urnas recolhiam transformados em pedras de várias cores ou em desenhos de vários bichos a simbolizar, de forma expressiva, as opiniões abalizadas de tão conspícuos cidadãos.

Já não se tratava mesmo de um balofo concílio de chefes nativos (tão balofo, aliás, como muitos dos altos conselhos que abundam cá pela Europa) melhor ou pior ensaiados para dar às reuniões uma aparência de Parlamentos com os seus «leaders», os seus debates e os seus escândalos.

Por isso o sisudo «African World» quis justificar o sistema implantado na Costa do Ouro afirmando que, em matéria desta natureza, há menos risco em ir depressa do que em andar devagar esquecendo que a exacta solução de tais problemas não reside essencialmente na escolha de maior ou menor velocidade mas sim na oportuna distinção entre o bom e o mau caminho.

No caso citado, talvez a senda seguida não tenha sido a mais conveniente. Pelo menos a Rodésia do Sul reagiu imediatamente apontando as perturbações trazidas á sua política indígena pelas tendências manifestadas e pelas acções desenvolvidas

(Continua na 4.ª pág.)

A METRÓPOLE E O ULTRAMAR

(Continuação da pág. anterior

em proveito próprio. Tem de vincular-se no espírito de todos a ideia nítida e clara de que os territórios de além-mar são províncias portuguesas e que devem ser moldados com o sentido de lhes imprimir definitivamente em toda a sua vasta extensão as nobres caracteristicas da raça portuguesa: o amor pátrio, a bondade, o sentido do próprio valor e aptidões.

Está nisso, também, o interesse material e político porque, num mundo de ambições e excessos demográficos, é vantajoso reservar para a nossa raça os territórios que séculos de lutas e sacrifícios conseguiram defender até hoje Os frutos desta política serão colhidos não apenas pelas gerações actuais que lá vivem, mas por todos os seus descendentes, pelos anos em fora.

6) — Os artigos que formam a colectânea agora publicada, subscritos por especialistas nos diversos ramos da actividade ultramarina, podem dar ideia de algumas interessantes possibilidades dos territórios portugueses de além-mar.

As províncias ultramarinas, embora estejam sempre presentes no coração de todos os portugueses porque, quase sem excepção, todos nós lá temos, ou lá deixámos, um pouco do nosso sangue, são ainda vagamente conhecidas por muitos em matéria de possibilidades económicas e financeiras.

Algumas disposições introduzidas recentemente na Constituição, como a que se refere ao exame das Contas Publicas pela Assembleia Nacional, podem concorrer para tornar mais familiar aos portugueses da Metrópole as actividades dos portugueses do Ultramar. O intercambio económico e cultural entre os membros da grande família portuguesa será, assim, consideràvelmente facilitado.

Restam ainda para resolver alguns problemas importantes, como o das comunicações marítimas e aéreas, no sentido de as tornar mais fáceis e económicas; e outros relativos ao recrutamento de especialistas, que necessita de ser feito em condições que permitam rápida adaptação da técnica metropolitana ás condições do Ultramar. São coisas que o tempo resolverá, porque só a experiência e o contacto directo dos problemas dão ensejo ás melhores resoluções.

Mas tudo terá de ser feito gradualmente, dentro de princípios e normas que assegurem a melhor utilização possível das disponibilidades financeiras, que são grandes.

A. C.

O Governador da Rodésia do Sul, sir John Kennedy, em visita a Lourenço Marques, passa revista á guarda de honra feita por uma companhia de «Macuas» (Julho de 1951)

PORTUGUÊS

DOS ORÇAMENTOS E DAS CONTAS DE EXERCÍCIO

DAS PROVÍNCIAS ULTRAMARINAS

pelo coronel
VAZ MONTEIRO
Deputado da Nação e antigo Governador da Guiné

As recentes alterações introduzidas no Acto Colonial, quando da sua integração na Constituição Política da Republica Portuguesa, vão ter repercussões no Ultramar e na Metrópole e são de tal natureza importantes, que bem merecem que a Imprensa de elas se ocupe.

Essas alterações foram numerosas e até profundas sem, contudo, em nada ficar alterado o sistema colonizador português.

Eu desejo focar neste artigo a nova orientação, em matéria de finanças ultramarinas, que surgiu com as alterações ao Acto Colonial no momento em que este importante diploma deixou de ser um Acto Adicional para ficar integrado no seu devido lugar.

Referir-me-ei assim aos dois aspectos de essa orientação, que reputo de uma relevância extraordinária, por virem enquadrar o Direito Financeiro Ultramarino nos fundamentos jurídico-filosóficos que o informam e por marcarem uma nova etapa na nossa Política Ultramarina, toda ela imbuída de ideias assimiladoras, não no sentido romântico e anacrónico de comunidade de Direito que lhe foi dado pelos jus naturalistas racionalistas, mas sim no sentido de estender ao Ultramar a cultura, as concepções de vida, a civilização que nos individualiza perante os outros povos.

Refiro-me aos artigos 40.º e 43.º do Acto Colonial na sua nova redacção. Em virtude das alterações introduzidas concede-se ás Províncias ultramarinas o direito de votarem os seus orçamentos privativos pelos seus próprios órgãos, nos termos que a lei declarar; e na Assembleia Nacional vai passar a discutir-se, anualmente, o resultado das contas de exercício daquelas Províncias, depois de serem julgadas pelo Tribunal de Contas.

Antes de 1945, vigorava o sistema de «aprovação» dos orçamentos ultramarinos que evoluiu depois no sentido da autorização

Vou referir-se, primeiramente, ao artigo 40.º.

Até á revisão da Carta Organica, em 1945, vigorava o princípio da «aprovação» do orçamento. Com aquela, numa preocupação louvável de evolução, surgiu o princípio da «autorização», aliás entremeado com o primeiro, como se verifica no artigo 156.º e seus §§ da Carta Orgânica.

Não vou dissecar os dois princípios, por serem ambos do conhecimento de todos os colonialistas.

Lembro apenas que, num ou noutro caso, o papel das assembleias representativas locais é demasiado apagado. No sistema de «aprovação», podia acontecer que o orçamento aprovado pelo Ministro se tornasse irreconhecível em relação áquele que havia sido discutido no Conselho do Governo. E o mesmo se pode verificar «mutatis mutandis» com o segundo sistema. Bastará que na Metrópole sofram as bases gerais uma operação plástica que lhes altere a fisionomia.

Ora, a evolução das Províncias ultramarinas na senda do progresso tem-se acentuado fortemente nos ultimos anos. Tornou-se imprescindível alterar as fórmulas financeiras que as regiam, orientando-as num sentido de maior equidade.

As Províncias ultramarinas, graças ao esforço colonizador permitido pela situação criada pela Revolução Nacional, são já merecedoras de essas novas fórmulas.

Cada uma das Províncias de além-mar vota agora o próprio orçamento.

Salazar, com a sua experiência de homem publico e a sua extraordinária clarividência, verificou esse facto e, assim, no projecto por ele apresentado á Assembleia Nacional deu uma nova forma ao art. 40.º, entusiásticamente aceite por todos os membros da Assembleia.

Agora, as Províncias ultramarinas podem, por intermédio das suas assembleias representativas, votar os seus orçamentos privativos.

Quais seriam as razões que levaram Salazar a tomar esta iniciativa?

Foram duas, a meu ver, intimamente relacionadas entre si. Primeiramente, o real progresso das Províncias ultramarinas, verificado durante este período áureo do Estado Novo.

Depois, o facto do orçamento ser um plano geral da administração publica.

No orçamento encontramos as necessidades da pessoa jurídica a que respeita, os seus anseios, as suas preocupações, as linhas mestras dos seus problemas e as soluções preconizadas.

É, pois, justo que as populações que contribuem com o sacrifício de parte do seu património individual para a obtenção dos planos da administração, tenham parte activa e relevante, através dos seus representantes legais no Conselho do Governo, na confecção do orçamento.

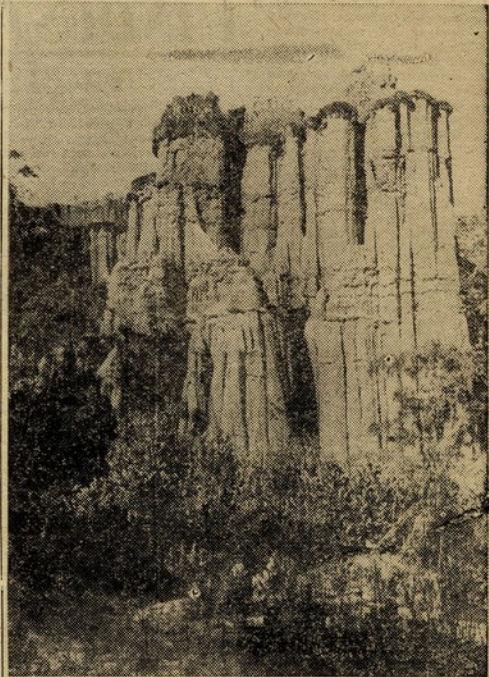
Por outro lado, os órgãos locais estão numa posição mais favorável para avaliarem das necessidades locais.

Claro está que esta ideia tem de ser temperada com uma suave, em princípio, intervenção do Governo metropolitano, pois que as Províncias ultramarinas formam no seu conjunto, concomitantemente com a Metrópole, um bloco unitário que é preciso não perder de vista.

Mas, para conciliar os interesses das Províncias de além-mar com o de toda a Nação, pode o Governo servir-se do governador, que é o seu representante político e que tem assento no Conselho do Governo, como seu presidente.

E se esta suave pressão se tornar inoperante, o Governo tem um travão poderoso que lhe é fornecido pelo art. 47.º do Acto Colonial.

O outro aspecto da nova orientação é o referente á nova redacção do art. 43.º e diz respeito á discussão que passa a ser

(Continua na 6.ª pág.)

Acção erosiva do arenito Nomolonguè, em Milange (Moçambique)

IMPRESSÕES SOBRE A INDÚSTRIA MINEIRA DA ÁFRICA PORTUGUESA

pelo engenheiro
PEDRO CABRAL DE MONCADA

Se exceptuarmos a Companhia de Diamantes de Angola com as suas explorações no extremo nordeste da Província, vizinha de paredes-meias com as explorações belgas de diamantes do Congo, podemos afirmar que a produção mineira da África Portuguesa está em contraste flagrante com a dos territórios limitrofes, sendo o valor global dos minérios por nós extraídos, muito inferior ao da produção de qualquer dos nossos vizinhos.

A Rodésia do Norte, Rodésia do Sul, União Sul-Africana, Congo Belga e outros vizinhos nossos, vivem acentuadamente ou mesmo essencialmente das suas minas, facto este que por ser tão conhecido, nos dispensa de demonstração pela transcrição de dados estatísticos.

A produção de diamantes da Lunda, desempenhando um papel importante na economia de Angola, honra-nos em qualquer parte. Consideramos modelar a sua organização técnica e administrativa, que nos foi dado conhecer durante alguns anos de estadia na Lunda.

A Companhia trata diáriamente cerca de 3.500 metros cubicos de cascalho diamantífero, que equivalem a mais de 7.000 toneladas, produzindo anualmente cerca de 800.000 quilates ou sejam 160 kg. de diamantes, predominantemente joias de superior qualidade. Estes numeros bastam para a incluir no numero das grandes empresas mineiras africanas.

Este modesto artigo tem por intuito analisar as causas da pobreza da industria mineira dos nossos territórios africanos, em especial na nossa Província de Moçambique, sem empreendimentos mineiros de vulto.

Faltam-nos é certo muitos elementos importantes para que nos possamos pronunciar mais abertamente, e as conclusões que tiraremos adiante só se deverão considerar como um ponto de partida para um estudo mais detalhado que, em nosso entender, urge fazer-se.

De entre os elementos que nos faltam, citaremos:

1 — Conhecimento exacto de quanto o Estado tem feito em matéria de prospecção mineira em ambas as Províncias. Resultados obtidos, métodos de trabalho empregados e visita dos trabalhos de prospecção no local do trabalho.

2 — Conhecimento do que se passa nas Colónias limitrofes no mesmo campo. Apoio dado pelo Governo da União, Rodésias e Congo Belga ás pesquisas e explorações mineiras. Fundos de fomento mineiro nestes territórios.

3 — Conhecimento do pequeno passado mineiro de algumas regiões das nossas Províncias Ultramarinas. Por exemplo, Tete, Macequece e outras.

Os elementos em que nos basearemos para fazermos alguma crítica, são sobretudo os que colhemos pessoalmente durante cerca de quatro anos passados no mato africano, vividos intersamente em prospecções e explorações mineiras, levadas a efeito por particulares.

Em nosso entender, o atraso mineiro das nossas Províncias africanas, poderia, em princípio, atribuir-se aos factores:

1 — Pobreza mineira do nosso subsolo ultramarino.

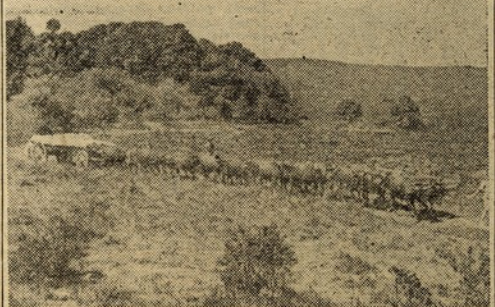
2 — Falta de capital e de iniciativa dos colonos portugueses.

3 — Falta de apoio técnico e económico por parte do Estado.

4 — Desenvolvimento insuficiente da restante industria ultramarina e metropolitana, razão esta que poderia determinar, em especial, um certo atraso na extracção de combustíveis, óleos, minérios de ferro para consumo próprio, etc.

A nossa indústria mineira africana não se desenvolve no ritmo possível

Se considerarmos a existência de alguns jazigos importantes, há muito conhecidos e cujo de-

(Continua na pág. seguinte)

Transporte de minério de alumínio «Bauxite», na serra de Moriangane, em Manica

ULTRAMAR

A INDÚSTRIA MINEIRA NA ÁFRICA PORTUGUESA

(Continuação da pág. anterior)

senvolvimento mineiro é ainda hoje modesto ou insignificante, poderemos talvez concluir que a nossa industria mineira africana não se desenvolve no ritmo possivel para atingir a importancia a que tem direito.

Entre estes jazigos citaremos os jazigos de carvão do Moatize, os jazigos de vários minerais do Alto Ligonha, ambos na Provincia de Moçambique e os jazigos de betuminosos em Angola.

Conhecemos ainda, embora sómente por informação, a existência de outros jazigos de carvão no norte de Moçambique, não querendo já referirmo-nos á possível existência de petróleo nas nossas Provincias Ultramarinas.

Sobre outros jazigos no Além-Mar português não estamos suficientemente informados para que nos permitamos citá-los para tirar conclusões. Entre eles os de cobre, os de manganés de Angola, etc.

O carvão do Moatize com cerca de 7.000 a 7.200 Cal. por kg., 12 % de cinza, 23 % de matérias voláteis e pobre em enxofre, segundo análises conhecidas, aparenta ser uma matéria-prima de primeira qualidade.

A reserva conhecida de algumas dezenas de milhões de toneladas, talvez de uma centena, encontra-se á superfície e convida a um desmonte barato sem grande emprego de capital.

As reservas dos jazigos de betuminosos de Angola parecem justificar uma lavra em grande escala

Os jazigos de betuminosos de Angola são mais complexos, aparecendo, ali, carvões extraordináriamente gordos, xistos betuminosos e rocha asfáltica, tudo matérias-primas de verdadeiro interesse industrial e com multiplas aplicações possíveis, em especial queima, produção de óleos e combustíveis líquidos em geral e produção de materiais asfalticos para pavimentação e construção civil.

Sobre as reservas destes jazigos não estamos suficientemente informados; julgamos, no entanto, baseados em informações várias, serem as mesmas suficientemente amplas para justificarem uma lavra em grande escala.

Dado o caso da nossa Metrópole ser pobre em combustíveis, importando anualmente uma considerável quantidade de carvões e petróleos, o que influi de forma apreciável na nossa balança comercial e nível de vida e dado o facto do nosso Ultramar importar todo o carvão e óleo de que necessita, não se compreende por que razão não se tira mais proveito, pelo menos destes dois jazigos citados para exemplo.

Uma activação da lavra dos mesmos poderia representar facilidades dadas á produção de força motriz para usos industriais, á circulação ferroviária e marítima, á industria química, á produção de gasolinas e óleos para consumo do Império, (Síntese de Fischer ou Hidrogenação), á siderurgia que actualmente falta em absoluto no Ultramar e na Metrópole, etc.

Cumpre-nos prestar toda a justiça aos esforços recentes dos concessionários para a activação da lavra destes jazigos e atender ás enormes dificuldades que os mesmos encontram e se opõem a tais empreendimentos.

Contudo, o desenvolvimento mineiro destes combustíveis e porventura de outros, também africanos, está longe de atingir o elevado plano de interesse económico a que tem direito.

O Alto Ligonha tem jazigos suficientes para lançar um empreendimento de vulto

O Alto Ligonha é um exemplo típico de uma vasta região mineralógicamente interessante. O seu interesse vem-lhe das suas majestosas pegmatites mineralizadas com berilo comercial, mica, columbite, tantalite e joias (Turmalinas, Aguas-Marinhas, Topázio, etc.), bem assim como dos seus filonetes, eluviões e aluviões auríferos.

Trabalhámos na região e tivemos em tempos uma das grandes satisfações que um engenheiro de minas pode ter ao prospectar ali jazigos de valor, capazes de lançarem um empreendimento mineiro de vulto. Sentimo-nos assim autorizados a falar com um certo detalhe do interessante exemplo do Ligonha.

Os jazigos, na sua maioria, ou mesmo na sua totalidade foram descobertos por pequenos pesquisadores, também chamados pequenos mineiros, aventureiros do mato por desbravar, sóbrios, indisciplinados, sem capital, mas com o merecimento da sua esperança e força de vontade.

E' esta gente que por vezes ensina o caminho ao capital e aos técnicos, desempenhando um papel tão importante na primeira evolução de tantos empreendimentos mineiros.

Para avaliar do interesse dos jazigos bastará dizer que em pleno regime de anarquia técnica, trabalhando por processos rudimentares, os pequenos mineiros extrairam do Ligonha, até hoje, minérios no valor de, pelo menos, 5.000.000 de escudos.

Constituiu-se uma Sociedade para explorar as reservas ainda desconhecidas desta região mineira. Nesta Sociedade aliou-se aos pequenos mineiros, algum capital da Província tendo havido colonos que entraram com as suas economias.

Seguiu-se uma prospecção sistemática acompanhada de projectos para lavra e tratamento de minérios, que revelou a possibilidade do nascimento de uma interessante empresa mineira, organizada em moldes sãos.

Depois faltou o dinheiro para equipar o primeiro jazigo de ouro, a módica quantia de 2.000.000 escudos.

Pediu-se então o auxílio económico do Estado o que encontrou toda a compreensão por parte do Governo Geral da Província. Pensou-se na criação de um fundo de fomento mineiro para a Provincia de Moçambique pelo qual seria financiada a Empresa, que se comprometia a restituir a importancia ao fim do primeiro ano, dando ao Estado todas as garantias desejadas. Tal ideia não achou compreensão superior.

Já lá vão perto de três anos desde que se passaram estes factos e a Empresa ainda não conseguiu equipar eficientemente o seu primeiro jazigo e continuou durante muito tempo, e pensamos que continua ainda hoje, a extrair alguns minerais por processos rudimentares, sem meios técnicos, comprometendo a sua riqueza e a futura lavra.

Assim o Alto Ligonha não contribuiu até hoje para a riqueza da Província no plano a que tem direito e corre, quem sabe, o perigo de amanhã ser explorado por estrangeiros.

Na impossibilidade de desenvolver os jazigos, há muito que nos afastámos de Moçambique e sentimos uma certa satisfação em poder por este meio chamar a atenção para este caso e talvez contribuir assim para que os accionistas bem intencionados desta Empresa vejam de qualquer forma a sua iniciativa recompensada com o florescimento de uma Organização de interesse nacional.

A pobreza do subsolo da África portuguesa não justifica suficientemente o nosso atraso mineiro

Dos exemplos citados parece poder-se concluir sem receio de se ser subjectivo, que a primeira razão apresentada, a da possível pobreza do nosso subsolo, o que justificaria a nossa pobreza mineira, não colhe por completo.

Draga explorando aluviões auríferas do Rio Revue

Vimos que existem jazigos importantes, pelo menos os dos exemplos apontados, de que não tirámos até hoje o proveito a que podemos aspirar.

No respeitante a uma pesquisa mineira sistemática dos nossos territórios africanos, é possivel que, dada a vastidão e as dificuldades próprias do nosso mato africano, porventura maiores do que nos territórios limitrofes, ainda haja algo a esperar.

Quantas vezes não fizemos, em silêncio, planos para, uma vez lançado o Alto Ligonha, levar a Empresa prestigiada, a Emdal, a prospectar as inóspitas bacias do Rovuma, Lugenda e Mogaruma.

Mas a batalha perdeu-se logo de início; ninguém apoiou o jovem empreendimento.

Pensamos ser lícito concluir que, no nosso Ultramar, é possível desenvolver uma industria mineira, que apoie económicamente as Províncias africanas e a Metrópole, bem mais importante do que a que existe actualmente.

A pobreza do nosso subsolo africano não é argumento que explique, para além de certo ponto, o nosso atraso mineiro.

As principais razões deste relativo atrazo residem em nós e podem desaparecer se quisermos, se tivermos a força de vontade necessária para tal.

E daqui, uma esperança construtiva, a possibilidade de fazermos mais e melhor.

Esta esperança tem, além de tudo, a alimentá-la a confiança que o actual Governo conseguiu há muito merecer á Nação e que tão brilhantemente tem sabido confirmar através das suas realizações em tantos outros domínios da economia e da vida nacional.

P. C. MONCADA

CREPÚSCULO DA COOPÈRAÇÃO AFRICANA

(Continuação da 2.ª pág.)

pelo «Colonial Office». E o seu Primeiro Ministro, «Sir» Godfrey Huggins, marcou a posição dos sul-rodesianos em relação ás propensões patenteadas com uma frase simples que é simultaneamente grito de protesto e afirmação solene: «We are there to stay!»

Por seu turno o dr. Malan, em nome do Governo da União, fez uma declaração enfática que é também manifesta advertência: «A política colonial britanica em África mina o «Cammonwealth» e leva á sua gradual liquidação».

E' sobremodo evidente que a falta de um objectivo superior comum prejudica irremediavelmente todos os desejos, por mais sinceros que sejam, de uma estreita coordenação de esforços das diversas nações.

Se, como notámos, dentro da própria comunidade britânica se defendem pontos de vista situados em polos opostos natural é que, fora dela, os demais interessados manifestem opiniões e tomem atitudes também dispares.

Não nos propomos, no entanto, fazer aqui a descrição do panorama político correspondente a cada uma das circunscrições regionais da África do sul do Sara. Apenas anotaremos que os belgas continuam advogando aquilo que se designou por «paternalismo» e que se traduz num regime de protecção moral e material do indígena que, aliás, no conceito britânico, segundo Mrs. Huxley, quebra as salutares manifestações de independência do homem negro. Os franceses, por seu turno criaram a União Francesa; o que ela deverá representar ficou expressivamente traduzido nesta declaração de Theodore Monod (Le Monde Noir, 1950): «L'Union Française demeurera un vain mot si elle n'est pas une «symbiose» véritable. J'emploie à dessein le terme technique qui désigne association intime et constante de deux organismes dans des conditions que peuvent être considérées comme leur assurant des bénéfices réciproques». Portugal é um caso á parte que corresponde a uma maneira especial de encarar os contactos das raças permitindo a integração de todos os seus valores morais na mesma unidade nacional.

Esta gama variada de concepções de uma politica ilustra a nossa tese de que a obra de cooperação africana, desde que se queira erguer a um plano superior, esbarra com as atitudes dos próprios Governos responsáveis tomadas em relação aos naturais.

Tais atitudes, quando se permitem substituir um critério superior de civilização por quiméricos sistemas políticos, podem ter grave influência, não só na segurança geral de África, no presente, mas ainda no evoluir das aspirações das massas indígenas, fomentando falsos ideais de patriotismo, com os seus absurdos «chauvinismos» e irreflectidos desmandos, ou espalhando a doutrina comunista com as suas noções diabólicas da força ao serviço da violência e do ódio ao serviço da luta, já não entre classes mas entre raças.

Projectos de defesa comum, projectos de supervisão económica, projectos de coordenação técnica estarão assim, no futuro, irremediavelmente prejudicados. E a cooperação africana, em vez de se estreitar e apurar, será apenas, em curto prazo, uma bela recordação.

RUY DE SÁ CARNEIRO

Outro aspecto da acção erosiva no arenito do Nomolonguè, em Milange (Moçambique)

PORTUGUÊS

COORDENAÇÃO DAS ECONOMIAS METROPOLITANA E ULTRAMARINA

— O ARROZ

Pelo ENG. AGRONOMO
F. MONTEIRO GRILLO

Portugal metropolitano e insular contava no final do ano passado, segundo os apuramentos preliminares do respectivo censo, perto de oito milhões e meio de habitantes, dos quais cerca de 7.900.000 no continente, ou sejam em média 88 por quilómetro quadrado.

País de modestos recursos agrícolas e fracamente industrializado, vê avultar problema grave de superpopulação, que as restrições impostas á emigração nos ultimos dez ou doze anos tornaram mais agudo. Não é por certo impossível aumentar e tornar mais valioso o rendimento das nossas terras cultivadas, nem apetrechar industrialmente o território para produções que melhor assegurem a subsistência de todos imediata e directamente ou pela permuta de artigos manufacturados de colocação garantida no Ultramar e noutras partes do Mundo. A evolução que tem de proporcionar-se e experimentar-se para atingir o objectivo desejado não pode operar-se com a brevidade que a situação vem reclamando para atender as necessidades vitais da população portuguesa e seu normal crescimento. São indispensáveis estudos completos dos problemas em causa; largos investimentos de capital; aptidão técnica para a execução; coordenação perfeita e guia bem orientada para a realização dos empreendimentos aconselháveis, agindo com firmeza e suavidade ao sabor dos reflexos inteligentes e sensíveis das reacções nacionais legítimas. O Ultramar pode, deve e quer com certeza dar o seu concurso precioso ao abastecimento da Metrópole, considerados e devidamente ponderados os interesses recíprocos essenciais da comunidade em cada aspecto do plano de cooperação gizado. Exemplificamos o rumo que poderia seguir-se com o caso do arroz.

A área semeada no país tem aumentado nos ultimos dez ou doze anos, mas a produção média pouco tem excedido as setenta mil toneladas de bate, acusando oscilações apreciáveis de um para outro ano.

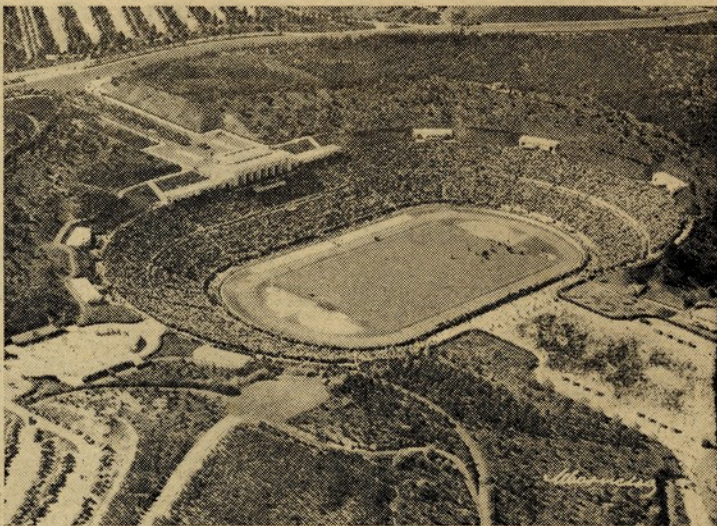
Sabe-se que é bastante variável o rendimento da cultura nas diversas regiões onde entre nós se pratica, aqui oferecendo boas oportunidades económicas, conseguindo além equilíbrio sem dificuldade e acolá arrastando-se e impondo sacrifícios ao consumidor. São também conhecidos os inconvenientes da endemia palustre que a orizicultura ocasiona e mantém em várias zonas. E' talvez possível explorar algumas dessas terras de outra forma em regime hortícola ou votando-as a forragem para produção de carne, leite e lacticínios em que o nosso «déficit» cresce.

Para completar o abastecimento nacional, sem contudo o tornar satisfatório e sem o libertar inteiramente de racionamento precário, importaram-se na Metrópole nos ultimos cinco anos umas 40.000 toneladas de arroz comercial, cujo valor fiscal se computou em mais de 210.000 contos.

A Guiné, Angola e Moçambique exportaram nos quatro primeiros destes cinco anos umas 32.000 toneladas, 11.000 das quais para Portugal, 14.000 para outras parcelas do Ultramar português e o restante para o estrangeiro em navios. No ultimo ano e daquela procedência o país recebeu pouco mais de 3.000 toneladas, tendo comprado ao Brasil quase 11.000. Pode dizer-se que são necessárias mais 40 a 50 mil toneladas de arroz por ano para consumo da Metrópole e Ultramar sem incluir Macau. Parece pois indicado estudar o problema do abastecimento nacional do arroz, considerando primeiro o continente, onde interessa esclarecer os seguintes aspectos: os reflexos na saude publica, do alargamento, manutenção ou redução da cultura arrozeira; o custo comparado da produção nas várias regiões orizicolas; a aptidão de algumas dessas terras para outras culturas e as possibilidades agronómica, económica e social de as explorar lucrativamente noutros regimes agrícolas ao encontro de necessidades nacionais. Têm de participar neste estudo higienistas, agrónomos, veterinários, economistas e orizicultores, além de algum outro sector de actividade relacionada, como a industria do descasque e preparo do arroz e o trabalho nacional, de modo que possa concluir-se em que condições deverá fazer-se a cultura deste cereal no Portugal continental. Este estudo deverá conduzir ao estabelecimento de regime que permita indicar: as quantidades mínimas de arroz que a Metrópole anualmente se propõe comprar ao Ultramar, preços justos que oferece e numero de anos a que se estende essa garantia. E' evidente que as tonelagens a importar hão-de crescer, que os preços terão de rever-se periodicamente segundo princípios básicos razoáveis e que serão prorrogados os períodos de garantia de compra. O arroz poderá assim tomar lugar de muito maior destaque do que hoje ocupa na alimentação nacional, como é aconselhável. O Ultramar poderá então estudar e realizar os planos apropriados de desenvolvimento da produção, atraindo o capital indispensável á valorização de extensos recursos potenciais existentes.

Resta prevenir fracassos tantas vezes constatados no estudo de problemas atribuídos a comissões numerosas. O trabalho fundamental que se advoga requer a colaboração de várias entidades. Há por certo em todos os sectores da vida nacional elementos de grande merecimento, mas alguns são incapazes de dar colaboração útil a qualquer estudo de conjunto. Tais elementos são de arredar de comissões que se empenhem em apresentar soluções exequíveis aos problemas postos, na firme convicção de que se passará á prova, realizando.

O método que se esboçou para o arroz pode provávelmente seguir-se para outros problemas da produção e abastecimento nacional com o concurso do Ultramar.

FERNANDO PEYROTEO
desportista angolano vinte vezes internacional de futebol: o melhor rematador de todos os tempos, cuja retirada prematura abriu uma lacuna ainda por preencher

Vista aérea do formoso Estádio Nacional

O MAJESTOSO ESTÁDIO DO JAMOR

ESPERA HÁ SEIS ANOS

PELOS JOGOS DESPORTIVOS IMPERIAIS

— GRANDE MANIFESTAÇÃO DE SOLIDARIEDADE LUSITANA

PELO
Dr. SALAZAR CARREIRA
INSPECTOR DE DESPORTOS

Em 30 de Novembro de 1955, foi aprovada, sem discussão, pelo Congresso de Clubes Desportivos, uma tese por nós apresentada sobre «O Intercambio Desportivo Colonial e Metropolitano», onde dizíamos: «O intercambio desportivo metropolitano-colonial, apreciado em qualquer dos seus sentidos, seria um benefício para a Nação. O alcance moral da visita a Portugal dos desportistas africanos, ou dos desportistas continentais ás provincias ultramarinas, seria enorme, unindo a mocidade portuguesa de áquem e de além-mar no campo onde melhor podem exteriorizar-se as suas virtudes pacíficas de energia e vigor físico».

E, na segunda das conclusões, alvitrávamos: «Portugal, terceira Nação colonial do Mundo, deve organizar periódicamente os Jogos Imperiais Portugueses».

Esta ideia, então inédita, tem voltado posteriormente e por várias vezes a ser agitada, conhecendo diversas paternidades que se apregoaram, sempre, originais.

No entanto, e infelizmente, nada se conseguiu ainda no ambicionado sentido de realização prática, só viável se o Governo da Nação chamar a si os encargos e a tarefa organizadora.

Por quanto nos é cara a ideia; porque, cada vez mais, a consideramos de formidável projecção nacionalista; pela certeza do entusiasmo que desperta em todas as nossas Províncias ultramarinas, voltamos a reviver o lindo sonho, neste numero do «Diário Popular», enquadramento precioso, argumentando em sua defesa na esperança de ganhar á causa, que é indispensável animar até á vitória, a continuidade do seu patrocínio, perfilhando-a.

As embaixadas desportivas ultramarinas cimentarão laços fraternais já existentes

Parece-nos inutil, pleonástico, apregoar as vantagens do intercambio desportivo como factor de melhor conhecimento mutuo, de confraternização ou de estreitamento de amizades. Uma embaixada desportiva é a melhor emissária de alma para alma, de coração para coração; leva consigo uma chama fulgida de vida, de juventude, que irá abrasar milhares de afeiçoados; não se circunscreve ao interesse de um escol, apaixona a multidão.

No caso particular que nos importa, de duplo aspecto, esse intercambio redobra de valor, porque cimentará laços fraternais já existentes, porque será como bálsamo mitigante da saudade latente no espírito de todo o português ausente da sua terra, embora em terra sua vivendo; porque permitirá aos portugueses da Metrópole e aos portugueses do Ultramar viverem juntos horas de entusiástica comunhão.

Os pingueponguistas macaenses — Augusto Gonçalves e Raul Rosa Duque — que derrotaram recentemente o campeão do Vietnam, Mui Van Hoa

Este, é ponto assente, demonstrado por si mesmo; passemos adiante na argumentação.

Os Jogos Imperiais serão cada vez menos uma lição dos metropolitanos aos portugueses do Ultramar

A competição desportiva exige, para cativar espectadores e valorizar objectivos, um mínimo de incerteza baseado na classe aproximada dos adversários; o desequilíbrio, antecipadamente assegurado, cria atmosfera pouco propícia. Os Jogos Imperiais, coroados de êxito, não poderão ser uma paternal lição dos metropolitanos aos portugueses de além-mar. Mas sucederá assim?

Seguramente que não. Provas? Superabundam.

O melhor certificado do valor do futebol ultramarino — para começar pelo desporto-rei — dá-no-lo a crescente importação de jogadores feitos nas colónias, pelos grandes clubes do continente; a comprovação tem vindo depois pelos bons resultados da experiência com a maioria deles: Águas, Juca, Wilson, entre os modernos, os mestres Espírito Santo e Peyroteo na camada anterior, figuras inesquecíveis que tanto prestigiaram o desporto lusitano. Mas a classe do futebol ultramarino não é apenas individual; que ela é igualmente colectiva, mostram-no os resultados obtidos pelos seus clubes frente a visitantes como o Benfica, o Marítimo ou o Atlético. Para contraprova seria, sem duvida, conveniente o estudo da possibilidade de participação, por exemplo, na Taça de Portugal, de um grupo apurado entre os campeões de Angola, Guiné, Cabo Verde e Moçambique.

As atletas laurentinas superam em numero e valor as praticantes metropolitanas...

Se dirigirmos depois a nossa análise sobre outras modalidades desportivas, o panorama é talvez ainda mais animador.

Em atletismo, desporto base, pode categóricamente afirmar-se que Lourenço Marques possui o segundo nucleo regional português, contando ainda com um lote de raparigas que, essas, suplantam de longe, em numero e em valor, as praticantes lisboetas.

Citemos, em abono, alguns nomes e resultados: J. A. Bento, com 53,2 s. nos 400 m. e 2 m. 2,2 s. nos 800 m.; José Crisóstomo Ferreira, com 15,3 s. nos 110 m. barreiras, igualando o «record» nacional de Matos Fernandes; os saltadores em altura, Luís Nunes e Gulamo Jafar, com 1,805 m. e 1,785 m., respectivamente; o lançador José Carmo Mendes, que atirou o dardo a 52,16 m.; a atleta Fátima Espírito Santo, com os

(Continua na pág. seguinte)

ULTRAMAR

DOS ORÇAMENTOS E CONTAS DE EXERCÍCIO

(Continuação da 3.ª pág.)

feita na Assembleia Nacional sobre as contas de exercício de cada Provincia ultramarina.

Este é um aspecto que me propus escalpelizar neste artigo, não só pelas repercussões que provocará como pelos pontos de contacto que tem com o aspecto anterior.

Trata-se da fiscalização judicial e legislativa das contas de exercício do Ultramar, realizada, a partir de agora, pelo Tribunal de Contas e pela Assembleia Nacional.

Até ás recentes alterações do Acto Colonial, aquelas contas eram enviadas ao Ministério e assim findava o seu destino:

Se, durante o ano, as Províncias ultramarinas suportavam uma apertada vigilancia feita pelo Ministério, a verdade é que no final do ano económico, e em presença das contas, na Metrópole nenhuma crítica se fazia nem as contas eram verificadas e relatadas.

Os governadores ficavam assim sem saber como no Ministério, em face do resultado das contas, se apreciava a sua actuação administrativa e se, no ano seguinte, a deveriam manter ou alterar neste ou naquele sentido, nesta ou naquela parte.

E, além disso, era notada a falta de fiscalização e crítica das contas publicas, que competem ao corpo legislativo da Assembleia Nacional e de que, além de outras vantagens, resultaria serem, publicamente, mais conhecidos na Metrópole a actividade e o progresso das Províncias ultramarinas.

Este panorama retratado sofreu agora uma mutação radical.

As inovações introduzidas no regime financeiro do Ultramar serão ferteis em resultados

A alteração que se introduziu foi de rasgada visão e tem como seus autores o prof. Salazar e o eng.º Araujo Correia.

No projecto apresentado á Assembleia Nacional o Governo propôs que as contas de exercício das Províncias ultramarinas fossem enviadas ao Ministério do Ultramar, para, depois de verificadas e relatadas, serem submetidas a julgamento do Tribunal de Contas.

Esta proposta obteve o acolhimento mais favorável. Mas a Comissão do Ultramar, da Assembleia Nacional, tendo em atenção o que de há muito vinha a ser preconizado pelo relator do parecer das Contas Publicas, propôs e a Assembleia aprovou que as contas de exercício das Provincias ultramarinas fossem submetidas á sua apreciação.

Eu votei entusiásticamente esta disposição, compelido pelas seguintes considerações jurídico-filosóficas que há muito haviam aflorado ao meu espírito.

A conta é o mapa da realização das receitas e despesas previstas no orçamento.

Ora, as receitas têm a sua origem nos rendimentos do património privado do Estado, nas taxas, no crédito, e sobretudo, — e é este o ponto que de momento importa — nos impostos. Estes formam o principal caudal a que o Estado recorre para fazer face ás suas despesas.

Mas o imposto é uma limitação á liberdade individual, pois resolve-se numa amputação do património privado dos componentes da colectividade, portanto é uma restrição á esfera de acção dos indivíduos.

O problema filosófico dos impostos, isto é, a sua justificação, desde sempre foi uma preocupação constante dos juristas. Não me refiro á justificação da existência do imposto que reside na própria existência da colectividade, ou melhor, na convicção por parte de esta da necessidade de sacrifícios económicos para a manutenção da sua existência.

Quero referir-me, sim, á justificação da medida do imposto.

O problema foi levantado por S. Tomás de Aquino, que defendeu com brilho a tese de que o Príncipe, para fazer face ás despesas impostas pelo Bem Comum, podia licitamente recorrer ás economias privadas, uma vez que estivessem esgotados os recursos dos seus domínios.

Portanto, os impostos só eram legitimos quando constituissem um meio de cobrir o «déficit» das receitas do seu Domínio e somassem com estas um peso idêntico ao das necessidades colectivas.

Fora deste campo o Príncipe praticava «rapina feita com pecado».

Esta concepção, vigorando cerca de quatro séculos, consolidada pelos escolásticos, veio a estiolar-se no século XVI abafada pelos poderes omnipotentes do absolutismo.

Então o imposto encontra a sua explicação ultima na doutrina do «summum imperium», que a torna odiosa aos olhos do povo. Transforma-se assim no germe da Revolução de 89.

Por isso mesmo que o imposto é um encargo que incide sobre a colectividade, assiste-lhe o direito de o criar e fiscalizar a sua aplicação

Algumas vozes isoladas que num esforço esporádico procuraram alterar esta situação perderam-se na indiferença geral e no embate contra a concepção citada, profundamente generalizada.

Porém, vieram mais tarde encontrar eco nos precursores da Revolução Francesa, que fizeram um esforço notável para colocar o imposto no campo do Direito, embora levados por motivos económicos.

O imposto é a contra-prestação dos serviços prestados pelo Estado á colectividade. Doutrina falsa, embora désse um passo enorme no sentido do regresso á pureza dos conceitos defendidos pelo Dominicano.

Talvez aparentemente verdadeira num Estado que se limita a garantir a segurança externa, a ordem nas ruas e o cumprimento dos contratos. Mas integralmente falsa num Estado moderno, intervencionista ou em regime de economia dirigida. E assim o estudo do problema foi levantado modernamente por Griziotti e Ranelletti, e em seguida largamente debatido na doutrina, sobretudo alemã e italiana, conseguindo-se limpar o imposto da mancha infamante que o vilipendiava. Como?

Determinando o fundamento ético do imposto e indicando o caminho a trilhar na criação, no lançamento e na percepção do imposto. E assim, têm ensinado modernamente os homens das finanças que o fundamento da medida do imposto reside na autorização dada, para a sua criação e cobrança, pela colectividade sobre quem vão recair esses encargos. E' evidente que a autorização é dada através de representantes constitucionais.

Na verdade, bem se compreende que o Estado não possa criar discricionáriamente impostos. Estes só têm razão de ser na medida de fazer a cobertura das despesas impostas pelo bem comum, depois de deduzidas as despesas a que as restantes receitas do Estado fizerem frente. Ora, se o imposto é um encargo que incide sobre a colectividade para o imprescindível funcionamento da máquina estadual, é justo que aquela tenha o direito não só de criar o imposto como de fiscalizar o dispêndio das quotas por ela cedidas ao Estado.

A massa financeira deve ser pois um ponto de encontro dos dois interesses: o do Estado e o dos particulares. E' ela que concilia os dois interesses. Ela, não é, pois, como infelizmente se pensa nalguns sectores fazendários e no espírito do publico, uma arma de agressão.

Já vimos que o imposto ultramarino passou a ser votado pelas colectividades a que respeita, através das suas assembleias representativas.

Motivos por que não foi confiada aos conselhos de Governo a acção fiscalizadora

Na sequência de este princípio, entende-se que a acção fiscalizadora deveria pertencer ás mesmas assembleias ou seja, aos Conselhos do Governo.

Por que foi então a sua fiscalização entregue á Assembleia Nacional?

Vários motivos militam neste deslizar da fiscalização das contas do Conselho do Governo para a Assembleia Nacional.

O Conselho do Governo é constituído por vogais funcionários e não funcionários. Destes ultimos, uns são nomeados pelo governador outros são eleitos. Estas são as linhas mestras da sua composição, que varia de Província para Província, conforme o seu grau de adiantamento.

Há, assim, Províncias em que o numero dos vogais eleitos já é grande, outras em que as populações nativas já têm representantes.

O doseamento dos vogais natos, nomeados e eleitos é pois muito variável. Mas uma coisa se infere da composição dos Conselhos do Governo: é que, por ora, não pode o Conselho do Governo ser uma assembleia absolutamente representativa. Só o é em parte. Há até Províncias ultramarinas em que sómente há um vogal eleito. Portanto não atingiram os Conselhos do Governo o estado de evolução necessário para poderem ser considerados verdadeiramente representativos.

Além disso, uma grande parte dos vogais do Conselho do Governo são ou funcionários do Estado ou pessoas nomeadas pelo Governador, portanto, podem ser considerados em parte dependentes ou sob a influência da Administração.

O mesmo não acontece em relação á Assembleia Nacional. Desta fazem parte deputados eleitos pelas Províncias ultramarinas e portanto verdadeiros representantes das colectividades que neles votaram.

Parece-me pois, demonstrada não só a necessidade de submeter á discussão da Assembleia Nacional as contas do exercício das Províncias ultramarinas, como a legalidade financeira que daí resultará.

Seria da maior vantagem a apreciação conjunta das contas da Metrópole e do Ultramar

Pena é que as contas da Metrópole e do Ultramar, relativas ao mesmo ano, não possam ser apreciadas conjuntamente pela Assembleia Nacional como seria evidentemente muito mais vantajoso.

Em virtude das condições especiais das Províncias ultramarinas, o exercício financeiro anual prolonga-se por mais um período complementar de seis meses, ao passo que na Metrópole este período complementar é apenas de quarenta e cinco dias. Daqui resulta o desencontro no encerramento das contas da Metrópole e do Ultramar.

Mas nem mesmo em presença de esta contrariedade deixarão de se colher os benefícios que certamente hão-de advir da discussão feita na Assembleia Nacional e do parecer da sua Comissão das Contas Publicas.

Já no corrente ano, ao defender na Assembleia Nacional este ponto de vista que fora sugerido pelo relator do parecer sobre as Contas Gerais do Estado, eu tive oportunidade de me referir a este facto e, através das contas e dos orçamentos, pude revelar o estado adiantado do desenvolvimento em que actualmente se encontra o Ultramar português e de que o País precisa ter conhecimento.

Pondo em confronto os montantes das receitas das Províncias ultramarinas e da Metrópole no actual ano económico, verifica-se que o Ultramar dispõe de uma soma que é mais de metade da metropolitana, e portanto a importancia do Ultramar no conjunto nacional revela-se muito maior do que se poderia imaginar sem ter em conta os numeros representativos das receitas publicas.

As receitas da Metrópole para o ano corrente totalizam uma importancia de 5.318.000 contos, sendo 4.700.000 de receitas normais e 618.000 de receitas extraordinárias.

As receitas das Províncias ultramarinas somam o total de 2.747.000 contos, assim distribuídas:

Cabo Verde	34.964.301$73
Guiné	85.079.650$00
S. Tomé e Príncipe	55.324.460$16
Angola	817.599 138$23
Moçambique	1.494.694.154$26
India	105.885.625$36
Macau	97.242.735$48
Timor	56.285.309$63

Entende-se pois ser de grande vantagem que a Assembleia Nacional discuta e aprecie, anualmente, as contas das Províncias ultramarinas em virtude dos motivos expostos e ainda para que a opinião publica da Metrópole mais se familiarize com a vida financeira e económica do Ultramar e assim possa formar juizo mais seguro acerca do seu verdadeiro e grandioso valor no conjunto da economia da Nação.

JOGOS DESPORTIVOS IMPERIAIS

(Continuação da pág. anterior)

60 m. em 8,5 s., 4,19 m. em comprimento e 8,59 no lançamento do peso; Maurícia Andrade e Celeste Santos, que saltaram, respectivamente, 1,35 m. e 1,32 m. em altura; Laura Rainho, com 4,52 m. em comprimento, etc.

...e os nadadores moçambicanos batem alguns dos melhores tempos realizados na Mãe-Pátria

Em natação, a categoria das e dos atletas, e muitos dos tempos por elas e eles alcançados batem os «records» metropolitanos. Aqui, também há nomes e marcas a indicar: Maria da Graça Paiva, 400 m. livres em 6 m. 30 s.; Regina Veloso (junior), 100 m. bruços em 1 m. 39,9 s. e 100 m. costas em 1 m. 50,2 s. (anotar que esta nadadora tem apenas 9 anos de idade); Tulio Del Ré, 100 e 200 m. livres em 1 m. 12,2 s. e 2 m. 41,4 s.; João Godinho, 100 m. costas em 1 m. 21,1 s. e 200 m. costas em 3 m. 10,2 s.; Mário Vilela, 400 m. bruços em 6 m. 35 s. (nadador junior), etc.

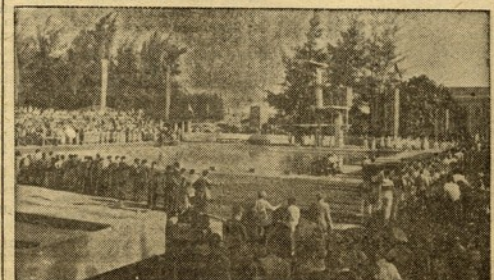
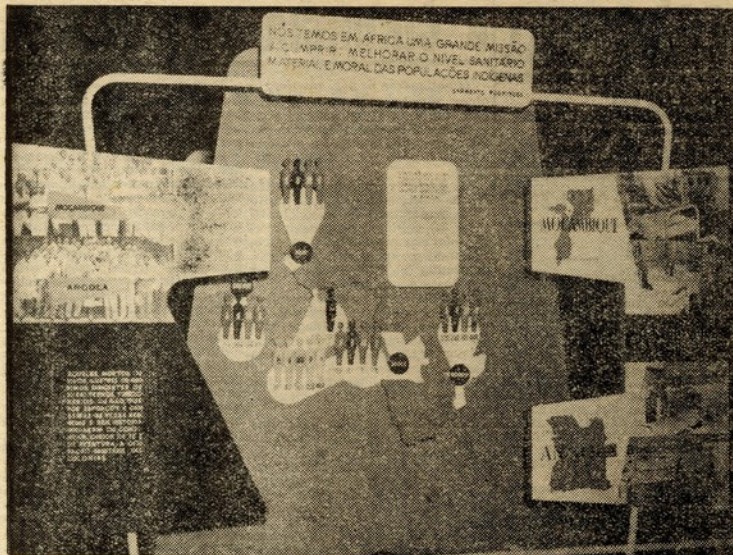
Lourenço Marques tem uma excelente piscina, pertença da Associação dos Velhos Colonos. Assemelha-se á da Curia, na metrópole.

No capitulo dos jogos colectivos, sabe-se o bom nível do basquetebol em Moçambique e do hóquei em campo na India (seguramente o mais forte centro português); em Macau, ainda recentemente se revelaram jogadores de tenis de mesa que foram considerados superiores aos nossos internacionais concorrentes ao recente campeonato do Mundo em Viena de Austria. Isto, para referir apenas as certezas, pois não seria de menor expectativa poder averiguar o que valem os cultores destas modalidades nas outras províncias, ou os jogadores de voleibol, cujo foco de maior intesidade se considera localizado no arquipélago açoreano, (que não sendo Província ultramarina, teria no entanto lugar próprio nuns Jogos Imperiais) ou de hóquei sobre patins, que se cultiva com ardor na Guiné, em Angola e Moçambique.

Acredite-se que uma competição imperial não seria para os selecionados metropolitanos fácil tarefa, cem por cento vitoriosa; o desporto ultramarino tem progredido muitos nos ultimos anos, pelo contacto com representantes dos territórios estrangeiros vizinhos e pelo considerável melhoramento das respectivas instalações; haja em vista o magnífico estádio municipal de Luanda e as construções deixadas em Bissau, durante o período do seu Governo, pelo actual Ministro do Ultramar, sr. comandante Sarmento Rodrigues.

Os Jogos Desportivos Imperiais serão um abraço vigoroso a reunir os portugueses no Mundo

Os elementos incitadores ao empreendimento da grandiosa, mas quão grata tarefa, são seguros e mais do que suficientes. Os Jogos Imperiais, organizados em Lisboa, seriam a grande manifestação de solidariedade lusitana, o certame desportivo de magna envergadura de que o nosso majestoso estádio do Jamor é digno e pela qual espera há seis anos. Por outro lado, o desenvolvimento de expansão e o progresso técnico desportivos no Ultramar justificam plenamente a celebração periódica, quadrienal, por exemplo, dos Jogos Imperiais; estas mesmas razões permitem enfrentar a possibilidade da sua realização, em futuras repetições, em Luanda ou Lonrenço Marques.

O unico óbice que se antepõe ao projecto é o dos pesados encargos que acarretará; por isso o apresentamos como uma empresa de carácter nacional, de suprema confraternização portuguesa. Há gastos que resultam em benefícios largamente compensadores e assim sucederia com os Jogos Imperiais, abraço vigoroso a reunir os portugueses no Mundo.

PORTUGUÊS

Um aspecto da participação africana na I Exposição Mundial do Sangue: á direita, aspectos dos Centros de Reanimação de Lourenço Marques e de Luanda; á esquerda, fotografias do conjunto de médicos que naquelas duas províncias seguiram cursos de Hemoterápia e Reanimação; ao centro, uma representação mnemónica da contribuição portuguesa para o conhecimento dos grupos sanguíneos em África, obra já importante a que estão ligados os nomes de Fraga de Azevedo, Francisco Cambournac, Manuel Pinto, Waldemar Teixeira, Alexandre Sarmento, António Mateus, Carlos Trincão, Egídio Gouveia, Jorge Jantz, António de Almeida, Santos Junior, Santos David e Almerindo Lessa

A CIRURGIA ORTOPÉDICA E O PROGRESSO DA ÁFRICA PORTUGUESA

Pelo Dr. PAIVA CHAVES
Chefe dos Serviços de Ortopédica do Hospital do Ultramar

Disse Ruskin: «Procure-se tornar válidos os inválidos e facilite-se que ganhem o seu dinheiro pelo trabalho e não pela mendicidade. Este será o auxílio que sobreleva todos os outros». E estas são as palavras que ressoam nos espíritos conscientes das responsabilidades que sobre si pesam.

Nas nossas Províncias Ultramarinas, particularmente em Angola e Moçambique mercê de factores de vária ordem, assiste-se nos ultimos anos á crescente utilização e motorização dos transportes, assim como a uma febril mecanização das industrias. E, se por um lado são evidentes os benefícios que deste modo se auferem, em contrapartida multiplica-se dia a dia o numero de casos de doença por acidente. O montante em horas de trabalho perdidas anualmente por incapacidade parcial, as incapacidades permanentes e as mortes vão sériamente pesar não só nos orçamentos das entidades responsáveis como também limitar a já escassa mã-de-obra. O problema tomará maior acuidade quando estiverem realizadas as obras gigantescas de fomento, tais como as novas barragens, em pleno desenvolvimento.

Também ninguém ignora que é para o continente africano que estão dirigidas as maiores atenções, mesmo por parte de nações ricas e poderosas, não só porque naquele se «descobriu» uma fonte de matérias-primas de primeira necessidade, como até por importantes razões de ordem estratégica. Outros terão dito com mais autoridade e com maior cópia de conhecimentos tudo isto que nos está servindo de base para demonstrar o grande desenvolvimento a breve prazo das nossas províncias de além-mar

No ultimo meio século surgiu e desenvolveu-se a cirurgia ortopédica

Paradoxalmente, a máquina, a princípio recebida como o grande auxiliar do homem, em breve mostrou que a sua actividade exige que em seu holocausto alguns sofram os seus desmandos. Quer isto dizer que o numero de acidentes determinados por aquela são de tal frequência e gravidade que o problema reveste facetas novas e que exigem novas soluções

Nos ultimos cinquenta anos, pelas razões anteriores e porque estamos em época de conflitos armados endémicos, surgiu e em breve adquiriu maioridade uma cirurgia florescente a cirurgia ortopédica. Esta designação engloba um conjunto de actividades que vai desde o estudo e o tratamento das malformações congénitas dos membros, engloba o extenso grupo das lesões traumáticas do esqueleto e partes moles e a cirurgia reparadora. Os progressos realizados neste capítulo das ciências médicas, pode afirmar-se, foram dos mais extraordinarios e talvez só comparáveis aos verificados na hemoterápia, na reanimação e na aplicação dos antibioticos

E por que razão surgiu a cirurgia ortopédica com o mesmo nível hierárquico do da neurocirurgia, da cirurgia do abdomen, da cirurgia do torax, para só citar alguns exemplos? Porque de facto já há dezenas de anos a esta parte se reconheceu a vantagem, para o doente, em fornecer-lhe cuidados hospitalares com médicos e enfermeiros, unicamente dedicados ao seu tratamento. E isto passou-se e verifica-se em países como a Inglaterra e América do Norte onde muitos médicos vão colher a sua cultura pela leitura de livros e revistas ou por estágios. Só não se compreende que muitos mé-

(Continua na pág. seguinte)

DOIS ASPECTOS DA MEDICINA NO CONTINENTE NEGRO

Pelo DR. ALMERINDO LESSA
CHEFE DO SERVIÇO DE TRANSFUSÕES DE SANGUE DOS HOSPITAIS CIVIS

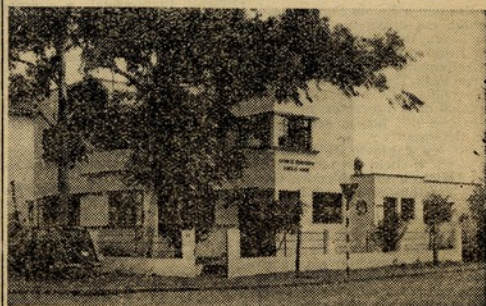
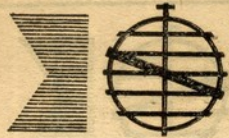
Tratando-se de África, eu também tenho uma palavra a dizer, sobre a minha própria experiência. O caso não é inédito, mas serve para mais uma vez documentar a posição mental do português de hoje em relação ás nossas províncias do Ultramar: e que é sucessivamente — ignorancia, surpresa e admiração! Porque também eu já tinha quarenta anos quando lá fui a primeira vez (antes disso havia corrido muitas outras terras, e conhecido muitas outras gentes), e porque posso ser testemunha, activa e interessada, quanto ao progresso científico e ás enormes possibilidades de colaboração e de auxílio técnico que nos oferecem os homens brancos e de cor que trabalham naquelas paragens.

Poderia referir muitos exemplos e de toda a ordem de actividades, desde a produção de caraculo á produção de chá, desde a industria das pescarias á de café, ou das investigações de Botanica ás de Antropobiologia. Mas deve, ou por outra, quero limitar-me áquela em cujo testemunho posso ter alguma autoridade — ou seja a dos problemas do sangue, tanto no campo da clínica como no da investigação.

Duas das nossas províncias ultramarinas, Angola e Moçambique, ocupam já hoje um lugar importante no movimento destes estudos. No que respeita á Hematologia Clínica, ou seja: ao estudo das doenças do sangue, ás que no sangue repercutem ou nele podem ser lidas como uma imagem num espelho, é inegável que existem já nucleos de investigação locais, em Luanda, em Benguela, em Nova Lisboa e em Lourenço Marques, por exemplo, cujo material é importante e cujos pontos de vista são de considerar, como ainda, recentemente, se pôde ver pela participação de António Rebelo, Leopoldo Mayor, Waldemar Teixeira, José Passos, e Alexandre Sarmento, no I Colóquio de Hematologia Africana, efectuado no Palácio da Junta de Investigações do Ultramar. Três dezenas de médicos de todos os países com interesses no Continente Negro (Inglaterra, França, Itália, Espanha, Egipto, Africa do Sul, Bélgica e Portugal), participaram nessa assembleia, onde a contribuição nacional, tanto directa como indirecta — esta apresentada por médicos de Lisboa mas colhida por lá — foi muito interessante. Se é certo que esses Centros nem de longe se podem comparar, em riqueza de instalações ou de aparelhagem, a outros que vi em Joanesburgo, no Cairo ou em Argel, também é verdade que o espirito científico que os anima é já hoje tão vivo e empreendedor que a sua contribuição se tornou imprescindível no comércio internacional. Por exemplo: ficou demonstrado no referido Colóquio que fomos nós, médicos portugueses ligados aos estudos de África, quem tomou esse empreendimento e teve a iniciativa de começar o estudo do sangue do indígena normal, ponto de partida essencial e básico, para a compreender e tratar o indígena doente. Até agora, e nem sempre, o estudo do sangue do negro normal, quero dizer: sem doença aparente ou de fácil diagnóstico, tinha ficado limitado ao dos grupos sanguíneos onde também a contribuição portuguesa é já importante (por vezes até unica), como igualmente pode ser demonstrado na I Exposição Mundial de Sangue. Mas o problema da sua constituição em si e em relação com o clima e a alimentação, numa palavra: o estudo global do sangue e não apenas da sua individualidade de raça ou de pessoa, só agora foi encarado em conjunto e só agora foi proposto como condição essencial e prévia a qualquer progresso.

O volume que vai ser publicado, brevemente, com os trabalhos desse colóquio, será uma demonstração da categoria e da modernidade da colaboração prestada, neste campo, pelos portugueses de África.

Mas a posição afigura-se-me ainda mais brilhante no que respeita aos tratamentos com sangue, sobretudo sob a forma de transfusões. Angola e Moçambique que são depois da Argélia e do Marrocos francês, os unicos grandes territórios de África possuindo uma rede de organizações em Hemoterápia. Qualquer dos dois centros de capital dispõe de edifícios próprios com salas de espera e de visitas para dadores e doentes, secretaria, arquivos, exames clínicos, R. X., electrocardiografia, instalações privativas para a enfermeira permanente, salas para tratamentos ambulatórios, sanitários, sala de colheita de sangue, sala de repouso para dadores, laboratório de plasma, laboratórios de grupos sanguíneos, Banco de Sangue, laboratório de bioquímica e salas de limpeza de material e de esterilização. E dos três Centros de Reanimação que, de meu conhecimento, existem naquele continente, dois são em território português (Luanda e Lourenço Marques).

Os centros estão em pleno funcionamento e prevê-se ainda para este ano a montagem de postos na Beira, Nova Lisboa, Sá da Bandeira, Benguela e Moçamedes. Não se trata de postos improvisados, mas de centros com princípio meio e fim, com instalações próprias, pessoal privativo, aparelhagem moderna e perfeitamente colocados no plano sanitário de qualquer daquelas províncias: — mais modesto, porém, igualmente eficiente, o de Luanda; melhor apetrechado o de Lourenço Marques, dispondo da mais completa sala de reanimação que conheço e que ficaria bem em qualquer dos melhores Centros de Reanimação da Suiça ou dos Estados-Unidos, dotada como está de um plano de tratamentos para casos de urgência, com soros, sangue, plasma, camara de oxigénio, pulmão de aço, laboratório e micro-análises e distribuição de gases por «pipe-lines». A rede não está terminada. Outros centros distritais e numerosos postos de mato urge ainda montar. Mas alguma coisa existe. O suficiente pelo menos, para colocar aquelas duas províncias na vanguarda destas organizações em África. O que é duplamente merecido: como demonstração de continuidade no plano nacional da sua valorização (pois melhorando as condições de protecção á vida dos que lá vivem, tanto os metropolitanos como os naturais, aumentamos o rendimento humano e económico das populações), e como homenagem e viva prova de interesse pelas condições de trabalho da nobilíssima população médica que vai fazendo ano a ano, dia a dia, hora a hora, palmo por palmo de terra, a ocupação sanitária daquelas terras onde nunca vi acabar o Sol.

Centro de Hemoterapia, há pouco inaugurado em Lourenço Marques, segundo planos e directrizes do dr. Almerindo Lessa

ULTRAMAR

A ESCOLA SUPERIOR COLONIAL

NÃO SE ENCONTRA EM PLANO INFERIOR

COM RELAÇÃO A QUALQUER IDENTICO

ESTABELECIMENTO DE ENSINO DO ESTRANGEIRO

— AFIRMA-NOS O SEU DIRECTOR PROF. MENDES CORREIA

A necessidade de preparar funcionários para as províncias ultramarinas de forma a que possam bem desempenhar-se da sua missão, num país que orgulhosamente ostenta o título de Império, levou o prof. dr. Moreira Junior a fundar em 1906, quando Ministro da Marinha, a Escola Superior Colonial, que passou a ser o organismo cultural e educativo estreitamente ligado aos assuntos do Ultramar.

Nasceu a Escola, portanto, no seio da Sociedade de Geografia, em cujas instalações se manteve até 1926, ano em que, sem quebra da melhor simpatia recíproca, passou a ter vida própria.

Foram vários os cientistas e professores que dirigiram o importante organismo de educação e cultura. E deram-lhe poderoso auxílio as individualidades que, através de diplomas, organizações, normas de funcionamento e estudos aturados imprimiram á Escola Superior Colonial um dinamismo notável. Podem colocar-se neste plano as altas figuras de João Soares, comandante João Belo, profs. drs. Armindo Monteiro e Marcelo Caetano.

Prof. Doutor Moreira Junior que, em 1908, instituiu a Escola Colonial

Em 1946, por despacho deste ultimo Ministro foi designado para director da Escola o prof. dr. Mendes Correia, catedrático da Universidade do Porto, que, desde 1911, em que se formou, passou a dedicar toda a sua atenção aos assuntos de além-mar nos seus vários aspectos, especialmente científico.

Desde 1912, ano em que passou a reger a cadeira de Antropologia da Faculdade de Ciências do Porto, o ilustre Professor fez uma carreira notável. Percorreu os territórios ultramarinos nacionais e estrangeiros, pronunciou conferências, publicou livros que já atingiram em numero a classe das duas centenas, representou o nosso País em Congressos vários e, finalmente, rege superiormente a Escola Superior Colonial. Aqui, a sua acção não tem sido menos activa. A sua direcção está já assinalada por uma reforma de serviços.

O ensino das línguas nativas é uma das importantes missões da Escola

Estando a Escola Superior Colonial, em breve com outra designação, devido á modificação do título ministerial, ligada tão estreitamente aos assuntos do nosso vasto Império Ultramarino, não podia deixar de ouvir-se a opinião do seu director, neste repositório das nossas actividades de além-mar.

No seu gabinete de trabalho, modesto e cheio de recordações de África, o prof. Mendes Correia, confiou-nos as suas impressões:

— Deve-se — afirmou-nos — ao prof. Marcelo Caetano o desdobramento do curso da Escola, de unico a completar em quatro anos, para um duplo, de três anos quanto a administração civil; e outro, de dois anos, designado por Altos Estudos Coloniais, destinado a diplomados com cursos superiores, funcionários do Ultramar e para pessoas com o curso liceal, que tenham permanecido um mínimo de cinco anos em território ultramarino, estando incluído no programa deste segundo curso uma cadeira variável de oportuno interesse ultramarino.

«Pelo mesmo diploma foram criadas as cadeiras de ensino das línguas nativas, já em parte leccionadas, e a transferência do ensino do árabe e do sânscrito da Faculdade de Letras para a Escola Superior Colonial e ainda a criação de um estabelecimento anexo para investigação, ensino e estudo de línguas africanas e orientais.

O curso de Altos Estudos já começou a dar os seus frutos

O Prof. Dr. Mendes Correia, sempre entusiasta, aponta-nos depois as vantagens do Curso de Altos Estudos:

— Não faltou entusiasmo e boa vontade para pôr em execução o Estatuto dentro das devidas possibilidades, e transpondo dificuldades. A selecção e a educação física, tal como a informação pedagógica, foram objecto de largos cuidados, tendo-se optado pela uniformização dos alunos do ultimo ano para lhes dar um ambiente de disciplina e de respeito.

Quanto ao Instituto de Línguas, começou a funcionar em quatro salas da Escola e o Curso de Altos Estudos desde 1947 que começou a dar uma ideia de um elevado nível e interesse. No Ultramar encontram-se, e outros já regressaram, professores em missão de investigação científica. Estas investigações são tornadas publicas por intermédio do Anuário e de uma Revista, onde também se inserem extractos de conferências e divulgam assuntos coloniais.

Pode portanto afirmar-se que a Escola Superior Colonial está em pleno intercambio cultural com muitas entidades de aquém e de além-mar.

E mais adiante:

— Dizer que tudo se tem feito de repente, com facilidade, por mercê de varinha mágica, seria inexacto. Assim, no curso de administração notou-se nos primeiros tempos uma quebra de frequência, em que a hesitação teve papel principal. Está a desaparecer, visto ser já normal o numero de alunos. Nos Altos Estudos também a frequência é razoável e se maior não é, deve-se ao rigor da selecção para que fique bem claro que ela não obedecia a formalidade ou aparato, mas a uma realidade de alto nível em que a preparação tem de ser efectiva.

Ha que criar uma pleiade de investigadores de linguística africana

Os problemas escolares aparecem sempre na entrevista como elemento fundamental; e o dedicado director da Escola Superior Colonial continua a sua explicação:

— Não foi ainda possível, no edifício escolar, realizar com perfeição o curso de educação física. A Sociedade de Geografia continua a ser a «mãe adoptiva» e tem sido nas suas instalações que ela tem sido ministrada, sem que tenham faltado as boas colaborações da Mocidade Portuguesa e da F. N. A. T..

«Por outro lado, o ensino de algumas disciplinas tem constituído motivo de dificuldades várias. No respectivo Instituto estão ainda por prover as vagas de mestres de árabe, sânscrito e ronga. Os professores, já escolhidos, são dos mais competentes, sendo de admitir para breve o provimento dos lugares. Em breve, também funcionará o Curso de Estagiários de línguas nativas, para o que já existe verba.

E o nosso interlocutor afirma depois:

— Quanto me alegrará haver, enfim, em Portugal, uma pleiade de investigadores de linguística africana e oriental, que salvo alguns nomes ilustres, tem sido entre nós quase apenas cultivada por amadores!... Tudo se há-de fazer. Tenho fé na boa vontade e espírito esclarecido dos governantes, na dedicação e entusiasmo de algumas individualidades, no acréscimo do interesse do publico pela cultura dos importantes temas ultramarinos.

O valor dos antigos alunos, foi o tema que a seguir escolheu para as suas afirmações, o sr. prof. Mendes Correia.

— Os antigos alunos da Escola têm-se revelado valiosos elementos para os quadros da Administração Ultramarina, ao contrário da suposição de muitos, de que eram só portadores de matéria teórica, isentos de finalidade prática.

«Cada vez se acentua mais perante as dificuldades e incertezas mundiais desta época, perante o tendencioso movimento anticolonialista, perante as exigências legítimas dos povos e do progresso, tornando mais indispensável substituir ao empirismo e á rotina na administração e fomento ultramarinos, uma cultura e um adestramento intensos, de alto nível e de grande eficácia.

A Escola formulou sugestões no sentido de se darem garantias aos diplomados

O regime de estudo ocupa o ultimo capítulo das declarações do director da Escola, que nos afirma:

— A Comissão de Aperfeiçoamento dos Estudos, criada na Escola pelo Estatuto de 1946, e o seu Conselho Escolar formularam sugestões tendentes a melhoramen-

(Continua na 12.ª pág.)

Instalações actuais da Escola Superior Colonial

A CIRURGIA ORTOPÉDICA

(Continuação da pág. anterior)

dicos não leiam ou não aprendam tudo o que naqueles países se refere á organização da medicina, de cujos moldes e eficácia resulta o bom nome de que usufruem.

De facto, enquanto a prática da medicina se limitou «a muito de arte e pouco de base científica», o problema da especialização não era premente; o médico, impondo-se «pela sua presença, dominava a situação qualquer que fosse a sua gravidade» Mas, felizmente, em menos de meio século, a medicina emergiu da influência oculta da Idade Média, que actuava em grande parte por artes mágicas. E aquela libertação deve-se ao crescente enriquecimento científico devido á acumulação de «factos cientificamente comprovados».

Foi deste modo, que nos países mais adiantados no progresso científico, o médico mais cedo compreendeu que lhe era impossível manter sempre actualizada em todos os sectores a sua bagagem científica para em qualquer momento se poder considerar um profissional perfeito. A citada acumulação de «factos cientificamente comprovados» tem sido de tal magnitude que até já se provou a vantagem para o progresso da medicina de uma subdivisão das especialidades. O médico perdeu um pouco da sua independência para fazer parte de uma equipa em que cada qual procura, fundado na sua maior experiência, contribuir para resolver o problema do doente uma vez que este não tem doenças especializadas.

O só facto de poucos terem capacidade para abarcar todos os ramos da medicina ou da cirurgia impõe a especialização

Existe ainda entre nós certa tendência para não considerar necessária a especialização, facto que em parte se deve atribuir á nem sempre fácil compreensão de que muito poucos homens, mesmo possuidores das melhores qualidades e nas melhores condições de trabalho têm capacidade para serem honestamente competentes em todos os ramos da medicina ou da cirurgia.

Pensamos que a especialização é ainda mais necessária naqueles países em que não são normais nem fáceis as condições de trabalho do médico.

A ideia de que a cirurgia do aparelho locomotor é perfeitamente acessível a qualquer operador (o que parece não suceder com a neurocirurgia, a cirurgia urológica, etc.), deve atribuir-se aos estreitos limites que ela ocupa em alguns espíritos perigosamente largos. Estes pensam que aquela se resume ao trabalho mecanico de reduzir uma fractura e fixá-la com parafusos, tarefa quase sempre culminada pela exibição de uma radiografia de efeitos espectaculares, á colocação de um aparelho gessado mais ou menos bem acabado, etc., etc. E' evidente que esta, como qualquer cirurgia, é acessível ao operador mais ou menos habilidoso. Mas aqui, como em qualquer outro tipo de cirurgia, não interessa só a técnica, pois conta mais o método terapêutico usado e da escolha deste, é que se aquilata a experiência do seu executor. E a experiência do cirurgião só é boa se os resultados obtidos, num largo numero de casos, também forem bons. Não e certamente bom cirurgião aquele que realiza uma amputação de técnica irrepreensível numa situação em que o membro era recuperável, do mesmo modo que não é boa cirurgia o perfeito alinhamento dos topos ósseos quando no final, e por mais esse pormenor, resulta um membro funcionalmente inutil.

E o que poderemos dizer em capitulos tão importantes como o dos tumores dos ossos, das displasias e distrofias ósseas e articulares, da poliomielite e suas sequelas, do problema das escolioses, da cirurgia dos nervos periféricos, da gravidade dos traumatismos do cranio e da coluna vertebral? A sua importancia é tal que na América e em Inglaterra, por exemplo, há centros especiais dedicados ao seu tratamento e investigação

Uma vez que a Medicina se pratica hoje com muito mais ciência do que arte, torna-se dia a dia mais necessária a prática da investigação cientifica Sabemos que é difícil, sobretudo entre nós, conjugar a prática clínica diária com a investigação, a não ser nos casos de mera imposição regulamentar. Há, portanto, que facilitar a investigação científica tal como verificamos no plano para os Serviços de Saude Nacionalizados da Grã-Bretanha, no qual, ao lado das disposições para a pratica clínica diária, se encontram normas muito objectivas que estimulam a investigação e são traduzidas por várias formas de orientação e auxílio. Deste modo compreende-se a afirmação de William A. Rogers: «O espírito científico livre, preciso e criador, tornou-se uma das características nobres do ensino da medicina e do cirurgião moderno Os hospitais tornaram-se centros de investigação científica e de ensino... assim como instituições para tratamento adequado dos doentes».

«E' flagrante o contraste entre os resultados obtidos actualmente e os de há duas dezenas de anos»

E é por assim pensarem e se terem organizado segundo estes princípios, que foi possível modificar os resultados obtidos no tratamento dos feridos dos conflitos armados actuais em comparação ao de 1914-1918. Como diz «Sir» Alan Malkin, «é flagrante o contraste entre os resultados obtidos actualmente e os de há duas dezenas de anos atrás». Um dos exemplos mais flagrantes do que acaba de se citar foi-nos dado pelos Serviços de Ortopedia da «Royal Air Force», os quais pela sua eficiência permitiram que mais de 90 por cento dos seus feridos, de novo pudessem voltar a voar e combater. Estes resultados espantosos para nós, devem-se ainda ao alto

(Continua na 12.ª pág.)

PORTUGUÊS

O FRIO ARTIFICIAL NO ALEM-MAR PORTUGUÊS

Pelo DR. JERÓNIMO OSÓRIO DE CASTRO

A obtenção artificial de frio, para o bem-estar individual ou como adjuvante da conservação de produtos, sendo, na essência, um acontecimento antigo, só há bem pouco entrou na vulgaridade, mercê da invenção das máquinas frigorigénias e do desenvolvimento extraordinário da respectiva industria construtora. A simples introdução de semelhante utensilagem na vida doméstica, ou na de pequena relação, veio a ter enormes repercussões, por vezes levando a mudanças radicais dos costumes.

Em regiões sujeitas a temperaturas mais ou menos elevadas, como acontece em todas as nossas provincias de além-mar, é fácil compreender-se que esse sistema de defesa seja, mais do que um luxo, uma autêntica necessidade. Por isso, onde e quando seja possível, logo os nossos compatriotas ultramarinos procuram adquirir um frigorífico caseiro, ou ao menos uma simples caixa refrigerável, os quais hoje se vendem abundantemente e até em maior proporção do que na Metrópole.

Por conseguinte, no Ultramar, esse ultimo elo da cadeia frigorífica (o do consumo), é já um elemento positivo, com que se deve contar numa planificação de industrias que tenham o frio como base, ou que dele necessitem nas suas fases de distribuição e de transporte.

Contudo, considerando apenas no mesmo ambito de utilização doméstica ou pouco mais do que artezanal, as pequenas instalações que têm caprichosamente surgido, um pouco por toda a parte, verifica-se que, no Ultramar, ainda bem pouco existe capaz de inclusão numa verdadeira industria frigorífica. Talvez por isso foi para mim tão escassa a obtenção de elementos pertinentes, os quais, no entanto, e tão minuciosamente quanto possível, julgo conveniente venham a ser recolhidos e sempre actualizados, para um verdadeiro estudo técnico e económico do frio.

Não obtive a menor notícia sobre a existência de semelhantes instalações em Timor, em Macau, na India Portuguesa ou na Guiné. Pelo que respeita a pequenas fábricas de gelo, capazes de também conservar alguns produtos corruptiveis, parece existirem duas em Cabo Verde e outras tantas em S. Tomé.

Os entrepostos frigoríficos existentes em Moçambique constituem bom índice de capacidade industrial

Fiquei sabendo que em Moçambique as coisas já tomaram outra feição e assim, além das pequenas instalações domésticas e das destinadas á produção de refrigerantes, como a da Beira e a da Namaacha, é possivel contar-se, em Lourenço Marques, com 2 armazéns frigoríficos particulares, um dos quais, razoável, o de Kasimatis, e ainda com o frigorífico da Fábrica de Cervejas Vitória, com as boas instalações da Cooperativa dos Criadores de Gado (para leite, carne e derivados) e bem assim com os dois grandes entrepostos frigoríficos ferroviários do Estado, um, para frutas, bastante bom, e o outro, destinado a peixe, de recente construção.

Em qualquer desses entrepostos frigoríficos, por ser possível baixar as suas camaras até temperaturas de solidificação dos líquidos organicos, pode obter-se a congelação lenta dos produtos. E' assim que se confeccionam blocos de água e peixe ou se congelam quartos de bovinos, dos quais a Junta Nacional dos Produtos Pecuários acaba de fazer a primeira importação, com descarga para o Armazém Frigorífico de Lisboa da Comissão Reguladora do Comércio de Bacalhau, fase em que, por dever de ofício, uma vez mais me coube acompanhar estes assuntos.

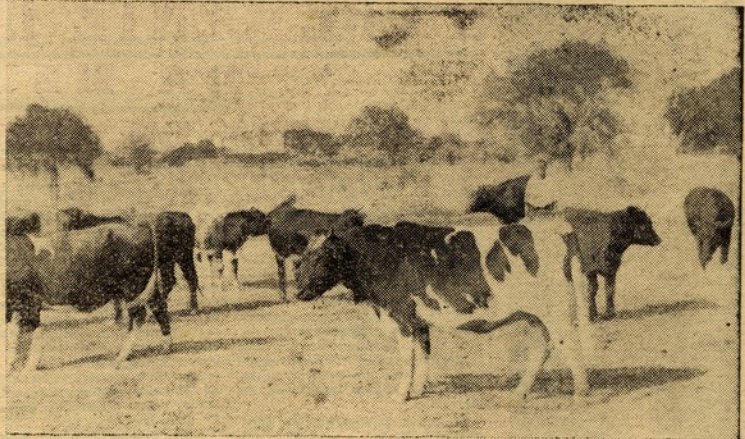
Embora restringido ao sul de Moçambique (ou, melhor dizendo, á sua capital), o que se fez representa muito esforço e é um bom índice de capacidade industrial, de que se espera um rápido complemento, com extensão aos principais pontos do território.

Sómente de Angola posso falar com um pouco de conhecimento directo. Devido a trabalhar como tecnologista da aplicação do frio aos produtos animais, fui contratado, no ano transacto, como técnico assistente de uma empresa angolana de frigorificação de carne e peixe, proprietária do navio-fábrica «Adriana», que é a primeira (e unica) instalação de congelação rápida existente no Ultramar Português, tendo por base o Lobito. Esse barco foi dotado com dois grupos compressores, a «Freon» n.º 22, capazes de arrefecer um tunel de pré-congelação de carne (ou de congelação directa de peixe), a — 20° C, um tunel de congelação ultra-rápida, a — 40° C, para 10 toneladas diárias, e 3 camaras de conservação de congelados, a — 18° C, com a capacidade total de 250 toneladas de armazenagem.

Alguma coisa pude observar ao percorrer uns oito mil quilómetros de estradas de Angola, de sul a norte e pelo interior. Em Luanda vi a unica camara frigorífica existente em um talho e bem assim os dois bons grupos de camaras que tinham sido instalados no mercado municipal e na fábrica de panificação «Pameli», os quais, depois de ligeiramente modificados, passaram a ter que fazer, permitindo a recepção de carne congelada no «Adriana» e por ele transportada desde o Lobito.

Também visitei as camaras frigoríficas destinadas á produção de gelo, congelação lenta e armazenagem de frescos, existentes no Lobito e tive conhecimento de que outras existem, para idênticos fins, na Catumbela, em Benguela, em Nova Lisboa, em Vila Luso e em Moçamedes.

Quase todas essas instalações são pequenas, técnicamente antiquadas e de fraco rendimento económico, mas têm permitido o aproveitamento de muitos produtos e o seu transporte ulterior para territórios vizinhos ou longínquos, mediante o recurso a

(Continua na 13.ª pág.)

MOÇAMBIQUE — Bovinos melhorados

O ARMENTIO ULTRAMARINO E OS FUNDAMENTOS DA SUA EXPLORAÇÃO

PELO DR. BRITO GUTERRES

A exploração animal na Africa intertropical pratica-se hoje, estamos convencidos, como se praticava antes das naus portuguesas aportarem áquelas terras. Apenas as dificuldades, em certas zonas, devem ser maiores agora que então, por força do fenómeno que se tem observado, da progressão crescente das zonas desérticas para norte e sul dos paralelos tropicais.

No Ultramar português o problema do melhoramento pecuário reveste-se de importancia especial, se atendermos que é provado por mais de 3.500.000 rêses domésticas, das quais 2.100.000 são da espécie bovina.

Até aqui tem sido a Natureza a condicionar a vida do armentio indígena — afora um ou outro nucleo ou zona. Torna-se necessário que a acção do homem se faça sentir em ordem a melhorar as condições do meio, para aumento da produção de carne e leite, de que os mercados mundiais andam deficitários.

O problema é não só nacional como internacional, pois os homens andam empenhados num melhor aproveitamento de produtos essenciais, para minorar a deficiência alimentar peculiar a muitos povos. E tanto assim que o assunto vem sendo debatido no concerto das nações participantes da O. E. C. E., da F. A. O. e da O. M. S., que muita atenção e estudo estão dedicando á beneficiação das pradarias naturais, á criação de pradarias artificiais e á hidráulica pastoril.

A alimentação dos gados é, em geral, a que a Natureza lhes oferece, porque a acção do homem ainda não se fez sentir em grau apreciável para melhorar as pradarias naturais ou criar prados artificiais.

A dessedentação é procurada, á parte zonas muito limitadas, em rios, lagoas, lânguas e charcos, por vezes percorrendo longas distancias, fatigando-se, depauperando-se, tornando-se campo de fácil presa para as doenças que o desfalcam.

As zoonoses encontram meio ambiente próprio á sua perpetuação, por falta de cuidados hi-

ANGOLA — Pastor indígena

gio-profilácticos mínimos, observada promiscuidade indesejável, quando o armentio se aglomera nas margens de rios e lagos em busca da água imprescindível á vida.

As parasitoses, maiores responsáveis pela depredação e mortalidade dos gados, encontraram o seu paraíso no dizer de Carlos França — nas regiões tropicais e subtropicais, quentes e humidas.

Como consequência, uma grande parte do armentio apresenta-se ananicado, de desenvolvimento tardio, não dando o rendimento normal atribuido á exploração animal subordinada a um mínimo de medidas higio-profilácticas, a uma alimentação abundante e a uma dessedentação regular, superadoras das exigências fisiológicas animais.

Por todas estas razões — e ainda porque a exportação só se pode fazer em vida, o que é anti-económico — o seu valor comercial regula, em geral, por um preço inferior ao valor real.

Para o valorizar, para intensificar a sua produção de forma a oferecer produtos de primeira qualidade aos mercados internos, e exportar o excedente, torna-se indispensável estudar, coordenar e resolver vários problemas inerentes á produção animal, dos quais resultará conveniente alimentação com concomitante aumento da produtividade em função das exigências dos mercados, das características pratenses, do clima e da possível adaptabilidade de raças das diversas espécies domésticas. E o aumento da produção contribuirá primeiro que tudo para uma melhor, e da melhor qualidade, alimentação dos povos autóctones, pois, para tanto, entende-se necessária a capitação anual de 40 quilos de carne, enquanto hoje não vai além de 6 quilos por indivíduo, em alguns países africanos, intertropicais.

Só com uma alimentação abundante e cuidada se obterá um bom rendimento do trabalho indígena.

Por outro lado o melhorar os prados, contribuirá para tornar mais intensiva e menos extensiva a exploração animal; diminuindo a área exigida para a manutenção de uma rês, permitindo maior densidade pecuária em áreas ocupadas e aproveitamento de outras despovoadas de pessoas e animais. Não esqueçamos que a maioria do gado africano vive na Natureza sujeita á acção climática do meio, separada em duas estações: a seca (cacimbo ou gravana) e a das chuvas.

E se a água é abundante — muitas vezes veículadora de morbos — na estação das chuvas, falta muitas vezes em áreas extensas na estação seca. Então assistimos á transumância humana e animal, verdadeiro éxodo temporário, em busca de águas permanentes de rios e lagos, surgindo o inevitável: promiscuidade e disseminação de zoonoses que, em certos anos, provocam verdadeiras rasias nas manadas e rebanhos, e a morte é frequente por inanição á falta de alimentos, devorados totalmente pelo aglomerado excessivo em relação á zona ocupada.

Do exposto concluimos que os problemas mais instantes a resolver para dar fundamento económico á exploração pecuária do Ultramar, são, em nosso entender:

1.º — Preparar a exportação dos produtos e subprodutos derivados da exploração animal industrializada, porque os mercados internos não podem garantir o consumo do seu actual ren-

(Continua na 12.ª pág.)

ANGOLA — Bebedoiro natural

ULTRAMAR PORTUGUÊS

O CRESCENTE INTERESSE DA METROPOLE PELA VIDA DE ALÉM-MAR

Imagem de Nossa Senhora, em marfim de proveniência angolana, pertencente á Congregação de S. José de Cluny, de Braga, que figurou na Exposição de Arte Missionária de Madrid

Pelo dr. BANHA DA SILVA
AGENTE GERAL DO ULTRAMAR

Chegam até nós, de quando em quando, ecos de censuras originadas pelo desinteresse que se diz existir ainda na Metrópole pelos assuntos ultramarinos. A qualquer circunstancia, por mais insignificante que seja, atribui-se por vezes, um volume e importancia que não tem.

Essas censuras dirigem-se particularmente á Imprensa metropolitana, acusando-a de não dar conhecimento desenvolvido, exacto e oportuno, de tudo o que se passa nos nossos territórios de além-mar.

Manda a justiça que se diga, que hoje em dia, a verdade é outra e que esta dureza de critica, se em outros tempos pode ter tido a sua razão de ser, não tem actualmente qualquer fundamento justo em que se apoie.

Quem desapaixonadamente observar o panorama presente da vida da Metrópole, fácilmente constatará, que em todos os sectores das suas actividades, o interesse pelos problemas do Ultramar se desenvolve por forma notável e consoladora e que portanto os acontecimentos ultrapassaram em muito aquela fase de desconhecimento e de desinteresse, embora algumas pessoas se não tivessem apercebido ainda da evolução operada.

Não receio afirmar, que hoje em dia, o ambiente é muito diferente e que na grande maioria dos portugueses da Metrópole é manifesto o empenho em conhecer tudo o que se relaciona com o nosso património ultramarino. Para deste facto nos certificarmos, basta ter em atenção as inumeras iniciativas que constantemente surgem dos mais diversos sectores da vida nacional, todas elas tendentes a difundirem conhecimentos respeitantes ao Ultramar e a procurarem enraizar no coração dos portugueses, o amor pelas diferentes parcelas da terra-mãe.

Seria demasiadamente longa a enumeração de todas essas manifestações que bem atestam a afirmação que me permiti fazer, pelo que me limito a citar ao acaso, apenas algumas das que neste momento me ocorrem.

Só nos ultimos meses, estiveram patentes ao publico e em Lisboa, dois pavilhões dedicados ao Ultramar: o da Agência Geral na Feira Popular e o da Associação Industrial, na Feira das Indústrias.

No Secretariado Nacional de Informação e com o patrocínio da Agência, realizaram-se exposições de pintura e de documentários fotográficos, sobre motivos angolanos e pouco tempo antes no mesmo recinto, tinhamos apresentado outra respeitante a Moçambique.

A Sociedade de Geografia levou a efeito em todo o País a já tradicional semana do Ultramar, durante a qual foram distribuidos milhares de folhetos sobre Macau.

Por sua vez, algumas associações académicas universitárias tomaram igualmente a iniciativa de organizar semanas de conferências com o mesmo objectivo e algumas delas organizaram mesmo pequenas exposições, com material que lhes cedemos e sendo ao mesmo tempo exibidos os nossos documentários cinematográficos.

Simultaneamente em Madrid, organizaramos a participação portuguesa na Exposição de Arte Missionária e a Agência subsidiava no País a criação dos «Centros de Formação Imperial da Mocidade Portuguesa». Estes enviaram já a Angola a sua primeira missão de estudo organizada em bases práticas, inteiramente diferentes daquelas que têm presidido ás excursões escolares de simples recreio e diversão. Outras visitas ás provincias de além-mar foram levadas a efeito por alunos do Instituto Superior Técnico, do Instituto Superior de Agronomia e do Colégio Militar, todas patrocinadas por Sua Excelência o Ministro do Ultramar.

Realizaram-se os habituais concursos de literatura ultramarina da Agência Geral e outros novos surgiram, como o do prémio Abílio Lopes do Rego a cargo da Academia das Ciências de Lisboa, o da Junta das Missões, os dos Centros de Formação Imperial da Mocidade Portuguesa, etc.

Vários Organismos particulares, como a Casa dos Estudantes do Império, Nucleo pró-Império, etc., etc., desenvolveram, com objectivos semelhantes, as suas actividades próprias.

Nas Emissoras de Rádio, a «Voz do Império» e outros programas especiais, focaram os mais diversos assuntos da vida ultramarina. E suspendo, aqui, a série infindável de manifestações desta natureza efectivadas num curto espaço de tempo, pois suponho ser ela já suficientemente elucidativa e convincente. Para breve, entre outras actividades previstas, teremos a nossa participação na grande Exposição de Arte Sacra Missionária a inaugurar no corrente mês de Outubro no Mosteiro dos Jerónimos, e a do valioso documentário recolhido pela brigada que recentemente foi á India estudar os nossos monumentos; a abertura de «Stands» da Agência Geral no aeroporto, etc. Porém, acima da importancia e do significado de todas estas manifestações que bem revelam como a populaãço da Metrópole tem o seu pensamento preso por forma constante ao futuro do nosso Ultramar, está o alto exemplo que superiormente a todos nos é dado, por aqueles que, nos mais elevados cargos da governação publica, estão contribuindo com medidas do mais largo alcance e projecção, para o progresso e desenvolvimento do precioso património da Nação.

A Imprensa metropolitana tem provocado a evolução operada

Por outro lado, não se pode afirmar também com justiça, que a Imprensa metropolitana não tenha acompanhado, e direi mesmo, provocado em parte a evolução operada. Na realidade, um tão poderoso instrumento de divulgação e propaganda não podia viver alheio aos superiores interesses da Nação.

Nunca, até hoje, se apelou inutilmente para o patriotismo das respectivas empresas, patriotismo que aliás se não pode pôr em causa. Se nos dermos ao cuidado de confrontar os jornais dos ultimos tempos com os de há meia duzia de anos, teremos todos de reconhecer que actualmente os assuntos ultramarinos, são neles versados com muito mais frequência e desenvolvimento.

Abstenho-me de fazer considerações que sómente á vida particular das empresas muito legitimamente respeitam; mas não posso deixar de lembrar que, se por um lado o pouco espaço de que os jornais hoje dispõem lhes não permite por vezes dar a certos assuntos um mais largo desenvolvimento, por outro, a intensidade da vida moderna e sobretudo a relatividade da importancia de certos acontecimentos locais para a expansão dos jornais (o que se tem de considerar) impedem certamente as empresas de darem um maior relevo aos assuntos menos importantes do Ultra-

(Continua na 13.ª pág.)

PANORAMA FLORÍSTICO DE ANGOLA E MOÇAMBIQUE

Pelo Doutor FRANCISCO DE ASCENSÃO MENDONÇA

Quem, com alguma atenção, se debruçar sobre os mapas fitogeográficos de Angola e Moçambique, postos lado a lado (cf. Atlas Colonial, Lisboa 1948), num simples relance reconhecerá, talvez com certa surpresa, a semelhança de cores do fundo cartográfico de ambos, o que naturalmente representa semelhança fisionómica da flora daqueles dois vastos territórios, voltados de costas, olhando para oceanos diferentes.

Devemos desde já dizer, com intensão de apaziguamento dos inconformistas, que aquela semelhança é mais íntima, real e profunda, do que aquilo que se pode esquematizar em uma síntese gráfica.

Vista das portas do mar, de norte a sul, desde a Ponta do Padrão até á Baía dos Tigres, Angola oferece á curiosidade indagadora do observador, paisagem invariavelmente escaldante, agreste e rebarbativa, — areias movediças, arribas nuas, pequenas palmeiras adustas, arbustos espinhosos, e um ou outro imbondeiro disforme e tristonho —, ao passo que a costa de Moçambique, na extensão de cerca de 2.300 kms., desde a Ponta do Ouro até á foz do Rovuma, é quase ininterruptamente bordada de uma espessa barra sempre verde, a transpirar frescura, a inculcar macieza, a sorrir aos nossos olhos.

Não nos iludamos, porém, por simples aparências. Estes aspectos exteriores de Angola e Moçambique são apenas enganosa moldura do painel grandioso, surpreendente e multiforme, que se desenrola para o interior do Sertão.

Para além da estepe costeira de Angola, mais próxima ou mais afastada do oceano — em função da latitude, altitude, e conjunção de factores climáticos propícios —, surgem a floresta frondosa ou a campina acolhedora; ao passo que logo por detrás da cortina verde que se ergue das praias moçambicanas, ocultam-se savanas ardentes, mato áspero e pungente, ou estepes salgadas, que é preciso transpor penosamente, antes de se alcançarem as portas de acesso á suavidade dos planaltos.

Estes contrastes de facies exterior, tal como as caras de Her-

(Continua na 15.ª pág.)

CABEÇA DE BENIM
(Da colecção do Museu de Etnologia de Hamburgo)

Pavilhão onde se encontra instalado o laboratório de análises da celulose

A CONTRIBUIÇÃO DA FLORA ULTRAMARINA NA INDÚSTRIA DA PASTA PARA PAPEL

Pelo Engenheiro Silvicultor LUIS DE SEABRA

Desde há muito que a industria papeleira se encontra em situação difícil do ponto de vista do abastecimento em matéria-prima.

Em resultado de uma primeira crise ocorrida, precisamente há um século, as essências florestais começaram a ser empregadas, como recurso, na fabricação de papel. Esta crise foi provocada pelo aparecimento quase simultâneo da máquina de fabricação contínua de papel e da Imprensa, que rapidamente se expandiram através do Mundo reclamando maiores quantidades daquele produto.

O brusco aumento do consumo de papel levou os industriais da época a procurarem novas matérias-primas que pudessem ser exploradas mais económicamente e em maior escala do que o trapo, cada vez mais caro e mais escasso. A produção era nessa altura de 1 milhão de toneladas anuais e, depois de um período de adaptação da indústria ao novo material e de feita a selecção das espécies aptas, julgou-se definitivamente assegurado o abastecimento da matéria prima.

A produção mundial de papel excede 30 milhões de toneladas

Hoje a produção de papel no Mundo ultrapassou os 30 milhões de toneladas anuais e, o mais notável é que 3 quintas partes desta produção foram alcançadas nos últimos 25 anos, prevendo-se que sejam atingidos os 37 milhões em 1955.

Considerando que os Estados-Unidos têm um consumo anual de 150 quilogramas por habitante, não se manifestando ainda o mais leve sinal de saturação, e atendendo a que mais de 80 % da população do Mundo consome menos de 10 quilogramas por ano, é fácil concluir que o consumo mundial de papel está ainda muito aquém do nível em que definitivamente virá a fixar-se. Porém, se a maioria das fábricas de papel americanas e europeias não esgotou ainda a sua capacidade de produção, as matérias-primas que têm abastecido a indústria da celulose encontram-se seriamente comprometidas e não poderão suportar por muito tempo o ritmo de consumo que se tem verificado. Alguns dos paises mais densamente arborizados e que até agora têm mantido o equilíbrio mundial de produção e consumo, estão já ultrapassando as possibilidades normais de exploração das suas reservas florestais.

E especialmente o esgotamento das resinosas que preocupa os países produtores de pastas. Primeiro, porque 80 % das grandes instalações industriais estão especializadas no tratamento destas espécies que, para os processos usuais de extracção de celulose são as que apresentam melhores características técnicas; e, depois porque a sua área de distribuição geográfica coincide com a zona em que a indústria encontra melhores condições económicas para se desenvolver.

Gabinete de estudos micrográficos de fibras

A crise presente de matéria-prima é semelhante á de há um século

Pode dizer-se que a situação actual quanto á crise de matéria prima, é idêntica á de há um século. O desenvolvimento da industria papeleira, no sentido de conseguir maior potencial de fabricação e a grande expansão da Imprensa como meio de publicidade, provocaram uma elevação brusca no consumo da celulose, levantando problemas económicos e técnicos que demandam um certo tempo para se resolverem.

No entretanto, parece-nos que, como outrora, a situação é apenas momentaneamente crítica. A celulose é o mais abundante constituinte do reino vegetal e a Natureza encarregar-se-á de a renovar com perseverança, desde que o Homem não destrua sistemàticamente as suas fontes. Portanto é a altura de recorrer a novas matérias-primas mais fácil e ràpidamente regeneráveis e menos valorizadas, deixando que se refaçam do desgaste sofrido as espécies que deverão ser reservadas para fins selectos no campo da papelaria ou em quaisquer outros, porventura mais valorizadores. Com as actuais possibilidades da ciência e da técnica, não será mais difícil encontrar materiais que substituam as resinosas na indústria do papel, do que foi há um século encontrar um substituto do trapo.

Ora, nesta ordem de ideias, muitos países, e particularmente aqueles para quem a crise e a carestia do papel representam um problema vital para a economia, procedem activamente a estudos técnicos, ensaiando novas matérias-primas. Nos Estados-Unidos, onde as espécies folhosas ocupam uma extensa superfície, estão já a ser empregadas na fabricação de papel mais de 6 milhões

(Continua na 14.ª pág.)

Estudo físico das pastas para papel

A SOLIDARIEDADE IMPERIAL NO DOMÍNIO DAS ACTIVIDADES ECONÓMICAS APARECE EM TODAS AS NOSSAS INICIATIVAS

—declara-nos o sr. dr. Cortês Pinto

Presidente da Associação Industrial Portuguesa

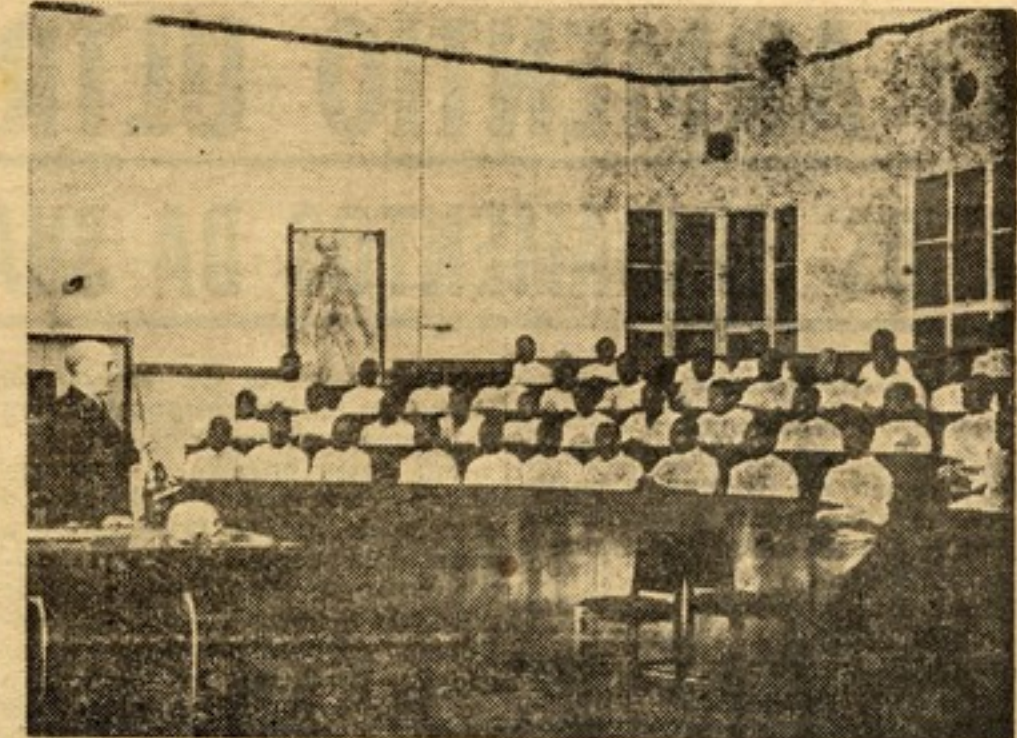
O problema de uma cada vez mais íntima ligação económica entre a Metrópole e os territórios ultramarinos, tanta vez meditado, tanta vez posto em teoria, está agora, pode dizer-se, numa fase a que as circunstâncias atribuem a mais franca actualidade.

As considerações de ordem económica vieram somar-se as de ordem política, e a recente integração do Acto Colonial no próprio texto da Constituição deu um evidente sentido de grande actualidade. Com essa decisão, efectivamente, a evidência da solidariedade económica imperial portuguesa cessa de ser uma aspiração, para se converter numa realidade legal, com a força e a solenidade de se tratar de um princípio com carácter constitucional.

Pode dizer-se que os dados deste magno problema estavam, desde há muito, postos perante a consciência nacional, tanto na Metrópole como no Ultramar, mas alguns factos recentes vieram dar-lhe actualidade e corpo, em abertas afirmações de que se tinha operado já a transição do domínio das aspirações para o campo das realidades, a que, evidentemente, se tornava necessário acrescentar novos alentos. Algumas dessas manifestações provieram em linha recta da acção desta há tempos entusiàsticamente empreendida pela Associação Industrial Portuguesa, em cujo programa o lema do estreitamento das relações económicas entre toda a comunidade portuguesa aparece inscrito e tem sido agitado e valorizado através de uma série de importantes manifestações, de que a última Feira das Indústrias Portuguesas foi a que mais directamente terá chegado ao grande público.

A cooperação preconizada pela Associação Industrial Portuguesa

Dada a grande actualidade do problema e o seu cada vez mais urgente e necessário esclarecimento, junto da própria opinião pública que dele deve tomar pronto e inteiro conhecimento, pareceu-nos oportuno provocar uma troca de impressões com o sr. dr. Francisco Cortês Pinto, presidente daquele organismo económico, ao qual se deve o serviço de ter trazido em tempo próprio á consideração do País

(Continua na 14.ª pág.)

No curso de aperfeiçoamento de professores indígenas das Missões Católicas, em Lourenço Marques: instrução de enfermagem

MISSÕES

Pelo Cónego Doutor JERÓNIMO DE ALCANTARA GUERREIRO

Os problemas missionários quando, como no caso português, atingem aspectos nacionais, estão sujeitos a críticas muitas vezes inspiradas em sentimentos eivados de preconceitos, que não deixam a razão livre na sua alta função de ajuizar serenamente.

Tal crítica superficial e mal intencionada, sem ter atrás de si um estudo sério e desapaixonado das questões, pode criar nos meios ultramarinos um ambiente de desconfiança, e até de hostilidade, propício ao desânimo de quem trabalha em campo tão ingrato.

Se, porém, o problema da elevação do indígena de Moçambique á civilização cristã for meditado em toda a sua complexidade, há-de reconhecer-se que a solução presentemente adoptada nas três dioceses desta Província ultramarina é a melhor, e dela se esperam no futuro abundantes frutos que já nos nossos dias vão sendo uma realidade. A colheita total levará muitos anos a sazonar, exposta como está a imensos perigos de contágio; mas as promessas são hoje animadoras: há cristandades nascentes mostrando-se vigorosas desde o berço.

O sistema missionário do nosso tempo não pode ser o mesmo que conquistou para Cristo as primeiras almas de negros moçambicanos, pois as circunstancias não são as dos séculos de quinhentos e seiscentos.

Nesses tempos, Portugal, na costa oriental de África, apenas dominava as ilhas de Moçambique e de Cabo Delgado, as faixas de terras firmes, fronteiras a essas ilhas, as margens do Zambeze até Tete e Zumbo, a fortaleza de Sofala e a baía de Inhambane. Ainda a baía de Lourenço Marques não pertencia ao conjunto das possessões portuguesas, vivendo as missões á sombra protectora desses postos militares, dos quais o missionário se não podia afastar sem perigo.

Assim, nasceram na Ilha de Moçambique as primeiras casas religiosas da Ordem de S. Domingos e da Companhia de Jesus, de onde irradiaram para a costa grandes igrejas e residências no Ibo, nas Cabeceiras e Mossuril, seguindo sempre no caminho da ocupação já feita, no Cuama, construíram-se conventos e templos em Sena, capital dos Rios, em Tete e Zumbo, sentinelas avançadas da conquista espiritual. Para o sul era Inhambane o único ponto em que se plantara a cruz, apesar de ter sido ali o primeiro campo de acção da aventura heróica do P.e Dom Gonçalo da Silveira, um século antes.

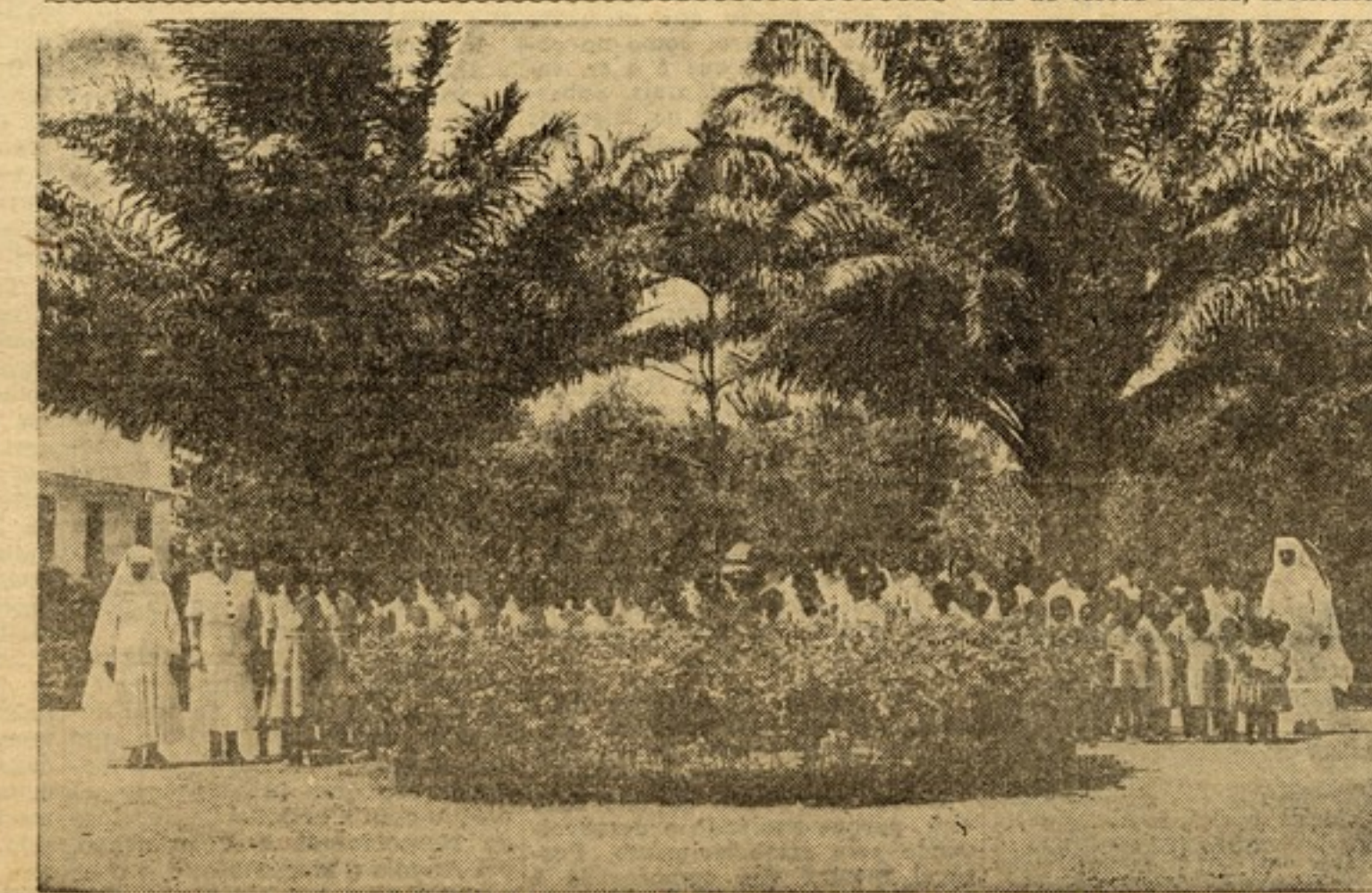
Cada um daqueles pontos era um centro de evangelização e de civilização a chamar o indígena á fé e ao trabalho. Missionava-se então, como hoje diríamos, «em profundidade». O negro recebia ali com o ensino religioso a aprendizagem de ofícios e do arroteamento das terras.

Ao ser estabelecido o regime dos prazos, as populações neles residentes ficaram sujeitas á Missão que os possuia, vivendo nela ou como escravos ou como subditos livres ao abrigo das perseguições movidas pelos negreiros sem escrupulos. Constituiam-se famílias cristãs sob a protecção das Missões, as quais lhes aproveitavam o trabalho, fornecendo-lhes os meios de sustentação.

A Zambézia, sobretudo, viu o desenvolvimento deste sistema de patronato nas Missões dos jesuítas e dominicanos. E, é curioso notar, quando as incursões de tribos do interior vinham perturbar a paz laboriosa dessas terras, eram os próprios indígenas cristãos quem auxiliava na defesa, o reduzido numero de brancos.

O movimento missionário português em Moçambique, no século XVII, assentava nestas bases.

Quem, conhecendo este método antigo, estudar a estrutura actual da organização missionária nessa mesma Província, verificará uma tendência nova — a de se missionar «em extensão», usando-se a escola como principal meio de apostolado. Não se pôs de lado como uma velharia o primeiro sistema, muito ao contrário, pois há pontos onde são absolutamente necessárias as grandes Missões

(Continua na 13.ª pág.)

Grupo de indígenas no jardim do internato da «Casa de Nossa Senhora de Fátima», na Beira

ULTRAMAR

O ARMENTIO ULTRAMARINO E OS FUNDAMENTOS DA SUA EXPLORAÇÃO

(Continuação da 9.ª pág.)

dimento, quanto mais o seu aumento, e porque, considerando a situação do Ultramar português e dos mercados externos, não é prática nem económica a exportação de animais vivos, como vem sucedendo até agora.

Este problema, julgamos, encontra-se em vias de solução por parte da governação publica, pois o estudou e o apresentou á E. C. A. para ser assistido e subsidiado por ela.

A imprensa diária já noticiou a sua aprovação e o seu auxilio financeiro por parte daquele organismo.

2.º — Sanidade pecuária. Também o Governo, com real sentido das suas responsabilidades, tem ordenado a ocupação veterinária do Ultramar e o apetrechamento técnico e material de laboratórios capazes de preparar alérgenos, vacinas e drogas para identificar e combater zoonoses.

E se a acção dos técnicos não tem sido de maior vulto, é porque até hoje não tiveram ao seu dispor os meios materiais de actuar, deficiências de que sobressaem: a falta de laboratórios devidamente apetrechados, a vasta extensão de áreas atribuidas a cada veterinário, o regimen pastoril indígena, a ignorancia dos pretensos armentários europeus e a não existência de fundamento económico como garante da exploração animal.

3.º — Condições do meio. Até agora — á parte um ou outro europeu que se pode considerar criador — apenas a natureza e orgânica especial dos nativos têm sido factores fundamentais da existência de capital pecuário vultoso: A primeira oferecendo meio ambiente mais ou menos propício á animanicultura; e a segunda determinando que os gados são índice de riqueza, embora os pretos sejam criadores ao sabor da ignorancia, fatalismo e negligência que os caracteriza, e não curem de saber do valor real que tal capital pode representar nas trocas comerciais.

Também neste capitulo julgamos que os governantes estão estudando o assunto de forma a poder-se auxiliar o meio e prepará-lo para garantir, no decorrer do ano, os elementos fundamentais á animanicultura que ora não se verificam com regularidade: forragens e água.

E assim na imprensa diária nós lemos a notícia de grandes obras de barragem e irrigação no Ultramar português e, sabemos, que vai levar por diante o estudo e prospecção das águas de superfície e subterraneas para se aproveitarem em bebedouros capazes de satisfazer as exigências da vida animal, evitando as transumâncias e o desaproveitamento de pradarias naturais de bons capins, mas sem água.

Os bebedouros virão a ser disseminados pelas vastas regiões povoadas de armentio e serão alimentados por bombas elevatórias, moínhos de vento, ou águas da chuva estancadas em pequenos reservatórios.

Em nossa opinião o melhoramento dos prados naturais, a criação de prados artificiais e a hidráulica pastoril devem incidir em zonas de maior densidade pecuária e que ofereçam possibilidades económicas de exportação dos produtos derivados. E o seu estudo cuidadoso respeitará os limites da densidade pecuária compatíveis com a abundancia dos pastos, as possibilidades da dessedentação regular do armentio, a sanidade pecuária, a fauna entomológica e helmintológica parasitando animais bravios e domésticos, as distancias e possibilidades económicas da exploração e colocação do rendimento das industriais animais.

Julgamos não errar afirmando que, em face dos estudos e obras de fomento ordenadas pelo Governo, em breve assistiremos ao aproveitamento racional do armentio do Ultramar, á sua valorização, á sua contribuição para uma melhor alimentação de povos autóctones e outros, á sua influência favorável na balança comercial portuguesa e, principalmente, a servir de esteio á colonização europeia portuguesa de vastas regiões africanas hoje mal ocupadas, o que, por si só, mais nos prestigiará como povo civilizador.

BRITO GUTERRES

MOÇAMBIQUE — Suínos melhorados

CIRURGIA ORTOPÉDICA

(Continuação da 9.ª pág.)

nível moral das tripulações, (as quais na sua totalidade, durante os primeiros anos de guerra encontraram a morte nas suas missões) e á larga contribuição dada pela terapêutica por readaptação.

Chegou o momento de falarmos deste tão importante aspecto da terapêutica, entre nós conhecido teóricamente por muitos e teimosamente incompreendido por uns poucos.

A finalidade da readaptação consiste em ir «endurecendo» o doente aumentando-lhe gradualmente a actividade física e o «desejo de cura». Como diz H. Osmand-Clarke: «Para alguns médicos que tiveram a seu cargo o tratamento de sinistrados, foi fácil reconhecer que muitos deles se desmoralizavam pelos largos períodos de invalidez e que o seu desespero pelo estado actual e ansiedade pelo futuro, em nada eram diminuídos por visitas de meia hora, três vezes por semana, aos clássicos serviços de maçagens». E entre aqueles médicos figurou «Sir» Robert Jones, o qual estabeleceu os primeiros centros de readaptação nos seus serviços militares de ortopedia durante a primeira grande guerra.

Hoje a readaptação é possível em todos os hospitais que têm serviços bem organizados. «servindo-se os doentes cada vez mais dos ginásios e cada vez menos das máquinas para movimentos passivos».

Em países em que estes assuntos são melhor estudados, a readaptação, muito embora tenha progredido devido aos conflitos armados, faz parte de um progresso estimulado pela consciência nacional que deseja idênticos progressos na educação e nos serviços de saude.

E foi devido, por exemplo, a esta orientação, que hoje é possível modificar o prognóstico dos doentes com paralisia dos membros inferiores. A concentração destes doentes em centros ou unidades permitiu e permite um estudo mais completo de todos os pormenores da doença e dos meios terapêuticos. Assim, no Centro de Stoke Mandeville (Londres), que visitámos em 1946, mais de setenta por cento daqueles paraplégicos têm alta para se ocuparem em profissões remuneradas. Certamente que não devemos menosprezar o incalculável benefício moral que deste modo se obtém.

Mas a readaptação não interessa só aos portadores de lesões traumáticas, pois, em virtude do aumento da duração média da vida, são cada vez mais frequentes as sequelas das doenças crónicas. De facto, há mil anos, a duração média da vida era de vinte e cinco anos; em fins do século passado era de quarenta e nove, e actualmente é de sessenta e sete. Compreende-se que não havendo ainda meios para curar as doenças crónicas e estando longe as respostas a muitos problemas das doenças do coração e dos vasos sanguíneos, das osteo-artrites, da paralisia cerebral, da paralisia infantil e de muitas outras doenças, devemos lançar mão de técnicas de readaptação, de treino vocacional, etc., para ensinar os seus portadores e permitir-lhes uma vida menos dura dentro da sua invalidez.

A readaptação é hoje, como acabámos de ver, uma faceta da terapêutica sem a ajuda da qual muitas curas são impossíveis. Esta afirmação não é fácil que seja compreendida por aqueles que nunca puderam observar os seus efeitos, pelo que a consideram de interesse secundário. Temos que convencer os mais rebeldes de que já passou a época em que o médico só se preocupava com a mortalidade. Agora que a morte se pode «adiar» mais vezes, estamos em época de pensar diminuir a invalidez física e moral. É, neste aspecto, que a readaptação tem a palavra. O problema é de tal importancia que na América, na University Medical School de Nova York, foi nomeado um professor para a nova cadeira de readaptação.

Julgamos que poucas mais palavras são necessárias para apoiar a justificação da tese defendida neste artigo. Pelo que nos parece justificado, á semelhança do que ultimamente se passou com a criação de Serviços de Hemoterápia e Reanimação, em Angola e Moçambique, o ir-se pensando na organização de serviços de Cirurgia Ortopédica e Readaptação nas cidades de maior importancia. E isto, pelo facto de este tipo de cirurgia ter de deixar de ser entre nós uma actividade dependente da maior ou menor simpatia dos cirurgiões que fazem a chamada cirurgia geral. Esta ultima orientação é ainda proveniente de influências antigas da escola alemã, mas de há muito que foi posta de parte na América e em Inglaterra

De resto, já no continente africano encontramos Hospitais ou Serviços unicamente dedicados á prática da cirurgia ortopédica com cirurgiões e outro pessoal especializado: na África do Sul (Joanesburgo e Pretória), no Kénia (Nairobi) e na Rodésia do Sul (Bulawayo), etc..

Por isso, dado o desenvolvimento crescente das nossas províncias ultramarinas, torna-se cada vez mais saliente a necessidade de permitir o mais alto nível técnico aos médicos que para lá se dirigem. E apesar de, em muitos aspectos, o nível científico atingido por alguns Centros do Ultramar nada fique a dever a alguns do Continente, não é menos verdade que sendo necessário o diploma do Curso de Medicina Tropical, este não é ainda condição suficiente. Com acerto se tem dito que alguns dos médicos que pela primeira vez vão para o Ultramar deveriam fazer um curso do tipo dos «post-graduados». As condições que regulariam o seu aspecto técnico e financeiro merecem larga ponderação para não agravar a já muitas vezes precária situação do médico recém-licenciado.

Alguns dos centros cirurgicos do Ultramar, assim como as futuras instalações do Hospital do Ultramar, permitem encarar o problema com certo optimismo. Neste ultimo, o Serviço de Cirurgia Ortopédica, Traumatológica e Reparadora já tem lançados os fundamentos para a organização de um «Centro para Cirurgia da Mão e dos Nervos Periféricos». Pormenor de não menos importancia é a sua futura Secção de Readaptação anexa ao Serviço de Fisioterápia.

Temos pois, que nos remeter a um esforço notável para pelo menos atingirmos um nível de possibilidades técnicas idêntico ao existente em países com recursos económicos semelhantes aos nossos. E, se de facto é aos poderes governativos que compete regular e aperfeiçoar a organização da Medicina, também cada vez mais nos convencemos que sem possuirmos uma noção real dos problemas e do progresso da Medicina, não haverá convicção e unanimidade de pontos de vista nos planos a estabelecer. Trabalha-se em compartimentos-estanques, pulverizando esforços de organização e colaboração. O desempenho da missão não é deste modo económico e é difícil que seja proveitoso, e menos seria sem o espírito de sacrifício e alto nível profissional da grande maioria dos médicos.

BRONZE DE BENIM

DA COLECÇÃO DO MUSEU DE ETNOLOGIA DE HAMBURGO

ESCOLA SUPERIOR COLONIAL

(Continuação da 8.ª pág.)

tos e modificações no regime de estudos, especialmente no que diz respeito ás garantias a dar aos diplomados nos dois cursos. Encontra-se presentemente na gerência da pasta do Ultramar quem conhece directamente as necessidades administrativas, técnicas e culturais dos territórios ultramarinos. O Ministro e prestigioso oficial de Marinha, Sarmento Rodrigues, foi também aluno da Escola Superior Colonial e é ainda seu distintíssimo Professor. A Direcção, Corpo Docente e alunos não duvidam de que as legítimas aspirações formuladas encontrarão o acolhimento que merecem não só no Ministro, como no colonialista distinto que é o sr. engenheiro Trigo de Morais, Subsecretário de Estado, e no Director Geral do Ensino Colonial, dr. Braga Paixão.

«A Escola tem os seus equivalentes noutros países, como em França, a «Escola da França do Ultramar» e o «Instituto de Altos Estudos Muçulmanos»; na Bélgica, em Antuérpia, o «Instituto Universitário dos Territórios do Ultramar»; na Grã-Bretanha, cursos post-universitários; na Holanda, o «Afrika Institunt de Leyden».

«Vemos, portanto, que, quer pela eficiência da sua acção pedagógica na formação do pessoal, quer pelo papel que lhe cabe e que ela exerce na investigação e na difusão cultural de assuntos ultramarinos, a Escola Superior Colonial de Lisboa não se encontra em plano inferior ao desses estabelecimentos estrangeiros.

A concluir:

— Precisa de instalações mais adequadas, de mais pessoal e material e da concessão de mais garantias aos que a frequentam.

Estou convencido de que tudo virá, porque apoiando e desenvolvendo este estabelecimento, Portugal mostra que compreende a sua função e que está á altura da sua missão histórica de além-mar.

ANGOLA — Prado natural do distrito da Huíla

PORTUGUÊS

A ORGANIZAÇÃO DO CRÉDITO BANCÁRIO NO ULTRAMAR

pelo
Dr. Henrique Cabrita

A' medida que se vai desenvolvendo a vida económica e social no Ultramar e se torna mais diferenciada e complexa a própria existência dos indígenas das províncias africanas, as necessidades de dinheiro bancário crescem, tal como aconteceu com o dinheiro comum quando se expandiu a economia monetária.

Quem actualmente olhar, sem ideias ou interesses parcelares, o panorama económico ultramarino, terá de reconhecer que são insuficientes as unidades dos sistemas de crédito, perante as imensas tarefas que incumbem ao Estado e aos particulares no inadiável acéleramento do progresso social dos territórios, mediante a valorização das suas riquezas potenciais e justa repartição dos rendimentos dela derivados.

Com efeito, em Angola, por exemplo, como instituição bancária oficial funciona apenas o seu Banco Emissor, ao mesmo tempo Banco de depósitos e comercial. E' verdade que existem também Caixas Económicas e de Crédito Agrícola e que, no próprio Instituto central, se realizam operações de crédito de fomento através do respectivo «Departamento», com património e responsabilidades específicas e autónomas, em boa hora criado pelo sr. prof. Doutor Marcelo Caetano quando dirigiu a pasta das Colónias. Todavia nota-se a carência de crédito a médio e longo prazo em quantidade e qualidade bastantes para se alcançarem os fins superiores da economia angolana.

Em Moçambique, ao lado do Banco Nacional Ultramarino, seu Instituto Emissor, operam os estabelecimentos estrangeiros «The Standard Bank of South Africa» e «The Barclay's Bank (Dominion, Colonial and Overseas)», praticando actos de crédito igualmente as Caixas Económicas (Postal e do Montepio). As instituições de crédito dos territórios vizinhos colaboram indirectamente na economia creditícia moçambicana.

Nestas duas provincias, e nas outras, há também empresas comerciais e agrícolas que recebem autênticos depósitos, não oficiais, dos que formam poupanças, chegando a efectuar operações de transferência e de crédito, análogas aos descontos e ás aberturas de contas correntes. Mas tudo isto é ao presente muito pouco. Aliás é velha a aspiração de novos centros de crédito, e antigo é outrossim o reconhecimento da sua manifesta necessidade.

O capital — o capital real — aumenta a eficiência do trabalho e a produtividade da terra. E' essa a sua função. Há mais de 40 anos já escrevia o Governador Geral, Freire de Andrade, estas acertadas palavras: «Façamos tudo por animar a colonização portuguesa, e, mais do que braços, procuremos trazer a Moçambique capitais portugueses, que são geralmente esquivos a empresas arriscadas». A própria lei, mais tarde, registou de modo claro a indispensabilidade da criação de um banco de fomento do Ultramar. O sr. Presidente do Conselho, ao tempo Ministro das Finanças, referiu-se á «fundação do Banco de Fomento para o Ultramar, com o fim de aumentar as disponibilidades de capital em serviço nas colónias portuguesas». E no preambulo do decreto n.º 18.571 escreveu: «A necessidade mais instante é decerto a organização do crédito colonial». Foi então criado oficialmente o Banco do Fomento, que não chegou a ser realidade, infelizmente, porque «uma comissão instalada em Lisboa antes da formação do Banco comprometeu antecipadamente os recursos que eram destinados a esta instituição», como se refere no relatório do Conselho Superior do Império, de 29 de Julho de 1940, que faz parte do parecer dado sobre o «projecto do decreto relativo ao regime bancário no Ultramar Português» (processo n.º 37, parecer n.º 41, publicado no Boletim Geral das Colónias, n.º 200, de Fevereiro de 1942). O caso complicou-se em seguida em virtude da crise de transferências do Brasil, o que levou a adiar a solução com receio de carência de cabedais para outros fins importantes.

Já antes o Alto Comissário, prof. eng. Vicente Ferreira, no relatório do diploma n.º 529, de 13 de Junho de 1927, considerava o crédito ultramarino «fundamental não só para a prosperidade mas para a própria vida económica das Colónias». Numa representação entregue ao então Ministro das Colónias, sr. prof. Doutor Armindo Monteiro, pelas Associações de Angola, dizia-se mesmo: «A instituição do Crédito Agrícola e Industrial a curto e a longo prazo é para Angola caso de vida ou de morte».

Depois dessas tentativas, outra apareceu no tempo em que geriu o Ministério das Colónias o sr. dr. Vieira Machado. Foi sobre o projecto elaborado por este Ministro, que recaiu o aludido parecer do então Conselho Superior do Império. Mas a questão foi nessa altura complicada pelo problema da unidade ou da pluralidade do privilégio da emissão de notas, não tendo qualquer seguimento. Pretendia-se nesse projecto transformar o Banco de Angola em Banco de Fomento para o conjunto ultramarino, ficando um só Instituto Emissor para todo o Império. Não vingou (estamos convencidos), porque se misturaram as duas questões, que nada têm que ver uma com a outra, visto hoje a faculdade de emissão ser secundária ao lado das funções do Banco central e de reserva.

Com muita razão, disse na sua declaração de voto o sr. Prof. Doutor Marcelo Caetano: «o sistema da unidade nasceu em 1864, não em obediência a uma política de emissão, mas porque era preciso, antes de mais nada, estimular a criação e o desenvolvimento de um estabelecimento de crédito para fomento das colónias; a instituição do Banco era o objectivo principal e o privilégio da emissão figurava entre outras vantagens que se davam á empresa que surgisse, devendo notar-se que, na época, não só a emissão de notas estava longe de ter a importancia que hoje tem na circulação monetária, mas nem era sempre monopólio, pois havia na Metrópole nove Bancos emissores». E opinava, com visão realista, que se experimentasse a criação no Banco de Angola «de um departamento autónomo de fomento, com capital e contabilidade próprios», ideia que, felizmente, veio a concretizar-se em lei e teve execução quando o sr. Prof. Doutor Marcelo Caetano exerceu as altas funções de Ministro das Colónias. A experiência tem provado bem, embora o Departamento do Fomento não tivesse tirado do pensamento da lei toda a possível eficácia, trabalhando vagarosamente no começo e aplicando até alguns recursos, depois, a fins que substancialmente não podem, mesmo com boa vontade, considerar-se de fomento real.

Durante muito tempo alegou-se a falta, a esterilidade ou a «timidez» dos capitais, como argumento da constante dilação das medidas convenientes. Por isso se dizia que só o Estado era capaz de concretizar o propósito. Mas agora, que surgem ofertas e iniciativas, parece não haver argumento contrário á efectivação da ideia, que aliás pode ser facilitada pela criação de uma empresa de economia mista, de envergadura adaptada á escala natural. Não, claro, para Banco comercial, destinado á concessão de créditos a curto prazo. Porém, para um autêntico Banco de fomento, que outorgue créditos a médio e longo prazo, operando os investimentos convenientes. Torna-se cada vez mais urgente esta solução — ou outra equivalente —, sem, contudo, note-se, se fazerem financiamentos inflacionistas, porque já chegou ao limite — ou até já o ultrapassou — a política de auto-financiamento, á custa da grande massa dos consumidores, cujo poder de compra, cada vez mais minguado, não poderá, no futuro, absorver as produções obtidas através dos investimentos. E, então, virá o estagno da economia com todo o seu trágico corteio de consequências. O mesmo, ou pior, se pode dizer dos financiamentos feitos mediante a inflação, aniquiladora da verdadeira poupança e perturbadora da vida social. Impõe-se captar e mobilizar os aforros através de um Banco de Fomento, aplicando-os produtivamente.

MISSÕES

(Continuação da 11.ª pág.)

com vastos internatos, oficinas e escolas de artes e ofícios, nas regiões do interior dos distritos mais afastados dos centros civilizados.

No sul do Save, área do arcebispado de Lourenço Marques, o novo sistema tem toda a preferência. Com excepção do Alto Limpopo, em via de ocupação missionária, toda a região do sul está hoje práticamente ocupada por uma rede de escolas, em que as malhas se apertam cada vez mais em volta da Missão, onde reside o sacerdote e se levanta a igreja. Em cada escola um professor indígena ensina instrução primária e faz catequese sob a vigilancia do missionário, que para esse efeito ali se deslóca amiude. Em certos dias toda a garotada da escola deve aprender a trabalhar os campos da pequena «Machamba» anexa, sendo empregado em material escolar qualquer rendimento que de lá venha a tirar-se. Arrotear a terra todos devem saber; ofícios são para alguns apenas e podem praticar-se nas sedes das circunscrições ou em empresas particulares. Tal possibilidade existe já, modernamente, sem haver grande necessidade da Missão se dar a esse trabalho, como nos séculos passados acontecia.

Este sistema de missionar, lançando a influência de cada centro missionário a uma e até mais centenas de quilómetros, é hoje possível por haver inteira pacificação do indígena e o Estado Português desejar a evangelização e civilização das populações negras, cujas escolas entregou ás Missões católicas.

O método de missionar em extensão pressupõe a possibilidade do missionário se deslocar rápidamente a grandes distancias, porque, caso contrário, as escolas abandonadas ao professor indígena, sem a superintendência assídua do sacerdote, não darão o duplo rendimento desejado: o de se criar cristandade e o de se espalhar a influência [illegible] língua portug[illegible]

O ideal, para se conseguir um resultado mais perfeito seria o de se fundirem sempre em cada Missão os dois tipos — em profundidade e em extensão — mas esbarrar-se-ia na impossibilidade financeira. Se há quem repute exagerada a verba gasta com as actuais Missões, que se di[illegible] então... E, contudo, para o desenvolvimento do numero de famílias cristãs e para a formação de aldeamentos indígenas, ser[illegible] tipo-misto de Missões o [illegible] capaz de conduzir a tais fins mais depressa.

Critica-se, também, a lentidão dos efeitos missionários. Tais críticos vivem fora das realidades: nem conhecem a delicadeza dos trabalhos de evangelização, nem a complexidade da psicologia do negro. Mudar um homem estruturalmente; elevá-lo das mais baixas superstições ás alturas da espiritualidade cristã; destruir tendências ou raízes seculares lutando contra forças atávicas poderosas, para sobre esse campo limpo de vício se lançar a semente do Cristianismo, é tarefa lenta e sujeita aos maiores fracassos. Quantas vezes, quando uma alma parece conquistada, a influência do meio e os instintos ancestrais a impelem de novo á regressão

Não se regateiem obrei[illegible] ao continente negro, não se dê por mal empregado o capital necessário para tão vasta seara espiritual, que os juros serão remuneradores. Trazer os milhões de almas dos negros de Moçambique ao convívio do mundo civilizado, é trabalho sem preço.

O que já está feito é garantia do muito que se há-de fazer, se Portugal continuar, em ritmo cada vez mais acelerado, a benemérita campanha iniciada em favor da gente negra das suas Províncias Ultramarinas.

C.º GUERREIRO

INTERESSE DA METRÓPOLE PE'A VID' ULTRAMARINA

(Continuação da 10.ª pág.)

mar. Isto, porém, não pode significar que a Imprensa da Metrópole viva divorciada da vida ultramarina.

Poderão pois, as populações dessas províncias, confiar em que os jornais metropolitanos tudo estão fazendo para vencer as suas próprias dificuldades e para, tanto quanto possível, franquearem as suas colunas ao estudo e divulgação dos temas e acontecimentos da vida do Ultramar.

Ainda bem recentemente, a propósito dás ultimas providências governativas, que tão benéficos efeitos vão ter no progresso e desenvolvimento das nossas duas mais importantes províncias africanas, a Imprensa da Metrópole soube dar a esses acontecimentos o relevo que tão justamente mereciam e simultaneamente interpretar o regozijo da Nação por ver concretizar em certezas e realidades vivas, as mais nobres aspirações de um povo que pretende firmar o passo na longa caminhada a percorrer, depois de ter transposto o limiar da nova fase construtiva que iniciou.

Bem merece portanto a Imprensa da Metrópole que também justiça lhe seja feita.

A feliz iniciativa agora tomada pelo «Diário Popular», constitui mais uma nobre afirmação do que se disse. E porque assim é, não podemos regatear louvores que são devidos.

BANHA DA SILVA

O FRIO ARTIFICIAL NO ALÉM-MAR PORTUGUÊS

(Continuação da 9.ª pág.)

vagões [illegible] ou a barcos, nacionais ou estrangeiros, hoje largamente providos de porões ou camaras refrigeradas.

Soube que duas grandes empresas de pesca de Benguela também incluiram a industria do frio nos seus planos de exploração e que outras duas empresas, de carnes, já tinham solicitado a montagem de matadouros frigoríficos, um dos quais também estudei. Neste despertar do gigante angolano, é possível que muitos outros projectos surjam com o fito de um «Eldorado».

Não obstante, reputo como sendo as duas formas de resolver, a sério e de uma vez, estes assuntos, quer a projectada criação do Instituto do Pei[illegible] de Angola, organismo de coordenação económica, que incluirá nos seus propósitos a montagem de tuneis de congelação rápida e de armazéns frigoríficos, para produtos marinhos, a instalar nos portos principais de pesca, quer, finalmente, a constituição de uma grande empresa de industrialização de carnes e seus derivados, que irá construir um autêntico matadouro industrial frigorífico, em Sá da Bandeira, com um grande entreposto frigorífico em Moçamedes e outras dependências menores onde seja mister, assunto que, tal como o anterior, tenho procurado acompanhar de perto.

Pelo que já verifiquei, [illegible] respectivos projectos e planos de trabalho foram bem estudados e estão a bem dizer concluídos.

Para que se efectivem, depende o primeiro do parecer final da «E. C. A.», mediante o qual o Governo instituirá esse organismo. O segundo projecto, já aprovado pelos técnicos da referida «E. C. A.», carece apenas da satisfação de certas garantias para que a empresa se constitua, tomando por base o estudo governamental.

Pelo menos quanto á parte técnica, que me foi dado conhecer, ambos os projectos merecem o meu franco e entusiástico apoio.

Dadas as bases sólidas, as garantias, a envergadura industrial e financeira e, muito especialmente, o espírito moderno de que se devem rodear essas duas organizações, é de prever que elas venham a conseguir a resolução de inumeros problemas de pecuária, da pesca e até da colonização, promovendo, por uma forma definitiva, total e inteligente, o abastecimento de tantas zonas deficitárias, entre as quais, ciclicamente, a própria Metrópole. E devem vir a criar mais ampla comunhão de interesses económicos, onde, para todos nós portugueses, não será de somenos importancia a canalização de divisas, mercê de uma bem ordenada exportação de novos e mais ricos produtos.

Seja como for, ao menos em Angola (e é de desejar que em breve isso também se verifique nas restantes parcelas do Império) parece ter surgido o momento em que novos horizontes se desenham para as industrias animais, afinal tudo devido a que se começou a pensar a sério em um dos seus pilares principais: o frio industrial.

Assim, e porque também julgo prudente pensar-se na ordenação desse novo aspecto da economia, termino por emitir a sugestão de que o Governo crie uma Inspecção dos Serviços Frigoríficos, de cuja organização e fins oportunamente me ocuparei.

JERÓNIMO OSÓRIO DE CASTRO

ULTRAMAR

SOLIDARIEDADE ECONÓMICA

(Continuação da 11.ª pág.)

um tão oportuno como importante debate de ideias.

— Efectivamente — diz-nos o sr. dr. Cortês Pinto — a Associação Industrial Portuguesa considera do mais vasto alcance nacional tudo quanto diga respeito á reafirmação e concretização da mais estreita solidariedade económica entre todas as parcelas da terra portuguesa, onde quer que elas se situem, seja a terra metropolitana da Europa, sejam as ilhas do Atlantico, sejam os grandes territórios africanos sejam os do Extremo-Oriente. Em todas as oportunidades temos afirmado este princípio e na medida em que isso em nós cabe, por ele temos vigorosamente batalhado.

— Tem a Associação Industrial encontrado algumas resistências nessa sua acção?

— Não poderia haver lugar para resistências, quando o que se proclama é a urgência e a necessidade da colaboração de todos, tanto mais que essa linha de pensamento, que aliás é a unica que se poderia ter na conta de verdadeiramente portuguesa, está na nossa melhor tradição e dentro das próprias directrizes da nossa política económica, principalmente como ela se entendeu e foi praticada durante a guerra e de então para cá. De resto, só isso tornou possível que tivéssemos atravessado aquele doloroso período dispondo de uma relativa segurança no funcionamento dos nossos mercados e sem que se interrompessem muitas das nossas possibilidades de trabalho. Foi importantíssimo, pode mesmo dizer-se que foi decisivo o papel que uma tal política teve no relativo equilibrio que foi possível assegurar, então, á vida económica nacional.

As vantagens de uma solidariedade económica

E o sr. dr. Cortês Pinto, desenvolvendo, o seu raciocinio, acrescenta:

— Tendo-se, pois, verificado, pelos benefícios de um tal critério, a obra de valorização dos nossos recursos económicos, precisamente nessa altura em que tudo era perigoso e difícil, que razões haveria para que pusessem de parte, melhorada que foi a situação geral, os processos que tinham já prestado as suas provas com aproveitamento? Efectivamente, se no período mais difícil, se patentearam ao País as vantagens de uma crescente solidarização económica entre o território metropolitano e os territórios de Além-Mar, nada poderia fazer supor que idênticos ou melhores resultados não se registariam dentro do quadro de uma normalidade restabelecida. As perpectivas eram manifestamente as melhores para o progresso económico de todas as terras portuguesas.

A repercussão da Feira das Industrias

O nosso ilustre entrevistado cita, em abono do seu ponto de vista, alguns argumentos justificativos e recorda, a breves traços, o que tem sido a acção da Associação Industrial Portuguesa na divulgação dos beneficios nacionais dessa cada vez mais íntima cooperação. Por nossa parte, recordamos o brilho que teve a participação das actividades produtivas do Ultramar na Feira das Industrias deste ano, afirmando o sr. dr. Cortês Pinto que essa participação contribuiu eficazmente para um melhor e salutar conhecimento mutuo das capacidades das nossas industrias metropolitanas e ultramarinas. E acrescenta:

— Sempre tivemos o bom aviso de ver com a melhor satisfação o metódico desenvolvimento das industrias estabelecidas no Ultramar, reconhecendo-lhes o direito á sua merecida expansão e até nos regozijando com ele, como parte que é da política que nós próprios temos advogado em relação á expansão das industrias metropolitanas, podendo sintetizar-se esse pensamento recordando os textos de numerosos documentos que temos elaborado, seja como decisões votadas nas nossas próprias assembleias, seja como sugestões e representações comunicadas ao Governo da Nação. Mas podem resumir-se as bases desse pensamento nestas palavras: coordenação integral de iniciativas e de recursos, articulação coerente das possibilidades dos mercados, colaboração estreita entre todos os sectores da produção na Metrópole e no Ultramar, apoio recíproco sob todas as formas e para todos os fins.

Um plano de produção e distribuição que abranja todo o Império

— Falou de representações ao Governo...

— Efectivamente, assim é. Trata-se de pontos de vista que não foram suscitados agora, mas que estão na linha de desenvolvimento lógico de uma acção que a A. I. P. desde larga data tem preconizado e pela qual não se tem dispensado de lutar. O princípio da estreita solidariedade imperial, no domínio das actividades económicas, aparece afirmado em todas as nossas iniciativas. Não há muito tempo, em todo o caso há mais de um ano, foi entregue ao sr. Presidente do Conselho uma larga exposição, em cujas conclusões se reafirmavam todo o valor e toda a força da razão nacional de uma tal política. Nesse documento se inscrevia o voto do «estabelecimento de uma fácil circulação de mercadorias, para que se criem possibilidades á entrada, nas Províncias Ultramarinas, dos produtos fabricados na Metrópole e, nesta, das matérias-primas produzidas e dos artigos manufacturados no Ultramar», assim como se sugeria a «execução imediata de um plano de produção e distribuição que abranja todas as parcelas do Império» a «revisão integral do sistema de pautas aduaneiras, tanto na Metrópole como no Ultramar»; o desenvolvimento de «uma política de valorização e coordenação sistemática das riquezas nacionais, metropolitanas e ultramarinas». Todos estes votos exprimem, como vê, o mais justo sentido de uma perfeita identidade e de uma sólida comunhão de interesses de toda a terra portuguesa.

Um patriótico conjunto de ideias

O sr. dr. Cortês Pinto tinha feito passar perante a nossa apreciação, com lucido desenvolvimento e eloquente citação de factos, o patriótico conjunto de ideias com que o organismo económico a que preside tem contribuído para que se expanda e solidifique o sentimento justo e necessário da melhor solidariedade entre o trabalho de todos os portugueses, onde quer que esteja situado o fragmento de terra portuguesa sobre que eles exerçam a sua actividade. E' um nobre pensamento, tanto quanto é uma límpida visão do que seja o interesse nacional, comandado pelo propósito do nosso desenvolvimento. A indivisibilidade de todos os nossos territórios é hoje regra que tem a honrá-la a dignidade de princípio constitucional. Por isso, não é só tarefa meritória, mas também dever inalienável tudo quanto se diga e faça para que em todos os meios se tome consciência desse grande objectivo que está na base do nosso próprio engrandecimento nacional.

Secção de ensaios de lixiviação para obtenção de pastas

PASTA PARA PAPEL

(Continuação da 11.ª pág.)

de esteres da madeira dessas essências, a partir da qual são obtidos 10 % das pastas produzidas. Na Alemanha, na Itália, na França, na Austrália e mesmo na Escandinávia o emprego das folhosas na industria da papelaria é corrente e, nalguns casos, em percentagens muito elevadas. A França, por exemplo, projecta para o próximo ano de 1952 um emprego de 22 % de madeira de folhosas a transformar pelos processos mecanicos, semi-químico e quimico. Em Portugal, a fábrica do Caima, ampliando as suas instalações para uma maior produção de pasta química de eucalipto, é um exemplo de que as pastas de folhosas vão tendo cada vez maior aceitação. Para isso contribuem, muito especialmente, não só os novos sistemas de isolamento das fibras como o aperfeiçoamento das máquinas de refinação que ampliaram enormemente as possibilidades de utilização de fibras

Mas não deve contar-se sómente curtas.
com o emprego de espécies florestais cuja madeira, mais ou menos encontra outras aplicações que podem querê-la e valorizá-la. O bom critério consiste na utilização de matérias-primas capazes de fornecerem a necessária tonelagem de celulose sem que a sua exploração possa provocar um desequilíbrio económico que vá criar, noutros sectores, situações tanto ou mais críticas do que a que hoje atravessa a industria do papel.

Muitos materiais de regeneração rápida, abundantes e de valor até aqui desprezível, têm mostrado constituir matéria-prima ideal para a manufactura do papel.

E' sob este aspecto que a flora ultramarina pode contribuir de uma forma substancial para o fornecimento de matérias primas á industria da celulose.

Desde 1947 que a Junta de Investigações Coloniais está interessada no conhecimento do valor tecnológico das espécies Ultramarinas. Os estudos para a avaliação dos materiais que possam empregar-se no fabrico de papel foram inicialmente realizados num pequeno laboratório, improvisado, onde todavia foi possível apreciar o interesse de algumas espécies para a industria papeleira, em face de certas características técnicas.

Animado por estes prometedores resultados e consciente da necessidade de prosseguir sistemáticamente com uma investigação tendente a valorizar matérias-primas ultramarinas e a promover o seu aproveitamento, o Ministério do Ultramar concedeu as necessárias facilidades para a instalação do laboratório num pavilhão existente no Jardim do Ultramar, dotando-o com o equipamento indispensável para que os trabalhos de análise sejam efectuados com os pormenores e a segurança exigidos por este género de pesquisas.

São bastante numerosas as amostras já ensaiadas provenientes especialmente de Moçambique, Angola e Guiné, algumas colhidas pelas Missões Botanica e Silvícola, outras remetidas por entidades particulares interessadas no aproveitamento de materiais que julgam disponíveis e ajustáveis ao fabrico de papel.

Citamos aquelas que nos parecem mais adequadas, sob o aspecto económico e técnico. Principiaremos pelo bambu africano, «Oxytenanthera abyssinica», muito comum na Africa Oriental e Ocidental Portuguesa, ocupando áreas extensas e contínuas, na vizinhança dos rios, o que pode facilitar a sua drenagem para local onde a industria encontre melhores condições de labor. Os colmos são de pequeno diametro mas, em compensação, a cavidade interna é muito reduzida. Pelos tratamentos quimicos, especialmente com o sulfato, produz uma pasta com boas características físico-mecanicas e que pode ser usada em papéis de empacotamento. Seleccionados os caules jovens, obtém-se uma pasta susceptível de branqueio económico, muito rica em alfa-celulose que pode não só utilizar-se no fabrico de belos papéis de escrita como no de «rayon».

Outra espécie ou, para melhor, um conjunto de espécies que vegetam em associação, ocupando muitos milhares de hectares de terreno, de regeneração extremamente rápida e que verificámos poder vantajosamente utilizar-se como matéria-prima de papelaria, são os capins, que, como se sabe, não têm utilização alguma, sendo periódicamente queimados e destruídos. Pelos processos químico e semi-químico obtiveram-se pastas de variadas características, com rendimentos que vão de 50 a 70 %. E, embora o comprimento da fibra seja reduzido, a resistência dos papéis, especialmente no caso das pastas semi-químicas, é excepcionalmente elevada. Este é um material com que se pode contar para a obtenção de papéis de variados tipos e muito possívelmente o papel de jornal.

Se bem que menos abundantes, são também susceptíveis de transformar-se em boas pastas para papéis de impressão, os caniços e outras gramíneas do mesmo tipo que crescem indistintamente nas nossas províncias ultramarinas.

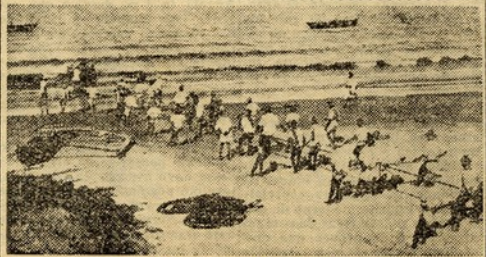
Especialmente no norte de Angola, nas regiões alagadas, é muito comum uma planta que tem sido objecto de ensaios os quais nalguns paises chegaram á escala semi-industrial. Trata-se do «Cyperus papyrus» com o qual os egípcios 3.700 anos A. C. fabricaram o papiro com estrutura e por processos que nada têm de comum com o papel actual. Como matéria-prima de papelaria esta planta é excelente, pois o isolamento da celulose obtém-se em condições muito vantajosas, produzindo uma pasta que, para muitos fins, dispensa branqueio e que pode servir para o fabrico de belos papéis de impressão, «offset», etc. Foram as papelarias de Navarra, em França, que mais longe levaram os seus ensaios, tendo preparado um papel que foi aplicado em edições de luxo a título de divulgação. A exploração desta espécie seria para o nosso País ainda mais interessante do que para a França, não só porque podemos dispor de maiores quantidades de material mas ainda porque, segundo análises realizadas, as suas características técnicas são superiores.

Podemos ainda referir vários outros materiais capazes de produzirem celuloses de valor para o fabrico de muitos tipos de papel, como: folhas de palmeiras, cascas de árvores, resíduos das industrias texteis e extractivas, detritos das serrações, etc., mas, na maioria dos casos, embora se trate de boas fibras e de altos conteudos em celulose, não sabemos se realmente existem em quantidade suficiente e se a sua colheita e recolha é acessível. Por isso preferimos não considerar por ora o seu aproveitamento. Não deixamos porém de referir que a utilização de materiais diversos, tratados conjuntamente, é considerada hoje como tecnicamente possível.

Passando as espécies florestais—de que algumas regiões das nossas províncias ultramarinas são tão ricas, havendo muitas cuja madeira não pode servir para obra—a dificuldade da sua exploração como materia-prima de papelaria está principalmente na heterogeneidade botânica dos maciços florestais.

Para contornar esse inconveniente, os laboratórios franceses encarregados de estudar os assuntos relativos á celulose colonial, encontraram uma solução que, em face dos bons resultados já conseguidos, pode considerar-se genial. O método consiste no tratamento conjunto das 24 espécies mais abundantes nas florestas a explorar. A proporção em que entram as diferentes madeiras equivale á composição média dos maciços florestais do Gabon e da Costa do Marfim. A gama e qualidade dos papéis obtidos é excelente, pois vai desde o «kraft» aos papéis finos de impressão. Em Bimbresso está em construção a primeira fábrica piloto para uma produção inicial de 6.000 ton. que se alargará para as 10.000.

Não podemos dizer, por enquanto, se o sistema é aplicável ás nossas florestas ultramarinas — botanica e fisicamente diferentes das florestas tropicais francesas — porque não obtivemos ainda amostras significativas para fazer o ensaio. Por outro lado estamos em vias de encontrar a solução para determinado problema particular de aproveitamento de um grupo de espécies florestais muito comuns em Angola e Moçambique. Queremos referir-nos ás «Brachystegia», leguminosas cuja madeira não tem aplicação e que, cortadas as espécies de valor comercial com que vivem em associação, ficam constituindo extensos povoamentos práticamente puros, criando já problemas económicos que começam a alarmar os técnicos florestais. Pois a madeira destas essências, segundo ensaios realizados nos laboratórios da Junta, mostra-se, quando sujeita a determinados tratamentos, um bom material de papelaria. A partir dela e em condições particularmente económicas, obtiveram-se pastas com características de resistência que se elevam a 150 e 200 % em relação aos valores atribuídos ás mais fortes pastas de folhosas.

Todos estes estudos foram iniciados muito recentemente e por tal razão não foi possível submeter a estas pesquisas senão um numero limitado de amostras. Necessitamos, além disso, de obter certos dados económicos que só local e objectivamente podem ser colhidos em relação a cada material. Não duvidamos, porém, de que a execução destes estudos continuará a encontrar da parte das entidades oficiais o apoio que até aqui lhes tem sido dispensado e por outro lado, contamos que a iniciativa particular, a quem tanto se deve no que respeita ao desenvolvimento e bem-estar das províncias ultramarinas, se interesse pelo conhecimento do valor das suas matérias-primas e aproveite mais esta oportunidade de proporcionar ao País um benefício económico da maior projecção.

CALANGUTE (Goa) — Faina de pescadores

PORTUGUÊS

ARMAZENAMENTO E TRANSPORTE
DOS PRODUTOS ULTRAMARINOS

Por C. M. Baeta Neves
Prof. do Instituto Superior de Agronomia

Da perfeita coincidência existente, na maior parte dos casos, entre as necessidades alimentares do Homem e dos Insectos, resulta uma rivalidade de interesses que torna sempre mais ou menos contingente a possibilidade da satisfação humana daquelas necessidades.

Desde que a semente é lançada à terra, no caso particular da agricultura, até à colheita, a planta, que se desenvolve, se aquela consegue germinar, está sempre sob a ameaça do ataque de uma ou mais pragas de insectos que dela necessitam para viver.

E' assim o Agricultor obrigado, certo como deve estar desse risco permanente, a defender-se, defesa que deve ser iniciada ainda antes da sementeira; a escolha do terreno, a preparação deste, a selecção da semente e a época de sementeira são os primeiros passos nessa defesa.

Nascidas as plantas, não faltarão oportunidades para a aplicação de outras tantas medidas profilácticas e curativas, se a presença de qualquer praga for assinalada e as justificar.

Não poderá, portanto o técnico ou prático, que oriente a cultura, descuidar-se de uma vigilancia constante; de um momento para o outro pode surgir a praga; e o seu combate, para ser coroado de êxito indispensável, tem de ser feito na devida oportunidade.

Atingida a colheita dir-se-á que a luta terminou, com vantagem para o agricultor e o produto de tantos esforços e canseiras recolhe ao armazém.

Mas se terminou de facto uma das fases dessa batalha quase constante entre o Homem e os Insectos, uma outra, não menos dura e contingente vai ali começar.

Se o armazém, celeiro ou silo, não foi construido nas condições necessárias ou se a sua limpeza não é a indispensável, a breve trecho os sintomas do inicio da ofensiva serão evidentes.

Poderá ainda aqui o Homem decidir a sorte da luta, mas para que seja a seu favor não poderá poupar-se a despesas e trabalhos.

Seguirá depois o produto vegetal a caminho do seu destino último, consumo em natureza ou transformação industrial, para o que terá de ser transportado em viagem mais ou menos longa. No meio de transporte utilizado, nomeadamente vagões ou barcos, continuará a luta, reforçada agora por novas legiões de insectos que esperam ai a chegada do alimento e abrigo indispensáveis para a sua vida.

Pode ainda aqui o Homem, mais uma vez, lançar mão de novas armas para combater o pertinaz e poderoso inimigo, e se não o fizer tudo acabará por perder-se.

Desembarcado o precioso carregamento, admitindo que a descarga não é feita logo no local de consumo, terá de sofrer novo armazenamento, durante o qual a luta continuará.

Nesse novo armazém, entreposto de cais ou instalação fabril, novo contingente de insectos aguarda a oportunidade feliz da chegada de abastecimentos, ao mesmo tempo que vão proliferando e desenvolvendo-se aqueles que desde origem vêm gozando o bem-estar da abundancia.

Quando, por fim, for avaliado o prejuizo causado pela deterioração operada pela acção multipla e persistente da população imensa de insectos que viveu na dependência do produto vegetal, ficará qualquer surpreendido com o quantitativo apurado embora só durante o armazenamento e transporte; e mesmo que os tratamentos realizados, ou medidas profilácticas aplicadas, tenham dado resultado, a estes corresponderá ainda despesa avultada que no fim lhes pode ser atribuida.

O problema tem assim a maior importancia, porquanto, especialmente no caso ultramarino, as circunstancias são em grande parte favoráveis às citadas oportunidades para os ataques dos insectos durante o armazenamento e transporte.

★

Concretizando agora um exemplo, posso citar o que se passa com o amendoim da Guiné, embora só a título de primeira informação, uma vez que o assunto está a ser minuciosamente estudado.

Quando em 1946 visitei pela primeira vez um armazém de amendoim na Metrópole, fiquei surpreendido com a imensidade de insectos que fui ali encontrar.

A primeira sensação que tive foi a de que o próprio amendoim andava em constante movimento, tal era a actividade dos insectos entre os frutos; os bichos fervilhavam. As paredes do armazém, em alguns pontos, estavam cobertas de insectos, e, mal se mexia nos sacos ou no amendoim a granel, levantavam voo centenas de pequenas borboletas.

Calculando mais tarde (1948), em relação a remessas posteriores, o prejuizo causado, Teles Grilo concluiu que devia orçar por cerca de 10.000 contos naquele ano quanto ao amendoim da Guiné.

O exemplo serve assim para dar uma ideia do valor de tais problemas; entretanto, oferece ainda oportunidade para outras considerações de certo interesse.

Estudada a fauna representada no primeiro caso observado e nos outros estudados por Teles Grilo, verificou-se que se tratava da representação habitual dos insectos do amendoim, embora limitada a um certo numero de espécies, mas entre as quais não faltavam algumas das mais vulgares e características.

Note-se que a fauna dos armazens de produtos vegetais é, aliás, de uma maneira geral muito semelhante, à parte pequenas variantes, nomeadamente no predominio ocasional e local de determinada ou determinadas espécies; trata-se em geral de insectos polifagos ou de regime mais especializado, mas que têm condições óptimas de alimentação naquele «habitat», — e só raramente de espécies monófagas.

No caso do amendoim, além de um grupo de espécies do primeiro tipo, foi identificado o Pachymerus acacine, que vive quase exclusivamente na sua dependência.

Recentemente, por iniciativa do sr. Ministro do Ultramar, o Jardim do Ultramar em intima colaboração com a Junta das Missões Geográficas e Investigações Ultramarinas o assunto foi retomado no sentido de serem actualizados esses prejuizos e de serem estudados os melhores meios de os evitar.

Estão em curso os trabalhos consequentes, orientados agora num plano mais amplo, na intenção de esclarecer por completo a origem do problema, como primeira etapa do caminho a percorrer para atingir a sua verdadeira solução.

Na fase actual, tem sido feita a minuciosa inspecção dos barcos que transportam o amendoim, dos armazens onde é transitoriamente depositado e das próprias fábricas onde é laborado, quan-

(Continua na pág. seguinte)

Dança timorense nos arredores de Dili

FLORA AFRICANA

(Continuação da 10.ª pág.)

mes e Afrodite, de nenhum modo destroi a semelhança congénita do panorama florístico das irmãs gémeas que são as duas grandes provincias portuguesas da Africa trópico-austral.

Devemos, no entanto, ter bem presente que a uniformidade não é regra geral da Natureza. Pelo contrário. O manto vegetal de um país ou continente oferece aspectos diversos, que podem oscilar entre a nudez crua do deserto e a pompa faustosa da floresta virgem. As causas do fenómeno são indomináveis; e a razão é intuitiva. A penuria ou exuberancia da flora que povoa uma determinada área ou zona do globo, são regidas por factores de muito ampla variação, fundamentalmente os geográficos, climáticos e edáficos, isto é, situação e relevo, humidade e calor, natureza e estrutura do solo.

«Floresta» e «Deserto» são, pois, os termos extremos do «espectro» que se imagina construir seriando os diferentes tipos de consociações e povoamentos vegetais (segundo métodos próprios de análise), para mostrar em síntese, e com alguma clareza, a fisionomia de uma dada flora, o seu desenvolvimento e grau de cobertura do solo.

Em Angola temos a representação superlativa de «Floresta» e de «Deserto» respectivamente na exuberancia apoteótica da «Hylaea» do Maiombe — réplica africana da «Hylaea» amazónica — e na aridez do Deserto de Moçamedes.

A «Hylaea» do Maiombe, condicionada por uma pluviosidade volumosa, óptimo de temperatura quase invariável, e humidade atmosférica vizinha da saturação, está localizada em um saliente do aro da zona da «floresta de chuva» da Africa equatorial. E' uma floresta sempre verde, imponente e majestosa, constituida por três ou quatro estratos ou andares distintos de árvores que especificamente ramificam em copa ampla, acima dos 20, dos 30 e dos 40 metros, e fecha doma ondulado à volta dos 50, ocultando o solo em perpétua sombra. Neste ambiente o observador emudece.

No Deserto de Moçamedes a chuva é rara e fugaz, a radiação térmica intensa, a humidade atmosférica muito amplamente variável. Estes factores quase extremos, inibitivos da presença de vegetação mimosa, são ainda capazes de sustentar, neste meio hostil, uma flora rica de espécies da maior curiosidade de hábito e de formas, cosida ao chão calcinado e ofuscante. Quase todas as plantas filhas legítimas do deserto têm alguma característica mais ou menos caprichosa. São as suculentas, porém, que mais geralmente atraem a atenção do visitante, pelos aspectos estranhos e formas bizarras que ostentam; ora as de odres lisos e rotundos, ora as de colunas, cilíndricas ou angulosas, inermes ou espinhosas (diga-se de passagem que em Africa não há «Cactos» terrestres), e, acima de todas, a celebrada «Welwitschia», quase deificada pelos apaixonados do Deserto, e a maior surpresa e admiração do nosso grande naturalista, o dr. Frederico Welwitsch, que ajoelhou, segundo humildemente confessa, para a apalpar, quando pela primeira vez a viu.

A fisionomia do Deserto, não é de modo nenhum, monótona e uniforme.

A faixa litoral dos médos, mormente entre o Coroca e o Cunene, onde se desencadeiam as temíveis «garruas» (tempestades de areia) que tudo subvertem, é quase totalmente nua. Apenas nas depressões de solo rijo dão sinal de vida alguns raros e mesquinhos arbustos, tão ásperos e rudes, que podem resistir ao açoite cortante das areias fustigadas dos ventos destemperados.

Mas para além dos médos, do sul para o norte até o Bentiaba, a vegetação avulta, e quando eventualmente acontece as chuvas pesadas do planalto transporem a aresta viva da Chela e precipitarem-se em baixo no solo ressequido do deserto, então, como por magia, irrompe subitamente dos restolhos queimados de mil sois, e cresce a olhos vistos, o mais formoso relvado verde e macio. A planicie infinda logo começa a ondear, até os confins do horizonte desafogado, em requebros suaves de messe madura. E os arbustos afilos, que mal denunciam sinais de vida, florescem açudadamente, tão rapidamente, que para o encarecer parece admissível um símile caricatural: florescem de manhã e frutificam à noite.

O Deserto de Moçamedes tem o quer que seja de singular feitiço, tanto nas criações do reino vegetal como na vida animal, que completa o quadro maravilhoso sob multiplos aspectos.

Mas Angola não é só isto, ou melhor, em boa verdade não é isto. Nem a floresta do Maiombe, nem a angustiada estepe do Deserto de Moçamedes enquadram naturalmente no padrão florístico angolano. O Maiombe é um cotovelo da «floresta de chuva» equatorial avançada para o sul sobre a savana, e o Deserto de Moçamedes um braço do Namib estendido para o norte, encostado ao sopé da Chela.

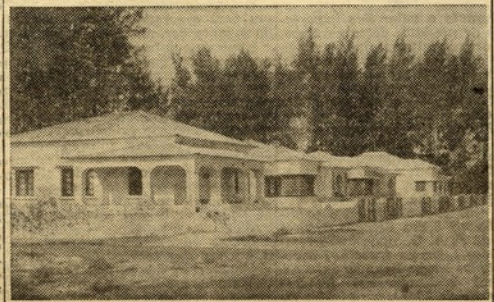
O legítimo panorama florístico de Angola é o de florestas de folha caduca, ou florestas mistas de folha perene e folha caduca, de vastas savanas de diversos tipos, de mato xerófilo, inerme ou espinhoso.

★

Para de algum modo entendermos o fundo vegetacional angolano, necessitamos de recuar em uma retrospecção histórica, extensível, digamos desde já, a Moçambique.

Em um período de maior pluviosidade da evolução da flora da Africa tropical, imediatamente anterior ao actual de seca, ainda em progresso (devemos referir o tempo ao calendário geológico), a área da «floresta de chuva» era, sem duvida, muito mais vasta. Pelo lado do sul estendia-se pelo menos até o paralelo das cabeceiras dos rios actuais tributários da bacia do Congo, sensivelmente a linha de cumiada do planalto de Benguela, divisória das águas que escoam para a depressão calaárica e para o Zambeze.

Não cabe aqui a alegação pormenorizada dos factos comprovativos do asserto; temos de nos limitar ao descritivo.

(Continua na .ª pág.)

Novos edifícios do bairro residencial para funcionários

ULTRAMAR

FLORA AFRICANA

(Continuação da pág. anterior)

O recuo, necessariamente lento e demorado, da «floresta de chuva» para latitudes mais próximas da linha equatorial, cedeu lugar á instalação progressiva da savana de gramíneas altas («Andropogoneae»), á formação da floresta decídua do tipo «Brachystegia-Berlinia-Combretum», ora densa (floresta de Panda) ora aberta («Mussengue»), floresta mista e povoamentos esclerófilos («Parinari, «Upaca», «Marquesia», etc.) e mato xerófilo, flagelados pelas indomáveis queimadas anuais. As formosas e ricas manchas de floresta higrófila sempre verde das zonas de condensação situadas nos flancos do planalto, — «florestas de nevoeiro» ou «florestas cafèeiras», do Uige, Cazengo, Amboim, Quela e Quirima — são naturalmente áreas residuais de sobrevivência da floresta equatorial, como se deixa ver da presença dos elementos desta origem.

São estas as florestas mais pujantes de Angola propriàmente dita.

Para além do Cuango, nas planícies de areias permeáveis da Lunda (de origem e idade controversas) de centenas de quilómetros de raio e dezenas de metros de pussança, têm representação excepcionalmente vasta e fisionomia própria, as famosas «Chanas», savanas de gramíneas altas, nuas de árvores ou arbustos, ás vezes com subarbustos rizomatosos borrachíferos (chanas da borracha). A floresta decídua ou mista, do tipo geral do planalto, em regra mais ou menos aberta, ás vezes a floresta-parque, ou o mato xerófilo castigado das queimadas, compõem, no que sobra da «chana», a paisagem da planície rasa.

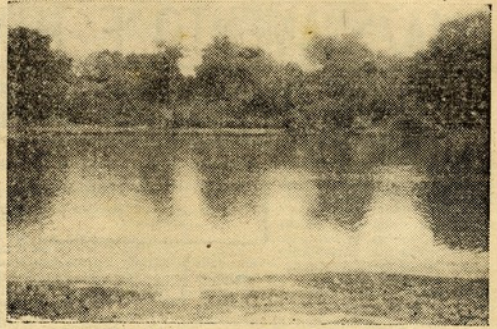
Outro factor, porém, o sistema hidrográfico de rios caudalosos paralelos que rasgaram a espessura da camada de areias até á rocha viva, abrindo amplos vales na direcção do norte, criou condições edáficas propícias á penetração da «floresta hidrófila» para sul, ao longo das margens da veia líquida, (formando galerias de floresta), flancos e fundos dos vales onde aflora ou emerge a toalha friática. Estas galerias de floresta especificamente hidrófila, estritamente dependentes da água corrente, têm o nome vernáculo de «Muchito», e são, porventura, o contraste mais impressionante no panorama florístico angolano.

Parece legítimo admitir que o mesmo complexo de fenómenos que empurraram a «floresta de chuva» do planalto central de Angola para as proximidades do equador, determinaram o avanço da flora xerófila da zona árida do trópico, para o norte. Na verdade a floresta xerófila do domínio calaárico, o mato de espinheiras, aberto ou cerrado do ecótono do deserto, e as pastagens de gramíneas baixas («Panicoideae»), específicas deste domínio florístico, ocupam muito vasta área no sul de Angola, montam o vale do Cunene até os arrabaldes de Huila, e, pelo sopé e vertentes da Chela, sobem até muito próximo de Benguela. Entroncado aqui, muito naturalmente, pela semelhança de caracteres ecológicos, a muito complexa região florística costeira, do domínio do imbondeiro («Adansonia digitata»).

Se, pelos motivos acima expostos, abstrairmos agora de considerar a «floresta de chuva» do Maiombe e a faixa mais árida e nua do Deserto de Moçamedes, parece que podemos sintetizar como segue, os principais tipos fisionómicos do manto vegetal angolano: a) floresta higrófila sempre verde ou «floresta de nevoeiro» do Cazengo, etc.; b) savanas de gramíneas altas, fundo da vegetação da área da floresta decídua; c) floresta hidrófila ou «Muchitos» da Lunda com dominancia de elementos equatoriais; d) floresta decídua de «Brachystegia-Berlinia-Combretum», cobrindo «cerca de dois terços» do território da Província; e) povoamentos esclerófilos («Parinari», «Uapaca», «Marquesia», etc.), na área da floresta decídua; f) a floresta xerófila do domínio calaárico; g) o mato de espinheiras («Acácia» spp.; h) as pastagens de gramíneas baixas («Panicoideae»); i) os complexos vegetacionais da área do imbondeiro.

Com estes conhecimentos gerais dos caracteres da flora de Angola, passemos a examinar atentamente o panorama florístico de Moçambique. Mas para lá chegarmos acompanhemos de «Angola á Contra Costa», os pioneiros Capelo e Ivens, para aproveitarmos uma lição convincente.

Depois daquele ziguezaguear afanoso no Deserto de Moçamedes, ao aproximarmo-nos das faldas da Chela, entramos em uma floresta de «bauhinias», a que os indígenas dão o nome de Mutiate». Esta espécie de «bauhinias» havia sido descoberta trinta anos antes, nas margens do Zambeze, algures na Lupata entre Sena e Tete, pelo dr. Kirk, que a baptizou «Colophospermum Mopane», mas nós não tínhamos conhecimento da descoberta. Subimos o passo áspero da Chela, e divagamos no planalto de Huila, ora na floresta decídua de «Brachystegia», ora no mato aberto que abriga pastagens macias de gramíneas baixas («Panicoideae»). Descemos para o Humbe, e depressa penetramos no mato denso de espinheiras («Acácia» spp.), depois novamente encontramos as «bauhinias» («C. Mopane»), cortamos para leste através do mais rude mato espinhoso, tornamos a nordeste, e atingimos as intermináveis florestas decíduas de «Brachystegia» do Moxico, atravessamos as «anharas», com água pelo joelho e capim pelos peitos, — savanas inundáveis de («Andropogoneae») —, adiantamo-nos das cabeceiras do Zambeze pára leste, caminhamos para sul e mais uma vez topamos com as «bauhinias» («C. Mopane»), e seguindo agora o curso do grande rio, alcançamos o nosso território, no outrora famoso Zumbo... e aí, descançamos á sombra das mesmas «bauhinias» que viramos no chão da Chela.

Vemos agora, com toda a clareza, que de Angola á Contra Costa fomos acompanhando a mesma floresta, onde domina a mesma «bauhinia», que no sul de Angola se chama «Mutiate» em Tete «Messanha» e no Guijá, «Chanate».

Encontramo-nos em Moçambique vindos de Angola, para tentarmos confrontar, nas suas linhas gerais, os aspectos fisionómicos das duas floras. Talvez seja util o auxílio dos respectivos mapas fitogeográficos.

Estão naturalmente excluídos: «floresta de chuva» do tipo de Maiombe, «floresta hidrófila» do tipo de Lundo, e «deserto» do tipo do Deserto de Moçamedes.

A savana constitui o fundo da vegetação em todo o território da Província de Moçambique, e oferece a mais estreita semelhança fisionómica com a savana de Angola, designadamente nos extensos capinais inundáveis, de «Andropogoneae», dos «Tandos» de Moçambique, e das vastas «Chanas» e «Anharas» das cabeceiras dos rios do Lunda e do Moxico. Géneros e espécies são comuns em grande numero.

A floresta higrófila ou «floresta de nevoeiro» de Moçambique ocupa áreas mais restritas que a de Angola, e tem composição e estrutura diferentes. O estrato arbustivo é nulo ou debilmente representado, e incaracterístico; ao passo que em Angola é sempre bem representado e tão característico que pode servir de índice de classificação, como se exemplifica com a de «floresta cafèeira», por virtude da riqueza de espécies espontaneas deste género que a povoam. A floresta higrófila moçambicana situa-se nas vertentes das montanhas, expostas á incidência dos ventos dominantes carregados de humidade, e acima dos 800 metros, em manchas relativamente muito pequenas, tais como Gurué, Milange, Gorongosa e serra de Manica.

A floresta decídua do tipo «Brachystegia-Berlinia-Combretum» ocupa «cerca de dois terços» do território da Província, e tem a mais estreita semelhança e íntima afinidade (em Moçambique domina uma «Isoberlinia») com a de Angola, no que respeita a constituintes comuns. Em Angola este tipo de floresta não desce do planalto, ao passo que em Moçambique vai até ao nível do mar, nas planícies do litoral, e estende-se para o sul, até o Limpopo, ultrapassando o trópico. Certas espécies dominantes têm o eixo maior da sua área no sentido este-oeste. E' o caso de «Pterocarpus angolensis», que vai de Angola á Contra Costa. Outros elementos são sudano-moçambicanos.

Tal como em Angola, a área da floresta decidua comporta povoamentos de espécies esclerofilas; «Parinari», «Uapaca» e outras.

A floresta xerófila do tipo calaárico, com a dominante «Mopane», e sul-africano, com dominancia de «Acácia» spp. espinhosas, tem larga e muito importante expansão em Moçambique. A espécie mais representativa do domínio calaárico é «Colophospermum Mopane», que intencionalmente acompanhamos desde o chão da Chela até o Zumbo. As consociações de que esta espécie é o índice constituem florestas descontínuas, com alternancia de outras consociações xerófilas. Em Moçambique registam-se duas grandes áreas de domínio de «C. Mopane». Uma no vale do Zambeze, que vai do Zumbo até próximo de Sena; outra que do sul da Rodésia e norte do Transval se infiltrou pelo vale do Save e do Limpopo, e alastrou por uma área muito considerável até á depressão central do distrito de Inhambane, a leste, e para sul até o Caniçado. Nesta área localizam-se as melhores pastagens de Moçambique, em tudo semelhantes ás do mesmo domínio florístico do sul de Angola..

O mato de espinheiras («Acácia» spp.) do domínio sul-africano reveste, quanto á estrutura e densidade dos povoamentos os mesmos aspectos, em Angola e Moçambique. O estrato herbáceo destes povoamentos oferece as melhores pastagens, e é da mesma natureza em ambas as províncias.

★

Tal como acontece em Angola, também em Moçambique existem certos povoamentos florísticos que não têm representação homologa no território angolano.

Mas isto de modo nenhum invalida a semelhança fisionómica do panorama florístico de Angola e Moçambique.

Aspecto do rio Limpopo, com a sua galeria florestal

ARMAZENAMENTO E TRANSPORTE

DE PRODUTOS ULTRAMARINOS

(Continuação da pág. anterior)

do se destina á fabricação de óleo, destino aliás da quase totalidade da mancarra da Guiné.

Simultaneamente estão a ser realizadas as análises indispensáveis para a caracterização, sob o ponto de vista do grau de deterioração e da qualidade, das remessas que vêm chegando e do produto final correspondente delas obtido.

Essa inspecção dos barcos, feita pela primeira vez em Portugal, obrigatória em muitos países, permitiu localizar, nos casos observados, os pontos onde a fauna remanescente, depois da descarga e limpeza dos porões, se abriga e refugia durante os períodos de restrição do alimento e do «habitat» preferidos.

Com tal trabalho foi iniciada não só actividade técnica nova entre nós, como se abriu um campo original de observações, de que resultará para o problema do amendoim, como para outros afins, uma melhor compreensão de certos aspectos de que depende em grande parte a sua solução.

A inspecção dos entrepostos, armazens e fábricas revelaram-se também do maior interesse no mesmo sentido.

A partir do caso especial em estudo, foi também neste particular iniciada uma actividade técnica complementar da anterior, actividades que correspondem, no fim, a um campo de acção de estudo de uma especialidade da Entomologia económica, até agora pràticamente abandonada entre nós, apesar do seu enormíssimo interesse.

★

Perante o valor das importações de produtos dessa natureza, da origem ultramarina, realizadas anualmente pela metrópole, é fácil reconhecer o interesse que tem o assunto exposto.

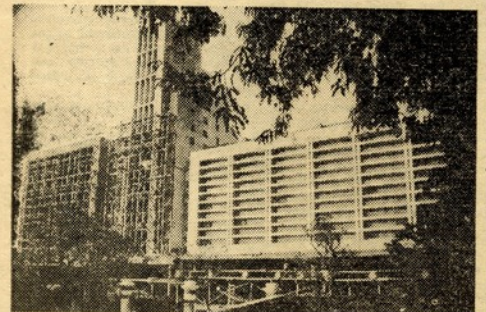
E não é só o caso do amendoim da Guiné, é ainda o dos feijões, milho e coprā, entre aqueles que são mais sujeitos ao ataque dos insectos, cujas consequências já muitas vezes têm sido tristemente evidenciadas.

Quem tenha lido, e se o não fez aconselho-o a fazer, a publicação n.º 2 dos Estudos Agricolas da F. A. O., onde estão compilados todos os trabalhos apresentados numa Reunião Internacional realizada em Londres (Agosto de 1947), para tratar especialmente destes assuntos, poderá bem avaliar do seu interesse. E não julgue que o caso nacional é diferente quanto á natureza e importancia próprias; basta a modesta experiência que possuo neste campo de actividade profissional para poder garantir que, áparte certos aspectos particulares desses problemas, a sua importancia em nada é inferior, antes pelo contrário, em relação ao que se passa nos outros países do Mundo igualmente importadores de grandes quantidades dos citados produtos.

O que faltará em muitos casos é pôr o respectivo problema em equação; não se pode esquecer, por exemplo, que ainda não há muito tempo era atribuido ao café brocado melhores qualidades e preço, por se afirmar que o ataque do insecto era uma segura garantia daquelas; felizmente as coisas vão a pouco e pouco evoluindo no bom sentido, por intervenção mais assídua e eficiente dos técnicos.

O exemplo do amendoim serviu para concretizar o interesse do assunto versado neste artigo, e como esse interesse pode sem exagero ser generalizado pelo menos aos outros exemplos citados, fica assim demonstrada a necessidade de ser ampliado o campo de estudo e acção ora iniciado para aquele primeiro caso.

Algumas vezes a solução do respectivo problema estará na origem, no próprio campo de cultura, mas quando tal for demonstrado, não há mais do que ir até aí na execução das medidas a preconizar.

De qualquer modo, a viligancia a exercer nos transportes e armazenamento nunca poderá ser descurada, até mesmo para garantir a continuidade do sucesso que naquelas circunstancias possa ter-se obtido.

Estado actual da construção do Palácio da Rádio, de Lourenço Marques, que se ergue, majestoso, na Avenida Miguel Bombarda daquela cidade, e onde já começaram a funcionar alguns dos serviços de Rádio Clube de Moçambique. Os restantes andaimes do grandioso edifício serão retirados antes do fim do ano. A inauguração oficial do Palácio da Rádio está marcada para os primeiros meses de 1952, com a presença de alguns dos melhores artistas da Rádio, do Teatro e do Cinema, que para o efeito se deslocarão á capital moçambicana

PORTUGUÊS

OCUPAÇÃO CIENTÍFICA DAS TERRAS DE ALÉM-MAR E PROTECÇÃO À NATUREZA

Pelo
DR. FERNANDO FRADE
PROFESSOR DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

Substituindo-se aos métodos empíricos, embora lenta mas seguramente, a ocupação científica das terras de Além-mar vai ganhando, dia a dia, maior e mais justificado crédito. Se, de facto, é ainda insuficiente a rede de investigação científica para os estudos do nosso vasto Ultramar, em relação ás necessidades actuais, o desenvolvimento, nas mais diversas modalidades, não deixa de ser reclamado pela gente de cá e de lá.

Vão longe, portanto, os tempos de indiferença nacional pelos métodos científicos, tão energicamente estigmatizada, em 1862, no brado do Professor de Zoologia da Escola Politécnica e antigo Ministro da Marinha e Ultramar, conselheiro J. V. Barbosa du Bocage: «é tempo, cremos nós, de fazer cessar essa vergonha, que denuncia mais do que tudo aos estrangeiros o nosso atraso e obscurantismo; é tempo de estudar por nós mesmos o que é nosso, e de coligir pela forma que a Ciência prescreve, os documentos que devem servir de base á história das produções naturais do nosso país».

Havia-se, então, interrompido negligentemente a série notável das explorações científicas — viagens filosóficas, como então se lhes chamava, mas que também tinham objectivos económicos —, iniciada no ultimo quartel do século XVIII, na qual enfileiram a célebre viagem do Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira ao Brasil, a de João da Silva Feijó a Cabo Verde e a de Galvão da Silva a Moçambique.

Transporte de água em barris, puxados por burros, para uso dos indígenas, na zona de confluência do rio Limpopo com o rio dos Elefantes, em Moçambique

Retomando o fio da investigação ultramarina, depois de mais de meio século, com as explorações em Africa e no Oriente (J. Anchieta, F. Newton, A. Moller, J. Henriques e outros), principalmente sob o impulso vigoroso de Barbosa du Bucage e do Professor de botanica da Universidade de Coimbra, dr. Julio Henriques, sobreveio novo periodo de pouco interesse oficial pelas observações científicas não ligadas á Cartografia ou ás ciências de aplicação imediata.

O dr. Luís Carriço, também professor de botanica daquela Universidade, tomando e reacendendo o facho da já tão honrosa tradição de valorizar pela Ciência as terras de Além-mar, iniciou brilhantemente o período actual, com as suas Missões a Angola e as publicações consequentes.

Cabe á Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais, — criada, em 1936, pelo Ministro Dr. Ferreira Bossa, por metamorfose da antiga Comissão de Cartografia, e reformada, dez anos mais tarde, pelo Ministro Prof. Marcelo Caetano —, promover a investigação científica do Ultramar, por parte da Metrópole. Esse organismo, instituindo missões e centros de estudo, divulgando os resultados do labor dos seus membros e colaboradores, por meio de colóquios, conferências, publicações e exposições, vem desempenhando, muito distintamente, a sua função. Das suas obrigações fazem parte os estudos concernentes á Protecção da Natureza no Ultramar, desde a reforma de 1946.

A doutrina da protecção á Natureza foi tema apaixonadamente cultivado e divulgado pelo Prof. Dr. Luís Carriço. Delegado á Conferência de Londres de 1933, para estudo e aprovação da Convenção sobre Protecção á Fauna e Flora africanas, que assinou em nome do Governo português, ele nunca mais deixou, até á sua morte, no deserto de Moçamedes, de proclamar a necessidade de se evitar a extinção de espécies, pela criação de reservas, animais e vegetais, nas nossas provincias ultramarinas, de cuja investigação, — tal como já o dissera também o Rei Alberto, a propósito do Parque do Congo Belga —, beneficiará o progresso da Ciência e o das suas aplicações.

E' consolador verificar que, em grande parte, se devem á propaganda convincente do Prof. Carriço e aceitação oficial da doutrina e o aparecimento de adeptos que, já tão numerosos, se congregam em «Liga para a Protecção da Natureza», a qual muito poderá contribuir para maior divulgação dos preceitos protectores e realização dos seus elevados objectivos.

O estudo dos problemas relacionados com a protecção á Natureza torna-se, dia a dia, cada vez mais instante, mercê das condições diversas que as actividades humanas criam no meio ambiente natural, alterando-o profundamente, quebrando os equi-

(Continua na pág. seguinte)

Mata de Elefantes, na região de Maputo (Moçambique)

Aula de alfaiataria mecanica na Escola de Artes e Oficios António Enes, em Moamba

POLÍTICA INDÍGENA

Pelo
Intendente de Distrito
JOSÉ RIBEIRO DA CRUZ

Os portugueses, uma vez consolidada a nacionalidade dos territórios conquistados aos mouros na Peninsula Ibérica, não se acomodaram a uma quietação bem merecida.

Cheios de paixão por aventuras e apoiados no sentimento humano da expansão do Império e da Fé, passaram primeiro a dominar em Marrocos. Depois, com os Descobrimentos, começaram a servir a ciência e a transmitir a civilização ocidental aos povos da Asia e aos selvagens e bárbaros povos dos continentes africano, americano e australiano.

Sem arreigados preconceitos de crenças ou de raças, e atendendo só ás diferenças de mentalidade e hábitos, foi sempre sua norma respeitar os usos e costumes gentílicos que não fossem de encontro aos bons principios da moral cristã.

E nesta orientação, procuraram sempre chamar os indígenas das suas Províncias ultramarinas ao seu convívio, com o fim de os assimilar, instruindo-os, educando-os, isto é, civilizando-os prèviamente.

E assim, os nativos de Cabo Verde, por terem atingido um grau de civilização muito acima do comum da raça negra, são há muito considerados assimilados a europeus e gozam dos mesmos direitos e regalias destes.

Nas restantes Provincias do ultramar também muitos atingiram um grau de civilização tal, que não é raro encontrarmos médicos, advogados, engenheiros, professores, padres, enfermeiros e de uma maneira geral funcionários a trabalhar e viajar ao lado dos seus irmãos de raça branca.

As leis que regem os indígenas nas Províncias ultramarinas de Portugal são a síntese da doutrina extraída de estudos, sem conto, feitos por portugueses no seu convívio permanente com os povos que se abrigam á sombra da sua bandeira.

No sentido de defender e melhorar sempre o nível de vida dos indígenas, a legislação que lhes diz respeito é renovada de conformidade com a sua evolução.

Entre os vários diplomas que regulam a matéria, destacam-se, em primeiro lugar, o Acto Colonial que, há pouco, foi integrado na Constituição Política da Republica.

Por esta lei basilar, o Estado garante a protecção e defesa dos indígenas das Províncias ultramarinas, conforme os princípios de humanidade e da soberania nacional, as disposições legais e as convenções internacionais que actualmente vigoram o... a ... As autoridades estão incumbidas de impedir e castigar conforme a lei, os abusos contra a pessoa e bens dos indígenas.

A importancia da Carta Organica Ultramarina

Depois da Constituição, merece lugar de relevo a Carta Organica Ultramarina que consagra aos indigenas o seu Cap. VIII onde se fixam entre outros os seguintes principios:

Art. 232.º — A todas as autoridades administrativas do Ultramar pertence assegurar aos indigenas o exercicio dos seus direitos, o respeito pelas suas pessoas e coisas, o gozo das isenções e beneficios que a lei lhes concede, defendendo-os contra as extorsões, vigilancia ou vexames de que possam ser vitimas e impondo o pagamento dos salários que lhes forem devidos.

Art. 233.º — Todas as autoridades e colonos devem protecção aos indigenas. E' seu dever velar pela conservação e desenvolvimento das populações, contribuindo, em todos os casos, para melhorar as suas condições de vida; têm obrigação de amparar e favorecer as iniciativas que se destinam a civilizar o indigena e aumentar o seu amor pela Pátria portuguesa.

Art. 239.º — A lei garante aos indigenas, nos termos por ela declarados, a propriedade e posse dos seus terrenos e culturas, devendo ser respeitado este principio em todas as concessões feitas pelo Estado e fiscalizada rigorosamente a sua aplicação.

§ unico — A propriedade indigena nas provincias ultramarinas de Africa e Timor não poderá ser alienada, nem por qualquer forma obrigada, considerando-se nulos todos os actos de transmissão que não sejam os admitidos pelo uso consuetudinário gentilico, entre os membros da respectiva familia.

Art. 244.º — O regime de contrato de trabalho dos indigenas assenta na liberdade individual e no direito a justo salário e assistência, intervindo a autoridade publica sómente para fiscalização.

Segue-se, em importancia, o Estatuto Politico, Civil e Criminal dos Indigenas (Decretos n.ºs 12.533 e 16.473, respectivamente, de 23-10-926 e 6-2-929. Este diploma estabelece os direitos dos indigenas em geral, direitos politicos, direitos civis, direito criminal e administração da justiça. Aqui, como o fez o decreto de 18-11-1869, se recomenda a codificação dos usos e costumes gentilicos.

Numerosas obras têm sido publicadas, quer por conta dos governos das provincias, quer por conta de particulares.

Entre elas, podem citar-se:

De Moçambique — «Usos e costumes dos Bantos» — 1944; «Mitologia e Direito Consuetudinário dos Indigenas de Moçambique» — 1944; «Estatuto do Direito Privado dos Indigenas da colónia de Moçambique» — 1945; e «Código Penal dos Indigenas — 1946.

Da Guiné — «Babel Negra», «Inquérito Etnográfico», «Organização Económica e Social dos Bijagós», «Vida Social dos Manjacos» e «Mandingas da Guiné», quase todos, de 1947.

De Angola — «Populações Indigenas de Angola» — 1914, e «Notas de Etnografia Angolana» — 1940, e outras publicações.

O Estatuto politico, civil e criminal dos indigenas, no seu artigo 5.º estabelece:

«Os indigenas têm direito a protecção e assistência, educação e instrução por parte do Estado».

E no artigo 6.º:

«O Estado assegura o bom funcionamento e progressivo aperfeiçoamento das instituições politicas dos indigenas e mantem as autoridades gentilicas como tal reconhecidas pelas autoridades administrativas».

Relações de Direito privado entre indígenas e não indígenas

As acções propostas nos tribunais sobre estes assuntos eram raras. A mentalidade dos indigenas, a falta de meios de acção e por vezes de recursos para os gastos dos processos em defesa de direitos ofendidos, justificavam tal raridade. Quando muito, impelidos pelos seus sentimentos e interesses, os indigenas recorriam nesses casos á autoridade administrativa, a que estavam subordinados, a qual, devendo, pela sua função própria e fundamental, ser acolhedora e inspirar-lhe toda a confiança, não os podia, contudo, atender, por o assunto não estar dentro dos seus poderes legais e competir á alçada dos tribunais ordinários. Reconheceu-se, por isso, a necessidade da publicação do Decreto n.º 16.474, de 6 de Fevereiro de 1929, que promulgou o diploma organico das relações de direito privado entre indigenas e não indigenas.

Nos termos deste diploma as queixas são apresentadas á autoridade administrativa, que as reduzirá a auto para depois enviar o respectivo processo ao tribunal da comarca.

E para não deixar os indigenas entregues ás complicadas regras do processo civil dos civilizados — a que lhes era dificil recorrer — e para os não deixar ao abandono na defesa dos seus direitos e portanto privados da assistência de que carecem nas ofensas que porventura sejam feitas a esses direitos, quer na ordem moral, quer na ordem material, o legislador teve o cuidado de redigir o artigo 3.º nos seguintes termos:

«Art. 3.º — As questões de natureza civil e comercial entre indigenas e não indigenas são julgadas «ex aequo et bono» pelos juizes de direito e processadas nos termos do presente diploma.

§ unico — Exceptuam-se as questões sobre estado de pessoas e as resultantes de contratos de prestação de serviços, que continuam a regular-se pelas leis em vigor.

E legislou-se deste modo porque todos aqueles que servem no Ultramar sábem que o administrador de concelho ou de circunscrição, o governador, o juiz da comarca (e o

(Continua na pág. seguinte)

ULTRAMAR

PROTECÇÃO À NATUREZA

EM TERRAS DE ALÉM-MAR

(Continuação da pág. anterior)

líbrios biológicos existentes e ameaçando a integridade dos solos.

A derruba das florestas, para exploração de madeiras ou em favor da agricultura, ou o seu clareamento acompanhado do desbaste da chamada «caça grossa» como medida profiláctica impeditiva do desenvolvimento e da alimentação da «mosca do sono», — constituem causas de alteração dos equilíbrios biológicos naturais.

Do estudo dessas alterações, por um lado, e das resultantes da cessação das actividades humanas nas reservas criadas, por outro lado, podem tirar-se ilações do mais alto interesse para orientação de procedimentos futuros. Com efeito, apezar dos benefícios manifestos, para a economia actual ou para a profilaxia das tripanosomiases, que também tem o seu valor real económico, — o aniquilamento de florestas nos grandes declives, no litoral ou nas margens de rios (galerias florestais), pode acarretar consequências desastrosas: como o deslocamento de terras, de dunas ou do leito dos rios. A extinção de caça grossa, numa floresta, trará consigo, evidentemente, alteração de metabolismo do solo, visto que este ficará privado da maior quota parte da matéria organica de origem animal que então recebia; mas outras consequências, já conhecidas ou ainda ignoradas, têm lugar.

Recentemente (1947), acerca do já referido «Parque Nacional Alberto» do Congo Belga, Hubert dizia: «Outrora o indígena caçava, pescava, derrubava a floresta, desbastava o mato, cultivava e, cada ano, no começo da época seca, incendiava o capim, nos lugares onde actualmente a Natureza retomou todos os seus direitos. Como irá ela comportar-se? Para que equilíbrio vai tender perante esta liberdade readquirida? E' o que nos dirá o estudo constante e metódico, levado a efeito por homens de ciência e observadores».

Mas já é valiosa a experiência adquirida nos «parques» e «reservas», depois da suspensão das actividades humanas.

O mencionado autor, por exemplo, informa que, na planície do Sul do Lago Eduardo, a cessação das queimadas determinou, por si só, uma modificação na existência dos antílopes: certas espécies, como os Topi (Damaliscus) e os Cob (Adonota), havendo deixado de ter, na época seca, erva fresca para a sua alimentação, abandonaram aquela planície. Este facto indica, claramente, que, em determinadas circunstancias, é possível fazer deslocar certos animais de uma área, evitando-se a chacina de seres vivos, que constitutem um património natural susceptível de constituir, para a humanidade, algum préstimo ainda ignorado.

Durante as minhas missões zoológicas á Guiné e a Moçambique, tive a oportunidade de tomar contacto directo com alguns dos problemas da protecção á fauna e á flora, relacionados com o desenvolvimento da colonização.

Recortada por uma emaranhada e caprichosa rede fluvial, marginada de galeria florestal ou de «tarrafe» — a Guiné oferece condições extremamente favoráveis ao desenvolvimento de certas «moscas do sono» ou «moscas bravas», transmissoras de agentes das tripanosomiases. Estas moscas (Glossinas hidrófilas, como a palpalis) alimentam-se, sobretudo, de animais habitantes da água ou da sua vizinhança. Estão neste caso alguns antílopes, como as gazelas de lala e o sim-sim; certos carnívoros, como as lontras e o cachorro de mango; mamíferos aquáticos, como o peixe-cavalo (hipopótamo) e o peixe-buce ou peixe-mulher; linguanas ou lagartos de água e crocodilos; aves ribeirinhas e, certamente, também outros animais de menor porte, como certos peixes. Poupo aos meus corajosos leitores a pena de articularem os nomes zoológicos de todos estes bichos.

Atribui-se á «caça grossa», com e sem razão, responsabilidades na disseminação de agentes patogénicos, e com tal fundamento tem sido aconselhado e levado a efeito o extermínio dos, nem sempre comprovados, «reservatórios de virus», em diversas regiões africanas. Sustentando hematófagos, pode receber deles e ceder-lhes, passivamente, a «caça grossa» — assim como a «caça miuda» e os animais domésticos — os mencionados agentes, sem que, no entanto, se verifique, como é conhecido dos técnicos, adaptação obrigatória a esta ou aquela espécie hospedeira, mas unicamente, em certos casos, coincidência de áreas ecológicas. Daqui resulta que o desaparecimento da «caça grossa», no caso considerado (Glossina palpalis — Trypanosoma gambiense — Guiné), não implica a extinção dos agentes, patogénico e transmissor, os quais têm á sua disposição outras fontes de abastecimento. Mas acresce, ainda, que, em relação ao gado, estão identificadas quatro espécies de tripanosomas patogénicos (congolense, brucei, vivax e thelleri) e que os transmissores são, além de palpalis, mais três glossinas (sub-morsitans, longipalpis e fusca) e possívelmente outros dípteros.

Prefaciando recente livro do dr. J. Tendeiro, acerca das «Tripanosomíases animais da Guiné Portuguesa» (1949), tive a oportunidade de escrever: «Em face de tão grande numero de transmissores, pelo menos potenciais, em íntima relação com as características ecológicas do território considerado, torna-se práticamente inutil qualquer tentativa de extinção das tripanosomíases pelo combate á «mosca brava», desbaste da fauna (reservatórios de virus) ou mesmo pelo clareamento florestal. E certamente por isso o autor inclina-se para a intervenção medicamentosa e para o aproveitamento e melhoria de raças locais resistentes ás tripanosomíases. E', de facto, esta a corrente predominante entre especialistas da matéria, quanto á Africa ocidental, reconhecidas as consequências graves da alteração do equilíbrio biológico que a Natureza persistentemente mantém. Mais tarde, ou mais cedo, nas outras regiões africanas, a citada corrente acabará também por prevalecer, segundo cremos, e oxalá não seja muito tardiamente».

A criação de reservas naturais limitadas por barreiras suficientemente isoladoras, deixando as restantes áreas á colonização, poderá contribuir em escala apreciável para a resolução do pro-

(Conclui na pág. seguinte)

Fixação natural e artificial (plantação) de dunas em Závora (litoral sul de Moçambique)

POLÍTICA INDÍGENA

(Continuação da pág. anterior)

inspector administrativo quando passa na região), são as unicas autoridades até onde os indígenas podem recorrer para fazerem ouvir as suas queixas e pedir a justiça de que carecem, pois a sua cultura e as suas possibilidades não lhes permitem ir até aos Tribunais Superiores.

O actual Código do Trabalho dos Indígenas, aprovado por Decreto n.º 16.199, de 6-12-928, (o sucessor dos regulamentos de 1875, 1878, 1899, 1911 e 1914), regula o trabalho dos indígenas, todos livres, contratados pelos patrões e empresas agricolas, comerciais, industriais e mineiras. Estabelece também regras para que os indígenas se entreguem, cada vez mais, a uma actividade progressiva, de forma a arrancá-los da ociosidade, á exploração das mulheres e das crianças e integrá-los em famílias regulares com uma vida moral e material mais elevada e perfeita.

No seu Capítulo IX, o Código do Trabalho regula a assistência médica obrigatória a prestar aos trabalhadores indígenas, e as indemnizações que têm direito a receber dos patrões quando vítimas de acidentes de trabalho, estas mencionadas no Código e em regulamentos privativos de cada provincia.

Sobre assistência social, o Código do Trabalho dos Indígenas determina:

«Em cada estabelecimento em que haja mais de vinte crianças, filhos de trabalhadores e de idade inferior a 7 anos, haverá uma creche onde sejam convenientemente tratadas durante o periodo em que as suas mães estiverem no trabalho.

As mulheres contratadas são sempre dispensadas de qualquer trabalho nos trinta ultimos dias prováveis de gestação e nos trinta dias imediatos ao parto.

Nos primeiros seis meses de amamentação de seus filhos só podem ser empregadas em trabalhos moderados, em recinto abrigado ou perto das suas habitações.

Incumbe aos patrões o dever de promover o ensino da lingua portuguesa aos filhos dos seus trabalhadores, fornecendo casa para a escola e material escolar sempre que tenham no seu estabelecimento mais de vinte crianças em idade de frequentar a escola primária, se pelo Governo isso lhes for determinado.

Todo o indivíduo que empregar em oficinas mais de 100 trabalhadores fica obrigado a dar aos filhos destes educação profissional nessas oficinas, caso os pais assim o desejem.

Em todas as localidades onde haja escola oficial a distancia inferior a 4 quilómetros da residência dos trabalhadores, o patrão não pode impedir que estes mandem a essa escola os seus filhos menores de 7 a 14 anos.

Na construção de hospitais para tratamento de trabalhadores, de creches para crianças, escolas e outros estabelecimentos de assistência, o patrão é obrigado a apresentar os projectos das construções a fazer ao Curador ou seus agentes, que os submeterão á apreciação das autoridades sanitárias da respectiva área.

Em qualquer ocasião o Curador ou seus agentes, por sua iniciativa ou por comunicação das autoridades sanitárias, poderão exigir dos patrões as obras necessárias para a conservação dos alojamentos, hospitais, escolas e creches para uso dos trabalhadores e suas famílias.

A missão dos Serviços de Saude do Ultramar

Os Serviços de Saude do Ultramar, têm por missão, conforme esclarece o Decreto n.º 34.417, de 21-2-945, promover o saneamento dos territórios ultramarinos, a educação higiénica e profiláctica das suas populações, tendo sempre em vista a assistência activa ás populações indígenas ás quais é concedida assistência médica gratuita, com excepção dos que estejam ao serviço de particulares em que é obrigatóriamente prestada por estes.

Nos termos do art 61.º do referido Decreto, a assistência médica aos indígenas deve ser prestada com o espírito da maior tolerancia pela sua mentalidade, usos e costumes, facilitando-se aos doentes os meios de tratamento compatíveis com a permanência nas habitações familiares.

Pelos serviços de Saude é prestada assistência ás grávidas e ás crianças nas primeiras idades, nas maternidades e postos de puericultura, em algumas provincias já em bastante quantidade, umas de construção definitiva e outras provisórias espalhadas pelas principais povoações indígenas. Mas mesmo as mais rudimentares maternidades — construídas mais pela dedicação de quem faz da sua profissão um sacerdócio do que pelos recursos materiais, — têm o grande mérito de romper e partir muitos velhos preconceitos, como o observado na Circ. de Milange, da Provincia de Moçambique, onde é superstição dos indígenas que a mulher ao começar a sentir as dores do parto, tem de se escapulir para longe da habitação para ter no mato, sózinha, o parto encostada a uma árvore e no fim queimar tudo o que teve contacto com o sangue e os líquidos amnióticos.

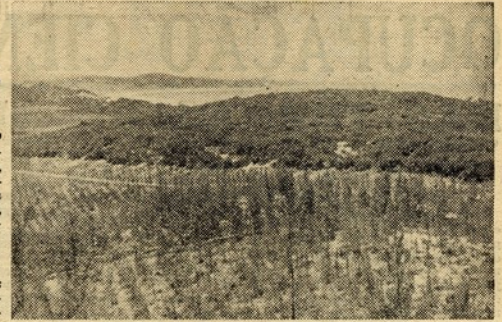
A Reforma Administrativa Ultramarina aprovada por Decreto n.º 23.229, de 15-11-933, no seu Cap. III define as atribuições dos governadores, inspectores, intendentes de distrito, administradores de circunscrição e chefes de posto, a todos impondo a defesa dos indígenas contra todas as violências, imposições ilegais e exigências excessivas.

Os colonos e os funcionários, em geral, e as empresas agricolas, comerciais, industriais e mineiras, em particular, têm sido a mais valiosa escola de trabalho e disciplina, dos indígenas, e uma das grandes fontes de onde tem promanado o seu melhor nível de vida matinal e social.

O funcionário administrativo — a sua acção e o seu exemplo

O funcionário administrativo, obrigado, por contacto directo, a apalpar e a sentir as moléculas e a matéria viva das Provincias ultramarinas e a necessidade dos seus habitantes derrama, qual missionário, pelo abençoado solo em que trabalha e que quer ver engrandecido, energias do seu cérebro e dos seus vigorosos braços, com o coração a transbordar de amor pela prosperidade e pela felicidade dos povos das Provincias ultramarinas.

Perante os povos que administra e nos termos da Reforma Administrativa Ultramarina, o funcionário administrativo é o representante da Soberania da Nação, da autoridade da Republica, da ordem, da dignidade, da justiça e da civilização portuguesa. Para o desempenho das suas funções, a maior parte das vezes não tem domingos nem horas de descanso. As constantes deslocações pelo interior da área que lhe está confiada, quer nos salubres planaltos, quer nas doentias regiões pantanosas, sujeito ás intempéries do calor, da chuva e do mau abrigo para descansar de noite da fadiga do dia, fazem do funcionário administrativo aquele funcionário que, numa campanha permanente de sacrifícios, maiores responsabilidades tem a seu cargo e aquele que mais contribui para o desenvolvimento geral no Ultramar.

Sem ser engenheiro ou arquitecto, o funcionário administrativo tem criado e principiado a edificar novas povoações que tem dotado com as necessárias vias de penetração (rasgando estradas e construindo pontes); sem ser médico, veterinário, agrónomo ou professor, vem prestan-

(Conclui na pág. seguinte)

ANGOLA — Quedas do Duque de Bragança, em Malange

PORTUGUÊS

POLÍTICA INDÍGENA

(Conclusão da pág. anterior)

do assistência a todas estas especialidades; onde cai a praga ou grassa a epidemia, lá se encontra o mesmo funcionário á frente de todos, a ajudar a combater a calamidade. As campanhas agricolas pertencem ao funcionário administrativo, como lhe pertence também o recenseamento da população e a cobrança de uma das maiores receitas nas Provincias de indigenato.

A vida do funcionário administrativo, construindo aqui uma casa, ali abrindo uma estrada e construindo suas pontes; aqui trazendo a escola, ali levando o arado; aqui prestando justiça, ali dando hospitaleira assistência; aqui aterrando pantanos, ali abrindo e limpando fontes; aqui semeando cereais, ali plantando pomares, a vida do funcionário administrativo é cheia de encantos, de dedicações, de contrariedades e de sacrifícios.

Como o médico e o missionário que, pelo seu espirito de sacrifício, capacidade moral, profissional e intelectual, representam perante o doente e o crente o símbolo da Fé, da Esperança e da Caridade, o funcionário administrativo, no cumprimento do seu dever e das atribuições que lhe são conferidas pela Reforma Administrativa Ultramarina e outros diplomas, representa o símbolo da Ordem, da Justiça, da Civilização portuguesa, da Soberania da Nação, do Trabalho, do desenvolvimento da riqueza e do progresso do Ultramar.

Autoridades gentílicas

A R. A. U., nos seus artigos 91.º e 119.º, estabelece os deveres e direitos das autoridades gentílicas.

À acção dos reis, régulos, sobas, sobetas e chefes de povoação, muito deve o progresso das Províncias ultramarinas.

Nas suas terras, a sua intervenção directa, no recenseamento, na abertura de vias de comunicação, na intensificação das culturas, na manutenção da ordem e na vida espiritual das populações, fazem da autoridade gentílica o melhor e o mais directo colaborador da autoridade administrativa.

A organização da família entre os povos indígenas

Aos povos indígenas é consentida a organização da família, segundo os seus usos e costumes, quando admitidos, protegidos e assegurados pela lei portuguesa.

O Decreto n.º 35.461, de 22-1-1946, regula o casamento nas Provincias ultramarinas portuguesas. O seu artigo 42.º dispõe que a mulher indígena é inteiramente livre na escolha de seu marido. Não são, pelo mesmo artigo, reconhecidos quaisquer costumes ou regras segundo as quais a mulher ou seus filhos devam ou possam considerar-se pertença dos parentes, como era de seu uso e costume.

A organização social das populações indígenas (cerca de 11 milhões de almas) nas Provincias ultramarinas da Guine, S. Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique e Timor), é a comum á raça negra, mas sob a influência da civilização portuguesa caminham todas, embora lentamente, como não pode deixar de ser, para a aperfeiçoada organização europeia.

A governação ultramarina de Portugal obedeceu históricamente á norma cristã, humanitária e patriótica de manter e civilizar as populações indígenas do seu vasto domínio e de as incorporar fraternalmente na organização política, social e económica da nação portuguesa.

No seguimento deste principio, temos, nas Provincias do Ultramar, o ensino rudimentar, ministrado em três classes correspondendo cada uma delas a um ano lectivo de frequência escolar, destinado a civilizar e nacionalizar as crianças indígenas, por meio de uma escolaridade primária na gradual apreensão dos preceitos da moral cristã. Este ensino é ministrado por professores indígenas e consta de português, aritmética, moral e doutrina cristã, educação física e prática agrícola.

O ensino primário, secundário e superior é comum a todas as raças. Por isso, vemos, quer na Metrópole, quer no Ultramar, em todos os três graus de ensino, os pretos sentados junto dos brancos. E não é raro, encontrarem-se nativos das Provincias ultramarinas licenciados em Direito, em Medicina e noutros ramos da Ciência e das Letras.

Tanto na Metropole como no Ultramar português há liberdade de crenças, mas a religião católica é, e sempre foi, a religião em que viveu e vive a quase totalidade dos portugueses.

«O acrescentamento da nossa fé «católica assim na terra del-rei de «Manicongo, como em toda a outra «parte, é o principal fundamento com que lá vos enviamos», disse o rei D. Manuel 1.º ao seu embaixador Simão da Silveira (1).

«Em primeiro lugar devo esperar «que como cristão procure salvar-se, «e como fiel vassalo merecer a aten«ção de S. Majestade», disse D. Francisco de Sousa Coutinho, em 15-12-1769, ao Capitão-mor de Caconda (2).

Os indígenas na sua maioria praticam o feiticismo, alguns o islamismo, outros o cristianismo.

Além da religião ministrada ás populações indígenas pelas missões católicas que o Estado protege e subsidia nos termos da Concordata e do Acordo Missionário com a Santa Sé, de 7 de Maio e 10 de Julho de 1940, e Estatuto Missionário (Decreto-lei n.º 31.207, de 5 de Abril de 1941), tambem, nos termos das convenções internacionais de que Portugal é signatário, é facilitada com a mais ampla liberdade de acção a instalação de missões de outros credos religiosos, sempre no sentido de beneficiar e desenvolver intelectual e moralmente as populações indígenas.

As missões católicas portuguesas podem expandir-se livremente, para exercerem as formas de actividade que lhes são próprias, e nomeadamente a de fundar e dirigir escolas para os indígenas e europeus, colégios masculinos e femininos, institutos de ensino elementar, secundário e profissional, seminários, catecumenatos, ambulancias e hospitais nos termos do Estatuto Missionário.

As missões católicas portuguesas têm realizado uma obra admirável de civilização nacionalista.

Com uma persistência e um espírito de abnegação inexcedíveis, os missionários têm procurado levantar o nivel moral, espiritual e intelectual dos indígenas, arrancando-os dos seus bárbaros usos e costumes para o respeito pela vida e dignidade humanas.

Existe hoje nas Provincias ultramarinas portuguesas uma boa percentagem de indígenas que professam o cristianismo.

Cabe a Portugal a honra de ter o primeiro Bispo Negro da Cristandade. O principe D. Henrique, filho de D. Afonso do Congo, depois de estudar em Lisboa desde 1508, foi sagrado Bispo da Utica, em 1520 (3).

Valor e lealdade dos nativos das Províncias ultramarinas portuguesas

A ligeira descrição que deixamos nestas simples linhas, dá uma ideia, embora pálida, da protecção permanente e do tratamento fraternal dado pelos portugueses aos indígenas. E estes assim o têm reconhecido. Por isso, Portugal — a mais antiga nação colonizadora a partir dos Descobrimentos — pode orgulhar-se de ter tido, sempre, e carinhosamente, a seu lado, nas horas do ataque do inimigo, valorosos nativos das suas Províncias ultramarinas a defender os direitos da sua Soberania.

Desses nativos, podem citar-se:

André Vidal de Negreiros e o *índio Camarão* — distinguiram-se em 1645, em Paraiba (Brasil), sua terra natal, na luta contra os holandeses, tendo-os também combatido na Baia (4).

Luís Lopes de Sequeira — natural de Angola, distinguiu-se nesta Provincia em várias campanhas de que assumiu o próprio comando (5).

Honório Pereira Barreto — nativo da Guiné e seu Governador. Depois de regressar em 1829 de Portugal onde fora educado, pôs ao serviço da Pátria vida e haveres, fazendo ruir as primeiras tentativas de usurpação do nosso dominio por parte de estrangeiros (6).

Principes e Governadores nativos de Cabinda — ao terem conhecimento do que se estava a planear contra Portugal na Conferência de Berlim, em 1855, deliberaram, espontaneamente, fazer um abaixo assinado dirigido ao Comandante da Corveta «Rainha de Portugal», Guilherme Augusto de Brito Capelo, no qual declararam, solenemente, quererem ficar subditos da Coroa portuguesa e sob a protecção da sua bandeira (7).

O Rei de Quiteve, em Moçambique, doou as suas terras a Portugal, fazendo-se voluntáriamente seu tributário (8).

O Régulo de Corrane, Mucapere, de inexcedivel e constante lealdade, distinguiu-se em Moçambique, primeiro nas campanhas contra os namarrais e, depois, contra os alemães (9).

O actual Rei do Congo — D. Pedro VII, ferido seis vezes, em combate com os rebeldes, em 1914, a sua abnegação foi ao ponto de entrar num estabelecimento estrangeiro que os auxiliava. Aqui foi ferido gravemente com dois tiros, o que o não impediu de conseguir capturar alguns, como era seu intuito, revelando, por estes actos, grande coragem, lealdade e dedicação á Pátria.

Na recente guerra mundial, cujas cicatrizes ainda estão por curar, no Timor português, o *Régulo de Suno, D. Aleixo Corte Real* antes quis morrer horrorosamente martirizado pelos japoneses do que deixar de defender os direitos de Portugal, acto de tal heroísmo que o Governo Português, em homenagem póstuma, galardoou, condecorando-o com o grau de Comendador da Ordem Militar da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito, condecoração esta que muito raramente é concedida a europeus.

Os nobres exemplos apontados de Valor, de Dedicação e de Lealdade de nativos de três raças, pertencentes a três continentes (americano, africano e australiano), são a recompensa e o testemunho da humana e cristã política indígena adoptada pelos portugueses de todos os tempos entre povos que Deus e a Providência entregaram á sua benéfica guarda e administração.

Com a integração do Acto Colonial na Constituição e com a nova designação dada aos territórios ultramarinos, uma nova época vai ressurgir.

★

Com a integração do Acto Colonial na Constituição e com a nova designação dada aos territórios ultramarinos, uma nova época vai ressurgir. Outros importantes diplomas, certamente, se seguirão aos anteriores para os actualizar e para lhes introduzir os ensinamentos colhidos durante os anos da sua execução.

Todos os Ministros do Ultramar se têm interessado pelos indígenas. Porém, nos ultimos 100 anos, dois nomes se destacam: Sá da Bandeira e João Belo.

Hoje, em melhores mãos não podia estar confiado o Ultramar Português.

Sob a iluminada clarividência do Homem e do Chefe do Governo que Deus concedeu a Portugal para encaminhar os portugueses, a porto seguro, nos momentos mais difíceis da história da Humanidade, dois nomes dos mais ilustres, de saber de experiência feito, se encontram á frente dos destinos do Ultramar. O senhor comandante Sarmento Rodrigues, que governou a Guine com tanto acerto, tanto brilho e tanto carinho, que o seu nome enfileira na lista dos maiores e mais sábios administradores do Ultramar, e o senhor engenheiro Trigo de Morais a quem o País tem prestado as mais merecidas homenagens pelo muito que já fez. Dos notáveis serviços destes eminentes homens de Estado, muito lhes há-de ficar a dever a política indígena.

Vista parcial do bairro indígena de Lourenço Marques. No primeiro plano, fachada lateral da escola rudimentar

---

(1), (3) e (4) «Resumo da História de Angola», por José Ribeiro da Cruz.
(2) N.º 6, Vol. 1.º, dos «Arquivos de Angola».
(5) «História Colonial», Cor. Ribeiro Vilas.
(6) «Honório Pereira Barreto», por Jaime Walter.
(7) «Tratado de Simelambuko», Sociedade de Geografia.
(8) «Como fizeram os portugueses em Moçambique», por Mário Costa.
(9) «Pelo Império», n.º 116, «Neutel de Abreu», por Manuel Ferreira.

PROTECÇÃO À NATUREZA

(Conclusão da pág. anterior)

blema, conciliando as duas conveniências, por vezes aparentemente antagónicas: protecção ao Homem e protecção á restante Natureza.

Nesta provincia ultramarina, de entre as reservas sugeridas pela Missão Zoológica, já está uma oficialmente criada, a da lagoa de Cufada, na circunscrição de Fulacunda notável pela riqueza extraordinária da sua avifauna.

Não havendo, por ora, na Guiné, planos de fomento que abranjam vastas áreas, ainda há tempo de ir ensaiando os métodos e assentar naqueles que melhor convenham para assegurar um equlíbrio satisfatório.

O estudo da protecção á fauna e á flora, nas provincias de Angola e Moçambique, apresenta-se, pelo contrário, com muita urgência. Com razão, o prof. Carriço preconizava que esse estudo se fizesse, e ter-se-ia feito, se não fora o seu inesperado passamento, quando, em 1937, uma Missão Zoológica estava já em preparação para, com aquela que tão distintamente dirigia, se realizar o seu sonho.

Estão em execução ou em projecto aprovado, planos grandiosos destinados ao desenvolvimento agricola e pecuário de Moçambique, acompanhado de colonização branca em larga escala. O notabilíssimo projecto Trigo de Morais, que o ilustre engenheiro, actual Subsecretário do Ultramar, concebeu e o Governo vai mandar executar, de irrigação do Vale do Limpopo, a que outros empreendimentos estão ligados, transformará o distrito do Sul do Save numa enorme fábrica, para bem do progresso e honra da Nação. Dentro em pouco, as brigadas de trabalhadores meterão mãos á obra, a água vivificadora será levada onde convier e os solos ressequidos serão aproveitados; os produtos agrícolas e pecuários escoar-se-ão prontamente pelas vias de comunicação estabelecidas. Desta necessária e gigantesca operação hão-de resultar, para o jogo das forças naturais da região, modificações profundas: sobre a fauna, principalmente a dos grandes Ungulados, incidirá grandemente o golpe, mas também toda a cadeia de vidas associadas se irá ressentir.

Se, porém, a operação for cuidadosamente acompanhada das investigações adequadas, limitar-se-ão decerto as consequências ao inevitável. Não se trata, claro está, de manifestar pena (quem não a tem?) pelos animaizinhos que hão-de perecer, mas sim das espécies que eventualmente se aniquilem; pena, porque farão falta ao jogo da Natureza, no qual o Homem toma parte; pena, porque algumas poderiam, porventura, tornar-se uteis á Humanidade, mas muito receio de que, na sua ausência, outras espécies, antes limitadas por aquelas, venham a ganhar desenvolvimento numérico pernicioso.

Na minha passagem por Moçambique, foi-me dado observar alguns dos trabalhos de desbaste de «caça grossa» e de floresta, para combate ás tripanosomiases, ao sul, na região de Maputo; ao norte, em Mutuali, no Niassa. Pareceu-me que, ao enorme esforço e boa vontade despendidos pelos dirigentes e executores desses trabalhos, não corresponderão resultados práticos muito apreciáveis, em virtude da descontinuidade existente entre as operações de desbaste e a ocupação efectiva das áreas limpas, o que ainda recentemente foi confirmado pelo obreiro de uma dessas operações, o dr. Tiago Ferreira, na conferência que proferiu na Junta de Investigações Coloniais. Acresce ainda que, não estando delimitadas, com base científica, as reservas e parques de protecção (não confundir com meras reservas de caça!), as chacinas comprometem um património que não se deve menosprezar, quando seria possivel o deslocamento de indivíduos de algumas espécies uteis para a reserva mais próxima. E' o caso do elefante — a unica fábrica de verdadeiro marfim — cujo desbaste, na margem esquerda do Maputo, tem sido levada até á extinção.

Para a área do Mutuali, houve um plano gorado de ocupação; para a região de Maputo não havia, então, ainda um plano definitivo.

O caso do Vale do Limpopo, sob todos os pontos de vista, é diferente dos apontados; o plano existe e será integralmente realizado.

Escrevi algures que as reservas deveriam ser estabelecidas com base nos estudos botanicos e zoológicos adequados, depois de higienistas e economistas dizerem até que ponto as actividades humanas são compatíveis com a protecção das zonas e espécies que compreendem. E, agora, acrescentarei que, perante área escolhida para execução de um plano de fomento de tal extensão, onde ainda aqueles estudos não foram suficientemente elaborados — embora estejam feitas prospecções botanicas e zoológicas — haverá que tomar conhecimento das zonas atingidas e que reconhecer quais as equivalentes mais próximas susceptíveis de protecção.

Como hão-de ser feitos esses estudos? Diz a organica oficial da Junta de Investigações Coloniais que eles lhe competem; mas, na verdade, pelo que toca á fauna, a protecção, tal como definem os regulamentos de caça, compreendendo as reservas criadas, está entregue aos cuidados das respectivas comissões locais; no entanto, o desbaste é confiado, indistintamente, a estas comissões e aos serviços de combate ás tripanosomiases. Em outros países, onde tais estudos têm tradições, como no Congo Belga, não é assim. Há um Instituto dos Parques Nacionais, com sede na Metrópole, que os coordena. E é essa coordenação que se torna absolutamente necessária, nas nossas provincias, espalhadas por todo o Mundo. Coordenação não quer dizer absorção; implica antes cooperação de todos os interessados de cá e de lá, nos sectores oficiais e privados, com ciência e consciência.

F. FRADE

ACTIVIDADES METROPOLITANAS EM TERRAS DO IMPÉRIO

CABO VERDE

IMPORTARÁ EM 50 MIL CONTOS

A FASE DE HIDRÁULICA AGRICOLA

DO PLANO DE RESSURGIMENTO DO ARQUIPÉLAGO

—DIZ-NOS O GOVERNADOR

TENENTE-CORONEL DR. ALVES ROÇADAS

Moenda de cana de açucar em Santo Antão

Quis o «Diário Popular», através da sua interessante faceta Ultramarina, ter a gentil amabilidade de conversar com Cabo Verde por meu intermédio.

Já há muito que estavamos apresentados. Em todo o caso, restabeleceu-se o contacto, operação a que não foi estranho o seu digno representante aqui, nosso prezado amigo e ilustre publicista, sr. Inocência Silva. Trata-se, portanto, de uma ligeira troca de impressões, certamente muito gratas a nós todos, mas sem a tecnicidade e o rumo próprios de uma entrevista formal.

Esta nossa Província de Cabo Verde, quase que só conhecida do grande publico, pelas muitas calamidades que de quando em vez a assolam, também é detentora de outros vitrais menos baços, menos escuros e menos tristes, sob cujo angulo vamos fazer decorrer a nossa rápida conversa. Também se vive e se trabalha em Cabo Verde, também se ri e se folga em Cabo Verde, também se progride e se marcha em Cabo

A «morna» é a expressão artística mais autêntica da alma cabo-verdiana. Mesmo ao ar livre, em dia de festa, o povo de S. Vicente dança e canta a «morna»

Verde, como se ri, se folga, se vive, se trabalha e se progride nas outras Províncias Irmãs, quer no Continente, quer no Ultramar. Apenas, aqui, a marcha é mais lenta porque é mais rude, o trabalho mais penoso, a vida mais dura, as tristezas mais frequentes e a persistência mais tenaz mas, por outro lado, o clima é bem mais ameno, o riso mais vibrante, a alegria mais profunda e o folgar mais intenso. Não admira que assim seja, pela justa lei das compensações.

E tudo isto, alegria e tristeza, dores e saudades, partidas e regressos, chuvas e secas, trabalhos e descanços, se desenrola sempre, por sobre uma terna e sentimental musica de fundo — a Morna.

E' que o cabo-verdiano, sentimental e artista por excelência, visto através daquela musica dolente, modela-se a si próprio de maneira tão exuberante e com tanta verdade, que a apreciação das suas virtudes e dos seus defeitos se nos revela, imediatamente, sem necessidade de mais exames nem de mais estudos.

Dessa apreciação resulta desde logo que o cabo-verdiano vive, principalmente, para a terra, para o mar, para o sentimento e para o longínquo, não negando, assim, esse rubro sangue lusíada, que lhe corre nas veias já velhas de quinhentos anos.

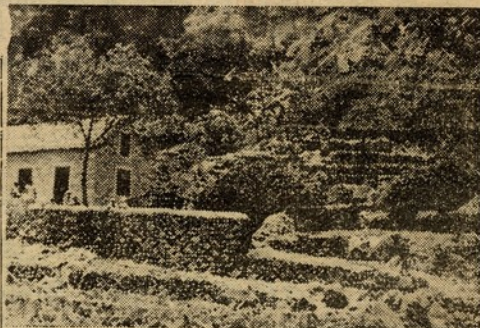
Se assim é, há que ir ao encontro das suas aptidões, proporcionando-lhe o que necessita para tratar e prender a terra, para lutar com o rico mar que o cerca, para entreter o seu sonho de poeta e para, de quando em vez, se ausentar para um Mundo mais largo onde o seu anseio possa encontrar, o que na sua terra por vezes ainda falta: o trabalho constante.

Analisado, portanto, o principal factor da riqueza creoula —

Tenente-coronel Dr. Alves Roçadas, Governador de Cabo Verde

o Homem — resta-nos lançá-lo na conquista do pão de cada dia, facultando-lhe os meios convenientes para que se defenda das inclemências das falhas pluviosas. Como? Por um trabalho intenso hidro-agro-florestal que, julgamos bem, ser o problema numero 1 de Cabo Verde, embora se amparem, ao mesmo tempo, algumas industrias de pesca e seus derivados, para se poder atirar para a vida do mar aqueles muitos que nela vêem o seu mais atraente modo de viver e trabalhar.

Tal rumo não excluiria a resolução paralela do problema de comunicações e o apetrechamento conveniente do principal porto da Província — o Porto Grande de S. Vicente — para falarmos apenas numa parte referente ao fomento.

A verdade é que nada disto é um sonho, pois que o Governo tem estes mesmos problemas entre mãos e mantém em Cabo Verde uma Missão Hidráulica que, actualmente em Santo Antão, ali tem desenvolvido a sua actividade com um benefício muito aceitável. Além daquela Missão, os Serviços das Obras Publicas da Província, por si e por intermédio das Administrações dos Concelhos, todos carinhosamente amparados pelo Governo Central, sob o ponto de vista financeiro, têm, igualmente, trabalhado no mesmo sentido, com resultados bem palpáveis.

Só nos anos de 1949 e 1950 se construiram, em todo o Arquipélago, as seguintes obras de hidráulica agricola e de defesa do solo:

Levadas	58.436	metros
Diques de várias espécies	1.450	—
Galerias drenantes	670	metros
Tanques com a capacidades total de 5.634 m3	80	—
Poços	200	—
Captações de nascentes	15	—
Arretos	1.800	metros

Além disto, no mesmo período e noutro sector de trabalho:

Abriram-se 19.000 metros de estradas ou caminhos novos; repararam-se 567.000 metros de estradas e caminhos; calcetaram-se 515.000 metros quadrados de estradas ou caminhos; construiram-se 20.000 metros de muros de suporte, tudo com mão-de-obra cabo-verdiana, no valor total de 20.000 contos.

No sector agro-florestal, ainda no mesmo período, a mão-de-obra cabo-verdiana plantou ou semeou:

Essências florestais	336.000	exemplares
Cafeeiros	13.000	»
Purgueira	631.000	»
Ricino	284.000	»
Total	1.294.000	

Replantou ou ressemeou:

Essências florestais	325.000	exemplares
Purgueira	123.000	»
Ricino	281.000	»
Cafeeiro	8.000	»
Total	737.000	

Retanchou:

Essências florestais	26.000	exemplares
Ricino	384.000	»
Cafeeiro	9.000	»
Total	419.000	

sem faltar, todavia, á semeadura do milho, do feijão, da batata doce ou vulgar, da mandioca etc., etc., nos pitorescos campos das suas queridas ilhas.

Foi muito todo este trabalho que o cabo-verdiano fez em tão curto prazo? Não! E' preciso fazer mais, muito mais, imensamente mais; mas para tanto, é preciso completar o esqueleto geral do Plano de Ressurgimento do Arquipélago, já entre mãos e cujo primeira fase — fase de hidráulica agricola — já está estudade e estimada em 50.000 contos. Resta a sua execução, para quando for julgado possível e oportuno.

No intervalo destes trabalhos, o cabo-verdiano folga e ri e a sua alegria é tanto mais intensa quanto mais alto e mais verde vê o seu milho, esse milho que é o melhor dos seus companheiros de mesa e que atapeta, no momento proprio, uma imensidade de terra arável.

A criançada, essa criançada que, agradecida a Deus, se espalha pelos seus 145 professores, distribuídos por todo o Arquipélago, regressa pela tardinha alegre e contente por andar na escola, uma das suas mais queridas preocupaçoes.

Quando o trabalho falta, por o ano ser mau, lá está vigilante a Assistência, que só em 1949 e 1950 distribuiu, de várias maneiras, cerca de 9.000 contos.

E assim, Cabo Verde progride, Cabo Verde marcha, Cabo Verde ri, Cabo Verde reza, Cabo Verde é amparado e Cabo Verde canta o azul das suas estradas marítimas e os seus veleiros, o calor ameno do seu sol, o colorido das suas tardinhas frescas, o verde dos seus vales risonhos, as suas saudades, a sua gratidão e os seus amores.

E' que, realmente, Cabo Verde, não é só pedras, não é só pobreza, não é só tristeza, não é só lágrimas. Cabo Verde também vive, também trabalha, também floresce, também tem a sua beleza, a sua vaidade, o seu pitoresco, a sua graça e a sua cor.

Por isso, Cabo Verde, ao contrário do que alguns julgam, precisa mais de trabalho e de meios de progresso vultosos, que própriamente de piedade.

CARLOS ALVES ROÇADAS

S. VICENTE — Porto Grande e cidade do Mindelo

CABO VERDE

RONDA DO ARQUIPÉLAGO

Aqueles que tendo, alguma vez, viajado para o Brasil no «Serpa Pinto», não conhecem de Cabo Verde mais do que o Porto Grande de São Vicente; aqueles outros que, utilizando os aviões da «Alitalia» para se dirigirem á América do Sul, não ficam a conhecer, do Arquipélago, mais do que a desoladora imagem da Ilha do Sal, não acreditarão que nessa Provincia Ultramarina de Portugal possam existir encantos naturais. O próprio Porto Grande tem a sua beleza, para quem não aprecie, apenas, as suaves paisagens verdejantes. As altas montanhas nuas que o circundam, e o perfil majestoso da ilha de Santo Antão, no outro lado do canal, constituem um espectáculo que, se não deleita os olhos, esmaga pela grandiosidade. Passar pelo canal, ao crepusculo incendiado ou á luz lívida do amanhecer, é vogar por entre cenários de ópera wagneriana. Não é dessa beleza, porém, que desejamos falar.

Nas vilas tranquilas de Santo Antão ou nas ribeiras dessa ilha, respira-se uma atmosfera de romance dos trópicos, vive-se uma écloga como a descrita por Bernardin de Saint-Pierre no «Paulo e Virginia». Um poeta das Ilhas Crioulas, Jorge Barbosa, exprimiu esse clima nostálgico, ao evocar os «rumores» «dos trapiches / quando esmagam a cana para o grog / com os bois pacíficos a rodar, / sempre a rodar / ao som desse canto que vem dos currais / numa cadência estranha de nostalgia, / que deixa um arrepio a morrer no ar...»

Aliás, esse poeta evocou, em versos que são uma síntese do Arquipélago todos os «rumores das coisas simples da [sua] terra»: os «rumores das salinas, / dos rodos nas maretas, / das carretas / levando o sal na via férrea...»; os «rumores do Porto Grande, / do carvão / caindo nas lanchas metálicas, / das âncoras / dos guinchos / das sereias, / dos apitos e dos gritos, / dos gritos nocturnos nos botes da baía...»; os «rumores do romper da manhã, / nos pilões / cochindo o milho para a comida do povo, / na gente / que chega ao mercado / em todo esse alegre afã / de coisas humildes...» os «rumores de fainas marítimas / dos pescadores lançando / os botes ao mar, / dos veleiros cruzando / o arquipélago...»; os «rumores da emigração, / nos carimbos postais / em dias de malas»; os «rumores pagãos / das coladeiras de Santo António, / de São João, de São Pedro, / ao som dos tambores...»; os «rumores de dramas agricolas, / da chuva que vem / que não vem...»; os «rumores tagarelas / nas lojas rurais, / ás portas dos regedores, / do urim, da bisca, das damas...«; os «rumores musicais / das mornas / dançadas, / das mornas / tocadas, / das mornas / cantadas...»; finalmente, os rumores «das ondas / á roda das Ilhas...»

Se a secura de São Vicente ou a aridez da Ilha do Sal não nos devem enganar sobre a natureza do Arquipélago, também não nos devemos iludir com a paz dos quadros virgilianos que podemos encontrar em Santo Antão. Nem tudo é sossego em Cabo Verde, e não falamos já do movimento do Porto Grande. Falamos, sim, da agitação em que vivem os cabo-verdianos e da sua real actividade, não obstante a ideia que se faz, pela dolência das «mornas», da voluptuosa preguiça dos crioulos .O porto da ilha de São Nicolau chama-se da Preguiça, mas que esse nome não nos iluda sobre as qualidades de trabalho do homem do Arquipélago! Ele é marinheiro, e em palhabotes cruza o Atlantico, até á América do Norte; ele emigra, e na Guiné, em Dacar, na Argentina e nos Estados-Unidos dá provas da sua capacidade; ele trabalha nas salinas, ele cultiva os campos ,ele luta pela vida numa terra nem sempre favorecida pelo Ceu. Acima de tudo, o cabo-verdiano demonstra uma rara vitalidade de espírito. Não há criança que, mesmo mal alimentada e descalça, não percorra os caminhos das montanhas para ir assistir ás aulas nas escolas primárias dos povoados — e por isso é mínima a percentagem de analfabetos nas Ilhas Crioulas, muito menos que na Metrópole! O Liceu do Mindelo mal comporta todos os rapazes e raparigas que, da Brava a Santo Antão, desejam saber mais; as escolas superiores da Metrópole conhecem esses estudantes de olhar vivo que são os cabo-verdianos; os meios cultos de Lisboa, do Porto e de Coimbra já começam a tomar conhecimento da actividade intelectual desse pedaço, tantas vezes esquecido, do Mundo Português.

Escrevem assim os cabo-verdianos; escreve assim Baltasar Lopes, mas quem negará que no seu romance, «Chiquinho», fala Cabo Verde!?: «Mamãe-Velha abateu-se junto da parede do Pedacinho, a chorar. E disse da certeza de nunca mais voltar a ver o seu Chiquinho. Nunca mais, nunca mais, Chiquinho. Chiquinho seu primeiro neto, que ela mesmo recebeu das mãos da parteira, nu como a graça do Altíssimo o mandou para este Mundo. Que ela alimentou a leite de burra quando Mamãe, pouco depois, esteve tão abalada com aquelas malditas febres, e sentava no regaço, nas longas noites de espertina, na rabugice do balanço-de-dente, altas horas, em que o silêncio mete medo, e só os grilos, cri-cri, nos fazêm lembrar que este Mundo não morreu ainda. Nunca mais. Ela já estava em altura de largar as saudades da vida para a infinita misericórdia de Deus Nossenhor. Eu dissesse a Papai e a todos os parentes que Mamãe-Velha em breve iria descansar os seus cuidados no regaço da Virgem Maria, leve como travesseiro de lã de bombardeira para a cabeça do filho-de-parida que andou as léguas compridas das partidas do mundo».

Os cabo-verdianos têm que emigrar, como o «Chiquinho» de Baltasar Lopes, porque o clima é ingrato, ás vezes não chove durante anos e vem a seca e a fome. Mas quando não podem sair das suas ilhas ou quando a chuva as fertiliza, os crioulos trabalham a terra, cultivando milho e cana de açucar, colhendo as optimas laranjas de São Tiago ou o esplêndido café do Fogo e de Santo Antão, e vivem do seu esforço, quase sempre desajudado. Quantas industrias, embora pequenas, se poderiam desenvolver, como as dos panos tecidos em teares caseiros ou a dos chapeus de palha que se fazem na Brava! Por que não hão-de os queijos do Maio ter melhor tratamento e constituir, assim, produto de exportação? Por que não se organiza, na Boa Vista, a pesca da lagosta, tão abundante que ás águas de Cabo Verde a vão buscar os lagosteiros franceses? Tanta, tanta coisa que se poderia fazer!

Muito se tem feito, sem duvida. As plantações de agave (sisal) e de purgueira, graças aos cuidados oficiais, têm medrado. As obras de aproveitamento das ribeiras, mandadas fazer pelo Governo, conquistaram recentemente, em Santo Antão, duzentos hectares de terreno para plantações — o que numa ilha rochosa e para as necessidades de Cabo Verde, é já importante. Está o Governo da Provincia empenhado, e não o está menos o Governo da Metrópole, em aproveitar quanto em Cabo Verde seja terreno cultivável, para, de algum modo, cobrir, com os recursos próprios, o «déficit» de produtos alimenticios (milho e feijão, principalmente) que tanto tem feito sofrer a população das Ilhas.

Está á frente do Ministério do Ultramar um homem de acção; é Subsecretário de Estado, outro realizador, e governa a Provincia um homem que aprendeu a amá-la. Desses três homens esperam os cabo-verdianos melhores condições de vida. Com a graça de Deus, hão-de obtê-las, que pelo seu amor á mãe-terra, bem o merecem. Não vivem eles, na América, mesmo quando usufruem os benefícios do Progresso, a pensar com saudade nas suas ilhas, para as quais voltam sempre, como os filhos para o seio materno!? E são bons portugueses, os cabo-verdianos, que não se americanizam! E' justo que olhemos para eles com amor, e que nos orgulhemos de que pertençam á mesma Pátria.

ANTONIO NOGUEIRA

FOGO — Aspecto do vulcão, logo depois de haver reentrado em actividade

BRAVA — Porto da Furna

A LITERATURA CABO-VERDIANA É UMA REALIDADE

Quando, não há muito, fiz parte do juri de um concurso literário organizado pelo *Diário Popular*, chamou-me a atenção um poema, que, naturalmente, ignorava de quem fosse, mas logo identifiquei como de um cabo-verdiano. Concordaram, os outros membros do juri, com a preferência que lhe dei, e o poema foi um dos dois escolhidos. Aberta a carta que correspondia á divisa com que o poema fora apresentado, verificou-se que eu não me enganara: o seu autor era, efectivamente, crioulo. Chamava-se Aguinaldo Fonseca, e, pouco depois, confirmaria o seu talento publicando um livro de «poesia : *Linha do Horizonte*.

Nada tinha de extraordinário que mais um poema houvesse surgido em Cabo Verde. A importancia do facto consistia em ter sido possível identificar o autor do poema como cabo-verdiano — e não pelo tema escolhido, mas pela sensibilidade que revelava. Se o poema se intitulasse, como outros do livro que publicou depois *Mãe Negra* ou *Magia Negra*, não seria difícil supor: «Isto deve ser de um cabo-verdiano». Mas o poema intitulava-se, simplesmente, *Sensibilidade*, e não havia nele qualquer referência á raça negra, á mistura de sangues, ao drama da insalubridade, á desolada paisagem do Arquipélago, ao seu ambiente de tragédia e de melancolia, á «moraleza» e á saudade da sua gente. Esse poema não era muito original, e podia, perfeitamente, ser de um brasileiro, mas foi isso mesmo que me levou a julgá-lo de um cabo-verdiano, pois que em gente alguma da Comunidade Lusitana é tão forte, como entre os crioulos, a influência brasileira — e não só por sugestão de leituras, mas por identidade de ambientes e de estilos de vida.

Orgulho-me de ter sido eu quem levou os jovens intelectuais cabo-verdianos do meu tempo a lerem um sociólogo como Gilberto Freyre, romancistas como José Lins do Rego e Jorge Amado, contistas como Mário de Andrade e Marques Rebelo, poetas como Manuel Bandeira, Jorge de Lima e Ribeiro Couto. Graças a essas leituras, os rapazes, hoje homens, da geração de *Claridade* (a primeira revista que se publicou em São Vicente) puderam descobrir o caminho para uma literatura cabo-verdiana. Que essa literatura, não só de temas, mas de espírito e de sensibilidade particulares dentro das literaturas de língua portuguesa — quase tão caracterizada como a brasileira, embora infinitamente menos numerosa —, é já uma realidade, provam-no seis livros mais de poesia, um romance, alguns contos, um argumento de bailado, numerosos poemas dispersos, vários ensaios e duas revistas. O que falta aos escritores de Cabo Verde — como, hoje, aos da Metropole — é meios de comunicação com o publico: um editor, um Instituto de Cultura, uma revista que preencha o vazio deixado pela extinção de *Claridade* e de *Certeza*, talvez uns *Cadernos Cabo-verdianos* como os que sonhei, qualquer coisa que não seja aquele triste *Boletim de Cabo Verde*, colaborado quase só por funcionários e por amadores de Letras, do qual estão ausentes todos, ou quase todos, os verdadeiros valores crioulos: um Baltasar Lopes, filólogo, poeta, romancista, autor do admirável *Chiquinho*; um Jorge Barbosa, o poeta iniciador de *Arquipélago* e de *Ambiente*; um Manuel Lopes, o cantor de *Poemas de quem ficou*, o ensaista de *Os meios pequenos e a Cultura*; um Antonio Aurélio Gonçalves, o crítico de *Aspectos da ironia de Eça de Queiroz*.

E' preciso não esquecer o malogrado Pedro Corsino Azevedo, poeta sem obra publicada, e António Nunes, autor dos *Poemas de Longe*, e um poeta de sangue crioulo que não conhece as Ilhas mas as sente e interpreta: Daniel Filipe, autor de *Missiva* e de *Marinheiros em Terra* — autêntico poeta —, e um conto como *Um galo cantou na baía*, de Manuel Lopes, publicado em *Claridade*, e um argumento de bailado como *Terra de Sódade*, de Jaime de Figueiredo, publicado no *Atlantico*, e aqueles novos poetas que apareceram nas páginas de *Certeza* e que até hoje não puderam publicar os livros que guardam sem duvida, na gaveta — esse sepulcro de sonhos. Aos livros de cabo-verdianos juntaria eu o de um metropolitano: *Morna*, de Manuel Ferreira, constituído por *Contos de Cabo Verde* que são, quase, contos crioulos. Com tudo isso e com o *Portugal Crioulo* — obra de amor e de exaltação lírica, que ficará, talvez, como a melhor de Augusto Casimiro —, poderá qualquer lusíada, qualquer homem de *O mundo que o Português criou*, fazer uma ideia da terra e da gente de Cabo Verde.

JOSÉ OSÓRIO DE OLIVEIRA

SANTIAGO — Monda do milho

COMÉRCIO E INDÚSTRIA DA GUINÉ

COMÉRCIO E INDÚSTRIA DA GUINÉ

GUINÉ PORTUGUÊS

O MAIS ANTIGO TERRITÓRIO ULTRAMARINO PORTUGUÊS DESCRITO NOS SEUS MÚLTIPLOS ASPECTOS PELO SEU GOVERNADOR ENGENHEIRO RAIMUNDO SERRÃO

ENG. RAIMUNDO SERRÃO GOVERNADOR DA GUINÉ

O engenheiro Raimundo Serrão, ilustre governador da nossa Provincia ultramarina da Guiné, é um oficial do Exército muito distinto, um técnico de reconhecida competência, e um colonialista inteira e totalmente dedicado á vida e ao trabalho nas terras portuguesas de além-mar. Partiu para Angola, em 1930, como director dos C. T. T. E atraído pelas muitas e vastas obras necessárias á valorização de tão ricos e vastos territórios, ali exerceu os mais altos cargos sempre com alevantado patriotismo, muito saber, rectidão e honestidade a toda a prova — e um sentido claro do dever e das responsabilidades. Serviu Angola com o coração, com uma energia e uma paixão singulares. Desde o Zaire á Huíla, desde Luanda a Benguela e desde o Lobito ao Bié, a sua passagem ficou assinalada por obras e mais obras, projectos que viam a realidade, tudo isto representando uma capacidade excepcional de trabalho e um poder de efectivação verdadeiramente excepcional. No Lobito, principalmente no Lobito, e, depois em Silva Porto, a sua construtiva acção, ás vezes em luta aberta com interesses mesquinhos e pretensões injustificáveis, teve sempre a suprema qualidade de vencer — servindo os interesses gerais da Provincia, que são, afinal, os da Pátria.

Hoje, como governador da Guiné, cargo de que tomou posse em Julho de 1949, pode dizer-se que a sua obra é já notável, sendo um digno continuador dos trabalhos realizados ali pelo sr. comandante Sarmento Rodrigues, ilustre Ministros do Ultramar.

O «Diário Popular» não podia deixar de arquivar nas suas colunas uma voz tão autorizada. E o sr. engenheiro Raimundo Serrão, com a sua nunca desmentida gentileza, acede ao nosso pedido e afirma-nos:

— A Guiné é o território ultramarino português mais antigo na descoberta e na nossa posse: já se completaram cinco séculos desde que primeiro do que quaisquer outros subimos os seus rios, tocámos nas suas terras e por ali nos fixámos. Apesar da mais antiga e mais próxima Provincia ultramarina da Metrópole — cinco a seis dias de barco ou sete a oito horas de avião — pode afirmar-se que só nos ultimos trinta anos ela pôde revelar o que vale e o que interessa á economia nacional. Até há menos de um século, a Guiné dependia do Governo Geral de Cabo Verde, que tinha ali como seus delegados os capitães-mores com poderes e haveres muito restritos: o governador geral ia-de-cá-á terra ardente, humida e baixa do Continente, tudo isto concorrendo para que este pedaço de terra portuguesa não prosperasse e para que fosse possível só em 1915 ficar assegurado o domínio e o «livre transito» por toda a parte, graças á espada do valoroso capitão Teixeira Pinto, heroi dos herois das Campanhas da Guiné.

E prosseguiu:

— Hoje temos uma Giuné pacífica e ordeira onde o trabalho, o progresso e a firme vontade de contribuir para a valorização da Nação supéra tudo de mal que por tanto tempo deixámos medrar. A Guiné, parte integrante da Nação, vibra de entusiasmo com tudo o que na Mãe-Pátria e nos outros territórios de além-mar representa um motivo de civilização, progresso e riqueza. Ali temos o culto de Portugal e dos seus homens mais representativos, acima de todos se colocando naturalmente, e por sentimento, os srs. Presidentes da Republica e do Conselho, todos reconhecendo que a Salazar se deve a posição excepcional que gozamos inteiramente e disputamos no campo internacional.

Não se estranhará a afirmação de que a Guiné se sente de parabéns por ver á frente da pasta do Ultramar, o seu maior amigo, o que foi seu ultimo Governador, o sr. capitão de fragata Manuel Maria Sarmento Rodrigues, que aos seus problemas, que conhece em todos os pormenores, dedica uma estima especial, íntima, carinhosa.

A actual situação económica da Guiné

Interrompemos o nosso entrevistado para lhe pedir opinião sobre a presente situação económica da Guiné:

— A situação económica da Guiné é no presente — responde-nos o Governador — desafogada, pois a Provincia coloca no exterior todos os seus produtos; as importações também atingem proporções interessantes, dado que o indígena, já com relativas necessidades e com possibilidades de fazer dinheiro, é um bom consumidor. Precisamos de produzir mais e melhor e também mais variado; são estes os pontos primordiais a atingir. Os principais produtos que a Guiné exporta são, pela ordem de valores: amendoim, coconote, óleo de palma, couros, cera, arroz, madeira e ainda a borracha, quando dela necessita a Metrópole.

Pensa-se no presente em fazer a exploração da cana sacarina e a sua industrialização transformando-a em açucar e álcool; também se trabalha no algodão em regime de experiências. Pena é que a Guiné não possua produtos ricos, como o café, sisal e até diamantes.

Nos ultimos dois anos o movimento das importações e exportações foi (valores em escudos):

	1949	1950
Importação .	142.223.646	128.383.208
Exportação ..	160.829.347	117.971.671
Totais ...	303.052.993	246.354.879

Referindo-se a um problema grave da economia da Provincia, o sr. engenheiro Raimundo Serrão esclarece-nos:

— O problema que na economia da Guiné hoje mais preo-

(Continua na 7.ª pág.)

Catedral de Bissau

O CENTRO DE ESTUDOS

SEU PAPEL NA INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

PELO DOUTOR **F. DA CRUZ FERREIRA**
Professor do Instituto de Medicina Tropical

E' já lugar-comum a asserção de que o progresso dos territórios africanos é um objectivo inadiável como factor de aproveitamento das riquezas da Africa para prover ás actuais necessidades económicas do Mundo. Neste capítulo, há que reconhecer que a contribuição do continente africano não está largamente explorada, pois não foram ainda desenvolvidas, ao limite máximo das possibilidades do seu rendimento, as fontes aproveitáveis de matérias-primas essenciais.

O progresso só pode ser obtido a favor da execução de planos de desenvolvimento de larga envergadura, conjecturados por técnicos, cujos resultados devem ser esperados a longo prazo. O programa de iniciativas deve ser precedido de um meticuloso estudo dos multiplos aspectos das condições locais, a fim de que a sua resultante esteja o mais próximo possivel das previsões calculadas, acarretando assim um mínimo de despesas com a sua execução, num justo equilíbrio entre a utilidade e a economia. E' assim indispensável que os planos de desenvolvimento de cada território sejam estreitamente adaptados ao meio, exigindo-se um exacto conhecimento das características das populações, do ambiente em que a sua vida decorre e, ainda, da natureza de todos os elementos que possam constituir obstáculo ao regular decurso de iniciativas a pôr em prática.

Duas grandes causas, entre outras, têm sido apontadas como factores que têm obstado ao desenvolvimento dos territórios: os inconvenientes das condições de vida dos povos (particularmente as derivadas do seu «déficit» de educação e cultura) e os prejuizos causados pelas endemias tropicais no homem e nas espécies animais uteis.

A investigação tem a seu cargo um importante papel na dissecação dos componentes dos meios físico, biológico e humano, estabelecendo as bases lógicas do aproveitamento, modelação e correcção do que for necessário, de modo a que os problemas, ao serem postos em equação no sentido de obter uma solução mais viável e prática, encerrem um numero de incógnitas reduzido á sua expressão mais simples.

O Centro de Estudos da Guiné portuguesa é justamente um organismo que tem como objectivo tal empreendimento: o estudo dos problemas que possam contribuir para o melhor conhecimento do território, permitindo assim que o progresso venha a constituir uma realidade, á custa do mínimo de inconvenientes.

Foi criado em 1946 pelo então Governador Sarmento Rodrigues e, até hoje, dentro da limitação imposta a tudo o que inicia os primeiros passos, não iludiu as esperanças que primitivamente nele se depositaram. A sua finalidade já foi amplamente definida:

«Os objectivos do Centro de Estudos da Guiné, a par da direcção do Boletim cultural e da organização e manutenção do Museu, tem uma finalidade cuja resultante se pode resumir em fomentar a investigação sob todos os prismas em que decorre a vida do território e a elevação do seu nível cultural, promovendo realizações que, pela sua essência, cedo ou tarde concorrerão para o progresso da Guiné sob muitos aspectos».

E tem sido em obediência a tal programa que o Centro de Estudos da Guiné vem mantendo a

(Continua na 7.ª pág.)

Árvores frondosas, magníficas estradas, grandes carregamentos de amendoim — eis uma síntese da Guiné

ULTRAMAR

O LEVANTAMENTO GEO-HIDROGRÁFICO

PROSSEGUE COM INTENSIDADE

APESAR DAS ARDUAS CONDIÇÕES EM QUE SE DESENVOLVE

PELO 1.º TENENTE

Manuel Pereira Crespo

Pela portaria n.º 12.275 de 4 de Fevereiro de 1948, a Missão Geo-Hidrográfica da Guiné foi reorganizada, ficando, a partir dessa data, constituída exclusivamente por pessoal da Armada.

A' Missão compete o levantamento geográfico e hidrográfico da Guiné Portuguesa.

O Ministério da Marinha cedeu para o levantamento hidrográfico a antiga canhoneira «Mandovi», que por conta do mesmo Ministério foi mandada transformar e equipar no Arsenal do Alfeite.

Este navio chegou a Bissau em Fevereiro de 1948, iniciando-se, então, os levantamentos hidrográficos.

A Missão depende técnicamente da Junta das Missões Geográficas e de Investigações Ultramarinas. O seu orçamento é dotado pelo Ministério do Ultramar e pelo Governo da Província. O Ministério da Marinha satisfaz os encorgos do pessoal e do material do navio, como se o mesmo estivesse em serviço de soberania.

A Missão é constituída por 10 oficiais, 5 sargentos e 23 praças. Os oficiais agrupam-se em quatro brigadas: de mar, de portos, de geodesia e de cartografia. Para a fotografia aérea é formada uma nova brigada constituída por 2 oficiais e um mecanico.

Condições em que a Missão trabalha

No que se refere á geografia, a Missão encontrou uma região sem acidentes orográficos e coberta de uma densa e alta vegetação. Na parte continental existe uma boa rede de estradas e numerosos caminhos indígenas. Qualquer incursão para o interior, porém, tem de ser feita á custa de morosas e trabalhosas picadas. A zona insular é muito vasta e compreende as numerosas ilhas do Arquipélago de Bijagós e as que se estendem ao longo do litoral da província.

Estas ilhas, que práticamente não possuem estradas, são cobertas também de densa vegetação.

O litoral, tanto nas ilhas como na zona continental, é formado, normalmente, por uma profunda zona de mangal que em preia-mar fica parcialmente coberta de água. Ao mar do mangal estendem-se, por vezes, grandes zonas de lodo, que só em baixa-mar descobrem.

Quanto á hidrografia, tem esta Missão a considerar uma linha de costa muito extensa. As profundidades são baixas e irregularmente distribuídas. Os baixios constituindo perigos para a navegação são numerosos. As marés têm grandes amplitudes e as correntes de maré são impetuosas. Não existem pontos conspícuos no litoral, com excepção de uma ou outra árvore que se destaca mais nitidamente na mancha do arvoredo. Desde os canais que separam as diversas ilhas ou que penetram na zona continental, até muitas milhas ao mar da costa marítima da Guiné, as profundidades têm valores muito pequenos, o que obriga a empregar uma malha de sondagem muito apertada em todos os locais.

No que se refere ás condições climatéricas, a época das chuvas, que vai de Julho a Novembro, com chuvas quase permanentes e tornados frequentes, não permite qualquer trabalho de mar ou de campo. Na época seca, há que contar com a «bruma seca», que por vezes, durante semanas seguidas, limita a visibilidade a poucos quilómetros.

Como consequência da acção do vento e das correntes de maré, surge o «marão», vaga curta e desencontrada, que frequentemente não permite a sondagem em pequenas embarcações durante muitas horas do dia.

Finalmente, há a considerar a acção do clima no pessoal. Infelizmente, este não vai trabalhar nas coloridas e progressivas povoações da Guiné, mas sim no mangal denso, onde o mosquito e a mosca do sono abundam, no lodo, onde o homem se enterra até ás coxas, ou nas picadas abertas na densa floresta, com temperaturas de 70º.

Como consequência das duras condições do trabalho, até Janeiro próximo 85% do pessoal da primitiva guarnição desta Missão será substituído, quase todos por motivo de saude ou de fadiga. 25 % daquele pessoal foi mandado recolher á Metrópole, com urgência, por indicação da Junta de Saude.

Não houve um só caso de destacamento por conveniência de serviço ou por medida disciplinar.

Triangulação principal

Tencionamos estabelecer uma rede de figuras fechadas que cortará o território da Guiné de Oeste para Leste, ao sul do Canal do Geba, e que possívelmente será ligada á triangulação da África Ocidental Francesa. Esta triangulação será completada por um outro troço que percorrerá o litoral da província, o qual está já executado, desde a fronteira norte, em S. Domingos, até á Ilha de Bolama.

A observação e a sinalização são feitas com auxílio de torres Bilby de 37 metros de altura, adquiridas nos E. U. da América. A observação é quase sempre feita de noite, com teodolitos Wild T3.

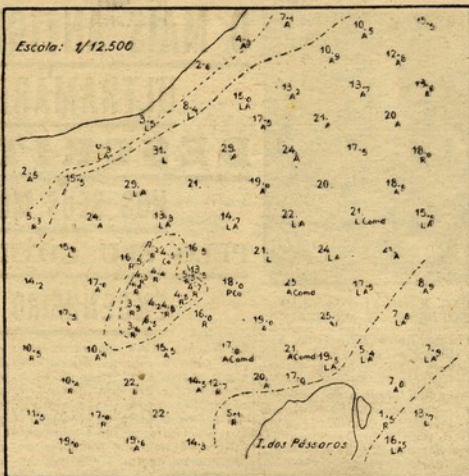
A centralização das torres com os marcos é feita com colimadores verticais Berger. Nos triangulos já observados, o fecho máximo foi de 3"13 e o médio foi de 1"15.

Como lado de partida, adoptamos a base geodésica estabelecida em Bissau em 1945, e como origem as coordenadas determinadas em 1947, por cuidadosas observações astronómicas executadas num dos pilares da base.

Triangulação secundária

Para apoio dos levantamentos hidrográficos foi necessário estabelecer uma triangulação secundária nas margens dos canais ou no litoral das ilhas, visto que a zona do mangal e de lodo não permite transportar aquele apoio da triangulação estabelecida no interior.

Os vértices da triangulação secundária foram estabelecidos nos baixios que só em baixa-mar descobrem, nas rochas que afloram, nos farois e nos raros locais de

(Continua na 23.ª pág.)

Baixo descoberto pela Missão num dos canais que dão acesso ao porto de Bissau. As cartas do Almirantado Inglês indicavam naquele local fundos de 20 metros. Ao baixo foi dado o nome de António Pescarias, em memória do 1.º telegrafista da guarnição do N. H. «Mandovi», falecido em 1948, ao serviço da Missão

Pormenor do acampamento da Brigada de Geodesia na Ilha de Bissau

OS SERVIÇOS DE SAUDE

TORNAM-SE CADA VEZ MAIS EFICIENTES

PELO

Dr. Ruy Randolfo Roncon

Chefe dos Serviços de Saude

No dia em que o Governador da Província, engenheiro Raimundo Serrão, completava dois anos do seu fecundo Governo, relembrava eu uma frase da lição pronunciada no Instituto de Medicina Tropical pelo actual titular da pasta do Ultramar, comandante Sarmento Rodrigues: «As coisas, por lá, vão caminhando cada vez melhor».

O segundo aniversário da administração do engenheiro Raimundo Serrão não podia passar despercebido, ser indiferente á população da Guiné. Na verdade, desde que assumiu as funções do seu alto cargo, tem pugnado pelo bem-estar dela, melhorando as condições de vida locais e tornando a Província cada vez mais próspera, mais acolhedora, mais saudável, mais apetecida.

No que respeita aos assuntos ligados com a Saude Publica, os seus cuidados são inexcedíveis. Procura suprir todas as faltas, remover todas as deficiências, a fim de tornar os serviços de assistência cada vez mais perfeitos, mais eficientes. Do que resulta poder afirmar-se que são hoje muito reduzidos os perigos provindos da malignidade do clima.

O Hospital de Bissau, de dia para dia, vai ficando melhormente apetrechado. Recentemente, foi nele instalada uma Central Eléctrica privativa para alimentar a aparelhagem dos Serviços especializados de radiologia e radioterápia. A Maternidade passou a funcionar em edifício novo, um pavilhão que inicialmente fora destinado a doentes europeus e que foi adaptado para o fim referido. Possui um coradoiro e dentro em breve vai possuir um pavilhão para alienados, uma enfermaria-prisão, uma sala para cirurgia, um banco de curativos para mulheres, um laboratório de análises, um isolamento e uma sala para a Escola de Enfermagem.

Todos os edifícios existentes dentro do recinto hospitalar receberam beneficiações, ou vão recebê-las: a Farmácia, o Depósito de Medicamentos, a antiga Maternidade, etc.

No interior da Província nota-se idêntico progresso nas coisas ligadas com os Serviços de Saude: Delegacias reconstruídas ou reparadas, novas Enfermarias, novas residências para o pessoal, novos Postos Sanitários. Estes, cada vez em maior numero, estendem-se já por todo o território. Onde os havia provisórios, foram substituídos por definitivos, construídos de alvenaria de pedra ou de blocos de cimento.

Quem se lembra já do velho pardieiro onde funcionava o Posto Sanitário de Bambadinca? No lugar dele ergue-se hoje um pequeno, mas jeitoso edifício.

Estão em conclusão os Postos Sanitários de Sonaco, Contubo, Bigene, Sedengal e Empada.

O problema da falta de acomodações para o pessoal das sedes das Circunscrições Sanitárias começa também a ter solução. Com o concurso da autoridade administrativa, já está em construção, em Teixeira Pinto, uma residência para o enfermeiro. O mesmo acontecerá, no próximo ano, decerto, em Bafatá, Farim, Catió e Mansôa.

Outra obra que merece destacada referência é a Aldeia dos Leprosos, posta a funcionar no dia 28 de Maio ultimo. A ideia da necessidade imediata da sua construção nasceu por ocasião de um bodo aos pobres, realizado na UDIB, pela Cruz Vermelha Portuguesa, sob o patrocínio do Governo. Perante o espectáculo desolador de alguns pobres doentes de HANSEN, o Governador ordenou que se tomassem urgentes providências para concentrar estes doentes em qualquer sítio. Com esse objectivo se deslocou comigo, com o administrador do concelho, Rogado Quintino, e com o agrimensor Lomelino Rodrigues, a Cumura, onde se fizera anos antes uma demarcação para o efeito. Não foi sem grandes canseiras que se localizou o marco n.º 1, cujo rasto o agrimensor perdera!

Escolhido o local, tendo em atenção a proximidade de fontes separadas para os doentes e para o pessoal de enfermagem, e realizados os trabalhos preparatórios — levantamento topográfico, planta, etc. — deu-se início á obra, cuja execução a autoridade máxima da Província acompanhou de perto. Além de seis boas casas para alojar indígenas doentes e duas para alojar o pessoal de Saude, construiu-se um bom Banco para tratamentos. Estão ali hoje internados cerca de quarenta doentes.

Em resumo e para que se possa apreciar a actividade dos Serviços de Saude da Guiné, vamos transcrever alguns numeros extraídos do Relatório dos Serviços de Saude de 1950.

Foram observados e tratados nos Hospitais de:

Bissau	1.799	doentes
Bolama	1.249	»
Teixeira Pinto ...	446	»

Em todas as formações sanitárias foram observados e tratados

(Continua na 23.ª pág.)

Enfermaria mista de Bafatá

GUINÉ PORTUGUÊS

O vigoroso balanta, que faz mover a jangada de Nhacra atesta bem a superior compleição física da tribo

PRECISAMOS DE PRODUZIR MELHOR
E TAMBÉM MAIS VARIADO
—AFIRMA O GOVERNADOR DA PROVÍNCIA

(Continuação da 5.ª pág.)

cupa o Governo e todos os que nesta Província labutam é a grande diferença entre os preços por que nós podemos pagar as oleaginosas, aos indígenas, e aquele por que lhes pagam além-fronteira: essa diferença chega a atingir a proporção de um para dois. E' este um aspecto interessante e presente da economia da Guiné, com certa acuidade, pois ele conduz-nos á diminuição da produção da principal riqueza da Província, quer porque o indígena vai vender o seu produto lá fora pelo dobro do que lho pagam na sua terra — o que acontece menos vezes — quer porque o próprio indígena, na época das sementeiras, se desloca para o estrangeiro onde lhe dão terras, sementes e lhe pagam as colheitas por melhor preço — isto é o que acontece mais vezes — e é pior. O problema tem aspecto grave, tanto para a Guiné como para a Metrópole, pois baixando mais ainda a produção — ela já desceu de cerca de 44.000 para 30.000 toneladas — á Guiné está reservado um mau futuro económico, e á Metrópole pode faltar o principal fornecedor de oleaginosas com prejuizo dos industriais e dos consumidores.

E acrescenta:

— Precisamos de ir para o equilíbrio; ou o estrangeiro baixa os preços de compra das oleaginosas aos indígenas, até aproximadamente os nivelar com os nossos ou nós os temos de aumentar para conseguir os mesmos fins.

Temos de aproveitar bem os braços dos 508.000 habitantes da Guiné — cerca de 14 habitantes por quilómetro quadrado — dos maiores índices da África, e não deixar que eles nos fujam a favor de estranhos; naqueles 36.125 quilómetros quadrados — superfície da Província — há muita terra ainda virgem de trabalho humano.

Prometedoras possibilidades de exportação

— O produto ou antes os produtos com mais prometedoras possibilidades de exportação — diz-nos ainda o sr. Governador da Guiné — são os que constituem as oleaginosas — amendoim, coconote e óleo de palma, para não falar noutros de reduzida produção. Têm estes produtos possibilidades de exportação para a Metrópole, sempre, pois são necessários ao consumo das suas populações e, porque a Guiné é a maior produtora destas oleaginosas das províncias ultramarinas de Portugal, interessa á Mãe-Pátria não perder este alfobre de satisfação das suas necessidades.

O problema dos transportes

— De uma maneira geral, os transportes actuais permitem a arenagem, sem dificuldades, dos produtos para os portos?

— Todos os produtos que a terra pródiga da Guiné nos oferece, fácilmente são canalizados para os portos. O seu transporte faz-se através de duas vias: a ordinária e a fluvial. Portanto, em viaturas motorizadas e em barcos a motor ou á vela. Graças ao grande numero de vias navegáveis, utiliza-se, de preferência — sempre que é possível — o transporte de produtos do interior, ou de portos de segunda ordem, pela via aquática, para os portos principais. Acrescente-se que os portos principais sãos os de Bissau — capital da Província, desde 1941 — e de Bintã, este sobre o rio Cacheu, onde os barcos de longo curso não podem chegar desde há anos. Temos ainda o magnifico porto natural de Bolama onde podem chegar os maiores navios, mas que, no presente, só precisa de ser visitado por estes duas ou três vezes por ano, dado o pequeno movimento comercial da antiga capital.

Centro de Estudos da Guiné

As comunicações

— A Guiné possui as necessárias estradas ou precisa ainda de aumentar a rede das que existem?

— Não há necessidade de aumentar a rede de estradas, pois a sua malha é bem apertada na Guiné. E' preciso esclarecer que o grosso dos transportes faz-se pelos rios, canais e esteiros e ao longo da costa, em direcção aos portos principais. São grandes vias fluviais, na Guiné, os rios Geba e Cacheu, que servem os principais portos que indiquei: Bissau e Bintã. A tonelagem transportada pelo Geba entre Bissau-Bafatá-Bissau — representa cerca de dois terços do movimento total das mercadorias importadas e exportadas.

— Como vê — acrescenta — não há necessidade de aumentar a rede de estradas — a não ser na abertura de pequenos troços a servir regiões produtoras. No entanto, toda a população anseia por que sejam melhorados os seus pavimentos, tarefa difícil e cara em terras de África. Apesar disso são melhores que as de outra Província que conheço e muito melhores que as dos nossos vizinhos. Facto curioso: na Guiné, no tempo das chuvas, é quando as estradas são menos maçadoras — vai-se a toda a parte — ao passo que, no tempo seco, se formam «cremalheiras» que incomodam as pessoas e danificam as viaturas.

Maior necessidade temos de cuidar das condições de navegabilidade dos rios, pois em troços importantes, como entre Bogotá e Bambaduica, no Geba é-se obrigado a reduzir a carga transportável no mesmo barco; é problema importante que requer estudo próprio e para seu início já foi á Guiné um distinto engenheiro do Ministério das Obras Publicas.

Tem-se continuado na política de construção de pontes e pontões de carácter permanente com o fim de acabar com as «ratoeiras» e os perigos que nos ofereciam as pontes provisórias concluídas sem cuidados nem técnica.

A Guiné precisa de Caminho de Ferro?

Abordamos a eventualidade da construção de um caminho de ferro na Província. E o sr. engenheiro Raimundo Serrão diz-nos:

— A resposta é difícil; todos dirão que precisa, mas a verdade é que uma via de transporte desta categoria só se assenta quando indiscutível e provadamente se justifica.

A meu ver, quanto á Guiné, própriamente, a sua construção só se justificaria se jazigos minerais fossem descobertos em condições económicas de exploração, longe dos rios navegáveis e que exigissem a exportação de milhares de toneladas de minério até ao porto de embarque. A Guiné

(Continua na pág. seguinte)

FINALIDADE CULTURAL
DO CENTRO DE ESTUDOS

(Continuação da 5.ª pág.)

continuidade da sua obra tão criteriosamente compreendida pelos seus membros e superiormente acarinhada pelo seu fundador e pelo actual Governador, engenheiro Raimundo Serrão.

Pretende-se apenas com tal afirmação fazer justiça á actividade do Centro de Estudos, a qual é atestatada por factos representados pela publicação regular do Boletim cultural, cujo ultimo numero saído é o 21, e de catorze monografias sobre assuntos diversos: a destacar, etnografia, linguística, história, medicina humana e veterinária, etc.

Ligados ao Centro de Estudos estão o Boletim cultural e o Museu. Aquela publicação destina-se a «estimular a actividade cultural da Guiné; a aperfeiçoar sucessivamente os trabalhos de carácter técnico de modo a atingirem nível superior; promover o melhor conhecimento da Guiné e a propaganda dos seus valores e acontecimentos, e constituir um laço de união entre a Metrópole e outros territórios, facilitando assim o intercambio científico entre os diversos territórios africanos».

A divulgação de trabalhos com carácter de investigação ou de observação directa, abordando temas que digam respeito á Guiné ou que com ela estejam intimamente relacionados, tem assim cabimento nas secções do Boletim, compreendendo: trabalhos originais, arquivo histórico, crónica da Província, economia estatística, notas e informações e livros e publicações.

O Museu da Guiné, se considerarmos a sua importante finalidade educadora e cultural, não está ainda em funcionamento na presente data; a sua organização tem sido preterida por outras realizações de carácter mais urgente e necessário, de modo que apenas parcialmente foi possível tornar realidade uma pequena parte do que foi projectado.

Se a finalidade do Centro de Estudos é de grande envergadura não têm sido menores o interesse, a boa vontade e mesmo o espírito de sacrifício daqueles que têm contribuído para tais resultados. E para o mostrar basta dizer que os seus membros são, principalmente, funcionários, que, sem qualquer recompensa e assoberbados pelos seus serviços de rotina dentro dos quadros a que pertencem, têm dado o seu incondicional concurso e proveitoso labor. Daqui vem resultando o melhor conhecimento «das coisas e das gentes» da Guiné e, ao encararmos num futuro próximo as iniciativas que o progresso condiciona a cada passo, estamos melhor preparados para lhe dar mais pronta e lógica execução ou, pelo menos encontram-se realizados alguns trabalhos preparatórios que indubitávelmente facilitam o êxito.

E, assim, a contribuição do Centro de Estudos, como um dos pilares do progresso da Guiné, não deixa de ser apreciável se entrarmos em linha de conta com as condições em que se tem procurado dar cumprimento a iniciativas projectadas.

FERNANDO S. C. FERREIRA

A nova residência do Governador, em Bissau

ULTRAMAR

(Continuação da pág. anterior)

é sulceda, como se sabe, de vias aquáticas em quase toda a sua área e não há caminho de ferro que bata, económicamente, o transporte em navios. O que me parece que justificava a construção de um caminho de ferro na Guiné era a certeza da sua ligação com o exterior, pelo norte, com o Senegal e Sudão, duas colónias que fazem parte integrante da grande federação que é a Africa Ocidental Francesa. Tenho a impressão de que este caminho de ferro interessaria mais até os nossos vizinhos que a nós próprios, dado que reduzia em muito as suas distancias do mar — no caso ainda mais reduzido se a sua testa fosse em Bagotá, no rio Geba a cerca de doze horas de mar.

O CAMPO DE AVIAÇÃO DE BISSAU E A PONTE DE BAFATÁ SOBRE O RIO GEBA

SÃO AS PRINCIPAIS OBRAS DE FOMENTO PROJECTADAS PARA INÍCIO IMEDIATO

Os serviços aéreos da Guiné

— *A aviação está desenvolvida?*

— *Relativamente. Mais se desenvolverá, porém, no próximo ano, quando for inaugurado o futuro campo de aviação, cujos trabalhos, quanto à pista, foram agora adjudicados a uma firma portuguesa. Tive o prazer de assistir, há pouco, à assinatura do respectivo contrato. Trata-se de uma obra de larga projecção, interna e externa, que a Guiné ficará devendo a quem foi seu mui ilustre Governador e meu admirável antecessor, e é o actual titular da pasta do Ultramar. Era uma das grandes obras consideradas no capítulo «Realizações» pelo Governador Sarmento Rodrigues, o qual, como Ministro não a esqueceu e, logo após a sua posse, se pôs em contacto comigo dando-me conta de que se iria tratar de tudo o preciso para a construção do aeroporto ser um facto no mais curto espaço de tempo. E assim sucedeu.*

E continuou:

— *Na Guiné existem, porém, os serviços oficiais de aeronáutica, dispondo de pouco material, mas com bom pessoal, cheio de boa vontade de produzir o máximo e o melhor. Os serviços oficiais dispõem apenas de dois aviões que óptimos serviços têm prestado e que são um bimotor «Gemini», de quatro lugares, e um biplano «Tiger» cedido, há anos, pelo Ministério da Guerra. Bem precisam de ser substituídos; os seus «palmarés» são brilhantes.*

Abrimos ùltimamente grande número de pistas de aviação nas sedes de postos administrativos, nas ilhas isoladas e nas do arquipélago de B i j a g ó s. P e l o último 2 8 d e M a i o inaugurei oito destes campos de aviação rudimentares. Ainda no que diz respeito à aviação, foi criado em princípios de 1950 o Aero Clube da Guiné com os melhores auspícios. Formou-se a escola de pilotos em meados deste ano, os quais dentro em pouco passaram a sulcar os céus da nossa Guiné.

Carreiras regulares de aviação

O sr. Governador da Guiné prosseguiu nas suas interessantes declarações:

— *Graças ao Aero Clube e principalmente ao seu presidente e chefe dos Serviços de Aeronáutica, que tem sido o instrutor dos novos pilotos, foi possível, a partir de Junho de 1950, estabelecer carreiras regulares internas na Guiné, ligando a capital com todas as sedes das suas circunscrições, o que permitiu levar o correio aéreo aos seus destinos com a maior rapidez. Além destas carreiras regulares, os aviões do Aero Clube são bastante utilizados no transporte de passageiros, para o efeito fretados pelos interessados. As ligações aéreas com a Metrópole só serão eficazes e regulares, quando concluído o campo de aviação de Bissau, cujas obras, como disse, vão ser iniciadas dentro em pouco — ainda no corrente ano. Efectivamente, só então os aviões das linhas de longo curso podem aterrar na Guiné, particularmente os aparelhos nacionais dos T. A. P., que hoje apenas vemos passar sobre as nossas terras. No presente, embora sem uma pista obedecendo a todas as condições técnicas, temos ligações aéreas com a Metrópole — e o Mundo exterior — duas vezes por semana; no tempo seco vão à Guiné os aviões «Dakota» da «Air-France» que partem uma vez por semana de Dacar, regressando no mesmo dia; no tempo das chuvas, este avião não vai a Bissau, mas os nossos vão a Ziguinchor — próximo da nossa fronteira norte — estabelecendo ligação com os aparelhos franceses.*

Com as colónias vizinhas possuímos a ligação indicada com Dacar — capital da A. O. F. — e pelos nossos aviões, quando preciso, com a Gambia Inglesa — Bathurst — e também com Dacar.

Os principais portos da Guiné

Referindo-se ao valor dos portos da Província, o sr. Governador informa-nos:

— *Como já disse, os principais portos são Bissau e Binta; aquele no rio Geba, e na Capital, e este no rio Cacheu, numa povoação que nem centro comercial é, mas que oferece óptimas condições para servir os navios de longo curso que ali vão carregar oleaginosas, infiltrando-se pela Guiné dentro em cerca de cem milhas. Em Bissau está em construção uma ponte-cais, que se deverá concluir até ao fim de 1952 e que constitui a obra de mais elevado custo até hoje realizada na Guiné: cerca de 30.000 contos.*

Aspectos do problema da instrução na Guiné

Os problemas da educação e da instrução merecem o maior interesse ao sr. engenheiro Raimundo Serrão, que nos afirma:

— *O principal, ou antes o mais recente probema da instrução resolvido na Guiné, foi o da oficialização do ensino secundário, em Abril de 1950, com a concomitante criação, em Bissau, de um Colégio-liceu com características de particular, mas gerido por uma comissão administradora nomeada pelo Governo. Já nos dois ultimos anos lectivos se realizaram pela primeira vez na Guiné exames dos 1.º e 2.º ciclos do liceu. Para o efeito, ali se deslocaram para completarem e presidirem aos respectivos juris seis professores da Metrópole; a ida destes professores e de outros que em anos seguintes se sucederam, constitui um programa de propaganda do nosso Ultramar nas escolas do País, e nisto reside, a meu ver, uma das virtudes desta realização. Até então — 1949 — os residentes na Guiné — naturais ou não — tinham de mandar seus filhos a Cabo Verde ou à Metrópole a fazer os seus estudos liceais; é de crer que muitos não podiam arcar com as despesas a que tais deslocações obrigavam.*

A esta pergunta, o sr. Governador da Guiné, responde-nos:

— *As relações com a Metrópole correm paralelamente às suas necessidades e aquilo que a Guiné pode produzir e interessa ao comércio ou industria da Metrópole, destinado à alimentação ou ao bem-estar das populações. Efectivamente, a Guiné compra na Metrópole tudo que aqui se produz e ali se consome e, inversamente vende-lhe tudo que produz o seu solo e interessa à Metrópole.*

— *Quanto às relações com as restantes províncias ultramarinas — diz-nos o nosso entrevistado — de certo vulto, apenas existem com a vizinha província de Cabo Verde, a única afinal com quem temos comunicações regulares por intermédio dos barcos da «Sociedade Geral», que periòdicamente, duas vezes por mês, ligam a Metrópole com Cabo Verde e Guiné; outras vezes, tantas quantas as necessárias, barcos extraordinários vão à Guiné atulhar seus porões com oleaginosas indispensáveis à alimentação e à higiene dos portugueses da Metrópole. Raríssimas são as relações com S. Tomé e Angola e, com os restantes domínios ultramarinos, são totalmente nulas.*

«As relações económicas com as colónias vizinhas, só se efectuam através da fronteira norte entre a nossa circunscrição de S. Domingos e a administração de Ziguinchor, cujas sedes estão separadas por cerca de 20 quilómetros. Além do transporte em aviões, que já citei, há em exploração entre Bissau — capital da Guiné — e Ziguinchor, distanciados de cerca de 200 quilómetros, duas carreiras de ambulancias postais por semana. Também com Bathurst — Gambia — e Dacar na A. O. F. estão estabelecidas relações comerciais, em geral por intermédio de navegação feita com barcos de armadores da Guiné.

As principais obras de fomento projectados ou em plena realização

O sr. engenheiro Raimundo Serrão fala-nos, a seguir, dos grandes problemas de fomento da sua província:

— *Como obras de fomento projectadas mas para início imediato temos — como já dissemos — as do Campo de Aviação de Bissau, em Bissalanca a cerca de 2 quilómetros da Capital. Projectada também está a ponte sobre o rio Geba em Bafatá, de certa grandeza e volume. Em plena realização, temos a ponte-cais de Bissau, que permitirá a atracação dos navios de longo curso, que subam o Geba para os seus movimentos de carga e descarga de mercadorias. Também em plena realização se acham as obras da ponte de Ensalma, sobre o canal que separa a ilha de Bissau do Continente — que tornará possível acabar com o flagelo constituído pela jangada logo a dez minutos da saída da Capital. Esta obra que não é a mais importante materialmente falando, é, no entanto, a mais simpática a todos, porque para todos ela é feita e dela todos se podem servir, pelo seu próprio pé ou de carro, em vez de em jangadas ou em canoas. E há dezenas de anos que os habitantes da Guiné — principalmente de Bissau — anseiam por este melhoramento, tantas vezes prometido, estudado e projectado e que só agora — dentro de meia duzia de meses — vai ser uma realidade. Todas as obras projectadas e em realização que acabo de citar devem-se à vontade forte do que foi meu antecessor e é actualmente ilustre Ministro do Ultramar, o sr. capitão-de-fragata Manuel Maria Sarmento Rodrigues. As obras em execução foram iniciadas, com o lançamento da primeira pedra nas vésperas de S. Ex.ª ter deixado a Guiné pela ultima vez, em 8 de Julho de 1948. Como obras em execução com início há muitos anos — aí por 1927 — mas com várias interrupções, temos o Palácio do Governo, em Bissau, que se deve concluir — finalmente — dentro do primeiro semestre do próximo ano.*

E deixe-me terminar sem falar nas obras presentes, porque entre estas sempre em maior número, e as projectadas, vai uma grande distancia, distancia maior ainda em relação às que vêm a ser executadas.

Os Serviços de Saude

Os Serviços de Saude são sempre um dos grandes problemas a encarar em qualquer território africano. O Governador da Guiné não o descurou. E diz-nos:

— *A assistência sanitária ao indígena na Guiné faz-se por forma intensa e extensa. A ocupação sanitária realiza-se em malhas apertadas, sendo em muito maior numero os postos sanitários que os postos administrativos. Os Serviço de Saude têm procurado melhorar e aumentar as suas instalações, nomeadamente no hospital Central de Bissau que é já um estabelecimento de primeira ordem; por toda a Província se estão a erguer novos edifícios para postos sanitários em substituição dos antigos de materiais rudimentares. No hospital de Bissau temos em construção um pavilhão para internamento de loucos e presos e outro para Banco.*

Ao lado dos Serviços de Saude, temos a «Missão de Estudo e Combate da Doença do Sono» que está levando a cabo uma obra notável no sentido de pesquisar o numero de doentes desta terrível mal. Está feita quase a prospecção total da população indígena e cerca de dois mil doentes encontram-se em tratamento. Caminha-se com entusiasmo para reduzir ao mínimo o numero de doentes já que só muito ao longe se poderá divisar completo extermínio do mal. Também se começou há pouco a combater, por intermédio dos Serviços de Saude, outro mal: a lepra; e, dentro em breve, este combate será ainda mais eficaz após a ida à Guiné de uma missão de médicos especializados que o sr. Ministro do Ultramar resolveu ali mandar para estudar «in loco» a doença e os doentes.

Os indígenas de Africa são senhores de um manancial de endemias que exige muito pessoal e dinheiro para ser debelado. Na Guiné muito se tem trabalhado a bem da saude do indígena; se mais não se pode avançar, deve-se ao facto do quadro de médicos estar incompleto; precisamos de mais médicos de medicina geral e de especialistas.

As manifestações de política do espírito

Com toda a gentileza, o Governador Raimundo Serrão responde-nos ainda sobre a pergunta relativa ao desenvolvimento cultural na província:

— *A maior manifestação de política do espírito apresentada pela Guiné, reside na existência do Centro de Estudos, fundado em 1946, pelo sr. Governador Sarmento Rodrigues. A sua criação levou ao aparecimento de um bom numero de estudiosos que têm apresentado numerosos trabalhos em Congressos e Conferências, quer em Bissau, quer no estrangeiro, onde a Guiné condignamente se tem feito representar. Trimestralmente publica o Centro de Estudos o seu Boletim Cultural que é um repositório de trabalhos que os estudiosos têm arrancado dos arquivos. E' uma revista deveras interessante. Também, ainda anexo ao Centro de Estudos, existe o Museu da Guiné destinado à guarda e conservação de todas as relíquias e assuntos que interessam à província.*

A actividade desportiva

Por ultimo o sr. engenheiro Raimundo Serrão refere-nos a actividade desportiva na Guiné:

— *Com a criação, há anos, do «Conselho de Desportos» a vida desportiva na Guiné animou bastante e principalmente disciplinou-se graças ao aparecimento daquele organismo directivo. Bissau viu construir-se no seu «chão» umas bancadas no estádio, que havia de chamar-se de Sarmento Rodrigues, como outras melhores não conheço em terras da nossa Africa; no mesmo estádio se encontram três belos campos de ténis e outro com paralelepípedos de madeira, para o hoquei em patins. Até 1949, tivemos relações com as Colónias vizinhas, em futebol e ténis, tendo os nossos desportistas vencido nas duas modalidades as selecções de Dacar e Bathurst; desde então, a pretexto de não estarmos filiados na Federação Portuguesa, os nossos vizinhos têm-se recusado a medir forças com os desportistas da Guiné. Fazem-se campeonatos regionais e o provincial, disputando-se taças valiosas com regulamentos apertados; é grande o entusiasmo na Guiné pelos desportos, oferecendo belo aspecto as bancadas do «Estádio Sarmento Rodrigues», durante as pugnas onde uma multidão animada acompanha as competições.*

E a terminar, diz-nos ainda o sr. engenheiro Raimundo Serrão:

— *Já que estou na Metrópole não quero deixar de, deste lugar, recordar todos os que vivem ou estão ligados por qualquer forma à simpática Província da Guiné, para lhes assegurar que o meu pensamento e os meus passos estão sempre ao Serviço da parcela do Território Nacional, que me honro de Governar, a todos, sem distinção de cartas, raças ou credos mando daqui uma palavra amiga e de «até breve».*

Obras do porto de Bissau

ARTE FULA — *Rabequista*

GUINÉ

DENTRO DE DOIS A TRÊS ANOS
A PROVÍNCIA ESTARÁ APETRECHADA
PARA TRANSFORMAR E VALORIZAR OS SEUS PRODUTOS AGRÍCOLAS

— afirma o engenheiro-agrónomo Francisco Roncon
Inspector do Comércio Geral

Na Guiné, a individualidade indicada para nos fornecer elementos para exacta apreciação do problema agrícola e comercial da produtiva Província, é o engenheiro-agrónomo sr. Francisco Roncon, ilustre chefe dos Serviços Agrícolas e Florestais, Inspector do Comércio Geral e presidente da Comissão Reguladora de Preços.

A' nossa primeira pergunta — possui a Guiné boas condições para exploração agrícola? — o distinto técnico, disse-nos:

— Afoitamente se pode afirmar que os terrenos da Guiné têm as melhores condições para as culturas mais diversas. Nas regiões de Catió, Fulacunda, Mausoa e uma parte de Cachu, Bafatá e Bissau, predomina a cultura de arroz nas terras denominadas «bolanhas», e que abrangem a zona do litoral; nas áreas das Circunscrições de Bafatá, Farim e Gabu predomina a cultura de amendoim, um dos produtos de exportação de maior valia. A mesma leguminosa é também cultivada nas restantes áreas da Província, embora em menor escala; o coconote é produzido especialmente nas regiões de Bijagós, Cacheu, São Domingos, Catió e parte de Fulacunda.

Existem outras culturas de valor económico considerável e, entre elas, há a destacar as de borracha, sumauma, mandioca, gergelim, coleiras, mel, etc.

O aspecto agrícola da Província reune condições para se praticar nalgumas regiões, como Bafatá e Gabu, a cultura de algodão, cultura que os Serviços Agrícolas, a solicitação da Junta de Exportação de Algodão Colonial, está ensaiando na presente campanha agrícola.

— E qual o destino da produção agrícola? — insistimos.

— Todos os produtos são exportados para a Metrópole e países estrangeiros. Com excepção de amendoim, coconete e óleo de palma, cuja exportação está controlada e condicionada pelos Governos da Metrópole e da Província, os outros produtos podem ser exportados livremente. A Província da Guiné tem de exportar, anualmente, para a Metrópole 75 por cento da sua produção de amendoim, 60 por cento de coconote e 1.000 toneladas de óleo de palma. A restante parte da produção dos géneros referidos pode ser exportada para o estrangeiro.

A plantação de árvores de fruto

Procurámos saber se não existem outras culturas com possibilidade de desenvolvimento, ao que o nosso entrevistado prontamente respondeu:

— Em quase todas as regiões da Província está disseminada a cultura de citrus, mangueiras, abacate, jaca, caju, etc.

Os Serviços Agrícolas têm distribuido todos os anos centenas de árvores de fruto para as diversas áreas da Província. Também se têm vendido aos diversos agricultores civilizados enxertos das mais variadas árvores de fruto. A distribuição que tem sido feita deve provocar dentro de breves anos uma maior produção de fruta, bem necessária para o consumo da Província.

Nos ultimos dois anos agricolas saíram dos viveiros dos Serviços Agrícolas cerca de 3.500 laranjeiras, 2.900 tangerineiras, 500 torangeiras, 400 mandarineiras, 500 limoeiros, 150 cidreiras, 5.000 mangueiras de variedade «Pimentel», outras tantas de origem da Serra Leoa e 500 das variedades da India «Malcurada», «Afonsa» e «Fernandina».

Por outro lado, os Serviços Agrícolas têm feito também nos ultimos dois anos a distribuição de sementes seleccionadas de amendoim e arroz, com o intuito de aumentar as nossas produções, como também para melhorar a qualidade dos produtos obtidos e a exportar.

Assim, na área de Bafatá foram distribuídas 360 toneladas de amendoim, 300 em Farim, 175,5 em Gabu, em Fulacunda 5,2 toneladas e em Cacheu 71 toneladas; para a área de Catió, 10 toneladas de arroz para semente das melhores variedades, a acrescentar as quantidades já existentes nos celeiros administrativos e para os efeitos de distribuição.

Eng.º-agrónomo Francisco Roncon

As quantidades de arroz para semente que existiam nos celeiros de Mansoa, Fulacunda, Catió e Bafatá eram um total mínimo de 400 toneladas.

— E quanto a numeros indicativos das produções?

— Não há dados estatísticos seguros quanto ás produções, visto que a quase totalidade da produção pertence aos agricultores indígenas e estes nunca indicam com segurança e verdade a existência dos seus produtos.

Pode-se no entanto calcular que a produção de amendoim deve oscilar entre 36 a 45.000 toneladas; 13 a 18 mil toneladas de coconote; 60.000 toneladas de arroz; 500 a 600 mil couros e 180 a 250 toneladas de cera.

Industrias para a transformação de oleaginosas

A' pergunta que logo se apresentou como corolário do assunto da conversa — existem industrias para a transformação das oleaginosas? — o eng. Francisco Roncon respondeu:

— Nos ultimos dois anos foram instaladas a fábrica de extracção de óleo de amendoim (Bissau), pertencente á firma A. Figueira & C.ª, Ld.ª; em Cacine (Catió) foi instalada uma fábrica de descasque de coconote e extracção de óleo de palma pertencente a José António Pinto Basto; e em Cacheu idêntica instalação está em pleno funcionamento, pertencente aos Serviços Agrícolas e entregue á respectiva autoridade administrativa.

Brevemente serão inauguradas grandes instalações fabris, pertencentes á Sociedade Comercial Ultramarina e em que ficarão incluídas industrias de descasque de arroz, extracção de óleo e transformação de outros géneros produzidos na Província.

Após a instalação das industrias referidas, a valorização dos nossos óleos é um facto. O óleo de amendoim produzido em Bissau é muito apreciado pelo consumidor e o seu preço é inferior ao que se importa da Metrópole. Para a próxima campanha, a fábrica em questão poderá evitar a importação de óleo de amendoim. As outras instalações também concorrem para valorizar os nossos produtos oleaginosos.

Uma viçosa várzea de arroz, em Bor, nos arredores de Bissau

Como vê, o passo dado é seguro e prometedor. A iniciativa particular vai-se acentuando de uma forma decisiva, confiante no futuro económico da Província. E pode-se afirmar, sem receio de errar, que, dentro de dois ou três anos, a Província estará apetrechada com os melhores elementos para transformar e valorizar os seus produtos agrícolas e em especial as oleaginosas e o arroz.

A riqueza das essências florestais

— E é importante a riqueza das essências florestais?

— Existem na Provincia algumas muito apreciadas e de superior qualidade.

Predominam, por exemplo, o Bicilão, conhecido também por mogno (Khaya Senegalensis), Pau conta (Afzelia Africana), Pau bicho (Chlorophora excelsa). Pau sangue (Pterocarpus erinaceus) e Mancone (Erythrophlum guineense); além de outras de menor importancia e que também são empregadas na marcenaria.

Nos ultimos anos, por as nossas essências florestais estarem valorizadas e com boas cotações nos mercados metropolitanos e estrangeiros foram atribuídas muitas concessões em diversas regiões da Província. Todas as instalações estão munidas de serras mecanicas e outro material necessário e a madeira exportada apresenta sempre boas condições de aproveitamento, quer para o fabrico de mobiliário, quer para ser utilizada nas construções.

Abordámos, em seguida, a situação económica da Província, cuja exportação, referida aos principais produtos, evoluiu de 1945 a 1949 pela forma seguinte:

Ano	Quantidades	Valores
1945	57.449.818	90.787.283$
1946	45.725.806	90.485.074$
1947	107.095.278	60.368.457$
1948	56.452.407	127.380.423$
1949	67.883.941	159.698.838$

A exportação supra — acrescenta o nosso interlocutor — destinou-se tanto á Metrópole, como ás Províncias ultramarinas e ao estrangeiro.

Não foram ainda publicados os mesmos elementos, referentes ao ano de 1950. Não obstante, com o amável intuito de satisfazer os desejos do «Diário Popular», o nosso entrevistado revelou-nos as quantidades exportadas pela Guiné no ano transacto e nos oito primeiros meses do ano em curso, das quais destacamos os numeros relativos á Metrópole:

MERCADORIAS	EXPORTAÇÃO PARA A METROPOLE 1950	1951
Amendoim	26.917.005	18.224.646
Coconote	9.984.282	4.668.732
Oleo de palma	1.023.003	435.191
Purgueira	13.015	2.886
Gergelim	4.434	583
Arroz	1.643.636	269.730
Farelo de arroz	4.422	7.004
Cêra	208.367	27.374
Couros	403.705	302.755
Mel	14.616	—
Borracha	80.131	487.361
Madeira serrada	229.692	323.700
Madeira em bruto	699.515	2.265.875

E o sr. eng. Roncon, á guisa de comentário, acrescentou:

— Para melhor apreciação da desafogada vida económica da Província, basta citar que a balança comercial se encontra relativamente equilibrada.

Os numeros constantes do mapa a seguir mostram á evidência que a Guiné entrou numa fase de aumento de riqueza, factor este importante para o seu desenvolvimento global:

Anos	Importação	Exportação
1930	31.385.797	35.831.110
1935	26.066.540	28.925.020
1940	27.863.893	49.407.264
1945	82.544.223	93.641.421
1948	185.161.653	129.114.226

Finalmente, analisemos o movimento comercial, que se reproduz no mapa seguinte:

	1948	1947	1946
COMERCIO GERAL:			
Importação e exportação reunidas	330.352.096	278.735.241	203.722.315
Importação	196.320.537	154.036.540	105.256.435
Exportação	134.031.559	124.698.701	98.535.880
COMERCIO ESPECIAL:			
Importação para consumo e exportação nacional e nacionalizada reunidas	314.275.879	265.774.787	188.697.017
Importação para consumo	185.161.653	145.303.335	95.631.954
Exportação nacional e nacionalizada	129.114.226	120.471.452	93.065.063
TRANSITO INDIRECTO E DIRECTO:			
Total	4.784.230	4.007.519	5.263.317
Transito indirecto	4.784.230	4.007.519	5.263.317
Transito directo	—	—	—

— Os numeros — comenta o sr. eng. Roncon — dão bem a indicação de que, no ano de 1946, a nossa balança comercial apresentou um «déficit» de 2.566.000$00.

Nos anos seguintes, o desequilibrio foi pouco maior, porquanto os saldos negativos passaram a ser de 24.382.000$00 e 56.047.000$00, respectivamente nos anos de 1947 e 1948.

As facilidades da Metrópole

Quisemos, depois, saber se a Metrópole tem melhorado as condições das exportações dos produtos da Província. Eis a resposta:

— A Metrópole tem promovido, dentro das suas possibilidades, as maiores facilidades e os melhores beneficios no sentido de valorizar os produtos de exportação.

Para a campanha de 1951, foram aumentadas as percentagens atribuídas á exportação para o estrangeiro; os preços mínimos de amendoim, de compra para o indígena, também foram aumentados segundo a distancia e outros factores que pudessem influir não só na aquisição como ainda nas despesas com o transporte até o porto de Bissau ou o de Binta.

(Continua na 23.ª pág.)

HAVERÁ OURO
EM BAFATÁ?

Em maior ou menor escala, na América, Canadá ou Africa do Sul, o ouro surge e muitos são os pontos da vastidão do Globo onde o homem tem procurado conquistá-lo.

Carlos Caetano Costa
Administrador de Bafatá

Está neste caso a Guiné Portuguesa. Na área da circunscrição de Bafatá e no vale do rio Geba existem em muitos locais grandes vestígios de antigas explorações mineiras que consistem em vários poços escavados em rochas, com profundidades variáveis entre 15 e 20 metros. Muitos destes poços estão ligados entre si por galerias subterraneas.

O facto foi verificado por alguns comerciantes de Bafatá que adquiriram já muitos dos locais onde essas minas existem. Até agora, apenas limparam os poços, não chegando a atingir o fundo.

Na tradição indígena não existe qualquer referência a este respeito, se bem que esses povos tenham alguns séculos de existência; mas a provar a antiguidade das minas nasceram dentro dos poços árvores que se podem considerar seculares.

Como não podia deixar de ser, a Administração de Bafatá interessou-se pelo assunto e procedeu a várias pesquisas dentro dos poços. Debaixo de um aterro de 9/10 metros foram encontrados pedaços de panelas e alguns instrumentos metálicos a assinalar a existência de seres humanos dentro dos poços. Nalguns dos locais onde as minas estão situadas existem ainda monumentos (megalitos) e ruínas de antigas edificações, algumas delas parecendo ser estações de lavagem de terras por se encontrarem perto do rio.

Até agora foram já encontrados 12 locais todos no vale do rio Geba, mas é de supor que existam muitos mais.

O aparecimento de todos estes vestígios tem impressionado vivamente a população local, tanto mais que já foram encontradas pepitas de ouro e pedaços de rocha com incrustações auríferas.

Existirá realmente ouro em Bafatá? Tudo parece confirmá-lo

COMÉRCIO E INDÚSTRIA DA GUINÉ
NOUVELLE SOCIÉTÉ
COMMERCIALE AFRICAINE
NOSOCO
Telefone n.º 46
Telegramas: NOSOCO-BISSAU
Caixa Postal n.º 41
SEDE EM PARIS:
33, RUA MIROMESNIL, PARIS, 8.º
Importação Exportação
Sucursais: FARIM-BAFATÁ-BOLAMA
BINTA-BISSORA-OLOSSATO
AGENTES DO LLOYD'S
Principais escritórios de compras:
PARIS—LONDRES—NEW YORK—MANCHESTER—ROTERDAN—HAMBURGO
Representantes exclusivos na Guiné de:
SHELL — PHILLIPS — ELECTROLUX — FRIGELUX — DUNLOPILLO
FOUAD FAUR
IMPORTAÇÃO—EXPORTAÇÃO
COMÉRCIO GERAL
SEDE: BAFATÁ—GUINÉ PORTUGUESA
FEITORIAS:
PITCHE, PAUNCA, BAJICUNDA, BAMBADINCA

ACTIVIDADES METROPOLITANAS EM TERRAS DO IMPÉRIO

ULTRAMAR
GUINÉ

ACTIVIDADES MUNICIPAIS

A VEREAÇÃO

CONTINUA A PÔR O MAIOR INTERÊSSE NO PROGRESSO DA CAPITAL

—diz-nos o Dr. Randolfo Roncon, presidente da Camara

Pela excelente posição do seu porto, que quase monopoliza o m... ento comercial de toda a Província e pelo extraordinário desenvolvimento atingido nos ultimos anos, Bissau é desde 1941 a próspera capital da Guiné Portuguesa, o centro mais florescente dessa primeira colónia, que Portugal fundou em Africa, e da qual os nossos reis tomaram o título de Senhores, depois que Gil Eanes, por ordem do Infante D. Henrique, dobrou o Cabo Bojador, abrindo ás caravelas da Descoberta rotas mais definidas, por onde se havia de alargar o nosso glorioso Império de terras e de almas.

Dr. Ruy Randolfo Roncon

Na marcha evolutiva dos tempos e, tanto quanto lho têm permitido os seus recursos naturais, a nossa Província Ultramarina da Guiné tem lutado sempre por melhores condições de vida, que assinalem a presença ininterrupta de uma civilização secular e lhe garantam um lugar de prestígio no campo do progresso, que dia a dia se alarga nos mais variados problemas de renovação social.

A fim de tomarmos contacto mais directo com as realidades económicas, sociais e morais da nova capital da Guiné, abordámos o presidente da Camara Municipal de Bissau, sr. dr. Ruy Randolfo Roncon, que além de dirigir com toda a proficiência e inteligente acerto os assuntos da capital da Guiné, é simultaneamente o médico-chefe dos Serviços de Saude daquela Província, o qual prontamente acedeu em nos comunicar as declarações que se seguem.

Começando por fazer um balanço ás actividades municipais dos ultimos anos mais próximos e á vida da nova capital, o nosso entrevistado declarou:

— Se nos dermos ao cuidado de fazer um estudo comparativo dos orçamentos anuais da Camara Municipal de Bissau, veremos que de ano para ano eles têm aumentado de forma animadora e em ritmo regular e progressivo.

«O de 1950 totaliza a apreciável importancia de 3.816.500$00; e o ano de 1951 mostra o crescente aumento do orçamento, e naturalmente maior actividade nos diversos sectores da vida municipal de Bissau, pois aquele totalizou a verba de 4.204.450$00.

«No entanto, não pode tal importancia considerar-se suficiente para acudir ás necessidades que o desenvolvimento da cidade vem impondo.

«Bissau é uma capital com 8 anos de existência, e, como é natural, caracteriza-a o desenvolvimento próprio de todas as novas capitais, com os seus consequentes afluxos populacionais, exigindo medidas importantes e urgentes na sua Administração e Fomento.

A ponte-cais de Bissau, em construção, constitui o maior benefício que poderia ser dado á economia da Província

As obras realizadas e em curso

A' nossa pergunta sobre as obras realizadas nos anos de 1949-1951, sob a acção administrativa do Município, o dr. Ruy Roncon respondeu:

— Entre outras obras, foi construida no ano corrente uma linda moradia para o encarregado da Central Eléctrica de Bissau e, bem assim, armazens para recolha de materiais de águas, luz e electricidade. Foram melhorados os estábulos para a recolha do gado que se destina ao abastecimento do mercado de Bissau, e foram construidos passeios, valetas e diversos melhoramentos em todos os edifícios camarários e muito especialmente melhoradas todas as condições higiénicas do Mercado e Matadouro Municipais, tendo sido revestidas de azulejos as paredes do talho e do recinto da venda do peixe.

No que diz respeito á regularização dos pavimentos das ruas e construções de passeios, continua a Camara com grande actividade esses trabalhos, estando já quase concluídos os da Avenida Teixeira Pinto, cujas placas centrais estão já concluídas, apresentando, com as restantes obras do nivelamento do futuro leito da avenida, um excelente aspecto estético. A construção de passeios e valetas em ruas transversais da cidade, a restauração dos pavimentos das avenidas Cinco de Junho e da Republica atestam também a actividade do Município e a util aplicação dos seus rendimentos.

«Construiram-se dois mictórios — Jardim Teixeira Pinto e Praça do Império, sendo este ultimo subterraneo — um pavilhão para lojas e locais de venda no Mercado Municipal, com prateleiras e mesas de cimento; alargou-se a área do cemitério e restaurou-se a Granja Municipal em terreno vizinho ao Chiqueiro, a fim de contribuir para o abastecimento de frutas e hortaliças á população da cidade.

«Para todos estes trabalhos dispunha a Camara de 437.500$00.

«A higiene e salubridade da cidade também têm merecido á Camara um especial cuidado e interesse, tendo-se intensificado a fiscalização feita pelos serviços de assistência sanitária.

«Dentro das obras em conclusão destacam-se as belas moradias do Bairro Económico Municipal, iniciativa promovida no desejo de cooperar no difícil problema da falta de habitações, ao qual o Governo tem dispensado a sua melhor atenção. As obras prosseguem em ritmo acelerado, encontrando-se já ocupadas duas casas de moradias com quatro amplas divisões, varanda e respectivos anexos; a outra casa do mesmo tipo está em vias de conclusão. A verba inscrita para esta obra é de Esc. 304.000$00.

A ponte levadiça de Ensalma, também em construção que ligará a ilha de Bissau com o continente, servirá o considerável tráfego com o interior, hoje necessáriamente feito através do Impernal, em Nhacra, por meio de jangada

Edifício do Museu da Guiné Portuguesa e Colégio Liceu de Bissau

O abastecimento de carnes, de peixe e de água á cidade — três importantes benefícios que muito valorizam Bissau

Seguidamente, o dr. Ruy Roncon falou-nos de três valiosos benefícios de que a nova capital já goza, mercê do esforço empreendedor da vereação — o abastecimento de carnes, de peixe e de água á cidade.

— O abastecimento de carnes verdes á população da área urbana de Bissau foi feito há cerca de três anos pela actual edilidade, que para este fim instituiu os serviços de abastecimento de carnes verdes, serviço autónomo que se destina á aquisição de gados e fornecimento de carnes á população. O pessoal tem cumprido escrupulosamente com as obrigações impostas por este serviço publico, e a compra do gado vem sendo feita aos indígenas directamente e por preço justo, em feiras promovidas em diferentes locais da Província, com a preciosa colaboração das autoridades administrativas.

«Estes serviços autónomos de abastecimento de carnes têm a dotação orçamental de 801.500$00.

«Pouco mais ou menos na mesma altura foram entregues á Camara Municipal os serviços de abastecimento de água á cidade de Bissau. Mais uma actividade que tinha de ser encarada seriamente pelo Municipio e á qual foi dada a melhor compreensão e a mais rápida execução.

«Julgo poder afiançar que melhoraram consideravelmente os serviços: fez-se publicar o regulamento desses mesmos serviços, adquiriram-se contadores, foram obtidas peças sobresselentes de uma variedade de contadores aplicados e que se encontravam avariados; aproveitaram-se novas captações e foi consideravelmente alargado o fornecimento de água á cidade. No fim de um ano ficou equilibrado o orçamento dos serviços, de maneira a merecer de Sua Excelência, o Governador da Província, as seguintes palavras, que dirigidas ao Presidente da Camara, envolvem o lisonjeiro apreço por todos que ao serviço do Município, concorreram para a solução do problema: «graças á sua vontade firme os serviços de águas têm melhorado sensivelmente e deixaram de ser um cancro para o Estado».

«O abastecimento de peixe á cidade é também feito por intermédio do Município e é a Sua Excelência o Encarregado do Governo que se deve esta valiosa iniciativa de palpáveis benefícios.

«Deu Sua Excelência o necessário apoio para que o Município levasse a bom termo mais este empreendimento, e, com o auxílio sempre prestante das autoridades administrativas locais, tem-se feito o regular abastecimento de peixe no Mercado Municipal.

«A Camara tem deitado mãos a todas estas actividades em virtude de não haver empresas particulares que tomassem a seu cargo o fornecimento de frescos á cidade e ainda para estimular os pescadores distantes, que de outra maneira ficariam com o peixe por vender.

«Aproveito o ensejo para salientar a actividade dos particulares na solução do problema da habitação, para o qual o Estado tem dado a sua ajuda importante. Dentro do plano das suas construções de habitação, pensa a Camara de Bissau criar no próximo ano um bairro de casas económicas e um bairro indígena.

O fornecimento de energia eléctrica para fins industriais é uma das velhas aspirações da cidade

O dinamico presidente da Camara de Bissau, quis depois, comunicar-nos as justas aspirações do Município e da população da cidade, ás quais estão presos outros tantos problemas de largo alcance e proveito comum, e acrescentou:

— Presentemente a vereação continua a pôr o seu melhor interesse em promover ao máximo o progresso material da capital, dentro de um plano de expansão urbana em estudo e no qual foi inscrita já uma verba de cento e setenta mil escudos (170.000$00).

«O estudo dos projectos em curso destina-se á satisfação das mais justas e constantes aspira-

(continua na 21.ª pág.)

GUINÉ

Paços do Concelho de Bolama

A TERRA MAIS COBIÇADA

POR
JAMES PINTO BULL
ADMINISTRADOR
DO CONCELHO DE BOLAMA

A Ilha de Bolama, que de início era habitada por biafadas, foi, mais tarde, ocupada por bijagós, sendo pertença dos régulos de Canhabaque, os quais teriam permitido que o Governador de Cacheu e Bissau dela tivesse posse efectiva, o que foi feito em 4 de Julho de 1755.

Entretanto, em fins de 1791 era fundada na Inglaterra uma Sociedade para estabelecimento de feitorias na Costa Ocidental da África.

Reportando-se ás informações então divulgadas por André de Brue, director geral de uma Companhia francesa do Senegal, de que o Rei de Guinala havia consentido que a sua Companhia se estabelecesse em Bolama «porque nada lhe faria tanto prazer como expelir daquela Ilha os bijagós seus inimigos e que se o território da mesma não fosse suficiente, daria aos franceses todo o território que necessitassem nas Três Fontes» isto é, o território ao sul de Guinala e defronte de Bolama, então ocupada por bijagós, os membros da referida Sociedade britanica concluiram que Bolama era o ponto mais indicado para o estabelecimento de uma feitoria e, nesse sentido, fizeram embarcar em três navios cerca de 230 colonos, mercadorias, géneros alimentícios e tudo o mais que pudesse contribuir para que vingasse o projectado estabelecimento, fazendo rumo á Guiné.

Um dos navios, o «Calipso» chegou a Bolama em Maio de 1792, desembarcando alguns colonos, os quais pouco tempo permaneceram na Ilha, porque em 3 de Junho do mesmo ano eram atacados pelos bijagós de Canhabaque que mataram uns, feriram outros e aprisionaram alguns, entre eles mulheres e crianças.

Os outros dois barcos, o «Hankey» e «Benisson» aportaram a Bissau onde o «Calipso» se lhes foi juntar pouco tempo depois.

Chegados a Bissau, esses colonos tentaram então entrar em negociações com os Reis de Canhabaque a fim de obterem a cessão da Ilha de Bolama, o que teriam conseguido ainda em Junho do mesmo ano, por meio de um contrato firmado pelos Reis de Canhabaque Jalorum e Belchior, então senhores de Bolama como diziam os ingleses. f

Em 1814 teriam os ingleses voltado de novo á Ilha de Bolama, porém, de tal acontecimento vestígio algum deixaram.

No entanto, para acabar com as duvidas existentes ácerca dos direitos á Ilha de Bolama, o coronel Joaquim António de Matos conseguiu, em Julho de 1828, uma conferência com vários «grandes» da região, entre eles o Rei Damião de Canhabaque e o enviado especial do Rei Fabião, do Rio Grande, a fim de se esclarecer se a Ilha tinha sido vendida ou cedida aos ingleses, ao que responderam que não, acrescentando que «aos soberanos de Portugal pertencia aquela Ilha de tempos muito remotos e que se El-Rei de Portugal ou seus vassalos quisessem tomar conta dela para a cultivarem, fortificá-la e fazer ali estabelecimento que o podiam fazer, o que eles muito estimavam».

Em 1830 fazia-se a ocupação da Ilha por um destacamento de 14 praças sob o comando do alferes Correia da Veiga, ocupação confirmada pelo Governador de Bissau, sem qualquer oposição por parte dos ingleses, em Dezembro de 1837.

Um ano depois, isto é, em 1838 o brigue de guerra britanico «Brisk» aportava a Bolama, conduzindo a bordo o célebre tenente Kellet que fez destruir o mastro da bandeira portuguesa não obstante a oposição dos seus habitantes, os quais, porém, após a saída do «Brisk» colocaram um novo mastro onde foi içada uma nova bandeira de Portugal!

Meses depois o mesmo oficial de novo veio a Bolama e não só mandou arrear a bandeira nacional como incendiar o Quartel e destruir as armas, mandando informar do sucedido ao Gover-

(Continua na 16.ª pág.)

O RESSURGIMENTO DE BOLAMA

A OBRA JÁ REALIZADA

E AS ASPIRAÇÕES MAIS APETECIDAS

sumariadas pelo presidente da Comissão Municipal

DR. RUI ALVARO VIEIRA

Dr. Rui Alvaro Vieira

Cidade de longas tradições na história da Guiné, Bolama, guarda ainda os traços inconfundíveis da sua importancia no passado, e na feição característica das suas ruinas desmanteladas orgulha-se de uma antiga beleza que não se apagou por completo, o que, aliado ao clima ameno, a torna um dos pontos mais aprazíveis da Província.

Desde que em 1941, se realizou a transferência da capital para Bissau, muito se tem falado da decadência de Bolama e ao mesmo tempo do esforço de ressurgimento nela empreendido, para que ao passado de que se ufana junte um presente que a dignifique e caminhe para um futuro que mais a engrandeça.

Porque quisemos saber até onde as palavras correspondiam ás realidades, abordámos o actual presidente da Comissão Municipal de Bolama, sr. dr. Rui Alvaro Vieira, que desde Setembro de 1950 tem posto no exercício do seu cargo todo o esforço e dedicação.

A' nossa pergunta sobre se, na verdade, essa apregoada crise se verificou a partir da mudança da capital para Bissau, o dr. Rui Vieira respondeu:

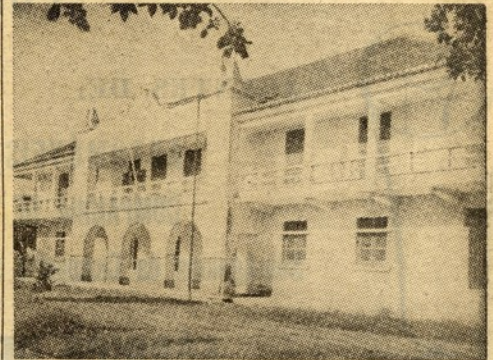
— A crise que Bolama, desde então, atravessa, era inevitável, porquanto a maior parte da sua vida estava intimamente ligada á presença do funcionalismo. E como a maioria dos serviços publicos foram transferidos para a nova capital, era de esperar que surgisse essa crise que ainda não se desfez totalmente e da qual necessàriamente resultaram graves consequências para a vida económico-social da cidade.

«De uma vida movimentada e alegre e de um comércio florescente; de centro activo da política da Província e da sua administração publica passou Bolama á actual situação de decadência, vivendo hoje a cidade mais do seu passado histórico, que conseguiu ser brilhante, do que pròpriamente do seu presente.

«A partir daquela data e acompanhando o êxodo que, desde então, se tem verificado, diminuiram logo as receitas do Município e consequentemente diminuiu a sua capacidade de realização e ficou grandemente dificultado o caminho do seu progresso.

— Mas certamente as entidades municipais de Bolama não têm ficado indiferentes diante dessa imerecida situação, que resultantes imponderáveis trouxeram, acabando os factos por se sobreporem ás melhores boas vontades?

—Sem duvida—acudiu decididamente o nosso entrevistado — as pessoas responsáveis pelos destinos da antiga capital da Província não cruzaram os braços. Têm sabido entregar-se a uma luta de esforços persistentes, posteriormente desenvolvidos por todos quantos foram chamados a dirigir os assuntos da edilidade. E mercê igualmente do auxílio emprestado pelo Governo da Província, Bolama tem atingido ùltimamente um nível mais elevado, se bem que insuficiente ainda para as enormes necessidades que por todos os lados se vão fazendo sentir cada vez mais.

«De certo modo, essa luta é demonstrada pela ascenção progressiva dos seus orçamentos, os quais duplicaram desde 1947 a esta data, como o provam os numeros seguintes: em 1947, 515.813$; 1948, 561.450$; 1949, 922.619$22; 1950, 1.008.000$; e em 1951, 1.178.000$.

Palácio do Governo na antiga capital da Província

«E assim, graças ás diligências feitas pelo Município e ao auxílio do Governo da Província, mediante a atribuição de uma percentagem dos adicionais dos impostos alfandegários, tem Bolama conseguido lenta, mas progressivamente melhorar ultimamente as suas condições de vida, tornar-se menos triste para os escassos visitantes que a procuram e mostrar, se bem que ao lado de muitos ferimentos mal curados e horrendas cicatrizes, algumas modestas mas sempre uteis obras de fomento.

Um vasto conjunto de realizações dignas de nota

— As obras realizadas devem já constituir pois uma consoladora recompensa para muitos sacrifícios despendidos — insistimos.

— O pouco que se fez, ao lado do muito que há para fazer — confirmou o presidente do Município — pode, sem vaidade, considerar-se já um triunfo lisonjeiro na penosa tarefa encetada.

E continuou:

— O Município tem procurado afincadamente imprimir á cidade decadente um progresso nem sempre compreendido; e, apesar de todos os reveses e incompreensões, conseguiu dotar Bolama de belas avenidas, de um chiqueiro municipal, de uma central leiteira e de outras tantas obras, que apesar das suas modestas proporções, representam a inegável contribuição da actual vereação para o levantamento da cidade: nova pavimentação de um troço da Avenida Marquês de Avila e Bolama, numa extensão de cerca de 150 metros, com abertura de nova caixa e encas-

(continua na 21.ª pág.)

A sumaúma, caída das frondosas árvores da Guiné, oferece ilusórias perspectivas alpinas, como esta, de uma aldeia — Mansôa — sob a «neve»

COMÉRCIO E INDÚSTRIA DA GUINÉ

COMÉRCIO E INDÚSTRIA DA GUINÉ

GUINÉ

Aldeia típica de Brâmes

A TERRA MAIS COBIÇADA

(Continuação da 13.ª pág.) nador de Bissau com o aviso de que Bolama seria dali em diante considerada pertença da Inglaterra.

Três anos depois, e apesar dos nossos protestos, mais dois navios ingleses sob o comando dos tenentes William Blent e Lapidge repetiram o insulto do seu colega Kellet. Novas ocorrências se deram em 1847 com o brigue «Ranger», cujo comandante aprisionou a guarnição da Ilha, ameaçando bombardear Bissau, e em 1853 tais actos foram ainda repetidos pelo brigue «Fire-Fley».

Em 1858 foi o próprio Governador de Serra Leoa, viajando a bordo do brigue «Trident» e, depois, do «Prometheus», quem fez arrear a bandeira portuguesa, mandando içar a bandeira inglesa, notificando o Governador de Bissau de que a Grã-Bretanha ia estabelecer guarnição e autoridades civis e militares na Ilha.

Só depois deste vexame e verificada a ineficácia dos nossos protestos directos, o Governo de Portugal deliberou propor que o conflito fosse resolvido por arbitragem.

Para tanto conferenciaram o então Ministro dos Estrangeiros Sá da Bandeira com o Ministro Plenipotenciário britanico, ficando assente que o conflito seria submetido à arbitragem do Presidente dos Estados-Unidos.

Ulisses Grant, então Presidente dos Estados-Unidos, em face dos argumentos que militavam a nosso favor, proferiu a célebre sentença de 21 de Abril de 1870, cuja tradução literal importa conhecer:

«Tendo sido atribuidas ao Presidente dos Estados-Unidos as funções de Árbitro em virtude do protocolo da conferência realizada em Lisboa em 13 de Janeiro de 1868, entre o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Sua Majestade Fidelíssima El-Rei de Portugal e o Enviado extraordinário de Sua Majestade o Rei da Grã-Bretanha no qual foi convencionado que as respectivas reivindicações dos dois Estados á Ilha de Bolama na Costa Ocidental da África e a uma porção do continente em frente da Ilha, fossem submetidas á arbitragem e decisão do Presidente dos Estados Unidos da América, que deveria resolver em ultima instancia e sem apelação.

«E tendo o Árbitro, de acordo com o mesmo protocolo nomeado uma entidade com o fim de estudar cuidadosamente cada uma das alegações apresentadas pelas duas partes;

«E considerando que a dita Ilha de Bolama e os ditos territórios vizinhos foram descobertos por um navegador português em 1446; que muito antes do ano de 1792 estava feito um estabelecimento português em Bissau, no Rio Gêba e mantido até hoje debaixo da soberania portuguesa; que no ano de 1699, pouco mais ou menos, foi constituida uma colónia portuguesa em Guinala, no Rio Grande, que em 1778, era uma razoável povoação habitada sómente por portugueses, que ali tinham vivido de pais para filhos; que a linha da costa de Bissau para Guinala, passando pelo Rio Gêba compreende toda a parte continental em frente da Ilha de Bolama; que a Ilha de Bolama é adjacente ao continente e tão próxima que os animais a atravessam nas marés baixas; que desde 1752 até hoje, Portugal reivindicou os seus direitos á mesma Ilha; que a Ilha antes de 1792 não estava habitada nem ocupada com excepção de alguns acres na ponta Oeste, onde, uma tribo indígena fazia algumas plantações; que os direitos da Inglaterra derivam de uma cessão feita em 1792 pelos chefes indígenas, numa época em que a soberania de Portugal estava já estabelecida na parte continental e na Ilha; que o Governo Português não desistiu dos seus direitos, e hoje em dia ocupa a Ilha com uma colónia de perto de 700 habitantes; que tendo a Grã-Bretanha tentado confirmar os seus direitos depois de 1792 com novas concessões dos chefes indígenas, nenhuma delas foi reconhecida por Portugal; e considerando que não são precisos mais esclarecimentos em relação a qualquer dos pontos discutidos;

«Eu Ulisses Grant, Presidente dos Estados-Unidos, julgo e decido que os direitos de S. M. Fidelíssima o Rei de Portugal á Ilha de Bolama na Costa Ocidental da África e a uma porção do continente em frente da Ilha, são provados e estabelecidos.»

Em face desta decisiva e justa sentença, o Governo Português tomou posse efectiva e definitiva da Ilha de Bolama e territórios adjacentes em 1 de Outubro de 1870 mandando arrear a bandeira inglesa e içar para sempre a Bandeira de Portugal.

Em 18 de Março de 1879 Bolama foi elevada a Capital da Província e a partir dessa data até 1941 a cidade sofreu grande desenvolvimento e viveu os melhores anos da sua existência.

Com a transferência da Capital para Bissau em Dezembro de 1941 começou a decadência da antiga Capital, que atravessa hoje uma fase de verdadeira crise.

JAMES PINTO BULL

Igreja paroquial de Bolama

O ASILO-CRECHE DE BÓR É UMA VALIOSA OBRA

DE ASSISTÊNCIA E DE EDUCAÇÃO CRISTÃ

A partir de Novembro do ano findo deixámos de exercer as funções de Delegado de Saude de Bissau e, desde essa data, cessaram as nossas visitas ao Asilo-Creche de Bór.

Durante dois anos consecutivos visitámos semanalmente o Asilo de Bór e prestámos assistencia médica ás crianças e aos pequenitos da Creche, ao que sempre fomos coadjuvados pelas Irmãs Hospitaleiras, que se encontram em Bor e onde empregam toda a sua devoção, desvelo e carinho em favor da instituição e das crianças que lhes estão confiadas.

Inspector Jones da Silveira Encarregado do Govêrno da Guiné

Em 1949, organizámos um Cortejo de Oferendas em favor do Asilo-Creche de Bór, e não faltaram pessoas amigas a coadjuvarem voluntariamente e prestaram-se a dar toda a sua boa vontade e inteligência no sentido de levarmos a efeito, pela primeira vez em Bissau, semelhante peditório. Foi um verdadeiro sucesso e não podemos esquecer as simpáticas senhorinhas de Bissau, em lindos trajos regionais portugueses, que nos deram todo o seu auxilio e gentilmente nos acompanharam no brilhante resultado colhido: dinheiro, arroz, fazendas, medicamentos, brinquedos, e tudo o mais. Bem mostrou a gente de Bissau como lhe era simpático o Asilo-Creche de Bór.

O Estado, também, por seu lado, prodigalizou sempre aos pequeninos de Bór uma alimentação apropriada e nos moldes adequados de uma boa higiene das criancinhas. Por uma verba especialmente destinada a este efeito, foram adquiridas quantidades de leite em pó, farinhas, leite condensado e medicamentos. Esta alimentação depressa mostrou quão valioso foi o auxilio prestado pelo Estado, pois durante 12 meses não houve um só óbito no Asilo-Creche de Bór, quando anteriormente as enterites e diarreias dizimavam os pequeninos.

O Prefeito Apostólico da Guiné tem contribuido para o engrandecimento desta prestimosa obra, que, sob todos os aspectos bem representa um padrão de glória das Missões Católicas da Guiné. Não quis o reverendíssimo Prefeito Apostólico partir em gozo de férias sem dotar o Asilo de Bór com mais um melhoramento, que se tornava indispensável: o abastecimento de água. Aproveitando uma nascente das proximidades do Asilo, conseguiu fazer a instalação de um «carneiro hidráulico» que permite levar água em quantidade ao depósito elevado, instalado no Asilo. Este importante benefício foi pela primeira vez usado na Guiné e só quem acompanhou aquela entidade na execução deste trabalho sabe o esforço que despendeu para ver realizada e completada a obra, antes de seguir para a Metrópole.

O engenheiro Raimundo Serrão e esposa, por seu turno, votam especial carinho ao Asilo de Bór e não serão nunca esquecidas as palavras que no livro dos visitantes escreveu o Governador, quando da sua primeira visita ao Asilo: «Visitei hoje, pela primeira vez, o Asilo de Bór, acompanhado do Reverendíssimo Prefeito Apostólico da Guiné, que me deu a honra de fazer conhecer esta interessantíssima obra Missionária e de caridade Cristã. Fiquei encantado com o que vi, com o belo aspecto da apresentação das coisas e das pessoas, denotando-se em tudo muito asseio, ordem e disciplina, que notoriamente não foi preparada para a visita do Governador, que só ontem, á noite, resolveu fazer esta visita, realizada hoje, ás dez horas. Honra ao Reverendíssimo Prefeito Apostólico por esta magnífica obra e ás Irmãs Religiosas pelo que fazem desta gente, ainda sem o menor vislumbre de civilização e da moralidade cristã. Sem favor, em todos os aspectos, a impressão colhida foi muito melhor do que em estabelecimentos similares colhi, ou coolhe qualquer, em Angola, onde tantos conheci». A bondade do Governador e de sua generosa esposa não esquecem os pequeninos e nunca lhes faltam lembranças em dias de festa.

Com o auxílio das Irmãs de Bór procuramos instalar ali, um lactário. Ao mesmo tempo que servia para fornecer alimentação ás crianças indígenas, tinha a vantagem de ensinar ás mães as regras higiénicas de alimentação artificial com doses apropriadas, alimento a horas certas, limpezas de biberões, etc. Tudo seria possivel, se as dotações existentes fossem suficientes. Mas tivemos de interromper o funcionamento do lactário; todavia, alguns indígenas continuaram a procurar os alimentos na Creche de Bór para os seus filhinhos.

Aproveitando as antigas instalações próximo do Asilo, montámos, com o auxilio do Reverendíssimo Prefeito Apostólico e de Jacinto Aguiar, o Posto Sanitário Rudimentar de Bór, onde vem prodigalizando assistência aos indígenas um enfermeiro catequista.

Jamais deixaremos de prestar todo o nosso auxilio a esta obra, posto que tenhamos deixado de exercer as funções de médico da instituição.

RUY RANDOLFO RONCON

Em Bigine, próximo de Bafatá, os indígenas oram, junto da mesquita, ao pôr-do-sol

GUINÉ
PORTUGUÊS

A FOTOGRAFIA AÉREA

E O PROGRESSO DA INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA NO U'.TRAMAR

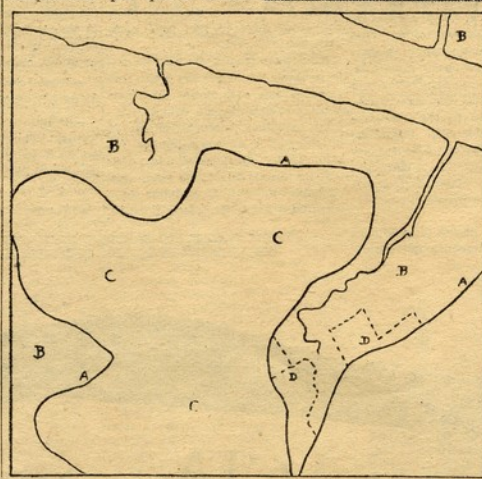
PELO 2.º TENENTE
TEIXEIRA DA MOTA

Actualmente, nos levantamentos hidrográficos e geográficos que estão sendo levados a cabo no Ultramar português, emprega-se em larga escala a fotografia aérea. Regiões que, anteriormente, seria muito difícil, ou mesmo impossível, cartografar por processos clássicos, estão agora em vésperas de serem dotadas de boas cartas mercê da utilização do avião.

Este facto passa-se, por exemplo, com a Guiné, território de que vamos tratar. A unica carta geográfica que há dessa Província é um esboço itinerário na escala de 1/500.000, muito imperfeito, dadas as dificuldades que a natureza opõe ao geógrafo. Os terrenos são muito baixos, e uma parte considerável deles é alagada periòdicamente pelas marés, permitindo que no solo, de iodo profundo, cresça o mangal, refugio dos mosquitos, mosca de sono e crocodilos; o melhor processo de deslocamento é, nestas condições, a canoa indígena em preia-mar, pois que, em baixa-mar e a pé, não se conseguem percorrer mais que algumas escassas centenas de metros, dado que o caminhante fica ràpidamente es[illegible]ado por marchar atolado até ás coxas na vasa viscosa e nauseabunda. Além disso, o mangal, que chega a ter muitos metros de altura, nada deixa ver á volta, para lá de um círculo de poucos metros de raio. A' zona do mangal sucede muitas vezes a zona dos arrozais (conhecidos na Guiné por «bolanhas»), que o indígena constitui roubando os terrenos á acção das marés por meio de diques. O terreno, duro no tempo seco, permite os deslocamentos a pé, e, como está absolutamente limpo de árvores, presta-se muito bem para fazer poligonais, pelo que tem sido utilizado para a determinação de pontos fotogramétricos; mas não serve para triangulação, por muito baixo (está ao nível do preia-mar). Aos arrozais, logo que o solo se eleve uns escassos dois ou três metros, sucedem-se os palmares, cerrados e absolutamente hostis ao trabalho do geógrafo, e após eles, subindo o terreno mais alguns metros, as florestas, em várias regiões derrubadas pelos indígenas para fazerem as suas lavouras.

Exceptuando um pequeno recanto do Sueste da Província, raramente se encontram altitudes excedendo 50 metros. o relevo é extremamente suave, e, por virtude da densidade e altura do arvoredo, nunca se conseguem ter, no solo, horizontes amplos. A geodesia tem por isso de ser feita por meio de torres metálicas de 35 metros de altura(podendo ir a 42 metros), e mesmo assim é preciso muito cuidado na escolha do local onde se colocam, pois, como as árvores atingem com frequência 50 metros de porte, se as torres não ficam nas culminancias do terreno, não se conseguem linhas limpas para a observação.

Um problema conexo da fotogrametria aérea

Em face do exposto é fácil compreender por que a Guiné não pode dispor, até agora, de mais que um grosseiro esboço cartográfico em 1/500.000.

Fotografia aérea de parte de uma região despovoada até há pouco tempo (Rio Tombali). Tipo de paisagem natural da zona litoral da Guiné antes da acção do homem. Para fora da linha do preiamar (A), na extensão inundada pelas marés, mangal (B), mais alto e mais denso (tom mais escuro) ao longo dos esteiros. Junto da linha do preiamar notam-se depósitos de areia (tom claro do terreno). Para dentro da linha do preiamar floresta densa (C), predominando as palmeiras ao longo dessa linha (copas de árvores mais pequenas). Em D começa a notar-se a acção do homem (Balantas), chegado há poucos anos, pela construção de diques destinados a roubar terrenos á acção da água salgada, a fim de formar arrozais

Actualmente, com o emprego da fotografia aérea, a situação está em vésperas de se modificar e a Missão Geo-Hidrográfica da Guiné, a quem foi confiado o levantamento das terras e mares da Província, em breve começará a publicar as primeiras folhas da nova carta geográfica.

Não é este o lugar, nem a nós compete fazê-lo, para expôr os detalhes técnicos dos métodos que vêm sendo empregados para aquele efeito. Pretendemos apenas discutir um problema que lhe anda ligado, e só para a boa compreensão deste passamos a tocar, ao de leve, nalguns aspectos da fotogrametria aérea e sua utilização na Guiné.

O método hoje mais usualmente empregado é o da fotografia vertical. O avião desloca-se a rumo constante e, periòdicamente, são tiradas fotografias na vertical, de modo que haja entre duas fotografias consecutivas uma sobreposição de cerca de 60 % (o que permite, por meio da visão estereoscópica, apreciar o relevo do terreno e traçar as curvas de nível). Obtêm-se assim fiadas ou bandas de fotografias, que por sua vez devem ter entre si sobreposições laterais, variáveis consoante os processos por que depois venham a utilizar-se.

Porque não se consegue manter perfeitamente constante o rumo verdadeiro do avião, nem a sua altitude e horizontalidade, e ainda porque o relevo do terreno provoca variações da escala nas fotografias, estas não acertam exactamente umas com as outras, e para delas extrair o traçado cartográfico correcto torna-se necessária a sua restituição. Para este efeito têm de se determinar as coordenadas e cotas de pontos do terreno identificáveis na fotografia (pontos fotogramétricos).

Características das cartas para regiões muito civilizadas e para regiões mais atrasadas

Em regiões muito civilizadas, com fortes densidades de população e intensa valorização económica, como é o caso da Europa e de parte das Américas, pretendem-se cartas em grande escala (1/20.000, por exemplo) de forte precisão. Em regiões mais atrasadas, com pequenas densidades de população e reduzido valor económico, [illegible] maior parte de África, não se pode, nas condições actuais, exigir cartas semelhantes, pelo que se efectuam levantamentos de menor precisão e em pequenas escalas (1/200.000 e 1/100.000), para o estabelecimento das cartas semi-regulares. No primeiro caso os pontos fotogramétricos são normalmente determinados em todos os pares de fotografias, portanto, muito densos. No segundo caso, pela utilização de processos especiais na restituição das fotografias (triangulação radical e triangulação aérea), o numero de pontos fotogramétricos reduz-se muito consideràvelmente. E nem assim podia deixar de ser, porque em grandes extensões da África (é o caso das regiões de mangal da Guiné, por exemplo), não se torna possível a sua determinação.

Nestas condições, para as cartas de precisão, regulares, em grande escala, a escala da fotografia (cerca de 1/20.000) é maior que para as cartas semi-regulares que se pretendem para a África. Nestas vai-se até 1/40.000 e 1/50.000 para o que é necessário fotografar a maiores altitudes.

Por limitações de ordem material, e ainda por necessidades de carácter hidrográfico, a fotografia já feita da Guiné Portuguesa tem a escala de 1/20.000, o que acarreta certas desvantagens económicas (mais tempo de voo, e, sobretudo, trabalhos de campo e de restituição mais demorados). Em contrapartida oferece vantagens noutros aspectos, de que mais adiante nos ocuparemos.

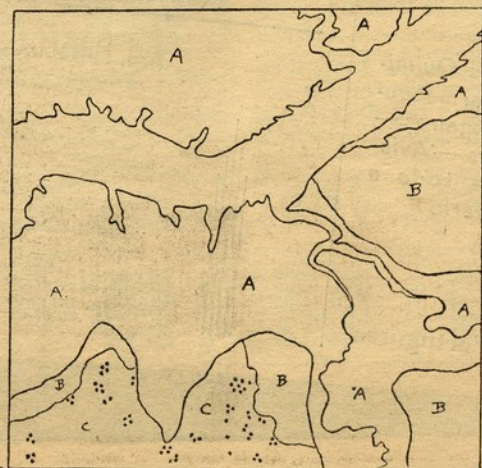
A fotografia aérea, sobretudo em regiões atrasadas, permite traçados cartográficos bastante mais minuciosos e precisos do que os que se conseguiriam por processos clássicos, vantagem que é muito importante para o caso da África. Os observadores experimentados e conhecedores das condições geográficas da região conseguem extrair dela, sem necessidade de se deslocarem no terreno, a quase totalidade dos elementos a figurarem nas cartas.

No caso da Guiné verificam-se certas condições especiais que

(continua na 19.ª pág.)

Região povoada há séculos pelo homem (Balantes, Rio Mansoa). Enormes arrozais (A) em terrenos roubados ás marés, marcando os recortes ao longo da ria os extremos de antigos esteiros que foram colmatados por meio de diques. Ao longo da ria a estreita faixa escura representa o mangal deixado por fora dos diques para protecção destes. A primitiva floresta densa nos terrenos acima do nível do preiamar foi substituída, devido a culturas itinerantes, por uma savana arbustiva (B). Culturas itinerantes e de quintal á volta das «moranças» (agrupamentos familiares de palhotas, representados por pontos). Grande densidade de população devido á orizicultura (boas produções por hectare, terrenos em produção todos os anos, sem necessidade de pousio). Populações bem alimentadas e robustas. A destruição do mangal elimina a mosca do sono; o mosquito anopheles, transmissor do paludismo, diminui consideravelmente por não encontrar nos arrozais condições tão propícias como nos pantanos naturais. Nesta região encontram-se os menores índices de infestação palustre e de doença do sono de toda a Guiné

COMÉRCIO E INDÚSTRIA DA GUINÉ

A ACTIVIDADE DA «OMES» NA GUINÉ E EM ANGOLA

«Obras Metálicas Electro-Soldadas, Lda», é uma empresa conhecida em quase todo o Ultramar Português. Os seus trabalhos, realizados com os mais modernos e aperfeiçoados meios técnicos, provam que a nossa engenharia alcançou uma perfeição que não receia confrontos com a mais adiantada dos países estrangeiros. A «OMES», nome composto pelas iniciais desta importante firma e pelo qual é mais vulgarmente nomeada, realizou já, em Angola, obras que provam, além do poder da sua organização, uma capacidade técnica e de efectivação verdadeiramente notáveis. Depois do abastecimento de água a Porto Alexandre, trabalho que solucionou um dos mais urgentes e angustiantes problemas desta laboriosa povoação piscatória, a «OMES», superiormente dirigida pelo sr. engenheiro Correia Guedes, concluiu a ponte do rio Giraul — «Ponte Governador Silva Carvalho» — e as respectivas obras de variante, e, mais recentemente, a ponte sobre o rio Bero, a maior de todas as pontes daquela província ultramarina.

A repercussão destas duas importantes obras de fomento, que permitem o tráfego, durante todo o ano, sem as periódicas interrupções anuais, devido ás chuvas, do caminho entre Moçamedes e Sá da Bandeira, é de tão excepcional valor que ainda hoje se não pode completamente prever.

Estas duas pontes, construídas pelo sistema «Havage», em betão, são também, nas suas linhas, das mais bonitas e elegantes de Angola.

Os trabalhos, morosos, cheios de dificuldades e de contratempos, foram, apesar disso, concluídos dentro dos prazos marcados pelos respectivos contratos — e alguns deles concluídos antes do tempo previsto.

Os créditos da «OMES», plenamente formados, deram-lhe novas possibilidades para a expansão da sua benéfica actividade na província. Assim, presentemente, e mediante concurso, esta importante organização tem em curso, em Angola, as seguintes obras:

— Abastecimento de águas á cidade de Moçamedes;

— Conjunto das construções que formam a grande Fábrica de Cervejas de Angola, propriedade da Companhia União de Cervejas Angola — «CUCA»;

— Fundação para a construção do edifício do Banco de Angola em Luanda;

— Edifício do Banco de Angola, em Benguela;

— Edifício do Banco de Angola, em Silva Porto, capital do distrito do Bié;

— Linha de alta-tensão — cerca de 80 quilómetros — da Central Hidroeléctrica das Mabubas á subestação de Luanda;

— Construção da Barragem, Central e Aproveitamento hidroeléctrico do Biopio;

— Hangar do porto de Luanda.

De todas estas obras, sem duvida a mais importante é a Barragem do Biopio. Servirá para abastecer Benguela, Catumbela e o Lobito, além de outras povoações, de energia eléctrica.

A acção da «OMES» não se limita a Angola. Na Guiné está em vias de concluir a ponte-cais de Bissau e a ponte de Ensalmá.

Em Angola, a «OMES» tem merecido por parte do Governo da província os mais rasgados e justos elogios, não só pelo cumprimento dos prazos estabelecidos nos contratos como pelo escrupulo e competência técnica que deixa assinalados nas obras que realiza.

GUINÉ PORTUGUÊS

DEVE COMEÇAR-SE A UTILIZAR

A FOTOGRAFIA AÉREA NA INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

(Continuação da 17.ª pág.)

são de atender na cartografia. O território pode-se considerar dividido em duas grandes zonas, sensivelmente equivalentes em extensão, mas de características geográficas diversas: a zona litoral e a zona interior. A primeira, que é percorrida pelas rias e contém vastas extensões de mangal, está mais valorizada do que a segunda e possui densidades de população bastante elevadas para a Africa (na circunscrição de Cacheu, 35 habitantes por Km2; na de Mansoa, 42 habitantes por km2, por exemplo. Esta maior valorização económica e superior densidade populacional traduzem-se por mais casas, mais estradas, mais caminhos de pé posto, mais culturas; e as condições físicas, sobretudo a acção das marés e a reduzida altitude do terreno, manifestam-se por virtude de pequenas variações de cota que provocam imediatamente aspectos de vegetação distintos (mangal, arrozal, palmar, floresta, savana, campos de cultura, capinais), numa extrema complicação e interpenetração dos tipos de vegetação que se pretende figurem na carta geográfica. Na escala de 1/100.000 seria difícil a representação apropriada destes fenómenos de geografia física e humana, tal a minucia que os caracteriza; essa escala imporia uma forçosa eliminação de detalhes, sempre arbitrária porquanto todos eles se equivalem em importancia. Por isso se foi para a escala de 1/50.000, a fim de extraír o máximo de elementos que a fotografia fornece. Salientamos que os ingleses chegaram a solução análoga na sua colónia da Gambia, vizinha da nossa Guiné e de idênticas características geográficas; as razões que os levaram a isso devem ser as mesmas — grande densidade de população e extrema interpenetração dos tipos de vegetação.

As convenções a adoptar devem ser apropriadas ás condições físicas e humanas do território

Tais factos levaram a um estudo minucioso do tipo de convenções a adoptar para a carta geográfica. Nesse estudo seguiu-se o princípio de que as convenções devem ser apropriadas ás condições físicas e humanas do território, e devem dar destas, a mais perfeita imagem gráfica possível. Julgamos que a solução a que se chegou constitui novidade entre nós na cartografia ultramarina, e desde já podemos anunciar que as cartas da Guiné Portuguesa vão ser consideràvelmente mais ricas do que as dos territórios estrangeiros vizinhos, pela figuração de aspectos geográficos até então mal interpretados e que assumem considerável importancia para a valorização económica da Província.

Mas, por muito perfeita que seja a interpretação da fotografia ao passá-la para a carta, esta nunca poderá dar mais do que uma reduzida parcela dos aspectos que se contêm naquela. Por isso se está avolumando a corrente que proclama que a fotografia constitui um complemento indispensável da carta geográfica. E é precisamente este o objectivo que pretendemos salientar neste artigo.

Tal ideia está levando ao aparecimento, em África, das primeiras «cartas fotográficas», isto é, de mosaicos fotográficos formados por fotografias restituídas, e que são publicadas a par das cartas geográficas usuais. A Missão Geo-Hidrográfica da Guiné está, de momento, encarando a possibilidade de fazer tal trabalho. Essas cartas fotográficas, representando já um grande progresso, não conseguem, porém, substituir totalmente as fotografias soltas, pois estas apresentam a grande vantagem de permitir, por meio de exame estereoscópico, a apreciação do relevo do terreno e da altura da vegetação, factos particularmente preciosos para muitos estudiosos. Por isso em certos paises, como a França, se chegou a uma nova solução, pela constituição de fototecas nacionais, a cargo dos serviços geográficos centrais. Tais fototecas estão montadas de forma a poderem vender, como se se tratasse de cartas, provas positivas das fotografias cujos negativos lá estão obrigatòriamente arquivados por lei. Um sistema de catalogação bem montado permite ràpidamente saber quais as missões fotográficas que cobriram determinada zona, o que é outra vantagem importante para o estudioso, pois pode assim obter e comparar fotografias da mesma região tiradas em anos diferentes.

De onde se conclui que a carta geográfica, actualmente, já não é considerada um documento isolado, antes uma peça cujos complementos são o mosaico fotográfico restituido e as fotografias soltas. E isso porque a importancia da fotografia aérea na investigação científica se está afirmando cada vez mais.

A fotografia aérea pode ser aplicada na investigação dos mais variados fenómenos

Seria ocioso pretender dar aqui uma ideia das multiplas aplicações que a fotografia aérea pode ter na investigação dos mais variados fenómenos. Da pré-história á geografia humana e económica, da geografia física e da botanica á antropologia, um grande numero de ciências utiliza hoje a fotografia aérea. A simples título de exemplo apresentamos algumas fotografias da Guiné, interpretadas sob certos aspectos (a que juntamos desenhos extraídos delas, para mais fácil apreciação, dada a perda de nitidez e detalhe por virtude da impressão em papel não apropriado para o efeito).

No caso da Guiné, a desvantagem que a fotografia em 1/20.000 pode apresentar no aspecto económico, é contrabalançada pela valorização que dela advém para investigações científicas. Um grande numero de aspectos, sobretudo de geografia humana, deixaria de se tornar perceptível na escala de 1/50.000. E' o caso, por exemplo, das casas indígenas. Dois terços da população da Guiné, a que vive na zona litoral, precisamente a que já foi fotografada, tem um tipo de povoamento disperso. As casas não estão juntas, formando povoações bem definidas e com arruamentos, antes se encontram pulverizadas pelo terreno no meio da vegetação, em pequenas «moranças» familiares. Como as casas são normalmente circulares, de pequenas dimensões e de cobertura cónica que vem quase até ao chão e é de palha, com pouco contraste portanto com o capim do terreno, torna-se por vezes bastante difícil localizá-las na fotografia em 1/20.000; uma grande prática e o conhecimento das condições locais permite aos observadores experimentados encontrá-las, com a ajuda de pequenos indícios das imediações (caminhos de pé posto, culturas, cercados, etc.). Com a fotografia em 1/50.000 reputamos impossível localizar uma grande parte das «moranças».

Exemplo de uma região conquistada á Natureza pelo homem: aspecto parcial da tabanca e arrozais de Jobel (Felupes). Toda a região representada na fotografia era primitivamente alargada pelas marés e coberta de mangal. Os Felupes, vindos do norte, em canoas, começaram a construir diques, isolaram das marés uma porção de terreno que transformaram em (arrozais (A) e levantaram aí as suas palhotas (grupos de pontos pretos). Actualmente a zona que ocupam está inteiramente insulada por canais e mangal (M), e só por meio de canoas podem comunicar com o exterior. Notar que há grupos de palhotas que estão inteiramente cercados de mangal, caso unico na Guiné. No tempo das chuvas o arrozal fica inteiramente alagado por água doce, retida pelo dique (linha com farpas), e só a canoa permite a ligação entre os vários grupos de palhotas. Os Felupes, mercê da boa alimentação, á base do arroz, são juntamente com os Balantas, os homens mais vigorosos de toda a Guiné e os que possuem a mais apurada técnica de orizicultura

A fotografia em 1/20.000 da Guiné vem assim permitir uma representação cartográfica ajustada ás notáveis densidades de população do território, ao tipo disperso do povoamento, e á grande interpenetração de aspectos de vegetação e culturas. Ainda dentro dos limites de rigor que a geodésia, a determinação de pontos fotogramétricos e os processos de restituição adoptados permitem, torna-se possível por isso traçar a carta geográfica na escala de 1/50.000. Este facto é muito importante, sobretudo se atendermos a que em Angola e Moçambique, por exemplo, as cartas geográficas são em 1/250.000, e nos territórios da Africa Ocidental Francesa são em 1/200.000, e, só parcialmente, em 1/100.000. O que significa que a uma folha em 1/250.000 de Angola, por exemplo, correspondem 25 folhas em 1/50.000 da Guiné. Nas condições especiais da Guiné, uma carta em 1/250.000 ofereceria um interesse económico e científico muito reduzido, praticamente nulo sob certos aspectos.

Ora sucede que, mesmo no caso da Guiné, que vai ter a carta geográfica em 1/50.000, portanto com uma grande riqueza de detalhe (incluindo os tipos de vegetação), vêm sendo pedidas colecções de fotografias para estudos especiais. Que dizer porém de territórios com cartas em 1/250.000, que só permitem os aspectos geográficos mais gerais? E em que, como no caso de Angola, os campos de estudos de geografia física, humana e económica estão quase virgens, consideravelmente menos desbravados do que na Guiné? Se para a Guiné a fotografia aérea, como elemento de trabalho na investigação científica, é já tão importante, muito mais o deve ser no caso de Angola.

Julgamos por isso que se torna necessário começar a pensar a sério na utilização, para investigação científica, da fotografia aérea que está sendo feita aos nossos territórios ultramarinos para os levantamentos geográficos e hidrográficos. De qualquer maneira pensamos que não se pode continuar a considerar a fotografia aérea como unicamente destinada ás cartas geográficas e hidrográficas, e, após a publicação destas, condenada a apodrecer nos arquivos. Tanto mais que é preciso ir contando com as actualizações das cartas, assunto muito importante em Africa, dado o carácter flutuante do povoamento indígena, o sistema de agricultura á base da queimada, e muitos outros aspectos especiais, como, no caso da Guiné, as flutuações entre as zonas do mangal e arroz devido á acção do homem e das marés. Pode-se dizer que em Africa as cartas se desactualizam mais rapidamente do que na Europa, se considerarmos a relação entre os detalhes que permanecem e os que se alteram. E a melhor maneira de fazer a actualização é precisamente recorrer a uma nova cobertura fotográfica do território, o que torna muito importante a conservação das fotografias. Em Africa já se começam a levantar vozes neste sentido, e, ainda há pouco, num congresso de investigação científica foi proclamada a necessidade de renovar decenalmente a cobertura fotográfica.

E' talvez difícil propor para já, entre nós, a criação de uma fototeca ultramarina. No entanto, julgamos indispensável que se vão começando a organizar as coisas no sentido de a fotografia aérea se tornar acessível aos Organismos e investigadores nela interessados, pois constitui um instrumento muito precioso no progresso do conhecimento científico do Ultramar. Quando há uma tarefa tão grande perante nós, neste campo, desdenhá-la seria um triste sintoma de incapacidade da nossa parte, para mais tendo obrigações tão grandes na valorização da Africa.

Antes de terminar, não queremos deixar de salientar que as considerações, que fazemos, acerca das vantagens da fotografia em 1/20.000 a 1/30.000 na Guiné não são de carácter geral. Tal fotografia oferece vantagens na zona litoral da Guiné, uns escassos 15.000 km.2, devido ás especiais condições do meio (grande contraste e interpenetração de tipos de vegetação e de culturas) e á notável densidade de população em povoamento disperso. O menor rendimento económico de tal fotografia em tão reduzida área é amplamente compensado pelos benefícios de uma boa carta em 1/50.000.

Seria, porém, insensatez aconselhar tal fotografia para regiões de muitas centenas de milhares de quilómetros, em parte desérticas, em parte cobertas de raquíticas savanas, sem grandes contrastes geográficos e quase despovoadas. A fotografia em 1/20.000 seria então um luxo criminoso.

Aspecto de uma plantação de chá

COMÉRCIO E INDÚSTRIA DA GUINÉ

MAMUD ELAUAR & C.ia

COMÉRCIO GERAL
IMPORTADOR E EXPORTADOR

★

SUCURSAIS EM TODA A PROVÍNCIA DA GUINÉ

★

COMPRA E VENDA DE OLEAGINOSAS
E OUTROS PRODUTOS
DE EXPORTAÇÃO
DA GUINÉ PORTUGUESA

★

BISSAU

C. P. n.º 78—End. telegráfico: LAVAR

CASA FOMENTO
(JOSÉ GARDETE CORREIA)

★

COMÉRCIO GERAL
IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO

★

MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO
FERRAGENS E CUTELARIAS
TINTAS E VERNIZES
ALFAIAS AGRÍCOLAS

★

Sucursais: BISSORÃ, OLOSSATO E ENCHEIA

C. P. 63 - BISSAU

END. TEL. FOMENTO—TELEF. 98

ALY SOULEIMAN & C.A

COMÉRCIO GERAL
IMPORTADOR E EXPORTADOR

—★—

SUCURSAIS DENTRO DA PROVÍNCIA DA GUINÉ PORTUGUESA
SUCURSAIS EM DAKAR E KOLDÁ (África Ocidental Francesa)

COMPRA E VENDA DAS OLEAGINOSAS
E OUTROS PRODUTOS DE EXPORTAÇÃO
DA GUINÉ PORTUGUESA

—★—

ENDEREÇOS: Bissau — C. P. 84 — End. Teleg.: Asco — Telefone: 45
Africa Ocidental Francesa—Dakar: . 70—Bis—Rue de Thies—C. P. 591—End. Teleg: Alman—Koldá

GUINÉ PORTUGUÊS

O RESSURGIMENTO DE BOLAMA

(continuação da 13.ª pág.)

calhamento novo; nova canalização da ponte-cais de Bolama para abastecimento de água á navegação; assegurou-se o abastecimento de carnes verdes á população, mediante a inclusão de verbas especiais, criando-se um serviço de abastecimento de carnes verdes; aquisição de mobiliário para a instalação do gabinete da Presidência; aquisição de um novo camião de 5 toneladas para substituição do antigo; cedência por parte do Governo da Província do edifício da antiga garagem dos serviços aéreos para a instalação definitiva do armazém de materiais do Município; reparação de todos os edifícios pertencentes ao Município, em especial dos Paços do Concelho, da central eléctrica, do armazém da lenha, do parque infantil, da residência de funcionários; obtenção de uma jangada de 6 toneladas que assegura o transporte de veículos entre a cidade de Bolama e S. João, incluindo a sua completa reparação e substituição dos respectivos flutuadores; aquisição de peças sobresselentes para a bomba centrífuga dos serviços de captação de água do Sutachá; aquisição de peças sobresselentes para a geradora semi-fixa e para o motor «diesel» da central eléctrica; aquisição de material eléctrico para a rede de iluminação publica; assegurou-se o normal abastecimento de lenha para alimentação da geradora semi-fixa da central eléctrica, com consequente aumento do numero de horas de luz para iluminação publica até ás 3 horas da manhã; e substituição do pavimento em betão armado do «court» de ténis.

«As obras que ficam mencionadas representam uma série de empreendimentos que superam as actuais possibilidades, pois o Município de Bolama não dispõe ainda de uma situação económica desafogada que lhe permita enfrentar eficazmente a carência de melhoramentos urbanos que se fazem sentir, para comodidade e conforto da sua população. As suas receitas são por assim dizer, quase consumidas ainda hoje pelos encargos normais e obrigatórios.

«Por isso é impossível ao Município, no limite das suas possibilidades, fazer face a qualquer trabalho de maior vulto, que promova o preenchimento das muitas lacunas, que no capítulo da urbanização ainda se verificam.

— Mas as dificuldades que ainda se apresentam não impedem, decerto, a vereação em exercício de levar adiante uma obra de interesse comum, a seu tempo devidamente apreciada?

— Há, de facto, imperiosa necessidade de que Bolama continue progressivamente na sua missão de ressurgimento em matéria de realizações urbanas. Impõe-se ao Município envidar todos os seus melhores esforços nesse sentido, não perdendo tempo a lamentar saudosos privilégios de uma situação perdida, para entrar afoitamente no capitulo das iniciativas, e concedendo facilidades a todos aqueles que queiram, dentro da esfera das suas possibilidades, cooperar nessa obra de renascimento e de reconstrução, que a todos os títulos se impõe e de harmonia com o glorioso passado desta aprazível cidade.

Indígenas balantas — que são os maiores cultivadores de arroz — preparam o terreno para fazer os viveiros

As importantes obras em projecto

Em seguida, o dr. Rui Vieira enunciou o programa das realizações mais imediatas, que emprestarão reais benefícios a Bolama:

—Reparação de todas as ruas da cidade, com pavimentação nova e aplicação de placas em betão armado em valetas; o saneamento das condições de abastecimento de água á cidade; construção de dois anexos na residência do encarregado da Central Eléctrica; aquisição de uma máquina frigorífica com capacidade para 500 quilogramas de peixe e 200 quilogramas de carne; reparação geral da rede eléctrica e iluminação publica; urbanização geral da cidade, consoante as indicações fornecidas pelas autoridades competentes; construção de passeios no actual bairro da P. S. P. de Bolama, electrificação da residência dos respectivos habitantes e construção de uma sentina no mesmo bairro e de sentinas publicas; conclusão do salão nobre dos Paços do Concelho; construção de um rinque de patinagem e de um campo de voleibol; pavimentação dos passeios e arruamentos do cemitério local e arranjo de todas as campas; ajardinamento dos largos fronteiros ao Município e Palácio do Governo; construção de um depósito elevado para a água, no Matadouro Municipal e aquisição da respectiva bomba de elevação; extensão da rede eléctrica para o depósito de água de Intachá; construção de um lavadouro publico; aquisição de material para a reparação eficaz dos motores da Central Eléctrica; substituição geral da actual canalização de água; alargamento do Parque Infantil e construção de um maior numero de diversões e saneamento das condições de venda do leite destinado ao consumo publico.

«De entre estas obras há que salientar a preocupação instante do Município em dotar a cidade de dois melhoramentos completos, de interesse fundamental para a saude e higiene da população e que são as redes gerais de esgotos e de distribuição de águas.

As aspirações de Bolama

— Além das obras já integradas num plano de notáveis melhoramentos, que aspirações julga constituirem no futuro a concretização necessária de mais largos benefícios para a vida económica e social de Bolama?

— Como disse, a obra de ressurgimento de Bolama, pode considerar-se no seu início e por isso as suas necessidades deixam claramente antever a utilidade de outras realizações nos vários sectores da sua vida, que será no futuro aquilo que inteligentemente lhe prepararmos, passando do sonho á acção.

«E neste sentido julgo serem legítimas aspirações: a fixação das actividades comerciais e industriais, evitando, quanto possível, a sua canalização para Bissau, pois algumas dessas actividades, tais como a extensão a Bolama das carreiras marítimas, não deixariam de encontrar nesta cidade condições tão propícias ao seu desenvolvimento como em qualquer outro ponto da Província.

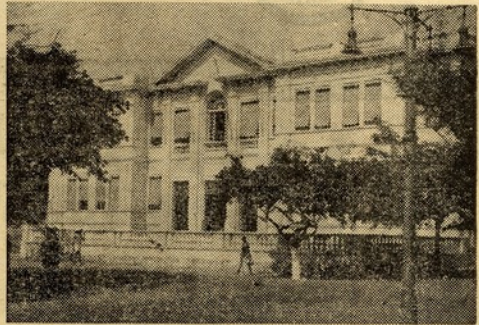
«Confia para isso o Município em que as entidades superiores, não só da Província, como da Metrópole, não negarão o auxílio de que carece empresa de tão largo alcance.

«O prolongamento da ponte-cais de Bolama dar-lhe-ia possibilidades de canalizar e armazenar a maior parte dos produtos provenientes do sul da Província e, consequentemente, a possibilidade de grandes navios poderem vir nela efectuar regularmente os seus carregamentos, tanto mais que a cidade dispõe de um esplêndido porto.

«A ocupação de parte da cidade por uma zona fabril e industrial emprestar-lhe-ia garantias de maior movimento, recuperando assim a vida que hoje, aos poucos, lhe vai fugindo.

«Compensar Bolama dos reveses sofridos desde 1941 é mais que uma urgente necessidade, é um acto de justiça.

E a terminar a entrevista, o presidente da Comissão Municipal de Bolama profere estas palavras, que constituem um justificado apelo:

— Se dos munícipes se espera a necessária colaboração e todo o seu esforço para a obra de ressurgimento a que Bolama aspira, conta o Município igualmente com o auxílio não menos certo da parte dos Poderes Publicos, pois só com ele a antiga capital, de brilhantes tradições históricas, conseguirá um dia impor-se de novo pelo seu prestígio reconquistado e pela sua prosperidade aumentada, colaborando assim, mais eficazmente no engrandecimento do nosso Império.

Edifício das repartições de Administração Civil e de Faze[illegible]a nova capital da Guiné

ACTIVIDADES MUNICIPAIS

(continuação da 12.ª pág.)

ções dos habitantes de Bissau, devendo abranger a urbanização da capital e a construção de um moderno Mercado Municipal, e entre outras realizações de mais vulto a construção dos Paços do Concelho, moradias para os funcionários municipais e os bairros de casas económicas, a que já aludimos.

Painel em azulejo policromado do baptistério da catedral de Bissau (obra do pintor Mário Soares)

«Encontra-se em vias de realização uma velha aspiração da população e da industria de Bissau e que era o fornecimento de luz durante o dia e o de energia eléctrica para fins industriais — benefício importante para o maior desenvolvimento económico-social da capital da Guiné.

«Tendo terminado em 18 de Março de 1950 a concessão feita á Sociedade Industrial Ultramarina, que durante 20 anos vigorou em regime de contrato para fornecimento de energia eléctrica á cidade de Bissau, a Camara recebeu a rede de iluminação publica e está procedendo já há alguns meses aos estudos destinados a permitir a melhoria das actuais condições de exploração, por forma a tornar possível uma das maiores aspirações da população — ter energia eléctrica durante o dia com possibilidade da sua aplicação ás actividades industriais.

«Dentro deste propósito o Município confiadamente contava com o habitual auxílio dos Governos da Metrópole e da Província, sempre prontos a acudir ás iniciativas que se destinam a servir os interesses publicos da cidade.

«E é assim que surge o telegrama do ilustre titular da pasta do Ultramar, dando-nos a notícia de ter sido concedido pela verba do Fomento Ultramarino, o importante subsídio de 3.000.000$00 á Camara Municipal de Bissau.

«Estão já em andamento as diligências necessárias para a aquisição dos motores que se destinam á nossa Central Eléctrica, e que serão fornecidos por intermédio da «Delcol», com a previsão de garantia para todas as necessidades desta Província, durante 20 anos.

E a terminar, o dr. Ruy Roncon disse:

— Finalmente desejo salientar que todas as obras, empreendimentos e serviços que possam contribuir para a segurança, bem-estar material, moral e intelectual de Bissau, encontram sempre da parte do Governador da Província, sr. eng. Raimundo Serrão, o melhor acolhimento, carinho e protecção.

Capela de Santa Ana, em Mansôa aberta ao culto em 1949

«Por tudo quanto fica dito não pode a Camara Municipal de Bissau deixar de testemunhar aos srs. Ministro do Ultramar e Governador da Província a sua mais viva gratidão, que é a gratidão toda a cidade de Bissau.

Escola primária de Bissorã, construída em 1948

COMÉRCIO E INDÚSTRIA DA GUINÉ

GUINÉ — PORTUGUÊS

A ORGANIZAÇÃO
DA MISSÃO GEO-HIDROGRÁFICA

(Continuação da 6.ª pág.)

terra firme existentes no litoral. Foi já observada a triangulação que abrange o Canal do Geba e os canais de Bolama e de Bolola, tendo ficado coordenadas as Ilhas de Bolama, das Galinhas, da Formosa, de Carache e de Caravela. Quando ligarmos o troço da triangulação que corre ao longo do canal de Bolama, com o estabelecido no Canal do Geba, ficarão determinadas as restantes ilhas do Arquipélago dos Bijagós.

Como é compreensível, parte dos vértices estabelecidos perdem-se de uma campanha para outra, pelo que, sempre que é possível, esta triangulação é ligada á triangulação principal que no interior corre ao longo do litoral da Guiné. Os vértices que fixam as várias ilhas são sempre estabelecidos em terra firme.

Esta triangulação é observada em torres metálicas de 16 metros de altura, com teodolitos Wild T3. Os fechos máximo e médio dos triangulos já observados não excedem, respectivamente, 6" e 3".

Tencionamos ligar as longas poligonais estabelecidas de 1944 a 1947 á triangulação que estamos desenvolvendo. A ligação das poligonais que constituem o 1.º circuito foi já executada. Estas poligonais dão-nos uma magnífica rede de pontos instalados nas povoações, nos cruzamentos de estradas e noutros locais notáveis. Pena é que não existam também poligonais ao sul do Canal do Geba, onde por poligonais ou triangulos será necessário determinar novos vértices.

Levantamento cartográfico

Pelas condições geográficas locais, o levantamento da carta geográfica da Guiné tem de ser executado á base da fotografia aérea, e utilizando os novos processos de fotogrametria que reduzem consideràvelmente o apoio no terreno.

Por proposta do chefe da Missão, a Junta das Missões Geográficas e de Investigações Ultramarinas entendeu que seria de tentar a utilização da fotografia existente na elaboração das cartas cartográficas, a fim de que se não retardasse por mais tempo a publicação das primeiras folhas. Os Serviços Cartográficos do Exército ficaram com o encargo de tal trabalho, e os nossos camaradas daqueles Serviços têm posto toda a sua boa vontade e competência profissional na sua execução. Dois oficiais desta Missão, que em Paris frequentaram um curso de Fotogrametria no Institut Géographique National, colaboram naquele trabalho.

Será em face das despesas feitas com a restituição das primeiras folhas, utilizando a fotografia já citada, que será estabelecida a orientação a seguir em trabalhos futuros.

As fotografias serão coordenadas por triangulação radial, apoiadas em alguns pontos fotogramétricos determinados no terreno.

Depois, serão restituídas no Multiplex, de forma a obter-se a planimetria.

Nas primeiras folhas, a altimetria será determinada em face dos pontos cotados existentes no terreno. De futuro, a altimetria será também obtida no Multiplex, pelo que, cada par de fotografias disporá de quatro pontos cotados. Estes pontos serão determinados por nivelamento barométrico. Na Guiné, esta determinação é muito facilitada pelo conhecimento da cota a que surge o mangal.

Os pontos fotogramétricos são determinados no terreno a partir dos vértices da triangulação e das poligonais.

A toponímia merece-nos cuidados especiais e ficará devidamente corrigida.

As folhas serão publicadas na escala de 1/50.000 e nelas figurarão, além dos habituais detalhes, toda a vegetação e culturas.

Os trabalhos de campo estão concluídos para mais de uma dezena de folhas, e a sua publicação depende apenas da restituição e da impressão.

Levantamento hidrográfico

As cartas hidrográficas devem ser publicadas na escala de 1/80.000 e os planos hidrográficos em escalas entre 1/10.000 e 1/20.000.

As pranchetas de sondagem para as cartas gerais são desenhadas em 1/40.000.

A sondagem é totalmente executada com sondadores sonoros marca «Hughes». Metade da sondagem é feita segundo uma determinada quadrícula, cujas posições são procuradas a sextante. A outra metade é substituída por percursos de sondagem sonora. Os percursos são seguidos pelas indicações de agulhas magnéticas, e rectificados frequentemente, pela determinação de posições de controle. Em todas as estações da quadrícula são obtidas amostras da qualidade de fundo, por sondagem á linha, que é executada simultaneamente com a sondagem sonora.

Os sondadores sonoros são regulados por barra reflectora de som.

As isobatimétricas são determinadas em função das indicações fornecidas pelos sondadores sonoros.

As sondas são reduzidas ao plano das maiores baixa-mares de águas vivas. A linha de baixa-mar, quando de areia ou lodo, é obtida de forma idêntica á indicada para a determinação das isobatimétricas. Quando de rocha, é obtida pelos processos clássicos.

As correntes de maré são obtidas por um correntómetro «Idrac».

Os sinais hidrográficos são determinados a partir dos vértices da triangulação secundária. Estes sinais são constituídos por árvores conspícuas ou por armações em madeira, montadas no lodo ou na areia.

Encontram-se já publicados, o Plano Hidrográfico n.º 280 «Porto de Bissau» e o P. H. n.º 281 «Porto de Bolama». Estão sendo gravados o P. H. n.º 282 «Injante» e a Carta Hidrográfica n.º 216 «Canais entre os Portos de Bissau e de Bolama», os quais ainda serão publicados no corrente ano. Estão sendo desenhados o P. H. n.º 283 «Caió» e da C. H. n.º 215 «Canal do Geba. Da Ponta Arlete ao Porto de Bissau», cuja publicação deve ser feita no princípio do próximo ano. Encontra-se em execução a C. H. n.º 214 «Entrada do Canal do Geba».

Marés

A complexidade da propagação da maré, nos mares e canais da Guiné Portuguesa, obrigou-nos a tomar especiais cuidados no seu estudo. As estações onde são feitas observações de marés são classificadas em principais, secundárias e auxiliares.

Nas principais são montados marégrafos e feitas observações por periodos superiores a um ano. Nas secundárias são montadas escalas de marés e feitas observações por periodos superiores a 29 dias. Nas auxiliares são montadas escalas de marés e feitas observações de preia-mares e de baixa-mares, durante alguns dias, em águas vivas e em águas mortas.

No Canal do Geba já foi instalada uma estação principal em Caió, 6 estações secundárias e 14 estações auxiliares.

No Rio Cacheu foi instalada uma estação principal, em Cacheu, e uma secundária, em Farim. Estão previstas mais 1 estação secundária e 6 estações auxiliares.

Ao sul do Canal do Geba já foi instalada uma estação secundária em Bolama e 5 estações auxiliares, estando prevista a montagem de uma estação principal em Bubaque e a de diversas estações secundárias e auxiliares.

As observações de marés nas estações auxiliares são sempre feitas simultaneamente com observações de marés na estação secundária mais próxima.

As observações de marés nas estações secundárias são sempre feitas simultaneamente com observações na estação principal que lhes serve de estação fundamental (Cacheu, para o Rio Cacheu; Caió, para o Canal do Geba; Bubaque, para a zona a sul do Canal do Geba).

Nas estações principais obtem-se a previsão da maré pela análise harmónica e determinação das constantes harmónicas da maré. Nas estações secundárias e auxiliares obtem-se pelo estabelecimento de curvas de concordancia para horas de baixa-mares e de preia-mares e alturas de água, em relação á estação principal que lhe serve de estação fundamental.

O plano do nível médio é determinado em cada estação pelas observações locais. O plano das maiores baixa-mares de águas vivas é determinado nas estações principais, em função das constantes harmónicas, e nas estações secundárias e auxiliares, pelas curvas de concordancia.

A formação da onda de macareu no Canal do Geba é prevista por concordancia com os baixa-mares em Caió.

A redução da sondagem para os levantamentos hidrográficos é feita em relação á estação de marés mais próxima, onde são feitas observações durante os períodos em que aquele trabalho é executado.

Magnetismo

Em Bissau instalámos uma estação fundamental, onde todos os anos, pela mesma data, são determinadas a declinação magnética, a inclinação magnética e a componente horizontal.

Já foram instaladas estações secundárias em Bolama, Pecixe e Caió, onde foram determinados os referidos elementos.

Temperaturas, salinidades, etc.

Simultaneamente com a execução dos trabalhos hidrográficos, são determinados diversos elementos com interesse para um melhor conhecimento da nossa Guiné, tais como:

Temperatura da água — A' superfície e a 5 metros de profundidade.

Salinidade da água — A' superfície e a 5 metros de profundidade.

Em baixa-mares e em preia-mares.

Transparência da água — Em baixa-mares e em preia-mares.

Colheitas de plancton.

A determinação destes elementos mantém-se durante todo o ano, no Porto de Bissau.

A Missão tem subsidiado diversos trabalhos referentes a plancton e a amostras do fundo e respeitantes ás colheitas por nós efectuadas.

★

Tentámos, muito resumidamente, descrever os processos de trabalho seguidos pela Missão Geo-Hidrográfica da Guiné e a sua actividade durante os ultimos 3 anos, na execução de uma obra que, mesmo para nações com recursos mais vastos, seria uma tarefa não isenta de dificuldades.

Observação de sinais hidrográficos no lodo. O observador coloca-se num estrado de madeira e o teodolito numa racha de cibe, bem enterrado no lodo

PROBLEMAS
DE PRODUÇÃO E COMÉRCIO
ANALIZADOS PELO PRESIDENTE
DA COMISSÃO REGULADORA DE PREÇOS

(Continuação da 9.ª pág.)

E as exportações para a Metrópole e estrangeiro são compensadoras?

— A exportação das nossas oleaginosas para a Metrópole têm preços fixos. Assim, a cotação do amendoim é de 2$00 por quilograma, «Fob» Bissau; o preço do coconote é de 3$00 por quilograma «Cif» Tejo e de 7$00 por quilograma de óleo de palma, também «Cif» Tejo.

Na campanha de 1951, os exportadores, por causa da cotação das oleaginosas, adquiriram os mesmos produtos por preços superiores aos fixados. Assim, o amendoim chegou a ser adquirido na Província pelo preço de 2$00 e 2$10; por igual preço e pouco mais foi comprado o coconote e o óleo de palma atingiu o máximo de 5$00 por quilograma.

A exportação das oleaginosas não promoveu lucros compensadores, havendo casos, como o do coconote, em que pode haver perdas. O exportador, no entanto, pratica a exportação para a Metrópole porque o prejuízo que venha a sofrer é suprido pelo lucro que obtém com a exportação para o estrangeiro.

Para exemplificar o caso citado, basta mencionar que nos primeiros meses do corrente ano, enquanto o preço do amendoim para a Metrópole era de 2$60 «Fob» Bissau, no estrangeiro a cotação atingiu o preço de 5$00 a 6$50.

Idêntica situação se deu com o coconote e óleo de palma, cujas cotações atingiram preços que oscilaram respectivamente de 6$00 a 7$00 e de 8$00 a 9$00 por quilograma.

Os encargos com a exportação

— São grandes os encargos atribuidos aos produtos de exportação?

— De uma maneira geral, as despesas com a exportação, quer para a Metrópole, quer para o estrangeiro, são de vulto e em grande parte vêm onerar o exportador.

Na presente campanha, o coconote exportado para a Metrópole ou não dá lucro ou provoca perdas, embora pequenas. Tudo depende do preço corrente no mercado da Província e da concorrência para a aquisição do produto.

Também há a considerar que o preço das oleaginosas da nossa Província está sujeito a outros factores que provocam ofertas muito vantajosas para os vendedores de oleaginosas. E entre os factores mais importantes está o facto de, nas vizinhas possessões francesa e inglesa, os preços atingirem o dobro dos que são normais na Província.

Assim, enquanto o preço do amendoim da Província era de 1$75 (preço oficial), os nossos exportadores adquiriam-no por 2$00 e mais. E a maior oferta tinha por base que nas regiões fronteiriças o preço atingira 4$00 e 5$00 por quilograma.

Uma parte da nossa produção deve ter sido desviada para as referidas regiões. O indígena, na mira de auferir maiores lucros com os seus produtos, encaminha a sua produção, uma parte dela, para as terras estrangeiras, promovendo ali a sua venda.

E a concluirmos tão elucidativa entrevista, que abarca na generalidade o problema da produção e comércio da Guiné, perguntámos se as actuais cotações são favoráveis á exportação para o estrangeiro, ao que o sr. eng. Francisco Roncon respondeu:

— Nos ultimos dois meses as cotações baixaram e os nossos produtos não têm obtido a procura que tinham no início da campanha.

O coconote para o estrangeiro baixou a 5$00 «Cif», preço que leva o exportador a desistir de vender o produto, não só devido ao preço mas também porque o mesmo fica sujeito a várias análises impostas pelo comprador.

Com o amendoim a situação é idêntica e o preço actual é de 4$50 «Cif».

Os nossos exportadores aguardam melhores cotações para efectivarem os restos das exportações para o estrangeiro.

OCUPAÇÃO SANITÁRIA
DA PROVÍNCIA

(Continuação da 6.ª pág.)

58.220 doentes (49.100 indigenas e 9.120 civilizados).

Dos doentes civilizados, 1.354 foram europeus, 2.337 de Cabo Verde, 33 de outras Provincias Ultramarinas, 115 de outros países e 5.281 da Guiné.

Foram efectuadas 41.907 vacinações antivariólicas e 21.608 contra a febre amarela, entre primo-vacinados e revacinados.

A mortalidade incidiu sobre os civilizados com 122 casos (103 com assistência médica) e, sobre os indígenas, com 637 casos (356 com assistência).

No Banco efectuaram-se 408.938 curativos e aplicaram-se 146.448 injecções diversas.

O Depósito Central de Medicamentos despendeu 2.349.166$43 nas farmácias do Estado, da Provincia, que se forneceram nos mercados locais de 24.083$15.

Durante o ano foram fornecidos gratuitamente medicamentos no valor de 2.207.016$35 e vendidos 181.824$75.

Na Maternidade de Bissau fizeram-se 157 partos.

Realizaram-se 165 operações de grande cirurgia.

Foram feitas 1.253 radiografias e 227 radioscopias; e, na secção de fisioterápia, socorreram-se 681 individuos.

No serviço de estomatologia foram tratados 849 individuos.

Do exposto avulta bem que a vasta obra iniciada durante o Governo do comandante Sarmento Rodrigues e continuada na encarregatura do tenente-coronel Pinto Cardoso, teve óptima sequência nos dois ultimos anos decorridos. Disse o ilustre titular da pasta do Ultramar:

«Temos em Africa uma grande preocupação: aperfeiçoar as condições de existência material e moral das populações que lá vivem.»

No dia festivo do segundo aniversário do Governo do engenheiro Raimundo Serrão podemos dizer com segurança que vai tornando, por cá, as coisas cada vez melhores.

COMPANHIA AGRÍCOLA ULTRAMARINA

UMA GRANDE ORGANIZAÇÃO MODELARMENTE ORIENTADA

Um dos problemas de maior importancia da Provincia de S. Tomé e Príncipe é, sem duvida, o do trabalhador indígena. O recrutamento de mão-de-obra noutras provincias ultramarinas portuguesas, resolvendo embora um aspecto do problema trouxe-lhe, sem duvida, outras complicações que só uma superior orientação tem sabido resolver adequadamente.

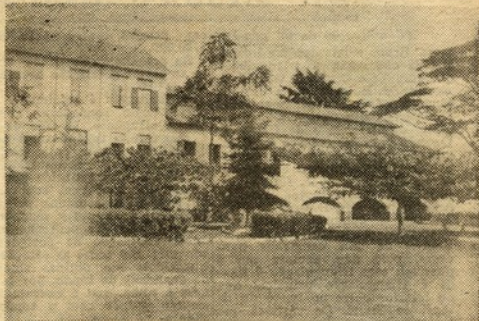
Para isso, como é natural, muito contribui a acção dc Governo da Provincia, sendo notável o que nesse campo se fez sob a orientação do governador sr. major Carlos de Sousa Gorgulho.

Os Serviços da Curadoria Geral dos Serviçais e Indígenas, organismo destinado a superintender nestas questões, funcionam com modelar eficiência sendo, no entanto, de assinalar que a sua acção tem sido extraordinàriamente facilitada pela colaboração que lhes dispensam as entidades patronais.

Nos ultimos anos, a aturada fiscalização daqueles Serviços registou muito menos motivos para a sua intervenção o que prova haverem sido compreendidas e acatadas as decisões oficiais.

A colaboração das entidades patronais com os organismos oficiais

Como é lógico, aliás, nas grandes propriedades, a observação das normas por que se deve reger o trabalho indígena, faz-se muito cuidadosamente.

E há muitos casos em que as entidades patronais não se limitam apenas ao cumprimento das disposições oficiais antes tomam iniciativas que lhe grangeiam justa admiração.

Outro aspecto das mesmas instalações

Merece citar-se, por exemplo, o que nesse campo se passa com uma das maiores organizações de S. Tomé — a Companhia Agrícola Ultramarina. As suas quatro grandes roças — «Uba Budo», «Perseverança», «São João» e «Binda» — dão trabalho a 2.500 indígenas.

Uma grande organização e uma excelente assistência ao indígena

Para se poder apreciar a importancia da organização e a dificuldade que havia em preparar um bom serviço de assistência ao indígena, basta dizer que as terras da Companhia Agrícola Ultramarina ocupam uma área de 110 quilómetros. Nelas se produz em larga escala, cacau, café, coconote, copra e óleo de palma. E a Companhia instalou ali modernas fábricas de óleos.

A volumosa produção das roças encontra, graças a essas fábricas, uma imediata aplicação, o que se traduz num indiscutível benefício para o progresso industrial de S. Tomé e numa valiosa contribuição para as exportações da Provincia. E' justo destacar este facto e o quanto ele se deve á acção do gerente da Companhia Agrícola Ultramarina em S. Tomé.

Em cada uma das roças existe um hospital bem apetrechado e assistido por corpo clínico e pessoal de enfermagem de alta competência. Com os seus quatro hospitais e com outras iniciativas de protecção e assistência aos trabalhadores indígenas, a Companhia Agrícola Ultramarina, através da acção desenvolvida nas suas roças, demonstra orientar a sua actividade de acordo com o desejo unanime de fazer progredir a Provincia.

Instalações da «Companhia Agrícola Ultramarina», na Roça d e Uba Budo, em S. Tomé

S. TOMÉ

O PODER DE REALIZAÇÃO

DO GOVERNADOR CARLOS GORGULHO

IMPRIMIU À PROVÍNCIA CARACTERISTICAS BEM VISIVEIS

DE PROGRESSO MORAL E MATERIAL

Tenente-coronel Carlos de Sousa Gorgulho, Governador de S. Tomé e Príncipe

Seis anos á frente dos destinos de S. Tomé e Príncipe, o tenente-coronel Carlos de Sousa Gorgulho revelou-se um governador a todos os titulos notável. Na História do nosso Império, seu nome perdurará como expressão eloquente de um profundo poder de realização que, em meia duzia de anos, transformou aquela linda Província, de lés a lés, imprimindo-lhe características palpáveis de progresso moral e material guiando-a a lugar de honra no quadro das nossas actividades ultramarinas, com tal acerto e norma de justiça, que a sua obra suscitou um movimento geral de simpatia, caso raro na vida dos governantes. E' que essa obra tem por base o amor á terra. A alma forte mas enternecida do artilheiro, deu-se toda ao progresso da terra por que se apaixonou.

Arrancado á carreira militar pela governação publica, o tenente-coronel Carlos Gorgulho teve assim a grande oportunidade da sua vida: exteriorizar, num plano de grandeza, os predicados que o exornavam, como dirigente e homem de acção.

Antigo aluno da Politécnica e, depois, da Escola do Exército, comandante da Artilharia e da Polícia de Macau, bem como director da Administração Civil daquela longinqua possessão, comandou depois o destacamento misto do Forte de Almada, até que, em 1945, por deliberação do Conselho de Ministros, foi nomeado governador de S. Tomé e Príncipe.

Homem de acção, pouco tempo lhe resta para entrevistas, mas como se tratava da propaganda de S. Tomé e Príncipe, o tenente-coronel Carlos Gorgulho dispôs-se a conceder-nos alguns momentos.

Mas, as palavras são como as cerejas, mesmo em S. Tomé...

E o ilustre governador, que teve palavras de muito apreço pela iniciativa do «Diário Popular», começou por abordar o problema da mão-de-obra, a que vem dedicando aturada atenção, como noutro lugar referimos, salientando, especialmente, que, em tão delicado assunto há que encarar duas espécies de trabalhadores: os oriundos de outras Províncias — como Angola, Moçambique e Cabo Verde — e os trabalhadores nativos.

— Os primeiros — esclareceu — são regidos pelo Código de Trabalho Indigena e os segundos por uma série de diplomas tendentes a dar ao trabalhador regalias e direitos que eram de inteira justiça. Enfrentámos também a Previdência e a Assistência, quase em vias de solução completa quando se publicar o diploma da Caixa de Auxílio ao Trabalhador, que funcionará na Caixa de Aposentações dos funcionários.

Rigoroso cumprimento dos contratos de trabalho

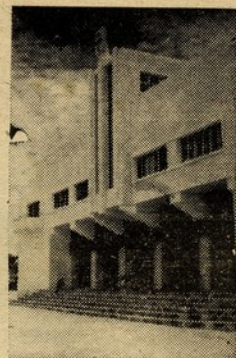
E continuou:

— A par desta legislação, foram também publicados diplomas para fazer valer os direitos dos empregados que trabalham por conta de outrem, incluindo a sua integração no respectivo Sindicato.

Prosseguindo na sua apreciação a tão momentoso assunto, o tenente-coronel Carlos Gorgulho disse-nos:

— O rigoroso cumprimento dos contratos de trabalho — repatriação na devida altura — já começou a dar seus frutos e muitos são os serviçais de Angola, Cabo Verde e Moçambique que desejam voltar a S. Tomé. A assistência social tanto abrange os contràtados, como os nativos. Para os primeiros, há nas roças: creches, maternidades e ensino obrigatório. Para os segundos, a protecção reveste-se de maior importancia, pois há creches-lactários e distribuição gratuita de refeições diárias a crianças até 7 anos; jardim infantil, e ainda este ano ficará concluida uma cantina escolar para crianças até 14 anos.

Visívelmente entusiasmado, ao descrever a obra de protecção ao indígena, o ilustre colonialista acrescentou:

— Além desta assistência, o desenvolvimento das crianças é acompanhado pela atenta vigilancia de subdelegados de Saude. E a cargo dos Serviços de Saude funciona o Dispensário Antituberculoso e a Balneoterapia, com o objectivo de assegurar, gratuitamente, condições higiénicas ao nativo Os Serviços de Saude adquiriram um aparelho de micro-radiografia, destinado á inspecção de toda a população. A par desta obra profiláctica, na campanha contra a tuberculose, os Serviços de Saude estão deveras empenhados na luta contra o paludismo e a filariose.

Cinema «Império»

Melhorou o estado sanitário da Provincia

A conversa manteve-se, ainda, plena de interesse no capítulo de assistência e higiene e o tenente-coronel Carlos Gorgulho acrescentou:

— A Província está ainda longe de completo saneamento apesar dos resultados obtidos pelo extenuante trabalho realizado. Baixou o numero de doenças originadas pelo paludismo e bem assim, o que dizia respeito a enfermidades que se relacionaram

(Continua na pág. seguinte)

SALDOS

POSITIVOS

NAS FINANÇAS PÚBLICAS

A situação financeira de S. Tomé e Príncipe — ilhas essencialmente agrícolas, sem qualquer ramo de industria apreciável — causou sempre sérias apreensões ao Governo Central, em consequência de um sistema tributário irregular, no modo da cobrança das receitas.

Só em 1930, com a reforma das pautas aduaneiras, se obteve relativa compensação na cobrança de tributos, em razão do aumento dos direitos de exportação.

Paralelamente, uma sã política de compressão de despesas, contribuiu para restabelecer o equilíbrio financeiro.

A provar esse equilíbrio, eis o quadro em que se apresentam as somas dos orçamentos da Província desde 1925 a 1950, em escala quinquenal:

ANOS	*Contos*
1925	8.274
1930	12.186
1935	7.899
1940	11.759
1945	11.831
1950	41.995

Vencendo o desbarato que se verificava nos abonos aos servidores do Estado e eliminando o peso da aposentação e reforma, pôde aliviar-se o orçamento da Província e restabelecer as finanças, como se comprova com o quadro junto:

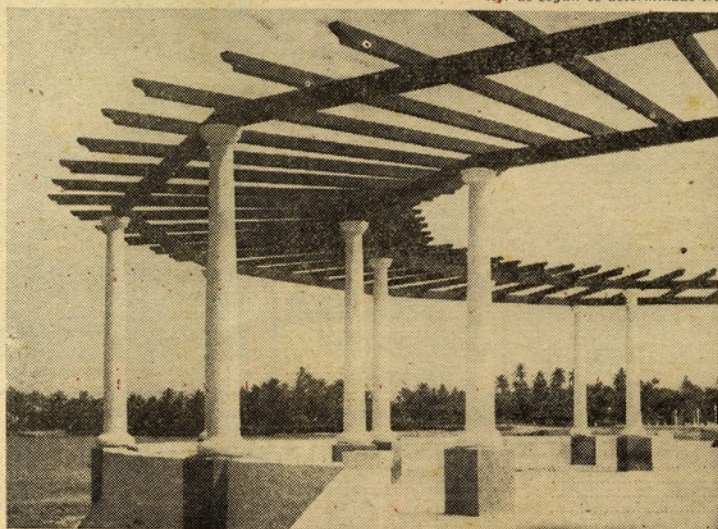
ANOS	*SALDOS* Posit.os	Negat.os
1925	5.038	—
1930	—	741
1935	4.521	—
1940	3.072	—
1945	4.848	—
1949	16.626	—

O MAIS ISOLADO RINCÃO

DO IMPÉRIO PORTUGUÊS

Para chegar ao Forte português de S. João Baptista de Ajudá, tem que se desembarcar no porto francês de Cotonou. Autêntico enclave no território francês de Dahomey, a fortaleza foi mandada construir em 1680, por D. Pedro II, servindo o interesse dos portugueses, no seu comércio ao longo da costa e nomeadamente com o Brasil, a tal ponto que a respectiva guarnição chegou a receber soldada da Baía de Todos-os-Santos.

Com a separação do Brasil, em 1824, a fortaleza entrou no caminho do abandono, até que, em 1884, o Governador de S. Tomé e Príncipe, José Maria Marques, mandou um oficial assumir o seu comando e um eclesiástico para cuidar da capela.

Da linha de feitorias, espalhadas pela costa do Golfo da Guiné, resta-nos apenas hoje a pacífica Residência de S. João Baptista de Ajudá — saudade de Portugal naquelas terras distantes.

ESTÁ MAIS LINDA

A CIDADE CAPITAL DA PROVÍNCIA

QUEM A VIU E QUEM A VÊ!...

Quem conheceu a cidade de S. Tomé, há relativamente poucos anos, e a venha hoje visitar encontrará uma nova cidade, tão diferente da primeira, que por certo, e em muitos pontos, não poderá reconstituir o que ali existia, tão radical e profunda foi a transformação realizada.

S. Tomé sofria, como quase todas as velhas cidades africanas, do mal de ter sido construida sem obedecer a qualquer plano de urbanização. As construções foram-se sucedendo, indiscriminadamente, e nos locais que se afiguravam mais convenientes, daí resultando, em certa altura, ter de seguir-se determinado traçado que, embora não fosse aconselhável, tinha que obedecer ao que já existia.

A par deste mal, havia, espalhados pela cidade, vários nucleos de população nativa, habitando, na sua maioria, velhas casas e cubatas de madeira, sem os mais rudimentares requisitos de higiene, verdadeiros focos de infecção, onde os mosquitos proliferavam em ambiente propício, espalhando por toda a cidade os seus maléficos resultados.

Estavam neste caso os conhecidos bairros da Ponta Mina, Cabo Submarino, São João, o bairro junto do pantano da Conceição, e, em anos mais atrasados, o do Espalmadouro e o que existia nos terrenos hoje ocupados em parte pelo Parque Desportivo.

O mal parecia não ter remédio, tão difícil se afigurava conciliar interesses e demover propósitos, que embora desactualizados, eram defendidos a todo o transe por aqueles que, acima do interesse geral, só atendiam ás suas conveniências particulares.

Havia que arrasar meia cidade, diziam. E depois como reconstrui-la?

Como seria possível alojar tantas pessoas que seriam atiradas para a rua?

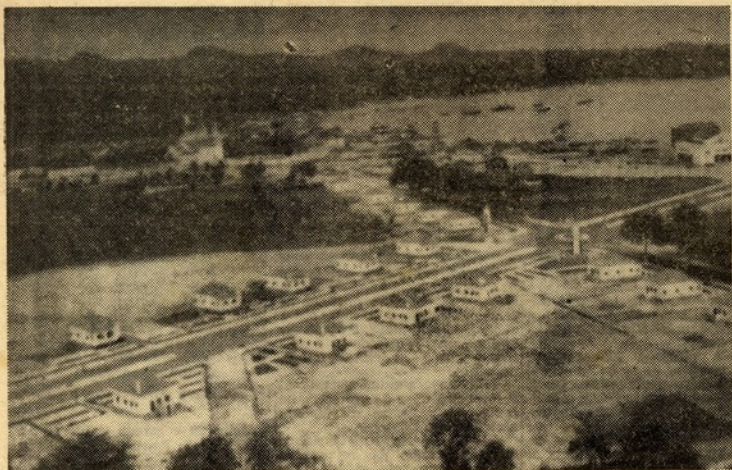
Onde havia capacidade de realização para num curto espaço de tempo remediar estes males?

(Continua na 5.ª pág.)

Miradouro na Avenida da Armada

A PESCA DA BALEIA

A recente montagem, em S. Tomé, de uma fábrica para aproveitamento das gorduras de baleia, com a colaboração de técnicos estrangeiros, representa uma nova actividade de grande interesse, pois valoriza um sector de reduzidas proporções na Província: a industria. Tem dado resultados razoáveis a pesca da baleia, pelo que se esperam, da nova industria, benefícios de ordem económica que também vão reflectir-se no comércio local.

ULTRAMAR — S. TOMÉ

O Bairro para funcionários europeus em serviço na capital da Província

A TAREFA REALIZADA

NÃO PODE DEIXAR INDIFERENTES

TODOS AQUELES QUE SÃO PATRIOTAS

Quando em Janeiro do corrente ano, o tenente-coronel Sousa Gorgulho regressou a S. Tomé, depois de se ter avistado com o Ministro do Ultramar, pronunciou á chegada, um importante discurso, do qual vamos arquivar, pelo seu alto significado, algumas passagens.

Começou o ilustre governador por dizer:

A Colónia está em franco desenvolvimento e progresso, há melhoria em todos os sectores de Administração e a população viu subir consideravelmente o seu nível de vida económico e a sua civilização. Mas tudo isto não interessa, nem nada conta. O que é preciso é que venha alguém que deixe fazer o que cada um quer, e estabelecer a confusão para que meia duzia de indivíduos possam exercer despotismo sobre os fracos ou obterem vantagens políticas. Mas isso não é viável nos dias de hoje. Portugal atravessa um momento de grande prestígio e de moralidade na sua Administração que se terá de manter em todas as partes do nosso Império Colonial, e nós teremos fatalmente que manter nesta Colónia esse prestígio, para o que, cada um terá de contribuir com a sua lealdade e o seu esforço físico e intelectual.

O progresso e o engrandecimento da Colónia assim o exigem, bem como o nosso prestígio de grande povo de colonizadores.

E acrescentou:

O funcionalismo nativo viu a sua aspiração máxima, a subvenção colonial, resolvida desta vez a seu contento. Estes funcionários ficarão a dever a sua Excelência o Ministro um dos maiores favores e estou certo lhe saberão corresponder com a sua eterna gratidão. Quando é que um orçamento de S. Tomé foi atendido da maneira como o foi este ano? Veja-se o aumento das receitas e o quadro das despesas. Obras grandiosas e de maior vulto vão ser executadas e já se pensa, para o ano que vem, em outras de maior grandeza.

A Colónia terá dentro de mais um ano um alto valor económico, financeiro e turístico que não desmerecerá dentro do nosso Império.

Mais adiante, declarou:

E' interessante registar já o prestígio de que goza a Colónia nos meios aeronáuticos. E esse prestígio obriga-nos já a construir uma nova pista de 2 quilómetros para poderem aqui aterrar aviões de grande tonelagem. S. Tomé será, finalmente, um aeroporto da escala da nossa carreira aérea imperial.

Vou-me referir ainda ao prestígio de que a nossa Colónia goza em Moçambique; podemos hoje afirmar que o recrutamento de voluntários para obtenção da mão-de-obra para S. Tomé terá que ser restringido, pois o numero de pedidos de inscrição para virem trabalhar para S. Tomé excede o que se esperava.

E afirmou:

Estão portanto bem patentes os resultados da assistência social que há 5 anos se vem dispensando aos trabalhadores. Nas conferências internacionais de trabalho todos os nossos detractores esbarram com a nossa política de verdade sobre o magnífico tratamento que em S. Tomé é dado aos serviçais. Isto é algo consolador. Não me será difícil provar meus senhores que no corrente ano e seguintes a Colónia progredirá e desenvolver-se-á mais do que em algumas dezenas de anos atrás.

A criação da Repartição de Agricultura e a constituição dos seus campos experimentais fará certamente melhorar a qualidade dos produtos agrícolas e fará aumentar a produção.

As construções no aeródromo de uma pista nova e de uma gare aérea, melhorando o serviço de tráfego internacional desenvolverá a economia da Colónia.

A construção de um novo cais acostável para lanchas, a mudança da Alfandega para o Espalmadouro, a exploração da cabotagem entre os diferentes portos da Colónia melhorará certamente os serviços de importação e exportação.

A assistência médica á população vai ser intensificada e valorizada com o combate á tuberculose, paludismo filariose, para o que já se adquiriu todo o material necessário.

Igualmente a assistência social vai intensificar-se com a construção de novos bairros, melhoria das caixas de previdência e criação do fundo sindical.

A assistência técnica e profissional aos nativos, já em curso na Escola de Artes e Ofícios, que vai passar a ser dirigida pela Missão, vai ser aumentada e valorizada, com uma parte agrícola em campos experimentais com cursos de capatazes e práticos, o que lhes melhorará o seu futuro.

A concluir, o tenente-coronel Carlos Gorgulho, salientou:

Igualmente a assistência cultural da população ficará a cargo dos Serviços de Rádiodifusão.

O Turismo da Colónia vai entrar numa época de franco progresso através da Imprensa da Metrópole e de Secretariado da Informação.

Toda esta grande tarefa não pode deixar indiferentes todos aqueles que são patriotas, só não fazendo abalar o espírito daqueles que não anseiam por um Portugal Maior, isto é, daqueles para quem o seu País nada representa senão como vassalo de qualquer outra potência.

Mas, infelizmente, que estes são tão pouco numerosos que não pesam na balança da sociedade em que vivemos.

Estas palavras do distinto Governador ficam a provar iniludivelmente o edifício erguido no quadro das actividades ultramarinas, com a legenda doirada: S. Tomé e Príncipe.

A ENTREVISTA

COM O GOVERNADOR CARLOS GORGULHO

(Continuação da pág. anterior)

com o mau estado sanitário das várias regiões. Para isso, houve que aterrar pântanos e lançar as bases de novos arruamentos e construções urbanas, criando uma cidade nova que se vai estendendo para o sul.

E outros melhoramentos?

— Vamos inaugurar a pista para quadrimotores; estação aérea e respectivos serviços; o bairro «Marcelo Caetano; o aldeamento de Santana; o hotel; o estádio; o mercado municipal; central eléctrica e cinema com capacidade para 1.500 pessoas; uma cantina infantil — melhoramentos que espero mereçam a visita, na altura própria, do sr. Ministro do Ultramar.

— Para obra de tanta monta é preciso que a situação financeira da Província seja desafogada — atalhámos.

— Exacto. Repare que o orçamento de S. Tomé e Príncipe, que em 1945 era de 18.000 contos, está agora na ordem dos 55.000 contos. O Governo possui um saldo disponível de cerca de 28.000 contos e maneja um fundo cambial de 36.000 contos. E', pois, desafogada a situação financeira da Província e já este ano a cobrança excedeu a previsão. E tudo leva a crer que as exportações continuem no mesmo ritmo, embora as cotações dos proventos agrícolas não venham a alcançar o nível do ano passado. Também a balança comercial é favorável, pois que em 1950 importaram-se 10.130 contos e a exportação subiu a 209.548 contos. A Província fornece para consumo da Metrópole grande parte dos seus produtos, estando apenas subordinadas a contingentes as oleaginosas, nas seguintes proporções: coconote, 50 %; copra, 30 %; óleo de palma, 300 toneladas.

Intensificação da produção agrícola, especialmente do cacau

Neste capítulo da produção agrícola, o ilustre governador disse-nos ainda:

— Este ano criou-se o Serviço de Agricultura, que se destina a orientar e aconselhar a exploração das propriedades, para se conseguirem melhores culturas e selecção dos produtos. Dirige esta repartição um engenheiro-agrónomo que está estudando as condições agrícolas da ilha no sentido de se intensificar a produção — especialmente do cacau — e está em projecto a criação de um campo experimental, que preparará também capatazes agrícolas, o que contribuirá para despertar no nativo o gosto pela agricultura.

Os aviões de transporte andam com a lotação esgotada

Grande entusiasta da aviação, conforme anotamos noutro local, o tenente-coronel Carlos Gorgulho, depois de nos falar das realizações aeronáuticas e que descrevemos noutro artigo, forneceu-nos este pormenor curioso:

— Os aviões das linhas internas e os que vão a Fernando Pó, andam com as lotações esgotadas, pelo que as receitas obtidas no primeiro trimestre deste ano já alcançaram valor maior do que em todo o ano transacto. E com a vinda de quadrimotores a S. Tomé, o movimento de passageiros e carga aumentará ainda mais, pois que os comerciantes e agricultores passarão a enviar as amostras dos seus produtos por via aérea.

E com este assunto tão querido ao distinto governador, a entrevista terminou. Tudo quanto fica por dizer aqui, está suficientemente anotado pelas páginas que dedicamos a S. Tomé e Príncipe, uma das mais florescentes parcelas do nosso Império.

AERO CLUBE

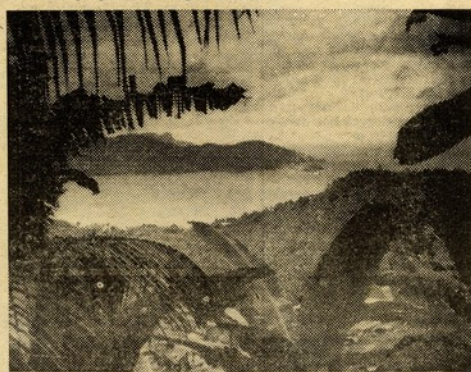
DE S. TOMÉ

O percursor da aeronáutica em S. Tomé, foi o Aero Clube — fundado em 1947.

Devido ao valioso auxílio que lhe foi prestado pelo Governo da Província e Camara Municipal, através de subsídios concedidos, adquiriu dois aviões para o seu serviço: um «Piper cub» de 65 c. v. e um Cub Supercruiser» de 90 c. v., cujo custo foi de 280 contos.

O primeiro entrou na Colónia em 1947 e o segundo em 1949. Têm estes dois aviões prestado relevantes serviços, não só na Escola de Pilotagem, como ainda em viagens de transportes dentro da Ilha, depois que foram abertas as pistas de Porto Alegre e Vila das Neves, e ainda em voos de turismo sobre a Ilha.

O Aero Clube dispõe, também, de uma sede, onde se tem realizado algumas interessantes festas a que acorre o meio elegante de S. Tomé.

De harmonia com o disposto nos seus estatutos, acaba de ser criada uma Secção Desportiva e aberta a inscrição entre os sócios para as várias modalidades que vão ser praticadas.

Lindo aspecto de uma baía de S. Tomé

É SÓLIDA

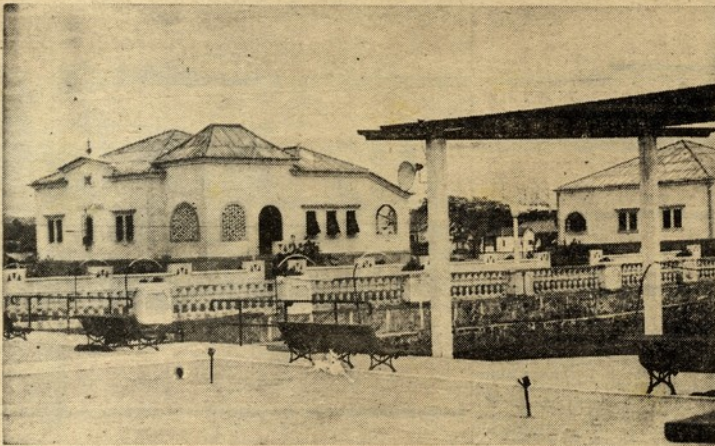
A POSIÇÃO ECONÓMICA DA PROVÍNCIA

As produções agrícolas de S. Tomé e Príncipe, mais ou menos com carácter estacionário, registaram nos ultimos anos, quanto aos principais produtos, os numeros que a seguir se indicam, expressos em quilogramas:

Anos	Cacau	Café Arábica	Café Libéria	Coconote	Copra	Oleo de palma
1946	6.932.017	410.291 (a)		3.969.332	3.776.347	2.825.119
1947	8.006.586	[illegible]00.285	216.203	4.241.883	[illegible].269.251	2.805.324
1948	7.524.679	139.514	178.309	4.335.120	4.527.215	2.955.903
1949	8.089.771	148.734	183.595	[illegible].264.879	[illegible].392.565	2.892.323
1950	7.617.972	103.229	211.251	[illegible].309	[illegible].573.152	2.927.014

(a) Engloba as duas variedades (arábica e libéria).

Mantiveram-se, pois, de uma forma geral, as produções agrícolas numa posição de equilíbrio, sem oscilações que mereçam referência especial.

S. TOMÉ

Residências para funcionários cerca do Bar Miramar

O IMPULSO EXTRAORDINÁRIO

DADO À EXECUÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS

CONSTITUI EXPRESSIVO DOCUMENTO

DE UMA NOTÁVEL POLÍTICA DE REALIZAÇÕES

As crises financeiras que a Província atravessou, não permitiram evidentemente a execução de obras publicas. Sem dinheiro não se pode construir. Houve pois que resolver as crises e sanear as finanças para se poder estabelecer um plano de realizações, com vista a melhorar toda a vida de S. Tomé e Príncipe. Nestas páginas estão focados os principais trabalhos levados a efeito nos vários sectores da vida da Província e é possível portanto que alguns deles apareçam agora neste resumo de obras publicas. Porém, como se trata de um dos sectores que mais notoriamente recebeu tantos benefícios, importa destacá-lo, reunindo num unico artigo tudo quanto se fez em matéria de trabalhos publicos.

Tipo de casa do aldeamento do Estado na vila de Santana (100 moradias)

E assim temos:

1938 — Inauguração da ponte sobre o rio Ió-Grande; inauguração do edifício da Delegação de Saude.

1939 — Inauguração das Escolas Primárias Vaz Monteiro.

1940 — Reparação e remodelação da igreja da Sé; Construção da igreja do Guadalupe; Grande reparação na igreja de Santana; Inauguração do Padrão dos Descobridores, erguido na foz do rio Ana Ambó.

1941 a 1944 — Aterro de pântanos e reparação de estradas.

1945 — Inauguração do bairro social Dr. Vieira Machado e da capela de S. Pedro (22 moradias).

1946 — Abastecimento de água ao Hospital Dr. Oliveira Salazar, cuja obra foi orçada em 80 contos; Abastecimento de água e luz eléctrica á vila da Trindade; inauguração de um edifício para os C. T. T., na vila da Trindade; adaptação de um edifício para Posto Sanitário e Asilo de Velhos e Inválidos na vila da Trindade; abastecimento de água e luz eléctrica ao Bairro Dr. Vieira Machado, obra orçada em 20 contos; inauguração de sanitários publicos na vila da Trindade; abastecimento de água e luz eléctrica á vila da Madalena; inauguração de um posto sanitário na vila da Madalena; inauguração de um edifício para os C. T. T., na vila da Madalena; reparação da igreja da vila da Madalena; inauguração de um lavadouro publico na vila da Madalena; adaptação do edifício do antigo Orfanato a Quartel do Corpo de Polícia Indígena, obra que foi orçada em 220 contos; grandes reparações nas estradas do norte e sul da Ilha, construção de balneários para as escolas primárias, cantinas, parque infantil e jardim publico, obras orçadas em 242 contos.

1947 — Inauguração do 1.º bloco de casas económicas do Bairro Dr. Marcelo Caetano, composto por 4 moradias para 13 inquilinos, obra orçada em 500 contos; saneamento e aterro de pântanos; inauguração do posto policial e do posto sanitário no Bairro Dr. Vieira Machado; construção de uma moradia para o Director dos Serviços de Saude, obra orçada em 328 contos; construção de um Hospital na Ilha do Príncipe, obra orçada em 700 contos.

1948 — Construção da 1.ª fase do aldeamento indígena de Riba Santana, obra orçada em 783 contos; saneamento e aterro de pântanos; construção da Escola de Artes e Ofícios, obra orçada em 500 contos; inauguração da 1.ª fase da nova Avenida Governador Carlos de Sousa Gorgulho; inauguração da 2.ª fase do aldeamento indígena da Riba de Santana, que fica dispondo de 53 casas.

1949 — Construção de uma gare no Hospital Central Dr. Oliveira Salazar, obra orçada em 100 contos; saneamento e aterro de pântanos; inauguração do edifício destinado a pavilhão de isolamento para tuberculosos, no Hospital Central Dr. Oliveira Salazar; inauguração da 3.ª fase do aldeamento indígena de Santana — 57 casas, obra orçada em 2.907 contos. Ficou dispondo de 100 casas; inauguração da 2.ª fase da Avenida Governador Carlos de Sousa Gorgulho; construção de uma Creche-Lac-

(Continua na 8.ª pág.)

DA ACÇÃO DO CONSELHO

DOS DESPORTOS

ESPERA-SE QUE OS CLUBES

DESENVOLVAM MAIOR ACTIVIDADE

Pode dizer-se que a prática do desporto começou, própriamente, há 30 anos. Jovens entusiastas ensaiavam pontapés na bola, corriam, saltavam, mas tudo por impulso próprio, sem uma organização adequada e lutando com a falta de indispensáveis terrenos de desporto. Principalmente, os adeptos do futebol — a grande maioria — não tinham nem campo, nem balizas para meter golos...

Até que em 1938, a Camara Municipal, com o auxílio do Governo, construiu, pela primeira vez em S. Tomé um amplo campo de jogos, a que deu o nome do saudoso Chefe da Nação de «Parque Desportivo General Carmona».

Foi a partir de então, que se notou certo movimento desportivo. Logo nos anos seguintes, mereceram aprovação oficial os estatutos das seguintes agremiações: Associação de Futebol de S. Tomé, Sporting Clube de S. Tomé (filial do Sporting Clube de Portugal), Sport Lisboa e S. Tomé (filial do Sport Lisboa e Benfica) e Andorinha Sport Clube. E assim o futebol entrou em franca actividade. Organizaram-se consequentemente campeonatos regionais e outras competições.

Além do futebol, praticaram-se outras provas desportivas, como atletismo, ciclismo e basquetebol, durante largos anos. Depois, o desporto local entrou em crise. Má situação financeira dos clubes, pouca eficiência dos organismos dirigentes e daí certo desinteresse, com algumas alternativas de entusiasmo, até que o Governo da Província, no desejo de dar vida ao desporto, publicou em Abril do corrente ano, a seguinte portaria:

«Reconheceu o Governo da Província a necessidade absoluta de o Estado intervir no desenvolvimento do desporto em S. Tomé e Príncipe com o fim de o orientar e disciplinar, de modo a dar aos clubes desportivos locais a oportunidade de satisfazerem a sua importante missão. Não pode o Estado alhear-se desse importantíssimo sector da vida nacional, onde, além do revigoramento físico do indivíduo, se forma a educação moral do povo. Uma missão com tão elevado alcance carece de patrocínio do Estado e não pode ser abandonada apenas ás actividades particulares. Torna-se pois, urgente, encarar a constituição de um organismo de coordenação e orientação desportiva, para o bem do desporto local, dando-lhe possibilidades de acompanhar o progresso que, dia a dia, se vai evidenciando nas nossas Colónias vizinhas».

No mês seguinte, foram nomeados os componentes do Conselho dos Desportos.

E' de esperar pois, que da acção do novo organismo, o desporto enverede pelo caminho de uma actividade salutar e entusiástica, tão necessária á mocidade de S. Tomé.

Províncias do Ultramar Português, sem filiais do Benfica, do Sporting, do Belenenses e do Atlético, negam o entusiasmo desportivo da Metrópole.

RENASCE

A CONFIANÇA

NA ILHA DO PRÍNCIPE

que estava esquecida e abandonada

Principe é bem uma perola do Oceano, a destacar-se do rosário de ilhas do Golfo da Guine, á distancia de 90 milhas da capital da Provincia. Foi pródiga a Natureza, com esta pequena ilha, que forma com S. Tomé um conjunto económico apreciável, com as suas plantações de cacau.

Esquecida durante muitos anos e tendo passado por várias crises, uma das quais a de mão-de-obra, que mais aguda se tornou ao estalar a segunda guerra mundial, a Ilha do Príncipe, entrou depois numa fase de progresso, mercê do aumento das suas exportações do rico produto, indispensável aos mercados europeus.

E assim, ao terminar a guerra, em 1945, a economia da Ilha estava quase equilibrada.

De há três anos para cá, a ilha da beleza, dos encantos e grandeza das paisagens equatoriais, começou a ser batida pelo vento do progresso, pois até lá estendeu a sua acção o governador Sousa Gorgulho. Primeiro, medidas de alcance social; redistribuição equitativa do trabalho; remuneração justa ao braço que tira a riqueza da terra e chamamento dos que haviam abandonado o doce rincão, levados pelo desalento ou tocados pelas injustiças.

Depois, o progresso indispensável dos serviços publicos, dos quais se destacam um moderno hospital e uma eficiente estação radiotelegráfica.

Vai pois singrando a ilha, que andava esquecida e que se julgava por todos abandonada. E' que S. Tomé e Principe, fazem parte do mesmo corpo, pertencem á mesma comunidade.

À hora do mercado

QUADRO GERAL

DA IMPORTAÇÃO E DA EXPORTAÇÃO

O quadro que a seguir inserimos indica-nos os totais de importação e exportação da Província, sendo as unidades das quantidades expressas em quilogramas e as dos valores em escudos:

ANOS	IMPORTAÇÃO		EXPORTAÇÃO	
	Quantidade	Valores	Quantidade	Valores
1946	11.641.818	52.998.737	26.828.780	122.139.883
1947	13.089.396	79.948.625	20.060.832	222.392.580
1948	19.823.944	109.132.560	21.779.310	219.645.149
1949	23.212.910	126.702.899	19.932.582	140.472.479
1950	22.207.452	109.130.532	23.682.511	209.548.559

S. TOMÉ

A ORGANIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA MÉDICA

É UMA DAS MAIS NOTÁVEIS OBRAS

DO GOVERNO DA PROVÍNCIA

Pelo

Dr. Ramiro da Fonseca

O nível de sanidade publica de um país, ou de uma comunidade, é o índice mais claro do seu progresso em todos os sentidos. Países ou comunidades de elevado nível sanitário são indubitavelmente agregados em que o progresso material e cultural criou raízes, e quando um povo se prepara, de todos os pontos de vista, para defrontar com êxito a enfermidade, incrementar a higiene, e resolver outros problemas correlativos, esse povo está animado por todas as forças que fazem os fortes, os válidos, os uteis a si e aos outros.

A nossa pequena Província de S. Tomé e Príncipe, tocada pela onda de renovação e progresso que avassala todo o nosso Império, conseguiu tomar rapidamente uma altitude, neste grave problema da saude publica, invejável a todos os títulos.

A obra que ali foi realizada em meia duzia de anos, em matéria de saude publica e assistência médica, é uma das mais notáveis do actual Governo da Província, que tantas obras notáveis já realizou, e pode servir de modelo a qualquer comunidade. Com a energia e decisão que o governador põe em todos os seus actos, com a boa vontade e competência dos médicos locais, com a colaboração e boa compreensão dos colonos e proprietários da ilha, edificou-se rapidamente, e em bases sólidas, um vasto e eficaz organismo de p... e assistência sanitá-

Dispensario Antituberculoso

ria aos muitos milhares de trabalhadores e funcionários, pretos e europeus, que habitam a Província.

Quando em Fevereiro de 1945 (há 6 anos é meio), o Ministério das Colónias, de então, preconizou que os Conselhos de Saude e Higiene de todas as Províncias ultramarinas elaborassem um programa de acção profiláctica e sanitária a desenvolver nos cinco anos seguintes (decreto n.º 34.417 de 21-2-1945), o Governo de S. Tomé pôs imediatamente mãos á obra e elaborou os diplomas legislativos 224 e 231, que estabelecem um plano de assistência médica e social e um plano de combate ao sezonismo, que era preciso fazer passar imediatamente á prática.

Mas os Serviços de Saude da Província estavam por então de tal modo esquecidos e abandonados, (e com que gravíssimas consequências sociais), que foi preciso efectuar neles uma total remodelação. Aqui, a intervenção pessoal do governador fez-se sentir profundamente, como já se fizera sentir noutros sectores do seu governo. A sua nítida compreensão dos aspectos práticos dos problemas, levou-o em primeiro lugar a uma larga concessão de verbas; logo, transmitindo aos outros o seu entusiasmo pela obra a realizar, contagiando-os com o seu dinamismo, persuadindo ou exigindo, consoante as circunstancias, or- ... funcionários, médicos e não médicos, que animado pelo espírito de uma realização entusiástica e eficaz, empreendeu imediatamente a passagem ao facto, daquilo que fora esboçado no papel.

Para se avaliar desta obra, e do estado em que se encontravam os Serviços de Saude de S. Tomé e Príncipe em 1945, basta dizer que:

1.º — Foi feita uma vasta aquisição de medicamentos e apósitos; 2.º — Foi criado um serviço modelar de Raios X; 3.º — Foi criado um serviço de agentes físicos apetrechado com o mais moderno material; 4.º — Criados e apetrechados, com as mais recentes aquisições técnicas, um serviço de oftalmologia e outro de estomatologia; 5.º — Renovado, modernizado e enriquecido o serviço de cirurgia; 6.º — Completa e modernamente apetrechados, mobilados e municiados os hospitais Dr. Oliveira Salazar (em S. Tomé) e Carlos de Sousa Gorgulho (no (Príncipe); 7.º — Criada uma Brigada Sanitária de combate á malária, provida de todos os meios necessários á mais completa eficácia da sua acção; 8.º — Adquiridas para os Serviços de Saude, 3 ambulancias modelos, 2 carrinhas e 1 outra viatura automóvel; 9.º — Instalado um serviço de balneoterápia na Delegação de Saude; 10.º — Construido um pavilhão de isolamento para tuberculosos; 11.º — Construído e apetrechado com o melhor material um Dispensário Antituberculoso; 12.º — Construído um novo hospital na Ilha do Príncipe; 13.º — Construída, mobilada e convenientemente equipada uma Creche-Lactário em S. Tomé, onde as mães podem deixar os filhos desde pela manhã até ao fim do dia, e que fornece gratuitamente leite e farinhas ás crianças residentes em locais distantes; 14.º — Criados cinco novos postos no interior da Ilha de S. Tomé; 15.º — Construídas 7 condignas habitações para o director do Hospital, para 2 médicos e para 4 enfermeiros; 16.º — Imposta a gratuitidade da assistência médica ou cirurgica e fornecimento de medicamentos a qualquer funcionário, empregado ou trabalhador, europeu ou indígena, que em situações regulamentaras procure os Serviços de Saude; 17.º — Regulamentada, em bases da mais impecável justiça e equanimidade, a assistência e protecção aos acidentados de trabalho; 18.º — Finalmente, foi regulamentada, e está em vigor, a assistência médica e cirurgica aos trabalhadores e funcionários, pretos e europeus, em bases de justiça, bom senso e eficácia.

E' precisamente neste capítulo que o governador, inspirado pelos seus próprios princípios de humanidade e patriotismo, aconselhado e advertido pelo Curador e outros funcionários classificados, e pelo corpo clínico dos Serviços de Saude, patenteia a sua clara visão do problema sanitário, e a sua profunda compreensão da obra colonizadora.

Aqueles documentos, o Regulamento dos Acidentes de Traba-

(Continua na 7.ª pág.)

A Delegação de Saúde de S. Tomé dispõe da excelente sede que a gravura reproduz

UMA ILHA DE LUXURIANTE

E POLÍCROMA VEGETAÇÃO

E UMA CIDADE MODERNA E SAUDAVEL

Febres, pântanos, mosquitos... são ainda, infelizmente, as primeiras palavras que a muitos ocorrem ao ouvirem falar de S. Tomé. Há anos, realmente, não muito longe da realidade andavam os que formavam essa ideia desta ilha, rica, extraordinariamente produtiva, de luxuriante e policroma vegetação, de maravilhosos panoramas. Contudo, a transformação há seis anos iniciada, radicalmente a modificou, fazendo de S. Tomé uma cidade moderna, saudável e acolhedora.

Onde outrora existiam insalubres pantanos, ergue-se hoje o Bairro Salazar, de amplas avenidas ladeadas pelos jardins dos lindos chalés que o formam. Habitam-no os funcionários europeus, porque os nativos albergam-se nas higiénicas moradias do Bairro Marcelo Caetano, fronteiro á larga baia Ana Chaves, na qual a cidade se espelha.

Onde outrora se viam desconjuntados casebres de madeira, verdadeiros focos doentios, depararam-se-nos, hoje, modernas e elegantes casas de alvenaria.

Entre floridos canteiros e árvores frondosas, situa-se o Parque Infantil com os caracteristicos divertimentos que são o encanto da miudagem. E para os mais pequeninos, construiu-se uma modelar Creche-Lactário onde, durante as horas de trabalho, as nativas deixam os seus pequerruchos que ali encontram, além de mil brinquedos á sua disposição, uma apropriada e cuidada alimentação fornecida gratuitamente.

No Hospital, um pouco afastado da cidade, foram criados os serviços de raios X, de oftalmologia e de estomatologia; apetrechou-se o serviço de cirurgia, concederam-se largas verbas para medicamentos, e construiram-se chalés para os médicos e enfermeiros.

Inaugurado em Maio, o Dispensário Antituberculoso tem todos os requisitos modernos, e, na Delegação de Saude, criaram-se o serviço de Balneoterápia e uma brigada sanitária para combate á malária.

Muitas outras obras estão em curso. Prestes a concluirem-se há o edifício elegante do Cinema Império com uma lotação de 1.200 lugares e uma área de 1.800 metros quadrados; o Estádio, a «gare» aérea e a pista apropriada ao serviço de quadrimotores, no já conhecido aeroporto Salazar que semanalmente é escalado pelos aviões da carreira Lisboa-Luanda-Lisboa, e dele descolam os seus aviões privativos rumo ao Norte e ao Sul da Província, ao Príncipe, e á vizinha Ilha de Fernando Pó.

Mas, apesar do dispêndio causado por todas estas magnificas obras, que não fizeram esquecer a promulgação de medidas de protecção ao indígena — aspecto igualmente notável da transformação levada a cabo — as contas do exercicio do ano passado fecharam-se com um saldo de 14.600 contos que, somados ao saldo de 13.800 contos dos exercicios anteriores, totaliza um saldo disponivel de 28.400 contos.

Eis um sucinto resumo da obra grandiosa dos ultimos anos levada a cabo por Alguem que um jornalista ilustre retratou nesta frase feliz: «Homem grande de mais, para uma colónia tão pequena»: Sua Excelência o Governador, tenente-coronel Carlos de Sousa Gorgulho.

HENRIQUE CORTE-REAL

PRINCIPAIS FORNECEDORES E CONSUMIDORES NO 1.º SEMESTRE DE 1950

Países	Importação — Valores em escudos	Importação — Percentagem	Exportação — Valores em escudos	Exportação — Percentagem
Total geral	56.217.518	100,000	84.392.724	100,000
Metrópole	23.881.670	42,481	11.247.752	13,328
Império Ultr. Português	18.964.197	33,733	36.718	0,043
Angola	17.530.667	31,183	5.600	0,007
Moçambique	1.092.210	1,943	6.358	0,007
Outras Províncias	341.320	0,607	24.760	0,029
Países estrangeiros:	13.371.651	23,786	50.728.316	60,110
Alemanha	518.680	1,029	1.864.290	2,209
Bélgica e Luxemburgo	2.351.020	4,182	873.180	1,035
Dinamarca	3.200	0,006	13.733.827	16,274
E. U. América	2.440.016	4,340	—	—
França	186.070	0,331	2.444.291	2, 96
Inglaterra	3.128.730	5,565	10	0,000
Canadá	649.090	1,115	—	—
Noruega	312.110	0,555	2.972.685	3,522
Holanda	442.800	0,788	24.842.616	29,437
Suíça	94.480	0,163	2.396.792	2,840
Outros países	2.084.545	3,708	1.610.615	1,897
Ignorados	1.103.910	1,964	—	—
Fornec.[to] á navegação	—	—	151.695	0,180
À ORDEM:				
Estrangeiro	—	—	709.780	0,841
Metrópole	—	—	21.518.463	25,498

RÁDIO CLUBE DE S. TOMÉ

Montada e inaugurada a 12 de Dezembro de 1949, para o que muito contribuiu a valiosa colaboração dos C. T. T., a Emissora de S. Tomé, não obstante dispor presentemente de uma potência de saída de 1 kw, vem cumprindo, de maneira bastante louvável, a sua missão cultural.

Toda a aparelhagem é pertença dos C. T. T., mas a exploração do serviço de rádiodifusão acha-se presentemente à cargo do Rádio-Clube de S. Tomé e Príncipe, que emite diáriamente os seus programas na frequência de 4.807,5 kcs., a que corresponde a chamada banda de rádiodifusão tropical, irradiando também na frequência de 17.677,5 kcs. programas especiais destinados a Portugal Continental e ao Império Ultramarino.

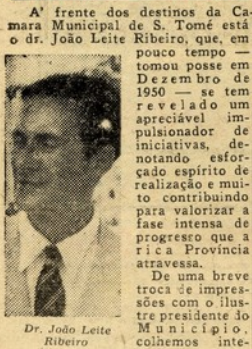
Apesar de ser relativamente pequena a potência do emissor, os resultados que com ele se têm conseguido são perfeitamente satisfatórios, como se prova por centenas de cartas recebidas dos rádiouvintes de todas as partes do Mundo e, especialmente, de Portugal, Guiné, Angola, Moçambique, Estado da India, Suécia, Inglaterra, Estados Unidos da América, Congo Belga, Brasil, Bélgica, Noruega, Gibraltar, Natal, Algéria, Itália e Argentina.

S. TOMÉ

EM DEZ ANOS

AS RECEITAS DO MUNICÍPIO DA CAPITAL

PASSARAM DE 784 CONTOS PARA 7.603

PERMITINDO A REALIZAÇÃO DE IMPORTANTES OBRAS

A' frente dos destinos da Camara Municipal de S. Tomé está o dr. João Leite Ribeiro, que, em pouco tempo — tomou posse em Dezembro de 1950 — se tem revelado um apreciável impulsionador de iniciativas, denotando esforçado espírito de realização e muito contribuindo para valorizar a fase intensa de progresso que a rica Província atravessa.

Dr. João Leite Ribeiro

De uma breve troca de impressões com o ilustre presidente do Município, colhemos interessantes elementos que nos habilitam a dar ideia do que tem sido a obra levada a cabo. Quem percorra a cidade, nota logo o trabalho de abertura de novos arruamentos e a asfaltagem e cimentação dos já existentes, ficando agradávelmente surpreendido com a limpeza de todas as artérias.

Por elas circula o material dos Serviços de Viação da Camara, que veio resolver em muito o problema de transportes no concelho. Assim, assegurou-se o transporte de passageiros entre as zonas mais afastadas da cidade, como: Hospital — Piscina e Bar-Restaurante Miramar e Bairros residenciais «Doutor Oliveira Salazar» e «Doutor Vieira Machado». Para as diferentes vilas do concelho estabeleceram-se carreiras que tornaram as comunicações fáceis, quando de facto sempre foram difíceis e dispendiosas.

Sempre solícito e afável no fornecimento de informações, tão preciosas para bem se ajuizar do muito que se faz em prol do bem-estar publico, o dr. Leite Ribeiro fala-nos, depois, do problema da electrificação.

Em 1931, começou a funcionar a Central Termo-eléctrica da Camara, ficando assim a cidade dotada de luz eléctrica; em 1945, inaugurou-se a Central Hidroeléctrica do Guégue, o que melhorou a distribuição de energia eléctrica na cidade e diminuíu o preço de custo.

Ainda dentro do ano corrente, ficará a cidade dotada com mais 2 grupos electrogéneos de 150 KVA cada um, o que permitirá uma eficiente distribuição de energia, de acordo com o desenvolvimento constante da cidade, assim como dará novos horizontes á electrificação da industria.

Em todos os sectores da vida da cidade tem sido notória a acção da Camara: construção do mercado municipal, este a expensas do Governo da Província; um cinema com capacidade de 1.200 lugares, que deve estar concluído ainda este ano; casas para funcionários; biblioteca publica; pavilhão de turismo junto á ponte de desembarque, etc.

A Escola de Artes e Ofícios, que a Camara criou em 1948, apetrechando-a devidamente e mantendo-a com auxílio do Govêrno, passou em princípios deste ano a ser dirigida pela Missão Católica. Os rapazes podem ali frequentar os cursos de serralheiro, carpinteiro, marceneiro, mecanico e electricista.

Registemos agora, a par de iniciativas que lógicamente originaram importantes gastos, a situação financeira da Camara, acusando apreciável melhoria:

Residências para funcionários municipais em S. Tomé

Anos	Receitas previstas	Receitas cobradas
1940	759.179$05	784.859$19
1941	776.099$30	770.159$84
1942	713.987$00	705.012$13
1943	1.013.588$20	1.044.170$00
1944	1.010.917$95	1.366.872$33
1945	1.323.781$76	1.720.613$74
1946	1.348.885$00	2.181.812$23
1947	1.978.145$00	4.212.713$76
1948	2.780.568$00	5.929.202$18
1949	5.142.955$00	7.483.342$64
1950	4.509.895$00	7.603.160$19

Das mais importantes obras realizadas nos ultimos dez anos, em comparticipação com o Governo da Província, há que salientar: Jardim-Parque, Parque Infantil, Bar-Miramar e Bairro «Dr. Marcelo Caetano».

E hoje, S. Tomé é uma cidade que dá gosto visitar, atraindo o turista e despertando a mais agradável das impressões.

Por tudo isso é visível a satisfação do ilustre presidente da Camara, ao confiar ao jornalista estes elementos. E projectos? Os Municípios têm sempre projectos. Faz parte da sua vida. As cidades não param, se não morrem...

E o dr. Leite Ribeiro diz-nos quais as obras mais urgentes a levar a cabo: reparações gerais das redes de esgotos; de distribuição de energia eléctrica; de distribuição de água, seu melhoramento e aumento do volume de água potável, com uma nova nascente cujas obras de captação estão já concluídas.

E aqui está um breve resumo do trabalho da Camara Municipal, em estreita colaboração com o Governador, que manifesta o maior carinho e interesse por todas as iniciativas locais.

O SERVIÇO DE COMUNICAÇÕES INTERNAS E EXTERNAS

Presentemente, S. Tomé e Príncipe tem, pode dizer-se, um eficiente serviço de Correios, Telégrafos e Telefones, com estações radiotelegráficas e um circuito directo radiotelegráfico e radiotelefónico entre a Província e a Metrópole.

O serviço telefónico dentro da Ilha de S. Tomé tem um razoável desenvolvimento em relação á área e população principalmente quanto á extensão da rede telefónica, que é toda aérea e atravessa a ilha em quase todas as direcções.

Estão, assim, em exploração, linhas telefónicas que ligam a cidade de S. Tomé com todas as vilas e principais povoções do interior da ilha, situadas até á distancia de cerca de 65 km., falando-se entre dois pontos separados por circuitos telefónicos com a extensão máxima de cerca de 100 km.

A MODERNA CIDADE DE S. TOMÉ

Curiosa perspectiva da Avenida Governador Carlos Gorgulho, na cidade de S. Tomé. Obedecendo a um cuidadoso traçado que atende ás exigências do transito e a um arranjo urbanístico apurado, pode considerar-se uma das mais belas artérias das nossas Províncias ultramarinas

ILHA DE S. TOMÉ — admirável perspectiva do Cão Grande

QUEM A VIU E QUEM A VÊ!

(Continuação da 1. pág.)

Enfim, uma série de conceitos desta e de outra ordem eram sempre opostos a qualquer tentativa que se fizesse no sentido de reformar a velha cidade.

Reconhecia-se que era inestética, que a maioria das suas habitações não satisfaziam ás mais rudimentares condições de higiene, que os pantanos e bairros indígenas implantados na cidade eram a causa de muitas doenças, e focos permanentes de infecção, de onde irradiavam milhares de anófeles que espalhavam o terror e, por vezes, a morte pelos seus habitantes, sempre receosos do mal e coagidos, até, a uma vida mais recolhida, numa constante preocupação pela sua saude e a dos seus, mas tudo continuava na mesma.

E este terror estendia-se até aos forasteiros, que se privavam de desembarcar e vir admirar tantas belezas naturais que a Província lhes oferece, desde o alcantilado surpreendente dos seus montes, á sua luxuriante vegetação, de uma variedade de coloração que encanta, e onde por vezes se julga assistir mais a obra de magia, tão caprichosa a Natureza se mostrou em adornar tantos recantos da Ilha.

Pois apesar de tudo, S. Tomé gozava de tal fama, que se desprezavam todos os seus encantos, ante o receio tremendo dos males que ali se poderiam colher.

Mas eis que surge o Homem que, arrostando com toda a série de contrariedades, estudou o problema, estabeleceu previamente um plano de urbanização, encarou de frente a situação, e com os olhos postos no bem comum, lançou mãos á obra, e a obra foi para a frente!

Assistiu-se então ao inacreditável.

Onde havia um pantano surgiu uma ampla e moderna avenida, com cerca de um quilómetro de comprimento, e um bairro composto já hoje por 26 moradias — o Bairro Salazar.

As construções de madeira foram substituidas por outras de alvenaria, embelezando e higienizando a cidade.

Outros bairros e construções foram embelezar e sanear outros tantos locais, a par de jardins, parques infantis, avenidas, asfaltagem e pavimentação de cimento em quase todas as artérias da cidade, tornando-a alegre, moderna e sobretudo higiénica e saudável.

As bases estão lançadas, em alicerces sólidos e bem delineados. S. Tomé tem jus a ser hoje uma da primeiras cidades africanas e pode orgulhar-se de o ser. E tudo se fez no curto espaço de seis anos.

Mas a revolução continua.

Estão orçamentadas para serem realizadas no decurso do corrente ano, outras importantes obras de urbanização e saneamento, tais como: construção de um edifício para as repartições publicas; construção de um sanatório; de uma cadeia civil; de bairros económicos; de aldeamentos indígenas; de estradas e pontes; de uma nova pista no aeroporto para aterragens de quadrimotores; de um mercado municipal e um lavadouro publico, etc. etc.

Justiça, pois, ao obreiro incansável, que a par de tantas outras obras, quer no campo social, quer no económico, conseguiu, com mão de mestre, que sabe o que quer e para onde vai, operar transformação de tal monta: o Governador, ten.-coronel Carlos de Sousa Gorgulho.

(Do «Boletim de S. Tomé e Príncipe)

BALANÇA COMERCIAL

ANOS	*Saldos positivos ($)*
1946	69.141.146
1947	142.443.955
1948	110.512.589
1949	13.769.580
1950	10[illegible]027

ULTRAMAR — S. TOMÉ

ASPECTOS DA HISTÓRIA CULTURAL DA PROVINCIA

POR

FRANCISCO TENREIRO

No domínio dos contactos culturais S. Tomé, depois de Cabo Verde, é a possessão ultramarina, em África, que se apresenta com mais características originais, originalidade essa cujas raízes bebem profundamente na tão decantada «bondade» do solo e na constituição especial da sociedade. Motivos vários, de cultura e economia, fizeram com que seja considerada uma das províncias ultramarinas mais próspera e de economia estável. Se, por exemplo, o arquipélago de Cabo Verde apresenta estrutura social mais evoluída e é tipo perfeito da integração complexa, material e sentimental, do europeu nos trópicos, necessário, porém, é ter presente todas as vicissitudes que um quadro físico impõe á mesma estrutura. A escassez de vegetação que fixe o solo e o fertilize, os grandes períodos de seca e subsequentes ciclos de fome imprimem ao arquipélago vida económica deficiente, exigindo da população sacrifícios e heroismos diários. Esta ambiência criou, no entanto, um tipo de homem inteligente, caprichoso e fatalista, sonhador e sensual — síntese ainda do contacto das culturas negras levadas para as ilhas com a civilização do português de quinhentos.

Também em S. Tome se introduziram elementos de várias culturas negras, da Guiné e do Gabão principalmente, e aí se verificou o nascimento de um tipo creoulo. Não obstante, um quadro físico diferente imprimiu logo no início formas de adaptação diferenciadas não apresentando a sociedade de S. Tomé a homogeneidade da de Cabo Verde; antes pelo contrário, é feita de retalhos culturais, constituindo como que um mosaico para usar a expressão de Fernando Ortiz.

Já no fim do século XIX esse «mosaico» se encontra definido por três grupos distintos: o dos trabalhadores rurais (serviçais), recrutados no continente africano, o dos «filhos da terra», muito mestiçados, luso-descendentes na maioria, e o dos europeus, dedicados á direcção dos trabalhos agrícolas, ao comércio e ao funcionalismo publico. Ocorre, certamente, saber quais as razões multiplas que não permitiram em S. Tomé o desenvolvimento de um tipo fixo de creoulo, preponderante na actividade económico-agrícola.

O solo da Ilha pertence ao diminuto grupo das terras férteis de origem vulcanica

Pierre Gourou, num trabalho que alguns críticos têm considerado pessimista, acentua como são lugares de eleição, no pobre continente africano, os solos de origem vulcanica. S. Tomé pertence a este diminuto grupo de terras férteis: solos brandos, ricos de elementos fertilizantes, onde as culturas ditas tropicais se podem fazer com sucesso. A única limitação imposta ao esforço do homem é a do clima; a humidade relativamente elevada é inimigo numero um dos colonos. Apesar, disto, o português soube explorar a «bondade da terra», naturalmente fértil. E se não era território de «povoamento» sê-lo-ia de «plantação». A paisagem natural, virgem, foi no decorrer dos tempos, substituída por outra, artifical e humanizada. Até um pouco acima dos 1.000 metros de altitude o revestimento vegetal primitivo desapareceu para dar lugar a um povoamento de plantas introduzidas ou domesticadas pelo colono. A ocupação do solo agrícola não se traduz, assim, pela construção de casas, nem se define por uma densidade populacional elevada ou por uma divisão extrema da propriedade. Traduz-se sim, por plantações, onde os elementos vegetais se encontram disciplinados e ordenados pelo homem. Derrubou-se o «óbó» e nas clareiras abertas nova floresta nasceu; talvez, por isso, o solo se não degradou ainda e continue fértil. O viajante pouco conhecedor destas mutações sensíveis da natureza, perante esta paisagem doméstica, caseira, tem ainda extases de paraíso...

Esta fertilidade é culpada, sem duvida, de um certo ar desprendido dos naturais de S. Tomé, que fácilmente se contentam com o que a minuscula roça lhes pode dar: a banana-pão, o azeite de palma, a malagueta, os quiabos a que junta um pouco de peixe, pescado no mar, que come seco, salgado ou «faisandé». Tudo isto sem esforços de maior, num doce gozar de rendimentos adquiridos.

A cultura da cana sacarina, durante o século XVI, deu origem á pequena sociedade creoula

A história da ilha explica ainda a formação deste quase «mosaico» de culturas. A pequena sociedade creoula constituiu-se por todo o século XVI, intimamente ligada á cultura da cana sacarina. Gilberto Freyre demonstrou já como, no Nordeste, esta cultura aglutinou sociològicamente os esforços comuns do *Senhor* e do *escravo;* a antinomia *Casa Grande* e *Sanzala* foi assim triturada, reduzida a massa comum, tal qual o trapiche moia a cana. Tudo girava de tal forma solidáriamente com a cana sacarina que mesmo os animais, o cavalo e o boi, tinham tratamento de gente e um quase igual valor sociológico... Ao cultivo da cana liga-se a miscegenação, o sincretismo religioso, a influência recíproca nos cozinhados, os dialectos creoulos, etc.

E' de supor que, se não fosse a política geral do sacrifício da África pelo fomento do Brasil, que se relaciona também com a quebra do açucar no século XVII, se teria chegado em S. Tomé, como em Cabo Verde, a uma sociedade creoula evoluída e valorizada. Precisamente, na altura em que os luso-descendentes ensaiavam os primeiros passos como grupo homogéneo, a ilha era abandonada e esquecida, pela metrópole, por mais de dois séculos. Quando alvorece o século XIX, ela apresenta o aspecto desolador de uma população atrasada, viciada moral e socialmente.

O cacau e o café, introduzidos no decorrer do século XIX, correspondem já a uma fase capitalista de exploração

O espirito do século é o do regresso a África, na ansia da conquista de mercados e de produtos exóticos. Por pura iniciativa particular, a que se ligam os nomes da Água Izé, Val Flor, Monteiro de Mendonça, Mantero e tantos outros, é a ilha repovoada, quer por gente, quer por plantas. Logo de início o particular não quis, ou não pôde contar com o trabalho do filho da terra. As culturas do cacau e do café, então introduzidas, correspondem a uma fase capitalista de exploração do solo, com significado sociológico diferente da do açucar. O filho da terra passa como que a constituir uma «aristocracia» decadente, dada á ociosidade, minada pelas doenças e pelas fracas condições de habitabilidade.

As culturas introduzidas cedo se tornaram rendosas. Com o dinheiro do cacau estabeleceram-se roças modelares, ás quais não faltavam um hospital e quarteirões higiénicos para habitação do serviçal; aproveitavam-se as quedas de água, para electrificação dos engenhos, primeiro do que em qualquer outro ponto do Ultramar; abriram-se estradas e os caminhos de ferro Décauville eram lançados por quase toda a parte.

Oliveira Martins lamentava, em 1893, que só quatro décimos do solo agrícola, se encontrasse em laboração e preconizava que, apesar do pequeno ambito da sua superfície, S. Tomé seria no futuro «fonte de riqueza de muitíssimo maior valor». De facto, doze anos mais tarde, Augusto Chevalier podia terminar um dos seus estudos sobre a ilha com as seguintes palavras: «Em nenhuma parte do Mundo, talvez, no nosso tempo, se tem trabalhado tanto, em tão curto espaço de tempo, e com tão poucos meios». Quis este homem de ciência, além do mais, realçar o esforço da iniciativa particular e pôr em destaque o facto de o Estado se mostrar, durante tanto tempo, desinteressado pelo fomento da ilha.

Sanzalas para serviçais. Época actual

O aproveitamento acientífico e brutal da terra ocasionou o empobrecimento do solo

Nos nossos dias, no campo sociológico, a ilha parece sofrer ainda das taras da colonização desordenada dos fins do século XIX e princípios do presente — esforço colonizador que só não fracassou graças aos grandes capitais investidos, ás condições excepcionais do solo e á procura do cacau e do café nos mercados internacionais.

O aproveitamento científico e brutal da terra, teve como consequência o enfraquecimento do solo em alguns pontos da ilha. Algumas roças não têm hoje mais do que um a dois terços das terras capazes em laboração. A doença que há anos atacou o cacaueiro, ligada á concorrência de outros produtores (principalmente da Costa do Ouro), diminuiu considerávelmente o valor do seu fruto. Um melhoramento lento, mas progressivo, do nível de vida geral ocasionou um aumento de população nativa, tornando assim mais agudos os problemas do ajustamento social

Estas e outras razões levaram o Estado a intervir de forma directa na «política indígena» da ilha — para usar uma expressão já consagrada — com o fim de ajustar as peças desligadas do «mosaico cultural» e de as interessar no progresso agrícola local. Dar á ilha população fixa e estável, bem como resolver o problema do filho da terra, parece ser a preocupação actualmente dominante. Quanto ao filho da terra urge que pelos meios legais se refreie a dissolução dos costumes, bem como que se proteja de maneira eficaz o pequeno proprietário. As distribuições adequadas de terras e alfaias agrícolas por algumas famílias são medidas preconizadas e que se começaram já a realizar. O ensino de base, orientado para o conhecimento das tarefas agrícolas, completará este esquema.

Compete ao Estado ainda, perante o aumento populacional ocorrido nos ultimos anos, estudar as possibilidades actuais do solo e a introdução de novas culturas.

Nas suas linhas gerais, tem sido este o plano de acção colonizadora seguido em S. Tomé nos ultimos anos, plano que a história cultural da ilha impôs e que tem sido completado por esforços no sentido de melhorar as condições de salubridade geral, quer dotando a terra de centros sanitários, quer pelo desenvolvimento urbano devidamente disciplinado.

Em ultima análise, dar a S. Tomé população fixa, saudável e interessada na terra é reatar a tradição colonizadora do português de quinhentos.

APERFEIÇOAMENTO DAS CULTURAS E ESTABELECIMENTO de estações experimentais

Sendo essencialmente agrícola, a Província muito espera da acção da Repartição Técnica de Agricultura, criada em Dezembro de 1950, pois a que existia em tempos, foi extinta há mais de 20 anos, quando então as condições precárias da vida local bem necessitavam da sua orientação.

Muito lucrará, pois, a economia da Província com a criação do novo organismo, se atentarmos em que o principal produto de cultura — o cacau — após uma queda brusca que teve na sua produção, há já muitos anos, vem continuando, lenta mas progressivamente, a diminuir, produzindo-se hoje apenas cerca de um quinto do total já atingido.

Os Serviços de Agricultura prestarão assistência técnica, dando esclarecimentos e aconselhando na escolha de terrenos; fornecendo sementes; facilitando indicações de ordem cultural; instruindo no combate ás pragas, etc.

Anexos aos Serviços de Agricultura, funcionarão campos experimentais, com o fim principal de melhorar e seleccionar os produtos agrícolas e promover, ainda, o cultivo dos terrenos em pousio.

Subsidiáriamente, constituirão êstes campos uma estação de aprendizagem para os nativos, e dentro dos seus objectivos procurarão:

a) a instrução e a difusão de novas culturas;

b) a reprodução de sementes e plantas seleccionadas para a sua distribuição pelos nativos.

Em largos traços, são estes os objectivos do novo departamento.

ROÇA MESQUITA — Sanzalas para serviçais (de um album antigo — fins do século XVIII)

S. TOMÉ

Igreja de Nossa Senhora da Conceição

OS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

(Continuação da 4.ª pág.)

lho dos Indígenas, e a portaria que regula a Assistência Médica aos Trabalhadores Indígenas, honram-no muito, honrariam quem quer que os elaborasse e subscrevesse.

Vale a pena resumir o essencial desses dois diplomas.

Na questão dos acidentes de trabalho dos indígenas, são estes equiparados a qualquer europeu, gozando de toda a assistência e protecção de que o europeu goza. Assim, o trabalhador indígena vítima de acidente de trabalho, recebe o seu salário por inteiro enquanto estiver no tratamento, se este não for além de 90 dias; metade do salário até ao limite de um ano; 1/3 além de um ano até findar a incapacidade. Além disto, terá alojamento e subsistência, como antes do sinistro, e todos os tratamentos necessários.

Se do acidente resultar incapacidade permanente total, receberá uma pensão vitalícia correspondente a 1/3 do salário á data do acidente, os tratamentos necessários, e passagem de regresso á sua terra de origem logo que possa ser repatriado. Se resultar incapacidade permanente parcial, receberá compensações calculadas na base das tabelas de Lucien Mayet, usadas na Europa. Se o acidente provocar a morte do trabalhador são indemnizados os herdeiros em importancia designada pelo Curador, atendendo á idade da vítima, ao mínimo de pessoas da sua família, ao seu salário e ás condições económicas da entidade patronal.

Atendendo a que estas e outras disposições não existem unicamente no papel, vê-se que não têm razão os que, mal informados, persistem na ideia de que em S. Tomé ainda se trabalha sob um regime de velada escravatura.

A assistência médica aos trabalhadores indígenas, por sua vez, é um modelo de probidade de eficiência de que o Governo de S. Tomé pode orgulhar-se

A Província foi, para este fim, dividida em sete zonas, uma abrangendo toda a Ilha do Príncipe, e seis na Ilha de S. Tomé. Estas zonas são constituídas «pelo conjunto de propriedades agrícolas próximas umas das outras, cujo numero total de trabalhadores oscile por 3.000». Assim, a zona n.º 2 compreende apenas 3 roças, com 3.001 trabalhadores; mas as zonas n.os 3 e 4 já compreendem, respectivamente, 36 e 35 roças, com 3.135 e 3.054 trabalhadores. Em cada zona reside um médico pago pela Curadoria, o qual tem por dever, essencialmente, prestar assistência médica á população da sua zona; visitar obrigatoriamente e com regularidade estabelecida, as instalações médico-cirurgicas das propriedades, verificando o seu funcionamento e eficiência; inspeccionar os contingentes de trabalhadores que chegam ás propriedades e os que regressam ás suas terras findos os contratos; informar os Serviços de Saude e a Curadoria de todas as irregularidades ou insuficiências que observar.

As instalações em que a assistência é prestada, e que correm por conta dos proprietários, obedecem ás seguintes disposições:

Os proprietários que empreguem mais de 1.000 trabalhadores são obrigados a instalar e manter um hospital com enfermarias separadas para ambos os sexos, com um numero de camas proporcional a 10 % da média global dos trabalhadores em serviço, uma enfermaria-maternidade com salas de partos, um isolamento, e outras dependências necessárias ás funções hospitalares. Este hospital é dirigido por um médico, coadjuvado por pessoal de enfermagem e auxiliar de ambos os sexos.

Os proprietários com menos de 1.000 trabalhadores têm de instalar, conforme o numero de trabalhadores que empregam, uma enfermaria com uma secção para homens e outra para mulheres, com um numero de camas proporcional a 10 % do numero de trabalhadores, uma secção para grávidas, com um compartimento especial para trabalho de parto; ou um posto sanitário de 1.ª classe ou de 2.ª classe, vasado nos mesmos moldes da enfermaria; ou uma ambulancia sanitária.

Todas estas instalações serão apetrechadas convenientemente, sob a orientação e o parecer dos Serviços de Saude; serão inspeccionadas e fiscalizadas periodicamente por funcionários dos mesmos Serviços; serão servidas por médicos, enfermeiros diplomados e auxiliares e demais pessoal necessário.

Com tudo isto, e muito mais, com o saneamento da cidade e o melhoramento das vilas do interior, com uma vigilancia aturada e implacável, o Governo de S. Tomé tem conseguido, em pouco tempo, aumentar o nível sanitário da população indígena e europeia de uma maneira imprevista, aumentando assim o rendimento do trabalho humano, melhorando as condições de vida, etc.

Quando, numa entrevista concedida á Imprensa da Metrópole, o sr. governador Carlos Gorgulho afirmava que era preciso fazer «qualquer coisa de grande e de invulgar» em S. Tomé, considerava a obra governativa em conjunto; no capítulo saude publica, não há duvida de que fez, realmente, qualquer coisa de grande e de invulgar, qualquer coisa que continua a progredir, apesar da altitude já atingida. Não mentia, nem se ultrapassava, ao afirmar que «em matéria de tratamento a trabalhadores, S. Tomé está hoje, incontestavelmente, na vanguarda das outras colónias de Africa, não receando confrontos».

Assim se justifica que o sr. general Norton de Matos, num artigo em que elogia a obra realizada em S. Tomé sob o mandato do actual governador, dissesse: «A transformação da Província de S. Tomé merece ser apresentada ao elogio da Nação inteira e ser mostrada ao Mundo como um exemplo dos cuidados que se devem aos povos de civilizações atrasadas».

DE S. TOMÉ A LISBOA EM 40 HORAS

E A ANGOLA EM 5

Fora da rota primitiva da Linha Aérea Imperial, S. Tomé não possuía rápidas comunicações com a Metrópole. Uma terra sem comunicações é como um homem que não anda.

Daí o interesse logo manifestado pelo actual Governador na solução do problema aeronáutico da Província. Grande entusiasta pelas coisas do ar — tirou mesmo o «brevet» de piloto no Aero Clube de S. Tomé — o tenente-coronel Carlos Gorgulho dotou a Província de pistas, de aviões e de uma rede de protecção rádio á navegação aérea.

E com a abertura do Aeroporto «Salazar» ao tráfego internacional, foi a Província incluída nas escalas da Linha Aérea Imperial, utilizada pelos aviões dos T. A. P., que a ligam com a Metrópole e Angola, respectivamente em 40 e em 5 horas.

Principais efemérides da actividade aeronáutica:

Abril de 1948 — Inauguração da pista e «hangar».

Janeiro de 1949 — Criação dos Servicos de Transportes Aéreos.

Maio de 1949 — Chegada á Província do primeiro avião de transportes e respectivo pessoal técnico.

Julho de 1949 — Inauguração das carreiras inter-ilhas.

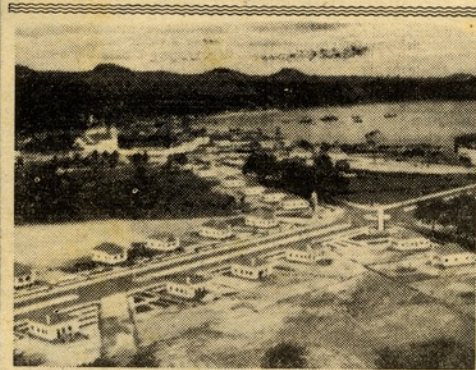
Fevereiro de 1950 — Montagem da rede de radiofarois.

Abril de 1950 — Chegada do segundo avião de transportes; abertura do aeroporto ao tráfego internacional. (Os T. A. P. já o vinham escalando desde Março de 1949).

Setembro de 1950 — Inauguração das carreiras S. Tomé-Fernando Pó, com escala pela Ilha do Príncipe.

Março de 1951 — Inauguração da carreira interna entre o Aeroporto «Salazar» e o campo de Porto Alegre.

Janeiro de 1951 — Montagem da estação-rádio de aeronáutica no Aeroporto «Salazar»; início dos trabalhos de construção de uma pista para quadrimotores.

Posteriormente deu-se início á construção de uma aerogare, cuja conclusão está prevista para o fim do corrente ano.

QUADRO DE HONRA

RESUMO DA ACTIVIDADE DESENVOLVIDA NESTES ÚLTIMOS 5 ANOS

Síntese das principais tarefas a que meteu ombros o governador Carlos Gorgulho: regulamentação de acidentes de trabalho dos indígenas; salários mínimos e regimes de trabalho, estabelecendo periódicas e remuneradas férias; regulamentou-se o Código do Trabalho Indígena, que pode considerar-se, em legislação ultramarina, dos mais importantes diplomas até agora publicados; criou-se o Sindicato Nacional dos Empregados do Comércio, Industria e Agricultura; criou-se também a Caixa de Aposentações e Pensões ás famílias dos funcionários publicos, de que podem também ser sócios os empregados sindicalizados e os das corporações administrativas; distribuiram-se pelas classes pobres os terrenos chamados de «mão morta»; instalou-se um Albergue onde os velhinhos encontram o maior conforto; construiu-se uma Creche-Lactário; a obra da Maternidade mereceu especiais cuidados e atenções; os Serviços de Saude, foram convenientemente apetrechados e concedidas facilidades de toda a ordem para o bom desempenho da sua missão de assistência á população nativa, ao combate curativo e preventivo aa malária bem como de outras doenças infecciosas e parasitárias, algumas de carácter epidémico.

Pelo que respeita a realizações, também é enorme o caminho percorrido: construção de um aeroporto, um aeródromo e um campo de aterragem na Ilha de S. Tomé e de um aeroporto na Ilha do Príncipe, criando-se os Serviços de Transportes Aéreos; instalação de uma rede rádiotelegráfica e de rádiofarois para apoio da navegação aérea; montagem de novas aparelhagens nas estações rádiotelegráficas e a inauguração de uma estação rádiotelefónica com a Metrópole; apetrechamento conveniente dos diversos serviços publicos; residência para funcionários de maior categoria; uma Escola de Artes e Oficios; urbanização e abastecimento de água e luz em algumas vilas da Provincia; abertura de uma estrada marginal á volta da Ilha; dotação de um posto de rádiodifusão, etc., etc..

TEM AUMENTADO A POPULAÇÃO ESCOLAR

EM TODAS AS FREGUESIAS

A população escolar tem aumentado em todas as freguesias da Provincia, pelo que já se projecta a construção de mais escolas. E' visivel o interesse da população nativa pelo ensino das primeiras letras. Ler e escrever é hoje uma preocupação nos grandes aglomerados indígenas. Presentemente, a rede de escolas é a seguinte:

Na cidade de S. Tomé: escola oficial, onde há dezoito aulas: nove no periodo da manhã e igual numero, de tarde; frequência, 800 alunos de ambos os sexos, abrangendo as quatro classes de ensino misto.

O corpo docente nesta escola é constituído por 16 professoras e 2 professores.

1 escola missionária (adventista), frequentada por 100 alunos, que lecciona as quatro classes do ensino primário, e tem ao seu serviço 2 professores.

Nas vilas e localidades mais populosas:

6 escolas oficiais, com cerca de 700 alunos, regidas por 11 professoras; 5 escolas missionárias, mantidas pela Missão Católica, com cerca de 500 alunos, regidas por 5 professores e 1 professora.

Na Ilha do Principe:

1 escola oficial lecciona a 4.ª classe, regida por um professor; 1 escola missionária, mantida pela Missão Católica, que lecciona as 3 primeiras classes e é regida por 2 professores.

A frequência nestas escolas é de cerca de 120 alunos.

Pelo que respeita a instalações, alguns edificios satisfazem plenamente as exigências do ensino, outros porém carecem de substituição e estão incluídos no projecto de melhoramentos extensivo ás vilas e localidades da Provincia.

Nas roças, está tomando grande incremento o ensino á população indígena, especialmente aos filhos dos trabalhadores.

A maior parte destas escolas têm anexo o curso de catequese, excelente e adequado meio para a formação moral do indígena.

Existe ainda na cidade de S. Tomé, a cargo da Missão Católica, a Escola de Artes e Ofícios, a que nos referimos noutro lugar.

Todo este movimento mostra o vivo interesse que há pelo ensino, especialmente na parte respeitante á educação, que acompanha assim a evolução que se está operando na Provincia em todos os sectores da sua actividade.

Aspecto parcial do Bairro Salazar

ASSISTÊNCIA MÉDICA EXTERNA EM 1950

S. Tomé e Principe	Total		Branca		Preta — Nativos		Preta — Estranhos		Outros	
	V	F	V	F	V	F	V	F	V	F
Consultas	22.744	24.529	1.429	1.068	10.282	15.127	7.809	3.911	3.224	4.378
Injecções	44.079	51.138	4.294	1.136	22.563	33.197	9.796	5.627	7.426	11.178
Lavagens	9.813	8.161	155	18	4.001	4.632	5.427	2.519	1.166	992
Outros tratamentos	20.674	12.720	248	—	6.817	5.441	12.608	6.092	1.001	1.187
Fisioterápia	13	10	1	—	4	10	8	—	—	—
Exames radiológicos	24	17	6	—	16	15	—	—	—	—
Pequena cirurgia dentária	684	297	43	7	147	77	492	213	2	—
Pequena cirurgia geral	2.155	1.613	30	1	1.296	1.099	608	178	221	326
Pensos	180.271	94.836	1.516	130	60.417	40.378	102.759	42.443	15.579	11.885
Vacinações	1.440	506	118	57	379	210	838	135	105	104

ULTRAMAR

PARA RESOLVER

O PROFUNDO E DELICADO PROBLEMA DA MÃO-DE-OBRA

O GOVERNO PROMULGOU IMPORTANTES MEDIDAS

alterando as condições de recrutamento dos indígenas

E' de todos os tempos, a importancia e acuidade do problema da mão-de-obra em S. Tomé.

Não dispõe a Provincia do numero de braços suficiente para prover ás suas actividades e daí a necessidade de se recorrer ao indigena de Angola e Moçambique, nomeadamente, e nos ultimos anos, também, aos de Cabo Verde.

Problema profundo e delicado, que esta na raiz da vida de S. Tomé, tem merecido os mais aturados estudos, e para a sua solução, foram assinados diversos «modus-vivendi» com aquelas Provincias, regulando os contratos de trabalho dos indivíduos que ao seu abrigo iam prestar serviços na agricultura, por periodos que variavam entre os quatro e os seis anos, findos os quais deveriam voltar ás terras da sua naturalidade.

Mas, por vezes, mercê do antagonismo dos interesses em causa e também devido ás duas grandes crises que a Provincia atravessou, nem sempre a solução do problema foi a desejada. Para tal, muito contribuiu também o desenvolvimento que as citadas Provincias tiveram, que exigia paralelamente o emprego da sua mão-de-obra. Daí a dificuldade em recrutar indigenas para S. Tomé. Chegou até a paralisar o recrutamento que se fazia em Moçambique.

Medidas de grande alcance social

Havia pois que encarar o problema sériamente, e nisso se empenharam o Governo Central e o da Provincia, promulgando medidas de ordem social que progressivamente modificaram a vida dos indigenas, em S. Tomé,, citando-se como as principais:

1.ª — Repatriação imediata de todos os trabalhadores com contratos findos, e uma rigorosa fiscalização no sentido de se efectuarem as repatriações logo após o «terminus» dos contratos;

2.ª — A tabela de alimentação aprovada pela portaria provincial n.º 1.165, de 5 de Junho de 1948, que pode considerar-se entre as mais completas tabelas alimentares do Império, feita de maneira a fornecer aos indigenas a quantidade de calorias indispensáveis á sua saude;

3.ª — A publicação do Regulamento dos Acidentes de Trabalho dos Indigenas, aprovado por P. P. n.º 904, de 24 de Agosto de 1946, em que se regulamentou e adaptou ás condições especiais da Provincia o que sobre a matéria contém o Código de Trabalho Indigena;

4.ª — Os aumentos sucessivos que os salários dos trabalhadores sofreram, sendo o ultimo de 24 de Janeiro p. p.;

5.ª — A obrigatoriedade da instalação dos indigenas em moradias higiénicas e sadias;

6.ª — A divisão da Provincia em 7 zonas médicas, cada uma a cargo do seu médico, determinada pela P. P. n.º 1.403, de 19 de Maio de 1950, que melhorou sensivelmente a assistência médica prestada aos trabalhadores, pois limitou o campo de acção dos médicos, tornando-se assim mais eficaz.

7.ª — A abertura de escolas e creches nas propriedades agricolas nos termos do art.º 288.º do Código do Trabalho Indigena, promovendo-se assim o ensino da lingua portuguesa aos filhos dos indigenas.

Além destas, que são as principais, muitas outras medidas de menor importancia foram tomadas para bem dos indigenas.

A construção de aldeamentos

Por seu lado, o Governo Central, com a promulgação do decreto n.º 36.888, de 28 de Maio de 1948, em que se preconiza a construção de aldeamentos, tanto por parte do Estado como das entidades patronais, veio abrir um novo campo tendente a solucionar, se não no todo, pelo menos em parte — o problema da mão-de-obra.

Foi reduzido o contrato de permanência para os indígenas

Assim, o Governo pretende construir e fixar nesses aldeamentos, cada vez mais intensamente, familias indigenas, de maneira a que, num futuro relativametne próximo, se possa prescindir do recrutamento de braços noutras Provincias.

Com esse fim, construiu o Estado o aldeamento de Riba Santana, composto de 100 casas, cada uma com uma parcela de terreno anexa, para ser explorado pelos indigenas, onde já se encontram fixadas 100 familias que prestam serviços nas roças próximas.

De iniciativa particular estão já construidos aldeamentos nas roças Bela Vista, Monte Café, S. João e Boa Entrada.

O da roça Bela Vista é constituido por 40 casas, sendo 30 para um só casal e 10 para dois casais.

Esse aldeamento está já completamente ocupado por 50 familias indigenas com residência fixada na Provincia.

No da roça Monte Café, constituido por 31 casas, encontram-se já fixadas 25 familias.

Nos das roças S. João e Boa Entrada, constituidos, respectivamente, por 21 e por 8 casas, sendo estas, 6 para dois casais e 2 para um casal, brevemente irão viver as familias que aqui desejarem fixar residência.

Encontram-se ainda em construção aldeamentos nas roças Ponta Figo, Trás-os-Montes, Agua-Izé e Angolares.

Não podemos deixar de registar, pelo seu grande alcance social, estas medidas governativas e os resultados começam já a ser patentes, pois hoje obtem-se com mais facilidade o recrutamento de indigenas.

De notar ainda, que o periodo dos contratos de trabalho foi reduzido, variando presentemente entre 2 e 4 anos, a permanência na Provincia.

Escola de Artes e Ofícios

OBRAS PÚBLICAS

(Continuação da 3.ª pág.)

tário, obra orçada em 1.249 contos; construção de uma residência tipo A, obra orçada em 100 contos.

1950 — Abertura ao tráfego da ponte de exportação; reparação orçada em 745 contos; inauguração na Delegação de Saude da Secção de Balneoterápia; saneamento e aterro de pântanos; gastaram-se 574 contos; construção e inauguração do Bairro residencial Dr. Oliveira Salazar, compreendendo 26 casas e 1 avenida, obra orçada em 1.100 contos; abertura ao tráfego internacional do Aeroporto Salazar, despenderam-se 300 contos.

1951 — (Até 30 de Abril) — Construção e urbanização do troço da Avenida Marginal até á praia Vila-Maria, obra orçada em 600 contos; construção de 7 moradias para funcionários, obra orçada em 600 contos; saneamento e aterro de pântanos: verba orçada — 574 contos.

Claro que neste artigo não se incluem as obras realizadas pela Camara Municipal que vêm descritas na entrevista que fizemos com o dr. Leite Ribeiro.

O simples enunciado da enorme tarefa levada a bom termo, dispensa quaisquer apreciações elogiosas. As obras falam por si e não precisam de adjectivos.

Rio Malanza

Da ponte sobre o rio Iô Grande pode surpreender-se uma paisagem de extraordinária beleza

UM ADMIRÁVEL LOCAL DE TURISMO

Pela sua posição geográfica e pela sua importancia comercial, S. Tomé, com que sempre topamos a caminho de Angola ou Moçambique, é um porto de escala obrigatório para quase todos os barcos nacionais que fazem a carreira de Africa.

Assim, conta-se por muitas centenas bem contadas o numero anual de viajantes que por ali passam, colonos que regressam á Metrópole ou metropolitanos que, rumo ao sul, demandam as terras do Império além do equador; homens no vaivem dos negócios; funcionários que vão e que voltam; gente de todas as condições...

De uns e de outros, quantos se dão ao trabalho de abandonar o barco e visitar a ilha?

Pelos dedos se contam, sem receio de perder o conto. Bem poucos são os que, não se contentando com o imponente recorte das montanhas vistas de longe, do mar, com a perspectiva quase total da ilha que a neblina oculta em parte, com a contemplação das massas verdes onde se adivinham, aqui e além, como salpicos brancos, residências humanas... procuram vencer o preconceito, falso mas arreigado, de que não vale a pena ir a terra.

A praia das Sete Ondas

Este preconceito, reforçado pelo facto de não existir um cais acostável, circula de boca em boca, entre os habitantes do barco, e por excesso de preguiça, e por escassez de curiosidade, vai persistindo, apesar do testemunho dos que lá vão.

Se, há uma dezena de anos seria fundamentado; hoje, é um preconceito falso, que é preciso destruir, e que se trabalha por destruir.

A capital que, há uma dezena de anos, era uma velha cidade colonial, possui hoje atracções de que vale a pena desfrutar

Realmente, há uma dezena de anos, a cidade de S. Tomé não era mais nem menos que uma velha cidade colonial, sem atractivos, sem convidativas curiosidades que despertassem o interesse, mero agregado funcionalista e entreposto comercial das roças...

O resto da ilha, cuja beleza natural é realçada pelo trabalho dos roceiros, com perspectivas admiráveis, pitorescos recantos por toda a parte, ficava pouco menos que inacessível a quem só dispunha das poucas horas em que o barco demorava no porto. Muitos desejariam visitar uma roça, conhecedores da franca hospitalidade de que os roceiros fazem gala; mas não havia transportes adequados, e principalmente, não havia serviços organizados que permitissem o devaneio.

Hoje, tudo isto mudou de figura, desde a fisionomia da cidade, até ás facilidades concedidas a quem quiser fazer umas horas de turismo.

Hoje, S. Tomé possui atracções de que vale a pena desfrutar. É uma cidade limpa, rasgada e clara, ajardinada, rica de belos edifícios modernos, de bairros encantadores, com o seu aeroporto, os seus modelares serviços de saude, a sua piscina e modernissimo restaurante á beira de água. Os pântanos que a infiltravam foram abolidos; e construidos, sobre eles, parques e arruamentos, e largas avenidas, oferecem ao visitante o espectáculo de uma cidade progressiva, de onde a administração publica varreu a insanidade e o inestético.

As belezas naturais da ilha, a floresta, as plantações, as instalações roceiras, tornaram-se acessíveis ao visitante, graças á organização actual dos serviços de turismo.

O viajante que desembarca encontra, nestes serviços municipalizados, a hospitalidade e cortesia devidas a um visitante. Instalado comodamente num autocarro do Turismo, que o espera, é levado em longo passeio aos locais mais atraentes do interior, visita uma roça, uma vila, o aeroporto, o hospital, as plantações, etc., percorre a cidade e termina almoçando ou jantando no «Miramar», restaurante modelo adjacente á piscina, banhado pelas águas da baía.

A impressão com que se fica, depois desta volta de algumas horas, é inesquecível, e desmente por completo o tal preconceito de que não vale a pena ir a terra. Pode dizer-se, sem exagero, que S. Tomé tem hoje tanto direito a ser considerado um local de turismo para os viajantes da linha de África, como a Ilha da Madeira para os viajantes da linha do Brasil (e de África também). O ambiente é totalmente diferente, mais exótico, mais equatorial, mas por isso mesmo, talvez seja mais influente no espírito do turista. Parece-me, que será mais fácil esquecer a impressão recebida na Madeira do que a recebida em S. Tomé, onde há menos artificialismo, menos bonitos, menos turismo industrializado. Porque em S. Tomé, o turismo é apenas a expressão oficial de uma hospitalidade tradicional; não é um turismo lucrativo, é desinteressado. E' apenas isto: hospitalidade.

R. F.

ANGOLA PORTUGUÊS

O PROBLEMA PORTUÁRIO

PELO ENG. SANCHES DA GAMA
Director Geral do Fomento Ultramarino

O problema dos portos de Angola, graças ao esforço que nas duas ultimas décadas se tem feito, pode hoje afirmar-se que caminha francamente para uma resolução, em moldes que permitem á economia desta parcela do nosso Ultramar todo o desenvolvimento possivelmente a prever.

Terminou há poucos dias a construção da ponte-cais de Landana, acostável a batelões, acabando-se assim com os processos de embarque primitivos, e, por vezes, não isentos de perigos, que se efectuavam nesta baía.

Não é esta ponte-cais uma obra de grandes proporções, não só porque não podemos ter o intuito de competir com os portos de Boma e Ponta Negra, servidos por caminhos de ferro de penetração, mas ainda porque a aspiração de dar acostagem a embarcações de grande calado, levar-nos-ia a um volume de despesas, particularmente em dragagens, que não seria possivel compatibilizar com o interesse económico do fim a atingir.

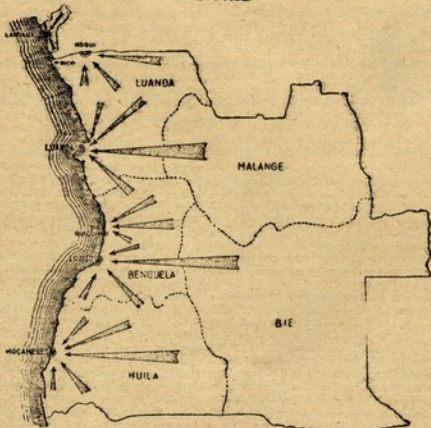
E, no entanto, verdade que o perfeito equipamento da obra concluida, a preparação dos terraplenos anexos e os necessários melhoramentos em curso no canal do Visconde de Cacongo, nã podem deixar de contribuir poderosamente, para melhorar as condições económicas do Enclave de Cabinda.

E o Maiombe, a mais rica das sua regiões, verá os seus produtos — cacau, café, oleaginosas e, particularmente, as suas madeiras — drenados pela rede fluvial do Chiloango até ao litoral, embarcar com muito maior segurança, economia e rapidez, para o grande numero de mercados onde têm fácil colocação.

A ponte-cais de Nóqui, destinada a drenar para o Zaire os produtos das ricas regiões da Damba e S. Salvador, vai ser, dentro em breve, uma realidade também.

A execução do projecto, elaborado em 1947, foi confiada á «Sociedade Metropolitana e Colonial, Lda.», apos concurso publico, realizado em 12 de Julho do ano corrente, e a obra estará ultimada em fins de 1952.

O escoamento pelo Zaire das mer-

(Continua na pág. seguinte)

A EDIÇÃO ULTRAMARINA DO «DIÁRIO POPULAR» É UM BOM SERVIÇO PRESTADO À UNIDADE DA NAÇÃO

— afirma o Governador-Geral de Angola

O crescente interesse que, na consciência de todos os portugueses, vêm tomando as terras e as gentes do Ultramar é, desde há alguns anos a esta parte, um dos factos mais consoladores da vida nacional. O povo de Portugal retoma assim a noção da sua real grandeza e cura-se gradualmente daquela espécie de complexo de inferioridade que lhe vinha da quase exclusiva contemplação dos seus escassos limites europeus e do lamentável esquecimento da sua larga projecção no Mundo.

Esta foi talvez uma das mais graves doenças da Pátria: — uma passageira amnesia que, atingindo um povo criador de novos impérios e guia de caminhos novos, o levou a esquecer-se por algum tempo da sua própria missão histórica.

Entre os vários aspectos do ressurgimento operado pelo Estado Novo, este acordar da consciência nacional para a dignidade e magnitude da sua projecção ultramarina não é dos menos benéficos nem dos menos fecundos em perspectivas para o futuro.

A iniciativa agora tomada pelo «Diário Popular», com a publicação de um suplemento bissemanal especialmente elaborado para ser rapidamente distribuido em todo o Ultramar Português constitui um novo e expressivo elo na cadeia de factos que documentam a verdade do que acima se afirma. E, nessa qualidade, representa para mim — e certamente para todos — mais um motivo de sincera e profunda alegria, porque servirá para estreitar ainda mais a solidariedade fraterna que une os portugueses de todas as parcelas do território nacional.

E' de justiça dizer que nunca a Imprensa angolana deixou de trazer as populações deste território a par da vida quotidiana da Mãe-Pátria e dos sucessos e acontecimentos do Mundo. Nos jornais e revistas de Angola, o Portugal Continental teve sempre aquele especial e carinhoso lugar que nunca deixou de ter nas preocupações do nosso pensamento e na saudade do nosso coração.

Mas, se é certo que o «Diário Popular» não veio preencher uma lacuna — ela não existia — veio certamente completar e aperfeiçoar por meio de noticiário mais pormenorizado e com o concurso de intelectuais da Mãe-Pátria, o esforço da Imprensa local. ao mesmo tempo que traz á permanente insatisfação da nossa alma uma presença mais viva e actual dos acontecimentos da Pátria e do Mundo.

Em nome da população de Angola, aqui lhe agradeço este bom serviço prestado á unidade da Nação Portuguesa e lhe auguro o melhor êxito neste seu novo empreendimento, que considero digno dos melhores elogios.

JOSÉ DA SILVA CARVALHO

A COLONIZAÇÃO EUROPEIA DOS PLANALTOS E A EXPLORAÇÃO PECUÁRIA

Por V. DIAS

As actividades dos colonos angolanos correspondem a verdadeiros ciclos caracterizados pelas explorações agrícolas predominantes.

O primeiro ciclo, que veio preencher a lacuna deixada pelo tráfico da escravatura, extinto em 1856, foi o da borracha. Tratava-se, de início, do latex de trepadeiras das galerias florestais dos rios, a breve trecho esgotadas por uma procura indiscriminada. Mais tarde obteve-se o produto dos rizomas que abundam nos terrenos do nordeste de Angola, infindáveis extensões pobres e arenosas chamadas «tchianas», que deram á Lunda, durante tantos anos, a sua riqueza e levaram á sua ocupação. Produto expontaneo, colhido sem quaisquer cuidados pelos indígenas, nunca foi devidamente preparado e, pela sua qualidade inferior, não pôde competir com a borracha das plantações das Indias Orientais, organizadas cientificamente pelos holandeses. Por absoluta ausência de apetrechamento técnico não soubemos transformar-nos de comerciantes em agricultores, como se fez no Brasil e no Congo Belga; e, assim, a exploração da borracha das ervas foi progressivamente decrescendo e apenas teve uma certa procura durante a ultima guerra, quando da ocupação dos centros produtores do Oriente pelos japoneses.

Ao ciclo da borracha sucedeu-se o da cana sacarina

Felizmente já existia, há muito, em Angola, a cultura da cana sacarina, que se cultivava no litoral, em grandes empresas, e no interior, em pequenas explorações. Aí se produzia o alcool para a permuta com os indígenas, que recebiam também pelos seus produtos pólvora e espingardas.

Mas o alcool arrasava-lhes a saude e a pólvora e espingardas serviam para se matarem uns aos outros e á nossa gente, sempre que, sob qualquer pretexto, se tornavam insubmissos. Por isso, em 1911, o comércio do alcool foi justamente proibido e a cultura da cana sofreu um rude golpe, tendo apenas resistido as grandes empresas do litoral, ás quais o Estado assegurou a compra de contingentes de açucar pela Metrópole e de alcool para misturar com a gasolina que se utiliza em Angola. Porém, os pequenos e médios agricultores tiveram que

(Continua na 5.ª pág.)

O TRÁFEGO COMERCIAL AUMENTOU NOS ULTIMOS ANOS POR FORMA EXTRAORDINÁRIA

— diz o sr. dr. Ferreira da Costa

Presidente da Associação Comercial de Luanda

A Associação Comercial de Luanda, que é um dos mais antigos e prestigiosos organismos de Angola, pois foi fundada em 1864, tem uma decisiva influência na vida económica de toda a Província. Respeitada e muitas vezes acatada a sua opinião, na resolução de problemas graves de interesse comum, não podiamos, por esse motivo, deixar de arquivar nestas páginas os seus pontos de vista, sobre assuntos de grande oportunidade. Ouvimos, pois, o sr. dr. Eurico Ferreira da Costa, seu presidente, desde 1950, cargo que tem sabido, como poucos, honrar, dignificando a numerosa e importante classe que representa. O sr. dr. Eurico Ferreira da Costa, pessoa muito conhecida e estimada em todos os meios da capital angolana, é, também, membro do Conselho de Coordenação Económica e do Conselho de Administração dos Caminhos de Ferro, Portos e Transportes da Província.

Sobre o intercambio entre Angola e a Metrópole, diz-nos:

— Em minha opinião devem-se intensificar, cada vez mais, as nossas relações, em todos os aspectos, com a Metrópole. Não se trata apenas de patriotismo, mas também de interesses de ordem

(Continua na pág. seguinte)

A ponte Teófilo Duarte, sobre o rio Bero

ANGOLA

AS REALIZAÇÕES PORTUÁRIAS

(Conclusão da pág. anterior)

cadorias do norte de Angola, ou mesmo de parte das producções da província de Kassai, do vizinho Congo Belga, foi mandado encarar em maior profundidade já em 1930, sendo Ministro das Colónias o Senhor Doutor Oliveira Salazar.

E, do estudo que então se fez, resultou assentar-se em que seria Porto Rico, servido pelo canal de Kinvica, o local onde deviam ser levadas a efeito obras acostáveis á grande navegação.

Conseguia-se, efectivamente assim, aliar ao objectivo económico em vista, uma afirmação de ordem politica de muito interesse também, por ser Porto Rico o unico local da nossa margem do Zaire, onde era e é possivel desenvolver-se um centro povoado com condições de salubridade defensáveis.

Porem, a reconhecida impossibilidade de servir tráfego que não fosse nacional, o diminuto valor económico da zona de influência proxima, para qualquer local do troço inferior do baixo Zaire, valor este muito afectado, por se chegar em 1940 á conclusão de não ter o cobre do Bembe o interesse que muita gente julgava, levaram a que se demonstrasse haver acentuado desequilibrio entre o volume dos capitais, forçosamente a investir em Porto Rico, e a resultante previsivel para o desenvolvimento do território que se podia servir.

E Nóqui apareceu assim como solução recomendável para o momento, ficando Porto Rico relegado para um futuro, que o desenvolvimento das regiões a servir se encarregaria de precisar.

Para mais, de 1942 a 1945, construiram-se em Luanda 860 metros de cais acessíveis á grande navegação, roubando-se assim a Porto Rico parte da zona de influência que, em 1930, se julgava que lhe devia competir.

A capital de Angola teve finalmente um porto de mar com capacidade amplamente suficiente para o tráfego das mercadorias, provável num futuro próximo, e de 1945 para cá o equipamento das obras acostáveis construidas, tem merecido a melhor das atenções.

Compraram-se guindastes, estendeu-se a via férrea, construiram-se armazéns; serviram-se 280 mil toneladas de mercadorias em 1950 e, em princípios do próximo ano, ou seja quando tivermos em Luanda a energia da barragem das Mabubas, que então deve ultimar-se, o valor da tonelagem manuseada pode, sem grande esforço, duplicar, sem necessidade de prolongar os cais.

Estudam-se neste momento dispositivos apropriados para o carregamento em Luanda de minério de manganés a granel, descongestionando-se assim ainda mais os troços acostáveis, destinados a mercadoria geral, podendo ter-se a certeza de que o porto de Luanda, dentro em poucos meses, estará muito folgadamente á altura do cumprimento da missão que lhe compete desempenhar na economia de Angola.

Caminhando para o sul e até ao Lobito, apenas em Novo Redondo há, desde 1942, uma ponte-cais metálica e em Porto Amboim uma outra do mesmo tipo e em adiantado estado de construção, para substituir uma arruinada ponte de madeira que, até agora, tem servido a navegação. Ambas estas obras são acostáveis apenas a batelões, e as condições de abrigo dos locais escolhidos, são bastante precárias em Porto Amboim, e ainda piores em Novo Redondo.

Não parece que a costa de Angola em toda a faixa marginal que pode interessar ás ricas regiões do Seles e Amboim ofereça condições para fácil realização de obras portuárias de vulto, mas tambem é verdade que as pontes-cais de Novo Redondo e Porto Amboim, ainda que de momento satisfaçam, não podem num próximo futuro considerar-se suficientes, para o volume de tráfego previsivelmente a servir.

E' preciso, por isso, estudar a costa entre Luanda e o Lobito, para que se escolha o local onde devem realizar-se obras acostáveis de maior vulto do que as existentes ou previstas para Novo Redondo e Porto Amboim; e, sem esperança de encontrar local que se assemelhe em condições naturais ao Lobito ou a Luanda, é possivel que na baia de Quicombo se veja uma solução a considerar.

No Lobito há hoje uma extensão de cais semelhante á do de Luanda, distribuida por dois alinhamentos normais entre si.

Foi esta a nossa primeira realização portuária em Angola, pois datam de mais de um quarto de século os primeiros 225 metros de muros-cais em poços construidos por «havage» e levados á cota de 15 metros abaixo do zero hidrográfico.

De então para cá muito se tem feito no Lobito, prolongando as obras acostáveis e equipando os terraplenos, particularmente os da restinga, levando assim o Lobito a poder desempenhar o papel que lhe assiste de perto — testa de um grande caminho de ferro de penetração.

Em 1950, o Lobito manuseou 600 mil toneladas.

E dentro em pouco tempo, o Lobito terá mais um dispositivo mecanico para o carregamento de minério a granel, e um grande silo para cereais.

Os nossos minérios e os da Katanga, e particularmente o milho do planalto de Benguela, cujo acréscimo de producção muito se tem acentuado, serão assim exportados, dentro em pouco tempo, sob todos os pontos de vista, em muito melhores condições.

E, para terminar a enumeração das realizações portuárias necessárias ao ritmo do progresso económico previsivel para Angola, resta falar de Moçamedes.

Esta baía, destinada a servir não só as regiões de Sá da Bandeira, Capelongo e Vila da Ponte, mas também os vizinhos territórios da Rodésia, desde que a via férrea continue a caminhar deliberadamente para leste, como ultimamente está a caminhar, deve também possuir dentro de dois a três anos, um cais acostável á grande navegação.

Pouco falta para que se ultime o projecto desta obra; julga-se de inicio apenas necessário dar acostagem simultanea a duas grandes embarcações e levar a efeito um porto de pesca que possa atender ás crescentes necessidades desta industria, que, pela sua importancia, não pode deixar de merecer o mais decidido apoio ao seu progresso natural.

E outra industria ainda — a da congelação das carnes — dentro em pouco uma realidade — impõe também urgência a esta realização.

E o sul de Angola, beneficiado por um clima semelhante ao da Metrópole, onde a pesca é uma riqueza já, onde a criação de gado será em breve uma grande riqueza também, contribuirá assim poderosamente para a resolução do problema premente do povoamento por portugueses do Ultramar Português.

E a barragem da Matala, integrada no prolongamento do traçado do Caminho de Ferro de Sá da Bandeira para leste, pondo em regadio 20 mil hectares, será mais um poderoso auxiliar para o mesmo fim.

Lobito, Luanda e Moçamedes, dadas as suas condições naturais e riqueza das suas zonas de influência, são já, ou virão a ser dentro em breve, os três melhores e maiores portos de Angola, e para o Seles e Amboim é necessário estudar e construir um porto melhor, do que aqueles que actualmente têm ao seu dispor.

Para as regiões do norte, Landana e Nóqui, o primeiro terminado há poucos dias e o segundo a poucas semanas do seu inicio, constituiam, sem duvida, as necessidades mais prementes, mas uma vez atendidas deve considerar-se oportuna a construção de uma ponte-cais em Cabinda, ficando assim e para um futuro próximo totalmente satisfeitas as necessidades das ricas e progressivas regiões do Enclave.

A oportunidade de executar obras portuárias de grande envergadura em Porto Rico, afigura-se ser evidente que ainda não chegou; e a grande distancia á costa dos ancoradouros e as avultadissimas despesas necessárias para as dragagens precisas á conservação de qualquer canal de acesso á costa, não permitem que se pense em realizar, em Santo António do Zaire, obras acostáveis ás grandes embarcações.

Curioso aspecto do porto de Luanda

Porto do Lobito

O Palácio do Comércio da capital angolana

O PODEROSO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO DA PROVINCIA

(Continuação da pág. anterior)

cambial. Apesar de dispormos, nos países da União Europeia de pagamentos, de avultados créditos, há, contudo, maior vantagem em que o consumo desta Província permita o desenvolvimento das industrias da Metrópole do que a utilização desses créditos. Existem, neste caso, dois campos distintos: industrias da Metrópole, que têm possibilidades de laboração nos locais onde se encontram, mas que transplantadas para aqui, o consumo dos seus produtos seria muito restrito, de forma que não poderiam trabalhar numa base económica; e industrias metropolitanas que possuem condições de vida em Angola. Estas, seria de toda a conveniência que o fizessem. Nalguns casos é esse o caminho seguido: industria da cerveja, do cimento, dos tecidos de algodão e da sacaria. No entanto, muito mais interessante seria que a instalação destas industrias fosse de iniciativa local.

O problema da mão-de-obra

Um problema sempre actual e de extraordinário interesse em Angola é o da mão-de-obra. Sobre ele, o sr. dr. Ferreira da Costa assevera-nos:

— O Governo está a encarar o problema — até mesmo por meio de uma política indígena inteligente. A solução, a meu ver, embora incompleta, estaria na mecanização, em todos os campos. Seria interessante que o próprio Estado facultasse ás empresas particulares essas máquinas, em sistema de aluguer, com a participação, orientação e vigilancia dos departamentos competentes. Creio, aliás, que se está a pensar em tomar esta medida, que começou já no auxílio ao colonato europeu a instalar na Cela.

Seguidamente, apreciando a posição presente do comércio internacional de Angola, o ilustre presidente da Associação Comercial de Luanda afirma-nos:

— Está a desenvolver-se, de forma extraordinária a nossa exportação. E a tal ponto, que os portos principais da Província, Luanda e Lobito, apesar do apetrechamento de que ultimamente foram dotados, já são insuficientes para o tráfego de mercadorias que por eles passam. Este facto é um índice bem claro do poderoso desenvolvimento de Angola, no aspecto económico. Na exportação, registamos o aparecimento de novos mercados, os quais nunca tiveram intercambio com Angola. Um outro aspecto interessante a considerar é o desejo, que a Associação Comercial de Luanda verifica existir, através das inumeras consultas que recebe, dos mais variados países estrangeiros de entrarem em relações com Angola. Alguns destes países enviaram a Luanda delegados oficiosos encarregados de estudar as viabilidades de exportação e importação. É, porém, necessário que os exportadores angolanos saibam manter esses mercados que aparecem agora, vendendo produtos de boa qualidade e devidamente seleccionados.

A propósito, posso referir-lhe a exportação do café. Tem-se desenvolvido uma acção notável no sentido de se melhorar a apresentação e qualidade do produto. A fiscalização exercida na ocasião da exportação apresenta as maiores vantagens. Assim se contribuiu para que o café traga, presentemente, á Província os maiores benefícios para a sua economia, dando-lhe a maior quantidade de divisas fortes.

Ainda a propósito das relações económicas entre Angola e a Metrópole, o sr. dr. Ferreira da Costa diz-nos, ao concluir as suas interessantes declarações:

— Embora absolutamente integrada na Comunidade Imperial Portuguesa, não se deve esquecer que Angola constitui hoje um bloco económico com vida própria.

ANGOLA

MABUBAS — Aspecto da construção da barragem

HÁ PETRÓLEO EM ANGOLA

E EMBORA A SUA EXPLORAÇÃO OBRIGUE A UM PROCESSO TÉCNICO DISPENDIOSO

A INDUSTRIALIZAÇÃO É ECONOMICAMENTE VANTAJOSA

Há petróleo em Angola. Podemos começar, desde já, a sua exploração, embora a instalação do processo técnico para a montagem da sua extracção seja, necessáriamente, dispendiosa. Mas há petróleo em Angola e, dentro em breve, a sua exploração principiará.

Existem em Angola dois tipos de substancias betuminosas: carvões asfálticos (libolites e calcáreos asfálticos. As ocorrências registam-se ao longo do litoral, no Quanza Norte e no Quanza Sul, nas regiões de Zenza do Itombe, e Dondo — e, especialmente, em Quibungo e Calucala.

UMA ENTREVISTA COM O SR. ENG. SALLES LANE ADMINISTRADOR-DELEGADO DA «COMPANHIA DOS BETUMINOSOS DE ANGOLA»

Em Dezembro de 1944, o Estado concedeu o exclusivo de pesquisas e exploração de jazigos de asfalto e de carvão betuminoso á «Companhia dos Betuminosos de Angola», em duas áreas para esse fim reservadas, com a obrigação desta empresa investir nos seus estudos e exploração a importancia de mil contos por ano. Esta importancia foi excedida e, desta forma, a concessão foi novamente dada áquela empresa, que prossegue, cada vez com mais intensidade, os seus trabalhos.

Como combustível directo, no estado exacto em que se encontra nos respectivos jazigos, verificou-se já que o carvão-asfáltico não dá apreciáveis resultados, mas, na forma de «briquetes», desde que lhe sejam reduzidas as percentagens de cinzas, os resultados são muito satisfatórios.

Determinadas as possibilidades do minério, que são práticamente inesgotáveis, a «Companhia dos Betuminosos de Angola» dirigiu a sua melhor atenção para a destilação dos carvões asfálticos. A sua carbonização em alta escala conduziria a uma numerosa série de combustíveis líquidos e a outros produtos, cuja colocação está firmemente assegurada nos mercados internos e externos.

Desta forma, após alguns anos de estudos e gastos que se elevam a muitos milhares de contos, aquela empresa chegou á conclusão de que destes carvões asfálticos de Angola se pode extraír petróleo por um processo cuja montagem é cara, mas nem por isso deixa de constituir uma exploração de alto valor económico.

Temos, pois petróleo em Angola.

Os calcáreos asfálticos, com cerca de vinte por cento de substancia betuminosa, empregam-se, principalmente, para a pavimentação de ruas e estradas. E' essa, por enquanto, a sua maior importancia e valor comerciais. As estradas e ruas de Angola, que se encontram asfaltadas, empregam a matéria-prima da Província. Além disso, as exportações deste calcáreo elevaram-se, desde 1941 a 1949, a 47.360 toneladas.

Sobre estes problemas de flagrante actualidade e grande interesse para a economia portuguesa, ouvimos o sr. engenheiro Eugénio Salles Lane, administrador-delegado da «Companhia dos Betuminosos de Angola» e vogal da Junta de Investigações Coloniais do Ministério do Ultramar.

As suas declarações são mais que uma entrevista: constituem uma lição sobre as grandes possibilidades em combustíveis líquidos e sólidos daquela nossa Província.

No século XVII Portugal recebeu de Angola amostras de asfalto

Que nos pode dizer de interesse para a história das chamadas substancias betuminosas de Angola?

— A existência de manifestações betuminosas em Angola é conhecida de longa data. Com efeito já no século XVII foram enviadas de Angola, para Portugal e Brasil, amostras de asfaltos naturais daquela Província, acompanhadas de relatos sucintos sobre as suas caracteristicas e possibilidades de utilização. Em fins do século passado, descobriu-se na Província um combustível altamente betuminoso de natureza especial, a que foi dado o nome de libolite, por ter sido pela primeira vez localizado no Libolo.

«Em nosso parecer, estas substancias betuminosas relacionam-se com a existência de um vasto jazigo petrolífero, possivelmente esgotado ou reduzido nas suas possibilidades, como parece ter sido demonstrado pelas laboriosas sondagens efectuadas, primeiramente por iniciativa do Governo Português, e, depois, pela então concessionária das pesquisas de petróleo na Província.

«Contudo, provaram essas sondagens a existência de vastos jazigos de hidro-carbonetos sólidos ou pastosos numa vasta região, que em grande parte constitui a reserva da «Companhia dos Betuminosos de Angola».

«Por outro lado, as pesquisas que a Companhia já efectuou confirmam a existência daqueles produtos betuminosos em enorme quantidade.

Esplêndidas matérias-primas para pavimentos de estradas

— Em que consistem, afinal, as chamadas substancias betuminosas de Angola? — perguntamos.

O sr. eng. Lane responde-nos:

— Por tal designação, entendem-se, por um lado, os asfaltos naturais constituídos por calcáreo asfáltico e asfalto mais ou menos livre, e, por outro, o complexo betuminoso constituído pela chamada libolite ou carvão asfáltico, e o grés betuminoso a que tal carvão se encontra associado.

«Uns e outros encontram-se em vastíssimas reservas nas formações cretácicas de Angola, os asfaltos mais junto á costa, e aquele complexo betuminoso mais para o interior, junto ás formações do sóco fundamental de Angola.

«Os asfaltos naturais constituem excelente matéria-prima para a preparação de pavimentos betuminosos para estradas, vias urbanas, pistas

(Continua na 13.ª pág.)

ORGANIZAÇÃO MILITAR DA PROVÍNCIA

ATRAVÉS DOS TEMPOS

Durante a época da ocupação a organização das tropas baseava-se em companhias de infantaria, pela necessidade de ter não só muitas destas unidades para ocupar as diferentes regiões de Angola, como também pelas dificuldades de manutenção de grandes efectivos, sobretudo no que respeitava á sua alimentação.

GENERAL CARVALHO VIEGAS
Comandante militar de Angola

Estas companhias estavam subordinadas directamente ao Governador Geral, através do seu Quartel General, pois supunha-se, como ainda hoje em caso de estado de sítio, que uma mesma pessoa deve coordenar a acção administrativa e militar.

Por esta mesma razão verificou-se, em escalões mais baixos, que a administração de Angola andava de braço dado com a ocupação militar.

Só muito mais tarde, depois de se ter realizado a ocupação efectiva de toda a Província e a pacificação do indígena, se começou a separar a acção administrativa da militar. Entraram em acção os funcionários civis da administração civil, ficando para os militares a árdua tarefa de preparar homens para qualquer eventualidade quer dentro, quer fora da Província e ainda a preparar os mesmos homens para os tornar uteis ao desenvolvimento de Angola.

Como era inevitável, depois da ocupação e pacificação, Angola começou a desenvolver-se sob todos os aspectos.

Derivado da organica anterior, que bons resultados tinha dado durante a ocupação, mantiveram-se as companhias de infantaria, ainda em grande numero, subordinadas directamente ao Governo Geral, através do Quartel General.

Tal subordinação tinha de ser modificada pela razão simples da função militar ser excepcionalmente técnica e como tal ser necessário que á frente das tropas se encontrasse alguém capaz de bem as dirigir e aconselhar o Governador sob tão importante problema.

Criou-se então o lugar de Comandante Militar de Angola, que seria preenchido por um oficial de patente nunca inferior a coronel. O comandante militar continuou porém, subordinado ao Governador, mas era uma subordinação puramente de ordem administrativa e de emprego de tropas.

Com esta nova organização avança-se no sentido de instruir mais e melhor os indígenas incorporados, do mesmo modo que se inicia o trabalho tendente a acompanhar os progressos da ciência militar, no que respeita á preparação das tropas.

Criam-se novas unidades e serviços absolutamente necessários e inicia-se a instrução do pessoal europeu, quer destinado ao quadro permanente (primeiros cabos), quer ao quadro de complemento (oficiais e sargentos milicianos).

Devido ao aparecimento de novas armas e novas técnicas aumenta a especialização da instrução militar.

Ao soldado indígena exige-se cada vez mais, mas para tal se conseguir, maior instrução é necessária o que contribui para a sua maior valorização social.

Preparam-se os meios essenciais para se passar da organização de descentralização (Companhias e Batarias) para a organização centralizada (Batalhões e Grupos).

Só em 1948 se consegue pôr em execução uma nova organização, a que hoje existe, mas que ainda é deficiente; a sua ampliação envolve grandes problemas da administração e ainda se não pode efectuar.

A grande dificuldade que sempre apareceu na concentração de Unidades foi a falta de aquartelamentos. Mas com a vinda para a Província, durante a guerra, de unidades europeias, foi necessário construir quarteis que mais tarde foram herdados pelas tropas indígenas.

As forças militares na Provincia, mantiveram-se, porém, na depedência do Governador e do Ministério das Colónias; este não dispunha de órgãos necessários para dar vida ao aglomerado que já então formavam as tropas de todas as colónias, nem tão pouco para as coordenar e dirigir. Impunha-se portanto, a criação no Ministério das Colónias, desses órgãos ou a mudança para outro Ministério que os possuisse.

Por estes motivos, em 1949, terminou a dependência que as tropas tinham do Governador da Província de Angola e do Ministério das Colónias.

A partir de então, Angola constitui, sob o ponto de vista militar, uma região com a designa-

(Continua na 13.ª pág.)

Igreja da Senhora do Cabo, em Luanda

COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE ANGOLA
LELLO & C.A L.DA
LIVRARIA • PAPELARIA • LOTARIAS
AGENTES E DISTRIBUIDORES
EM ANGOLA DO
DIÁRIO POPULAR
LUANDA - LOBITO - NOVA LISBOA - SÁ DA BANDEIRA
DIOGO & C.A L.DA
COMÉRCIO • INDÚSTRIA • AGRICULTURA • IMPORTADORES E EXPORTADORES
FUNDADA EM 1857
FÁBRICA DE SABÃO «CARICOCO»
DISTRIBUIDORES EM ANGOLA DE MERCADORIAS NACIONAIS E ESTRANGEIRAS
DISTRIBUIDORES DA FÁBRICA DE TABACOS "ULTRAMARINA"
EXPORTADORES DE TODOS OS GÉNEROS COLONIAIS
FAZENDAS AGRÍCOLAS: ROÇA IMPÉRIO ★ Palmares do Lucala ★ Pomares do Lucala ★ FAZENDA RIO TORTO — Palmares e café
SOCIETÁRIOS DE: FAZENDAS AGRÍCOLAS DE CAZENGO (FAZENDA CAMBONDA E FAZENDA PENSAMENTO)
LUANDA
ÁFRICA OCIDENTAL PORTUGUESA
CAIXA POSTAL, 294 ★ TELEF. 3360 E 3463 ★ TELEG. CARICOCO
FILIAIS: MALANGE ★ LUCALA ★ QUILOMBO / DEMBOS ★ DONDO ★ CARIAMBA ★ ALDEIA NOVA ★ SAMBA / CAJÚ
LISBOA: RUA ÁUREA, 66, 1.º ★ TELEF. 27234 ★ TELEG. OLIRMAOS

ANGOLA

COLONIZAÇÃO EUROPEIA

(Continuação da 1.ª pág.)

vender os seus alambiques e fechar os seus engenhos, podendo dizer-se que se tinha encerrado o ciclo da cana sacarina.

Angola está a viver o ciclo do café

Os europeus voltaram-se então para o café espontaneo, do Seles e de Cazengo, numa vida contingente e cheia de dificuldades, até que esse produto atingiu as altas cotações actuais. Previdente e persistentemente o café espontaneo fora, entretanto, substituído, em grande parte, pela cultura técnicamente ordenada, e, talvez pela primeira vez, nos encontremos a caminho de se explorar convenientemente, em bases progressivas e de concorrência, um produto agrícola. Pode dizer-se que Angola se encontra hoje a viver o ciclo do café, e oxalá saiba apetrechar-se a tempo para os inevitáveis dias das «vacas magras».

Outras culturas surgiram ainda, como a palmeira dem-dem, nos térrenos de aluvião do litoral, e o sisal e café arábico, nos subplanaltos. Mas a verdade é que a distribuição da população, quer indígena quer europeia, não coincide com a da exploração agrícola, de maior valia. Se não considerarmos as cidades do litoral, que vivem da pesca, do tráfego dos portos ou da sua importancia administrativa, os europeus que se encontram naquelas regiões ou não estão ligados á agricultura ou são administradores, técnicos ou capatazes que não representam, a bem dizer, colonização de futuro. Os próprios indígenas que ali trabalham são, na sua maioria, contratados nos planaltos e substituídos periódicamente, e também não representam populações permanentemente ligadas á terra.

As terras mais propícias á colonização europeia situam-se no coração da Província

Mais característico ainda é que a densidade populacional não é maior nos planaltos e subplanaltos de Malange e Quanza Sul, bem mais ricos sob o ponto de vista agrícola do que as terras altas do centro e do sul. Na verdade, a maior parte da população de Angola concentra-se nas regiões do Huambo, Caconda e Huila, sem duvida porque aí se encontram condições propícias á sua fixação. E é fácil conhecer a razão deste facto se nos debruçarmos sobre um mapa hipsométrico de Angola, no qual vemos que essas terras ficam situadas num vasto e precioso planalto, com altitudes superiores a 1.500 metros, as quais corrigem a latitude, proporcionando um clima que, se não é inteiramente salubre é, pelo menos, propício á fixação humana, em especial á colonização europeia.

Mas, como era de prever, a esse clima excepcional não corresponde, nessas terras altas, com escassa cobertura arbustiva, expostas a chuvas torrenciais e a queimadas periódicas, grande valor, quer sob o ponto de vista agrícola quer mineiro. E' de crer que as populações nativas ali se tenham acolhido e proliferado, fugindo ao litoral e ao norte do território, cobertos por glossinas, e ao sul, de terras com poucas chuvas, que mal permitem escassas colheitas de sorgos e outras plantas pouco exigentes em água. Parece que a Natureza, caprichosamente, quis tornar difícil o acesso ás zonas mais ricas, cobrindo-as de flagelos sem conta, que até agora têm obstado á sua ocupação pela nossa raça. A bem dizer, as terras mais propícias á colonização europeia e á vida indígena, pelo seu clima e pela regularidade de chuvas, estão situadas no coração do território.

Torna-se imperioso ensinar aos indígenas novas técnicas de exploração agrícola

Os indígenas aí vivem de uma agricultura primitiva e rudimentar, cultivando feijão, milho e, agora, arroz. Para estabelecerem as suas lavras, abrem clareiras na mata rala dos planaltos, que abandonam passados poucos anos, quando a produtividade começa a decrescer. Este método, baseado no corte indiscriminado da escassa floresta, é condenável, por concorrer para a desvalorização das terras altas, ressequidas e desprotegidas, pelas inevitáveis queimadas, esboroadas anualmente pelas chuvas torrenciais. A falta de um estrato arbustivo, a ausência de uma manta vegetal, impiedosamente destruída pelo fogo, que defenda a terra das grandes chuvas, facilita a erosão sem limites, que já é patente por toda a parte.

Torna-se imperioso estudar, ensinar e impor aos indígenas novas técnicas de exploração agrícola, de modo a levá-los pouco a pouco para a cultura permanente, feita sob moldes científicamente controlados. E essa técnica, está sobejamente demonstrado, tem que ser baseada no aproveitamento racional de adubos organicos, que implicam maior riqueza pecuária na mão de indígenas, com animais em, pelo menos, meia estabulação, que talvez leve, com o tempo, a uma certa especialização de funções.

Raros colonos dos planaltos se dedicam á agricultura e pecuária

Até agora a colonização europeia dos planaltos tem-se baseado no comércio de permuta com o indígena. As grandes casas comerciais instaladas nos principais centros mantêm, no interior, uma rede de sucursais, sob a directa responsabilidade de um «aviado», em contrato com o indígena, a quem compram os produtos das suas lavras, que são pagos directamente em dinheiro ou trocados por panos de algodão, vinho, sal e bugigangas, com maior ou menor utilidade. A esta engrenagem se deve, a bem dizer, a nossa ocupação dos planaltos e os estabelecimentos do interior têm servido de nucleos para as numerosas povoações que hoje se vêem por todos os lados. Como era de esperar, essas concentrações comerciais proliferaram onde a densidade indígena é maior e são frequentes ao longo das estradas, desde a Ganda ao Bié e do Bailundo á Chicuma, formando como que as contas de um imenso rosário espaçadas de poucas dezenas de quilómetros. Em volta dessas povoações há-de provavelmente desenvolver-se a futura colonização.

Mas a verdade é que é raro encontrar, nesses colonos, quem se dedique á pecuária e á agricultura, e quando exploram uma «clutaca» com um pouco de trigo ou milho, fazem-no por sistemas indígenas, num atraso confrangedor. E, a não ser entre alguns agricultores mais progressivos ou estrangeiros, de culturas mais apuradas, a ideia predominante é a de que a agricultura não pode permitir uma vida folgada aos brancos dos planaltos. Quando se manda ir da Metrópole o irmão mais novo, o amigo ou o simples conhecido, pensa-se logo em abrir mais uma loja no mato ou entregar-lhe a que ficou abandonada por se ter tornado independente o antigo «aviado», o que é raro, ou morrido na miséria, o que é frequente. Mas, quer se encare pelas suas reais qualidades, quer pelos numerosos defeitos, o que é certo é que esta colonização, puramente comercial, só permite um limitado numero de colonos, relacionado com a quantidade de agricultores indígenas que, infelizmente, não tende a aumentar.

Torna-se imperioso abrir novos horizontes para os que têm de ir da Metrópole e, sobretudo, para os que estão a nascer em Angola.

A industria, em plena infancia e condicionada, não é ainda solução para o problema, a não ser talvez no litoral, com a instalação de nucleos piscatórios idos de Portugal. Resta, como sempre, a agricultura. Mas poderá o europeu viver, nos planaltos de Angola, uma vida de nível razoável, sómente da agricultura, em concorrência com o produtor indígena, que apenas se mantém com elementares necessidades?

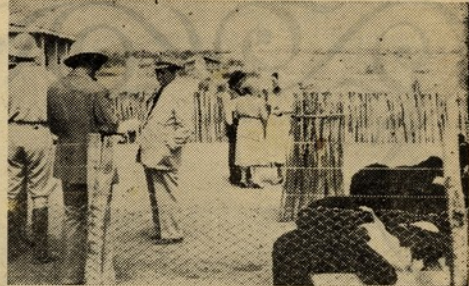
Antevêem-se duas soluções, dentro da colonização dirigida. Na primeira, pelo aproveitamente das terras de baixa, nas margens dos rios, em geral muito alagadiços e que só uma direcção técnica altamente especializada e largos capitais permitirão utilizar depois de onerosas obras de drenagem. E' o que se está a fazer pela primeira vez nos colonatos indígenas de Caconda e se vai tentar, para europeus, no planalto do Quanza Sul. Pressupõe, pelo menos de início, larga intervenção do Estado, que desbravará as terras e coordenará, durante muito tempo, a produção, prestando, como é natural, a imprescindível assistência técnica.

A outra modalidade será o aproveitamento de terras muito mais ricas mas situadas em regiões bem menos salubres e fora dos planaltos, admitindo que as modernas aquisições no campo profiláctico das doenças tropicais permitirá a sua exploração em condições de sobrevivência e expansão da nossa raça. E' o que se vai tentar no vale do Cunene, onde abundam magníficas parcelas de terras de aluvião, que se poderão defender e aproveitar depois da captação de energia eléctrica abundante, que servirá para o enxugo e rega.

Que pode explorar o europeu nos planaltos e como deve fazê-lo?

Mas ao lado desta colonização dirigida, em larga escala, haverá sempre que contar com o aproveitamento das terras mais pobres mas bem mais sadias, dos planaltos, para onde tenderá sempre a dirigir-se a colonização espontanea, até agora a unica que, na verdade, tem vingado em Angola. Resta conhecer qual a orientação que, neste caso, se deve dar á exploração agrícola.

Estão por fazer os necessários estudos preliminares, pois não se conhece, a bem dizer, a natureza dos solos, a flora e a fauna e não há, no campo agro-pecuário, ensaios prévios, de vulto, que possam indicar, com precisão, o caminho a seguir. Podem-se apresentar alguns trabalhos, um pouco feitos *ad hoc*, mas estão por realizar as pesquisas de conjunto, superiormente coordenadas, que dêem resposta concreta a duas simples perguntas. Que deve explorar o europeu nos planaltos? Como o deve fazer?

Não nos parece fácil que possa viver apenas da monocultura do milho e do feijão, a menos que possua trens de lavoura de preço incomportável para a maioria. Só pode fazê-lo se estiver integrado em explorações colectivas do Estado ou se se reunir em cooperativas que, pelo menos de início, terão também que ser coordenadas e subsidiadas pelos serviços oficiais. Mas não devemos esquecer que, segundo parece, os bons tratos de terra no planalto são raros e dispersos e a cultura extensiva pode levar essas terras, pobres e altas, a um rápido esgotamento. Quem passar nas regiões do Huambo, Bailundo e Luimbale, densamente povoadas, já pode ver como são frequentes os campos lavados, com milho enferado, em breve terras perdidas, pelo menos para a agricultura indígena. Julgamos pois, que, fora das reservas dos colonatos, que uma direcção superior especializada permitirá explorar racionalmente, os colonos isolados têm de se encaminhar para a agricultura intensiva de pequenos tratos, valorizados pela cultura de produtos ricos a aconselhar pelos serviços técnicos respectivos.

E' possível que o trigo de sequeiro venha a adquirir lugar preponderante, utilizando formas resistentes ás ferrugens. Mas outras culturas poderão talvez ter lugar como as fibras, entre as quais o linho, que já deu provas nos planaltos e, sobretudo, o canhamo, se se libertar a sua cultura, feita pelos colonos, de proibições absolutas; oleaginosas como o linho, o girassol e certas plantas indígenas; insecticidas como o piretrun e talvez pomares.

Mas como complemento ou talvez mesmo como principal finalidade, deve pensar-se na exploração de gado, também em sistema intensivo, pois desaconselha-se o pastoreio aturado, nas terras altas e declivosas, que a curto prazo sofrem a erosão. A industria de lacticínios, a recria de animais adquiridos nos subplanaltos, a engorda de suínos e a avicultura devem ser os objectivos dessa pecuária que, quanto a nós, é o verdadeiro fulcro da colonização planáltica.

Em Africa, em todas as zonas de altitude, considera-se hoje como problema fundamental o estudo da relação entre a agricultura e a pecuária de modo a conseguir-se uma exploração racional que permita o aproveitamento intensivo da terra sem levar á sua destruição. E tudo leva a crer que a solução está num perfeito equilíbrio em que o gado entra como factor primacial, fornecendo os indispensáveis adubos organicos e consumindo os suprodutos da exploração. E é muito possível que, só assim, possamos encaminhar-nos para uma pecuária altamente especializada. Tais estudos são urgentes e imprescindíveis, se quisermos colocar nessas terras pobres mas de clima suave e chuvas regulares, o excedente populacional da Metrópole, vivendo de uma agricultura remuneradora dentro de um nível de vida razoável.

A bem dizer essas terras encontram-se, em Angola, no planalto de Benguela e parte da Huila pois, ao norte, as regiões do distrito de Malange, livres de glossinas, já são um pouco menos saudáveis, o mesmo sucedendo no Quanza Sul, e parte do planalto da Huila é demasiado escasso em água para permitir uma agricultura compensadora.

Urge intensificar a defesa da pecuária contra as várias epizooticas

Mas se a exploração de gado começa agora a ter mais probabilidades de êxito, com a distribuição de produtos contra as principais doenças profilácticas em larga escala, a verdade é que urge intensificar a defesa dos animais contra as várias epizooticas entre as quais tem lugar de destaque uma pneumonia contagiosa específica, que causa ainda graves perdas, e outras moléstias provocadas por parasitas externos como as carraças, que se torna imprescindível exterminar, se se desejam resultados compensadores na exploração do gado nos trópicos. São ainda muito poucos os tanques carracicidas existentes no território mas seria bom que os agricultores europeus se habituassem á ideia de ter os seus próprios tanques, ou corredores de aplicação dos carracicidas, deixando as banheiras do Estado para o gado indígena, pois só terão a lucrar com esta orientação.

Infelizmente a criação de suínos é, por enquanto, muito contingente, porque depende de se obter uma vacina eficaz contra a peste porcina que os dizima sem piedade, em certas épocas do ano. E infelizmente essa vacina ainda não foi descoberta em qualquer laboratório do Mundo. No entanto está a ser estudada com o maior interesse pelos Serviços Veterinários de Angola, no seu laboratório de Nova Lisboa.

Também é contingente a avicultura mas já se produzem, no mesmo laboratório, algumas vacinas contra as doenças das aves, que têm mostrado utilidade e eficiência. Devemos, contudo, lembrar que a avicultura implica conhecimentos especializados, que não são frequentes nos nossos colonos. Não obstante, pode ser uma industria compensadora em mãos hábeis e devidamente preparadas.

Ao ciclo do café pode seguir-se o da exploração agrícola intensiva

Pelo que acabamos de dizer, verifica-se que a industria pecuária deve vir a ter importancia fundamental na colonização europeia dos planaltos de Angola, desde que seja orientada sob directivas técnicas há muito conhecidas e praticadas com o maior êxito pelos colonos do Quenia, da Rodésia Sul e, sobretudo, da Africa do Sul, que demonstraram claramente que a moderna colonização dos planaltos de Africa e a exploração pecuária são independentes.

É muito possível que ao ciclo do café, de resultados espectaculares mas talvez passageiros, venha a seguir-se, pelo menos nos planaltos, o ciclo da exploração agrícola intensiva, com lugar de destaque para a pecuária especializada, cientificamente conduzida, dando como resultados a fixação da nossa gente em Angola, o que deve ser hoje a mais alta ambição da comunidade portuguesa.

O Governador Geral, capitão Silva Carvalho, visita o centro produtor de caraculo

Grupo de edifícios da «Casa do Colono» em Silva Porto

COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE ANGOLA
EDIFÍCIO E INSTALAÇÕES DE
MARTINS & MACEDO, LDA.
DISTRIBUIDORES DOS AUTOMÓVEIS E CAMIONS «DODGE» E BATERIAS «WILLARD»
AV. DOS RESTAURADORES DE ANGOLA / C. Postal 1280
LUANDA
End. teleg.: «AUTOMÓVEIS» Telefone 2680
COMPANHIA GERAL DOS ALGODÕES DE ANGOLA
(COTONANG)
SOCIEDADE ANÓNIMA DE RESPONSABILIDADE LIMITADA
CAPITAL: ESC. 16.000.000$00
CONCESSIONÁRIA DE ZONAS DE INFLUÊNCIA ALGODOEIRA, NA PROVINCIA DE MALANGE, ONDE EXERCE A SUA ACÇÃO DE CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR.
Direcção: MALANGE
Caixa Postal n.º 68
Séde Social: LISBOA
Rua dos Fanqueiros, n.º 12-3.º
Telefone: 20573
Agência em LUANDA
Cx. Postal 1232—Telef: 2749
A MAIOR ORGANIZAÇÃO ALGODOEIRA DE ANGOLA
13 FÁBRICAS DE DESGRABAMENTO E PRENSAGEM DE ALGODÃO
6 REGENTES AGRÍCOLAS AO SEU SERVIÇO
5 MECÂNICOS ESPECIALIZADOS
ESTAÇÃO EXPERIMENTAL DE ALGODÃO EM:
SUNGINGE
21 AGENTES DE PROPAGANDA
2 ESTAGIÁRIOS

COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE ANGOLA

A PRODUÇÃO DE AMILÁCEOS

DE GRANDE INTERESSE ECONÓMICO

CONSTITUI O OBJECTIVO DA ORGANIZAÇÃO INDUSTRIAL CRIADA EM NOVA LISBOA POR «AMIDOS DE ANGOLA, LDA.»

O edifício principal de «Amidos de Angola, Ld.ª»

A ultima guerra veio evidenciar a insuficiência dos recursos europeus, no que respeita á produção de substancias alimentares fundamentais, nomeadamente dos chamados hidratos de carbono de origem vegetal. Essa crise tende a agravar-se e, nos países chamados coloniais, a solução deste magno problema da alimentação reside indubitavelmente no aproveitamento agrícola e no desenvolvimento industrial dos seus territórios ultramarinos. Assim o compreendeu o Governo da Nação, cuja obra de fomento nas nossas províncias ultramarinas veio tornar possível a valorização das enormes riquezas naturais daqueles territórios.

Integrada nessa orientação, a sociedade por cotas «Amidos de Angola, Lda.», montou em Nova Lisboa uma grande unidade industrial destinada ao fabrico de produtos amiláceos obtidos a partir de matérias-primas vegetais, largamente cultivadas na Província.

Formada e dirigida por portugueses, recorrendo á mão-de-obra indígena e com o concurso do indispensável pessoal branco especializado, esta nova industria virá, certamente, a concorrer em cota apreciável para o desenvolvimento da economia angolana. Na construção e equipamento das suas modernas instalações, tem a Sociedade investidos para cima de 25.000 contos de capital nacional.

A matéria-prima fundamental é o milho, largamente cultivado pelo negro na região planáltica e que é uma das maiores riquezas do solo angolano. A produção bruta da região planáltica pode cifrar-se em 200.000 toneladas anuais, das quais sómente 120.000 (1950) são comercializadas e exportadas.

Paralelamente ao milho, a fábrica de Nova Lisboa está apta a tratar a raiz da mandioca — também largamente cultivada em Angola — com vista á extracção da tapioca, de ampla utilização na alimentação humana.

O pavilhão da empresa na F. I. P.

Uma excelente unidade industrial e as suas possibilidades

A unidade industrial compreende, além do edifício principal, onde se encontram montados os orgãos essenciais da industria, edificações destinadas a alojar os serviços complementares: força motriz, vapor, estação de águas, oficinas, armazens gerais, escritórios, controle, etc.

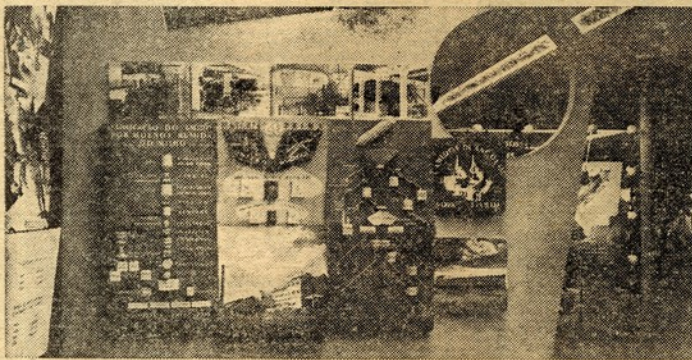
A instalação está prevista para a extracção do amido e sua transformação em produtos derivados, nomeadamente glucoses e dextrinas de diversos tipos, com integral aproveitamento dos resíduos e subprodutos. Inicialmente poderão tratar-se diáriamente 60 toneladas de milho, com uma produção de 30/35 toneladas de produtos expressos em amido bruto.

Os amidos brutos e transformados encontram a sua maior aplicação nos domínios da industria alimentar. Citaremos, assim: farinhas — especiais, para alimentação das crianças e doentes, sopas e condimentos; confeitaria — pudins e doçaria, bolachas e biscoitos, chocolates, gelados; conservas e bebidas especiais, etc.

Além da sua incorporação na farinha de trigo (problema de magna importancia para a economia do País), os amidos têm ainda larga utilização noutras industrias, tais como papel e textil, além do seu vasto emprego na obtenção de numerosos produtos químicos. As aplicações da glucose são também numerosíssimas: na industria alimentar, onde substitui, com enormes vantagens, o açucar de cana, e na industria química, para a obtenção de produtos de grande importancia.

A dextrina tem a sua maior aplicação no campo das colas e adesivos. Dos subprodutos da industria (no caso do milho) o óleo do germe ocupa, pelo seu valor económico, um lugar primordial. As suas aplicações são cada dia mais numerosas, quer na industria alimentar (substituto do azeite de mesa, molhos e maioneses, etc.), quer como incorporante de pinturas e vernizes. As substancias proteícas encontram importante aplicação nos domínios da industria farmacêutica.

Os resíduos finais (cascas e fibras) são utilizados na alimentação animal, quer sob a forma de «tourteaux», quer farinados.

Por tudo isso é evidente o valor económico do empreendimento. Os mercados abertos aos seus produtos são vastos e imediatos. As cotações dos mercados europeus, relativas aos ultimos anos, mostram um constante e gradual aumento de preços, claro indício da insuficiência da produção actual.

LUANDA
Cidade das buganvílias

Vista geral do porto

QUE há a recordar na Luanda de hoje, a velha e gloriosa capital de Angola?

Ao viajeiro que desembarque pela primeira vez, antes do barco acostar ao cais, a paisagem desolada e escalvada das «barrocas» transforma todo o resto que a seguir se descobre, numa esplêndida e maravilhosa surpresa. Perde-se, desvanece-se na retina, o amarelo ardente e sequioso da ravina agreste que, no decorrer dos anos, a erosão, na sua maldita faina, construiu — estranho monumento á tristeza, que recorda amarguras e aflições a reflectiram-se no moral do desprevenido recem-chegado.

Talvez fosse assim a terra no principio das idades. Não se enxerga a baía do Cacuaco, mal se divisa o morro de S. Miguel, na ansia de ver perde-se o que fica para trás — a restinga, ontem ilha, hoje península por capricho dos homens e folguedo das gentes, com a igrejinha do Cabo, mais velha do que a cidade; o seu lindíssimo tamarineiro, os esbeltos coqueiros, o rumorejar da mansidão do mar, a areia loura e as casas fim-de-semana, onde apetece ficar a semana toda?

Ao aportar do vapor, espalha-se na placidez das águas da baía a virulência brutal das carícias do sol africano, quente, severo, a arder toda a roda do dia numa serenidade de endoidecer. Bate no chapeado da lombeira do paquete e comunica aquela quentura aos camarotes, ao convés, ás cordas, aos guindastes, ao rouco gritar dos carregadores, ébano rebrilhante, á poeira de um amarelo desmaiado que os ventos metediços foram buscar ás barrocas. A luz é crua, de um deslumbramento de encandear. Na palidez do céu não se descobre uma nuvem. E o viajante, já receoso do desfiladeiro hostil, aqui e ali salpicado de imbondeiros mártires e desfolhados e cactos-castiçais, a erguerem a multidão dos seus braços numa prece muda e constante de água, água, água — parece atónito no vaguear dos olhos pela agressividade da terra, pintalgada em vários sítios de manchas de um encarnado berrante.

Vista aérea de Luanda

Cidade digna de figurar ao lado de qualquer capital europeia

Mas quando deixa a azáfama abafante do porto e cruza os primeiros asfaltos e corre nas primeiras avenidas, e vê o movimentar das gentes, e descobre edifícios — que a muitos milhares de milhas não encontra iguais — bem dignos de qualquer capital europeia; e identifica velhas fortalezas, e abrange, de outros pontos, as várias panorâmicas da cidade — presépio multicolor, que apetece abraçar — sente um renovamento de esperança, nova fé lhe agita a corrente do sangue. Surge aqui uma surpresa, nasce ali outra, mais além outra aparece ainda. E são cinemas monumentais, um liceu que é o melhor de todo o Império Português, jardins viçosos e romanticos, praças cheias de flores, um ar lavado e saudável, limpo e moderno a bafejar a terra toda num amigo e carinhoso amplexo. Por todas as bandas, em qualquer quintal, em qualquer jardim — todas as casas de Luanda têm quintais e têm jardins — surgem, ás centenas, aos milhares, as buganvílias, umas brancas, outras roxas, outras cor-de-fogo, outras amarelas. E' uma orgia de cores, berrantes, alegres, gritantes, moldura singular e acolhedora para pequeninas vivendas, de varandas de generosas proporções, para o repouso do fim da tarde. E pelas ruas e avenidas, pelas praças e pelos becos, a abraçarem um templo, a embelezarem a rigidez arquitectónica de um hospital, a envolverem candeeiros publicos, a adornarem as lapelas do luandês — ainda a buganvília e sempre a buganvília.

LUANDA — Missão de S. Paulo de Muceques

A primeira desde Casablanca ao Cabo

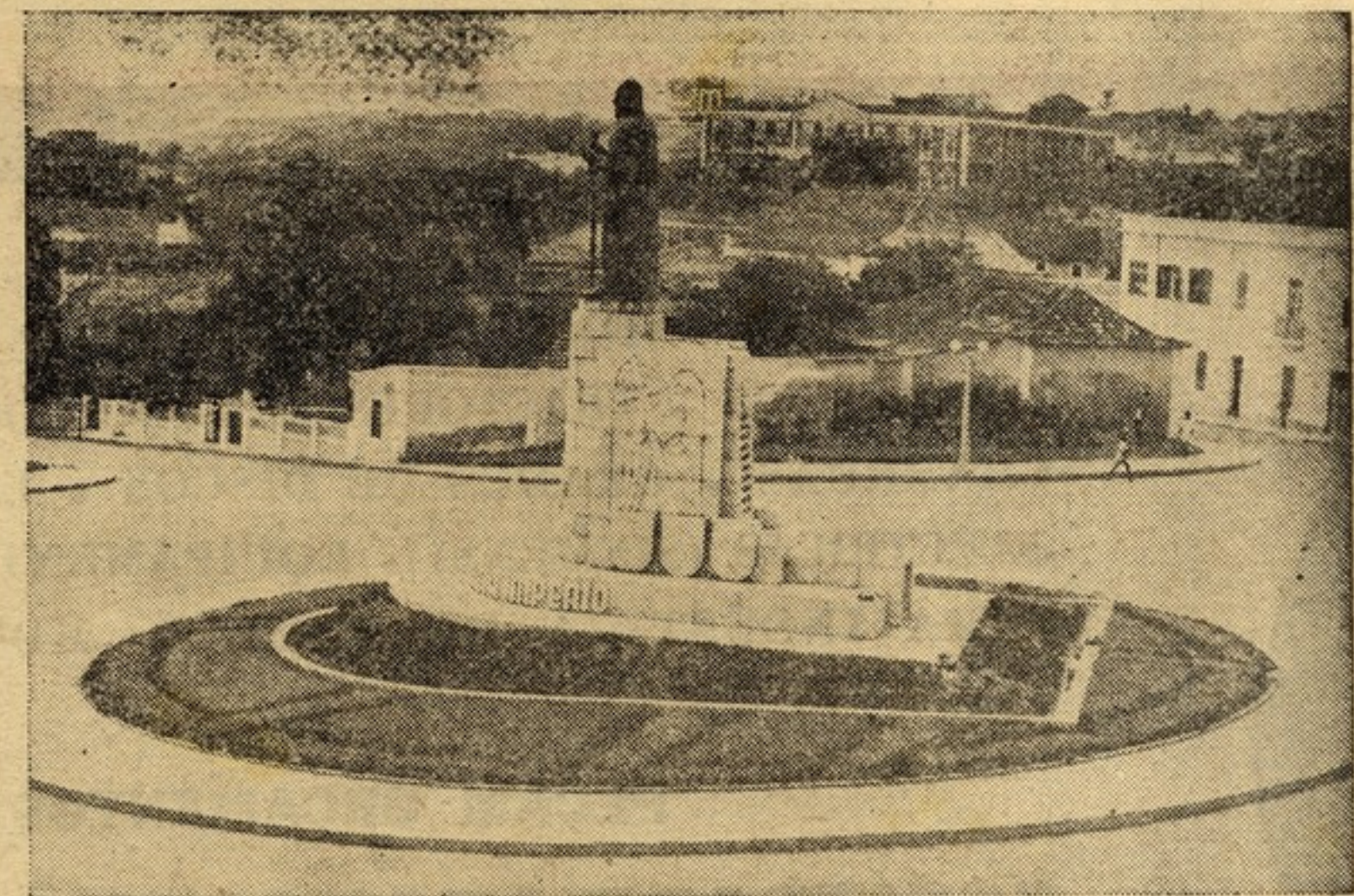
Progressiva, moderna, numa febre de expansão que vai fazer dela a cidade das distancias, Luanda teve o talento de conservar as características do seu passado, os seus prédios de Seiscentos e de Setecentos, a relíquia das suas fortalezas e até o empedrado caracteristicamente português de certas ruas — lado a lado com os seus «boulevards» de perspectivas e traçado moderno, os seus edifícios grandiosos, as suas novas escolas e os seus hodiernos palácios. De uma maneira geral, o estilo da residência metropolitana foi adaptado ás necessidades tropicais. Luanda adquire assim as características de uma grande capital europeia, facto quase inédito em território africano que não seja lusitano. Desde a ponta do «tormentoso» cabo a Casablanca, ao longo de todo este litoral atlantico de Africa não há nenhuma terra que se lhe compare, nem em grandeza, nem em beleza, nem em civilização, nem em cultura.

Salvador Correia de Sá, recuperador de Luanda

(Quadro a óleo do Museu de Arte Antiga, de Florença)

Seu ninho de nascimento foram o morro da Fortaleza de S. Miguel e as Portas do Mar. Depois, estendeu-se, ampliou-se, subiu para os cem metros do planalto de ventos frescos e grande salubridade. E ali fez escolas e construiu bairros residenciais para abastados, para remediados e para pobres — enquanto os muceques indígenas, lenta, mas seguramente, eram, e continuam a ser, afastados lá para as bandas do Ambriz e de Catete, dando lugar á cidade branca, cada vez mais larga, porque a ansia de fazer casas, de criar jardins, de concluir ruas e traçar novas avenidas não pára, não se detem perante nada. Luanda exige, Luanda, branca soberana encravada no Continente Negro, quer. Nada poderá deter as suas ambições de progressiva capital da mais progressiva e ubérrima de todas as províncias do ultramar português.

O espectáculo maravilhoso de um fim de dia em Luanda

Jamais pode esquecer o espectáculo magnífico de um fim de dia em Luanda. Numa das suas colinas, fronteira á histórica fortaleza, atrás da qual o sol vai morrer, perdido nas profundidades abissais do Oceano, num acabar de tarde suavíssimo, dividem-se distintamente as sete cores, e estas em milhentos tons, desde o vermelho carregado, a sangrar, ao purpura-de-cardeal, ao verde-bandeira, ao azul-eléctrico, ao amarelo de seara, ao cinzento de chuva, ao preto de luto, ao branco de véu de noiva. Por entre as nuvens, umas diáfanas, outras opacas, outras translúcidas, o sol atira a ultima luz do dia. Nenhum talento de pintor, nem antigo nem moderno, poderia perpetuar na tela aquele quadro irreal e surpreendente, que muda, de minuto a minuto, brusca mutação, e cada vez mais belo, sem nunca se repetir, na procura de uma perfeição — que, afinal, já foi atingida. Todos os finais de dia esta cena de magia é sempre nova, espantando pela severidade a mais portentosa imaginação humana. Paupérrimos, perante esta diária singularidade, toda a imaginação e todo o talento do homem.

Estátua de Afonso Henriques

Os grandes construtores

A gente de Luanda é boa e saudável, generosa, abnegada. Ainda há por Luanda muita gente que viveu estas transformações que tornaram a cidade numa grande capital. Querem-lhe muito porque a acompanharam nestes passos de expansão, primeiro tímidos, depois afoitos e arrojados e decisivos. A essa gente, mais que á outra há pouco chegada, á sua persistência, ao seu heroísmo, quantas vezes pago com a própria vida, deve Luanda, em grande parte, o que é hoje. Ali se estabeleceu, nos começos do século, sem nada, desprovida de tudo, lutando contra a adversidade, contra a doença — e contra as saudades. Lutou e venceu, e a sua mais bela vitória não foram os cabedais amealhados ao longo de canseiras e do abreviar da vida — mas a cidade florescente e magnífica, orgulhosa de si, da intensidade multiforme do seu progresso. Admirável obra a dos construtores de cidades. Eles deixam aos seus a mais maravilhosa de todas as heranças.

Pérgola no parque «Herois de Chaves»

Das névoas do cacimbo, tudo esfumado pela distancia do tempo, surgem as silhuetas de Paulo Dias de Novais e do jesuita Baltasar Afonso. Luanda tinha, então, trezentos vizinhos. Depois vem Manuel Cerveira Pereira e com ele, o nojo dos holandeses. E Salvador Correia, o libertador, que lhe antecedeu o nome com S. Paula da Assunção e Luís Lopes de Sequeira, e Dom Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho — e tantos e tantos outros, uns célebres, outros ignorados, a trabalhar, a erguer uma terra renovada pelo trabalho, a odiar a escravatura e o uso desmedido e insolente da tipoia.

E eles — todos eles — fizeram a capital, nova, progressiva, moderna cidade, onde nada existe a fazer lembrar os ensaios de Lopes de Lima.

Escola-oficina para indígenas, nos Muceques

O amplo edifício do Liceu Nacional de Salvador Correia, inaugurado em 1942

Que há a recordar na Luanda de hoje, a velha e gloriosa capital de Angola?

Os marcos centenários da sua História na moldura viva do colorido das suas buganvílias; a silhueta dos seus heróis projectada no traçado generoso das suas avenidas; a sombra da sua bem portuguesa bandeira nas almas bem portuguesas que lá trabalham, vivem, riem e sofrem.

Vista da capital angolana — cidade, baía e ilha — tirada da fortaleza de S. Miguel

COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE ANGOLA

COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE ANGOLA

FIGUEIREDO & IRMÃO, LDA.

CAIXA POSTAL 108
BENGUELA

LISBOA
RUA DOS FANQUEIROS, N.º 122 - 1.º ESQUERDO

LUANDA
CAIXA POSTAL N.º 411

N. LISBOA
CAIXAS POSTAIS N.ºs 81 E 183

LOBITO
CAIXA POSTAL N.º 102

END. TELEGR. GERAL:
SACHITOTA

SOCIETÁRIOS DE:

SOC. INDUSTRIAL DO DALA, LDA. — VILA LUSO — FAB. DE DESC. DE ARROZ — FAZENDA NOVA AURORA, LDA. — VILA TEIXEIRA DA SILVA — FAZENDA AGRICOLA ELISA, LDA. — CUBAL — CULTURA E DESFIB. DE SISAL — FAZ. AGR. CHIMBOA DA HANHA, LDA. — CUBAL — CULTURA E DESFIB. DE SISAL — FAZ. AGRICOLA S. MIGUEL, LDA. — GANDA CULTURA E DESFIB. DE SISAL — SOC. AGR. E FLOREST. DE CABINDA, LDA. — MALEMBO — CORTE E SERR. DE MADEIRAS — SOC. AGR. E FLOREST. DO ENCLAVE, LDA. — CABINDA — CORTE E SERR. DE MADEIRAS — SOC. DE TRANSPT. MARITIMOS DE ANGOLA, LDA. — MARIL — EMPR. DE CABOTAGEM — INDUSTRIA DE PESCA E CONSERVAS DE PEIXE — EM MONTAGEM — AGENTES DA COMP. NACIONAL DE NAVEGAÇAO — LOBITO

EXPORTA TODOS OS PRODUTOS COLONIAIS, NOMEADAMENTE:
SISAL, ARROZ, CÊRA; FEIJÃO, OLEAGINOSAS E CONSERVA
EXPLORAÇÃO DE MADEIRAS NO ENCLAVE DE CABINDA

LUANDA **MAMPEZA** *LOBITO*

IMPORTAÇÃO • EXPORTAÇÃO • REPRESENTAÇÕES

REPRESENTANTES DE:

CHRYSLER CORPORATION: CAMIÕES «FARGO», AUTOMOVEIS «CHRYSLER» E «PLYMOUTH» ★ J. I. CASE COMPANY: MAQUINARIA AGRICOLA «CASE» ★ LEONARDO (NASH KELVINATOR EXPORT DIVISION): FRIGORIFICOS. APARELHAGEM CASEIRA ELECTRICA ★ M & R DIETETIC LABORATORIES INC.: LEITE EM PÓ ★ SOCIÉTÉ ANONYME ANDRÉ CITROEN: AUTOMÓVEIS «CITROEN» ★ GESTETNER, LIMITED: MAQUINAS DUPLICADORAS ★ ZIMMER DEBAIFFE: MAQUINARIA PARA CONSTRUÇAO CIVIL ★ TRIUMPH WERKE NURNBERG A. S.: MOTOCICLETAS ★ NATIONAL GAS AND OIL ENGINE CO. LTD.: MOTORES DIESEL INDUSTRIAIS ★ ASSOCIATED BRITISH OIL ENGINES (EXPORT) LIMITED: MOTORES DIESEL INDUSTRIAIS, GRUPOS ELECTROGÉNIOS, MOTORES MARITIMOS ★ THE CELOTEX CORPORATION: MATERIAL ISOLANTE PARA CONSTRUÇÕES ★ SOCIÉTÉ METALURGIQUE D'ENGHIEN ST. ÉLOI: MATERIAL FERROVIARIO ★ BALATUM N. V.: OLEADOS ★ ORIS WATCH CO.: RELOGIOS SUIÇOS ★ THE WAYER IMPACTOR CO.: MAQUINAS DE ASFALTAGEM ★ ING. C. OLIVETTI & C., S. P. A.: MAQUINAS DE ESCREVER E CALCULAR «OLIVETTI» ★ FABRICAS DE CERVEJA REUNIDAS DE LOURENÇO MARQUES: CERVEJA «LAURENTINA» ★ SOCIEDADE TECNICA DE HIDRAULICA, S. A. R. L. (CIMIANTO): TUBOS DE FIBROCIMENTO

COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE ANGOLA

ORGANIZAÇÃO MILITAR

(Continuação da 3.ª pág.)

ção de Comando Militar de Angola á frente do qual deve estar um oficial-general, assistido por um Quartel General de organização idêntica ao de campanha e dispondo de batalhões de caçadores, grupos de artilharia, tropas de engenharia, serviços de saude e administração militar de organica idêntica ás das unidades congéneres da Metrópole.

Dispõe ainda de uma unidade europeia com a designação de Escola de Quadros Militares onde são instruídos os europeus que anualmente prestam o serviço militar e que, conforme as habilitações literárias, recebem instrução para soldados ou cabos ou fazem cursos de sargentos e oficiais milicianos.

As tropas de Angola são organizadas á base de praças indígenas, enquadradas por europeus — cabos, sargentos e oficiais.

E' anualmente fixado e conforme as necessidades o contingente que deve ser incorporado.

Esse contingente — tendo em atenção a densidade de população nas diferentes regiões de Angola e as suas necessidades derivadas do desenvolvimento agrícola e industrial — é distribuido, proporcionalmente, pelas circunscrições e concelhos. Em face dessa distribuição, a autoridade administrativa convoca o indígena previamente recenseado, o qual em seguida se apresenta ao serviço militar.

Esta obrigação é na generalidade bem aceite pelo indígena que verifica, pelos homens que passaram nas fileiras e quando do seu regresso ás respectivas povoações, que a vida militar os desenvolve física e intelectualmente e que a soma de conhecimentos adquiridos lhes permite melhorar os seus hábitos de vida.

Uma vez incorporados recebem a instrução de «recruta» que normalmente dura seis meses; depois do juramento de Bandeira e de serem portanto «praças prontas», continuam em instrução que nunca termina durante o período de dois anos em que prestam serviço.

Juntamente com a instrução militar é ministrada aos indígenas instrução literária; mais de metade do contingente anual, ao ser incorporado, não sabe falar português, mas quando termina a obrigação de serviço e regressa ás suas terras, já não chega a 5 % aquela quantidade.

Dos que vêm para a vida militar e já conhecem o português, mais de 80 % vai-se embora sabendo ler, escrever e fazer contas.

Vivem nos quarteis em casernas de construção definitiva, onde não faltam condições higiénicas.

Por estas simples notas se verifica quanto se valoriza o indígena que passa pelas fileiras do Exército e quanto, sem alarde e lutando com algumas dificuldades, os militares vão contribuindo para o desenvolvimento de Angola. Basta citar o comprovadíssimo facto de serem procurados e rapidamente se empregarem os homens com as especialidades a que atrás fizemos menção e ainda aqueles que têm as suas cadernetas limpas de castigos.

O soldado angolano, de uma forma geral é fraco fisicamente, muito embora durante a sua estadia nas fileiras e devido á assistência médica, á vida regrada, á boa alimentação e aos exercícios ginásticos, todos melhorem a condição física.

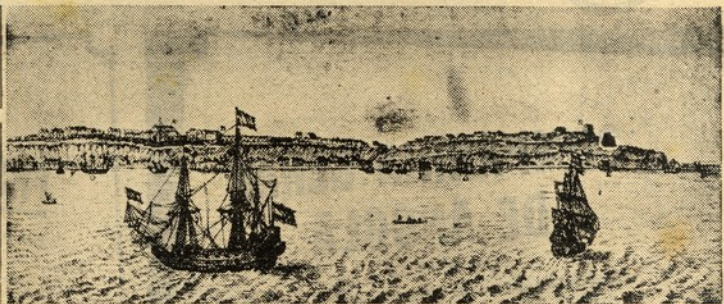
Aprende com dificuldade, o que é natural em vista da complexidade das matérias em face das quais é posto, mas possui boa memória e propensão para mecanizar movimentos e formas de proceder. Se houver, da parte de quem instrui, o cuidado de explicar a razão das coisas, poderá notar-se alguma imaginação e espírito de iniciativa.

E' bastante resistente á fadiga e sóbrio na alimentação; bom observador, a quem não escapam quaisquer pormenores, possui um óptimo sentido de orientação e é excelente «escuta», podendo percorrer distancias enormes, desde que não o forcem a abandonar uma passada especial a que desde pequeno se habitua, acompanhando os pais ou tios — pessoas de muita autoridade para o negro — pelas picadas do mato.

Embora o indígena de Angola seja de uma grande dedicação pela família e pela terra natal, tem saído da Província fazendo parte de Unidades sem que tenha mostrado relutancia em tal.

Pelo contrário, verificou-se certo espírito de aventura em parte desses homens, dado o especial empenho que mostraram em querer seguir também nos contingentes mobilizados.

Durante alguns anos Angola não enviou tropas para fora; mas, a partir de 1948, voltou a fornecer contingentes.

Todas as praças que recolheram de destacadas noutras Províncias se mostraram satisfeitas por terem conhecido outras partes de Portugal e orgulhosos com o papel que desempenharam junto de outros povos e raças.

A cidade de S. Paulo de Luanda segundo uma gravura antiga

HÁ PETRÓLEO EM ANGOLA

(Continuação da 3.ª pág.)

de aviação, etc., depois de devidamente preparados.

«O carvão asfáltico ou libolite, e o grés betuminoso a que se encontra associado, constituem matéria-prima de excelente qualidade para a obtenção das usuais fracções petrolíferas, como gasolina, óleos Diesel e combustível, lubrificantes, etc.

«O conveniente aproveitamento dos produtos betuminosos de Angola assume a maior importancia económica, como aliás tem sido posto em relevo em pareceres oficiais, relatórios publicados, etc.

E continua:

— No que respeita aos asfaltos naturais, isto é, ao calcáreo asfáltico e ao betume mais ou menos livre, os principais jazigos estão situados relativamente perto do litoral, orientados perpendicularmente ao contacto dos calcáreos com as rochas do sóco primitivo situadas mais a leste.

«As principais minas de asfaltos encontram-se nos Libongos, Granja da Glória, Husso e Caxito, a distancias da costa compreendidas entre 20 e 60 quilómetros.

«E' do jazigo do Caxito — cuja reserva conhecida é vastíssima — que tem sido retirado o asfalto para obras de categoria, como a da asfaltagem do novo Aeródromo de Luanda, da cidade de Moçamedes, das estradas de Luanda-Catete e Benguela-Lobito, etc.

«Os jazigos de carvões asfálticos e de grés betuminoso do Quilungo e Calucala estão situados mais para leste, a uns 140 kms. de Luanda.

«O complexo betuminoso constituído pela libolite e pelo grés a ela associado, está representado naqueles jazigos, muito especialmente no de Calucala, por impressionantes reservas de muitas dezenas de milhões de toneladas, conforme foi verificado pelos trabalhos a que a Companhia já procedeu, o que garante a continuidade da sua exploração por um largo periodo de anos, ainda que conduzidos em larga escala.

— Que aplicações têm já sido dadas ás substancias betuminosas de Angola como material de pavimentação e que resultados se colheram?

— Há já anos que a rocha asfáltica de Angola vem sendo empregada na Província em relação com a preparação de tapetes betuminosos, sobretudo para estradas.

«A técnica dessa aplicação tem-se desenvolvido bastante com o tempo, numerosas sendo já as pavimentações utilizando aquele asfalto natural, sobretudo em Luanda, Benguela, Lobito e Moçamedes.

«E, como dissemos, a pista do novo aeródromo de Luanda é asfaltada com material da mina do Caxito, de onde também proveio o asfalto com que está sendo asfaltada a progressiva cidade de Moçamedes.

«Em Lisboa, com a colaboração da Junta Autónoma de Estradas, efectuou a Companhia um pequeno ensaio de betão betuminoso a quente com os mais lisongeiros resultados; outro ensaio mais importante acaba de ser concluido na capital.

«O ensaio de maior vulto até á data efectuado com a rocha asfáltica de Angola mandou-o a Companhia realizar em Milão, por peritos em tal matéria. Em missão da Junta Autónoma de Estradas, este trabalho foi visitado em Outubro de 1950 pelo sr. eng. António Nobre de Castilho, que teve a oportunidade de verificar os bons resultados conseguidos.

— Pode dizer-nos que esforços têm sido feitos no sentido de tornar conhecidos os betuminosos de Angola, tanto em território nacional como no estrangeiro?

— No «I Congresso Internacional do Asfalto», realizado em Bruxelas, em Maio de 1948, coube-me a honra de apresentar a primeira comunicação sobre os asfaltos e outros produtos betuminosos de Angola, a qual foi objecto de muito interesse, tendo sido publicada na integra no relatório do Congresso.

«No «XVIII Congresso Internacional de Geologia», efectuado em Londres em Junho de 1948, coube-me igualmente a honra de apresentar uma comunicação sobre aspectos geológicos do vasto jazigo de carvão asfáltico e de grés betuminoso de Calucala, e sobre as caracteristicas e possibilidades de tais produtos, que mereceu também bastante interesse.

«Por outro lado, tem a Companhia aproveitado todas as oportunidades para tornar conhecidos os betuminosos de Angola, prestando o seu concurso ás exposições que têm sido efectuadas.

«A Companhia aproveitará todas as oportunidades que se lhe depararem para tornar conhecidas as possibilidades dos betuminosos de Angola — e assim participou no «IX Congresso Internacional da Estrada», que se realizou em Lisboa — certa como está que do conveniente aproveitamento de tais produtos resultarão os mais interessantes benefícios para a economia nacional.

Inquirimos, depois, se a Companhia tem procedido a estudos destinados a precisar a melhor forma de tratamento e aplicação dos produtos betuminosos da sua concessão.

O sr. eng. Salles Lane esclarece-nos:

— Sem duvida, e disso há conhecimento oficial.

«Efectivamente, para a exacta determinação das possibilidades das substancias betuminosas, a Companhia mandou proceder a ensaios e investigações tendentes a demonstrar o melhor processo de tratamento e emprego de tais produtos, tendo em vista a valorização dos betuminosos de Angola e muito especialmente a do complexo betuminoso de Calucala, cuja extracção é possível a baixo preço

«Também foram devidamente investigadas as melhores formas de tratamento dos asfaltos naturais, tendo em vista a obtenção de produtos fabricados, devidamente calibrados e homogeneizados, os quais poderão ser mais fácilmente transportados e aplicados a distancia do que a matéria-prima a empregar no seu fabrico.

«A Companhia confiou as investigações a especialistas na matéria, que apresentaram soluções do maior interesse, já antevistas nos bem elaborados ensaios e relatórios do Instituto Português de Combustiveis relativos ao aproveitamento dos betuminosos de Angola, certamente realizados em virtude da importancia de que se reveste a industrialização de tais produtos.

— Poderá considerar-se de oportunidade e com interesse o estudo e aproveitamento dos produtos betuminosos de Angola?

— Tudo faz crer que sim. No que respeita aos produtos em si ou seja os asfaltos naturais, por um lado, e o carvão e grês betuminoso pelo outro não há a menor duvida sobre a sua existência em reservas impressionantes.

«Os importantes trabalhos de pesquisas e avaliação que a Companhia tem efectuado — que incluem sondagens com equipamento especial — têm demonstrado a existência de tais reservas, confirmando quanto a tal respeito era de presumir, em virtude de reconhecimentos anteriormente feitos.

«Por outro lado, mandou a Companhia proceder a laboriosas investigações sobre o melhor aproveitamento das substancias betuminosas existentes na sua concessão, que permitiram fixar o caminho a seguir em tal matéria, o qual está sendo presentemente considerado.

«As matérias-primas existem em abundantíssima quantidade e os processos da sua industrialização em condições económicamente vantajosas, estão práticamente investigados, pelo que uma vez instalado o equipamento de tratamento, se entrará em produção remuneradora.

«Nestas condições e tendo em conta o que a Metrópole e Províncias ultramarinas despendem na importação de produtos que Angola, em grande parte, poderá fornecer, suponho que, efectivamente, é da maior oportunidade e interesse o aproveitamento dos betuminosos daquela Província.

«De resto, tamanho interesse mostrou o Governo da Nação em tal matéria que, com o decreto-lei n.º 28924 de 16 de Agosto de 1938 — anteriormente, portanto, á constituição da Companhia — criou o Fundo do Fomento de Angola, que estabelecia que o reconhecimento dos jazigos betuminosos do Quilungo e Calucala e o estudo do seu aproveitamento, constituiam um dos principais objectivos do programa de realizações a financiar por aquele Fundo.

«Afinal, tal reconhecimento e estudo veio a ser efectuado pela «Companhia dos Betuminosos de Angola», á qual, sete anos mais tarde, o Governo concedeu o exclusivo de pesquisas de tais produtos e ainda de asfaltos naturais, numa vasta área da Província de Angola.

«Ora, tendo em conta os resultados das pesquisas e das investigações a que procedeu e ficaram referidas, a Companhia não tem duvida em afirmar que bem fundados eram os objectivos que o Governo tinha em vista ao incluir o reconhecimento daqueles jazigos e o aproveitamento dos betuminosos que contém, no programa de realizações que aquele decreto-lei tinha em vista

LUANDA — Aspecto parcial da cidade, tirado da fortaleza de S. Miguel

COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE ANGOLA

COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE ANGOLA

ANGOLA

A Junta de Exportação deu sempre prioridade ao abastecimento da Metrópole e das restantes parcelas do Império

A Junta de Exportação da Província de Angola, organismo disciplinador e orientador dos principais produtos que são exportados pela grande possessão da Africa Ocidental foi criada em 1939 pelo decreto 29 716, que lhe tornou aplicável as disposições gerais do diploma regulador do funcionamento do organismo congenere de Moçambique. E' seu vice-presidente o sr. tenente Fernando Parreira, profundo conhecedor dos problemas da economia angolana, que neste lugar tem comprovado as reais qualidades de dirigente de um dos mais importantes sectores da actividade produtora da Província.

A regulamentação do funcionamento da Junta de Exportação da Província de Angola foi feita por uma portaria do Governo Geral, de Janeiro de 1940. Criaram-se seis secções: oleaginosas, fibras texteis, produtos pecuários, peixe e derivados, chá e café. A posterior instalação em Luanda de uma delegação da Junta de Exportação de Café Colonial levou á extinção desta ultima secção.

Nos serviços da Junta, que tem várias delegações e agências, cooperam funcionários de outros organismos de coordenação e do próprio Estado

Instalados num amplo edificio de tipo colonial, adquirido em hasta publica por 1.200 contos, os serviços da Junta, na capital de Angola, compreendem uma secretaria geral e arquivo, serviços de classificação e fiscalização dos produtos destinados á exportação, e repartições de contabilidade e de estatística. Além disso, possui delegações no Lobito, em Moçamedes e Nova Lisboa e agências de fiscalização e classificação nos portos de Cabinda, Santo António do Zaire, Ambriz, Porto Amboim, Novo Redondo e Benguela. Funcionários, quer dos Serviços Aduaneiros quer da Comissão Reguladora de Importação, exercem em colaboração remunerada, alguns serviços requeridos pela Junta. Desta forma, a fiscalização exercida por este prestante organismo de coordenação económica estende-se, praticamente, a toda a Provincia, com um mínimo de despesas.

Não perdendo nunca de vista o fortalecimento da unidade económica imperial, um dos objectivos para que foi criada, a Junta deu sempre prioridade, como lhe compete, ao abastecimento tanto da Metrópole, como das restantes parcelas do Império, procurando, ao mesmo tempo, tomar todas as medidas tendentes ao cumprimento de acordos comerciais assinados com países estrangeiros. A procura de novos mercados para os produtos angolanos continua a ser uma das suas capitais preocupações.

O aumento de receitas, por isso mesmo que as taxas incidem sobre o peso das mercadorias, corresponde a um acréscimo substancial da tonelagem vendida

A receita ordinária da Junta de Exportação é constituída por um subsídio inscrito no Orçamento Geral da Provincia, pela verba de rendimentos de bens próprios e por outras verbas de valor puramente nominal, que se incluem em obediência a disposições legais. Até o começo de 1950, as receitas ordinárias deste organismo de coordenação provinham quase exclusivamente de taxas específicas lançadas sobre a exportação dos produtos por ele disciplinados.

As taxas que incidem sobre o peso exportado e não sobre o valor da mercadoria, nada beneficiaram da alta dos preços e não sofreram qualquer alteração, desde 1942. O aumento que, desde essa altura, se notou nas receitas da Junta de Exportação resultou em exclusivo do progressivo desenvolvimento da exportação. A entrada em vigor da nova Reforma Tributária levou a incluir o produto destas taxas na tributação geral, sendo, então, atribuido á Junta, em contrapartida, um subsídio inscrito no Orçamento da Província, e a que acima fazemos referência.

Na elaboração do orçamento seguiram-se as normas adoptadas em anos anteriores, trabalhando-se com igual critério. No entanto, a verba destinada á propaganda nos mercados externos, dos produtos angolanos, foi aumentada, dado que as circunstancias o aconselhavam e também por ser a propaganda económica uma das mais importantes funções da Junta de Exportação. Este organismo intervem ainda na cobrança da taxa para o Fundo de Protecção Agrícola e Pecuária, criado pela portaria n.º 6.333, de 30 de Junho de 1948.

Os produtos integrados no âmbito da Junta deram contributo apreciável para o nível atingido pela exportação

Os produtos, cuja exportação é disciplinada pela J. E. P. A., têm sofrido de ano para ano um notável incremento de procura, mercê de circunstancias externas, sem duvida, mas também devido á acção benéfica da Junta. Assim, o ano de 1950, pode considerar-se, marca o ponto culminante das exportações angolanas, de uma maneira geral, e, por forma particular, quanto ás mercadorias incluídas no âmbito daquele organismo. Estas atingiram 497 605 toneladas com o valor de 2.064.746 contos, mais 107.230 toneladas e 301.075 contos que em 1949.

O seguinte quadro do ultimo decénio é bem elucidativo:

	Toneladas	Numeros indices	Contos	Numeros indices
1941	305.113	100	434.011	100
1942	295.650	97	480.353	111
1943	286.943	94	593.379	137
1944	299.707	98	611.988	141
1945	314.689	103	637.562	147
1946	398.631	131	962.251	222
1947	317.666	104	981.012	226
1948	339.674	111	1.488.776	343
1949	401.630	132	1.793.012	403
1950	497.605	163	2.064.746	476

Nos numeros relativos a 1950 não estão ainda incluídas várias mercadorias, de limitada importancia, cada uma de per si, mas que, no entanto, perfazem, ao fim do ano, uma elevada tonelagem e um apreciável valor. Pode, pois, juntar-se ás 497.605 toneladas mais 25 mil e aos 2.064.746 contos mais 30 mil.

A Metrópole continua a ser o melhor cliente dos produtos angolanos, logo seguida dos Estados-Unidos

Na tonelagem, os dez principais produtos da exportação angolana — e tambem os mais importantes em valor — foram o café, o milho, o sisal, os diamantes, o açucar, o óleo de palma, o algodão, o feijão, o peixe seco e a farinha e guano de peixe.

Baixou a exportação de café, que, apesar disso, continua em primeiro lugar, do feijão, do peixe seco e dos diamantes, aumentando a dos restantes produtos.

Os principais mercados consumidores foram, em valores: Metrópole, Estados-Unidos, Holanda, Inglaterra, Alemanha, França, Bélgica, União Sul-Africana, Províncias Ultramarinas Portuguesas e Congo Belga.

Relativamente ao valor das mercadorias importadas por Angola, verifica-se um aumento geral nos três principais mercados, com excepção da Inglaterra, que desce em consequência da baixa na exportação dos diamantes, e das nossas províncias ultramarinas, cujo lugar desce de sexto para nono.

Nas exportações, o aumento [illegible]s significativo refere-se aos Estados-Unidos com 304.218 contos, excedendo em 113.162 contos o mercado holandês, que se segue. Este facto tem particular importancia, dado o valor do dólar no mercado de divisas e as necessidades de Angola de produtos da área daquela moeda.

A América importou, em primeiro lugar, o rícino, o sisal, a farinha de peixe, o manganês e o café.

A rápida impressão que se possa colher dos numeros apresentados é, de facto, o extraordinário desenvolvimento, de há anos a esta parte, das possibilidades da economia de Angola — e da estabilidade dos mercados que interessam a esta nossa província ultramarina. O ano de 1949 marcou o ponto mais alto de todas as anteriores exportações. O ano de 1950 bateu largamente o próprio «record» de 1949. Tudo isto indica o progresso geral e real da economia de Angola — ao qual, repetimos, não pode ser estranha a proveitosa acção da Junta de Exportação.

Ao alto: um viveiro de plantas de tabaco — que é já uma apreciável riqueza de Angola — numa fazenda dos arredores da capital. Ao meio: vacas leiteiras da «Estação Zootécnica do Sul» (Humpata). Em baixo: a faina da colheita do algodão, por uma indígena, em Porto Amboim

EM DEZ ANOS

DUPLICOU A POPULAÇAO BRANCA

NA CIDADE DE MALANGE

Malange é uma das mais antigas aglomerações de população branca no interior de Angola. O seu Município existe desde 1870, altura em que ali se instalou a Comissão Municipal do Concelho. Em 1932 era elevada á categoria de cidade. Desde essa data, a sua população branca tem aumentado de uma forma extraordinária. De 1940 ao ultimo censo, realizado o ano passado, o aumento foi de cerca de cem por cento. O progresso da cidade é claramente indicado por, naquele espaço de tempo, a iniciativa particular ter ali construído mais de trezentos prédios, entre os quais o grande edifício do «Colégio Veríssimo Sarmento», este com um importante apoio financeiro do Governo Geral da Província.

O sr. engenheiro Mendonça Lopes, ilustre presidente da Camara Municipal de Malange, fala-nos, numa rápida entrevista, do progresso da cidade, que é, a todos os títulos, notável. E afirma-nos:

— Em fins de 1928 iniciaram-se as obras dos esgotos pluviais com a construção de um colector com 1,50 × 0,70 ao longo da principal artéria da cidade — Rua Governador Andrade — principiando perto do rio Malange e terminando em frente da Igreja da Missão Católica. Desde essa data, têm-se construído valetas para drenagem das águas pluviais. O saneamento das águas domésticas é feito por meio de fossas assépticas, uma para cada prédio. Encontra-se, neste momento, elaborado o projecto da rede de esgotos, cujo orçamento atinge o montante de 12 mil contos.

«Este estudo, da autoria do engenheiro Teixeira de Sampaio — chefe da Repartição de Hidráulica dos Serviços de Obras Publicas — aguarda oportunidade de verba para a sua realização.

Água, luz... e ar!

O engenheiro Mendonça Lopes, que é um grande amigo da cidade, dedicando-se com muito interesse á sua modernização e á comodidade dos seus habitantes, refere-se, depois, aos problemas da água, da luz... e do ar, declarando:

— O abastecimento de água á cidade fazia-se, dantes, por intermédio de três fontes, quase naturais, existentes nos arrabaldes — Capôpa, Quinze de Agosto e Katepa — ás quais a população se ia abastecer transportando-a pelos processos mais rudimentares, entre os quais o do barril. O problema começou a ser estudado antes de 1930, mas só depois da criação do Imposto Especial de Transito — imposto sobre alguns produtos entrados e saídos da cidade, criado para fazer face ás despesas com as obras da água, luz e esgotos — foi sériamente encarado vindo a solucionar-se nos anos de 1948, 1949 e 1950. Esta obra realizada em duas fases, sendo a primeira constituída por captação, adução e reservatório e a segunda por uma rede de distirbuição e central de tratamento, foi estudada pelo engenheiro Teixeira de Sampaio e calculada para 25 anos. Gastaram-se nesta obra, que já se encontra em exploração, 7.700 contos.

«O abastecimento de luz eléctrica era muito precariamente feito por fornecedores particulares. Em 1949, a Camara decidiu resolver provisóriamente o problema pela instalação de uma central mista, térmica e hidráulica, aproveitando a água do rio Malange que corre dentro da cidade.

«Actualmente, a capacidade da central é de cerca de 500 C. V. sendo 260 C. V. fornecidos por dois motores e os restantes por uma turbina.

«A rede de distribuição é subterranea. A obra custou cerca de 5.000 contos.

«Esta solução é provisória, porque a definitiva continua prevista pelo aproveitamento hidro-eléctrico do rio Quanza nas quedas do Condo a menos de 40 quilómetros de Malange e onde se podem obter muitas dezenas de milhar de C. V.

Eng. Mendonça Lopes Chefe das Obras Publicas e Presidente da Camara

— A pavimentação — diz-nos ainda o sr. eng. Mendonça Lopes — é uma das necessidades mais urgentes da cidade. As ruas, constituídas por terra batida, viciam o ar pela poeira tornando-o nocivo para a respiração. Actualmente em Malange, no tempo do «cacimbo», não se respira ar, mas poeira. Pela asfaltagem das ruas eliminar-se-á este inconveniente.

Urbanização e comunicações

O presidente da Camara Municipal de Malange elucida-nos, ao terminar, sobre as questões de urbanização e comunicações da cidade:

— O Plano de Urbanização — esclarece-nos — foi elaborado pelo Gabinete de Urbanização Colonial que, em 1948, depois de quase cinco anos de estudos, apresentou um Anteplano para servir de guia á futura urbanização e para ser apreciado e discutido pela Administração Municipal e pelos munícipes.

Dessa apreciação e discussão nasceu o Plano de Urbanização de Malange, há cerca de 3 meses chegado a esta cidade, e que está em estudo e execução.

E ao concluir:

— Não há ainda rede telefónica interurbana, mas os C. T. T. têm uma pequena central telefónica para comunicação com algumas circunscrições e postos administrativos da Província.

Possuimos, porém, em projecto, para breve execução, a montagem de uma central telefónica e de uma rede mista, parte subterranea e parte aérea, dentro de Malange.

Escola Veríssimo Sarmento, em Malange

Igreja de Malange

A OCUPAÇÃO ÉTNICA DO TERRITÓRIO

por ALBERTO DE LEMOS
Chefe da Repartição Técnica de Estatística de Angola

Como na União Sul-Africana, nas Rodésias do Norte e do Sul e no Congo Belga, estamos em Angola convencidos de que é chegada a hora da grande transformação do território africano, — conscios de que só pondo em valor os vastíssimos recursos que ele encerra poderemos complementar e robustecer a estrutura económica, política e militar da Europa ocidental — hoje sob a ameaça e o perigo de submersão perante a hegemonia política e social do imperalismo russo. Crentes de que só salvando o ocidente europeu, poderemos salvar a civilização que nos pertence, a obra de valorização de Angola assume o carácter de uma cruzada patriótica e humana.

Ao impulso da figura prestigiosa do actual governador-geral, capitão de Artilharia, José A. da Silva Carvalho, — vontade forte e dinâmica, homem sóbrio de palavras mas fecundo de realizações, — de norte a sul da grande província portuguesa de Angola, as obras de fomento e de apetrechamento económico e espiritual sucedem-se em ritmo crescente. Pontes e estradas, instalações hidroeléctricas, prolongamento de linhas férreas, construção de edifícios publicos e de residências de funcionários, construção e abertura de novas escolas de ensino primário e profissional reforma e modernização de serviços públicos, melhoramentos e saneamento urbanos, dotação e ampliação de serviços de assistência, — começam, concluem-se e inauguram-se a todo o momento. Não há dificuldades que não vença. A todos os lados vai. Vigia e acompanha os trabalhos mais árduos e distantes. De avião e de automóvel percorre o território frequentíssimas vezes. No mesmo dia preside á cerimónia do acabamento de uma construção em Moçâmedes e de outra em Luanda, mil e duzentos quilómetros percorridos em horas. Ante o seu exemplo e dedicação, os seus colaboradores não desanimam e tomam a peito quem mais possa fazer. Vive-se uma hora de febre. E' preciso transformar Angola, ocupá-la, valorizá-la.

★

Mas todo este trabalho, que terá de ser prosseguido por muitas dezenas de anos, pois faltam mundos de coisas, está pedindo já o seu complemento necessário. E' preciso fazer a ocupação étnica do território.

★

Em todos os países africanos que nos rodeiam, a questão foi posta nos mesmos termos: não há valorização possível do território africano, nem ela será útil, se não se fizer a ocupação étnica por parte do povo que a realiza. Passemos em revista os factos.

Na Rodésia do Norte, com a superfície de 746 mil quilómetros quadrados, a população europeia sofreu a evolução seguinte:

1939	13.100
1948	28.800
1949	32.000
1950	36.000

Na Rodésia do Sul, com a superfície de 389 mil quilómetros, o aumento é maior:

1939	64.000
1947	89.500
1948	103.000
1949	116.000
1950	129.000

No Congo Belga, com a superfície de 2.356 mil quilómetros, a evolução seguiu no mesmo sentido:

1939	25.209
1947	34.786
1948	43.408
1949	51.639

Angola e Moçambique, respectivamente com as superfícies de 1.246.700 e 771.125 quilómetros quadrados, não fugiram á regra:

	Angola	Moçambique
1940 ...	44.083	27.438
1950 ...	78.903	48.910

Não sendo desconhecidas as percentagens de crescimento da população europeia em Africa, estes ultimos 10 anos revelam como o ambiente mudou inteira-

(Continua na pág. 33)

Hospital de Malange

COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE ANGOLA

COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE ANGOLA

COMPANHIA DE DIAMANTES DE ANGOLA S.A.R.L.

SEDE SOCIAL: LISBOA ~ EXPLORAÇÃO MINEIRA: LUNDA ~ REPRESENTAÇÃO: LUANDA

Um aspecto das lavarias e terreiro da mina «Nzargi 11»

Aspecto parcial da fachada do Museu do Dundo

A «Companhia de Diamantes de Angola» — constituída nesta nossa próspera Província da Africa-Ocidental em 1914 — é uma das mais importantes organizações industriais do Ultramar Português pela notável acção económica e social que vem desenvolvendo, intimamente ligada ao trabalho da exploração e produção de diamantes.

A partir da sua fundação até ao presente, e nos vários sectores da sua actividade e da sua influência, vem contribuindo poderosamente e por forma sensível para o desenvolvimento e progresso da vasta Província de Angola, quer colonizando o território de que é concessionária, quer contribuindo com parte valiosa dos lucros para o erário da Província.

Aos seus trabalhos de exploração e produção de diamantes a Companhia — ao lado dos mais legítimos interesses de uma empresa de tal ordem — tem procurado realizar uma obra de colonização de vasto alcance, estreitamente identificada com aquele alto sentido de civilização, humana e portuguesa — estruturalmente cristã que caracteriza todo o esforço secular dos portugueses na missão histórica que lhes coube de formar e civilizar um grande Império.
rio.

O amparo material e espiritual prestado pela Companhia dos Diamantes de Angola, num período de 36 anos, a brancos e indígenas, que labutam pela Companhia, nos seus campos de exploração, representa um vasto programa de inovação social, que adiante destacamos.

Para se ajuizar da importancia da Companhia, bastaria referir que a participação de Angola no ano findo se elevou a sessenta e dois mil e novecentes contos.

Três centenas de empregados brancos e catorze mil indígenas ao serviço da Companhia

Os empregados brancos da Companhia eram em numero de 262, mas receberam um acréscimo recente, em consequência do programa de intensivo aumento de produção e das necessidades de outros serviços, designadamente dos de saude, em incessante desenvolvimento, tendo o seu numero sido elevado para três centenas.

A percentagem de empregados portugueses em relação á totalidade do pessoal branco ao serviço da Companhia é de 95 por cento.

No sentido de juntar ao bem-estar material dos seus empregados o merecido e possível conforto moral de que carecem, a Companhia mantinha em 31 de Dezembro de 1950, nas Explorações, 153 esposas de empregados, 165 filhos e 8 outros parentes. E naquela mesma data havia 25 pessoas de família junto dos empregados contratados da Representação, em Luanda, e da Agência de Vila Henrique de Carvalho.

Com este pessoal e manutenção de suas famílias a Companhia despendeu no pretérito ano cerca de 24.871 contos, sendo de admitir ainda o subsídio de 6.000$00 que cada empregado recebe por matrimónio e o de 3.000$00 por ocasião do nascimento de filho ou filha.

A permanência da esposa na companhia do marido, em serviço em Africa, por mais de 10 anos, está sendo também premiada com a importancia de 12.000$00, sem prejuízo do que venha ainda a estabelecer-se para mais completo galardão, em sistema a adoptar. Até agora foram, por aquela forma, contempladas 24 senhoras.

Nos seus diversos serviços, empregou a Companhia, durante o ano de 1950, excepção feita de assimilados e especializados, o numero médio de 14.063 indígenas, diminuido dos 16.607 de que antes dispunha e que as necessidades de mão-de-obra limitaram a um numero compatível com as exigências das explorações mineiras.

Nos ultimos quatro anos, sem incluir a referência acima feita e relativa a 1950, a «Companhia de Diamantes de Angola» despendeu na Província, por compras ali efectivadas, no pagamento de remunerações a funcionários e em despesas de mão-de-obra indígena, cerca de 150 mil contos.

Avalia-se da magnitude de compras que o problema de alimentação destes 16.064 trabalhadores indígenas implicou, pela importante aquisição de 3.712 cabeças de gado, de 1.019 toneladas de fubo, 1.202 de crueira, 134 de amendoim, 475 de feijão, 283 de arroz, 66 de óleo de palma, 414 de peixe seco, 159 de batata doce, 320 de milho, 35 de sorgo e 216 de sal, referindo apenas estes géneros de primeira necessidade, acrescentados á produção de cultura indígena, que a própria Companhia desenvolve.

Os trabalhos de exploração e prospecção

A importante redução operada nos trabalhos de exploração e que havia sido estabelecida para 1950, depois do primeiro semestre do referido ano, em virtude de um inesperado desenvolvimento verificado no mercado de diamantes, não foi tão acentuado como nesse programa se previa. E assim, essa evolução no mercado fez entrar em elaboração, até ao fim do ano, 36 lavarias e mais nove de reserva, no ano em curso, o que veio perfazer até agora um total de quarenta e cinco instalações em serviço.

Deste modo, a cifra da embalagem de cascalho, tratada, excedeu em mais de uma centena de milhar de metros cubicos a que préviamente se havia fixado; do que resultou também, para a produção anual, um substancial acréscimo sobre o que se previa.

O volume de estéril removido nas explorações elevou-se, em 1950, a 4.901.819 m. c., cifra que, excedendo em mais de 232.000 m. c. a que lhe correspondeu no ano precedente (4.669.750), é a mais alta das, até agora, registadas, desde o início dos trabalhos realizados na Lunda.

Os resultados obtidos, em 1950, neste sector da actividade mineira da «Companhia de Diamantes» representa um grande passo no caminho progressivo em que se está lançando essa gigantesca empresa industrial do nosso Ultramar.

A cubagem de cascalho desmantado e tratado nas minas durante o ano em referência foi de 1.040.047 m. c., não incluindo alguns milhares de toneladas de antigos rejeitados, de novo submetidos ao tratamento das máquinas.

No transporte do cascalho e dos rejeitados, nas explorações, foram utilizados 112,5 quilómetros de via e 1.599 vagonetas, numeros que se comparam, respectivamente, com 112,0 e 1.578, em igual época de 1949. E o volume médio de cascalho tratado, por mês e por trabalhador indígena, ao serviço das minas, cifrou-se em 1950, em 14,13 m. c. contra 14,92 no ano precedente.

A par das operações de exploração, que a largos traços ficam indicados, os trabalhos de prospecção e desenvolvimento da industria dos diamantes, a cargo de nove missões, marcam uma larga e ordenada actividade científica de apuramento, para uma maior valorização económica dos campos diamantíferos.

As pesquisas realizadas, no decorrer do ano transacto, conduziram á descoberta de alguns depósitos exploráveis, em vários tributários do rio Chicapa e num afluente do Chiumbe. E os resultados dessas operações efectuadas permitiram adicionar ás reservas existentes quatro novos depósitos, cuja capacidade global foi computada, aproximadamente, em 344.000 m. c. de cascalho, contendo cerca de 282.000 quilates de diamantes.

O incremento dado aos estudos geológicos explica os resultados técnicos já conseguidos em diferentes locais, na investigação de certas camadas do andar da Lunda, de onde parece terem provindo todas as pedras até agora obtidas na área das explorações da Companhia.

A localização da origem primária de, pelo menos, grande parte dos diamantes da «Companhia dos Diamantes de Angola» e a delimitação do tempo em que se haja realizado a dispersão dos mesmos diamantes têm constituido motivo de continuadas pesquisas e atentos exames mineralógicos, de extraordinário valor indicativo, que muito favorecerá futuras investigações e o aproveitamento dos campos diamantíferos na zona de explorações que a Empresa tem sob a sua acção em Angola.

A produção e mercado de diamantes

A produção das minas alcançada em 1950 atingiu 537.967,05 quilates (contra 769.403,67 em 1949) o que, adicionado a 899, 51 quilates de diamantes colhidos no decorrer das operações de prospecção e desenvolvimento, perfez o montante global de 538.366,56 quilates.

Estes numeros acusam uma redução de 30 por cento em relação aos já criados e que correspondem ao ano precedente. Tal percentagem teria sido ainda maior, se, em consequência das providências oportunamente adoptadas, a produção mineira não tivesse excedido, como de facto excedeu, em algumas dezenas de quilates, aquela que de início fora prevista.

Atendendo á excelente situação do mercado de diamantes que, inesperadamente veio a acentuar-se nos ultimos meses de exercício a que nos estamos referindo, resolveu a Empresa estabelecer, para o corrente ano, um novo programa de trabalhos, em que se previa a gradual reentrada em funcionamento de todas as lavarias ainda então paralisadas, e o tratamento de, aproximadamente, 1.200.000 m. c. de cascalho, com a produção avaliada de 700.000 quilates.

De facto, em Junho do ano corrente, e em execução desse plano as explorações feitas desde Janeiro indicavam o tratamento de 464.978 m. c. de cascalho e a produção de 225.280 quilates de diamantes, cifras que se comparam com as de 428.508 e 212.925, correspondentes a igual periodo do ano transacto, e que lhes são superiores, respectivamente, em 36.470 m. c. e 42.355 quilates.

Um aluno da «Escola de Indígenas», na Oficina Mecanica do Dundo

Uma casa para trabalhador assimilado

As vendas efectuadas durante 1950, mercê de um maior volume de transacções que o mercado facilitou, excederam todas as previsões, atingindo a elevada proporção de 179 por cento em relação ás de 1949 — nível nunca antes alcançado e que, por isso, constitui «record» das transacções mundiais em toda a história do comércio de diamantes.

Do total citado, cerca de 25 por cento corresponde á movimentação de diamantes industriais, cuja procura continua a intensificar-se, em obediência ás exigências sucessivamente crescentes da sua aplicação a vários ramos da industria e a precauções que a previsão de eventuais acontecimentos aconselha e se concretizam na constituição de fortes «stocks», especialmente nos Estados Unidos da América.

A incerteza internacional em que o Mundo se tem debatido, nos ultimos anos, explica os naturais reflexos na procura dos diamantes, como meio de segura colocação de fundos e prevenção contra os fenómenos da desvalorização da moeda.

Pela procura verificada já nos meses que vão decorridos, do presente ano, tudo leva a crer que as transacções de diamantes atinjam em 1951 nível igual, se não mais alto que o do ano transacto.

O problema dos transportes

Numa organização de tão gigantescas proporções, como é a «Companhia de Diamantes de Angola» não deixa de ser interessante focar um dos aspectos mais vitais em que assenta a larga actividade mineira dessa importante empresa, e que é o problema dos transportes e comunicações.

A rede de estradas criada pela Companhia na sua Zona de explorações abrangia em 1949 a considerável extensão de 836 quilómetros, que ultimamente foi acrescida de vários troços, sendo de assinalar a valiosa participação dada pela Companhia na construção da estrada de Camissombo a Caluango, de 270 km. com a qual gastou a elevada quantia de 1.436 contos.

As estradas de penetração ou comunicação, abertas durante o ano pelas prospecções que estiveram em actividade, totalizam 342,60 km., devendo acrescentar-se além da construção de pontes, o importante concurso dado pela Companhia para o custeio das brigadas indígenas, que a autoridade local da Provincia mantém na conservação de estradas, o qual ascendeu a mais de 60 contos. Também a Empresa suportou o encargo de 270 contos, em que importou a nova ponte para o Chicapa, na estrada de ligação de Portugália á sede do Posto de Lóvua.

Os transportes internos, todos efectuados pela Companhia, atingiram o total de 6.481, 6 toneladas.

Entre o Lundo e a Zona deste e vice-versa, foram transportados 6.233 homens, 2.064 mulheres e 2.069 menores, perfazendo a soma de 10.366 pessoas.

Pelo movimento dos seus empregados, em viagens entre a Metrópole e a Província e vice-versa, para os períodos de férias em Portugal, auferiram as Companhias de navegação nacional a importante receita de mais de 2.142 contos.

E finalmente o transporte de material e mercadorias que entraram nas Explorações, via Lobito-Vila Luso, proporcionou ao Caminho de Ferro de Benguela o recebimento, por fretes, de quantia superior a 2.543 contos.

O problema de transportes e comunicações ligado, assim, ás multiplas actividades desta importante industria, proporciona á Companhia de Diamantes uma acção de largo alcance, não só para proveito próprio, mas também de grande benefício económico para a Província de Angola.

COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE ANGOLA

A intensa acção social DESENVOLVIDA PELA «COMPANHIA DE DIAMANTES» engloba uma eficaz assistência material e moral ao pessoal branco e indígena além de impulsionar altos estudos de carácter científico

Distribuição de prémios a empregados, por ocasião de uma competição desportiva

Ao lado de uma poderosa acção económica exercida por meio dos seus modelares serviços de utilização mecanica e emprego de multiplos esforços humanos, a «Companhia de Diamantes de Angola» desenvolve um vasto programa de acção social, que vai desde uma benéfica valorização da terra até ao melhoramento das condições sanitárias, morais e culturais dos seus empregados, de molde a proporcionar-lhes um nível de vida compatível com a sua dignidade de homens.

Beneficiam desta dupla acção uma vasta área de 30.000 quilómetros quadrados e uma população de 600 brancos e 75.000 nativos, estendendo-se ainda o seu programa de protecção económica e social ás restantes populações da região.

A «Spamoi» — Uma valiosa «secção de propaganda e assistência á mão-de-obra indigena»

Os serviços agricolas e pecuários tendentes á valorização de vasta zona de terras e população de gados nela existente, estão dependentes de uma secção especial de propaganda e assistência denominada «Spamoi».

No desempenho do seu interessante programa a Companhia vela pela observação dos preceitos de higiene, pelo asseio e arranjo das aldeias de trabalhadores e orienta o cultivo das lavras e dos pomares, no sentido de melhores êxitos, no aproveitamento da produção.

No ano transacto, em terrenos práticamente estéreis e que se encontravam abandonados, foram colhidas 586 toneladas de frutas, 54 de cana sacarina e 3 de hortaliças. Fez-se a plantação simultanea de 93.000 bananeiras e estão em pleno repovoamento florestal 763 hectares de terreno; construiram-se valas e drenos de enxugo e irrigação; distribuiram-se mais de um milhão de toneladas de adubos e cuidaram-se mais de 250.000 árvores de fruto.

As chamadas «culturas, da região» ocuparam, a partir de Agosto de 1949 8.585 hectares, distribuídos pelas áreas dos vários postos administrativos da Zona, constituindo os produtos cultivados, mandioca, milho, feijão, arroz e outros, uma considerável fonte de receita para as populações locais.

Os serviços de pecuária, a cargo da respectiva secção, têm visado a melhoria do estado sanitário dos animais e a descoberta do tratamento aplicável a certas formas renitentes de doenças do gado. Mercê desta acção profiláctica, as vacas indigenas melhoraram a respectiva produção de leite para 97.440 litros, contra 87.257, no ano anterior, o mesmo se registando no numero de bicos, que passou de 1.874 para 2.145 e 29.356 ovos contra 26.185, em 1949.

Aspecto parcial de uma aldeia para trabalhadores nativos

O «Concurso da Melhor Aldeia», no capítulo de assistência ás populações locais, representa um poderoso estimulo para o melhoramento das condições de higiene nas habitações, da arte e do bom gosto no seu acabamento e apresentação geral, sendo ao mesmo tempo a introdução de novas fórmulas no conjunto dos usos e costumes ancestrais dos negros, sempre avessos á aceitação de inovações que lhes modifiquem os seus processos primitivos.

Tem um papel importante na orientação rural dos nativos a «Escola do Indígena», cujos alunos, durante o ano findo, realizaram diversos trabalhos de carácter agrícola nos terrenos do viveiro de Andeada; sendo a produção por eles obtida computada num rendimento de 22.540,00 Ags.

A assistência médica e a acção social realizadas na Lunda

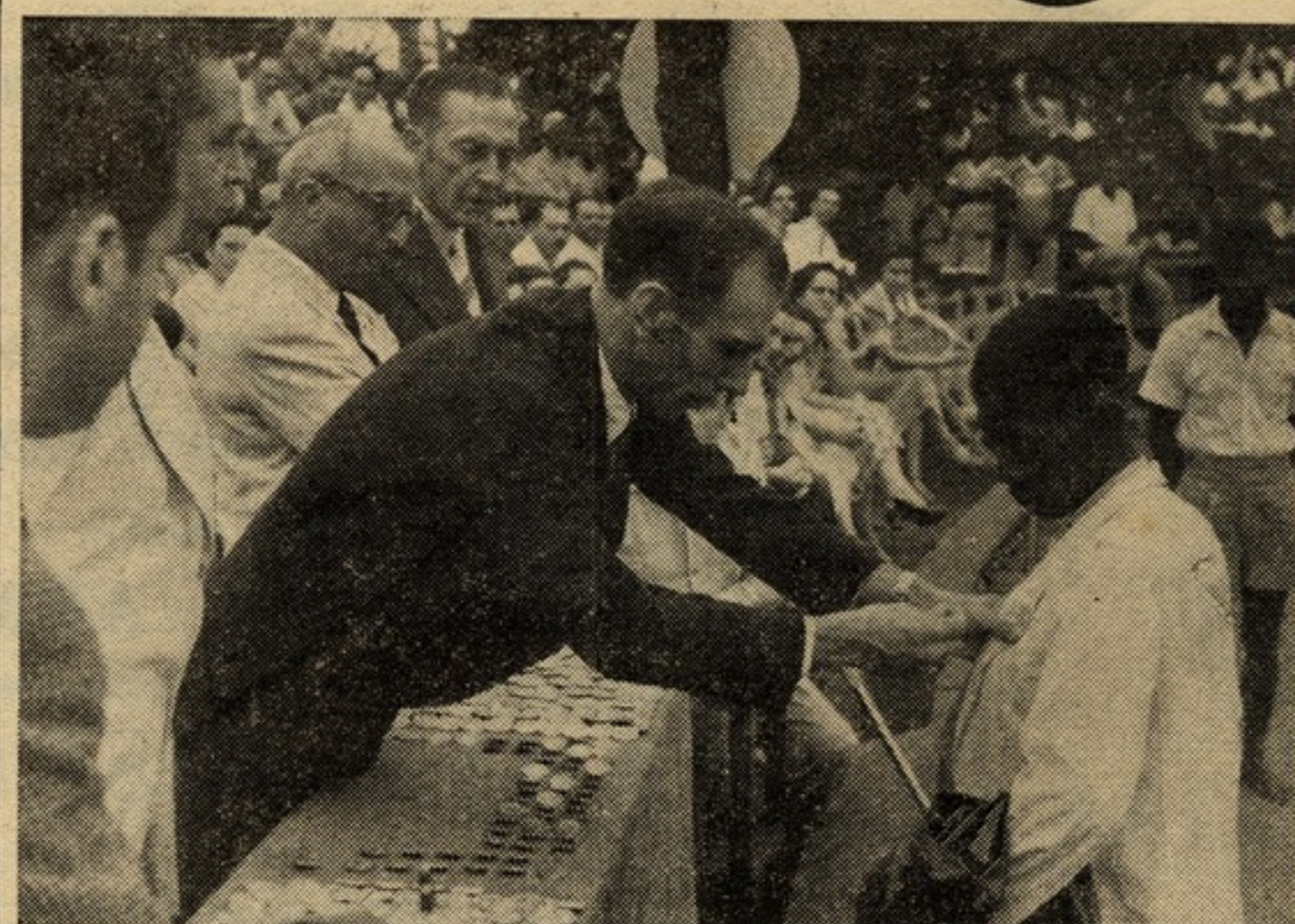
A notável proficiência dos serviços médico-cirurgicos e de acção social constitui uma extraordinária missão de amparo e benemerência que a «Companhia de Diamantes de Angola» desde sempre incluiu no seu programa de realizações económicas e de colonização.

Numa área de 30.000 quilómetros quadrados estão protegidos por uma acção cuidada de vigilancia e tratamento 600 brancos e 75.000 pretos, servidos por oito médicos, entre os quais alguns especialistas, 15 enfermeiros e 2 enfermeiras-parteiras, juntando-se ao pessoal branco de enfermagem, o pessoal indígena, com 2 enfermeiros, 19 enfermeiros auxiliares, 7 enfermeiras auxiliares e cerca de 300 praticantes e serventes.

Os serviços de Saude da Companhia estão, assim, assegurados por um esplêndido conjunto de pessoal especializado que muito tem concorrido para o levantamento do nível sanitário dos seus empregados.

A assistência é dispensada em dois grandes hospitais-dispensários, para brancos, quatro hospitais-dispensários para pretos, quatro maternidades, 48 postos de socorro e uma casa de repouso.

No ramo das preparações, como no das análises, a Secção Químico-farmacêutica preparou 162.886 injectáveis, 638.962 comprimidos diversos e 1.160 fórmulas galénicas, e fez 557 análises.

A importancia desta assistência quanto a empregados e suas famílias traduziu-se durante o ano passado, pelos numeros seguintes: 5.489 visitas domiciliárias, 11.209 injecções, 799 dias de hospitalização, 3.267 tratamentos clínicos, 1.302 tratamentos odontológicos, 4.217 consultas, 27 intervenções de grande cirurgia e 72 intervenções de pequena cirurgia.

A assistência a brancos, estranhos á Companhia, cifrou-se em 82 dias de hospitalização, 84 visitas domiciliárias, 71 consultas, 56 tratamentos clinicos, 105 injecções diversas e 125 tratamentos de odontologia; e a trabalhadores indígenas da Companhia e suas familias concretizou-se em 86.231 consultas, 728.753 tratamentos diversos, 18.160 tratamentos contra o parasitismo intestinal, 99.146 injecções diversas; 2.868 vacinações antivariólicas, 5.073 antitíficas e 4.958 antiamarílicas. Cerca de 100 leprosos tiveram assistência médica e tratamento e, em alguns casos, registou-se uma consoladora paragem no progresso desta doença de efeitos tão terríveis.

Prosseguiu, igualmente, em 1950, a acção do combate e profilaxia contra a doença do sono, sendo as respectivas ambulancias constituidas por 6 enfermeiros brancos, 6 enfermeiros auxiliares indígenas, microscopistas e 240 serventes e carregadores.

A despesa total feita com a assistência médico-sanitária, em 1950, foi de cerca de 5.950 contos, dos quais 1.939 relativos a medicamentos e artigos de pensos, e 298 a material médico e cirurgico.

Grupo de novas casas para empregados

Os problemas científicos e culturais têm merecido o melhor interesse da Companhia

Um outro sector que muito tem sido acarinhado pela «Companhia de Diamantes de Angola» é o campo de estudos cientificos e de actividades culturais. No Dundo, sede dos serviços administrativos, existe um Museu Etnográfico que, sem favor, pode considerar-se o melhor de Angola e um dos mais documentados de toda a Africa.

A Pré-História, a Etnografia, a Zoologia e a Botanica são objecto de um estudo metódico, realizado por mestres de renome internacional. Os resultados obtidos, expléndido contributo para o avanço do conhecimento e da ciência, são periódicamente publicados numa série de trabalhos — «Publicações Culturais» — distribuidos pelas universidades, institutos e associações científicas de todo o Mundo.

A Missão de Recolha do Folclore Musical da Lunda realizou até agora uma interessante obra de musicologia, que muito contribuirá para o conhecimento da arte popular africana; e a Biblioteca, sempre muito frequentada, foi enriquecida, durante 1950, com perto de 300 obras, pelo que o numero de volumes, em 31 de Dezembro, se elevava a 5.161.

As Exposições de Filatelia, Fruticultura, Horticultura e Pecuária, de Floricultura e de Artes e Ofícios foram curiosas manifestações de cultura que muito prestigiam o nome da «Companhia de Diamantes».

A protecção benemerente da Companhia a instituições de interesse público

Além de tudo quanto fica dito ácerca do vasto programa económico-social, realizado pela «Companhia de Diamantes de Angola», pode afirmar-se que não existe uma única instituição de interesse publico, destinada á acção social, missionária, cultural ou desportiva, que não seja auxiliada com avultadas importancias por esta benemérita organização.

Em passadas épocas de crise, como aliás no presente, em que a situação da Provincia se pode considerar francamente próspera, a repercussão da actividade da Companhia na economia angolana representou, tanto como hoje, um factor de primordial importancia.

Constituindo um aglomerado apreciável de funcionarios e trabalhadores, a «Companhia de Diamantes» é das consumidoras mais importantes da industria e do comércio locais e a ela devem muitas unidades económicas de Angola o terem subsistido nas crises de periodos dificeis do passado e o grau de prosperidade actual a que chegaram.

Em 1950 essa obra de auxilio a todos os empreendimentos de carácter benemerente, cultural ou desportivo, destacando-se entre todos eles a acção civilizadora das Missões católicas, traduziu-se na avultada quantia de 1.631 contos. E nos meses que vão decorridos, do presente ano, a Companhia despendeu já, para o mesmo fim, 567 contos.

Não terminaremos este relato das actividades da «Companhia de Diamantes de Angola» sem uma referência breve á «Festa Grande» anual que a Companhia promove, no sentido de realizar todos os anos a reunião magna de confraternização de todo o pessoal que, ao serviço da Empresa, vive, dia a dia, o esforço aturado de uma grande obra de largo alcance económico e de alto sentido civilizador.

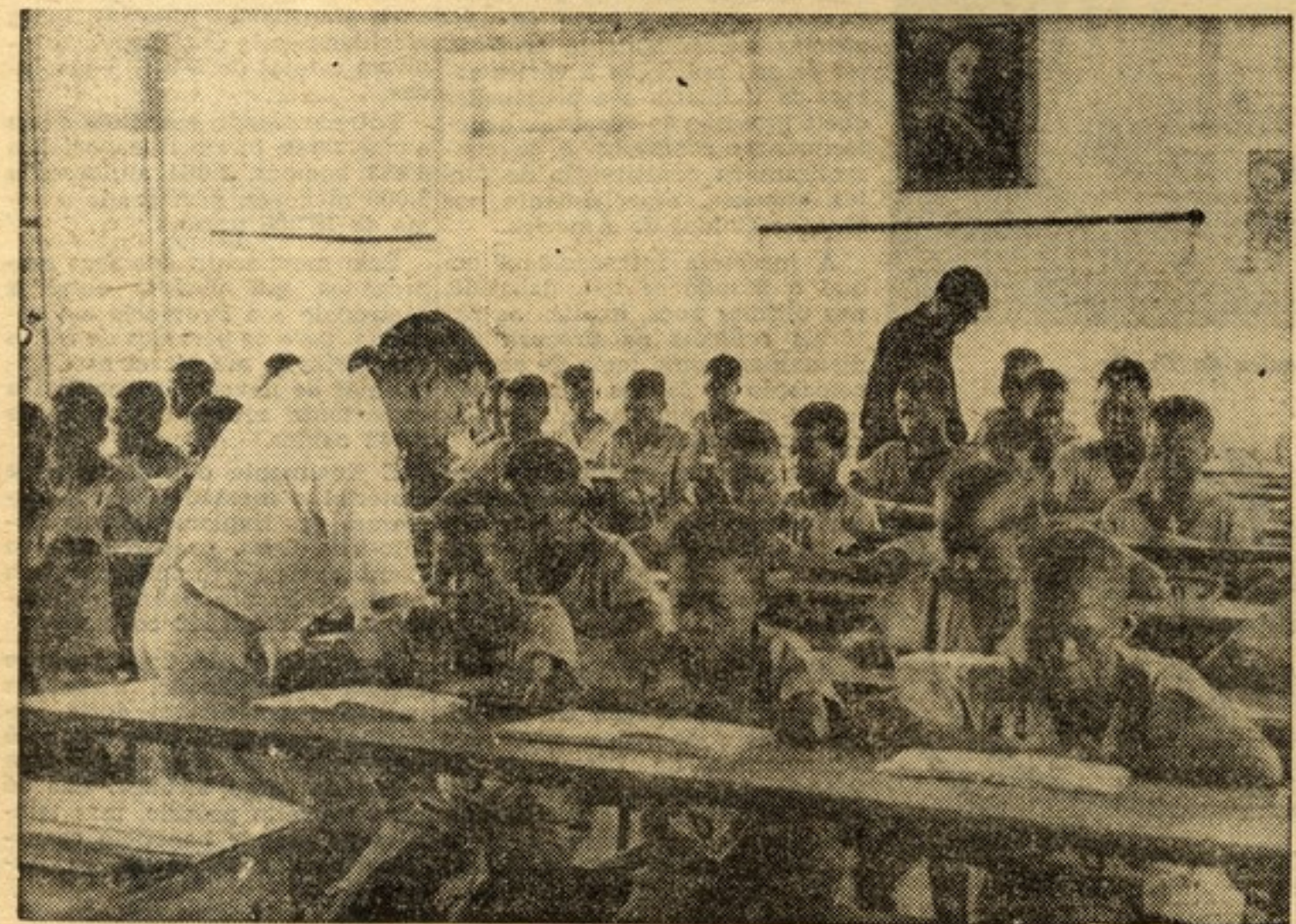
Merece especial menção a atribuição de prémios aos trabalhadores da Companhia com mais de 10 anos de serviço e a concessão de uma medalha e mais um prémio em dinheiro, por cada periodo de 5 anos. Aos 25 anos a medalha aplicável é de ouro, e o prémio de Ags. 1.000,00.

A «Festa Grande» é para todos uma brilhante recompensa da homenagem do trabalho, feita da alegria dos divertimentos e da consolação dos galardões que premeiam o esforço e a dedicação.

Aqui deixamos, a traços largos, um resumo focando algumas das actividades desta importante empresa, que transformou os confins da Lunda naquilo que são hoje, uma realidade de carácter industrial de valor invulgar e uma obra de colonização das mais notáveis, a qual, para ser completa, não deixa de se ocupar também da parte relativa às investigações de indole puramente científica.

Este grande empreendimento, que tem na sua base verdadeiros foros de epopeia pela tarefa árdua que se cometeu de civilizar aquela longinqua parcela do nosso território ultramarino, tem que ser visto e apreciado por medida da mesma grandeza, e não como uma ou outra vez se nos depara, ao sabor de critérios mesquinhos, dentro dos quais não podem caber, como é óbvio, nem essa nem outras realizações de igual projecção, quer se situem no Ultramar, quer no Continente português.

Distribuição de medalhas e prémios aos trabalhadores antigos da Companhia

Uma aula na Escola Indígena (Dundo)

Uma aula na Escola de Instrução Primária e Admissão aos Liceus

UNIÃO CICLISTA

LIMITADA

IMPORTADORES ~ ARMAZENISTAS

TELEG. UNICICLE — CAIXA POSTAL 177

NOVA LISBOA

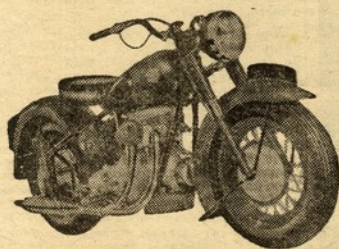
•

A MAIOR ORGANIZAÇÃO CICLISTA DA PROVÍNCIA

REPRESENTAÇÃO DAS BICICLETAS

HUMBER ~ RUDGE
ROBIN-HOOD e RAY

Fabricação inglesa da famosa organização Raleigh Industries Limited

VILAR FABRICAÇÃO PORTUGUESA

MOTOCICLETAS
MATCHLESS

de 350 c.c. e 500 c.c., com amortecedores á retaguarda e forqueta teledráulica

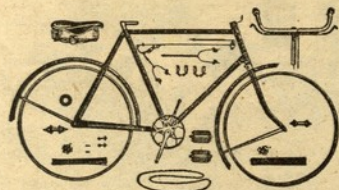
SUNBEAM

de 500 c.c., modelo de luxo, com amortecedores á retaguarda, transmissão por cardan e forqueta teledráulica

PNEUS E CÂMARAS DE AR JOHN BULL E DUNLOP PARA AUTOMOVEIS MOTOCICLETAS E BICICLETAS

SKF

ROLAMENTOS E CHUMACEIRAS

O rolamento de maior precisão e qualidade mais próprio para cada necessidade

STOCK PERMANENTE
DE ACESSÓRIOS

PARA TODAS AS MARCAS QUE REPRESENTAMOS

OS MELHORES PREÇOS

ANGOLA PORTUGUÊSA

ASPECTOS DA INDÚSTRIA DE PESCA MOÇAMEDENSE

Pelo 1.º tenente J. N. SALES GRADE

Dizer alguma coisa sobre Moçamedes é afinal tarefa grata a quem ali viveu intensamente cinco anos, sentindo e compartilhando com a sua gente trabalhadora, tanto os dissabores, como os momentos de alegria.

O distrito de Moçamedes deve o seu desenvolvimento á pesca e dela dependerá ainda talvez por muito tempo.

Só a pesca permitiu a fixação de numerosa gente branca ao longo do seu litoral hostil e só ela a mantém ainda hoje numa situação de prosperidade invejável.

Tomemos como exemplo a fixação de gente na Baía dos Tigres. Quanta força de vontade, digamos mesmo obstinação, não foi necessária para vencer as condições inóspitas do meio-Vento transportando areia que chega a lacerar a carne, frio, ausência completa de água e por alimento sapenas peixe. Em terra, a perder de vista, dunas e mais dunas de areia sem qualquer vestígio de vegetação; no mar, abundancia de pescado, razão de todo o esforço que culminou num êxito.

Quanto trabalho, quanta canseira sempre na mira de uma abastança que demora. Hoje uma rede amanhã mais um girau e depois uma embarcação melhor, vão consumindo os saldos positivos resultantes de um labor persistente e tenaz. A própria vida se consome mas logo outra a vem substituir.

O anseio por melhoria não pára. Ha sempre insatisfação que conduz afinal ao progresso e ao aumento de riqueza.

Uma traineira e uma fábrica de farinha e óleo de peixe são hoje em dia o objectivo de todo o pescador moçamedense.

Os seus projectos não cessam, a gente reproduz-se e felizmente o mar continua fértil em pescado.

Progride-se.

Só a difusão de aparelhos de anzol permitirá o desenvolvimento do mercado de peixe seco

As artes de pesca mais usadas nesta região são: aparelhos de anzol, armações á valenciana, aparelhos de cercar para bordo (sacadas e traineiras) e aparelhos de cercar para terra (arrastos de praia ou rasteiras).

O valor de cada uma destas artes é bastante diferente, como bastante diferente é o rendimento que delas se tira.

A vantagem pertence hoje á traineira que bate o mar procurando o peixe. A maior parte do pescado destas artes tem sido de peixes de cardume, em regra de superfície, como savelha, carapau e cavala, cuja principal aplicação é na produção de farinhas e óleos de peixe. O preço destes produtos no mercado mundial continua compensador, e daí, o interesse manifestado pelo incremento desta produção.

O advento das traineiras, cada vez em maior numero, trouxe substancial aumento na produção de farinhas e óleos de peixe sem que, paralelamente, se tivesse verificado igual aumento na produção de peixe seco, sobretudo nos grupos de peixe grosso, cujo aumento de produção é essencial para manter e desenvolver o principal mercado externo de peixe seco de Angola, constituído pelo Congo Belga. Incentivar por todos os meios ao alcance a utilização de aparelhos de anzol, o que poderá ser feito pagando sensivelmente melhor o peixe grosso, é não só garantir como permitir o desenvolvimento do mercado do peixe seco.

Acresce que o aparelho de anzol é, pode dizer-se, a unica arte que abastece de matéria-prima as fábricas de conserva de atum. Com a orientação indicada poderão talvez vir a ser renovadas as actuais embarcações de pesca com anzol que convém sejam de maiores dimensões, com convés coberto e equipadas de motor suficientemente potente para impulsioná-las a uma velocidade de 10 e 20 nós, a fim de poderem percorrer em pouco tempo distancias até cerca de cem milhas. Doze ou mais homens constituirão a sua companhia. Não se trata de um sonho, pois embarcações deste tipo estão em actividade, com bons resultados, na pesca do atum, em Ponta Delgada.

A armação á valenciana é uma arte inerte, condenada a desaparecer em Angola

A renovação da água do mar nos tanques de transporte de isca viva é nestas embarcações um brinquedo, quando comparada á febril actividade desenvolvida nas pequenas embarcações da pesca do atum usadas em Moçamedes.

A armação á valenciana usa-se em Angola com cabos, redes e ferros um pouco diferentes dos usados em Portugal. A prática aconselhou aos pescadores essas alterações, não só pela qualidade e quantidade do pescado capturado, como pelas fortes aguagens dos locais aonde são lançadas.

E' uma arte inerte, e como tal, condenada a desaparecer em Angola, como quase desapareceu no Continente. Será uma questão de tempo. Os industriais têm a visão do facto, e por isso se estão apetrechando com artes volantes.

As artes de sacada, de bom rendimento relativamente ao capital empregue, são de certo modo diferentes das comumente usadas em Portugal, pois se destinam em regra, a trabalhar em muito maiores fundos de que aqui. As correntes fortes que se sentem muitas vezes nos pesqueiros utilizados, obrigam a uma técnica de trabalho diferente.

O período de actividade das sacadas é muito variável ao longo da costa de Moçamedes.

Em Porto Alexandre chega a trabalhar-se 9 meses no ano ao passo que na Lucira não se trabalha mais que 5 meses acontecendo por vezes manter-se fundeada no pesqueiro durante toda a época uma das embarcações da arte. Nos Tigres dizem os pescadores locais não ser utilizável tal arte e, realmente, nenhuma aí há em actividade.

Os arrastos de praia são sobretudo utilizados na Baía dos Tigres, onde há vários lanços próprios. E' uma arte dispendiosa em pessoal e creio que um tanto prejudicial por destruir muito peixe imaturo e revolver os fundos.

O vulgar arrastão ainda não foi utilizado no litoral de Moçamedes. Para o Sul de Porto Alexandre e até á foz do Cunene estende-se um vasto «plateau» de pesca onde se nos afigura que esta arte poderá vir a ter uma actividade muito compensadora, uma vez que apareça mercado próprio para o pescado, se o não for já a actual industria de peixe seco.

A arte de parelha espanhola é utilizável num futuro próximo

Limitando o numero de barcos em actividade, criando zonas de pousio e exigindo a utilização de redes que não revolvam os fundos, afastar-se-á o argumento que poderá servir, e já serviu, de obstáculo ao emprego do arrastão em águas adjacentes ao litoral angolano por nacionais.

Igualmente se me afigura utilizável proveitosamente, num futuro próximo, a arte de parelha espanhola, que estes empregam em larga escala, mesmo para a pesca do bacalhau nos Bancos da Terra Nova e Gronelândia.

O progresso na arte de pescar não significa abandono de determinados processos para uso exclusivo de outros. Cada arte captura de preferência determinadas espécies, acorrendo umas quase exclusivamente á linha como o atum, cherne e garoupa e outras a sacadas, armações e traineiras.

Só um estudo comparativo e consciencioso das artes conhecidas, tendo em atenção a natureza e localização dos pesqueiros, o pescado obtido e sua utilização, nunca perdendo de vista uma economia de pessoal e tempo, poderá determinar não o uso exclusivo de certa arte mas sim a arte mais apropriada á época e ao objectivo de pesca a atingir.

Na pesca, como em muitas outras actividades luta-se em Angola com dificuldades de pessoal especializado.

Na pesca, como no mais, luta-se em toda a Província com a escassez de pessoal especializado

O indígena que se contrata no interior está muito longe de ser um pescador. Adapta-se rápidamente e bem ás actividades da industria da pesca em terra, o mesmo não acontecendo quando é levado para o mar, ambiente para si desconhecido. Aqui, o período necessário para a sua adaptação e aprendizagem ultrapassa, em regra, a duração do seu contrato, motivo por que poucos profissionais própriamente ditos se poderão obter dessa origem.

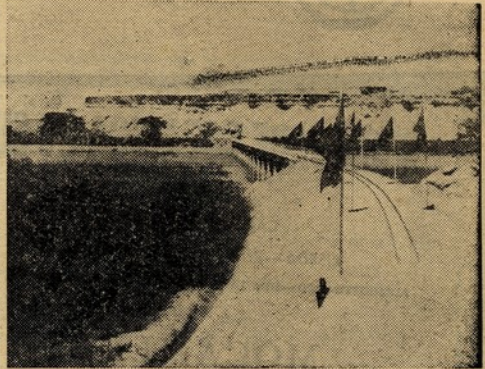
Os indígenas de há muito fixados no litoral, denominados quimbares, são poucos para as necessidades da pesca, acrescendo que o seu numero vem diminuindo de ano para ano.

Por outro lado, a utilização exclusiva de brancos na pesca torna-se incomportável pelas elevadas despesas que acarreta, pois o branco não vive em África como no Continente.

Nestas condições só uma solução se torna possível: a substituição do homem pela máquina.

Em terra mecanizou-se a industria; no mar estão a utilizar-se artes menos dispendiosas em pessoal conseguindo-se assim, com sensilvelmente, o mesmo numero de homens mais artes em actividade.

A produção aumentou e melhorou á custa de muito maior capital obtido, podendo dizer-se que na totalidade sem recurso ao crédito, antes pela aplicação quase integral dos rendimentos da própria industria, o que muito dignifica os industriais.

Eis focados ao de leve aspectos da industria da pesca de Moçamedes que hoje constitui forte esteio na economia de Angola.

Aspecto da ponte «Silva Carvalho», sobre o rio Giraul

MILAGRE NA AREIA

Depois de longa e demorada travessia, pouco favorecida pela bonança, alguém da «Tentativa Feliz», enganadoramente gritou:

— Terra!

Não era terra — era areia. Os restos do Narnibe, que se prolongariam até quase ás portas de Benguela-a-Velha, espreguiçavam as suas dunas desde os contrafortes da Chela até o mar. Tudo quanto a vista abarcava era areia, monotonia de areia. Só muito ao longe, perdido já na difusidade sem contornos da linha do horizonte, um anil prometedor e uma lista escura a recordar terra e água e árvores e vida. Seguindo o recortado da costa, a barca que levava a seu bordo portugueses que não quiseram deixar de ser portugueses, apanhou bom surgidouro numa baía de águas tranquilas — a Angra do Negro.

Nos batéis, os homens cansados de tão triste jornadear, a viverem ainda recordações ingratas que queriam esquecer, sombrios, agrestes como lhes fora a adversidade, mas duros, corajosos, persistentes e unidos — desembarcaram. E das areias fizeram casas e do mar tiraram peixe. As hienas vinham roucamente uivar, na placidez das noites de luar. Os leões e as onças iam beber aos vizinhos rios Giraul e Bero. De afoiteza em afoiteza, os homens espantaram os bichos e naqueles vales fizeram hortas! Muitos anos mais tarde, um gigante dos matos, Venancio Guimarães, haveria de ali criar oliveiras. Oliveiras a par de bananeiras!

Os homens da «Tentativa Feliz» fixaram-se. A lenha e os cereais vinham-lhes da montanha, depois de peregrinação de semanas e semanas, calcorreando o semideserto das areias onde a urze a custo desabrocha e vencendo o alcantilado da serrania com mais de dois mil metros de altura— até atingir um oasis de verdura, que tinha o nome indígena de Lubango.

E da outra costa, por idênticos motivos, outras barcas vieram. A tentativa fora feliz. Mais valia a areia portuguesa que a terra estrangeira.

Mas o gentio rebelde e selvagem ameaçava com as suas incursões o tranquilo viver daquela gente. Era preciso, agora que homens singulares, teimosa e heróicamente queriam viver nas areias e ali mourejar suas existências, defendê-los das ameaças dos negros e de cobardes ataques e de furtivas ciladas. E nas areias ergueu-se uma fortaleza com guarnição militar pronta a intervir e a fazer respeitar os direitos de gente portuguesa em terra portuguesa. A sua construção foi iniciada em 1854 e concluída quatro anos mais tarde.

E assim nasceu Moçamedes, que vai fazer cento e dois anos!

E cem anos passados, Moçamedes é das mais belas e progressivas cidades do Sul de Angola. Da confusão inóspita das areias surgiu o burgo, poderosamente industrializado, dedicado ao mar, porque do mar vem a sua unica riqueza. E como homens do mar, a gente de Moçamedes, antes de se dedicar aos confortos da terra e da casa, apetrechou-se para as fainas da pesca. De longe vieram as redes, as traineiras, as máquinas para as conservas, e para a fabricação. Fizeram-se as fábricas e os terreiros para secar o peixe, este, principalmente, destinado ao Congo Belga.

E só depois disso começaram a construir novas casas, a alindar arruamentos, a cuidar do jardim publico. Nestes ultimos quatro anos, mercê das vantajosas condições económicas de Angola, a cidade cresceu, ampliou-se, aumentou, embelezou-se. Estão quase concluídos o palácio da Justiça, a esplêndida estação dos C. T. T. e o bairro dos funcionários, lindíssimo, de casas salubres e cómodas como só o engenheiro Trindade, esse eterno enamorado de Angola, sabe planear e mandar fazer. Em toda a linha, a areia está a ser vencida, esmagada ao peso do cimento e da argamassa, que o génio português ali determinou colocar Moçamedes, estranho e singular milagre! Só a nossa capacidade de sacrifício, a nossa persistência, a nossa fé, a nossa vontade conseguiriam tal realidade.

E Moçamedes não é uma miragem do deserto.

O caminho de ferro que, com cerca de 300 quilómetros liga esta cidade com Sá da Bandeira — o velho Lubango, oasis da fruta — apressou, de forma excepcional o desenvolvimento de Moçamedes. A sua continuação para o sul, até ás margens do Cunene e, para Leste, até á fronteira, darão, ao burgo atlantico, num futuro próximo, as condições presentes do Lobito, transformando-o em local obrigatório da drenagem de todos os produtos do fértil planalto da Huila, das zonas pastoris do Cunene e das distantes regiões agrícolas do Cubango e do Cuando. O caminho de ferro, se vai valorizar os locais por onde passar, dará um imprevisível desenvolvimento a Moçamedes.

De exploração deficitária enquanto estacionava em Sá da Bandeira, e lá esteve detido mais de vinte anos, — até lhe chama-

(Continua na pág. 31)

COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE ANGOLA

COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE ANGOLA

SOCIEDADE COLONIAL DE REPRESENTAÇÕES, LDA.

Socorel

IMPORT. - EXPORT.

END. TELEG.: «SOCOREL» / CAIXA POSTAL 142

LOBITO—ANGOLA

★

REPRESENTANTES GERAIS EM ANGOLA DOS

ESTAB. JERÓNIMO MARTINS & FILHO, LDA.

BRAZ & IRMÃO

IMPORTAÇÃO ★ *COMÉRCIO GERAL* ★ EXPORTAÇÃO

SEDE EM CATUMBELA

—— ANGOLA ——

CAIXA POSTAL N.º 5 / TELEF. N.º 5 / END. TELEG. «BRAZIRMAO»

★

FILIAL NO LOBITO

CAIXA POSTAL N.º 162 / TELEF. N.º 118 / END. TELEG. «BRAZIRMAO»

★

ESCRITÓRIO EM LISBOA

RUA MARIA, AOS ANJOS, N.º 9-2.º D.º / END. TELEG. «ZARIM»

★

REPRESENTANTES DOS VINHOS «MESSIAS» E SEUS DERIVADOS

GRÁFICA DO LOBITO, LIMITADA

C. P. N.º 62 / Telef. N.º 30 / Teleg.: «Gráfica» / Código: «Mascotte 2.ª Ed.»

SECÇÃO COMERCIAL

TIPOGRAFIA E ENCADERNAÇÃO — PAPELARIA E COMÉRCIO GERAL

LOBITO — ANGOLA

CASA AMERICANA, LDA.

CAIXA POSTAL N.º 5

NOVA LISBOA

★

ALGUMAS DAS SUAS REPRESENTAÇÕES

OS CARROS «CHEVROLET», «VAUXHALL» E «BEDFORD»
AS GELEIRAS «ELECTROLUX» E «FRIGIDAIRE»
AS ARMAS «REMINGTON» E «SAVAGE»
AS MAQUINAS FOTOGRAFICAS «VOIGTAENDER»
AS MOTOS E BICICLETAS «B. S. A.»
OS RELOGIOS «KIENZLE»

«CASA SOARES»

CAMISAS / GRAVATAS / CHAPEUS / CAMISOLAS
PIJAMAS / CUECAS / CALÇADO / PEUGAS / CASIMIRAS / SUSPENSÓRIOS / CINTOS / ETC.

«LEÃO DA SORTE»

LOTARIA DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA E LOTARIA PROVINCIAL DE LOURENÇO MARQUES

— DE —

JOSÉ DOS ANJOS SOARES

CAIXA POSTAL N.º 188 / END. TELEG.: «LEAO»

LOBITO—ANGOLA

AO SERVIÇO DO IMPERIO

FIGUEIREDO & IRMÃO, LDA.

PROPRIETARIOS DO GRANDE EDIFICIO DO CINE-TEATRO «RUACANÁ»

CAIXA POSTAL 41 — END. TELEG.: «SACHITOTA»

NOVA LISBOA

APRESENTAM:

SECÇÃO DE ARMARINHO

LOUÇAS E VIDROS — PRATAS E OURO — RELÓGIOS DE ALGIBEIRA E DE PULSO — BRINDES

SECÇÃO DE ARMAZÉM

COMPLETO SORTIDO DE MERCADORIAS NACIONAIS E ESTRANGEIRAS PARA PERMUTA COM O GENTIO... — BEBIDAS — BOLACHAS E CHOCOLATES

SECÇÃO DE FERRAGENS

MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO — ARMAS E MUNIÇÕES PARA CAÇA FERRAGENS E FERRAMENTAS

LISBOA
R. da Madalena, 94, 1.º-D.

LOBITO
R. 28 de Maio

AFONSO LOPES, LDA.

COM

SECÇÕES ⟶

UTILIDADES
MÉNAGE
VESTUÁRIO
PARA SENHORA
HOMEM E
CRIANÇA

★

CASA COM UM DOS MELHORES SORTIDOS DA PROVÍNCIA

MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO
FERRAGENS
FERRAMENTAS
DROGAS

SEMIÃO DE ABREU, LDA.

IMPORTADORES // EXPORTADORES

Societários de ABREU & C.ª, L.da

★

INDUSTRIAIS COM SERRAÇÃO MECÂNICA DE MADEIRAS

CAIXA POSTAL, 112 —— TELEFONE 130

TELEGRAMAS: SABREU

BENGUELA—ANGOLA

ÁGUA E LUZ

OS DOIS GRANDES PROBLEMAS DE BENGUELA VÃO SER FINALMENTE RESOLVIDOS

— declarou-nos o dr. Aníbal Gomes Ferreira

Fala-nos o presidente da Câmara Municipal de Benguela, a cidade histórica de Cerveira Pereira, a primeira cidade de Angola — depois de Luanda. O sr. dr. Aníbal Gomes Ferreira, que é um médico-cirurgião muito distinto, é também um apaixonado da cidade. Benguela — a cidade-jardim — tem feitiço aliciante a prender, com os encantos singulares das suas ruas e praças, com a animação colorida da sua «promenade» e peregrina africano. Diferente de Luanda, diferente do vizinho Lobito, de Sá da Bandeira, de Nova Lisboa, de Moçamedes — a famosa Benguela, pelo seu estilo e meio de vida, pelo seu ambiente de trabalho, possui em cada habitante um defensor acérrimo. Este bairrismo — salutar bairrismo — principiou desde que nasceu a cidade, e nunca mais morreu ou esmoreceu. E a gente de Benguela, a célebre gente de Benguela, conhecida em toda a província pela sua solidariedade — é boa, ordeira, com um sentido de justiça e de equidade que todos reconhecem.

Recordamos o célebre «greve» do cinema... Um dia, o senhor dono do cinema quis aumentar o preço dos bilhetes. A população, que não encontrou motivo justificado para esse aumento, resolveu... não ir ao cinema! E não foi! Teve, até, que realizar-se uma «conferência» para o assunto ser resolvido com «honra para ambas as partes». E o certo é que ela decorreu com mais elevação que muitas reuniões internacionais...

Fala-nos o sr. dr. Aníbal Gomes Ferreira, numa rápida entrevista, quase sem perguntas, nesse facto, revelando numa grande vontade de tornar mais e cada vez mais conhecida a sua cidade, as suas aspirações, as suas necessidades, as suas ambições — numa manifestação de bairrismo muito legítimo e muito sincero.

Dr. Aníbal Gomes Ferreira, presidente da Câmara Municipal de Benguela

As plantas da cidade e o seu plano de urbanização

E esclarece-nos:

— Se tivermos em consideração que Lopes de Lima, escrevendo sobre a cidade de Benguela, em 1854, declarou, como nos dá conta Ralph Delgado na sua obra «Ao Sul do Cuanza», que a cidade «não tinha mais do que uma rua e várias travessas que nela desembocam ou cruzam», pode avaliar-se o caminho percorrido nestes últimos cem anos, para quem conhece a cidade de hoje, muito legitimamente apelidada de «cidade-jardim». E isto, embora a sua evolução tenha sido len-

(Continua na pág. 33)

Ponte General Carmona, em Hanha (Benguela)

A EXTRAORDINÁRIA FIGURA DE MANUEL CERVEIRA PEREIRA

—FUNDADOR DA CIDADE DE S. FILIPE DE BENGUELA

«El-rei de Benguela já mandou os dias passados pedir sua amizade ao governador e quer ser sujeito a el-rei de Portugal». Isto dizia o jesuíta Diogo da Costa, em 1586, ao Provincial de Portugal. Os contactos tinham começado com Paulo Dias de Novais. E' animado por estas falas que o governador manda uma pequena expedição ao sul, a qual desembarca num local que mais tarde havia de ser conhecido pela Benguela-a-Velha. Os expedicionários fortificaram-se mesmo junto à foz do rio Longa. Mas o selvagem sondava traiçoeiramente e toda aquela gente acabou por ser chacinada com horríveis sofrimentos. O sangue português começou, nessa data, a regar a terra do sul do Quanza. Paulo Dias perdera nesta campanha seu próprio sobrinho, António Lopes Peixoto, chefe daquele grupo de heróis desconhecidos. Apesar do desgosto desta perda, o grande militar reage, atraído pela fama das faladas minas de cobre. E para o sul manda uma galeota, cujo capitão, afinal, não encontrou cobre, mas se impressionou com a riqueza do gado bovino. A uma das enseadas que explorou dá o nome de «Baía das Vacas».

Porém, só Manuel Cerveira Pereira, esse homem de extraordinário carácter, de rija têmpera, duro, violento, mas generoso, personalidade autêntica de chefe, conquista o chamado Reino de Benguela. Estamos em 1617. Dominam os Filipes. Cerveira desce a costa com quatro navios e um patacho em busca de porto seguro e de negócio rendoso de minas. Procurou a foz do Longa e foi precisamente fixar-se na Baía das Vacas. Ali construiu fortaleza e lançou fundamentos de uma nova cidade. Deu-lhe o nome de S. Filipe de Benguela.

Cerveira Pereira lutou contra tudo e contra todos. Era o clima e eram os homens. As águas das chuvas formavam lagoas imensas, onde proliferavam milhões e milhões de mosquitos. A malária ceifava vidas e os homens do seu comando vendo-se, aos poucos, desaparecer, doidos de febres, insubordinavam-se e desertavam. Cerveira Pereira tornava-se ainda, dominado pelo desespero, mais violento e mais severo. De uma vez, até os seus o expulsaram da cidade que ele fundara, salvando a vida à custa. Desiludido e só, incompreendido, chegou a Luanda numa embarcação de fortuna. Todo o tempo do seu mando foi consumido nas lutas com o revoltado indígena do interior. A' distância, vê-se que esse tempo não foi perdido. Cerveira Pereira consolidara, em definitivo, a nossa soberania ao sul do maior rio de Angola. Só dois anos depois da sua expulsão conseguiu voltar a Benguela. O grande capitão dominava os homens — como mais tarde os seus descendentes haveriam de dominar a própria aspereza do clima.

Segue-se-lhe Lopes Soares Laso, e os soldados da guarnição da cidade, recrutados entre os degredados, querem repetir a triste façanha do tempo de Cerveira Pereira. Mas o governador não se amedronta e faz frente à situação com o rigor que as circunstâncias impunham. Nove dos sublevados são executados.

Benguela sofre depois o domínio dos holandeses e, após a libertação da Província, comandada por Salvador Correia, o célebre almirante dos mares do sul, teve de haver-se com o ataque de piratas franceses.

O grande Sousa Coutinho acarinha e promove o desenvolvimento de Benguela.

E já no século XVIII a cidade atinge grande desenvolvimento e o seu Governo, criado em 1779, domina Caconda, Novo Redondo, Bailundo, Dombe Grande, Huambo, Quilengues, Huíla e grande parte do Bié.

E' de Benguela que partem as expedições para o interior. A ocupação e a pacificação faz-se por Benguela, como mais tarde o comércio se haveria de fazer pela grande linha do caminho de ferro através da África, da costa à contracosta.

No alvorecer do século, Benguela, numa grande ânsia de viver e progredir, adaptou-se à nova economia criada na Província.

Hoje é uma grande e progressiva cidade, que prova, entre tantas, da singular capacidade criadora da gente portuguesa.

Associação Comercial de Benguela

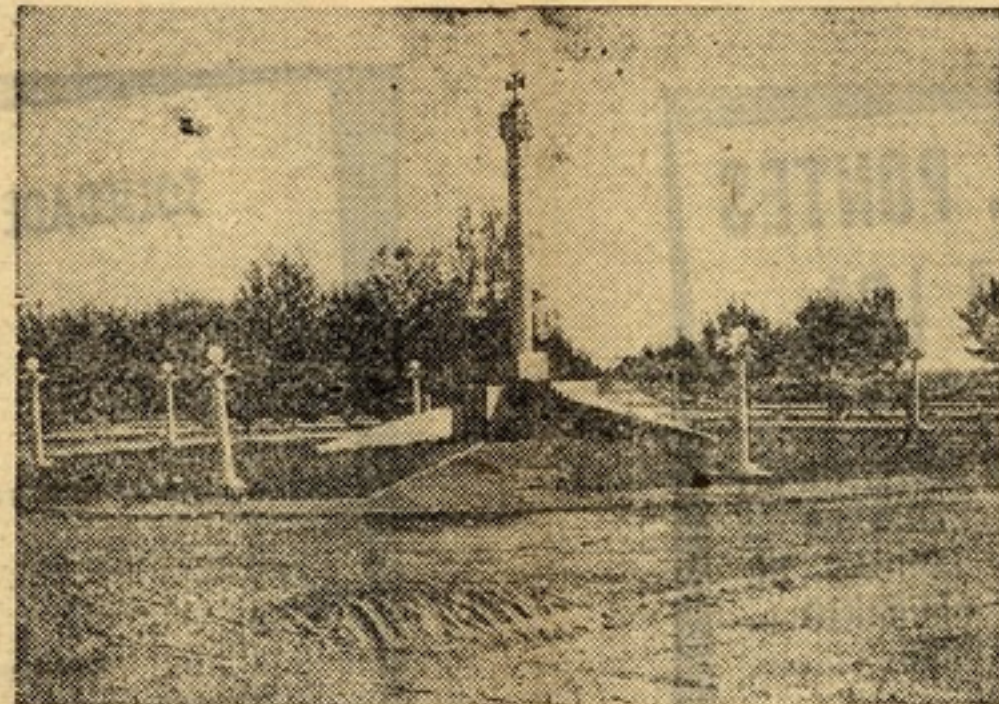
A ACTIVIDADE SALINEIRA

Fundado em 28 de Janeiro de 1942, o Grémio dos Industriais do Sal da Província de Benguela tem desenvolvido desde então profícua actividade e a sua importância pode inferir-se, entre outros motivos, pelo conjunto de realizações actualmente em curso e que fazem parte de um vasto plano de acção.

Graças às facilidades concedidas pelo Governador Geral, sr. capitão Silva Carvalho, pelo sr. comandante Fragoso de Matos, o Grémio conseguiu já um dos terrenos que pediu para a instalação dos seus serviços. Porém, esse terreno, embora tenha a área de 45.000 metros quadrados, — situa-se junto à estrada Lobito-Catumbela — é insuficiente para

(Continua na pág. 33)

Salinas de Benguela

Tumulo de caçador morto na selva

Praça do Infante D. Henrique, no Lobito

O PROGRESSO DO LOBITO

E A ESPLENDIDA ACTIVIDADE DO SEU PORTO

O Lobito é uma cidade tão nova que quase não tem história. No começo da sua existência misturou-se com Catumbela, depois criou-se como aglomerado distinto, a seguir levou uma vida vegetativa de escasso progresso e de precário aproveitamento. A fase final é de activa e intensiva exploração, num aproveitamento total de todas as suas possibilidades.

No século XVIII o Lobito não existia. O lugar era a «Catumbela das Aguas Salgadas» e a «Catumbela das Ostras». Lobito era o nome de um soba residente na baía, no tempo de Sousa Coutinho e de José Vieira de Araujo. A navegação a vapor — pode quase dizer-se — criou o porto e, com ele, a cidade. A exploração da zona central africana e o lançamento do novo caminho de ferro através de toda a provincia, consagraram aquela realidade.

Lobito — nome do soba esquecido — ficou Lobito, grande cidade do Sul de Angola, uma das maiores de toda a Província. Término obrigatório das exportações das riquezas dos minérios do Katanga belga, porto indispensável para a drenagem do nosso milho e do nosso feijão do ubérrimo planalto de Benguela. O Lobito ocupou a restinga numa grandiosa avenida com magníficos edifícios e um intenso movimento comercial. Depois, a restinga não chegou. E removeram-se pantanos, combatendo a malaria, ao mesmo tempo que se erguiam novas casas e edificavam novos bairros. A cidade tem hoje cerca de 120 mil habitantes, 5.400 dos quais são brancos que se ocupam nos mais variados mesteres. Possui o melhor de todos os hoteis de Angola, um campo de aviação que vai ser em breve substituido por um aeroporto de categoria internacional, clubes desportivos, grandes estabelecimentos, parques — e até uma praça de touros onde, de vez em quando, os aficionados matam saudades.

O progresso da cidade alcançou no ultimo decénio ritmo impressionante

O desenvolvimento do Lobito, talvez coincidindo com a valorização de todo o Continente Negro, assumiu nos ultimos dez anos proporções verdadeiramente impressionantes. O viajante que tenha conhecido a cidade naquela data, não a reconheceria hoje. Nestes ultimos anos, a sua população civilizada aumentou noventa por cento.

A Camara Municipal tem realizado, em todos os seus aspectos uma obra que merece, justamente, os maiores e mais sinceros aplausos. Desde o estabelecimento de serviços de transportes publicos, feito em cómodos autocarros para todos os pontos da cidade, até à criação de uma biblioteca publica, dia a dia enriquecida com obras de alto valor, ao melhoramento dos matadouros e aos cuidados com os serviços de higiene — todos os problemas da cidade têm merecido a sua melhor atenção.

Nos ultimos quatro anos, as suas principais obras foram:

— Arranjo da Praça Infante D. Henrique, incluindo a construção de uma placa central, asfaltagem da faixa de rodagem, calcetamento dos passeios, colocação de bancos e vasos em marmorite e iluminação eléctrica.

— Conclusão das obras do Mercado Municipal.

— Construção da Praça do Mercado.

— Defesa contra as cheias do rio Catumbela.

— Obras nos bairros do Compão e de Caponte.

— Construção de várias residências para funcionários.

— Abastecimento de água para o Matadouro.

— Reparação da «Ponte General Carmona».

— Instalação da rede eléctrica subterranea para as principais praças e ruas da cidade.

O Lobito é hoje uma cidade em franco e efectivo progresso, podendo-se arriscar a afirmação de que não virá longe o dia em que Lobito e Catumbela sejam um unico e grande aglomerado humano, porventura o maior de Angola.

Quando, em 1904 chegou ao Lobito o barco de carga «Cromarty» o passo estava dado para o começo do desenvolvimento da região. A bordo do navio vinha o primeiro material para a ponte-cais que iria servir, por três décadas, o tráfego do porto. No ano anterior tinha-se inaugurado a construção do Caminho de Ferro de Benguela. Esta fase terminou em 1922 com a abertura à exploração do primeiro troço da muralha acostável, e cujas obras haviam principiado em 1922. Seis anos depois, o caminho de ferro atingia a fronteira belga e o porto oferecia à navegação 226 metros de cais e as primeiras instalações para armazenagem e tráfego.

Presentemente, o porto do Lobito, com os seus 860 metros de cais acostável em plena e activa exploração, equipado com moderna aparelhagem para o manuseamento de mercadorias e possuindo instalações que cobrem uma área superior a 22 mil metros quadrados, tem hoje a sua posição definitivamente firmada, como órgão importantissimo do desenvolvimento económico da Provincia e poderoso auxiliar do tráfego dos países do interior de Africa.

As perspectivas de fomento económico que se desenham e que exigirão necessariamente outras obras de ompliação do porto, indicam-nos já o alvorecer de una nova época de actividade ao serviço do progresso de Angola.

O AMANHÃ DA CIDADE

Orgulhosa da sua juventude, bairrista ao extremo, acolhedora, fresca e alegre, Nova Lisboa, das mais moças cidades de Angola, cresce, aumenta, progride num ímpeto que não pode encontrar resistência. Avenidas generosamente traçadas, casinhas de um só andar onde apetece viver, uma grande estação ferroviária, um magnífico entroncamento de estradas, este centro capital do milho e do feijão — é hoje mais que uma promessa, é a realidade indiscutível do poder de expansão e de colonização da raça portuguesa. Nem a cidade nem os seus arredores oferecem o brilho fulgurante, e por vezes — tantas vezes — enganador, da riqueza imediata. Capital dos chamados produtos pobres, Nova Lisboa não promete a abastança rápida do café, os golpes de sorte do negócio arrojado do peixe e das conservas, a fortuna fácil do manganês ou do cobre — mas dá perdulariamente o trabalho e a fixação. O trabalho nos campos imensos e ubérrimos das suas vizinhanças e a saude para garantia do estabelecimento de vida. Crescem morangos nos quintais, sem necessidade de ir buscá-los a Vila Nova ou ao Chinguar. A paisagem, os costumes, a amenidade do clima, a franqueza dos habitantes, a simplicidade de vida — tudo recorda Portugal europeu. Tudo é Portugal europeu.

Nova Lisboa preenche os seus «claros». As distancias estão a reduzir-se e só há que reconhecer méritos a quem, primitivamente delineou as suas ruas, marcou os seus largos, rompeu as suas avenidas. Amanhã, Nova Lisboa será um unico e imenso aglomerado de casario, sobressaindo aqui e ali, apenas como pontos de localização para o viajante aéreo, o Laboratório dos Serviços de Veterinária, a fábrica dos amidos, o tão conhecido «Ruacanás», o Palácio da Intendência, o mais moderno e mais luxuoso de toda Angola, o parque da cidade, as imensas oficinas do C. F. B. Ininterruptamente, hão-de circular os autocarros, os habitantes brancos terão de centuplicar, uma intensidade de vida desconhecida há-de animar a grande cidade. Situada no coração de Angola — Nova Lisboa será o coração de Angola.

E Gilberto de Mascarenhas, o eterno e iluminado amante da cidade, o patriarca de vida simples, á porta da sua limpa «Voz do Planalto», se rememorar o elogio da terra feito, certo entardecer, a um céptico e descontente, há-de cismar:

— Nova Lisboa ultrapassou os meus desejos e foi muito além das minhas esperanças!...

NOVA LISBOA

GRANDE CENTRO DE COLONIZAÇÃO BRANCA

Pelo Dr. ALEXANDRE SARMENTO

Completaram-se trinta e nove anos sobre aquele dia 21 de Setembro de 1921 em que, nos plainos práticamente desabitados do Huambo, foi inaugurada pelo Governador Geral Norton de Matos a cidade do mesmo nome.

Neste escasso periodo de quatro décadas incompletas, o humilde povoado de então, que se compunha de uma casa desmontável de madeira e pouco mais, cresceu e desenvolveu-se por forma verdadeiramente surpreendente, constituindo um caso raro e digno de nota no panorama geral da colonização portuguesa em Africa pelas condições especiais da sua evolução.

Vale a pena olhar para esse caminho tão brilhantemente percorrido e dele colher uma reconfortante lição do valor sempre vivo e actual do génio colonizador da Raça.

Em 1902 — quando estalou por todo o Planalto a sangrenta revolta do Bailundo, ateada pelo inegável poder de agitação do famoso Samacaca — toda a região do Huambo estava ainda por ocupar.

Por ela passavam apenas, em demanda das terras de Benguela ou em penetração para os sertões do Bié, longas caravanas de carregadores que viam agora o caminho barrado pelo gentio insubmisso e revoltado.

Dada a importancia da região, a coluna comandada pelo Governador Teixeira Moutinho tomou-a como objectivo principal — e da sua acção resultou, em brilhantes feitos de armas, a ocupação definitiva do Huambo.

No pitoresco local da Quissala ergueu-se então o primeiro padrão militar da nossa soberania nesta zona — o Forte Cabral Moncada que, há três anos, ressurgiu felizmente das ruínas em que se encontrava, graças ao decisivo apoio que o Municipio de Nova Lisboa quis dar á campanha que levantei nesse sentido.

Pois foi ali, no remanso tranquilo da Quissala, que se ensaiaram os primeiros voos e se traçaram os primeiros sonhos para o grande empreendimento que, dez anos mais tarde, teve a sua efectivação com a fundação da cidade do Huambo a sete quilómetros do velho Forte.

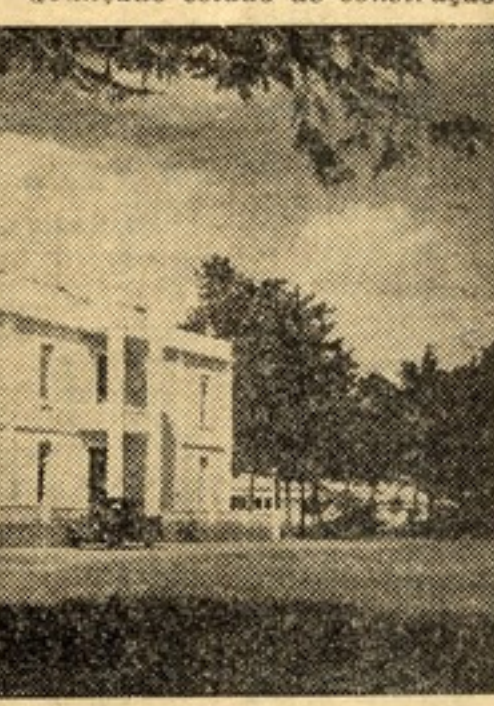
Pode dizer-se, sem receio de errar, que do nada ela nasceu. Mas aquele dia 21 de Setembro era um dia iluminado e guiado por boa estrela. E a olhos vistos, com firmeza e decidida vontade de se tornar grande, a cidade foi crescendo e aumentando, de modo a ser já hoje a segunda de Angola.

Situada no coração de uma região planáltica admirável e densamente povoada, gozando de um clima privilegiado e benigno, com uma situação geográfica que se pode dizer unica em toda a Província — Nova Lisboa, assim baptizada em 1928 por proposta do Alto Comissário Vicente Ferreira, tem vindo a progredir por forma notável, constituindo, como disse, um caso particularmente digno de nota na nossa grande obra colonizadora.

Novo Cine-Teatro «Ruacaná», em Nova Lisboa

ritmo vertiginoso das construções, surgindo assim novos bairros cheios de vivendas claras e alegres onde as flores põem sempre uma nota tocante de beleza, dentro de um ambiente genuinamente português.

Acompanhando o magnífico esforço dos residentes, também o Estado tem trazido (e por forma notável) a sua valiosa contribuição para o desenvolvimento da cidade.

O magnífico Palácio do Comércio, de nobres e elegantes linhas arquitectónicas; o esplêndido Palácio do Governo, em estilo português do Século XVIII; o grande Hospital Regional em avançado estado de construção e o imponente Laboratório Central de Patologia Veterinária são, entre outras, realizações de vulto que honram o Governo da Nação e da Provincia, dando á cidade uma indiscutível nota de progresso.

Paços do Concelho de Nova Lisboa

A sua população branca, já de muitos milhares de almas, encontra aqui campo seguro para todas as actividades agrícolas, industriais e comerciais, constituindo assim um dos maiores e mais importantes nucleos populacionais e económicos de Angola inteira.

Como centro ferroviário de primeira plana, Nova Lisboa dispõe de intenso tráfego e possui, ao lado de admiráveis e graciosos bairros para o pessoal respectivo, oficinas especializadas que são das melhores de todo o continente africano.

Na parte urbana, dia a dia se nota um maior incremento no

Mas não tem sido apenas este progresso material que tem preocupado a gente de Nova Lisboa. A vida do Espírito também lhe tem merecido especial carinho, cabendo ao Município a grande quota parte da tarefa já nesse sentido realizada.

Criando há três anos os seus Serviços Culturais — os primeiros que em Angola se fundaram — a Camara Municipal imprimiu desde logo rumo novo á vida intelectual da cidade.

No Gabinete Histórico então criado guardam-se documentos e fotografias de inestimável valor para a história da região e num grande mapa mural, de feliz concepção artística, marcaram-se as rotas de heroísmo e sacrifício que trilharam os que fizeram a ocupação militar do Huambo.

Organizando conferências, exposições de arte, concursos literários e outros certames de indole semelhante, o Município tem assim mostrado que também as coisas do Espírito contam e valem numa terra que, no campo material, tanto tem feito desde que, há apenas trinta e nove anos, surgiu do nada em local onde pouco mais havia do que as ruínas da antiga Missão Católica.

E porque também a Cruz, ao lado da Espada, desempenhou na história da formação da cidade papel de tão alto relevo, Nova Lisboa orgulha-se de ser, desde 1940, sede de uma das mais florescentes dioceses de Angola e de todo o Ultramar.

De espírito excepcionalmente empreendedor, o colono neo-lis-

(Continua na pág. 33)

NOVA LISBOA — Aspecto parcial da cidade

COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE ANGOLA

LOURENÇO & GUEDES, LDA.

IMPORTAÇÃO
EXPORTAÇÃO

Caixa Postal, 15
Telefone, 139
Telegramas Jamba
BENGUELA

R. Correeiros, 184 2
Telefone, 32300
Telegramas Elefante
LISBOA

Empresa Piscatória de Angola, Lda.

AVENIDA PRESIDENTE CARMONA
Caixa Postal, 134 — Telefone, 38
Teleg. «OLINDA»
BENGUELA

COMÉRCIO GERAL

★ MATERIAIS DE PESCA E APRESTOS NÁUTICOS
★ PESCARIAS E SALINAS NO CHAMUME
★ FARINHAS E ÓLEOS DE PEIXE
★ SOCIETÁRIA DA EMPRESA COMERCIAL DE ANGOLA, LD.ª

JOMAFRO

AGÊNCIA ANGOLA DE PUBLICIDADE

★

C. P. 195 — Telef. 128
Telegramas: «JOMAFRO»
BENGUELA

★

AGENTES TEATRAIS

MORAIS, PONTES & C.ª LDA.

CASA FUNDADA EM 1912

★

MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO — TINTAS E VERNIZES — MADEIRAS — LOUÇAS DE ESMALTE E DE ALUMÍNIO — FERRAGENS

★

Telefone n.º 103 C. P. n.º 63
End. tel. «CONSTRUÇÃO»
BENGUELA

J. FERREIRA DA COSTA

IMPORT. EXPORT.
TECIDOS PARA GENTIO E EUROPEUS ★ VINHOS COMUNS, LICOROSOS E AZEITES

C. POSTAL, 80 ★ TELEFONE, 70
BENGUELA — ANGOLA

«SICOL»

SOCIEDADE INDUSTRIAL E COMERCIAL, L.DA

Perfumarias, artigos de higiene — drogas, produtos químicos — Tintas, materiais de construção

CAIXA POSTAL, 152
Telegramas: «SICOL»
AVENIDA GENERAL CARMONA
BENGUELA — ANGOLA

PAVILHÃO LUSO

PROPRIETÁRIO E GERENTE
ABRAÃO COSTA

★ RESTAURANTE-BAR
★ PASTELARIA — SALÃO DE CHÁ
★ GELADOS — SORVETES CASSATAS
★ SERVIÇOS DE BANQUETES, BAPTIZADOS, CASAMENTOS
★

LOBITO — C. P. 288
ANGOLA

ACOREL

AGÊNCIA COMERCIAL DE REPRESENTAÇÕES LD.ª

★ REPRESENTAÇÕES E CONTA PRÓPRIA
★ IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES GÉNEROS COLONIAIS
★ Produção de gessos em pedra para exportação das «GESSEIRAS DE SANTA CLARA»
★ ESTAFES — GESSO EM PÓ
★

Caixa Postal 131 — Telefone 81
Telegramas: «ACOREL»
LOBITO — ANGOLA

ESTÊVÃO DOS SANTOS ESPINHA

★

SÁ DA BANDEIRA
ANGOLA

CAIXA POSTAL N.º 179

★

COMÉRCIO GERAL

CASA LUSA

FERNANDO ALMEIDA
C. Postal 88 — Tel. Lusa
SÁ DA BANDEIRA
ANGOLA

★ ESTABELECIMENTO DE MODAS ARTIGOS DE NOVIDADE
★

Agente no Distrito da Huíla de:
REMINGTON — Máquinas de escrever e de somar, arquivos KARDEX, etc.
PFAFF — A acreditada máquina de costura de fabrico alemão
PONTO AZUL — A última palavra em receptores de rádio
«A NACIONAL» — Companhia de Seguros

CARMO & LOURENÇO

ARMAS E MUNIÇÕES, ACESSÓRIOS PARA AUTOMÓVEIS, MÁQUINAS E FERRAMENTAS

CAIXA POSTAL, 23
SÁ DA BANDEIRA

ALVES & IRMÃO

COMÉRCIO GERAL E DESCASQUE DE ARROZ

★ DEPOSITÁRIOS DA SHELL SOCIETÁRIOS DA CERÂMICA AGRÍCOLA, LDA.
★

CAIXA POSTAL, 29
SILVA PORTO ★ ANGOLA

GIRÃO & VIDAL

SILVA PORTO — ANGOLA

CASA HAVANESA

CAIXA POSTAL, 26
IMPORT.-EXPORT.
END. TELEG.: SEDRUOL
SILVA PORTO (ANGOLA)

Amândio Marques Amaro

COMÉRCIO GERAL

CAIXA POSTAL, 36
SILVA PORTO = ANGOLA

JOAQUIM MOUTINHO, FILHO & C.ª

COMERCIO GERAL

Compra e venda de todos os géneros coloniais / Armazém e armarinho. Completo sortido para europeus e indígenas / Sede: VILA LUSO. Caixa Postal, 17 / End. Telegráfico: NOELMA / Casa Fundada em 1928. Filial: SILVA PORTO / C. Postal, 10

SEQUEIRA & PEREIRA

IMPORTAÇÃO
E EXPORTAÇÃO

CAIXA POSTAL, 47
SILVA PORTO

O «DIÁRIO POPULAR»

É VENDIDO EM ANGOLA NA
LIVRARIA LELLO

LUANDA — NOVA LISBOA
LOBITO — SÁ DA BANDEIRA

SIMÕES LADEIRA & FILHOS

COMERCIO GERAL

Armarinho, Mercearia / Livros, Jornais, Revistas e Figurinos / Agentes de: «O Século», «Diário de Notícias», «A Bola», «Ridículos», «Os Sports» e «Stadium» / Artigos eléctricos / Encomendas à cobrança para toda a Província / Sempre novidades

CAIXA POSTAL, 42
Silva Porto — Bié — ANGOLA

HOTEL COELHO

CAIXA POSTAL, 4

NOVA LISBOA

O melhor hotel de Nova Lisboa

MULLARD

RADIOS SUPER-HETERODINOS DE FABRICO INGLÊS PARA CORRENTE E BATERIA

★

REPRESENTANTES GERAIS PARA ANGOLA

EMPRESA COMERCIAL DE ANGOLA, LDA.

SECÇÃO ELECTRO-TÉCNICA

★

C. P. n.º 16 End. tel.: BIA

NOVA-LISBOA
ANGOLA

O LIVRO DO MOMENTO

«NÚMEROS E NOMES DO FUTEBOL PORTUGUÊS»

DE RICARDO ORNELAS

À VENDA NA
LIVRARIA LELLO

LUANDA — NOVA LISBOA
LOBITO — SÁ DA BANDEIRA

COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE ANGOLA

LUPRAL

LUSALITE & PREVIDENTE DE ANGOLA

S. A. R. L.

★

Sede e Fábrica em BENGUELA

Caixa Postal 74

Telegramas: «LUPRAL» - BENGUELA

★

- —Chapas de fibrocimento onduladas e lisas, respectivos complementos e acessórios
- —Fundição de ferro e metais
- —Pregos
- —Enxadas
- —Material agrícola, etc., etc.

★

DELEGAÇÃO ADMINISTRATIVA:

RUA DA LAPA, 106, R/C. DT.º — TELEFONE 66908

COMPANHIA DO ASSUCAR DE ANGOLA

S. A. R. L.

Capital-Escudos 90.000.000$00

●

Produtores e Exportadores de

AÇUCAR, SISAL, OLEO DE PALMA, COCONOTE

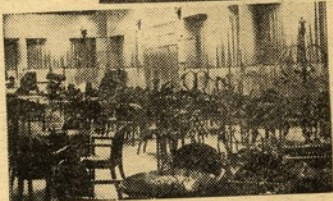
●

Organização portuguesa, com capital português que prestigia o esforço português em Africa

●

Séde: LUANDA
Caixa Postal 47
Telegramas: AÇUCAREIRA

Delegação LISBOA
Praça do Município, 32, 1.º
Telegramas: LUACHO

CONFEITARIA E CERVEJARIA PARIS

AMBIENTE LUXUOSO

ESMERADO SERVIÇO PARA CASAMENTOS E BAPTIZADOS

A MELHOR CASA DA ESPECIALIDADE

LUANDA

TELEFONE N.º 2286 ★ END. TELEG.: «UNIDOS»
CÓDIGOS: RIBEIRO — GUEDES

GONÇALVES & TRISTÃO

LISBOA E ÁFRICA

LUANDA

RUA DIREITA DE LUANDA, 262 A 284
IMPORTADORES E EXPORTADORES / PADARIA / FABRICA DE SABÃO «ESTRELA» / ARMAZEM DE CEREAIS, VINHOS, TECIDOS E AZEITES / DEPOSITÁRIOS DE: C. VINHAS, LDA., DE LISBOA E DAS CERVEJAS «PORTUGALIA» E «SAGRES»

Luanda, Caixa Postal, 1259

—//—

LISBOA

PRAÇA DO MUNICIPIO, 32-2.º-D. / END. TELEG.: GONZA / TEL. 31287

—//—

COMPRA E VENDA DE GÉNEROS COLONIAIS

—//—

PEÇAM SEMPRE O SABÃO «*ESTRELA*»

MEDALHA DE PRATA NA EXPOSIÇÃO DE SEVILHA
MEDALHA DE BRONZE NA EXPOSIÇÃO DE PARIS

JOAQUIM FERREIRA FIGUEREDO

IMPORTAÇÃO—EXPORTAÇÃO

ARMAZENISTA DE VINHOS E SEUS DERIVADOS / AZEITES

CAMIONAGEM

CAIXA POSTAL, 330 ★ END. TELEG.: FIGUEIRINHAS

LOBITO /// ANGOLA

COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE ANGOLA

VENÂNCIO GUIMARÃES SOBRINHO

SÁ DA BANDEIRA – ANGOLA

CAIXA POSTAL N.º 103 — END. TELEG. «HÉRCULES»

FILIAL EM MOÇÂMEDES

CAIXA POSTAL N.º 70 — END. TELEG: «HÉRCULES»

Sócio-Gerente de PLANTAÇÕES DA CHELA, LDA.

IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO

COMÉRCIO GERAL

FÁBRICA MECÂNICA DE CARPINTARIA E MARCENARIA

BUSH

O RÁDIO QUE CONTINUA A CONQUISTAR ANGOLA

★

EXCLUSIVO DE:

RÁDIO-FOTO-BAZAR

SÀ DA BANDEIRA

ACÁCIO TAVARES & IRMÃOS, LDA.

COMÉRCIO MISTO DE IMPORTAÇÃO

FAZENDAS ★ MERCEARIA ★ FERRAGENS E MIUDEZAS

End. teleg.: «ACAJOBEL» / Sede: SÁ DA BANDEIRA / Caixa Postal 47

— ANGOLA —

FILIAIS: RUA DA PAZ — CHIBIA — MUCUMA

EM LISBOA: RUA RODRIGO DA FONSECA, 101-5.º ESQ.º

— ★ —

SOCIETARIOS DAS FIRMAS

AUTO-REPARADORA, LDA.

Oficina de Reparações de Automóveis / Bate-Chapas / Pintura

E SOBRESSELENTES

Caixa Postal 118 / SÁ DA BANDEIRA

— ★ —

SAPATARIA ALIANÇA, LDA.

Fabricação e conserto de calçado / Materiais de Sapataria

Calçado da Metrópole

Caixa Postal 47 / SÁ DA BANDEIRA

ARTUR FERNANDES & C.ª L.da

COMÉRCIO GERAL

CAIXA POSTAL 83 / TELEGRAMAS: «RUTRA»

SEDE:

SÁ DA BANDEIRA

FABRICAS DE SALSICHARIA EM SÁ DA BANDEIRA E CACONDA

FILIAIS EM:

LUANDA: Caixa Postal 1286 / Telegramas: «PRIMAVERA»

BENGUELA: Caixa Postal 178 / Telegramas: «RUTRA»

MOÇAMEDES: Caixa Postal 125 / Telegramas: «RUTRA»

E CACONDA E CALUQUEMBE

★

ESCRITÓRIO EM LISBOA:

Telegramas: «HUILA»

RUA DA MADALENA, N.º 199-2.º E.º — LISBOA

MÁRIO SILVA & C.ª

★

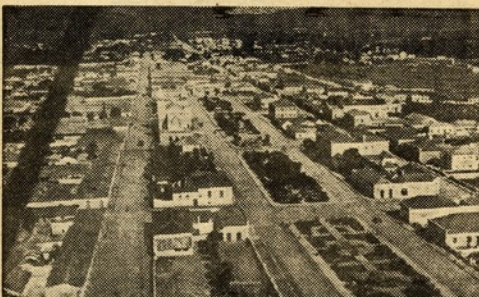
COMÉRCIO GERAL

GÉNEROS ALIMENTÍCIOS

GÉNEROS COLONIAIS

★

CAIXA POSTAL 87

SILVA PORTO

Vista aérea de Sá da Bandeira (Huíla)

SÁ DA BANDEIRA

RECANTO EUROPEU

NO CORAÇÃO DA PROVINCIA

O avião largara de Luanda e escassas quatro horas depois, num voo magnífico, aterrava em Moçamedes.

Os motores repousam por momentos. Os depósitos das asas do «Dakota» bebem gasolina. E, logo a seguir, o avião larga a caminho de Sá da Bandeira. E' preciso subir — e depressa — porque em escassos vinte minutos teremos de aterrar a uma altitude de 1.700 metros, e descolamos quase do nível do mar. Há ainda deserto. Mas o horizonte começa a anilar-se. Surgem os primeiros montes — e mais outros e mais outros ainda, cada vez mais altos, mais altos, altíssimos, que, até do avião, para os ver teremos de olhar para cima. E então, corremos com montes á direita e á esquerda, e sobre um vale profundo, escuro, temeroso e horrível, onde nunca chegou a luz do Sol. Venceram-se os primeiros degraus da alcantilada serra. O «Dakota», guiado pela experiência e prudência do comandante Branco, continua a subir para vencer outros montes, que se avizinham, rápidamente, de encontro ao aparelho. E sobe-se mais, mais, mais... E passamos-lhes por cima — e de tal forma que até parece ao passageiro leigo nas artes de navegar que, por pouco não lhes roçavam as asas, numa carícia fatal.

O ar é mais puro. Há grande ventaneira. O avião sofre de «calema». Correm pelo ares, em disparatadas correrias nuvens — bonecas, que parecem novelos de algodão. Apetece brincar com elas. A's vezes, subitamente impelidas em nova direcção, avolumam-se, diminuindo a distancia que delas nos separa, e «chocam» com o «Dakota», soberano e soberbo na sua segurança, que nem desvia a rota para fugir destes encontros.

E, de repente, a serra perdeu-se para trás. Surge uma paisagem nova, diferente em toda a nossa Angola. Pradaria e gado. Cavaleiros a recordar os campinos alentejanos. Viajamos sobre o planalto — o célebre planalto da Huila, com casinhas e herdades e verde vegetação reconfortantes aos nossos olhos de europeus. Cá de cima, a maravilhosa Estação Zootécnica da Humpata, uma das criações do sr. Abel Pratas, parece um brinquedo de meninos.

Depois, o avião curva e recurva e desce sobre a Senhora do Monte — e desce mais ainda e navega, por momentos sobre a cidade, muito airosa, muito garrida, muito gentil — e aterra. Vivifica, tonifica, o ar de Sá da Bandeira. Para lá acorrem os convalescentes da Província — é a Sintra de Angola, com água de nascente, pura e cristalina, bosques e pomares, um recanto da velha e mimosa Europa, encravado, como puro encanto, entre as agressividades das areias «kalarianas», os temores da serrania chelense e as terras misteriosas do Cuando e do Cubango, de gentes estranhas e costumes singulares — e feras, leões e elefantes e rinocerontes e outros bichos maléficos.

Um dia, naquelas regiões, apareceu uma colónia de madeirenses — e mais outra. Herois desconhecidos do nosso Exército, nos tempos já distantes da ocupação, vieram a dar tranquilidade aos povos. Surgiram as primeiras casas, as primeiras ruas, as primeiras praças. O comboio que havia de ligar o novo burgo ao mar, começou a construir-se. Lentamente, embora, ia ganhando quilómetros — e quando, por fim, chegou a Sá da Bandeira, o velho Lubango, a cidade já era cidade.

Sá da Bandeira é a zona ideal de turismo da nossa Angola. Para lá deveriamos encarreirar os turistas do Congo Belga — que perdemos depois da guerra — a gente das Rodésias e até da Africa Equatorial Francesa. E. principalmente, o colono português, que não possa vir retemperar-se á Metrópole, Sá da Bandeira tem já um casino, esplêndidos meios de transporte, uma piscina e vários hoteis. Precisa de propaganda. Precisa de ser revelada, por meio de milhões de cartazes, em todas as esquinas de todas as cidades de Africa.

O sul de Angola é o paraíso dos caçadores. Pelas suas condições, Sá da Bandeira deveria ser a base de todas estas expedições cinegéticas.

DEVEM SER DADAS NOVAS DIRECTRIZES

AO PROBLEMA PECUARIO

diz-nos Venancio Guimarães, Sobrinho

Presidente, desde 1948, da Associação Comercial de Sá da Bandeira, o sr. Venancio Guimarães, Sobrinho, era sem duvida uma pessoa indicada para nos poder traçar um quadro elucidativo da situação económica do distrito da Huíla.

Apreciando a momentosa questão do comércio de Angola com a Metrópole e respondendo ás perguntas que, sobre o assunto, lhe fizemos, afirmou:

— Angola importa da Metrópole tudo o que ali se fornece em boas condições. Já o mesmo não sucede em relação á exportação de gado, que tem sido dificultada pela Metrópole, porque entram em jogo os interesses desta e dos Açores. Quando há muito gado na Metrópole e nos Açores, o gado de Angola não serve; quando há falta de gado ali, já o de Angola é óptimo. Esta situação cria uma instabilidade de negócios que torna desanimadora a exportação de gado para a Metrópole.

Abordando, depois, outro problema de grande acuídade — o da mão-de-obra — o sr. Venancio Guimarães, Sobrinho, diz-nos:

— Esta Província era bastante deficitária em mão-de-obra, quando dispunha práticamente só de zonas pastoris para o seu angariamento. Há alguns anos, para se estabelecer o equilíbrio do recrutamento de mão-de-obra, foram anexadas ao distrito as circunscrições de Ganguelas e Caconda, ricas em mão-de-obra, que anularam o «deficit» que havia anteriormente. Mas sucede que o sistema ultimamente posto em vigor, de voluntariado de mão-de-obra indígena, dificulta o seu angariamento no que respeita ao seu quantitativo e á sua criteriosa distribuição.

E prosseguindo, acentua:

— Desta forma, devido ao angariamento, com intervenção das autoridades, para as necessidades do Estado e para a industria de Moçamedes — cujas necessidades são de milhares de indígenas — resta para as outras actividades agrícolas e industriais uma pequena margem de mão-de-obra, que é impossível obter no regime de voluntariado absoluto.

Seguidamente, o sr. Venancio Guimarães chama a atenção do jornalista para outro facto de muito interesse para a vida da Província: as consequências da ultima reforma tributária.

Venancio Guimarães (Sobrinho)

— Em minha opinião urge refundir e adoptar a reforma tributária — que práticamente não está em vigor, pois tem sido aplicada com moderação, o que permite uma diversidade de critério de terra para terra, criando embora, por vezes, situações injustas.

— Assim...

— Em meu entender, a contribuição industrial deveria ser estabelecida em bases mais moderadas para o pequeno e médio comerciante e industrial, que são os tipos redominantes nas terras do interior, e ir procurar os necessários rendimentos do Estado nas industrias e explorações mais lucrativas. Neste momento, apresentam-se com característica especial de rendimentos avultados, as explorações do café e sisal, que justo era contribuissem com uma quota parte dos encargos tributários. Pelas razões expostas, conclui-se que o imposto de «maior valia» teria ainda maior razão de ser porque interviria de certo modo no factor moderador desses exagerados dispêndios. De resto, já esteve em vigor na Província um imposto deste género, denominado «imposto sobre excesso de lucros», que a reforma tributária extinguiu. Achamos que era de toda a oportunidade rever a reforma tributária e conjugar a sua aplicação com o chamado imposto «de maior valia», de maneira a que a tributação geral resultasse mais justa e equitativa.

Voltámos a inquirir:

— Quais as possibilidades económicas da Huíla, de um modo geral?

— Residem, por enquanto, no campo agrícola e pecuário, as grandes possibilidades deste vasto distrito. As condições climatéricas são extraordináriamente propícias á vida do colono branco. O problema do povoamento é aquele que se apresenta como mais necessário e imperioso á consolidação da nossa soberania. Efectivamente, a escassa população de 70.000 europeus existente, mostra-se em extremo exígua para a enorme extensão da Província. Cremos que o Governo da Metrópole está encarando com decisão este aspecto do problema — o povoamento —, criando condições de vida ás numerosas famílias que se pretendem transportar da Metrópole para este território ultramarino. Estão em estudo adiantado as obras de colonização e rega a efectuar nas margens do Cunene, partindo das quedas da Matala até ás terras da Donguena. Haverá uma extensão d. rio navegável, da ordem dos 300 quilómetros. Já se encontram no local alguns técnicos que procedem ao estudo dos projectos que se relacionam com este notável empreendimento. O sr. Ministro do Ultramar e, em especial, o sr. Subsecretário do Ultramar, eng. Trigo de Morais, que já fez importantes estudos nesta região, têm grande empenho em levar a cabo, com a maior urgência, esta notável obra.

E continuando a sua interessante exposição, o sr. Venancio Guimarães, Sobrinho, diz-nos:

— Na pecuária, a Huíla tem já hoje um lugar de predomínio, devido ás condições naturais óptimas para este género de exploração, e um volume já existente de bovinos que atinge a ordem de 1.500.000 cabeças. Lamentávelmente esta riqueza encontra-se em poder de indígenas que não têm necessidades, e por isso não a movimentam. E' uma riqueza estática, que pouco intervém na economia da Huíla. Torna-se necessário encarar o problema pecuário em novas directrizes, criando condições de existência a uma pecuária de europeus. Para o efeito já o Governo da Província legislou, estabelecendo reservas pastoris para indígenas e europeus. Estas ultimas poderão funcionar em regime e molde idênticos aos do vizinho território — Sudeste Africano — onde em poucos anos se desenvolveu uma pecuária de europeus modelar, e que constitui hoje uma riqueza enorme. O que ali se fez poder-se-á fazer em Angola, porque as condições de clima de pastos são ainda melhores neste nosso Sul de Angola. Estamos, pois, convencidos de que, com os planos e providências que o Governo da Metrópole nos apresenta, o futuro da Huíla poderá vir a ser verdadeiramente mais prometedor no progresso e prosperidade desta vasta Província.

VALOR ECONOMICO

DA INDUSTRIA DE PESCA DE MOÇAMEDES

Em 31 de Dezembro de 1949, fundou-se em Moçamedes o Grémio dos Industriais da Pesca e seus Derivados do Distrito de Moçamedes, levando consigo a herança do passivo e do activo do extinto Sindicato de Pesca da cidade.

Para apreciar a benéfica acção deste organismo corporativo, convém recordar que, quando aquele Sindicato se constituíu, a exportação anual do Distrito orçava por 150.000 malas de peixe, no valor de cerca de seis mil contos. E era tudo, salvo o volume, relativamente restrito, de conservas de peixe. Em 1939, as exportações melhoravam de uma forma sensível. A quantidade das malas de peixe subiu a 341.018. No seu total, todas as exportações desse ano, incluindo farinha de peixe, óleo de peixe, conservas e peixe em salmoura, renderam mais de 109 mil contos. Estes resultados eram, apenas, o correspondente a movimento de sete meses, e não incluiam produtos já vendidos, mas aguardando embarque.

Mas o aumento desta produção encontra-se ainda — e felizmente — muito aquém das necessidades dos mercados consumidores, que insistentemente a reclamam e disputam.

«E' necessário, por conseguinte, produzir-se mais e muito mais, e, também, um pouco melhor, como se torna evidente, se bem que, já parte da farinha exportada se encontre com muito boa classificação. Infelizmente, já o mesmo se não verifica com o óleo que, devido a uma série de circunstancias, ás quais não é estranho o seu rudimentar tratamento, ainda muito há que melhorar.»

Com estas palavras, ainda hoje, de grande oportunidade — verificado está que a melhoria dos produtos e a sua industrialização são factores indispensáveis para a boa colocação, e em quantidade, de qualquer produto nos mercados internacionais — concluía a direcção do Grémio dos Industriais de Pesca e seus Derivados do Distrito de Moçamedes a sua apresentação aos sócios no seu relatório e contas referente ao espaço de tempo compreendido entre 1 de Maio e 31 de Dezembro de 1949.

No relatório e contas, respeitante ao ano seguinte, deste prestante organismo, verificou-se o seguinte movimento de exportação:

Peixe seco (327.159 malas)	c/ 9.814.770	k.os	......	43.388.551,50	Angolares
Farinha de peixe	9.063.188	»	......	32.231.353,30	»
Óleo de peixe	2.371.793	»	......	12.271.003,30	»
Conservas de peixe	1.192.546	»	......	13.766.639,60	»
Peixe em salmoura	116.962	»	......	1.113.040,00	»
			Total de	102.770.587,70	»

Desde já convém esclarecer que a pequena diminuição das exportações de peixe seco, relativamente a 1949, não é devida nem a uma descida de produção, nem a falta de interesse por parte dos mercados consumidores. O facto é apenas consequência de não ter sido possível obter os necessários barcos para o transporte. Houve, por certo, uma quebra de produção, especialmente no fabrico de conservas e de peixe em salmoura, mas por falta das espécies próprias, entre elas o atum e o sarrajão.

Quanto ao peixe seco — e como prova do que acima fica dito — em 31 de Dezembro de 1950 existiam, em armazéns de Moçamedes, 22.128 malas, as quais, somadas ás ***327.159 exportadas, totalizavam*** *349.287, numero, como se vê, superior ás exportações de 1949.*

Em 1950, não se concretizou o tão falado perigo da concorrência do peixe de outras origens, no mercado do Congo Belga. Este facto não justifica, porém, que se deva descansar sobre as vantagens obtidas, dado que a unica forma de combater essa concorrência é manter-se o maior rigor na preparação e selecção do peixe do sul de Angola, de forma a conservar-lhe as características que levaram o indígena daquela colónia vizinha a preferi-lo na sua alimentação.

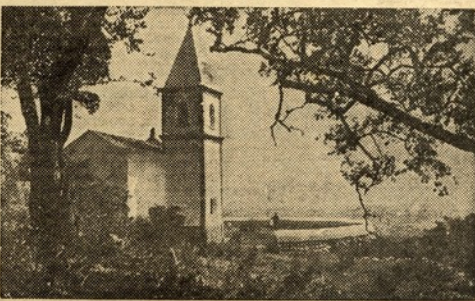
Registe-se, também, como factor importante, a obrigar ainda mais o desenvolvimento da industria do peixe em Moçamedes, que o mer-

(Continua na pág. 33)

MILAGRE NA AREIA

(Continuação da pág. 23)

vam o combóio da lenha — será de grande lucro, quando o trajecto percorrido deixe de ser, quase na sua totalidade constituído por zona morta. Isto vai em breve acontecer. As locomotivas já chegam aos Gambos. E toda a mercadoria que o combóio trouxer será descarregada em Moçamedes para embarcar com destino aos mercados internacionais.

Nessa altura, Moçamedes passará a ser o terceiro porto de Angola. E quando o combóio chegar á Rodésia não é exagero destemperado julgar que ele possa conquistar o segundo lugar.

Capelinha da Senhora do Monte, em Sá da Bandeira (Huíla)

ANGOLA

RIQUEZA DO SUBSOLO ANGOLANO

INTENSIFICA-SE A EXPLORAÇÃO

DO MINÉRIO DE MANGANÉS

Entre as diversas actividades industriais que ultimamente se têm desenvolvido nas nossas Provincias Ultramarinas, ocupa hoje um destacado lugar a Companhia do Manganês de Angola, importante organização mineira recentemente constituida.

A exportação do minério de manganês angolano anteriormente á formação desta Companhia atingia tonelagens extremamente reduzidas em virtude das deficiências técnicas e económicas a que só a formação de uma grande empresa poderia fazer face, assegurando simultaneamente uma produção regular e eficiente, indispensável á introdução do minério nos diversos mercados mundiais.

Por outro lado, estas condições exigiam que a exploração dos diversos jazigos existentes se fizesse nas mais perfeitas condições técnicas e racionais, ao mesmo tempo que uma prospecção consciênciosa permitisse avaliar as reservas indispensáveis que assegurassem a continuidade e garantissem o desenvolvimento da nova industria mineira.

Para a realização deste vasto programa investiu a Companhia do Manganês de Angola avultados capitais e contratou o pessoal técnico indispensável entre elementos portugueses de comprovada competência e experiência em actividades mineiras. Adquiriu todo o equipamento mecanico necessário á realização dos diversos trabalhos de exploração do minério, seu carregamento e transporte até junto do caminho de ferro, de forma a evitar o mais possível o emprego de mão-de-obra indígena, que está sendo aplicada exclusivamente nos serviços e trabalhos que não são susceptíveis de mecanização.

Para a instalação do pessoal europeu em actividade nas minas e respectivas familias, construiram-se algumas dezenas de casas independentes, além das construções inerentes a uma empresa deste género, como oficinas, garagens, escritórios, armazens, central eléctrica e laboratório.

Todas estas instalações e dependências possuem água canalizada, cujo caudal foi assegurado pela construção de uma pequena represa a alguns quilómetros do local.

Todos os serviços e habitações dispõem de energia eléctrica e rede telefónica privativa, com uma extensão de cerca de 60 quilómetros.

Os serviços laboratoriais, modelarmente instalados, dispõem do mais moderno material e asseguram o conhecimento exacto, não só do minério para exportação, como auxiliam eficazmente a secção de prospecção e pesquizas em todos os seus numerosos trabalhos, que foram superiormente estabelecidos pelo professor Marcel Gysin, de Genève, especialmente contratado pela empresa em Agosto de 1950.

Os serviços de topografia, que dispõem também de todo o material necessário, dão uma contribuição indispensável e eficiente, tanto á exploração mineira própriamente dita, como á secção de pesquisas, que dispõe de sonda e modernos prospectores eléctricos, que facilitam enormemente a sua acção.

Todo o pessoal indigena que trabalha na organização se encontra instalado em bairros próprios, satisfazendo a todos os requisitos higiénicos e de salubridade, estando em construção um hospital que permitirá uma assistência clinica nas melhores condições.

Como resultado dos esforços realizados, a produção de minério está atingindo uma tonelagem mensal computada em cerca de 5.000 toneladas, que regularmente vêm sendo exportadas através do porto de Luanda, prevendo-se, num futuro próximo, o aumento desta exportação e consequentes beneficios para a posição cambial de Angola.

A exportação do minério de manganês angolano dispõe já, mercê da sua boa qualidade e do incremento verificado ultimamente, de uma firme posição nos mercados internacionais, especialmente no americano, que tem absorvido a maior parte da tonelagem exportada.

Esta situação deve-se á cooperação que o Governo da Nação, através do Ministério do Ultramar e do Governo Geral de Angola, tem prestado ao desenvolvimento das novas actividades industriais que ultimamente se vêm fixando nas nossas progressivas Provincias Ultramarinas.

A compra, por parte dos Serviços dos Portos e Caminhos de Ferro de Angola, de grande quantidade de material rolante, permtiu o rápido escoamento da crescente produção, contribuindo e permitindo assentar as bases em que virá apoiar-se o esforço crescente da valorização das nossas riquezas angolanas.

A «ETA»

SIMBOLO DE PROGRESSO

A Empresa dos Tabacos de Angola, que a Provincia inteira conhece amigavelmente pelo nome de «Eta», constitui bem o exemplo do que valem a iniciativa, esforço e sacrifício dos nossos colonos e as raras possibilidades desta grande terra portuguesa de Africa banhada pelo Atlantico. Como nasceu? Que sacrificios teve de suportar para, em ardorosas lutas, combater e vencer? A isto só pode responder Ricardo Pires, velho colono, amigo de Angola como se lá tivesse nascido. De rija têmpera, não o desiludiram as primeiras contrariedades. E o resultado está á vista, mas representa o esforço, a dedicação, a vontade, a persistência, uma vida inteira dedicada a uma obra, que hoje constitui alguma coisa na economia de Angola. Um dia, já lá vão decorridas algumas dezenas de anos, idealizou-se o trabalho e, pouco a pouco, ele foi-se concretizando. Hoje é uma esplendida realidade.

Primeiro instalou-se a «Fábrica de Tabacos Ricardo Pires». Foi a primeira fábrica de tabacos mecanizada que se fundou em toda Angola. A este empreendimento deve a Provincia os começos da sua industrialização.

Seguiu-se a instalação da fábrica de refrigerantes e de gelo. Depois, e em oportuna coligação com outras empresas da especialidade, formou-se a importante Sociedade Refrigerantes, Ld.ª, com o avultado capital de 6.000.000.000 de angolares.

E, por fim, no campo industrial, á «Eta» se deve a instalação de oficinas metalurgicas sobre cuja base, posteriormente, se constituiu a Sociedade Industrial Metalurgica, Ld.ª (Sometal).

Mas Ricardo Pires não se limitou á actividade industrial. Os matos de Angola, a valorização dessas terras imensas e ubérrimas, a prometer generosamente riqueza a quem quisesse cuidá-las e olhar por elas, encantavam-no e chamavam-no ao trabalho.

O Icau, nos arredores de Luanda, foi criado por este homem, em quem a iniciativa e o arrojo caminham a par da inteligência e da prudência. Hoje, o Icau é uma formosa fazenda com 120 mil palmeiras, 11.000 laranjeiras, milhares e milhares de bananeiras, culturas de tabaco, de algodão e de milho. Possui um belo edificio para a habitação da gerência e um hospital privativo para o tratamento do pessoal da propriedade e assistência aos indigenas da região. Apenas com 17 anos de existência, a fazenda tem 80 quilómetros de ruas, orladas por valas de irrigação alimentadas pelo rio Ucua.

Mas a «Eta» possui mais propriedades agricolas. Duas com plantações de cafeeiros, em progressivo aumento e franca produção. Uma própria e outra arrendada com plantações de sisal, fortemente produtivas e equipadas com o maquinismo mais moderno, recomendado pela técnica. Uma das propriedades é destinada á cultura exclusiva do tabaco. A «Eta» é ainda concessionária de uma zona de assistência aos indigenas, na cultura do algodão.

A empresa contribui, anualmente, para as receitas de Angola, com alguns milhões de angolares.

De tudo isto e do enorme e forte progresso que por toda a Provincia de Angola se sente, estuante de força criadora, devido ao colono, ao laborioso e sofredor colono português, sempre e apenas «entregue á Divina Providência», como luminosa e objectivamente observou o Senhor Doutor Aguedo de Oliveira, sim, de tudo isto se conclui que os colonos de Angola, todos os portugueses do Ultramar, bem merecem da Nação apoio, assistência financeira e moral e liberdade, sobretudo liberdade para continuarem, como até agora, a aplicar, tão inteligente e utilmente, os dinheiros que, com indizível sacrificio ali souberam ganhar.

Não é ocioso dizê-lo, antes convém afirmá-lo bem alto, para honra daqueles inigualáveis portugueses, que toda a obra ali realizada e em realização é filha dos dinheiros amealhados por eles.

Mas, para o desenvolvimento de que a Provincia carece, é necessário muito dinheiro ido de fora e, por isso, toda a acção governativa deve visar — Atrair Capitais.

UM TRAÇO DE UNIÃO

ENTRE A METRÓPOLE

A Companhia Nacional de Navegação, uma das mais antigas e prestigiosas empresas portuguesas da Marinha Mercante, é ainda hoje o mais sólido e seguro traço de união entre a Metrópole e todas as parcelas da terra portuguesa dispersas pelo Mundo. O estabelecimento das carreiras regulares para o Oriente confirma o interesse do seu Conselho de Administração pelas ligações normais com as nossas mais distantes Provincias Ultramarinas. Estas carreiras serão inauguradas com carácter regular em Janeiro próximo, com os paquetes «India» e «Timor», os mais modernos da nossa frota mercante. Este empreendimento que, economicamente, pode não corresponder aos encargos que acarretará, representa um elevado esforço norteado por um sentimento patriótico que, entre todos os portugueses, só pode merecer louvores.

A Companhia Nacional de Navegação substituiu os seus velhos navios, que tantos e tantos serviços prestaram á economia da Nação, pelos modernos paquetes que possui. O «Angola» e o «Moçambique», em serviço na nossa carreira de Africa, são das mais belas, velozes e confortáveis unidades da Marinha Mercante portuguesa.

Vai longe já o tempo em que a viagem de Lisboa a Luanda, por exemplo, demorava mais de vinte dias. O tempo corria com monotonia enervante, em vapores velhos, que a custo navegavam a poucos nós. Muitos nem possuíam acomodações frigorificas para determinadas mercadorias. Morosas eram também as condições de carga e descarga, o que tornava ainda mais lentas as viagens.

Presentemente, em consequência do total renovamento da nossa Marinha Mercante, fazem-se viagens da capital do Império á capital de Angola em escassos dez dias. Estes dois grandes paquetes da carreira africana são dotados do mais luxuoso conforto, não lhes faltando divertimentos, incluindo piscina, amplas salas de jogos, e, até, compartimentos especiais destinados exclusivamente ao recreio das crianças.

A acção da Companhia Nacional de Navegação a favor do intercambio económico da Metrópole com as Provincias Ultramarinas é verdadeiramente notável. Foi o autêntico sacrificio desta grande Empresa, mantendo a regularidade das suas carreiras para Angola e Moçambique durante os periodos de crise de anos passados, que ajudou poderosamente á invejável situação presente destas duas Provincias. Foi preciso semear para se encontrarem possibilidades de colheita.

Hoje, repletos de passageiros e carregados de mercadorias, os navios da Companhia Nacional de Navegação representam mais um índice da nossa prosperidade ultramarina.

A PRODUÇÃO ALGODOEIRA

NA REGIÃO DE CATETE

Entre as Empresas Concessionárias de Zonas Algodoeiras de Angola, figura, em lugar de merecido relevo, a firma LAGOS & IRMÃO, que exerce a sua acção na Zona de Icolo e Bengo, com Séde em Catete, a cerca de 60 quilómetros de Luanda.

Dede 1938 que esta firma vem exercendo a sua actividade no domínio da produção algodoeira, tendo desenvolvido graças ao dinamismo, persistência e vontade criadora dos seus sócios, uma notável obra nos vários aspectos em que se desdobra a acção destas empresas.

Impunha-se na verdade libertar o País das importações maciças do estrangeiro, através do aproveitamento das condições oferecidas pelos nossos territórios ultramarinos, que urgia transformar em uteis instrumentos económicos, não só como afirmação de soberania, mas também como exemplo e afirmação de potencialidade financeira, de ocupação e de competência colonizadora.

Em boa hora o Governo da Nação, orientado por estes sãos princípios, se lançou na política do fomento e desenvolvimento da produção colonial; o Dec. 11.994, referente á cultura algodoeira, é um exemplo frisante desta orientação.

Mas não bastava lançar o apelo através das colunas do «Diário do Governo». Impunha-se sobretudo que surgissem vontades e iniciativas que prestassem a sua colaboração a tão vultoso plano, mostrando-se dispostas a experimentar as facilidades oferecidas, mas também prontas a aceitar os eventuais riscos inerentes a qualquer empreendimento, cujos inicios são sempre incertos e duvidosos.

A firma LAGOS & IRMÃO respondeu desde logo ao apelo que era lançado e devotou-se inteiramente á nova actividade, acompanhando-a nas várias fases que tem vindo experimentando.

Em estreita colaboração com a Junta do Algodão, criada em 1938, foi desenvolvendo a sua acção, aperfeiçoando progressivamente os trabalhos de propaganda e fomento da cultura, de harmonia com as directrizes superiormente traçadas.

Hoje, a região de Catete apresenta um aspecto inteiramente diverso do que oferecia quando se iniciou a cultura.

Construiu-se uma autêntica povoação composta pelas casas para os empregados europeus, com seus ajardinamento, laranjal, campo de jogos, bairro indígena, etc.; edificaram-se armazens, eiras para secagem do algodão e uma moderna e eficientíssima fábrica de descaroçamento e prensagem, inteiramente automática, desde a entrada do algodão em caroço, até á saída dos fardos, prensados a uma densidade superior a 500 quilos por m3 e de cerca de 200 quilos de peso.

Está em estudo a montagem de uma instalação para extracção de óleo e outros subprodutos da semente de algodão, de forma a aproveitarem se assim todas as possibilidades económicas oferecidas por esta cultura.

Sob o ponto de vista das práticas culturais não são menos notórios os progressos e inovações obtidos.

Quando iniciou a exploração da sua Zona, eram inumeras as variedades cultivadas, dispersas e mal cuidadas as respectivas plantações, rebeldes os cultivadores. O algodão produzido, mercê da irregularidade da sua fibra, tinha dificil colocação no mercado do comprador.

O novo concessionário, com o auxílio da Junta, modificou inteiramente esta situação, efectuando persistente trabalho de depuramento, escolha e criação de variedades homogéneas de semente, paciente propaganda junto do indígena. Este, progressivamente, afeiçoou-se e fixou-se á terra, adquirindo os hábitos de trabalho tão necessários para o transformar em elemento util e produtivo, e elevar o seu nível de vida.

Para obviar á dispersão das culturas e melhor aproveitamento das terras e fiscalização técnica dos trabalhos, a firma LAGOS & IRMÃO iniciou na sua zona a exploração do algodão em regime de concentrações, muito antes de, por parte das entidades oficiais, se estabelecerem directrizes tendenciais nesse sentido.

A região prestava-se a tal atitude, o que não acontece em todas, e por isso se lançou mãos á obra.

Do conjunto de trabalhos levados a efeito, resulta que a qualidade do algodão de Catete é hoje sobejamente conhecida e acreditada, pela regularidade e comprimento da sua fibra e excelente preparação, limpeza e coloração, tendo por isso grande preferência por parte da industria metropolitana.

Para isso influem os cuidados

(Continua na pág. 33)

AS INSTALAÇÕES

AGRO-PECUÁRIAS

COMERCIAIS E INDUSTRIAIS

DAS FIRMAS

A. SANTOS PINTO & IRMÃO

E A. SANTOS PINTO & C.ª

HONRAM A ECONOMIA NACIONAL

Nas actividades industriais, agricolas e comerciais do nosso Ultramar, as firmas A. Santos Pinto & Irmão e A. Santos Pinto & C.ª — «Salgueiral» — ocupam um lugar de merecido destaque e constituem sólido baluarte da economia da progressiva Provincia de Angola.

Com sede em Luanda e filial em Malange e bem assim outras filiais na Provincia de Malange, desenvolvem-se e prosperam á beira de três dos mais importantes portos de todo o Império — Luanda, Lobito e Lisboa — contribuindo para o notável prestigio de tão importantes firmas.

As instalações industriais e agricolas da casa A. Santos Pinto & Irmão compreendem fábricas de fibra de sisal, de salsicharia e de descasque de arroz e moagem, que manufacturam exclusivamente os produtos saidos das grandes fazendas que a firma possui e explora: Esperança, Amélia e Cahombo. Nessas belas propriedades agricolas, que englobam extensos campos de cultura e modelares instalações agro-pecuárias, emprega-se uma multidão de trabalhadores, que ali vive e trabalha nas melhores condições.

Por sua vez, as referidas instalações fabris foram dotadas de moderna maquinaria que permite e assegura uma produção eficiente e em grande escala, como exige uma casa com as responsabilidades inerentes ao prestigio alcançado por A. Santos Pinto & Irmão. Pelo que respeita ao fabrico de salsicharia, ele é feito em perfeitas condições de higiene, como o requer uma industria tão delicada.

Modelares são, também, os estabelecimentos comerciais da firma A. Santos Pinto & C.ª, que mantêm estreito contacto com os principais mercados internacionais, numa actividades deveras impressionante. Dali saem géneros coloniais de primeira qualidade, tecidos, ranchos e mantimentos. E o seu regular abastecimento nas referidas industrias garante-lhes, não obstante a saida constante de grandes carregamentos, manter apreciáveis «stocks» de todos esses produtos e artigos em que Angola é próspera.

Assim, as duas importantes firmas desenvolvem consequente actividade completando-se. Angola orgulha-se da acção por elas desenvolvida — acção que prestigia a economia nacional.

ANGOLA

BENGUELA JÁ NÃO É «CEMITERIO» NEM «MATADOURO»

(Continuação da pág. 16)

ta, mas perseverante, prejudicada pela forma desorientada a que obedeceu a sua formação, sem traçado prévio, do mar para os montes circundantes, em terreno plano e alagado, pela pobreza dos recursos, pântanos que empestavam, a ponto de mais do que uma vez ser considerada a sua transferência, primeiro para a Catumbela e depois para o Lobito.

A primeira planta de Benguela, com o fim de ser adoptado um plano da cidade que pusesse cobro «ao contínuo fabrico de casas que, descrevendo sinuosidades, a fazem parecer mais libata de um soba, do que uma cidade sujeita á influência de homens civilizados», como o presidente da Camara escrevia no seu relatório de 1848, foi levantada pelo engenheiro brasileiro João Mamede Junior, em 1850.

Entretanto, e no desejo de acompanhar, mas condicionando-o, o ritmo de construções que se começava a verificar, a partir de 1941, a Camara Municipal abriu concurso publico, em 1943, para a elaboração de um plano de urbanização da cidade de Benguela, que confiou ao sr. arquitecto Fernando Batalha. Foi esta Municipalidade a primeira de Angola a mandar levantar um plano de urbanização.

Presentemente, a cidade tem o seu plano de urbanização, que condiciona o seu desenvolvimento e urbanismo, elaborado por aquele mesmo gabinete.

— Mercê de obras importantes de saneamento, Benguela deixou há muito de ser o «cemitério» dos brancos e o matadouro de metropolitanos. Era assim conhecida no passado. E hoje?

— Tudo isso era consequência da imundície, dos célebres quintais, da porcaria trazida do mato pelas «comitivas», dos pântanos, das vielas tortuosas, ladeadas de palhotas, sem asseio, sem os seus moradores possuirem qualquer conhecimento das mais pequenas regras de higiene.

E prossegue:

— As numerosas obras de saneamento principiadas no fim do século passado e que têm continuado, como a montagem dos serviços de abastecimento de água, que pôs quase de parte a utilização de cacimba — verdadeiros ninhos de mosquitos —, o aterro de lagoas e pântanos, a remoção de lixos por carros municipais, a proibição do fabrico do «adobe» e sua utilização na construção urbana, o enterramento cuidadoso dos mortos, a imposição da construção de fossas asséplicas, as visitas sanitárias, determinadas no Regulamento de Profilaxia antipalustre, a asfaltagem das ruas, a plantação de numerosas árvores — fizeram da velha cidade de S. Filipe, uma terra acolhedora e onde se vive perfeitamente, como o atesta a sua população. Nos ultimos dez anos Benguela teve um aumento de 138 por cento, de habitantes. A sua praia atraente e convidativa é visitada na época quente por numerosos turistas. Acabou, assim, a fama de outros tempos.

Sobre o problema do abastecimento de água á cidade, o sr. dr. Aníbal Gomes Ferreira historia:

— O sistema de abastecimento de água á cidade de Benguela data de 1890. Em consequência do mau estado da canalização e dado que o sistema era e é deficientíssimo para as necessidades actuais, em face do crescimento da cidade, sempre constante, a Camara Municipal, a fim de pôr termo a este estado de coisas, abriu concurso para o estudo e elaboração do projecto de um novo abastecimento de água á cidade, em 12 de Março de 1943. Em 26 de Julho desse mesmo ano, foi apresentado á Camara o referido projecto, da autoria do engenheiro sr. Ramos da Costa, pela adjudicatária, a Sociedade Técnica e Construções, Ld.ª.

O projecto, porém, embora considerado bem elaborado pelo Conselho Técnico do Fomento Colonial que, em 25 de Janeiro de 1946, emitiu sobre ele o seu parecer, não pôde ser logo executado por ser indispensável, segundo aquele parecer, que se aguardasse a elaboração do plano de urbanização da cidade, então em estudo, e que se reconhecesse, com a devida segurança, a importancia das reservas aquíferas do subleito do rio Cavaco, a aproveitar.

O nosso entrevistado continuou:

— Pedida pela Camara Municipal a colaboração da Repartição Central dos Serviços de Geologia e Minas, enquanto estes Serviços procediam á determinação daquelas reservas e o Gabinete de Urbanização do Ultramar estudava e elaborava o plano de urbanização da cidade, deu-se começo, em 1947, á construção de um reservatório elevado de betão armado, com a capacidade de 560 metros cubicos, previsto naquele projecto. Ficou concluído em 1948, e foi construido com a comparticipação do Fundo do Fomento da Colónia de Angola, que pagou 75 por cento do seu custo.

Verificado que o subleito do rio Cavaco tinha as reservas necessárias ao abastecimento da cidade e concluído o plano de urbanização, foi elaborado novo projecto de abastecimento de água pelo mesmo engenheiro sr. Ramos da Costa, que ficou concluído em fins de 1950.

Para a execução deste novo projecto, que foi aprovado superiormente, e no qual comparticipa o Fundo do Fomento da Província de Angola com setenta e meio por cento do seu custo, foram abertos concursos publicos em 14 de Agosto do corrente ano. Concorreram treze firmas nacionais, da Província e da Metrópole. Estas propostas estão a ser apreciadas, devendo as respectivas obras, feita a correspondente adjudicação, começarem até o fim do corrente ano. A execução do projecto estará concluída por todo o ano de 1953.

Com a execução desta obra, vê a Camara Municipal e a cidade de Benguela resolvido um dos seus problemas mais graves e mais instantes, o que muito contribuirá para melhorar o saneamento e embelezamento da cidade.

Referindo-se ao problema da luz, o ilustre presidente da edilidade de Benguela declara-nos:

— Esta cidade foi das primeiras da Província a ser iluminada com luz eléctrica. Efectivamente, em 1905, Giovanni Zanchi requereu á Camara a concessão para o fornecimento de luz e energia eléctrica.

O fornecimento de energia eléctrica á cidade, porém, só começou em 1912.

A rede de distribuição de energia é velha e deficiente, e o fornecimento de energia deixa, por esse facto, bastante a desejar.

E' um dos problemas que a Camara Municipal tem procurado solucionar, mas que oferece obstáculos de vária ordem. Esta situação deve manter-se até que esteja em condições de poder fornecer energia eléctrica a importante obra de aproveitamento hidroeléctrico das quedas de água do Biópio, cujas obras, adjudicadas agora pelo Estado, foram já iniciadas.

Ao concluir os seus interessantes e valiosos esclarecimentos, o sr. dr. Aníbal Gomes Ferreira diz-nos que o problema da habitação é grave em Benguela mas os seus aspectos são iguais aos que se registam em qualquer grande cidade de Angola. A população aumenta num ritmo extraordiário — e a construção urbana não o pode ainda acompanhar.

— As casas de Benguela — afirma-nos — ainda não têm as fundações concluídas e já estão alugadas! Os numeros seguintes reflectem em toda a sua clareza a acuidade do problema:

Segundo o censo de 1940 a população de Benguela era a seguinte:

Brancos, 1.528 habitantes; mestiços ou assimilados, 1.215; total da população civilizada, 2.743.

Os elementos provisórios relativos ao censo de 1950, indicam que a população total civilizada da cidade era de 4.614 habitantes, dos quais 3.478 são brancos. O aumento é superior a 100 por cento.

Neste mesmo período, ou seja, de 1940 a 1950, construiram-se em Benguela 189 prédios, com 192 moradias.

NOVA LISBOA

(Continuação da pág. 27)

boeta tem concebido e realizado iniciativas de grande alcance social, das quais destacamos a fundação de «A Mutualidade de Angola» (a primeira organização mutualista da Província), da Cooperativa «A Nossa Casa», que tanto tem contribuido para o desenvolvimento urbano de Nova Lisboa e outras cidades; da Cooperativa «O Meu Lar», de finalidade semelhante á anterior; e, agora, de uma Caixa de Crédito Popular.

No limitado espaço de um artigo é evidente que, mesmo a traços largos, se torna impossível dar uma visão do que é e do que vale este grande centro de colonização branca nas terras altas do Huambo.

Dele falaremos mais vezes em outras crónicas, focando diversas facetas agora nem sequer abordadas.

Em plena trajectória ascendente para um futuro cheio de promessas e de rasgadas perspectivas, fique-nos a certeza de que esta Nova Lisboa representa já hoje uma grande e consoladora realidade e que o exemplo magnífico do seu despontar e do seu rápido desenvolvimento há-de ficar sempre marcado com uma pedra branca nos anais da nossa grandiosa acção colonizadora em terras do Ultramar.

PRODUÇÃO ALGODOEIRA

(Continuação da pág. 32)

dispensados ás várias fases culturais, a criteriosa escolha e tratamento durante a apanha e a eficiência do desgranamento através das suas modernas instalações fabris, tudo devidamente fiscalizado por pessoal europeu tecnicamente habilitado.

Eis pois a notável contribuição prestada pela firma LAGOS & IRMÃO na campanha da produção algodoeira, e se considerarmos que esta firma tem grandes interesses em Moçambique, por estar ligada a duas das mais importantes empresas algodoeiras daquela costa (a Companhia dos Algodões de Moçambique e a Algodoeira do Sul do Save, L.da), que, por si só, representam cerca de 50 % da sua produção total, teremos uma ideia do valor da sua colaboração na obra de fomento e desenvolvimento dos recursos ultramarinos.

INDÚSTRIA DO SAL DE BENGUELA

(Continuação da pág. 26)

a materialização do programa traçado pelos dirigentes do Grémio e que comporta um vasto conjunto de construções.

Efectivamente, essas construções estão previstas para a instalação do centro de saude, composto de um edifício hospitalar já em construção; sanzala-enfermaria (10 casas em cimento com anexos); parque infantil, etc.

A produção de sal em 1950, conforme regista o relatório referente ás contas de gerência do Grémio no ano passado, foi de 31.221 toneladas, o que representa um aumento de 3.500 toneladas em relação ao ano anterior.

Foi também o ano passado aquele em que se verificou maior venda de sal, devendo-se esse facto ás grandes vendas firmadas em 1949, principalmente com destino á Costa Oriental, Rodésia e Niassalandia; e á grande abundancia de peixe que afluiu á costa do centro e sul de Angola.

Esse sal vendido, teve o seguinte destino: Para consumo interno — Pescarias de Benguela e Moçamedes, 9.422.990 quilos; Comércio — Benguela, 3.420.090; Bié, 1.365.000; Cabinda e Landana, 58.500; Huíla, 121.500; no total de 4.961.090 quilos. Para outras Províncias — Moçambique, 9.643.000; S. Tomé e Príncipe, 412.300. Para o estrangeiro — Congo Belga, 7.100.000.

As vendas para a Africa Oriental Portuguesa, Moçambique, embora grandes, podiam ser maiores se as despesas de cais no Porto da Beira não fossem presentemente tão elevadas.

O sal, produto pobre em toda a parte, é considerado rico naquele porto. As pesadas taxas que ali oneram o sal ensacado, elevam de tal modo o seu custo que, por vezes, impossibilitam a sua colocação nos mercados externos vizinhos.

No porto de Lourenço Marques, uma tonelada de sal paga para despesas de cais Esc. 34$90, pagando no da Beira Esc. 92$40. A «madeira conferida» — produto mais rico e de mais trabalhoso manuseamento — paga na Beira Esc. 60$50, pagando o sal a granel Esc. 69$00, quando é certo que este dá mais trabalho a manusear que o sal ensacado. Justo seria que não se aplicasse ao sal ensacado taxa superior á que se aplica ao sal a granel, visto aquele já ser sobrecarregado, e em muito, com o elevado preço da sacaria.

Apesar do elevado volume de vendas atrás apontado, a situação económica desta importante industria não é desafogada, devendo-se isso ao preço reduzido por que se vende o sal, sobretudo para as pescarias — os maiores compradores de sal — e ainda por outros factores como, por exemplo, a mão-de-obra. Efectivamente, o sempre crescente aumento do custo da mão-de-obra, principalmente da mão-de-obra indígena está criando aos industriais salineiros uma situação deveras delicada.

A isso procura obviar o Grémio, cuja acção, acentue-se, se faz sentir eficazmente em numerosos campos.

OCUPAÇÃO ÉTNICA

(Continuação da pág. 17)

mente. O aumento da última década é superior aos dos 40 anos anteriores todos somados.

Apenas uma excepção se abriu. Na União Sul-Africana, depois da ascenção ao Poder do Partido Nacionalista, chefiado pelo dr. Malan, — a política de atracção, auxílio e recrutamento oficial para novos afluxos de colonos europeus, designadamente de anglo-saxões, que constituía um dos pontos essenciais do programa dos governos presididos pelo marechal Smuts, foi formalmente repudiada.

Deste modo, o crescimento da população branca, nessa parte do continente africano, ficou quase apenas circunscrito aos saldos fisiológico do importante núcleo já aí definitivamente fixado.

Todavia, a evolução da população europeia, na União Sul-Africana, oferece a evolução seguinte:

1904	1.116.806
1911	1.276.242
1921	1.519.488
1931	1.828.175
1941	2.188.200
1951	2.548.000

Estes factos e números põem a Nação perante um problema sério, tanto mais de considerar como tal, quanto é certo que seja qual for a orientação e os meios para o solucionar, que venham a ser seguidos, eles não podem deixar de ser muito lentos.

Assim o factor tempo do seu desenvolvimento, obriga a considerar a urgência de empreender imediatamente o esforço para o solucionar.

A ocupação étnica do território angolense é, na hora actual, o problema n.º 1 da Nação portuguesa, Não se iluda ninguém. Sem que nele se instale, como primeira fase da acção preconizada, um núcleo mínimo de duas centenas de milhar de portugueses, todo o nosso trabalho dos séculos passados permanece em constante perigo.

O clima político de Angola traduz-se nesta preocupação que encontrou o seu éco fiel nas recentes palavras do actual Subsecretário de Estado do Ultramar, sr. eng.º Trigo de Morais, ao defender a mesma necessidade de promover o povoamento português de Angola e Moçambique.

GREMIO DA PESCA

(Continuação da pág. 31)

cado interno continua a aumentar as suas possibilidades de consumo. Em 1950 absorveu alguns milhares de malas a mais que nos anos anteriores (cada mala tem 30 quilos). Este aumento prova também a nova capacidade de compra do indígena angolano, sendo, como é natural, um outro índice do progresso geral daquela nossa Provincia ultramarina.

Nos dois anos de existência do Grémio, verificou-se a insuficiência dos armazens de recepção de peixe, não só em Moçamedes, como em Porto Alexandre. Prevenindo este inconveniente, a direcção daquele organismo corporativo fez inscrever no seu orçamento a importancia de 500 contos para realizar os necessários e urgentes melhoramentos, de forma a que a falta de espaço até agora registada, deixe por completo, de existir.

Deste documento, elaborado com tanto critério e profundo conhecimento dos problemas, fazemos o seguinte extracto:

«A melhoria de preços deve-se a um conjunto de circunstancias intimamente ligadas aos mercados internacionais e á sua melhor qualidade, pois na verdade, a maioria dos nossos industriais já substituiu hoje o clássico processo de fabrico manual por prensas mecanicas e caldeiras a vapor.»

«Esta mecanização teve reflexos imediatos, não só em maior produção como na aceitação do produto nos mercados compradores, pois apesar de serem hoje mais exigentes não deixam de evidenciar o seu interesse pagando-o por melhor preço.»

«Do aperfeiçoamento dos processos de laboração, beneficiou largamente a produção de óleo de peixe, a qual foi elevada a um nível e qualidade nunca atingidos anteriormente.»

«Podemos assim afirmar, abertamente, que no nosso Distrito já se não produz óleo de peixe de qualidade inferior.»

«Todos os nossos contratos de venda estão agora sendo feitos com admissão do escalão máximo de 5 por cento de acidez, mas este escalão podia ainda ser diminuído se fosse necessário, pois temos constatado que as médias gerais dos lotes exportados não têm ido além de 3 por cento.»

«Este aperfeiçoamento é, decerto, o factor principal para que se tivesse atingido o «record» máximo de produção, exportação e de preço no ano findo».

Estes simples apontamentos revelam bem a obra altamente benéfica e patriótica do Grémio dos Industriais da Pesca e seus Derivados do Distrito de Moçamedes.

ACTIVIDADES METROPOLITANAS EM TERRAS DO IMPÉRIO

PORTUGAL

PODE EXPORTAR CHAPA DE VIDRO

EM LARGA ESCALA

MERCÊ DA ACTIVIDADE DA «COVINA»

Entre as industrias que nestes ultimos tempos floresceram em Portugal, robustecendo a economia nacional, a da chapa mecanica de vidro é, porventura, aquela que maior êxito alcançou e que melhores condições reune para se converter em industria de exportação.

Foi há uma boa dezena de anos que a Companhia Vidreira Nacional — a conceituada «Covina» — começou a laborar, concentrando todas as antigas fábricas manuais. E, desde logo, o País passou a ter chapa de vidro de primeira qualidade — tão boa como a melhor que se produz no estrangeiro e fabricada em perfeitas condições técnicas.

Não tardou que o publico se apercebesse da superior qualidade do produto, a qual, juntamente com o seu preço económico, lhe garantiu imediata preferência. Deste modo, de cerca de 800.000 metros quadrados da primeira campanha de fabrico (reduzida a chapa á espessura de 2 mm.), subiu para cerca de 2.020.000 metros quadrados, da ultima campanha.

Hoje, a «Covina» é conhecida em todo o Império e no estrangeiro, e as suas modelares instalações, em Santa Iria de Azoia, honram a industria nacional, possuindo capacidade de laboração que garante o abastecimento da Metrópole e do Ultramar e ainda permite encarar a exportação, em larga escala, da chapa de vidro.

Para que a importante empresa mantenha um custo económico de produção é, no entanto, indispensável que possa contar com o mercado do nosso Ultramar, pois sem este não atingiria o mínimo de consumo para tal necessário.

Entretanto, a «Covina» não descura a renovação e reapetrechamento das suas instalações, onde produz a média anual de 1.600.000 metros quadrados — ou sejam cerca de 8 milhões de quilos. Actualmente, estão em curso experiências para a readaptação dos fornos da empresa, de modo a conseguir-se uma produção mais económica. Dirige esses trabalhos o técnico sr. Carlos Galo, estuda-se, também, a instalação de secções para o fabrico de vidro temperado, curvo, colorido e givrado (artístico).

Um problema a encarar é o das matérias-primas nacionais para a industria, a preços idênticos áqueles por que se obtêm lá fora. Só assim se permitirá que a industria da chapa mecanica de vidro alcance aquele lugar a que tem jus, por ser das que, entre nós, maiores possibilidades de expansão oferece.

A Companhia Vidreira Nacional reune pessoal técnico competente e dispõe, como dissemos, de instalações apetrechadas de modo a satisfazer uma produção em grande escala. Dêem-se-lhe, pois, as condições que possibilitem a expansão da industria além-fronteiras, sendo fundamental a garantia do mercado metropolitano e ultramarino. O resto, pelo que respeita a produção e qualidade, a «Covina» garanti-lo-á, pois está á altura de cumprir cabalmente a sua missão.

A «Covina» assegurou reforma aos antigos operários do fabrico manual

Finalmente, não queremos terminar esta série de referências a uma das maiores organizações fabris do nosso País, sem aludir a um dos aspectos que a tornaram exemplar. Referimo-nos á obra social ali desenvolvida, na qual avulta o pagamento de reforma e subsídio de invalidez aos antigos operários vidreiros do sistema manual e, ainda, de pensões ás viuvas dos mesmos. Neste aspecto, a «Covina» foi a primeira organização industrial a tomar uma posição. Com efeito, quando da extinção das antigas fábricas manuais, essa medida foi adoptada e o exemplo da «Covina» ficou, assim, como padrão de que legitimamente se deve orgulhar.

Em breve, a empresa construirá um «bairro social» para os seus empregados e operários, que ficará, com a Caixa de Previdência, o refeitório, o posto médico, e outras iniciativas de largo alcance já em execução, a atestar o interesse que á «Covina» merece o bem-estar de quantos ali trabalham.

COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MOÇAMBIQUE

MOÇAMBIQUE

A BALANÇA COMERCIAL

no fecho do ano transacto

acusou maior volume de exportação

como reflexo da acção orientadora da respectiva junta

A balança comercial de Moçambique marcou no fecho do ano de 1950 as seguintes posições:

	Toneladas	Contos
Importação	441.904	1.653.390
Exportação	385.682	1.063.815

Denunciam os números acréscimos nas quantidades importadas e, portanto, progresso da tonelagem da importação — progresso contínuo desde 1946 — e acusam, igualmente, um maior volume da exportação. Esta não aumentou só em valor, mas também em quantidade, aproximando-se mais que nos anos anteriores do nível mais alto por ela atingido no período referido — 414.590 toneladas em 1946 — depois de ter caído bruscamente em 1947 para o seu nível mais baixo de 344.441 toneladas.

A situação da balança comercial de Moçambique acusou, portanto, em 1950 sensível melhoria, mercê da inteligente acção desenvolvida pela Junta de Exportação. Não houve estagnação de negócios que muitos prognósticos preconizaram e, se não se tivesse verificado mais uma vez o facto de haver assinalada disparidade entre o valor médio da tonelagem de importação e o valor médio da tonelagem de exportação, o aumento em quantidade desta, em relação ao aumento em quantidade daquela, teria conferido aos numeros um significado sensívelmente diferente. Pelo menos teria sido menos substancial o saldo negativo da balança comercial da Provincia no ano que findou.

Este saldo, importa frisá-lo, não justifica conclusões pessimistas sobre a balança económica da Provincia. O movimento de trocas comerciais registado, apesar de ter resultado desfavorável a Moçambique, oferece um significado económico especial.

Os numeros da balança comercial da Provincia não andam aproximados dos numeros da sua balança de pagamentos. Este exemplo, que aparece na história da economia de mutos países, tem vital importancia quando os elementos que completam a balança económica não são de considerável valor. Não é o caso de Moçambique.

Apesar do gradual desenvolvimento da produção, que se reflecte em termos apreciáveis nos numeros da exportação, a balança comercial apresenta-se desnivelada, mas como a economia da Provincia não tem nos seus movimento a simplicidade conferida apenas pelos dados de uma balança comercial, ao lado daquela balança deficitária regista-se uma balança de pagamentos que acusa saldos positivos consideráveis.

Estes saldos são aplicados em aquisições no exterior com repercussão ou incidência inevitável no movimento das importações, mas sem que tal reflicta desperdício ou esbanjamento em artigos que não sejam em parte máxima bens e utilidades.

A subida das importações é determinada pelo crescimento populacional, que se acentua, e pelo apetrechamento económico que se desenvolve

A Provincia procurando o aproveitamento dos seus recursos, o desenvolvimento das suas riquezas, o aumento da sua capacidade de produção, procura também apetrechar-se á medida que isso lhe é possivel.

E' o que os números indicam. Para o incremento da tonelagem das importações contribuem compras de máquinas, materiais e utilidades que servem o apetrechamento económico e contam no desenvolvimento das actividades agricolas e industriais. Ao mesmo tempo abastece-se uma população que cresce e cujo crescimento se traduz num aumento inevitável de artigos de consumo.

A análise dos números relativos ás trocas comerciais no ano de 1950 diz que nas importações deste ano preponderaram, logo a seguir aos tecidos de algodão que ocuparam mais uma vez nelas, pelo seu valor, o primeiro lugar, as máquinas agricolas e industriais, o material ferroviário, os veículos automóveis e destes os veículos de carga, o ferro e o aço, os óleos minerais, a gasolina, a sacaria, os sobresselentes para máquinas e veículos, os medicamentos, os pneus e camaras de ar, o carvão, o cimento e as ferramentas.

Preponderaram também os produtos de consumo, alimentares e não alimentares, como o calçado, os lacticínios, os vinhos e as pescarias, cuja aquisição é, apesar do desenvolvimento da produção agricola e industrial, consequência natural da expansão do mercado pelo aumento populacional.

As importações sobem, portanto, por exigências do crescimento populacional que se acentua e do apetrechamento económico que se desenvolve. Entretanto a situação cambial da Provincia não é afectada, e o desnível das trocas não determina restrições de consumo, ou controle apertado das importações, que se liberalizaram para os países da União Europeia de Pagamentos. Não há também dificuldades nos pagamentos no exterior, as transferências fazendo-se sempre prontas, «remittances are always prompt», como se diz nos folhetos de informação comercial das instituições bancárias de fora do País, que a Moçambique se referem.

Destacam-se nas importações de 1950 as «Máquinas e Veículos» com 18.740 toneladas e 443.879 contos, predominando nesta rubrica e respectivamente, as máquinas agricolas e industriais com 4.126 toneladas e 109.059 contos, o material ferroviário circulante com 6.545 toneladas e 73.909 contos e os veículos automóveis com 2.275 toneladas e 64.368 contos; nos «Fios, tecidos e respectivas obras», com 7.463 toneladas e 375.127 contos, salientam-se os de algodão que atingiram 4.186 toneladas e 295.829 contos; «Substancias Alimentícias», 44.720 toneladas e seu valor de 270.312 contos, cabendo aos vinhos comuns 146.681 hectolitros no valor de 81.503 contos, farinha de trigo, 11.557 toneladas e 37.268 contos, lacticínios, 1.761 e 30.970 e ás pescarias, 2.302 toneladas e 24.269 contos; nas «Matérias-Primas» destacam-se os óleos minerais com 55.814 toneladas e 76.135 contos e o carvão mineral com 220.841 toneladas no valor de 28.002 contos.

A produção de Moçambique, predominantemente agrícola está orientada no sentido da exportação

Os numeros do comércio externo moçambicano desenham uma produção que pode considerar-se predominantemente agrícola e se orienta, de forma marcante, no sentido das exportações.

Moçambique exporta principalmente matérias-primas de origem vegetal, produtos manufacturados delas derivados, como sejam o açucar, o chá e os óleos vegetais, e substancias alimentares, para consumo humano e de animais, entre as quais avultam as frutas frescas e secas de variada natureza, e os bagaços de oleaginosas. E' a produção agrícola que essencialmente contribui na Colónia para a exportação. Exportam-se produtos de origem animal como couros, peles, marfins e cera, e vários produtos de origem mineral, mas o valor dos produtos de origem vegetal atinge mais de 95 por cento do valor total de exportação.

Os produtos de origem mineral (que não incluem os metais) apesar de terem entrado na exportação de 1950, já com a quantidade global de 10.586 toneladas, compreendendo carvão, bauxite, grafite, sal, mica, etc., apresentam valor que não pesa ainda de forma considerável no valor total de exportação. São portanto as primeiras que levaram a balança comercial á posição logo de início apresentada.

Entre os produtos que verdadeiramente pesaram no comércio exportador, em 1950 destacam-se:

Produto		Quantidade					Valor	
Madeira em bruto	com	72.277	toneladas	no	valor	de	28.451	contos
Castanha de caju	»	68.810	»	»	»	»	91.673	»
Açucar	»	65.000	»	»	»	»	85.546	»
Copra	»	42.958	»	»	»	»	208.674	»
Algodão	»	24.389	»	»	»	»	267.275	»
Sisal	»	18.825	»	»	»	»	135.879	»
Semente de algodão	»	18.667	»	»	»	»	16.547	»
Oleos vegetais	»	4.172	»	»	»	»	36.432	»
Chá	»	2.757	»	»	»	»	62.564	»
Amendoim	»	1.915	»	»	»	»	6.593	»

As exportações dirigiram-se, nas maiores percentagens, para Portgal, União da Africa do Sul, Bélgica, Estados Unidos da América do Norte, Inglaterra, India, Dinamarca, França, Alemanha, Rodésia e Niassalandia, paises que são já do anterior, os mercados mais importantes das matérias-primas e produtos de Moçambique.

Portugal e os territórios ultramarinos portugueses constituiram o melhor mercado da produção absorvendo 36 por cento das exportações. Os restantes 64 por cento distribuem-se irregularmente por outros países, vinte e nove ao todo. Destes, as percentagens mais elevadas couberam á India (8,52 por cento); Dinamarca, (7,93 por cento); Estados Unidos da América (6,87 por cento); França (6.68 por cento); União da Africa do Sul (6,13 por cento); Alemanha (4.19 por cento).

Foi de 900.000 contos o valor das mercadorias permutadas entre a Metrópole e Moçambique durante o ano de 1950

O valor das trocas comerciais entre a Metrópole e Moçambique atingiu em 1950 cerca de 900.000 contos. A Colónia no entanto importou mais do que exportou, atingindo a importação o valor de 533.000 contos e a exportação o de 380.000 contos.

Moçambique abastece-se na Metrópole principalmente de tecidos de algodão, vinhos e bebidas espirituosas, calçado e peixe. Outros produtos, correndo toda a gama da produção fabril portuguesa, entram nesse comércio desde os tecidos de seda aos cimentos, mármores, vidros e louças, desde os materiais de construção aos relógios e ás perfumarias, desde os pneus á cutelaria e ás conservas, etc. Os primeiros têm porém preponderancia acentuadíssima, sendo adquiridos em percentagens tão elevadas que fazem da Metrópole, práticamente, quanto a eles, o unico mercado abastecedor da Provincia.

Foram dos territórios portugueses, Moçambique adquire, principalmente, carvão, óleos lubrificantes, produtos químicos, farinha de trigo, instrumentos e máquinas, veículos automóveis, aparelhos de rádio e instrumentos científicos, metais em obra, papel de impressão, insecticidas, fios e cabos metálicos, ferro e aço, material ferroviário e outros semelhantes.

Na generalidade dos casos, as balanças comerciais com os países que mantêm trocas comerciais com a Provincia são de natureza deficitária, isto é, desfavoráveis a Moçambique. São exemplos marcantes, deste facto, os Estados Unidos da América do Norte, a Inglaterra, a União da Africa do Sul, o Canadá. Os Estados-Unidos venderam a Moçambique mercadorias no valor de 209.544 contos e compraram-lhe produtos no valor de 73.000 contos (principalmente sisal e chá); as vendas da Inglaterra atingiram 350.000 contos enquanto as compras somaram apenas o valor de 25.510 contos (principalmente madeira, semente de algodão, rícino, bagaços de oleaginosas); a União da Africa do Sul vendeu-lhe mercadorias diversas no valor de 137.307 contos e comprou-lhe um total de 65.189 contos, (principalmente couros e peles, madeira, óleo de copra, mafurra, rícino, bagaços de oleaginosas, chá e bananas). As importações do Canadá valeram 39.898 contos e as exportações para o mesmo país quase não tiveram expressão de valor, pois importaram apenas em 348 contos.

O algodão, cujo valor figura á cabeça dos produtos exportados, é inteiramente absorvido pela industria metropolitana

O algodão, sendo o produto de mais valia na exportação moçambicana, é colocado exclusivamente na Mãe-Pátria, para abastecimento da industria algodoeira do País, uma das mais importantes ali existentes. Não figura, portanto, nos movimentos de trocas com os outros países, mas pesa no comércio com a Metrópole, a ponto do seu valor ter representado no movimento de 1950, dois terços do valor da exportação para ali.

Nos fornecimentos dos Estados Unidos da América avultaram no mesmo ano a farinha de trigo, o ferro e o aço, os veículos automóveis, os óleos lubrificantes, as máquinas industriais e agrícolas; nos da Inglaterra, o ferro e o aço, certos tecidos de algodão e seda tintos e estampados, cimentos e pozolanas, veículos automóveis, máquinas industriais; nos da União da Africa do Sul, carvão, cimento, frutas; nos da Canadá, farinha e veículos automóveis.

Os países e territórios fornecedores de gasolina, petróleo e óleos combustíveis, como a Arábia, Pérsia, Estados Unidos da Indonésia e Aden, têm uma balança comercial com Moçambique com um movimento num só sentido, o das suas exportações. Nada compram á Provincia não figurando mesmo, na quase totalidade dos casos, nos quadros do comércio de exportação de Moçambique.

As trocas com os países do norte da Europa como a Dinamarca, a Suiça e Noruega são favoráveis a Moçambique. Está nestas condições também a India que compra principalmente castanha de caju (68.000 toneladas) e vende sacaria (2.500 toneladas).

A França é outro exemplo semelhante. O mesmo já não sucede com a Bélgica e a Holanda que venderam a Moçambique em 1950, respectivamente 81.696 e 23.507 contos de mercadorias e lhe compraram só 36.725 e 14.557, também respectivamente.

A Alemanha ocidental é um dos raros países cujas trocas comerciais com Moçambique se apresentaram práticamente equilibradas.

Por ordem decrescente de valores dispõem-se nesta escala os países estrangeiros dos quais Moçambique importou:

Importações superiores a 100 mil contos:

Inglaterra, Estados Unidos da América, União da Africa do Sul.

Importações abaixo de 100.000 contos, mas superiores a 50.000 contos:

Bélgica.

Importações abaixo de 50.000 contos, mas superiores a 10.000 contos:

Alemanha, India, Canadá, Pérsia, Suiça, Holanda, Rodésia do Sul, Suécia, Estados Unidos da Indonésia, Arábia e Mesopotâmia.

Importações abaixo de 10.000 contos, mas superiores a 4.000 contos:

Checoslováquia, Dinamarca, Finlandia, Aden, Austrália, Itália e Noruega.

A Inglaterra ocupa a posição predominante, logo a seguir á da Metrópole e bastante destacada da dos Estados Unidos da América, que ocupam o terceiro lugar, no comércio de importação de Moçambique.

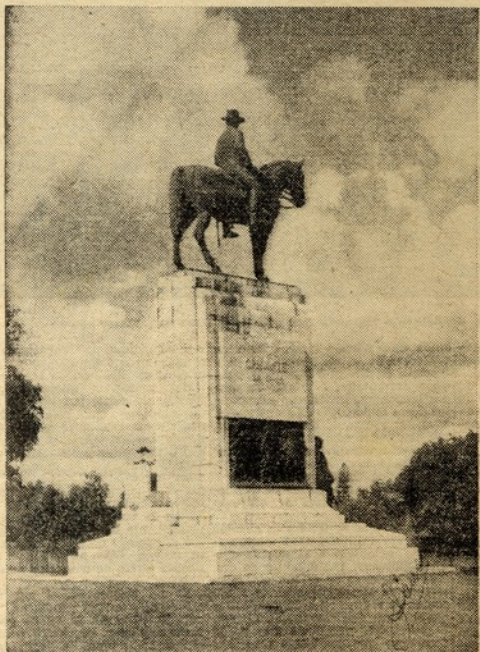
E' um dos principais mercados abastecedores da Provincia.

Nas relações comerciais com os países vizinhos de Moçambique há a considerar a União da Africa do Sul e as Rodésias do Sul e do Norte, a primeira com um movimento de trocas que é importante, mas que lhe é considerávelmente favorável, a segunda com um movimento que cresce de ano para ano, mas que é ainda de proporções limitadas, e que lhe é desfavorável.

No caso da União da Africa do Sul distinguem-se duas fases:

Uma que terminou cerca de 1931 e em que existiu um equilibrio de trocas comerciais, numa balança comercial sem grandes oscilações. Outra, que subsiste, agravada a partir de 1936, e que com excepção do ano de 1943, em que houve um movimento equilibrado, acusa sistemáticamente «déficits» para Moçambique, «déficits» que têm aumentado com o incremento do volume das transacções.

MOÇAMBIQUE

UMA SÍNTESE EXPRESSIVA
DA VIDA E DO PROGRESSO
DA GRANDE PROVINCIA DO INDICO

Estátua do herói de Chaimite, na capital moçambicana

EM BREVES DECLARAÇÕES DO GOVERNADOR GERAL
COMANDANTE GABRIEL TEIXEIRA

Comandante Gabriel Teixeira
Governador Geral de Moçambique

Figura de grande prestígio na vida do País, um dos nossos mais distintos oficiais da Armada, Governador ultramarino com claro sentido das realidades infatigável trabalhador, com excepcionais qualidades politicas, irradiando simpatia, fidalgo no trato para todos e mais amável ainda para os pobres, o sr. comandante Gabriel Teixeira tem uma personalidade que jamais se esquece. O jornalista, que ele recebe com afabilidade, para uma conversa sobre coisas de que tanto sabe e que tanto ama, fica logo dominado pelo encanto pessoal do eminente governante.

E quase sem nos deixar falar, depois de um afectuoso cumprimento:

— Já sei o que o traz por cá... Um numero especial do «Diário Popular» sobre o Império... E' já tempo da Imprensa metropolitana se preocupar mais frequentemente com os assuntos ultramarinos. Vejo, com muita satisfação, que isso está já a acontecer... E se é para elucidar os seus leitores metropolitanos, estou á sua disposição e por isso, muito satisfeito...

O comandante Gabriel Teixeira espera as nossas perguntas. Olhando para este homem tão simples, mas tão enérgico e persistente, vimos desfilar, como um filme o progresso incessante de Moçambique nos ultimos anos, que é obra do Governador. Recordamos as suas viagens á Rodésia e á África do Sul e o carinho, o respeito e a admiração de que foi sempre rodeado. Até aos vizinhos a fama da sua construtiva obra se impunha. Durante o seu Governo multiplicou de esforços na campanha de assistência — de esforços e de êxitos, quer a favor do funcionalismo, quer de toda a população, branca, ou indígena. Ergueram-se pontes, romperam-se estradas, a colonização intensificou-se, o comércio readquiriu novas forças e refloresceu, a industria, embora ainda incipiente em certos ramos, criou novos animos de expansão. Em toda a Provincia o prestígio deste homem é tão grande que, durante as ultimas eleições presidenciais, foi mais o respeito pelo governante querido e no qual se confia cegamente, que própriamente as sessões de propaganda, que levaram a Provincia inteira a votar no candidato do Governo. Moçambique sabe que os bons governantes fazem os bons governos. E Moçambique não queria perder, no risco de uma aventura, uma das maiores figuras dos colonialistas que têm passado por Lourenço Marques

O problema dos transportes

Dada a situação privilegiada de Moçambique com saida natural para o mar, dos países vizinhos — África do Sul e Rodésia — o problema dos transportes nesta Província atinge uma acuidade enorme. Só o notável auxílio financeiro por parte da Metrópole e uma boa administração local têm procurado melhorá-los gradualmente.

— Os transportes, sr. Governador Geral... Umas palavras sobre este magno problema.

E o comandante Gabriel Teixeira responde-nos:

— Depois da compra dos Caminhos de Ferro da Beira Railway, iniciámos a exploração, práticamente sem nenhum material, e temos neste momento 301 locomotivas e perto de 700 vagões (em breve completamente equipados). Dentro de ano e meio toda a exploração desta linha estará completamente equipada com material nosso. A estação terminal de Machipanda entrará, também, dentro em breve, ao serviço. Em todas as linhas, o tráfego aumenta. Está-se renovando também todo o material da linha do Niassa até Cuamba. A ligação das Rodésias com Lourenço Marques, está igualmente a ser estudada, de acordo com os nossos vizinhos e de cooperação com a ECA. Sobre o porto de Nacala, que neste momento merece toda a prioridade, está, também, a estudar-se o tipo de cais a adoptar.

Do Sul do Save a Manica e Sofala

Pedimos ao Governador Geral de Moçambique esclarecimentos sobre a situação geral de cada um dos distritos da Provincia. Em síntese admiráveis, o sr. comandante Gabriel Teixeira afirma-nos:

«No sul do Save, as condições climatéricas do distrito obrigam-nos a modificar a orientação seguida até agora. O que tem sido chamado irregularidade das chuvas, é, no fim de contas, uma situação «regular». As chuvas são erráticas. Temos que basear na acção do fomento, a maneira de actuar nas terras que não dependem exclusivamente das chuvas para garantir a produção, aproveitando as chamadas terras fundas, com um coeficiente elevado de humidade.

As barragens de Movene e do Limpopo darão margem para uma colonização portuguesa intensa e para a fixação de um numero apreciável de colonos portugueses, com garantia de um nível económico de vida satisfatório.

E' claro que nos vales dos rios os agricultores estavam livres das secas, mas sujeitos ás cheias. Os rios serão agora regulados pelas barragens.

E acrescentou:

Quanto a Manica e Sofala:

— A região do Chimoio, com a valiosa cooperação dos técnicos da Junta dos Cereais, está a realizar uma obra que se pode classificar como a salvação do nucleo da colonização portuguesa no Chimoio. Degredadas as terras pela monocultura do milho, as produções anuais eram antieconómicas e estava-se em absoluto plano inclinado, que conduziria á ruína total as explorações agrícolas naquela região.

A par das obras de defesa do solo, começa a entrar-se na policultura, enfim, na exploração agrícola racional, asseguradora de resultados económicos para o agricultor e, simultaneamente, garantindo a ocnservação do solo.

Os agricultores do Chimoio, inicialmente, encararam com a suas característica desconfiança, esta acção, contudo, hoje, a difi-

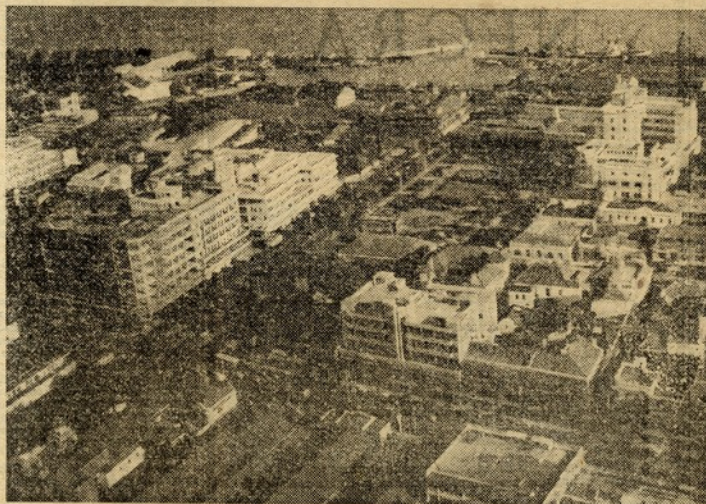
(Continua na 3.ª pág.)

A INDUSTRIALIZAÇÃO
DA ÁFRICA ORIENTAL PORTUGUESA

Não só foi, há muito, ultrapassado o princípio de política económica do pacto colonial, como também, a observação dos fenómenos conduziu a considerar necessária a industrialização progressiva dos territórios ultramarinos. Assim, são hoje bem conhecidas da ciência e da política económicas as perigosas consequências que, em especial nos períodos de crise, resultam para os que vivem predominantemente da agricultura, sabido que as cotações dos produtos respectivos são as que sofrem abaixamentos mais notáveis; se se pensar que a produção agrícola, quer por hábitos inveterados dos cultivadores, quer por desfasagem entre as épocas da sementeira e os momentos de baixa sensível, quer pela rigidez da produção das culturas permanentes, e ainda em que o aparecimento de sucedaneos criados pelo factor económico do progresso técnico, introduz, por vezes, maiores complicações aos fenómenos; se se juntarem as influências climáticas e as pragas, ter-se-ão analisado as principais razões pelas quais aquela não apresenta a elasticidade da produção industrial e não se adapta, por consequência, com a facilidade desejada, ás condições do mercado. Se a estas circunstancias se acrescentarem os efeitos das medidas unilaterais dos países empenhados na defesa das suas próprias estruturas, (pautas, contingentes «controle» de cambios, etc.), avaliar-se-ão os perigos de que os países ultramarinos — os grandes produtores de matérias-primas — estão permanentemente ameaçados.

A INDUSTRIALIZAÇÃO DO ULTRAMAR EM GERAL

O desenvolvimento da colonização ét[illegible]ca nesses territórios, por um lado, e a melhoria de condições de vida das populações autoctones — finalidade suprema da colonização — por outro, emprestando carácter de expansibilidade aos seus mercados in-

(Continua na 2.ª página)

A cidade de Lourenço Marques oferece das mais belas perspectivas urbanas de todo o Ultramar português

MOÇAMBIQUE

A INDUSTRIALIZAÇÃO DA ÁFRICA ORIENTAL PORTUGUESA

(Continuação da 1.ª pág.)

ternos, conduzem, tal como as razões atrás apontadas, á constituição e incremento de várias industrias. A pressão do valor das importações na balança dos pagamentos é, também, um adjuvante.

Do mesmo modo, as condições dos mercados externos, quer quanto ao preço, quer quanto á qualidade, impondo a necessidade de reduzir ao mínimo os encargos dos transportes e revelando a vantagem de aproveitar a mão-de-obra local, em regra mais barata, levam á mesma ansia de industrialização.

O CASO PORTUGUÊS

E' um movimento generalizado, tão natural como o do crescimento dos seres vivos, e possuidor de forças intrínsecas contra as quais as metrópoles não poderão lutar por muito tempo, nem terão nisso interesse longínquo e permanente.

Contudo, é preciso não o esquecer, a industrialização, dando lugar ao aparecimento de um proletariado numeroso, cria por sua vez novos problemas, nas ordens política, económica e social, até então desconhecidos.

No nosso Ultramar assiste-se hoje ao surto de novas industrias e expansão de outras já existentes, a par e passo do próprio desenvolvimento dos territórios. A Província de Moçambique, de que neste pequeno artigo nos vamos ocupar, não faz excepção a essa regra organica de estruturação economica.

O facto, porém, tem de ser encarado e analisado á luz do princípio de unidade politica do conjunto Metrópole — Ilhas Adjacentes — Ultramar de que é corolário a sua solidariedade económica. Realmente, seria inteiramente desprovida de sentido a criação atrabiliária na Província de actividades, paralelas das existentes na Metrópole, que dessem lugar á desastrosa falência destas; do mesmo modo, seria errado montar aqui industrias que, mais económicamente, se devessem ali instalar, como, por exemplo, verdadeiras industrias agricolas. Neste capitulo, e ainda no das pequenas instalações destinadas a produzir para o consumo local de uma população indígena em aumento numérico e em progressiva melhoria de nível de vida, e de outra população civilizada, também, em expansão, afigura-se, de um modo geral e apriorístico, recomendável a industrialização. Esta, contudo, pode forçar, e é já o caso da tecelagem do algodão, do cimento e do fibro-cimento, certas actividades metropolitanas a transferir para lá os seus capitais e as suas instalações, produzindo-se, assim, uma localização mais racional das fábricas que o aumento das necessidades totais do consumo vai impondo. Como todos os acontecimentos novos, também este, há-de encontrar, uma ou outra vez, a oposição da rotina e da incompreensão, mas, parece seguro, acabarão por ser entendidos em toda a sua extensão e profundidade, desde que a solicitação de lucro compensador possa ser satisfeita, o que não depende só de nós, mas também das condições dos mercados externos.

As vantagens para a colectividade superior do conjunto nacional, em qualquer dos campos político, económico e social, com os seus reflexos na pujança do Estado Português, no aumento da produtividade e da riqueza e na melhoria das condições de vida das populações nativas e na equilibrada distribuição da gente portuguesa, serão prémio valioso do esforço e sacrifício exigidos. Mas não só no plano nacional se hão-de reflectir os benefícios, pois, dada a interdependência, cada vez mais íntima, dos fenómenos económicos, o concurso do País para o bem-estar do Mundo será mais relevante.

AS INDÚSTRIAS DE MOÇAMBIQUE

Quando aqui falamos de industrias queremos significar as actividades criadoras de bens ou serviços, extractivas e transformadoras, seja qual for a extensão da exploração e o seu grau de concentração, pois, não só o estado elementar do desenvolvimento económico pode desrecomendar, no início, a grande empresa, como, pelo contrário, pelo seu condicionalismo, sómente esta seja de encarar, além de que, por natureza, noutros casos se imporá a forma de artesanato.

Três grandes divisões surgem, quanto ao fim das industrias: as que terão por objectivo principal a satisfação do consumo interno, as que se destinem, predominantemente, aos mercados externos e as de prestações de serviços.

Na primeira, temos que distinguir a dos produtos de consumo mais ou menos imediato, como sejam as de cerveja, refrigerantes, pastelaria e confeitaria, cigarros, pesca, certos lacticínios, carne e seus variados produtos, pomar, horta, certos sectores da agricultura, etc; e as dos produtos de utilização mediata, como as dos tecidos e sacaria, várias industrias alimentares, as ligadas á construção civil, ao equipamento dos lares, ao conforto e higiene das habitações e do corpo, a da manufactura de mil e uma utilidades, florestas, etc.

COM DESTINO AO CONSUMO INTERNO

A instalação das industrias dos produtos de consumo imediato é recomendável, pois, dela depende a elevação do nível de vida das populações, tanto da civilizada, como da tutelada, concedendo esta enorme expansibilidade ao mercado interno, á medida que o seu grau de assimilação aos nossos hábitos se for elevando. A produção de cerveja que passou, de 1939 para 1949, de 620.000 para 3.900.000 litros, tem á sua frente um futuro grandioso, á medida que for aumentando o numero de consumidores — os 5 milhões de indígenas, em crescimento, que povoam a Província de Moçambique. A de tabaco manipulado que, no mesmo período, subiu de 580 para 630 toneladas tem, também, largo futuro na sua frente, sem contar com as possibilidades que a exportação lhe oferece. A melhoria constante, legitimamente esperançosa, da dieta indígena, ainda hoje deficiente e, sobretudo, monótona, conduzirá ao desenvolvimento, entre outras, da pecuária e das industrias correlativas, da pasteurização do leite, do fabrico dos lacticínios, do abate do gado, da produção de enchidos, da pesca, da refrigeração, salga e secagem do peixe, actividades estas, porém, ainda, de fraco significado na economia moçambicana, pois, quase só se praticam com vista á procura do civilizado, não tendo alcançado até agora, repercussão sensível na grande massa dos indígenas.

Conspecto da cidade de Lourenço Marques, com o Hotel P olana no primeiro plano

Agora, vejamos como se entroncam os interesses do conjunto nacional. Ao fazermos referência á produção da cerveja, acode imediatamente, a lembrança da gigantesca importação de 13 milhões de litros de bebidas alcoólicas, no valor de 84.500 contos, quase que exclusivamente, feita da Metrópole, em 1949. Em sentido contrário, ao mencionarmos o tabaco manipulado, quase todo proveniente da produção interna — pois, Moçambique importa 170 toneladas em folha e exporta 120 (1949) — lembra a importação de tabaco em folha na Metrópole, de 4.710 toneladas, no valor de 102 mil contos (os fosfatos custam-nos 80 mil, o petróleo 60, a gasolina 85, os óleos combustíveis 120 mil) a qual folha podia vir do nosso Ultramar, onde a cultura tem todas as possibilidades de se desenvolver, além de apresentar condições favoráveis á colonização étnica. Bem sabemos que a este problema se ligam preocupações estaduais de ordem financeira; porém, aí fica o enunciado. Quanto ás industrias alimentares referidas, há, ainda, duas notas a fazer: quanto ás conservas de peixe, o mercado pertencente de direito á Metrópole, continua assegurado; o mesmo se dirá dos lacticínios, merecendo acrescentar que a importação de manteiga da Madeira, apesar de ter sido imposta por contingentação em período agudo de crise para a ilha, por esta ter encontrado mercados mais favoráveis, perdeu significado.

Passemos, agora, ao exame das industrias dos produtos de consumo imediato.

A importação de tecidos de algodão para o uso dos indígenas é muito notável nela tem a Metrópole quinhão vultuoso: 18.300 contos do cru, 276.300 do tinto ou estampado, quase tudo da Metrópole, e ainda 15.200 contos do branco ou branqueado, dos quais 10.000 daquela mesma origem. E' apreciável principalmente se se considerar que das 33.440 toneladas de algodão em rama importadas, 31.970, no valor de 404 mil contos foram enviadas pelo Ultramar, das quais 28.000 se exportaram de Moçambique. A industria da Metrópole, velha de séculos, não se desenraiza fácilmente para se transpor ao Ultramar. Todavia está-se fazendo.

Em Vila Pery, a Sociedade Algodoeira do Fomento Colonial, cujo capital atinge 200.000 contos, onde o Estado comparticipa, tem, em construção, uma fábrica de tecelagem de algodão capaz de laborar 1.800 toneladas de rama.

Espíritos menos advertidos, consoante o ponto de vista em que se encontrem, tendem a pôr o problema em posições extremas, irredutíveis: os de cá, achando que se deve exportar tudo, os de lá, teimando pela produção local integral. Entre os dois polos, tem a Província de Moçambique muito que fazer até que a industria esteja apta a produzir todos os tipos esmerados. Suponha-se o que será o consumo de pano para lençois, quando o indígena os solicite para seu conforto. E assim, as mantas, que hoje lhes são quase exclusivamente distribuídas pelos patrões e no serviço militar.

Figuremos, agora, que se generaliza — veja-se o que sucedeu na India, no Japão e na China — o uso dos trajes masculino e feminino ao estilo europeu e a revolução que daí provém, cheia de consequências económicas: as costureiras e alfaiates, os artesãos, e a fábrica de fatos, com o seu proletariado indígena e os seus quadros metropolitanos.

O mesmo se poderá dizer do calçado, de que há já industria, tanto para o de pano e borracha, como para o de coiro. O assunto tem especial acuidade, porquanto parece urgente que se habitue o indígena a andar calçado, pois é difícil conceber como possa caminhar descalço sobre terreno insolado a alta temperatura. Mas, agora, a objecção: e a industria metropolitana? A essa continua-lhe reservado mercado por tempo bastante para se efectuarem os ajustamentos que se julgarem necessários, isto é, o assunto tem soluções e merece estudo atento.

Quanto á sacaria, e a Província tem condições para produzir fibras convenientes — urena lobata, sisal, ramie, juta, etc. — a importação atingiu em 1949 a cifra de 21.800 contos, para 2.000 toneladas deste invólucro indispensável.

A Companhia de Cimentos de Moçambique pretende instalar uma fábrica para produção de sacaria.

Nas industrias alimentares, há igualmente amplo terreno para a industrialização, quer pela criação de novas unidades, quer pelo alargamento das existentes. A função social a exercer pela vulgarização dos cereais farinados ou descascados é mais importante do que pode julgar-se a primeira vista. Todos nós temos achado infinita graça ás estatuetas da curiosa arte indígena, representando uma preta com um filho espalmado no dorso luzidio, manejando o pilão na árdua e extenuante tarefa de triturar o milho ou descascar o arroz.

E' um esforço brutal que o lar exige da mulher indígena e é uma inutil perda de tempo que em nome da ciência económica, pela desproporção da desutilidade, devem ser banidos. A produção de farinha de milho, nas moagens, passou, de 1939 para 1949, de 16.800 para 29.630 toneladas; a de mandioca de 1.150 para 2.740; e o descasque mecanico de arroz de 78 para 11.980 toneladas.

A Companhia Industrial de Matola, funcionando com um capital de 25.000 contos, pode farinar 22.000 toneladas de trigo.

O expurgo e ensilagem de cereais está merecendo, igualmente, atenção adequada.

A construção civil que, salvo a instalação de bairros indígenas efectuada pelo Estado e por uma ou outra empresa, ainda não é acessível ao indígena, tem, em país novo como Moçambique, horizonte práticamente inatingível; o mesmo se dirá do mobiliário e utensilagem caseiras, quase inexistentes nas humildes palhotas dos pretos. Veja-se que campo esplendoroso para a absorção do excesso populacional metropolitano de mão-de-obra. Em 1949 construiram-se 274 prédios com a área coberta de 69.000 m2, no valor de 142.500 contos. Todavia, já se produzem 234.000 m3 de pedra e areia, 46.000 de cimento, 390.000 blocos de cimento, 200.000 ladrilhos, 480.000 peças de ceramica diversas, 290.000 telhas e 10.200.000 tijolos, em estabelecimentos fabris.

Além da Fábrica de Cimento da Matola, está agora, em construção, no Dondo, uma outra, elevando-se a produção do cimento acima de 100.000 toneladas anuais. A Sociedade Portuguesa de Fibrocimento com um capital de 30.000 contos, tem, na mesma localidade, uma fábrica para a produção de chapas, vigas, telhas, blocos, tubos, e até casas pré-fabricadas.

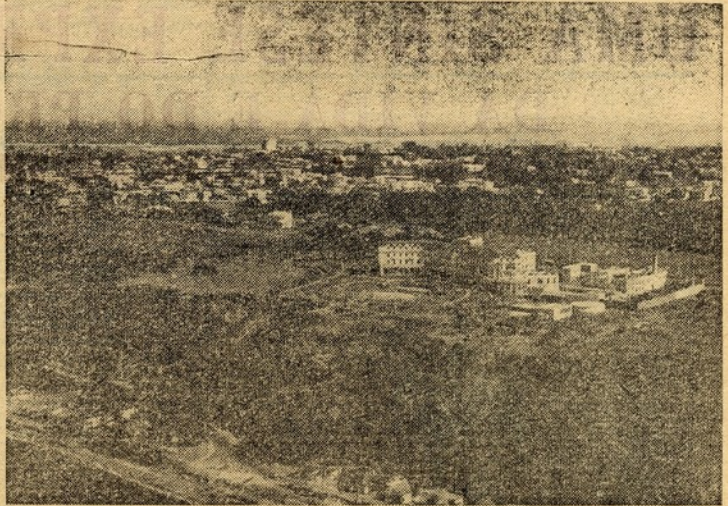
Há, ainda, o sabão, cuja produção passou de 1.640 para 5.545 toneladas e as velas de iluminação, de que se vendem 70.000 duzias.

COM DESTINO AOS MERCADOS EXTERNOS

Tratemos, agora, da segunda grande divisão, isto é, das actividades que se destinam a produzir para os mercados externos.

Há, aqui, que distinguir as operações de tratamento indispensável dos produtos, da fabricação intencional de determinado poduto, tipo ou qualidade.

No primeiro grupo, consideramos a

(Conclui na 4.ª pág.)

NEGRA

Gentes estranhas com seus olhos cheios doutros mundos
quiseram cantar teus encantos
para elas só de mistérios profundos,
de delírios e feitiçaria...
Teus encantos profundos de Africa.

Mas não puderam.
Em seus formais e rendilhados cantos,
ausentes de emoção e sinceridade,
quedaste-te longínqua, inatingível,
virgem de contactos mais fundos.
E te mascararam de esfinge de ébano, amante sensual,
jarra etrusca, exotismo tropical,
demência, atracção, crueldade,
animalidade, magia...
e não sabemos quantas outras palavras vistosas e vazias.

Em seus formais cantos rendilhados
foste tudo, negra...
menos tu.

E ainda bem.
Ainda bem que nos deixaram a nós,
do mesmo sangue, mesmos nervos, carne, alma,
sofrimento,
a glória unica e sentida de te cantar
com emoção verdadeira e radical,
a glória comovida de te cantar, toda amassada,
moldada, vazada nesta sílaba imensa e luminosa: MÃE.

NOÉMIA DE SOUSA

MOÇAMBIQUE

Conspecto da Sé Catedral de Lourenço Marques, que, assim como a igreja de Nossa Senhora de Fátima, de Lisboa, fugiu audaciosamente dos estilos clássicos, tão diferente se mostra de todos quantos enriquecem Portugal metropolitano ou ultramarino

ESTAMOS A FAZER DOS INDÍGENAS PORTUGUESES PELO CORAÇÃO E PELO SENTIMENTO

—AFIRMA O COMANDANTE GABRIEL TEIXEIRA Governador Geral da Província

(Continuação da 1.ª pág.)

culdade não é convencê-los, mas moderá-los, pois todos querem que as suas propriedades sejam as primeiras a ser tratadas.

A par do interesse local, a obra que se está fazendo no Chimoio, serve de exemplo para toda a Colónia.

A barragem do Rovu prossegue, graças á comparticipação do Estado, num ritmo satisfatório. Está já a estudar-se o transporte da energia. A energia total deve permitir uma aceleração no já notável ritmo de industrialização que se verifica em Manica e Sofala, como de resto em toda a Provincia.

Os problemas da Beira e da Zambézia

Com um profundo e exacto conhecimento de todos os problemas da Provincia que superiormente governa, o sr. comandante Gabriel Teixeira refere-se depois ás dificuldades da habitação na cidade da Beira, e diz-nos:

— Mercê do notável incremento de construções verificado na cidade nos ultimos anos, a carência da habitação vai diminuindo. Estamos quase na solução do problema e caminhamos para ela. O problema da água está também em vias de ser resolvido, como deve. Estas obras encontram-se num estado já muito adiantado. A Beira com água e luz em abundancia e um bom hotel — está quase concluido um hotel modernissimo — desenvolver-se-á rápidamente e poderá nessa altura encarar a sério a exploração do turismo; industria que, ali dará rendosos proventos, pela extraordináriamente favorecida situação geográfica da cidade.

O Governador Geral de Moçambique acrescentou:

— Sobre a Zambézia quero dar-lhe uma boa noticia: o cais de Quelimane, velha aspiração da terra, estará concluido dentro de um ano.

O sr. comandante Gabriel Teixeira recordou depois o nucleo da colonização portuguesa do Gurué — uma afirmação extraordinária da nossa capacidade criadora. E ao falar desta gente, e da cultura do chá, não podia também deixar de falar do desditoso e malogrado Junqueiro, a quem um brutal acidente de aviação levou a vida, e que foi um dos grandes pioneiros dessa actividade.

Uma outra cultura muito importante da Zambézia é a das palmeiras. E' deste distrito que sai a maior parte da copra para exportação.

O progresso extraordinário do Niassa

O distrito do Niassa, quer pela sua área, quer pela sua população, quer pela qualidade das suas terras, é de enormes possibilidades. Os progressos são notáveis. Vejamos Nampula, que conhecemos apenas com quatro casas. Há vinte anos chamavam-lhe o «cemitério dos brancos», pelas doenças que ceifavam vidas e vidas. Hoje é uma povoação arejada, delineada com grandeza, saneada, e a crescer de dia para dia. E transformou-se numa das mais saudáveis povoações do interior. Dadas as medidas de protecção ao funcionário, legisladas pelo sr. comandante Gabriel Teixeira, não podemos deixar de lhe perguntar qual é a situação presente desses mesmos funcionários que, tanto auxílio e tanto apoio lhe devem. E' que, sem dúvida nenhuma, a obra notável do Governador foi de tal repercussão que vários países estrangeiros seguiram com atenção essas medidas e terminaram por adoptá-las.

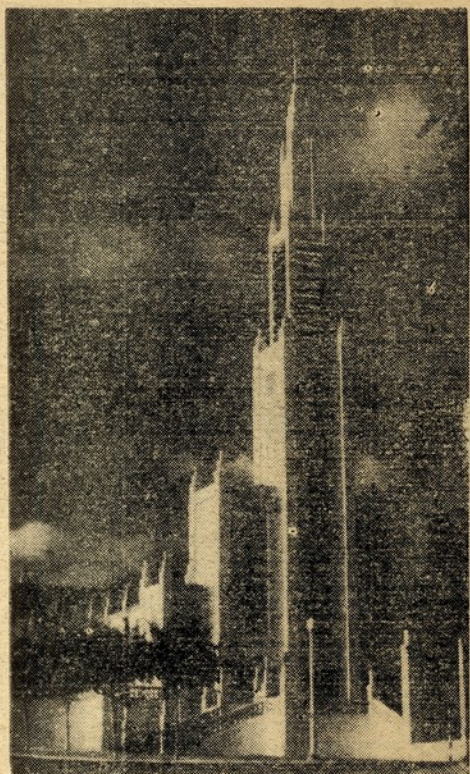
Mas o Governador Geral, com a sua habitual relutancia por tudo quanto seja [illegible] pessoal ou de função, desvia a pergunta, respondendo:

— Você já conhece hoje razoávelmente toda a Provincia. Moçambique, neste como noutros aspectos, fala por si.

Nós e o indigena

Ao terminar, respondendo á nossa ultima pergunta sobre o problema indigena, o eminente governante declara-nos:

— O indigena vem respondendo magnifica[illegible] ao nosso esforço colonizador, e cada vez mais, é consolador afirmá-lo, cresce e se [illegible] o espirito de cooperação entre nós e o indigena. Do nómada do principio deste século, vem saindo uma sociedade indigena, ainda enquadrada nos seus laços tribais, mas que, gradualmente, tem abandonado, não só os costumes bárbaros, mas [illegible] primitivas, e aponta já hoje um principio de sociedade indigena, espécie de pequena burguesia agrícola, com métodos de cultura modernos, com os seus esboços de cooperativa de produtores, as suas casas de alvenaria, modestas embora, com[illegible] aos nossos pequenos agricultores de Portugal.

Considero a obra que estamos a fazer neste sentido a par da cristianização do indigena, obras das Missões e tantas outras, a mais valiosa que se está a realizar em Moçambique; podemos afirmar que nos encontramos na boa senda, ao fazer dos indigenas, portugueses pelo coração e pelo sentimento.

PASTAGENS NATURAIS

E SUA IMPORTANCIA ECONÓMICA

pelo **DR. ANTÓNIO ROCHA DA TORRE**

O simples conhecimento sistemático das espécies forrageiras de uma pradaria permite-nos dar uma ideia geral da capacidade de alimentação desde que se conheçam também as suas áreas de distribuição e cobertura. Há, portanto, absoluta necessidade de se fazer um estudo minucioso de espécies botanicas dos prados espontaneos e suas sucessões naturais, além de se tomar conhecimento, ao mesmo tempo, de outros factores que possam influir directa ou indirectamente na qualidade, quantidade e melhor aproveitamento dos capins forrageiros.

Em face deste problema a Missão Botanica de Moçambique, por determinação superior, efectuou uma prospecção das pastagens naturais, em 1948, especialmente nos Distritos de Lourenço Marques e Gaza, onde obteve uma vasta colecção de ervas forrageiras para estudo, dispersas nas mais variadas pradarias a sul do rio Save. O nosso principal objectivo realizou-se entre as terras do Alto Limpopo e o rio Maputo por serem as regiões, actualmente, de maior valor económico pecuário de toda a provincia moçambicana, visto comportar cerca de 4/5 dos bovinos (arrolamento total, em 1946, cerca de 600.000 cabeças).

A principal causa desta desigual distribuição das manadas deve-se á ausência de glossinas no Sul do Save (exceptuando-se algumas áreas no Vale do Save, Alto Limpopo e vale do rio Maputo). A maior concentração de gado bovino, depois do Sul do Save, encontra-se no distrito de Tete: planalto de Angónia e vale do rio Zambeze (região de Tete).

As áreas das circunscrições de Maputo, Marracuene, Manhiça, Sábié, Magude, Bilene, Gaza e Guijá são as que têm maior importancia para a pecuária; mas as planicies marginais dos rios Umbeluzi, Incomati e Limpopo oferecem as melhores condições para a criação de gado de leite, sobretudo pela existência de água e possibilidades de pastos verdes durante mais tempo, além da vantagem de culturas regadas de outras ervas forrageiras introduzidas ou autóctones, gramineas e leguminosas.

Nos vales do Umbeluzi, Incomati e Limpopo há, presentemente, importantes empresas produtoras de leite

Existem, actualmente, importantes empresas agro-pecuárias de leite nos respectivos vales acima mencionados. Apenas indicamos as duas sociedades mais importantes, fornecedoras de leite á cidade de Lourenço Marques: Sociedade Agricola e Pecuária do Lumane e Alfredo Luis & Ricardo, Sucessores, em Xinavane. Muitos outros criadores leiteiros estão dispersos nos vales dos rios Incomati, Umbeluzi, Infulene, etc.

Encontram-se ainda vastas áreas despovoadas nas margens dos grandes rios Incomati e Limpopo, e em outros cursos de água de menor volume, que têm condições favoráveis para a exploração de novas empresas de gado de leite.

Os criadores leiteiros não devem limitar-se apenas a sustentar o gado com o capim espontaneo; têm de fazer culturas de forrageiras com espécies introduzidas ou autóctones, para as utilizar em verde ou ensilagem, e obter feno do capim natural ou cultivado. Parece-nos que nestas condições qualquer criador ou empresas pecuárias serão bem sucedidos desde que sejam tecnicamente bem orientados.

O valor de um prado natural depende, sem duvida, da quantidade e qualidade de ervas forrageiras, as quais, por sua vez, estão dependentes da natureza do solo e de muitos outros factores. Sabe-se, também, que uma pradaria pode variar de composição, em um periodo curto, tendendo para um prado de inferior qualidade ou mesmo degradar-se, em virtude da pastagem selectiva e intensiva que os animais fazem,

(Conclui na pág. seguinte)

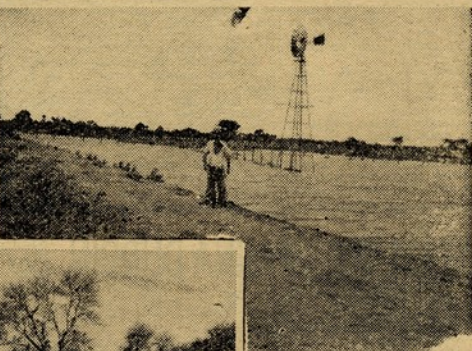



FOTO 1 — Represa de retensão de águas pluviais para abastecimento das manadas (Magude, Motaze)

FOTO 2 — Pastagens do tipo Themeda triandra das planicies entre Catuane e Moamba, com floresta-parque de Acácia spp. Maputo, Changalane

O ESFORÇO REALIZADO

NO SENTIDO DA INDUSTRIALIZAÇÃO DO ULRAMAR

HONRA O NOSSO PAÍS

(Continuação da 2.ª pág.)

das embalagens das bananas (de que se fez em 1949 uma exportação de 8.600 toneladas — já foi de 22.630, por 758 contos), da secagem da copra (produziram-se 26.660 toneladas, de 174 milhões de cocos colhidos), das folhas do tabaco e do chá (produziram-se 2.070 toneladas de chá), que tão grande influência têm na qualidade, e portanto no preço; a do descaroçamento e prensagem do algodão, como economia de fretes e aproveitamento da semente oleaginosa (cerca de 60.000 toneladas em 1949); e a do descasque da castanha de caju (de que se exportaram no mesmo ano 42.900 toneladas, por 53.000 contos.

O que, neste capitulo, está ainda por fazer, quer na padronização dos produtos que constituem a base da produção moçambicana, quer no aproveitamento económico dos produtos e subprodutos, elevando a sua transformação de modo a deixar na Provincia as preciosas mais-valias que, agora, vão beneficiar estranhos, é bastante importante e no sentido do seu melhor aproveitameno se orienta a administração.

Comparemos, para avaliar o esforço que neste campo se tem desenvolvido, algumas produções industriais de produtos da terra expressos em toneladas:

	1939	1949
Bagaços de oleaginosas	2.330	10.440
Oleos vegetais	3.140	10.040
Bisal	11.910	17.000

E este movimento tende a acelerar-se, pois vai dar-se grande desenvolvimento á industria oleifera da Provincia.

Ainda neste primeiro grupo se incluem as lavagens, concentrações e reduções de minérios, com vista á classificação comercial conveniente ou á economia e facilidade de frete.

No segundo grupo englobam-se as grandes actividades criadoras agricolas e pecuárias, as mineiras e as transformadoras da Provincia e que estão na base das precedentes.

Quanto ás actividades agricolas, sobressaem: a produção de açucar, que se cifra em 80.000 toneladas e avaliam-se, pelo volume das exportações, o valor da de sementes oleaginosas (dispensamo-nos de fazer novas referências aos óleos e bagaços, caju, chá e algodão em rama), em toneladas:

	1939	1949
De algodão	1.800	26.500
» copra	33.300	44.500
» gergelim	2.730	4.840
» ricino	1.750	2.440

E' de notar que o amendoim quase deixou de exportar-se (22.400 em 1939 e 300 em 1949), em grande parte como consequência da industrialização.

A pecuária, a despeito do flagelo que assola a Provincia, por vezes as regiões que lhe são mais apropriadas sob os outros pontos de vista, conta um armentio de 1.200.000 cabeças de gado, das quais 700.000 do bovino e 350.000 do caprino, quase todo em mão dos indigenas (960.000 cabeças). O estudo dos pastos e do abastecimento de água, o combate ás glossinas ás tripanosomíases, e a ocupação humana do território, asseguram-lhe futuro brilhante. Para exemplo, do que em favor desta riqueza se está realizando, citaremos que o numero de banhos carracicidas, que foi em 1944 de 9.650.000, ascendeu, em 1949, a 12.660.000, ao mesmo tempo que o de tanques para o efeito subiu de 184 para 217.

A desilusão que feriu os portugueses de seiscentos e setecentos, apaixonados pelas célebres e esplendorosas minas do Monomotapa, continua a pesar sobre nos. A actividade mineira prossegue heróica, mas modestamente, na lavra da bauxite (1.370 ton.); berilo (140 ton.); bismuto (400 kgs.); cassiterite (900 kgs.); columbite (250 grs.); grafite (110 ton.); lepidolite (600 ton.); mica (103 ton.); e sal-gema (77 ton.).

Os metais radioactivos têm, também, a sua representação. embora tímida, nessa onda ansiosa da posse dos elementos atómicos (64 ton.). O ouro, que existe, figura com a cifra insignificante de 76.776 quilos e a sua produção em maior escala poderia desempenhar função notável no apetrechamento industrial da Provincia e até no do conjunto nacional.

Quanto ás industrias transformadoras, com vista aos mercados externos, encontramo-nos, por agora, na mais primitiva infancia. As surpresas que, neste campo, nos reserva o progresso técnico, são, por enquanto, imprevisiveis, mas podemos contar com algumas potencialidades reais.

AS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Na terceira grande divisão de industrias, que apresentámos — as dos serviços — incluimos a bancária, a seguradora e a dos transportes.

A bancária apresenta carácter especial, pois quase toda ela se fundou com capitais estranhos á Provincia.

Assim, o Banco Nacional Ultramarino, (em 1949 descontou letras no valor de 324.000 contos e o movimento global das contas correntes de empréstimos caucionados atingiu 2.760.000 e o movimento geral ascendeu a 112.150 milhares de contos) acumulando com as funções de caixa do Tesouro e da emissão de moeda — esta completada com a exercida pelo fundo cambial da Provincia —, o «Standard Banf of South Africa» e o «Overseas Bank», através de agências, são os principais órgãos. Além destes bancos, actuam no mercado de divisas e capitais algumas casas de cambio de indianos, as caixas de previdência, que exercem o crédito, este, por sua vez, praticado também, por organismos oficiais. A seguradora, conta já com uma companhia local, constituida por capitais provinciais, a «Nauticus», além de outras empresas nacionais e estrangeiras, trabalhando através de representantes. A hoteleira, possuindo certo desenvolvimento, também gere, como é o caso do Hotel Polana, capitais estranhos, mas, em regra, é exercida por nacionais.

Finalmente, a dos transportes; os caminhos de ferro (2.658 kms.), com excepção do Trans-Zambézia Railways, (344 kms.), e do da Sena Sugar Estates (108 kms.), são explorados pelo Estado (2.206 kms.) que administra, igualmente, os portos. Os rodoviários (20.592 kms. de estradas) regem-se por legislação similar á metropolitana, havendo 48 carreiras particulares sendo 2 afluentes, 13 concorrentes e 33 independentes; porém, houve, ali, o cuidado de evitar os efeitos prejudiciais da concorrência da camionagem, reservando-se a Administração dos caminhos de ferro, a exploração, por si, de algumas carreiras de vital interesse para a sua economia (em 1949, 200 carros, percorrendo 53.40.000 kms., transportaram 600.000 passageiros e 170.000 toneladas de carga). Os maritimos, são desempenhados, pela navegação de longo curso, nacional e estranra, e pela de cabotagem, esta efectuada, já pelas duas grandes companhias portuguesas — a Nacional e a Colonial — já por empresas locais e outras estrangeiras. O tráfego dos rios, muito importante nas bacias do Zambeze e do Pungue, é actividade local, por vezes desempenhada, em organização vertical, pelas grandes companhias produtoras da Provincia. Em 1949 transportaram 20.000 passageiros, 66.000 toneladas de carga e 3.156 cabeças de gado. Os aéreos (2.996 kms. do serviço interno, 450 da linha de Joanesburgo, 475 da de Salisburia e 468 da de Durban, percorreram 207.000 kms., voando 805 horas, em 1949), são desempenhados também, pelo Estado; contudo, a Provincia, é servida por várias linhas estrangeiras que por ela fazem a sua derrota. E' de salientar o alto serviço prestado ás economias dos territórios vizinhos pelas nossas redes de comunicações e portos.

E para finalizar, citaremos, ainda, que a rede telefónica da provincia atinge 1.876 kms. e que a telefónica se eleva a 1.206, ambas a cargo de serviços oficiais do Estado.

CONDIÇÕES INDISPENSÁVEIS AO SEU DESENVOLVIMENTO

O desenvolvimento industrial da Provincia de Moçambique encontra-se assim, dependente do mercado interno, altamente expansivo, do externo, sujeito ás vicissitudes do ciclo e do conjunto nacional, corporativamente coordenado.

No que respeita ao mercado interno, o crescimento das populações civilizada e indigena, acrescentado este com o melhoramento das condições de vida, oferece perspectivas gigantes. Contudo, aquela melhoria terá, certamente, lenta evolução, pois, colide com hábitos ancestrais inveterados há longos séculos, e exige alta de salários, com o correspondente aumento do poder de compra — para isso o signo monetário tem que manter certa fixidez — o que, evidentemente, influi, por sua vez, no preço de custo dos produtos e nas curvas da oferta e da procura, em inflação. Por consequência, a necessária subida dos réditos pessoais dos indigenas, tem que filiar-se, preferivelmente, no aumento do rendimento do seu trabalho; e aqui intervêm a mecanização, a rega, a selecção, a preparação profissional, o progresso técnico e os mil e um factores coadjuvantes, entre eles os tendentes á conservação do solo, para evitar que aquela se faça á custa das gerações vindouras, empobrecendo-o, as concentrações agricolas e o colonato indigenas, como meio de combater a itinerancia, a construção de um direito de propriedade indigena, o crédito, as cooperativas, etc..

Na evolução dos hábitos dos indigenas muito há a esperar das Missões Católicas Portuguesas e do contacto com os europeus.

Como muitas industrias das Provincias Ultramarinas assentam no exclusivo, conforme as normas do seu condicionamento, deve haver, da parte do Governo, o maior cuidado na sua concessão, prevendo-se a elasticidade do mercado e a respectiva acomodação da produção, exigindo-se apetrechamento moderno e adequado, prevenindo-se a obrigação de o adaptar ás novas formas de exploração resultantes do progresso técnico previsto ou imprevisivel, localizando-as convenientemente, fiscalizando-se o cumprimento das cláusulas dos alvarás, reunindo-se enfim, as melhores condições de produção eficaz e barata, para que não venham a desenvolver-se industrias que vivam da sobrecarga sobre o consumidor e que, atrofiando o consumo, venham a obstar ao aparecimento de novas ou ao alargamento de outras.

O recurso ás pautas terá de ser cauteloso.

Em relação aos mercados externos, além da condição preço, como arma eficiente de competência, há que criar e fixar tipos constantes, correspondendo a marcas que se acreditem lá fora, e dotar a economia das industrias com a necessária fluidez, para estas poderem resistir ás baixas cotações dos ciclos, banindo-se todas as pretensões das actividadesdes de produtividade marginal.

Na base de toda a industrialização encontra-se a energia. Sem força barata, não há industria compensadora, a não ser que se lance o encargo sobre o consumidor através de uma garantia de preço concedida á empresa. Ora a Provincia tem carvão, no centro do território; ao sul pode importá-lo económicamente, das minas das «Witbank»; petróleos, ainda não se encontraram; hulha branca, há, mas o processo técnico do seu aproveitamento, por muito dispendioso, terá decerto de ser lento. A Hidro-Eléctrica do Revué (na qual o Estado tem comparticipação) está construindo uma barragem que dará, em breve, energia á Beira e á sua vizinhança industrial. O Estado pensa no aproveitamento hidroeléctrico do «Inconati-Movene». Quanto á mão-de-obra, temos que considerar a europeia, sempre, com vista á colonização étnica, mas é cara por natureza; a indigena que, mercê das obrigações que os códigos atribuem aos patrões, não pode classificar-se de muito barata, como muito boa gente erradamente supõe; e, também, a mista — visto que esta zona da população civilizada se acha em dilatação — a qual, por os seus hábitos se aproximarem dos do europeu, pode vir a representar larga percentagem das despesas variáveis das explorações.

Há, portanto, que fazer aumentar a produtividade por todos os meios ao nosso alcance.

Mas, sem capitais, nada se pode fazer. Os estranhos só acorrem se lhes derem possibilidades de juro compensador. Ora a África oferece boas possibilidades de rendimento, sem contar com o efeito do multiplicador e com o acréscimo de propensão ao consumo. A' poupança local, se bem que ao seu investimento muito se deva, não podem, contudo, exigir-se efeitos milagrosos, nem que actue o princípio de aceleração; e do investimento do Estado não deve esperar-se tudo, principalmente porque nos campos social, do domínio publico e dos serviços burocráticos, altamente expansivos e sempre acanhados em relação ás necessidades, há um programa gigantesco a realizar. Cada missionário, professor, médico, engenheiro, economista, juiz, autoridade administrativa etc., a mais nos quadros, exige uma criação de rendimentos que só um aumento adequado da produção pode permitir.

Ao recrutamento de recursos financeiros através do imposto e da poupança provinciais, tem de juntar-se, em escala muito mais larga, o dos capitais livres — empréstimos, créditos a longo prazo, constituição de sociedades —, atraindo-os do exterior e estimulando o seu investimento judicioso e reprodutivo no duplo sentido dos interesses gerais e particulares.

A acção exercida pelos serviços e pelos organismos de coordenação económica, tanto centrais como locais, no desenvolvimento da produção ultramarina, não pode deixar de ser referida nos termos mais lisongeiros.

CONCLUSÃO

O esforço realizado, e em consecução, na industrialização do Ultramar, já com o produto do trabalho heroico e obstinado dos obscuros colonos que movidos do patriotismo mais acérrimo, ali enterraram as energias da sua mocidade e os proventos—outros mais egoistas, teriam vindo desbaratá-los a troco do luxo e dos prazeres da Europa —, já com os capitais de grandes empresas, algumas delas estrangeiras, e que o dotaram com um património valiosisismo, já com a transplantação de actividades e capitais metropolitanos, e finalmente com o concurso activo do Tesouro Publico, sempre atento e constantemente presente no seu desenvolvimento, é, a todos os títulos, notável e honra o País. Podemos ter nele justificado orgulho.

O problema do futuro desenvolvimento adquire acuidade premente, em face do fenómeno salutar do extraordinário aumento da população metropolitana, cuja pressão criará corrente emigratória, que convém orientar para o nosso Ultramar, e transformará, principalmente, as provincias de Angola e de Moçambique, em dois grandes países lusitanos, assimilados á civilização portuguesa e nela integrados política, social e económicamente.

A função civilizadora do País, junto das populações indigenas, empresta-lhes, por outro lado, um interesse aliciante, tão harmónico com os nossos ideais de Pátria e de Deus. A elevação daquelas ao nível moral e material conveniente é, porém, obra gigantesca de grande delicadeza, mas que está ao nosso alcance efectivar.

A harmonia dos interesses do conjunto Metrópole e Ultramar, tem de realizar-se com as maiores cautelas, pois, como dizia um ilustre titular da pasta do Ultramar, o nosso País não é tão rico que nos permita construir obras pequenas. Ora para se edificar em ponto grande é preciso estudar, projectar e realizar com a mais perfeita consciência.

E' esta a enorme e pesada tarefa que pesa sobre nós. Realizá-la-emos.

RENATO SEQUEIRA DE BRITO

O chefe dos dançarinos conduz os seus homens de azagaia de dança e escudo em punho, cujas sombras se projectam no solo. Na boca, o apito; e, na cabeça, borlas feitas de lã colorida

FORAM VER DEANNA DURBIN

Foram ver Deanna Durbin
E eu fiquei sózinha em casa
(oh que bom, ficar sózinha!)

Enquanto a noite caía
Veio de novo até mim, como o roçar de uma asa,
O brando sopro da Poesia...

No segredo das horas silenciosas
Ei-la que veio — a Doce Irmã Alada...
Veio ainda uma vez coroar de rosas
Minha fronte cansada...

Coalhou lá fora o silêncio...
(Pudesse eu, noite, contar-te!)

De mãos dadas com o luar
Passam estrelas bailando...
— Para quê, tanto bailar

Para quê, se eu não posso tomar parte
No minuete lento e compassado
Das estrelas dançando sobre o mar...

IRENE GIL

MOÇAMBIQUE

DEMOGRAFIA MOÇAMBICANA

CEM MIL ALMAS

É A POPULAÇÃO ACTUAL

DE LOURENÇO MARQUES

A população de Moçambique considerada sob o aspecto demográfico é constituida por dois agrupamentos distintos — população civilizada e população não civilizada.

O primeiro agrupamento abrange os não aborigenes, independentemente da raça a que pertencem, e o segundo compreende os naturais da Província, de raça negra.

No conjunto, o elemento mais numeroso é o da população não civilizada, com um total de 5.640.363 indivíduos, de ambos os sexos que, á parte pequenos nucleos de pouca importancia, nos centros urbanos da Província, se encontra ainda com uma vida social rudimentar.

A população civilizada é constituída por quatro grupos étnicos com caracteristicas perfeitamente distintas. E, porque nenhum deles é francamente predominante, a vida social apresenta aspectos diversos, embora de maneira geral sobrelevem a civilização e os costumes da raça branca.

A população civilizada com um total de 92.404 indivíduos de ambos os sexos, acha-se disseminada por toda a vasta área da Província (771.125 quilómetros quadrados entre os paralelos 10° 28' e 26° 55') e é numéricamente assim constituida: Brancos — 48.910, sendo 28.569 varões e 20.341 fêmeas; amarelos — 1.615, sendo 1.002 varões e 613 fêmeas; indianos — 12.604, sendo 7.722 varões e 4.882 fêmeas; mistos — 24.898, sendo 12.390 varões e 12.508 fêmeas. Há ainda que ter em conta 4.377 de raça negra (assimilados), sendo 2.597 varões e 1.780 fêmeas que, conforme o Estatuto Político Civil e Criminal dos Indígenas, regulado na Província pelo Diploma Legislativo n.° 36, de 1927, são considerados não indígenas e consequentemente como população civilizada.

Adentro destes agrupamentos o elemento fortemente preponderante é o português.

Os estrangeiros residem principalmente nos centros urbanos, em especial nos de Lourenço Marques e Beira, e neles há uma grande variedade de nacionalidades, mas a característica cosmopolita desses centros já não existe, dada a desproporção do seu numero em relação ao dos nacionais. Os estrangeiros diluem-se na população de origem nacional.

As seguintes percentagens, obtidas em relação aos numeros apurados no ultimo censo, dão uma ideia clara dessa desproporção: brancos portugueses, 94,20 %; brancos estrangeiros, 5,80 %.

Como não podia deixar de ser, a vida da população moçambicana apresenta uma feição caracterizadamente portuguesa, mantendo-se vivos usos e costumes nacionais.

Verifica-se, é claro, a adaptação do colono ao modo de ser especial do ambiente ultramarino, e sente-se certa influência exercida pela presença de outros povos, de hábitos e até civilização diferentes.

Tal influência em nada atingiu, porém, o espírito português da população da Província.

A proporção entre os sexos que em 1928, data do primeiro recenseamento completo da população, era de 34 fêmeas para 100 varões, subiu em 1945 para 42 fêmeas por cada 100 varões. O predominio numérico dos homens revela problemas de emigração que, contudo, caminham para uma solução favorável.

Não estão ainda apurados os elementos do recenseamento de 1950, mas pode já dizer-se que a desproporção acusada pelas operações censitárias anteriores tende a diminuir, sobretudo entre os individuos da raça branca.

Os cuidados e o interesse que têm merecido os serviços de saude e instrução, o desenvolvimento das vias de comunicação, o melhoramento das condições de vida, a resolução de certos problemas económicos, têm contribuido grandemente, sobretudo nos ultimos anos, para a aproximação, para que se caminha, da igualdade numérica dos sexos, especialmente entre os colonos brancos de origem portuguesa.

O analfabetismo é quase nulo entre os individuos de raça branca 4,2 % em 1940, 3,7 % em 1945 — ainda em percentagem inferior em 1950.

Entre os amarelos, indianos e mistos as percentagens do analfabetismo que eram respectivamente de 20,20 %, 14,88 % e 20,20 % acusam também já valores mais baixos.

O fenómeno, embora não permita aferir o grau de mentalidade dos habitantes, revela uma formação populacional que é reflexo das condições sociais económicas com nivel elevado de civilização.

A população distribui-se irregularmente pelo extenso território de Moçambique.

59,56 por cento dos habitantes civilizados concentram-se nos dois principais centros urbanos — Lourenço Marques e Beira. Os outros centros como Nampula, sede do Governo do Niassa, Quelimane sede do Governo da Zambézia, Inhambane sede do Governo do Sul do Save e Moçambique na ilha do mesmo nome e antiga capital da Província, são ainda pequenos aglomerados populacionais onde os habitantes civilizados não ultrapassam a casa dos 2 000.

São porém, centros urbanos em desenvolvimento e neles e nas pequenas localidades do litoral e interior se contam os restantes 40,44 por cento dos habitanes recenseados.

No interior encontram-se aglomerados populacionais em franco desenvolvimento como Vila Pery, Manica, no distrito da Beira, Vila de João Belo no distrito de Inhambane, e as regiões em activo desenvolvimento agricola do Alto Molocué, Gurué, Maganja da Costa, Milange e Mocuba no distrito de Quelimane, Malema e Meconta no distrito de Nampula, Montepuês no distrito de Cabo Delgado, Amaramba e Vila Cabral no distrito do Lago, no extremo noroeste de Moçambique.

O aumento populacional registado entre os ultimos censos realizados foi para os civilizados de 32.289 o que deu uma percentagem de aumento de 53,71 ou seja, mais 12,1 por cento que em 1940.

Moçambique conta assim uma população total de 5.732.767 ,o que dá uma densidade demográfica em relação á superficie absoluta da Província de 7,5 por quilómetro quadrado, densidade que está longe de ser das mais pequenas dos países e territórios de Africa.

Lourenço Marques, capital e a primeira cidade da Província em população e desenvolvimento comercial e industrial, contava em 1950, 93.516 habitantes.

Destes, 23.559 eram brancos, 13.422 de outras raças e 56.515 indígenas.

O crescimento da população desde 1945, foi de 23.655 habitantes, tendo passado de 69.861 para 93.516.

Se considerarmos que o período entre as duas contagens da população corresponde a uma época de instabilidade e incertezas, cheia de dificuldades de toda a ordem, o crescimento registado é, sem duvida, frisante demonstração de que a cidade, por multiplas circunstancias de ordem política, de ordem económica e de ordem social está destinada a engrandecer-se cada vez mais e a servir de afirmação do génio colonizador de Portugal.

Elande macho novo

PASTAGENS NATURAIS

(Continuação da 3.ª pág.)

quando a quantidade de capim forrageiro de uma área pascigosa é insuficiente para sustentar um determinado numero de cabeças, O gado apenas deixa desenvolver as ervas que não lhe interessam como alimento havendo, por conseguinte, redução ou desaparecimento quase total dos bons capins.

Só uma assidua assistência técnica é susceptível de promover o aproveitamento, conservação e melhoramento das pastagens.

A falta de assistência técnica aos criadores de gado, referente ao melhor aproveitamento, conservação e melhoramento das pastagens, tem sido a principal causa de inutilização de extensos prados, como tivemos ocasião de observar em muitas regiões, em virtude do excessivo e desordenado pascigo, além de outros factores que conduzem também á erosão. Mas, presentemente, os respectivos serviços publicos de Moçambique dispõem de técnicos conhecedores destes importantes problemas pecuários.

E' do conhecimento geral que o maior numero de bovinos pertence aos indígenas e, por esse motivo, não há meio de se fazer económicamente o ordenamento das pastagens naturais tão necessário para as conservar em bom estado, visto não haver propriedade privada na população indígena.

Por enquanto só as grandes empresas de criação de gado e alguns criadores têm recursos para fazer melhor aproveitamento das pastagens empregando, para esse fim, a propriedade dividida em talhões separados por arame farpado. Este processo é muito vantajoso, pois, além de melhor utilização dos capins, torna possível protegê-los das queimadas desde que sejam tomadas as devidas precauções de defesa contra esse mal geral. Infelizmente não se pode adoptar o mesmo processo de resguardo contra os fogos nas áreas ocupadas pelos criadores indígenas. Em geral, a queimada começa cedo deixando, durante muito tempo, muitas dezenas de milhar de cabeças de gado em precária situação alimentar. Além da grande perda de peso nos animais, em anos de seca prolongada, milhares de bovinos sucumbem de fome e sede, o que representa para a economia moçambicana um considerável prejuizo.

A falta de água não consentiu ainda a ocupação de grandes áreas revestidas de excelentes prados.

Encontram-se também grandes áreas com boas pastagens mas que não foram ainda ocupadas por falta de água. Em muitos desses locais é possível armazenar água das chuvas construindo-se represas, onde as condições do solo permitam tais melhoramentos, para abeberar as manadas durante o ano, ou obtê-la por meio de furos de sonda. Muitas dezenas de milhar de bovinos podem, de futuro, viver nas extensas planícies pascigosas de Magude e Guijá, e em outras circunscrições, desde que sejam construídas algumas represas e abertos furos de sonda. Com a realização dessas obras, novas empresas pecuárias poderão ser organizadas,, as quais virão contribuir para o enriquecimento da província de Moçambique.

A experiência de represas está bem demonstrada e, como exemplo, podemos mencionar a que foi construída pelo criador Cajadas, em Motaze (Magude), a qual fornece água a cerca de um milhar de cabeças durante todo o ano (veja foto 1).

Principais tipos de prados.

Vamos agora dar uma indicação sucinta dos principais tipos de prados:

As pradarias de sequeiro das grandes planícies, nas regiões estudadas, constituem em regra o substrato herbáceo da floresta-parque de acácias e outras espécies arbóreas, que se estendem desde o rio Maputo até ás terras de Alto Limpopo. A sua composição é muito variável em virtude das condições ecológicas não serem as mesmas em toda a superfície. Nas circunscrições de Maputo, Sábié e Magude, encontram-se vastíssimas pradarias com dominancia de gramíneas forrageiras altas: Themeda triandra, Panicum maximum, Setaria spp., etc., quer em floresta-parque quer em amplas clareiras (veja fotos 2 e 3).

Também nas regiões secas de Sábié, Magude e Guijá aparecem extensas áreas cobertas de pastagens baixas com dominancia de Urochloa spp., Digitaria spp., etc., em floresta-parque, floresta secundária e clareiras (veja foto 4).

Nas planícies marginais e aluvionais dos rios mais importantes do sul, Limpopo e Incomati, abundam extensos e férteis prados de composição variada, os quais se conservam verdes durante mais tempo devido á humidade do solo. As gramínias forrageiras mais comuns, destas pastagens, são: Chloris gayana, Hemarthria altíssima, Echinochloa pyramidalis, Echinochloa sp. e outras. A forrageira Hemarthria altíssima, por exemplo, chega a revestir áreas com muitas centenas de hectares (Foto 5). Estes prados das aluviões, em geral, têm maior capacidade de alimentação por unidade de superfície. Evidentemente que existem muitas outras espécies forrageiras conhecidas, de maior ou menor interesse, tanto nos tipos de pastagens acima mencionadas como em outros prados de caracteristicas intermediárias.

Tivemos apenas em vista, neste pequeno artigo, dar uma informação muito geral acerca das pastagens naturais moçambicanas e indicar, segundo a nossa maneira de ver, as grandes possibilidades futuras pecuárias de valorização económica da nossa progressiva Província ultramarina.

FOTO 3 — Pastagens com dominancia de Panicum maximum, de fácies da floresta-parque de Acácia spp., Magude, entre Macaene e Mapulanguene

FOTO 4 — Pastagens do tipo Urochloa spp., Panicum maximum, Digitária spp., etc., de fácies da floresta de Acácia spp., aberta pela derruba parcial e limpa de arbustos. Magude, Chobela

FOTO 5 — Pastagens do tipo Chloris gazana, Erichloa spp., etc., das planícies aluvionais do Limpopo. Prado com dominancia de Hemarthria altíssima, entre Vila João Belo e a foz do rio

MOÇAMBIQUE

OS C.T.T. DA ÁFRICA ORIENTAL PORTUGUESA

O actual director dos Serviços dos Correios, Telégrafos e Telefones, é o engenheiro Afonso Lopes de Calheiros e Meneses, cuja direcção metódica, inteligente e sensata, se tem revelado na utilização imediata, eficiente e na transformação interna dos serviços, bem como na montagem e bom funcionamento das novas estações rádiotelegráficas e rádiogoniométricas, t e n d o assim revelado a sua alta competência técnica.

CAIXA ECONÓMICA POSTAL

A Caixa Económica Postal de Moçambique é, sem duvida alguma, a mais antiga e a mais importante instituição oficial de crédito de todo o Império Ultramarino Português. E' a mais antiga, porque foi criada por decreto, do Alto Comissário, de 5 de Outubro de 1911; é a mais importante porque nenhum outro organismo colonial congénere movimenta tão avultado e garantido volume de capitais.

Foi essa Caixa fundada pelo então Director dos Correios e Telégrafos, Juvenal Elvas, inconfundível figura de funcionário e chefe competentíssimo, ainda hoje lembrado com saudade, e de cuja passagem por esses Serviços ainda se encontram aqui vincados vestígios. E' dele, pois, o relatório justificativo, expondo as vantagens da criação da Caixa, vantagens que o tempo veio confirmar plenamente.

Não deixa de ser interessante transcrever aqui alguns passos do relatório que precedeu a publicação do diploma que institui a Caixa Económica Postal, não só porque ainda hoje teriam oportunidades as considerações ali expostas, como para, baseados nele, fazermos algumas apreciações que nos parecem convenientes.

O capital é um dos poderosos factores do progresso material de um país, e sem ele não há, na época presente, desenvolvimento da riqueza publica. Incitar, portanto, a economia de parte do produto do trabalho, do que não for indispensável ao consumo imediato, é concorrer para o bem-estar da nação, que depende da riqueza dos seus habitantes, sendo uma das maiores necessidades do nosso País a de juntar capitais, o que constitui a prosperidade das nacionalidades que, ainda quando pequenas em território, como a Bélgica, a Holanda ou a Suécia, gozam de consideração especial no Mundo civilizado pela importancia das suas economias.

Nos países estrangeiros, de que devemos estudar os progressos e aproveitar o ensino, vulgarizam-se quotidianamente as instituições de crédito, de modo a auxiliar as iniciativas particulares e a ocorrer aos percalços da acidentada vida moderna, em que as suas dificuldades crescem com as necessidades adquiridas, tendo essas iniciativas bases para se exercerem proficuamente, com proveito certo para a comunidade; mas para se realizar o crédito é necessário préviamente haver o capital; e deste cuidam acrisoladamente os governos dos países civilizados, fomentando e incitando o alargamento das economias, da amealhação do supérfluo ou dispensável, que se vai juntando para que foi fundada? Podemos responder afoitamente: sim, e de uma maneira completa e perfeita, a pouco e pouco e produz a riqueza publica que é, em ultima análise, o trabalho realizado e não consumido.

Das caixas económicas que exuberantemente estão espalhadas por esses países, salientam-se, pela proficuidade e extensão das suas redes, as caixas económicas postais, que são um serviço de intensa vitalidade fundamente radicada nos organismos dos povos cultos, concorrendo a desenvolver-lhes, tanto nas cidades como nas aldeias, onde quer que chegue o serviço dos Correios, esse espírito de economia indi-
Estas caixas económicas postais difundidas pelos territórios dos diversos países são instituição do
vidual que constitui a riqueza.

Governo, encarregadas de receber pequenos depósitos de dinheiro que, acumulando-se, são colocados depois, dentro de certos limites, com interesse para os depositantes, sob garantia do Estado, e compete-lhes, também, realizar reembolsos, comprar títulos de dívida publica por conta dos depositantes, a seu pedido, e conservar a administração destes títulos.

O relatório continua ainda, dissertando o seu autor em judiciosas considerações, apresentando numeros e citando factos muito elucidativos sobre as vantagens e incontestáveis beneficios que resultam da criação das caixas económicas. Mas fiquemos por aqui, e formemos mentalmente esta interrogação: alcançou, efectivamente, a Caixa Económica Postal os fins para que foi instituída, e realizou a obra comprovada por muitos factos de que faremos menção no decorrer deste capítulo. Materializou-se amplamente a grande visão do seu fundador, que dela se poderia orgulhar se ainda a pudesse ver.

Entremos pois, na análise pormenorizada da função que a Caixa Económica Postal vem exercendo na vida da Província, para o que nos serviremos de numeros e de relatórios dos ultimos vinte anos.

a) ESTAÇÕES QUE EXECUTAM OS SERVIÇOS:

As estações que em 1929 executavam o serviço da Caixa Económica eram apenas 16, incluindo, é claro, Lourenço Marques. Mas, obedecendo áquela ideia exposta no relatório acima transcrito, «de que os serviços das caixas económicas devem concorrer para o espírito de economia tanto nas cidades como nas aldeias, onde quer que chegue o serviço dos Correios», fomos abrindo ao serviço da Caixa o maior numero de estações que nos era possível. E, assim, em 1948 havia já 37 estações que o executavam, em condições, portanto, de recolher os fundos que as pessoas interessadas desejassem confiar a este organismo.

b) MOVIMENTO DE DEPÓSITOS:

Os depósitos efectuados na Caixa Económica Postal, em 1929, foram:

1) Na sede	6.947	35.353.883$00
2) Nas delegações	2.350	4.578.977$00
Soma	9.297	39.932.860$00

Em 1948, o movimento de depósitos foi, em toda a Província, o seguinte:

1) Na sede	26.731	230.747.597$00
2) Nas delegações	16.585	67.179.471$00
Soma	43.316	297.927.068$00

Ficam bem patentes os resultados da expansão que aos serviços da Caixa Económica foi dada em vinte anos! Os depósitos registaram a seguinte subida, de 1929 a 1948:

1) Na sede, 284 e 552 por cento, respectivamente, depósitos e importancias.
2) Nas delegações, 605 e 1,368 por cento, respectivamente, depósitos e importancias.

Estes numeros são bem claros e bem significativos: a maior percentagem de aumento, deu-se precisamente nas delegações, que concorreram com 22 por cento da importancia total dos depósitos efectuados no ano de 1948. Este facto mostra claramente a boa aceitação que a Caixa Económica teve e tem por toda a Colónia, onde foi possível estabelecer este serviço, e revela também que é exactamente fora da capital que o colono mais procura amealhar os seus dinheiros, ganhos a maioria das vezes, e na maior parte dos casos, á custa de muitos sacrifícios. Se não existisse nas estações da Colónia o serviço da Caixa Económica Postal, estamos certos de que seriam alguns milhares de contos que deixariam de entrar em contas de depósito e que muita falta fariam ao giro e aos financiamentos que este organismo faz para o desenvolvimento de muitas e importantes actividades.

c) MOVIMENTO DE REEMBOLSOS:

Os reembolsos realizados pela Caixa, nos mesmos dois referidos anos, apresentam o seguinte movimento:

Em 1929:		
1) Na sede	11.484	38.754.355$00
2) Nas delegações	885	2.854.244$00
Soma	12.369	41.608.599$00
Em 1948:		
1) Na sede	36.249	240.224.194$00
2) Nas delegações	11.225	48.151.466$00
Soma	47.474	288.375.660$00

Façamos agora o confronto entre depósitos e reembolsos, efectuados em 1929 e 1948, também:

Em 1929:		
Na sede:		
Depósitos	6.947	35.353.883$00
Reembolsos	11.484	38.754.355$00
Excesso de reembolsos	4.537	3.400.472$00
Nas delegações:		
Depósitos	2.350	4.578.977$00
Reembolsos	885	2.854.244$00
Excesso de depósitos	1.465	1.724.733$00
Em 1948:		
Na sede:		
Depósitos	26.731	230.747.597$00
Reembolsos	36.249	240.224.194$00
Excesso de reembolsos	9.518	9.476.597$00
Nas delegações:		
Depósitos	16.585	67.179.471$00
Reembolsos	11.225	48.151.466$00
Excesso de depósitos	5.360	19.028.005$00

Temos de reconhecer, portanto, em face destes numeros, que os depósitos realizados nas delegações são muito mais estáveis do que os efectuados na sede, pois que, tanto em 1929 como em 1948, quantitativo dos ali efectuados é sempre superior aos dos reembolsos, dando-se precisamente o contrário na sede, onde os reembolsos são em maior numero e maior quantia que os depósitos. Isto fortalece bem as conveniências que oferecem as delegações da Caixa Económica, cujo numero deve ser aumentado sempre que possível.

d) CONTAS DE DEPÓSITOS ABERTAS E ENCERRADAS

As contas de depósito abertas durante os ultimos vinte anos foram em numero de 44.306, e as encerradas, 15.613, assim discriminadas:

	Abertas	Encerradas
1929	1.202	403
1930	1.536	418
1931	2.064	539
1932	2.256	600
1933	1.820	719
1934	1.402	877
1935	1.242	634
1936	967	683
1937	1.235	538
1938	1.186	2.148
1939	1.284	511
1940	1.477	506
1941	1.307	541
1942	1.328	477
1943	2.267	850
1944	2.707	974
1945	2.984	1.240
1946	2.790	1.167
1947	2.606	938
1948	2.645	850
Total	44.306	15.613

Entre as contas abertas e encerradas, houve, portanto, uma diferença para mais, nas primeiras, de 28.693 contas.

A média dos primeiros depósitos no primeiro e ultimo dos anos acima mencionados foi de 1.963$00 em 1929 e 8.963$00 em 1948.

Vê-se, assim, que entre 1929 e

LOURENÇO MARQUES — Sede da Direcção dos Serviços e Estação Central dos C. T. T.

1948, as contas abertas registaram o aumento de 119 por cento, e as médias dos primeiros depósitos, 355 por cento.

Procedemos a um apuramento quanto ás profissões dos novos depositantes, nos ultimos vinte anos, extraindo, de entre todos, aqueles que maiores depósitos efectuaram; e chegámos ao seguinte resultado:

Profissões	Contas
Funcionários civis e militares	8.711
Domésticas	4.533
Serviçais indígenas	4.423
Empregados comerciais	3.665
Operários	3.259
Comerciantes	983
Proprietários	386

Estes numeros mostram que o espírito de economia está fortemente arreigado nas classes mais modestas, e é, portanto, á custa delas que tem sido possível á Caixa Económica exercer a larga actividade financeira que os numeros apresentados nestes capítulo revelam. E o facto mais interessante está sobretudo, nas contas abertas pelos serviçais indígenas, que figuram em terceiro lugar, o que constituiu um indício muito animador do espírito de economia já existente no nativo.

e) OS FINANCIAMENTOS:

A mais importante actividade da Caixa Económica, desde a sua fundação, têm sido os financiamentos para diversos fins: ao Estado, para obras de fomento; ás Camaras Municipais, para melhoramentos urbanos; aos Organismos de coordenação Económica, para construções e fundos de maneio comercial; ao Comércio, á Industria e á Agricultura, para o seu desenvolvimento; aos particulares, para construções de moradias e outras. Um ligeiro comentário ao que a este respeito se tem feito, mostrará que nenhum outro organismo tem contribuído tanto para o desenvolvimento da Província.

Entremos, pois, na apreciação do que se realizou em cada uma das modalidades citadas, para melhor se ajuizar da actividade da Caixa, nestes ultimos vinte anos:

1) — Empréstimos ao Estado:

Os empréstimos feitos ao Estado desde 1929 a 1948 somam 49.200.057$00 (mais de quarenta e nove mil contos) e destinaram-se todos eles a importantes obras de fomento, citando-se como principais, caminhos de ferro, telecomunicações, construções de edifícios publicos e habitações para funcionários.

2) — Empréstimos ás Camaras Municipais:

Foram emprestados pela Caixa a diversas Camaras Municipais da P r o v í n c i a 101.416.946$00 (mais de cento e um mil contos), destinados a melhoramentos locais, nomeadamente ás de Quelimane e Lourenço Marques.

3) — Empréstimo aos organismos de coordenação económica:

Destinado á construção do grande edifício destes Organismos e ainda para fundo de maneio de movimento comercial, foram emprestados pela Caixa Económica 27.873.457$00 (mais de vinte e sete mil contos).

4) — Empréstimos ao Comércio, Industria e Agricultura:

Em vinte anos, foram emprestados a diversos organismos industriais, comerciais e agrícolas da Província, para o seu desenvolvimento, 56.678.381$00 (mais de cinquenta e seis mil contos) e £ 22.101 (mais de vinte e duas mil libras), que muito contribuiram para a valorização das actividades económicas de Moçambique.

5) — Empréstimos a particulares:

Exclusivamente destinados a financiar a construção de prédios de habitação e comércio, que se contam por algumas centenas, a Caixa Económica emprestou, nos ultimos vinte anos, Escudos 231.109.320$00 (mais de duzentos e trinta e um mil contos) e £ 47.015 (mais de quarenta e sete mil libras).

6) — Empréstimo por fiança:

Os empréstimos a particulares, garantidos por fiança, efectuados durante os ultimos vinte anos, atingiram 17.432.864$00 (mais de dezassete mil contos).

Sem citarmos os adiantamen-

MOÇAMBIQUE

MERCÊ DA RENOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DOS SERVIÇOS, ASSEGURAM EFICIENTES COMUNICAÇÕES INTERNAS E PARA O EXTERIOR

Central Telefónica Automático laurentina

tos a funcionários, que não entraram nos numeros acima mencionados, vê-se que os empréstimos feitos pela Caixa Econó[illegible] Postal, em vinte anos, subiram a 483.711.025$00 e £ 69.116 (quatrocentos e oitenta e três mil setecentos e onze contos e sessenta e nove mil cento e dezasseis libras) ou, somadas as duas importancias, mais de meio milhão de contos!

ESTAÇÕES

ANOS	Telégrafo--postais	Radiotele-gráficas
1925	153	5
1930	163	12
1940	193	29
1950	221	21

EDIFICIOS

Central Telefónica — Automática em Lourenço Marques, o seu custo foi de 5.500.000$00.

Central Telefónica — Automática na Beira, o seu custo foi de 6.000.000$00.

EXTENSÃO DAS LINHAS TELEFÓNICAS E TELEGRÁFICAS

As redes telegráficas e telefónicas da Província, já em 1929 tinham 7.557 quilómetros de extensão, em 1948 atingiram 18.263 quilómetros, e em 1950, 12.702,1 quilómetros.

A organização dos Serviços dos Correios, Telégrafos e Telefones Ultramarinos foi aprovada por Decreto n.º 34.076, de 2 de Novembro de 1944, sendo Ministro o Professor Doutor Marcelo Caetano.

Deu-se á mesma organização autonomia administrativa, como já sucede na Metrópole, dando assim ocasião a que tanto o publico como Estado possam usufruir dela o máximo de benefícios, e fixaram-se também bases para uma mais estreita cooperação entre os Serviços dos C. T. T. Ultramarinos e os da Administração Geral da Metrópole, por intermédio dos então Ministério das Colónias e Ministério das Obras Publicas e Comunicações.

De facto deu-se já uma grande renovação e desenvolvimento nos Serviços dos C. T. T. nesta Província de Moçambique.

MELHORAMENTOS SERVIÇOS TÉCNICOS

Comunicações telegráficas:

As redes telegráficas e telefónicas de Moçambique já em 1929 tinham 7.557 quilómetros de extensão, mas em 1948 haviam atingido 18.263 quilómetros.

Desde 1929 a 1950 foram melhoradas as comunicações telegráficas nos Distritos do Sul do Save, Zambézia, Manica e Sofala e Niassa, construindo-se algumas centenas de quilómetros de linhas telegráficas, como consta desenvolvidamente no «Relatório e Estatística» dos C. T. T. do ano de 1948.

Linha telegráfica Beira - Rodésia do Sul:

Em 1947 deu-se início á construção da linha telegráfica Beira-Rodésia do Sul, trabalho este que ficou concluído em 1949. O seu custo foi de 11.934.923$91.

Comunicações rádiotelegráficas:

Em 1928 — existiam na Província de Moçambique 6 estações rádiotelegráficas, a saber: Lourenço Marques (duas, sendo uma para o serviço interno e outra para a navegação), Quelimane, Inhambane, Mossuril e Beira, esta pertencente á Companhia de Moçambique. Com excepção da estação rádiotelegráfica da Polana (Lourenço Marques-serviço interno), que havia sido

Edifício dos Emissores, na Matola...

montada em 1925-1926, todas as outras eram ainda as que haviam sido retiradas dos navios alemães aprisionados nas nossas águas durante a guerra de 1914-1918, e executavam serviço costeiro fixo. Tinham existido, anteriormente, as estações de potência reduzida da Inhaca, Chongoene (Vila de João Belo), Bazaruto Chinde, Mopeia e Angoche, mas a experiência acabou por demonstrar que estas estações se tornavam anti-económicas, por vários motivos, ficando aquelas localidades muito melhor servidas com linhas telegráficas. Por essa época, encontravam-se em vias de montagem duas estações de faísca, de 15 kws., uma em Vila Francisco Barreto e outra em Tete, mas apenas esta chegou a funcionar, por pouco tempo. Estava, então, em projecto a organização de uma rede de rádiocomunicações para o serviço interno da Província, a que se deu imediata execução com a instalação de emissores de ondas curtas em Lourenço Marques (Polana), Vila Francisco Barreto, Quelimane e Tete. Por seu lado, a Direcção dos Correios e Telégrafos da Companhia de Moçambique instalara, também, um emissor semelhante, ficando assim asseguradas, com regularidade e eficiência, as comunicações rádiotelegráficas no interior da Província estabelecendo perfeitas comunicações de norte a sul e de leste a oeste. E tanto assim foi que a Companhia do Cabo Submarino (a Eastern Telegraph Co.) não tardou em encerrar as suas estações na Província, pois já haviam deixado quase de fazer serviço com o exterior depois que foram inauguradas as comunicações com Lisboa da Companhia Portuguesa Rádio Marconi Já se não justificavam os serviços do Cabo Submarino.

DE 1930 A 1932

Depois da Organização dos Serviços de 1928, foram instaladas em Moçambique as seguintes estações radiotelegráficas:

Lourenço Marques — Potência, 2,0 «kilowatts». Emissor de válvulas. Comprimentos de onda, 51,19 metros (C. R. M.), 50,21, (CRM2), 49,88 (CRM3), 31,93 (CRM4), 31,60 (CRM5) e 31,40 (CRM6).

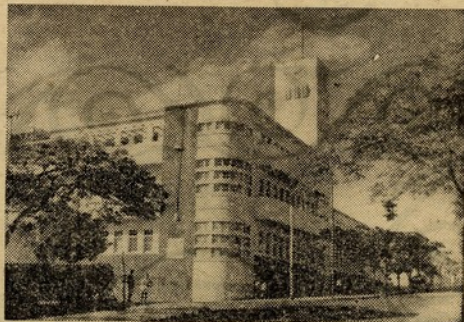
Beira — Potência, 0,5 «kilowats». Emissor de válvulas. Comprimentos de onda, 44 metros (CRH2) e 34 metros (CRH3).

Quelimane — Potência, 0,5 «kilowatts». Emissor de válvulas Comprimentos de onda, 48,5 metros (CRT) e 30 metros (CRT2).

Tete — Potência, 0,5 «kilowatts». Emissor de válvulas. Comprimento de onda, 33,71 metros (CRU).

Moçambique (Vila Francisco Barreto) — Potência, 2,0. Emissor de válvulas. Comprimentos de onda, 47 metros (CRV), 30,30 (CRV2) e 20,15 (CRV3).

Para serviço da navegação marítima, existem três estações costeiras, em Lourenço Marques, Beira e Moçambique:

Lourenço Marques Rádio — Potência, 6 «kilowatts». Emissor de válvulas. Iniciais de chamada CRL. Ondas, 600 e 2.100 metros. Serviço permanente.

Beira Rádio — Potência, 3 «kilowatts» e 0,1. Emissores de válvulas e faísca abafada. Iniciais CRH. Ondas, 600, 800 e 2.600 metros. Horário de dia completo.

Moçambique Rádio — Potência, 1 «kilowatt». Emissor de válvulas. Iniciais CRQ. Ondas, 600 e 900 metros. Horário permanente.

Porto Amélia — Existe um posto de pequena potência com os comprimentos de onda de 600 a 650 metros, (XXC), destinado a garantir as comunicações com a sede da província do Niassa, e presta, quando necessário, auxílio á navegação marítima e aérea.

Estações aeronáuticas e radiogonométricas:

Ao progressivo desenvolvimento da navegação aérea trouxe o Governo o seu valioso auxílio e assistência, ordenando a instalação das estações aeronáuticas-radiogonométricas nos principais pontos da Província e cuja potência e características técnicas são de molde a prestar toda a assistência ás aeronaves que sobrevoam os nossos territórios.

...e Casa das Máquinas

As estações aeronáuticas-radiogonométricas de Lourenço Marques (CRJ), Inhambane (CRI), Beira (CRG), Quelimane (CRS) e Moçambique (CRP) foram este ano abertas á exploração, estando a prestar óptimos serviços á navegação aérea.

As estações acima designadas possuem características idênticas, funcionando nos comprimentos de onda de 932,900, 45,52 e 23,40 metros.

1950 — Encontra-se concluída, estando algumas estações já a funcionar, a nova rede de telecomunicações com que foram dotados os serviços dos C. T. T. de Moçambique.

Este importante melhoramento, constituído por numerosa e moderna aparelhagem, quer transmissora quer receptora, vem dar satisfação á imperiosa necessidade de actualizar os serviços, facultando-lhes os meios de bem cumprirem a sua missão.

Quinze novos emissores, dezanove receptores, mastros e sistemas de antenas dirigidas, terminais telefónicas, máquinas e diverso material acessório, formam o conjunto da nova rede, instalada em edifícios especialmente construídos ou ampliados para esse fim.

Os novos equipamentos foram montados em Lourenço Marques, Beira, Tete, Quelimane, Nampula, Vila Francisco Barreto (Tocolo), Lumbo, Vila Cabral, Porto Amélia e Mocímboa da Praia, localidades estas, onde se ergueram oito novos edifícios para instalações das estações.

Os emissores, Marconi, são de três tipos:

TGS, de 500 vátios, para onda curta, destinados ao serviço fixo interno e móvel com a navegação aérea (em substituição de alguns antigos TA8).

TGM, de 1.000 vátios, para onda média, destinados ao serviço com a navegação marítima.

SWBS, de 3.500 vátios, para onda curta destinados ao serviço radiotelegráfico e radiotelefónico entre Lourenço Marques, Beira e Nampula.

Os receptores, também fabricados pela Marconi, são de três tipos:

GR 100, para ondas curtas e médias.

GR 150, para ondas curtas.

GR 500, para ondas curtas e médias.

Os equipamentos terminais telefónicos montados em Lourenço Marques, Beira e Nampula estão munidos de um dispositivo inversão de frequência acustica que garante o segredo das conversações radiotelefónicas.

Diversos sistemas de antenas dirigidas asseguram o aproveitamento óptimo da energia irradiada na direcção escolhida e novas máquinas, com potências que vão de 3 a 30 quilovátios, alimentam a aparelhagem transmissora e receptora.

Esta importante obra, realizada no campo das telecomunicações, foi completada por outra não menos importante e de notável projecção no campo social: a construção de moradias para o pessoal que tem a seu cargo a vigilancia do funcionamento e a conservação das novas estações.

Nada menos de trinta e seis casas se construiram nas diversas localidades atrás mencionadas, e que se destinam a alojar os respectivos empregados e suas famílias.

São agradaveis habitações, do tipo independente, dotadas de todos os requisitos, quanto a conforto e higiene.

Juntamente com a montagem dos novos postos, fez-se a instalação de duas novas centrais de telecomunicações: uma em Lourenço Marques e outra na Beira.

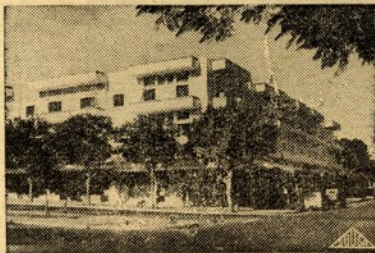
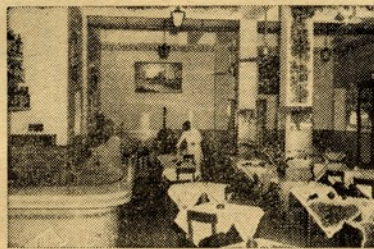
CENTRAIS TELEFÓNICAS

Em 1929 — Havia em toda a Província 633 assinaturas telefónicas, das quais 594 só em Lourenço Marques, e as restantes espalhadas pelas diversas localidades, mas em 1948 as assinaturas atingiram o numero de 2.886.

Em 1929 — Quando a capacidade da Central Telefónica de Lourenço Marques estava esgotada, houve que resolver-se o problema da aquisição de uma nova Central de maior capacidade, por isso estudou-se o assunto e procedeu-se simultaneamente á construção do prédio e á compra do material telefónico.

(Continua na 16.ª pág.)

Rádio Polana

COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MOÇAMBIQUE
TELEFONES — ESCRITÓRIO: 3728 ★ TRONCAS: 4041 ★ GABINETE DO DIRECTOR: 3608
B. KAKO OBHAI & C.ª, L.da
CAIXA POSTAL: 675 E 1149 ★ LOURENÇO MARQUES
ENDEREÇO TELEGRÁFICO: RICHNESS E KAKOOBHAI
★
CAMBISTAS E COMÉRCIO GERAL
FIRMA ASSOCIADA:
SOCIEDADE COMERCIAL LUSO-INDIANA, LDA.
TECIDOS DE ALGODÃO e COMÉRCIO GERAL
CAIXA POSTAL 1133 ★ ENDEREÇO TELEGRÁFICO: «LUSO-INDIANA»
PENSÃO COIMBRA
DE JOSÉ MARIA DOS SANTOS
O MELHOR PRÉDIO ACABADO DE CONSTRUIR EM LOURENÇO MARQUES
FLETES PRIVATIVAS COM ÁGUA QUENTE E FRIA
O MELHOR SERVIÇO DE COZINHA
DESFRUTANDO UM DOS MELHORES PANORAMAS, COM VISTA PARA A BAÍA DE LOURENÇO MARQUES
RESTAURANTE ASTÓRIA
PERTENCENTE À PENSÃO COIMBRA
COM SERVIÇO IMPECÁVEL DE COZINHA, RESTAURANTE E BAR
FORNECE BANQUETES E CEIAS A QUALQUER HORA DA NOITE
FREQUENTADO PELAS MELHORES FAMILIAS DE LOURENÇO MARQUES
AV. 24 DE JULHO, 246 (Esquina da General Machado) LOURENÇO MARQUES Caixa Postal 967 Telefone 4704

COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MOÇAMBIQUE

«MARIALVA»

UM CASTIÇO RESTAURANTE RIBATEJANO

TIPICAMENTE PORTUGUÊS

Um dos mais curiosos aspectos da cidade de Lourenço Marques é, sem duvida, aquilo que se pode considerar como «um saudosismo pela Metrópole». No entanto, esse saudosismo não se manifesta de forma decadente interessando-se antes, ou melhor, baseando-se nalgumas das características mais populares e humanas do povo português.

Um caso típico desse interesse em Lourenço Marques pela vida da Metrópole é, indiscutívelmente, o restaurante «Marialva», estabelecimento castiçamente ribatejano, onde, a exemplo do que sucederia no continente, o Fado e a «Festa Brava» são motivo de interesse artístico e de entusiásticas conversas.

Em todas as suas dependências, desde a porta da entrada á cozinha, o «Marialva» tem características especiais, um «clima» evocador da Mãe-Pátria, que o impõem como um estabelecimento diferente, como um recanto bem português, nada influenciado, como tantas vezes acontece, pelas coisas estrangeiras.

Quem supuser que esta tendência, este aproveitamento do «Marialva» correspondeu a um intuito comercial, engana-se. Trata-se apenas do resultado de uma compreensão do natural sentimento saudosista das pessoas afastadas por muito tempo da Metrópole — do resultado de um amor muito entranhado pelas coisas portuguesas. Por esse motivo, tem perfeita explicação a natural preferência que a clientela tem dedicado ao «Marialva». Dadas as características do seu ambiente, de vivo interesse pelos assuntos taurinos e do Fado, este restaurante passou a ser escolhido pela população de Lourenço Marques — até mesmo pelas pessoas que não se interessam muito pela Festa Brava e pelo Fado...

Isto acontece porque, na realidade, o «Marialva» possui um cunho português e a clientela é agradávelmente atendida com a afectuosidade peculiar ás melhores casas metropolitanas da especialidade.

O serviço de cozinha, impecável, é á portuguesa. O serviço de *bar*, rápido e eficiente, caracteriza-se pela cuidada escolha dos vinhos. O proprietário, Feliciano António, soube, na realidade, imprimir, a esta casa, ambiente e um excelente serviço que deixam em todos os clientes o desejo de lá voltar. E' difícil esquecer que, neste Portugal distante, a evocação do que nos é querido se exerce com uma sinceridade profunda.

Instalado no moderno edifício Glória, já fora do bulício central da cidade, pelo «Marialva» têm passado as figuras mais características e populares: Amália Rodrigues, Manuel dos Santos, Diamantino Viseu, Simão da Veiga, etc.

Até hoje, ninguém deixou o «Marialva» sem uma recordação de contentamento por aquele recanto representativo de Portugal metropolitano. Mas isso não acontece só aos portugueses residentes ou de passagem por Lourenço Marques: passa-se com os estrangeiros também. E' frequente, por exemplo, confessarem-se os sul-africanos encantados com a original decoração do «Marialva» e altamente agradados com a sua excelente cozinha, dirigida por D. Maria Sereno, esposa de Feliciano António. Um mundo de recordações — retratos, autógrafos e lembranças — faz parte da decoração da casa. Por seu turno, os esplêndidos serviços de cozinha e «bar», tudo, enfim, dão a «Marialva» o cunho típicamente português que não pode deixar de encantar a quem o conhece.

Amália, quando da sua recente visita á capital de Moçambique, foi homenageada no «Marialva»

Manuel dos Santos é a figura central deste jantar no típico restaurante Laurentino

...e Diamantino Vizeu também recebeu no «Marialva» as saudações dos entusiastas de Lourenço Marques

MOÇAMBIQUE

MOÇAMBIQUE

Propriedade planificada e completamente defendida da erosão

PROBLEMAS DE CONSERVAÇÃO DO SOLO NA ÁFRICA ORIENTAL PORTUGUESA

Pelo dr. ARMANDO SALBANY

A exploração do solo na produção agro-pecuária tem de ser feita em bases essencialmente económicas para que os resultados sejam benéficos para o produtor e para o País. No geral assim é nos primeiros tempos mas, devido à diminuição progressiva dos rendimentos, a estabilidade destas explorações torna-se, com o tempo, periclitante.

É moda hoje atribuir-se à erosão do solo a maioria dos males em agricultura, mas o problema tem que ser visto sob faceta bem diferente.

De facto, da erosão natural, que sempre existiu, à erosão acelerada causadora da destruição do potencial produtivo da terra, vai sòmente um passo, mas é justamente este passo que a população do mundo vai dando impensadamente, colocando em situações deficitárias as suas explorações e pondo mesmo em risco a própria existência.

O termo «erosão» dá ideia incompleta, e por vezes errada, do problema. Não é só o arrastamento acelerado do solo, quer pela acção da água quer pelo vento, que contribui para a ruína das propriedades. Especialmente em África, onde o regime torrencial de chuvas é seguido de longo período seco, o teor de humidade no solo é o factor que determina a utilização deste. Sabemos, por outro lado, que não é o total da chuva caída durante o ano, que representa sempre o principal determinante ecológico de uma região, mas sim a sua distribuição e intensidade, o que na prática se traduz na quantidade de água que uniformemente é facultada às plantas no período em que estas necessitam de humidade no seu metabolismo fisiológico.

Para conservar a fertilidade do solo é preciso orientar a sua utilização segundo as leis ecológicas

O solo não pode estar sujeito ao arrastamento acelerado das suas partículas menos densas, mas basta o uso de práticas agrícolas inadequadas para retardar a absorção da água e reduzir a capacidade da sua retenção, o que vem alterar toda a vida do solo, contribuindo para o seu empobrecimento progressivo e, eventualmente, para a esterilização.

Para a conservação da fertilidade do solo, portanto, não é preciso mais do que orientar a sua utilização dentro das leis ecológicas que a Natureza doutamente estabeleceu, usando-se para esse fim de práticas agronómicas adequadas.

É utópico julgar-se que o problema pode ser resolvido com simples brigadas mecânicas para a construção de defesas contra a erosão. Este erro foi cometido já em vários países com resultados graves.

O potencial produtivo do solo só pode ser conservado desde que a sua utilização seja orientada em perfeito equilíbrio, isto é, usufruir-se os benefícios que ele nos dá sem se entrar no capital; pelo contrário, aumentando-se e corrigindo-se o capital solo, os lucros no seu usufruto podem ser considerávelmente elevados. Estes princípios de técnica agrícola, do conhecimento geral sob o seu aspecto teórico, têm sido desprezados, na prática, pelo europeu, em África. E' ele, e não o indígena com a sua agricultura primitiva, quem mais tem arruinado, e vem arruinando sistemàticamente, muitas centenas de milhar de hectares.

Como em Moçambique ainda existem muitas terras por arrotear e extensas florestas por abater, o cilindro da devastação continua a rolar pesadamente, roubando ao património nacional áreas incalculáveis, que as gerações vindouras poderão vir a pagar com a fome, se a tempo não se travar essa máquina infernal.

A organização das industrias deve obedecer a planos técnica e economicamente viáveis

Em Africa, os ensinamentos da experiência americana e europeia poderiam ter contribuido para melhor ajustamento na distribuição do solo.

Não se podem estabelecer com carácter fixo áreas máximas ou mínimas para cada região, sem tomar em devida conta as possibilidades económicas da exploração em cada caso particular, devendo o agricultor ficar obrigado a pôr em prática sistema de exploração que garanta o melhor aproveitamento do solo, sem o degradar.

No caso de explorações pecuárias em regime extensivo, a unidade económica poderá ir, em Africa, a alguns milhares de hectares, para que o agricultor possa tirar lucros que garantam a sua estabilidade económica sem deteriorar os pastos, ao passo que nas formas de exploração intensiva a unidade poderá ser reduzida à casa das dezenas.

Por outro lado, há que garantir o melhor aproveitamento possível do património nacional — solo — visto que só do seu aproveitamento racional em bases económicas, poderão resultar benefícios para o País. Os agricultores falidos constituem peso morto e não são mais do que parasitas das populações urbanas, quando vivem sòmente à custa de subsídios que têm a sua causa fundamental no errado desempenho da profissão agrícola. Não se pode desenvolver uma indústria, só para se ter o prazer de dizer que a possuimos; é indispensável que a sua existência se justifique e que na sua organização se utilizem planos técnica e economicamente viáveis.

O custo da produção está intimamente ligado ao volume da produção, bastando só este princípio de economia para colocar sob a alçada absoluta de serviços especiais de conservação do solo e fomento, todas as concessões de terrenos para fins agro-pecuários em Africa.

Sob o aspecto genérico, a determinação do tipo de exploração deveria vir sempre antes do estabelecimento das áreas a conceder, porque neste campo entra em jogo a economia geral do País e, embora a utilização do solo seja determinada pelas condições ecológicas do meio, há sempre certa maleabilidade no ajustamento técnico de vários tipos de exploração. Determinadas, neste caso, as necessidades da Nação e a adaptabilidade da região à produção desejada, estabelece-se a área que permitirá, em cada local, sistema económico estável de exploração.

Nos casos em que o parcelamento já está feito e os agricultores estabelecidos, o problema é muito mais complexo. Na maioria dos casos, as

Um caso de esgotamento impressionante

áreas concedidas não permitem o estabelecimento de tipos de exploração apropriada, ou são excessivamente grandes para o sistema de exploração que deveria prevalecer. Encontramos, assim, unidades com alguns milhares de hectares no fértil vale do Limpopo a serem utilizadas na exploração pecuária em regime extensivo, enquanto na Namaacha e na região acidentada de Goba, em solos que, salvo raras excepções, não podem ser considerados como próprios para a lavoura, unidades com menos de 400 hectares, o que não permite o estabelecimento de adequado sistema de exploração com base económica. Resultados: no primeiro caso existe manifesto desperdício de capacidade produtiva da região, ao passo que, no segundo, é intensificada a forma de exploração, causando o esgotamento da terra.

Há, portanto, que fazer uma revisão completa das propriedades agrícolas e colocá-las, sempre que isso for possível, em condições económicas de exploração estável. E, nos casos tècnicamente impossíveis, há que fazer o reajustamento das concessões.

Só vigilância técnica apropriada, no domínio agro-pecuário, garantirá a independência económica das explorações...

Há a considerar que o agricultor europeu em Africa não tem tradição agrícola, desconhece quase sempre os princípios básicos para a orientação da sua propriedade e é raríssimo elaborar um plano de trabalhos que vá além de um ano agrícola. As culturas são escolhidas à face das cotações e não em relação à economia da produção, o mesmo se passando com a pecuária. Não existe, portanto, o equilíbrio agronómico indispensável à estabilidade do solo, e daí resulta o seu progressivo empobrecimento.

A organização oficial de brigadas técnicas, que tenham por fim auxiliar os colonos a estabelecerem sistemas económicos de exploração que garantam a manutenção da fertilidade do solo, constitui uma das mais importantes formas de fomentar a produção nacional. Para a economia do País é sempre de importancia capital a obtenção de maior rendimento possível em relação ao capital e esforço despendido com a produção, seja ela de que natureza for. E' lógico, portanto, admitir-se que, sob ordenamento técnico apropriado, a economia e a estabilidade da exploração agro-pecuária poderiam atingir nível indispensável para garantir a independência financeira dos colonos. No orçamento das despesas do Estado as verbas destinadas a brigadas técnicas para esse fim constituiriam base importante para maiores receitas.

Nos países onde os problemas da erosão se fizeram sentir mais acentuadamente, reconheceu-se que a orgânica dos serviços oficiais que têm ligação directa ou indirecta na utilização dos solos, não permitia actuação eficaz e prática no fomento agro-pecuário e na conservação do solo. A tradição burocrática dos vários Serviços e o orgulho da especialização e independência, causaram a separação dos departamentos, transformados assim em compartimentos estanques, que punham barreira intransponível à cooperação.

...mas a subordinação integral ao aspecto científico oferece riscos graves

Por outro lado, a tendência para transformar a agronomia numa ciência pura, passou a obsecar inconscientemente as instituições de ensino agronómico, dando aos futuros técnicos a ideia de que o aspecto científico dos problemas deveria ser estudado sempre em primeiro lugar, passando-se depois à aplicação prática dos resultados da investigação. Isto é assim em tese académica e assim é também na prática em casos especiais mas, na orientação geral do fomento agro-pecuário, a aceitação incondicional deste princípio levou vários serviços oficiais de alguns países à falência técnica e a completo desprestígio público.

No plano geral de actuação, em qualquer empreendimento oficial ou particular, há que determinar, logo de início e com clareza, os objectivos que se pretendem atingir e qual a prioridade que se deve estabelecer na vasta engrenagem a montar.

Na Agronomia e na Medicina, ciências que visam o bem-estar do homem, a primeira dando-lhe o necessário para o seu sustento e conforto e a segunda tratando-o dos seus males, o campo de acção poderá ser dividido em três grandes sectores: reconhecimento científico do meio onde se pretende trabalhar; investigação científica para encontrar soluções para os casos novos; assistência.

A prioridade da actuação nesta divisão genérica deverá ser subordinada ao objectivo e aos meios de trabalho.

Para exemplo elucidativo suponhamos que se descobre amanhã uma grande ilha, densamente povoada, onde a população sofre de inúmeras doenças. Não existem médicos nem medicamentos, e o País que anexou a ilha envia para ali uma brigada para montar os serviços de saude.

Neste caso, a prioridade é dada à assistência e só se poderá passar ao reconhecimento e à investigação, a passos lentos, de acordo com as necessidades clínicas e dentro das disponibilidades de pessoal e material que possam ser desviados para essa missão, sem prejuízo da assistência aos doentes, que é o objectivo principal.

Se a ilha fosse desabitada e houvesse a intenção de estabelecer ali uma colónia, então a ordem de trabalhos teria que ser diferente, passando o reconhecimento científico para o primeiro plano.

Na agricultura, como no mais, há que estabelecer a prioridade de actuação em harmonia com os objectivos

No campo agronómico o problema é idêntico: Se a população da ilha fosse essencialmente agrícola e a agricultura precária, devido a maus processos de exploração da terra, a assistência aos agricultores teria prioridade absoluta.

A função primordial dos técnicos é a de aumentar a capacidade produtiva, com os recursos científicos existentes.

Embora este princípio na orientação dos serviços de agricultura seja de lógica irrefutável, na América do Norte e ainda há bem pouco tempo na Africa do Sul, os serviços agrícolas oficiais tinham aberto as principais frentes de acção no campo dos estudos científicos, deixando em segundo plano a assistência directa aos produtores. Foi, sòmente, quando tremendas tempestades de terra, trazidas pelo vento, escureceram cidades americanas, que o Governo sentiu necessidade urgente de alterar a prioridade de actuação nos serviços técnicos.

Com esta albufeira e implantação no regadio da área que comanda, modificou-se a situação de exploração, garantindo-se ao agricultor a estabilidade económica onde a falência era provável

Em Moçambique existem muitas centenas de milhar de exploradores dos seus recursos naturais e, embora se esteja ainda longe da degradação geral do solo e da flora de valor económico, o ritmo de devastação é confrangedor.

Volume de conhecimentos, cada vez mais amplo, levou à especialização de serviços empolgados em estudos de especulação científica

A bagagem de conhecimentos alcançou tal volume, que as ciências vão sendo subdivididas em campos cada vez mais restritos, para que o homem as possa aprofundar e tornar eficientes.

A tendência geral para a especialização começou a estender-se aos serviços técnicos oficiais com a criação de departamentos mais ou menos autónomos, com largas atribuições de estudo e fomento entre os limites da especialidade. Foram assim criados, para tratar de problemas ligados à exploração do solo, vários serviços e departamentos que superintendem separadamente sobre pecuária, florestas, hidráulica, agricultura (em certos países a agricultura geral ainda é subdividida em vários serviços autónomos, que superintendem certas culturas que tomaram vulto especial), e estes serviços estão quase desligados dos que têm a seu cargo a distribuição do solo pelos agricultores.

A falta de coordenação com este sistema de trabalho começou a causar logo de início sérias perturbações no fomento, dando como resultado o descontentamento do produtor e a descrença geral dos técnicos.

Os serviços de investigação científica agronómica e pecuária trabalhavam, por seu lado, desligados dos problemas essencialmente práticos do fomento, e a tendência geral foi para o estudo de empolgantes assuntos de alto valor científico, que, no geral, eram propostos para estudo consoante o interesse especulativo académico do investigador. O objectivo em muitos destes casos era a descoberta de algo de novo na ciência, a fim de dar à instituição e ao investigador cotação científica por vezes internacional. A utilização prática imediata das descobertas, poucas vezes era considerada como determinante da prioridade dos objectivos. Não havendo ligação oficial com os serviços de assistência e fomento, passou a existir certa emulação entre os investigadores e os técnicos do fomento, porque os primeiros elevavam a sua cotação no campo técnico, pelas publicações científicas, e os segundos permaneciam apagados no árduo e ingrato trabalho da assistência aos lavradores. Não há duvida de que a missão dos primeiros é muito mais atraente, por mais cómoda e interessante.

Mas a opinião publica não pode ser desprezada e o agricultor, que dos serviços de investigação pouco colhia de utilidade para a resolução dos seus problemas agrários, passou a isolar-se e a lastimar-se quanto ao fraco auxílio técnico recebido. Cada um dos serviços autónomos dava indicações especializadas, mas não existia nenhum organismo que considerasse o plano geral da exploração.

Quanto à agricultura indígena o mesmo se passava, e, aqui, o caso apresentava repercussões graves no campo social. As instruções culturais vinham dos serviços especializados directamente para os representantes do Estado junto das populações nativas e deles cada um tratava do que lhe dizia respeito. Como consequência, as normas expressas eram na maioria dos casos antagónicas e raras vezes o problema agro-pecuário era resolvido criteriosamente.

Começou então a germinar a ideia da criação de serviços especiais para a realização de certos e determinados objectivos, em vez de entregar o êxito de uma campanha a várias organizações autónomas e descoordenadas. Esta nova concepção administrativa atingiu a máxima pujança nesta grande guerra, quer no campo militar, quer no campo científico, inclusivamente agrícola, ligado directa ou indirectamente às necessidades bélicas das grandes nações em conflito.

Definido, estudado e discutido o objectivo, eram estabelecidos os serviços competentes sob comando único, que tinham a missão de levar a cabo a tarefa segundo um plano prèviamente elaborado.

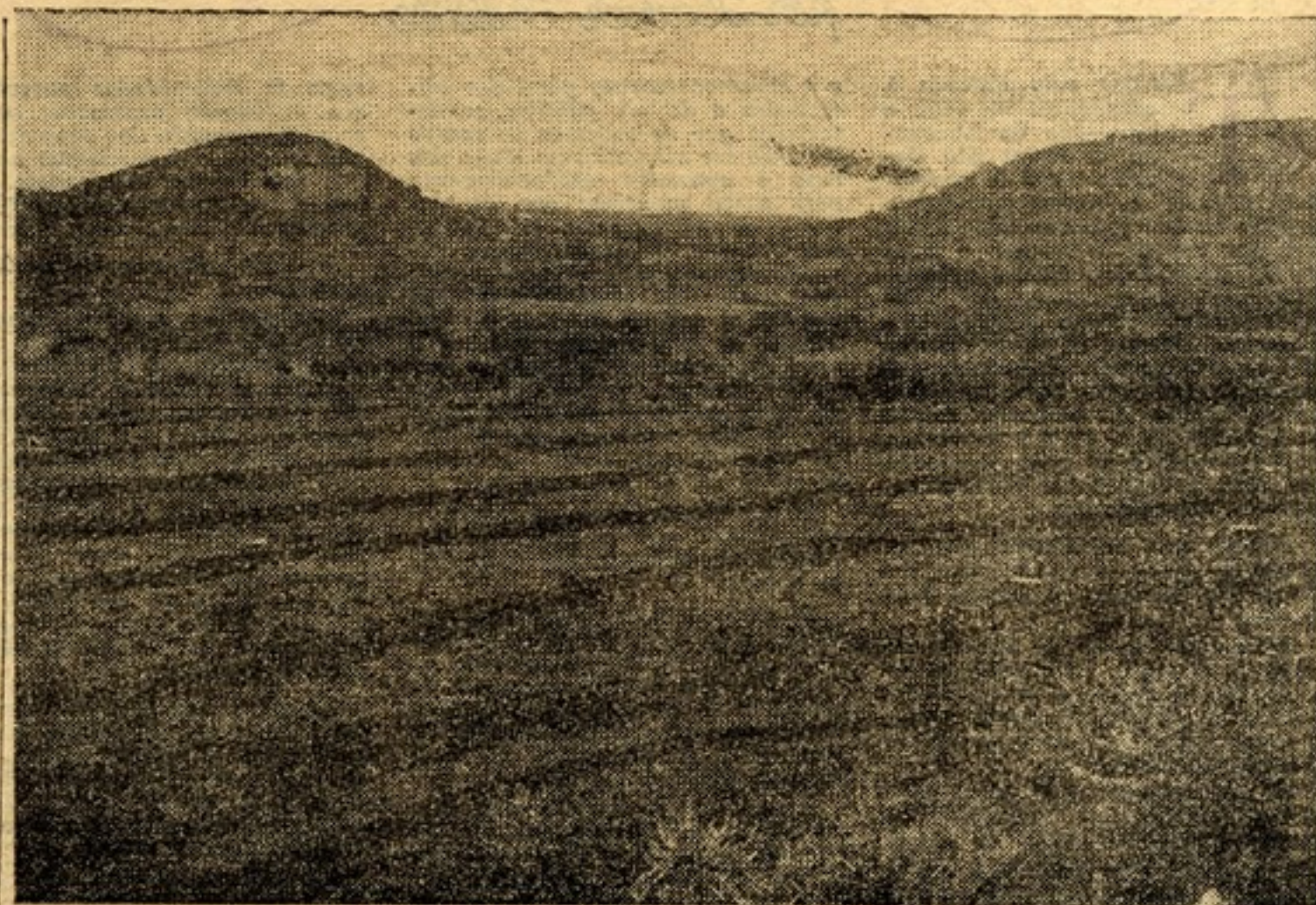
Nasceu destes princípios a organização especial americana para o aproveitamento integral do vale do Tennessee e organizações congéneres em realização e estudo, assim como os Serviços de conservação do solo na América e na Africa do Sul.

A determinação dos objectivos é um problema que pertence à orientação geral do Governo da Nação, e para tal são criados conselhos especiais, que têm por fim considerar e discutir a conveniência nacional de se encetar a campanha em determinado sentido.

Passa-se depois ao inventário dos meios de trabalho, em pessoal e material, a fim de se determinar a amplitude que a campanha pode ser dada.

Finalmente vem o plano de acção, com os pormenores indispensáveis para se atingir a meta desejada. A elaboração deste plano é já da competência dos serviços criados com esse intuito.

É em África que a orientação por serviços especializados da cultura racional do solo se torna mais eficaz

A utilização racional do solo, orientada por serviços oficiais especializados, evita a fixação de preços fictícios para os produtos de primeira necessidade na alimentação básica das populações, e garante a possibilidade de competição nos mercados externos pela redução geral do custo de produção.

Propriedade agrícola em situação precária devida ao erosionamento das terras e errado sistema de exploração

Nos países ou regiões com tradição agrícola arreigada no espírito dos velhos lavradores, a mudança de sistema é difícil e morosa, mas é justamente em Africa, onde quase tudo está por fazer, que tais serviços se tornam mais ràpidamente eficazes. A fantasia lírica da maioria dos agricultores de fim-de-semana, não traz benefícios ao país nem louros aos poetas. Mas este idealismo, filho do entusiasmo colonizador dos portugueses, não deve ser ridicularizado nem condenado; o que ele necessita é de orientação para fins utilitários e não para dar a espíritos críticos contundentes o prazer de declarar que «a agricultura é a arte de empobrecer alegremente».

A liberdade individual tem limites que são impostos pela sociedade em que se vive. O solo tem vida própria e pertence à comunidade que dele precisa para a sua existência e a das gerações vindouras. Assim como existem leis que regulam os actos do homem para garantia do bem-estar da humanidade, no que respeita à sua conduta social, muito mais importante é, sem dúvida, a regulamentação dos seus actos em relação ao usufruto da parcela de solo que temporàriamente lhe está distribuída. Ao Estado pertence a fiscalização neste usufruto, e os Serviços de conservação do solo e fomento constituem, na América do Norte e na Africa do Sul, delegados da Nação para esse fim, no intuito de deixar aos filhos a herança que dos pais receberam.

No vasto programa da colonização europeia que a Africa do Sul e Rodésia estão a desenvolver, os serviços de conservação do solo e fomento tomam papel preponderante na fixação dos colonos à terra.

Todo o colono que deseja empatar certo capital na agricultura ou pecuária, obtém dos Serviços de conservação do solo todas as indicações necessárias para a escolha da propriedade e respectivo sistema de exploração, assim como todo o amparo moral e material necessário para o êxito económico do seu empreendimento.

Em sistema de colonização agrícola organizada, reputo da máxima importancia a escolha dos colonos, visto que deste factor, mais do que de qualquer outro, depende o êxito económico e social dessa política. E' sempre muito difícil, e por vezes impossível, treinar sapateiros a tocar rabecão.

O sistema, ainda em estado embrionário na África do Sul, tem oportuna aplicação em Moçambique

Os Serviços de conservação do solo da Africa do Sul estão ainda na sua infancia, mas a sua influência na fixação de novos colonos é já importante.

Este sistema tem oportuna aplicação em Moçambique, onde o numero actual de colonos rurais estabelece perigoso contraste com a crescente ocupação da terra nos territórios vizinhos.

Na campanha de colonização que se apresenta urgente, há que fazer uso de todos os meios de propaganda, onde os filmes não podem ser esquecidos. Não se pode deixar a iniciativa ao colono, e os técnicos, a quem a missão for entregue, terão que ser missionários honestos e cheios de abnegação. E' preciso convencer as novas gerações de agricultores metropolitanos, de certo nível cultural e reconhecidas qualidades de trabalho, que nas províncias ultramarinas podem viver mais desafogadamente com o que a terra lhes dá. Na Metrópole, a subdivisão das pequenas casas de lavoura, de pais para filhos, coloca as ultimas gerações em sérias dificuldades económicas. Aliviando-se esta excessiva densidade com a saída para o Ultramar de alguns milhares de casais, resolviam-se dois problemas simultâneamente. Mas a responsabilidade moral é muito grande e isso só poderá ser feito depois dos Serviços de conservação do solo e fomento terem conseguido colocar em condições económicas estáveis a maioria dos pequenos agricultores que, em Africa, labutam já sem esperanças de melhores dias, abandonados ao seu critério e fantasia na orientação técnica e económica das suas «machambas».

E' uma grande obra a fazer-se para bem do nosso Império.

Defesa, contra a erosão, em sistema de camalhões de base larga, de uma folha de cultura

O Grémio dos Produtores de Cereais da Beira procura estabelecer métodos de exploração e conservação do solo de Manica e Sofala

Em Manica e Sofala existe um núcleo de agricultores absolutamente distinto das restantes actividades agrícolas de Moçambique. Estes colonos estabeleceram-se principalmente na região de Chimoio, de clima ameno e, como a região era fértil, dedicaram-se a tipos de exploração simples de que sobressaiu, quase em monocultura, a produção de milho.

Durante muitos anos o rendimento foi dos melhores, chegando a produção média por hectare a elevar-se além das três toneladas, mas as cotações decaíram a ponto de colocar em condições precárias todos os lavradores.

Resolveram-se as dificuldades estabilizando-se os preços de venda de forma compensadora e, hoje, o Grémio dos Produtores de Cereais do Distrito da Beira tem a seu cargo a comercialização deste produto no Distrito, a preços fixados anualmente pelo Governo da Província. Nestas dezenas de anos de exploração as produções foram decrescendo, as terras boas foram sendo levadas pelas chuvas e o desequilíbrio dos elementos produtivos no solo foi-se acentuando, porque nada lhe era restituído depois das safras. Com este sistema vicioso da actividade agrícola, não se sabe a que ponto teriam que chegar os preços de venda para que pudessem compensar o progressivo aumento do custo de produção devido ao decrescente rendimento da terra e também ao agravamento que nos ultimos anos se tem verificado nos encargos usuais das explorações.

Para modificar este estado de coisas e como ainda não estão criados em Moçambique Serviços especializados que tenham a seu cargo a orientação das explorações agrícolas e a assistência ao lavrador, o Grémio dos Produtores de Cereais do Distrito da Beira, sob a orientação dos Serviços Técnicos, em Moçambique, da Junta de Exportação dos Cereais das Províncias Ultramarinas, está procurando estabilizar as terras e os agricultores de Chimoio.

Obra realizada em cerca de três anos, apesar da escassez de técnicos e de meios materiais

Este trabalho, dadas as escassas verbas de que dispõem estes Organismos para o fim em vista, não representa mais do que um mero esboço do que se deverá fazer. A falta de técnicos e especialmente de material reduzem o andamento dos trabalhos, a passo aflitivamente vagaroso em relação à grande obra a realizar. Em perto de 3 anos de trabalho defenderam-se contra a erosão 3.500 hectares, com 875 quilómetros de camalhões especiais; implantaram-se ao regadio somente uns escassos 30 hectares; construiu-se uma albufeira com a capacidade de 60.000 m3 de água e está em construção outra para 135.000 m3; fizeram-se sondagens dando água a uma dezena de agricultores, muitos dos quais nem água tinham para matar a sede ao gado; prestou-se assistência, dando possibilidades de vida económica a colonos que, noutros moldes, teriam que desistir; auxiliou-se a abertura de perto de 400 hectares de terras escolhidas para substituirem blocos erosionados e dar assim defesa económica aos agricultores; enfim, são hoje pouco mais de vinte agricultores, entre perto de 200, que em 3 anos conseguiram tirar benefício do pequeno fundo de conservação do solo, do Grémio.

Os Serviços Técnicos da Junta dos Cereais elaboraram já, ajustando as tendências e desejos dos agricultores aos requisitos técnicos, uns 20 projectos de exploração e conservação do solo, destinados a colocar em perfeita estabilidade essas herdades. Mas de que valem os projectos se não existem possibilidades de os implantar?

Poderá prestar-se a interpretações erradas o que se acaba de dizer, mas como não se trata de propaganda mas sim de informações, os factos têm que ser postos em toda a sua clara verdade. O que está feito é pouco, porque, no ritmo que assim podemos seguir, somente daqui a uns 50 anos teremos conseguido defender todas as terras aráveis dos 200 agricultores e fazer todas as obras necessárias para colocar em moldes estáveis e em sã economia os sistemas falsos de exploração actuais. Por outro lado, o que está feito é já indubitàvelmente uma obra de alto valor, porque estabelece escala sem paralelo, evidenciando possibilidades de colonização do nosso Ultramar, escola criada com enormes sacrifícios e abnegação de técnicos e agricultores num exemplar e pouco frequente espírito de mutua compreensão.

Sei que está em estudo a organização de Serviços oficiais com meios para levarem a bom termo e em ritmo palpável a obra de fomento agro-pecuário que a era presente torna imperiosa. Creio firmemente nos homens de hoje e tenho fé inabalável nas qualidades da Raça. Sei, portanto, que faremos de Moçambique, com o auxílio da terra, um Moçambique maior, a contribuir, com o esforço dos seus colonos, para o engrandecimento sempre progressivo da nossa querida Pátria — Portugal!

Assim foi o princípio...

por Havier Valente

«TENDO sido elevada á cathegoria de villa a povoação de Lourenço Marques por decreto de 9 de dezembro ultimo, e sendo necessário prover ao seu regimen municipal; hei por conveniente, com o voto do conselho de provincia, nomear uma comissão composta dos cidadãos Pedro António d'Oliveira e Joaquim Thomaz da Fonseca, que são presididos pelo respectivo governador na sua qualidade de administrador do concelho e que na conformidade do § 3 do artigo 72.º do decreto de 1 de dezembro de 1869 assumirão a administração do municipio.»

Assim reza a portaria que estabelece pela primeira vez em Lourenço Marques o regime municipal.

E' datada de 27 de Agosto de 1877 e assina-a José Guedes de Carvalho e Meneses, Governador-Geral da Provincia, que ao tempo tem a sua residência oficial na Ilha de Moçambique.

O Governador do Distrito e Administrador do Concelho a quem cabe o privilégio de praticar os primeiros actos para a continuação, nesta longinqua terra, de uma das nossas mais belas tradições, é Augusto Vidal de Castilho Barreto e Noronha, ilustre oficial da Armada portuguesa, que á Provincia já havia prestado e continuaria prestando inolvidáveis serviços.

Aos seis de Setembro de 1877, «pelas doze horas do dia», na falta de casa adequada, a Comissão Municipal instala-se na própria residência do Governador do Distrito e nessa mesma data o facto é comunicado, em ofício, ao Secretário Geral do Governo.

Ao iniciar a sua correspondência oficial, o presidente do novel corpo administrativo não se limita, porém, a comunicar que havia sido dado cumprimento ao ordenado na portaria e que a Comissão tinha desde logo entrado no exercicio das suas funções.

Em estilo claro e conciso, de quem não tem muito tempo a perder, informa logo que na mala seguinte enviará, para ser presente ao Conselho da Provincia, a proposta do Código de Posturas «a fim de se criar quanto antes a receita do Municipio e poder-se assim ocorrer ás despesas inerentes a ele».

E como a Comissão não dispõe de quaisquer recursos, há que providenciar. Por isso, antes do «Deus guarde a V. Ex.ª» a primeira medida anunciada é seguida do primeiro pedido: «carece, porém, entretanto, a Comissão Municipal, enquanto não tem receita própria, que a Fazenda lhe abone os necessários fundos para as despesas urgentissimas de expediente e outras».

Na sessão imediata, sete dias depois, a Comissão Municipal entra abertamente no uso da sua competência, resolvendo «fazer publicar em bando uma postura provisória acerca dos assuntos mais urgentemente reclamados pelo Municipio, e os quais não importarão despesas para ele».

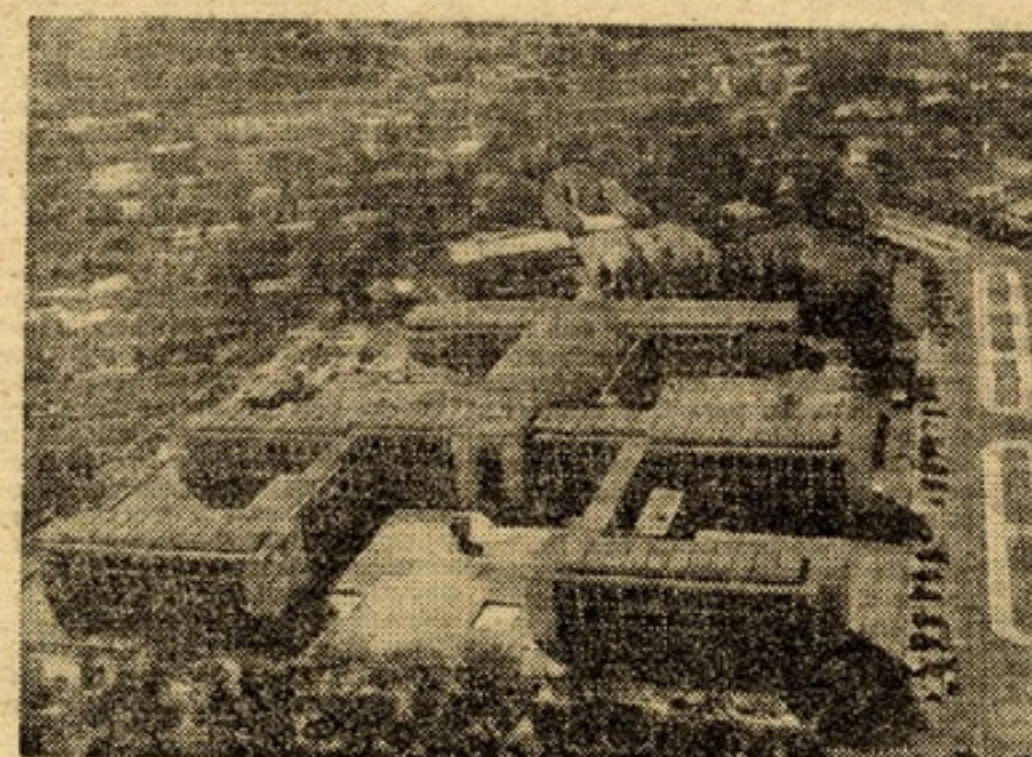
Esta primeira postura contém apenas oito artigos, que reflectem bem, todavia, as preocupações da administração local.

Nela, tendo em vista a higiene e o aformoseamento geral das edificações e da via publica, se determina que os tapumes de caniço deverão ser alinhados ao longo das ruas e aparados uniformemente pela parte superior; que os terrenos de particulares, não fechados com recinto de caniço, o deverão ser no prazo de três meses; que todas as casas deverão ser caiadas de qualquer cor, com excepção da branca; que passará a ser expressamente proibido conservar porcos nos quintais e que as casas cobertas de palha deverão ter essa cobertura substituida, no prazo de três meses, por outra de telha ou de ferro zincado...

Para efeitos desta portaria, é considerada vila a parte da povoação circunscrita pela muralha de defesa.

No ano seguinte, é publicado no Boletim Oficial o «Código de Posturas da Comissão Municipal da Vila de Lourenço Marques» e na acta N.º 13, de 8 de Agosto, aparece a primeira discriminação de receitas e de despesas relativas ao mês anterior.

A receita é de 104:125 réis, sendo 73:500 réis de licenças, 29:500 réis de multas e 1.125 réis de venda de códigos de posturas.

A despesa limita-se a 23.740 réis, sendo 2.830 réis de impressão do Código, 14:750 réis de metade das multas pagas aos zeladores, 3.000 réis ao coveiro do cemitério, 3.160 réis de gratificação aos zeladores, ficando para o mês de Agosto o saldo de 80:385 réis.

Sob o ponto de vista financeiro não se pode dizer que a situação não fosse próspera...

Em 2 de Janeiro de 1879, Augusto de Castilho tem a satisfação de fazer entrega da administração do Município á primeira Camara Municipal eleita pelo povo.

Fá-lo com solenidade, pondo no acto todo o aprumo que é de seu timbre.

Num pequeno discurso diz tudo o que tem a dizer: manifesta o seu jubilo por um acontecimento que considera como sinal evidente e real do progresso da vila; refere-se ás dificuldades passadas e aos problemas presentes; agradece a colaboração dos seus dois vogais, e presta homenagem aos novos vereadores; finalmente, afirma a sua inquebrantável fé nos destinos da terra moçambicana.

As suas palavras são autêntica profecia:

— «Suponho que uma nova era raiou para este Distrito. A próxima construção do caminho de ferro para o Transval deve promover considerávelmente o seu engrandecimento, e a nova Camara deve saber acompanhar com as suas providências, e encaminhar no bom sentido, a notável transformação que em breve presenciaremos. Tenhamos, pois, fé no futuro, e trabalhemos todos, e cada um na esfera do seu lugar, para a prosperidade desta Colónia, talvez a mais importante da Monarquia Portuguesa.»

Engana-se Augusto de Castilho nos seus vaticínios quanto á acção da Camara Municipal eleita, visto que dois meses depois era dissolvida, por ter havido irregularidades na eleição e, portanto, que estava ilegalmente constituida.

Mas não se enganou, não, quanto ao mais...

Os anos rodaram, rodaram vertiginosamente, e, com eles, de mistura com muito sofrimento e algum sangue, veio a realização magnifica do sonho do brioso militar.

Hoje, setenta e quatro anos volvidos, e precisamente no dia do aniversário do auspicioso acontecimento que foi a constituição do Município de Lourenço Marques, nós, que há longos anos o servimos com devoção e lhe temos dado boa parte do nosso esforço, tiramos respeitosamente o chapéu.

E ao olhar a cidade moderna e laboriosa que se estende por aí fora, com os seus altos edifícios, as suas extensas avenidas, as suas vivendas floridas, os seus campos de jogos, a sua praia e as suas fábricas, as suas comunicações ferroviárias, marítimas, rodoviárias, aéreas, radiotelegráficas e, mais que tudo, com a harmonia do seu viver, não podemos evitar uma pontinha de emoção...

Que era Lourenço Marques em 1877?

Elevada á categoria de vila apenas no ano anterior, inicialmente presídio desolado, era uma linguete de terra entre pantanos e mar, com modesta obra de defesa, umas tantas casas, alguns estabelecimentos comerciais e um clima impiedoso que todos os anos arrebatava bom numero dos seus habitantes...

Olhando o longo e penoso caminho percorrido, não podemos deixar de nos curvar á lembrança dos homens — militares, missionários, artífices, negociantes, funcionários — que, numa luta sem tréguas e sem fim, se foram estoicamente sucedendo no milagre heróico desta transformação.

Mas a batalha não pára... Muitos caíram já, alguns estão chegando ainda, outros se seguirão depois...

Entretanto, lembremo-nos de Augusto de Castilho: tenhamos fé no futuro e trabalhemos todos, cada um na esfera do seu lugar...

Vista aérea do edifício do Liceu Salazar, a inaugurar brevemente

Edifício dos Paços do Concelho

Vista aérea da cidade, destacando-se no primeiro plano o edifício do Palácio da Rádio (Rádio Clube de Moçambique), em vias de conclusão. Ao lado, o edifício dos Telefones Automáticos

O PLANO GERAL DE URBANIZAÇÃO DO CONCELHO

A RÊDE DE ESGOTOS E A CONSTRUÇÃO DO BAIRRO PARA O PESSOAL CAMARARIO

são problemas da maior importância que ocupam a atenção do Município de Lourenço Marques — diz-nos o presidente da Comissão Administrativa Dr. António Augusto Ayres.

POR isso mesmo que grande parte deste numero especial do «Diário Popular» é dedicado á Africa Oriental Portuguesa, não poderiamos deixar de ouvir o presidente do Município da sua formosa capital, sr. dr. António Augusto Ayres, antigo deputado da Nação, político de vulto e chefe considerado de um dos serviços mais intimamente ligados á economia e ao fomento desta parcela ubérrima do nosso Ultramar. Com efeito, a reportagem ficaria incompleta na medida em que omitisse o depoimento do homem bom, inteligente e tenaz, que, com tão notável acerto, serenidade e determinação, tem orientado, nestes ultimos anos, os destinos da progressiva cidade de Lourenço Marques.

Tarde linda de sol. Mas sol de um Inverno excepcionalmente longo, que tem maravilhado os laurentinos. Subimos, dois a dois, os degraus da ampla escadaria dos Paços do Concelho. Momentos depois eramos recebidos pelo sr. dr. António Ayres, no seu gabinete de trabalho. E ali, entre uma admirável paisagem de Frederico Ayres e um desenho caprichoso de A. Taborda, a entrevista começa, rápida, precisa, incisiva:

— Quando a actual Comissão Administrativa da Camara, a que preside, tomou conta da administração municipal, trazia algum programa de trabalhos?

— A actual Comissão Administrativa, ao tomar posse, em 31 de Agosto de 1948, não trazia o que vulgarmente se costuma chamar um «programa». Pertencendo, porém, todos os seus membros á União Nacional e sabendo que alguns dos problemas citadinos exigiam prontos e especiais cuidados, vinhamos, sim, na disposição de servir o Município dentro da mais rigorosa observancia dos princípios do Estado Novo, o que quer dizer que vinhamos dispostos a trabalhar com energia, ponderação e boa-vontade.

— Os vogais actuais são os mesmos que tomaram posse em 1948?

— Três deles — os srs. deputado José Diogo de Mascarenhas Gaivão, José Fernando Vidal e tenente-coronel Bento da França Pinto de Oliveira — continuam ainda hoje a dar-me a sua preciosa colaboração. Outros, por circunstancias diversas, não puderam continuar a trabalhar a meu lado, sendo oportunamente substituidos por S. Ex.ª o Governador Geral. Em períodos alternados, e mais ou menos longos, igualmente têm ocupado cadeiras no Município os srs. dr. António da Silva Gonçalves, comandante Américo das Neves Pacheco e dr. Inácio Bragança.

Actualmente, é o sr. Alfredo Dias Morgado quem, com os três vogais que citei em primeiro lugar, constitui a Comissão Administrativa. Não quero deixar de manifestar o meu reconhecimento pela leal colaboração que me têm dado, colaboração tanto mais de apreciar quanto é certo que o serviço na administração dos corpos administrativos não tem outra compensação que não seja a satisfação do dever cumprido.

Dr. António Ayres Presidente da Camara de Lourenço Marques

O aumento da população e os problemas que suscita

— Pode dar-nos alguns tópicos sobre os aspectos actuais de Lourenço Marques?

— Os mais importantes são sobejamente conhecidos... Entretanto, talvez seja interessante registar que a sua população actual é de 37.000 civilizados e de 55.000 indígenas. Aqueles, ocupam a cidade própriamente dita, que tem cerca de 800 hectares. Quanto aos indígenas, alguns vivem também na cidade, como serviçais dos europeus, mas a grande maioria vive nos suburbios, em área muito maior, que se estende até um círculo com cinco quilómetros de raio.

— Tem havido aumento sensível da população?

— Tenho aqui as percentagens verificadas pelo recenseamento realizado já no corrente ano e em relação a 1945. Como verá, acusam um desenvolvimento considerável: raça branca, 46 por cento; amarela, 11; indiana, 26; mista, 6; negra, 71. No total, 49 por cento.

E o nosso entrevistado, prossegue:

— Tem sido este aumento constante de população do conselho que tem tornado mais agudos certos problemas que, de uma maneira geral, sempre apresentam dificuldades para a administração dos municípios. Tivemos, e temos ainda perante nós, casos sérios a resolver; mas um deles se apresentava com tal acuidade, que era forçoso prestar-se-lhe imediata atenção.

— Trata-se de...

— Da reorganização dos Serviços Municipais. Fácilmente se compreende que seria insensato apresentar alvitres sem ter pessoal que fizesse sequer os respectivos estudos e projectos... A cidade tinha aumentado, havia-se desenvolvido considerávelmente, mas a máquina municipal continuava antiga, pequena e gasta, absolutamente incapaz de acompanhar a cidade no seu acelerado ritmo de trabalho e de vida.

— E foram reorganizados todos os serviços?

— Todos. Primeiro os da Camara, depois os autónomos, que são os Serviços Municipalizados de Água e Electricidade e os Serviços Municipalizados de Viação. Lancei-me desde o primeiro momento a este trabalho fundamental para a administração deste corpo administrativo; mas, como pode calcular, uma reforma de tal envergadura não se pode fazer em dois dias. Além do mais era indispensável que a transformação se fizesse sem prejuízo do publico, nem perturbação dos serviços. Por isso, os estudos, para a profunda remodelação que se projectava, não puderam deixar de levar seu tempo. Entrementes, fomos procurando acudir a alguns serviços, dos mais importantes, que estavam em condições difíceis e dando lugar a reclamações. águas, transportes colectivos, electricidade, assistência...

— Assistência também?

— E' verdade. A Camara de Lourenço Marques, que tantas vezes tem demonstrado a sua identificação com as directrizes políticas e administrativas do Governo, não quis deixar de acompanhar o Estado nas regalias que este vi-

(Continua na 15.ª pág.)

LOURENÇO MARQUES

RECLAMA UMA GALERIA DE ARTE

Uma galeria de arte? Em Lourenço Marques?!

Assim mesmo! Uma galeria de arte. Não um museu com um edifício imponente, uma correnteza de salas enormes, dirigentes, conservadores e uma multidão de guardas, de continuos e de serventes a absorver quantiosas verbas. Mais simplesmente, mais modestamente, mais em harmonia com as nossas aspirações e os nossos recursos: uma galeria de arte.

A Camara Municipal de Lourenço Marques possui já hoje quadros valiosos que, se não atingem elevado numero são, pelo menos, na maioria, de bons autores.

Para dar uma ideia dessa colecção, não resistimos á tentação de a discriminar.

Assim, começando pelos retratos a óleo e mais ou menos pela ordem da sua aquisição, temos: Visconde de Paiva Manso (Félix de Costa), D. Luís I (Ramalho), António Enes (Malhoa), Mouzinho de Albuquerquer (Malhoa), D. Carlos I (Malhoa), D. Manuel II (Columbano), Freire de Andrade (Columbano), Azevedo Coutinho (Malhoa), General Joaquim José Machado (?), Presidente Marechal Carmona (Cunha Andrade), Coronel José Cabral (Fausto Sampaio), General José Tristão Bettencourt (Frederico Aires), Presidente Marechal Carmona (Eduardo Malta), Dr. Oliveira Salazar (Henrique Medina), Comandante Gabriel Teixeira (Eduardo Malta), Almirante Augusto de Castilho (Eduardo Malta).

Destes retratos, os de D. Luís I, D. Carlos I e D. Manuel II, são de grandes dimensões.

Os do Almirante Castilho, do sr. dr. Oliveira Salazar e do sr. Comandante Gabriel Teixeira, encontram-se ainda em Lisboa mas já entregues aos bons cuidados da Agência Geral do Ultramar para serem devidamente acondicionados, seguros e despachados para Lourenço Marques.

Do retrato de Sua Excelência o Presidente do Conselho — reproduzido na capa do «Século Ilustrado» e em muitos jornais e revistas depois de exposto num dos salões da Camara Municipal de Lisboa e tão cobiçado que o sr. Ministro da Educação Nacional não escondeu o desejo de o arrolar; — disse o autorizado crítico Luís Reis Santos que ele era «um documento magistral de caracterização psicológica» e que o seu autor, internacionalmente consagrado, «havia realizado uma das suas obras mais notáveis».

Ao admirar a excelente tela de Medina quando da sua exposição, muitas pessoas, entre elas algumas altas individualidades do País, lamentaram que o retrato não ficasse em Lisboa, pois ele era, na opinião dos críticos — afirmavam — o documento

(Continua na 17.ª pág.)

TURISMO

Problema de hoje... e de ontem!

de Paulo Ramires

MUITO se tem escrito ultimamente sobre turismo na Imprensa de Lourenço Marques, umas vezes focando aspectos fundamentais do problema, outras deslizando para divagações mais literárias que técnicas. Todavia, forçoso é reconhecer que, de uma forma ou de outra e em maior ou menor escala, todos os escritos revelam a mesma louvável preocupação e o mesmo desejo: ver a capital de Moçambique dotada de todas as comodidades de uma cidade moderna e civilizada e oferecer, tanto a nacionais como a estrangeiros, um conjunto de atractivos que legitimamente permitam apresentá-la como um dos principais centros turísticos da Africa Oriental.

Nas crónicas e artigos publicados têm-se feito muitas sugestões e alvitres, têm-se preconizado variadíssimas medidas, desde as de carácter legislativo até ás de mero pormenor utilitário, mas de uma maneira geral, parecendo todos eles tomar as causas pelos efeitos, confundindo os pontos tão diferenciados da momentosa questão.

Realmente, no mais moderno conceito do fenómeno urbanístico, uma coisa é a preparação dos meios e das circunstancias que informam o «clima» turístico com vista aos superiores interesses nacionais — nomeadamente a balança de pagamentos — outra, muito diferente, os processos do aproveitamento desse «clima», ou seja a exploração de uma industria, o do turismo...

Embora sem o organismo próprio que dê as indispensáveis directrizes gerais e coordene, estimule e discipline actividades; embora, até, com um dos seus principais elementos — a Praia da Polana — em regime que tem dificultado a sua valorização, não se pode, em verdade, dizer que Lourenço Marques se haja alheado do problema.

Por um lado, ultima-se um plano geral de urbanização do concelho que prevê importantes melhoramentos e corrige certos «deslizes» urbanísticos de gerações anteriores (aliás cometidos nas melhores intenções), aformoseando-se o já hoje bonito conjunto citadino; as autoridades sanitárias intensificam a sua benéfica campanha de defesa da saude publica, procurando eliminar todos os possíveis focos de infecção e fiscalizando os géneros de alimentação e os próprios locais de venda ou consumo; uma repartição especial orienta a montagem das novas industrias e esforça-se por reduzir nas antigas os seus inconvenientes. Por outro lado, uma comissão, oficialmente nomeada, está projectando a regulamentação da industria de hospedagem; a Camara Municipal, agora com os seus serviços técnicos devidamente reorganizados, prepara-se para realizar em toda a área da sua competência, quantos trabalhos e benfeitorias permitam as respectivas disponibilidades; finalmente, os serviços publicitários dos caminhos de ferro e municipais, montam, na proporção dos seus recursos, a máquina da propaganda...

Lourenço Marques com os seus fáceis e rápidos meios de comunicação — marítimos — terrestres e aéreos a sua extensa e magnífica baía, as suas longas avenidas ladeadas de acácias e jacarandás, o pitoresco das suas vivendas floridas que muito justamente lhe granjearam o invejável título de «cidade-jardim», seus hoteis, casinos e campos de jogos, certa nota de cosmopolitismo no seu ambiente e, acima de tudo isso, o carácter abertamente hospitaleiro da sua gente, é já anualmente procurada por alguns milhares de turistas.

Importa, todavia, que esse numero se eleve e se mantenha em todos os meses do ano, á semelhança do que sucede na vizinha Durban, em vez de se concentrar em um ou dois meses, como está por ora acontecendo.

Além dos indicados não faltam a Lourenço Marques outros notáveis motivos de atracção turística, como seja a reserva de elefantes do Maputo (apenas a dez minutos de voo), e os hipopótamos de Marracuene (a meia hora de comboio ou de automóvel).

A aprazível povoação da Namaacha, distante sómente 80 quilómetros da cidade, com ligeira altitude e clima ameno, é o seu natural complemento. Quem vem a Lourenço Marques, não deixa de passar pelo menos um dia na Namaacha...

E as toiradas? Esse belo espectáculo de cor e de movimento, que ultimamente atingiu entre nós tanto brilho, e que os estrangeiros gulosamente procuram?

Na Praia da Polana há chalés, palhotas estilizadas e talhões para acampamento que se alugam por preços módicos e pavilhões onde se come e se dança...

Que mais falta, pois, a esta apreciável fortuna, senão melhorá-la, aumentá-la, engrandecê-la?

Nos ultimos anos e nomeadamente durante a «season», têm-se realizado, com certa regularidade em Lourenço Marques, espectáculos e competições desportivas — concertos, corridas de automóveis e de motocicletas, regatas, concursos hípicos, bailes, etc. — que, por terem principalmente lugar no mês em que a Camara Municipal fixou o seu feriado, passaram a ser conhecidos por «Festas da Cidade».

Talvez que a designação não seja inteiramente adequada, talvez que o povo, na sua espontanea sabedoria, tenha encontrado a fórmula exacta que o futuro consagrará... Em todo o caso ela está, pelo menos, de harmonia com as melhores tradições da cidade.

Com efeito, percorrendo o passado, vamos encontrar aqui sólidas e abundantes provas de uma preocupação turística, como, por exemplo, no jornal «O Futuro», de 19 e 20 de Março de 1906, encontramos já um completo programa das festas realizadas em Julho, que era então como hoje continua sendo, o mês em que á cidade acorria maior numero de forasteiros dos territórios vizinhos.

Esse programa, inteligentemente organizado, incluia numeros variados e de interesse internacional: corrida de cavalos, passeio de barco á Inhaca, regata, concurso de pesca e gincana aquática, quermesse e, a finalizar, concerto e baile.

A desafiar as modernas organizações turísticas nem sequer faltava uma «Comissão de Informações a Estrangeiros que, para maior autenticidade dos seus serviços, era presidida pelo próprio administrador do concelho!

Diz o relato a que nos estamos referindo que foi excluida a ideia da realização de uma tourada «visto a prática ter demonstrado que não é possível organizarem-se aqui coridas capazes...»

Outros tempos... Outros empresários...

Todavia, isto não impede que um numero mais antigo do referido jornal (Novembro de 1903), nos dê a confortante notícia da realização de «uma grandiosa corrida de touros» com os «conceituados bandarilheiros espanhois Cypriano Bosqued («Chicorrito») e Eduardo Cerco («Puntarets»), além, é claro, dos infalíveis «aficionados» locais...

Conspecto aéreo da cidade, com o cais do porto e a estação dos caminhos de ferro no primeiro plano

Visão nocturna de um dos mais modernos edifícios da cidade (Edifício African-Life)

COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MOÇAMBIQUE

COMISSAO REGULADORA DE IMPORTAÇÃO DA PROVÍNCIA DE MOÇAMBIQUE

SEDE: LOURENÇO MARQUES

CAIXA POSTAL 654 ★ TELEFONES 1439 E 1005 ★ ENDEREÇO TELEGRAFICO: «IMPORTAÇÃO»

DELEGAÇÕES: *BEIRA, QUELIMANE, MOÇAMBIQUE E INHAMBANE* ★ SUBDELEGAÇÕES: *VILA DE JOÃO BELO, CHINDE, TETE, PORTO AMÉLIA, MOCIMBOA DA PRAIA E ANTÓNIO ENES.*

ORGANISMO OFICIAL DE COORDENAÇÃO ECONÓMICA, PARA O FOMENTO DO INTERCAMBIO COMERCIAL COM A METRÓPOLE E COM O IMPÉRIO ULTRAMARINO PORTUGUÊS.

OS SERVIÇOS DA COMISSÃO ENCONTRAM-SE AO DISPOR DE TODAS AS ACTIVIDADES COMERCIAIS, INDUSTRIAIS E AGRÍCOLAS DA PROVÍNCIA, QUE PRETENDAM RELACIONAR-SE COM OS FABRICANTES E EXPORTADORES PORTUGUESES OU QUE DESEJEM INFORMAÇÕES SOBRE TODOS OS ASSUNTOS RELATIVOS AO MOVIMENTO GERAL DA IMPORTAÇÃO

TODOS OS PEDIDOS DE INFORMAÇÃO SERÃO GRATUITOS *E PRONTAMENTE* ATENDIDOS, *PODENDO SER FEITOS DIRECTAMENTE À SEDE OU POR INTERMÉDIO DAS DELEGAÇÕES E SUBDELEGAÇÕES*

A PRINCIPAL ORGANIZAÇÃO PORTUGUESA DE TURISMO E VIAGENS DO ULTRAMAR PORTUGUÊS

CAIXAS POSTAIS: 1148 E 1350 ★ TELEGRAMAS: «TURISMO» ★ TELEFONE: 6001 P. B. X. (2 LINHAS)

AGÊNCIA DE TURISMO MOÇAMBIQUE, LDA.

LOURENÇO MARQUES

AGENTES DE VIAGENS • CAMBISTAS

FILIADOS NA FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DAS AGÊNCIAS DE VIAGENS (F. I. A. V.)
MEMBROS DA ASSOCIAÇÃO MUNDIAL DE AGENTES DE VIAGENS (W. A. T. A,)
CORRESPONDENTES DA AMERICAN EXPRESS, INC.

Bancos: Banco Português do Atlantico, Banco Nacional Ultramarino e Standard Bank of S. Africa, Ltd.

MOÇAMBIQUE

O PLANO GERAL DE URBANIZAÇÃO DO CONCELHO

A RÊDE DE ESGOTOS E A CONSTRUÇÃO DO BAIRRO PARA O PESSOAL CAMARÁRIO

são problemas da maior importância que ocupam a atenção do Município de Lourenço Marques — diz-nos o presidente da Comissão Administrativa Dr. António Augusto Ayres

(Continuação da 13.ª pág.)

nha dando ao seu pessoal e, assim, resolveu — embora isso constitua um pesado encargo para o seu orçamento — conceder também assistência médica, cirurgica e farmacêutica aos empregados municipais e suas famílias.

Importantes problemas já resolvidos e outros em vias de solução

— Os outros problemas maiores acham-se, naturalmente, resolvidos em definitivo?

— De maneira alguma. Determinados serviços, como os das águas e dos transportes colectivos, foram de tal modo melhorados que ficaram a satisfazer por algum tempo as necessidades da população e, com isso, se evitou uma situação que vinha causando as mais sérias apreensões. O grave problema da electricidade acha-se em vias de solução, mas a grande subida de preços de materiais e maquinismos dificultou extraordináriamente essa solução. Não obstante, quero crer que Lourenço Marques não deixará, num futuro próximo, de dispor de toda a energia que necessitar para a suas casas, para as suas industrias e para os seus divertimentos.

— Quando foi feita a reorganização?

— A reorganização dos Serviços da Camara foi aprovada em sessão de 12 de Outubro de 1949. Obteve a confirmação tutelar nesse mesmo mês, mas só entrou em vigor no dia 1 de Janeiro de 1950. Esforçámo-nos por que a nova organica se aproximasse tanto quanto possível da da Camara de Lisboa, não só por se tratar do município numero úm, mas também por já ter sido ali adoptado há algum tempo e, por conseguinte, conhecerem-se os seus resultados.

— Qual foi a orientação que presidiu a essa reforma?

— Naturalmente, a de servir melhor o publico, facilitando ao mesmo tempo o trabalho do pessoal. Criaram-se serviços novos e deu-se aos antigos um agrupamento mais lógico. Simultaneamente fez-se a classificação desses serviços com as respectivas competências e atribuições. Foram aumentados os quadros do pessoal e revistos os respectivos vencimentos. Finalmente, estabeleceram-se normas para o ingresso do pessoal e para as suas promoções.

O pessoal da Camara e dos Serviços Municipalizados

— Quantos empregados tem hoje o Município?

O sr. dr. António Ayres aproximou de si um telefone, estabeleceu uma ligação e, um minuto depois, satisfez a nossa curiosidade:

— Embora alguns dos novos lugares inda não estejam providos, o pessoal da Camara Municipal (excluindo os trabalhadores indígenas, que sobem a algumas centenas), é hoje constituído por 262 empregados, sendo 69 funcionários do quadro, 67 contratados, 8 eventuais, 94 assalariados e 24 assalariados que, por haverem satisfeito a determinadas condições legais, obtiveram a regalia de passar ao regime contratual.

A organização dos Serviços Municipalizados de Água e Electricidade foi aprovada por deliberação de 24 de Maio de 1950, teve a sanção tutelar em 29 do mês de Junho seguinte e entrou em vigor em 1 de Agosto do mesmo ano. Estes serviços dão trabalho a 168 empregados, dos quais são contratados 87 e assalariados os restantes, mas ocupam também um elevado numero de trabalhadores indígenas. A organização dos Serviços Municipalizados de Viação foi aprovada por deliberação da Camara de 2 de Setembro de 1950 e por despacho tutelar de 19 do mês de Outubro seguinte, entrando em vigor em 1 de Janeiro de 1951. A parte o pessoal indígena dão emprego a 164 homens, sendo 55 contratados e 109 assalariados. Tanto nos Serviços de Água e Electricidade como nos da Viação — uns e outros organizados em regime de autonomia — não há, por motivos fácilmente compreensíveis, funcionários de nomeação vitalícia.

Está em vias de solução o problema do fornecimento de energia eléctrica

— Disse há pouco que o delicado problema do fornecimento de energia eléctrica se encontrava em vias de solução?

— Assim é, com efeito. Já está adjudicada pelo Ministério do Ultramar uma nova central eléctrica que deve ficar instalada á entrada da cidade, a pequena distancia da baía. E a Camara, corridos os trâmites do respectivo concurso, tem presentemente em estudo as propostas para o fornecimento e montagem da correspondente rede de distribuição. A unica dificuldade é, como já tive ocasião de dizer, o encarecimento extraordinário dos materiais e maquinismos e, por conseguinte, a necessidade de rever todos os cálculos inicialmente feitos.

— Há actualmente outras providências em vista?

— Numa cidade em franco desenvolvimento como esta, há sempre questões novas a resolver: uma que já vêm de trás, outras que resultam da própria marcha do tempo... São nossas intensões refundir as posturas e regulamentos municipais, pondo-os mais de harmonia com as exigências da época e da índole dos habitantes; preparar a contribuição do Município para que o turismo por estas paragens se faça na escala que já devia ter; montar a biblioteca pública por forma a que ela se torne verdadeiramente digna desse nome; criar os desejados parques infantis; aproveitar cientìficamente os lixos da cidade, deixando de perder-se uma considerável fonte de receita; auxiliar e estimular as iniciativas de carácter cultural; criar uma nova praia e dotá-la das instalações e estabelecimentos modernos que andam hoje ligados a estas estancias; criar a tão necessária galeria de arte, que seja, a um tempo, expoente da capacidade local e mostruário das riquezas da Mãe-Pátria...

Uma promessa que vai cumprir-se

— Enfim, um nunca acabar de projectos...

— Tem razão. E' uma verdadeira avalanche. Mais tarde ou mais cedo todos hão-de ter a sua solução. A actual organização dos Serviços, com técnicos em numero e qualidades adequadas, permite, aliás, ir já estudando alguns deles. Todavia, três há que estão neste momento ocupando especialmente a nossa atenção. São problemas da maior importancia. Dois deles interessam fundamentalmente á vida da cidade. O terceiro, embora não deixe de ter alcance social e político, interessa sobretudo aos servidores do Município.

— E esses problemas?

Outro aspecto da cidade e porto de Lourenço Marques

— São, por ordem da sua importancia, o plano geral de urbanização do concelho, a rede de esgotos e o bairro de habitações para a grande família municipal.

— Mas o plano geral de urbanizações, ao que consta, já está concluído...

— Não é bem assim. Os estudos do plano, em virtude de duvidas que surgiram, inclusive no modo da sua execução, arrastaram-se por algum tempo, causando — é inutil negá-lo — certos embaraços e nervosismo. No entanto, estas dificuldades tiveram a sua contrapartida nos benefícios que resultaram da própria delonga na execução dos estudos e se traduzem numa maior aproximação das realidades e das conveniências locais. Em todo o caso, posso assegurar que o plano está já na sua ultima fase e que, muito brevemente será submetido á aprovação de quem de direito.

— Quanto ao problema do saneamento...

— Julgámos que, pela sua grande envergadura, não era trabalho para se entregar a um qualquer empreiteiro. Incumbimos, portanto, uma casa da especialidade — sobejamente conhecida pelos seus trabalhos, tanto na Metrópole como no Ultramar — de fazer os necessários estudos. Estes estão correndo normalmente e julgo que a Camara poderá, num futuro muito próximo, tomar uma deliberação definitiva sobre o assunto.

O sr. dr. António Ayres olhou-nos, depois, sorridente. Era bem do seu agrado o assunto a que se refe[...]

— [...]sta-me agora falar-lhe — para só nos ocuparmos dos problemas municipais — das casas para os empregados do Município. Estão prometidas. Hão-de fazer-se! De há muito entendemos que para um homem poder dar o seu maior esforço, o seu maior rendimento de trabalho, tem de possuir o essencial á vida, tem de viver com tranquilidade e conforto. E essa tranquilidade, esse conforto, têm a sua expressão mais significativa na posse de um lar. E' um princípio pelo qual tem pugnado o Estado Novo.

Ora a Camara, acompanhando de perto, ainda neste ponto, a orientação do Governo, quer que cada empregado do Município tenha um lar próprio. Não o poderemos fazer de uma vez. Iremos por partes... E estou certo de que, possuidor da «sua casa», o empregado da Camara, que é também munícipe, há-de sentir-se ainda mais agarrado a esta terra bendita, há-de pôr no seu trabalho um poucochinho mais de fervor e — quem sabe? — talvez também uma ponta de gratidão...

Uma visita cheia de interesse e evocadora da Metrópole

Muitas outras perguntas desejaríamos fazer. Lourenço Marques é, na verdade, um campo tão aliciante para o jornalista que os motivos de conversa surgem, em turbilhão... Mas é preciso não perder a noção do tempo. E o sr. dr. António Ayres não é sómente o presidente dedicado de uma Camara Municipal. Chefia os Serviços de Veterinária e Industria Animal da Província, é vogal do Conselho do Governo, preside ao Conselho de Administração da Caixa do Crédito Agrícola e faz ainda parte de outras comissões.

Antes de nos despedirmos, o sr. dr. António Ayres quis ter ainda a gentileza de nos mostrar os Paços do Concelho, edifício imponente cuja construção se deve ao antigo presidente da Camara, eng. Pinto Teixeira.

Percorremos em primeiro lugar as instalações dos Serviços, amplas, arejadas, confortáveis, todas elas com mobiliário moderno e uniforme. Em seguida passámos á Sala das Sessões, ao Salão Nobre, á Sala das Conferências.

Admirámos o equilíbrio das linhas arquitectónicas destes salões, a beleza dos seus lustres, a graça e harmonia do mobiliário, que tem a marca de uma conhecida casa da Metrópole.

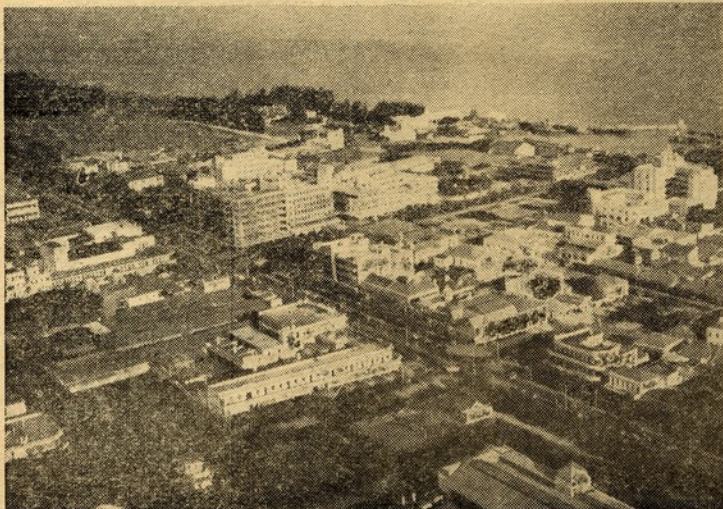
Mas muitas outras coisas contemplámos: lindas madeiras moçambicanas em parqués, portas e janelas, grandes tapetes de Beiriz e de Alcá, telas de consagrados artistas nacionais; e, por toda a parte, num grito vibrante de portuguesismo, o encanto dos mármores metropolitanos, a austeridade dos nossos granitos, obtidos, sabe Deus, a custa de que dificuldades e dispêndios!

— Facilitamos a visita destes salões — diz-nos, sorindo, o sr. presidente da Camara — a todos os estrangeiros que o desejem. E, pode crer, a propaganda que este acto envolve não deixa de produzir seus benéficos resultados.

E' uma bela atitude, a de quem a todas as horas e por todos os meios, procura tornar conhecidas e admiradas as coisas boas da terra portuguesa.

Ao despedirmo-nos, o sr. dr. António Ayres diz-nos ainda:

— Temos em organização um volume dos «Anais do Município de Lourenço Marques». Este volume, primeiro na ordem da publicação, refere-se a 1950 e espero que seja ainda publicado no corrente ano. Por ele todos ficarão sabendo pormenorizadamente como é administrada a «casa do povo» e, por toda a escrita bem ordenada, a quanto monta o seu activo e o seu passivo. E' nossa intenção publicar depois regularmente os «Anais» de forma a que a vida do Município fique devidamente documentada.

Quando já nos encontrávamos na rua, á luz suave do entardecer, que emprestava ao casario certas tintas de melancolia, não pudemos furtar-nos a um sentimento de orgulho e confiança. Lourenço Marques, cidade jovem e pletórica de vida, pode seguir confiadamente o seu grande destino. A' frente da «Dommus Municipalis», alheio a interesses e a lutas pessoais, atento e decidido, está um homem experimentado e de vontade esclarecida, que há-de saber encontrar o melhor caminho e dar boa realidade ás esperanças e desejos da população.

DIÁLOGO EM VOZ BAIXA

— Menina negra
de olhos tristes
quem te tocou?

— A vida impôe
boca calada
ao que deixou!

— Menina negra
de olhos mansos
quem te magoou?

— A vida disse
para seguir
no que cercou!

Não tenho antes
nem amanhã
sou o que sou:

fruta madura
que todos provam
sabor que estou

exposto ao vento
dado e perdido
que me enganou!

— Menina negra
onde o destino
que te acenou?

— Perdi-o logo.
Nunca o encontrei
nem me encontrou!

Augusto dos Santos Abranches

OS C.T.T. DA ÁFRICA ORIENTAL PORTUGUESA

(Continuação da 7.ª pág.)

Em 1931 — Achava-se montada uma Central nova com 1.500 numeros.

Em 1937 — Já essa Central se considerava insuficiente para as necessidades da cidade de Lourenço Marques.

COMUNICAÇÕES TELEFÓNICAS ENTRE LOURENÇO MARQUES E LISBOA

A visita do saudoso Presidente da Republica Portuguesa, Marechal António Oscar de Fragoso Carmona, a Moçambique, coincidiu com o acontecimento a todos os respeitos sobreexcelente e que revestiu excepcional importancia para o desenvolvimento de relações e interesses entre a Metróoole e Moçambique.

A inauguração solene — no dia 19 de Julho de 1939 — das comunicações telefónicas entre Lourenço Marques e Lisboa.

Falou em primeiro lugar o venerando e saudoso Chefe do Império Português, Marechal António Oscar de Fragoso Carmona, com o Presidente do Conselho, dr. António de Oliveira Salazar.

Nasceu, pois, o problema da remodelação das redes telefónicas e das radiocomunicações, que em 1948 se achava já em plena execução. Os edifícios para as Centrais Telefónicas de Lourenço Marques e da Beira estavam, também, em construção, e o material era aguardado para se dar início aos trabalhos de montagem.

Em Lourenço Marques a nova Central ficou instalada em um magnifico edifício de quatro pisos, especialmente construído para este fim no cruzamento das Avenidas Elias Garcia e Miguel Bombarda, edifício que, além de acomodar a Central própriamente dita — com os seus diversos quadros, motores e instalação de ar condicionado —, comportará depósitos, oficinas, garagem e duas amplas moradias para os funcionários encarregados da vigilancia da aparelhagem.

Esta Central tem capacidade para 10.000 subscritores, numero que se reputa suficiente para um progressivo aumento de utentes durante os anos mais próximos.

Cinco mil subscritores poderão, desde já, ser ligados á nova rede, promovendo-se deste modo o andamento das centenas de pedidos de novos telefones que estão pendentes na Direcção dos Serviços dos C. T. T. por falta de vaga nos quadros da rede manual.

Por sua vez, na Beira, onde o problema das comunicações telefónicas revestia maior acuidade por a Central manual ser ainda do antiquado sistema magnético e com reduzida capacidade de linhas, a nova Central automática fica acomodada também em óptimo edifício construído especialmente para a instalação de aparelhagem, montagem de oficinas, depósitos e garagem. Além disto, a construção inclui duas moradias para o pessoal.

A Central tem capacidade para [illegible]000 subscritores, dos quais 1.500 poderão ficar já ligados, numero este que não será atingido logo de início.

NOVAS CENTRAIS RADIOELÉCTRICAS

Em 1950 — um dos melhoramentos introduzidos nas instalações dos Serviços dos C. T. T., foi a remodelação das antigas Centrais Rádioeléctricas de Lourenço Marques e Beira.

A permuta do tráfego entre Lourenço Marques e a Beira, e Lourenço Marques e Nampula, é toda feita de alta velocidade, quer na recepção, quer na transmissão á média de 60 palavras por minuto.

AMPLIAÇÃO DAS COMUNICAÇÕES TELEGRÁFICAS E TELEFÓNICAS COM A ÁFRICA DO SUL

Em 1949 — Foi estabelecido o importante melhoramento da ampliação das comunicaçes telegráficas e telefónicas com a África do Sul por meio do sistema agora adoptado que é o da transmissão em alta frequência.

A fim de satisfazer cabalmente as condições técnicas do novo sistema de transmissão, sofreu modificações o troço de linhas entre Lourenço Marques e a fronteira.

EDIFÍCIOS

Os edifícios construídos de 1929 a 1945 foram os seguintes:

Em 1929 — Duas moradias para radiotelegrafistas, em Vila Francisco Barreto e no Lumbo; uma casa para as máquinas da Rádio, em Vila Francisco Barreto; as estações telégrafo-postais de Mocuba e Moamba, esta com residência. TOTAL: cinco edifícios, no valor de 913.413$00.

Em 1930 — A residência do chefe da estação de Mocuba no valor de 40.000$00.

Em 1932 — O actual anexo do edifício principal de Lourenço Marques, onde se instalaram o telégrafo, a rádio central, os telefones as encomendas postais e as oficinas; a estação telégrafo-postal de Meconta, com residência. Total: dois edifícios, no valor de 1.119.048$00.

Em 1934 — A residência do chefe da estação de Vila Cabral, no valor de 120.000$00.

Em 1936 — As estações telégrafo-postais de Vila Gouveia e do Ile, ambas com residência. Dois edifícios no valor de 235.000$00.

Em 1937 — A casa das máquinas da estação radiotelegráfica de Quelimane, no valor de 189.552$00.

Em 1938 — A estação radiogoniométrica de Lourenço Marquer e a casa das máquinas da estação radiotelegráfica de Inhambane. Dois edifícios, no valor de 228.738$00.

Em 1939 — A estação radiogoniométrica de Quelimane e a estação radiogoniométrica do Lumbo. Dois edifícios, no valor de 131.925$00.

Em 1940 — A estação radiogoniométrica de Inhambane, as estações telégrafo-postais de Pebane, de Milange e do Gurué, todas três com residência, e duas moradias para radiotelegrafistas em Vila Francisco Barreto. Cinco edifícios no valor de 397.792$00.

Em 1941 — A estação radiotelegráfica da navegação, com residência, no valor de 591.947$00.

Em 1942 — A estação telégrafo-postal do Caniçado, com moradia, no valor de 122.100$00.

Em 1943 — A estação telégrafo-postal da Mutarara, com residência; a estação telégrafo-postal de Porto Amélia; a garagem da estação radiotelegráfica do Lumbo Cinco edifícios, no valor de 323.345$00.

Em 1944 — As estações telégrafo-postais da Macia e de Manjacaze, ambas com residência, e uma moradia para um radiotelegrafista, em Vila Francisco Barreto. Três edifícios, no valor de 644.544.$00.

De 1945 a 1948, dentro do regime de autonomia administrativa dos C. T. T., foram construídos os seguintes edifícios:

Em 1945 — As estações telégrafo-postais da Namaacha e de Nanapa, ambas com residência; a estação de Chidenguele; a residência do guarda-fios europeu, na Namaacha. Quatro edifícios no valor de 1.046.807$00. Todos estes edifícios foram ainda construídos pelas Obras Publicas, que já os tinha em construção á data da entrada em vigor da Organização dos Correios, Telégrafos e Telefones.

Em 1947 — A estação telégrafo-postal de Boane, com residência, em óptimo edifício que custou 464.345$00.

Em 1948 — As estações telégrafo-postais de Mocímboa da Praia, de Vila Cabral e de Mambone, magnificos edifícios com todas as condições para os serviços e boas moradias, que custaram 941.795$00; as estações radiotransmissores e rádio-receptora na Beira, e um anexo para a primeira destas estações, ou sejam três edifícios que custaram 1.003.300$00; as estações transmissoras e rádio-receptora em Nampula, que custaram 681.700$00; a estação rádiotransmissora de Quelimane (ampliação do edifício existente), que importou em 420.500$00; a estação rádiotransmissora de Porto Amélia que custou 280.300$00; a estação rádiotransmissora de Lourenço Marques, na Matola, e edifícios anexos, que custaram 647.712$25; sete moradias para funcionários, na mesma localidade, que custaram 1.748.085$81, e, por ultimo, uma residência para funcionários em Tete, que custou 266.839$00.

BEIRA — Cinco casas para residência dos funcionários, junto da Estação Rádiotransmissora, no valor de 1.973.656$00 e mais sete casas para residência dos funcionários junto da Estação Rádio-receptora, no valor de 2.402.777$75.

NAMPULA — Sete casas para funcionários dos C. T. T. no valor de 2.213.496$30.

PORTO AMÉLIA — Uma casa para residência de funcionários dos C. T. T., no valor de 258.500$00.

MATOLA — Sete casas para residência dos funcionários dos C.T.T., no valor de 1.748.085$81.

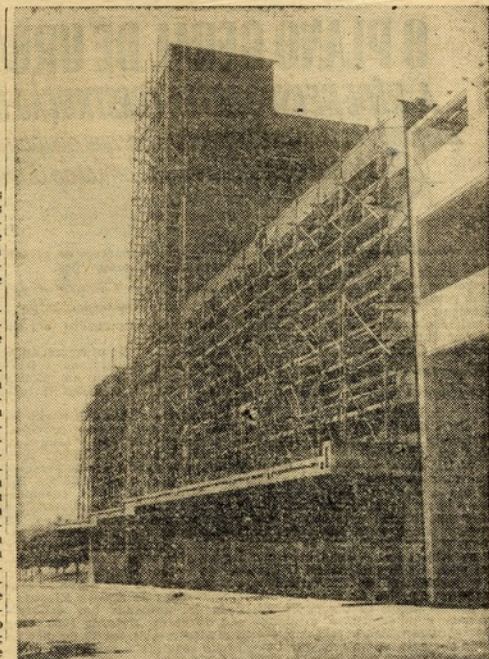
1949

VILA CABRAL — Estação Rádiotransmissora no valor de 246.500$00.

QUELIMANE — Ampliação da Estação Rádiotransmissora, no valor de 420.500$00; e uma casa para residência dos funcionários no valor de 299.800$00.

VILA FRANCISCO BARRETO — Ampliação da Estação Rádiotransmissora, no valor de 325.290$00, e mais duas casas para residência dos funcionários no valor de 617.273$00.

MOCÍMBOA DA PRAIA — Um edificio para a Estação Rádiotransmissora, no valor de 349.700$00, e mais uma casa para residência dos funcionários no valor de 322.300$00.

Estação Rádio-Costeira de Lourenço Marques

Estado actual da construção do «Palácio da Rádio» — sede e estudios de «Rádio Clube de Moçambique»

O RADIO CLUBE

TEM UMA OBRA LARGA DE DIVULGAÇÃO

Nunca é de mais acentuar a obra de divulgação do Rádio Clube de Moçambique, já por diversas vezes salientada nas colunas deste jornal, e sempre merecidamente, pois representa um esforço enorme da iniciativa privada dos colonos da nossa província ultramarina da costa oriental africana.

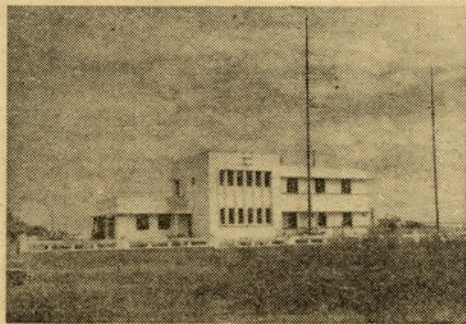
Um dos mais simpáticos aspectos da obra do Rádio Clube de Moçambique, desde a sua fundação, tem sido o desejo de difundir os mais variados conhecimentos, através das suas emissões diárias.

Na verdade, os membros directivos da estação emissora moçambicana têm tido sempre essa preocupação, de modo a tornar possivel dar a conhecer, aos mais distantes núcleos populacionais da província, e até mesmo fora dela, várias facetas da vida artística, cultural, científica, etc.

Esta cruzada empreendida pelo Rádio Clube há cerca de 18 anos pode ser encarada por dois prismas: a apresentação de palestras ou de documentários e a radiodifusão de programas específicos, em ocasiões excepcionais, com a estreia de artistas de várias proveniências, etc.

No primeiro caso, poderemos apontar a presença, ao microfone do Rádio Clube, de várias individualidades de relevo, como o dr. Almerindo Lessa, que ainda recentemente esteve em Moçambique, o professor dr. Hernani Cidade, nome de projecção internacional, tal como o professor dr. Aurélio Quintanilha, que ainda há pouco explicou aos inumeros ouvintes do Rádio Clube quem foi o grande sábio botanico D. António Xavier Pereira Coutinho. O professor Smith, distinto investigador antropologista sul-africano, também já contratou com o microfone da emissora de Lourenço Marques, dando a conhecer diversos aspectos da sua extraordinária actividade na vizinha União Sul-Africana. Eis, ao acaso, alguns nomes de cientistas e professores que, através de palestras, difundem conhecimentos. Presentemente, numa outra variante de cultura geral, tem o Rádio Clube uma rubrica, denominada «Quadros da História de Moçambique», que é, indiscutivelmente, um documentário felicíssimo e de alto valor de divulgação, no qual o seu autor, o cónego dr. Alcantara Guerreiro, trata primorosamente de desvendar ignorados aspectos dos primitivos tempos da fixação do branco em terras de Moçambique.

Na parte própriamente artística, já teve o Rádio Clube o ensejo de apresentar Nidzielsky, Yheudi Mehnuin, Tristan Risselin, Robert Soettens, Olga Praguer Coelho, João Villaret, Oscar da Silva, Aura Abranches, Maria Henriqueta Calçada Bastos, Cremilda de Oliveira, e ultimamente Amália Rodrigues e Alberto Ribeiro, e muitos outros.

A obra de divulgação do Rádio Clube de Moçambique tem, pois, sido expressiva, dentro da estreiteza das suas possibilidades materiais. Tem feito o que lhe está ao alcance, de modo a servir convenientemente os inumeros portugueses espalhados pela Africa — num reflexo admirável de espírito de empreendimento que sempre animou a comunidade nacional nas suas andanças pelo Mundo.

MOÇAMBIQUE

TEMAS DE ACTUALIDADE

LOURENÇO MARQUES RECLAMA UMA GALERIA DE ARTE

(Continuação da 13.ª pág.)

mais verídico do sr. Presidente do Conselho.

Não nos surpreende que o quadro tenha obtido tão assinalado êxito. Quando, há cerca de cinco anos, em seguida á troca de correspondência para a execução do retrato e depois de custosamente obtida a anuência do sr. dr. Salazar, tivemos o prazer de entrevistar Henrique Medina, ficou-nos bem gravada na memória a satisfação do pintor pela honrosa incumbência que lhe havia sido cometida.

Máscara mortuária de Mouzinho de Albuquerque, por Costa Mota, pertencente á Camara Municipal de Lourenço Marques, depositada no Arquivo Histórico de Moçambique

— O convite da Camara de Lourenço Marques vem verdadeiramente ao encontro do meu desejo — declarou-nos ele, então.

Mais do que o interesse material creia que me anima a ambição de fixar na tela a «facies» actual de Salazar. O homem atingiu a sua plena maturidade, o estadista o seu apogeu. As linhas fisionómicas do sr. Presidente do Conselho são agora as que mais seduzem a paleta de um artista...

Conhecida a reiutancia do grande português por toda e qualquer exteriorização de publicidade e, portanto, facilmente imaginados os esforços que haveria a despender para conseguir as necessárias «poses» — julgamos que os quatro anos decorridos são disto prova eloquente!... — compreende-se bem o entusiasmo de Henrique Medina. O trabalho encomendado era, de facto, tarefa para agitar o coração de qualquer artista.

Medina, na sua febre de criador de beleza e até pelas circunstancias especiais que iam rodear o seu trabalho, devia pressentir que lhe estavam pedindo uma obra «para ficar».

Ora é evidente que um quadro desta categoria, com o renome obtido e que, verdadeiramente, é já património da Nação, não pode ficar encerrado nas quatro paredes de uma sala, ainda que nesse sala ocupe lugar de honra.

Tem de ser solenemente instalado em lugar próprio, com largas portas voltadas para o Mundo.

Não interessa que esse lugar seja uma cidade de Africa ou a capital do País. Importa apenas que se situe em terra portuguesa.

★

Mas a Camara Municipal de Lourenço Marques não possui apenas o melhor retrato de Salazar. Além deste e dos outros acima referidos, possui também uma grande e delicada aguarela de Américo Taborda «Conceição Velha», um guache de Roberto Santos, «Carta dos Brasis» e diversos «óleos», quase todos de dimensões grandes, a saber: «Sinfonia Africana», «Solidão» e «Mercado Indígena», de Frederico Aires; «Sinfonia Rustica» e «Amor de Mãe», de Fausto Gonçalves; «Paisagem do Niassa», do Padre Calandri; «Jacarandá», de Paulo Gargário (brasileiro) e «Flores», de V. Guzze (italiano).

Claro que, embora fazendo parte da propriedade concelhia, não vamos incluir nesta espécie de arrolamento artistico os monumentos erigidos no centro de praças publicas a António Enes, a Mouzinho de Albuquerque, e aos Mortos da Grande Guerra, nem as duas estátuas, «Descoberta» e «Soberania», implantadas á entrada dos Paços do Concelho... A sua remoção para dentro de uma sala seria um tanto incómoda e talvez mesmo as condições de visibilidade não melhorassem muito...

Para sermos, porém, tão exactos quanto possível no nosso relato, uma peça temos de mencionar ainda, não há muito adquirida e que foi temporariamente confiada á guarda do Arquivo Histórico de Moçambique. Referimo-nos á máscara mortuária, em bronze, de Mouzinho de Albuquerque, por Costa Mota

O carinho com que o Arquivo recebeu a relíquia e a forma por que imediatamente a instalou, mostram bem quanto a decisão da Camara foi acertada e oportuna.

Feito assim, sem pretensões, o inventário do património artístico do Município de Lourenço Marques, poder-se-á afirmar que ele, por si só, não justifica a existência de uma galeria de arte.

De acordo. Havemos, todavia, de reconhecer também que é recheio demasiado para uma sala de sessões.

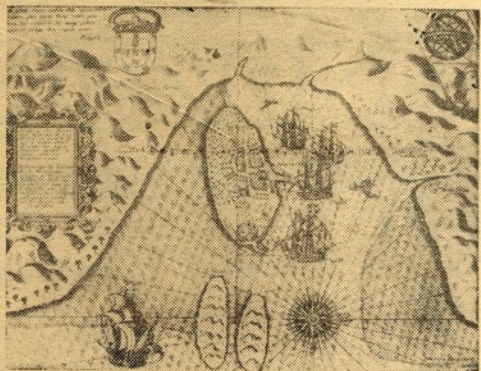
Igualmente nos poderão dizer que as aquisições feitas, aliás ao longo de muitos anos, nem sempre obedeceram ao mesmo critério.

E' verdade. Seja-nos entretanto, permitido lembrar que nós não estamos num grande centro artístico em que a escolha teria sido fácil uma vez que se dispusesse dos indispensáveis recursos. Achamo-nos numa cidade africana (cheia de promessas, sem duvida) e, além de uma ou outra encomenda especial confiada directamente a artistas metropolitanos, não nos podemos furtar á obrigação moral de auxiliar, na medida das nossas possibilidades, os artistas mais animosos que se afoitam até nós.

Para suprir, no entanto, este inconveniente, julgamos que há a intenção de inscrever nos futuros orçamentos municipais uma verba apreciável para a aquisição na Metrópole de peças de categoria.

Assim se procurará assegurar a vinda para esta cidade de alguns espécimes de boa técnica, se irá enriquecendo gradualmente uma colecção já hoje de certa valia e, muito principalmente, se irá proporcionando aos habitantes um contacto real e permanente com os melhores valores da Arte portuguesa.

Cabe agora perguntar: Onde iremos colocar essas telas, esses mármores, esses bronzes, tão custosamente adquiridos para nosso benefício, senão numa galeria adequada? De resto, mesmo o que já existe tem de ser vigiado e, quando necessário, convenientemente restaurado. Semelhante trabalho não pode ser confiado a mãos inexperientes.

E as ofertas? Todos nós sabemos que um estabelecimento

A Ilha, povoação e fortaleza de Moçambique no primeiro quartel do século XVII (Gravura holandesa)

bem montado inspira confiança e estimula a generosidade. As doações que viessem não seriam, aliás, as primeiras que o Município teria a agradecer.

Finalmente, os museus metropolitanos, que já nos deram sobeja prova do seu bem-querer, não deixariam de nos enviar, ainda que a título temporário, certas parcelas dos seus tesouros.

★

E já que nos referimos aos museus metropolitanos: no segundo semestre de 1948 o Ministério do Ultramar enviou a Luanda e a Lourenço Marques uma preciosa selecção de quadros, esculturas e trabalhos de ourivesaria que, no dizer do próprio titular de então, se destinava a dar a conhecer aos portugueses das duas mais extensas e populosas parcelas do Império, um expressivo documentário do património artístico nacional.

São, todas elas, obras admiráveis pertencentes aos Museus Nacionais de Arte Antiga, de Arte Contemporanea, de Soares dos Reis, do Museu Provincial de José Malhoa e a algumas das mais categorizadas oficinas de prateiros e ourives de Lisboa e Porto, num deslumbramento de cor e de forma, que vem desde os séculos XVI, XVII e XVIII — com representantes dos Mestres no Estilo de Cristóvão de Figueiredo, do Paraíso e de Santiago, Domingues Vieira, Josefa de Óbidos, Vieira Lusitano, Pedro Alexandrino e Domingos Sequeira — e que a população goza com recolhimento e enlevo. E tão demoradamente, que o escultor Diogo de Macedo, director da Exposição, julga do seu dever mencionar o facto no seu relatório para o Ministério.

Para informação mais completa e como homenagem e lembrança da notável embaixada ás cidades onde a exposição se realizou — Lourenço Marques e Luanda — são oferecidos alguns volumes de História da Arte em Portugal.

A Camara Municipal de Lourenço Marques, como por certo a sua congénere de Angola, guarda cuidadosamente tais volumes.

Todavia, no amável ofício que as acompanhava não se deixou de salientar que eles deveriam oportunamente transitar para o futuro Museu Municipal...

Por aqui se verifica que a ideia de reunir debaixo de um só tecto as melhores peças do património artístico da cidade, não é de hoje. A circunstancia de vir expressa em correspondência oficial, que a Camara apreciou em sessão publica, não deixa de ter seu significado, pois demonstra a existência de uma louvável preocupação governamental, aliás transparente em várias outras manifestações que tiveram na exposição de 48 o seu mais alto relevo. E que outro pensamento, que outra preocupação denuncia o decidido apoio dispensado pelo Governo de Moçambique a tudo quanto signifique elevação do nível espiritual da população da Província? Que outra interpretação poderá dar-se ao auxílio que a Camara Municipal tem concedido á maioria dos certames artísticos realizados na cidade; aos numerosos e apreciáveis subsídios a organismos culturais inscritos anualmente nos seus orçamentos?

A Camara, já no exercício da actual Comissão Administrativa, criou o «Subsídio 28 de Maio» destinado «a indivíduos que pretendam cultivar e aperfeiçoar os seus dons naturais para as Artes, Letras ou Ciências, em conservatórios, escolas ou institutos, nacionais ou estrangeiros...».

Tão louvável deliberação foi tomada por unanimidade de votos e teve, em função tutelar, a incondicional confirmação do Governo.

Porventura não deverão todos estes actos, como elos de uma mesma cadeia, ser considerados como precursores, melhor diremos, como preparatórios de um outro mais importante que se aproxima?

★

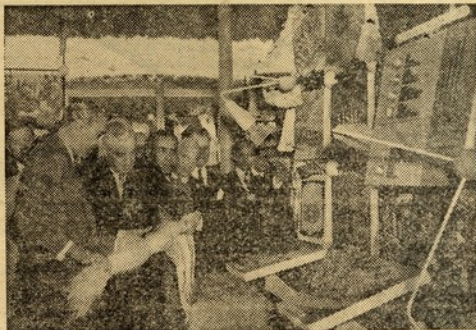
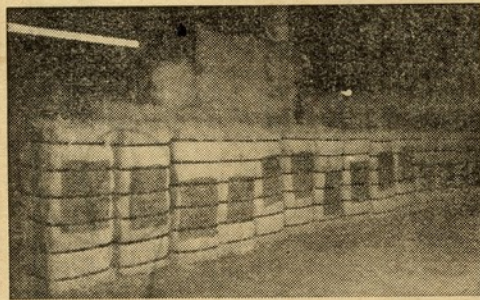
Tendo a fortuna de conhecer de perto o ilustre Vogal dos Serviços Culturais da Camara Municipal e sabendo, por conseguinte, quanta atenção dedica a todos os problemas ligados ao seu pelouro, não seria para nós uma surpresa que um destes dias, como resultante lógica de decisões anteriores, o vissemos apresentar em sessão uma proposta para a criação da desejada e necessária Galeria de Arte. Assim, o seu nome, já hoje estimado, ficaria indissoluvelmente ligado a um belo empreendimento e tornar-se-ia credor, por um novo título, da nossa gratidão.

XAVIER VALENTE

A praia da Polana á hora do banho

COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MOÇAMBIQUE
OFICINA DE REPARAÇÕES METALÚRGICAS · FUNDIÇÃO · CONSTRUÇÕES NAVAIS · CARPINTARIA METÁLICA
SOCIEDADE METALÚRGICA PORTUGUESA, LDA.
RUA JOAQUIM LAPA, 29 E 31
R. ALEXANDRE HERCULANO, 39 E 41
C. POSTAL 472 ★ TELEF. 3174 ★ TELEG. GIBUFFA
LOURENÇO MARQUES
PROGRESSO INDUSTRIAL DA PROVÍNCIA DE MOÇAMBIQUE
Esta indústria honra a progressiva Província moçambicana.
Há vinte e um anos que foi fundada e através deste já longo espaço de tempo vem constantemente aperfeiçoando os produtos de seu fabrico.
Não se faz melhor em qualquer parte do Mundo; e os seus produtos, apreciados por toda a gente que os conhece, são preferidos por construtores e proprietários, que os empregam nas suas obras, preferindo-os a quaisquer outros.
Para que se possa fazer uma ideia da variedade de produtos fabricados por esta progressiva empresa, damos uma resenha dos principais:
Mosaicos granolitados e marmorizados ★ Granolitos para pavimentações e guarnição de paredes ★ Lava-loiças e tanques para lavagem de roupa ★ Degraus para escadarias ★ Emblemas, lavatórios e banheiras ★ Campas para cemitérios ★ Placas marmorizadas para mesas de restaurantes e outras aplicações
Ao esforço inteligente da gerência desta empresa deve a província de Moçambique a economia de muitos milhares de contos em importação de produtos que hoje felizmente são aqui fabricados, por portugueses e para portugueses. O mercado provincial é totalmente abastecido com produtos fabricados em Moçambique, havendo francas possibilidades de exportação.
Um aspecto interessante dos produtos manufacturados pela «Fábrica de Ladrilhos e Mosaicos, Ld.ª», Estrada das Estancias, ao klm. 1, Lourenço Marques
FÁBRICA DE LADRILHOS E MOSAICOS, LDA.
ESTRADA DAS ESTANCIAS ★ CAIXA POSTAL 1121 ★ TELEF. 6698
LOURENÇO MARQUES
(ÁFRICA ORIENTAL PORTUGUESA)

COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MOÇAMBIQUE

OS PLANTADORES DE SISAL
ESTÃO A INVESTIR TODOS OS SEUS LUCROS
A FIM DE CONCORREREM AO MERCADO MUNDIAL
QUANDO SE VERIFICAR O NIVELAMENTO DE PREÇOS DO PRODUTO

Visita de S. Ex.ª o Presidente do Conselho ao «Stand» do Sisal na F. I. P.

Fardos de sisal prontos para embarque

O sisal é um dos produtos que mais pesa nas exportações de Moçambique, vindo logo a seguir ao algodão e ás oleaginosas. Na exportação para o estrangeiro ocupa o segundo lugar a seguir ás oleaginosas e é o produto que maior valor tem em Moçambique na exportação para os Estados Unidos da América do Norte.

A fibra de sisal tem hoje uma larga e ávida procura, sobretudo para fio de enfeixar (binder--twin) para cordas, redes de pesca, etc., etc.

O sisal, juntamente com a Abaca e o Henequen, formam a grande família das fibras duras, de aplicações semelhantes.

A produção mundial de fibras duras, que era antes da guerra, em 1939, de 513.000 toneladas, sofreu uma baixa muito sensível durante o período da conflagração mundial, época em que não passou das 396.000, chegando mesmo em 1946 a 383.000. Já em 1950 a produção atingiu 526.000 toneladas, ou seja uma produção maior que a de antes da guerra.

Dentro das fibras duras o sisal, que tinha uma produção, em 1939, de 263.000 toneladas, aumentou para 304.000, sendo a Africa Oriental Britanica, Angola e, sobretudo, o Brasil, os países onde se notou mais esse aumento.

O Henequen também aumentou de 102.000 toneladas, em 1939, para 115.000 em 1950. Só a Abaca é que sofreu uma baixa sensível de 149.000 toneladas, em 1939, para 107.000, em 1950, consequência das devastações sofridas durante a guerra nas Filipinas, onde, porém, a recuperação, nos ultimos tempos, é de salientar.

Ao aumento de produção de fibras duras, correspondeu uma maior procura, quer por novas aplicações que delas se fizeram, quer pelo aumento da população mundial, quer ainda pela necessidade que muitos paises tiveram de fazer os seus «stoks».

Todas estas condições fizeram com que as cotações de sisal aumentassem muito sensìvelmente, sobretudo a seguir á guerra da Coreia, mas não será arriscado pensar-se que uma época de equilibrio entre a oferta e a procura se avizinha e que um reajustamento le preços se dará muito próximamente.

A cultura do sisal em Moçambique e os efeitos da guerra na produção

Em Moçambique, a cultura de sisal foi introduzida em 1907, pelo Conde de Stucky, mas só a partir de 1923 ela começou a ter um grande desenvolvimento.

Nessa época, o critério mais aconselhado era o de fazer as plantações, próximo dos portos de embarque — pois o problema dos transportes era então um problema fundamental da vida africana — e também se supunha — o que é verdade — que nos terrenos arenosos a percentagem de fibra nas folhas era maior. Com base nestes dois critérios, foram feitas algumas das plantações de Moçambique. Desde então, a cultura foi florescente, atingindo em 1938 a sua mais elevada produção, superior a 24.000 toneladas. Veio, a seguir, a guerra; e o sisal de Moçambique sofreu um gravíssimo colapso. Seis das suas melhores plantações, onde estavam empatados capitais alemães, estiveram fechadas desde 1939 a 1943, provocando a sua quase completa ruina. Durante esse período e mesmo até 1946, o custo da produção aumentou extraordinàriamente, a produção baixou assustadoramente e as cotações mantinham-se num ponto que tornava o esforço de recuperação quase impossível. Havia que renovar e rejuvenescer as plantações que tinham estado fechadas; havia que renovar quase todo o material industrial e de transporte; havia ainda que transferir as plantações que tinham sido feitas em terrenos arenosos — o que a prática mostrou ser errado, pois, embora mais fibrosas eram de reprodução não económica — e por ultimo tinha ainda que se melhorar as condições de vida dos trabalhadores indígenas, preocupação constante e principal do Governo e dos plantadores de sisal de Moçambique. Para que tudo isto fosse feito, era necessário além de outras condições, um extraordinário empate de capital, que não existia.

As plantações, que tinham diminuido a sua actividade durante a guerra, estavam quase todas invadidas pelo «mato», o que tornava o trabalho desagradável, e daí uma crise gravíssima, que se notou na mão-de-obra. Tudo isto nos levou a um círculo vicioso, que podia ter dramáticas consequências: as plantações estavam por limpar por falta de mão-de-obra, e a mão-de-obra não acorria ás plantações porque estas não estavam limpas.

Disto tudo resultou uma grande baixa na produção e uma tremenda baixa de produção por hectare.

A futura influência do sisal na economia de Moçambique

Foi a partir de 1946, que as coisas se começaram a modificar e em 1948 as plantações de sisal iniciaram um novo período de renovação, que pode constituir um legítimo motivo de orgulho para o Governo da Província e para os próprios plantadores. Limparam-se as plantações, compraram-se novas máquinas para as fábricas de desfibramento, iniciou-se com as cautelas necessárias a mecanização da cultura, começou a construção de novos acampamentos, hospitais, postos de socorros, balneários e campos desportivos.

A assistência médica melhorou eficazmente, as plantações de sisal têm hoje os seus médicos privativos e a alimentaão é sádia e abundante.

Em 1946 as plantações gastaram com os seus trabalhadores indígenas 36.104 contos, e em 1950 gastaram 79.699 contos, ou seja um aumento de 120 %.

De 1946 a 1949 o aumento de despesas das construções destinadas aos trabalhadores indígenas foi de 706 %, para os europeus de 344 %, nas aquisições de máquinas agrícolas de 960 %, em material industrial 124 %, em material de transporte 209 % e em óleos e gasolinas de 283 %!

Isto quer dizer que os plantadores de sisal de Moçambique estão empatando na Província todos os seus lucros, tendo por objectivo principal, porem-se em condições de poder concorrer no mercado mundial, quando o nivelamento de preços e a baixa do produto se registar. A todos estes méritos, que são do conhecimento de todos os que trabalham em Moçambique, ainda há que acrescentar o extraordinário espírito de colaboração que entre os plantadores de sisal existe, e assim, em 1948, criou-se a «Associação dos Produtores de Sisal de Moçambique», que estuda os problemas técnicos e económicos do sisal, e que mantém uma união constante entre todos os plantadores. Todos os anos se realiza uma Assembleia Técnica, onde os principais problemas da cultura, industria e economia do sisal são estudados com verdadeiro entusiasmo.

Se as condições actuais se mantiverem por mais algum tempo pode-se afirmar que o sisal ocupará uma situação ainda de maior relevo na economia de Moçambique.

Uma plantação nova em linhas simples, ao alto; e outra em linhas pareadas

Transporte do sisal

Um viveiro de sisal

AGENCIA GERAL, LDA.

Av. da República, 130 - C. Postal 677 - Telegramas: AGEL - Telefones: 3041 (PBX)

LOURENÇO MARQUES

•

MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS • MATERIAL FERROVIÁRIO CIRCULANTE E FIXO • DÍNAMOS E MOTORES ELECTRICOS DE QUALQUER CAPACIDADE GUINDASTES PARA TODOS OS FINS E PONTES ROLANTES • BOMBAS DE ÁGUA PARA TODAS AS APLICAÇÕES • CAMIÕES, TRACTORES E ATRELADOS • TINTAS DE TODAS AS QUALIDADES E PARA TODOS OS FINS • MATERIAL PARA INSTALAÇÃO ELECTRICA • MOTORES DIESEL «GARDNER» • EXTINTORES DE INCÊNDIOS

LISTA DE AGÊNCIAS

NOME DA FIRMA:	Morada:	MATERIAL:	Território:
British Timken (SA) (Pty.), Ltd.	Johannesburg (South Africa)	Bearings	A. O. r
James Buchanan & Co., Ltd.	LONDON /E. C. 1 (England)	Whisky	A. O. P.
Walter Carson & Sons, Ltd.	LONDON/S. W. 11 (England)	Paintes. Varnishes	A. O. P.
Danks of Netherton, Ltd.	Dudley (England)	Boilers	A. O. P.
Enfield Cables (SA) (Pty.), Ltd.	Johannesburg (South Africa)	Electric Cables & Wires	A. O. P.
Martin, Black & Co. (Wire Ropes), Ltd.	Coatbridge (Scotl.)	Wire Ropes	A. O. P.
Newman Hender & Co., Ltd.	LONDON/S. W. 1 (England)	Valves, Fittings	A. O. P.
Norris, Henty & Gardners, Ltd.	Manchester (England)	Diesel Engines	A. O. P. (Sub-Agcy.)
Nu-Swift, Ltd.	Elland/Yorks. (England)	Fire Extinguishers	A. O. P.
J. H. Plane & Co. (Pty.), Ltd.	Johannesburg (South Africa)	Diésel Engines Trailers	A. O. P.
Revo Electric Co., Ltd.	Tipton/Staffs. (England)	Electrical Equipment	A. O. P.
Sigmund Pumps, Ltd.	Gateshead/ 11 (England)	Pumps	A O. P.
Skodaworks of S. A. (Pty.), Ltd.	Johannesburg (South Africa)	Motorcars SKODA	Sul do Save
Abbott Laboratories	Chicago (U. S. A.)	Pharmaceuticals & Patent Medicines	A. O. P.
Bowser International, Inc.	New-York/17 (U. S. A.)	Pumping & Filtering Equipment	A. O. P.
Durex Abrasives Corporation	New Rochelle (NY) (U. S. A.)	Material «Scotchlite»	A. O. P.
Fairmont Railway Motores, Inc.	Fairmont/Minn. (U. S. A.)	Railway Motors & Material	A. O. P.
Kirsch Company	Sturgis/Mich. (U. S. A.)	Venetian Blinds	A. O. P.
Outboard Marine & Mfg. Co.	Waukegan/I 11 (U. S. A.)	Outboard Motors «Evenrude»	A. O. P.
R. G. Le Tourneau, Inc.	Peoria/I 11 (U. S. A.)	Heavy Road Machinery	A. O. P.
Wincharger Corporation	Sioux City/6 (U. S. A.)	Windmotors	A. O. P.
Yale & Towne Mfg. Company	Philadelphia/Pa. (U. S. A.)	Material Handling Machinery	A. O. P.
Vickers & Metropolitan Carriage (S A) Ltd.	Johannesburg	Material de Caminhos de ferro vagões	U. S. A.
Metropolitan Canimel Carriage & Wagons, Co. Ltd.	Birminghan	Material de Caminhos de ferro vagões	England

COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MOÇAMBIQUE

A FÁBRICA NACIONAL DE MOAGEM E MASSAS ALIMENTICIAS, LDA. é a maior organização industrial da especialidade, existente na provincia para cuja economia contribui por forma notável

A importancia das províncias ultramarinas na vida económica da Nação é cada vez maior. Recentemente ainda, substituiu-se a designação de colónias para províncias ultramarinas, acertada medida que se impunha ,para acentuar bem a perfeita unidade de todas as parcelas integrantes do território português.

Desde a época de quinhentos que as intenções iniciais se não desvirtuaram nem a natural evolução dos tempos mudou a indefectivel comunhão que os portugueses da Pátria--Mãe têm mantido com os seus irmãos das diferentes terras portuguesas espalhadas pelo Mundo.

Com a preocupação de atingir um maior aperfeiçoamento e abrir caminho mais fácil para a realização das justas aspirações de todos os portugueses, sem distinção de categorias, a Metrópole sempre tem procurado promover a elevação dos territórios de Além-Mar e fomentar a sua riqueza.

A unidade do conjunto português no Mundo — admirável exemplo de uma excelente política ultramarina

Pode, pois, dizer-se que a importancia das provincias ultramarinas é cada vez maior. Vinculos comerciais e solidariedade de interesses fazem com que, no conjunto português no Mundo, exista uma cada vez mais perfeita unidade politica, espiritual e económica.

Moçambique é, sem duvida, das provincias ultramarinas que mais se destacam não tanto pela extensão territorial, mas pela situação privilegiada como ponto estratégico e centro de transportes e pelo valor comercial e industrial já atingido.

Com efeito, o seu desenvolvimento industrial, de há anos a esta parte, constitui uma das facetas em que mais se tem evidenciado o crescente progresso da terra moçambicana. E — justo é acentuá-lo — grande parte desse desenvolvimento deve-se ao esforço dos colonos.

Efectivamente, em muitos casos, o extraordinário impulso dado a alguns sectores industriais de Moçambique ficou-se devendo quase exclusivamente á larga visão de pessoas que, apesar da sua situação de simples particulares, não hesitaram em lançar-se em cometimentos arrojados. Ao fazer-se a história do Ultramar português — e especialmente de Moçambique — os nomes de grandes industriais hão-de figurar ao lado dos de pioneiros da colonização e dos herois das lutas de pacificação, como verdadeiros impulsionadores que têm sido do progresso das parcelas do Portugal de Além-Mar.

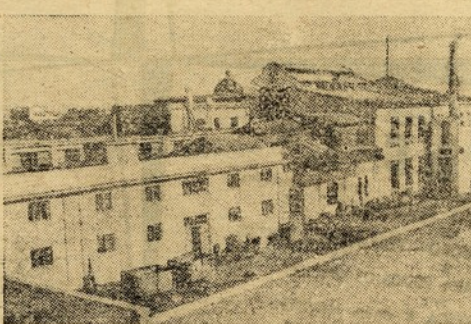
Numeros elucidativos sobre as importações moçambicanas de farinhas e massas alimenticias

Estas considerações surgem ao depararem-se-nos, no estudo do progresso industrial de Moçambique, alguns numeros que nos elucidam acerca das importações indispensáveis ás necessidades do consumo daquela provincia em matéria de farinhas e massas alimenticias, há cerca de um quarto de século.

Por eles verificamos as seguintes exportações da Metrópole para Moçambique:

Em 1925:		
Farinhas	3.423.221	quilos
Massas	10.691	»
Em 1926:		
Farinhas	3.816.639	»
Massas	8.823	»
Em 1927:		
Farinhas	4.222.317	»
Massas	13.168	»
Em 1928:		
Farinhas	3.610.309	»
Massas	26.063	»
Em 1929:		
Farinhas	5.469.504	»
Massas	65.865	»

Não pretendemos fazer a comparação desses numeros com os que presentemente se verificam e que estão de acordo com o extraordinário desenvolvimento verificado nesta provincia.

Limitamo-nos a citá-los para demonstrar que era natural o interesse de qualquer pessoa no sentido de pretender desenvolver em Moçambique uma industria ligada ao fabrico daqueles produtos alimentares.

Vista geral da «Fábrica Nacional de Moagem e Massas Alimentícias, Ld.ª», de Lourenço Marques

O extraordinário desenvolvimento de uma grande empresa — dez mil contos gastos em cinco anos

Foi assim que em 1929 um arrojado colono, apesar das suas possibilidades económicas estarem então em desenvolvimento, se abalançou a comprar e desenvolver a «Fábrica Nacional de Moagem e Massas Alimenticias, Ld.ª», situada na Avenida da Republica, em Lourenço Marques.

Esta empresa, nacional no nome, no pessoal e no capital — depressa se impôs á consideração e respeito do publico consumidor, pela excelência dos seus produtos.

Hoje, a «Fábrica Nacional de Moagem e Massas Alimenticias, Ld.ª», encontra-se em pleno desenvolvimento e pode dizer-se que muito tem contribuido para o progresso económico da grande e progressiva parcela do Império, que é a provincia de Moçambique.

Esta importante empresa despendeu nos ultimos cinco anos a quantia de dez mil contos na ampliação e remodelação das suas instalações e na aquisição de novos e modernos maquinismos, demonstrando bem claramente a sua preocupação em melhor servir os interesses dos seus clientes.

Numeros impressionantes: produção anual de 11 milhões de quilos de diversos produtos

Graças á remodelação das instalações das fábricas — que hoje dispõem da melhor e mais moderna aparelhagem — a próspera empresa aumentou extraordináriamente a sua capacidade de laboração anual, elevada hoje até os seguintes numeros, bem impressionantes:

10.000.000 de quilos de farinha, rolões e farelos;
1.000.000 de quilos de massas alimenticias.

A simples citação deste numeros demonstra á saciedade a real importancia que a «Fábrica Nacional de Moagem e Massas Alimenticias, Ld.ª» tem e a posição relevante que, na vida económica, alcançou em toda a Africa Oriental Portuguesa.

A secção de moagem em plena laboração

Deve, no entanto, acentuar-se que não é a quantidade a preocupação maior da empresa, Assim, a atestar a excelente qualidade de todos os seus produtos, podem apontar-se os seguintes galardões, que lhe têm sido atribuidos:

— Medalha de Ouro na Exposição Colonial Internacional de Paris, em 1931;

— Medalhas de Ouro e de Prata, na Grande Exposição Industrial Portuguesa de Lisboa, em 1932;

— Grande Prémio na Grande Exposição Internacional Portuguesa do Porto, em 1933.

O fabrico esmerado dos seus produtos, tais como macarrão, «spaguetti», aletria e massas para sopa da marca «Manjar» e das farinhas de trigo «Superfina» e de milho n.os 1 e 2 «Extrafina», em sacos de 10 lbs., tornaram famosas estas marcas, que a todos agradam.

A projecção da empresa na vida económica de Moçambique

A «Fábrica Nacional de Moagem de Massas Alimenticias, Ld.ª», que emprega 110 homens, fornece alimentação gratuita a 100 e alojamento a 75 — é a maior organização industrial do género existente na provincia de Moçambique. Vinte e dois anos de trabalho intenso, servidos por apetrechamento técnico adequado, consentem-lhe processos de fabrico perfeitos, que a converteram num valor de grande projecção económica.

Massas alimentícias que se consomem, hoje, em todo o Mundo, são, assim, produzidas em Moçambique. Da importante fábrica, em embalagens populares ou de luxo, e em todas as formas caprichosas, saem milhares de quilos de farinhas e massas, contribuição apreciável e louvável para a alimentação dos habitantes da Africa Oriental Portuguesa, que, de outra forma, teriam de adquirir, com todas as taxas de importação, o precioso alimento.

Actualmente, as relações comerciais da empresa alargam-se a todo o território da provincia, onde a venda e colocação dos produtos está a cargo das seguintes firmas:

Inhambane — Manuel Branco Rafael, Ld.ª

Beira — Spence & Weedon, Ltd.

Quelimane — Francisco Gravit do Amaral (Herdeiros).

Moçambique — João Ferreira dos Santos.

Porto Amélia — Niassa Comercial, Ld.ª.

Tete — Emilio Mendes Cerejo.

Dotada de óptimo apetrechamento e instalada em magnifico edificio, como se pode observar pelas gravuras que inserimos, a «Fábrica Nacional de Moagem e Massas Alimenticias, Ld.ª», encontra-se na Avenida da Republica, n.os 185, 187 e 189, em Lourenço Marques (Caixa Postal 71).

Vista parcial da secção de fabrico de massas

COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MOÇAMBIQUE

J. SOUSA, LDA.

CONHECE V. EX.ª ... A NOSSA CASA?
NÃO PERCA TEMPO, CONSULTE-NOS EM
TUDO QUE SE PRENDA COM FOTOGRAFIA,
E NÃO QUERERÁ OUTRA...
A NOSSA DIVISA É: RAPIDEZ

TODOS OS TRABALHOS PARA AMADORES — ESTUDIO FOTOGRAFICO — LABORATÓRIOS — REPORTAGENS — MAQUINAS — PELICULAS — REVELADORES — PAPEIS, ETC., ETC.

—//—

C. POSTAL 915 — END. TELEG.: JOSALEDA — R. CONSIGLIERI PEDROSO, 67 — LOURENÇO MARQUES

ESTABELECIDOS EM 1938

C. POSTAL 791 — TELEG.: «BHAGBHRIA» — TELEF. 3323
RESIDENCIA 2323

MOOSSA JOOSUB & C.ª

AVENIDA ALVARES CABRAL, 75

COMÉRCIO GERAL
MERCEARIA POR GROSSO E A RETALHO
IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO
COMPRA E VENDA DE PRODUTOS COLONIAIS

LOURENÇO MARQUES

VIDAGO & C.ª L.da

END. TELEG. «GOVIDA» — TELEFONE 6421 — CAIXA POSTAL 222
LOURENÇO MARQUES

★

MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO — FERRAGENS — TINTAS

★

FERRAMENTAS PARA TODOS OS OFICIOS

★

ARTIGOS DE PESCA E PARA NAVIOS

★

SOBRESSELENTES PARA AUTOMÓVEIS

LIVRARIA PROGRESSO

LIVRARIA — PAPELARIA — TIPOGRAFIA

★ GRANDE SORTIDO DE OBJECTOS PARA ESCRITÓRIO
★ SEMPRE AS ULTIMAS NOVIDADES LITERÁRIAS
★ REVISTAS NACIONAIS E ESTRANGEIRAS
★ MÁQUINAS DE ESCREVER «OLYMPIA»
★ RÁDIOS «PONTO AZUL», ETC., ETC.

AVENIDA DA REPUBLICA, 93 — CAIXA POSTAL 943

★ LOURENÇO MARQUES ★

CASA HAFFEJEE
— DE —

AMAD ALLE HAFFEJEE & C.ª

★
GENERAL MERCHANT
★
SILK — RAYON — COTTON — WOOL & MIXED GOODS
★
AVENIDA PINHEIRO CHAGAS N.º 140 — ESQUINA DA ANCHIETA
Caixa Postal (P. O. BOX) 876 — Telef. 3207 — Teleg. «HAFFEJEE»
LOURENÇO MARQUES

COLÉGIO PEDRO NUNES

AV. PINHEIRO CHAGAS, 99 — TELEFONE 5506
EXTERNATO PARA AMBOS OS SEXOS

★

INSTRUÇÃO PRIMÁRIA
INSTRUÇÃO SECUNDÁRIA

EXPLICAÇÕES EM CURSOS E INDIVIDUAIS PARA TODAS AS DISCIPLINAS DO CURSO LICEAL

CURSOS ESPECIAIS PARA INDIVIDUOS EMPREGADOS FUNCIONANDO DEPOIS DAS 17 HORAS

BANJEE GUIGA & FILHO

COMERCIANTES — IMPORTADORES E EXPORTADORES

★

ARMAZÉM DE MERCEARIA E FAZENDAS

★

Telefones: Estabelecimento 5338, Residência 3266 — Caixa Postal 89C
AVENIDA PAIVA MANSO, 26
LOURENÇO MARQUES

B. CHOITRAM

NAMPULA — QUELIMANE — INHAMBANE — LOURENÇO MARQUES
ÁFRICA ORIENTAL PORTUGUESA

★

SEMPRE EM «STOCK»
★ ARTIGOS DE SEDA E ALGODÃO NACIONAIS E ESTRANGEIROS
★ ESPECIALIZADOS EM ARTIGOS ORIENTAIS

SEDE: AVENIDA DA REPUBLICA N.º 84 — CAIXA POSTAL 762
LOURENÇO MARQUES

COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MOÇAMBIQUE

MOÇAMBIQUE

DIFICULTAR A ENTRADA DE MERCADORIAS

que a província é susceptivel de produzir e operar a nacionalização das restantes têm sido as normas basilares da actividade desenvolvida pela Comissão Reguladora da Importação

Se compararmos os dados estatísticos referentes á importação de origem nacional, antes e depois da criação dos Organismos Corporativos na Província de Moçambique, ficaremos com uma ideia precisa e objectiva da necessidade e obra realizada por esses Organismos.

Em 1938, a importação na Província, de mercadorias metropolitanas e ulramarinas, foi de 105.059 contos, isto é, 21,43 % do total.

Em 1949, o valor dessas importações atingiu 523.358 contos, ou 29,50 % do total.

Em 1938, as maiores importações nacionais referem-se aos seguintes produtos:

		Contos
Tecidos e fios	1.273 ton. —	34.100
Bebidas	10.999.802 litros —	33.486
Azeite	595.965 » —	5.080
Calçado	112.300 pares —	3.883
Peixe	367 ton. —	2.272

Em 1949, a tonelagem e valores principais foram:

Tecidos	3.490 ton. —	266.939 contos
Bebidas	12.801 ml. —	81.013 »
Metais	9.916 ton. —	26.635 »
Calçado	92.940 pares —	13.601 »
Lacticínios	234 ton. —	10.753 »
Madeira	1.728 » —	9.859 »
Pneus	9.800 (N.º) —	7.109 »

Este aumento das quantidades e valores verifica-se melhor através da importação dos produtos que a Comissão Reguladora da Importação protegeu especialmente:

TECIDOS:

Em 1938, a importação nacional de tecidos era de 22 % em relação ao total. Logo que se fixaram os contingentes de algodão estrangeiro, em relação ao nacional importado, verificou-se uma rápida subida daquela percentagem que atingiu 91,7 % do total, em 1943, e, embora inferior após esse ano, nunca desceu abaixo de 76,77 %.

Comparem-se as quantidades e valores dessas importações em 1938 e 1949:

	NACIONAL (quilos)		ESTRANGEIRO (quilos)		Percentagens nacionais
1938	1.286.915	—	1.371.139	—	48, 4 %
1949	3.173.208	—	960.349	—	76,77 %

CONSERVAS DE PEIXE:

Em 1938, importou a Provincia de Moçambique, pelas Alfandegas do Estado, 253.861 quilos de conservas nacionais, no valor de 1.552.814$00; e pelas Alfandegas de Manica e Sofala 36.555 quilos, no valor de 277.000$00.

Em 1949, a importação de conservas nacionais foi de 1.526.037 quilos, isto é, cerca de seis vezes mais do que naquele ano.

CAFÉ:

A mesma nacionalização das importações se verifica quanto ao café.

Em 1940, por exemplo, importaram-se 102.233 quilos de café nacional; em 1949, mais que duplicou esse numero: atingiu 238.642 quilos, apesar da crise.

Pelo contrário, naqueles mesmos anos, as importações de café estrangeiro foram, respectivamente, de 40.281 e 15.706 quilos.

CALÇADO:

Embora se tenha quase sempre preferido o calçado nacional, também neste artigo se verifica um acréscimo de importação, apesar de existir já uma industria progressiva nesta Província, em concorrência com a industria metropolitana.

Em 1940 importaram-se, desta origem, 90.197 pares de calçado; em 1949, 92.940 pares.

VINHOS:

Já em 1940 a importação de vinhos nacionais atingia 9.166.963 litros, no valor de 27.647.726$00, pois também neste artigo, dada a sua qualidade, as preferências dos portugueses eram marcadamente nacionais.

No entanto, a protecção que lhes concedeu a Comissão Reguladora da Importação provocou um aumento considerável, limitando a uma insignificancia a importação de origem estrangeira:

	NACIONAL (litros)		NACIONAL (escudos)		ESTRANGEIRO (litros)		ESTRANGEIRO (escudos)
1940 ...	9.166 963	—	27.647.726	—	114.485	—	1.663.282
1949 ..	12 598 236	—	75.491.370	—	3.081	—	128.161

Destes numeros, a quase totalidade refere-se a vinhos comuns. Assim, em 1949, importou Moçambique desses vinhos 12.272.975 litros. Deve, pois, considerar-se comc absolutamente seguro o mercado da Provincia para os vinhos nacionais.

★

Outros produtos nacionais mereceram a especial atenção da Comissão Reguladora da Importação, e chegaram a atingir uma razoável posição nas importações de Moçambique; mas uma deficiente coordenação dos interesses nacionais provocou a actual situação. Um exemplo:

Antes da guerra, atravessou a industria de lacticínios da Ilha da Madeira uma grave crise. Por isso, encetaram-se e concluiram-se negociações tendentes a colocar em Moçambique uma quantidade certa desse produto, fixando-se, então, em cerca de 100 toneladas, a quantidade a importar anualmente daquela ilha.

Os resultados mereceram vivos aplausos da Junta Nacional de Lacticínios, pois que as percentagens de manteiga nacional importada, em relação ao total, subiram imediatamente:

1940 — 34,26 %
1944 — 56,70 %

No entanto, a Madeira desviou as exportações para a Metrópole, donde resultou um decréscimo nessas percentagens:

1945 — 34,37 %
1946 — 27,20 %
1947 — 21,27 %
1948 — 44,90 %
1949 — 38,25 %

Quando os exportadores da Madeira quiseram recuperar a posição perdida já era tarde, porquanto o comércio importador não esquece as dificuldades que teve de vencer para recuperar os mercados estrangeiros quando a manteiga da Madeira seguiu para outro destino.

Hoje, conseguidos outros mercados, e por preços muito inferiores, será difícil voltar á situação perdida, desde que a exportação da Madeira não possa concorrer em preço com a de origem estrangeira.

★

Outro produto que, lentamente, foi perdendo a posição alcançada em 1940 e 1941, foi o cimento.

Em 1940, importaram-se 3.356.934 quilos de origem nacional e 3.570.718 quilos, de origem estrangeira.

Durante a guerra, devido á dificuldade de importação estrangeira, predominou o cimento nacional; depois, modificou-se a situação, não só por causa da concorrência estrangeira como da local.

A importação nacional, em 1949, foi insignificante, não atingindo 1.000 toneladas, ao passo que a de origem estrangeira subiu a 21.889.259.

Facto semelhante se verificou quanto ás solas, carneiras e atanados:

NACIONAL

1940 — 6.825 quilos
1949 — 2.601 »

Sem duvida, que as industrias locais contribuiram para o decréscimo destas quantidades, o que, aliás, se repete para as de origem estrangeira:

1940 — 30.454 quilos
1949 — 9.449 »

Pelo contrário, há produtos nacionais cuja importação reduzida, por falta de industrialização, atingiu em 1949 numeros de relevo. E' o que se verifica com os pneus e camaras de ar.

Em 1940, a importação nacional limitava-se a 278 quilos, no valor de 6.744$00.

De origem estrangeira era a quase totalidade importada, isto é, 145.259 quilos, no valor de 3.241.472$00.

No ano passado, a importação nacional foi já superior á de origem estrangeira, por causa da protecção alfandegária, verificando-se os numeros seguintes:

Nacional	233.156 quilos —	8.057.971$00
Estrangeira	209.814 » —	7.436.967$00

Deve acentuar-se que os produtos «MABOR», pela qualidade e preço, têm assegurada a conquista do mercado.

★

Infelizmente, muitas importações têm pesado de maneira extraordi-

ABILIO DA SILVA MONTEIRO
presidente da Comissão Reguladora da Importação

nária na balança comercial desta Provincia, como na da Metrópole. Mas, enquanto a Metrópole não tem possibilidades, pela pobreza do seu solo, de sustentar uma população crescente, Moçambique, pela extensão e riqueza da sua terra, poderá abastecer-se e á Metrópole.

Referimo-nos, sobretudo, ao trigo, cuja campanha, iniciada há um ano, promete a realização daquelas esperanças, se for continuada persistentemente. Seriam cerca de 60 mil contos anuais que pouparíamos, os quais, acrescidos aos 400 mil contos que a Metrópole despende, ficariam no solo nacional para outros fins, como o desenvolvimento da agricultura.

Gastou a Provincia de Moçambique, nos ultimos dez anos, cerca de um milhão de contos com a importação de géneros para consumo, como farinha de trigo, carnes, óleos alimentícios, frutas e hortaliças, lacticínios, etc.

Esse milhão de contos pode enriquecer a agricultura local, se for dada continuidade ao plano de protecção ao agricultor, agora iniciado pelo Governo Geral, com a campanha do trigo e fixação de preços mínimos para o milho de produção local.

Para tanto, bastará estudar o problema do Crédito Agricola, substituir a mão-de-obra indígena, tão escassa em regiões como o Sul do Save, por intensa mecanização á custa do Estado, e orientar técnicamente o agricultor, já que, felizmente, a nossa Repartição de Agricultura possui técnicos capazes de realizar este objectivo.

E' rica a Provincia em produtos do solo, destinados a exportação; mas não produz grande parte do que necessita para comer, vestir e calçar. Pelo menos, sob o primeiro aspecto, urge remediá-lo, pois não nos faltam terras onde produzirmos tantos dos artigos importados, desnecessáriamente, para consumo.

ARTIGOS INSUPRIVEIS NA IMPORTAÇÃO:

Entre as mercadorias que mais pesam na Balança Comercial de Moçambique, figuram as que são necessárias á sua industrialização, as quais influem considerávelmente no «déficit» existente.

O saldo negativo do movimento total, em 1949, atingiu 701.471 contos, ou sejam 37,36 %.

Para esse «déficit» contribuiram as seguintes mercadorias, quantidades e valores, em 1949:

	Quantidades	Contos
Enxadas	1.133.000 N.º —	5.403
Ferro e aço em obra	6.884 Ton. —	52.850
Fibrocimento	2.053 » —	6.064
Automóveis	1.480 N.º —	63.799
Pneus e camaras de ar	442.970 Kgs. —	15.495
Carvão mineral	195.483 Ton. —	20.609
Cimento	42.582 » —	33.066
Ferro e aço em bruto	12.358 » —	51.122
Gasolina	29.590 Ml. —	29.715
Máquinas agrícolas e industriais	5.436 Ton. —	205.570
Material ferroviário	2.309 » —	36.879
Oleos minerais n. e.	21.791 » —	38.953
Peças de automóveis	547 » —	22.902
Sacos e fardos	2.094 » —	23.251

Como se vê, estas mercadorias são indispensáveis á industrialização, mecanização e embalagem dos produtos locais, e a sua maioria é ainda insuprível pela produção nacional.

Os progressos da industrialização verificam-se pelo aumento nas importações de maquinaria:

1945	1.370 toneladas
1946	4.192 »
1947	2.186 »
1948	3.238 »
1949	5.436 »

O apetrechamento dos portos e caminhos de ferro, intensificado em 1950, foi mais ou menos constante, como se vê através da importação de material ferroviário:

1945	6.380 toneladas
1946	5.609 »
1947	9.972 »
1948	19.795 »
1949	2.309 »

A importação de ferro e aço, em bruto e em obra, atingiu a seguinte tonelagem:

	Em bruto	*Em obra*
1945	4.141	1.733
1946	6.537	3.690
1947	12.548	3.621
1948	9.989	3.663
1949	12.358	6.884

O numero de automóveis importados, embora decrescesse em 1949, aumenta progressivamente desde 1945:

1945	258
1946	1.022
1947	1.974
1948	2.021
1949	1.480

O carvão mineral é importado também em quantidades quase sempre crescentes:

1945	163.459 toneladas
1946	171.995 »
1947	183.966 »
1948	183.578 »
1949	195.483 »

O cimento, destinado á construção, vem sendo importado em quantidades revelativas de progressos:

1945	12.765 toneladas
1946	12.726 »
1947	15.025 »
1948	22.590 »
1949	42.582 »

Constata-se o mesmo progresso na importação de óleos minerais não especificados:

1945	11.005 toneladas
1946	13.250 »
1947	18.415 »
1948	22.459 »
1949	29.791 »

Por estes exemplos, deve concluir-se que o «déficit» da balança comercial não preocupa o Governo da Província, demais sabendo-se que o valor fiscal das exportações não coincide com o seu valor real, apesar da vigilancia já existente quanto ás cambiais.

Contudo, se a industrialização das matérias-primas locais e exploração do solo e subsolo se fizerem com aquela intensidade que reclama o interesse nacional, poderemos evitar a saída de parte dessas cambiais, sobretudo as que se destinam a pagar sacos e fardos de juta, lacticínios, parte dos tecidos, muita pescaria, farinha de trigo e carvão mineral, com os quais despendemos, em 1949, as quantias seguintes:

Carvão mineral	20.609 contos
Farinha de trigo	12.262 »
Lacticínios	35.251 »
Pescarias	20.665 »
Sacos e fardos	23.251 »

Esperam os portugueses de Moçambique breve realização destes objectivos, porque, além do interesse revelado pelo Governo da Província, a iniciativa particular já compreendeu que não defende o seu interesse, nem o da Nação, ao importar aquilo que Moçambique pode produzir.

MOÇAMBIQUE

OS SERVIÇOS DE OBRAS PUBLICAS

têm larga projecção na ocupação efectiva da Província

O Mundo Português vive hoje uma época heróica de fomento e valorização material do seu território. E se não precisa afirmar-se que é grandiosa a obra já executada na Metrópole, onde não há uma só aldeia, vila ou cidade em que se não tenha feito sentir, por melhoramentos locais, a acção fecunda da administração publica dos ultimos 25 anos, não será descabido dizer aos que ali residem que aquela grandiosidade atinge, por igual, todo o Ultramar Português em que Moçambique marca posição de relevo.

Estradas e pontes, portos e caminhos de ferro, escolas e liceus, hospitais, igrejas, mercados, abastecimentos de água e iluminação publica, instalação de serviços, residências de funcionários, restauração de castelos e monumentos, esgotos e pavimentação de ruas, cemitérios de tudo se tem estudado e construído em ritmo cada vez mais acelerado. Mas, exacerbados os espíritos, não raro é ouvir o publico em geral e por vezes os próprios chefes dos diversos departamentos, aqui como na Metrópole, declararem a sua insatisfação na ansia de realizar sempre mais e mais como se, os recursos do Tesouro fossem inesgotáveis ou, o trabalho de séculos houvesse de fazer-se em parcos anos.

Eng.º Jacques Landerset

Aos Serviços de Obras Publicas de Moçambique cabe grande parte da tarefa ingente já realizada na Provincia, podendo classificar-se em três grupos as obras a cargo daquele departamento do Estado:

1 — Estradas e pontes.
2 — Edificios.
3 — Abastecimentos de água e outras obras de hidráulica.

Vejamos algumas referências a cada um dos grupos:

As importantes obras realizadas em estradas e pontes

O problema das comunicações rodoviárias tem merecido a melhor atenção quer do Governo local quer do Governo central a tal ponto que hoje, a rede de estradas classificadas, num total de 20.673 quilómetros, constitui já factor importantíssimo na economia da Provincia.

Desde 1936, mas especialmente a partir de 1937 com a organização de uma Brigada Autónoma de Construção de Estradas, se têm beneficiado traçados e pavimentos, construindo pontes, «drifts» e aquedutos, estudando e executando novos traçados, de modo a poder afirmar-se que melhoraram sensivelmente as condições de transito através das mais ricas regiões da Provincia e que uma viagem a grande distancia por estrada já não é considerada uma aventura extraordinária.

Com a instalação em fins de 1937 da Brigada Autónoma de Construção de Estradas iniciaram-se imediatamente os estudos para a rectificação e pavimentação em tapete asfáltico das duas principais estradas que servem a capital: a estrada de 1.ª ordem n. 1 — Lourenço Marques-Inhambane e estrada de 1.ª ordem n.º 2 — Lourenço Marques-fronteira. E em 1938 começavam as obras no troço de Lourenço Marques-Manhiça da primeira e no troço Lourenço Marques-Boane da segunda.

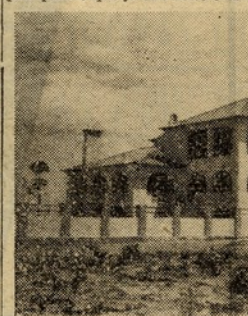
No norte da Província — Niassa e Zambézia — a acção da Brigada Autónoma de Construção de Estradas incidiu especialmente sobre as grandes pontes nas estradas de maior importancia, elaborando-se projectos e iniciando-se a construção em 1939.

Com a extinção da Brigada em 1940 coube aos Serviços de Obras Publicas a missão de dar continuidade aos trabalhos por aquela iniciados, organizando o plano de conjunto para toda a Província, plano que foi aprovado superiormente e logo iniciado. Este plano, cuja execução continua em curso, vai-se definindo com clareza para o grande publico.

Assim, na região a sul do rio Save, estão asseguradas as comunicações de Lourenço Marques com a África do Sul por estradas que permitem grandes velocidades de marcha; as comunicações para o vale do Limpopo, Inhambane e praias próximas (S. Martinho do Bilene e Sepulveda) permitem a quem o deseje fácil e seguro acesso.

Ponte General Bettencourt, no rio Matola

Com vista a mais intima ligação dos vários distritos, trabalha-se activamente no estudo de uma ligação permanente com a região a norte do Rio Save procurando servir ricas zonas do Mossurize e Moribane num traçado que visa atingir a progressiva cidade da Beira; a marcha contínua dos trabalhos de rectificação da estrada que liga aquela á fronteira da Rodésia do Sul, garantirá dentro de pouco tempo uma maior afluência das gentes do interior á capital de Manica e Sofala; pretende-se ainda assegurar um tráfico rápido na região de Tete pela beneficiação da estrada que da fronteira da Rodésia do Sul por Changara e Tete liga ao Niassaland, no Zòbué, e pela construção da estrada que, saindo desta, penetrará a região de Antónia ligando Vila Mouzinho á estação de caminho de ferro do Entroncamento; está também estudado o traçado da estrada que de Gondola permitirá um rápido e fácil acesso á região da Gorongoza e seu parque privilegiado de caça grossa e especimenes raros.

Na Zambézia para servir em boas condições a região do Gurué — zona de intensa cultura de chá — dando-lhe rápida ligação ao caminho de ferro de Moçambique, na estação de Mutuali, procede-se ao estudo da rectificação da estrada actual; o mesmo se está verificando no que respeita á região do Lugela e plantações de Tacuane; também se procura chamar á economia da Provincia a região de Morrumbala e Mopeia para o que já está feito o estudo da estrada que a ligará a Quelimane.

NAMPULA — Paço episcopal

No Niassa trabalha-se intensamente na construção de obras de arte com o fim de garantir o tráfico permanente na travessia de inumeras linhas de água e prossegue-se com a construção da importante estrada que ligará Porto Amélia a Montepuez e Nampula estando também já feitos os trabalhos de campo da estrada que ligará Quionga e a região dos Macondes com o sul.

Eis, em suas linhas gerais, o plano de trabalhos em curso para cuja execução, dada a insuficiência de pessoal do quadro o Governo tem autorizado o contrato de técnicos, na Metrópole, especialmente engenheiros e condutores, além doutro pessoal auxiliar recrutado na Provincia.

Também, para maior eficiência, entrou-se abertamente, a partir de 1946, na mecanização dos trabalhos, para o que se adquiriram máquinas e viaturas de toda a ordem, tendo-se despendido, nos ultimos cinco anos, em equipamento, a quantia total de 55 mil contos.

E não será descabido referir ainda que, excluída esta verba, se despenderam, de 1937 1950, trezentos e dez mil contos em estradas e pontes o que é importante para as possibilidades financeiras de Moçambique.

Mais de mil grandes edifícios públicos construídos em trinta anos

E' vasta a obra executada pelos Serviços de Obras Publicas em matéria de edifícios, obra que, se honra os Serviços, mais honra o Governo que, ano a ano, a possibilitou e determinou.

A ocupação efectiva do território, feita em larga escala nas ultimas dezenas de anos, traz, imperiosamente, a necessidade de instalar aqui e além o médico, o professor, o pároco, o administrador e os serviços publicos respectivos. Por isso as Obras Publicas foram chamadas a estudar e executar as mais variadas obras por toda a Provincia, obras que ao Estado compete executar — e executa com dignidade — para comodidade e benefício das populações.

Mais, muito mais de um milhar de edifícios construiram os Serviços de 1928 a 1950, ultrapassando o seu custo a importante verba de 400 mil contos.

São eloquentes os numeros e mostram, com evidência, o caminho percorrido no campo da instrução, da assistência médica e da ocupação administrativa.

Sobressai daquele conjunto a verba despendida na construção de residências para funcionários. Mas observa-se que esta questão tem aqui aspecto diferente do que a mesma apresenta na Metrópole. Em Africa, se o Estado quiser instalar um médico, um administrador ou qualquer outro funcionário, fora dos grandes centros populacionais — e estes são poucos — terá ele de mandar construir préviamente a respectiva residência. Daí, o numero elevado que representa as construções desta natureza, podendo acrescentar-se que só de 1940 a 1947 se edificaram cerca de 36.000 metros quadrados de área coberta.

De igual modo a verba de 108 mil contos despendida na construção de edifícios para instalação de serviços publicos compreende-se perfeitamente e tem um alto significado: O Estado vai estendendo, nos multiplos aspectos da administração, a sua acção através de todo o território, facilitando a fixação do colono e do indígena, o desenvolvimento da iniciativa particular e a formação de nucleos populacionais o que, por sua vez, determina o enriquecimento da Provincia e da Nação.

O novo Liceu Salazar — o maior dos liceus nacionais

Dos edifícios escolares a obra de maior vulto é a construção do novo Liceu Salazar, em Lourenço Marques, hoje em vias de conclusão e que constituirá um dos maiores se não o maior dos liceus nacionais. Trata-se, na verdade, de uma obra grandiosa com todos os requisitos de comodidade, em que nem sequer faltou o ar condicionado nalgumas dependências e a sumptuosa piscina, com 9.300 metros quadrados de área coberta dos quais, 6.000 metros quadrados em construção de 3 pisos e o restante em 2 pisos, e cujo custo ascendeu, até hoje, a 41 mil contos. Uma outra que merece referência especial pelo seu significado politico e administrativo é a construção da Escola de Preparação das Autoridades Gentílicas, a poucos quilómetros de Lourenço Marques, e em que se despenderam cerca de 4 mil contos.

Mas aos Serviços de Obras Publicas não compete unicamente, em matéria de edifícios, executar obras novas. Cabem-lhe ainda a reparação e a conservação dos edifícios do Estado o que determina, anualmente, a execução de centenas de obras diversas de maior ou menor amplitude

Para uma ideia mais exacta deste volume de trabalho, observem-se os seguintes numeros de construções cuja conservação e reparação está hoje a cargo destes Serviços:

Edificios	2 487
Faróis ou farolins	62
Tanques carracicidas	103
Monumentos diversos	49

E, no domínio das estradas, 422 pontes e pontões.

Abastecimentos de água e outras obras de hidráulica

E' mais modesta a actuação desta Direcção em obras de hidráulica dado que os Serviços não têm estado preparados para acção de vulto neste ramo de engenharia. Isto não quer dizer que se não reconheça a alta importancia que aquelas obras representam no desenvolvimento de um país ou no aproveitamento das suas riquezas naturais. Simplesmente, antes de se fazer um abastecimento de água ou obra criadora de riqueza, torna-se necessário «instalar a casa»..

Por isso, até o presente, a principal actuação dos Serviços naquele campo, tem-se limitado essencialmente, ao estudo e execução de obras de abastecimento de água a povoações surgindo, aqui e além, como actuação secundária, uma ou outra drenagem, a construção de pequenos diques de defesa de margem de faróis e farolins ou a reparação de estragos causados por cheias.

Mesmo aquelas tiveram um largo incremento nos ultimos quatro anos e alguns progressos se fizeram também, a partir de 1948, em ordem a dotar os Serviços de maior amplitude no caminho da hidráulica geral.

Criou-se, assim, no referido ano de 1948 um Gabinete de Estudos de Hidráulica, hoje em franco desenvolvimento e em vias de ser transformado numa nova Repartição, e ali se constituiu uma secção de hidrologia por onde se estão recolhendo ele-

(Continua na 47.ª pág.)

Central automática dos C. T. T., na Beira

COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MOÇAMBIQUE

ALFAIATARIA

NATHU ANANDJI & C.ª

FAZEM-SE FATOS COM PERFEIÇÃO E RAPIDEZ
PARA HOMENS, SENHORAS E CRIANÇAS
QUEIRAM V. EX.ª VISITAR O NOSSO ATELIER

Trav. da Palmeira, n.ºs 41-43 - Caixa Postal 716

LOURENÇO MARQUES

MARTHA DA CRUZ & TAVARES, LIMITADA

C. Postal 318 — End. Teleg.: «Cruzares» — Av. Republica, 62-64
LOURENÇO MARQUES
Escritório em Lisboa: AV. DUQUE DE AVILA, 71 — Telef. 52760

ARMAZENISTAS DE TECIDOS DE ALGODÃO, LÃ E SEDA
AGENTES DE NAVEGAÇÃO E TRANSITÁRIOS
AUTOMÓVEIS — CAMIÕES — TRACTORES — TUBAGEM DE FERRO — MÁQUINAS — MÁQUINAS-FERRAMENTAS E MOTORES PARA TODAS AS APLICAÇÕES INDUSTRIAIS E AGRÍCOLAS

AGENTES DAS SEGUINTES FIRMAS NACIONAIS:
- Companhia Colonial de Navegação — Lisboa
- Figueiredo & Comandita — Lisboa
- Real Companhia Vinicola do Norte de Portugal — Porto
- António da Costa Guimarães, F.º & C.ª — Guimarães
- Industria Portuguesa de Munições, Ld.ª — Lisboa
- M. F. da Costa & Teixeira, Ld.ª — Avintes
- Morais & Carneiro, Ld.ª — Porto

E DAS FIRMAS ESTRANGEIRAS:
- Commer Cars, Ltd. — Inglaterra
- B. Elliott & C.º, Ltd. — Inglaterra
- Crossley Brothers Company — Inglaterra
- T. S. Harrison & Sons, Ltd. — Inglaterra
- The Conventry Victor Motor, C.º, Ltd. — Inglaterra
- Myford Engineering Company, Ltd. — Inglaterra
- Fielding & Company (Keighley), Ltd. — Inglaterra
- Saunders Valve Company, Ltd. — Inglaterra
- William Urquhart — Inglaterra
- Hudson Motor Car Company — U. S. A.
- Jaeger Machine Company — U. S. A.
- Hobart Brothers Company — U. S. A.
- Gilbert & Barker Manufacturing C.º — U. S. A.
- Universal Motor Company — U. S. A.
- The Oliver Corporation — U. S. A.
- Independent Pneumatic Tool C.º — U. S. A.
- The Cedar Rapids Engineering C.º, Ltd. — U. S. A.
- The American Rattan Reed Manufacturing C.º — U. S. A.

CORRESPONDENTES DO BANCO ESPIRITO SANTO E COMERCIAL DE LISBOA
UNICOS IMPORTADORES DA FABRICA DE FIAÇÃO E TECIDOS DO RIO VIZELA, LIMITADA

PEÇA GASOLINA 'CALTEX'

O MELHOR OLEO PARA MOTOR

O MELHOR SERVIÇO DE LUBRIFICAÇÃO

ARMAZENS GUERREIRO DE QUENTAL

COMÉRCIO GERAL · COMPRA E VENDA DE PROPRIEDADES E AUTOMÓVEIS

AVENIDA DA REPUBLICA, 55 A 59
P. O. BOX 930 / TELEFONE 2397

LOURENÇO MARQUES
(P. E. A.)

TELEGRAMAS: «QUENTAL»
CODES: A. B. C. 6th edition - Ribeiro

MOÇAMBIQUE

AS CAMPANHAS DA OCUPAÇÃO
— GESTA HERÓICA DO EXÉRCITO PORTUGUÊS

Por muito tempo em Portugal a India e o Brasil absorveram, principalmente, as atenções.

Mais tarde a Africa passava a ser o fulcro da nossa expansão.

Vivia-se, contudo, uma época em que, por questões de economia e por questões de pacifismo, se pretendia demonstrar a inutilidade das campanhas africanas. Entendia-se que a ocupação podería e deveria ser feita com boas maneiras, esquecendo-se a grande verdade de que só de armas na mão se domina e pacifica quem armado nos recebe.

Esta aliança de pacifismo com a economia, em tropas e coisas do Ultramar causou-nos o pior dos males, porquanto faltaram, por muito tempo, a quem administrava as Províncias Ultramarinas, as forças indispensáveis á sua ocupação.

A demora na ocupação traduzia-se num atraso da colonização, tendo-se chegado ao ponto de estarmos a dois passos de perder, de uma vez para sempre, algumas possessões, em particular Moçambique.

Salvaram-nos, milagrosamente, do perigo os notáveis e felizes acontecimentos que, iniciados em 1895, se prolongaram até os primeiros lustros do século actual. O significado das magníficas vitórias então alcançadas, teve tal projecção, tanto sob o aspecto internacional, como do que se pode chamar o ressurgir de Portugal para o Ultramar, que deve ser recordado com orgulho por todos os portugueses.

Na verdade, sem tais gloriosas campanhas não teríamos hoje Moçambique.

Nessas maravilhosas jornadas, prodigiosas de heroismo em que foram aniquiladas, com raro espírito de sacrifício, as formidáveis massas guerreiras dos selvagens, Portugal, pequeno como era, sózinho, sem pedir qualquer auxílio a estranhos, com os fracos recursos materiais de que dispunha, pacificou o sertão imenso. A bravura, a tenacidade e a profunda dedicação patriótica dos seus filhos supriram com largueza as faltas materiais. Por isso, esta obra de ocupação e pacificação dos sertões é verdadeiramente épica de sacrifícios, de dedicações, de coragem e de decisão.

Monumento á Infantaria Indigena no B. C. 1, em Inhambane

Dera-se ao Mundo o exemplo admirável, magnífico, grandioso, da nossa tenacidade e do nosso patriotismo, e o Mundo compreendeu, por certo, que não eramos da têmpera de ceder, que embora poucos, valiamos muito, que não fugiamos ao perigo nem malbaratávamos a herança legada pelos nossos antepassados.

Ao fim de anos e anos de lutas violentas e de enormes sacrifícios, estava ocupada e pacificada toda a província de Moçambique. A sua salvação foi, pode dizer-se, um verdadeiro milagre. E esse milagre realizou-o a Força Armada de Portugal, que se bateu valorosa e abnegadamente, escrevendo, com o seu sangue e a sua dedicação, algumas das mais brilhantes páginas da nossa História.

Mercê dessa obra gigantesca, Moçambique passou a ser um campo aberto ao esforço inteligente da colonização. Eliminadas as causas que impediam o seu progresso, impunha-se iniciar o desenvolvimento da imensa riqueza de tão prodigioso território.

A Força Armada cumprira o seu Dever, garantindo a Portugal a posse definitiva de Moçambique e criando as condições de tranquilidade indispensáveis ao trabalho.

Havia que libertá-la de todas as preocupações de acção administra-

(Continua na pág. 40)

GENERAL FARO VIANA
Comandante militar da Província

VALOR E PATRIOTISMO DO SOLDADO AFRICANO

Contemplando os grupos de mancebos africanos que anualmente vão receber nas fileiras do Exército a preparação militar que há-de fazê-los soldados de Portugal, não é fácil antever nesses jovens, de aspecto bisonho e receoso, por vezes acabados de subtrair á amenidade de uma vida tribal simples, soldados de real valor que mais tarde veremos, ufanos na sua farda e garbosos no porte, irradiando o orgulho e a alegria da sua própria condição de soldados. Também esse real valor pode aparecer diminuido aos olhos do observador desprevenido que tomar para termo de comparação o soldado europeu de Moçambique, esquecendo que este possui um aprumo de verdadeira excepção e um nível intelectual e mental muito grande.

O soldado africano de Moçambique, dotado de grande vontade, muita sensibilidade e inteligência, vence rápidamente a acção deprimente do primeiro contacto com os rigores da vida totalmente nova que enceta ao ser incorporado nas fileiras, realizando prodígios na assimilação dos ensinamentos que é mister incutir-lhe em escassas semanas de instrução de recruta.

Com uma capacidade de apreensão que quase abisma, eis o soldado africano, que só sabia exprimir-se na sua língua nativa, em breve, falar correntemente o português, acompanhando toda a instrução ministrada na nossa língua, chegando por vezes ao fim dos poucos meses do tempo normal de serviço, habilitado a vencer o exame da segunda e até da terceira classe do ensino primário, milagre que operou nos escassos minutos de cada dia livres do labor intenso da instrução ou do serviço interno e de guarnição; ei-lo a executar de forma primorosa, os mais complicados exercicios de ginástica individual e em classe, e a praticar de maneira impecável os mais variados exercicios militares; ei-lo a obter o melhor aproveitamento em qualquer das complexas especialidades das diferentes armas, manejando com igual perícia a picareta do sapador, a espingarda ou a metralhadora, o volante do automóvel ou o delicado aparelho de T. S. F.; ei-lo a vencer, com facilidade surpreendente, as provas para a promoção a cabo e o Curso de Monitores Indígenas em que adquire preparação militar equivalente á de segundo-sargento; ei-lo por fim praticando com facilidade os princípios de uma sã moral, em cujo campo por vezes tem manifestações de fazer cismar...

Busto do patrono da Vila de João Belo no Jardim Municipal «Doutor Oliveira Salazar»

De uma inexcedível sobriedade na alimentação e na acomodação, de grande resistência á fadiga, de incomparável resignção perante todas as vicissitudes do serviço militar, de engenhosa capacidade de improvisação, de rápida e perfeita adaptação ao meio e de sentidos apuradissimos, é o soldado africano de Moçambique elemento precioso de uma tropa de alta eficiência quando bem instruida e comandada.

Obediente em extremo, compreendendo fácilmente a disciplina militar, que aceita e respeita incondicionalmente, o soldado africano de Moçambique considera os seus Chefes, a quem admira e dedica afeição e em quem confia cegamente.

Certo comandante de Unidade viu um dia, com surpresa, formar ordeiramente, á porta da Secretaria, duas dezenas de soldados seus, dados como ausentes sem licença desde a véspera, que, fugidos ás violências de um graduado europeu que comandava uma diligência afastada, haviam percorrido cerca de 90 quilómetros, a pé, sem descanso nem alimento, para virem pedir justiça.

Pois bastou a palavra do seu comandante, na promessa de que justiça seria feita, para que, confiadamente, sem qualquer objecção, vol-

(Continua na pág. 40)

INTEGRAÇÃO DAS TROPAS DO ULTRAMAR NO CONJUNTO DAS FORÇAS DA NAÇÃO

Desde os primeiros contactos com terras de Africa, até ao primeiro quartel do século XX, as tropas de Portugal, em Moçambique, tiveram sempre a característica de instrumento de conquista e de segurança interna.

Da fase inicial de exploração e conquista, passaram, nos fins do ultimo século, á ocupação e, daí, á consolidação da soberania, no princípio do século actual.

Eliminados por completo, no rescaldo da primeira guerra mundial, os factores que punham em perigo os direitos de soberania nacional sobre o território moçambicano, surgiu, pouco a pouco, a consciência da necessidade de dar novo âmbito á tarefa das tropas de Moçambique.

O problema era, porém, de larga envergadura e a sua complexidade originava os maiores embaraços. Os vários estudos feitos pelo Ministério das Colónias, de então, limitavam-se a formular desejos de difícil realização, pelo que nunca se traduziram em reorganização digna de qualquer referência especial. Apenas se verificaram algumas alterações na localização das unidades e uma ou outra redução de efectivos, determinadas por exigências orçamentais, mantendo as unidades, em essência, a estrutura anterior á guerra que terminara. A guarnição da então Colónia limitava-se, quase exclusivamente, a unidades de infantaria, cujo armamento fundamental era a espingarda, pois as poucas metralhadoras existentes se encontravam em mau estado. Por outro lado, a comparticipação e a coordenação de diversas armas, em acções tácticas, não tinham qualquer significado digno de registo.

Foi neste quadro de absoluta insatisfação que apareceu a legislação fundamental sobre as questões do Ultramar, traduzida no Acto Colonial, na Carta Organica do Império e na Reforma Administrativa Ultramarina. Esta legislação, ao fomentar, por um lado, o desenvolvimento, cada vez mais acentuado, do valor e da importancia desta grande província ultramarina, levou á formação de uma ideia e de um sentimento de necessária unidade; ao entregar, por outro lado, todas as preocupações de acção administrativa ás entidades civis, libertava a tropa de Moçambique, para se consagrar inteiramente á preparação e á valorização do potencial militar da então Colónia, até aí nunca encaradas.

Estava criado o ambiente para a Força Armada se entrega á sua verdadeira função, e esse ambiente tivera o condão de mostrar o caminho a seguir.

Necessário se tornava que o Governo Geral e o Governo Central na Metrópole, sentissem esse facto.

Impunha-se, contudo, antes de mais nada, sanear a vida administrativa da Nação para se criarem as condições necessárias á realização de qualquer coisa de profundo em benefício dos problemas da defesa nacional.

Estava demonstrada a impossibilidade de se criar uma organica, de se estabelecerem princípios, de se determinarem regras de vida, sem se obterem, préviamente, disponibilidades orçamentais que permitissem dar ambiente e corpo a tão profundas remodelações.

Como não podia deixar de ser, a organização militar do Ultramar tinha de ressentir-se dessas dificuldades, pois havia que atender, também, em primeiro lugar, á parte administrativa de Moçambique para, depois, se encararem os problemas militares.

Por conseguinte, não é de admirar que os problemas administrativos civis merecessem a primeira atenção do Governo Geral e do Governo Central. Enquanto eles não fossem orientados com segurança, não se poderia dar solução ás questões dos Serviços Militares. De resto, a acuidade de tais questões, nesse período de 1926 a 1930, e mesmo de 1930 a 1936, não justificava que fossem trazidas para primeiro plano. Com efeito, vivia-se, em Afric.. uma atmosfera de completo sossego, e, no Mundo, apenas os problemas económicos afligiam os vários países, sem no entanto, deixarem antever ameaça de guerra. Embora a época fosse de paz, os órgãos militares da então Colónia encarregados de fazer previsões sobre o futuro não abandonaram o assunto, encontrando-se nos arquivos várias manifestações de interesse e actividade a chamar a atenção para problema de tão grande importancia, como era o de uma reorganização militar que oferecesse actualização satisfatória.

Foi essa a tarefa que tantos homens de boa vontade, inteiramente devotados a ela e «pensando mais no que deviam do que no que lhes era devido», levaram a cabo com pleno êxito.

Produto do esforço de muitos, perfeitamente compenetrados do seu dever para com a Pátria, esse trabalho, realizado sem alardes, foi quase totalmente desconhecido na Metrópole e parece correr o risco de cair no esquecimento em Moçambique.

A reorganização militar das Colónias representou passo firme no sentido da valorização do sistema militar do Ultramar

Desencadeada a ultima guerra, a nova situação internacional trouxe, para o País — apesar da sua posição de neutralidade — determinadas obrigações que impuseram a adopção de medidas de urgência, a fim de se conseguir uma maior eficiência para o sistema então existente.

Neste ambiente de urgência, foi determinada, a título provisório, uma reorganização militar das Colónias, que, não obstante subordinada aos condicionamentos económicos da ocasião, representa já passos firmes, seguros, em determinados pontos fundamentais, para valorização do sistema militar ultramarino.

Reorganizações de sistemas militares, quando profundas, porque atingem toda a sua estrutura, desde a organica ás obrigações de serviço, provocam normalmente um período de crise, que poderia ser perigoso naquele momento de guerra internacional, em que Portugal se mantinha neutro, mas de maneira alguma indiferente.

Em face dos problemas importantes de carácter militar, levantados em Angola e Moçambique, o Governo Central, na impossibilidade de fazer uma reorganização ajustada e de atribuir meios que fossem imediatamente aproveitados pelas tropas da guarnição normal dessas duas Províncias, entendeu que a solução estava em enviar Tropas Metropolitanas para que, pela sua presença, fossem salvaguardadas a soberania e a posi-

(Continua na pág. 40)

Ginástica com arma na festa do Juramento de Bandeira dos novos soldados, realizada no dia 14 de Agosto do ano findo, em Boane, no Campo Abranches Pinto

COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MOÇAMBIQUE

KANJI KESHAVJI

(RANJI KALIDAS'S NEPHEW)

★

AV. J. J. MACHADO, 108 // P. O. BOX 581

LOURENÇO MARQUES

PASTELARIA POPATLAL

A PASTELARIA DE BOM GOSTO / MAGNIFICAMENTE INSTALADA NO CENTRO DA CIDADE

★

DOCES IMPORTADOS DIRECTAMENTE DAS MELHORES PROCEDENCIAS / BONBONS / CHOCOLATES AMENDOAS E CAIXAS DE FANTASIA PARA BRINDES

★

AV. 5 DE OUTUBRO, 50 — LOURENÇO MARQUES

COMPANHIA INDUSTRIAL LUSO-BELGA, LIMITADA

FÁBRICA DE EXTRACÇÃO DE ÓLEOS VEGETAIS EM RIO MONAPO

★

SEDE: RUA ALEXANDRE HERCULANO, 20, 1.º ★ CAIXA POSTAL 1248
TELEFONE 2965 ★ ENDEREÇO TELEGRAFICO: «LUSOBELGA»
CODIGOS: GUEDES, A. B. C. 5.ª EDIÇAO, BENTLEY'S

LOURENÇO MARQUES

SAVJEE OSMAN & FILHO

★

MERCEARIA POR GROSSO E A RETALHO
IMPORTAÇÃO / EXPORTAÇÃO

★

AVENIDA PAIVA MANSO, 20 ★ CAIXA POSTAL 524

LOURENÇO MARQUES

SARMENTO & ABRANTES, L.DA

★

COMÉRCIO GERAL
IMPORTAÇÃO — EXPORTAÇÃO

★

REPRESENTAÇÕES NACIONAIS E ESTRANGEIRAS

★

CAIXA POSTAL 759 ★ TELEGRAMAS: SARMANTES
RUA ALEXANDRE HERCULANO, 52 ★ TELEFONE 3393

LOURENÇO MARQUES

C. P. 750 / TELEG. NIKAS / TEL. 5254 E 4456 / CODIGO «BENTLEY'S»

N. KASSIMATIS, LTD.

COMÉRCIO GERAL / AGENTES DE COMISSÃO

ARMAZENS E FORNECEDORES DE NAVIOS / COMERCIANTES AGRICULTORES / IMPORTADORES E EXPORTADORES / POSSUIDORES DE GADO / COMERCIANTES DE FERRAGEM / REF. BANCOS, STANDARD BANK OF SOUTH AFRICA, LTD. / REPRESENTAÇAO DE FABRICANTES, NEGOCIANTES DE 1.ª CLASSE

ESCRITÓRIOS, ARMAZENS E OFICINAS: AV. ALVARES CABRAL, 62

LOURENÇO MARQUES

SOCIEDADE ORIZÍCOLA DE GAZA, LIMITADA

★

FÁBRICA DE DESCASQUE E PREPARO DE ARROZ

★

CONCESSIONÁRIA DO CIRCULO ORIZICOLA-CHIBUTO-MUCHOPES
END. TELEG.: «SOZICOLA CHIBUTO» E «SOZICOLA L. MARQUES»
SEDE: CHIBUTO — ESCRITÓRIO: AVENIDA PAIVA MANSO, 15

LOURENÇO MARQUES
— AFRICA ORIENTAL PORTUGUESA —

ALFAIATARIA MUJICHITA

★

*O MAIS PERFEITO CORTE E ACABAMENTO
FATOS PARA HOMEM SENHORA E CRIANÇA
PREFERI-LA É SINAL DE BOM GOSTO*

★

RUA DA GÁVEA, 31 — LOURENÇO MARQUES

MOÇAMBIQUE

ASPECTOS FLORESTAIS DA ÁFRICA ORIENTAL PORTUGUESA

pelo engenheiro-agrónomo
J. ALFARO CARDOSO

Quem, de mui alto, sobrevoar Moçambique, na época da Primavera africana, verá uma região de tom esmeraldino malhado de verde-escuro e com extensas manchas acastanhadas ou acinzentadas, salpicada de nódoas azuis, traçada por multiplos, sinuosos e espinhentos fios azulados mas orlados de faixas brancas que terminam no azul-esverdeado do mar, onde uma fímbria alva, cortada de quando em quando por traços avermelhados ou escuros ou ainda verdes, se estende por cerca de 2.500 quilómetros desde a Ponta do Ouro, no extremo sul, até Quionga, no Rovuma, ao norte.

Mas descendo para um voo mais rasteiro, notará que esse verde esmeralda não é uniforme pois na maior parte está abundantemente pintalgado de escuro, tal é o aspecto que nos dão as numerosissimas copas das árvores projectadas no verde do tapete de gramineas que em geral cobre o solo que não está sáfaro.

E' este arvoredo esparso que predomina no território moçambicano e, segundo a fitogeografia, constitui a floresta aberta xerófita.

Aquelas outras malhas de tom verde-escuro, de forma irregular, que se notam principalmente na parte central da Provincia, são florestas densas de transição entre xerófitas e higrófitas.

Dentro destas, notam-se com frequência manchas de tom verde-claro homogéneo, arrendondadas ou alongadas. São as clareiras conhecidas por «tandos», com vegetação de gramineas, cuja homogeneidade é por vezes quebrada por estranhas manchas movediças anegradas que são grandes manadas de bufalos, elefantes e outra caça grossa.

Este mesmo tipo de vegetação — encontra-se também fora dessas florestas mas só nalgumas regiões baixas e, no geral, próximo dos grandes rios.

Aqueles fios azulados debruados de branco, quando vistos de mais perto, estão na maioria ladeados de manchas verdes alongadas que, de onde em onde, emitem ramos serpenteantes quais espinhas irregulares e muito ramosas. São os rios, muito assoreados, com os seus afluentes sulcando a Provincia de ocidente para oriente e a cuja frescura se desenvolve luxuriante vegetação de frondosas árvores enleadas por trepadeiras e que constituem as florestas de galeria.

As próprias embocaduras dos rios e os recôncavos das baías estão revestidos de vegetação

Também as embocaduras dos rios e os reconcavos das baias — onde as águas são mais paradas — estão revestidos por uma massa verde de uma quietude contrastante com o ondular do mar azul. E' a linda vegetação dos «mangais», de árvores emergindo das águas puras mas profundando seu raizame no lodo putrido. Os mangais estão englobados no tipo da floresta higrófita e são valiosos pela casca rica em tanino.

Aquelas largas manchas acastanhadas ou acinzentadas, quando observadas de mais próximo, também não apresentam uniformidade. Umas são rugosas com tons pardacentos alternando com o acinzentado e tendo também manchas verdoengas, outras são riscadas irregularmente por sulcos verdes sinuosos e outras, ainda, têm placas esverdeadas.

São as serranias ou montes pedregosos com suas linhas de água e vales revestidos de arvoredo de tipo higrófito ou com florestas densas ou, ainda, com a vegetação herbácea das pastagens.

Por este esboceto se verifica que a terra moçambicana é revestida em grande parte com arvoredo que se apresenta com um facies de certa diversidade.

Na ânsia de amanhar a terra, o homem foi devastando a floresta moçambicana...

E, pelo que hoje ainda existe, pode-se deduzir que outrora este território devia ser muito mais rico. Talvez mesmo coberto, na maior parte, por uma floresta de manchas de denso arvoredo intercaladas com outras de arvoredo mais difundido e de entre as quais emergiam as pedregosas montanhas ou se abriam para deixarem passar os rios ou para as águas dos lagos e lagoas.

Mas o homem na ansia — se bem que lógica —, de amanhar a terra para o cultivo e usando do meio mais prático, o fogo, foi pouco a pouco devastando a floresta, rareando-a depauperando-a e impedindo a regeneração natural.

Assim, se bem que a terra de Moçambique seja bastante abundante em arvoredo, este já não se encontra com aquele potencial produtor dos tempos antigos.

...Mas, apesar disso, a Província conta ainda com uma grande riqueza florestal

Contudo Moçambique conta ainda, entre as suas riquezas, a das florestas. E essa riqueza é tanto sob o aspecto de botânica floristica como de economia florestal.

Mais de uma centena de arbóreas se contam na composição botânica das suas florestas, mais de cinquenta espécies produzem madeiras comerciais e mais de uma dezena têm lenhos valiosos.

Estas espécies estão a ser exploradas por perto de cem concessionários com suas serrações e cuja área florestal anda á volta de um milhão de hectares.

A maior parte destas concessões estão na parte central da Provincia, no distrito da Beira, sendo as regiões mais ricas as de Inhaminga, Buzi, Amatongas, Gorongoza e Chimoio.

Na Zambézia são as regiões do Derre e Maganja da Costa as que possuem ainda florestas ricas.

No sul também há madeira, em especial no Maputo. O Niassa tem boas florestas.

Em muitas outras regiões existem restos de florestas que têm sido pouco a pouco destruidos pelo agricultor indigena para ali fazer as suas culturas.

Espécies arbóreas mais exploradas

De entre as espécies mais exploradas sobressaem as seguintes: umbila (Pterocarpus angolensis *DC.), que dá uma madeira resistente, relativamente leve, com o aspecto da nogueira, de bonito veio e muito boa para marcenaria e parquete;* a chanfuta (Afzélia quanzensis *Welw.), que produz*

(Continua na 47.ª pág.)

Plantação de casuarinas, realizada em 1940, com o objectivo de fixar as dunas

Mata da Namaacha — Plantação de pinus — S. P. S.

IMPORTÂNCIA PRESENTE E FUTURA DA CONSERVAÇÃO E DEFESA DA COBERTURA VEGETAL

pelo dr.
A. ESTEVES DE SOUSA

Há ainda relativamente poucos anos que numerosos autores defendiam, com mais calor do que força argumentos, a tese que eram ubérrimas as terras africanas da zona intertropical, onde Moçambique está situada. Pretendiam mesmo que essa era razão bastante para justificar a aparente lassidão e preguiça

Viveiros de eucaliptos na mata de Marracuene

observadas nas populações autóctones que, com alimentação abundante e variada ao seu alcance, se aborreceriam á sombra da bananeira sem mais necessidade de trabalho que não fosse a de colher os frutos que a natureza prodigamente lhes oferecia.

Ultimamente, porém, predominam os autores que, com idêntico calor e larga cópia de argumentos, defendem a tese contrária, isto é, a de que tais regiões são sáfaras e tendem para a desertificação contínua, rápida, inevitável, ameaçando constantemente os seus habitantes com o espectro da fome. Um dos defensores desta teoria sintetizou mesmo a sua opinião na frase lapidar *«l'Afrique... c'est un continent qui meurt»* que, embora não demonstrada, rápidamente se divulgou como *slogan*.

O exagero das duas teses opostas

Pondo de lado o muito que de exagerado existe nestas duas teorias extremistas e antagónicas, não podemos deixar de notar que, no fundo, ambas se baseiam na observação dos mesmos fenómenos, a que se deram interpretações opostas: *as relações da cobertura vegetal, nas zonas em questão, com o ambiente.*

No caso de Moçambique, aqueles que defendiam a primeira teoria teriam sido iludidos pelo aspecto luxuriante das florestas primárias, bastante frequentes antes da sua exploração para fins económicos, e pelos microclimas condicionados pelas oróprias comunidades vegetais, o que os levaria a ter aceitado *a priori* a ideia de que tais massas vegetacionais seriam indicação segura de fertilidade exuberante do solo, sem lhes ocorrer que, em muitos casos, particularmente no litoral, onde os solos são de formação recente e manifestamente pobres de humus, tais comunidades vegetais utilizam a matéria organica dos seus próprios detritos á medida que estes vão sendo incorporados no solo.

Os que defendem a segunda teoria deixam-se arrastar pelo melhor conhecimento da formação dos africanos conjugado com o princípio conhecido de que a água é o factor fundamental para a vida das comunidades vegetais, sem as quais também não é possível a vida animal. Como nesta zona da Africa não há praticamente, lagos inter[illegible] alimentem longos cursos permanentes de água, os rios dependem das fontes e nascentes cuja existência está, por sua vez, dependente da existência de florestas e de chuvas regulares. A desarborização, tendo como consequência o desaparecimento das nascentes e fontes, levaria, segundo estes autores, á morte do continente pela desertificação. Esquecem, porém, que a desertificação é, em grande parte, provocada pelo homem e, consequentemente, poderá ser por ele evitada, na maioria dos casos, por actualmente se compreenderem melhor as acções recíprocas entre a vegetação e os factores edáficos, bióticos e climáticos que constituem o ambiente.

O estado de equilíbrio ecológico, penoso de realizar-se, pode ser fácilmente destruído

Nenhuma das duas teorias acima enunciadas tentou sequer diminuir o papel fundamental da cobertura vegetal e são já numerosos os trabalhos em que se demonstra a sua importancia. E' principio já estabelecido que não só os os diferentes tipos de floresta e a sua distribuição são condicionados pelo ambiente, como também que este vai sendo modificado pela acção da vegetação até se atingir um estado de equilíbrio, mais ou menos estável, resultante de uma longa e complexa série de interacções entre os vários factores em presença, através das eras geológicas.

E fácil de ver que tal equilíbrio que leva por vezes muitos séculos a realizar-se, pode ser fácil e rapidamente destruído pela alteração de um só dos factores em causa. Destes, é justamente a vegetação aquele que o Homem mais fácil e directamente altera e destroi, não só para satisfazer as suas necessidades de combustíveis e de madeiras, como ainda para estabelecer a sua agricultura e pecuária.

Os efeitos da destruição indiscriminada da vegetação fazem sentir-se há muito em Moçambique

Em Moçambique, começaram há muito a fazer-se sentir os efeitos da destruição indiscriminada da vegetação e é particularmente a esta provincia que se referem estas breves considerações.

As principais causas de rotura do equilíbrio ecológico de que, na maioria dos caos, resulta a evolução regressiva das comunidades vegetais conduzindo à destruição da floresta, são: a exploração de madeiras por métodos rotineiros, as derrubas, e as queimadas periódicas

Sem matas cultivadas, Moçambique tem na exploração das madeiras das florestas espontaneas uma apreciável fonte de receita — mais para a empresa exploradora do que para o Estado — com manifesto prejuízo da sua economia em futuro mais ou menos próximo.

A razão deste prejuízo não está só na exploração, mas, principalmente, no modo como essa exploração é feita.

Ao madeireiro apenas interessam as espécies produtoras das melhores madeiras, que vai abater onde quer que as encontre. Mas nas florestas espontaneas, essas espécies encontram-se misturadas com outras de reduzido

(Continua na 33.ª pág.)

COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MOÇAMBIQUE

BREYNER & WIRTH, LDA.

COMÉRCIO GERAL — AGENTES DE NAVEGAÇÃO — AGENTES TRANSITÁRIOS

Escritórios e Armazens: Avenida da Republica, 32 — Telefone 195 — Caixa Postal 206 — End. Teleg. «PRODUCE»

LOURENÇO MARQUES

RECEPÇÃO, ARMAZENAGEM E EXPEDIÇÃO DE MERCADORIAS

Armazens com linha férrea privativa ligada á rede geral, ao quilómetro 1 da estrada das Estancias

SEGUROS MARÍTIMOS E TERRESTRES

PELA COMPANHIA DE SEGUROS ALLIANCE ASSURANCE & C.º LTD. SUCURSAL EM MOÇAMBIQUE

AGENTES DE NAVEGAÇÃO

COMPANHIA NACIONAL DE NAVEGAÇÃO • LLOYD BRASILEIRO • ALPINA MARÍTIMA, LDA.
FINLAND-AFRICA & AUSTRALIA LINE, LTD. • OVERSEAS TANKSHIP CORPORATION

Agentes Gerais de vendas para a Provincia do Sul do Save, de gasolina e óleos «Caltex» Whisky «Dandie Dinmont» — Tintas «Sissons» — Papel e acessórios «Gestetner» — Mobiliário de aço «Sankey Sheldon» — Material ferroviário — Máquinas Agricolas

·STOCKS·

ISOLADORES DE PORCELANA DA VISTA ALEGRE / CHÁ / CAFÉ / ALCOOL PURO E DESNATURADO / BOMBAS PARA ÁGUA
MOTORES DE COMBUSTÃO INTERNA / MATERIAL ELÉCTRICO / CORREIAS DE TRANSMISSÃO / ÓLEOS LUBRIFICANTES
GASOLINA / PETRÓLEO / SACOS VAZIOS / MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO / ETC.

Organização «Dionísio & Almeida, Lda.»

TELEFONES: ESCRITORIO 3664 ★ GERENCIA 4225

DIONÍSIO & ALMEIDA, LDA.

FUNDADA EM 1938

ARMAZENISTAS
AGENTES
IMPORTADORES

DE:

★ Vinhos comuns maduros e verdes; vinhos do Porto, Brandies
e Quinados; Vinhos da Madeira, Vinhos espumantes, Licores e
aguardentes; Azeite, carnes fumadas e conservas de peixe; Bo-
lachas, Frutas secas, amêndoa e confeitaria

★ Tecidos de algodão, malhas de algodão e lã, miudezas, bi-
jutarias, calçado para homem, senhora e criança, calçado
de lona e borracha, Camisaria, Rouparia para indígenas e todos
os principais artigos de exportação da Industria Nacional
★ Agentes e vendedores exclusivos de mais de 50 Fabricantes
e Exportadores Nacionais e Estrangeiros

Escritório e Armazém de Vendas: Rua Araujo, 87, 1.º
ENDEREÇO TELEGRAFICO «LEONISIO» ★ CAIXA POSTAL 519

TELEFONES: VENDAS 6628 ★ ESCRITORIO 3664

SOCIEDADE DE EQUIPAMENTOS COMERCIAIS E INDUSTRIAIS, L.DA

‹SECIL›

FUNDADA EM 1948

ESTABELECIMENTO DE VENDAS:

CASA DAS BALANÇAS

BALANÇAS PARA TODOS OS FINS E APLICAÇÕES

★ Temos permanentemente em «stock» o maior sortido de ba-
lanças que existe, num só estabelecimento, em qualquer parte
do Território Português
★ Máquinas de somar e escrever, máquinas para cortar fiam-
bre, moinhos eléctricos e manuais para café, torradores, cofres
de vários tipos, máquinas registadoras, enceradoras e aspira-
dores eléctricos, mobiliário para escritórios e para barbearias,
medidoras para azeite e petróleo, etc.
★ Máquinas descaroladoras de milho manuais e mecanicas,
tararas, bombas para elevação de água e mais uma infinidade
de máquinas de grande utilidade no Comércio, na Industria
e na Agricultura

Estabelecimento: Casa das Balanças ★ Rua Salazar, 26
ESCRITORIO: RUA ARAUJO, N.º 87, 1.º ★ CAIXA POSTAL 519

LOURENÇO MARQUES

COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MOÇAMBIQUE
EM LOURENÇO MARQUES HÁ UM COLÉGIO
QUE CONVEM AOS VOSSOS FILHOS, QUE É O
COLÉGIO VASCO DA GAMA
(O NINHO DOS PEQUENINOS)
INTERNATO—EXTERNATO—SEMI-INTERNATO
CAMPO DE JOGOS—PARQUE INFANTIL
CARINHO—CUIDADOS—EDUCAÇÃO
ACEITAM-SE CRIANÇAS DESDE OS DOIS ANOS
Avenida Miguel Bombarda, 53
Telefone 3206
LOURENÇO MARQUES
NOVA GERÊNCIA
XADREZ
É NO HOTEL EUROPA
...que V. Ex.ª encontra todo o conforto e um ambiente verdadeiramente familiar. Água quente e fria nos quartos e casas de banho, a qualquer hora do dia ou da noite. Boa e abundante comida confeccionada por um dos melhores cozinheiros europeus. Tudo modernizado. Todas as camas providas dos óptimos colchões «Rozedoze». Preços acessíveis. Experimente e verá que jamais terá vontade de sair do «Hotel Europa»
CAIXA POSTAL 924 - TELEFONE 760
AVENIDA MANUEL DE ARRIAGA, 107
Lourenço Marques
GUIA ECONÓMICO DE MOÇAMBIQUE
ANUÁRIO DE INTERESSE GERAL
E
GUIA DOS EXPORTADORES E IMPORTADORES DE MOÇAMBIQUE
DUAS EDIÇÕES DA
JUNTA DE EXPORTAÇÃO
E
COMISSÃO REGULADORA DA PROVINCIA DE MOÇAMBIQUE
PUBLICADAS PELA
EMPRESA AFRICANA DE PUBLICIDADE
CAIXA POSTAL 8 - PRÉDIO SCALA 1.º ANDAR
LOURENÇO MARQUES

COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MOÇAMBIQUE

MOÇAMBIQUE

Pormenor das obras do aproveitamento hidroeléctrico do Revue

EPITÁFIO

PARA A ISABEL MARIA ASTRID

O que sonhou,
Morreu.
Nos olhos doces e abertos,
A linha azul dos horizontes
E os caminhos longos e desertos
Por onde o seu canto espraiou
A mensagem fresca e lírica das fontes.

Morto, sim.
E ninguém o diria
Ninguém,
Olhando a sua face,
Acreditar podia
Que sob aquela esperança
O coração parasse.

NUNO BERMUDES

ALGUNS ELEMENTOS

SOBRE O PROBLEMA

DA ELECTRIFICAÇÃO DA BEIRA

O rápido desenvolvimento da cidade, o ritmo acelerado das construções e o aumento crescente da população estão a levantar graves problemas ao Município, figurando entre os mais instantes o fornecimento e a distribuição da electricidade.

A nova central eléctrica, situada na zona da Munhava, a cerca de 4 quilómetros do centro da cidade, está instalada num amplo e belo edifício, de linhas sóbrias e elegantes, prevista para futuras ampliações e possuindo a mais moderna maquinaria.

Apesar de inaugurada em 1948, a nova central, que está equipada com 2 turbo-alternadores de 800 KW cada, um dos quais de reserva, já não tem capacidade para suportar o aumento constante do consumo de energia.

Para se avaliar da gravidade da situação, basta dizer-se que o Município não poderá fornecer energia eléctrica ás dezenas de moradias, concluídas ou em construção, nas zonas das Palmeiras e do Macuti; a 5 novos prédios, de 3 andares, em construção no centro da cidade e, muito em breve, a qualquer outro futuro consumidor.

Aguardam ainda a electricidade o bairro do Macuti e a zona populosa e industrial da Manga.

José Diogo Ferreira Martins Governador de Manica e Sofala

Para solucionar o problema respeitante á produção de energia eléctrica, encararam-se duas hipóteses.

Inicialmente, pensou-se na ampliação da central, mas o Município não dispunha das verbas necessárias, nem lhe foi concedido um empréstimo para esse fim.

Ultimamente, em virtude de se encontrar na fase final da sua execução o aproveitamento hidroeléctrico do Revue, próximo de Vila Pery, espera-se que seja construída uma linha de transporte de energia, em alta tensão, do Revue para a Beira, cujo estudo foi já iniciado por determinação de Sua Excelência o Senhor Governador Geral de Moçambique.

O aproveitamento hidroeléctrico do Revue, que tem a comcerca de 200 quilómetros da Beira e deve estar concluído em 1952, podendo fornecer á cidade na sua primeira fase uma potência de cerca de 10.000 CV, atingindo 56.000 CV em fases posteriores.

A construção daquela linha de transporte, que deve importar em cerca de 35.000.000$00, é de grande interesse para a economia da Província de Manica e Sofala, por permitir o fomento industrial e acelerar o progresso e desenvolvimento das regiões que servir, especialmente a Beira.

Por isso o Município espera de Sua Excelência o Senhor Governador Geral — que está vivamente interessado no assunto — a contribuição para que se inicie, o mais rápidamente possível, a construção da referida linha.

Quanto á distribuição da electricidade, o problema é também grave e tem de ser solucionado com o primeiro.

A actual rede de distribuição, em baixa tensão, que, na sua maior parte, data ainda do tempo da corrente contínua, já não satisfaz, por insuficiência de secções, ao aumento crescente do consumo de energia.

Por outro lado, é necessário proceder-se á montagem de uma nova rede de alta tensão e instalar mais postos de transformação.

Para levar a cabo tais obras, terá de ser concedido ao Município um empréstimo de alguns milhares de contos.

BALADA DO RIO TRAIÇOEIRO

Por CARLOS MARIA

O rio caminhava calmo e sorridente!
Calmo e sorridente caminhava o rio
Caminhava o rio, calmo e sorridente...
E os meninos negros á sua borda
brincavam...
E os homens nas suas margens cavaram
e o milho e o algodão plantaram.
Calmo e sorridente caminhava o rio!
E os birimbaus voando na noite parada,
deram a grande notícia
«O milho está maduro!
O milho está maduro! maduuuuuro!»
E os homens aguçaram as catanas,
aguçaram as catanas...
E mais uma vez a noite se sentou
com os homens á volta da fogueira,
mais uma vez se sentou a noite
confidenciando suas angustias
e esperanças.
E as nuvens do céu,
curiosas se aproximaram...
E o rio cresceu,
cresceu,
cresceu
e libertou-se.

O Hotel Central, na Beira, é digno de uma cidade cosmopolita

PORQUE DEVEMOS

POUPAR E PROTEGER

AS FLORESTAS

(Continuação da 29.ª pág.)

valor económico, constituindo associações ecológicamente equilibradas, e o industrial, para retirar os troncos escolhidos, corta uma rede de picadas e abre numerosas clareiras.

Os produtos desta derruba, que ali ficam abandonados, constituem o veículo inicial dos fogos que irão concluir o trabalho de regressão iniciado pelo Homem e acelerado pelo mais intenso ataque de parasitas xilófagos, animais e vegetais, que é uma das consequências imediatas da alteração do *climax* biológico.

Para dar uma melhor ideia do grau de grandeza destte aspecto da questão, diremos, apenas, que, em Moçambique, as empresas madeireiras estão autorizadas a explorar mais de um milhão de hectares de florestas, em regime de *«concessão florestal»*, a maior parte das quais está situada na faixa litoral, de 100 a 150 quilómetros de largura, toda ela constituída por solos recém-formados e onde a floresta primitiva se degrada fácilmente desde que a sua constituição florística seja profundamente alterada.

Como medidas preventivas impõe-se: o estabelecimento de grandes reservas florestais e a reflorestação; o aproveitamento dos produtos secundários do abate e a protecção, contra os fogos, das florestas em exploração.

Além da exploração de madeiras, as derrubas para fins agrícolas e para o combate contra a tsé-tsé este contribuindo em grande escala para o desnudamento do território. Só as derrubas realizadas pelos indígenas sobem, anualmente, a dezenas de milhar de hectares. Neste caso há ainda a considerar que os produtos da derruba são, igualmente, queimados e que as derrubas são feitas onde ao interessado mais convém, sem se prender com a importancia que podem ter na degradação dos solos.

As medidas a tomar seriam: a escolha das zonas de cultura dentro de um plano de fomento abrangendo toda a Província e a interdição de derrubas fora dessas zonas, procurando, impôr, sempre que fosse necessário, as práticas agrícolas mais adequadas á conservação do solo.

O fogo é o mais importante inimigo da cobertura vegetal

Finalmente, mencionaremos o mais importante inimigo da cobertura vegetal: o fogo. Moçambique é, anualmente, percorrida por extensas queimadas que pouco a pouco transformam as florestas primárias — logo que nelas possa entrar o fogo — em florestas abertas, secundárias, estas em estepes, em savanas, em desertos, porque além de destruir plantas mortas e vivas, devora a manta morta existente no solo, inutiliza as sementes e outros diásporos, e mata os microorganismos do solo, tornando-o estéril, deserto.

O solo sem cobertura lateritiza rápidamente e a couraça laterítica espessa-se de ano para ano; deixa de haver infiltração de águas que passam a escorrer mais ou menos rápidamente á superfície arrastando o solo e, consequentemente, secam as fontes e nascentes dependentes das infiltrações e circulação da água.

Quisemos dar uma ideia da importancia da queimada para justificar o estudo de medidas tendentes, pelo menos, a atenuar os seus efeitos, mas podemos também afirmar que há hoje, em Moçambique, muitos milhares de hectares de solo destruído que interessaria tentar recuperar.

Procurámos mostrar em traços largos a importancia que tem para a região não só no presente mas, principalmente, no futuro, a conservação e defesa da cobertura vegetal e muito particularmente das florestas ainda existentes, cujo numero vai diminuindo de ano para ano. Que esta ideia seja tomada no espirito construtivo que a ditou...

UM EXEMPLO

DE TRABALHO

De dia para dia, o homem conquista a terra africana, desbravando-a e impondo-lhe uma modernização intensa. Por vezes esse trabalho faz-se sem alardes, quase ignoradamente, mas de uma forma tão intensa e continua que sempre que o contamos causa admiração.

E' esse o caso de Bernardo Brito, fundador e dirigente da Auto Moderna Ltd., da Beira. Se não pode considerar-se um pioneiro, pois embora conte 50 anos de idade, veio para Moçambique em 1936, não devemos, por isso, deixar de o classificar como um dos grandes impulsionadores do desenvolvimento da Beira.

Bernardo Brito

Basta, por isso referir o movimento geral da sua firma, que em 1945 teve um aumento de capital para 2.100 contos mediante entrada de novos sócios. Actualmente, a totalização dos salários e vencimentos mensais pagos ultrapassa a verba de 100 contos, distribuidos por vinte empregados europeus e quarenta e três indígenas.

Para atender á continua expansão da Auto Moderna, Ltd., que se impôs pela seriedade e ponderação do sr. Bernardo Brito, a firma adquiriu recentemente, em frente das suas actuais instalações, um terreno pela importancia de 650 contos destinados ás oficinas, garagens de recolha e «stands», que correspondem ás necessidades da cidade.

As instalações da Auto Moderna, Ltd., dispõem de oficinas completas de pintura, estofador, bate-chapas e mecanica, carga, de baterias, lavagens e lubrificação. Além disso há um estabelecimento de venda de acessórios apto a satisfazer qualquer pedido.

Justificam-se assim a merecida referência á pessoa a quem este desenvolvimento se deve, e um natural elogio ás qualidades de dinamismo e competência de Bernardo Brito, um industrial que tem em cada conhecido um amigo.

COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MOÇAMBIQUE

G. SANTOS

IMPORTAÇÃO ✶ EXPORTAÇÃO

LOURENÇO MARQUES: *CAIXA POSTAL 889 ★ TELEFONE 6061*
BEIRA: *CAIXA POSTAL 239 ★ ENDEREÇO TELEGRÁFICO «PAULL»*

★

AUTOMÓVEIS • CAMIÕES E CAMIONETAS TRACTORES • SOBRESSALENTES E LUBRIFICANTES • MATERIAL CIRCULANTE • ALFAIAS AGRÍCOLAS • RÁDIOS E GELEIRAS • MATERIAL DE CONSTRUÇÃO • TINTAS • ETC. ETC. ETC.

- ★ INTERNATIONAL HARVESTER CORP.
- ★ STUDEBAKER EXPORT CORPORATION
- ★ WILLYS-OVERLAND MOTORS INC.
- ★ BENDIX INTERNATIONAL
- ★ W. S. THOMAS, TAYLOR & C.º, LTD.
- ★ PENNSYLVANIA RUBBER C.º
- ★ GEORGE H. CAREY C.º
- ★ LEYLAND MOTORS, LTD.
- ★ TELEFUNKEN

ETC., ETC., ETC.

G. SANTOS

LOURENÇO MARQUES ✶ BEIRA

MOÇAMBIQUE • ÁFRICA ORIENTAL PORTUGUESA

MOÇAMBIQUE

MOÇAMBIQUE

Vista parcial da zona portuária de Lourenço Marques

O modelar sistema de transportes da Africa Oriental Portuguesa apoia-se em três portos de mar de categoria excepcional.

A Provincia de Moçambique que pode ser dividida em três zonas económicas, perfeitamente distintas, cada uma das quais é servida por um sistema de transportes apoiados num porto de mar de primeira grandeza.

Essas zonas são: *Meridional*, que abrange a área do Sul do Save; *Central*, que compreende a área de Manica, Tete e Sofala; e a zona *Setentrional*, que ocupa os territórios da Zambézia e Niassa.

O porto de Lourenço Marques é um dos melhores de toda a África ao sul do Equador

A zona Meridional apoia-se no magnifico porto de Lourenço Marques, sem duvida o melhor do

Eng. Pinto Teixeira
Director dos Serviços dos Portos, Caminhos de Ferro e Transportes de Moçambique

Ultramar Português e um dos melhores de toda a Africa ao Sul do Equador. O seu magnifico cais acostável, de 2.400 metros de comprimento, encontra-se equipado com material mecânico do melhor, para um rápido manuseio de qualquer carga, incluindo a extra-pesada e extra-volumosa, dando atracação a 15 navios de longo curso.

E' este porto alimentado por 3 linhas de caminho de ferro, que partindo da cidade de Lourenço Marques se dirigem, uma para a Swazilandia, outra para a União Sul-Africana e outra para o interior do território.

A da Swazilandia parou na fronteira portuguesa por aquela colónia inglesa não haver continuado o caminho de ferro em seu território, como havia prometido. A Administração dos Portos, Caminhos de Ferro e Transportes, estabeleceu uma linha de camionagem automóvel entre a fronteira e Stegi naquele território, ligação que permite ao porto de Lourenço Marques servir aquela colónia inglesa embora precariamente. E' no entanto Lourenço Marques o porto natural da Swazilandia, pelo que se espera que, num futuro mais ou menos próximo, este nosso porto venha a servir mais eficazmente aquele território à medida que o desenvolvimento económico deste último o venha a exigir.

A linha da União Sul-Africana permite que o porto de Lourenço Marques sirva a região mineira do Rand, no Transval, em melhores condições económicas do que qualquer porto daquele país, visto constituir a mais curta distância entre aquela região e o mar. Esta linha tem tido sempre um movimento razoável; no entanto, a maior parte da carga que por ela circula é de mercadoria pobre, que beneficia de tarifas baixas, como o carvão e minério, pelo que o seu rendimento é fraco e tudo leva a prever que continue a baixar.

A terceira linha liga o porto de Lourenço Marques com a rica região do vale do Limpopo, que se espera vir a ter grande desenvolvimento, muito em breve.

Nota-se, no entanto, que seria da maior conveniência procurar novas fontes para alimentar este porto, que está com cerca de 4.000.000 de toneladas de manuseamento por ano, mas que poderia fàcilmente manusear cerca de 8.000.000.

Por isso considera-se que é muito urgente a construção da linha do vale do Limpopo até ao Pafuri, na fronteira da Rodésia do Sul, a fim de aumentar o movimento do porto não só com mercadoria de e para o interior do território português, como também de e para o Midlands, na Rodésia do Sul, contribuindo assim para facilitar a este nosso vizinho o problema das ligações com o Ultramar.

Esta política tem sido defendida pelo Director dos Serviços de Portos, Caminhos de Ferro e Transportes de Moçambique que, de há 20 anos para cá, persistentemente tem vindo a apontar os perigos da actual situação deste nosso importante porto de mar.

O novo cais do Porto da Beira deve ficar concluído ainda dentro do ano em curso

A zona Central apoia-se no Porto da Beira, que é, actualmente, o segundo porto da Provincia de Moçambique.

Possui este porto um cais com 813 m. de comprimento que dá atracação a 5 navios de longo curso e um outro cais com 446 m. para uso de batelões.

Estes cais estão equipados com 24 guindastes eléctricos de 3 a 6 toneladas e 20 guindastes a vapor de 3 a 20 toneladas, além de 200 unidades móveis, tais como guindastes-automóveis, transportadores-elevadores automóveis, tractores de reboque e manobra, etc.

Está actualmente em construção um novo cais para o manuseamento mecânico de minério com a capacidade de 400 tons./h., podendo manusear também outra mercadoria. Este cais ficará também equipado para a descarga de combustíveis líquidos por meio de condutas que ligarão directamente os depósitos aos navios-tanques, e que terá a capacidade de 400 a 800 tons./h. conforme a sua densidade.

Espera-se que este cais, que muito beneficiará o tráfego no porto da Beira, fique concluído ainda dentro do presente ano.

Constitui este porto um justo motivo de orgulho dos portugueses e ao qual julgamos não dever deixar de fazer referência. De facto, tendo sido entregue à Administração da Direcção dos Portos, Caminhos de Ferro e Transportes apenas há 2 anos e meio, com a capacidade máxima de manuseamento de mercadorias de 1.500.000 toneladas por ano, calculada por peritos estrangeiros, a administração nacional conseguiu logo no primeiro ano manusear cerca de 1.900.000 toneladas e no segundo ano 2.100.000 toneladas. Espera-se que este ano, se não continuar a irregularidade da navegação, o manuseamento atinja 2.500.000 toneladas e depois de terminados os trabalhos em curso e outros em projecto, este numero suba para 4.500.000 tons./ano.

Este porto é alimentado por duas linhas férreas que, partindo da cidade da Beira, se dirigem uma à Rodésia do Sul e outra a Tete e Niassalandia.

Como o porto da Beira é indiscutivelmente o porto natural das Rodésias e Niassalandia, ou como os nossos vizinhos dizem, o porto mais conveniente, parece que não deve haver duvidas quanto à sua utilização em larga escala por aqueles territórios da coroa Inglesa, e ainda do Baixo Congo, apesar de haver uma corrente na Rodésia do Sul que descobriu, depois do resgate do porto da Beira e compra da linha da Beira a Umtali, por parte do Governo da Nação, que a Beira e Lourenço Marques não podem satisfazer as necessidades políticas daquele território.

Estas linhas, apoiadas no porto da Beira, servem, além dos territórios vizinhos já indicados, as regiões nacionais do Chimoio e Vila Pery, onde a agricultura e industria se estão desenvolvendo consideravelmente, e a região de Tete com a sua riqueza mineira, principalmente de carvão e ferro.

A linha de Tete, segundo estudos já aprovados, deverá continuar até Angónia, região de clima magnífico e portanto própria para o estabelecimento de europeus.

O porto de Nacala, ainda em construção, oferece condições excepcionais

A zona setentrional apoia-se no porto de Nacala, ainda em construção, mas que pelas caracteristicas de dimensões da baía, profundidade de água até muito perto da praia, e fundo limpo, tem condições excepcionais para vir a ser um dos

(Continua na 47.ª pág.)

MOÇAMBIQUE
ESBOÇO DAS REDES DE C. DE FERRO, C. AUTOMÓVEL E S. AÉREOS

LEGENDA
CAMINHOS DE FERRO
C. AUTOMÓVEL EM EXPLORAÇÃO
C. AUTOMÓVEL NA ÉPOCA DAS COLHEITAS
SERVIÇOS AÉREOS

ESCALA

A camionagem automóvel dos caminhos de ferro da provincia cruza as estradas em todos os sentidos com a exactidão de um cronómetro.

FOI esta, também, uma iniciativa do actual director dos Serviços de Portos, Caminhos de Ferro e Transportes que em 1930 conseguiu ver aprovada a sua proposta para a criação da Camionagem Automóvel dos Caminhos de Ferro e Moçambique, e que visava três objectivos principais:

1.º — O de evitar que a camionagem particular fizesse concorrência aos caminhos de ferro;

2.º — Criar novas fontes de tráfego para alimentar a via férrea;

3.º — Estabelecer facilidades de transporte para áreas que não eram nem podiam vir a ser directamente servidas pelo caminho de ferro.

De facto, até então, havia um certo numero de carreiras particulares que trabalhavam em concorrência com o sistema ferroviário, nalguns casos, e nos outros só serviam zonas de garantido rendimento, desprezando, por completo, as zonas que, para se desenvolverem, só precisavam de facilidades de transporte, embora houvesse que correr o risco de um período de sacrifício financeiro mais ou menos longo.

Veio, pois, a Camionagem dos Caminhos de Ferro de Moçambique resolver um problema económico de vital importância para o desenvolvimento deste vasto território, acabando com uma grande parte da concorrência à linha férrea, criando linhas confluentes a esta, de maneira a formar novos órgãos de tráfego para o Caminho de Ferro e estabelecendo ao mesmo tempo facilidades de transporte para áreas que, por falta de meios de comunicação, estavam sendo mal aproveitadas.

Ficou, assim, o Caminho de Ferro formando a coluna vertebral do sistema de transportes da área respectiva, de cuja coluna vertebral irradiam linhas de camionagem em todos os sentidos, como se verifica do mapa que publicamos.

Por isso, a camionagem automóvel se estabeleceu em cinco zonas distintas, como complemento das cinco redes ferroviárias em que se apoiam e tendo sido, logo de inicio, enormes, os benefícios alcançados tanto para o Caminho de Ferro como para o público em geral e muito especialmente para o agricultor, que sentiu imediatamente a facilidade de escoamento para os seus produtos em condições económicas muito mais vantajosas do que anteriormente.

Para se verificar o acerto desta iniciativa, bastará dizer que hoje existem, em toda a Provincia de Moçambique, cerca de 7.000 quilómetros de carreiras de camionagem dos quais 3.937 quilómetros são de carreiras regulares e os restantes de carrei-

(Continua na 47.ª pág.)

A camionagem dos Caminhos de Ferro de Moçambique ao serviço do produtor

A ponte «General Carmona», na linha do Vale do Limpopo, é a maior ponte em cimento armado do continente africano

Sinal dos tempos: uma poderosa locomotiva moderna dos Caminhos de Ferro de Moçambique, que reboca os comboios de 1.600 toneladas, ao lado de uma das antigas

As carreiras aéreas asseguradas pela "DETA" mantêm relevante coeficiente de regularidade e eficiência.

DATA de 1937 a criação dos transportes aéreos na Provincia de Moçambique, podendo considerar-se uma das mais felizes iniciativas do actual Director dos Serviços dos Portos, Caminhos de Ferro e Transportes de Moçambique, eng.º Francisco dos Santos Pinto Teixeira, que, numa larga visão das necessidades futuras deste território, deu a esta terra o meio de transporte rápido que a enorme extensão do território requeria.

De facto, sendo então, como ainda hoje, os caminhos de ferro exclusivamente de penetração, apoiados em portos, as comunicações entre as diversas redes ferroviárias eram feitas apenas por mar. Assim, além da espera de muitos dias pelas datas dos vapores, acontecia que para se ir de Lourenço Marques à Beira nunca se gastava menos de dois dias em barcos directos, e cerca de oito em costeiros. Para se chegar a Quelimane, raras vezes se demorava menos de dez, e uma viagem a Mocimboa da Praia nunca se fazia em menos de três semanas.

Com os transportes aéreos, o tempo de viagem ficou reduzido a 2 1/2 horas para a Beira, 4 horas para Quelimane, 7 horas para Moçambique e 11 horas para Mocimboa da Praia, sendo fácil de imaginar os benefícios que tal redução de tempo trouxe não só aos negócios de administração pública como também aos dos particulares, principalmente aos de carácter comercial e industrial.

A DETA — Divisão de Exploração dos Transportes Aéreos, (assim se chama à aviação comercial de Moçambique), inaugurou a sua actividade com dois aparelhos, um de dois lugares e outro de 5, tendo logo nos meados desse ano recebido mais 2 aparelhos para 7 lugares (incluindo os tripulantes), com cujo material fez 831 horas de voo, percorreu 151.293 quilómetros e transportou 791 passageiros.

Foi, no entanto, em 1938 que os transportes aéreos começaram a desenvolver-se pela criação de carreiras regulares para o norte da Provincia, estabelecendo ligação com Vila João Belo, Inhambane, Mambone, Beira, Quelimane, Lumbo, e Porto Amélia. O material foi aumentado com mais um aparelho de 18 lugares (incluindo tripulação) e o tráfego apresentou os seguintes numeros: horas de voo, 2.652; quilómetros percorridos, 326.572; passageiros transportados, 1.906; Correio, 1.113 Kgs.

E, assim, de ano para ano, se foram desenvolvendo estes serviços que no fim de 1950 tinham o material aumentado para 24 unidades de voo com a capacidade de 4 a 21 passageiros, e com

(Continua na 47.ª pág.)

Um avião da DETA sobrevoa a estação do aeroporto de Lourenço Marques

Grande reparação de um avião nas oficinas da DETA

COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MOÇAMBIQUE

INSTITUTO FISIOTERÁPICO

Um modernissimo estabelecimento de Assistência Médica

A primeira impressão que se recebe ao penetrar na sala de espera do Instituto Fisioterápico é de surpresa. Efectivamente, naquele 3.º andar do prédio Cardiga, surpreende logo o ambiente acolhedor que caracteriza o primeiro contacto com o Instituto. E, no entanto, depois, essa surpresa deixa de ter razão porque se compreende que tudo naquele magnífico estabelecimento clínico foi instalado e funciona de forma a poupar aos que ali acorrem aquela sensação tão desagradável, mas infelizmente tão frequente e tão conhecida, do «hospital» e da «casa de saude», com o incaracterístico das salas e corredores em série e com a sensação desagradável dos odores de medicamentos.

Para isso contribui não apenas o aspecto das próprias instalações — por exemplo, o primoroso arranjo e decoração da sala de espera — mas também, e de forma notável, o pessoal que presta serviço no Instituto Fisioterápico, em quem nunca se pode notar qualquer deficiência ou menos interesse.

Uma breve visita ao Instituto demonstra não apenas o cuidado com que são mantidas as instalações — encanta a pequena «sala das crianças», no género das melhores clínicas do Mundo para gente de palmo e meio, onde nem falta um palco com fantoches! — mas também a excelência da sua moderna aparelhagem e mobiliário. Na referida sala havia um aparelho de raios ultravioletas de suspensão.

Na sala de tratamentos para senhoras há aparelhagem para ondas curtas, infravermelhos, correntes galvanicas, infraluz, caixas de aquecimento, etc. E' esta moderna aparelhagem que garante o êxito dos tratamentos em que o Instituto Fisioterápico se especializou. Outra sala, mas esta destinada aos clientes do sexo masculino, dispõe da mesma aparelhagem, tendo ainda mais um aparelho «Kromayer» (ultravioletas de aplicação directa), unico em toda a província de Moçambique.

Sala de mecanoterápia do Instituto Fisioterápico

Instituto Fisioterápico. Uma das salas de tratamentos

Revelam também optima disposição, pelo isolamento em que estão os que se destinam aos doentes de cada sexo, os modernissimos balneários do Instituto com instalações de banhos circulares e turcos, tinas, massagens, casas de banho privativas, etc.

A seguir, pode visitar-se a «sala de mecanoterápia» destinada aos tratamentos de reabilitação de movimentos de após fractura. Há ali mecanismos diversos para pernas, pés e joelhos; elevação de ambos os braços; reabilitação de movimentos de cotovelo; mãos; desenvolvimento muscular e a curiosa «Exercicle» — bicicleta eléctrica que movimenta quase todo o sistema muscular. E' uma espécie de «brinquedo» recomendado especialmente para quem leva uma vida sedentária (empregados de escritório, etc.) e que é também unica em Moçambique.

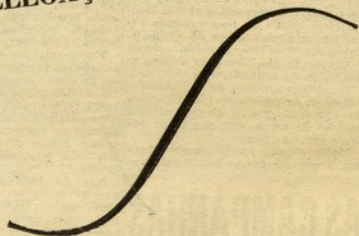
Noutra sala de tratamentos podem ver-se ainda outros aparelhos de ondas-curtas, ultravioletas, infravermelhos, de massagens vibratórias, de ar quente, caixas de aquecimento, etc.

Na sala dedicada exclusivamente á paralisia infantil e a todas as paralisias que necessitam de tratamentos galvanicos, farádicos e sinosoidais, deparam-se ao visitante quatro tinas para banhos galvanicos aos membros inferiores e superiores.

Além disso, o modernissimo Instituto Fisioterápico dispõe ainda de consultórios independentes para os seus médicos: o dr. Artur Maldonado, director técnico do Instituto, e o dr. Tito de Morais. Ao alto conhecimento profissional de ambos e á sua íntima colaboração se devem a eficiência científica e afectiva que caracteriza o Instituto Fisioterápico.

COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MOÇAMBIQUE

COMPANHIA DE CIMENTOS DE MOÇAMBIQUE (S. A. R. L.)

SEDE: LOURENÇO MARQUES
DELEGAÇÕES: LISBOA–BEIRA

FÁBRICAS:
«MATOLA»
DISTRITO DE LOURENÇO MARQUES
«NOVA MACEIRA»
PROVINCIA DE MANICA E SOFALA

GULAMHUSSEN & C.ª, L.da

CAIXA POSTAL 67 ★ TELEFONE 2620
AV. REPUBLICA, 177 ★ LOURENÇO MARQUES

SÃO OS MAIORES EXPORTADORES DE PRODUTOS COLONIAIS NA COLÓNIA. CONSULTEM-NOS PARA AS SUAS VENDAS E COMPRAS. PRODUTOS DO SOLO, OLEAGINOSAS, SACARIA DE JUTA, TECIDOS, FERRAGENS, MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

AGENTES DE NAVEGAÇÃO E SEGUROS

AMOD MOTY & C.os S.ucrs

P. O. BOX N.º 136 ★ TELEFONE 2396
AV. MANUEL ARRIAGA, 10 ★ LOURENÇO MARQUES

COMPRA E VENDE TODOS ARTIGOS. FAZ ENTREGA DE TODAS AS ENCOMENDAS QUE LHE FAÇAM PARA TODA A COLÓNIA DE MOÇAMBIQUE. CASA FUNDADA HÁ MAIS DE 40 ANOS.
TRATA-SE COM MÁXIMA SERIEDADE

IMPORTAÇÃO ★ EXPORTAÇÃO ★ COMÉRCIO GERAL

RAMA MORAR & C.º

OFICINAS DE CARPINTARIA
AV. MANUEL DE ARRIAGA, 37 ★ LOURENÇO MARQUES

FÁBRICA DE MOBILIA
EXECUTA COM RAPIDEZ E PERFEIÇÃO TODOS OS TRABALHOS DE MOBILIA MODERNA
PREÇOS MODERADOS

UNIDADE DAS TROPAS IMPERIAIS

(Continuação da 27.ª pág.)

ção internacional de Portugal em territórios africanos.

Esta solução, com grandes inconvenientes, era, no entanto, a unica que se poderia tomar sob a premência dos acontecimentos internacionais. De resto, o Ministério das Colónias não estava em condições de absorver pessoal — quadros e comandos — e material em quantidades suficientes para valorizar as Guarnições dessas Províncias. Tão pouco o Ministério da Guerra, preocupado com o esforço imenso que estava a realizar para defesa dos interesses nacionais nos Açores, Madeira e Cabo Verde, e ainda absorvido pelas preocupações de elevar a nível satisfatório o Exército Metropolitano, não poderia distrair a sua atenção para problemas que, não obstante em estudo, ainda estavam longe de atingir um grau vizinho da sua finalidade. O esforço e o valor manifestados, tanto pelo Ministério da Guerra, como pelo Ministério das Colónias, para darem conta das suas responsabilidades perante os problemas da defesa nacional, têm o mais edificante sinal nas preocupações tidas pelo Governo Central, em situações tão difíceis, como foram aquelas que se viveram durante a ultima guerra mundial.

Com a conflagração de 1939-1945, houve, de facto, oportunidade, embora nela não tenhamos tomado parte activa, de apreciar um pouco do notável esforço desenvolvido pelas Tropas de Moçambique e da Metrópole, para manterem em respeito a posição de Portugal no concerto das nações. A recepção de fôrças, vindas da Metrópole, para reforço da Guarnição; a organização de expedições para a India e para Timor, com tropas de Moçambique, da Metrópole e de Angola, aqui concentradas, a fim de garantirem a soberania nacional naqueles longínquos territórios portugueses; a adopção de medidas especiais de segurança para se provar ao Mundo que também sabíamos e podíamos defender a nossa terra contra quem quer que fosse — representam esforços admiráveis, só tornados possíveis graças ao trabalho anteriormente realizado e á eficiente acção, notável pela sua persistência, levada a cabo nessa época de incertezas. Servirão, ainda, tais esforços para comprovar a afirmação de que estes infindáveis seis anos de canseiras até ao esgotamento representam a culminancia de uma actividade brilhante que ficará a ilustrar a história da Guarnição Militar da Província nestes ultimos 25 anos, tão ricos de intenso e profícuo trabalho.

Unidade da Força Armada do Império

Finda á guerra, nunca Moçambique abandonou o desejo de melhorar a sua Guarnição, não só em qualidade, mas também em quantidade. Na verdade, alguns estudos foram feitos nesse sentido e apresentados superiormente.

Reconhecia-se, contudo, não permitir a transcendência do problema que este fosse observado, com vista a uma solução perfeita, através de um prisma parcelar. Só uma visão de conjunto permitiria encontrar uma solução também de conjunto. Ao Governo Central competia definir o rumo a seguir no futuro. O enquadramento dos Serviços Militares na administração geral do Ultramar, superiormente dirigida pelo Ministro das Colónias, impedia que o problema fosse resolvido de maneira a identificá-lo, em absoluto, com o do Exército Metropolitano, o que limitava extraordináriamente as garantias de pleno sucesso. Por outro lado, a concentração de todos os problemas de defesa nacional num unico Ministério — hoje tida como obrigatória — só poderia realizar-se uma vez que as Forças Militares terrestres da Metrópole e de Além-Mar constituissem um todo.

Impunha-se, por isso, a remodelação do sistema militar ultramarino. O unico passo susceptível de levar á unificação, considerada absolutamente indispensável, para que Portugal pudesse estar á altura de fazer uma defesa eficiente de qualquer parcela do seu território, era integrar no Ministério da Guerra as Forças do Exército Ultramarino.

Todos o desejavam. Saía, porém, das tradições da vida colonial portuguesa afastar da organica de governação das Províncias Ultramarinas a actividade dos Serviços Militares.

Foi esse o primeiro grande passo, dos que faltava dar, para a criação de uma grande Força Armada do Ultramar.

O segundo grande passo não se fez demorar, consistindo na organização do Ministério da Defesa Nacional, com a missão de coordenar os esforços dos Ministérios do Exército e da Marinha, e, possívelmente, num futuro próximo, do Ministério do Ar.

Não será difícil, agora, prever qual a tendência da futura remodelação do Exército do Ultramar.

Embora nas Províncias Ultramarinas se deseje sempre ver as suas tropas valorizadas, não se pode esperar que o problema em questão ganhe primazia sobre outros, que actualmente prendem a atenção do Governo Central.

Mas a evolução que se tem seguido neste ultimo quarto de século permite suspeitar que, de futuro, a organica militar da Província de Moçambique avance no sentido de, por um lado, se conseguir o melhoramento, em qualidade e quantidade, da sua Guarnição e de, por outro lado, serem estabelecidas nóvas normas que concedam, não só uma generalização mais perfeita da prestação do serviço militar, mas também a efectivação desse serviço de molde a alcançar-se maior eficiência na instrução e na preparação para a guerra. Assim, pode considerar-se como certa, dentro em breve, a representação de todas as Armas na Guarnição da Província, em quantidade suficiente para que o seu valor possa ser marcado em caso de mobilização, e uma definição mais rigorosa das condições de recrutamento e das condições e obrigacões normais de serviço, para que constituam garantia de que todos os portugueses, sem distinção de cor ou de raça, terão nas Forças Armadas a sua comparticipação, dando-lhes mais largas e mais perfeitas possibilidades no caso de se verem obrigadas a fazer a defesa dos interesses nacionais.

Em conclusão: durante a ultima convulsão mundial, começaram a rasgar-se novos horizontes para a Força Armada de Moçambique e uma luz intensa surgiu a orientar a sua futura actividade, como sequência lógica de toda a actividade anterior: *criação de uma força perfeitamente integrada no conjunto das necessidades gerais do Mundo Português*, que está vivendo um período de profunda remodelação política, económica e social.

E' esse o caminho que as Tropas de Moçambique estão a seguir actualmente, a passos lentos, talvez, mas seguros, com vista á realização de uma obra grande, que transcende o ambito militar.

VALOR E PATRIOTISMO DO SOLDADO AFRICANO

(Continuação da 27.ª pág.)

tassem para o quartel da sua diligência, no primeiro comboio.

Sabendo impor-se pelo exemplo quando graduado, o soldado africano de Moçambique possui, em qualquer grau da hierarquia que lhe é acessível, perfeita noção de justiça, que gosta de ver praticada com isenção, admirando a administração justa das sanções disciplinares, e prefere os comandos ásperos mas de critério regular e justo aos brandos de critério irregular.

Em dada Unidade esboçara-se certa vez o desejo de transferência da quase totalidade das praças para uma Unidade vizinha, cujo comandante era tido como rispido mas justo e igual. Averiguada a causa, muito surpreendeu os inexperientes estar ela na circunstancia de o comandante da primeira Unidade exercer a sua acção disciplinar ao sabor das variações do seu estado de espirito...

O soldado africano de Moçambique é dotado de esplêndidos sentimentos de camaradagem e possui notável espírito de corpo, que não raras vezes é preciso refrear.

Muito atreito aos ditos espirituosos, a que dá largas nos momentos de ócio, na convivência dos seus camaradas, em contraste singular com a seriedade com que desempenha o serviço, sabe triunfar da nostalgia da terra distante, mesmo quando ás vezes a obrigação do serviço além do normal parece não querer terminar. E é sempre com impressionante generosidade que aceita servir a Pátria, mesmo em terras longínquas do Oriente, onde, de longa data, tem sido chamado a actuar para vigiar a integridade de Portugal, o que tem feito com notável altivez e jus á consideração e simpaia das populações daquelas terras.

Permeável a todos os sentimentos elevados, ora os exprime em impetuosos actos de bravura, como o de Ali Anifa, esse herói de Nevala, ora os exterioriza em comoventes e eloquentes manifestações mudas de acrisolado amor pátrio.

Em terras do Oriente Português assistia-se inesperadamente, do quartel de uma Companhia Expedicionária de Moçambique, a um incidente entre aviões portugueses e outros, de uma potência estrangeira, que perseguiram os nossos até amararem nas nossas águas, sobrevoando depois o território nacional, durante algum tempo.

Não foi fácil aos oficiais evitar que os soldados africanos de Moçambique alvejassem os aviões estrangeiros, com as metralhadoras que pretenderam retirar das arrecadações, fazendo assim cumprir ordens superiores que não havia que discutir. Nada porém teria conseguido reprimir as lágrimas que, tal como nas dos seus irmãos europeus, rolaram nas faces desses soldados de Moçambique.

Mais não será preciso para que prevaleça a certeza firme do real valor do soldado africano de Moçambique e possa confiadamente continuar a dar-se-lhe a honrosa missão de Sentinela Vigilante do Ultramar Português!

AS CAMPANHAS DA OCUPAÇÃO

(Continuação da 27.ª pág.)

tiva, entregando-as a entidades civis, porque outros horizontes, mais conformes, se rasgavam á sua actividade.

Todos reconheciam, então, quanto esta magnífica terra moçambicana lhe havia custado em sacrifícios e vidas. Indispensável se torna continuar a reconhecê-lo. Impõe-no a gratidão devida a tudo quanto de grande e nobre existe na História Pátria.

Aquele esforço ingente não pode nem deve ser esquecido porque, esquecê-lo, seria pagar com profunda ingratidão a maior dívida que Moçambique contraiu ao longo da sua história. Essa dívida, extraordinária, assombrosa, é, nada mais nada menos, que a honra de continuar a pertencer a Portugal. Foi ela contraída para com a Força Armada.

HERMES DE A. OLIVEIRA
Capitão do Corpo do Estado-Maior

COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MOÇAMBIQUE

IDRISSA GIVA HEMRAJE, LDA.

C. P. 1326 End. Tel. «Idrissa»
LOURENÇO MARQUES
★
IMPORTADORES E EXPORTADORES
TECIDOS PARA INDIGENAS
PRODUTOS COLONIAIS

EMPRESA COMERCIAL DE LOTARIAS, LDA.

Caixa Postal 62 Telef. 3555
Rua Salazar, 31 Telegr. *Africano*
LOURENÇO MARQUES

Concessionários da
LOTARIA PROVINCIAL
da Assistência Publica de Moçambique
EXTRACÇÕES MENSAIS
Primeiro prémio £ 5.000 ou 500 contos
Bilhetes a £ 1 ou 100$00

Requisitantes da
LOTARIA NACIONAL
da Misericórdia de Lisboa
Bilhetes para todas as extracções

Agentes e revendedores em todas as Provincias Ultramarinas

CASA AHAMADE — DE — AHAMADE KESHAVJEE (HERDEIROS)

////
VENDAS DE MOBILIAS NOVAS. COLCHÕES DE MOLAS E DE PALHA
////
Avenida Manuel de Arriaga, 162
TELEFONE 4278
LOURENÇO MARQUES

ANTONIO CARLOS DA MAIA

IMPORTADOR E EXPORTADOR
★
PRODUTOS COLONIAIS
★
Distribuidor exclusivo dos Discos
DECCA, CAPITOL e GALLOTONE
Agente exclusivo dos afamados e conhecidos
RADIOS «ANDREA»
★
Rua Major Araujo, 35/37
Telefone 4915
Endereço Telegráfico: *«Trabalho»*
Caixa Postal 241
LOURENÇO MARQUES

ALFAIATARIA MODELO

AVENIDA DA REPUBLICA, 56
★
SEMPRE AS ULTIMAS NOVIDADES EM FAZENDAS
LÚCIO NUNES
★
LIMPEZA DE FATOS
CERZIDEIRA
LOURENÇO MARQUES

FARMÁCIA BARBOSA — DE — A. BARBOSA & C.ª

Especialidades farmacêuticas
Produtos químicos
Artigos de «toilette», etc
Executam-se contra reembolso todos os pedidos que nos sejam confiados
Telefone 6170 — C. Postal 235
End. Teleg.: Bobrebosa
R. CONSIGLIERI PEDROSO, 51-53
LOURENÇO MARQUES
SUCURSAL EM MOÇAMBIQUE

FÁBRICA NACIONAL DE VELAS

End.: Teleg.: «AKAL»
Código A. B. C. 6.ª Edição
Telefone 6632

GUJRAL & C.ª, LTD.ª
★
Fabricantes de velas e perfumes
COMERCIO GERAL
★
88 — Avenida Paiva Manso — 88
Caixa Postal, 485
LOURENÇO MARQUES

GRANDES ARMAZÉNS «SANTA MARIA»

Guerreiro & Castro, Sucrs. Ltd.ª
Caixa Postal 734
Telegramas: «ROSACASTA»
Estabelecimentos e escritorios
Avenida da Republica e J. J Machado
LOURENÇO MARQUES
IMPORTADORES:
De todas as mercadorias nacionais e estrangeiras
EXPORTADORES:
De cereais, legumes, oleaginosas, etc.
SUCURSAIS:
Manhiça e Chibuto — GAZA

A. TEIXEIRA & C.ª LDA.

NEGOCIANTES DE:
FERRAMENTAS
FERRAGENS
MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO
LOURENÇO MARQUES
BEIRA, VILA PERY NAMPULA
PORTO AMELIA

PENSÃO JOÃO DE DEUS

ESPLENDIDAS ACOMODAÇÕES
QUARTOS
«SUITES»
GARAGES
PREÇOS MODICOS
AVENIDA 24 DE JULHO, 228
LOURENÇO MARQUES
Telefone 526

A RECTIFICADORA

CENTRO INDUSTRIAL DE PRECISÃO
— de —
José Mendes Ferreira

Unica oficina em toda a Provincia, especializada em trabalhos de torno e rectificação — Motores de automóveis e industriais
Paiva de Andrada, 8-A
Alvares Cabral, 121
LOURENÇO MARQUES
Telegrama: Precisão
Telefone: 6585

ALFAIATARIA — DE — CAETANO FERNANDES

RUA CONSIGLIERI PEDROSO
★
Alfaiate para senhoras, homens e crianças
Trabalho bem acabado e garantido
★
High Grade Tailor for ladies, gents and children
Perfect fit guaranteed

EMPRESA DE CARPINTARIA E MARCENARIA, LIMITADA

Executa todos os trabalhos de carpintaria e mobiliário — Carrosserias de camiões e camionetas
SECÇÃO DE MARCENARIA
Mobílias completas, sala de jantar, de quarto e escritório
SECÇÃO DE CARPINTARIA
Esquadrias em todos os géneros
Confecção, como balcões, estantes para várias casas e lojas de comércio
SECÇÃO DE CARROSSERIAS
Confeccionamos carrosserias para camionetas, automóveis, camiões, com toda a segurança e viabilidade. Pessoal europeu
Oferecemos cotações em todos os géneros
Caixa Postal, 1203
RUA 1.º DE MAIO, N.º 62
LOURENÇO MARQUES
Telefone n.º 6416

BAZAR RAJÁ DO ALTO MAE

Grande estabelecimento de modas
Todos os artigos para senhoras, homens e crianças, em peças e em obra
Grande sortido em todas as secções sempre em «stock»
Caixa Postal 896
AV. P. CHAGAS, N.º 272
PREDIO RAJU
LOURENÇO MARQUES
Telefon. 5712

PADARIA E PASTELARIA LAFÕES, LDA.

SALÃO DE CHÁ
CAFÉ E BEBIDAS
FABRICAM-SE BOLOS DE QUALQUER QUALIDADE
ACEITAM-SE ENCOMENDAS PARA CASAMENTOS E BAPTIZADOS
Aos melhores preços do mercado
Sede: Av. L. Coelho, 92
Telefone 3919
Caixa Postal, 72
Sucursal: Av. M. de Arriaga
(Prédio Monteiro & Martins)
LOURENÇO MARQUES

FOTO PORTUGUESA

OS MELHORES TRABALHOS FOTOGRAFICOS
★
Fotografias, ampliações, reproduções, etc.
★
Retratos coloridos
Grande variedade em molduras
★
MAXIMA PERFEIÇÃO NOS TRABALHOS DE AMADORES
★
Avenida da Republica, 50
Telefone 5591
LOURENÇO MARQUES

COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MOÇAMBIQUE

EXEMPLO DE CORAGEM E PERSEVERANÇA

A OBRA DO COMENDADOR JOÃO FERREIRA DOS SANTOS

É DIGNA DA COLONIZAÇÃO PORTUGUESA E CREDORA DE MUITA ADMIRAÇÃO

Transporte da matéria-prima

E' sabido que a história do mundo se compõe de individualidades que, pelos seus feitos, transpuseram os umbrais da imortalidade. Umas, pela força das armas; outras, pela abnegação da dilatação da fé cristã; outras ainda, pela caridade e filantropia; e mais outras que, de mãos dadas com todas aquelas, idealizam e constroem um mundo á sua volta que a todos seja de proveito, na calma e na paz do bem-estar material, e na consolação moral do dever escrupulosamente cumprido.

O que vamos aqui referir acerca do homem que há 54 anos deixou a terra natal numa aventura que lhe iluminava o cérebro — e dizemos aventura porque, por esse tempo incerto das Africas, na verdade o era — já é de quase todos conhecido.

No entanto, mais alguma coisa se acrescentará ao incentivo da juventude que nos ler, sobre o exemplo que nos dá a personalidade invulgar do senhor João Ferreira dos Santos.

Foi em 1897 quando o hoje comendador João Ferreira dos Santos para aqui embarcou, decerto em companhia de muitos outros animados das mesmas esperanças e da mesma vontade para a consolidação da heroica colonização portuguesa na cobiçada, rica Província de Moçambique.

Não vamos dizer que no sonhar deste Homem não houvesse um misto de ambição e de amor próprio, mas o que é certo, é que ao desdobrar-se o panorama e o ambiente do meio em que viu teria de lutar com dureza, teve a coragem de deixar que a sua alma se temperasse ao ritmo dos acontecimentos que por cá se desenrolavam contra a nossa soberania, preparando-se para a vitória e para a fortuna, que rudes trabalhos e perigos por tantos anos se lhe antepuseram em porfiados desafios. E tão bem, e tão inteligentemente orientou as suas atitudes por entre gentes naquela época em aberta hostilidade aos passos dos portugueses, que lhes soube cativar as submissas simpatias ao fim de curta permanência.

Foi a sua primeira canseira e a sua primeira vitória.

Hoje, pode dizer-se, mundialmente conhecido, a fineza do seu traio, a inductilidade do seu temperamento sempre inclinado para o que é justo, não sofreram sequer ligeira alteração; sempre da mesma generosidade de carácter, espalha a esmo as benesses do seu coração por obras meritórias de assistência social, acorrendo com os seus avultados auxílios aonde a fortuna se mostra menos pródiga.

De um pequeno estabelecimento comercial na bela cidade-ilha de Moçambique, começou o comendador João Ferreira dos Santos a lançar os alicerces da colossal organização que hoje se vê espalhada pelo ubérrimo distrito do Niassa.

Por toda a parte, por assim dizer, tudo o que é grande no Niassa, está ligado á sua Organização.

Extensas plantações de sisal com produções que se colocam em terceiro lugar, em tonelagem, na Província; de coqueiros e de cajueiros. Grandes fábricas apetrechadas com os mais modernos maquinismos, de desfibramento e prensagem de sisal; de descaroçamento e prensagem de algodão; de descasque e tratamento de arroz, contribuem poderosamente para a riqueza e engrandecimento nacionais. Vastos estabelecimentos comerciais na cidade de Moçambique, em Nampula, em António Enes, em Porto Amélia, e pelo remoto interior, tudo atesta, em permanente e febril actividade, o extraordinário dinamismo que a sua viva e lucida inteligência lhe comunica através de duas centenas de empregados europeus que concretizam aqui, com as famílias, uma colonização de fixação, estável e desafogada.

Todo o pessoal ocupado nas diversas actividades de «João Ferreira dos Santos» dispõe de habitações deste modelo

Muitos milhares de indígenas aprendem variadas técnicas de trabalho, ganham amor ao trabalho e pelo seu produto vão ascendendo aos benefícios da civilização.

Ainda agora, quando poderia usar do direito ao descanso este Homem excepcional que é o comendador João Ferreira dos Santos olha sempre mais em frente, lá, aonde alguma coisa lhe parece que está por fazer.

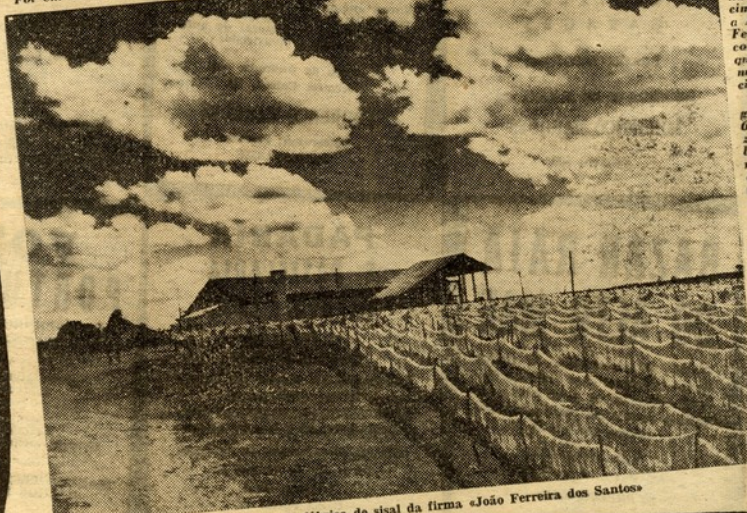
A todo o pessoal europeu e indígena é garantida assistência médica gratuita com medicamentos e hospitalizações.

Fábrica de descasque e preparo de arroz

Na sua constante intenção de melhorar e bem-fazer, concede a todo o pessoal europeu férias periódicas na Metrópole com passagens e vencimentos, e fundou o ano passado a Associação de Beneficência «João Ferreira dos Santos» para a qual contribuiu inicialmente, com a quantia de 500 contos, e vem promovendo uma obra de projecção social de alto relevo.

Nas plantações de sisal que abrangem uma superfície de cerca de 6.000 hectares plantados e produzem cerca de 2.500 toneladas de fibra enfardada, modelares hospitais recebem a tratamento os trabalhadores indígenas sob a orientação de médicos competentes; e higiénicos acampamentos com algumas centenas de casas de alvenaria servem-lhes de confortável habitação.

A média da producão das concessões algodoeiras atinge cerca de 4.000 a 5.000 toneladas de algodão e as orizícolas cerca de 5.000 a 6.000 toneladas de arroz.

Deixamos, nesta pequena memória, vincada a homenagem que se deve a todos os portugueses que, como o comendador João Ferreira dos Santos, dão á Pátria o orgulho de serem seus filhos, e, bandeirantes das tradições cristãs dos portugueses de áquem e de alem-mar, dão aos vindouros o exemplo magnífico das virtudes de pureza no trabalho para a nobilitação de um povo cujos processos de colonização não têm ponto de comparação com nenhum outro.

...para a importante fábrica de sisal da firma «João Ferreira dos Santos»

COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MOÇAMBIQUE

J. C. MAGALHÃES & SOUSA DIAS, L.da
IMPORTADORES E EXPORTADORES
ARMAZENS DE GÉNEROS ALIMENTÍCIOS / AGÊNCIAS E REPRESENTAÇÕES NACIONAIS E ESTRANGEIRAS
CAIXA POSTAL, 184
Telefone 2287 / Telegramas «Torrejano»
LOURENÇO MARQUES

Holing & C.a, L.da, suc.
IMPORTADORES DIRECTOS
COMÉRCIO GERAL
Importadores de artigos chineses, louça esmaltada, vidraria, alumínio para casa e cozinha, bicicletas e acessórios, lâmpadas eléctricas e ferramentas, fogo de artifício
End. Telegráfico: «Holing»
Caixa Postal n.º 294 Telefone n.º 330
ESQUINA DAS AVS. PAIVA MANSO E ALVARES CABRAL, 2-4
LOURENÇO MARQUES

AGÊNCIA COLONIAL DE LEILÕES
— DE —
NAYR BRANDÃO MACHADO
AVENIDA 5 DE OUTUBRO, 45
TELEFONE 6963
Encarrega-se de fazer leilões comerciais e particulares, compra e vende móveis novos e usados, a pronto pagamento e recebe também à comissão
LOURENÇO MARQUES

ALFAIATARIA JUSTO
FAZENDAS NACIONAIS E ESTRANGEIRAS
PREÇOS CONVIDATIVOS
Avenida Mendonça Barreto, 31-A
LOURENÇO MARQUES

BICICLETAS E ACESSÓRIOS
das afamadas marcas «MARTANO» e «NICOLAU» assim como das principais marcas inglesas
Bicicletas especiais para corrida, aluguer e reparações
O mais completo sortido encontra V. Ex.a em
A COMPETIDORA CICLISTA DO ALTO MAÉ
Estabelecimento de venda — Rua Alves Correia, 61. Oficinas — Estrada do Zixaxa, 75
LOURENÇO MARQUES

MÓVEIS
Mobiliário em todos os géneros e aos preços mais sensacionais encontra V. Ex.a na Secção de Vendas a Prestações de
A UTILITÁRIA
de ELIAS G. BRANCO
Avenida Pinheiro Chagas, 129, r/c.
TELEFONE 1224
LOURENÇO MARQUES

GOVIND PANDGI & C.º
FABRICANTES DE MOBÍLIAS E TRABALHOS DE CARPINTARIA EM GERAL
AVENIDA MANUEL DE ARRIAGA, 43
LOURENÇO MARQUES

FOTO-ORIENTAL
FOTOGRAFIAS, AMPLIAÇÕES E REPRODUÇÕES
MÁXIMA PERFEIÇÃO EM TODOS OS TRABALHOS
AVENIDA MANUEL DE ARRIAGA, 21
CAIXA POSTAL 963
LOURENÇO MARQUES

Nova Oficina de Estofador
(TOMARENSE)
— DE —
Augusto Rodrigues da Silva
Execução rápida de encomendas de mobiliário e estofos em automóveis por pessoal europeu especializado
AVENIDA PINHEIRO CHAGAS, 129
LOURENÇO MARQUES

CASA SONI
RELOJOARIA ★ OURIVESARIA E JOALHARIA
COMPRA OURO USADO
TRAVESSA DA PALMEIRA, 10
LOURENÇO MARQUES

CASA PALA
(ESTABLISHED 1898)
Anandji Bhovan & Irmão
RELOJOARIA E OURIVESARIA
Relógios «ETERNA» Watches, «OLMA» & «MEDA» Watches e das mais reputadas marcas
Teleg. Adress: «Bhovanpala»
P. O. BOX 980 Telefone 113
73, RUA CONSIGLIERI PEDROSO
LOURENÇO MARQUES (P. E. Africa)

ESCOLA D. NUNO ÁLVARES PEREIRA
INSTRUÇÃO PRIMÁRIA, ADMISSÃO AOS LICEUS E ESCOLA TÉCNICA
CURSO DE EXPLICAÇÕES
AVENIDA MANUEL DE ARRIAGA, 85
LOURENÇO MARQUES

Lopes & Martins Limitada
COMÉRCIO GERAL
IMPORTAÇÃO DIRECTA
Todos os géneros de Mercearia
Vinhos — Especialidade em Café
Telefone 408 Caixa Postal 525
33, AV. PAIVA MANSO, 35
LOURENÇO MARQUES

CASA K. E. PATEL
— DE —
KARIMJEE EBRAHIMJEE PATEL & C.º
MERCEARIA EUROPEIA E INDIANA
AVENIDA PAIVA MANSO, 60
CAIXA POSTAL 239
LOURENÇO MARQUES

SAM & PING
ARTIGOS ORIENTAIS
LOUÇA — PORCELANA
MALAS DE CANFORA
ARTIGOS DE CHARÃO
ARTIGOS DE MARFIM
LOURENÇO MARQUES
CAIXA POSTAL 346

JUSHAB ABDULA & C.A
CAIXA POSTAL 862
End. Telegráfico: «JACARIA»
TELEFONE 571
IMPORTADORES — EXPORTADORES
Comissões e Consignações ★ Mercearia por Grosso e a Retalho
Bankers:
Standard Bank of South Africa, Limited
AVENIDA PAIVA MANSO, 34-36
LOURENÇO MARQUES
(Africa Oriental Portuguesa)

BENTO & C.A, L.DA
COMISSÕES E CONSIGNAÇÕES
COMÉRCIO GERAL
FORNECEDORES DO ESTADO
AVENIDA MANUEL DE ARRIAGA, 23
Telefone 3194 ★ Caixa Postal 562
LOURENÇO MARQUES

ATELIER ELEGANTE
— DE —
Semião Custódio do Rosário Rodrigues
Executa toda a qualidade de vestidos para senhora — Saia e casaco — Fatos para homens, pelos últimos figurinos. Importação — Exportação — Agências — Representações — Comércio geral — Alfaiataria
RUA SALAZAR, 34 — Caixa Postal 420
LOURENÇO MARQUES

KHUSHAL NATHA
AGENTE DE NEGÓCIOS
COMPRA E VENDA DE PROPRIEDADES POR CONTA ALHEIA
Av. Manuel de Arriaga, 55, 1.º andar, 11
Telefone 6607 ★ Caixa Postal 620
LOURENÇO MARQUES

ABDULLA SALEMAHOMED & C.º
VENDAS POR GROSSO E ATACADO
IMPORTADORES E EXPORTADORES
Telegramas: «ASCO» Telefone 907
P. O. BOX, 630
AVENIDA DA REPÚBLICA, 147-149
LOURENÇO MARQUES
(P. E. Africa)

Telefone 2291 End. Teleg.:
C. Postal 3122 «FAIRPLAY»
Popatlal & C.º L.a
CAMBISTAS
AVENIDA DA REPÚBLICA, 127
LOURENÇO MARQUES

ALFAIATARIA
J. A. COLAÇO
O mais perfeito acabamento e moderno corte. Fatos para Cavalheiros, Crianças e Senhoras.
OFICINAS:
RUA CONSIGLIERI PEDROSO, 112
LOURENÇO MARQUES

MOOSSA MAHOMED
AVENIDA PAIVA MANSO, 86
Caixa Postal 101
Telefone 2596
LOURENÇO MARQUES
COMÉRCIO GERAL
— Importação e Exportação —
Vendas por grosso e a retalho
Administrador de propriedades
Compra e vende sacaria, garrafaria e lataria

ALFAIATARIA
— DE —
Fernandes & Mendes
TRAVESSA ANTÓNIO FURTADO, 18
(Frente a John Orr & C.º)
LOURENÇO MARQUES
Acabamento fino e perfeito. Alfaiate de Homens e Senhoras
Preços moderados
Saia-casaco e Casaco comprido

SAPATARIA PEMA
— DE —
PEMA DULLAB
Sempre as últimas novidades em calçado
Consertos rápidos a preços convidativos
AVENIDA MANUEL DE ARRIAGA, 29
(Em frente das Obras Públicas)
LOURENÇO MARQUES

PENSÃO DOURO
AVENIDA GENERAL MACHADO, 124
LOURENÇO MARQUES
TELEFONE 1060
Uma das pensões que melhor serve, satisfazendo a cozinha à portuguesa ou à inglesa, tendo boas acomodações e bar privativo para os hóspedes, ficando dentro da cidade

KARMALI AHMAD & C.º
COMERCIANTES POR GROSSO / IMPORTADORES / EXPORTADORES DIRECTOS / COMISSÕES E REPRESENTAÇÕES / AGENTES
AVENIDA PAIVA MANSO, 23
Telefone 525 ★ Caixa Postal 370
Endereço Telegráfico «KARMALI»
LOURENÇO MARQUES

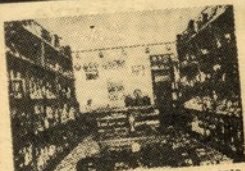
KUNVERJE & BHIMA
OFICINAS DE CARPINTARIA
Fabricantes de Mobília
Executam com rapidez e perfeição todos os trabalhos de «MOBÍLIA MODERNA»
PREÇOS MODERADOS
AVENIDA MANUEL DE ARRIAGA, 100
LOURENÇO MARQUES

FARMÁCIA RAMOS, LDA.
AVENIDA PINHEIRO CHAGAS, 263
ALTO MAÉ
LOURENÇO MARQUES
Produtos químicos e especialidades farmacêuticas
Artigos de borracha, instrumentos cirúrgicos, etc.
IMPORTAÇÃO DIRECTA DOS PRINCIPAIS PAÍSES DA EUROPA E AMÉRICAS

Telefone 1464 ★ Telegramas «BABOO»
CAIXA POSTAL 39
GIRDHERDAS GORDHANDAS
CASA RAJANI
IMPORTADOR E EXPORTADOR
AVENIDA PAIVA MANSO, 65-67
LOURENÇO MARQUES

K. LAKHOO
SAPATEIRO
EXECUÇÃO RÁPIDA E PERFEITA DE TODOS OS TRABALHOS
AVENIDA MANUEL DE ARRIAGA, 96
LOURENÇO MARQUES

PEDRO ROSÁRIO MORAIS
ALFAIATE PARA HOMENS E SENHORAS
Imenso sortido de fazendas
Executa fatos para os civis e militares, etc., bem como toda a espécie de vestidos para senhoras
PREÇOS MÓDICOS
TRAVESSA DE BOA MORTE, 13
LOURENÇO MARQUES

COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MOÇAMBIQUE

Única casa que se dedica largamente aos ARTIGOS ORIENTAIS, como malas e caixas de canfora; serviços completos de jantar, chá e café de louça mandarim; artigos e bibelots de louça e barro; bordados, trabalhos artísticos em madeira, cortiça e metais; charão, leques, etc.

Agentes distribuidores da afamada pomada DE-MIST-O para limpar vidros e de lapiseiras e canetas telescópio

Agência ADOLFO DOS RAMOS

Praça 7 de Março, n.º 12, r/c.

LOURENÇO MARQUES

SALVADO DA COSTA & C.ª, Limitada

Caixa Postal 357 — Teleg.: «LUTAR»

Avenida da República, 80

LOURENÇO MARQUES

—/—

IMPORTADORES EXPORTADORES

COMÉRCIO GERAL

★

Agentes de muitas firmas estrangeiras e nacionais

★

SUCURSAL EM LISBOA:

R. Eugénio dos Santos, 36-s/l.

RADIO ELECTRA LIMITADA

CAIXA POSTAL 45

END TELEG.: «RADIOLECTRA»

Avenida da República, n.º 74

LOURENÇO MARQUES

★

Sempre em «stock» artigos de:

DESPORTO / MATERIAL FOTOGRÁFICO / APARELHOS DE RÁDIO E PERTENCES / TODO O MATERIAL ELÉCTRICO

HOTEL MAHOMETANO

PROPRIETÁRIO

ISMAEL ISSUFO

MAGNÍFICA SITUAÇÃO
AMBIENTE AGRADÁVEL
TODO O CONFORTO
PREÇOS MODERADOS
EXCELENTE SERVIÇO
DE COZINHA À INDIANA

—★—

Avenida Paiva Manso, 24-1.º

Caixa Postal 450 — Telefone 3581

LOURENÇO MARQUES

AUTO SOBRESSALENTES LIMITADA

Agentes e Depositários de:

Singer: Automóveis — **S. K. F.:** Rolamentos, pólias e mancais — **Fisk:** Pneus, câmaras de ar e baterias — **Champion:** Velas de ignição — **Simoniz:** Produtos para limpeza de automóveis — **Thompson:** Pistons, válvulas cavilhas, casquilhos, pontas e barras de direcção, brincos, bombas de água — **Tuthill:** Molas — **Massey-Harris Co.:** Alfaias agrícolas — **Planet-Júnior:** Alfaias agrícolas — **Electric Wheel Co.:** Galeras e rodados de aço — **Russel M. F. G. Co.:** Revestimentos para travões — **U. S. L. Corp.:** Baterias — **Monroe:** Amortecedores hidráulicos — **Vannorman:** Máquinas ferramentas eléctricas para automóveis — **Mabor:** Pneus e câmaras de ar — **Peugeot:** Automóveis e camiões

Peças e acessórios para automóveis; tractores, alfaias agrícolas, bicicletas e seus pertences aos melhores preços

Caixa Postal 693 — Telefone 4502

End. teleg.: «Sobressalentes»

LOURENÇO MARQUES

CARDIGA & FILHOS, LTDA.

CAIXA POSTAL 7

LOURENÇO MARQUES

—★—

IMPORTADORES — EXPORTADORES

★

CANDEEIROS DE BRONZE / LANTERNAS DE FERRO FORJADO / MOTORES GERADORES / LAMPADAS «LUMIAR» / INSTALAÇÕES ELÉCTRICAS / INSTALAÇÕES DE FORÇA MOTRIZ

LUSTRES E CANDEEIROS ARTÍSTICOS

CARDIGA & FILHOS, LTDA.

ZIBREIRA COMERCIAL LIMITADA

(Associada da GINWALA & LOPES, L.da)

★

COMISSÕES — CONSIGNAÇÕES
IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO

★

COMÉRCIO GERAL

★

Avenida Manuel de Arriaga, 55

Caixa Postal P. O. Box 911

— Telefone 2911 —

LOURENÇO MARQUES

RONIL LIMITADA

Av. Joaquim António de Aguiar

Prédio African Life

LOURENÇO MARQUES

★

DISTRIBUIDORES:

AUSTIN MOTOR EXPORT CORP.

INGLATERRA

GASOLINA E ÓLEOS «ATLANTIC»

★

ESTAÇÃO DE SERVIÇO «AUSTIN»

Lubrificações, lavagens, assistência

Garagem Ronil, Lda.

Todo o serviço especializado de mecânica, pendura, bate-chapa, etc.

C. P. 1246 / RONIL, LDA. / Telef. 5528

PENSÃO NOVA SINTRA

HOSPEDAR-SE NESTA PENSÃO É CUIDAR DA SUA ECONOMIA E BEM-ESTAR

★

ALIMENTAÇÃO ESCOLHIDA

★

LOCAL SAUDÁVEL

★

ESPLÊNDIDA VISTA

★

Omnibus de 5 em 5 minutos

—★—

Av. Afonso de Albuquerque, 247-C (Alto Maé)

— TELEFONE 6555 —

LOURENÇO MARQUES

SIMAL

SOCIEDADE IMPORTADORA DE MÁQUINAS E AUTOMÓVEIS, L.da

DISTRIBUIDORES PARA TODA A PROVÍNCIA, DOS FAMOSOS

STANDARD VANGUARD

★

Avenida da República, 60

Telefone 482 Caixa Postal 371

LOURENÇO MARQUES

Pensão Cristal

ESMERADO SERVIÇO DE MESA
AS MAIS AMPLAS INSTALAÇÕES
BANHOS QUENTES E FRIOS
ÁGUA ENCANALIZADA EM TODOS OS QUARTOS

★

Avenida 24 de Julho, 121

Telefone n.º 5411

LOURENÇO MARQUES

ALFAIATARIA — DE — RAMANLAL MORAR

NESTA ALFAIATARIA EXECUTAM-SE FATOS COM A MAIOR PERFEIÇÃO E A PREÇOS MÓDICOS

★

AV. DO GENERAL MACHADO, 108

LOURENÇO MARQUES

CASA DAS BICICLETAS

A TOMARENSE — DE — FONSECAS, LDA.

Av. 24 de Julho, 248

Tel. 3686

Agentes de:

ZUNDAPP WERKE, DIAMANTE, ALCION, OSCAR-EQQ, SOTAM

MOTOS / BICICLETAS / ACESSÓRIOS

★

REPARAÇÃO / PINTURA / ALUGUERES

LOURENÇO MARQUES

CASA BALDEU

AV. PINHEIRO CHAGAS, 30-B

TELEFONE 5997

LOURENÇO MARQUES

★

IMPORTAÇÃO — EXPORTAÇÃO
COMÉRCIO GERAL

★

A MELHOR CASA NA ESPECIALIDADE
VENDE TODA A QUALIDADE DE FRUTAS, HORTALIÇAS E OVOS FRESCOS

ATENDE ENCOMENDAS PARA TODAS AS PARTES DA CIDADE E INTERIOR

★

É A CASA QUE MAIS BARATO VENDE

DIANA, LDA.

ARTIGOS DE CAÇA E DESPORTO

★

AGENTES DAS MOTOS «INDIAN»

★

BICICLETAS E ACESSÓRIOS

★

MÁQUINAS FERRAMENTAS

///

Caixa Postal 1134 ★ Telefone 5571

PRÉDIO AFRICAN LIFE

RUA PEDRO ALVARES CABRAL

LOURENÇO MARQUES

COMPANHIA ULTRAMARINA LORENA, LDA.

Av. Joaquim António de Aguiar
Prédio Rubi — 3.º andar — 15
C. P. 522 — End. Teleg.: «LORENA»
LOURENÇO MARQUES

≈

Comércio geral — Materiais de construção — Importação e Exportação — Seguros

COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MOÇAMBIQUE

ADRIANO MAIA (SUC.) & CIA. LDA.

FUNDADA EM 1906

LOURENÇO MARQUES

PRAÇA 7 DE MARÇO, 45 • CAIXA POSTAL 354 • TELEFONE 224

IMPORTAÇÃO · COMÉRCIO GERAL · EXPORTAÇÃO

FORNECEDORES DE:

INSTALAÇÕES a vapor (máquinas recíprocas e turbinas) e motores de combustão para usos terrestres e marítimos — Centrais geradoras e material eléctrico associado para transformação, transporte e distribuição de energia — Dínamos e motores eléctricos de qualquer capacidade — Material ferroviário circulante e fixo — Guindastes para portos, gruas, pontes-rolantes e guindastes automóveis — Rebocadores, Dragas e embarcações de alto mar e de recreio — Material para faróis e balizagem de portos — Máquinas de todos os tipos para construção e reparação de estradas — Bombas de água para todas as aplicações — Compressores de ar e ferramentas pneumáticas para oficinas, desmonte de pedreiras e exploração de minas — Britadeiras, crivos e transportadores de pedra — Explosivos — Máquinas-ferramentas para produção em série e oficinas de reparações — Aparelhos, gazes e varetas para soldadura e corte oxi-acetilene — Máquinas de todos os modelos e eléctrodos para soldadura a arco — Instalações frigoríficas para todos os fins e geleiras para uso doméstico — Ascensores para hotéis, hospitais, estabelecimentos e moradias — Camiões, tractores e atrelados para média e grande tonelagem — Centrais telefónicas automáticas e manuais para comunicações internas e com a rede publica — Transmissores e receptores (fonia e grafia) para serviço de comunicações terrestres, marítimas e aéreas — Instalações completas para emissoras de rádio e distribuição de som — Rádios de mesa e Radiogramofones — Instrumentos de precisão para topografia, Geodesia e observações astronómicas — Microscópios e aparelhos de laboratório — Aparelhos de Raios X e Fisioterapia — Máquinas de escrever, calcular e de estatística — Mobiliário de alumínio e de aço para escritórios, repartições publicas, hospitais, etc. — Portas, janelas e persianas metálicas — Cabos de aço — Ferro, aço e ligas de metais — Tintas, betumes, diluentes e outros produtos para pintura de automóveis e aviões.

★

ESCRITÓRIOS:

Beira

RUA GOV. AUGUSTO CASTILHO
C. POSTAL 414 ★ TELEFONE

ENDEREÇO TELEGRÁFICO GERAL: SWEEP

COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MOÇAMBIQUE

MOÇAMBIQUE

OBRAS PÚBLICAS

(Continuação da pág 25)

mentos que hão-de permitir, no futuro, o estudo e a possível realização de obras de larga projecção económica

De 1933 a 1950 despenderam-se nas diversas obras a que nos vimos referindo 14.700 contos, assim discriminados:

Abastecimentos de água	11.500 contos
Outras obras de hidráulica	2.700 contos
Hidrologia (1949 e 1950)	500 contos

Não são avultadas as verbas mas, ante a imensidade do que era necessário executar-se em estradas, pontes e edifícios, ocorre perguntar se seria possível que o fossem sem prejuízo da ocupação prévia e essencial do território...

De resto, esclarece-se que algumas obras de abastecimento de água têm sido executadas pelas respectivas Camaras ou Comissões Municipais sem a intervenção dos Serviços de Obras Publicas e que as obras marítimas de grande vulto, designadamente os Portos, estão a cargo de outro departamento do Estado.

Da verba de 11.500 contos relativa a abastecimentos de água no período de 1933 a 1950 refere-se que cerca de 9 mil contos foram despendidos nos ultimos quatro anos, o que significa que também nestas realizações se começou já a trabalhar seriamente pela Província fora

★

Eis, em traços largos, a actuação dos Serviços de Obras Publicas de Moçambique nos ultimos tempos, actuação que, deve esclarecer-se, se tem tornado mais intensa de ano para ano.

Os Serviços limitaram-se porém, a cumprir a sua missão e a obra executada aí fica a atestar na Província, um período áureo da Nação Portuguesa — fruto de uma sábia e digna Administração.

M. PIRES NEVES

(Adjunto Administrativo)

AS CARREIRAS AÉREAS

(Continuação da pág. 37)

o qual fizeram o seguinte movimento: horas de voo, 7.7?1; quilómetros percorridos, 2.032.845; passageiros transportados, 12.509; carga — toneladas, 205,2; correio — toneladas, 46.5.

Hoje os aviões da DETA cruzam o espaço aéreo de Moçambique em várias direcções, havendo no território três bons aeroportos que são também frequentados pela aviação internacional, e onze aeródromos das carreiras internas, assim como vários outros campos de aterragem de recurso.

Além das linhas internas, a DETA mantém carreiras regulares para Joanesburgo e Durban, na União Sul-Africana, e Salisbury, na Rodésia do Sul.

Durante os 14 anos de vida da DETA, o seu pessoal todo português, tanto o do ar, como o de terra, como o das suas esplêndidas oficinas, tem sabido ganhar de maneira sempre crescente a confiança do público, mantendo um alto coeficiente de regularidade (99,5 %) e de eficiência (100 %) pelo que honra o nome de Portugal nesta longínqua Província.

A CAMIONAGEM AUTOMÓVEL

(Continuação da pág. 36)

ras acidentais, isto é: só na época das colheitas, e que em 1950 estas carreiras percorreram 2.474.752 quilómetros e transportaram 645.425 passageiros; e 175.912 toneladas de carga.

Além do serviço de transportes, a Camionagem Automóvel dos Caminhos de Ferro de Moçambique possui na Secção de Moçambique (área da antiga província do Niassa) um parque de material agrícola, com tractores, que, por módico preço, é posto ao dispor dos agricultores da região.

Sob sol ardente ou sob chuvas torrenciais os carros da Camionagem Automóvel dos Caminhos de Ferro de Moçambique, cruzam as estradas da Província com a regularidade de um cornómetro levando ás regiões mais afastadas, num afã constante, os elementos necessários á sua vida e ao seu progresso.

A ACTIVIDADE METALÚRGICA EM LOURENÇO MARQUES

Uma das mais importantes empresas industriais de Lourenço Marques é, sem duvida, a Sociedade Metalurgica Portuguesa, Ld.ª, cujas instalações e maquinarias são das mais modernas, não só nesta grande província ultramarina como em todo o Império Português. Esta empresa, servida por pessoal técnico do mais competente, tem possibilidades, presentemente, de se encarregar de reparações metalurgicas, que, ainda há bem pouco tempo, só poderiam realizar-se na Metrópole. A sua direcção não se poupou nem a esforços nem a sacrificios para dotar a bela capital moçambicana com um apetrechamento da especialidade, absolutamente indispensável ao seu progressivo ritmo de desenvolvimento.

Quer as suas oficinas de reparações metalurgicas, quer as suas fundições e a sua secção de carpintaria mecanica, são, sem qualquer contestação, consideradas modelares. Além disso, o sector de construções navais constitui um outro aspecto de actividade industrial muito apreciável e muito necessário a Lourenço Marques. O aumento crescente dos trabalhos da «Sociedade Metalurgica Portuguesa, Ld.ª», obrigou a sua direcção ao estabelecimento da firma em dois locais: nas ruas Joaquim Lapa, 29 e 31 e Alexandre Herculano, 39 e 41, mais uma prova do seu progresso, do seu desenvolvimento e, logicamente, da preferência que o publico lhe dispensa.

Um dos edifícios da «Sociedade Metalurgica Portuguesa, L.d.ª» e aspecto das oficinas

ASPECTOS FLORESTAIS

(Continuação da 29.ª pág.)

uma madeira do tipo do mogno, magnífica para mobiliário; e o tule (Chlorophora excelsa *Benth et Hook*), *cuja madeira amarelada com veios castanhos, é muito boa para marcenaria.*

Ainda para mobiliário, parquete e carpintaria, existem as seguintes espécies: metondo (Cordyla africana *Lour.*); umbáua (Khaya nyasica *Stapf.*); jambire (Millettia stuhlmanii *Taub.*); mugonha (Adina microcephala *Hiern.*); tanga-tanga (Albizzia versicolor *Welw.*); luabo (Heritiera littoralis *Driand.*)

Outras espécies, dão madeiras muito resistentes e pesadas, magníficas para construção, estacaria e travessas de via férrea, como mecrusse (Androstachys Johnsnii, Prain.); mutiria (Amblygonocarpus obtusangulus *Herms.*); mucarala (Burkea africana *Hook*); ziba (Dialium schelecheteri *Harms.*); muáve (Erythrophloeum guineense *Don.*) e pau-ferro (Swartzia madagascariensis *Desv.*).

Há ainda as espécies ricas, utilizadas em trabalhos de torno e fantasia, como: pau-preto (Dalbergia melanoxilon *Guill. et Perr.*); ébano (Diospyros mespiliformis *Hochst.*); pau-rosa (Rhamnus zeyheri *Sond.*); sandalo africano (Spirostachys africana *Sond.*) e monzo (Combretum imberbe *Wawra*).

Ainda outras servem para caixas e obras, que exigem madeiras muito leves, como: Munguza (Bombax rhodognaphalen *K. Schum.*) e megomo (Picinodendron africanum *Mull*).

A maior parte da madeira é exportada para a União Sul-Africana e Rodésia

A exploração florestal é, desde a ultima guerra, muito intensa, atingindo no ano passado 112.000 m3 só de madeira, que junto com cerca de 250.000 m3 de lenha perfaz 362.000 m3.

A maior parte da madeira é exportada para os paises vizinhos, União da Africa do Sul e Rodésias, numa quantidade que regula por perto de 80.000 toneladas e num valor que se aproxima de 30.000 contos

Também tem sido exportada madeira para Inglaterra e para a Metrópole. Para esta ultima, porém, em muito pequena quantidade pois em 1949, só foram enviadas 54 toneladas de madeira de chanfuta, umbilla e jambire, no valor de 25 contos, o que não chega a 0,07% da quantidade total da exportação.

A madeira de umbila dá muito boa folha e podia ter bom mercado na Metrópole bem como a da umbáua e tule.

A exploração florestal é uma das riquezas de Moçambique, bastando dizer que só de taxas de corte recebeu o Estado, no ano passado 9.103 contos, valor este a que se tem de acrescentar o dos direitos de exportação, contribuição industrial, etc.

Contudo, é uma exploração relativamente recente pois em 1930 a quantidade de madeira exportada não passava de duas centenas de toneladas enquanto a importação acusava cerca de dez milhares de toneladas.

Actualmente a importação está reduzida a pouco mais de um milhar de toneladas e a exportação atinge, como vimos, perto de oitenta milhares.

Impõe-se a subordinação do corte das árvores a regras da técnica florestal

Esta intensidade de exploração, se actualmente é uma fonte de riqueza, não deixa de ser uma ameaça para o futuro dos povoamentos pois, por ano, se é derrubado e aproveitado meio milhão de árvores, outras tantas ou mais, são reduzidas a cinzas pelos indígenas quando lançam fogo para o desbravamento e cultura da terra.

Por outro lado, o corte das árvores não se subordina ás regras da técnica florestal de modo que a possibilidade dos povoamentos está sendo ultrapassada.

Este mal só se pode evitar pela guarda da floresta e pelo condicionamento do corte mas, para tal, seria necessário a existência de um Serviço Florestal organizado e com pessoal técnico.

Foi em 1921 que o Alto Comissário Brito Camacho contratou um engenheiro silvicultor e se iniciaram os primeiros trabalhos florestais. Porém, dois anos passados, esse técnico retirava para a Metrópole e só em 1926 foi contratado outro engenheiro silvicultor que recomeçou o trabalho. Foi então criada na Repartição de Agricultura a Secção Florestal com um regente agrícola, 5 guardas florestais e 6 encarregados de arborização. Esta situação manteve-se por um período de 15 anos. Actualmente o quadro dessa Secção reduz-se a 2 engenheiros silvicultores, 4 regentes agrícolas, 1 preparador, 2 práticos agrícolas, 13 guardas-florestais, 5 encarregados e 1 auxiliar, de arborização, o que é bem diminuto para uma área de 775.000 km2, e em que está sendo explorada uma área de 1 milhão de hectares.

A acção desenvolvida pelo Serviço Florestal tem sido orientada no sentido de criar núcleos-tipo de arborização

Tem o Serviço Florestal procurado desempenhar a sua missão que, como é natural, não pode ir além das suas reduzidas possibilidades. Por isso, os seus trabalhos foram orientados no sentido de se criarem nucleos de arborização para servirem de tipo para os futuros trabalhos.

Assim, existem nas proximidades de Lourenço Marques uma mata de essências indígenas, outra de eucaliptos e duas de espécies exóticas e indígenas, situada uma em terreno arenoso, pobre e de baixa altitude, e a segunda na serra, em solo de origem vulcanica.

Ainda uma outra mata foi formada nas dunas da foz do rio Limpopo. E' um trabalho de fixação de areias marítimas, usando-se a casuarina como espécie fixadora. Actualmente estão plantados 1.288 hectares de duna e pode-se considerar que todas as areias movediças que existiam na foz do rio Limpopo estão completamente fixadas.

Também se encontram trabalhos desta natureza nos areais que rodeavam os 11 edifícios de farois, tendo-se fixado 360 hectares com muitos quilómetros de palissadas e 400.000 casuarinas.

A mata da Matola, que tem sómente 102 hectares, foi plantada inicialmente de eucaliptos mas está sendo convertida numa mata de Teca, com semente oriunda de Timor e da India. Nesta mata tem-se feito também experimentação de espécies exóticas, algumas das quais de Timor, como sejam a ai-seria, ai-mara, ai-nita, ai-calessi, pau-rosa e pau-ferro.

A mata de Marracuene foi destinada a eucaliptal para fornecimento de estacaria, madeira e lenha á cidade de Lourenço Marques, pois encontra-se a 30 quilómetros.

Na mata do Infulene está sendo feita a plantação de umbila e chanfuta *e outras essências indígenas.*

Na mata da Namaacha está sendo feita a arborização da bacia hidrográfica da ribeira do Inpamputo empregando-se o junipero nas manchas de mau solo, o cedro do Bussaco, cupressos, e o pinheiro das espécies longifolia. toeda e patula *nas terras de melhor qualidade.*

Nesta mata têm sido experimentadas mais de 200 espécies exóticas, das quais perto de 9 dezenas têm mostrado adaptabilidade.

O arboreto experimental desta mata tem o traçado de parque e nas plantações da mata também se não esqueceu o turismo.

A arborização converteu a Namaacha num centro de turismo

A Namaacha é hoje um centro de turismo devido não só á arborização mas também ao interesse que o Governador, general Tristão de Bettencourt, dedicou a esta povoação.

Como se verifica, cada uma destas matas, tem um fim especial de arborização. E da experimentação efectuada, já se podem tirar elementos seguros para a arborização em grande escala.

Além destas investigações, a Secção do Serviço Florestal também tem procurado estudar as madeiras, para o que se montou um pequeno laboratório.

Actualmente os Serviços Florestais estão também constituindo Reservas Florestais, estando já criadas as de Serra de Mepálue, Serra de Ribáuè, Mecuburi, Baixo Pinda, Matibane, Derre, Marongas, Régulo Zomba, Moribane, Mucheve e Amatongas. Contudo, devido á escassez de pessoal e meios, só ainda se conseguiu estabelecer pessoal nas de Mucheve, no Buzi, do Derre, na Zambézia e de Matibane, no Niassa.

Nestas reservas vão ser feitos os estudos para o ordenamento e estabelecer as regras de exploração.

Muitas são pois as modalidades da missão da Secção do Serviço Florestal e pena é que os meios sejam tão escassos, pois a riqueza florestal de Moçambique bem merece que as suas florestas sejam protegidas.

Na ansia do ganho, o homem é egoista e não procura obter somente o rendimento do capital sem defraudar este, desde que os efeitos não se façam sentir na sua vida.

O florestal, contudo não abriga esse sentimento e sabe que trabalha para os vindouros, pois a sua obra só pode ser usufruida pelas futuras gerações, o que o obriga a lutar contra a incompreensão daqueles que só vêem o lucro imediato.

A preciosa riqueza florestal de Moçambique merece boa atenção.

O SISTEMA DE TRANSPORTES MOÇAMBICANOS

(Continuação da pág. 37)

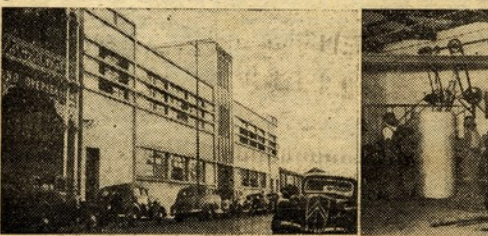
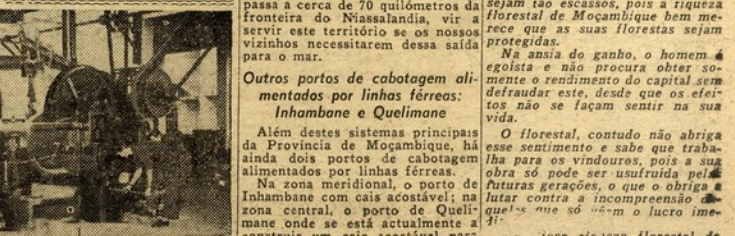
melhores portos do Continente Africano.

Está terminada a primeira fase dos trabalhos (fase provisória), que compreendem um pequeno cais para batelões servido por guindastes automóveis, além de um guindaste flutuante para 30 tons., dois armazéns com a área coberta de 3.600 m2, habitações para 50 famílias, captação e canalização de água para o porto e 66 quilómetros de via férrea de ligação deste porto com a linha de Moçambique, a mais extensa de toda a província, ou sejam 580 quilómetros, incluindo o ramal de Lumbo.

Serve esta linha, por enquanto, apenas o território nacional do Niassa e parte da Zambézia, ricos em algodão, sisal, milho, tabaco, chá, etc. No entanto está projectada a sua continuação até Vila Cabral junto do Lago Niassa, região de clima excepcional para a fixação de europeus e com grandes possibilidades agrícolo-pecuárias e minerais.

Poderá ainda esta linha, que já passa a cerca de 70 quilómetros da fronteira do Niassalandia, vir a servir este território se os nossos vizinhos necessitarem dessa saída para o mar.

Outros portos de cabotagem alimentados por linhas férreas: Inhambane e Quelimane

Além destes sistemas principais da Província de Moçambique, há ainda dois portos de cabotagem alimentados por linhas férreas.

Na zona meridional, o porto de Inhambane com cais acostável; na zona central, o porto de Quelimane onde se está actualmente a construir um cais acostável para navios até 18 pés de calado.

MOÇAMBIQUE

ASSISTENCIA PUBLICA NA PROVINCIA DE MOCAMBIQUE

...r Portaria de 9 de Julho de 1908, subscrita pelo Governador Geral de então, A. Freire de Andrade, foi criada a Comisão de Beneficência Publica, com sede em Lourenço Marques e comissões distritais em Inhambane, Quelimane e Moçambique.

A finalidade da Assistência, nessa altura, era socorrer, na medida dos seus recursos, os pobres, os inválidos, os doentes, as crianças desvalidas ou abandonadas e todos aqueles que, por circunstancias especiais, se encontrassem a braços com a miséria, estabelecendo-lhes subsídios pecuniários, dando-lhes vestuário ou alimentação, repatriando-os.

Os fundos de que a Comissão de Assistência dispunha para exercer a sua acção, eram constituidos por um subsídio concedido pelo Governo, por subsidios das Camaras Municipais, por produtos de festas de caridade, por quotizações mensais de particulares, legados, etc.

Em síntese, eis os primeiros passos da Assistência Publica na Província. De então para cá, sofreu a sua organica várias modificações, quer na designação, quer na constituição. Da acção da Assistência nos nossos dias, procuraremos dar, embora resumidamente, uma ideia.

Actualmente denomina-se Comissão Central de Assistência Publica o organismo que, gerido por uma comissão administrativa e sob a superintendência da Direcção dos Serviços de Administração Civil, trata da beneficência e assistência aos não indigenas, na Provincia de Moçambique. A Comissão Central está instalada em Lourenço Marques e exerce a sua acção no distrito do mesmo nome. No resto da Provincia, existe uma Comissão Distrital na sede do Sul do Save, Manica e Sofala, Zambézia e Niassa.

A comissão central tem como presidente o Provedor, aquela exercendo função deliberativa e este função executiva. As comissões distritais são presididas pelos Intendentes dos distritos.

As modalidades de assistência actuais são sensivelmente as mesmas das da fundação da Beneficência, ás quais se foi dando maior desenvolvimento, como é óbvio. E, em reforço desta nossa afirmação, citaremos alguns numeros que, melhor do que as palavras, demonstração esse desenvolvimento:

Ano económico de 1908/9:

Receita	2.487$19
Despesa	702$32

Principais modalidades de assistência prestadas:

Passagens concedidas ...	2.487$19
Despesas com subsídios	252$52

Ano económico de 1950:

Designação dos subsidios	Total dos subsídios concedidos na Provincia		
	Auxilios	Auxiliados	Importancias
Subsídios a Instituições	111	15	396.900$00
Subsídios mensais a indigentes	11.859	1.087	3.263.790$00
Subsídios extraordinários a indigentes	738	113	274.353$20
Subsídios de estudo na Província ...	160	42	31.224$86
Subsídios de estudo na Metrópole...	26	4	20.740$80
Assistência a doentes mentais	168	14	82.691$30
Assistência a tuberculosos e outros doentes	104	40	86.011$20
Internato de pupilos nas Missões ...	4.034	384	1.019.477$50
Passagens concedidas dentro da Província para a India, Metrópole e outras Províncias	172	172	205.910$55
Soma	17.372	1.871	5.381.099$91

Para ocorrer a tão avultados encargos, dispõe a Assistência Publica da Província, na respectiva tabela do seu orçamento, de uma receita de 8.900.000$00.

As principais fontes de receita são o rendimento da exploração da Lotaria e a percentagem que incide sobre o imposto de rendimento.

São bem eloquentes os numeros citados. Por eles se prova que, em matéria de assistência, muito já se faz na Provincia.

Oxalá possa continuar-se a percorrer o caminho seguro que tem sido trilhado até aqui e que, para tal, não faltem os meios materiais, pois o amparo moral das entidades superiores e em especial o do Governo Geral, tem dado forças á comissão central para continuar no desenvolvimento de obra de tão grande alcance social que, pelo grau atingido, já não pode parar, antes terá que continuar e desenvolver-se, se não em ritmo mais acelerado, pelo menos naquele que lhe tem sido imprimido nos ultimos anos.

Infantário com dispensários pré-natal e de puericultura anexos

A PROTECÇÃO À CRIANÇA É UMA DAS MODALIDADES MAIS ACARINHADAS

Uma das modalidades a que, na Provincia, se dedica maior atenção, é, sem duvida, a da assistência á criança, ministrando-se-lhe a primeira instrução em estabelecimentos para esse efeito edificados. Depois, subsidiando-a na frequência de cursos liceais ou técnicos, ainda em Moçambique; e, mais tarde, facultando-lhe os meios de poder seguir qualquer curso médio ou superior na Metrópole, mercê dos quais já obtiveram a formatura engenheiros, médicos, advogados e professores.

Instituto João de Deus

Infantário

O Infantário, construído pela Assistência em Lourenço Marques, tem dois dispensários anexos, sendo um Pré-Natal e outro de Puericultura, estando estes a cargo da Direcção dos Serviços de Saude. O Infantário, propriamente dito, está inteiramente a cargo da Assistência Publica e é servido, internamente, por irmãs religiosas e superiormente dirigido por um médico pediatra. A sua capacidade é de 45 crianças, destinando-se ao estágio de crianças pobres, dos 2 aos 6 anos, cujos pais não têm a cuem as confiar durante as horas das suas ocupações, permanecendo ali desde as 7 ás 16 horas, nos dias uteis. Além da assistência médica, é-lhes ministrada instrução adequada ás suas idades.

Instituto «João de Deus»

O Instituto «João de Deus» destina-se ao internamento de crianças pobres do sexo feminino.

O Instituto está situado na povoação da Namaacha, a 74 quilómetros de Lourenço Marques, região que, pela sua altitude, possui um clima privilegiado para a saude.

Neste Instituto são admitidas crianças maiores de seis e menores de onze anos, nele se conservando até concluírem a instrução primária, podendo, nalguns casos, continuar internadas depois de obtido aquele grau de instrução, até adquirirem conhecimentos práticos de culinárias e costura, que melhor as preparem para a vida.

Tem 129 alunas internadas, presentemente; mas pensa-se no aumento da sua população escolar para 200 crianças; e, com esse objectivo, já foram executadas as necessárias ampliações. Resta fazer a admissão do pessoal necessário, para que seja um facto, dentro de breve tempo, o projectado alargamento da capacidade da instituição.

Dirige, ministra instrução e cuida das educandas, um quadro de pessoal privativo do Instituto, constituído por uma directora, professoras e empregadas, coadjuvadas por serviçais indígenas.

Instituto «Mouzinho de Albuquerque»

Tal como o Instituto «João de Deus», também este Instituto foi implantado na povoação da Namaacha. Destina-se ao internamento de crianças pobres do sexo masculino, obedecendo aos mesmos requisitos de admissão.

O numero de alunos internados, presentemente, é de 138; mas dispõe de instalações para uma população escolar de 200 — aumento que se espera fazer, num futuro não muito remoto, pois só está dependente do indispensável aumento de funcionários.

O quadro do pessoal do Instituto é constituido por um director, professoras e empregadas, além dos indigenas necessários á execução dos diversos serviços auxiliares.

*

Os dois Institutos são assistidos clinicamente pelo subdelegado de saude da povoação, que desempenha, simultaneamente, a função de médico escolar.

Espiritualmente, é um dos padres católicos, professor do Seminário de Nossa Senhora do Rosário de Fátima, quem presta a assistência a todos os educandos dos Institutos.

O desenvolvimento das instituições impôs a criação de serviços subsidiários

Dada a distancia a que a Namaacha se encontra de Lourenço Marques e porque o nucleo de população europeia, tanto escolar como extra-escolar, era bastante elevado, houve necessidade de se criar serviços subsidiários, tais como de economato, de abastecimento de água e electricidade e agrícolas.

Os serviços de economato têm a superintendência, na parte administrativa, sobre todos os serviços de assistência na Namaacha. A parte pedagógica está entregue aos respectivos directores dos Institutos. O economato serve de ligação entre a Provedoria e todas as dependências existentes naquela povoação.

Os serviços de água e luz têm a seu cargo uma central eléctrica para consumo próprio das instituições de assistência e fornecimento á povoação da Namaacha, adaptação e distribuição de águas á mesma população, conservação de transportes, etc.

Os serviços agrícolas destinam-se, tanto quanto é possível, ao autoabastecimento da população escolar dos Institutos, de produtos horticolas, carne de porco, aves, ovos, e, logo que possível, de leite e carne de vaca.

Outros serviços menores, tais como a lavandaria mecanica, padaria e sapataria, assumem grande importancia económica na parte administrativa dos Institutos.

Procura a Provedoria dar rumo ás crianças, mais de harmonia com a sua utilidade na vida social, convertendo-as em elementos aptos e produtivos.

Na educação de um grande numero de crianças, para as quais se não possuem instalações onde possam ser admitidas todas as que procuram acolher-se á protecção da Assistência, colaboram, não só entidades missionárias como os próprios educandos, que já atingiram certo grau de adiantamento.

Instituto Mouzinho de Albuquerque

MOÇAMBIQUE

O SUL DO SAVE
acompanha o intenso ritmo de progresso de toda a província moçambicana.

O GOVERNADOR DO DISTRITO TEM UMA LARGA FOLHA DE SERVIÇOS PRESTADOS NA ÁFRICA PORTUGUESA

Apaixonado, desde muito novo, pelos problemas do Ultramar, o governador Ferreira Gonçalves tem, como funcionário, uma brilhante folha de serviços. A' causa do desenvolvimento e do progresso, da protecção e da assistência ás populações dos territórios do Portugal de Além-Mar cujos destinos tem orientado, deu o melhor do seu esforço e toda a sua dedicação, inteligência e capacidade de trabalho.

Octávio Ferreira Gonçalves
Governador do Sul do Save

Em 1931, com um grupo de alunos da Escola Superior Colonial, que então frequentava, visitou, em viagem de estudo, a Exposição Colonial de Paris, inteirando-se, ao mesmo tempo, da orientação e preparação que, em França, recebiam os seus funcionários ultramarinos. Concluído o seu curso com elevada classificação, seguiu para Angola onde exerceu as funções de chefe de posto estagiário, merecendo logo um louvor do Governador da Província pela maneira como orientou o posto do Cacuco. Nomeado secretário de circunscrição, foi colocado em S. Salvador do Congo e, mais tarde, na Damba, após o que, com a categoria de administrador interino, foi para o Malombe. Foi também chefe de secção da Repartição dos Serviços e Negócios Indígenas. Em 1938, convidado pelo Instituto para a Alta Cultura e pelo «British Council» para, como bolseiro, ir frequentar o «Colonial Administrative Service Course», na Universidade de Cambridge, na Inglaterra, ali se especializou em vários ramos da administração ultramarina, tendo estudado a organica do Serviço Colonial inglês nas suas diversas modalidades. Apresentou alguns trabalhos, que foram muito apreciados, sobre as descobertas dos portugueses e realizou uma conferência no «Scott Polar Research Institute». De regresso a Angola, foi nomeado administrador interino do concelho de Ambrizete e promovido, pouco depois, a administrador de 3.ª classe. Sucessivamente e tendo merecido sempre os melhores louvores pela sua acção — foi intendente de distrito no Congo, inspector-chefe administrativo, incumbido de várias missões e comissões de serviço em Angola, curador geral dos indígenas em S. Tomé e Príncipe, e chefe da Repartição Central de Administração Civil. Tomou parte activa nas reformas de carácter social levadas a efeito na província de S. Tomé e Príncipe, e visitou Angola e Moçambique, a União Sul-Africana e a Rodésia do Sul, a fim de estudar as condições de prestação de trabalho indígena naqueles territórios. E em 1949, coroando anos e anos de actividade meritória, foi nomeado governador de Provincia e colocado em Moçambique.

INHAMBANE — TERRA DA BOA GENTE

Há mais de quatro séculos e meio que a voz dos portugueses tem ecoado sobre os charcos do bairro de Tembene, há pouco aterrados. Há quatrocentos e cinquenta e três anos que as velas enfunadas da armada de Vasco da Gama, Almirante dos Mares das Indias, apareceram á vista da praia da Barra, batidas pelo sol daquela manhã morna do dia 10 de Janeiro de 1498.

Desviada a rota um pouco para leste para fugir ás correntes que do Cabo, a que precisamente deram o nome de «das Correntes», vinham retardando a navegação e embrulhando as frágeis embarcações em alterosas vagas, as naus aproaram mais além, no dia 6 de Janeiro, á espumante barra do Limpopo, a que deram o nome de Rio dos Reis. Nem sequer foi possível tentar a entrada, tão ameaçadora se apresentava, varrida por tormentosa ventania. Mais ávante, confiados na Providência, era a resolução a tomar, esperando melhores dias e terras mais hospitaleiras.

E assim, já com bom tempo, chegaram quatro dias depois á vista do Rio do Cobre ou de Inhambane (que não deve confundir-se com o Rio dos

(Continua na pág. 56)

O monumento a Vasco da Gama, da autoria do escultor Euclides Vaz, inaugurado em Inhambane nos princípios do ano corrente, constituiu o pagamento de uma dívida de gratidão da «terra da boa gente» ao seu imortal descobridor

O DESENVOLVIMENTO DA VILA É CUIDADOSAMENTE ORIENTADO PELA SUA COMISSÃO MUNICIPAL À QUAL SE DEVEM IMPORTANTES REALIZAÇÕES E TEM PROJECTADO UM LARGO PLANO DE TRABALHOS

Preside á Comissão Municipal de Inhambane o sr. 1.º tenente Aurélio Saavedra Palhares. Natural de Valença do Minho, este distinto oficial entrou na Escola Naval em 1 de Outubro de 1929 e foi promovido a guarda-marinha em 1 de Março de 1932 e a 1.º tenente em 1 de Março de 1940. Frequentou o curso de especialização em torpedos, minas e electricidade, tendo em 1935 ingressado na Esquadrilha de Submersíveis onde também se especializou.

Depois de desempenhar as funções de Chefe da Repartição de Farois, de Novembro de 1950 a Abril de 1951, tomou posse do cargo de capitão do Porto de Inhambane. Foi nessa mesma data que passou também a desempenhar o cargo de presidente da Comissão Municipal.

Ao ser interrogado pelo jornalista sobre a actividade da Comisão Municipal de Inhambane e, em especial, sobre o seu programa de trabalhos, o 1.º tenente Saavedra Palhares afirmou:

— O problema que se apresenta como mais importante e urgente para resolver pela Comissão Municipal é o do abastecimento de água. As actuais canalizações não satisfazem já as necessidades da vila, não só pela insuficiente secção da conduta de elevação e de alguns troços da distribuição, mas principalmente pela considerável redução da secção de passagem de água em consequência da obstrução das canalizações em virtude dos muitos anos que estão em serviço.

Pensa-se, pois, substituir toda a canalização, a começar na conduta de elevação da água do Guiua (local a cerca de 13 quilómetros de Inhambane onde a água é captada) para o depósito elevado de 350 metros cubicos de capacidade e deste para um depósito de extremidade, de 300.000 litros, a construir, e a acabar com toda a rede da canalização da vila de acordo com o plano de urbanização.

Esta obra será completada com a montagem de doseadores de amoníaco e cloro para tratamento bacteorológico das águas, tratamento este que de momento não é feito mas que se torna conveniente e prudente fazer-se.

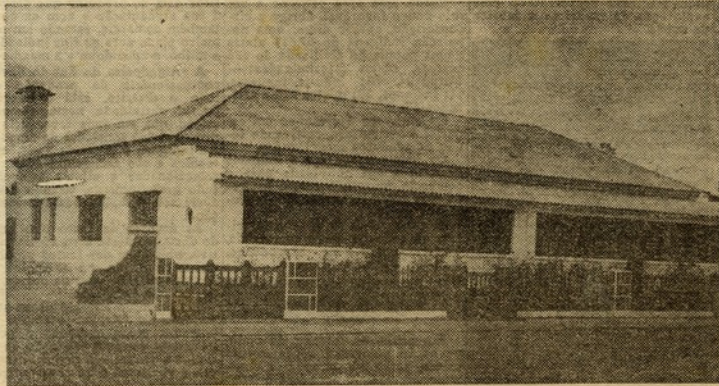
1.º tenente Aurélio Saavedra Machado
Presidente da Comissão Municipal de Inhambane

E depois de salientar a colaboração que, no campo técnico, tem sido prestada pela Direcção dos Serviços de Obras Publicas e, em especial pelo eng.º Nandim de Carvalho, acrescenta:

—Para a realização desta importante obra vai a Comissão contrair com o Banco Nacional Ultramarino um empréstimo de cinco mil contos, amortizável em 20 anos. Este empréstimo é, como pode calcular, um pesado encargo para esta Comissão Municipal dadas as fracas receitas de que dispõe. Acresce, porém, não serem esses 5 mil contos suficientes para cobrir as despesas que devem andar por cerca de 6 mil contos. De qualquer modo, porém, a substituição da canalização de água far-se-á, esperando-se, para breve, o início dos trabalhos, e que, durante o ano de 1952, fique este importante problema resolvido.

Outro momentoso problema: o da luz

Na sequência das suas interessantes declarações, o presidente da Comissão Municipal afirma-nos:

(Continua na pág. 57)

Casas económicas geminadas, construídas em 1950 pela Comissão Municipal de Inhambane, segundo projecto do Gabinete de Urbanização do Ultramar

MOÇAMBIQUE

HOMOINE

DISPÕE DE VASTOS RECURSOS AGRO-PECUÁRIOS

Homoine, quer pelo efectivo da sua população, quer pela salubridade e fertilidade do seu solo, quer ainda pela sua magnífica situação geográfica, é uma das regiões mais importantes e progressivas de Inhambane.

Desde que, em 1927, foram anexadas no seu território parte das terras da extinta circunscrição da Maxixe, a área de Homoine é, aproximadamente, de 2.500 km2.

A sede administrativa é na povoação que deu nome a toda a área — Homoine — a 120 metros de altitude, em local salubre e batido dos ventos, dispondo de excelente água potável, proveniente de um ribeiro próximo.

Na área há povoações de certa importancia, como centros comerciais: Mutamba, Fanha-Fanha, Mubécua e Pembe.

Referência especial merece a povoação da Maxixe, sede do Posto Administrativo do mesmo nome, com uma moderna ponte-cais, já com um plano de urbanização aprovado, abastecida de luz eléctrica, cuja rede foi recentemente remodelada e ampliada, centro comercial importante, e escoante natural da produção agrícola das regiões ao norte de Inhambane. A povoação, em si, é verdejante, airosa e fresca, com lindas e típicas residências, de acentuado figurino moderno, lembrando qualquer das nossas vilas metropolitanas.

A população indígena é de 89.746 indivíduos, segundo o censo de 1950, sendo 44.098 do sexo masculino e 45.642 do sexo feminino, pertencentes ás tribos dos Valengues, aqui representados pelos Tsuas, Muchopes e Bitongas.

Os régulos mais importantes são os de Mocumba e Pembe, com respectivamente 19.205 e 9.520 almas.

A população europeia compreende 181 indivíduos, sendo do sexo masculino 104 e do feminino 77, numero escasso, mas que a melhoria das condições económicas e futuros planos de povoamento e colonização certamente farão aumentar.

A importancia agrícola desta área pode ser expressa pelos seguintes dados, referentes ás campanhas de:

	1947/48	1948/49	1949/50
Algodão	581.156 Kgs.	602.909 Kgs.	218.298 Kgs.
Amendoim	3.500.000 »	1.400.000 »	1.900.000 »
Arroz	160.000 »	145.000 »	182.000 »
Caju	3.350.000 »	3.000.000 »	2.600.000 »
Feijão	700.000 »	550.000 »	600.000 »
Mafurra	305.000 »	210.000 »	244.000 »
Milho	70.000 »	95.000 »	66.000 »

O gado arrolado, relativo ao ano de 1950, diz-nos que, de um total de 7.129 cabeças, 6.166 são propriedade de indígenas. Nesta área, quase dois milhares podem considerar-se grandes agricultores, possuindo charruas, carros e carroças de bois, e gado de trabalho, num esforçado apego á terra, que procuram valorizar.

A educação e ensino dos indígenas estão a cargo das Missões

Intervindo na vida psiquica do indígena, ainda na maioria animista-feiticista, trabalham as Missões Católicas Portuguesas de S. João de Deus e de S. José do Mongué, bem como uma missão metodista americana e uma missão anglicana.

As Missões dirigem e orientam a educação e o ensino dos nativos.

A Missão de S. João de Deus possui dois esplêndidos internatos, um para rapazes e outro para raparigas, este instalado em magnífico edifício de dois andares, com todos os requisitos, e que muito honra o esforço missionário português.

Nunca será demasiado encarecer o esforço catequisante e nacionalizador das Missões Católicas Portuguesas, que contribuem extraordináriamente para a elevação do nível intelectual e social do nativo e a sua crescente projecção nos nossos direitos de soberania.

Tem de prestar-se homenagem ao esforço realizado pelo Governo da Província na melhoria das condições sanitárias dos indígenas — o incremento de hospitais e maternidades verificado desde 1947, que fica como um símbolo da fecunda actividade desenvolvida nos ultimos anos, num dos mais importantes sectores da administração — os serviços de saude.

Nesta área existem as seguintes formações sanitárias, todas inauguradas desde 1947:

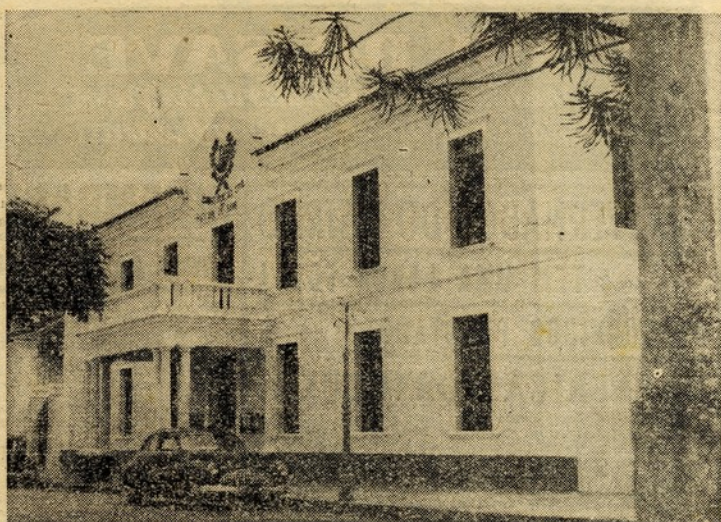
A maternidade de Pembe, instalada em amplo edifício, cujo custo andou á volta de 500.000$00, construída pelos Serviços das Obras Publicas.

A maternidade de Maxamale, em bom edifício de alvenaria, executado pelos Serviços Administrativos locais, com o dispêndio de 30.000$00.

As maternidades rudimentares de Mafuiane e Dambo (10.000$00 cada).

Em 1949, foi construída pelo régulo de Pembe a maternidade de Sefane, bom edifício de alvenaria, com uma enfermaria para 12 camas, cujo custo foi de 40.000$00, e que, pelo citado régulo, foi oferecida ao Governo da Província — alto testemunho de apreço e gratidão, exemplo sem par em qualquer outro povo colonizador, que deve ser posto em relevo.

Além destas formações existem ainda: hospital regional de Homoine, com maternidade anexa; posto sanitário da Maxixe, postos sanitários das Missões, todos frequentados por grande numero de indígenas, que a eles recorrem em

(Continua na 55.ª pág.)

Sede do Governo do Sul do Save, em Inhambane, onde funcionam a Direcção de Administração Civil e a Repartição de Fazenda do concelho

MASSINGA

É O CELEIRO DO SUL DO SAVE

Massinga, extensa região com a área de 12.000 quilómetros quadrados, tem a sede edificada num pitoresco lugar, a 70 quilómetros de Inhambane, onde se ergue altaneira entre pequenas colinas e outeiros verdejantes.

Com a orientação que lhe têm dado as autoridades, ela vai-se tornando cada vez mais progressiva, mais rica e importante.

Compõe-se esta povoação de cerca de uma dezena de casas para funcionários e de um aglomerado comercial que conta, actualmente, uns doze estabelecimentos.

O forasteiro que chegue, pela primeira vez, a Massinga, não pode deixar de se sentir encantado com a sua paisagem — um mato exuberante, em que predomina o verde-carregado das mafurreiras e onde grandes manchas compactas de «tambas» e coqueiros formam um mar de verdura. As estradas são ladeadas por renques contínuos de acácias amarelas, casuarinas ou eucaliptos.

A região representa um valor económico relevante

Mas esta risonha circunscrição não nos encanta só os olhos. Também representa um valor sob o ponto de vista económico, sendo conhecida, por muitos, como o «celeiro do Sul do Save». O milho, em anos bons, é uma riqueza, e muitos outros produtos, como a mapira, feijão, amendoim, mafurra, copra, algodão e mandioca são esplêndidas fontes de receita para o indígena da região.

Se bem que o ano corrente não tenha sido bom, por falta de chuvas, nem por isso haverá carência de alimentos. Há inumeras lavras de milho, o amendoim promete; o algodão, que se estende por extensos hectares de terreno, mostra um espectáculo lindíssimo, tendo-se feito, este ano, a maior campanha desta malvácea, e pena foi que as chuvas tivessem sido tão irregulares. Devido á actividade da autoridade administrativa, estarão prontas, dentro em breve, cerca de 5.000 lavras — 3.000 hectares — de mandioca. Massinga poderá vir a ser, estamos certos, á semelhança do concelho de Malange, da Província de Angola, um grande centro de exportação de crueira.

A circunscrição de Massinga, como todas, também beneficiou de apreciáveis melhoramentos

São dignos de nota os melhoramentos executados, ultimamente, nesta circunscrição. Desenvolveu-se, considerávelmente, a agricultura; repararam-se estradas e os edifícios publicos, sèriamente danificados pelo ciclone do passado ano; montou-se a rede eléctrica na sede da circunscrição; abriram-se poços, para minorar a proverbial falta de nascentes nesta área, e construiu-se, por administração directa, um edifício destinado ao banco para tratamento de indígenas, achando-se em vias de conclusão um lindo fontenário.

A leste fica situado o posto do Funhalouro, pertencente a esta circunscrição. Ali, dedicam-se os indígenas, em larga escala, á criação de gado, verificando-se, nas feiras realizadas, um grande aumento nesta fonte de riqueza indígena, devido aos carinhos e protecção dos Serviços Pecuários desta Província e á boa orientação do funcionário administrativo que nesse posto se encontra colocado.

MORRUMBENE

OFERECE EXCELENTES REQUISITOS PARA A FIXAÇÃO DOS EUROPEUS

Situada no Norte do distrito do Sul do Save, banhada a leste pelo Oceano Indico, tem uma área aproximada de 4.500 quilómetros quadrados e um clima marítimo ameno, bom para a fixação dos europeus.

A vida económica da circunscrição tem por base a agricultura, fazendo-se também o comércio e a industria, esta representada pela exploração de madeiras e fabrico de sabão.

Cobo de crescente, macho

A agricultura, devido á irregularidade das chuvas e á qualidade do terreno, predominantemente arenono, faz-se em escala relativamente reduzida. No entanto, em anos favoráveis, o solo produz em quantidades remuneradoras, milho, amendoim, feijão, cocos, algodão, arroz e mandioca e, em menor escala, mapira, café e tabaco.

Tendo uma área pequena e um solo pouco favorável, abriga a circunscrição, apesar disso, uma população indígena de 67.519 almas e uma população civilizada de 426 pessoas, assim discriminadas: — Europeus, 88; indo-portugueses, 44; indianos, 29; mistos 210 e africanos 55.

Os europeus dedicam-se em especial á agricultura, cultivando todos os produtos mencionados.

Os indo-portugueses e indianos levaram a sua actividade para o comércio, mantendo com o indígena uma troca intensiva dos produtos da terra.

Existem na área da circunscrição, ao todo, 24 casas comerciais, dispersas pela sede, Mocodoene, Furvela, Boane e Sitila.

Um exemplo, entre muitos, de completa adaptação ao meio

Em Sitila, no interior do mato, povoação comercial recentemente criada, acaba um europeu de construir um edifício para loja e habitação, que se pode considerar verdadeiramente modelar.

Eis um colono, com bastantes anos de Africa, exercendo a sua actividade sempre no interior, no isolamento, portanto longe dos grandes centros e do convívio social mas que se sentiu com coragem de aplicar os seus capitais num empreendimento que o manterá ainda afastado daquele convívio.

O indígena trabalha a terra para tirar dela os produtos que servem á sua alimentação e com os quais também comercia, estando em primeiro plano para os fins indicados, o milho, o amendoim e a mandioca.

A «Algodoeira do Sul do Save», concessionária da produção em todo o distrito, está a exercer franca actividade nesta circunscrição, que em anos favoráveis já produziu 800 toneladas de algodão. Ao indígena é prestada assistência técnica e são fornecidas sementes seleccionadas e alfaias agrícolas, tudo gratuitamente, tirando assim deste seu trabalho boa remuneração.

As árvores de fruto têm lugar de destaque nesta área administrativa, pois além dos frutos própriamente tropicais, há exemplos de boa aclimatação para as outras espécies não indígenas.

São exemplo frisante dessa aclimatação as citrinas, bastante espalhadas pelos europeus e pelos indígenas, sendo a produção de laranjas e tangerinas muito apreciável, e chegando para abastecer outras áreas.

A circunscrição é servida por

(Continua na pág. 53)

MOÇAMBIQUE

NO ÚLTIMO ANO

MULTIPLICOU-SE EM PANDA

A LAVRA DO ARROZ

Com uma superfície de 7.000 quilómetros quadrados, confina esta divisão admnistrativa ao norte com a circunscrição de Massinga, ao sul com a circunscrição de Inharrime, a oriente com a circunscrição de Homoine e, a ocidente, com as de Manjacaze e Chibuto.

A população nativa, presentemente estimada em 38.330 almas (20.547 varões e 17.783 fêmeas), é composta de uma mescla das tribos «Batchanganne», «Ba-Chope» e «Ba-Ronga». — População civilizada tem apenas 160 almas, em que predomina o elemento misto de origem asiática, vivendo em condições muito primitivas.

Sendo uma região com um solo riquíssimo para a produção agrícola, infelizmente ainda tudo está em embrião, porque as massas trabalhadoras, á falta de empresas particulares organizadas, procuravam o seu ganha-pão nas minas do Transval, para onde emigravam aos milhares. Dois mil hectares — tanta é a área agricultada, por escassez de população.

Com escassa população nativa para tão grande área agrícola, apenas estão aproveitados, presentemente, cerca de 2.000 hectares de terreno de ricos vales, tanto mais que os actuais cultivadores indígenas, á falta de gado bovino para trabalho de charruas, empregam na maioria a enxada cafreal, processo mais que primitivo para a celeridade de produção que o momento exige. E naqueles fertilissimos vales tudo se pode cultivar: arroz, milho, trigo, feijão, batata, etc. Pena é que a colonização europeia ainda não se tenha feito como é mister nesta riquíssima região, não só para dar um exemplo do trabalho ao nativo, como ainda para a própria valorização das terras e das gentes.

Mesmo assim, continuando a verificar se o notável incremento que a agricultura está tomando, não restam duvidas de que dentro de pouco tempo todos os sacrifícios e canseiras virão a ser bem compensados. No que diz respeito a esta área e como exemplo flagrante, basta dizer-se que de um ano para o outro a produção orizícola, que em anos anteriores nunca foi além de 60 toneladas, subiu em 1950 para cerca de 600 toneladas, a despeito dos estragos causados pelo ciclone de Fevereiro desse ano.

O indígena coopera com o Governo na campanha de aumento de produção

Trabalha-se afanosamente para aumentar todas as culturas agrícolas e o indígena, felizmente, vai compreendendo a necessidade de colaborar na política de produção em que o Governo está empenhado.

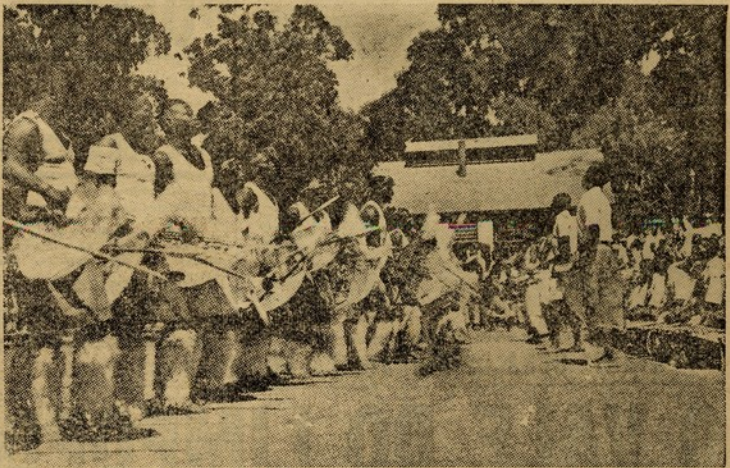
Sob o aspecto comercial pode dizer-se francamente que pouca importancia tem.

Damos, a seguir, os numeros estatísticos dos produtos comerciados no ano de 1950:

Designação	Quantidades	Importancias
	Toneladas	Contos
Amendoim	308	709
Arroz	551	551
Batata	18	45
Café (Veg. esp.)	2	12
Castanha de caju (Veg esp.)	995	1.493
Feijão cafreal	92	138
Farinha de mandioca	45	90
Mafurra (Veg. esp)	148	148
Milho	42	51
Ricino (Veg. esp.)	5	15
Total	2.206	3.252

Ainda sobre riquezas naturais, possui esta circunscrição extensas matas de madeiras, especialmente «cimbirre», que devido á distancia em que se encontram e á dificuldade de transportes para os centros de consumo ou de exportação, ainda se conservam virgens. Mas a falta, que se tem feito sentir, de produtos florestais nos centros consumidores terá dentro em breve que desprezar as distâncias e as dificuldades de acesso para os ir buscar aonde os houver, e assim esta região lucrará com a criação de uma industria. Até lá, as matas irão servindo de abrigo ás feras.

Mas Panda oferece ao visitante, especialmente na região da Mangunhana, área de extensas planícies, as mais variadas espécies animais, tais como: elefante, zebra, bufalo, mofo, piva, cocone, cudo, pala-pala e outros antílopes de pequeno porte. Também abundam ali o leão, o leo-

(Continua na pág. seguinte)

Em Gomucomo, na circunscrição de Zavala, existe uma dança indígena bem característica: o «Ngodo». A gravura foca o momento culminante do bailado, em que os dançarinos, depois de se haverem aproximado da orquestra, em linha, num passo ondulante vão entoar o grande cantico

VALOR E SENTIDO

DO DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DE ZAVALA

Zavala, ate 1908, constituia um comando militar, cuja primeira sede funcionou em Nhagutou e abrangia a área compreendida pelas regedorias de — Nhagutou, Quissico, Zavala, Mavila, Banguza, Zandamela e Canda.

Por portaria do Alto Comissário, de 7 de Março de 1911, toda a área da circunscrição foi considerada reserva indígena, regime que ainda hoje se mantém.

Mais tarde, foi-lhe anexada a região situada ao sul e na margem direita do rio Inharrime, ou seja a que actualmente é ocupada pelas regedorias de Mindu Guilundo e Chambula — esta, nessa altura, constituida por seis «cabos independentes»: Nhampalela, Nhamageu, Chambula, Chipuala, Muane e Cala — área que pertencia á circunscrição de Inharrime, da qual foi desanexada.

Actualmente, a sede é em Quissico — a povoação mais importante da região, que reune o maior nucleo populacional de civilizados e já possui energia eléctrica e canalização de água potável aos domicílios.

O rio Inharrime atravessa Zavala, cuja região é separada do Oceano Indico por uma faixa de dunas de largura variável (2 a 5 quilómetros) que percorrem toda a sua extensão pelo lado sul; entre estas dunas e a área própriamente dita de Zavala existe uma série de lagoas ligadas entre si por estreitos canais que recebem as águas do rio Inharrime, cujo caudal já é hoje insuficiente para as manter no seu nivel anterior, do que resulta o contínuo assoreamento que se tem observado — especialmente nesses canais que já isolaram algumas lagoas, tornando difícil, se não impraticável, a navegação entre todas elas e o rio Inharrime. A propósito da navegabilidade entre estas lagoas e o rio Inharrime, é oportuno transcrever a anotação exarada a folhas 499 do relatório do então Governador Geral de Moçambique, Alfredo Augusto Freire de Andrade, quando se refere á construção do caminho de ferro Mutamba-Inharrime, estudado pelo grande Mouzinho de Albuquerque:

«No Boletim Oficial n.º 16, de 18 de Abril de 1898, encontra-se um relatório do tenente da Armada, Alves Dias, descrevendo a navegação que fez pelas lagoas comunicando com o Inharrime até á foz do Inhatumbo, navegação então por vezes difícil, mas que, com pequena despesa nos canais de comunicação das lagoas, se pode tornar possivel para lanchas a vapor, na extensão aproximada, em linha recta, de 72 quilómetros. O Inharrime é navegável francamente até á ribeira «Amba», de modo que a pequena linha Inharrime-Mutamba, ligará Inhambane com Zavala e Chicomo, por meio de uma via de comunicação fácil, barata e rápida».

Pena é que esta ideia não tivesse vingado, pois seria a melhor forma de, pela via fluvial — ainda hoje a que menos despesas acarreta — se dar escoamento ao execesso de produção observado nas zonas que estas linhas de água atravessam.

Existem as seguintes estradas: da sede para o limite do distrito de Lourenço Marques: (51 quilómetros); para a circunscrição de Inharrime (45 quilómetros); para Chiducuane (50 quilómetros); para Mindu (30 quilómetros); para a praia (12 quilómetros).

Actividades do Estado

Além das actividades próprias da administração, a cargo da qual está a estrada para Inharrime, funcionam serviços de saude, de correios e escolares.

Há uma delegação de saude em Zavala. Não há médico colocado na circunscrição. O delegado de saude de Inharrime é-o também de Zavala, vindo aqui prestar assistência médica duas vezes por semana. O pessoal que trabalha no hospital de Quissico, compõe-se de um enfermeiro europeu e de uma parteira visitadora. Estão espalhados mais os seguintes postos sanitários e maternidades: posto sanitário de Zandamela, onde prestam serviço um enfermeiro indígena e uma parteira visitadora; posto sanitário de Banguza, com idên-

(Continua na pág. seguinte)

LEÕES E ELEFANTES

DA REGIÃO DE INHARRIME

CONSTITUEM BOM ATRACTIVO PARA OS TURISTAS

Difícil se torna derpertar real interesse sob os aspectos turístico e económico, relativamente a qualquer região como muitas do Sul do Save, quase ignoradas, e por isso mesmo pouca atenção mereceram, até há pouco tempo, não só ao publico em geral como ás instancias governativas, absorvidas por problemas de maior transcendência.

Temos, de facto, relativamente perto da capital, as terras de Inharrime, pouco frequentadas, embora acessíveis, abraçadas em semicírculo, por Sul e Oeste, pelo inegávelmente belo rio Inharrime, que lhes deu o nome.

A sede da circunscrição, Inharrime, antiga Poelelane, implantada por agrimensor de bom gosto, em graciosa perspectiva sobre uma colina sobranceira á muito próxima lagoa Poelela, que tem algumas dezenas de quilómetros quadrados de superfície, oferece um panorama cheio de beleza, sobretudo para quem tiver a possibilidade de o apreciar de avião, pois desta forma apercebe-se toda a vastidão da lagoa, com todos os seus contornos de areia muito branca, contrastando com o verde forte da vegetação a pequena distancia das margens, e adquire-se a ilusão de que a mesma lagoa se ramifica em belo e sereno lago adjacente ou seja o rio Inharrime, de anormal e irregular largura, da qual é separado por um curto e estreito estrangulamento.

A povoação comercial de Inharrime, hoje apetrechada com uma moderna aparelhagem para o abastecimento de luz eléctrica, dispõe de um modesto mas confortável restaurante-pensão muito aproveitado por quantos utilizam a estrada que liga Lourenço Marques ao Norte da Província.

O Inharrime, que se prolonga sempre em largura avantajada e irregular, muito azul e navegável por pequenas embarcações á vela, num percurso superior a 70 quilómetros, até á histórica Chicomo, uma das bases de operações contra o Gungunhana, juntamente com a lagoa de Poelela oferecem inegávelmente condições muito favoráveis para o turismo, permitindo a prática dos desportos náuticos em quase todas as suas modalidades, não esquecendo a pesca, mas a da natação com restrições, quanto ao rio, dada a existência, no mesmo, de jacarés e de hipopótamos, circunstancia esta que não pode deixar de despertar interesse, com bem mais belo ce-

(Continua na pág. 54)

Elefantes vistos de avião na savana descoberta

POSSIBILIDADES TURÍSTICAS E ECONÓMICAS DA REGIÃO DE ZAVALA

(Continuação da pág. anterior)

ticas caracteristicas; posto sanitário-maternidade de Chambula, com um parteira-visitadora; o posto sanitário-maternidade de Chibembe, também com uma parteira-visitadora.

Existe a estação telégrafo-postal de Quissico.

O ensino é exercido nesta área administrativa pela Missão Portuguesa Católica de Santo António de Zavala, da qual estão dependentes 39 escolas de ensino rudimentar.

Actividades particulares: comércio, industria e agricultura

O comércio está muito bem representado, pois estão implantadas na circunscrição nada menos de 28 casas comerciais.

A abundancia de estabelecimentos comerciais dá bem ideia do poder de compra do indigena da região e, consequentemente, da sua riqueza.

Apesar do mau ano agricola, foram as seguintes as quantidades dos produtos negociados durante o ano de 1950:

Amendoim em casca	206	ton.
Castanha de caju	1.013	»
Mafurra	265	»
Feijão cafreal	17	»
Milho	55	»

não falando de outros produtos negociados em quantidades insignificantes.

A agricultura organizada nesta região, é exercida por três agricultores europeus, de nomes Francelino Duarte, Manuel Duarte e Iva Edmond Gillet, que possuem as suas propriedades, respectivamente, em Chongone, Muane e Gule.

A Algodoeira do Sul do Save, Ltd.ª, tem o exclusivo de compra do algodão produzido pelo indigena. No mau ano agricola de 1949-1950 foram colhidas apenas 484 toneladas de algodão, isto é, cerca de metade da produção obtida num ano agricola regular, em que o seu cômputo anda á roda de 900 a 1.200 toneladas de algodão caroço.

O outro produto em regime de cultura organizada é o arroz. A Sociedade Industrial Agricola de Mutamba, Ltd.ª, (Circulo Orizicola) adquiriu 194 toneladas nos mercados realizados em 1950.

O indigena de Zavala dedica-se á cultura do amendoim, algodão, milho, feijão, arroz e mandioca e colhe os produtos espontaneos existentes na região: castanha de caju, mafurra e ricino — este em muito pequena quantidade.

No ano agricola 1949-1950 foram colhidas as seguintes quantidades dos produtos abaixo mencionados:

Milho	8.467	ton.
Amendoim em casca ...	6.792	»
Algodão	484	»
Arroz	243	»
Castanha de caju	1.130	»
Feijão cafreal	1.981	»
Mafurra	338	»
Mandioca	14.226	»

O arrolamento pecuário, respeitante ao ano findo, fornece os seguintes numeros:

Bovino	6.024
Ovino	2.747
Caprino	11.794
Suino	5.292
no total de	25.857

cabeças, das quais apenas 105 pertencem a não indigenas.

Em pequena escala, exploradas pelo indigena, existem as industrias da pesca, fabrico de cestos «quitundus», gamelas de madeira e panelas de barro (grandes).

Belezas turísticas e cinegéticas

As lagoas são um forte motivo de agrado para o habitante da região e muito maior ainda para o visitante, ao qual se depara um espectáculo verdadeiramente magnificente, que encanta o seu olhar. Trata-se de uma autêntica beleza turística, esta da simples vista das lagoas.

Apesar da distancia que separa Zavala da capital da Provincia, se a estrada que faz a respectiva ligação estiver em bom estado, se aqui existir um bom hotel (o que será uma realidade num futuro próximo) e se for, oportunamente, feita a propaganda necessária, Quissico em breve ficará sendo um centro turistico de primeiro plano.

Para o turista haverá uma diversão a juntar ao prazer de contemplar as lagoas: a da caça ao hipopótamo e aos patos bravos que são abundantissimos nas lagoas.

A fauna é pobre, excepção feita a peixes que abundam nas lagoas e no Oceano Indico.

Além do hipopótamo, o pato bravo, a garça, a séqua, o flamingo e o grou — que aparecem nas lagoas — só se vêem perdizes, galinhas de mato, codornizes e coelhos. Os antilopes escasseiam, existindo apenas gazelas e changos.

A 12 quilómetros de Quissico existe a praia de Zavala, havendo estrada em estado razoável para lá e que melhor poderá ficar se necessário for. Aqui, também o turista se poderá deliciar com a pesca á linha, de variadissimos peixes.

Se juntarmos a estes atractivos o facto de Zavala possuir um belo clima, não deverá parecer exagerado afirmar-se que a esta região está assegurado um futuro auspicioso sob o ponto de vista turístico.

ARMANDO DOS SANTOS LEMOS

Perspectiva do açude-ponte do Limpopo

IMPORTANTE OBRA DE HIDRÁULICA AGRÍCOLA

O VALE DO LIMPOPO VAI CONVERTER-SE NUMA REGIÃO AGRO-PECUÁRIA

Guijá, situada nas duas margens do fertilíssimo vale do Limpopo, numa extensão de 150 quilómetros, possui terras magnificas para a agricultura.

Na parte árida, os terrenos de pastagens são dos melhores que Moçambique tem. A caça é abundante, desde o elefante aos pequenos antílopes.

As possibilidades de desenvolvimento são enormes, quer no campo agrícola, quer no pecuário.

A população, segundo o censo de 1950, é de 64.727 habitantes, dos quais 407 são civilizados. Destes ultimos, 175 são de raça branca. Em relação a 1945, houve na população civilizada um aumento de 228 habitantes. A indígena excedeu em 16.110 almas a de 1940.

Em poder de indígenas há 63.754 bovinos e, pertencentes a europeus, 10.517. Porém, na opinião dos técnicos, desde que, por furos, poços ou reservatórios, se consiga água suficiente, tem esta região capacidade para possuir 500.000 bovinos.

O Estado construiu, para uso dos indígenas, 13 depósitos de água e bebedoiros, abastecidos por furos artesianos, munidos de moinhos de vento. Porém, muitos mais são precisos para o desenvolvimento da riqueza pecuária.

No campo agrícola, tem-se dado grande passo. O que há meia duzia de anos, por assim dizer, era mato bravio, ao longo do vale, está hoje agricultado pelo indígena, que se dedica ás culturas do milho, algodão, feijão, grão-de-bico, etc.

A produção foi, nos ultimos anos, a seguinte:

	1948	*1949*	*1950*
Milho exportado (sacos de 90 quilos)	48.942	90.658	80.889
Algodão (quilos)	752.414	1.166.862	1.282.425
Feijão exportado (quilos)	200.915	82.775	40.690
Ricino	517.290	192.014	10.393

A baixa havida, quer no feijão, quer no ricino, tem de atribuir-se á irregularidade das chuvas. O ricino, abundante nos anos de cheia dos rios Limpopo e dos Elefantes, nasce espontaneamente.

Com a irrigação do vale do Limpopo, cujas obras se iniciarão em breve, como se sabe, esse inconveniente desaparecerá e poderá esta fértil região transformar-se no celeiro da Provincia e da Metrópole.

Na verdade, as obras de hidráulica agrícola do rio Limpopo constituirão uma das maiores realizações de fomento da África portuguesa. E a abertura imediata do concurso para a construção do açude-ponte, abre um novo período de intensivo desenvolvimento para toda a circunscrição de Guijá.

O projecto, que vai ser posto em prática através da Direcção Geral do Fomento do Ultramar, por iniciativa do Ministro, comandante Sarmento Rodrigues — a cuja notável acção se deve o aceleramento das obras por todo o Além-Mar português — foi elaborado em 1925, com extraordinária visão, pelo eng.º Trigo de Morais, actual Subsecretário de Estado, e é uma das mais importantes obras de hidráulica agrícola até agora realizadas em territórios portugueses da Metrópole ou do Ultramar. Ao cabo de um quarto de século, os pontos de vista que o nortearam mantêm ainda perfeita actualidade: o aproveitamento das terras férteis que vão da foz do rio dos Elefantes até á vila João Belo, no litoral, e a necessidade de ligação do porto de Lourenço Marques com Pafuri, na fronteira, por um caminho de ferro que vá entroncar na rede rodesiana.

O aproveitamento — a que o «Diário Popular» já fez, oportunamente larga referência — prevê a rega de 28.812 hectares da margem direita do vale, com açude derivador que será, simultaneamente, ponte para o caminho de ferro Lourenço Marques-Rodésia a levantar a cerca de vinte quilómetros para montante do Guijá. Está orçamentado em 225 mil contos, ou sejam oito contos por hectar. Esta importante obra abre á colonização europeia em Moçambique a perspectiva aliciante de poder ali fixar cerca de 9.500 famílias idas da Metrópole, na base calculada de se poder dar a cada uma delas três hectares de regadio e 27 de sequeiro para os gados.

A importancia do projecto não reside, porém, somente num aumento de produção agrícola e na possível absorção dos excedentes demográficos da Metrópole pelas condições magnificas que oferece de fixação de colonos. A construção do açude-ponte dará também passagem á via férrea que do Guijá poderá ser prolongada até á fronteira da Rodésia do Sul. E' esta ligação ferroviária, de capital importancia para o escoamento da produção do interior africano, que virá a ter então para a serventia do seu tráfego, simultaneamente, os portos moçambicanos da Beira e de Lourenço Marques. Este ultimo, na realidade, com a sua capacidade superior a 4 milhões de toneladas de exportação e as suas possibilidades de desenvolvimento, poderá então vir a ser utilizado no descongestionamento do tráfego que aflui agora, em larga escala, ao porto da Beira.

A irrigação do vale do Limpopo é pois uma obra da mais vasta importancia para o desenvolvimento da África Oriental Portuguesa, cuja imediata realização ficará a constituir uma bela afirmação do espírito de iniciativa do Governo e da acertada visão que impulsiona o Ministério do Ultramar.

RIQUEZAS NATURAIS DE PANDA

(Continuação da pág. anterior)

pardo, a hiena e outros animais felinos de pequena estatura. Nos rios que atravessam a circunscrição e nas diversas lagoas existentes em quase toda a área encontram-se hipopótamos e jacarés.

Como meios de comunicação é a circunscrição servida por uma linha telefónica e por uma rede de estradas de 3.ª ordem que ligam a sede da circunscrição a Homoine (50 quilómetros), a Inharrime (58 quilómetros) e a Manjacaze (100 quilómetros). Na povoação comercial de Mau-é-èle (80 quilómetros da sede da circunscrição) tem seu termo a linha férrea de via reduzida, que parte de Manjacaze, passando por Chicome.

Presentemente existem carreiras de camionagem entre a Maxixe e Panda passando por Homoine, num percurso total de 75 quilómetros, cujo horário se observa ás segundas, terças, quartas e sextas-feiras nos sentidos ascendente e descendente, carreiras estas pertencentes aos Caminhos de Ferro e a uma empresa particular.

ALBERTO EDUARDO DA COSTA

Nas lagoas vizinhas de Quissico a caça ao hipopótamo é um excelente divertimento a que se pode entregar o turista

MOÇAMBIQUE

O APROVEITAMENTO HIDRO-AGRÁRIO DO INCOMATI

PROPORCIONARÁ A FIXAÇÃO NA MANHIÇA

A DEZASSEIS MIL FAMÍLIAS IDAS DA METRÓPOLE

Pode dizer-se que a história da Manhiça tem o seu início nos princípios do Século XIX, com as invasões do chefe vátua Manicusse, que a transforma em teatro dos seus actos de selvajaria. Povoações inteiras são arrasadas, ou escravizados os seus habitantes; outras optam pela fuga, desordenada e em massa, diante das hostes invasoras; nada os detem e tudo abandonam, numa ansia louca de terem entre si e o inimigo uma distancia cada vez maior.

Com a morte de Manicusse sucedem-se alguns anos de paz, tudo indicando que vai iniciar-se uma época de reconstruçao. Não tarda, porém, que os dois filhos daquele, Muzilla e Maneve, se envolvam em luta e toda a região seja novamente devastada pelos inumeros combates que continuamente se travam entre as hostes dos dois irmãos.

Só em finais do século, a pacificação definitiva se consegue, com a ocupação com carácter permanente pelos portugueses, sendo a 10 de Dezembro de 1895, nomeado o primeiro administrador, que passa a residir na povoação da Manhiça, elevada a sede da circunscrição á qual é dado o mesmo nome.

De então para cá, tem sido vária a sorte desta região; períodos de sacrifício, pobreza, miséria até, sucedem-se a outros que pareciam prometedores de um futuro próspero. Quer colonos, quer indígenas, vêem, por vezes, destruído em poucos dias, quando não em horas, o produto de anos consecutivos de labor insano. O desanimo invade muitos, que vão em busca de outras terras onde possam realizar os seus ideais, ou quem sabe, continuar a luta inglória, com uma natureza que lhes é hostil.

Algumas famílias madeirenses, tentam, ainda, fixar-se na região, mas sem êxito algum; a população europeia diminui de ano para ano, sem que coisa alguma o consiga impedir. Os poucos que ficam são porém de boa têmpera e não desanimam nessa luta sem tréguas que parece fortalecê-los, em vez de os abater. As industrias, embora em pequena escala, começam a aparecer; a agricultura, quer europeia, quer indígena, vai retomando o seu antigo ritmo, que de ano para ano se está acelerando.

Nos ultimos tempos, mercê de uma política criteriosa, iniciou-se a protecção oficial á agricultura, que passou a ser orientada para novos rumos, de horizontes mais prometedores. Resolveram-se inumeros problemas de necessidade imediata e iniciou-se o estudo de outros, de contextura mais complexa, actualmente já em vias de solução.

Quem hoje tem oportunidade de visitar a região, sente que uma nova era está a iniciar-se — era de trabalho, de empreendimentos, de realizações — não sendo ousado afirmar-se que, a realizarem-se algumas das suas mais simples aspirações e a ser levado a cabo o tão importante problema de aproveitamento hidro-agrário do Incomati, é a Manhiça uma das regiões de mais brilhante futuro de todo o Sul do Save.

Situação e clima — Vias de comunicação

Está a Manhiça completamente integrada pelos paralelos 25° e 26° Lat. S., e goza, assim, de um clima do tipo tropical marginal, caracterizado por uma temperatura média de 22° a 23°, com grandes variações diurnas, e elevada humidade, também com grandes desvios diários, predominando o tempo excessivamente humido. As quatro estações não podem definir-se perfeitamente, sendo usual agrupá-las em dois períodos: época quente, Verão ou período das chuvas; e época fria, Inverno ou período seco.

Se bem que o seu clima não possa classificar-se de ideal, somos obrigados a concluir, pelo estudo correlacionado dos elementos climatológicos fornecidos pelo posto existente, que as suas condições não se afastam muito das que delimitam as zonas de máximo conforto e máxima eficiência para o trabalho.

O posto climatológico a que atrás nos referimos, há 18 anos já que efectua observações e, se bem que modesto, tem fornecido uteis elementos para o estudo dos factores climáticos, que tanto importa conhecer numa região que, como esta, tem de viver quase exclusivamente da exploração do solo.

Apresentamos a seguir um pequeno quadro dos principais elementos climatológicos colhidos durante o ano de 1949:

TEMPERATURA					Humid. Rel.ª Est. Sat. = 100 média	CHUVA (em mm.)			
Média	Max. Média	Min. Média	Max. Absol.	Min. Absol.		Total	Max. em 24 horas	Numero de dias de chuva	Vento predominante
23,1	29,5	16,8	39,5 14 de Jan.º	9,5 20 de Jul.º	77,4	1.064,6	134,5 15 de Março	60	SE

Coordenadas geográficas do posto:

Long.	32° 48' E Gr.
Lat.	25° 24' S.
Altitude	35 metros

Extensão do período de observações:

18 anos, sendo os ultimos 15 consecutivos

A uma distancia de 78 Km. de Lourenço Marques, acha-se a sede em boas condições de ligação com as restantes povoações de maior importancia, por uma bastante completa rede de estradas de segunda e de terceira ordem, que cruzam a circunscrição em todos os sentidos.

No sentido norte-sul é atravessada pela estrada que liga Lourenço Marques com Inhambane e que dentro desta circunscrição percorre 82 Km. Esta estrada esta presentemente a sofrer grandes modificações, sendo o unico meio de comunicação terrestre com o norte da Província, o que torna a Manhiça ponto de passagem obrigatório.

Também o rio Incomati constitui um fácil e económico meio de ligação, não só entre as várias povoações da circunscrição, como entre esta e as regiões vizinhas ou com a capital da Província.

Dispõe-se, ainda, de um campo de aviação com óptimas condições de acesso e aterragem para aviões de turismo, condições essas que têm sido sobejamente postas á prova, nas competições e festivais nele realizados.

A população indígena

A raça dominante é a Tonga. Em percentagens menores encontram-se outros grupos com determinadas características particulares, mas já nos tempos de hoje de diferenciação mais difícil, como sejam o Batchangana, na parte norte da circunscrição; o Cherindze, Batchope e Vandau, em toda a parte sul.

A língua falada em toda a circunscrição, com pequenas variantes dialectais, é o Ronga.

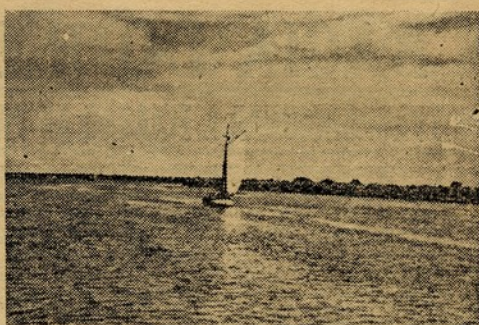
Damos a seguir um quadro dos resultados obtidos no recenseamento feito no ano de 1950:

Sexo	Adultos	Menores	TOTAIS
Masculino	15.796	14.405	30.381
Feminino	19.265	13.986	33.251
Somas	35.241	28.391	63.632

Densidade .... 38,24/Km2.

A situação económica da população indígena pode classificar-se de boa, quer pela magnífica qualidade dos terrenos que lhe estão distribuídos para as culturas destinadas a consumo próprio e venda, quer pela grande facilidade de escoamento que tem todo

(Continua na pág. seguinte)

Extensa plantação de bananeiras na região de Manhiça (Vila Luísa)

Margens do rio Incomati

A FRUTICULTURA

É UMA DAS RIQUEZAS POTENCIAIS DE MORRUMBENE

(Continuação da pág. 50)

uma boa e extensa rede de estradas, que muito facilitam as comunicações com os principais centros e o mato e com as povoações vizinhas. E' atravessada pela estrada n.º 1, que liga Lourenço Marques á Beira, servindo ao mesmo tempo Inhambane.

Distanciada 25 quilómetros da baía de Inhambane, está em condições de escoar os seus produtos com facilidade, o que realmente acontece.

Os amadores de caça encontram para seu recreio, com bastante facilidade, coelhos, lebres, rólas, codornizes e perdizes.

A caça ao leão, bufalo, leopardo, cocone, javali, etc., só tem cabimento nos limites com o posto administrativo do Funhalouro, longe portanto da sede.

A assistência médica está a cargo de um delegado de saude, que dispõe de um bom hospital, com dependências para serviços de secretaria e gabinete do médico, farmácia, sala de operações, quartos, banco indígena e pavilhões para doentes masculinos e femininos.

Recentemente foi construida uma maternidade indígena, em alvenaria, no mato, a uns 20 quilómetros da sede, magnificamente dotada e dirigida por uma parteira indígena.

Junto á maternidade foi aberto um poço, empedrado, de uns 30 metros de profundidade, com água que já atinge o nível de um metro e meio, que veio contribuir poderosamente para a fixação das gentes indígenas ao redor daquele local.

Estes e outros melhoramentos mostram o alto interesse que o Estado tem dedicado e vem dedicando ao bem-estar das populações indígenas, sempre na ansia crescente de lhes oferecer as melhores condições de vida. Sendo a região do interior da circunscrição verdadeiramente causticada pela falta de água, o indígena recorre aos seculares imbondeiros para servirem de depósitos de água, que uma vez cheios na época das chuvas ali se conserva, retirando-a de lá para os seus gastos.

Foi necessário pois nesta mesma região construir-se mais três poços que muito contribuem para facilitar a vida indígena permitindo ao mesmo tempo a sua fixação, factor de suma importancia na colonização.

A circunscrição, que já tem água e luz, ambiciona uma escola

Está a sede da circunscrição dotada de água corrente captada num ribeiro a quatro quilómetros de distancia e dali trazida por meio de uma turbina e bomba para um depósito existente junto ao hospital. A água que faz mover a turbina é levada até junto desta por meio de uma albufeira, em cimento armado, tambem recentemente construída. Deste modo, tem a população da circunscrição ao seu dispor, com fartura e a toda a hora, um dos elementos mais necessários á vida do homem: a água.

Também em 1949 foi a circunscrição dotada de luz eléctrica, possuindo para o efeito uma central que dispõe de dois grupos geradores, motor-alternador que se revezam na produção de energia eléctrica, tapando um as falhas do outro, quando necessario, o que permite um abastecimento eficiente de luz.

Na instrução, luta a circunscrição com falta de uma escola que possa servir a população europeia, velha aspiração, que espera ver realizada dentro em breve.

O assunto está entregue ás instancias superiores, estando todos esperançados em que dentro de pouco tempo seja concedida a verba para a construção do edifício da escola e residência do professor.

Os indígenas dispõem de diversas escolas rudimentares, muitas em alvenaria, com professores indígenas, estando estas escolas a cargo das Missões Religiosas Portuguesas.

Na circunscrição, em Mocodoene, em edifícios que pertenceram a uma extinta administração, está instalada a Missão de Santa Maria de Mocodoene, servida por padres missionários portugueses e irmãs. Escusado será encarecer a acção patriótica desta Missão, que, como tantas outras espalhadas pela nossa África, tem seguido uma acção, que é secular, de elevar os indígenas ao nível da civilização, ministrando-lhes ensinamentos em todos os campos, religoso, moral, cultural, de trabalho, etc.

MARIO RAMOS

MOÇAMBIQUE

A BACIA DO INCOMATI

PODE PROPORCIONAR A FIXAÇÃO DE PARTE APRECIÁVEL

DO EXCEDENTE POPULACIONAL METROPOLITANO

(Continuação da pág. anterior)

o seu excesso de produção, dada a proximidade de Lourenço Marques, quer ainda pelos salários compensadores que naquela terra podem ir auferir os que não desejem dedicar-se á agricultura.

Por elementos colhidos pela administração local ácerca das actividades daqueles que se não dedicam á agricultura, chegou-se á elaboração do seguinte quadro:

ANO DE 1950

Trabalhadores	9.298	
Serviçais domésticos	1.423	
Serventuários do Estado	337	
Conta própria	90	
Carpinteiros	88	
Pedreiros	56	
Pintores	17	
Outras profissões	418	11.727
Emigrantes (para a Africa do Sul)		4.207
TOTAL		15.934

Quanto ao aldeamento indígena, que só em pequena escala tem sido posto em prática, por motivos de ordem económica, está presentemente sendo objecto de aturado estudo, no sentido de se conseguir uma rápida criação de modernos e higiénicos aglomerados populacionais, onde a família indígena seja protegida e elevado o seu nível de vida, sem contudo deixarmos de ter em consideração os seus costumes seculares, que seria extemporaneo e contraproducente pretendermos alterar repentinamente.

A população civilizada

E' muito baixa a densidade da população civilizada residente nesta área. Pelo censo de 1950, apuraram-se 743 indivíduos sómente, distribuídos por 210 fogos. Se atendermos a que naquele numero estão compreendidos asiáticos, indo-portugueses, indo-britanicos, mistos e africanos a que pelo seu grau de cultura e nível de vida seja permitido dar a classificação de civilizados, vê-se ser pequena a quota pertencente aos europeus, — de facto fica áquem das duas centenas — e destes convém notar que nem todos são portugueses.

Só as precárias circunstancias em que tem vivido a agricultura, podem explicar, mas não justificar, que seja quase nula a colonização portuguesa, neste tão fértil canto de Moçambique. Urge encarar o problema sériamente.

Diz o eng. Trigo de Morais, que a bacia do Incomati oferece óptimas condições de fixação para cerca de 16.000 famílias vindas da Metrópole, logo que se realize o plano de aproveitamento hidro-agrário daquele rio, podendo-se garantir a cada família um mínimo de 3 hectares de regadio e 27 de sequeiro, sendo estes ultimos destinados principalmente a pascigo de gado.

Já atrás tivemos ocasião de falar nas boas condições climatéricas da região, na boa índole e espírito de trabalho da população indígena e nas facilidades de comunicação. Na sede viriam essas famílias encontrar uma ridente povoação, cheia de belezas naturais — em que aliás toda a região é fértil — com óptimas avenidas ajardinadas, bons edifícios, quer de funcionários quer de particulares, edifício dos C. T. T., um mercado publico, um pequeno jardim com campo de ténis e patinagem, abastecimento de água e energia eléctrica, escola primária, hospital, boas carreiras de camionagem com rápida ligação com Lourenço Marques, melhoramentos estes que a tornam já no momento presente um aprazível centro de turismo. Não pára aqui no entanto o esforço despendido: assim, por toda a região, estão-se abrindo poços para abastecimento de água ás populações indígenas, criando fontenários para os mesmos; o plano de urbanização está a ser revisto, sendo de crer que enormes alterações sejam introduzidas no antigo.

Saude pública

Existe um Hospital regional, a cargo de um médico e um enfermeiro europeus, dispondo de quatro enfermeiros auxiliares indígenas.

Além de quatro postos sanitários e três maternidades indígenas, onde os doentes afluem hoje com plena confiança, por terem, na totalidade quase, abandonado já as suas superstições e os seus hábitos de curandeirismo.

No ano de 1950, foi prestada a seguinte assistência hospitalar:

Tratamentos		190.755
Injecções		51.467
Consultas		36.856
Hospit. e internamentos		2.107
Partos nas maternidades		1.528
Vacinações		36.275
Exames laboratoriais		236
Operações:		
Extracções de dentes	1.284	
Fracturas	3	
Luxações	2	
Cir. da pele e tecidos subcutaneos	301	1.590

Instrução

Dispõe a sede de uma moderna escola para crianças não indígenas de ambos os sexos.

A cerca de 12 quilómetros da Manhiça — no Alvor — está instalada uma «Escola para habilitação de professores indígenas», pertencente á arquidiocese de Lourenço Marques, escola essa que, dotada de óptimo material didáctico e de professores de espírito desempoeirado e grande competência, tem sabido grangear as simpatias da população civilizada e a plena confiança e amizade de toda a população indígena, realizando, até hoje uma obra de grande alcance social, não falando já no grande numero de professores indígenas que tem habilitado a competentemente exercerem a sua missão de educadores.

Existem ainda muitas escolas rudimentares, a cargo das três Missões católicas — S. Miguel Arcanjo, Espírito Santo e Rainha Santa Isabel — e de uma Missão evangelista — a Missão suíça — que dentro desta área exercem a sua sempre benéfica actividade.

Comércio e industria

Para o ano corrente foram passadas 43 licenças de exploração de estabelecimentos comerciais e industriais, sendo 19 deles na sede. Passaram-se ainda 16 licenças para pascigo de gado, sendo duas delas destinadas a fins industriais.

As industrias hoje em franca laboração, são as seguintes:

Serrações de madeira	2
Fábrica de Moagem	1
Padaria	1
Talho	1
Oficina de descasque de arroz	1
Pensões	2
Fotógrafo	1

E' de crer que o seu numero cresça rapidamente, como consequência do aumento populacional.

Agricultura

Atravessada genéricamente no sentido Norte-Sul pelo Incomati, abrange assim, esta região, uma extensa parte da fertilíssima bacia deste rio, de área ainda hoje não perfeitamente determinada, calculando-se que em toda a circunscrição a área agricultável seja de cerca de 100.000 hectares.

Por toda a bacia, tem o rio depositado aluviões fertilíssimas, que de há muito vêm sendo aproveitadas na plantação dos tão conhecidos babanais da Manhiça.

Ultimamente, mercê de uma nova orientação e graças ao auxílio prestado pela Repartição Técnica de Agricultura, abandonou-se em parte a cultura da banana — cujo exclusivismo, em consequência da cessação da exportação para a União da Africa do Sul, teve para a economia da região, consequências verdadeiramente desastrosas — para se começar o desenvolvimento das culturas do milho, arroz, trigo e batata doce, e, em menor escala a do feijão, cebola e horticolas.

Aos indígenas, foram distribuídas parcelas de terreno, que sob a orientação e fiscalização das autoridades administrativas, oferecem hoje aspecto animador; as terras altas, de menor produtividade, foram aproveitadas na cultura da mandioca e amendoim; as baixas, de capacidade de produção mais elevada, na do milho, arroz e batata doce.

MANHIÇA — Bananal fertilizado por um canal de irrigação

A sua produção tem sido boa, encontrando-se, á data, registados 332 agricultores, já de certa capacidade de produção, tendendo o seu numero a aumentar, á medida que os bons exitos dos iniciadores se vão sucedendo.

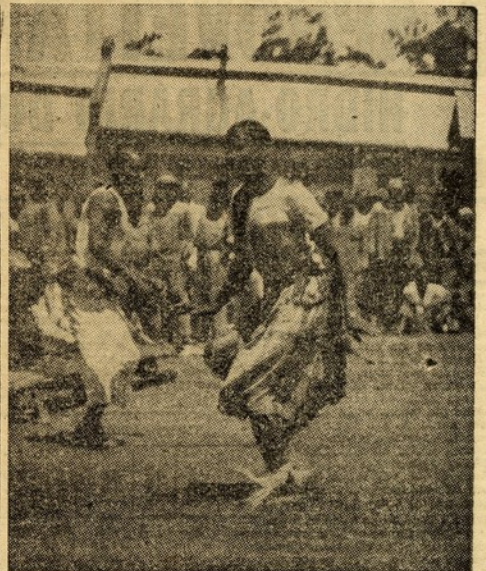
Damos a seguir um quadro dos principais produtos colhidos durante o ano de 1949:

PRODUÇAO EM 1949

Milho	3.000	Ton.
Batata	30.000	Sacos de 17 Kg.
Feijão	230	Ton.
Banana	60.000	Grades
Amendoim	200	Ton.
Horticolas	2.700	Ton.

Valor dos produtos export. por europeus	9.376.000$00
Valor dos produtos saídos da região, de produção indigena	1.420.000$00

No ano corrente, embora seja demasiado cedo para se poderem fazer estimativas de produção, espera-se que estes numeros sejam atingidos, tendo-se a acrescentar-lhes uma produção provável de 400 toneladas de arroz.

Não podemos esquecer-nos, porém, de que, enquanto não for regularizado o caudal do Incomati, as variações são enormíssimas, indo de cerca de 30 m3/seg. no fim da estação seca, a 7.000 m3/seg. na época das cheias, transformando-se então todo o vale num extenso lago de cerca de 9 quilómetros de largura. Estas cheias, sempre de temer, vão inutilizar todo o trabalho agrícola e atrasar de alguns anos o progresso da região. Elas constituem o constante pesadelo de [illegible] aqueles que aqui labutam e [illegible] ansiedade que se espera [illegible] resolvido este problema que, pela sua repercussão na economia da Província, atinge foros de importancia nacional.

Um dançarino chope sai das fileiras e aproxima-se da orquestra para executar um solo, que consiste numa agitação frenética dos ombros, com tremor violento do tórax, em pequenos movimentos de rotação sobre os rins

EM INHARRIME

CAMINHA-SE

NO SENTIDO DE FIXAR

O INDÍGENA À TERRA

(Continuação da pág. 51)

nário do que o oferecido em Vila Luísa, aos que ali desejam apreciar de perto os feios paquidermes.

Na vasta planície de Inhassune, que separa a circunscrição de Inharrime da de Panda, até há pouco reserva de caça, encontra-se a fauna mais variada, desde o pequeno antílope até ao elefante e ao leão, bom atractivo para os turistas que, sendo apreciadores das actividades cinegéticas, não temem as emoções fortes.

Possui ainda esta circunscrição várias e interessantes lagoas muito frequentadas por inumeras aves aquáticas, que em muito podem concorrer para alimentar os entusiasmos dos caçadores.

Quanto a obras de fomento, infelizmente, pouco há feito, por só há pouco se ter enveredado pelo prometedor caminho de se conseguir que Inharrime e, bem assim, todo o Sul do Save, deixe de ser exclusivamente uma inesgotável reserva de recrutamento de serviçais para as minas do Rand, levando a população indígena a contar com alguma coisa mais do que o dinheiro trazido pelos emigrantes daquelas terras estranhas, a troco de doenças e da desagregação de suas famílias.

A área de circunscrição de Inharrime, de cerca de 2.400 quilómetros quadrados, é possuidora de terras pobres, na sua maioria de pluviosidade muito irregular, devendo-se em parte a esta dupla circunstancia o apego, cada vez maior, que o indígena adquiriu em anos sucessivos pela emigração para o Rand, onde se habituou a ir procurar os meios de subsistência que não temos sabido facultar-lhe na própria terra, junto dos seus.

A grande maioria da população indígena de Inharrime, cerca de 52.000 habitantes, pelo ultimo censo, pertence á tribo Chope, aquela que, no Sul do Save, menos aversão tem pelos trabalhos agrícolas: pois a nossa passividade tem permitido que em tal aversão os chopes se estejam nivelando com os rongas, permitindo uma intensa emigração para a África do Sul, que ameaça ainda inutilizar os mais fortes, honestos e patrióticos esforços no sentido de prender os indígenas á terra natal, trabalhando-a e dela tirando, com menos esforços e riscos, aquilo que vai buscar lá fora para se manter e aos seus.

Graças á recente orientação do Governo da Província, imprimida ás actividades rurais dos indígenas, pode considerar-se já a população de Inharrime livre das periódicas fomes, pela imposição a todos os indígenas válidos da manutenção das suas culturas parceladas e devidamente fiscalizadas, incluindo sempre um mínimo de um quarto de hectare por família, de mandioca, que, como é sabido, é muito resistente ás intempéries.

Além das culturas alimentares próprias da região, os indígenas de Inharrime cultivam o algodão e o arroz, com as contingências próprias do clima. Estas produções já atingiram 558 e 503 toneladas, respectivamente.

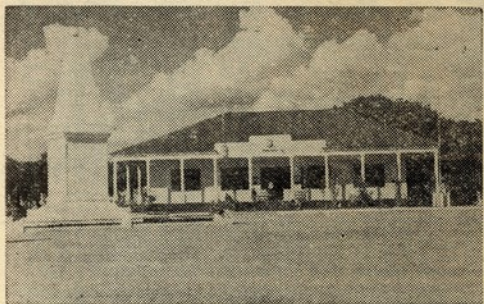
Os indígenas colhem e vendem também, em média, 1.000 toneladas anuais de castanha de caju e 700 de mafurra e ainda cerca de 600 de amendoim, por ano.

Tudo muito pouco, ainda, para o que seria de desejar, mas as perspectivas são no sentido de que as produções continuarão a aumentar de ano para ano.

Parece-nos que, bem compreendida e mantida a orientação actual, com tenacidade, custe o que custar, não devem subsistir duvidas de que acabaremos por fixar o indígena á terra.

E a circunscrição de Inharrime, que quase só tem vivido da emigração para o Transval, agora esperançada em hipotéticos, embora promissores, mananciais petrolíferos, sofrendo até há pouco, periódicamente, de carência de alimentação, passará a produzir o suficiente para alimentar os seus habitantes e, bem assim, para estimular as actividades comerciais existentes, criando-se outras, talvez sem exageradas abastanças, mas com uma razoável mediania, compatível com as condições climatológicas e geológicas próprias, o que já será muito em benefício da economia geral de Moçambique.

I. M. S.

MOÇAMBIQUE

CHIBUTO — Edifício da Administração

O INDÍGENA DO CHIBUTO

JÁ EXTRAI DA TERRA RENDIMENTO SUPERIOR

AO PROVENIENTE DA EMIGRAÇÃO

Foi nesta divisão administrativa que o grande Mousinho de Albuquerque escreveu duas das mais belas páginas da nossa História nas guerras de Africa: em Chaimite, com a prisão do Gungunhana, e em Macontene com a destruição completa do ultimo «arrufo» do chefe de guerra Maguiguana.

Pouco mais de meio século volvido, os campos que, então, foram teatro de lutas e de fomes, são hoje rasgados por nada menos de oito milhares de charruas em mãos de nativos amigos e ordeiros que possuem 53 milhares de bovinos.

Alegres e felizes, trocaram seus esconderijos por povoações bem cuidadas e á vista de todos, e não poucos são os que construiram, e estão construindo, moradias airosas e tipicamente portuguesas, embora modestas.

Por toda a área estão espalhadas 82 casas comerciais, das quais 54 pertencem a portugueses. E, no capitulo de nacionalização do comércio, veremos o caminho andado se repararmos que, há meia duzia de anos, os comerciantes portugueses não excediam trinta por cento em relação ao total de lojas abertas.

A fixação de colonos portugueses-europeus vem fazendo-se nos ultimos anos numa média de 15 individuos por ano e a população nativa ultrapassa hoje a casa dos 160 milhares de almas.

Os primeiros dedicam-se, na sua quase totalidade, ao comércio. Estão, também, em suas mãos as actividades industriais: corte e serração de madeiras; descasque e preparo de arroz; moagens; e uma perfeita e bem organizada industria de transportes de passageiros.

As colheitas de produtos da lavra indígena, no ano de 1950, foram as seguintes:

Sede dos C. T. T. no Chibuto

Milho	30.000	toneladas
Arroz	1.900	»
Algodão	846	»
Amendoim	2.600	»
Feijões	1.000	»
Castanha de caju	3.000	»
Mafurra	1.500	»

Além destes produtos, outros como batata, grão de bico e ervilha, são cultivados pelos nativos, alguns dos quais associados já em cooperativas indígenas.

Elementos estatísticos cuidadosamente obtidos, indicam que os indígenas fixados á terra auferem, anualmente, uma média de 3 mil escudos de produtos vendidos, enquanto os que emigram não obtêm mais de 900 a 1.000 escudos. A emigração, por isso, vem diminuindo progressivamente.

NO GOVURO

CABEM MUITAS FAMÍLIAS METROPOLITANAS

QUE QUEIRAM DEDICAR-SE

À AGRICULTURA E PECUÁRIA

Limitada a norte pelo rio Save, a oeste pelo Oceano Indico, a sul por Vilanculos e Massinga e a leste pelo Alto Limpopo, tem esta região uma área de 16.910 quilómetros quadrados e uma população indígena aproximada a 25.000 individuos, o que dá 1,4 habitantes por quilómetro quadrado. E', como se vê, uma população diminuta; e daqui resultam áreas enormes práticamente despovoadas, na sua maioria constituídas por belíssimos terrenos, que reunem óptimas condições para explorações agrícolas.

Duas principais fontes de riqueza oferecem algumas zonas desta área, num total de alguns milhares de quilómetros quadrados, a quem nelas queira, de boa fé, e com conhecimentos, trabalhar: a agricultura e a pecuária.

Desprezando os terrenos situados no litoral, onde o regime pluvial é muitíssimo irregular, seguindo a montante do rio Save, vamos encontrar uma extensíssima zona, entre o Mahave e o limite com o regulado Mabunguére, em toda a margem direita do Save, constituída por terrenos, ora um pouco arenosos, frescos e leves, ora de aluvião, fertilíssimos, para culturas de oleaginosas, legumes, cereais, algodão e arroz. Numa extensão de 220 quilómetros, aproximadamente, e com uma profundidade, a contar da margem direita do rio Save, de muitas dezenas de quilómetros, constitui esta faixa vasta zona de riquíssimas terras, onde o braço do homem civilizado ainda não chegou.

Verifica-se, assim, que cabem no Govuro muitas famílias metropolitanas que queiram, de boa fé, com conhecimentos e boas qualidades de trabalho, dedicar-se á agricultura.

Na zona litoral, nos régulados Genga e Matique, os indígenas têm alguns milhares de cabeças de gado bovino e a Companhia Colonial do Buzi possui no Mahave, cerca de duas mil. Quanto ás espécies caprina e suína, é muito pouco o existente nesta área, não indo além de umas centenas.

Não é esta zona do litoral desprovida de boas condições para a criação de gado. As planícies, que marginam o mar, são constituídas pelos chamados terrenos de salgados, que proporcionam belíssimos pastos, mas em consequência de o regime pluvial ser muito irregular e a área estar limitada por outras, infestadas de mosca tsé-tsé, não poderia ela, por falta de espaço e de pastos, comportar mais do que certo numero, muito limitado, de cabeças se o Estado, por intermédio da Subsecção de Entomologia da Missão do Combate ás Tripanossomiases, não tivesse adoptado as providências adequadas.

Metade da área do posto administrativo de Mabote, uns 6.000 quilómetros quadrados, pode ser considerada zona excepcional para criação de gado, já pelos bons pastos nela existentes, já também pelo regular regime pluvial que mantêm os mesmos. Os sete milhares de cabeças de gado dos indígenas, ali existentes apresentam saudável aspecto, mas é muito pouco em relação ao numero de cabeças que tão grande área pode comportar. Está assim aberto um bom campo a colonos, conhecedores do assunto, que queiram dedicar-se á criação de gado.

Tem o Estado, por intermédio dos seus serviços de veterinária, prestado uma assistência que muito tem beneficiado o gado dos indígenas. Assim, há a salientar a construção de tanques carracicidas para banhos de imersão ao gado, poços distribuidos pelas áreas onde existe maior quantidade de cabeças, junto a bebedouros construídos em cimento e para onde é elevada a água por meio de bombas. Mais poços, bebedouros e tanques para banhos ao gado, estão em projecto, cuja construção serão um facto muito em breve.

Tem o Govuro um belíssimo porto: Bartolomeu Dias, na baía do Govuro, onde já em tempos entraram navios de 6.000 toneladas, quando ali esteve instalada uma companhia que se dedicava á exploração da casca de mangal. Hoje, este porto não tem movimento digno de menção, entrando apenas na baía um ou outro gasolina, que ali vai a fim de abastecer do necessário meia duzia de pescadores chinas, que por lá se fixaram. Mas o porto oferece condições para, no futuro, serem por ele analisados todos os produtos a drenar por via marítima.

Existe ainda o porto de Mambone, mas, exactamente por ser fluvial, as pequenas embarcacões que o frequentam, cuja tonelagem anda entre 30 e 80, estão dependentes das marés para poderem escalar Mambone, que fica situada na margem direita do rio Save, a escassa distancia do mar.

Mambone é servida duas vezes por semana pelos aviões da DETA, da carreira entre Lourenço Marques e Tete. Têm, assim, os seus habitantes a grande vantagem deste meio de transporte e a facilidade da correspondência por via aérea. Tal facto bastante beneficia esta localidade, cuja população está durante uma parte do ano isolada da Beira, por via terrestre, pelo facto da estrada que, passando por esta localidade, liga Lourenço Marques, capital da Província, com a sua segunda cidade, a Beira, não dar passagem no tempo das chuvas. Porém, este obstáculo desaparecerá, logo que sejam concluídos os trabalhos de drenagens e aterros que presentemente estão em acabamento.

Não há muito, ainda, era o Inhassoro apenas um povoado piscatório, e os seus pescadores, mandavam vir da Beira, a bordo dos gasolinas, tudo de que necessitavam para a industria ou para a manutenção particular. Para lá da praia era mato cerrado e apenas um caminho aberto entre a floresta, em piso de areia, dava comunicação com Macovane, a 18 quilómetros, povoação comercial de pouca importancia, situada á beira da estrada n.º 1, que comunica com Mambone.

Passados quatro anos, vamos agora encontrar no Inhassoro dois bons estabelecimentos de comércio, situados numa área a demarcar para povoação comercial, um bom campo de aviação, onde todos os dias aterra um avião, a fim de transportar peixe fresco para a Beira, um telefone de onde se pode falar para Vilanculos, Macovane e Mambone, uma fábrica de gelo com máquina frigorífica e motor produtor de energia de 12 H. P., antecamara e duas camaras com paredes isolantes e com capacidade para três toneladas de peixe fresco e uma população aumentadas de portugueses europeus.

A ARIDEZ DAS TERRAS

DE VILANCULOS

IMPELIU OS INDÍGENAS PARA O MAR

—ONDE EXERCEM A ACTIVIDADE PISCATÓRIA

Infelizmente, não é possivel dar grande incremento á agricultura e á pecuária em Vilanculos, pela aridez dos terrenos e falta de água. No entanto, alguma coisa se tem feito nestes dois campos, pois a região além de produzir o suficiente para a alimentação da sua população, ainda tem exportado para outras áreas produtos alimentares e oleaginosas.

Sobre pecuária, tem a administração incitado os indígenas, que vivem nas proximidades do unico rio existente — o Govuro — a adquirirem gado bovino, havendo 570 cabeças pertencentes a indígenas e 2.566 bovinos pertencentes a criadores europeus.

A industria piscatória é exercida por um europeu e avultado numero de indígenas, sendo o peixe, em grande parte, exportado depois de seco, para diversas localidades, principalmente para a cidade da Beira. A produção de peixe seco foi, em 1950, de 500 toneladas aproximadamente.

Há, também, a industria de serração de madeiras, cuja produção, na quase totalidade, tem sido exportada para a Africa do Sul.

Vilanculos, banhada pelo Oceano Indico numa extensão de 120 quilómetros, possui uma bonita praia e a baía de Mocoque, onde se abrigam as embarcações que fazem carreiras regulares entre esta localidade e a cidade da Beira; as embarcações a motor na sua totalidade, são pertença de um comerciante, que também explora as industrias de transportes terrestres, piscatória e hoteleira.

O arquipélago do Bazaruto, integrado nas terras de Vilanculos, é formado por seis ilhas, sendo as de mais nomeada e por serem habitadas por indígenas as do «Bazaruto», «Santa Carolina» e «Benguérua».

São as duas primeiras ilhas as que os turistas preferem, já por o seu clima ser ameno, já por ali encontrarem grande quantidade e variedade de peixe, até de espécies raras.

Vilanculos tem-se tornado conhecida pelos nossos vizinhos sul-africanos e vê, de ano para ano, aumentado o numero de visitantes.

Em 1947 foi Vilanculos visitada por dois turistas sul-africanos; no ano passado o numero de visitantes já subiu a 66 e no corrente ano é de presumir que o seu numero chegue á centena, atendendo aos muitos pedidos que têm sido recebidos para a reserva de alojamentos e embarcações. Tem sido também grande propagandista de Vilanculos o sábio professor dr. Smith que, nas ilhas, se tem dedicado ao estudo e colecção de raras espécies de peixes.

Os devotos de Santo Huberto encontram também nas terras de Vilanculos, grande variedade de animais selvagens, tais como elefantes, leões, leopardos, antilopes, etc.

E' de prever que Vilanculos, num futuro muito próximo, seja centro importante de turismo, pois possui boas condições para isso.

IMPORTANTES MELHORAMENTOS EM HOMOÍNE NOS ULTIMOS ANOS

(Continuação da pág. 50)

massa para tratamentos, curativos e operações.

Desde 1947, realizaram-se as seguintes obras nesta área administrativa:

Construção da escola primária, no valor aproximado de 300.000$00;

Abertura de 4 poços ao longo do litoral da Maxixe, para utilização de indígenas, no valor total de 24.000$00;

Construção do mercado da Maxixe, no valor de 49.000$00;

Reparações e cobertura das oficinas de Homoíne, no valor de 40.000$00; e abertura de 3 poços para abastecimento de água a indígenas, no interior da circunscrição, no valor de 34.000$00.

Para o corrente ano estão projectadas, entre outras, as seguintes obras:

Electrificação de Homoíne, construção da Central Eléctrica e do mercado de Homoíne, no valor global de 350.000$00; acabamento do parque infantil; conclusão do parque desportivo, cujos preliminares — terraplenagens, nivelamento e remoção de terras — estão em curso; e, finalmente, grandes reparações na residência de um aspirante, onde devem despender-se cerca de **50.000$00.**

HOMOÍNE — Concentração de grávidas e de crianças indígenas para pesagens, na maternidade do Pembe

MOÇAMBIQUE

INHAMBANE

— TERRA DA BOA GENTE

(Continuação da pág. 49)

Reis, como muitos têm feito, pois a distinção é evidente e a confusão absurda, desde que, destes dois rios os roteiros nos falam).

Hoje, quem conheça a barra do Limpopo, em dias de fortes rajadas do vento Sul, não pode estranhar que as naus de Vasco da Gama não tivessem tentado a entrada nem esperado a bonança, pois fácil é de concluir que o temporal lhes não consentisse demora, ainda mais na suposição de um permanente revolver invencível das ondas naquele lugar que tão ingrato e ameaçador se apresentava. A lógica dos factos e acontecimentos não deixará, pois roubar a Inhambane, terra acolhedora, a honra da histórica visita do Almirante dos Mares, cujo busto o Município acaba de erigir num dos seus melhores jardins, pagando, assim, uma antiga dívida ao grande navegador.

A tradição a que durante alguns anos recorremos nas nossas investigações a este respeito, imprimiu no nosso espírito a firme convicção da verdade da descoberta desta terra pelo grande Almirante, a que deu o nome de Terra da Boa Gente. Nem a índole das populações aguerridas das regiões de Gaza e redondezas da embocadura do Limpopo, como velhos e lúcidos residentes de Inhambane nos afirmaram, permitiria que aqueles lugares chamassem Terra da Boa Gente como aconteceu a Inhambane onde os navegantes tiveram tão franco e carinhoso acolhimento; nem aconselharia a deixar nas inquietas regiões do Limpopo os dois condenados que a Armada deixou, depois, no Rio do Cobre.

Como passou esta Terra da Boa Gente a chamar-se Inhambane? Não sabemos. E' um assunto bastante confuso. Não será muito de admitir a explicação dos primeiros missionários, vindos do Sofala (Lourenço da Silveira e André Fernandes) que atribuiram a origem do nome á palavra «Ina-Bano» — nós somos gente. Nem o nome virá de certo feijão que na região muito se cultiva, de nome bastante parecido com o da futura povoação. Teremos como mais provável que o Inhambane virá da

Manada de elandes vista do ar

saudação da despedida «Hanbane» que as populações teriam feito aos navegadores quando embarcaram de novo para as suas naus. Há ainda a tradição local de que, á chegada, os portugueses perguntavam alguma coisa aos nativos sem serem compreendidos e, então, uns para os outros diziam: «Hiambane», cuja tradução era: «Respondei».

De qualquer modo, não nos podemos furtar á afirmação de que Inhambane é, na verdade, a Terra da Boa Gente, denominação merecedora, pois aqui Vasco da Gama se abasteceu pacificamente de água e frescos de que as naus tão desfalcadas vinham.

Inhambane, padrão de ocupação, de domínio e de trabalho

Enquanto as grandes embarcações fundeavam entre a terra (Ponta da Barra) e a Ilha de Mafurrum (tão grande e importante que chegou a ser uma Capitania-Mór, e submergida completamente já nos nossos tempos, de novo começa a aparecer em longa restinga visível nas marés baixas) os bateis, cautelosamente, vieram navegando até «Inhambane-Velho» onde divisaram as primeiras habitações. Daqui se teriam naturalmente dirigido para casa do chefe da terra, chamado Tembe, que residia no actual bairro Tembene, da vila, aumentado hoje pelo aterro que se iniciou no tempo do presidente do Município, dr. Amaral, e depois se prolongou e completou, por volta de 1944, com a entusiástica colaboração da Intendência, da Junta Local e do Caminho de Ferro, sob a grata satisfação da autoridade sanitária.

Tembene quer dizer: lugar do Tembe, isto é, povoação do Tembe. Aqui, depois do régulo ter sido presenteado, os batéis remaram para o rio Guiua onde se abasteceram de água, ali encontrada límpida e cristalina, bem diferente daquela, escura e acobreada pelos detritos dos machongos incultos, que viram nas embocaduras do rio Mutamba a que, por isso, deram o nome de Rio do Cobre. Outras hipóteses menos prováveis se aventam sobre este nome que, por levarem longe, deixaremos de mencionar.

Entre estas desconhecidas gentes, bastante influenciadas pelas imigrações árabes que chegaram ao Cabo das Correntes pelos séculos V e X, possívelmente comandadas por Bravua e outros, acossadas, por questões religiosas, pelos «Emozaidas», Vasco da Gama deixou, segundo as crónicas e tradição indígena, dois condenados, por certo mais para conhecimento da região e darem futuros informes do que para cumprimento das penas a que tinham sido condenados.

Ainda a tradição indígena nos convenceu de que, pouco depois um destes condenados morreu e outro casou com uma filha do Tembe, ousando a tradição a que me refiro, afirmar que durante muitos anos foram conhecidos descendentes desta união.

Começa então nesta parte da costa, a primeira onde os portugueses aportaram, a revelar-se a consciência da colonização que mais tarde deveria fazer de Moçambique a progressiva parcela de Portugal que hoje constitui uma das principais províncias de Além-Mar.

Antes de Moçambique, Sofala, Quelimane, Sena e Tete, foi portanto Inhambane um padrão de ocupação, de domínio e de trabalho de que deve ter justificado orgulho.

Pouco se conhece de Inhambane, nos primeiros tempos, até ao princípio do segundo quartel do século XVIII em que, já sede do Governo de distrito, passou a erigir-se em vila quando Lourenço Marques ainda era um simples presídio protegido pela praça de Nossa Senhora da Conceição. E dizemos «erigir-se» porque não conhecemos diploma que lhe concedesse o título de vila.

A soberania portuguesa em Inhambane era protegida pela praça de Nossa Senhora da Conceição constituida pelo quadrado que hoje é definido pela Secretaria do Governo, Administração do Concelho, Capitania e Igreja. Esta, nos primeiros tempos, estava ainda coberta a capim dentro da praça, e só por volta de 1860 se começou a construir onde hoje existe, num terreno pertencente ao comandante do Brigue, D. João de Castro.

No morro de areia que se eleva atrás do actual cemitério, hoje completamente transformado pela deslocação de terras para os aterros da vila, ficava, como sentinela vigilante, o forte de S. João da Boa Vista, protegendo a povoação que se ia desenvolvendo desde o Tembene e praia até á actual residência do Governador e, descendo á Praça, caminhava para a pequena elevação, onde hoje assenta o orfanato de Nossa Senhora da Conceição.

De todos os lados o mar protegia a povoação, deslocada de Inhambane-Velho, já porque aqui era a residência do chefe gentílico, já porque as condições de defesa eram mais favoráveis e o fundeadouro se tornava mais acessível ás embarcações de maior calado.

A' volta, as populações tornavam-se submissas e respeitadoras muitos quilómetros além passando as suas terras a fazer parte das chamadas «Terras da Coroa» sob o governo de régulos submetidos.

Pertencia Inhambane desde os primeiros tempos, á parte da Costa conhecida pelo Cabo das Correntes, cuja denominação ia além de Lourenço Marques, e bem isolada se achou durante muitos anos em que (isto ainda nos fins do século XVIII) não havia em todo o distrito «nem botica nem cirurgião», tendo um cabo ajudante de cirurgião, sido promovido a alferes para poder tratar os oficiais!...

A vontade firme dos que em Inhambane se empenhavam em manter a soberania de Portugal

Entregue aos seus fracos recursos, Inhambane, nem sempre estimulada, soube manter com elevação em todos os tempos o domínio português, cheia de fidelidade, persistência e patriotismo. Ainda que os incêndios tivessem devorado o Município e a Praça; as espingardas da Companhia estivessem sem culatra, as terras fossem ameaçadas pela impertinência de um ou outro chefe indígena mais irrequieto e as comunicações com a capital escasseassem a ponto de, ainda em 1860 haver só um batelão de três mastros que de Moçambique aqui vinha com o espaço de seis meses, nunca o desanimo enfraqueceu a vontade firme dos que por estas paragens se empenhavam em manter a soberania de Portugal. E o espírito de «sujeição ao Rei» e ao Governo soube arreigar-se tão bem no espírito dos indígenas que foram estes quem á ponta de azagaia, correu com os holandeses quando, na impossibilidade de se estabelecerem em Inhambane, tentaram fundar uma feitoria no Cabo das Correntes, a trinta quilómetros da vila.

Postas de parte as intrigas soalheirentas dos pequenos burgos em que a importancia, vaidade e ambição de superioridade domina, e as invejas, cobiças e interesses acirram os animos, quando se tratava de interesses comuns, todos os moradores se uniam ao Governador e marchavam ao lado da Companhia, com os seus escravos, para a defesa, enfrentando corajosamente o perigo. Foi assim que fizeram barreira aos «munhambozes», esses aguerridos agentes de Manicusse, cobradores de impostos, por meio de rasias na época das colheitas, os quais várias vezes

A capital de Moçambique perpetuou há muito, também, a memória de Vasco da Gama

chegaram á Maxixe protegidos pelo Unguana, grande régulo das terras de Morrumbene e Massinga e lugar-tenente do Manicusse. Pelo sul algumas vezes os guerreiros de Manicusse chegaram ao Guiua, a doze quilómetros da vila, tendo numa das suas audaciosas incursões morto toda a «gente de chapeu».

Quando um dia chegou á vila, roto e cansado, o indígena Bengalasse, vindo de longe, mandado, como mensageiro, pelos «boers» que no «hinterland» se empenhavam em firmar os alicerces da Republica do Transval, submetendo os chefes indígenas e lançando as bases dos centros urbanos que hoje conhecemos por Rubbervale, Pietersburg, Pietgieters, Rust, Zebediela, Glencowie, todos se uniram ao Governador para organizarem uma embaixada que se dirigisse áqueles pioneiros, guiada pelo emissário Bengalasse.

E lá foi ela orientada pelo padre Montanha, um dos residentes mais desafogados em haveres e família, arrastando perigos e trabalhos com demora de mais de meio ano.

Poucas eram ao tempo as relações com Lourenço Marques, ainda mais isolada que Inhambane, até que, depois da sentença de Mac Mahon se estabeleceu, com início nos fins de Julho de 1875, um correio por terra com usual demora de vinte dias ou sejam quarenta de ida e volta, sendo Governador de Inhambane, Vicente Maciel, que está lembrado numa das artérias da vila a que o Município deu o seu nome.

Já em nossos dias teve Inhambane um papel importante nas guerras vátuas de 95 contra o potentado Gungunhana ou Madongaze, ardiloso e astuto sob o incitamento e subornos da aventureira Chartered. Daqui saíram, passando para a Maxixe, Galhardo e Mouzinho a caminho de Coolela, onde a 7 de Novembro de 1895 desferiram o golpe fatal contra o régulo vátua, com patriótico e ousado epílogo em Chaimite. Cumbane e Chicomo ainda hoje nos falam da histórica façanha das gloriosas tropas portuguesas.

JULIO AUGUSTO PIRES

(Inspector administrativo)

O ENSINO

É O MAIS EFICIENTE MEIO

CONTRA A DESNACIONALIZAÇÃO DO INDÍGENA

DO ALTO LIMPOPO

Um dos problemas primordiais numa região de fronteira é indubitávelmente, o do ensino; e reveste maior acuidade, ainda, se estiver, como esta, numa área abrangida pela Convenção com a União da África do Sul relativa á emigração de mão-de-obra para as minas do Rand.

Rio Limpopo

A influência da língua inglesa nesta população fronteiriça faz-se sentir imenso, sendo vulgar intercalarem os indígenas, no seu dialecto, palavras que aprenderam durante o tempo do contrato no Transval. E tão extensa é esta influência e tão arreigada já, que na própria apresentação dos seus litígios de natureza cível ou criminal, os termos ingleses ocorrem naturalmente na exposição dos factos.

E' necessário, pois, difundir o conhecimento da língua portuguesa nestas populações dispersas por uma área de 42 mil quilómetros quadrados, em que a irregularidade pluviométrica, não permitindo uma exploração agrícola equilibrada, as forças a procurar no território vizinho trabalho bem remunerado, como é o das minas, para fazer face ás necessidades, mantendo-se a pecuária, de que é rica a região, como capitalização da sua economia, da qual só se desfaz em épocas de acentuada crise.

Para início da campanha contra a desnacionalização do indígena desta unidade administrativa, evitando-se que perca o o cunho português já adquirido, foi por iniciativa da Administração, com subsídio da Repartição Central dos Negócios Indígenas, inaugurada, em 1949, na sua sede, em Pafuri, uma escola rural para prepará-lo nos ofícios de carpinteiro, ferreiro e pedreiro, com o objectivo de criar operários eficientes, que satisfaçam ás necessidades que a civilização dia a dia lhes vai impondo, ao mesmo tempo que lhes é ministrado o ensino rudimentar da língua portuguesa.

Apesar da Escola Rural do Pafuri funcionar há pouco mais de um ano, os resultados são bastante satisfatórios. Os alunos executam já pequenos trabalhos com desenvoltura e falam correntemente o português. Mas este ensino profissional visando também, indirectamente, o progresso económico, necessita de ser acompanhado de uma educação moral sã; e, para a consecução deste fim, é-lhes ministrada a doutrina cristã, através da visita mensal do Superior da Missão de S. Vicente de Paulo do Guijá.

A Escola está instalada em dois edifícios de alvenaria, dispondo o primeiro de amplo dormitório, sala de aula, devidamente apetrechada, e refeitório, todos com instalação eléctrica, e uma ampla oficina de marcenaria equipada com serra mecânica. Os alunos que mostram preferência pelo ofício de pedreiro ou serralheiro dispõem das oficinas, a cargo de operários experimentados.

Mas esta realização não basta para atingir o fim em vista. A expansão do ensino rudimentar, a cargo das Missões, impõe-se, havendo já em construção quatro escolas nos centros mais populosos da Circunscrição, que virão a ser dirigidas por professores indígenas destacados da Missão. E outras se irão fazendo, pois os próprios regedores são os primeiros a pedir a sua instalação.

MOÇAMBIQUE

O SUL DO SAVE acompanha o intenso ritmo de progresso de toda a província moçambicana.

O MUNICÍPIO DE INHAMBANE

VAI PÔR EM EXECUÇÃO

UM VASTO PLANO DE ACTIVIDADES

(Continuação da 49.ª pág.)

— O problema da luz é outro que também requer solução. Por causa do considerável aumento de consumo que se tem verificado, e como não têm sido criados novos ramais de distribuição, nem alterada a secção dos cabos da rede, as linhas encontram-se muito sobrecarregadas por deficiência de secção dos cabos. Isto traduz-se numa perda em linha exagerada e portanto numa voltagem de aproveitamento nas habitações, principalmente nas mais afastadas da Central, bastante inferior á que seria de desejar.

E após uma pausa acrescenta:

— Para a resolução do problema duas soluções se apresentam. A primeira consistiria na montagem de uma nova Central de corrente alterna, aproveitando o actual edifício, e rede de distribuição respectiva, podendo então pensar-se, dado o económico transporte em corrente alterna, na electrificação da toma de água no Guiua.

As vantagens de uma rede de corrente alterna em relação a uma de corrente contínua são do conhecimento geral. A rede de corrente alterna permite a distribuição a áreas mais extensas e mais económicamente, e tem uma muito maior maleabilidade, permitindo a extensão posterior da rede de uma maneira mais prática e mais barata.

Não se vêem, porém, pelo menos de momento, condições para que a vila de Inhambane se alargue consideràvelmente, nem que se criem quaisquer centros populacionais perto de Inhambane e para onde a energia possa ser transportada. As grandes vantagens da corrente alterna são pois, no nosso caso particular, muito reduzidas.

Uma outra vantagem da corrente alterna é a de toda a aparelhagem, a doméstica principalmente, ser, naquela corrente construída em melhores condições. Dado, porém, que a unidade de luz, em face do reduzido consumo da vila, terá que ser sempre muito cara, a instalação de aparelhos eléctricos domésticos será também reduzida, dada a barateza da mão-de-obra.

— Essa solução foi, então, posta de parte?

— Sim. Trata-se de uma instalação nova e não haveria que hesitar: iríamos para a corrente alterna. Porém, a instalação completa, central e rede, em corrente alterna deve andar para cima de cinco mil contos e um novo empréstimo dessa importancia, no caso de o conseguirmos, viria sobrecarregar ainda mais consideràvelmente o nosso orçamento.

— Assim...

— A solução aconselhada parece ser, portanto, a de conservar a actual instalação de corrente contínua (220 voltios) alterando a rede de distribuição não só no que á secção dos cabos, postes e mais acessórios se refere, mas também aumentando o numero de circuitos de distribuição.

E numa demonstração exuberante do perfeito conhecimento da questão o 1.º tenente Saavedra Palhares esclareceu ainda:

— Ter-se-á também que pensar na montagem de um novo gerador, pois os dois actualmente em serviço (um de 75 Kw e outro de 40 Kw) estão já muito sobrecarregados. Por outro lado, nas horas de máximo consumo, das 17 e 30 ás 21 h., nesta época do ano, o gerador de 75 Kw só por si já dificilmente suporta a carga, tendo em breve, a continuar o aumento natural de consumo, de passarem a trabalhar os dois geradores em paralelo. Por todas estas razões, impõe-se a montagem de um novo gerador de conveniente potência para uma possivel condução racional da central. De qualquer modo, a solução do problema da luz tem que ser encarada a sério e representará mais um apreciável encargo para esta Comissão Municipal.

O aterro dos pantanos e o bairro indígena

Abordámos a seguir outra questão que, pela sua importancia e urgência — assim no-lo disse o entrevistado — ocupa um dos primeiros lugares no projecto de trabalhos da Comissão Municipal: o aterro dos pantanos. Segundo o presidente daquele organismo espera-se concluir em breve o aterro dos pantanos que constituem a mais ameaçadora fonte de mosquitos, para a vila.

E seguidamente, o nosso interlocutor afirma:

— Outra realização em projecto é a construção de um mercado. O actual é já insuficiente para as necessidades da vila. Temos já um projecto, devendo a construção começar ainda este ano.

A conversa incide depois sobre as realizações em prol do indígena e, a propósito, o presidente da Comissão Municipal, revela-nos:

— Entre os projectados trabalhos de interesse exclusivo para os indígenas figura á cabeça a construção de um bairro, com o fim de reunir a população indígena que actualmente vive dispersa pela vila e seus arredores. Nesse projectado bairro pretende-se distribuir a cada família a sua palhota feita dentro de um programa de estreita colaboração entre este Município e os interessados. Esse bairro compreenderá ainda uma escola, um centro administrativo e comercial, marcos fontenários, lavadouros, parques, etc. Ficará junto á estrada Inharrime-Inhambane, perto da entrada da vila. Para as palhotas prevê-se a adopção de um ou mais tipos em que se terá em especial atenção o melhoramento das condições higiénicas em relação á palhota típica vulgar e em que se usará um tipo de construção definitiva.

Um plano bem elaborado — a piscina, o parque infantil e outros importantes melhoramentos

E' indiscutivelmente bem elaborado o plano de trabalhos da Comissão Municipal. Mostra cuidado extremo em resolver os mais importantes problemas da vila e ainda uma preocupação de bem orientar o seu desenvolvimento.

Isso revela-se no que nos diz o 1.º tenente Saavedra Palhares:

— Ainda no campo dos projectos figuram o da construção de uma piscina e de um parque infantil, desde que nenhum dos clubes locais se abalance a tal. Continuar-se-á com a asfaltagem da Avenida da Republica, á qual outras ruas se seguirão, se o betume que estamos empregando provar bem.

Continuar-se-á intensamente com a arborização das ruas, esperando-se da boa compreensão dos munícipes o reconhecimento de que há um certo numero de árvores que hoje são impróprias para cultivar numa vila, pelos estragos que as suas raizes causam ou pela ameaça que a sua queda representa. Seguir-se-á com o plano de urbanização, abrindo-se novas ruas, completando-se outras com a construção de passeios e mais arranjos necessários, alargando-se ainda outras, etc. Proceder-se-á á numeração das casas, colocação de letreiros com os nomes de ruas, melhoramento da sinalização publica, etc.

E concluindo a enumeração de obras projectadas, o presidente da Comissão Municipal afirma-nos:

— No que se refere a edifícios municipais continuar-se-á com a sua reparação e melhoramento. Assim, estão já em curso importantes trabalhos de alteração e melhoramento das dependências ocupadas pelos serviços desta Comissão Municipal. No Comissariado de Polícia estão-se aumentando instalações da esquadra e construindo uma divisão para presos indígenas e uma outra para europeus, a que se seguirá a construção de uma divisão para mulheres, refeitório para os presos, cozinha, dormitório para o guarda de serviço, melhoramento dos actuais calabouços, etc. Aos restantes edifícios, todos mais ou menos necessitados de obras, a seu tempo chegará a vez...

Ao despedirmo-nos do sr. 1.º tenente Aurélio Saavedra Palhares escutámos-lhe ainda, a par de palavras confiança no futuro de Inhambane, agradecimentos aos srs. Governador Geral e do Sul do Save e aos seus colaboradores na Comissão Municipal, assim como palavras de admiração pela obra das entidades que o antecederam naquele cargo.

Trecho de uma estrada da região

O FUTURO DE MAGUDE

RESIDE NA CRIAÇÃO DE GADO BOVINO

E INDÚSTRIAS DERIVADAS

Dista o Magude de Lourenço Marques cerca de 160 quilómetros por estrada e 137 quilómetros por caminho de ferro. Este serve as povoações de Chinanguanine, Maholela, Ungubana, Xinavane (Ramal), Magude e Motaze, sendo destas as mais importantes, pelo seu valor económico e populacional, Xinavane, Magude e Maholela, que constituem os principais centros de produção industrial.

Reune o Magude essa multiplicidade de factores que o podem tornar uma das mais prometedoras regiões da Provincia de Moçambique. A sua industria é florescente, o seu comércio próspero e a própria população indígena tem um nível de vida relativamente desafogado, pois além de se dedicar á agricultura, sobretudo á produção de milho, possui consideráveis manadas de gado bovino, de valor económico incalculável, a que falta apenas um pequeno impulso inteligente e racional para se tornar numa fonte de inesgotável riqueza.

Para corroborar o que afirmamos, vamos apresentar alguns numeros que mostram bem o valor desta região:

A produção industrial foi a seguinte. no ano findo:

Açucar	14.000.000	quil.
Manteiga	2.354	»
Moagem	1.360.000	»
Leite	376.051	litros
Artigos ceramicos	1.373.717	peças

No mesmo periodo, a produção agrícola ascendeu a 11.147.208 quilogramas de milho; 744.653 quilogramas de amendoim limpo; 532.310 quilogramas de feijão cafreal; 592.873 quilogramas de mapira; 210.914 quilogramas de mexoeira.

Por sua vez, o movimento comercial totalizou, durante o ano de 1950, 6.337.251 quilogramas de milho; 100.000 quilogramas de amedoim limpo; 42.300 de feijão cafreal; 51.063 de mapira; e 4.461 de mexoeira.

Em referência á pecuária, a totalidade de gado arrolado em 1956, era a seguinte: 97.386 cabeças de bovídeos; 8.213 de caprinos; 4.615 de ovídeos; e 940 suinos.

E o movimento, nas feiras, de gado bovino ascendeu a 1.730 cabeças, com o peso total de 256.365 quilogramas, no valor de 10.68.229$37.

Falámos do valor económico que representa para esta região a pecuária, e da riqueza inesgotável que se pode usufruir com um pequeno impulso e inteligente orientação. Vejamos: possuímos dos melhores e mais ricos pastos da Provincia e se não fora a dificuldade de se encontrar água para a dessedentação do gado, dificuldade que em anos de seca tem constituido verdadeiro flagelo e feito passar horas amargas aos criadores, estamos certos de que o desenvolvimento pecuário desta região que já no ano passado atingiu a cifra acima indicada de 97.386 cabeças de gado bovino, teria, de há muito, ultrapassado aquela, que. de resto, ainda está longe de atingir o ponto de saturação, se considerarmos, em relação aos 5.794 quilómetros quadrados da área, o numero de hectares necessários, por cabeça, para pascigo.

Está, porem, o problema da água, em vias de solução ao menos em parte, com a reparação dos sete aero-motores construidos de 1946 a 1948 na região de Mapulanguene, destinados ao abastecimento de água não só das populações mas também do gado. Está em projecto aumentar-se o seu numero, independentemente do reconhecimento que se possa vir a fazer no leito do rio Uanetze e região de Mucarre, para se avaliar das possibilidades do aproveitamento das águas das chuvas pela construção de barragens. Este estudo é de capital importancia e a sua solução e realização é a que mais se coaduna com as necessidades locais. Por outro lado, mercê da persistência, trabalho e inteligente orientação de colonos aqui residentes, que á criação de gado se têm votado de alma e coração, começa-se a sair da apatia, em que durante alguns anos se vegetou.

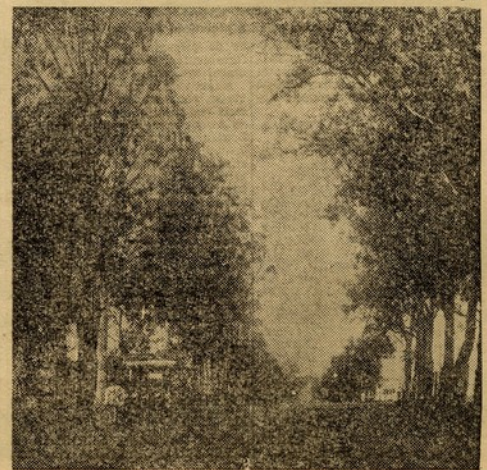
Impõe-se a selecção do gado dos indígenas

Outro problema que necessita ser encarado a sério é o da selecção do gado dos indígenas, pois os criadores europeus já de há muito a vêm fazendo com a assistência do pessoal técnico oficial. De facto, é tempo de olharmos a sério para esta questão, pois é incontestável que a riqueza principal de Magude e o seu futuro residem nas numerosas manadas de gado bovino e no seu aproveitamento em bases económicas para o desenvolvimento das industrias de lacticínios e curtumes, independentemente da sua preciosissima contribuição na valorização do fomento agrícola da região. Por outro lado, tal selecção preparar-nos-á para uma remuneradora exportação, pois não virá longe o dia em que os nossos vizinhos sul-africanos entrem em desequilíbrio, dado o aumento gradual e rápido da sua população branca, mercê do qual terão de recorrer á importação de carne para seu abastecimento. Ninguém mais indicado do que nós para lhes proporcionar o abastecimento dos mercados, desde que estejamos em condições de o fazer.

No que respeita á agricultura, pode dizer-se que esta é feita quase exclusivamente pelo indígena. Encontram-se algumas propriedades agrícolas ao longo do rio Incomati, mas exceptuando a «Delagoa Plantations» (citrinas) e a «Incomati Estates» (cana sacarina) nenhumas outras têm verdadeiro valor económico. E' o indígena, pois, quem dá vida agrícola á região dedicando-se ás culturas do milho, amendoim, feijão mapira e mexoeira. Como o primeiro serve de base á sua alimentação faz a cultura dele em larga escala, constituindo um verdadeiro deslumbramento para os olhos o aspecto maravilhoso dos campos após as primeiras chuvas.

Pena é que a constante irregularidade e escassês destas deitem por vezes, tudo a perder e transformem em poucas semanas essa maravilha, esse pujante, viçoso e prometedor mar de milho em confrangedor matagal de palha ressequida e fenecida, prenúncio desconcertante de fome em perspectiva. Mas o preto não desanima, habituado como está, já de há anos, ao percalço. Volta a lutar, e. dentro em pouco, lá o vemos de novo agarrado ao arado ou á charrua, a preparar mais uma vez o terreno para nova sementeira, aguardando calma e pacientemente a chuva benfazeja que o irá tirar de apuros e restituir-lhe a esperança, há pouco perdida, de melhores dias. E a esperança torna-se realidade. Chove: os campos voltam a verdejar prometedores; o milho começa gradualmente a desenvolver-se. O espectro da fome vai longe. Mas na luta que o preto da região mantém com a natureza para prover á sua alimentação, nem sempre sai vencedor. Os anos de abundancia entrecalam-se com os de escassês.

Para obviar a tal, procura-se presentemente levá-lo ao plantio de mandioca, arbusto de grande resistência e de apreciáveis qualidades nutritivas, que não necessita de cuidados especiais para se enraizar e desenvolver e que o porá dentro de dois ou três anos ao abrigo da fome, sempre que a cultura do milho, por escassês de chuva, se perca.

Duarte Carlos Pires Veloso

COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MOÇAMBIQUE

A "Marracuene Agrícola, Limitada"

SÍMBOLO DO TRIUNFO DO HOMEM SOBRE AS FORÇAS DA NATUREZA tem raízes cada vez mais fundas em terra moçambicana

★

O inventário da riqueza agrícola do vale do Incomati já se encontra elaborado. E dele ressaltam as largas perspectivas, que oferece, para o desenvolvimento económico de Moçambique.

Com efeito, dentro dos recursos actuais de exploração da terra, a zona em referência é, fora de quaisquer duvidas, o maior valor de produção do Sul do Save. E, entre as actividades ali exercidas, em ordem ao seu aproveitamento, ocupa lugar de proeminente relevo a *Marracuene Agricola, Limitada*, tanto mais digna de referência se nos lembrarmos de que, á sua formação e desenvolvimento, se encontra ligado o nome de um dos mais esforçados colonos: José Teixeira Catarino.

Um pouco de história pregressa

A actividade em Africa deste português da melhor cepa principiou há cerca de meio século. E relatar as fases cruciais da luta deste pioneiro contra o sertão, seria descrever páginas das mais árduas, e, por isso mesmo, das mais belas também, da ocupação da terra moçambicana.

Mas é de justiça assinalar, a seu lado, a presença de António Pinheiro, que, de parçaria com o primeiro, ousou ir construir, na zona alagadiça do vale do Incomati, uma grande empresa — a *Marracuene Agricola, Limitada* — cujo nome, através de todas as vicissitudes, breve se propagava até paragens nunca sonhadas, convertendo-o em simbolo de titanico esforço de perseverança e de luta. Só, na realidade, a partir de 1928, o empreendimento de José Teixeira Catarino e António Pinheiro tomou a desenvoltura, que lhe havia de proporcionar, mais tarde, o domínio quase absoluto do comércio de exportação para a Africa do Sul.

Iniciados os trabalhos agricolas da cultura da banana em dois terrenos pertencentes a José Teixeira Catarino e situados em Moveja, na circunscrição de Marracuene, em 1932 alargaram as suas actividades até á cricunscrição da Manhiça, onde adquiriram dois outros terrenos, estes já em regime de exploração. Ao mesmo tempo, os dois sócios promovem o desenvolvimento da criação de gado. Esta iniciativa intensificou-se ainda mais com a posterior aquisição da ilha de Incanine, no rio Incomati.

Apesar de ser já considerável, o desenvolvimento da actividade dos dois colonos manifestava-se sem cessar e tornou-se a breve trecho necessário abrir uma sucursal em Joanesburgo, a fim de vigiar a colocação das bananas em toda a Africa do Sul. Estas iniciativas pareciam destinadas a alcançar o melhor exito. No entanto, a entravar o seu progresso e a ameaçá-las, havia a luta anónima com as cheias do Incomati, que frequentemente saltava do leito e invadia as margens; havia a desoladora submersão das culturas com o arrastar das plantações; o aniquilamento do gado. Depois, havia o esforço titanico, servido por uma coragem admirável, para recomeçar de novo a luta contra os estragos causados pelas cheias do rio, cheias que eram levidas á falta de um eficiente sistema de irrigação. Em 1937, ocorre a morte de António Vicente Pinheiro.

Pode dizer-se que foi então que principiou uma nova fase da vida da firma *Marracuene Agricola e Comercial, Limitada*: a da gerência exclusiva de José Teixeira Catarino. Era, sem duvida uma etapa caracterizada por uma luta ainda mais árdua e violenta do que até então. Logo no seu início as águas destruíram por completo todas as culturas e arrebataram numerosas cabeças de gado. No ano seguinte, a febre aftosa devastou o gado que restara. Foram proibidas todas as exportações para o Transval.

Se esse facto constituisse a ruina e a miséria para a organização, ninguém se poderia admirar. Porém, José Teixeira Catarino afirmou-se novamente como um homem de rija tempera e de larga visão. As terras voltaram a ser replantadas e o gado multiplicou-se. Alias, a seu lado, e dando exemplos semelhantes aos seus surgiam a colaborar com ele na gerência da importante organização, Hermes Pereira Petiz, Manuel Soares e Idalécio de Almeida.

Valor e expansão de uma obra

A luta não terminara ainda. Efectivamente, em 1945, a proibição, pela Africa do Sul, de importação de banana deu a José Teixeira Catarino a oportunidade de travar a maior batalha da sua vida. Na realidade, toda a actividade da firma girava á volta da cultura deste fruto. Podia prever-se que os prejuizos seriam incalculáveis, talvez totais. Perder-se-ía, certamente o titanico esforço da luta paciente contra a acção ruinosa das cheias do Incomati, esse trabalho constante de replantar e refazer todos os anos o que as águas do rio detsruiam e arrebatavam.

Mas José Teixeira Catarino não era homem para ser vencido. E não foi.

Xisinde (Manhiça) — Armazem de descasque de arroz

Vista parcial de uma extensa plantação de bananeiras

A posição económica da MARRACUENE AGRICOLA E COMERCIAL, LIMITADA, era então a seguinte: PROPRIEDADES: na circunscrição de Marracuene, 2.165 hectares dos quais 1.000 cultivados; e 3.044 hectares na circunscrição de Manhiça, dos quais 1.200 cultivados. Para a firma trabalhavam 26 empregados europeus, e cerca de 3.000 indigenas. E as suas terras produziam 88.000 grades de bananas de 130 quilos cada; 17.500 sacos de milho, de 90 quilos cada; 12.000 sacos de batatas, de 70 quilos cada; 3.000 sacos de feijão, de 90 quilos cada; 3.000 sacos de cebola, de 50 quilos cada, e 300.000 quilos de diversos produtos horticolas.

A actividade industrial justificava a existência de uma fábrica de descasque de arroz, com uma máquina de descasque de arroz e seis de debulha de milho. Embora as culturas

Troço da linha de serviço privativa

se exercessem quase exclusivamente com emprego de mão-de-obra indigena, a firma possuia: 3 tractores, 10 camiões, 17 embarcações a óleos pesados e á vela, 20 quilómetros de linha Decauville, charruas para os tractores, além da imensa quantidade de pequenas alfaias agricolas e ferramentas, necessárias ao serviço braçal indigena.

A actividade comercial desenvolvia-se, como sucede actualmente, (e cada vez mais intensamente) através do Armazém de Comércio Geral, em Lourenço Marques, e do escritório em Joanesburgo. Este desdobramento de actividade destina-se á colocação dos produtos das propriedades agricolas, para exportação e venda em Moçambique.

A par disso, um intenso movimento de importação e exportação, fornecimentos, etc., completa a actividade comercial desenvolvida e torna conhecida em todo o Mundo, como gozando de uma valiosa posição económica sob todos os aspectos, não só a firma MARRACUENE AGRICOLA E COMERCIAL, LIMITADA, como também, e com justiça, o nome de José Teixeira Catarino.

Novos caminhos, novos processos

Debelada a crise de 1945, que fez suspender quase por completo, se não por completo, a actividade agricola da MARRACUENE AGRICOLA E COMERCIAL, LIMITADA, José Teixeira Catarino trava nova luta — a mais séria e perigosa de toda a sua vida. Os longos anos ainda não tinham desprovido de energias aquele lutador indomável e empreendedor como só os grandes desbravadores de Africa o têm sido. Em condições económicas desfavoráveis, José Teixeira Catarino continua, no entanto, a manter todo o seu pessoal, suspendendo apenas o indígena conforme os contratos íam caducando. Essas condições agravam-se ainda nos anos seguintes, com a destruição de terras pelas cheias.

Necessáriamente, semelhante esforço não podia deixar de produzir os seus efeitos; a saude de José Teixeira Catarino ressentiu-se de tal modo, que, em 1950, impossibilitado de continuar á frente dos seus negócios, entrega a gerência dos mesmos a Hermes Petiz e a Alcino Pinheiro — que vieram enfrentar a crise no seu período mais agudo. Mas também eles não desistiram de continuar a obra de desenvolvimento económico que lhes havia sido confiada.

E' então que se procuram novos caminhos e novos processos de culturas. Embora sem desprezar a cultura da banana começa-se a procurar desenvolver a terra sem ser na base da monocultura. Iniciam-se a mecanização das propriedades e o estudo conveniente da cultura rotativa, com o valioso auxílio técnico e de máquinas da Repartição de Agricultura. Atendendo ao apelo do Governo, para uma intensificação da cultura de trigo, 200 hectares nas propriedades da Manhiça servem para a experiência da produção deste cereal. E, dentro de um estudo planificado inicia-se a mecanização de todos os trabalhos agrícolas, até então condicionados desfavorávelmente pelas dificuldades de mão-de-obra indígena. Estudam-se e experimentam-se os mais modernos processos de cultura, e começa-se a renovação das instalações e maquinaria das fábricas, etc. Em resumo: um esforço extraordinário, digno da lição de continuidade que os dirigentes da Marracuene Agricola tinham recebido.

Um vasto plano de actividades

Foi, certamente, ainda por inspiração da actividade admirável de José Teixeira Catarino, que os continuadores da sua obra, Hermes Petiz e Alcino Pinheiro, traçaram um vasto plano de acção. Dele, desejamos destacar, especialmente:

a) Continuação da cultura da banana, visto estar de novo permitida a sua exportação para a Africa do Sul;

b) Desenvolvimento da cultura do trigo — de acordo com as experiências feitas — numa extensão minima de 1.000 hectares;

c) Continuar os trabalhos de uma grande campanha de milho, já iniciada, e a que vão dedicar-se mais de 1.000 hectares;

d) Intensificar a cultura do arroz até á área de 1.000 hectares;

e) Mecanizar, dentro dos limites possíveis, todos os processos e culturas agricolas;

f) Montar uma moderna fábrica de descasque de arroz, em substituição das instalações já existentes;

g) Industrializar os produtos agricolas, especialmente a banana. (Já em 1949, quando Hermes Petiz se encontrava em Lisboa foi feito um pedido neste sentido, que, por dificuldades diversas, não se concretizou);

h) Industrialização dos produtos pecuários (salsicharia, leite, etc.), também pedida e estudada. Este problema voltou a ser encarado com viabilidade de realização.

Como é lógico esta extraordinária obra de valorização agro-pecuária, especialmente orientada no sentido de satisfazer, dentro das respectivas possibilidades de cereais, o consumo de Moçambique, não pode ser feita sem a colaboração e o apoio do Governo. Assim, embora os actuais Gerentes da Marracuene Agrícola e Comercial contem — pelo que se confessam agradecidos — com a colaboração da Repartição de Agricultura, no que se refere á parte de auxilio técnico e de máquinas que a empresa ainda não possui em numero suficiente (auxilio muito valioso, aliás), isso não chega. Dois outros problemas estão de pé, e são essencialmente nacionais: 1.º, o da existência de canais de irrigação conveniente; 2.º, o de formação de um Fundo de Crédito Agrícola e Industrial (através da organização de um Banco destinado a esse fim, desdobramento do B. N. U. ou outro meio conveniente) que distribua facilidades de crédito para a agricultura e industria, promovendo o seu desenvolvimento. O actual crédito agrícola não satisfaz, dadas as caracteristicas especiais e grandemente limitadas da sua função.

Entretanto, é inegável que a nova gerência da MARRACUENE AGRICOLA E COMERCIAL, LIMITADA, está a conduzir por um caminho de franco progresso os interesses da empresa que orienta com espírito novo e de ampla iniciativa. O seu lugar de relevo na economia de Moçambique está assim, firmemente cimentado!

Vale de irrigação do bananal numa das propriedades da empresa

Um belo exemplar em pleno frutificação

COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MOÇAMBIQUE

COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MOÇAMBIQUE

PENDRAY, SOUSA & C.A (BEIRA) LDA.

RUA ANTÓNIO ENES ★ Caixa Postal 189 ★ End. teleg. «AUTOCAR»
TELEFONES: Gerência: 3018 ★ Vendas e escr. 3019 ★ Oficinas: 2558

— BEIRA —

★

DISTRIBUIDORES DA

GENERAL MOTORS SOUTH AFRICAN LIMITED

Automóveis: CADILLAC, BUICK, OLDSMOBILE, PONTIAC, CHEVROLET, OPEL e VAUXHALL

Camiões: CHEVROLET, BEDFORD e G. M. C.

Motores diesel GM

Geleiras FRIGIDAIRE

— PNEUS MABOR —

★

SOBRESSALENTES E ACESSÓRIOS SEMPRE EM ARMAZEM

★

OFICINAS DE REPARAÇÕES DE AUTOMÓVEIS E VULCANIZAÇÃO DE PNEUS E CAMARAS DE AR NA RUA MACHADOS DOS SANTOS, MAQUININO
BEIRA

A TRIUNFADORA

— DE —

JOAQUIM ANTUNES

C. POSTAL 542 *TELEFONE 2267*

BEIRA

★

CARVÃO — LENHAS
MADEIRAS E ESTACARIA
PARA A CONSTRUÇÃO CIVIL

★

O SERVIÇO MAIS BEM ORGANIZADO DE ABASTECIMENTO EXISTENTE ACTUALMENTE

★

JOAQUIM ANTÓNIO DE MATOS JÚNIOR

CAIXA POSTAL 13 ☆ VILA DE MANICA

AGÊNCIA DE RECRUTAMENTO

★

COMÉRCIO GERAL EM MOSSURIZE
SEDE: ESPUNGABER

★

SUCURSAIS:

MOPEIA, JUEZ, CHICAMBUA E CHITOLU

L. J. S. PEREIRA & C.A, L.DA

IMPORTADORES & EXPORTADORES

Especializados em:

PRODUTOS COLONIAIS / MINÉRIOS / FERTILIZADORES / PELES DE BOVINOS E DE CAÇA / MARFIM / CERA ETC., ETC.

AGÊNCIAS E REPRESENTAÇÕES DE: PORTUGAL, INGLATERRA, ALEMANHA, ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, JAPÃO, ITÁLIA, ETC., ETC.

Firmas associadas:

PEREIRA & VISCAY, LDA.
CASA EXCLUSIVA DE MODAS E CONFECÇÕES, SAPATARIA, JOIAS, BRINDES

SOCIEDADE INDUSTRIAL & COMERCIAL DE MADEIRAS, LDA.
CARPINTARIA MECANICA SERRAÇÃO, ETC.
(EM ORGANIZAÇÃO)

CAIXA POSTAL 153 ★ TELEFONES: ESCR. 3297 / CASA DE MODAS 2336 / OFICINAS E ARMAZEM 2848 — END. TELEG.: «BONECA»

BEIRA • ÁFRICA ORIENTAL PORTUGUESA

COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MOÇAMBIQUE

A futura Praça Municipal, ladeada por excelentes prédios...

BEIRA Cidade Nova

O PLANO DE URBANIZAÇÃO converterá a capital de Manica e Sofala numa das mais belas cidades da África Oriental

Não podemos dizer que a Beira tenha crescido desordenadamente, como aconteceu nos primórdios de quase todas as cidades europeias, porque desde o seu início existiu um esquema de arruamentos e a divisão em talhões do terreno edificável. Houve até uma certa ordem no traçado das ruas e no atalhoamento do do terreno á medida que a cidade foi crescendo.

Apesar disso, dado o carácter progressivo da cidade, esse simples traçado de ruas desde há muito que não bastava, sendo necessário estudo pormenorizado do futuro desenvolvimento da povoação nos seus variados aspectos.

Assim pensou a Camara Municipal da Beira que, depois de analisar profundamente a matéria, em colaboração com os seus técnicos, compreendeu os perigos de abandonar a cidade ás contingências do acaso e resolveu regrar a sua expansão nos moldes da moderna urbanística.

Para isso, em 29 de Janeiro de 1943, abriu concurso para a apresentação do anteprojecto de urbanização da cidade ao qual concorreram três trabalhos que foram apreciados e definitivamente classificados na sessão de 24 de Setembro do mesmo ano. A 10 de Dezembro de 1943 lavrou-se contrato, com o concorrente classificado em primeiro lugar, para a apresentação do projecto definitivo, cuja memória justificativa acaba de ser publicada.

O plano urbanístico prevê a expansão da cidade até 1970

Mas a Camara Municipal, integrada das necessidades da povoação, deliberou também, para completar a sua acção, executar o projecto de esgotos das águas residuais e pluviais, e da drenagem dos pântanos circunvizinhos e adaptar à nova urbanização o projecto já existente de abastecimento de água à cidade. Procurando obedecer aos conceitos de Salubridade, Utilidade e Beleza, para melhor realizar as funções de Habitar, Trabalhar e Recrear-se, o plano urbanístico é baseado na previsão da evolução da cidade durante 25 anos, achando-se que tal prazo não deveria ser maior por se tratar de um aglomerado de fundação recente e em pleno desenvolvimento, cuja evolução futura não se apresenta ainda tão clara como se de uma cidade antiga se tratasse.

Os estudos da variação demográfica, conduzidos com o rigor que era possível, levaram a avaliar assim a população da cidade em 1970:

De raça europeia ...	14.000
De raça asiática	5.300
De raça mista	4.300
De raça indígena ...	65.600
Total ...	89.200

Como, porém, no projecto se partiu do princípio de que, mesmo que em 1970 todos os talhões se encontram já ocupados por edifícios, estes geralmente não aproveitam de início toda a área coberta utilizável nem toda a altura permitida, a área urbanizada será então muito maior do que a necessária para comportar a população prevista. Na verdade, considerando a situação demográfica, o plano de urbanização corresponde, aproximadamente, à população prevista para o ano 2.000.

A divisão dos bairros, no projecto, é feita com base nos hábitos dos moradores

No seu conjunto, o plano considera a cidade da Beira dividida nas seguintes zonas principais ou bairros:

a) Bairro da população com costumes europeus, situado ao sul do Chiveve, entre este e o mar, prolongando-se num bairro de luxo localizado na região de Macuti, em plena faixa marítima com uma aprazível praia de banhos.

b) Bairro da população com costumes asiáticos, situado a norte e leste da zona comercial no Maquinino, no Esturro e no Matacuane.

c) Zona comercial, na parte ocidental do bairro europeu, tendo uma extensão um pouco superior a um quilómetro e brangendo as duas margens do Chiveve.

d) Zona industrial, a poente da Manga.

e) Bairro indígena, localizado na Manga, juntamente com o campo de aviação.

f) Lago do Chiveve (por transformação do actual rio Chiveve) e campo de golfe, para arejamento e desafogo da cidade.

g) Zona do porto e caminho de ferro: a actual, sem outras alterações que não sejam de ampliação e melhoria.

h) Bairros administrativos escolares, (englobados nos anteriores por serem muito pequenos).

Neste projecto procurou fazer-se a segregação dos habitantes segundo os seus hábitos e a zonificação da cidade corresponde

(Continua na pág. 76)

...constituirá um conjunto harmonioso da cidade nova

A projectada Avenida Marginal, na zona do Macuti, onde se situará o Casino

NA HISTÓRIA PREGRESSA documenta-se a capacidade de trabalho e o dinamismo colonizador dos portugueses

A cidade da Beira, actualmente a segunda em importancia da provincia de Moçambique, é um exemplo frisante da tenacidade, da capacidade de trabalho e do dinamismo colonizador dos portugueses.

Data de 14 de Junho de 1884 o decreto que criou o comando militar do Aruángua que, em 1887, se instalou junto á foz do rio Pungué, onde então havia apenas algumas barracas dispersas, tendo á sua sede sido dado o nome de Beira, em homenagem ao principe herdeiro nascido pouco antes.

Oito anos decorridos sobre a sua criação como sede do comando militar do Aruángua, em 1892, foi a Beira declarada povoação urbana, embora esta designação fosse meramente legal e se destinasse apenas a justificar a divisão dos talhões entre o Estado e a Companhia de Moçambique, que então tomara posse do Território.

António Enes, que nesse ano por ali passou, descreve-nos a Beira de 1892 do seguinte modo:

«...Custou-me a crer que a Beira fosse aquilo, areia e mangal debruando um enorme lameiro líquido em que o Pungué e o Buzi vão dissolver as próprias margens laceradas por correntes que fazem perder pé aos hipopótamos.

«Lugar onde se pudesse viver naquele país, não se sabe se em formação se em decomposição, e cuja topografia é modificada pelas águas soberanas a cada maré, só havia e só há um estreito areal, lambido de um lado pelo Chiveve e do outro pelo Oceano e por cima do qual podem saltar vagas de tempestade...

«Compreendi então porque iam os nossos antepassados a Manica pela Zambézia e haviam deixado em esquecimento o Pungué...»

A central eléctrica tem já instalação definitiva

A ligação ferroviária alimentou a esperança nascente de transformar em cidade importante o pequeno aglomerado existente

No areal que há 60 anos se deparou aos olhos atónitos de António Enes, semelhante á actual Ponta Géa, está hoje situada a zona comercial da cidade, tendo-se modificado de tal modo a topografia e o próprio relevo natural do terreno que, aos actuais visitantes, parecerá exageradamente pessimista a breve descrição que aquele nos deixou dela e que era, no entanto, a imagem fiel da realidade de então. Nesse ano, de 1892, ainda não havia terreno de cota superior ao nivel das máximas preiamares e a população — 350 indivíduos não africanos e 990 indígenas — lutava já com falta de espaço no unico local habitável, se bem que muito mais desabrigado do que actualmente e livremente açoitado pelas vagas do Oceano. Com uma persistência e tenacidade admiráveis, logo em 1893 os habitantes da Beira começaram a ampliar os seus domínios com aterros, defendendo-os do mar por meio de obras provisórias de estacaria, e a alimentar a esperança nascente de transformar em cidade importante o pequeno aglomerado existente, se conseguissem ligá-lo com o caminho de ferro que de Fontesvila, a 60 quilómetros da Beira, rompia o «hinterland» em direcção á Rodésia, com 120 quilómetros de via assente.

Procurando obter terreno mais estável e protegido, cedo se construiu uma ponte para o norte do Chiveve e em 1895 iniciou-se a

(Continua na pág. 76)

No parque da Gorongosa, à hora do banho...

Aspecto actual da cidade da Beira

O PORTO E CAMINHO DE FERRO transformaram uma restinga de areia lamacenta numa urbe florescente

«De um pântano nasceu uma flor» — poderia ser o título sugestivo da história romanceada da cidade da Beira, história que foi escrita a golpes de tenacidade e de audácia por um punhado de heroicos pioneiros dispostos a todos os sacrifícios e esforços para defenderem a língua de areia onde originalmente se instalaram e de onde surgiu, ao cabo de sessenta anos, a segunda cidade mais importante da Provincia de Moçambique, contrariando assim os prognósticos pessimistas de colonialistas de larga visão, como foi António Enes.

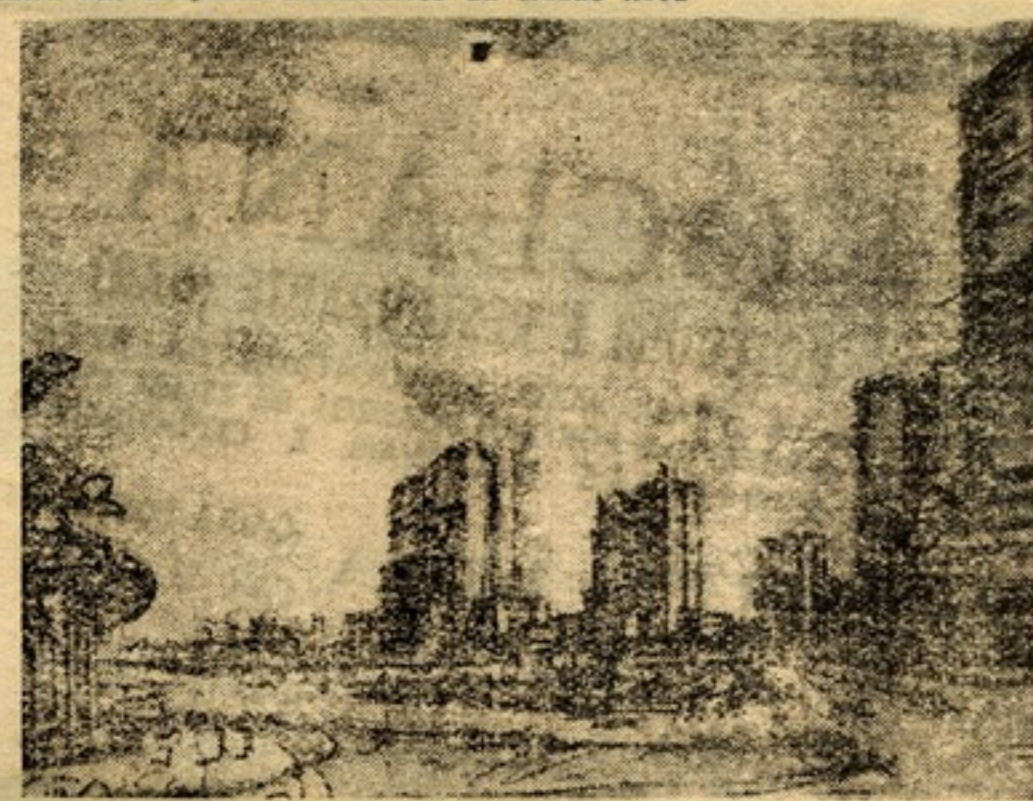
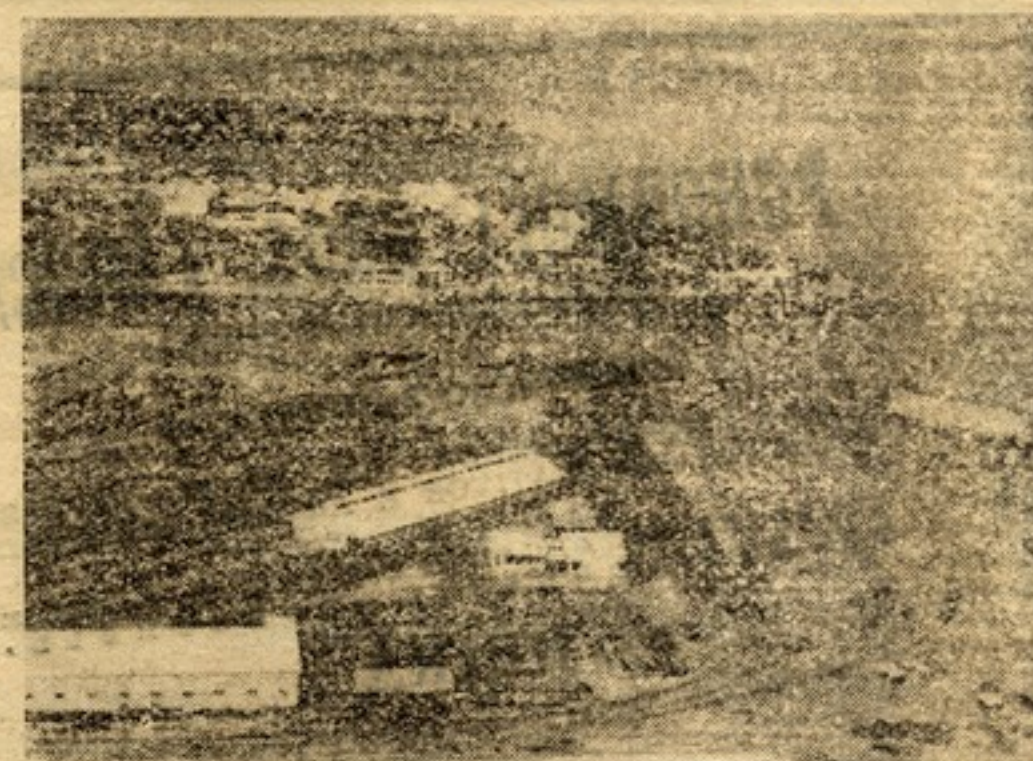
Construida sobre os lodos da foz do Pungué, onde outrora só havia charcos e pântanos que foi necessário aterrar e elevar á custa de enormes sacrifícios e esforços, a sua expansão — que é inevitável — só poderá continuar a fazer-se á custa de mais aterros reclamando e elevando novos terrenos que ainda estão encharcados ou mesmo submersos. Porém, todo esse esforço teria resultado inglório e inutil ou não se teria mesmo realizado por falta de uma finalidade elevada, apesar da privilegiada situação geográfica da Beira, se não fora a visão dos homens que conceberam e realizaram a sua ligação com o «Hinterland» de Manica e Sofala e das Rodésias, lançando um caminho de ferro, através de terras baixas e por sobre pântanos e rios, que havia de conquistar-lhe a importancia que hoje tem.

Data de 14 de Julho de 1900 a inauguração da linha do caminho de ferro que, ligando a Beira a Fontesvila, estabeleceu a primeira comunicação das Rodésias com o mar. Desde então, não mais parou o desenvolvimento progressivo da Beira, elevada á categoria de cidade em 1907, que teve de acompanhar o ritmo crescente do movimento ferroviário, de cuja linha é a testa junto ao mar, porque o seu porto é o unico que serve a vasta e rica região constituida pelos territórios de Manica e Sofala, Niassalândia e Rodésia.

O TRAFEGO FERROVIARIO IMPÔS O CORRELATIVO DESENVOLVIMENTO DO PORTO

A construção desta linha de caminho de ferro obrigou ao estabelecimento de instalações portuárias capazes de comportarem todo o volume das exportações e importações de tão vasta região, instalações que têm sido continua e progressivamente melhoradas e modernizadas de modo a constituirem, presentemente, um dos portos mais bem apetrechados da nossa costa oriental, o que muito tem contribuído para o desenvolvimento e expansão da própria cidade que depende principalmente, do seu valor como entreposto comercial.

Assegurado todo o tráfego da Rodésia e Niassalândia, além do do seu próprio «hinterland», a Beira tem hoje vida comercial intensa e bastante desafogada devido precisamente ao seu porto e ao caminho de ferro que o serve, sem o que a sua importância diminuiria consideràvelmente. Esse intenso movimento criou vários problemas de ordem social que tem sido necessário resolver, sendo um dos principais a falta de espaço para satisfazer as necessidades que lhe são im-

(Continua na pág. 76)

Antevisão da Alameda Marginal sobre o Pungué

O porto e caminho de ferro dispõem, na Beira, de instalações convenientes e apetrechamento moderno

Lagoa de Inhatite, no Parque da Gorongosa

COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MOÇAMBIQUE

HOTEL CENTRAL

BEIRA

CAIXA POSTAL 732 — TEL. 3384 — END. TELEG. «PROGRESSO»

★

O MAIS MODERNO DA BEIRA!

NARANJI HARI

COMÉRCIO GERAL / IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO
VENDAS POR GROSSO E A RETALHO

★

BANQUEIROS — BANKERS: BANCO NACIONAL ULTRAMARINO,
STANDARD BANK OF S. A. LTD.
End. Teleg. (Teleg. ADDRESS): «HARI» / C. Postal (P. O. Box): 338

BEIRA

OCEANA

BOTEQUIM E RESTAURANTE (BAR)

★ A PRAIA MAIS FREQUENTADA DA BEIRA
★ SERVIDA POR AUTOCARROS DE 15 EM 15 M.
★ BEBIDAS NACIONAIS E ESTRANGEIRAS

★

TELEFONE 2919 BEIRA CAIXA POSTAL 441

HOTEL AVENIDA

BEIRA

ÁFRICA ORIENTAL PORTUGUESA

★

TRATAMENTO E COZINHA PORTUGUESES

POHOOMULL BROS. (ÁFRICA)

SUCRS. KISHINCHAND LEKHRAJ

★

IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO

CASA ESPECIALIZADA EM: SEDAS, TAPETES
OBJECTOS DECORATIVOS E ARTIGOS ORIENTAIS

★

TELEFONE 320 / CAIXA POSTAL, P. O. BOX 32
TELEG. ADDRESS: «POHOOMULL»

BEIRA

EMPRESA COMERCIAL DE MEGAZA, LDA.

COMERCIANTES · IMPORTADORES · EXPORTADORES

★

CONTA PRÓPRIA E CONTA ALHEIA
AGÊNCIAS E REPRESENTAÇÕES
AGENTES DE SEGUROS

★

TELEF. 2051 ★ TELEG. «EMPRESA-BEIRA» ★ CAIXA POSTAL 325

BEIRA

ÁFRICA ORIENTAL PORTUGUESA

DAMODAR ANANDJEE

CASA FUNDADA EM 1886

BEIRA

CAMBISTA, IMPORTADOR E EXPORTADOR

IMPORTAÇÃO:
TECIDOS DE TODAS AS QUALIDADES / CUTILARIA
SACARIA / ARTIGOS PARA NEGÓCIO
COM O INDÍGENA / FERRAGENS, ETC., ETC.

EXPORTAÇÃO:
MARFIM / CERA / CASTANHA / MEXOEIRA
MAPIRA E TODOS OS PRODUTOS DA PROVINCIA

★

CAIXA POSTAL 42 / TELEFONE 3316
END. TELEG. «LODOA» E «DAMODAR»
Sede em: CUTCH-MANDVI (INDIA) ★ Sucursal em: BOMBAIM

HOTEL VITÓRIA

BEIRA

ÁFRICA ORIENTAL PORTUGUESA
Sob a orientação técnica de FERNANDO CORREIA D'OLIVEIRA

★

O HOTEL QUE MELHOR LHE CONVÉM

★

PREÇOS VERDADEIRAMENTE EXCEPCIONAIS, A PAR DE UM EXCELENTE SERVIÇO DE COZINHA

★

AMBIENTE FAMILIAR

★

PREFERI-LO É TER A CERTEZA DE SER BEM SERVIDO

COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MOÇAMBIQUE

COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MOÇAMBIQUE

AUTO MODERNA, LDA.

OFICINAS DE MECÂNICA, CASQUINHEIRO E PINTURA

★

ESTAÇÃO DE SERVIÇO AUTOMÓVEL, LAVAGENS E LUBRIFICAÇÕES, ÓLEOS E GASOLINA, CARGAS RÁPIDAS EM BATERIAS, ALUGUER DE AUTOS SEM «CHAUFFEUR», ACESSÓRIOS

★

SUBAGENTES DOS CONCEITUADOS

AUTOMÓVEIS «PEUGEOT» E BATERIAS «WILLARD»

AVENIDA PERO DE NAYA ★ TELEFONE 2884 ★ C. POSTAL 360

BEIRA

(AFRICA ORIENTAL PORTUGUESA)

A. NUNES & COMPANHIA

LIMITADA

CAIXA POSTAL 707 ★ TELEFONE 3004 ★ TELEG.: «ANUCO»

BEIRA

(ÁFRICA ORIENTAL PORTUGUESA)

DISTRIBUIDORES DA:

CHRYSLER CORPORATION

AUTOMÓVEIS E CAMIÕES

★

PLYMOUTH · FARGO CHRYSLER

★

GOODYEAR TYRE AND RUBBER CO.

★

DEPÓSITO DE SOBRESSALENTES

★

OFICINAS DE REPARAÇÃO E PINTURA DE AUTOMÓVEIS

SOCIEDADE DE AGÊNCIAS

LIMITADA

CAIXA POSTAL 224 ★ TELEFONE 3003 ★ TELEGRAMAS: «SAL»

BEIRA

(AFRICA ORIENTAL PORTUGUESA)

DISTRIBUIDORES DE:

DODGE BROTHERS
ROOTES, LIMITED
CITROEN CARS, LTD.
Automóveis e Camiões

★

CURTIS MANUFACTURING CO., LTD.
Compressores, macacos hidráulicos e aparelhos de ar condicionado

★

MOTOCICLETAS «A. J. S.»

★

INTERNACIONAL B. F. GOODRICH CO.
Pneumáticos e Câmaras de ar *«Hood»*

★

STEWART WARNER CORPORATION
Aparelhos de Rádio

★

LINCOLN ENGINEERING CO.
Equipamento de lubrificação

★

RICHMAN CHEMICAL PRODUCTS CO.
Produtos químicos

★

CHRYSLER AIRTEMP
Aparelhos de ar condicionado

★

KOVO LIMITED
Tractores e alfaias agrícolas

GRANDES «STOCKS» DE SOBRESSALENTES
OFICINAS DE REPARAÇÃO E PINTURA DE AUTOMÓVEIS

EMPRESA DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MOÇAMBIQUE

LIMITADA

CAIXA POSTAL 191 ★ TELEGRAMAS «ECIM»

BEIRA

IMPORTAÇÃO ★ EXPORTAÇÃO ★ COMÉRCIO GERAL ★ AGENTES DE NAVEGAÇÃO

CANADA DRY

REFRIGERANTES

★

REYNAULT

AUTOMÓVEIS, CAMIÕES E TRACTORES

★

PHILCO

RÁDIOS, GELEIRAS, AR CONDICIONADO

★

MÁQUINAS ★ FERRAMENTAS ★ MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

MOÇAMBIQUE

MANICA E SOFALA

Terra variada, grande e bela

Dos quatro distritos em que a Província de Moçambique se divide, o de Manica e Sofala — territórios que foram administrados pela Companhia de Moçambique, ligeiramente amputados a sul, porém, compensados a norte e noroeste — ocupa o centro. Este atraente distrito, cuja capital, a Beira, é a segunda cidade da Província, beneficia em larga escala de factores que influenciam uma época, que passará á história de Moçambique, como a do início da expansão do seu progresso económico.

Manica e Sofala é um distrito de vastos recursos, ligado ao Mundo por carreiras marítimas regulares, alimentadas por linhas de navegação de quatro continentes, completando o seu sistema de comunicações com o exterior através de rotas aéreas, vias férreas e estradas, mantendo com o além-fronteiras contacto rádiotelegráfico e rádiotelefónico.

Em face da sua situação em relação ao resto da Província e aos progressivos territórios vizinhos, não podia deixar de merecer a atenção e o carinho dos que se empenham em firmar de modo insofismável, neste recanto pátrio, o cunho da personalidade e da capacidade colonizadora e administrativa, de que podemos e devemos orgulhar-nos.

O distrito possui meios excelentes de comunicação

Se a nacionalização dos portos e caminhos de ferro é um factor preponderante na economia do distrito, não são, todavia, menos importantes, outros, tais como a criação de novas e prometedoras industrias, o incremento da assistência técnico-agricola ao indigena etc., etc.

Aceitou, o Governo do distrito, a dura tarefa de enfrentar o problema das estradas, colocando-o na lista das prioridades, concedendo-lhe todo o interesse. Trata-se, na realidade, de um problema ingrato de resolver, porque as estradas, numa grande extensão, atravessam terrenos difíceis, de insignificante relevo, que se encharcam na época pluvial.

Se bem que a solução completa de tão magno problema tenha de aguardar tempos futuros, não é menos verdadeiro que já é possivel percorrer comodamente, de automóvel, o distrito, em quase toda a sua extensão e profundidade, para atingir os pontos de maior interesse.

Esta possibilidade, além de facultar o aproveitamento económico dos recursos naturais, e da iniciativa daqueles que, com o seu esforço, cooperam na obra que lenta, mas seguramente, vai sendo edificada, abre as portas deste distrito, para que entrem os estudiosos, ciosos de ampliar conhecimentos e os que apenas buscam na contemplação da Natureza, satisfação para o espirito.

As facilidades de acesso ao distrito e de penetração nos seus pontos mais remotos, convidam o visitante a vir emancipar-se de ideias erradas e conceitos fantásticos, por vezes tenebrosos, que ainda hoje povoam a imaginação dos que conhecem Africa apenas pelas descrições nebulosas dos pioneiros.

Das fantásticas lendas com que outrora os nossos maiores deliciaram a mente da juventude das gerações passadas, nada resta já, cumprindo á Natureza, com todo o seu realismo, compensar a destituição de puras fantasias, com a verdade da sua beleza.

Quatro rios imensos oferecem paisagens coloridas que uma fauna variegada anima

Manica e Sofala é um distrito de contrastes cénicos.

Terras baixas ao longo da costa até certa profundidade, emolduram a desembocadura de quatro imensos rios: Zambeze, Punguè, Buzi e Save.

Sob o aspecto pitoresco são mais belos: o Zambeze, pintalgado de centenas de ilhas caprichosamente dispersas, muitas das quais povoadas, e o Save, um labirinto de curvas em leito arenoso, as margens enfeitadas de vegetação variada, revestindo-se de beleza romantica.

A vida animal, nos rios e ao longo das extensas margens, anima e movimenta o belo cenário que a Natureza oferece aos nossos olhos.

Além, numa restinga, uma linha branca e purpura atrai a atenção. E' o bando de flamingos, que em breve partirá em voo migratório, que por long. tempo os afastará dos nossos rios. Aigretes esbeltas, de impecável alvura, quedam-se estáticas no topo das árvores, junto á margem, mirando nas águas o reflexo das próprias silhuetas, enquanto a melancólica cegonha, equilibrada sobre uma pata, aguarda enfadada que algum peixe ou molusco se entreguem, descuidados, á voracidade do seu enorme bico.

Bandos de corpulentos gansos bravos, descrevem no espaço circulos concêntricos espiando a tranquilidade do desejado ancoradoiro, onde já os patinhos chapinham nas águas junto aos bancos, nadando em formatura impecável, ou mergulhando para colher do leito alimento apetecido.

Centenas de aves ribeirinhas saturam a paisagem, colorindo-a com os matizes das suas maravilhosas plumagens, enchendo o espaço de alegres notas que expressam á Natureza a sua gratidão pela vida feliz, na liberdade que lhes concedeu.

Crocodilos preguiçosos estendem-se nos areais para que o Sol lhes banhe o corpo, permitindo que o «avisador», que os liberta das sanguessugas e parasitas incómodos, lhes percorra o dorso á cata de alimento, enquanto se mantém alerta para avisá-los, com pipiar estridente, da aproximação do homem, inimigo comum. Uma fêmea ronda o areal onde fez a postura, aguardando que os raios solares efectuem a incubação.

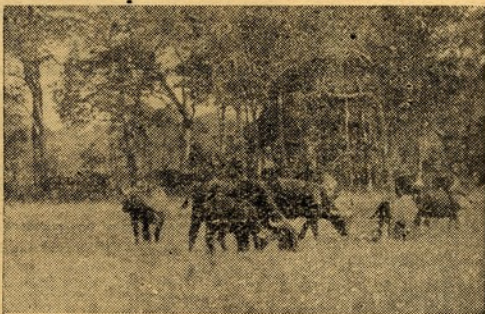
Hipopótamos sonolentos abrigam-se do calor solar, nos caniçais ou junto ás margens sob sombra espessa, esperando que a noite lhes permita invadir as margens em busca de alimento, que as culturas dos nativos fornecem.

São belos e variados os aspectos que os rios e as lagoas oferecem á nossa contemplação. Ao romper do dia é a vida que acorda, e tudo é animação, e movimento.

Ao avizinhar-se a noite, a paisagem torna-se extraordináriamente bela, cheia de coloridos tons reflectidos pelo Sol, que antes de mergulhar no ocaso, espalha sobre a Terra um derradeiro olhar.

Densas florestas recobrem parcelas apreciáveis do território

Não são menos belos os aspectos dados pelos contrastes da cobertura vegetal, que a partir das dunas

(Continua na pág. 75)

Manada de bufalos na floresta

PARAÍSO DOS BICHOS — GORONGOZA

A grandiosidade do Parque da Gorongoza revela-se, evidente, tanto no seu valor intrínseco como na comparação vantajosa com os muitos outros parques e reservas de caça.

Se outros, com propriedade, podem orgulhar-se de uma organização perfeita, de um mais vasto plano de estradas, de proporcionar mais comodidade ao visitante, nenhum excede o Parque Nacional de Caça da Gorongoza, em variedade e quantidade de animais selvagens que povoam regiões poupadas á interferência de actividades que pudessem alterar a harmonia indispensável á tranquilidade e felicidade dos bichos.

Dois importantes rios, de caudal permanente, o Urêma e o Pungüé, servem de limites ao Parque, a leste e sul. Lagoas e charcos contribuem, também, com bebedouros, para saciar a sede dos seus habitantes, que nas grandes planícies do Sungüe, nas matas e nas florestas encontram abundancia de alimento, abrigo e recato.

Condições excepcionais de *habitat* satisfazem as exigências próprias de cada espécie, reunindo muitos milhares de animais, que representam — com poucas excepções — as espécies identificadas da fauna de Manica e Sofala.

Esta preciosíssima Reserva, hoje paraíso dos bichos e dos admiradores da Natureza, foi, há cerca de duas dezenas de anos, o *eden* dos caçadores. A despeito da inexistência de estradas, para ali se deslocavam, vencendo os obstáculos, para se entregarem com viril ardor ás emoções da caça ao elefante, ao leão e ao búfalo.

A constituição do Parque veio satisfazer um velho anseio

Viveu esquecida por longos anos, embora já de há muito escolhida para preservação da vida selvagem, a área que hoje constitui o Parque Nacional de Caça da Gorongoza, até que, por deliberação do Governo, foi dada satisfação a uma das mais velhas e queridas aspirações de Manica e Sofala.

Foi criado o Parque sob a protecção de leis que preservam, para deleite dos que amam o estudo e a contemplação da Natureza, para bem da ciência e por compreensão de obrigações para com as gerações futuras, um mundo de vida activa, palpitante de interesse e de emoção, animado pela existência de tanto e tanto animal selvagem que vive livremente sem coacção ou interferência do homem, em ambiente propício.

Para o velho sertanejo, desportista sincero, já gasto nas lides venatórias, para quem a paixão pela luta com os bichos cedera a mais humana concepção — a de admiração e respeito pela Natureza — representa o Parque da Gorongoza o santuário aonde vai para viver, com os vivos, a paz que tantas vezes sacrificou. Para os que pela primeira vez o percorrem, torna-se o Parque um imenso cofre de inesgotáveis recursos, prenhe de surpresas agradáveis, que distraem, quando não extasiam e comovem.

De uma primeira visita ao Parque recolhem-se inesquecíveis impressões e uma profunda sensação de belo, grandioso e deslumbrante, mas perde-se o pormenor, em que a atenção recusa concentrar-se, distraída por agradáveis surpresas que se sucedem em continuidade, e volta-se novamente, uma e mais vezes, para observar cada animal de per si, sua beleza, seus hábitos, pretendendo descobrir mistérios que se nos escondem.

Foram melhoradas as estradas que dão acesso ás três principais entradas do Parque. Foram reconstruídos os viadutos, alargadas algumas curvas e eliminadas muitas outras; construídas pontes e aterros, para que o visitante possa comodamente ir até onde a Natureza se mostra radiante de beleza, palpitante de vida e de interesse.

Edifícios de boa construção foram arrumados airosamente num agradável e cómodo acampamento, idealizado para harmonizar-se com o ambiente. Quartos com duas camas, instalações sanitárias, baineários, casa de jantar, água e luz eléctrica, são comodidades que o visitante desfruta, em lugar aprazível, no Chitengo.

Para o visitante que se desloque da Beira, são-lhe acessiveis as entradas pelo Urêma e pelo Bué Maria, mas para aqueles que venham de além fronteiras, pela Rodésia, é mais curta a rota pela Pavua. Qualquer das entradas tem o seu aspecto particular, nada perdendo o visitante que pretenda conhecer todas.

Cem quilómetros de novas picadas vieram ampliar, com belos e novos aspectos, a paisagem unica, uniforme, da planície, onde só certas espécies permanecem durante o dia.

A picada n.º 5 alonga-se vinte e cinco quilómetros para oeste da picada central — n.º 1 — atravessando mata aberta, rios e linhas de água, contornando matos e cerrados, para depois cortar a planície e regressar ao ponto de partida.

Em pleno paraíso dos bichos

Surgem em campo aberto, a poucos metros de distancia, manadas de antílopes tranquilos e confiantes. Lindas manadas de fêmeas com as crias, grupos de machos, e machos isolados, revelam as várias faces da organização social dos bichos. Garridas zebras, misantropos bois-cavalos, cobos de crescente, de armação airosa, quedam-se muito próximos, curiosos, mirando surpreendidos o inimigo secular que os admira sem acometê-los.

Porcos do mato, isolados ou em grupos, apresentam-se inquietos e confusos, porque a vista não lhes basta para identificar o vulto que enxergam, que só emanações trazidas pelo vento, que não corre de feição, poderiam denunciar. Elegantes impalas param atentas, imóveis como estátuas, para avaliar o perigo que pressentem. Partem, em seguida, em veloz corrida alternada com saltos majestosos de graciosidade, exibindo as linhas harmoniosas dos seus corpos esculturais.

Mas são os leões, sem duvida, que tornam esta picada tão cheia de interesse e expectativa. Em grupos que reunem, por vezes, um numero elevado de bichos, isolados ou em casais com ou sem crias, mostram-se os leões com frequência. Prostrados sobre a presa que abateram pela madrugada, refastelados junto á carcaça esburgada, deambulando pesadões sob o letargo da digestão em progresso, são sempre os leões das histórias fantásticas e das

(Continua na pág. 75)

As gazelas, surpreendidas, põem-se em debandada

MOÇAMBIQUE

A PROSPECÇÃO
DA «FAIXA DOURADA» DE MANICA
EXIGE DINHEIRO E PERSEVERANÇA

pelo
ENG. PIRES DE CARVALHO

Desde tempos imemoriais que se explora ouro nas serras e vales de Manica, Machona, Abutua, Macanga e Marávia.

Já os antigos egípcios sabiam da existência do precioso metal naquelas terras escondidas para além das serranias do Sul, de onde o Nilo desce.

Na recuada época da raínha Hat-Shepsut (1516-1481 A. C.) expedições marítimas traziam para o Egipto, ouro, incenso, pau preto, marfim e girafas e estas mercadorias localizam o país de origem, a que então chamavam Punt: todas estas mercadorias existem actualmente nas terras de Monomotapa e as girafas têm o seu «habitat» na Africa Central e do Sul.

Muitos séculos depois, ainda Alexandria era o grande empório que ligava o Oriente ao Ocidente, esse comércio antiquíssimo fazia-se ao longo das costas da Etiópia até Sofala e, ali, além dos egípcios, outros povos da Arábia e Asia foram em busca do ouro africano, para que ele brilhasse nas cortes faustosas dos seus reis.

Cresus talvez tivesse sido morto com o ouro arrancado aos rochedos da velha Manica!

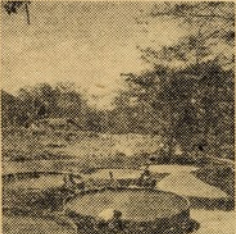
Estabelecido o comércio com o Sul, criaram-se feitorias na costa e abriram-se caminhos para o interior até os locais de onde vinha o ouro. Os fortins, restos de construções primitivas, utensílios, contas, amuletos e mesmo uma figurinha egípcia de Ushabté, segundo o dr. Carl Peeters, atestam de forma evidente que uma civilização muito superior á bantu, floresceu naquelas paragens.

Pero da Covilhã, que visitou Sofala, por ordem de D. João II, foi ali enocntrar um comércio florescente com os países do Noroeste do Oceano Indico. O «Homem» ficou assim sabendo, de certeza, que, para além do Cabo das Tormentas, as terras africanas estavam sob a influência da civilização arábica e que delas se exportava ouro.

Não se esqueceu Vasco da Gama de mandar ocupar Sofala e Quelimane, as grandes portas de saída do sertão para além das bocas de Cuama, o que fez passar para mãos portuguesas todo o comércio de ouro e marfim.

Poucos anos eram decorridos e já António Fernandes se lançava na aventura de se embrenhar pelo sertão até ás afamadas minas de ouro e as suas notícias, em breve, chegaram a Portugal. Outros denodados portugueses seguiram o seu exemplo e foram-se instalando junto dos potentados indígenas, com grande zanga dos comerciantes asiáticos. Assim se foi preparando a ocupação de Quiteve e de todo o Monomotapa, até que António Caiado se estabeleceu em 1560 em Massapa, mesmo em frente das minas de ouro, como comandante das *«Portas»*.

O prestígio e a influência dos portugueses iam aumentando sempre, mas os árabes, deveras lesados nos seus interesses comerciais, intrigaram o missionário Gonçalo da Silveira com o imperador Monomotapa e conseguiram que ele fosse assassinado. D. Sebastião resolveu então enviar uma lusida expedição, sob o comando de Francisco Barreto, para obter reparações e o castigo dos culpados de tal brutalidade.

Evidentemente que as reparações seriam a ocupação das minas de ouro e prata, pertencentes ao Monomotapa. Barreto conseguiu o castigo de alguns culpados e Vasco Fernandes Homem, numa segunda expedição, obteve a cessão das minas de Manica.

Tanques de tratamento pelo cianeto do minério de ouro, da Mina de Guy Fawkes, em Manica

As decantadas minas de prata de Chicova nunca apareceram!

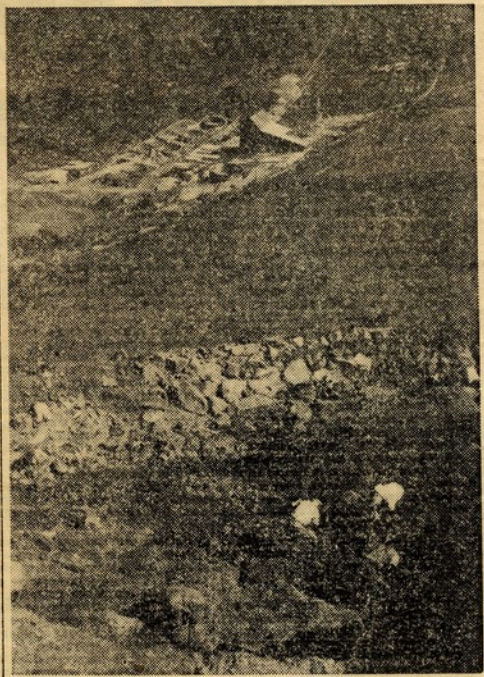
Uma invasão de povos bantus destruiu feitorias que os portugueses tinham estabelecido

Estabeleceram-se assim os portugueses naquelas regiões, até que uma invasão de povos bantus, vinda do Norte, sob o comando de Changamera, veio perturbar o comércio pacífico e destruir algumas das feiras que os portugueses possuiam no território que hoje pertence á Rodésia do Sul: Luanze, Logoé, Massapa e Dambarari. No fim do século XVIII ainda existia a torre da igreja de Dambarari, com o seu relógio.

Quando os ingleses chegaram em 1889, vieram ainda encontrar muitos restos da ocupação portuguesa, ocupação que, na realidade, não precisava de soldados, pois que os indígenas a aceitavam. No tempo do Marquês de Pombal, as forças portuguesas, no interior, eram tão sómente, em Tete, 94 homens, em Sena 49, no Zumbo 37 e em Manica 12!

A influência portuguesa era tão grande, apesar da escassez de soldados, que ainda em 1891, o chefe das tribos Chidima pedia a confirmação da chefia, ao Governador de Tete.

Em 1872, Thomas Baine viu, próximo de Hartley (Centro da Rodésia do Sul), trabalhos de exploração mineira de onde o ouro era extraído para ser vendido a homens brancos que tinham vivido numa casa que ali

(Continua na pág. seguinte)

MANICA — O minério extraído pelos indígenas na serra da Penhalonga é levado, em seguida, para a lavandaria, que se vê ao fundo

ROTEIRO DA CIDADE DA BEIRA

Quem chega á Beira, de vapor ou pelo Caminho de Ferro, desembaraçadas as bagagens e transposto o portão do recinto do porto, encontra-se no largo Manuel António de Sousa, nome que recorda uma das maiores figuras da história da ocupação.

Tendo pela frente a ponte metálica sobre o Chiveve, ficam-lhe á direita as grandes massas de armazens e a extensa fileira de guindastes que, de espaço a espaço, vão até á ponte-cais.

Do mesmo lado, o Chiveve está coalhado de pequenas embarcações: batelões, rebocadores, gasolinas e alguns barcos de recreio.

Cinco paquetes estão encostados ao cais e nos ancoradouros do Pungué há outros navios de longo curso fundeados.

A' esquerda tem a primeira vista da cidade: a perspectiva da Avenida Pero de Naya, nome do heroico fundador da Fortaleza de Sofala, e primeiro governador da Africa Oriental Portuguesa.

Ao fundo, destaca-se por cima da mancha verde do mangal que borda o Chiveve a silhueta graciosa da igreja de Nossa Senhora do Rosário, de elegantes proporções e a sua bem desenhada torre; e mais para a direita, as linhas modernas do edifício da Camara Municipal.

Se pretender descansar, dessedentar-se, ou fazer uma refeição, tem ali logo á mão, sem sair do largo, o «Pavilhão de Turistas», moderno restaurante e bar.

Saindo da ponte, entra no largo General Carmona, onde vê uma placa central ajardinada de harmoniosas proporções.

Na frente está a «Casa Infante de Sagres», edifício que bem caberia numa grande cidade, sóbrio na sua cercadura de arcadas que formam largas varandas nos dois pisos a protegerem das violências do clima os que lá dentro trabalham.

Estão aqui instaladas, além do Consulado Inglês e escritórios da Shell, quatro companhias de navegação.

Se o turista tem necessidade de entrar num destes escritórios, não deixará de reparar nos paineis de azulejos que forram as paredes, reproduzindo episódios das Descobertas e Conquistas dos portugueses.

Se busca hotel, o turista segue pela Avenida Andrada, que evoca o nome de uma das mais prestigiosas figuras de colonial e que foi o verdadeiro descobridor do porto da Beira.

Esta avenida, aberta de um lado para o Chiveve, com uma balaustrada em toda a sua extensão, é vedada do outro por casario, escritórios, estabelecimentos e moradias.

Para além da casa «Infante de Sagres», fica o Tribunal, edifício de traçado original, com a sua cercadura de arcadas nos dois pisos, um dos melhores edifícios em que se administra justiça na Província de Moçambique.

O largo Araújo de Lacerda perpetua o nome de um grande amigo da cidade

Chegado ao fim da Avenida Andrada, entra-se no largo Araujo de Lacerda, que relembra o nome do benemérito que, em 1927, deixou toda a sua fortuna á cidade da Beira, calculada então em cerca de 10.000 contos. Em sua memória levanta-se neste largo um modesto e simples monumento.

Se o turista se dirige para o Hotel Savoy, entra no largo onde se situam os edifícios do Standard Bank e Barclays Bank, e, o do Banco Nacional Ultramarino, em construção.

Poucos metros adiante, encontra o «Savoy» que, embora instalado em edifício antiquado, é um grande e bom hotel; asseado e confortável, de amplas salas e largas varandas.

Tem tradição e boa reputação nas províncias vizinhas.

Se o turista prefere outro local, em vez de voltar para o largo Araujo de Lacerda, continua pela Avenida Andrada e entra na rua General Machado, outro nome glorioso da nossa pleiade de distintos colonialistas.

Mas antes de entrar nesta rua e ainda no largo Araujo de Lacerda, depara-se-lhe o magnífico edifício das organizações «Emporium».

Logo em seguida encontra outra moderna casa, a «Pastelaria Scala», instalada no rés-do-chão do prédio Dayaram, de linhas arquitectónicas modernas.

A praça Municipal será, em breve, uma das mais amplas e belas da urbe

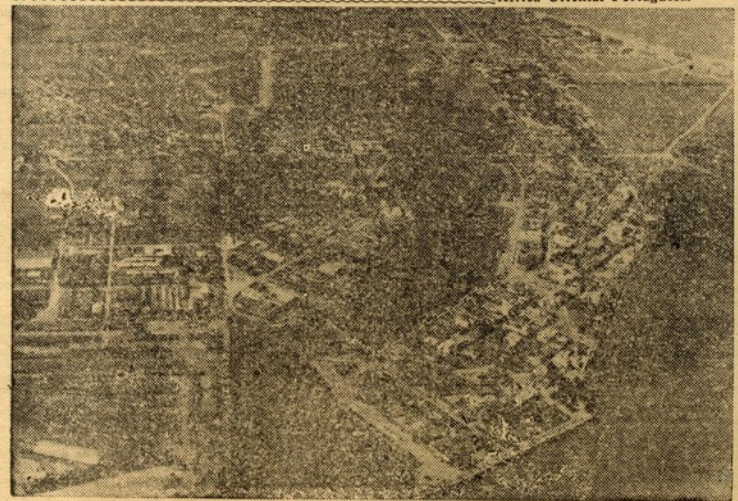
Alguns passos mais, e encontra-se no largo do Município, que em breve será uma das mais amplas e bonitas praças da cidade.

A dominar esta praça ergue-se, num dos lados, o edifício dos Paços do Concelho, obra de reconstrução e adaptação que é orgulho da arquitectura portuguesa.

Defronte está o Hotel Avenida, e, se pretende dirigir-se daí para o porto, ou faz o mesmo percurso, em sentido inverso, ou opta pelas ruas do Aruangua, (nome que evoca a fundação da cidade, pois foi este nome que teve o posto militar que lhe deu origem).

Entra-se, seguidamente, na rua António Enes, nome do grande chefe e grande administrador colonial que foi a mais gigantesca figura da ocupação e administração de Moçambique.

Seguindo-se pelo largo Camões, onde se situa o Hotel Savoy, passa-se primeiro pelos belos edifícios da firma Pendrav Sousa & C.ª e da Companhia Nacional de Navegação e depois volta-se á es-

(Continua na pág. 74)

Vista aérea do porto da Beira

MOÇAMBIQUE

A «FAIXA DOURADA» DE MANICA

(Continuação da pág. anterior)

se encontrava perto, mas, já então em ruínas.

Das minas de Manica e seu termo saiu, outrora, quantidade imensa de ouro

As minas de Manica, Machona, Abutua, Macanga e Marávia têm uma história que entra nas brumas do passado, tendo exercido, através dos tempos, uma forte atracção nos povos longínquos, onde chegava a sua fama.

Dessas minas saíu uma quantidade imensa de ouro, como o atestam os trabalhos mineiros dos antigos, de que restam entulheiras de milhões de metros cubicos. Baseando-nos no volume dessas entulheiras e no teor médio dos jazigos, verifica-se que saíram do Império do Monomotapa muitos milhões de contos de ouro.

Nos tempos modernos, vemos que o ouro é ainda o produto de maior importancia das minas da Rodésia do Sul e que o seu valor tem, por vezes, ultrapassado £ 5.000.000, anualmente (£ 4.508.593 em 1947). E todo este ouro é extraído de 2 ou 3 grandes jazigos e de mais de 300 pequeninas minas, onde trabalham, por vezes, unicamente 1 ou 2 europeus.

E' que ali há minas grandes, médias e pequenas, que se podem explorar economicamente, as primeiras, por grandes companhias, as segundas, por pequenas empresas e as ultimas, por pequenos mineiros, conhecidas na Rodésia sob a designação de «Small workers», que são auxiliados técnica e financeiramente pelo Governo.

A Companhia de Moçambique teve a sua origem na miragem do ouro

Em território português, além das gloriosas expedições de Francisco Barreto e Vasco Fernandes Homem, muitos pioneiros lusos deram a sua vida e o seu esforço a estas terras, levados pela cobiça do lindo metal amarelo. Nos tempos mais modernos é justo lembrar o general Paiva de Andrada, — o Mafambisse dos pretos — que devassou matagais, vales e serranias e que organizou a «Compagnie Généralle du Zambeze» e a Companhia de Ofir.

Devido também aos seus esforços fundou-se a Companhia de Moçambique, que teve, assim, a sua origem na miragem das riquezas mineiras de Manica.

E será tudo isto uma miragem?

O comissário régio António Enes conta-nos, num dos seus relatórios, que bastou correr a fama de que em Manica havia ouro e anunciar-se que se ia construir um caminho de ferro para se atingir as decantadas minas, para logo aparecerem libras aos milhares, abrindo-se lojas, estabelecendo-se carreiras de navegação, mantendo-se serviços de transportes terrestres, ensaiando-se industrias, vendendo-se águardente, tentando-se sugar por mil formas os exploradores futuros do ouro. «Na Beira compravam-se palmos quadrados de areia, como se o terreno tivesse misturado oiro em pó; a povoação ia estendendo as suas linhas de casas multicores de madeira e zinco pela praia fora. E faziam-se todas as despesas, suportavam-se todos os sacrifícios, corriam-se todos os riscos, passavam-se inclemências, devoravam-se febres, morria-se nos matos ao desamparo...» «Tudo se experimentava para explorar o oiro e o caminho de ferro...» «Se corria voz que aparecera um filão ou ia chegar um engenheiro, estourava o champanhe por todo o arraial e coros de bêbedos soltavam «hurrahs»!»

«A Beira devia antes chamar-se *Esperança!*» Foi o oiro que lançou as fundações da cidade da Beira, no meio da azafama dos aventureiros, através de toda a sorte de sacrifícios, de misérias e de *esperança* como diz António Enes.

Muitos perderam a vida, outros a bolsa, mas a Beira nasceu e abriu-se o sertão.

A miragem desfez-se e, em seu lugar, apareceu a realidade do trabalho efectuado por todos.

Das riquezas fabulosas desse Eldorado ficou a nossa pequena industria mineira, as vilas, as más estradas, um caminho de ferro, um porto e uma colonização incipiente.

Poder-se-ia ter aproveitado o entusiasmo inicial e conseguido mais, muito mais, mas o que ficou atestará para sempre a importancia que teve a industria no desenvolvimento de Manica e Sofala.

Os nossos vizinhos da Rodésia conseguiram tornar o Eldorado da fábula em realidade, porque, esses, com os olhos pregados no futuro, não perderam a *esperança* e continuaram lutando com tenacidade para que dos áridos planaltos surja uma Nação.

Ao norte de Macequece abundam os filões auríferos

Teríamos nós sido tão deserdados da sorte que todas as riquezas mineiras tivessem ficado do outro lado da fronteira?

Vejamos:

Os filões auríferos abundam ao Norte de Macequece — hoje vila de Manica — e o ouro nunca deixou de ser explorado nesta região, embora, quase sempre, de forma rudimentar.

Nesta faixa de terreno, entre dezenas de filões, podem citar-se, pela sua riqueza, o da mina Bragança, hoje inundada, os da Guy Fawkes, notáveis pela sua continuidade, as minas de Citta de Firenze, Two Fools, Dots Luck e Monarch.

O certo é que a célebre *faixa dourada* se prolonga em território português, sem mostrar diminuir de importancia. A fronteira política não conseguiu deixar do lado inglês todos os jazigos auríferos exploráveis, mas do nosso lado faltou sempre um trabalho contínuo e sistemático, devidamente orientado. Trabalhou-se muito, mas, de tanto esforço, nada existe de completo. O estudo consciencioso do campo mineiro de Manica, exige dinheiro e muita paciência e não menos perseverança, pois os afloramentos dos filões desapareceram quase por completo ou se encontram esburacados em todos os sentidos, de forma mais complicada do que seriam capazes de fazer os coelhos ao abrirem as suas luras.

Em Tete, na Macanga e na Marávia, encontram-se também muitas minas de ouro que datam de tempos esquecidos e que não perderam como as de Manica, os seus nomes primitivos. Merecem menção especial as da Machinga, Chifumbazi, Missale e Muende.

O ouro extraído nos ultimos anos do campo mineiro de Manica atingiu valor muito apreciável

Se nos tempos antigos o ouro que saíu dos territórios de Manica que ainda nos restam, da Macanga e da Marávia, foi imenso, o que se extraiu nos ultimos anos do campo mineiro de Manica, ao norte da Vila, não é tão pouco que se possa desprezar.

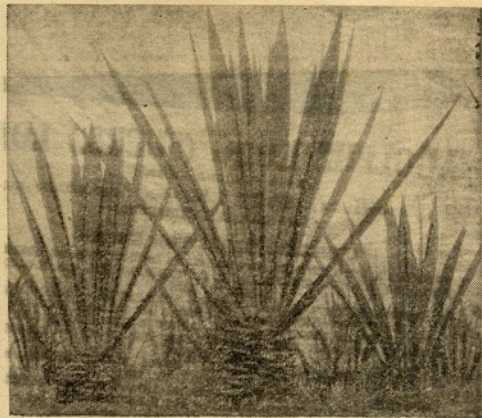
Desde 1900 a 31 de Dezembro de 1945, extraíram-se 8.328 quilos de ouro, ou seja um valor, ao preço actual, de mais de 300.000 contos.

Para uma pequenina vila, hoje quase esquecida, e que foi sempre, desde Vasco Fernandes Homem um baluarte afirmando a soberania portuguesa em terras africanas, já é de considerar. Não podemos julgar-nos completamente deserdados da sorte.

Não possuímos, é certo, os fabulosos jazigos auríferos do Transval, mas os recursos minerais de Moçambique não se reduzem ao ouro de Manica, da Macanga e da Marávia. Existem outras regiões mineiras e muitos outros minérios, dos quais alguns jazigos terão certamente valor económico, que poderão contribuir grandemente para o desenvolvimento industrial e até populacional de Moçambique.

Se se estabelecer um programa de assistência aos mineiros — semelhante ao que se pôs em prática nos ultimos anos da administração da Companhia de Moçambique — de forma a incitá-los ao trabalho, dando-lhes a certeza de não serem abandonados nas suas dificuldades, aquelas pequeninas minas, que tanto ouro já deram, reabrirão e, talvez, dentre elas, surjam duas ou três que nos venham compensar de todas as canseiras passadas.

O indispensável é não desanimar e acreditar sinceramente e com entusiasmo no desenvolvimento da grande e linda Província de Moçambique.

Indígenas ocupados no transporte de bauxite na serra de Moriangane

Uma plantação de sisal em pleno rendimento

POSSIBILIDADES AGRÍCOLAS DO DISTRITO

pelo ENGENHEIRO-AGRONOMO MANUEL C. DEVEZA

A exploração agrícola é a actividade que ocupa maior numero de braços em Manica e Sofala, pois é da exploração da terra que a população obtém a maioria dos géneros de que necessita para a alimentação e grande parte das matérias-primas que abastecem a industria.

E' fácil de avaliar como são imensas as possibilidades de Manica e Sofala no que se refere á agricultura.

Em Moçambique a agricultura não só explora produtos tropicais; quase todos os produtos são de possível cultura, desde que se tire o proveito dos diversos tipos de clima e solo.

Assim, tanto se cultivam o coqueiro, o amendoim, o rícino, o gergelim, a cana sacarina, a mandioca, o algodoeiro, as agaves, o chá, a bananeira, o abacateiro, o ananazeiro, o cajueiro, a mangueira e a papaeira, como também se cultivam o milho, o sorgo, a soja, o trigo, o feijão, a batata, o girassol, o arroz, e bem assim as mais variadas fruteiras europeias, de entre as quais as citrinas ocupam lugar de realce.

E no que se refere ás culturas hortícolas também se cultivam a couve, o repolho, o feijão, a ervilha, a fava, a alface, a cebola, o alho, o rabanete, a cenoura, a beterraba, o nabo, o morango, etc.

A exploração agrícola de europeus tem feição mecanizada e tende a mecanizar-se ainda mais, dadas as grandes dificuldades na obtenção de mão-de-obra própria e económica.

E' á exploração de milho que o agricultor europeu dedica o maior interesse, não só porque este cereal tem uma colocação assegurada, como também porque é das culturas que menos mão-de-obra e menos cuidados exige.

Abusa até o agricultor desta cultura, fazendo-a sucessivos anos no mesmo terreno, desprezando assim as mais elementares regras aconselhadas pela técnica, como sejam as rotações, de que resulta o depauperamento dos terrenos.

Felizmente, hoje, dada a assistência técnica que é prestada, estão as coisas a tomar novo rumo; já se faz a tão necessária defesa contra a erosão e já se vai fazendo rotação de culturas com a inclusão das leguminosas.

A cana sacarina, o sisal e o coqueiro são as culturas exploradas pelas grandes companhias, dado que requerem o empate de grandes capitais, não só em maquinaria agrícola, como também em maquinaria industrial, para preparação de produtos destinados aos mercados.

Outra cultura que dentro em breve terá um papel importante na economia da Província será a do tabaco. Terrenos bons não faltam; têm, todavia, faltado os compradores, o que faz com que ainda hoje poucos agricultores a ela se dediquem.

O algodão é também uma das importantes culturas, mais do indígena do que dos europeus.

Iniciou-se, recentemente, já com bons resultados, a produção de batata para semente, devidamente certificada, na região situada a 2.300 metros de altitude, com o objectivo de satisfazer as necessidades de todos os agricultores de Moçambique.

Ficará, assim, sanado o escoamento de capitais para o estrangeiro, com a aquisição daquela semente, tão necessária á agricultura.

Também a cultura da juta para o fabrico da sacaria representará, dentro de breves tempos, um valor importante na economia de Manica e Sofala.

No que respeita a fruteiras, são a bananeira e as citrinas que mais interesse despertam e que, além de satisfazerem as necessidades internas, são exportadas em quantidades avultadas para os países vizinhos, em especial para a Rodésia. A instalação da industria de extração de sumos, já anunciada, virá representar um grande passo para a fruticultura.

De banana exportam-se anualmente cerca de 2.000 toneladas; de citrinas 1.000 toneladas e de ananazes 200 toneladas.

A lista seguinte dará ideia sucinta das principais produções agrícolas da região, expressas em toneladas:

Produto	Toneladas
Milho	112.000
Mapira (sorgo)	57.000
Feijão	5.600
Amendoim	6.100
Arroz em casca	1.500
Trigo	250
Batata	1.170
Algodão caroço	15.000
Açucar	35.000
Sisal	400
Copra	200

COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MOÇAMBIQUE

ADOLPHE KUNG (SUCRS.) LDA.

(CASA FUNDADA EM 1915)

CAIXA POSTAL 154 — BEIRA — END. TELEG.: «KUNG»

RUA DA CRUZ VERMELHA

COMÉRCIO GERAL POR GROSSO

AGENTES E DEPOSITÁRIOS DAS FABRICAS DE TABACOS DE LOURENÇO MARQUES — SOCIEDADE COLONIAL DE TABACOS, LDA. e A. E. GEORGE, SUCRS., LDA.

E. PAILLARD & C.ª, S. A. — RÁDIOS «PAILLARD» — MÁQUINAS DE ESCREVER «HERMES» — MÁQUINAS DE FILMAR «BOLEX»

MICHELIN TYRE C.º, LTD. — PNEUS E CAMARAS DE AR

SOCIÉTÉ ANONYME DES AUTOMOBILES «PEUGEOT» — AUTOMÓVEIS E CAMIÕES

RIBEIRO & IRMÃO — VINHOS EM BARRIS E GARRAFÕES, AGUARDENTES, CONHAQUE, ETC.

IMPORTADORES DE: TODOS OS ARTIGOS PARA INDÍGENAS, ESPECIALMENTE TECIDOS NACIONAIS E ESTRANGEIROS

EXPORTADORES DE: PRODUTOS COLONIAIS

António Lopes da Cunha, Limitada

★

COMÉRCIO GERAL DE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO

VENDAS POR GROSSO E A RETALHO

★

TELEFONE: 3273 ★ CAIXA POSTAL 353 - AFRICA ORIENTAL PORTUGUESA ★ CÓDIGOS: RIBEIRO E BENTLEYS ★ TELEGRAMAS: «ANTOLOPES» — BEIRA ★ «LACUNHA» — AMADORA (PORTUGAL)

BEIRA

CASA DAYARAM

(DAYARAM GOPALDAS)

★

SEMPRE NOVIDADES

★

ESPECIALIDADE EM SEDAS E ARTIGOS ORIENTAIS

★

VENDAS POR GROSSO E A RETALHO

★

COMISSÕES E CONSIGNAÇÕES

★

Endereço telegráfico: «*Dayaram*» ★ Caixa Postal 136

— BEIRA —

AFRICA ORIENTAL PORTUGUESA

M. SALEMA & CARVALHO, LDA.

PAPELARIA / TIPOGRAFIA / LIVRARIA

★

COMÉRCIO GERAL

★

REVISTAS E JORNAIS DE TODO O MUNDO

★

AGENTES DE:

ELLAMS DUPLICATOR CO., LTD.
MÁQUINAS DUPLICADORAS E PERTENCES

EVERSHARP INC.
CANETAS E LAPISEIRAS

GEVAERT PHOTO PRODUCTEN, N.V.
MATERIAL FOTOGRÁFICO

SHANNON, LTD.
MÓVEIS DE AÇO PARA ESCRITÓRIOS

COLUMBIA GRAPHOPHONE, CO.
GRAMOFONES E DISCOS

THE PARLOPHONE CO., LTD.
GRAMOFONES E DISCOS

READER'S DIGEST
EDIÇÃO ORIGINAL AMERICANA

Caixas Postais 192 e 212 / Telef. 2930 P. B. X. / End. teleg.: «Amelas»

— BEIRA —

AFRICA ORIENTAL PORTUGUESA

LUSALITE DE MOÇAMBIQUE

S. A. R. L.

FABRICA NO DONDO — BEIRA

★

CHAPAS ONDULADAS PARA COBERTURAS
CHAPAS LISAS PARA TECTOS E REVESTIMENTOS

★

Tubos para água com e sem pressão
Tubos para saneamento e ventilação

★

PRODUTOS MOLDADOS:

ALGEROZES, CALDEIRAS, RESERVATÓRIOS, ETC., ETC.

DISTRIBUIDORES GERAIS PARA MOÇAMBIQUE

LUSALITE, COMERCIAL, LDA.

TELEFONE 2676

CAIXA POSTAL 1177

LOURENÇO MARQUES

COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MOÇAMBIQUE

AS SERRAÇÕES DO INHANSATO, LIMITADA

SÃO UMA GRANDE ORGANIZAÇÃO INDUSTRIAL E A SUA ACTIVIDADE INTERESSA MUITO À ECONOMIA DA REGIÃO E DA PRÓPRIA PROVÍNCIA

Nas terras do Régulo Galinha, dentro da circunscrição de Cheringoma e no local denominado por «Inhansato» — a uma distancia de 80 quilómetros da cidade da Beira — está localizada uma organização industrial que, pela sua extraordinária importancia merece ser conhecida.

Muitas das pessoas que supõem erradamente serem escassas ainda as tentativas de exploração industrial nas nossas Provincias ultramarinas e, especialmente em Moçambique terão, por certo, interesse em conhecer gradualmente o quadro exacto desse aspecto da vida económica do Portugal de Além-Mar.

Um importante factor da economia de Moçambique

Na realidade, embora o desenvolvimento industrial dos territórios ultramarinos portugueses apenas comece agora a intensificar-se, graças á superior orientação governamental, a verdade é que muito se fez já, até hoje, nesse sector, graças á iniciativa particular, que teve de renovar as imensas dificuldades que resultaram de um meio difícil e de imensos outros obstáculos como eram, por exemplo, a carência de transportes e comunicações.

A provincia de Moçambique oferece curiosos exemplos do êxito que obtiveram explorações industriais, quando bem organizad.s e orientadas. E ressalta da observação um outro factor também muito importante: o da valiosa contribuição dada por essas iniciativas ao desenvolvimento económico dos territórios em que se situam e, até, ao da Provincia, em geral.

Interior da Serração

A constituição e o desenvolvimento de uma firma

Em relação ao que atrás se diz, interessa apontar o exemplo dos resultados obtidos por uma exploração industrial situada na Beira e cuja actividade é altamente proveitosa para a economia da Provincia. Trata-se da firma Serrações do Inhansato, Limitada.

A firma Serrações do Inhansato, Limitada, foi constituída oficialmente em 1941, fazendo parte dela as firmas Florestas Africanas & Industrias, Limitada, e Cardoso, Lopes, Limitada. Mais tarde, a quota da firma Cardoso, Lopes, Limitada, foi desdobrada em outras três quotas, distribuídas pelos srs. José Cardoso Caetano Lopes e Diamantino Galamba Vieira.

A existência das Serrações, porém, era posterior á criação da firma. Antes de 1941, as Serrações eram dirigidas e mantidas pela firma Cardoso, Lopes, Limitada, que havia conseguido uma concessão florestal. E' nessa concessão que ainda hoje se explora a industria do corte de madeiras. E as serrações estão situadas nas terras do Régulo Galinha, em Inhansato.

O desenvolvimento da firma e das suas actividades fez-se de forma segura e, assim, quatro anos depois, em 1945, procedia-se já á montagem de uma outra serração, situada a uma distancia de 12 quilómetros da primeira. A aquisição de nova maquinaria deu á industria o apetrechamento, que se pode considerar valioso, de seis caldeiras a vapor, quatro máquinas com um total de 500 cavalos-força e ainda duas máquinas a óleos pesados, com 180 cavalos-força.

Esse apetrechamento e a modernização dos processos de corte a que se procedeu sob criteriosa orientação do sócio da firma sr. Caetano Lopes, que superintende nos trabalhos desde o inicio da exploração, tornaram possível elevar de forma notável a produção da firma. Essa produção pode computar-se, hoje, em cerca de 43 metros cubicos diários. Estes números referem-se á produção de travessas para os Caminhos de Ferro, «parquet», material para a construção civil, etc. Há ainda a acrescentar uma produção de 7 a 8 metros cubicos de aproveitamentos de madeiras.

Vista da serração

Uma produção diária de 43 metros cúbicos

Num louvável objectivo de aproveitamento e até de exploração directa dos seus produtos, Serrações do Inhansato, Limitada, além de explorar a industria do corte de madeiras, tem também uma carpintaria. Aí, com pessoal de reconhecida competência técnica, procede-se á factura de portas, janelas e outros produtos de grande consumo na construção civil da Beira.

Cerca de 1.000 empregados

Como é natural, o desenvolvimento das actividades da firma tornou necessário o aumento cuidadoso do seu quadro de pessoal. Ainda á orientação criteriosa dos seus dirigentes, devem as Serrações do Inhansato, Limitada, a possibilidade de disporem hoje de pessoal adestrado, que torna possivel o bom funcionamento de todos os seus serviços. E esse pessoal é numeroso. Efectivamente, ao serviço das Serrações do Inhansato, Limitada, estão 10 europeus, 4 chineses, 800 indígenas e numerosos mestiços civilizados.

Transporte de madeiras

Como é natural, o aumento das unidades mecanicas para o trabalho foi proporcional ao desenvolvimento das actividades da firma e, assim, as Serrações do Inhansato, Limitada, dispõem de 32 unidades de transporte, entre as quais se contam modernos tractores «Catlerpillers», camiões, etc.

Ainda sobre o maquinismo interessa acrescentar que a produção de madeiras é, em parte, industrializada graças á laboração de 12 serras pequenas, das quais, em grande parte, saem os aproveitamentos de madeiras.

Uma rede de estradas privativas com cerca de 200 quilómetros

Um dos problemas que os dirigentes de Serrações do Inhansato, Limitada, tiveram de resolver foi o das difíceis comunicações, obstáculo insuperável ao transporte dos seus produtos. Encarado com decisão, esse problema foi, igualmente, solucionado, e hoje a firma possui uma rede de estradas privativas com a extensão de cerca de 200 quilómetros!

Essas estradas, admirávelmente cuidadas, estão em condições de ser utilizadas em qualquer época do ano, factor de extraordinária importancia.

A' testa da industria encontra-se o sócio Caetano Lopes, que a orienta desde o início da exploração.

Da produção de madeiras das Serrações do Inhansato, Limitada, 90 % destina-se á União Sul-Africana, onde a firma mantém um importante escritório para colocação das madeiras.

Tem também aberto um escritório na cidade de Salisbury, na vizinha Rodésia do Sul, por onde passam todas as madeiras destinadas áquele país.

Para se avaliar da importancia das actividades da firma, basta referir, ao concluirmos este artigo sobre as Serrações do Inhansato, Limitada, que a manutenção da industria custa anualmente cerca de 7.500 contos, distribuídos em salários, fretes de caminho de ferro, «gasoil» e óleos, alimentação e vestuário indígena, impostos, direitos de exportação, etc.

COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MOÇAMBIQUE

CASA RAMCHAND

(EM FRENTE AOS CORREIOS)

Caixa Postal 456 ★ End. teleg. «LUCKY» ★ Telefone 251

—BEIRA—

★

SEDAS E NOVIDADES ORIENTAIS
ARTIGOS PARA HOMENS, SENHORAS E CRIANÇAS

★

UMA VISITA A ANTIGA CASA RAMCHAND É TER A CERTEZA DE ENCONTRAR O QUE DESEJA A PREÇOS SEM CONCORRÊNCIA

A CASA ONDE ENCONTRARÃO DE TUDO

CASA POPULAR

Proprietário: JOÃO MARIA FERNANDES

★

SÓCIO PRINCIPAL DE: HOTEL CENTRAL, RESTAURANTE «CARIOCA» E PENSÃO «IMPÉRIO»

COMÉRCIO GERAL — BOTEQUIM
VENDAS POR ATACADO E A RETALHO
IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO
— REPRESENTAÇÕES —

ARTIGOS: GÉNEROS ALIMENTICIOS, ETC., NACIONAIS E ESTRANGEIROS

★

RUA CORREIA DE BRITO
CAIXA POSTAL 29 / TELEFONE 3285 / TELEGRAMAS: «POPULAR»

—BEIRA—

OFICINA DE REPARAÇÃO DE AUTOMÓVEIS

DE ALBINO DUARTE LOPES

★

AGENTES DOS AFAMADOS CAMIÕES «WHITE»

★

SUPERCHARGER DE IGNIÇÃO

★

DISTRIBUIDORES DE CAMIÕES «DIAMOND T»

★

PNEUS E CAMARAS DE AR «KELLY»

★

APARELHAGEM ESPECIAL PARA RECTIFICAÇÃO DE CILINDROS, VÁLVULAS E CAMBOTAS

★

ÓLEOS, GASOLINA E SOBRESSELENTES

★

RUA KRUSSE GOMES
CAIXA POSTAL 551 — TELEFONES: RESIDÊNCIA 3469 - OFICINA 3439

BEIRA

AUTO SOBRESSALENTES (BEIRA), LDA.

PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA CARROS AMERICANOS E EUROPEUS

★

AGENTES: PNEUS «MABOR», PRODUTOS «S. K. F.», VELAS «CHAMPION», PRODUTOS «SIMONIZ», TINTAS «ARCO»

★

ENVIAM-SE ENCOMENDAS À COBRANÇA PARA QUALQUER PONTO DA PROVINCIA ★ A NOSSA DIVISA É: QUALIDADE, PREÇO, PRONTIDÃO E CORTESIA

★

CAIXA POSTAL 645 / TELEF. 3258 / TELEG.: «SOBRESSALENTES»

—BEIRA—

786 SULEMAN OSMAN

COMERCIO GERAL DE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO

End Teleg. / Tele: Address | «SULEMAN»
Caixa Postal / P. O. Box | 501

Telefone n.º 2860

Banqueiros — Bankers:
Banco Nacional Ultramarino
Standard Bank of S. A. Ltd.

BEIRA

AFRICA ORIENTAL PORTUGUESA

OURIVESARIA RELOJOARIA Basile M. Comitis

Artigos em ouro e prata — Joias do mais fino gosto — Relógios de parede da famosa marca «JUNGHANS»

★

Agentes da reputada marca de relógios de pulso «INVICTA»
Brindes — Curiosidades em ébano e marfim

★

C. P. 172

Telefone 2861

BEIRA

T. GOPALDAS

(TULSIDAS GOPALDAS)

★

Comércio geral, Importação e Exportação
Comissões, Representações e Agências
Consignacões

★

RUA GENERAL MACHADO
Telefone: 2593
Telegramas: «GOPALDAS»
Caixa Postal 604

BEIRA

(A. O. P.)

CASA DAUD

DAUD JAMAL

★

COMERCIO GERAL

★

IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO

★

Rua Correia de Brito, 58
Telefone 2765
C. P. 446
Teleg.: Mussane

BEIRA

AGÊNCIA TRANSITÁRIA DA BEIRA, LDA.

★

Agentes transitários — Agentes carregadores — Agentes de Seguros — Agentes comissionários — Exportadores — Produtos coloniais

★

Caixa Postal / P. O. Box { 508
Teleg. «REFO»
Telefone 2430

—BEIRA—

ADAM MAHOMED

IMPORTADOR E EXPORTADOR

VENDAS A RETALHO

Caixa Postal N.º 65
Telefone N.º 2319

★

Endereço Telegráfico
«*ADAMAHOMED*»

—BEIRA—

AFRICA ORIENTAL PORTUGUESA

ESMAIL KASSAN VALLY

Telefone 2914
C. P. N.º 299

BEIRA

★

IMPORTADORES E EXPORTADORES

Esp. importador de tecidos nacionais
Exportador de marfim e ceras

KESHVLAL MAYARAM

AFRICA ORIENTAL PORTUGUESA
Telefone 2613—Teleg: «KESHVLAL»

COMÉRCIO GERAL
IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO

C. Postal, 144

—BEIRA—

MOÇAMBIQUE

A RIQUEZA DAS FLORESTAS DE MANICA E SOFALA

Pelo engenheiro-silvicultor
EDUARDO DE CAMPOS ANDRADA

A exploração florestal constitui uma das mais importantes fontes de riqueza de Manica e Sofala.

Segundo os dados estatísticos, a produção de madeira e lenha atingiu, no quinquénio 1946-1950, respectivamente os valores médios de 70.278 metros cubicos e 117.511 esteres, perfazendo assim um volume de material lenhoso realizado que vai a mais de quinhentos metros cubicos diários, havendo ainda a considerar o fabrico de carvão vegetal, a exploração de cascas tanantes, sobretudo nos mangais, o corte de palmeiras e bambus, etc.

Desses produtos silvícolas, a madeira é, incomparávelmente, o de maior valor e reveste, de facto, excepcional importancia, pois representa, só por si, 60% da totalidade da madeira explorada em Moçambique.

Principais essências florestais exploradas

Por sua vez, de todas as essências florestais foi a «Missanda» ou «Muave» *(Erythrophleum guineense G. Don)* aquela que, com a média de 22.845 m.c. (31,6%), mais influiu na produção anual média do referido quinquénio. Seguiu-se-lhe a «Ambila» *(Pterocarpus angolensis D. C.)* com 13.516 m.c. (18,7%), sendo ainda de notar que no ano findo esta foi a essência que alcançou o primeiro lugar na escala dos volumes explorados. Quase a seu par está a «Mebaua» *(Khaya sp.)* com uma produção média de 12.250 m.c. (17,0%). Vêm depois, sucessivamente, a «Panga-Panga» ou «Panguire» *(Millettia sthulmanii Taub.)* com 6,7%, a «Missaça» *(Brachystegia spiciformis Benth.)* com 5,5%, a «Megunda» ou «Tule» *(Chlorophora excelsa Benth. & Hook)* com 4,4%, a «Muonha» *(Adina microcephala Hiern)* com 3,6%, a «Mucarela» ou «Mucararati» *(Erythrophleum africanum Harms)* com 2,1%, o «Mafamuti» *(Piptadenia buchananii Bak.)* com 1,5%, o «Cimbe» ou Pau-ferro *(Burkea africana Hook)*, com 1,3%, a «Mussacoça» *(Afzelia quanzensis Welw.)*, com 1,1% e outras mais trinta e cinco espécies cuja produção média anual apenas alcança, no conjunto, 4,5% da produção total. Eis os nomes de algumas delas: «Megerenge» ou «Mepepe» *(Albizzia gummifera C. A. Smith)*, «Tanga-Tanga» *(Albizzia versicolor Welw.)* «Bangauanga» ou «Metindire» *(Amblygonocarpus obtusangulus Harms)*, «Mecobze» *(Morus lactea Mildbr.)*, «Meguza» *(Bombax rhodognaphalon K. Schum.)*, «Mutondo» *(Cordyla africana Lour.)*, «Mezambe» *(Cassipourea verticillata N. E. Br.)* «Muculungo» *(Terminalia sp.)*, etc.

Destina-se á exportação a quase totalidade da madeira produzida

Destinada quase na íntegra á exportação, a referida produção anual média de 70 milhares de metros cubicos de madeira reparte-se na proporção de 4 para 1 quanto a madeira serrada e a madeira que se transacciona em toros.

O seu valor global pode actualmente computar-se em mais de 120.000 contos! O total das taxas directas pagas anualmente ao Estado, provenientes da exploração silvícola nesta parcela de Moçambique, ultrapassa, para a média do mesmo quinquénio, seis milhares de contos.

Os numeros atrás mencionados exprimem claramente o desenvolvimento e a importancia que a exploração silvícola alcança em Manica e Sofala.

Cada qual com seu *facies* particular, são excepcionalmente notáveis as regiões florestais de *Cheringoma*, *Buzi* e *Moribane*, para não citar senão as mais importantes.

Em Cheringoma predomina a floresta tropófila de natureza edáfica, infelizmente já hoje muito depauperada, com cambiantes de transição mais ou menos vincada para a floresta sub-higrófila, mais densa e sombria, ou para a floresta sub-mesófila, mais aberta e menos altaneira.

A «Ambila» aparecia outrora com grande porte na zona de Inhaminga e ainda hoje se podem ver restos dessa valiosíssima floresta na concessão de John Andrews Greeff, não sendo raro encontrar-se uma ou outra árvore desta espécie com mais de 1 m. de D. A. P. e por vezes 10 m. de altura de fuste.

A «Megunda» ocorre um pouco mais para leste, entre o Mupa e o Paué, com densidade e desenvolvimento não igualados em qualquer região do território, podendo observar-se nas actuais concessões da Exploração Florestal da Beira, Ld.ª, exemplares que quase atingem 2 m. de diametro e mais de 12 m .de fuste.

Um trecho da estrada de Lourenço Marques a Namaacha, ladeada de árvores frondosas

A «Missanda» é, por assim dizer, a grande dominante na zona do Inhansato, desde Mucuacua a Messiambose, sendo as concessões de Cardoso Lopes, Ld.ª e da Companhia de Moçambique áreas bem características do domínio desta essência florestal que pode chegar a atingir 1 m. de D. A. P. e 10 m. de altura de fuste.

A «Panga-Panga» está muito generalizada por toda a circunscrição de Cheringoma, mas é principalmente em Inhamitanga que esta espécie atinge maior desenvolvimento, muitas vezes com D. A. P. acima de 1 m. e mais de 10 m. de fuste, nomeadamente na nova concessão de Louro & C.ª, onde esta é a essência predominante.

A «Mucunite» não é vulgar e é citada apenas por ser produtora de uma madeira muito apreciada, encontrando-se, porém, com alguma frequência na concessão de Manuel Antunes Sol em Muana-nimei, a cerca de meio caminho entre o Dondo e Inhaminga. Tal como o «Mepingué» ou Pau-preto, apresenta-se quase sempre com o tronco carcomido interiormente a partir de uma certa idade, pelo que não é fácil tirar bom rendimento dos indivíduos adultos desta espécie.

GORONGOZA — Trecho da lagoa de Inhatica

A «Mebaua» encontra-se espalhada por toda a circunscrição, ao longo dos cursos de água, e atinge grande porte, podendo apontar-se como exemplo de área com mais notória aptidão para esta espécie a mesma concessão de Manuel Antunes Sol no Muana-nimei, onde não é raro observarem-se exemplares com certa de 2 m. de D. A. P. e mais de 10 m. de altura de fuste.

A «Muonha», ocorrendo nas mesmas circunstancias, é contudo de menos valia, já pelo menor desenvolvimento que asume e tortuosidade dos troncos em geral, já por a madeira, impregnada de óleo, ser de mais difícil aplicação.

O «Mecobze» é uma rica essência florestal a que só agora se vai dando o devido valor, aparecendo na Dota com bastante frequência e muito notável porte, quase sempre associado com a «Megunda».

A «Mussacoça» é uma espécie menos frequente, pelo seu temperamento sub-xerófilo, nesta região de Cheringoma, mas também por vezes se encontram povoamentos esparsos desta bela essência, muito embora não chegue a atingir tão considerável desenvolvimento como nalgumas regiões do norte de Moçambique.

O «Mezimbite» encontra-se principalmente, com carácter de dominante quase absoluta, numa mancha florestal próxima da costa, entre os rios Madzize e Chinniziua.

O «Mucarati», a «Banga-uanga» e o «Cimbe», pertencentes ao grupo dos paus-ferro a que esta ultima dá o nome («cimbe» = ferro), destinadas portanto quase exclusivamente para travessas de Caminho de Ferro, são relativamente frequentes por toda a Circunscrição, porém, oferecendo maior interesse na zona de Inhaminga onde se apresentam com densidade e desenvolvimento mais apreciáveis, por exemplo na concessão de Alberto Alves, no Messiambose.

O «Mutondo» é uma espécie igualmente de temperamento sub-xerófilo, que não é aqui muito frequente; mas encontram-se todavia belos exemplares com mais de 1 m. de D. A. P., nomeadamente na concessão da firma Serrações da Zambézia, Ld.ª.

A «Metanda» e a «Mbaja» são espécies também pouco frequentes e de madeira secundária, podendo, contudo, ter algum aproveitamento.

O «Mepepe» ou «Megerenge» é explorado por vezes, embora a madeira seja bastante atreita a rachar e a empenar quando se não tomem determinados cuidados; ocorre com mais frequência na concessão de Victorino Dellarole, no Macuacua.

A «Messaça» é uma espécie cuja madeira, submetida a tratamento que a preserve do ataque dos insectos xilófagos, ou pelo menos devidamente seca em estufas e aproveitada na serragem apenas a parte cerneira, pode ter muitas aplicações; há entre Dondo e Inhaminga extensas manchas quase puras desta essência, por exemplo na concessão da Companhia de Madeiras de Moçambique.

A «Mezambe» e a «Megusa» são madeiras muito brandas que poderão, contudo, servir para embalagens, ou para a industria de contraplacados, vendo-se desta ultima grandes exemplares na Dota.

No Buzi prevalece já a floresta aberta mesófila, ainda de natureza edáfica, pois que, segundo cremos, é a constituição especial do solo que motiva a ausência das várias espécies do género Brachystegia, vulgarmente designadas pelo nome de «Messaça», e também a do «Metondoje» *(Isoberlinea globiflora)*, as quais são as competentes fundamentais do tipo mais comum de floresta aberta mesófila que na região do Buzi só aparece, por assim dizer, na transição para os «tandos».

A «Ambila» é a espécie que verdadeiramente interessa na exploração silvícola desta região, pois, á parte a grande densidade que atinge, apresenta-se com bela forma florestal, troncos escorreitos e elevados, que chegam a ter mais de 12 m. de altura, embora não ultrapassem geralmente os 80 cm. de D. A. P.; as áreas que estão reservadas para a firma Industrias Portuguesas de Madeiras, Lda., e para António Martinotti, são bem representativas a este respeito.

Além desta essência de maior procura, são também bastante frequentes aquelas espécies conhecidas por pau-ferro, sobretudo o «Metindire», que é, por vezes, a espécie dominante, por exemplo, nas concessões de A. Martinotti e da Serração do Mucheve, Lda.

A «Tanga-Tanga» também aparece aí com belo desenvolvimento e é uma espécie de real valor, embora seja aborrecido trabalhá-la, por a sua serradura provocar a irritação dos bronquios.

Por ultimo, há que mencionar a floresta higrófila da acidentada região de Moribane, constituída por formações arbóreas de grande desenvolvimento e densidade, outras vezes já de porte menos notável, na transição para a floresta aberta das zonas menos humidas.

O «Mafamuti», chegando a alcançar 20 m. de altura de fuste e mais de 1 m. de diametro, é, sem duvida, a grande dominante dessa floresta acentuadamente higrófila.

Associa-se-lhe, muitas vezes, a «Mebaua», que aí vegeta em belíssimas condições, mesmo fora dos cursos de água, atingindo diametros colossais.

Já nas manchas de transição aparecem a «Ambila», a «Tanga-Tanga» e a «Muonha», esta sempre á beira dos cursos de água.

★

Por estas referências feitas ás regiões florestais mais importantes de Manica e Sofala se fará ideia do valor que representam, sobretudo quando além da madeira, que hoje é o unico produto visado, e com destino á exportação, se pense num mais profundo aproveitamento dessa grande fonte de riqueza, pelo recurso ás industrias de contraplacados e de distilação da madeira.

Defender as mais importantes regiões florestais, antes, durante e depois de submetidas á exploração; conduzir essa exploração racionalmente, de acordo com a possibilidade efectiva das reservas existentes; e dar mais completo aproveitamento ao material lenhoso que vá sendo explorado... eis as premissas que se põem, para salvaguarda da riqueza florestal de Manica e Sofala.

O Parque Nacional de Caça da Gorongosa, além de possuir fauna variada, é rico em essências florestais

MOÇAMBIQUE

ROTEIRO DA CAPITAL DE MANICA E SOFALA

(Continuação da 68.ª pág.)

querda e tem-se na frente a muralha que defende a cidade, do mar.

No lado direito é a praça Azevedo Coutinho, em homenagem á grande figura de militar e chefe, heroi das lutas e campanhas de pacificação da Zambézia. Esta praça encontra-se toda arborizada o que torna este lugar aprazível e preferido em dias assoalhados e calorentos.

Edifícios modernos ladeiam as ruas principais

Mais para além, não tem o turista cenários novos, pois lá está outra vez a ponte metálica do Chiveve. Arrepiando caminho, em vez de subir novamente pela Avenida Andrada, mete á rua Luís Inácio, assim chamada em homenagem ao primeiro comandante militar do Aruangua e antes de desembarcar no largo Araujo de Lacerda, passa á porta dos cinemas «Olímpia» e «Rex», ambos de construção moderna e bem apetrechados.

Mais adiante, prende-lhe a atenção, de um lado a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, contígua á Escola de Artes e Ofícios da missão do mesmo nome, construções modernas bem delineadas e acabadas; do outro lado o edifício do Clube da Beira, de larguíssima varanda á frente, vasto salão de baile, salas de jogo, gabinete de leitura e outras dependências, afirmação de larga vida social.

Logo adiante, verá uma capela onde os estrangeiros protestantes celebram culto.

Segue-se uma magnífica vivenda em estilo holandês e, mais além, do lado oposto, fica o Instituto Pio X, onde Irmãs Dominicanas dirigem uma escola do sexo feminino.

Chega á Praça Almirante Reis, espaçoso quadrilátero cercado de moradias de agradável conjunto e onde um bem cuidado jardim alegra o local.

Está agora na Avenida Cinco de Outubro, larga, desafogada e bem delineada, ladeada já de magníficas casas de moradia particular.

A praça Dr. Vieira Machado terá carácter monumental

Entra depois na Praça Dr. Vieira Machado, que o Plano de Urbanização prevê com carácter monumental, e que de um lado será dominada pelo Palácio do Governo, já um início, e do lado oposto, limitada pelo mar, de que fica separada a nascente, apenas por uma balaustrada.

Se tem tempo de ir até o limite da ciade, segue quase á beira da praia, deixa á esquerda o campo de jogos do Sporting e a sua praça de touros e dá com um aglomerado de pavilhões que constituem o Hospital do Macuti, para europeus e indígenas e onde, em construções separadas, modernas e bem delineadas, estão largas enfermarias para os dois sexos, cheias de ar e de luz, quartos particulares balneários, salas de operações com o mais moderno apetrechamento, dispensário, banco para tratamento de doentes externos, pavilhão próprio para doenças infecciosas, aula para enfermeiros indígenas, secretaria, cozinha, e vivendas para o pessoal europeu e indígena.

Esboça-se no extremo da cidade, para nascente, o futuro bairro residencial de Macuti, vendo-se já em febril actividade a construção de numerosas vivendas particulares, a atestar o progressivo desenvolvimento da cidade.

Atravessado o burgo de uma ponta á outra, nem por isso o turista viu tudo quanto há que ver.

No regresso, chegado á Praça General Machado, deixa a Avenida Cinco de Outubro, cortando á esquerda, entra na nova Avenida Marginal debruçada mésmo sobre a baía do Pungué e servindo as suas encantadoras praias.

São estes os locais mais frequentados da praia, que os edifícios do Pavilhão Oceana e Esplanada Miramar balizam.

Este ultimo, recentemente construído, unico no género, na Beira, é notável pelas suas festas nocturnas algumas típicamente portuguesas.

Continuando pela Avenida Marginal, irá notando o casario moderno que, do lado direito, vai formando novo e moderno bairro.

A extensa praia é muito concorrida e animada

Há verdadeira animação na praia. A afluência de pessoas e a diversidade de colorido dos fatos de banho emprestam uma nota de alegria e de beleza.

Predominam as crianças. Há baloiços na praia, bancos, toldos e barracas. Vê-se aqui a praia toda, 5 a 8 quilómetros de areia branca e fina, resplandecente, e de límpida água de recorte caprichoso, desde a restinga do cabedelo para os lados do porto, até onde a vista alcança para o lado do Macuti, entrando na imensidade do Indico, oceano que tão ligado anda á gloriosa História dos portugueses...

Deixando a praia vêem-s alguns prédios de construção recente e de linhas arquitectónicas modernistas, quase debruçados sobre ela.

Muito perto, encontra-se o largo Afonso de Albuquerque, um triangulo todo ajardinado e agora adaptado a Parque Infantil, com o vértice na rua do mesmo nome.

Está-se no coração do bairro residencial da Ponta Gêa, interessante aglomerado de moradias, separadas por artérias largas e bem delineadas, cuja diversidade de géneros e estilos das construções lhe dá interessante graça e vida.

Voltando á Avenida Marginal e percorrendo-a em direcção ao Porto, em pouco tempo se está em frente das obras do «Grande Hotel da Beira», que ficará sendo um dos melhores e maiores hoteis de Africa.

Voltando á direita, já de regresso, utiliza uma rua sombreada e refrescada por elegantes casuarinas, atravessa a Avenida da Republica e tem na sua frente o campo de golfe, um enorme tapete verde, bem desenhado e carinhosamente tratado.

E' considerado pelos entendidos como sendo um dos melhores, se não o melhor, de toda a Africa do Sul.

E' inundado duas vezes por ano, nas marés grandes, pela abertura das comportas que retêm o Chiveve, ficando de cada vez, regado para meio ano.

Já aqui se tem disputado o campeonato de golfe da Rodésia.

Mas continuemos o nosso passeio.

Depois de entrar na sede deste clube, para admirar a sua valiosa e artística colecção de trofeus, vêem-se de relance os modernos edifícios do Sindicato dos Empregados do Caminho de Ferro e Porto, Gabinete de Leitura e Associação Helénica, com uma igreja de linhas sóbrias.

Metendo agora á direita, pela rua de Pedro Alvares Cabral, depara-se o Hotel Central, o mais moderno hotel da Beira, instalado em edifício próprio e moderno, de boa reputação no conforto, serviço e trato.

Atravessando depois a ponte de alvenaria sobre o Chiveve, encontra o prédio Hazakis, onde funciona, provisoriamente, o «Colégio D. Gonçalo da Silveira», e onde padres maristas ministram instrução até ao 5.º ano do liceu a alunos do sexo masculino.

Do lado direito, ficam: o quartel dos Bombeiros Municipais, as instalações do Sport Lisboa e Beira, instituição desportiva das mais antigas da cidade; e, a seguir, o actual aeroporto, onde também se encontra em edifício próprio, com características próprias, a sede do Aero Clube.

Se, em vez de voltar para a direita, deixando a rua Correia de Brito, onde encontrou o golfe, meter por essa rua, entra em pleno bairro chinês, com as suas locandas e o su característico clube; avançando, chega ao largo do Comércio, onde reparará na Cadeia Civil, edifício com arreganhos de castelo.

Nesta praça, estão construindo-se três imponentes e majestosos edifícios pertencentes a Alves, Correia & Bulha, Ld.ª, F. L. Simões & C.ª Sucessores, e José Dias da Cunha.

Preferindo torcer caminho, ao chegar ao largo do Comércio, volta á esquerda, torneja o prédio da Associação Comercial e mete pela rua Francisco Costa, onde logo á entrada, encontra o Mercado e, a seguir, de um e de outro lado, lojas de indianos, os «monhés» da Africa Oriental.

1 — Palácio da Justiça

*

2 — Muitas ruas da cidade da Beira caracterizam-se por intenso movimento

*

3 — O Grande Hotel, que a «Companhia de Moçambique» está a construir na capital de Manica e Sofala, vai ser um dos mais importantes estabelecimentos do género de toda a África Oriental

*

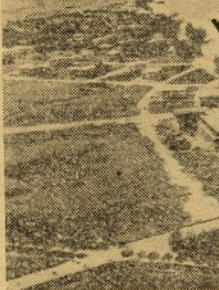
4 — Pavilhão dos Turistas

POEMA

Mais um sonho desfeito,
Mais uma dor no peito,
Mais um castelo a ruir.

Ah doido por que pensas,
Nessas horas imensas,
Com coisas do porvir?

Por que não parar a vida?
Só custa a despedida...
O resto é só dormir.

ILIDIO ROCHA

A CHEIA VEIO E ENGOLIU TUDO!

Ai, Chiloa! o milheiral perdido.
O chá, o arroz e até o amendoim.
As bananeiras tragadas pelo rio
Que até nos veio roubar vaca «piló».
Ai, Chiloa! o rio tem «chikuembo»,
Porque nem mesmo as orações dos crentes
Aqueles teus irmãos lá da missão,
Conseguiram salvar as plantações!
Ai, Chiloa! o rio vem-nos despir,
E nos levou os montes de sisal,
Que raposa «monhé», ladrão do sangue
Dos plantadores nossos bons irmãos,
Nos pagaria a peso de algodão!...
Ai, Chiloa! antes me levasse o rio
Na lama e suas águas pardacentas,
E um veleiro gigante me abarcasse,
Com rumo á Cidade do sol e do amor!
Ai, Chiloa! iria ser um mainata,
Ou trabalhar de noite na estiva
Dos enormes cargueiros estrangeiros,
Que ao longe, no mar, vemos cruzar.
Hei-de ver mais de mil carros iguais
Ao do teu padre Cruz lá da missão!
Hei-de ver meus amigos «magaissas»,
E pedir-lhes tabaco do Transval!

Ai, Chiloa! mas eu não quero ir!
Não posso aqui deixar-te tão sózinha.
Espero que as águas fujam para longe,
E o sol de novo brilhe mais ardente!
Vou deixar fugir esta tristeza,
Que mora nos teus olhos e nos meus.
Vou deixar morrer esta amargura,
Que em nossos corpos estranhada vive!
Pegarás na enxada e cavarás
Com mais denodo ainda nossos campos.
O milheiral dar-nos-á mais milho.
Teremos mais arroz e mais sisal!
Ai, Chiloa! a cheia engoliu tudo,
Menos a força monstra de teus braços.
A carícia doce de teus olhos.
E o esforço futuro de teus filhos!...

DUARTE GALVÃO

MOÇAMBIQUE

MANICA E SOFALA

Terra variada, grande e bela

(Continuação da 61.ª pág.)

junto ao mar, se alastra transbordando para além fronteiras.

Sumptuosas florestas de majestosas árvores, matas ralas de arborização mediana, cerrados de espinheiras, impenetráveis, misteriosas florestas onde imponentes árvores vivem sufocadas pelas trepadeiras e lianas, escondidas entre a folhagem espessa de arbustos, que não permite ao Sol beijar o solo, nem mais amplo horizonte que escassos palmos; verdejantes planícies, extensas a perder de vista, enfeitam a tela onde a Natureza reverteu em tons de verde, um monumento de beleza variada.

Junto á fronteira, nas serras de Chimanimani, eleva-se o cenário a altitudes de 2.435 metros. Clima esplêndido, aspectos maravilhosos.

As terras altas da Gorongosa, Massara, Barué, Angónia e outras, apresentam novos semblantes.

Abril dá inicio á estação seca, interrompida por aguaceiros intermitentes. Clima aprazível, é caracterizado pelo ameno calor solar durante o dia, e noites frias, tão frias, que obrigam a procurar-se a protecção de agasalhos e de mantas, que muitos julgam desnecessários nos trópicos.

As florestas e planícies mostram-se nesta época, no máximo da sua exuberancia, colhida das chuvas que as nuvens lançaram sobre a terra, de Novembro a Março.

De Maio a Agosto, o clima mantém-se quase inalterável, em temperaturas agradáveis e sadias, que se elevam a partir de Setembro, mas perfeitamente suportáveis até fins de Outubro.

Em Novembro, quando o termómetro regista, na curva ascendente, temperaturas elevadas, ardem os matos cobrindo o solo de um extenso manto negro de cinzas. Desaparecem os verdes e a Natureza, sequiosa, revela-se tragicamente bela.

Cedo, abundantes chuvas regarão o solo ressequido para dele fazer brotar beleza indescritível. Alastra-se sobre a terra um imenso tapete de ininterrupto verde. Aveludados capins nascem, macios, e as árvores que a estiagem desguarnecera, revestem-se de folhas lustrosas, delicadas, onde todas as tonalidades de verde se combinam.

A fauna moçambicana está representada em Manica e Sofala com proporcionado equilíbrio

Quem houvesse contemplado o grandioso espectáculo de uma queimada através de florestas e planícies, durante dias consecutivos, surpreender-se-ia ao ver a transformação operada pelas chuvas no limitado espaço de algumas semanas. Do solo, antes ressequido, calcinado, brota uma imensidade de vida vegetal.

Apesar de toda a sua exuberancia, variedade e sumptuosidade, incompleta seria a paisagem tropical se a animá-la faltasse a vida activa, a fauna que fornece os personagens que movimentam as cenas emocionantes de uma peça de inexcedível interesse.

Moçambique, um dos muitos retalhos de África, orgulha-se de possuir abundante fauna, representada no distrito de Manica e Sofala por variedade, quantidade e dispersão de animais selvagens em tão equilibrada proporção que, nalguns aspectos, se avantaja aos demais territórios africanos.

MANICA — Cena familiar indígena

Roteiro do caçador inexperiente

Se tivessemos de aconselhar visitante inexperiente, que viesse para iniciar-se nas lides venatórias, sugeriamos que visitasse, inicialmente, a grandiosíssima reserva de caça, o Parque Nacional da Gorongoza, a fim de familiarizar-se com a identificação das espécies, colhendo conhecimentos e informações que, posteriormente, lhe seriam de extrema utilidade. Depois, que passasse a exercitar-se a perseguir e a abater animais de pequeno porte, inofensivos, nas planícies do Buzi e nas áreas adjacentes á Reserva — no Tica, junto a Vila Machado, ou em terras dos règulados Inhametaze, Gonha, Muananimãe e Mazamba, da circunscrição de Cherigoma, a pouco mais de uma centena de quilómetros da Beira.

Dispondo de orientador competente, aconselhariamos, após estabelecido o primeiro contacto de adaptação, uma estadia de duas semanas nas planícies e florestas de Marromeu, para uma caçada aos bufalos, em paisagem diferente.

Dali, seguindo para Oeste, pela estrada que se projecta ao longo do Zambeze, penetraria na Chemba, para caçar nas frondosas florestas, matas cerradas e amplas clareiras, o elefante, o cudo, á inhala, a impala, o leopardo e, com alguma sorte, um leão de juba negra, dos que vivem nas fertilíssimas regiões de caça das áreas dos postos administrativos do Maringue e Canxixe.

As terras dos règulados Inhamechengue e Juchenge, planícies do Sunza e florestas do Ondóne, a nordeste da Reserva de Caça da Gorongoza, proporcionam ao desportista a facilidade de um encontro com rinocerontes (protegidos pelas leis de caça), elandes, cudos, egoceros negros, vacas do mato, zebras, bufalos, leões e leopardos e, possivelmente, entre os muitos elefantes que percorrem estas áreas, um macho de grandes pontas.

Estas são as regiões mais acessíveis ao desportista que, dispondo de tempo limitado — quatro a seis semanas — deseje realizar uma boa caçada.

Três meses chegam para que o desportista possa obter apreciável colecção de troféus cinegéticos

Porém, para obter uma variada e apreciável colecção de trofeus — o que requer dispêndio de tempo para a busca dos melhores especimes — três meses bastariam para o desportista conhecer todo o distrito, os multiplos aspectos das suas atraentes paisagens e caçar em terras mais distantes, ricas de caça.

Uma visita ás regiões das áreas dos postos administrativos do Báruè — Mungári, Mandie e Macossa — facultaria abater elefantes, bufalos, cudos, zebras, cobos de crescente, vacas do mato, elandes e algumas variedades da numerosa família dos cabritos, porcos do mato, hienas, chacacis, etc., etc., e frequentes emoções proporcionadas por encontros com rinocerontes e leões, abundantes na região da Macossa.

São igualmente férteis de caça outras regiões, tais como as que se acham incorporadas nas áreas dos postos de Téte: — Benga, Changára e Chiôco — especialmente as do Chiôco, onde é abundante o rinoceronte, bem como o elefante e o bufalo.

Em terras do posto do Chiuta vivem o raro egocero vermelho e muitas outras espécies de interesse cinegético.

Embora dentro do perímetro das áreas descritas possa o caçador desportista encontrar todas as espécies que interessam á sua curiosidade e cobiça e completar, possìvelmente, a sua colecção de trofeus das espécies cinegéticas de Manica e Sofala, não é descabido recordar que as regiões a sul do rio Pungué, até ao Save, desde o mar á fronteira, não são menos belas em aspectos sertanejos nem menos ricas em quantidade e variedade de animais selvagens. A circunscrição de Mossurize e a área da antiga circunscrição de Moribane, paralelas á fronteira com a Rodésia, e as terras baixas das circunscrições de Sofala e Buzi, possuem regiões de caça fertilíssimas, onde o exercício cinegético, mercê de condições e circunstancias locais, adquire interesse e beleza inexcedíveis.

JACINTO TAVARES

PARAISO DOS BICHOS

— GORONGOZA

(Continuação da 66.ª pág.)

verdadeiras, nobres, pujantes e destemidos; ferozes quando acossados ou sob a influência de exigências de necessidades alimentares, mansos e pachorrentos quando refeita a fome.

A picada n.º 4, oferece a forma mais gradativa de transição entre a paisagem que se deixou e os aspectos variados que vão apresentar-se. A planície á esquerda tem tons mais vivos de verde ao longo da baixa humida que alimenta capins tenros. Zebras, bois-cavalos e cobos de crescente, ás centenas, misturam-se nos pastos, sem se hostilizarem.

Saltam lindas impalas, os machos ensaiando lutas amigáveis, por desfastio, por necessidade de expandir vitalidades que se concentram em corpos esguios de linhas suaves de beleza impecável.

Muitos bichos aparecem isolados nas matas e capins altos que enfeitam a berma á direita do trajecto. São os velhos machos corridos das manadas por incapazes já para a reprodução, ou os novos, atrevidos, que os grandes escorraçaram, em defesa do harém.

Não se perde de vista animal isolado ou manada sem que outros logo se apresentem ao nosso alcance. Não há necessidade de procurá-los, porque são tantos, que por toda a parte se encontram.

Macacos de todos os tamanhos, em profusão enervante, animam a paisagem com as suas grotescas atitudes.

Reveste-se esta picada de extraordinário interesse, porque intercepta a passagem dos animais que de manhã regressam da água no *tando*, para se embrenharem na floresta e matas cerradas, o que lhes dão abrigo. Demoram-se durante as primeiras horas do dia em terrenos abertos, através dos quais a picada progride, para se banharem de luz do Sol. São os enormes elefantes, pachorrentos e ponacheirões. O macho, de grandes pontas, exibindo as presas reluzentes; a manada de fêmeas, guiando com solicitude maternal as crias que conduzem coladas ao corpo.

Leões aparecem com frequência, e muitos bufalos em manadas de algumas centenas de cabeças, de fêmeas com crias seguidas de alguns machos, a quem cabe a defesa da manada, ou grupos de potentes machos que as fêmeas afastaram temporàriamente da manada onde há crias muito pequenas. Vê-se o bufalo isolado, o «solitário», que foi vencido em lutas com outros machos, curtindo neurastenia com raiva e desapontamento.

Ao passo que se progride sobre a picada numero 7, nota-se mais denso e variado revestimento vegetal, florestas ralas e mata aberta, onde a qualidade dos bichos substitui a quantidade. Aparecem novamente os elefantes e os bufalos, já dentro da grande floresta que fica situada na curva mais profunda do trajecto. Já não são sómente os animais que impressionam, é também a paisagem grandiosa que tão bem se harmoniza com tão majestosos habitantes.

Nas diferentes ramificações desta picada contornam-se lagoas: a das Garças, a Verde, a do Inhatica, onde raro se passa sem topar com várias manadas de diferentes espécies, dessedentando-se. São locais de imenso interesse que fornecem oportunidades excelentes para colher boas fotografias e porque dão a conhecer novos bichos que, possìvelmente, não tinham sido vistos ainda, nos percursos anteriores.

O elande inofensivo — o maior de todos os antílopes — de elegantes hastes caprichosamente desenhadas; a vaca do mato, assustadiça; o elegante egocero negro, exuberante de beleza e dignidade, garboso e combativo, são novos e agradáveis conhecimentos que se tomam nestas áreas.

A lagoa dos hipopótamos proporciona um espectáculo singular

A lagoa dos hipopótamos reserva um espectáculo talvez unico. Centenas de corpos luzidios boiam em águas pouco profundas, reunidos em famílias agrupadas em manadas. Curiosos, entretêm o visitante com evoluções e roncos prolongados.

As picadas 2, 3 e 6 não são supérfluas porque, embora se limitem a mostrar animais que já foram vistos noutras, revelam aspectos típicos da selva onde os bichos nos aparecem mais interessantes, talvez porque o revestimento vegetal melhor se combina com a cor e os contornos dessas estátuas vivas que á hora de maior calor se refugiam nas sombras, em isolamento ou formando pequenos grupos, numa combinação ideal.

Visitar o Parque, deixando por fazer o trajecto que atravessa a floresta Sangrace é perder um dos mais belos espectáculos que ele faculta. Embora, em certas épocas, pouco percorrida pelos bichos, não perde interesse, porque é imensamente bela.

O exemplo deixado pelo trabalho exaustivo daqueles que, sem recursos tornaram util o Parque, irá certamente animar os que algum dia tiverem por missão a sua guarda, porque lhes competirá seguir a obra iniciada, ampliando-a com picadas novas que levem o visitante até outras áreas onde se escondem, ainda, o rinoceronte, o cudo e a inhala.

JACINTO TAVARES

A riqueza cinegética do Parque de Gorongoza é um dos grandes motivos de interesse turístico do distrito

O PLANO DE URBANIZAÇÃO converterá a capital de Manica e Sofala numa das mais belas cidades da África Oriental

(Continuação da pág. 63)

quase á segregação, segundo as diferentes raças, porque o numero de asiáticos, ou africanos, com hábitos europeus é muito reduzido. Porém, a divisão da cidade em bairros (europeu, asiático ou indígena) é feita com base nos hábitos dos moradores e não segundo as raças. São apenas os usos e costumes quando colidem com as regras de higiene adoptadas pelos europeus e por estes aceites como as unicas convenientes, que estabelecem a separação, principalmente por motivos de ordem de higiene e de salubridade colectivas.

No plano foram considerados problemas graves que contrariam o desenvolvimento da cidade

O actual plano de urbanização da Beira também tem em vista resolver alguns dos seus problemas particulares, como só casualmente poderão encontrar paridade noutros lugares, mas que contrariam o desenvolvimento da cidade e que são:

a) Falta de terreno urbanizável, a resolver por aterros e drenagens, consoante os casos.

b) Carência de mão-de-obra indígena, pelo estudo de alojamento dos indígenas.

c) Combate ao paludismo, pelo desalagamento dos pantanos, por aterros, pelo escoamento das águas pluviais e pela regulação adequada das outras águas.

d) Promiscuidade das diferentes raças que, por motivos higiénicos e sociais, é necessário separar, segregando os habitantes segundo os seus hábitos.

e) Valorização dos elementos urbanos já existentes o que, em larga medida, condiciona o novo traçado.

f) Falta de um sistema de abastecimento e distribuição domiciliária de água potável.

g) Falta de uma rede de esgotos das águas residuais o que prejudica a salubridade.

h) Falta de um sistema eficiente de distribuição de energia eléctrica que impede o progresso industrial.

i) Falta de um sistema de fornecimento permanente de terra, para a recuperação constante das terras baixas circundantes.

A resolução destes problemas, que são os de maior importancia,

Aspecto da cidade da Beira

arrasta a solução de mais os seguintes também previstos no mesmo plano:

j) Necessidade de um bairro piscatório.

l) Necessidade de desenvolver o turismo.

m) Necessidade de uma rede de transportes colectivos.

A solução da maior parte destes problemas já em 1904 era considerada necessária mas, até á apresentação do projecto de urbanização, só um estava completamente estudado: o fornecimento de água potável á cidade, que já está em execução.

O problema da energia eléctrica está sendo resolvido com a construção da nova central eléctrica da Munhava, localizada na zona industrial, junto do caminho de ferro, e os restantes problemas acima indicados estão em vias de resolução.

Quanto ao turismo, que já hoje faz movimentar somas consideráveis de dinheiro trazidas pelos rodesianos, bem merece toda a atenção que se possa dispensar-lhe porque a Beira tem condições excepcionais para ser um importante centro de turismo africano, particularmente por estar numa grande região de caça privilegiada, podendo a reserva da Gorongosa vir a ser tão boa fonte de receita como o Kruger National Park, na África do Sul.

Os estudos feitos e em curso facilitarão de forma notável o desenvolvimento da cidade, sendo de esperar que, seguindo o exemplo dos seus pioneiros que nunca recuaram perante dificuldades, ela se lance ao trabalho para se transformar numa das mais belas e prósperas cidades africanas da costa oriental.

Na praça central da Beira ficarão implantadas os mais importantes edifícios da cidade, entre os quais se incluirão os Paços do Concelho

DE RESTINGA DE AREIA
A URBE FLORESCENTE

(Continuação da pág. 63)

postas pelo próprio desenvolvimento.

Esta falta de espaço, ligada ao aumento progressivo da população, já obrigou a estudar um plano de urbanização e saneamento tendo em vista a possível expansão da cidade até 1970, para cuja realização muito contribuirão o porto e os caminhos de ferro.

Longe vai já o tempo em que pequenas zorras e vagonetas, rodando sobre linha Decauville empurradas por indígenas, percorriam em todo o comprimento a estreita língua de areia onde se instalara a primitiva povoação, transportando materiais de construção e de terraplenagem vindos, por vezes, como a pedra, de mais de uma centena de quilómetros.

Presentemente a Beira possui material circulante e de tracção, do mais moderno, que garante a drenagem de toda a produção agrícola e mineira, do interior para o litoral e o abastecimento do vasto «hinterland» de tudo quanto este carecer do exterior. Dada a sua posição geográfica, o porto da Beira é, indiscutivelmente, o porto da Rodésia e da Niassalândia. Estas duas realizações, porto e caminho de ferro, conferem á Beira a importância extraordinária que desfruta como centro vital de comunicações unindo os vastos e ricos territórios interiores desta região do continente africano com o resto do mundo exterior.

Por isso, ao pensar na extraordinária visão dos pioneiros que conceberam e realizaram tal obra, lutando contra tudo e todos, até transformarem uma restinga de areia lamacenta, varrida pelas ondas do Oceano nas marés altas, na florescente cidade que já hoje nos é dado admirar, não podemos deixar de nos curvar, reconhecidos e surpresos pelo enorme esforço despendido, orgulhando-se do alto significado do feito, que traduz algumas das melhores qualidades do bom povo português.

O arranjo a que obedecerá segundo o plano de urbanização da Beira, a futura Praça dos Caminhos de Ferro é digno de uma metrópole

RESENHA HISTÓRICA
DA CIDADE

(Continuação da pág. 62)

arrojada empresa de galgar o Pungué com uma ponte e de lançar o caminho de ferro, por viadutos e aterros, sobre os imensos «tandos» inundáveis, quando a linha já estava prestes a atingir a região fértil de Chimoio.

Em 1896 ficou concluída a ponte-cais do caminho de ferro, e a primitiva muralha de defesa construída com terra batida e estacas de madeira, foi substituída por outra de betão. Desenvolveram-se consideravelmente as instalações portuárias, muito embora as actividades, dia a dia mais complexas, da jovem povoação — porto, alfandega, capitania, armazens e habitações — estivessem durante algum tempo confinados á extremidade ocidental da estreita faixa, cuja largura não ultrapassava uma centena de metros, tendo sido necessário prolongar a muralha o que foi seguido de importantes aterros nas margens do Chiveve, cujo leito se deslocou parcialmente para norte.

Entretanto, o ritmo do desenvolvimento da povoação foi-se acelerando e os pioneiros da Beira, construindo muralhas do lado do estuário, encalhando barcos para defesa da terra a que se agarraram, ampliando a área ocupada com aterros, asseguraram a existência e o progresso do que viria a ser a florescente cidade actual, escrevendo assim uma brilhante página da sua história, difícil de igualar e impossível de suplantar.

O caminho de ferro da Rodésia, convertendo a Beira no porto natural da vizinha colónia britanica, assegurou-lhe finalidade sólida

Em 1897 foi criada uma comissão para estudar o melhor sistema de esgotos da povoação, podendo dizer-se que é a partir desta data que a sua urbanização entrou numa fase de evolução consciente. Mau grado o seu aspecto ainda mesquinho, a Beira contava então 540 não-indígenas portugueses, 787 não-indígenas de 14 nacionalidades diferentes, pràticamente habitando todos eles casas de madeira e zinco. A população indígena era apenas de 2.714 almas.

Em 14 de Julho de 1900 foi inaugurada a linha de caminho de ferro unindo a Beira com a Rodésia. E' a partir desta data histórica, coroando os esforços persistentes dos seus pioneiros, que ficou assegurada a continuidade e o desenvolvimento da Beira que, passando a ser, sem discussão, o porto daquela progressiva colónia britanica, lhe rasgou novos horizontes e lhe assegurou o apoio de uma sólida finalidade.

Em 1907, ano de notável desenvolvimento, foi a Beira elevada á categoria de cidade, ficando a sua orientação a cargo de um organismo meramente consultivo, criado em 1898 e designado por Comissão Sanitária e depois Comissão Urbana. Esta foi substituída em 1914 pela Comissão de Melhoramentos da cidade da Beira que, por sua vez, foi extinta em 1925 para dar lugar á Comissão de Administração Urbana da Beira, com atribuições idênticas ás das Camaras Municipais.

A falta de água e o sistema de esgotos eram os dois magnos problemas que se opunham á expansão da cidade e assim, em 1920 foi aberto concurso para a elaboração dos necessários projectos. O estudo então feito por um engenheiro inglês forçou as obras indispensáveis em 251.500 libras. A Companhia de Moçambique gastou a seguir 2.200 libras na pesquisa de água e um velho residente inglês despendeu 4.000 libras para o mesmo efeito.

Como não era possivel obter-se uma solução económica para

Arte negra

o fornecimento de água, o assunto foi sendo protelado, só voltando a ser ventilado em 1928, ano em que foi proposta a captação de água no Pungué, ou no seu afluente Dingue-Dingue.

Em 1931 foi apresentado um esquema de drenagem dos charcos do norte da cidade e em 1932 a Comissão de Administração Urbana encarregou dois arquitectos de elaborar um plano de Urbanização que não chegou a ser aprovado.

Em 1929 passou a administração do território para o poder do Estado português, acto político de larguíssimo alcance que nunca é possível encarecer de mais, e a expansão da cidade continua em ritmo acelerado, o que levou a sua Camara Municipal a abrir concurso, em 1943, para um plano de Urbanização, cujo projecto foi discutido e aprovado em Outubro de 1943 e que, quando concluído, dará á Beira, com a unidade e largueza de vistas que as circunstancias exigem, a resolução dos grandes problemas de interesse colectivo que a afligem desde 1904.

MOÇAMBIQUE

A ZAMBÉZIA
JARDIM DE MOÇAMBIQUE

A Zambézia que, desde 1934, ficara constituída pelos antigos distritos de Quelimane e Tete, depois da integração dos territórios de Manica e Sofala na administração directa do Estado confinou-se apenas ao distrito de Quelimane, com uma área da ordem dos cem mil quilómetros quadrados.

O actual distrito. que abarca parte grande da Alta Zambézia e toda a Baixa Zambézia, confina a norte com o distrito do Niassa, a sul com Manica e Sofala, a oeste com Tete e o protectorado da Niassalandia, e a leste com o Oceano Indico.

Comandante Alvim e Melo, Governador da Zambézia

A capital — Quelimane — está implantada na margem esquerda do rio dos Bons Sinais, em cuja barra Vasco da Gama fundeou pela primeira vez em Janeiro de 1498

Quelimane, que após as obras que ali estão sendo feitas, disporá de um porto de largo futuro, ascendeu á categoria de vila por carta régia com data de 9 de Maio de 1761, e foi elevada a cidade vai para dez anos (21 de Agosto de 1942).

A sua população não indígena, que, pelo censo de 1945, era de 2.098 indivíduos de ambos os sexos, acusa forte aumento subsequente, ao mesmo tempo que as condições de salubridade têm melhorado e as construções urbanas se fazem a ritmo acelerado.

Mercê de condicionalismo favorável de solo e clima, o distrito beneficia, sob o aspecto agrícola, do regime da policultura.

E' todavia, na faixa marginal aluvionária que a exploração organizada da terra se pratica em escala maior, com predominancia do coqueiro.

Por seu turno a cana sacarina é cultivada no vale do Zambeze, enquanto no vale do Xire e no centro do distrito se produz o sisal.

Nos maciços de Namúlia e de Milange as plantações de chá acusam desenvolvimento cada vez mais acentuado. O grau de desenvolvimento da cultura nestas regiões, nunca poderá ser ventilado sem que ocorra uma palavra de justiça para um homem extraordinário, que ao chá e ao Gurué dedicou toda a actividade e entusiasmo: o malogrado Manuel Saraiva Junqueiro. E um pouco por toda a parte, encontra-se ainda tabaco e algodão.

Sob o Governo experimentado do comandante Alvim e Melo é de esperar que todo o distrito receba o impulso decisivo, de que carece, pois além do conhecimento profundo dos problemas, reune excepcionais qualidades de acção.

O INCONFORMISMO
CONSTRUTIVO DA ZAMBÉZIA
É O MAIOR FACTOR DO SEU PROGRESSO

No mais rico e mais densamente povoado distrito da Província de Moçambique, cabe á Associação do Fomento a ingrata e antipática, mas salutar e imprescindível tarefa de perturbar a rotina administrativa dos diversos departamentos do Estado, com frequentes solicitações tendentes a imprimir á ordeira e laboriosa comunidade zambeziana uma estruturação mais viável e mais consentanea com o escalão prós-pioneiro da sua ainda curta existência.

A Associação do Fomento, representante legal dos comerciantes, agricultores e industriais da Zambézia, porta-voz das entidades patronais do Distrito, é um organismo disciplinado e disciplinador.

A sua esfera de infiuência é uma vasta zona, cujos recursos espantosos se encontram ainda quase inexplorados. O facto de nelá existirem algumas empresas de proporções impressionantes, não invalida a afirmação anterior, porquanto as suas riquezas e o valor da notável obra que realizaram são uma modesta amostra dos tesouros que o aproveitamento integral das suas virtualidades pode vir a facultar a lusa grei.

Para a exploração de tão ricas e variadas potencialidades, dispõe a Zambézia de uma população indígena de um milhão e cem mil almas e duns escassos milhares de civilizados, que estão naturalmente indicados para lugares técnicos e de comando.

Assim, a segura e duradoura prosperidade das suas forças vivas, unicos pilares do sádio engrandecimento nacional, só pode assentar na progressiva elevação do nível de vida dos nativos. Para isso, necessário se torna que, moral e materialmente, seja reduzido o abismo que ainda hoje separa os dois sedimentos da população zambeziana.

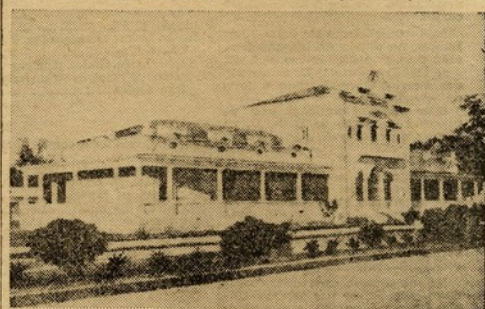
Alguma coisa de apreciável se tem feito já, nesse sentido. Contudo, o pouco que se fez é também uma modesta amostra do muito que ainda se poderá fazer.

Logo, o primeiro problema a assoberbar a Associação do Fomento e a originar um choque frontal com um dos mais importantes departamentos do Estado é o das vias de penetração. Compreendem estas as estradas e a linha férrea. As estradas são más, ficando algumas cortadas na época das chuvas. A sua consolidação definitiva é, todavia, de bastante difícil execução, visto envolver o dispêndio de uma avultada soma, que o Estado por enquanto não possui. Quanto ao caminho de ferro, o caso é inteiramente diferente e constitui a mais eloquente ilustração de que a armadura legislativa estadual se tornou prematuramente pesada de mais para a frágil consistência de uma colectividade tão moça.

Urge, portanto, rever criteriosamente o complexo legislativo que concatena e condiciona o conjunto de actividades privadas, não á luz do interesse particular de determinado sector publico, mas sim tendo em mira os superiores interesses nacionais, que, num meio em formação como é a Zambézia, devem tender a dar a maior protecção ao elemento demográfico, encorajando a criação do seguinte ciclo: afluxo de capitais — aumento de produção — elevação do nível geral de vida — arrecadação de maiores receitas publicas.

Ora, esta orientação, considerada ideal pela Associação do Fomento, tem sido sacrificada em proveito de uma política económica de resultados imediatos mais palpáveis, os quais, infelizmente, estão muito longe de compensar os nocivos efeitos do inevitável retardamento que se opera no ritmo de progresso de um Distrito dotado de especiais predicados para atingir rápidamente a sua estável emancipação.

Efectivamente, as numerosas peias que embaraçam iniciativas destinadas a valorizar esta região — e que seriam plenamente compreensíveis numa sociedade já adulta — não se justificam no actual estágio do seu desenvolvimento, e, em vez de contribuirem para uma disciplina mais viçosa, acarretam desanimos e desistências que só podem empobrecer o património comum.

Tome-se, por exemplo, o caso do caminho de ferro. Socorrendo-se da falsa necessidade de — á semelhança do que acontece em países onde existem sistemas ferroviários eficientes — se proceder a uma racional coordenação dos transportes terrestres, arrogou-se o exclusivo do transporte de cargas superiores a duas toneladas, nos percursos concorrentes da Província.

QUELIMANE — Escola Vasco da Gama

Não é da competência da Associação do Fomento a apreciação dos efeitos que esta medida teve nos outros Distritos. Na Zambézia, tal disposição legal traduziu-se numa perfeita asfixia dos transportes particulares. O seu unico percurso concorrente, a estrada Quelimane-Mocuba, é, infelizmente, a unica via de acesso directo a Quelimane das doze circunscrições do Distrito. Quer isto dizer que os agricultores e comerciantes que vivem para lá de Mocuba, e para quem é muito mais conveniente a utilização de camiões do que a de carros ligeiros, são obrigados a percorrer 400 km., com os seus veículos vazios, sempre que têm precisão de se deslocarem até á capital.

Isto, contudo, só se dá no caso, pouco provável, de saírem de suas casas com carga para Quelimane, a despachar em Mocuba, e, no regresso, receberem em Mocuba carga que despacharam em Quelimane.

Atendendo a que o material circulante de que dispõe o caminho de ferro de Quelimane é ridiculamente insuficiente, o que origina consideráveis demoras no transporte de mercadorias, este caso ideal, em que o prejuízo seria mínimo, raramente ou nunca se verifica.

Para os habitantes de pontos situados entre Mocuba e Quelimane, as deslocações á capital são sempre efectuadas com os camiões vazios.

Regista-se, assim, uma despesa inutil e uma apreciável redução na capacidade transportadora do Distrito.

A dar maior realce á actuação despótica do caminho de ferro, são os viajantes obrigados a pagar uma pesada portagem para atravessar a ponte sobre o rio Muanange, a 20 km. de Quelimane, portagem essa que, periódicamente, mais pesada se torna. No entanto, a ponte foi construída pelo caminho de ferro com dinheiros publicos, cobrados nos bilhetes de despacho da Alfandega, encontrando-se paga há iá muito tempo.

Outra circunstancia que ulcera a infinita paciência do lutador zam-

(Continua na 84.ª pág.)

A INDÚSTRIA DO CHÁ NA PROVÍNCIA DE MOÇAMBIQUE

O QUE É A ACTIVIDADE
DA SOCIEDADE CHÁ ORIENTAL

A «Sociedade Chá Oriental» está tão intimamente ligada á cultura do chá na Africa Oriental Portuguesa, que não é possivel falar na industria sem fazer a história daquela importante empresa, descrever a sua actividade presente, e, finalmente, dizer alguma coisa sobre as suas aspirações futuras.

A origem da sociedade e o que ela representa hoje como factor económico

A «Sociedade Chá Oriental» é sucessora da Empresa Agrícola do Lugela, que teve a sua primeira colheita na campanha do ano 1924/25 — produzindo 45 toneladas de chá feito.

Quando a Empresa Agrícola do Lugela era arrendatária do prazo Milange, tentou fazer nesta propriedade, em primeiro lugar, uma plantação de café, mas aquela tentativa não venceu. Pouco depois da guerra de 1914/18 a Empresa abalançou-se a nova experiência, plantando chá para o que utilizou os serviços de técnicos altamente especializados.

Passou a Empresa Agrícola do Lugela por várias vicissitudes, dificuldades económicas de quem principia, e finalmente, em 1933, a «Sociedade Chá Oriental» iniciou a sua carreira, tomando conta da plantação de chá da Empresa Agrícola do Lugela, como sua sucessora. O quadro que a seguir se transcreve, demonstra claramente a possibilidade produtora da propriedade, quer quando da vida da antiga Empresa, quer durante a presente administração.

Anos	*Tons. de Chá feito*
1924/25	45
1925/26	33
1926/27	55
1927/28	68
1928/29	71
1929/30	82
1930/31	113
1931/32	100
1932/33	117
1933/34	167
1934/35	182
1935/36	208
1936/37	251
1937/38	282
1938/39	314
1939/40	389
1940/41	386
1941/42	397
1942/43	425
1943/44	428
1944/45	480
1945/46	560
1946/47	613
1947/48	563
1948/49	500
1949/50	715
1950/51	6[illegible]2

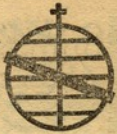
A área total da propriedade é de 1.890 hectares.

Presentemente tem plantada, na chamada plantação velha, uma área de 400 hectares, que, quando atingir o máximo da produtividade se calcula poder produzir folha verde para uma obtenção de 500 toneladas de chá feito. E' de notar que a Sociedade mandou arrotear outros terrenos para uma segunda plantação, denominada Melosa, abrangendo uma área de 400 hectares. Para o fabrico de chá, cuja folha se colhe desta plantação, uma outra fábrica está praticamente concluída. Segue-se que a Sociedade, em breves anos, virá a produzir para cima de *1.000 toneladas de chá feito por campanha.*

MÃO-DE-OBRA: A despeito da boa vontade manifestada pelas autoridades, no que respeita ao recrutamento de mão-de-obra indígena, esta continua a ser escassa e particularmente difícil nos meses de Outubro, Novembro e Dezembro, tornando-se, por este motivo, um problema vital para a Companhia.

A Sociedade Chá Oriental emprega cerca de 1.500 homens.

(Continua na 85.ª pág.)

Trabalhadores indígenas dispõem plantas de chá

ACTIVIDADES METROPOLITANAS EM TERRAS DO IMPÉRIO

A INTENSA ACÇÃO

DESENVOLVIDA NO ULTRAMAR

PELO MAIS IMPORTANTE BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS

— O BANCO NACIONAL ULTRAMARINO

No ano passado, em consequência do volume das suas operações de crédito, o Banco Nacional Ultramarino foi o mais importante Banco comercial português.

Em 31 de Dezembro, a sua carteira comercial e a conta de Empréstimos Diversos atingiam 23 % e 20 %, respectivamente, de todos os descontos e empréstimos efectuados pelos Bancos e Casas Bancárias portuguesas. A carteira comercial apresentava um saldo de 1.283.929 contos. As contas de Empréstimos Diversos fecharam nessa altura com um saldo de 701.316 contos.

As disponibilidades em Caixa e nos Bancos, no ultimo dia do ano passado eram d 416.935 contos na Sede, e de 180.762 contos nas Dependências das Provincias, perfazendo o total de 597.697 contos.

Estes numeros elucidam bem da grandeza da acção do B. N. U. na economia portuguesa.

★

No Ultramar, nas Provincias de Cabo Verde, Guiné, S. Tomé e Principe, Estado da India, Macau e Timor, em que o B. N U. é o unico Banco autorizado, como em Moçambique, onde funcionam dois Bancos estrangeiros, a acção do B. N. U. é economicamente dominante.

No ano passado, os créditos concedidos pelo Banco nas sete Provincias Ultramarinas onde tem o privilegio de emissão, importaram em cerca de 3.500.000 contos, contribuindo Moçambique para esse total com mais de 3.000.000 de contos.

A circulação fiduciária do Banco está apoiada numa reserva monetária de 1.088.162 contos em ouro, divisas e titulos do Estado. Esta quantia impressionante ganha ainda maior relevo quando se tem em consideração que, da circulação em Moçambique, 689.682 contos são do Fundo Cambial com inteira cobertura em ouro e divisas.

Do balanço geral do Banco Nacional Ultramarino referido a 31 de Dezembro de 1950, verifica-se a sólida prosperidade desta grande instituição bancária, resultante da acção prudente e inteligente das Direcções que têm gerido os negócios do Banco nos ultimos vinte anos.

O movimento global do Banco foi de 15.490.764.385$76. A conta de Lucros e Perdas mostra um movimento de 197.324.489$30, distribuídos como se segue:

LUCROS

Saldo de 1949		9.847.978$88
Juros s/ Letras Descontadas, créditos caucionados e outras contas		94.102.676$99
Rendimento de títulos publicos		7.490.799$36
Comissão, prémios de transferência e lucros em várias transacções		85.883.034$07
		197.324.489$30

ENCARGOS

Juros s/ Depósitos e contas várias		14.404.737$30
Despesas várias:		
Remuneração da Direcção e ordenados do pessoal	73.394.638$42	
Honorários judiciais	254.821$82	
Emissão de notas	271.194$94	
Papelarias	1.910.295$10	
Despesas várias	10.247.352$11	86.078.302$39
Impostos		5 721.353$20
Amortizações e provisões várias		66.147.534$35
		172.351.977$24
A transportar		24.972.512$06
		197.324.489$30

Nada poderia atestar melhor a prosperidade do Banco Nacional Ultramarino do que a grandeza e a eloquência destes numeros.

COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MOÇAMBIQUE

MOÇAMBIQUE E A INDÚSTRIA PORTUGUESA DO AÇUCAR

A MAIS IMPORTANTE DAS ACTIVIDADES ECONÓMICAS ULTRAMARINAS DE CUJOS BENEFÍCIOS DESFRUTA TODO O IMPÉRIO PORTUGUÊS

—AS CAUSAS DA SUA CRISE E OS FACTORES DO SEU DESENVOLVIMENTO

Portugal tem velhas e brilhantes tradições na industria açucareira, cujas raízes foram primeiramente lançadas na Madeira e nos Açores e mais tarde em Cabo Verde e S. Tomé, até que as suas actividades se estenderam ao Brasil e, finalmente, nas províncias ultramarinas de Angola e Moçambique.

A tal ponto essa actividade económica nacional se desenvolveu e alargou a sua esfera comercial que no séc. XVI «os açucares de Portugal eram os que supriam as refinações de Inglaterra, Flandres e Alemanha», e no séc. XVII quase toda a Europa se provia das refinarias de açucar que mantinhamos no Brasil.

Com a proclamação da independência do Brasil, Portugal ficou sem uma industria sacarina própria, passando a ter que importar do estrangeiro todo o açucar que para o seu consumo era necessário.

Essa situação de pesados encargos para a economia portuguesa fez nascer a ideia louvável de iniciar uma política de independência, encaminhando todos os esforços e boas vontades para territórios do nosso Império colonial, que cobiças estranhas ameaçavam.

Foi assim que, a partir de 1870, se aventuraram capitais na desbravação dos sertões africanos, numa tarefa de empreendimentos audaciosos, dos quais vieram, todavia, a pouco e pouco, a colher-se largos efeitos de compensação para a economia nacional, sendo sobretudo Moçambique o melhor centro de cultura e desenvolvimento da industria dos açucares.

A' sombra de Moçambique nasceu a industria portuguesa do açucar, que teria certamente atingido no decorrer dos anos um maior grau de desenvolvimento e prosperidade se certas disposições legais não tivessem cerceado a sua expansão reduzindo-a assim a uma exploração ruinosa, de interesses estranhos, que não eram afinal os legítimos interesses da própria industria e de toda a população do Império português.

Apesar das actividades açucareiras se terem estendido á província de Angola, oferecendo, portanto, condições de maior desafogo, de prosperidade e de proveito nacional, os pesados encargos da produção e exportação do açucar continuavam a ser apenas sacrifícios inglórios para os produtores ultramarinos, aos quais cabia a maior parcela de esforço nessa empresa de largos benefícios, e para os quais tão pouco se fazia sentir a merecida protecção de que careciam.

Só em 1930 a industria portuguesa do açucar pôde vencer grande parte dos obstáculos que impediam a marcha do seu desenvolvimento, progresso e expansão, mercê de acertadas medidas legais, que a salvaram de uma ruína total e irreparável.

O valor económico da produção do açucar constitui hoje elemento fundamental da vida do País, auferindo, ao mesmo tempo, a Fazenda Nacional, de toda esta actividade o maior benefício, pelas receitas que dela rateia, podendo considerar-se o açucar o mais importante dos contribuintes portugueses.

A guerra do açucar foi um longo período de ruinosas competições

A crise que a industria do açucar atravessou quase desde o seu início, nos centros portugueses de produção — sobretudo em Moçambique, onde ela se fazia em grande escala — era o reflexo do que se estava passando num mundo assoberbado pela desordem e incerteza que, após a primeira grande guerra, denunciava um grave desequilíbrio na vida económica dos povos.

Pode, no entanto, dizer-se que a guerra do açucar em todo o Mundo, — e, portanto, a sua crise — tinha, por detrás das cotações, a manobra política de Governos poderosos e ricos, que queriam dar meios de triunfo ás suas industrias, obedecendo apenas a falsos imperativos que o Liberalismo Económico lançou no mundo internacional dos negócios.

E' certo que a produção se tinha desenvolvido notoriamente, mas em contrapartida o consumo não acompanhou essa capacidade produtiva. E daí resultaram três graves consequências: o rápido declínio dos preços, a acumulação de grandes «stocks» invendáveis e a intensificação de uma política proteccionista, de processos nem sempre morais.

Em 1929 calculava-se em três a cinco milhões de toneladas a quantidade de açucar imobilizado, á espera de colocação nos mercados livres ou mal protegidos, avaliando se, assim, como era difícil a situação e os seus efeitos desastrosos.

Para suster esta descida alarmante da industria do açucar, vários Governos criaram, como medidas de protecção, fortes muralhas alfandegárias, concederam grandes baixas de impostos e editaram direitos proibitivos contra a entrada de açucar estranho e atribuiram importantes subsídios aos produtores, subsídios esses que em 1936 somavam 1.000 milhões de dólares.

Era um passo de inteligente política económica, que todavia não vinha curar *in radice* um desequilíbrio de longos anos, com raízes fundas e difíceis de extirpar.

A posição da industria açucareira portuguesa até 1924 era apenas sustentada pela deficiência dos seus próprios recursos, e tendo que lutar com os reveses imprevistos de inundações, de secas e invasões de gafanhotos na cultura, via-se ainda desprotegida pelos Poderes Publicos, que por outro lado aceitavam a entrada de açucar estrangeiro, em condições insuportáveis para a economia portuguesa, cuja percentagem assustadora chegou a elevar-se a £ 500.000 por ano.

Desta falta de protecção legislativa resultaram os graves inconvenientes de um irregular e insuficiente abastecimento dos mercados internos, colocados na dependência de produtores estrangeiros; a alta excessiva dos preços e a saída, todos os anos, de largas somas cambiais, para pagamento de uma mercadoria que podia ser produzida em Portugal, não faltando recursos naturais para tanto.

Se acrescentarmos a tudo isto a falta de transportes marítimos do Estado, a complicação criada ao problema das transferências coloniais, a debilidade do intercambio entre a Metropole e as possessões ultramarinas e as sérias repercussões nas finanças e na economia coloniais, facilmente aceitaremos que a situação era de incerteza e de pequenês.

A nova fase de equilíbrio da industria açucareira ultramarina correspondeu a uma acertada política de protecção do Governo Português

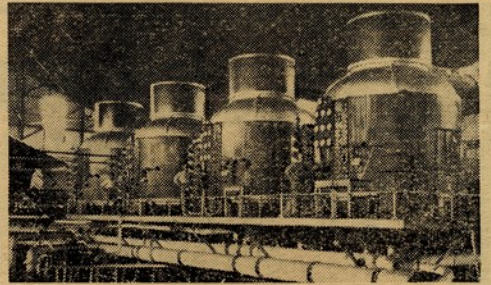
Os diplomas oficiais que, em 1928, procuraram remediar males profundos, avolumados em anos de depressão progressiva, embora viessem estabelecer um necessário aumento das taxas da pauta e um diferencial de 50%, extensivo a 76.000 toneladas de açucar colonial — 62.000 de Moçambique e 14.000 de Angola — o certo é que deixaram a verdadeira solução do problema ainda longe das melhores intenções do legislador; pois, pensando-se apenas no presente de então, não se acautelou um futuro de riscos que necessariamente surgiram.

Acentuou-se a baixa do preço do açucar nos mercados livres e a concorrência estabelecida pôs a industria portuguesa sob novas e perigosas ameaças estranhas. Uma falta de protecção eficaz continuou a ser um erro económico, que só medidas mais eficientes podiam resgatar, oferecendo ao mesmo tempo melhores garantias de futuro.

Não bastava resolver um simples problema financeiro, pois o caso apresentava-se mais complexo, como pelas suas inevitáveis consequências se mostrou: a entrada de grandes quantidades de açucar estrangeiro, a detenção no Ultramar de importante volume de ramas, que não valia a pena transportar para a Metropole, a acumulação de elevada tonelagem de açucar nacional em Lisboa e Porto, á espera da venda do açucar estrangeiro, e as dificuldades financeiras das empresas açucareiras.

A crise, que se de facto se mantinha, só veio, na verdade, a ser modificada, quando um decreto de 1930 veio inaugurar uma nova fase na política açucareira do Governo português, imprimindo rumos mais definidos e mais certos á industria portuguesa do açucar.

O objectivo desse diploma oficial era «amparar uma cultura e uma industria que, na Africa portuguesa constituem uma das maiores manifestações de aproveitamento e de trabalho».

Eram, por este modo, reconhecidos os factos e as necessidades da industria açucareira, para acudir ás quais se assentou em cinco regras essenciais de defesa e que foram: elevar em $01 ouro o beneficio pautal de que gozava o açucar do Ultramar Português; assegurar a entrada de 50 % da quantidade de açucar anualmente consumido no Continente a cada uma das provincias de Angola e Moçambique (abatidas de 1.000 toneladas, reservadas a Cabo Verde); garantir a permanência deste beneficio durante quinze anos; impedir, no Ultramar, não só a instalação ou a remodelação de fábricas que não correspondessem aos ultimos progressos técnicos, mas também o aproveitamento, para plantações, de terrenos que não reunissem «todas as condições naturais para a produção de cana rica em sacarose, em quantidade proporcionada á capacidade daquela», e, finalmente, equilibrar os legitimos interesses das Provincias Ultramarinas, ligadas ao regime açucareiro, e os da Metrópole, pela criação de um Grémio de Produtores. As providências tomadas modificaram, assim, uma situação que atingiu quase as raias do desespero, entrando-se, a partir de então, num periodo de maior normalidade e segurança, a que poderiamos chamar «a paz do açucar», em contraste com a guerra de interesses que se havia criado.

Jogo de panelas de cozedura da fábrica do Luabo, na Zambézia, que tem uma capacidade de produção de 30.000 toneladas anuais

Algumas normas de saneamento económico, introduzidas por essa reforma legal, ficaram ainda sofrendo de deficiências imprevistas, que uma consideração mais atenta do problema veio remediar ainda em Junho do mesmo ano, sobretudo a que dizia respeito á taxa de salvação nacional, que se impunha actualizar, em face das medidas tomadas em vários países, em defesa dos seus interesses.

A «Sena Sugar Estates» — a grande empresa propulsora do desenvolvimento da industria açucareira de Moçambique

A produção de açucar na Provincia de Moçambique foi iniciada no ano de 1893 pelo falecido sr. John Peter Hornung, no vale inferior do Zambeze, região que, naquele tempo, se encontrava afastada de toda a civilização e inteiramente inculta. Em 1920 formou a «Sena Sugar Estates, Ltd.», sendo seu actual presidente do conselho de administração seu filho, sr. coronel Charles Bernard Hornung, muito conhecido em Portugal pela sua grande amizade ao nosso País.

As plantações foram-se sensivelmente alargando, a partir de então, em face dos numeros que indicavam as culturas dos anos anteriores: 200 hectares em 1827; 1.000 em 1900; e 7.850 em 1923, tendo subido o numero de braços empregados de algumas centenas a 20.000.

A Sena Sugar passou a ser o grande produtor de açucar em Moçambique, contribuindo, assim, de uma maneira poderosa para o apuramento dos numeros que em 1939-1940 marcam a posição da industria açucareira em Moçambique e consequentemente a sua valiosa, para não fizermos a maior quota parte na expansão de toda a industria portuguesa do açucar: capital empregado, 92.552 contos; área cultivada, 24 573 hectares; cana cortada, 795.106 toneladas; açucar produzido depois de 1930 (máximo, 1933), 92.145 toneladas, (minimo, 1936), 68.041 toneladas; valor, na propriedade, de produção de açucar, 83.041 contos; braços empregados: indigenas, 23.500; europeus, 700; açucar exportado depois de 1930: máximo (1931), 75.579 toneladas; minimo (1940), 48.147 toneladas.

A area aplicada ao cultivo da cána sacarina representa 13 % de toda a area cultivada da Provincia (194.087 hectares).

Hoje deve andar á volta de 40.000 o numero de negros que a industria açucareira emprega, em media, nas duas grandes provincias africanas do Ultramar Português.

A «Sena Sugar» possui duas vastas plantações — Zuabo e Marromeu — com as suas modernas fábricas, residências permanentes para o seu numeroso pessoal europeu, hospitais, clubes e campos de jogos. A Companhia dispõe de uma rede privativa de transportes, que abrange mais de 300 quilómetros de linha ferrea, e uma flotilha de barcos fluviais e batelões modernos. Durante os meses da colheita, as fábricas laboram de dia e de noite, esmagando a cana sacarina á razão de 160 toneladas por hora. Desde o inicio da industria, a produção total de açucar já excedeu 1.750.000 toneladas.

Uma larga organização de recrutamento de pessoal indigena, organismos competentes que cuidam da sua alimentação, saude, vestuário e alojamento, aldeamentos organizados com o maior desvelo, um rigoroso policiamento de costumes para combater grosseiros preconceitos e práticas imorais e uma assistência cuidada, dentro das melhores condições higiénicas, representam ao lado das suas actividades industriais, uma força poderosa de educação e nacionalização que a Industria Açucareira tem ao seu alcance, sendo, assim, um valioso agente da obra civilizadora do nosso Imperio.

Melhores compensações para a produção do açucar e o aumento da capitação portuguesa de consumo são problemas ainda dependentes de uma solução satisfatória

Apesar de todas as diligências feitas nos grandes mercados internacionais, persiste ainda um grave desequilibrio entre a oferta e procura do açucar no Mundo, após as desolações da ultima guerra.

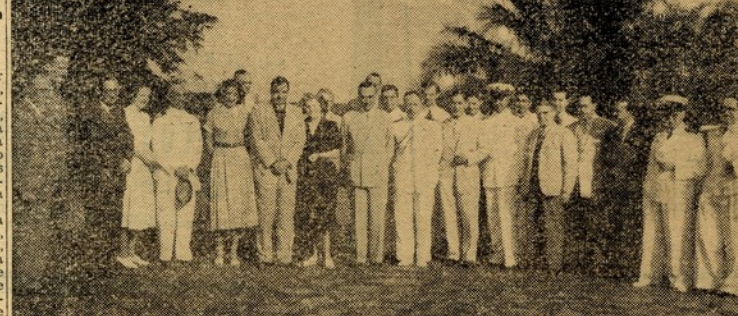
Um «deficit» de 1.853.000 toneladas, ao lado de uma produção anual de 8.067.000 toneladas com o consumo de 9.920.000 toneladas, são numeros que elucidam a situação mundial do açucar.

E Portugal participa no desequilibrio desta crise, a braços com este problema de graves dificuldades: a adaptação da produção ao consumo.

Em face da eloquência dos factos e dos numeros parece poder chegar-se a estas conclusões: perante as lições irrecusáveis da guerra, Portugal precisa de uma industria açucareira; só a industria nacional pode assegurar á Nação fornecimentos abundantes de açucar, a preços medios e estáveis e de qualidades adaptadas ao gosto do consumidor; e se essa produção é indispensável á vida do povo, tem de garantir-se-lhe não só os meios de existência, mas também os elementos de prosperidade que são precisos para desempenhar o seu papel verdadeiramente nacional.

As responsabilidades de Portugal como grande nação colonizadora e civilizadora de um vasto Império, a importancia que a industria açucareira atingiu já na economia nacional, de que é hoje elemento de primeira categoria, e o valor do açucar como rendimento importante da Fazenda são razões que dispensam comprovação, para serem postas na base de uma solução consentanea com as necessidades que o problema oferece.

A actualização da protecção legal, tendo em vista os custos que acresceram á produção do açucar nos ultimos anos, viria naturalmente a converter-se no meio eficaz e decisivo para a normalização produtiva da industria açucareira.

Tudo quanto fica dito acerca do problema português do açucar em Moçambique e em todo o nosso Império envolve apenas a intenção e o desejo de ver identificados os destinos da nossa industria açucareira com os melhores interesses nacionais.

Visita ao Luabo do Governador Geral de Moçambique, acompanhado pelo Governador da Zambézia e outras individualidades

COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MOÇAMBIQUE

ELECTRO-MECANICA DA ZAMBÉZIA, LIMITADA

CAIXA POSTAL 150

QUELIMANE

★

COMÉRCIO GERAL DE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO

★

ARTIGOS ELÉCTRICOS PARA TODOS OS FINS

★

UTENSÍLIOS E APARELHOS DE ELECTRICIDADE

★

VENTOINHAS ELÉCTRICAS

★

BATERIAS PARA AUTOMÓVEIS E RÁDIOS

★

CANDEEIROS DE TODOS OS MODELOS

★

GRAMOFONES E DISCOS

★

— APARELHOS DE RÁDIO —

★

REPARAÇÕES E INSTALAÇÕES ELÉCTRICAS DE LUZ E FORÇA MOTRIZ

★

FORNECEM-SE ORÇAMENTOS GRÁTIS

GRAÇA LOBO

PRODUTOS COLONIAIS

CONTA PRÓPRIA / IMPORTAÇÃO / EXPORTAÇÃO REPRESENTAÇÕES

★

AGÊNCIAS E REPRESENTAÇÕES:

★ The London Assurance
★ The Raleigh Industries, Ltd. — NOTTINGHAM - LONDON
★ M. Saldanha & C.ª, Lda. — LISBOA
★ António Madureira — PORTO
★ Venâncio da Silva Cambra, Genro, Lda. — PORTO
★ Costa & Company — MARGAO - INDIA
★ Bandeira & Irmão — PORTO
★ Custódio Ribeiro do Couto — PORTO
★ Curvaceira, Mariano & Gomes, Lda. — LISBOA
★ Africa-Continental Exportadora, Lda. — PORTO
★ Olinda & Leonor, Lda. — PORTO
★ Soc. dos Vinhos do Porto «Constantino», Lda. — VILA NOVA DE GAIA
★ Mário Marques — Porto
★ Caves Aliança — SANGALHOS - PORTUGAL
★ Fábricas Aleluia — AVEIRO
★ Zambézia Industrial, Lda. — QUELIMANE

★

EXECUÇAO E EXPEDIÇÃO DE ENCOMENDAS PARA O INTERIOR

★

ACEITAM-SE REPRESENTAÇÕES

★

Banqueiros: LISBOA — LOURENÇO MARQUES — QUELIMANE, Banco Nacional Ultramarino

★

CÓDIGOS: RIBEIRO, GUEDES, A. B. C. 5.ª E 6.ª EDIÇAO

TELEGRAMAS: «GRAÇA LOBO»

TELEFONE 45

CAIXA POSTAL 86

QUELIMANE

T. A. KATCHI & FILHOS, LDA.

IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO

COMÉRCIO GERAL

COMISSÕES E CONSIGNAÇÕES

CAIXA POSTAL N.º 56 / ENDEREÇOS TELEGRAFICOS: «TAYOB» E «KATCHI» - QUELIMANE / CODIGOS USADOS: A B C 6.ª E 7.ª EDIÇAO, GUEDES E PRIVATE

★

50 SUCURSAIS NA PROVÍNCIA DA ZAMBÉZIA

★

REPRESENTANTES EM LOURENÇO MARQUES: AFRICA E ORIENTE COMERCIAL, LDA.

★

AGENTES DE:

REPRESENTAÇÕES COLONIAIS, LDA.

LISBOA

MANIQUE & TAVARES

LISBOA

YOSSUF, FAROUK & HAROUN

BOMBAIM

MAHOMED HANIF

LIMBE

★

BANCOS: THE STANDARD BANK OF S. A. LTD. ★ BANCO NACIONAL ULTRAMARINO

CASA GANY

ESTABELECIDO EM 1930

GANDI AMAD

COMÉRCIO GERAL E A RETALHO

IMPORTADOR E EXPORTADOR

★

MOCUBA

CAIXA POSTAL 3

TELEFONE 4

VIA QUELIMANE

(AFRICA ORIENTAL PORTUGUESA)

★

VENDE TODAS AS QUALIDADES DE ARTIGOS PARA INDÍGENAS E EUROPEUS. COMPRA E VENDE TODOS OS PRODUTOS INDÍGENAS POR ATACADO E A RETALHO

★

SUCURSAIS:

MUGEBA — CIRC. - MOCUBA

BELUA — CIRC. - MILANGE

SABELUA — CIRC. - MORRUMBALA

TELEGRAMAS: «GANY» ★ CÓDIGO TELEGRAFICO: GUEDES

COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MOÇAMBIQUE

PENDRAY, SOUSA & COMPANHIA, LIMITADA

Distribuidores dos produtos da General Motors

AUTOMÓVEIS: Cadillac, Buick, Oldsmobile, Pontiac, Chevrolet e Vauxhall

CAMIÕES: Bedford, G. M. G. e Chevrolet

SECÇÃO DE EQUIPAMENTO DE ENERGIA PARA A INDÚSTRIA

Motores a óleos pesados da marca G. M. para indústria e navegação, de 33 a 16:000 CV. Grupos electrogéneos G. M. Diesel para geradoras eléctricas de 25 a 176 KW. e de 350 a 1:000 KW.

SECÇÃO DE GELEIRAS «FRIGIDAIRE»

Para uso doméstico: Geleiras «Frigidaire». **Para comércio:** Balcões e instalações frigoríficas «Frigidaire». Acessórios. Aparelhos de rádio «Delco».

SECÇÃO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA AUTOS

Representantes: Manufactura Nacional de Borracha - **PNEUS MABOR — F. PERKINS, LIMITADA**

COMMERCIAL UNION CO., LTD. — Caixa Postal 497 — LOURENÇO MARQUES

A FÁBRICA DE LADRILHOS E MOSAICOS, LIMITADA

E UMA GRANDE INICIATIVA AO SERVIÇO DA CONSTRUÇÃO CIVIL

Uma das iniciativas mais antigas de Lourenço Marques, directamente ligada com a Construção Civil, foi o empreendimento do velho colono, de origem grega, V. Gianouris, quando, em 1931, fundou a sua Fábrica de Ladrilhos.

Produzia, então, relativamente pouco, suficiente, no entanto, para manter e fazer face ás construções que se iam edificando ao tempo.

Sempre acarinhado num ambiente de franco acolhimento e compreensão, o bom e dinamico obreiro Gianouris depressa viu desenvolvida a industria a que deitou mãos em boa hora.

Tendo fixado definitivamente residência, com sua família, em Lourenço Marques, acompanhou, assim, desenvolvidamente e a toda a hora uma obra que, após a sua morte, conseguia ser já uma empresa florescente, com o nome que ainda hoje conserva: FÁBRICA DE LADRILHOS E MOSAICOS, LTD.ª.

O conceituado colono que veio a falecer em Lourenço Marques, repousa no cemitério de S. Francisco Xavier e a continuidade da obra que encetou um dia é a melhor homenagem que se perpetua á sua memória.

Em 1946, os herdeiros de V. Gianouris entenderam por bem fundar uma sociedade por quotas, com o capital de escudos 999.000$00, por escritura publica e tendo como designação FÁBRICA DE LADRILHOS E MOSAICOS, LTD.ª, cuja gerência foi confiada a seu filho John Gianouris e a seu genro Andrew Tsirindanis, ambos interessados na sociedade.

Os dois jovens John e Andrew, que falam o português, o inglês e o grego, são pessoas de trato cativante, duas figuras bem marcantes no meio industrial de Lourenço Marques, aos quais os restantes sócios da empresa confiaram a defesa dos seus interesses.

A' responsabilidade da missão que tomaram sobre si, tem correspondido a dedicação honesta de esforços perseverantes e inteligentes.

A Fábrica de Ladrilhos e Mosaicos, Ltd.ª, que se encontra situada ao quilómetro 1 da estrada das Estancias, ao longo da via férrea que serve o importante porto de Lourenço Marques em todo o seu manuseamento, tanto para o Sul do Save como para o Transval Oriental, produz actualmente, em contraste com a modesta iniciativa do seu fundador: — mosaicos granulitados e lisos, de variadíssimas qualidades e tamanhos; roda-pés, lava-loiças, degraus para escadarias, campas em granolite para cemitérios, placas de diversos tamanhos, banheiras e lavatórios, em suma, tudo o que, directa ou indirectamente está ligado á Construção Civil. Estão também em vias de estudo e aperfeiçoamento mesas para quiosques e restaurantes e bancos artísticos para esplanadas e jardins.

Para avaliarmos da importancia que esta iniciativa reveste para a Construção Civil, basta salientar que no ano de 1948, fabricou e forneceu cerca de 8.550 metros quadrados de produtos diversos, não contando ainda com cerca de 750 pias e degraus diversos que foram instalados em vários edifícios construidos durante o ano findo.

Embora a aquisição de materiais e maquinismos diversos se afigure ainda um problema complexo e dispendioso, não hesitou a Fábrica de Ladrilhos e Mosaicos, Ltd.ª, em recorrer á despesa da instalação de máquinas modernas — a ultima palavra no género — que lhe custaram algumas centenas de contos. E este aperfeiçoamento técnico corresponde ao desejo de acompanhar e servir as actuais exigências da Construção Civil, num progresso sempre crescente. A par da modernização das suas instalações a empresa não se poupa a multiplicar até as suas horas de trabalho, apesar do efectivo manual de cerca de 60 indigenas ao seu serviço, orientados por um marmorista português, europeu.

Assim, vem a Fábrica de Ladrilhos e Mosaicos, Ltd.ª, procurando servir o melhor possível a Construção Civil, não só em Lourenço Marques, como em toda a província de Moçambique, de onde lhe vêm, constantemente, encomendas dos particulares e das repartições do Estado, começando já a esboçar-se a necessidade de distribuidores territoriais nas províncias do Niassa e Manica e Sofala, onde a qualidade dos artigos conquistou já as maiores preferências de compra.

Iniciativas e realidades desta natureza, no vasto campo de actividades do nosso Ultramar, merecem ser sempre acarinhadas pelos Poderes Publicos, na certeza de que se integra na Economio Nacional uma valiosa força de progresso e de riqueza. Nesse apoio poderá a Fábrica de Ladrilhos e Mosaicos, Ltd.ª, de Lourenço Marques, encontrar, num futuro próximo, a possibilidade de abastecer não só as províncias ultramarinas, mas até exportar o remanescente, dentro de um bem ordenado intercambio económico imperial.

No programa das grandes realidades económico-sociais que, dia a dia, mais se afirmam e engrandecem a vida progressiva do Império Português, ocupa, desde já, um lugar de relevo a industria florescente que é a Fábrica de Ladrilhos e Mosaicos, Ltd.ª, de Lourenço Marques.

COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MOÇAMBIQUE

ADRIANO FERNANDES LIMA

COMÉRCIO GERAL

★

FERRAGENS, FERRAMENTAS, MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, TINTAS, VIDROS, LOUÇAS, SOBRESSELENTES PARA AUTOMÓVEIS, ARTIGOS ELÉCTRICOS, ETC., ETC.

★

CAIXA POSTAL 42 ★ ENDEREÇO TELEGRÁFICO: «ANIL»

QUELIMANE

MANUEL FERNANDES DIAS PITA

ESPECIALIZADO EM TODOS OS TRABALHOS DE

CONSTRUÇÃO CIVIL

SOB A ORIENTAÇÃO TÉCNICA DO
ENG.º FRANCISCO BRANDÃO DE MELO

★

UMA DAS MELHORES ORGANIZAÇÕES DA PROVÍNCIA DA ZAMBÉZIA

★

RUA PAIVA DE ANDRADE / CAIXA POSTAL 182

QUELIMANE

SOCIEDADE GRÁFICA TRANSMONTANA, LDA.

LIVRARIA / PAPELARIA / TIPOGRAFIA ENCADERNAÇÃO

★

LIVROS DE LITERATURA E ESTUDO / ARTIGOS DE ESCRITÓRIO, DESENHO E PINTURA / OBJECTOS PARA BRINDES / JORNAIS, REVISTAS, GRAMOFONES E DISCOS / CANETAS E LAPISEIRAS «SHEAFFER'S» E «CONKLIN»

★

CAIXA POSTAL 28 / TELEG.: «MARAO» / TELEF. 49 / CÓDIGO: GUEDES

QUELIMANE

(A. O. P.)

JOÃO COUTINHO BACELAR

COMISSÕES E CONSIGNAÇÕES

★

SAPATARIA CHUABO

SEMPRE NOVIDADES EM CALÇADO PARA SENHORA, HOMEM E CRIANÇA

A MELHOR CASA NO GÉNERO NA ZAMBÉZIA

★

ACEITA REPRESENTAÇÕES CAIXA POSTAL 129

QUELIMANE

J. DOS SANTOS CORDEIRO, LDA.

COMÉRCIO GERAL E IMPORTAÇÃO

FILIAL EM MOCUBA

★

REPRESENTANTE DE:

★ SOCIEDADE DE VINHOS SCALABIS, LDA. — AVEIRO - PORTUGAL
★ SOCIEDADE AGRÍCOLA DE TABACOS, LDA. — LOURENÇO MARQUES
★ TABAQUEIRA DE MOÇAMBIQUE, LDA. — MOÇAMBIQUE
★ DELAFORCE SONS & C.º — VINHOS DO PORTO

AGENTE DO JORNAL «GUARDIAN»

Telefone 90 / Código: Guedes / Caixa Postal 89 / Telegramas: «Cordeiro»

QUELIMANE

MOHANLAL POPATLAL & C.

IMPORTADORES ★ EXPORTADORES ★ COMÉRCIO GERAL

Caixa Postal 14 ★ AVENIDA JOÃO DE AZEVEDO COUTINHO ★ Telefone 69

QUELIMANE

(A. O. P.)

Endereço telegráfico: «MOHANLAL» / Códigos: A B C, Guedes e Ribeiro

★

AGÊNCIAS:

CARVALHO, RIBEIRO & FERREIRA, LDA. — LISBOA
Afamados vinhos Nabão, Joffre, etc. / Azeites, Vinagres, Aguardentes e outros produtos

GUJRAL & C.ia, LDA. — LOURENÇO MARQUES
Velas, Loções, Perfumes, Brilhantinas, etc.

Representante na Niassalandia:

HARIDAS POPATLAL — C. P. 146 - *Blantyre*

CASA DAMODAR

DAMODAR MANGALJI & C.ª

IMPORTADORES, EXPORTADORES E COMERCIANTES GERAIS

TELEFONE 62 / ENDEREÇO TELEGRAFICO: «RAJANI» / CAIXA POSTAL 55
CÓDIGOS: A. B. C. 6.ª EDIÇÃO, BENTLEY'S SECOND, PHRASE-ORIENTAL THREE LETTERS, ETC.

QUELIMANE

(Africa Oriental Portuguesa)

Sede: LOURENÇO MARQUES ★ Caixa Postal 86

★

Filial: INHAMBANE ★ Caixa Postal 76

★

Agentes de: CHÁ MOÇAMBIQUE, LDA. ★ GURUÉ

★

Bancos: THE STANDARD BANK OF S. A., LTD. — Lourenço Marques
BANCO NACIONAL ULTRAMARINO — Quelimane • Lourenço Marques

SOUSA & FERNANDES, LDA.

ENDEREÇO TELEGRÁFICO: «SOFER» / CAIXA POSTAL 115

QUELIMANE

★

CARREIRAS PARA TRANSPORTE DE PASSAGEIROS E CARGA ENTRE:
QUELIMANE-SOPINHO E QUELIMANE-PRAIA DE PALANE

COMERCIO GERAL / IMPORTAÇAO / EXPORTAÇAO / PRODUTOS AGRICOLAS

Sucursais: Lugar de Xabeco, em Quelimane, na Povoação Comercial de Zalala

— E —

AUTO-COMERCIAL, LDA.

Comércio geral / Comissões e consignações / Importação / Exportação

AGENTES DE CARROS DAS MARCAS:

STUDEBAKER ★ INTERNACIONAL e WILLYS (JEEP)

MOÇAMBIQUE

MOÇAMBIQUE

NIASSA
A REGIÃO MOÇAMBICANA
MAIS RICA DE POSSIBILIDADES

Toda a orla marítima do Niassa, do Rovuma ao Ligonha, se apresenta muito recortada, dando origem a portos excelentes: Mocímboa da Praia, Porto Amélia, Nacala, Moçambique, António Enes e Moma.

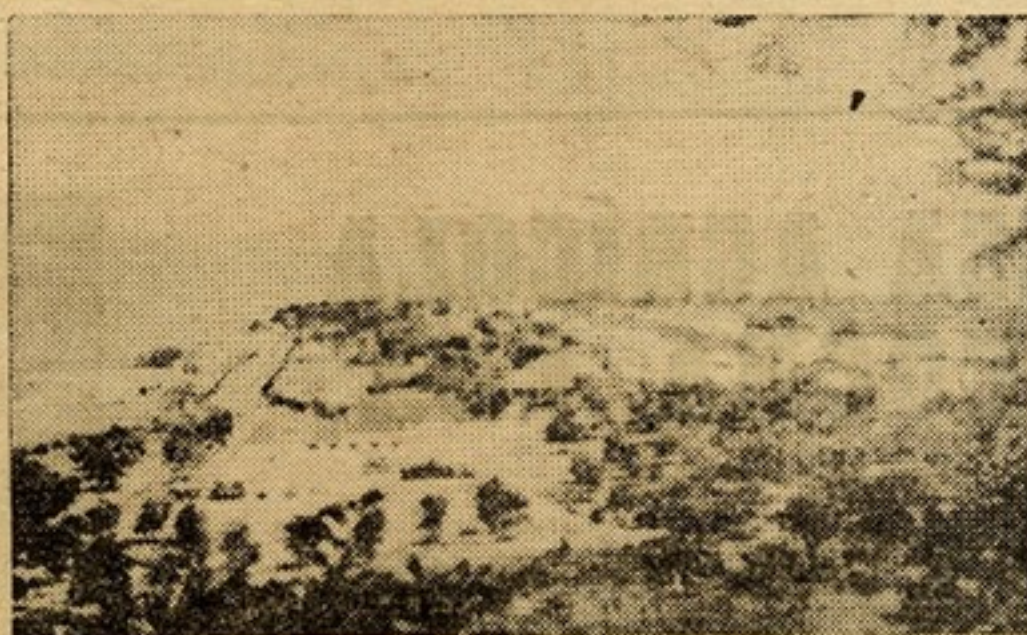
Terra rica servida por água abundante, todo o Niassa é susceptível de exploração agrícola intensa, que se acentua cada vez mais, com predominancia de tabaco, algodão e sisal.

A riqueza florestal do distrito é enorme, também, esmaltada de essências das mais variadas, todas magníficas.

A fauna está representada pela maior parte das espécies africanas.

E, ainda que não esteja efectuada a prospecção conveniente, pode avançar-se com segurança que a riqueza mineira do Niassa é apreciável.

Se a obra levada a cabo no Niassa pelo actual governador não tivesse sido encarada pelo modo vigoroso como foi — de tal sorte que o nome do major Jacinto Magro ficará para sempre ligado á vida do distrito — bastariam as realizações em Nampula para justificarem um Governo e uma acção, patentes no saneamento definitivo da cidade, na abertura de ruas largas, perfeitamente asfaltadas, na criação de um posto médico modelar, esgotos, campo de aviação, estádio desportivo — e tudo o mais que uma cidade moderna requer.

A cidade de Moçambique, na ilha do mesmo nome, foi capital da África Oriental Portuguesa até 1898, ano em que foi transferida para Lourenço Marques. Manteve-se, desde então até 1934 a antiga capital da Provincia como cabeça de distrito. Esta mesma, porém, transitou para Nampula, em razão da ultima cidade estar implantada numa zona de confluência dos territórios integradores do distrito.

Aspecto geral da Vila de Porto Amélia, frente á extensa baia de Pemba, considerada a terceira do Mundo

INCONFORMISMO CONSTRUTIVO
DA ZAMBÉZIA

(Continuação da 77.ª pág.)

beziano, tão merecedor de um maior carinho oficial, é a periódica elevação das tarifas do Caminho de Ferro. Dois exemplos bastam, para perfeita elucidação do leitor: Um vagão de 20 toneladas de arroz descascado, mercadoria que está tabelada oficialmente, pagava, de Namacurra para Quelimane (70 quilómetros), 673$00 de frete. Paga agora 1.681$00.

Os bilhetes para indígenas, simples, de ida e volta, e de excursão, no percurso Quelimane-Mocuba, custavam respectivamente 25$00, 44$00 e 20$00. Passaram a custar respectivamente 61$00, 109$00 e 49$00. A partir de 1 de Agosto corrente, sofreram novo aumento de 20 %.

Além do problema capital que a tirania do Caminho de Ferro ocasiona á Associação do Fomento, e que ocupou a maior parte deste artigo, outros há que merecem referência, ainda que sumária.

São, para fomento da Zambézia, indispensáveis as seguintes medidas: Que o Caminho de Ferro de Quelimane se estenda e seja ligado ás linhas da Niassalandia, de Moçambique e de Tete. Só assim, e uma vez dotado do necessário material circulante, poderá cumprir a alta missão para que foi criado. Só assim, poderá legitimamente invocar as vantagens de uma racional coordenação de transportes.

Que S. Ex.ª o Ministro do Ultramar ordene a revisão da Portaria n.º 13.128, de Maio de 1950, que elevou de uma forma maciça as taxas de contrato dos serviçais indígenas. Os seus efeitos estão-se fazendo sentir duramente na economia dos pequenos agricultores, forçando-os a restringir a área das suas culturas. A Associação do Fomento endereçou a S. Ex.ª, em Outubro de 1950, uma fundamentada exposição a esse respeito. Infelizmente, o assunto ainda se encontra pendente.

Que o Estado monte um posto de reprodução e apuramento de gado, em virtude de muitos pequenos agricultores se estarem dedicando á pecuária, como actividade subsidiária, não dispondo, porém, de capitais suficientes para a aquisição de bons reprodutores.

Que o Estado resolva satisfatóriamente o grave problema do abastecimento de cimento á Província, importando da Metrópole, a título eventual, as necessárias quantidades, até que o actual desnível existente entre a capacidade de produção das fábricas moçambicanas e o montante dos pedidos a satisfazer tenha desaparecido.

Que, com urgência, se proceda á construção de um hotel de dimensões adequadas a Quelimane. Embora capital de distrito, não dispõe de alojamentos para a sua já apreciável população flutuante. O reconhecimento de tão premente necessidade originou a constituição de uma Comissão para esse fim, a qual solicitou e obteve as mais animadoras facilidades da Camara Municipal e do Gabinete de Urbanização do Ultramar.

Com tão auspiciosos êxitos iniciais, preciso é que não se deixe arrefecer o entusiasmo por tão valioso empreendimento.

Que se discipline a concessão de futuras licenças comerciais, incluindo nos seus processos uma informação prestada pela Associação Comercial ou a sua similar da área respectiva, referente á idoneidade e recursos dos pretendentes.

Que se organize, em bases mais sólidas, o comércio da zona de fronteira. Os benefícios já colhidos, resultantes da entrada em vigor da Portaria n.º 11, de 1942, que se traduzem numa maior produção dos agricultores indígenas, devida á antecipada certeza da colocação integral das suas colheitas, e no facto consolador de os nativos, em grande percentagem, terem passado a adquirir os artigos de que necessitam nas lojas portuguesas, são índice seguro da grande e feliz repercussão que tão util e construtivo passo alcançou entre as populações negras das nossas circunscrições de fronteira. As numerosas deficiências que ainda se registam neste campo, e as quais urge corrigir, não são de molde a preconizar o abandono do sistema, antes têm encorajado o Governo a não descurar tão momentoso assunto, revendo e procurando dar um máximo de eficácia ás novas bases e condicionamentos que a experiência de alguns anos considera aconselháveis.

A análise de outros problemas de transcendente categoria, tais como a navegação costeira, a tributação, o crédito, o regime de contingentes, a mão-de-obra e — ainda e sempre — a racional exploração do Caminho de Ferro, pela sua extensão e profundidade, é incompatível com as limitadas dimensões deste artigo. Ficará, pois, para melhor oportunidade.

O PROGRESSO DE NAMPULA
E AS SUAS MAIS URGENTES NECESSIDADES
—SEGUNDO DECLARAÇÕES DO RESIDENTE
DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DA CIDADE

O sr. Adolfo de Matos é uma das mais prestigiosas figuras do distrito do Niassa. Presidente da Associação Comercial de Nampula, tem realizado com inteligência notável este espinhoso cargo, no sentido de tornar a sua actividade o mais rápidamente possivel oficializada. Acérrimo defensor dos interesses locais, pelos quais se está batendo há muito, preciso era ouvi-lo, neste inquérito sobre os progressos e necessidades da nossa Provincia de Moçambique.

E o sr. Adolfo de Matos, ao apreciar os mais instantes problemas de Nampula, diz-nos:

— A vinda a Moçambique, do vice-governador do Banco Nacional Ultramarino, dr. Pedroso Pimenta, vai resolver, segundo creio, o problema que, por longo tempo, prejudicou a vida da cidade: a falta de uma filial do Banco. Vamos a ver se será desta vez que este interesse capital de Nampula é atendido.

E prosseguiu:

— Uma outra falta que se regista na cidade é a de um tribunal. Nada pode justificar que a capital do Niassa não o tenha. Isto obriga os seus habitantes a percorrerem grandes distancias, a gastarem dinheiro, a perderem tempo — e quantas vezes inutilmente, por casos sem qualquer importancia que se resolveriam em cinco minutos.

O presidente da Associação Comercial de Nampula refere-nos depois, as obras que se estão a realizar nos arredores da cidade para a construção de um campo de aviação, que ficará a ser um dos melhores da Provincia.

— Justo é registar — acrescenta — o grande interesse e desvelado carinho do sr. governador do distrito, que neste trabalho se tem empenhado extraordinariamente. O campo deve ser inaugurado em breve e o facto deve-se, quase em exclusivo, ao dinamismo do governador. Bom seria que, enquanto não tivessemos hospital, um avião-ambulancia garantisse o transporte rápido de doentes para os centros onde possam ser hospitalizados e tratados.

— Quanto ao hospital — disse-nos ainda o sr. Adolfo de Matos — para a população que já existe em Nampula plenamente se justifica a sua rápida construção. Sabe que em todo o distrito nem um dentista existe? E temos que ter em consideração que, do litoral á fronteira, a distancia ultrapassa os mil quilómetros. Mesmo antes do hospital construido, tinhamos necessidade urgente de um aparelho de Raios X.

Sobre as obras publicas, que ultimamente têm sofrido grande incremento em todo o distrito, o sr. Adolfo de Matos afirma-nos:

— Há necessidade absoluta de se intensificarem as obras do porto de Nacala, de forma a tornar viável a sua utilização o mais rapidamente possivel. Enquanto este porto não puder ser utilizável, torna-se preciso o aumento de fiscalização, de forma a impedir, durante o estacionamento das mercadorias no litoral, os roubos parciais ou totais dos produtos ali colocados para embarque.

Uma esplêndida realidade

— Quanto ás comunicações com a cidade de Moçambique, torna-se também de urgência premente uma ligação telefónica. Presentemente, todos os serviços oficiais estão instalados naquela ilha — e Nampula não tem com ela qualquer ligação rápida. Desta forma, muitas vezes, somos obrigados a deslocarmo-nos ali por assuntos facilmente soluveis pelo telefone. Veja, por exemplo, o que se passa com as encomendas fiscais. Ficam retidas na ilha. Torna-se preciso a publicação de legislação que permita o envio dessas mercadorias para Nampula, sem necessidade de correrem de armazem em armazem, fiscalizadas pelo agente da ilha.

E o presidente da Associação Comercial de Nampula refere-nos ainda que a estação de caminho de ferro da cidade precisa de obras e que um vagão-restaurante já plenamente se justificaria para um percurso de 600 quilómetros.

E conclui:

— Esta terra, certa das suas possibilidades futuras, certa até das suas presentes realidades, precisa de uma escola de artes e oficios, de uma escola técnica. E' preciso saber-se que a sua população branca se eleva a mais de mil e seiscentas almas.

INTERVALO

Poema de MARCOS LEAL

O teu gesto encheu-me o corpo de nervos e de silêncio.
As tuas mãos inundaram de sol todo o desejo.
E até os teus cabelos, que sonhei d'oiro e incenso
Me mostraram Primaveras que hoje nem desejo.

Havia entre nós dois, desejos vagos e imprecisos.
Tudo isso agora são perdidos risos.

Nos molhes distantes de um país quente
Há uma tristeza viva de uma chegada ausente.
As amarras dos barcos choram nos cais a saudade
Duma presença tua que nunca foi companhia.

No teu gesto tudo se foi tornando mais profundo e silen-[cioso;
E das tuas mãos na noite, não nasceu mais o dia.

A ilha de Moçambique vista de avião

Vista da plantação de chá em pleno desenvolvimento

SOCIEDADE CHÁ ORIENTAL

(Continuação da 77.ª pág.)

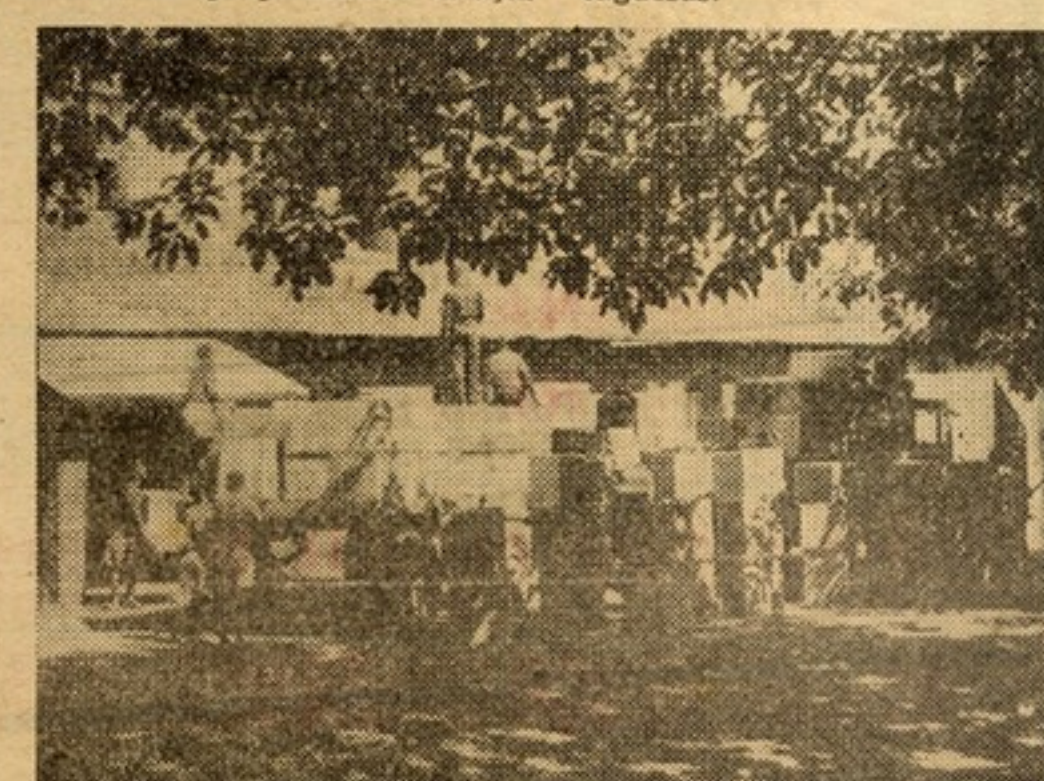
Além dos acampamentos regulamentares, a Sociedade, a fim de estimular quanto possível a fixação do indígena, respeitando os seus hábitos e tradições, tem cedido áreas ao longo do rio e riachos que atravessam a plantação nas quais os trabalhadores constroem as suas palhotas e fazem as suas machambas.

FORÇA MOTRIZ: As fábricas são movidas por máquinas a vapor, utilizando-se lenha para alimentar as três caldeiras existentes. Na presente ocasião o combustível é obtido mediante derrubes na concessão; a par e passo faz-se o repovoamento florestal com eucaliptos, numa área de 300 hectares. Calcula-se, uma vez completo o repovoamento da área indicada, poder obter-se combustível suficiente adentro da propriedade para todas as necessidades da mesma.

Após os devidos estudos verificou-se que a lenha, dadas as condições prevalecentes, é o combustível mais prático e mais económico. Oleo pesado para alimentar máquinas Diesel, torna-se caro, já pelo custo elevado das máquinas a instalar já pelo preço do óleo, que, tendo de suportar as despesas de transporte, chega ás propriedades bastante onerado. Há que acrescentar as dificuldades de momento, na aquisição desse combustível. Outra alternativa seria o aproveitamento das águas. Não é praticável aqui, visto o rio e riachos circunvizinhos não terem a queda suficiente, nem tão pouco comportarem o volume de água necessário durante todo o ano. Outro tanto não sucede, por exemplo, com plantações da vizinha Niassalandia.

TRANSPORTES: A Sociedade contribuiu bastante para tornar possível a exploração da carreira de camionagem do Caminho de Ferro Mocuba-Milange e vice-versa, dando-lhe desde o início das carreiras o exclusivo do transporte das suas mercadorias, tanto para, como de Mocuba.

GADOS: Para os serviços de transporte de lenha e folha verde e outros, mantém a Sociedade uma manada de cerca de 300 cabeças de gado, aproveitando o leite das vacas para alimentação do pessoal e suas famílias, residentes nas propriedades. Graças ás visitas periódicas e demonstrações práticas realizadas pela Repartição Técnica Veterinária, tem-se mantido a manada em bom estado de desenvolvimento.

Ao passo que, há vinte anos, a média de rendimento por hectare de uma plantação de chá, expressa em chá feito, era considerada normal se atingisse 575 quilos, esta média sofreu considerável modificação com a aplicação de sulfato de amónio, como adubo artifical, nos terrenos da cultura de chá. A razão por que os agricultores de chá vieram a aplicar sulfato de amónio nos seus terrenos, foi a de contrabalançar o gradual esgotamento das terras por insuficiência de matéria nitrogénica e fósforo. Este esgotamento provocou uma doença na planta de chá chamada de início «doença desconhecida» e mais tarde classificada como «doença amarela». A aplicação de sulfato de amónio em grande escala, não só curou as plantas da referida doença, mas dela resultou inesperadamente uma quase duplicação de rendimentos dos terrenos assim tratados. Isto é, hoje alcança-se uma média de 1.150 quilos de chá por hectare. Este assunto de produção trouxe aos agricultores o problema da colocação das suas colheitas sempre crescentes. Enfrentou-o com êxito o International Tea Bureau, que, com uma propaganda bem dirigida, conseguiu, por exemplo, duplicar o consumo de chá na Africa do Sul, encontrando como potentes consumidores os indígenas da região, facto que convém registar e que traz possibilidades interessantes de estudo aos produtores de Moçambique, havendo que considerar e explorar o potencial consumidor indígena desta, e de outras Províncias portuguesas.

Carregamento de camiões nos armazéns de Midange com caixas de chá preparado

COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MOÇAMBIQUE

COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MOÇAMBIQUE

BOROR COMERCIAL

CAIXA POSTAL 26 ★ **MOÇAMBIQUE** ★ END. TELEG.: «BOROR»

Sede: QUELIMANE — Caixa Postal 9 ★ Filial: LOURENÇO MARQUES ★ Caixa Postal 4

AGENTES EM MOÇAMBIQUE:

HOLLAND AFRIKA LIJN / ROYAL PACKET NAVIGATION COMPANY / SILVER & JAVA PACIFIC LINES / CRISTENSEN CANADIAN S. A. LINE / HUDSON MOTOR CAR COMPANY, DETROIT, MICHIGAN / REO MOTOR CAR COMPANY / EMPRESA DO LIMPOPO A. COUTO, LDA. / SULZER FRÈRES S. A., WINTERTHUR, SUIÇA — MOTORES DIESEL / MÁQUINAS DE ESCREVER «HERMES» — PAILLARD / MASON SCHEIDLER & C.º, LTD., MANCHESTER / CHOCOLATES «SUCHARD» S. A. NEUTCHÂTEL, SUIÇA / LEITE SUIÇO ESTERILIZADO MARCA «URSO» / MÁQUINAS FOTOGRÁFICAS «COMPASS CAMERAS» / THE AFRICAN LIFE ASSURANCE SOCIETY, LTD. / CIMENTO DA BÉLGICA / TECIDOS DA METRÓPOLE E DO ESTRANGEIRO

AGENTES GERAIS DE:

S. A. AUTOMOBILES «PEUGEOT» / MASSEY-HARRIS C.º, LIMITED — TRACTORES, ETC. / WERF CONRAD N. V. — HAARLEM, CONSTRUTORES DE PORTOS, PONTES, ETC. / COMPANHIA DE SEGUROS «ULTRAMARINA»

●

IMPORTAÇÕES · EXPORTAÇÕES · CONSIGNAÇÕES · CARGAS E DESCARGAS

MONTEIRO & CASTANHEIRA, LDA.

IMPORTADORES E COMÉRCIO GERAL

23, RUA DA LIBERDADE, 25

C. POSTAL 139 / END. TELEG.: «CASTANHA»

CÓDIGOS USADOS: RIBEIRO E GUEDES

MOÇAMBIQUE

●

COMISSÕES, CONSIGNAÇÕES E CONTA PRÓPRIA

○

NACIONAIS E ESTRANGEIRAS

AGENTES DE VÁRIAS CASAS

●

ACEITAMOS QUALQUER REPRESENTAÇÃO DE FIRMAS DE PRIMEIRA ORDEM QUE QUEIRAM INTRODUZIR OS SEUS PRODUTOS NESTA COLÓNIA

JOÃO FERREIRA DOS SANTOS

(CASA FUNDADA EM 1897)

Caixa Postal 1, 21 e 32 / End. telegr.: SANTOS e JORREIRANTOS

★

COMÉRCIO GERAL / IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO

★

Códigos telegráficos: A B. C. 5.ª e 6.ª edições / Scott's 10th Edition / Bentley's / Complete Phrase Code / Bentley's Second / Guedes / Ribeiro / Mascote 1.ª e 2.ª edições

SEDE: CIDADE D DE MOÇAMBIQUE

SUCURSAIS: NAMPULA — PORTO AMÉLIA E ANGOCHE

★

CASAS PARA COMÉRCIO COM O INDÍGENA EM: GEBA — MUCHELIA — MELULI — MOGINCUAL — CHALAUA — CAROA — MUATUA

PLANTAÇÕES DE SISAL: GEBA E MUCHELIA

PLANTAÇÕES DE COQUEIROS E CAJUEIROS: SAUA-SAUA — GEBA MUCHELIA — MEZA — NAMETIL — MELULI

★

CONCESSIONÁRIOS DE ZONAS ALGODOEIRAS E ORIZÍCOLAS

★

IMPORTADOR DE: Todos os produtos alimentícios, ferragens, tecidos, ferramentas, materiais de construção, automóveis «FORD», motocicletas e bicicletas, pneus «DUNLOP», acessórios, etc., etc.

EXPORTADOR DE: Sisal, algodão, amendoim, gergelim, castanha de cajú, rícino, feijão e outros produtos coloniais

AGENTE DE: Companhia Nacional de Navegação, India Natal Line, India African Line, American South African Line, Clan Line, Ltd., Ellerman Lines, Ltd., Harrison Line, Scandinavian East-Africa Line, Union Castle Mail Steamship C.º, Ltd., Robin Line, Bank Line, Lykes Bros, Steamship C.º, Transatlantic Shipping Company, The Shell C.º of Portuguese East-Africa, Ltd., Companhia de Seguros «NAUTICUS», Lloyd's, The Arden Hall Steamship C.º (Pty) Ltd.

DISTRIBUIDOR DE: Ford Motor Company of Canadá, Ltd., Dunlop Rubber C.º, Ltd., e das máquinas de escrever «ROYAL» para a Província do Niassa

ACTIVIDADES METROPOLITANAS EM TERRAS DO IMPÉRIO

A IMPORTAÇÃO DE QUEIJO DEIXOU DE FAZER-SE EM LARGA ESCALA

GRAÇAS À ACTIVIDADE DA FIRMA MARTINS & REBELO QUE DESENVOLVEU EXTRAORDINARIAMENTE A INDÚSTRIA NACIONAL

Sempre que se aluda á industria do queijo em Portugal, surgirá forçosamente uma referência a uma organização industrial que conta já hoje meio século de existência e a quem se devem esplêndidas realizações nesse capítulo de actividade.

Aludimos a Martins & Rebelo, importante firma a quem a organização industrial dos lacticínios e, em especial, a do fabrico de queijo ficou a dever um impulso decisivo.

A industria queijeira tem sólidas tradições em Portugal pois, segundo consta de antiquíssimos documentos, já no século XIII se pagavam foros com queijos. Apesar disso, a produção nacional era, ainda há poucos anos, manifestamente deficiente e insuficiente. Assim, numa conferência realizada em 1934 no Instituto Superior de Agronomia, o sr. prof. D. Manuel de Bragança afirmava que se verificava em Portugal, «a antiguidade e a permanência no fabrico, o que de certo modo indica viabilidade na industria; conhecida a nossa capacidade de absorção e a escassez do produto no País; admitida, por demonstração fácil e insofismável, a excelência do meio para uma qualificada e mais larga produção; só nos resta encontrar a vontade forte e inteligente que conduza o País á produção qualificada e quantiosa que até permita eliminar da estatística aduaneira a coluna que ainda hoje regista a entrada de um produto que a Nação pode e deve económicamente produzir, em numero e qualidade que satisfaçam inteiramente as necessidades internas, no continente, e ainda permitam satisfazer quantas se apresentam em todo o nosso vasto e rico Império Colonial».

Em 16 anos a importação foi substituída pela exportação

Nesse ano — 1934 — haviam sido importados 237.742 quilos de queijo no valor de 1.961.744$00. O ano passado a importação foi quase nula (de tipos especiais) e exportámos para o estrangeiro e províncias ultramarinas 327.314 quilos no valor de 7.793.917$00.

Este facto deveu-se á iniciativa da firma Martins & Rebelo que em 1933 dava começo ao fabrico do queijo de um tipo preferido e que se importava, conhecido por flamengo (tipo «Edam»). Ficou-se assim devendo também áquela firma o incremento dado á industria de queijos e á industria dos lacticínios.

Esta tentativa de Martins & Rebelo — a maior organização nacional no género — estava destinada a conhecer êxito, ao contrário do que até então sucedera.

Claro que, para isso, foi necessária uma orientação inteligente por parte dos dirigentes da firma. A requisição de máquinas na Holanda e o envio de técnicos para o estrangeiro foi a base do desenvolvimento industrial que tanto êxito teria e que anularia totalmente a importação de queijo. Simultaneamente, as entidades oficiais deram decidida colaboração á iniciativa e enviaram igualmente técnicos ao estrangeiro. Especializados, esses técnicos contribuiram muito para a melhoria da produção.

Um rico alimento fabricado nas melhores condições de higiene — os queijos «Pinheiro Manso»

Hoje, as fábricas de Martins & Rebelo, especialmente as de Pinheiro Manso, em Vale de Cambra — possui-as também nas ilhas da Madeira e dos Açores — são modelares e a elas se deve a possibilidade do mercado estar abastecido com queijo fabricado segundo os mais modernos processos e nas melhores condições de higiene. Dada a importancia do queijo como alimento — produto rico em gordura, proteínas, cálcio, fósforo e ferro — pode avaliar-se como é de apreciar aquela circunstancia.

São efectivamente excelentes os queijos «Pinheiro Manso» de que há os tipos — «Flamengo», «Lanche», «Prato», «Creme» e «Amanteigado». Tão bons, como o que de melhor se fabrica no estrangeiro.

Mas a actividade da firma Martins & Rebelo alarga-se a outros sectores da produção. Assim, lançou no mercado com resultados notáveis, o leite condensado «Primor», produto digno da excelente aceitação que teve e que veio preeencher uma lacuna desse sector da industria de lacticínios.

O leite em pó, a Lactose (açucar de leite) e o Acido Láctico — estes dois ultimos, pela primeira vez produzidos em Portugal — honram a actividade da firma Martins & Rebelo e são de grande interesse para a economia nacional.

Por quanto atrás se diz, verifica-se estar — como acentuámos — o nome da firma Martins & Rebelo, ín[illegible]a e largamente ligado á história da industria do queijo e de lacticínios — em Portugal.

A FIRMA MANUEL HENRIQUES E O FORNECIMENTO DE FATOS E GABARDINAS PARA TODO O ULTRAMAR

Centenas de clientes espalhados pelos vastos territórios ultramarinos portugueses podem hoje confirmar sem favor a excelência da qualidade das fazendas utilizadas pela firma Manuel Henriques nas suas confecções.

Esta firma, sob a direcção do sr. Manuel Henriques, seu proprietário e titular, desde há tempos que vem dedicando a sua actividade á exportação para todo o Ultramar de artigos de vestuário para senhoras, homens e crianças. Trata-se de uma actividade que tem a maior justificação.

Fatos completos, casacos «sport», calças, gabardinas e trincheiras são fabricados em série pelos mais modernos processos, nas instalações que a firma possui na Rua do Terreitinho, n.os 94 e 96, telef. 31931, em Lisboa, onde igualmente funcionam os escritórios.

As vendas são feitas exclusivamente por atacado numa nova e interessante modalidade que rapidamente acreditou a firma. Além disso, graças aos preços estabelecidos para exportação, Manuel Henriques não receia o confronto da concorrência, seja ela nacional ou estrangeira.

Esta firma é, pois, uma utilidade para quem vive no Ultramar, vestindo milhares de pessoas com os seus fatos e outros artigos de vestuário — todos recomendáveis pela sua impecável apresentação, optima confecção e excelência dos tecidos empregados.

O desenvolvimento das suas actividades levou a firma Manuel Henriques a nomear agentes nas duas nossas maiores províncias ultramarinas. São eles: em Angola, António Catalão Neves, Luanda, Africa Ocidental Portuguesa; em Moçambique, José Saraiva Viegas, Lourenço Marques, Africa Oriental Portuguesa.

Como industrial e comerciante de visão e como técnico de competência, o sr. Manuel Henriques tem duplos motivos de satisfação: deu nova orientação a uma modalidade de industria e comércio e vê os seus produtos serem acolhidos com o maior apreço.

COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MOÇAMBIQUE

A MAIS VELHA

DE TODAS AS COMUNIDADES EUROPEIAS

DA ÁFRICA DO SUL

O ano de 1952 marcará o tricentenário do primeiro estabelecimento de brancos, com carácter permanente, nas praias da cidade do Cabo, a mais velha de todas as comunidades europeias na África do Sul.

Os holandeses foram os primeiros a estabelecerem uma verdadeira colónia na Africa do Sul, facto este que explica a existência de maior numero de colonos seus descendentes (antigamente conhecidos por Boers) na comunidade dos brancos.

Os primitivos nativos, indomáveis caçadores, foram repelidos quando a guarda avançada organizada pela Companhia Holandesa das Indias Orientais a fim de garantir abastecimento aos seus navios, se transformou num organismo mais ambicioso.

Entretanto, a área circunvizinha do Cabo da Boa Esperança tornara-se firme e a emigração de algumas centenas de hotentotes, em 1683, originou uma expansão considerável da industria vinícola. Antes do final do século XVIII a colónia do Cabo mudou de mãos.

Por essa altura a Companhia Holandesa das Indias Orientais enfraquecera e houve pequena resistência quando, durante as guerras napoleónicas, as tropas inglesas ali desembarcaram.

A primeira ocupação, contudo, relativamente curta durou até 1803, quando o país foi restaurado na Holanda como «Republica Batávia», mas em 1806 estes países encontravam-se novamente em guerra e registou-se uma nova invasão. Daí resultou a anexação permanente.

Durante o século XIX, travaram-se várias guerras na fronteira oriental contra as orgulhosas tribos de nativos, que originaram descontentamento, especialmente entre os habitantes holandeses ou Boers.

Em 1820 registou-se grande aumento da população britanica, quando cinco mil emigrantes seguiram do Reino Unido para a África e se estabeleceram no extremo oriental. A impensada libertação de 35.000 escravos locais, em 1834, agravou o descontentamento dos Boers e o remate foi a migração conhecida como a «Grande Caminhada».

Esta emigração de 10.000 colonos descendentes de holandeses, teve como consequência a formação de novas comunidades de Brancos que mais tarde deram origem ao Natal, Estado Livre de «Orange» e ao Transval.

As condições de vida, na Africa do Sul, transformaram-se depois de 1867, quando foi descoberto o primeiro diamante perto do Rio Orange. A partir desse tempo, milhares de novos colonos estabeleceram-se no país e nos campos mineiros de Kimberley, um dos quais se transformou na importante cidade daquele nome e modificaram a balança económica da comunidade. Perturbações políticas acompanharam um aumento geral de prosperidade, que se agravaram pela descoberta do ouro no Transval. Em 1876, esta republica, que estava em condições financeiras muito baixas, foi anexada para o Império Britanico. Mas, após um levantamento bem sucedido da parte dos «Boers», em 1881, estes conseguiram a restauração da independência que se manteve até ao fim do século.

Embora as anteriores descobertas de minério tivessem sido muito importantes, foram relegadas para segundo plano com a localização dos jazigos de ouro do Witwatersrand, em 1886.

Novos colonos começaram a invadir rápidamente o Transval, juntando-se á população local dos Boers. Como resultado deste contacto surgiu o «Jameson Raid», que visava a igualdade de direitos para os «Uitlanders» — ou novos colonos. Foi o rebentar da guerra, entre o Império Britanico, por um lado, e o Transval e Estado Livre de «Orange», por outro.

Depois de 3 anos de luta, firmou-se a paz, em 1902, em Vereeniging, e as duas Republicas foram anexadas á Coroa. Pouco tempo depois, foi concedido governo próprio a ambos os territórios, graças á visão do Governo britanico de «Sir» Henry Campbell-Bannerman.

Fortes tendências a favor da união das quatro colónias manifestaram-se em 1906, quando os Parlamentos locais se estabeleceram e em 1910 efectivou-se a União Sul-Africana. Desde então, o país tem desfrutado de plena autonomia, reconhecida pelas Declarações da Conferência Imperial de 1926 e pelo Estatuto de Westminster de 1931.

O Primeiro Ministro da União Sul-Africana, dr. Daniel François Malan

O PAÍS DOS CONTRASTES

E DAS PAISAGENS MARAVILHOSAS

Foi há 465 anos, que Bartolomeu Dias ao tentar descobrir o caminho marítimo, de Portugal para o Oriente, atingiu o Cabo da Boa Esperança no extremo meridional da África. Os seus homens recusaram-se a continuar a viagem e assim viu-se obrigado a regressar a Portugal. Em 1497, 11 anos mais tarde, Vasco da Gama seguindo a mesma rota dobrou o Cabo, torneou a costa oriental da África e descobriu o Natal e daí o caminho para a India.

Embora outros navegadores portugueses tivessem alcançado o Cabo, foram os holandeses e mais tarde os ingleses que o valorizaram e, consequentemente, penetraram no interior da África do Sul. Hoje estamos em presença de um país próspero, que tem progredido rápidamente durante os ultimos cem anos. A sua população é de cerca de 12.000.000, dos quais um quinto de ascendência europeia.

Há muitos motivos que deliciam e intrigam o estrangeiro que visita a África do Sul — país maravilhoso de contrastes: a beleza e imponência de um cenário deslumbrante; cidades cheias de cor, e calmas vilas provincianas; a fascinação e encanto da vida dos animais selvagens, constituindo uma reserva de caça, e a novidade da pitoresca população negra nos seus próprios territórios.

Indo do Norte para a União Sul-Africana, o estrangeiro voará sobre a Rodésia e sobre as formidáveis Cataratas Victoria — «O fumo que troveja» — como lhes chamam os naturais, onde o rio Zambeze se precipita de uma altura de 273 pés para um abismo gigantesco de uma milha de largo. Disse o dr. Livingstone, o primeiro homem branco a descobrir esta obra-prima da natureza: «Cenas tão encantadoras, devem ter sido admiradas pelos anjos nos seus voos».

O mesmo diremos dos planaltos da região norte do Transval até Joanesburgo — a cidade construída sobre oiro — que na sua forma exterior é provávelmente a mais rica do Mundo. Desenvolvendo-se ao lado desta grande capital da África encontram-se as prósperas cidades do Witwatersrand («Colina das Águas Branca»). O mais importante campo aurífero do Mundo, o Witwatersrand, tem produzido mais de um quinto da capacidade aurífera do Mundo.

O melhor aspecto de uma visita a Joanesburgo será percorrer uma mina de oiro a oito mil pés de profundidade e observar os indígenas, executando as suas danças tradicionais, nas suas galerias.

Vale a pena visitar Pretória, a bonita capital administrativa da União com os seus parques floridos, jardins e adoráveis ruas arborizadas com Jacarandas e o Parque Nacional Kruger — a mais famosa reserva de caça do Mundo.

Na Zululandia, encontramos os zulus, um povo nativo, amável, filósofo, digno e cheio de colorido, gostando da oratória e da dialéctica.

Continuando em direcção a Durban, no Natal, a cidade é alegre, colorida, subtropical em contraste com as suas praias amenas onde rebentam as quentes águas do Indico. O Sol brilha, esplendorosamente, e o céu permanece azul durante todo o Inverno.

Penetrando até os limites ocidentais do Natal, os cumes das montanhas de Drakenberg elevam-se 3.000 metros acima do nível das águas do mar, numa grandeza majestática, prolongando-se por 150 milhas de Basutoland, ao longo da Província do Cabo e Natal, abrigando a seus pés numerosos lugares pitorescos para férias.

Para o sul, ao longo da costa oriental da Província do Cabo, está Londres Oriental (East London), outro lugar favorito de férias e daí para baixo da Costa Selvagem (Wild Coast) até Porto Elizabeth, há muitas baías e enseadas.

Do Porto Elizabeth á cidade do Cabo atravessamos o Jardim Vermelho, considerado pelos visitantes e muitos sul-africanos como uma das mais pitorescas zonas da costa da União. Eis outros pontos deste canto da União, de arrebatadora beleza: a grande Floresta Tzitzikama — selva fascinante debaixo da qual corre a estrada; Wilderness, com as suas colinas, dunas de areia, lagos e o mar; Outsboorn, onde quintas de avestruzes produzem algumas das penas mais belas do Mundo e onde se pode penetrar nas Caves de Cango, por meio de tuneis de estalactites maravilhosas — verdadeiro país de fadas subterraneo.

Quem então se dirigir para a cidade do Cabo, atravessará as velhas herdades holandesas e os vinhedos da Província Ocidental, lembrando um tanto aquela parte de França, de Grasse a Aix-en-Provence. Surge então a famosa Table Mountain. A seus pés, entre maciças muralhas e o mar, jaz a cidade do Cabo rivalizando com o Rio de Janeiro, como uma das mais belas do Mundo pela sua localização. A Península do Cabo, as suas praias banhadas pelas correntes de dois oceanos, o Indico, a leste, e o Atlantico a oeste, têm um encanto mágico para todos aqueles que lá vão.

Neste breve relance do que a África do Sul tem para oferecer ao viajante que busca o brilho do Sol e novas experiências, nem espaço conseguimos para mencionar desenvolvidamente as fabulosas minas de oiro de Kimberley e o Karso atapetado de flores na Primavera e muitas outras maravilhas com que a África do Sul foi presenteada.

Mas, a África do Sul, não se descreve: vê-se.

Produtos da florescente industria textil sul-africana

A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

LEVADA A CABO PELA UNIÃO SUL-AFRICANA

Em menos de uma geração transformou-se notavelmente a paisagem campesina da Africa do Sul. Onde havia, em tempos, aldeias sossegadas, existem, hoje, cidade ruidosas; por onde antigamente pastava o gado — vastas e vastas campinas — fixa-se agora a imensa maquinaria das minas e as altas chaminés quebram a calma da grande vegetação. O indice populacional aumenta muitíssimo nas cidades, e hoje sómente cerca da quarta parte da população branca pode ser considerada rural.

A medida do desenvolvimento da Africa do Sul, nos ultimos anos, pode ser avaliada a partir do aumento dos seus rendimentos, que eram apenas de 130 milhões de libras em 1911, ao passo que hoje, passados 40 anos, é superior a 850. Embora as minas tenham, na verdade, desempenhado a parte principal no desenvolvimento económico da Africa do Sul, nestes ultimos anos o país conseguiu desenvolver a sua economia em multiplos sectores. O ouro é, certamente, ainda o produto mais importante da exportação da Africa do Sul e, tomando como base a producão corrente, perfaz mais de 40 por cento de todas as exportações.

Mas, para se avaliar melhor do formidável progresso da Africa do Sul, desde o tempo em que ela estava completamente dependente da sua producão de ouro e diamantes, notemos que a participação das minas de ouro atinge só 8 por cento das receitas nacionais e que a de outros produtos do subsolo, como a hulha, diamantes e mais minerais-base fixa-se na ordem de 3 por cento. Entretanto, a participação da industria fabril é de cerca de 25 por cento do total das receitas nacionais.

Construção de vagões para Moçambique

Por isso, o progresso da industria secundária é talvez o aspecto mais notável do desenvolvimento da Africa do Sul, nos ultimos anos. Durante a segunda guerra mundial, a União Sul-Africana era apontada como a «fábrica da Africa».

Pela primeira vez, entre 1939 e 1945, países afastados, como a Nigéria, a Africa Equatorial Francesa, a Serra Leoa e, mesmo, o Egipto, começaram a comprar á União. Ultimamente foram feitas encomendas pela Administração dos Caminhos de Ferro de Moçambique, de centenas de vagões, que estão a ser construídos nas novas grandes oficinas de material rolante em Germiston, perto de Joanesburgo.

Em 1940 foi criada a Corporação de Desenvolvimento Industrial, não para lançar industrias próprias mas para amparar o progresso de outras. As actividades da Corporação desde o começo têm visado, principalmente, o progresso e o melhor aproveitamento dos recursos latentes. Atenção especial tem sido dispensada aos campos, nos quais se viu a possibilidade de aproveitamento de certa espécie de trabalho e de materiais, até agora, mais ou menos, postos de parte por causa da sua localização. Desta maneira, a industria foi levada para o campo, e mesmo ás Reservas Nativas, que até aí tinham sido consideradas demasiado primitivas para poderem trabalhar proveitosamente para a Industria.

Aspecto do fabrico de automóveis na General Motors, em Port Elizabeth

O Conselho de Investigação Científica e Industrial

Outro departamento que contribui grandemente para o progresso científico e industrial da Africa do Sul é o Conselho de Investigação Científica e Industrial, estabelecido em 1945. Orgão consultivo do Governo, uma das suas mais importantes secções é o Instituto Nacional de Investigação Pessoal, que determina em que industrias o trabalho pode ser empregado em melhores condições. Correspondendo aos pedidos dos organismos industriais e do Governo, o Conselho de Investigações tem feito a classificação e selecção de produtos-padrões para as Forças Armadas da União; industria de lanifícios; industria do ferro e aço e para os minérios. Faz parte do programa do Conselho conseguir que o capital de uma industria particular seja, quanto possível, controlado pela própria industria.

Foram criados na Africa do Sul Institutos de Investigação para as industrias de cabedais, do peixe, de moagem de açucar, de tintas, etc.

Também se pode considerar como um dos mais interessantes aspectos do progresso da Africa do Sul o facto de ali se fixarem grandes industrias de países estrangeiros, montando as suas fábricas.

Fabricantes de texteis, idos de Inglaterra, da Bélgica, da França e de outros países da Europa, concentraram as suas industrias especialmente na parte ocidental do Cabo, onde a água e as condições naturais constituem elementos a considerar para a laboração das fábricas.

E' deveras espantoso o progresso alcançado na industria textil, desde o fim da guerra. A tosquia local de aproveitamento de lã — a terceira no Mundo — faz-se em fábricas, no próprio campo.

Eis algumas empresas mundialmente conhecidas que estabeleceram suas fábricas na Africa do Sul: Irmãos Zever, Dunlop, Philips, Ford, General Motors, Dorman Long, Vickers. Tal facto provava suficientemente aos negociantes estrangeiros que a Africa do Sul é um país estável e próspero e trilha o caminho de maiores cometimentos.

A extracção de petróleo do carvão

O mais recente sector industrial em franco desenvolvimento é o da extracção de petróleo do carvão, em grande escala, no Transval, perto do Rio Orange, que se reveste de grande importancia como reserva de combustível em caso de emergência. Dos quase ilimitados recursos do carvão, a União pensa produzir, inicialmente, 500 milhões de galões de gasolina. Presentemente, a producão é de 300 milhões, mas espera-se que poderá em breve suprir a maior parte das necessidades do país.

Por tudo isto se pode afirmar que a Africa do Sul desencadeou uma enorme revolução industrial. O seu problema, porém, é a integração da numerosa população nativa na moderna sociedade. Nesse sentido, uma tentativa interessante deve-se á grande fábrica de algodão Zwelitsha, perto de Kingwilliamstown, na Provincia Oriental do Cabo, construída nos próprios terrenos dos negros. Com o auxílio dos produtores de algodão e do Governo, poder-se-á fabricar tecidos para uso dos nativos. Este plano empregará milhares de pessoas e constituirá um modelo capaz de ajudar a resolver muitos problemas sociais que ainda preocupam a União.

E uma prova do seu nacionalismo reside em que a Africa do Sul está a desempenhar papel importante na esfera do pan-africanismo. Assim, por exemplo, toma parte nas discussões com as potências que têm possessões no continente africano, sobre assuntos de Defesa, Transportes e Investigação Científica. A União sente o seu poder, está satisfeita por saber que, mercê dos seus esforços, está alcançando um lugar de primeiro plano no continente africano. A Africa do Sul sabe quais são os graves problemas que a afligem e pensa resolvê-los com as suas possibilidades.

Bartolomeu Dias, ao atingir o Cabo da Boa Esperança, manda colocar a Cruz que assinalou pelo Mundo os Descobrimentos Marítimos dos portugueses. Reprodução do quadro que pertence á Biblioteca Publica de Cap Town

UMA DAS GRANDES INDUSTRIAS MUNDIAIS

AS FAMOSAS MINAS DE OURO DO TRANSVAL

CONSTITUEM A MAIOR FONTE DE RIQUEZA DA AFRICA DO SUL

A assistência aos trabalhadores indígenas foi sempre, na industria mineira da Africa do Sul, uma das preocupações mais importantes. A fotografia mostra o hospital para indígenas das minas de Blyvoornitzcht, no Transval

Há milhões e milhões de anos, ainda a vida se não tinha manifestado sobre a terra, e as camadas de rocha que contêm o ouro de Witwatersrand estavam ainda a formar-se. Estas rochas eram, primeiramente, formadas por camadas de lôdo, areia e cascalho, que os grandes rios aí depositavam, umas por cima das outras, próximo das costas de um mar pré-histórico.

Com o tempo, o litoral tornou-se terra firme, as camadas da região de Witwatersrand foram sepultadas debaixo de outras camadas de nova idade geológica e as forças da Natureza transformaram, a pouco e pouco, o lôdo em piçarra, a areia em quartzo e o cascalho em conglomerados.

E' principalmente nestes conglomerados — associações de seixos incrustados numa matriz de quartzo — que o ouro aparece.

Os corpos de minério que trazem consigo o ouro, localmente conhecidos por filões, são delgadas partículas incrustadas nas muitas camadas sedimentares que formam o que geológicamente é conhecido pelo «Sistema Witwatersrand»; estas particulas variam em espessura, que vai de uma polegada a dez pés.

Aquelas camadas sedimentares estavam depositadas, mais ou menos horizontalmente, mas os movimentos na crosta da terra moldaram todo o sistema como que num baixio, da forma de um pires, e acabaram por cobrir a superfície do extracto. Numa idade geológica posterior, os sedimentos mais novos que cobriam o «Sistema de Witwatersrand» foram-se gastando e parte das bordas do pires ficaram depois expostas, á superfície da terra, como extremos dos veios.

Foi num destes extremos, poucas milhas a oeste da moderna cidade de Joanesburgo, que um explorador descobriu o filão principal dos conglomerados da área do «Rand» e abriu o caminho para o desenvolvimento do campo de ouro agora existente — o maior que o Mundo jamais conheceu, e cujo aparecimento revolucionou a superfície da terra.

A extracção do precioso metal — dos velhos aos modernos processos

A despeito da sua origem fluída, as rochas do «Sistema» são extremamente duras e o minério teve de ser arrancado á terra por meio de explosivos, antes de o ouro poder ser extraído.

A operação básica das minas do «Rand» consistiu, pois, em abrir buracos na rocha, para neles se colocarem cargas de explosivos. Nos primeiros tempos essas aberturas eram laboriosamente feitas á mão, mas de há muitos anos a esta parte têm sido feitas por meio de máquinas de ar comprimido e conhecidas por «jackhammers» — martelos de «Jack».

Uma vez minados os extremos dos veios, originariamente descobertos, foi necessário seguir o plano inclinado dos corpos de minério, a muita profundidade da superfície, e hoje, em algumas minas, extrai-se o minério a mais de 2.700 metros.

Para alcançar os filões mais profundos, abrem-se frechas através da terra rochosa e árida e, aí, em túneis chamados «cortes cruzados», dinamita-se horizontalmente em vários niveis, para se encontrar a superfície inclinada dos filões. Então, desses cortes cruzados abrem-se outros túneis ou corredores — a que se chamam «raizes» (horizontais) ou «winzes» (verticais) — de forma que o filão fique cortado em grandes blocos.

O minério é depois retirado por meio do alargamento continuo das «raizes» e dos «winzes» e ás camaras de tecto baixo, assim formadas, chamam-se «stopes». Todo este trabalho de destruir rocha, cortar «stopes» e perfurar túneis é feito por meio de cargas explosivas, colocadas em buracos abertos á máquina.

O minério partido é seguidamente transportado para as frechas e içado á superfície, e quando chega ao cimo é esmagado, até ficar transformado em pó fino.

A este limo, assim obtido, junta-se cianido para dissolver o ouro; a solução é filtrada e o ouro precipita-se para fora desta, após o que, esse precipitado é imediatamente fundido para recobrir o ouro, o qual, por sua vez, é depois espalhado em barras do tamanho de um vulgar tijolo de construção.

Os resíduos do limo e a areia são, por fim, empilhados, formando essas montanhas feitas pelo homem e que tão familiares são nos entulhos das minas do «Rand».

Tanques das minas do Transval, onde o ouro é extraído das rochas

Os campos auríferos do «Rand»

Na extensa área do «Rand» estão actualmente em laboração 43 grandes minas. O campo principal estende-se por cerca de 70 milhas, tendo ao meio a cidade de Joanesburgo, a maior da Africa do Sul.

Nos ultimos anos têm-se aberto novas e importantes extensões no campo do «Rand» — o «Extremo Ocidente» de Witwatersrand. Encontram-se já aí três minas em produção e vão ser instaladas mais duas na área de Kerksdrop,

Além destas áreas novas, desenvolve-se ultimamente no Estado Livre de Orange um novo grande campo de ouro, a uma duzentas milhas ao sul do «Rand». Nesta vasta zona de exploração já estão registadas 13 propriedades e é possível que num futuro próximo se lhes juntem mais três. A primeira mina de Orange começou a trabalhar no principio deste ano e espera-se que se comece a fazer a extracção do minério ainda antes do fim do ano corrente. As restantes devem entrar em laboração, sucessivamente, durante os próximos anos.

Em 1950 as minas de ouro do «Rand» extrairam 60 milhões de toneladas de minério, a que correspondem 11.659.280 onças de ouro, avaliadas em 139.491.029 libras.

Trezentos mil indígenas trabalham por ano, nas minas do ouro, sob a protecção de organizações modelares

A industria mineira do ouro emprega, em média, 300.000 indígenas por ano, nos seus vários sectores de trabalho.

A Camara das Minas mantém duas organizações modelares de assistência, cujos fins são: facilitar a viagem a todos os indigenas que desejem trabalhar nas minas, ajudá-los a manter o contacto com as suas familias e acorrer a vários serviços sociais, em defesa da saude e segurança dos seus empregados.

Há trabalhadores que vão de muito longe para as minas, deslocando-se de mais de 2.000 milhas de distancia, e estes indigenas oferecem-se voluntáriamente a qualquer dos duzentos centros de inscrição espalhados pelo sul de Africa, desde o lago Niassa, ao norte, até Porto Elizabeth, no sul.

O indigena de tribo é um ser ingénuo, com muito pouco conhecimento e prática dos hábitos dos brancos. E por isso mesmo as organizações da Camara de Minas do Transval estão á disposição deles para lhes porporcionar a viagem até ás minas, com a perfeita organização possivel, tanto da sua própria vida como da de suas familias. Esta modelar organização dá-lhes as necessárias informações a respeito das condições do serviço que vão prestar, submete-os a inspecção médica, paga-lhes as viagens e adianta-lhes dinheiro para a despesa destas, presta-lhes indicações sobre os percursos a fazer e recebe-os na sua chegada á cidade desconhecida. E, depois do seu contrato cumprido, vela também por que esses indígenas regressem a suas casas sem novidade.

E' raro o indígena que não volta ás minas para segundo periodo de trabalho, aceitando novo contrato, e calcula-se que, em média, um trabalhador indígena se mantém 14 meses nas minas, antes de regressar ao seu lar, na respectiva tribo a que pertence.

Nas minas os indígenas são alojados em edificios apropriados, onde o padrão de vida da tribo, á qual estão presos por hábitos ancestrais, é mantido tanto quanto possivel. Por outras palavras: o indígena que um dia volta da mina para a sua terra retoma naturalmente o seu anterior estilo de vida, sem qualquer perturbação para os hábitos dos territórios nos quais vive.

Na Africa moderna — europeizada — onde o contacto com a industrialização se faz sentir cada vez mais, o sistema de alojamento adoptado nas minas permite aos indigenas de áreas de tribo o adaptarem-se gradualmente aos perturbadores aspectos do meio industrial, sem o choque repentino de se verem subitamente arrancados ao seu ambiente tradicional, encontrando, deste modo, um ambiente fácil de vida e de trabalho.

A participação dos indígenas da Província de Moçambique na vasta industria mineira do Transval

De especial interesse para os leitores deste artigo são, naturalmente, os trabalhadores indigenas da Província de Moçambique empregados nos serviços das minas de ouro do Transval.

Por acordo entre a União Sul-Africana e o Governo de Moçambique, podem empregar-se nas minas, em cada ano, 100.000 indígenas, no máximo, todos idos da região a sul da latitude 22°-S. No ano passado encontraram ali ocupação 94.000 indígenas portugueses.

Estes indígenas concentram-se nas várias estações mantidas pela industria na Africa Oriental Portuguesa e daí são transportados, por estradas ou por caminho de ferro, até aos centros de inscrição. Seguem, depois, pelo caminho de ferro, até Ressano Garcia, na fronteira de Moçambique com a União, e aí são submetidos a cuidadosa inspecção médica. Os aprovados continuam viagem no mesmo meio de transporte para Joanesburgo, onde nova inspecção médica os espera.

Durante a viagem, em território da União, são acompanhados por um guia europeu, e nos primeiros troços do percurso têm os cuidados de guias indígenas, devidamente treinados.

Têm sido sempre cordiais as relações entre as autoridades de Moçambique e a Industria Mineira do Ouro da Africa do Sul, nestas deslocações de trabalhadores, com a sua situação devidamente protegida e assegurada.

A prova de que são de mutuo beneficio essas relações está em que dos 94.000 indigenas portugueses empregados nas minas em 1950, resultou um aumento de receita para a Provincia de Moçambique de 230.000 libras. A esta quantia há que acrescentar 220.000 libras, á parte o pagamento a prazo, respeitante a estes trabalhadores, o qual é feito em território português e se elevou a 1.126.000 libras — total a pagar em ouro ás autoridades portuguesas.

Os trabalhadores da Africa Oriental Portuguesa são contratados por um periodo inicial de 12 meses, prorrogável, por acordo, até ao máximo de 18 meses. Durante os primeiros nove meses do seu contrato, são pagos pela totalidade dos seus vencimentos, e o pagamento correspondente ao resto da estadia nas minas é feito no final, sendo entregue ao Curador dos Indígenas Portugueses metade dessa importancia, para ser distribuída pelos trabalhadores, quando do seu regresso a Moçambique.

O Curador dos Indigenas, nomeado pelo Governo de Moçambique, tem residência em Joanesburgo, a fim de fiscalizar o cumprimento das condições da Convenção de Moçambique, que regula o emprego dos trabalhadores portugueses na Industria Mineira do Ouro.

Os indigenas de Moçambique — «eastcoasters», como são conhecidos entre os mineiros — são considerados entre os melhores na Industria.

O bem-estar dos indígenas constitui uma preocupação primacial da Industria Mineira do Ouro. E, neste sentido, todos os anos lhes é fornecida alimentação a expensas da Industria, no valor de quatro milhões de libras, sendo também gratuitos o alojamento, a hospitalização e os serviços médicos.

Estes serviços médicos e hospitalares são considerados dos melhores, do seu género, em todo o Mundo. Contam 36 hospitais para indígenas, apetrechados com as mais modernas facilidades para tratamentos médicos e cirurgicos. E ao serviço destes hospitais há 77 médicos, que neles se ocupam exclusivamente.

A Industria Mineira do Ouro conhece perfeitamente as responsabilidades que sobre ela impendem, por ser a maior entidade patronal na Africa do Sul. E com a consciência exacta das realidades e das responsabilidades que lhe cabem, através da sua política administrativa do trabalho indígena, coloca em lugar especial os interesses dos próprios indígenas, realizando, assim, uma obra gigantesca, de incalculável valor económico e de vastíssima acção social, cujos efeitos transpõem o ambito das actividades mineiras para se projectarem em todos os ramos da sua influência.

Eis uma das abundantes refeições fornecidas aos trabalhadores das minas

ACTIVIDADES METROPOLITANAS EM TERRAS DO IMPÉRIO

PORTUGUÊS

NÃO HÁ POBRES DE PEDIR E TODA A POPULAÇÃO ESTÁ INDEFECTIVELMENTE LIGADA À MÃE-PÁTRIA

—afirma-nos o Governador Geral comandante Quintanilha de Mendonça Dias

Comandante Quintanilha de Mendonça Dias

Governador Geral da India

Pouco antes de partir para a India, a fim de reassumir o seu alto cargo, teve o sr. comandante Quintanilha de Mendonça Dias a gentileza de receber um dos nossos redactores, não para uma entrevista, que para isso, nas vésperas de embarque, lhe escasseava o tempo, mas para uma conversa simples, despretensiosa, da qual resultou uma síntese admirável da India de hoje, onde o culto pela tradição, cada vez mais vivo, se transmite de pais para filhos, se iguala á ansia de progresso, á febril actividade das construções materiais, ao interesse pelo bem publico, á elevação do nível de vida de todos os habitantes e ao carinhoso cuidado dado ás coisas do espírito. Francamente optimista quanto ao futuro da India Portuguesa, indefectivelmente ligada á grande Pátria Portuguesa por laços de História e de cultura, que as distancias não podem afrouxar, antes, paradoxalmente, aproximam e estreitam, unem e consolidam — o sr. Governador Geral afirmou-nos, logo de começo:

— A unidade de toda a nossa India perante a Nação é um assunto que não tem discussão em Goa. Não existe um único português da India, seja ele de que raça for, fiel de qualquer religião, que não sinta desta maneira. Por certo que esta igualdade de sentimentos, nascida, revigorada e consolidada através dos séculos da nossa presença na Ásia, conseguida naturalmente pelo nosso trato, pela brandura dos nossos costumes, pelas luzes do Ocidente que para lá levámos, encontra ainda, se estas não bastassem, por serem quase de ordem espiritual, as razões materiais da garantia de sossego e de paz; e, se abastança total não existe, há um remedeio que a todos alberga do espectro pavoroso da fome.

E acrescentou:

— Em toda a India portuguesa, quer em Goa, quer nas mais pequenas aldeias do Estado, não há pobres de pedir. Através da Provedoria da Assistência Publica, foram concedidos subsidios, desde 1948, quer a estabelecimentos hospitalares, a asilos, a dispensários, a indigentes e á mendicidade ambulante, quer para bolsas de estudo e, até, para o fornecimento de cálcio, ovos e medicamentos a tuberculosos, mais de três milhões e meio de rupias. Posso afirmar-lhe, com grande satisfação que não se vê hoje em parte nenhuma da nossa India, o cortejo trágico dos mendigos.

As festas do centenário de S. Francisco Xavier

Recordamos ao sr. comandante Quintanilha de Mendonça Dias, a figura gloriosa de S. Francisco Xavier, cujo prestigio, feito de bondade e de ternura, irradiou por todo o Oriente, desde Goa a Malaca e ás terras japonesas de Bungo. Pelo seu exemplo, pela sua vida, pelas suas virtudes, inundou de luz puríssima as raças mais estranhas e as gentes mais singulares. Aplacou a furia dos Oceanos, em navegações de fortuna, por caminhos desconhecidos; confundiu com a sua razão a sem-razão dos bonzos nipões pediu, e obteve, a sorte das armas para os nossos em batalhas navais ocntra corsários. Amigo de Fernão Mendes Pinto, o maior prosador em todas as épocas, da língua portuguesa, perdoou-lhe pecados de veniagas passadas. Morreu como santo, porque como santo viveu. E, quando o seu corpo incorrupto foi de Sanchoão para Goa, gente de todas as raças e de todas as cores, numa grande manifestação de reconhecimento e de fé, desfilaram dias e dias perante o cadáver em exposição.

O Governador Geral esclarece-nos:

— As cerimónias centenárias, que se realizam em Goa em Dezembro do próximo ano, devem revestir-se de grande luzimento e terão, por certo, vasta repercussão por todo o Extremo-Oriente, não so entre a Cristandade como entre os outros povos. A imensa figura de S. Francisco Xavier permanece hoje, como ontem, na sua limpida pureza, no espírito de muitos milhões de asiáticos. Nem com o rodar dos séculos se perdeu a sua projecção prestigiosa. Nessa data, o corpo do Santo será, pela ultima vez, exposto ao publico fiel. Esta cerimónia deve trazer a Goa muitos milhares de peregrinos. E para que lhe não falte o esplendor devido, espera-se que venham á India Portuguesa, altas individualidades civis e eclesiásticas. Haverá uma semana de festas na capital, nas quais, além das solenidades religiosas, se incluem exposições agrícolas e pecuárias, bibliográfica e filatélica.

O sr. comandante Quintanilha Dias fala-nos, a seguir, do ensi-

(Continua na 3.ª pág.)

O MEU AGRADECIMENTO

Pedem-me um artigo para o «Diário Popular», que em breve iniciará edições aéreas, destinadas ao Ultramar Português.

Completamente absorvido em assuntos eclesiásticos e Missionários da Minha Arquidiocese, falta-me tempo para o empregar em matéria alheia às minhas habituais ocupações.

Limito-me, portanto, a dizer que muito me regozijo com a iniciativa do «Diário Popular». E regozijo-me, porque, vivendo há perto de meio século no Oriente, recebo sempre com alvoroço tudo o que possa aproximar a Metrópole, dos Portugueses que por cá andam.

Aceite, pois, a Ilustre Direcção do «Diário Popular» as minhas felicitações e agradecimentos, pelas suas edições aéreas, que muito devem contribuir para estreitar os laços afectivos entre a Mãe-Pátria e o vasto Ultramar Português.

Gôa, 9 de Setembro de 1951.

† JOSÉ DA COSTA NUNES

Patriarca das Indias Orientais

GOA, UMA FAMÍLIA ÉTNICA

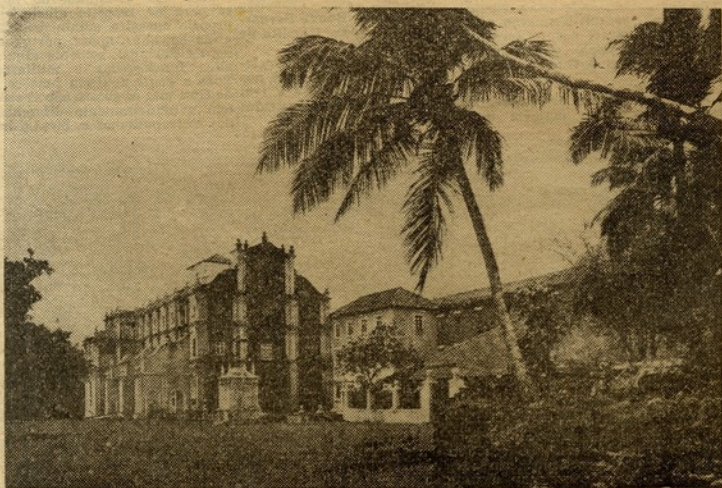
Não há muito tempo, há pouco mais de um ano e já em plena florescência da União Indiana com os sobressaltos naturais de uma nacionalidade nascente, para mais, cadinho de raças diversas e multiformes, guerreiras de seu pendor próprio e normalmente sequiosos da sua tradição e dos seus costumes diferenciados, há pouco mais de um ano — diziamos acima — percorreu essa península em todos os sentidos um dos mais nobres espíritos de escritor e investigador da cultura europeia moderna: André Siegfried.

Professor, da formação típica do normalista, isto é, erudito que sabe, por experiência e estudo, o valor da capacidade humana, André Siegfried não é, nem um apaixonado, nem um sensível. Os que conhecem as suas obras científico-geográficas habituaram-se a admirar nele o definidor de conceitos históricos, tão cartesianamente rigorosos como intuitivos; as conferências que fez em Portugal, há cerca de doze ou treze anos, foram-lhe pretexto para um breve contacto com a nossa História e os nossos costumes, e certamente, constituiram a primeira moldura de uma nação que se projecta igual a si própria nas sete partidas do Mundo.

Pensar em Goa, hoje, escrever sobre Goa, hoje, é erguer um mundo de problemas vitais para o destino do Ultramar portugués, é tocar «uma corda sensível» da nossa vida de grande nação colonizadora.

Os factos decorrentes da nova situação na India, a atitude de superior patriotismo e alta clarividência tomada pelo Governo português recusando-se a reconhecer que possa haver um problema goês, visto tratar-se de uma província — parte integrante de um «todo» mas não de uma colónia ou de um país de tipo especial — a atmosfera criada pelas circunstancias da política indiana conhecidas, tão inaceitáveis, aliás, para os portugueses, são motivos a dar uma presença mais viva a esta nossa província da Asia, tão portuguesa como se fosse o Minho ou o Algarve, a Madeira ou Angola...

Mas pensar agora em Goa — é, também, pensar em André Siegfried e no testemunho da nossa vocação colonizadora que a sua pena insuspeita nos deu primeiro no luminoso artigo que publicou no «Fígaro», de Paris, depois num livro substancial e denso:

(Continua na 2.ª pág.)

Convento de Bom Jesus onde está o Tumulo de S. Francisco Xavier

ULTRAMAR

A POESIA EM TERRA GOESA

Por FERNANDO POSSOLLO RAVARA

Goa é um rincão que a Natureza caprichou em cumular de dons. Na abalizada opinião do grande crítico e psicólogo Moniz Barreto, «uma paisagem é um conjunto de elementos materiais coordenados de um certo modo no espaço, e reflectido, de um certo modo no espírito».

Sendo a paisagem um estado de alma, era natural que a opulência de que ela em Goa se reveste desse motivo a revelações que, sem esta circunstancia, talvez se não manifestassem. Dai, surgirem muitos cantores das suas belezas.

De todos os poetas que um dia Goa acalentou no seu seio, muitos houve que produziram obras, onde, predominando a suavidade e a melodia, abundam conceitos belos e pensamentos sublimes.

Quando se pretenda falar de poesia em Goa, esta modalidade literária fica insensivelmente presa aos nomes de vates inspirados que tiveram em Nascimento Mendonça, Fernando Leal e Paulino Dias, os seus expoentes. Nas suas criações perpassa um sopro de grande inspiração e observam-se todos os difíceis e complicados segredos da arte poética, cuja beleza e raridade, ás vezes, escapam até aos mais cultos profissionais da poesia, e que somente os artistas natos têm o privilégio de ver e compreender.

O valor desses vultos está patenteado nos prefácios das suas obras e na crítica que ás mesmas foi feita por vultos eminentes na literatura nacional. Os seus nomes ficam, portanto, brilhando no firmamento das letras nacionais.

E' vasta a bibliografia de cada um deles, sendo de considerar primeiramente os trabalhos que maior renome alcançaram. Principiaremos por citar «Vatsala», obra-prima de Nascimento Mendonça, considerada pela crítica como um poema de elevada inspiração, seguido de «A Morta», outro poema cuja acção descreve a côrte de Ayodhia, quando Rama chora a morte da casta Sita que ele repudiou devido ao seu orgulho desmedido. Mais outros poemas se seguiram, tais como: «Puruxa», «No Jangle», «Lotus de Sangue e de Ideal», «Tentação de Vaishya», «Hervas de Hind», «Invocação» e muitos mais.

As obras de Fernando Leal incluem uma tradução de versos de Vitor Hugo que figurou no livro «Reflexos e Penumbras», devendo anotar-se também, os poemas «Novembro» e «A Reconquista de Goa», «O Rei de Benares» que é a paráfrase de uma história extraída do Mahabarata e que foi publicada no seu «Livro da Fé». Mais publicações citaremos: «A influência vivaz de Portugal na India», «A ressurreição do Concani», «Os Zulos» (a sua língua e o seu «habitat» no século XVII), «Memórias portuguesas em Malta», «Glossário Português-Oriental», «A mártir moderna», «Stabat Mater», «Palmadas na pança de John Bull» e «Dieu garde le Tzar». A obra-prima do poeta é a brilhante tradução da «Sapho» de Vitor Hugo e que mereceu da crítica as mais lisonjeiras referências.

Paulino Dias legou também uma obra vasta, tendo-lhe sido feita as melhores apreciações. Os sonetos «Tilotoma» e «Campestre», o «Hino de Gajendra a Vishnu», o «Coro a Narayana» que é uma passagem do seu poema «Indra» são seguidos do poemeto «Vasco da Gama» e do poema «Vishnulal». «Zaiu» é outro soneto, bem como «Tara», «Bailadeiras», «A Pracriti», «Viassa» e o poema «A Cobra e o Sapo», são outros tantos trabalhos do poeta. «A Deusa de Bronze» fica sendo, porém, a sua obra mais valiosa pela magnificência dos seus versos.

A estes, aos maiores, foram seguindo-se outros.

Em todas as épocas, em todas as idades, a afeição pelos poetas é grande. Confirma-o a existência em Westminster, entre as glórias perpetuadas no mármore ou no bronze, um cantinho destinado aos poetas, onde estão, entre outros, Spencer, Tennyson e Shakespeare. Entre nós, os Jerónimos, por exemplo, glorificam Camões, Garrett e Guerra Junqueiro.

Na vasta galeria de valores poéticos registamos também o nome de Adolfo Costa como autor de várias obras: «De mãos dadas», «Aldeias», «Em viagem», «Baguem», «Rishi», «O eco das ruinas», «Vasco da Gama», «Suryanas» e mais outras. Todas têm sido devidamente apreciadas, reconhecendo-se-lhes grande valor.

Mariano Gracias é também autor de algumas obras: «Terra de Rajahs», «O Génio da Raça», «Sardessay», «Oração ao Surya», «Metempsycose», «Merenda», «Cortejo Real», «Bailadeira», «Rajah de Godwara», «Saguate», «Dança de Bailadeiras», «Noivinhas», «Fakirs e Yogues», «Sundorém» e a «Lenda de Abolins». Foram de merecimento todos estes trabalhos.

Muitas obras poéticas foram produzidas também por Floriano Barreto, devendo especial menção: «Phalenas», publicado em 1898; o poema «Sindrimal», «Uma mãe Hindu», «Os Parses», «Bailadeira da India», «Mandós traduzidos», o poemeto «Satti», «O coqueiro» a ode «Velha Goa», «Indianas», «A Cultura do Belo em Goa», «Ceramica em Goa», «Interiores Domésticos», «O Culto da Musica», «Pintura», «Arte Goaneza», «Instantaneos», «Aguarelas» e o «Mandó». Sobre todos estes trabalhos, a crítica foi unanime registando expressões encomiásticas.

Prosseguindo nas nossas citações, não deixaremos de incluir o nome do poeta Cristóvão Aires de Magalhães Sepulveda que, na Poesia, ocupou um lugar de merecido relevo. Dentre os seus vários trabalhos destacaremos: «Indianas e Portuguesas» e «Novos Horizontes» que foram devidamente apreciados.

Este artigo atingiria grande extensão se fossemos reproduzir os títulos de todas as obras dos muitos poetas que, pelo seu nascimento, tiveram os seus nomes ligados a esta parcela de terra portuguesa. Por isso, sómente afloramos os nomes daqueles que nos foram ocorrendo e pudessem caber dentro dos limites de um artigo que não pode ser muito extenso. Assim, citaremos os nomes dos poetas: Alberto de Spinola, José Joaquim Fragoso, Manuel Joaquim da Rocha, Fernando Germack Possolo, João da Cruz Boaventura Floriano Pinto, Francisco de Azpilcueta Garcez Meneses, Joaquim Vitorino Barreto Miranda, José Francisco Barreto Miranda, Roque Bernardo Barreto Miranda, Hipólito de Meneses Rodrigues.

Fazendo-o é nosso desígnio levar ao conhecimento dos que nos lêem, que a Poesia teve e tem nesta India, os mais apaixonados e vibrantes interpretes.

VELHA GOA — Aspecto exterior da Catedral

Portal da aclamação de D. João IV, em Velha Goa

A cidade de Goa. Ao fundo e á direita, Ribandar

GOA, UMA FAMÍLIA ÉTNICA

(Continuação da 1.ª pág.)

«Voyage aux Indes». E' necessário meditar sobre o seu depoimento: «Goa não é uma colónia mas sim um país indo-português, tão marcado pela personalidade dos seus fundadores que não será profundamente diferente do Brasil, de Angola ou de Moçambique. Se olharmos os homens que circulam neste jardim perpétuo, acentua-se a mesma impressão: entre indianos e portugueses, a fusão étnica é feita de forma tão completa que não se sabe ao certo quem nos está em frente: entre o português mais português e os indianos mais indianos, encontram-se todos os tipos intermédios, com todas as «nuances» possiveis, do castanho sombrio ao branco pálido, sem que seja possivel saber-se quando se passa a fronteira de um para outro». E André Siegfried acrescenta, marcando bem o sentido da nossa obra de respeito alheio, no próprio conceito administrativo: «Não há, aliás, quase, portugueses de Portugal, somente alguns altos funcionários e militares. Toda a gente aqui em funções é de Goa, mas os goeses não se sentem verdadeiramente diferentes dos metropolitanos e, mesmo indianos, não se sentem indianos mas sim portugueses...».

Tipo de criança hindú de Goa

Estas palavras de André Siegfried falam por si — são uma opinião eloquente, explícita e clara, acerca da forma como os portugueses realizaram na India a sua vocação colonizadora. Mas o sábio francês entende necessário ratificá-las com as suas conclusões: «A política colonial portuguesa realiza, pois, uma obra singularmente original que reproduz, aliás, tudo o que foi realizado no Brasil, em Africa, nas estradas do Extremo-Oriente. A família goesa é uma família que está longe de ser rica — mas é uma família, poderiamos dizer, uma família étnica, a despeito da sua dupla origem. *Em toda a parte onde flutua a bandeira portuguesa, reina esta coisa extraordinária e paradoxal: a paz étnica. Não há nem de um lado complexo de inferioridade, nem do outro complexo de superioridade. Daqui resulta uma atmosfera de calma que não se encontra hoje em parte alguma no Mundo...».*

Este o grande milagre da obra dos portugueses no Mundo: serem fautores de paz étnica e não de lutas, divisões, discórdias. Assim também na India. Goa, cidade que em tantos aspectos lembra os da Metrópole, Damão e Dio são, na sua identidade histórica, aquilo a que expressivamente chamou o Presidente — um goês — do Instituto Vasco da Gama «um canto da Europa latina incrustado na vasta península industanica».

Tipo característico de «Gauddi» e «Gauddina» (trabalhadores das Várzeas), em barros de Bicholim

Que tenhamos mantido ao longo dos séculos essa insofismável realidade histórica, eis o que é penhor da sua continuidade portuguesa. E este simbólico sentido de paz étnica deveria ser, se tantas outras razões não houvesse também, o primordial motivo que nos leva a exigir o respeito alheio: em época tão experimentada pelas guerras ou por atmosferas de paz inautêntica um país cuja obra no Ultramar, como no continente europeu — é de paz, e de verdadeira paz, tem jus á gratidão das outras nações.

O AUMENTO DA PRODUÇÃO

É UM DOS NOSSOS MAIS PREOCUPANTES

PROBLEMAS DE FOMENTO

—afirma-nos o Governador Geral

(Continuação da 1.ª pág.)

no e do seu efectivo progresso no Estado da India. A Escola Médica, já centenária, com os seus cursos de enfermagem, o liceu, a Escola Normal e as escolas primárias de português, português-marata, português-guzerate, e português-urdu, são mais factos a confirmar o benefício da nossa presença na nossa terra da India. Vai para dois anos, criou-se a modalidade das escolas moveis cujo objectivo foi dotar os meios rurais, de população escolar pouco estável, com os indispensáveis meios de instrução. Quanto ao funcionamento dos estabelecimentos de ensino particular de inglês foram tomadas várias medidas legislativas, a fim de melhor o regularem. O problema geral do ensino e da educação merece tanto cuidado que o Conselho de Instrução Publica reune todas as semanas, sob a presidência do Governador Geral.

Várias escolas, que se encontravam fechadas, foram reabertas. Passaram a efectuar-se com regularidade os concursos anuais para transferências de professores efectivos e para provimento de professores provisórios. Pela primeira vez, foi introduzido no Estado da India, para o ensino primário, a caderneta escolar — e provas mensais e trimestrais. O objectivo é preparar o aluno para a vida, criando-lhe o amor pela escola e o interesse pelo que, dia a dia, vai aprendendo. Para evitar, tanto quanto possível, o depauperamento físico e a deficiência alimentar, os Serviços de Saude distribuem cálcio, gratuitamente, ás crianças. Começaram já, também, a funcionar algumas cantinas. E, a frequência das escolas primárias oficiais, que, no ano lectivo de 1947-48, não passava de 8.500 crianças, em 1950-51, eleva-se a cerca de 11.000.

O progresso económico

— Temos que acompanhar o progresso do Mundo — diz-nos o sr. comandante Quintanilha de Mendonça Dias.—Dentro das suas possibilidades, a India Portuguesa já muito conseguiu e muito mais, em breve, estou certo, conseguirá.

E prosseguiu:

— O aumento da produção agrícola é um dos nossos mais preocupantes problemas de fomento. Para o conseguirmos, estamos a realizar duas obras de grande vulto — a reconstrução dos canais de Candeapor e Parodá e seus respectivos açudes. Estes trabalhos aumentarão as possibilidades da área de culturas e permitirão segunda colheita anual. O primeiro tem um desenvolvimento superior a treze quilómetros, servindo 450 hectares, e o segundo 16,5 quilómetros e vai irrigar 600 hectares. Estão ambos quase concluídos e o seu custo, incluindo a adaptação do regadio, atinge cerca de 26.600 contos. Disto resultará um aumento de produção de 2.500 toneladas de arroz limpo, o que corresponde, aproximadamente, a 25 por cento do «déficit» cerealífero. Outras medidas, com idêntico objectivo foram adoptadas, procurando-se interessar as Administrações dos Concelhos e as Comunidades nesta campanha de produzir cada vez mais e cada vez melhor. Utilizam-se lagoas, albufeiras e riachos. Além disso, desde 1948, organizam-se exposições anuais de mangas e dos produtos industriais delas derivados. Estabeleceram-se prémios e criaram-se diplomas para os concorrentes. Além do repovoamento florestal, a pecuária merece também cuidados especiais. Auxiliaram-se os criadores de gado e a industria dos lacticínios. Adquiriram-se reprodutores, vacinas, soros e medicamentos. Vejamos as verbas da Repartição de Fomento: em 1945, 56.790 rupias, das quais só se gastaram 19.664; em 1950, de 174.880 rupias distribuídas, despenderam-se 163.249; o orçamento de 1951 atribui a estes serviços 193 460 rupias.

Embora com possibilidades limitadas, neste sector, a industria está a tomar certo incremento. Quase toda a produção é absorvida pelo mercado interno, especialmente, a do açucar, do gelo e refrigerantes, de ceramica, de marcenaria, de sapataria, de tecidos, de ourivesaria. Presentemente, existem 146 fábricas de extracção de óleo de coco. A produção, em 1950, foi de 670 toneladas. Em 1950, que foi um ano considerado de fraca pro-

INDIA — Canal em carga e já a regar (Candeapor)

dução, a exportação de óleo, copra e cocos, foi, respectivamente, de: 9 toneladas, no valor de 13.300 rupias; 19 toneladas, no valor de 28.900 rupias e 18.072 toneladas no valor de 1.907.260 rupias. A exportação da castanha de caju preparada tem sido de 1.000 toneladas anuais, aproximadamente, no valor de 2.000.000 de rupias, ou antes, 444.000 dólares.

O sr. Governador Geral do Estado da India referiu-nos ainda o desenvolvimento da produção mineira: ferro e manganês, cujas exportações, no primeiro trimestre de 1951, foram, respectivamente de 1.500.000 e 500.000 rupias.

Goa vai ter um estádio

O sr. comandante Quintanilha de Mendonça prosseguiu nas suas interessantes declarações:

— Dentro dos 4.200 quilómetros quadrados de superfície da India Portuguesa, com 600 mil habitantes, contam-se já 719 quilómetros de estradas nacionais e cêrca de 800 de estradas municipais. Das primeiras, estão já 241 quilómetros asfaltados, sendo os restantes a macadame e devendo começar ainda este ano a asfaltagem de 17 quilómetros de Pondá a Margão e mais 31 quilómetros de Pondá a Molem. Ficará também totalmente asfaltada a estrada da fronteira até ás cidades de Goa e Margão. As dotações orçamentais do Serviço das Obras Publicas foram grandemente elevadas nos ultimos quatro anos, totalizando 8.850.500 rupias. Verdade é que nem todas as verbas têm sido utilizadas por carência de engenheiros e de pessoal técnico, e ainda de empreiteiros e de mão-de-obra especializada. Outras vezes, são as dificuldades de aquisição de materiais a agravar o mal. No ano findo, foram concedidas a 800.000 rupias, sómente para a aquisição de material de apetrechamento, a fim do respectivo serviço bem poder desempenhar a sua missão. Além de importantes verbas consignadas para estradas, cais e pontes, bem como para despesas de conservação e aproveitamento, estão previstos, no ano corrente, os melhoramentos seguintes: um estádio na cidade de Goa; um edifício central dos Correios, Telégrafos e Telefones; as instalações para o pessoal das estações radiotelegráficas; a pousada para peregrinos em Velha Goa, aproveitando-se o restauro de alguns conventos; um pavilhão do Hospital Escolar, e grandes reparações na fortaleza de Dio, reliquia impressionante pela sua beleza e grandiosidade, símbolo das nossas virtudes e feitos jamais igualados.

Para estas obras, figuram no orçamento do ano corrente, cerca de 3.600.000 rupias. Outros melhoramentos estão já previstos, e até já concluídos os estudos de alguns deles, como o abastecimento de águas ás cidades de Goa, Margão e Mapuçá.

A vida cultural

Nesta síntese da vida da moderna India Portuguesa muito haveria ainda que pormenorizar, quer no aspecto da assistência, onde existe uma obra que, sem desnecessários exageros, se pode considerar verdadeiramente notável, quer nos serviços de saude, com a sua Leprosaria Central, Institutos Bacteriológico e de Radiologia — o paludismo, na Velha Goa, já deixou de ser um problema, pois foi extinta a malária — quer ainda nos modelares serviços dos Correios, Telégrafos e Telefones, com as suas novas estações radiotelegráficas.

A Emissora de Goa, embora de pequena potência, depressa conquistou uma posição de simpatia e de respeito, não só pelos seus programas, como pelos seus noticiários. Trabalha 16 horas diárias, dando programas em português, inglês, guzerate, hindustani, urdu e sindi. E' grande o entusiasmo dos nossos emigrantes de Bombaim, Calcutá, Karachi, e mais cidades da India, ao escutarem a Emissora de Goa. Em toda a India fazem-lhe referências, as mais lisonjeiras.

Depois de referir que, este ano, foi totalmente amortizada a dívida publica e que já estão liquidados os 103.331 contos que se deviam a Moçambique e a Angola, dos adiantamentos que á India fizeram em géneros, num período bastante difícil, o sr. comandante Quintanilha Dias, ao terminar, citou o valor cultural do «Instituto Vasco da Gama», fundado por Tomás Ribeiro, e a importancia do «Cartório Geral do Estado da India», que possui mais de 10.000 manuscritos de alto valor, devidamente catalogados e encadernados. São a principal fonte, nos ultimos vinte anos, de numerosos estudos de investigação histórica.

PARODÁ — Troço, em caleira, do distribuidor 5 (Maio de 1951). Adaptação ao regadio

PARODÁ — Assentamento de uma comporta (Novembro de 1950). Adaptação ao regadio

A PÉROLA DO MALABAR

DEVE FAZER VALER

ATRACTIVOS TURÍSTICOS

(Do nosso correspondente Maya de Faria)

GOA. — Dia a dia, tem aumentado o numero de estrangeiros, entre os quais muitos subditos da vizinha India, que demandam Goa em busca de recreio para o espírito e se extasiam embevecidos perante os atractivos da Natureza. Efectivamente, em Goa, os quadros incomparáveis de luz e policromia, de doçura e encanto, de pitoresco e magnificência, convidam á contemplação e não têm rival em toda a peninsula industanica.

Quem uma vez visita o território jamais poderá olvidar a maravilha das suas serranias cobertas de característica vegetação exótica e luxuriante, os seus vales sedutores, os seus ridentes campos, os seus sumptuosos monumentos arqueológicos e o seu típico casario.

Ninguem, por certo, esquecerá as praias na Foz do Tiracol ou do Chapora, as praias de Calangute, Vasco da Gama, Colvá, Benaulim e tantas outras, os atraentes Mandovi e Zuari, propicios a prática de desportos, com os seus numerosos canais e afluentes, as cascatas deslumbrantes de Arvalém e Dud-Sagor, a lagoa de Maém, os admiráveis miradouros da capital, de Valpoi, de Piligão, do Usgão, de Mormugão, os vetustos conventos de Velha Goa e de Bardez e os pagodes de Manguexa e Queulá.

Goa, terra de promissão e das mais altas tradições portuguesas, que hoje está passando por uma era de renovação, a par de uma intima felicidade e de calma serenidade, não poderá desviar-se agora do rumo ao progresso. Assim, não pode deixar de fixar com imediato e desvelado carinho as suas reais e bem patentes possibilidades turisticas, numa industrialização laboriosa que garanta e mantenha a sua prosperidade num ritmo permanente e evolutivo.

Torre do Edifício da Camara Municipal das Ilhas

Torna-se necessario estimular a actividade turistica nos seus vários campos de acção, proporcionando-lhe condições tecnicas adequadas.

Se investigarmos as causas originarias do presente marasmo havemos de concluir serem elas de varia ordem. Muitos suporão, possivelmente, que só ás entidades oficiais representativas compete em exclusivo a solução de todas as questões, esquecendo-se, porem, que tais entidades lutam muitas vezes com os imponderáveis das finanças orçamentais exiguas nas receitas e bastas nas despesas, e com a ausência da colaboração, ou passividade civicas. De facto, muito se tem feito sentir na India Portuguesa a falta da acção do Estado neste sentido. Não obstante torna-se valiosa e a [illegible] primacial toda e qualquer iniciativa privada que, não se tem revelado. Ambas se conjugam atingindo o maximo rendimento quando em prática uma boa e sã colaboração moral e material.

Infelizmente, luta-se em Goa com tremendas dificuldades de habitação e acomodação, pela falta de moradias em numero suficiente - ausência de hoteis, pensões e restaurantes capazes de satisfazerem as exigências normais do visitante, sobretudo ao turista, habituado lá fora aos ambientes acolhedores. Tambem a rede de comunicações e sistema de transportes, por antiquada e sem a devida conservação, deixa algo a desejar.

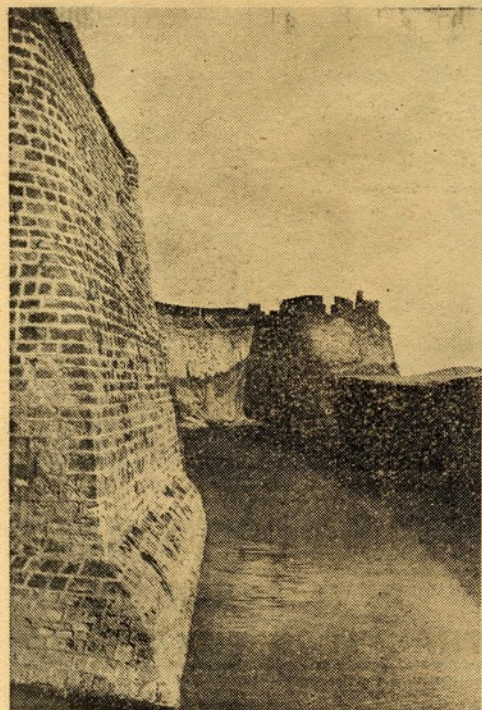
O turismo de hoje, movimentado, á base da emoção e da velocidade, não admite perdas de tempo. Se o acesso aos atractivos for fácil, comodo e rapido, é óbvio que o turista satisfará com visivel agrado a sua curiosidade.

As comunicações existentes são parcas, requerendo profunda remodelação e vastos melhoramentos, com traçados novos, para poderem corresponder ás necessidades mais prementes.

Tal como as comunicações, também os transportes merecem especial reparo, exigindo modernização e valorização.

Merecem cuidada atenção por outro lado, os mais elementares pormenores urbanisticos dos centros mais visitados, o asseio nas artérias e nas fachadas dos edifícios e um afável acolhimento de toda a população, com facilidades de aquisição no comércio local, para que o turista se sensibilize e não se sinta olhado com desconfiança. Por ultimo, torna-se indispensável um plano de informação e propaganda bem orientado.

E' tarefa árdua e fatigante que exige a mobilização das boas vontades. Sabendo-se da preocupação dominante do Governador Geral do Estado da India, sr. comandante Quintanilha Dias, quanto aos problemas administrativos que interessam ao desenvolvimento desta nossa província ultramarina, pode esperar-se que em breve, Goa saia do torpor apático e confrangedor em que tem vivido.

ULTRAMAR

Fosso da fortaleza de Dio, cuja construção se deve a D. João de Castro

DIO TEM JUSTAS ASPIRAÇÕES DIGNAS DE APOIO E PROTECÇÃO

Entre os vários problemas de necessidade mais urgente e que merecem uma solução imediata para o levantamento do nível económico e social de Dio, constituem aspirações dignas do melhor apoio e protecção

Preparando o caril

da parte dos Poderes Publicos a estrada de Gogolá para a fronteira; a estrada ao longo da Ilha, desde Dio a Brancavará; a secagem e aproveitamento da charneca adjacente ao canal; a construção de dois cais, permitindo a travessia do canal por «ferry-boats»; a construção de um hospital com algumas instalações para doentes de todas as classes da população, destinando-se a parte maior aos pobres e aos intocáveis, pois em Dio ainda há intocáveis!

Torna-se ainda necessário promover o povoamento florestal da Ilha, principalmente nos terrenos impróprios para a agricultura, evitar a ruina completa das construções de carácter histórico, de que já desapareceu uma grande parte; proteger os pescadores de Brancavará, dando-lhes melhores condições de habitação e promovendo entre eles o espírito de associação, que não têm, para todos trabalharem por conta própria; dar facilidades a alguns filhos de Dio para frequentarem o Liceu de Goa e para concorrerem aos quadros do funcionalismo do Estado da India, etc.

Apesar dos ultimos melhoramentos introduzidos no Depósito de Degredados, instalado na fortaleza, como uma sala de leitura e de jogos, caboucos que se aterraram, cisternas que foram separadas e hortas cultivadas, esta escola de regeneração merece maior protecção do Governo e maior apoio a iniciativas que venham beneficiar os 200 reclusos, normalmente ali detidos.

As oficinas de sapataria, carpintaria, alfaiataria, serralharia, além do ensino da arte de pedreiro e horticultor, são instrumentos e instalações de aprendizagem que muito melhorariam a condição dos reclusos, não só económica como moralmente.

A histórica fortaleza ameaça de novo ruína. Veio a terra o baluarte de Santa Luzia; o do Couraça deve ser levado ao seu antigo lugar; o pano oriental da muralha com os baluartes de S. Tiago e S. Filipe de Nery estão mirrados pela evasão das ondas.

Pode evitar-se toda esta ruína e reconstruir algumas casas dentro do castelo, com os seus actuais habitantes.

Dio mudará de aspecto e deixará de ser o que é, para se converter num local de bem-estar e de progresso, digno das suas gloriosas tradições históricas.

E os ossos dos que tingiram de sangue aqueles muros heróicos, não sentirão tanto o esquecimento, vendo que não olvidámos completamente as lições de heroismo e de amor pátrio que nos deram.

AGOSTINHO DIAS DA GAMA

CONDIÇÕES ECONÓMICAS E SOCIAIS DA POPULAÇÃO

A nossa possessão de Dio em virtude da missão histórica e militar que perdeu, não tem hoje qualquer dos valores — económico, estratégico ou mesmo religioso — de que gozou.

E' um território de economia duplamente deficitária, pois é quase nula a produção agricola e industrial, sendo a pesca a principal fonte de riqueza, que, aliás, é impossivel nos meses de Maio e Agosto.

A unica via de comunicação com o território da União é a estrada que liga Imagadh com Gogolá, não entrando propriamente na ilha de Dio, que é separada de terra firme por um canal, sobre o qual não existe qualquer ponte.

A barra de Dio apenas permite a entrada aos barcos de pesca e palmarins e ainda a pequenos barcos a vapor, mas ninguem se atreve a entrá-la nos quatro meses da Monção Sudoeste.

Nos outros meses é intenso o movimento dos barcos de pesca, quer dos naturais, quer dos machins de Damão, que vêm pescar a Dio, acampando em barracões de osla, e os barcos da «Bombay Steam Navigation». Outros tocam em Dio uma ou duas vezes por semana, esperando, fora da barra, que um pequeno vapor da Companhia, ou uma barcaça, traga ou leve os passageiros, geralmente, na sua maioria, emigrantes para a Africa Oriental Inglesa ou Portuguesa, comerciantes, etc.

A população agrupa-se praticamente em três povoações: *Dio*, com o seu imponente e histórico castelo e muralhas arruinadas, muito palustre; *Brancavará*, na extremidade ocidental da Ilha, bastante mais fresco, com poços de água potável e alguns bons terrenos de cultura; e *Gogolá*, do outro lado do canal, e que não passa de uma aldeia sobre um banco de areia.

A população deve orçar por vinte e dois milhares de habitantes, distribuidos quase equitativamente por aquelas três localidades.

A maioria da população é hindú. Há, também, um grande nucleo de mouros e uma ou duas familias parses e ainda um punhado de familias cristãs, que, sem quaisquer condições de vida, arrasta uma existência de pobreza extrema nas ruinas do antigo bairro cristão, situado entre o castelo e a cidade hindú, e que, como tudo em Dio, foi grandioso, imponente e rico.

Desse bairro, restam apenas a belissima igreja matriz e o anexo colégio de S. Paulo dos Jesuitas onde hoje funcionam algumas repartições publicas, e que foram construidas em principios do século XVII, construção a que não foi estranha a liberalidade dos «banianes» da cidade, apesar de hindús; a igreja de S. Tomé, do tempo do governador D. Frei Aleixo de Meneses, situada numa colina e dominando todo o bairro cristão, mas que se encontra fechada ao culto desde 1834 e cuja abóbada ruirá se em breve não forem tomadas medidas para o evitar, como desejava o ex-governador D. Miguel de Noronha de Paiva Couceiro; o convento e igreja de S. Francisco, onde em condições precárias funciona o hospital distrital; e alguns casebres onde vivem as poucas familias cristãs.

Fica ainda neste bairro o edificio da Camara, o Tribunal e o Palácio do Governo a que os arranjos e modificações do mesmo governador Couceiro deram um aspecto artistico e atraente.

Referida a pobreza dos cristãos, e sabendo-se que os mouros com sentimentos sociais diferentes, a que é alheia qualquer diferenciação de castas, vivem em geral razoávelmente, resta a sociedade hindú, a mais importante.

As grandes fortunas em Gogolá e principalmente em Dio são em numero elevado.

Dio é apenas a metrópole destas fortunas, pois os fundamentos delas encontram-se na costa oriental do Continente Negro, e noutros pontos, onde foram acumuladas pelo comércio.

O habitante de Dio, como todo o indiano, em geral, trabalha, ou exerce a sua actividade em qualquer ponto do Mundo, em quaisquer condições, desde que lhe déem lucro, mas não ama a terra que lhe deu a fortuna: voltará para Dio, — onde deixou o coração.

A classe mais rica é a dos banianes (comerciantes), ramo de uma das castas em que se divide a população hindú do subcontinente indiano.

A casta mais nobre, a dos brâmanes, é pobre e presta serviços na casa dos ricos, mas é respeitada na sua pobreza e goza do prestigio que, pela sua religião lhe compete.

Como há certas castas que não podem tocar em alimentos confeccionados por castas inferiores, os ricos têm em geral cozinheiros brâmanes para que todo e qualquer visitante possa comer em sua casa.

O hindú rico é avarento e liberal, é generoso e amigo da ostentação e ao mesmo tempo pouco escrupuloso.

O hindú rico é capaz de sustentar, sem qualquer auxilio do Governo, escolas, hospitais, dispensários, etc., quer por legados, quer por financiamentos directos, quer por cooperação de encargo em sociedade, quer ainda por esmolas avultadas, e isso acontece em Dio com o Dispensário Kmichande Kupchand, escola Panibai, etc., é capaz de fazer uma obra de utilidade publica e oferecê-la ao Estado; é capaz ainda de contribuir com avultadas somas para a construção de um templo ou organização de uma festa de outra religião e nós sabemos que isso aconteceu em larga escala na recepção á Virgem de Fátima, o que é uma consequência da tolerancia da religião hindú; gasta milhares de rupias dando de comer a uma multidão enorme por ocasião dos casamentos que são realizados com uma pompa e um cortejo, para nós, já inconcebiveis, a que as elegantes mulheres hindús, vestindo o seu «sari» com extremo bom gosto e cobertas de jóias, emprestam grande parte da sua graciosidade.

Mas ao fim do dia o hindú conta minuciosamente o rendimento do seu negócio; nunca durante a sua vida se dignou reflectir um bocadinho sobre se será absolutamente moral a origem da sua fortuna; faz empréstimos aos que deles precisam, sabe Deus em que condições, e a que ficará amarra a a familia do devedor por algumas gerações se for capaz algum dia de se libertar de tal encargo, que será satisfeito até o ultimo «poiçá».

E' fácil de ver que não havendo terrenos para a agricultura (os que existem, e pequenos, são também dos ricos), não havendo industrias prósperas, sendo a pesca feita por processos primitivos ,e muitas vezes dependente do capital dos mesmos ricos, a unica ocupação possivel, a maior parte dos habitantes de Dio vive numa situação gravemente precária, em condições extremamente dificeis e com as inevitáveis consequências de um ambiente social de baixo nivel. para levantar o qual se exige uma obra de assistência económica e social, que não pode vir longe, sob pena de se condenar toda aquela gente a um abandono imerecido e desprestigioso para Portugal.

A Ilha de Dio tem cerca de vinte e quatro quilómetros quadrados.

Há anos inteiros em que nunca chove e nos anos em que chove durante dez dias (chuva de tempestade) já é uma grande sorte.

Sé matriz

Esta chuva é necessária para a sementeira do «bageri», cereal que se dá nos terrenos altos e se cria em três meses mas que é necessário guardar das gralhas, como na Metrópole se guarda o milho miudo, dos pardais e milheiros, e é ainda necessária para encher as cisternas da cidade, porque os poços da parte oriental da Ilha, em que o terreno é rochoso, têm água ligeiramente salgada, ou não potável por outras causas.

Na parte ocidental da Ilha há algumas hortas interessantes e a água, apesar de proveniente da infiltração, é potável e serve para as regas.

Produzem-se hortaliças e bananas e alguns cocos. As areias do mar têm avançado pela terra, mas era possivel aumentar a superficie cultivável do lado do Canal, vedando á invasão da água salgada do mesmo Canal a charneca adjacente. Em parte dessa charneca poderia ainda situar-se um aeródromo para cuja construção quase não seriam necessárias terraplenagens.

Suponho que podia tentar-se a cultura da batata, milho, feijão de espécies europeias, couves, etc.

Em Dio, como em toda a India Portuguesa ainda são desconhecidas as noras metálicas com que na Metrópole se rega mais de setenta por cento da produção de batatas, e os engenhos usados são umas toscas noras de madeira com alcatruzes de barro, iguais áquelas a que já se referia Gaspar Correia nas «Lendas da India».

Os terrenos são revolvidos a profundidade insuficiente, como acontece em Goa, e não são estrumados.

Os excrementos das vacas, em vez

(Continua na 15.ª pág.)

Coles de Dio (trabalhadores)

MACAU

Comandante Marques Esparteiro Governador de Macau

O COMANDANTE MARQUES ESPARTEIRO Governador de Macau

O novo Governador da Província de Macau, sr. capitão de mar e guerra Joaquim Marques Esparteiro, que sucede ao sr. comandante Albano de Oliveira, é um oficial de rara distinção e competência profissional. Espírito muito culto, autor de vários trabalhos de Marinha, de História, de Física e de Matemática, conhece com profundeza os delicados problemas do Oriente, pois por várias vezes já visitou a Ásia Extremo-Oriental como oficial da Armada. Iniciou a sua carreira servindo a bordo da velha canhoneira «Pátria», numa estação de três anos em Macau. Por essa altura, percorreu grande parte da China e do Japão, da Indonésia e das Filipinas.

Actualmente, desempenha na Metrópole os altos cargos de subchefe do Estado-Maior Naval e de Director do Instituto Superior Naval de Guerra.

O sr. comandante Marques Esparteiro, que realizou importantes comissões de serviço no estrangeiro, onde, por várias vezes, representou o nosso País em congressos e reuniões científicas, fez os seus estudos preparatórios na Universidade de Coimbra. Já como oficial superior da Armada, licenciou-se em Ciências Matemáticas pela Universidade de Lisboa.

UMA PROVÍNCIA

QUE ATESTA EM TERRAS DO EXTREMO ORIENTE

AS VIRTUDES DA CIVILIZAÇÃO CRISTÃ E AS QUALIDADES DO POVO PORTUGUÊS

Macau, terra de sonho e de magia, cantada pelos poetas e enaltecida pelos turistas, é bem um símbolo sem igual a afirmar, séculos fora, a amizade inquebrantável de dois povos.

Situada a sueste da milenária China e na foz do rio das Pérolas, esta Província Ultramarina compõe-se não só de uma pequena península onde se situa a bela, próspera e populosa cidade de Santo Nome de Deus de Macau, mas também das ilhas da Taipa e de Coloane.

Portugal mantém justas reivindicações sobre outras ilhas vizinhas denominadas Lapa, D. João e Montanha.

A superfície total do território em que a nossa soberania se faz sentir actualmente não vai além de 18 quilómetros quadrados e isto após muitos terrenos terem sido conquistados ao mar com as obras do Porto Exterior.

O clima, bastante tolerável para os europeus, é predominantemente quente-húmido mas, de Outubro a Março, goza-se muitas vezes a delícia de uma temperatura verdadeiramente primaveril. Os meses de Julho, Agosto e Setembro são os mais quentes e aqueles em que se ouve falar na aproximação de tufões.

Macau é a terra dos contrastes: no viver das suas diversas gentes, na configuração do seu solo, na diversidade das paisagens, na beleza airosa das suas baías, no pitoresco das suas díspares construções, na beleza estranha dos seus variados templos, na inconstância do seu clima e no colorido alacre dos seus cortejos.

Se podemos admirar a calma que envolve as suas aprazíveis colinas e o ar sadio que nela se respira causa-nos espanto o movimento estonteante da sua vida ribeirinha.

Entre a calma da colina e a azáfama da beira-mar, surge-nos um mundo diferente, também inconfundível no seu pitoresco e diversidade: é a vida buliçosa dos grandes centros comerciais onde, a par da grande loja ou armazém, se vêem as mais inverosímeis tendas onde tudo se vende e tudo se compra!

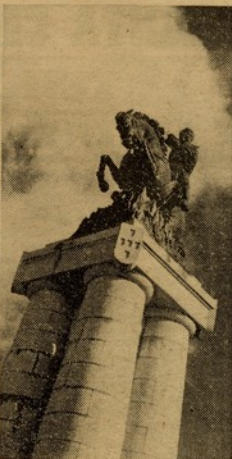
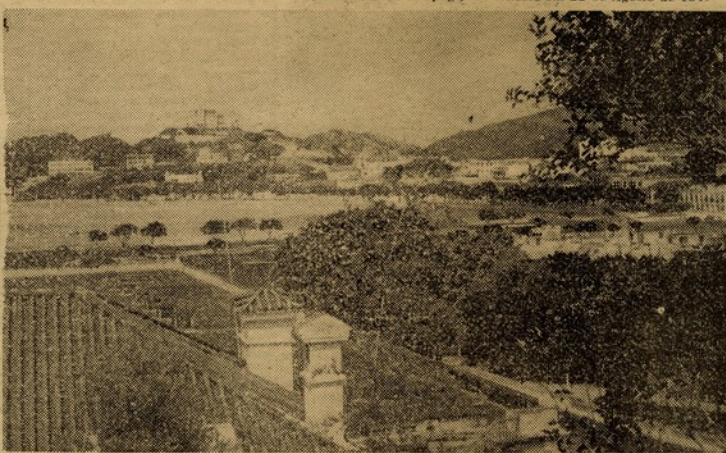
O chinês é comerciante por instinto e vocação e qualquer local lhe serve para comerciar. Em qualquer ponto da cidade, mesmo na Avenida Almeida Ribeiro, onde as senhoras elegantes passeiam e fazem as suas compras, ouvem-se de repente estridentes sons semelhantes aos que são produzidos pelas gaitas de foles escocesas, o barulho ensurdecedor dos gongos e o som cavo dos bombos. Toda a gente olha, tomada de incontida curiosidade, apesar destas cenas se repetirem diariamente: é um cortejo fúnebre que passa, organizado segundo os mais rigorosos rituais budistas, no mesmo local onde ainda há pouco passara o ataúde de um cristão em bem diferente aparato e companhia...

Momentos depois, a multidão, serpenteando no seu vaivém constante, volta às suas ocupações. E' assim, Macau de hoje: despreocupada quase, das lutas fratricidas que se espalham à sua volta e confiante no tacto político e administrativo dos que a governam.

O perigo dos piratas passou à história e, se às vezes, um ou outro assalto se dá, não podemos esquecer que Macau tem hoje perto de 300.000 habitantes e é porto de refúgio permanente a tantas e tão diversas almas fugidas às intempéries bélicas da terra china!

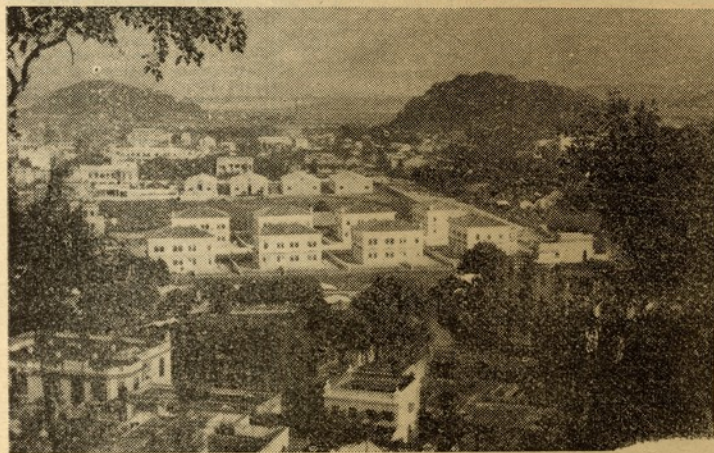
Uma cidade inconfundível

Macau é semelhante a uma policroma corola na qual as pétalas se mostram com as mais variegadas tonalidades. E' difícil que haja no Mundo e em tão pequeno espaço, os mais variados

(Continua na 7.ª pág.)

O Monumento ao Governador mártir, comandante Ferreira do Amaral, que foi decapitado pelos chineses em 22 de Agosto de 1849

Na colina da Penha, a Residência Episcopal e a Ermida anexa, são testemunhos da missão evangelizadora de Portugal

O COMÉRCIO E A INDÚSTRIA

TEM EXCEPCIONAL IMPORTÂNCIA

E DELES VIVE A POPULAÇÃO DA CIDADE

Aspecto do novo bairro residencial para funcionários, «Governador Albano de Oliveira», ... português e situado num dos locais mais pitorescos da cidade

Macau, com uma população de perto de 300.000 habitantes, vive práticamente do comércio e da indústria. Pode dizer-se que, apesar de existirem algumas várzeas de arroz e hortas nas ilhas da Taipa e de Coloane, a agricultura, em Macau, se reduz a nada. Falamos, é claro, na existência de campos que pudessem fornecer à população os necessários meios de subsistência. Macau tudo importa, desde as hortaliças à carne, da farinha ao arroz.

A população de Macau vive, portanto, do comércio e da indústria, sobretudo do primeiro, actividades em que os chineses devem ser o povo mais hábil do Mundo, levando vantagem tanto aos restantes povos asiáticos como aos europeus e americanos.

A mais importante indústria de Macau é, incontestàvelmente, a da pesca que ocupa uma numerosa população marítima e um grande núcleo da terrestre. E' esta, sem dúvida, uma das indústrias melhor organizadas. Apegada ainda aos tradicionais moldes da China, a indústria da pesca encontra-se agrupada em volta das «casas de peixe» ou «lans» proprietárias dos juncos de alto mar. Essas «casas de peixe» giram sob o regime de empresas capitalistas e mutualistas simultâneamente.

Em 1947 o numero de barcos de pesca ascendia, em Macau, Taipa e Coloane, a 1.765 unidades; em 1948, subiu o mesmo para 1.912.

Uma vez em terra, o peixe é salgado por variadas formas, sendo, no entanto, a mais comum a de o estenderem ao sol, e depois de assim preparado é exportado para o interior da China, onde as «casas de peixe» têm as suas respectivas agências.

A par da indústria da pesca desenvolve-se, como é natural, a construção naval, contando-se em Macau para cima de 30 estaleiros em plena laboração.

Vem a seguir, por ordem de importância, a indústria de Panchões que emprega também elevado numero de pessoas. As grandes fábricas encontram-se instaladas na Ilha da Taipa, mas as firmas exportadoras têm os seus escritórios em Macau. Os Panchões são obrigatórios em toda e qualquer festividade chinesa, na despedida e recepção das

(Continua na pág. seguinte)

MACAU

A SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
TEM NOBRES TRADIÇÕES
DE INTENSA OBRA ASSISTÊNCIAL

A Santa Casa da Misericórdia de Macau foi instituída em 1569 por D. Melchior Carneiro, Bispo de Nicea, Governador do Bispado da China e do Japão, falecido nesta cidade em 19 de Agosto de 1583.

Tendo sido Macau fundada 12 anos antes, isto é, em 1557, vê-se que a Misericórdia é quase coeva da cidade. E', portanto, uma instituição veneranda e pela sua antiguidade merece ser conservada.

Parte central de Macau, em que o imponente «Hotel Central», de 11 andares, domina a Avenida Almeida Ribeiro, a principal artéria da cidade

Esta Irmandade, sempre patrocinada pelo Governo de Macau e pelos principais habitantes desta Província, foi administrada pelos seus próprios Irmãos, até ao ano de 1848, data em que o malogrado Governador, João Maria Ferreira do Amaral, nomeou, por Portaria de 4 de Julho de 1848, «atendendo ao facto de não ter havido quem quisesse aceitar o cargo de Provedor dos que por ele foram eleitos», uma Comissão para tomar conta da administração da Santa Casa.

A' Comissão Administrativa dessa época sucederam-se outras, durante o longo período de 44 anos. O jornal «O Macaense» apresentou então a ideia de restaurar a Irmandade, e com tal tenacidade advogou essa ideia que a viu em breve concretizada.

A iniciativa encontrou eco no publico, apoio no Governador, Custódio Miguel de Borja, e uma activa coadjuvação da parte do Bispo da Diocese, D. António Joaquim de Medeiros.

A requerimento de alguns cidadãos de Macau, o Governador Borja solicitou e conseguiu a publicação do Decreto n.º 67, de 15 de Junho de 1891, que foi posto em execução pela Portaria de 3 de Fevereiro de 1892.

A valiosa acção da Misericórdia

Dizer o que foi a acção da Misericórdia de Macau, desde a sua fundação, em 1569, colaborando sempre com o Governo, o clero e os cidadãos, seria fazer regressar o nosso pensamento ao período, através de quase 400 anos, em que a Misericórdia representava o fulcro da assistência local, pelos inumeros legados que recebia, e cujos rendimentos distribuia pela população indigente, tanto portuguesa como chinesa.

Raros, raríssimos, talvez, eram os cidadãos ricos que, ao morrer, se esqueciam de legar, no todo ou em parte, os seus bens á Misericórdia, com ou sem usufruto para seus herdeiros, ou outras determinações de ultima vontade.

O Hospital de S. Rafael é um edifício grandioso com a área de cerca de 4.000 m2, situado nas faldas da Fortaleza do Monte. Vê-se actualmente cercado de um populoso bairro habitacional, mas a sua frente está desafogada, tendo imponência a fachada, com varandas em todo o corpo do edifício, o que lhe dá um aspecto de sanatório moderno.

Trata-se de um bom hospital que dispõe de 120 camas, em diversas enfermarias, e do seguinte corpo clínico: Director, dr. Alberto de Barros Lopes; médico-auxiliar, dr. João Francisco Fernandes; cirurgião, dr. Alvaro de Morais; oftalmologista, dr. José Marcos Batalha; radiologista, dr. Abel de Carvalho. Os serviços farmacêuticos estão sob a direcção do sr. Manuel Ribeiro Cabral, farmacêutico diplomado. O quadro de enfermagem é constituído por 14 unidades, sendo 5 homens e 9 mulheres, e 5 Irmãs hospitaleiras que, além de prestarem serviços de enfermagem, superintendem nas outras secções. Existe uma escola de enfermagem privativa do hospital destinada a alunas chinesas, que ali fazem o estágio.

E' provedor da Santa Casa da Misericórdia de Macau o sr. dr. Pedro José Lobo, que tem contribuído grandemente para a elevação e progresso do hospital, devendo-se-lhe a instalação de novas e modernas enfermarias.

A consequência da falta de rendimentos

Os rendimentos da Lotaria da Misericórdia deram, igualmente, oportunidade a que ela pudesse alcançar o seu património de hoje. Infelizmente, a Lotaria não póde continuar a ter acesso aos portos da China e Manila, facto que se repercutiu na vida económica da Santa Casa, a qual se tornou ainda mais grave com a extinção completa daquela, por volta de 1917.

Era importantíssima a assistência que prestava a Misericórdia, no auge da sua prosperidade. Mantinha um hospício de lázaros; o seu Hospital, um Asilo para inválidos, um Asilo para órfãos, o Hotel «Boa Vista»; pagava propinas, livros e vestuários a alunos indigentes; mantinha um Albergue e concorria com empréstimos para obras de fomento local, e para os «riscos» do mar. Para o próprio Governo e Município local, contribuiu a Santa Casa com avultadas quantias provenientes dos lucros da sua lotaria.

Como consequência lógica do desaparecimento das duas principais fontes de receita da Misericórdia — os legados e a lotaria — a que acima se alude, sucederam-se os desvios sistemáticos de vários encargos, já para o Governo, já para novos organismos, de tal modo que, presentemente, a Misericórdia dificilmente mantém os seus estabelecimentos, em numero estritamente indispensável, e mesmo estes, dependem da Santa Casa, em parte, e da Assistência Publica, instituída pelo Governo local, com rendimentos próprios.

A PESCA E A CULTURA DO ARROZ
CONSTITUEM AS PRINCIPAIS ACTIVIDADES
DOS HABITANTES DAS ILHAS DA TAIPA E DE COLOANE

Além da pequena península de 5.500 metros quadrados de superfície, onde fica a bela cidade de Macau — península que é o traço de união com a importante província de Kuantung, na China — a Província é constituída ainda pelas ilhas da Taipa e de Coloane.

De Macau á Taipa, uma lancha gasta na viagem uns escassos quinze minutos; da Taipa a Coloane ainda menos: metade desse tempo.

Foi construída e solenemente inaugurada, não há muito, pelo ex-governador desta Província, comandante Albano Rodrigues de Oliveira, uma ponte-cais, na Taipa, e uma estrada de ligação dessa mesma ponte ao centro da vila. Este importante melhoramento resolveu, em definitivo o problema dos transportes entre Macau e a Taipa pois, com mau tempo ou nas marés baixas, não era possível ás lanchas da carreira fazerem a atracação, inconveniente que agora desapareceu.

A Taipa, com perto de 3.500 metros quadrados de superfície e uma população computada, actualmente, em 8.000 habitantes, é uma vilazinha típica, recordando, pela sua exuberante vegetação, frondoso arvoredo, casario e arruamentos, algumas das vilas da Metrópole.

Nesta ilha laboram cinco fábricas de panchões, que empregam alguns milhares de operários de ambos os sexos.

A ilha de Coloane — que está ligada a Macau e á Taipa por carreiras regulares, de barcos a motor — é ainda maior, em área, do que a península em que Macau assenta. Macau tem, como se disse, 5.500 metros quadrados; Coloane, 6.700, ou sejam mais 1.200 do que a cidade do Santo Nome de Deus.

Os seus habitantes, exactamente como os da Taipa, dedicam-se, especialmente, á pesca e, em escala mais pequena, ao cultivo de várzeas de arroz. A população de Coloane anda á volta de 6.000 habitantes.

Qualquer das ilhas tem boa iluminação eléctrica, optimos prédios, quarteis, escolas, igrejas, etc.

O vetusto Farol da Guia que, ao lado da Capelinha de Nossa Senhora da Guia, foi o primeiro a ser levantado nas costas da China, é um símbolo de Portugal em terras do Oriente

Um aspecto da parte residencial da cidade, vendo-se o Cemitério de S. Miguel Arcanjo, cuja Capela, em estilo manuelino, é uma das mais graciosas de Macau

COMÉRCIO INTENSO
COM OS TERRITÓRIOS LIMITROFES

(Continuação da pág. anterior

pessoas de destaque social ou político e nas grandes manifestações de regosijo. Daí, o ser uma industria rendosa — a do seu fabrico.

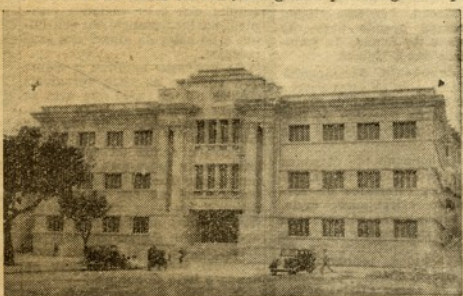
Os fósforos de Macau, os melhores do Extremo-Oriente

Outra industria florescente, ainda que um tanto prejudicada presentemente com as restrições impostas pelos Estados-Unidos á exportação de matérias-primas para a China, é a do fabrico e embalagem de fósforos.

Os fósforos fabricados em Macau são considerados os melhores do Extremo-Oriente e, por isso, a sua exportação estende-se não só a toda a China como ainda á Indochina, Malásia, Filipinas, Japão, Indonésia, etc..

E' também muito importante, em Macau, a industria de pivetes, imprescindíveis nas cerimónias religiosas chinesas e, por isso muito procurados.

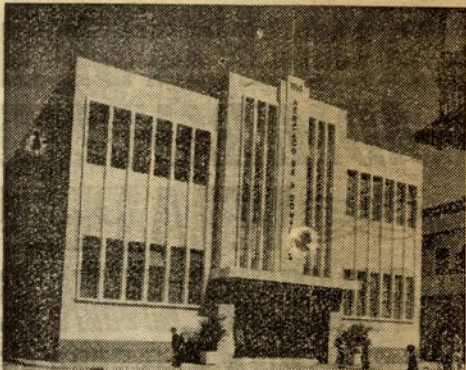
Existem ainda em Macau, outras industrias, de relativa importancia, como artefactos de malha, conservas, óleos de amendoim, toalhas, tacabo solto, tabaco preparado e vinho chinês, sendo sobretudo conhecidos, pela sua boa qualidade, os artefactos de malha que contam na nossa Província de Moçambique um grande mercado importador.

Se nestas industrias trabalha uma grande percentagem da população de Macau — falamos da população chinesa, pois a portuguesa é, na sua maioria constituída por funcionários publicos ou comerciantes — não é menos certo ser o comércio a principal actividade dos chineses de Macau.

O Palácio das Repartições Publicas, construído durante a profícua Administração do Senhor Comandante Albano de Oliveira, é um edifício que honra Macau

E' intenso, dada a posição geográfica de Macau, o comércio com Hong-Kong, Cochinchina, portos do Sul da China e cidades do interior, sobretudo das províncias de Kuan-tung e Kung-sai, não falando do distrito de Chong-san que se abastece, quase totalmente, de Macau.

Com o estabelecimento da Sociedade Oriental de Transportes e Armazens (SOTA) está-se intensificando o comércio com a nossa Província de Timor, onde reside um considerável numero de chineses e onde os capitalistas de Macau estão criando interesses. Muitos deles têm-se deslocado até Díli a fim de estudarem «in loco» as possibilidades do intercambio comercial entre as duas Províncias Portuguesas do Oriente.

Quanto ao comércio com a Metrópole, não tem sido encarado a sério, devido talvez á falta de transportes, lacuna que deve ficar preenchida com a remodelação da nossa frota mercante.

EM MACAU

O novo e airoso Mercado de S. Domingos, de linhas simples mas elegantes, atestará através dos tempos a obra grandiosa do Governo do Comandante Albano Rodrigues de Oliveira

MACAU TERRA DE SONHO

(Continuação da 5.ª pág.)

contrastes conforme há pouco fizemos referência.

Por isso, o macaense ama entranhadamente e com razão a sua querida terra porque ela, apesar da sua pequenez, tem, adentro das suas fronteiras, um pouco de tudo que permite o exercício do corpo e o recreio do espírito.

Macau tem o inconfundível colorido do seu porto interior cheio de juncos, lorchas e tancás; as suas avenidas largas e cimentadas; a incomparável, moderníssima e feérica iluminação publica; as suas colinas atapetadas de verdura e aprazíveis miradouros; os seus curiosos arranha-céus; os modernos edifícios escolares; as vetustas igrejas e capelas; a evocadora Gruta de Camões; o seu antiquíssimo farol; os encantadores parques e jardins; os artísticos e misteriosos templos chineses. E tem ainda os seus belos e bem recheados estabelecimentos comerciais; o bulício pitoresco dos seus bairros mais característicos; as lindas avenidas marginais; os seus campos de jogos; os seus interessantíssimos e bem cuidados parques infantis; os imponentes, limpos e arejados mercados municipais; a sua Assistência de que legitimamente se pode orgulhar; eficientes meios de transporte; belos edifícios publicos; bons hoteis, onde nada falta; a monumental Piscina, quase concluída. Por tudo isso, Macau é legítimo motivo de orgulho de todos os portugueses e admirável cartaz turístico a convidar á verdadeira paz as almas inquietas e insatisfeitas.

As ilhas da Taipa e de Coloane atravessam uma notável fase de progresso e talvez não venham muito longe os tempos em que a ultima, devido ás suas praias, seja o grande chamariz que atraia a esta incomparável jóia do Ultramar Português todos os que aspiram gozar as delícias e benefícios da vida ao ar livre.

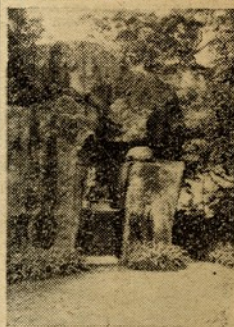
Civilização cristã em terras do Oriente

Em Macau, ao contrário do que se passa com outras grandes urbes, tudo é familiar, tudo nos encanta e nos comove, tudo nos fala da grande, da incomparável generosidade portuguesa e do perfume subtil da Civilização Cristã!

Só a essa generosidade; só a um inigualável tacto diplomático; só a esse inconfundível conhecimento que a nossa grande tradição colonizadora e missionária nos concederam, podemos atribuir a simpatia de que desfrutamos na comunidade chinesa.

O macaense, mau grado a distancia a que se encontra da Mãe-Pátria, invoca sempre com orgulho a sua qualidade de português, mesmo que as necessidades da vida o forcem a emigrar para afastados centros. E é honesto, trabalhador, hospitaleiro e generoso.

Arreigados aos princípios tradicionalistas que fizeram grande e respeitada a Pátria, os portugueses de Macau são, na sua maioria esmagadora, católicos praticantes e expoentes bem altos da excelsa caridade cristã.

Eles bem desejam e merecem que se estabeleça um intercambio regular e permanente com a

Gruta de Camões, onde o busto do poeta é uma perene e reconfortante presença de lusitanismo

Metrópole, para que haja assim um melhor conhecimento mútuo e se saiba quão fremente é o entusiasmo com que esta parcela do Ultramar Português acompanha o movimento material e espiritual da casa lusitana.

Torna-se necessário que a Mãe-Pátria envie até Macau documentários e jornais cinematográficos de boa feitura artística e técnica, porque Macau, é justo dizer-se, representa cabalmente, desde há séculos, em terras do Oriente — muitas vezes nas mais precárias e desesperadas condições — «a cultura, o espírito missionário católico, e o desejo absorvente de constante progresso da gente portuguesa!»

Macau continua a ser hoje, no meio do mar encapelado das paixões desordenadas e mortais que afectam muitos espíritos nestas paragens conturbadas, o «farol imenso da cristandade no Oriente, que inunda da mais pura luz as almas ávidas de melhor justiça social!»

Macau será sempre «a chama purificadora que abrasará do mais acendrado amor cristão as almas perdidas, descrentes e insensatas!»

Macau, na perenidade dos tempos, ensinará aos gentios, aos ignorantes, aos ateus e aos transviados, o nome imarcescível de uma Pátria sem igual e o caminho da verdadeira felicidade que não morre: a Paz de Cristo nas almas e a Caridade nos corações!

USOS E COSTUMES

DA CIDADE DO SANTO NOME DE DEUS

ONDE SE CONSERVA AINDA

O QUE A CHINA POSSUI DE MAIS TÍPICO

A mais distante das nossas províncias ultramarinas, porventura a mais pitoresca, não só pela sua graça mas também pela influência chinesa que imprime á cidade uma nota característica, por certo a que menos é conhecida de quantas fazem parte do Além-Mar português, Macau é pequenina como uma verdadeira pérola, mas tem uma beleza estonteante, principalmente para quem a admira pela primeira vez. Modesta e recatada, a cidade esconde-se por entre colinas verdejantes, tendo á volta as águas poucos límpidas do rio Pérola. A sua história contém páginas emocionantes, os seus pergaminhos datam de perto de meio século, quando Portugal, subjugado pelos Filipes, mantinha ao longe, naquela distante província, a sua independência, fazendo desfraldar ao vento a gloriosa bandeira das quinas e merecendo por isso, do rei restaurador, os seus títulos de «Cidade do Santo Nome de Deus — Não há outra mais leal».

Mas, agora, decorridos mais de quatro séculos após o seu estabelecimento, Macau continua desconhecida para a maioria dos portugueses. Situada na costa oriental da China, tem uma população de cerca de meio milhão, os quais apenas 10.000 portugueses. Daí o seu ambiente «sui generis», o seu modo de vida diferente do de outros territórios portugueses. A cultura, a civilização, os progressos verificados em todo o Mundo têm uma larga expansão nessa distante parcela de Portugal. A sua vida social é das mais apreciáveis e os seus habitantes cedo conheceram o manejo de várias línguas. E' raro encontrar-se um macaense que não fale, além do português, o seu pitoresco dialecto, o chinês e o inglês, mercê da proximidade de Hong-Kong.

O Hospital de S. Rafael, com varandas ao correr da imponente fachada, tem o aspecto de sanatório moderno

Muito embora a civilização ocidental que os pioneiros portugueses foram levar áquele distante Oriente tenha influenciado grandemente a vida do chinês, ali e nas vizinhanças residente, os portugueses de Macau não puderam esquivar-se á infiltração dos usos e costumes chineses. Assim, a cidade divide-se em duas partes distintas: os bairros modernos, com as suas construções típicamente ocidentais, em contraste flagrante com os bairros chineses, onde as casas mantêm aquele ar oriental, os pagodes são uma curiosidade para o forasteiro e onde há típicas casas de chá, restaurantes e teatros.

O chinês de Macau

O chinês que habita essa cidade não é nem mais nem menos civilizado do que aquele que vive, por exemplo, na América, mas tem uma característica que o define e que o distingue dos seus irmãos: é mais delicado, mais cortês e, certamente, mais ordeiro e pacifico do que os outros. Deve atribuir-se esse facto ao nosso contacto, á nossa administração e áquelas qualidades que fazem do Governo português, nessas paragens do Oriente, credor da estima, da admiração e da confiança dos povos nativos. O chinês em Macau é um amigo («Pang-Iau»), expressão que ele emprega quando se refere ao português. Admira-nos pelo nosso espírito de tolerancia e procura adaptar-se aos nossos costumes, que respeita integralmente. Assim, desde os tempos mais remotos, o chinês encontrou em cada português um espírito recto que procura compreender a sua psicologia, respeitar os seus usos, aceitar a sua civilização e acamarada com ele em volta da sua mesa, servindo-se de pauzinhos («fai-chis») e aceitando por excelente a sua cozinha extraordinária.

O chinês retém, nesta terra, a sua forma característica de vida, vestindo-se como os seus antepassados, muito embora as mulheres tenham também adoptado as modas dos recentes anos, mas de uma forma bem mais moderada. Não são conhecidos ali os excessos e os exageros tantas vezes verificados em outras cidades. O casamento chinês, que vai perdendo, noutros pontos, aqueles costumes pitorescos, constitui ainda em Macau uma exibição dos usos antigos da velha China. Na verdade, pode dizer-se que Macau encerra ainda dentro dos seus exíguos territórios o que de mais típico a China possui e não são poucos os turistas que aí vão saciar a sua sede de conhecimentos da civilização, dos hábitos, dos costumes e do temperamento chinês.

As datas nacionais são condignamente celebradas naquela Província pelos chineses que continuam mantendo a sua politica de boa harmonia. Os dias feriados são respeitados e a população chinesa, representada sempre pelos seus mais ilustres membros, dá um brilho desusado a todas as funções publicas. Da mesma forma, o Governo dessa província permite que as datas nacionais chinesas sejam celebradas com todo o aparato. Além das recepções, jantares, queima de panchões, desfile de cortejos pitorescos e manobras do «leão-acordado», os chineses dão um ar de festa á cidade por ocasião do Ano Novo chinês, do Dia de Confucio, do Duplo Dez (dia da implantação da Republica), etc.

O metropolitano que se desloca áquelas paragens só consegue penetrar no espírito chinês mediante um contacto directo e constante. O chinês é naturalmente enigmático, sóbrio, observador e muito prudente. Só depois de bem ciente das intenções dos estrangeiros lhes abre a sua casa, lhes permite o seu convívio e lhes aceita com honra a sua palavra. Não é, nem sinistro, nem perigoso, como pintam alguns escritores que da China conhecem apenas algumas grandes cidades por onde passaram como turistas. A alma chinesa é delicada, cheia de preconceitos raciais, bondosa e meiga, quando encontra no estrangeiro uma amizade sincera e desinteressada. Sabe ser mártir das suas convicções, sabe revoltar-se com toda a sua dignidade e sabe sobretudo fazer justiça áqueles que do seu País vão buscar uma existência que não prive os seus naturais dos direitos humanos ou da igualdade que deve existir entre todos os homens.

No campo religioso, mantém o culto dos antepassados com rigor e fervor. Assimilou a religião católica, mas retém ainda algumas crenças que são geralmente apodadas de superstição, principalmente relativas ás datas de casamentos, nascimentos, contratos comerciais, etc. E' trabalhador incansável e frugal, vivendo a classe pobre tão simplesmente que faz a admiração dos estrangeiros. A poligamia vai desaparecendo, mas ainda existem em Macau nas classes ricas, famílias numerosas de que o seu chefe tem por exemplo 14 ou 15 mulheres. Todas vivem em harmonia, muito embora possa cada uma ter a sua residência separada. Assim não é muito de admirar que haja ainda hoje em Macau ricaços que tenham por exemplo 50 ou 60 filhos, vários da mesma idade. O luxo de ter muitas mulheres representa prestígio para toda a família, inclusivamente para as próprias esposas.

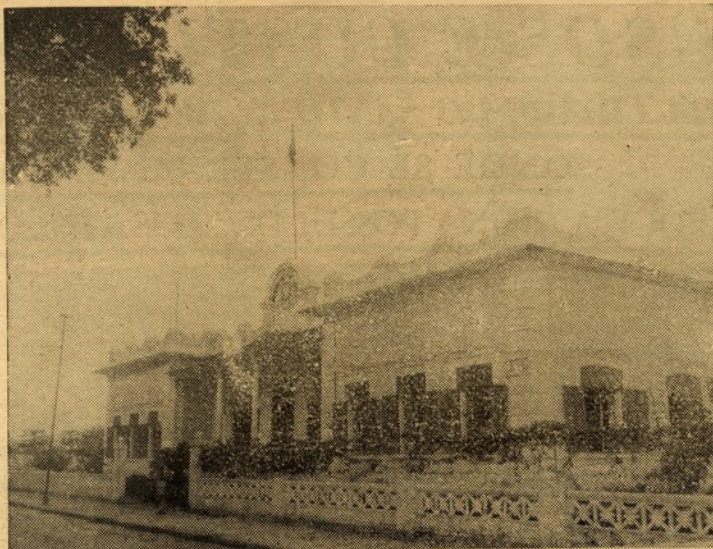
Os chineses da geração moderna repelem a poligamia

A geração moderna, essa que frequenta as nossas escolas e que se integrou completamente na nossa religião já não permite senão casamentos unicos, pois que a mulher moderna não admite rival dentro ou fora de casa, como as suas irmãs ocidentais. E' portanto de esperar que dentro de 20 anos se não encontrem mesmo, naquela nossa província ultramarina, senão chineses casados simplesmente com uma unica mulher.

Muito se tem dito e escrito sobre a China, muito se tem falado sobre Macau, principalmente os forasteiros que ali vão inteirar-se da nossa administração. E' com grandes desgosto porém, que os macaenses verificam a sua falta de compreensão, os exageros e as inumeras falsidades que atribuem á sua terra. Macau tem um prestigio invejável nesse oriente em guerra, desfruta de uma segurança que lhe vem da sua política humanitária e o Governo português é por certo um dos mais admirados em terras orientais.

O nome dos portugueses continuará sempre na memória dos chineses como sinónimo de tolerancia, sinceridade e justiça.

DEOLINDA DA CONCEIÇÃO

O Leal Senado — Casa do Povo — lembra os solares antigos da Metrópole e, levantando-se no centro da Cidade, é o orgulho da nossa Administração e garante da soberania portuguesa mantida, através dos ***séculos, na Cidade do Nome de Deus de Macau***

MACAU

Esquadra n.º 4 do C. P. S. P. de Macau

A POLÍCIA DE SEG ADMIRÁVELMEN VELA PELA E DESEMPENHA UM NO EQUILÍBR E NO BEM-ESTAR

A Polícia de Macau é, sem dúvida, uma corporação modelar, cuja modernização e extraordinário aumento de eficiência técnica se devem, principalmente, ao dinamismo e espírito empreendedor do antigo Governador, sr. comandante Albano Rodrigues de Oliveira. A' sua frente encontra-se um ilustre oficial de Exército, o sr. capitão Luís Augusto de Matos Paletti, um comandante á altura da sua espinhosa missão, de tão pesadas responsabilidades.

Falar na Polícia de Macau é recordar uma página brilhante da história contemporanea daquele distante território de Portugal, minusculo oásis de paz no Oriente em constante agitação. Da sua notabilíssima acção fala eloquentemente a extensa galeria dos seus heróicos servidores, tombados nos seus postos, na defesa da Ordem. São em numero de 24, entre portugueses, chineses e indianos, mortos em luta ou barbaramente assassinados, em circunstancias trágicas, pelos «fora-de-lei» ou elementos indesejáveis que, em períodos diversos, infestaram a «Cidade do Santo Nome de Deus».

Capitão Luís A. M. Paletti, comandante do C. P. S. P. de Macau

Esses homens marcaram denodadamente o seu valor e seus restos mortais jazem no Ossário-Monumento que, no Cemitério de S. Miguel Arcanjo, permanentemente evoca o seu sacrifício de sangue e apregoam aos seus camaradas vivos uma forte lição de patriotismo e valentia, apanágio da Polícia Portuguesa. Por isso, quando, um dia, alguém escrever a história de Macau no tempo da ultima guerra, não poderá deixar de se deslocar até aquela longínqua província ultramarina e visitar a «Sala de Honra» do Comando e o Ossário-Monumento da Polícia de Macau.

Uma reorganização necessária

A Polícia de Macau merece um capítulo à parte, de destacado relevo, nessa história. Tem direito a isso pelos seus méritos próprios, tão exuberantemente evidenciados.

Nesse período de hora incerta, ela deu o melhor dos exemplos, porque recebeu, mais do que qualquer outro sector, embates gigantescos. E, melhor do que ninguém, soube lutar, sofrer e morrer, repetindo com o seu sangue e actos de bravura esta legenda histórica: — «AQUI É PORTUGAL!»

Contra o ditado, depois da tempestade não veio a bonança. As horas de luta e de sacrifício prosseguem com maior ou menor intensidade. E a Polícia de Macau, ciosa dos seus nobres pergaminhos e consciente dos seus deveres sagrados para com a Pátria, continua a marcar, pelo seu valor nunca desmentido, sempre fiel á herança recebida de quantos a precederam na luta contra os inimigos da Ordem e selada com o seu sangue moço e generoso.

Um «Grupo do C. P. S. P. de Macau dotado de aparelho de T. S. F.

Outro é o ambiente político, de outras procedências são os inimigos que tem a defrontar. Outras, também são as armas a empregar. Hoje, a Polícia de Macau, além de reunir qualidades no mais elevado grau, precisava, dadas as circunstancias excepcionais que rodeiam a Província, de juntar ao seu prestígio, a sua modernização, o aumento da sua eficiência técnica. Numa palavra: o seu reequipamento em material que lhe permita aquela mobilidade e maleabilidade que se exigem da sua actuação oportuna. Assim o entenderam o actual comandante da Corporação, sr. capitão Luís Augusto de Matos Paletti, e o ex-Governador da Província, sr. comandante Albano de Oliveira.

Carro celular do C. P. S. P. de Macau

Vem, agora, a propósito falar da reorganização actual da briosa Corporação, levada a cabo nos ultimos anos, pelo seu dinamico comandante, capitão Luís Augusto de Matos Paletti, sob a égide governativa do comandante Albano de Oliveira.

Portugueses, chineses, indianos e paquistanos servem nas forças da Polícia

O Corpo de Polícia ou, conforme a sua designação oficial, o Corpo de Polícia de Segurança Publica de Macau é um organismo militarizado, com um efectivo total de 437 homens, incluindo oficiais, chefes de secção, sargentos, chefes de esquadra, subchefes de esquadra, graduados e guardas, portugueses e estrangeiros. Desde há muito que o seu efectivo é constituído por pessoal de raças diversas, incluindo portugueses da Metrópole, das Ilhas Adjacentes, das províncias ultramarinas de África, do Estado da India, de Macau, Hong-Kong e Xangai, chineses, indianos e paquistanos. Presentemente estão alistados 169 portugueses e 268 estrangeiros, entre chineses, indianos e paquistanos.

A sua actividade geral compreende um imenso e variado campo de acção, podendo mesmo afirmar-se, sem exagero, que não há serviço algum, na Província, por mais difícil ou diverso, em que a Polícia não faça sentir a sua presença e marcar o seu valor. Para esse efeito, a Corporação divide-se em várias secções: — Polícia de Segurança Publica, pròpriamente dita, Investigação Criminal, Fiscalização de Transito, Polícia Política e outros serviços de carácter especial, prestando ainda, parte do seu efectivo, serviço, em diligência, na Administração dos Concelhos de Macau e das Ilhas de Taipa e Coloane.

A Polícia de Segurança distribui-se por 3 esquadras e 2 postos policiais, um dos quais na fronteira terrestre (Porta do Cerco), sendo o restante pessoal, o de Investigação Criminal, Polícia Política, Transito, serviços especiais de vigilancia, serviços de rádio e a Secção Móvel de Emergência ou de Choque, concentrado no edifício do Comando.

Para efeitos de segurança publica, a cidade de Macau acha-se dividida em duas zonas de policiamento, cada uma das quais é dirigida por um oficial subalterno, que orienta e fiscaliza o trabalho das suas esquadras e postos, de acordo com as instruções

MACAU

URANÇA PÚBLICA
TE ORGANIZADA
POPULAÇÃO
IMPORTANTE PAPEL
IO POLÍTICO
DA PROVÍNCIA

Estação de T. S. F. do C. P. S. P. de Macau

e directivas emanadas do Comando

O perfeito policiamento da cidade e a magnífica organização dos serviços

A' primeira vista, pode parecer a quem só conheça geogràficamente aquela nossa Província ultramarina, que se trata de uma grande organização para um meio relativamente pequeno. No entanto, embora seja pequena a área da cidade, as suas características especiais e o grande volume da sua população, na quase totalidade chinesa, exigem da Polícia um constante e aturado trabalho de vigilancia, prevenção e repressão. Este serviço de vigilancia, prevenção e repressão não é apenas exercido pelas patrulhas fixas de polícias fardados e armados de pistola ou pistola-metralhadora; é reforçado por patrulhas móveis autotransportadas que percorrem, noite e dia, sem interrupção, itinerários prèviamente marcados. O seu pessoal é armado de pistolas-metralhadoras modernas, e os «jeeps», da marca «Land Rover», são dotados de um sistema emissor-receptor de T. S. F., com capacidade de transporte para seis a oito homens. Uma estação central de T. S. F., montada no edifício do Comando, através da qual são canalizadas todas as ordens e informações, permite o contacto do Comando com os postos de T. S. F. das esquadras e com todos os carros operando no exterior. A cada esquadra está distribuído um desses carros ao serviço de um piquete de prevenção permanente. A Secção Móvel de Emergência, além de um desses carros, dispõe ainda de uma camioneta semiblindada, encontrando-se os restantes três carros como reserva no Comando para intervenção onde a sua actuação for necessária.

O pessoal da Secção Móvel de Emergência dispõe ainda, para protecção individual, de coletes especiais antibalas, granadas lacrimogéneas, equipamento individual antigás e outros apetrechos modernos.

Os 7 «jeeps» e as 30 motos simples, juntamente com um moderno carro celular e um carro-transporte, com alto-falante, para comunicar com o publico em casos de motins ou ajuntamentos, constituem o pelotão motorizado da Polícia de Segurança Publica.

E a propósito de novos materiais, interessa referirmo-nos á substituição da antiga espingarda «Lee Enfiel m/917» pela espingarda «Mauser m/ 937», a aquisição de modernas munições e equipamentos individuais de cabedal e ainda a dotação individual de impermeáveis para utilização durante a época chuvosa. Mas não é tudo, no tocante á reorganização da Corporação, levada a efeito nos ultimos quatro anos.

O trabalho de renovação foi mais longe e atingiu igualmente o novo padrão de fardamento, a modificação e adaptação de edifícios para melhor instalação do material, os melhoramentos nas condições de trabalho do pessoal, a aquisição de novo mobiliário do edifício do Comando e a introdução de pequenas obras nos restantes edifícios policiais, tais como a instalação de refeitórios, barbearias, balneários, etc., de forma a proporcionar conforto aos guardas.

Não obstante a magnitude da obra realizada, o actual Comandante da Polícia não descansa e pensa em melhorar e melhor equipar os diversos serviços da Corporação.

Há, porém, no capítulo das obras a que acima aludimos, um pormenor curioso e digno de registo: — Todo o trabalho relacionado com a pintura, caiação, serviço de carpintaria, adaptação e montagem das várias secções e edifícios foi feito e executado pelo pessoal e artífices da própria Polícia, sendo os materiais fornecidos pela Repartição Técnica das Obras Publicas. Edificante exemplo de bem servir e dedicação, digno dos maiores encómios

Pelotão de motociclistas do C. P. S. P. de Macau

Os serviços internos das secretarias e arquivos são modelares. A Secção de Investigação Criminal possui ficheiros tècnicamente organizados e dirigidos por pessoal conhecedor dessa especialidade, o que permite, com a maior facilidade e economia de tempo, identificar qualquer pessoa que tenha passado pelas malhas da Polícia. E' vantajoso este meio de identificação, num ambiente como Macau, onde os rostos são frequentemente semelhantes e abundam os nomes iguais.

A repressão do crime é prova concludente de magnífica organização

Muito contribuem para a eficiência dos serviços policiais e para o seu prestígio sempre crescente, a boa vontade, a lealdade e o espírito de sacrifício e de disciplina do seu pessoal, convenientemente aproveitados e superiormente orientados pelo comandante e seus mais directos colaboradores, os oficiais subalternos. Na junção de qualidades e esforços de uns e outros reside, afinal, o segredo da eficiência e do bom nome da Corporação.

Como prova concludente dessa eficiência e desse prestígio, regista-se actualmente o facto de não haver em Macau quadrilha alguma de malfeitores, que não venha a cair, ràpidamente nas malhas da Polícia.

Não poucas vezes, a Policia, por intermédio das suas secções especializadas e dos seus informadores, consegue até evitar a realização de crimes, prendendo os responsáveis, antes de terem podido executar os seus planos.

Para punir os autores de furtos e pequenos roubos ou outras transgressões ás leis, funciona no edifício do Comando o Juizo Auxiliar Adjunto da Polícia, sendo os casos de maior vulto remetidos, com o competente processo, ao Juizo de Direito da Comarca. Presentemente, o cargo de Juíz Auxiliar é desempenhado, cumulativamente com as suas funções de oficial subalterno da Corporação, pelo sr. tenente José da Conceição Miguel.

Os serviços de fiscalização de transito da cidade são dirigidos pelo oficial subalterno, sr. tenente Simeão Inácio da Costa, e os das secretarias do Comando e do Conselho Administrativo pelo oficial subalterno, sr. tenente Francisco Maria Candeias, que igualmente tem orientado as obras realizadas nos edifícios e nas diversas secções da Corporação.

A Secção de Investigação Criminal é chefiada pelo chefe da secção sr. Fausto Afonso Branco e subchefiada pelo chefe de esquadra sr. Joaquim Achiam.

A Corporação possui, também, mais 3 chefes de secção, srs. José da Conceição Reis, Cardénio Vítor Vaz e Manuel Pinto Cardoso, que prestam, respectivamente, serviço, na secretaria, no conselho administrativo e na secção de transito. As esquadras são, em regra, chefiadas por um chefe de esquadra e os postos por um subchefe ou graduado.

Todos esses serviços, porém, são superiormente orientados pelo comandante, que se interes-

(Continua na 15.ª pág.)

Banda de musica do C. P. S. P. de Macau

ULTRAMAR

O bairro social «Tamagnini Barbosa» comporta 806 casas económicas

A ASSISTÊN
ESTÁ A REALIZAR UMA OBR
E PROFUNDA REPE
DENTRO DO ESP

Num belo opúsculo editado em Macau por ocasião do 25.º aniversário da Revolução Nacional, em homenagem aos construtores do Estado Novo, escreveu o antigo Governador daquela nossa província ultramarina, comandante Albano Rodrigues de Oliveira, estas palavras: «O grande desenvolvimento atingido nos vários sectores da caritativa tarefa a cargo da Comissão Central de Assistência Publica é já tão elevado e digno de registo, que bem merece ser destacado e divulgado entre o grande publico».

A corroborar o depoimento acima transcrito, lemos ainda no citado opúsculo a seguinte passagem do depoimento do sr. Aires Pinto Ribeiro, Director dos Serviços de Saude e Encarregado do Governo daquela provincia, durante o período que medeia entre a partida do antigo e a chegada do novo Governador, comandante Joaquim Marques Esparteiro: «No campo da Beneficência, muito se tem feito em Macau. Dificilmente se encontrará semelhante por esse mundo além, em cidades até de maior população e de mais largos recursos. A Protecção que se está dispensando á Infancia desvalida e á Velhice atesta bem o secular, mas sempre vivo, sentido cristão do velho Portugal Colonizador».

A Assistência Social, nos moldes tradicionais, cuja origem remonta aos primórdios da Nacionalidade e vemos simbolizada no histórico «Milagre das Rosas» da Rainha Santa Isabel e concretizada na secular e benemérita instituição das Misericórdias, fundada pela Rainha D. Leonor, existiu desde tempos remotos naquela provincia ultramarina, ou melhor, desde que existe Macau.

A sua acção era exercida através de várias instituições de caridade, portuguesas e chinesas, merecendo especial menção, pela sua antiguidade e nobres pergaminhos, a Santa Casa da Misericórdia, cuja fundação (1569) é quase coeva do estabelecimento dos pioneiros lusitanos naquelas paragens.

Milhões de patacas dispendidos em assistência aos indigentes e refugiados

Não é nosso intuito, neste ligeiro esboço, historiar a evolução da Assistência Social, através dos tempos, naquela provincia ultramarina, mas dar aos nossos leitores, neste numero dedicado ao Ultramar, uma rápida resenha das principais actividades desenvolvidas, nos nossos dias, pela Assistência Publica em Macau.

Foi com o advento do Estado Novo que o Governo de Macau reorganizou os serviços assistenciais, propulsionando e estimulando oficialmente todas as iniciativas de bem-fazer. Com a criação, em 1930, das taxas de Assistência e Beneficência e, em 1947, da Comissão Central de Assistência Publica, procurou-se dar forma definida ao que andava disperso, estrutura ao que estava desorganizado e personalidade ao que não possuia a conveniente coesão jurídica.

Hoje, todas as actividades de Assistência Publica em Macau, outrora dispersas por vários organismos beneficentes, encontram-se coordenadas e agrupadas nessa Comissão Central.

Pormenor digno de nota temo-lo no facto, cujo conhecimento, ultrapassando as fronteiras, já é do domínio internacional, de que, durante os cinco anos de guerra no Pacífico, não obstante o ambiente agitado e incerto que pairava à sua volta, o Governo de Macau despendeu milhões de patacas na assistência aos indigentes e refugiados, sem olhar a nacionalidades, credos religiosos ou políticos.

Finda a guerra, o Governo continuou a dispensar aos problemas assistenciais o mesmo carinho. Esses problemas, dia a dia, aumentam, tomam aspectos novos e têm merecido do mesmo Governo, por intermédio da aludida Comissão Central, a melhor atenção.

Bairros para as classes pobres

Um rápido exame aos actuais encargos do benemérito organismo confirmará plenamente a nossa asserção e mostrará aos leitores a magnitude e vastidão da obra assistencial naquela nossa distante provincia ultramarina.

Além das despesas com a manutenção do pessoal da secretaria, fiscalização, taxação e administração e conservação dos bairros económicos ou sociais, a referida Comissão Central mantém ou subsidia 12 instituições de beneficência, proporciona a assistência médica aos pobres, concede donativos ás escolas para pobres e a outros organismos privados, de bem-fazer, administra três bairros sociais e auxilia, de um modo geral, todas as iniciativas de carácter beneficente.

O seu campo de acção é vastíssimo e, para o manter, gasta anualmente mais de um milhão de patacas.

Nesta sua tarefa ingente, eminentemente caritativa, tem a Assistência Publica nas Missões Católicas o seu melhor e o seu mais dedicado colaborador, porquanto ás mesmas está confiada a direcção da maioria das instituições que mantém ou subsidia.

António Emílio Maria Rodrigues da Silva
Actual administrador do concelho de Macau e presidente da Comissão Central de Assistência Publica

A maioria, se não a quase totalidade dos beneficiados, é composta de chineses, já porque estes constituem o elemento predominante da massa populacional, já ainda porque, segundo os princípios da sã política do estreitamento da tradicional amizade luso-chinesa, o Governo lhes dá a maior parcela do seu carinho.

Quanto aos bairros, a C. C. A. P. administra três, todos destinados ás classes pobres: o Bairro 28 de Maio, o Bairro Tamagnini Barbosa e o Bairro de casas de madeira, no Istmo da «Ilha Verde», abrangendo o primeiro 448 casas económicas, o segundo 806 e o ultimo 500 airosas casas de madeira. Cada moradia destina-se a uma familia e o bairro das barracas alberga nada menos que 2.500 almas.

As casas do Bairro 28 de Maio

A Santa Infância

O Asilo dos Inválidos

MACAU

CIA PÚBLICA
A DE LARGO ALCANCE SOCIAL
RCUSSÃO POLÍTICA
ÍRITO CRISTÃO.

compreendem o rés-do-chão e o primeiro andar e estão separadas em 14 blocos, formando 3 vias publicas, denominadas respectivamente, Rua Marechal Gomes da Costa, Rua Comandante João Belo e Rua General Ivens Ferraz.

O Bairro Tamagnini Barbosa possui um Posto Médico, onde é tência Publica e das três principais associações de beneficência chinesas da cidade, possui um posto de incêndio e uma retrete publica, ambos construídos pela Assistência Publica. Recentemente, por iniciativa da Associação Comercial de Macau, foram também construídas no local duas

prestada assistência médica diária e gratuita aos moradores pobres dos três bairros, e uma Capela dedicada á Nossa Senhora de Fátima, com uma Missão anexa, escola gratuita e casa de regeneração, dirigidas pelos missionários e religiosas das Missões Católicas.

O Bairro das casas de madeira que, após o incêndio de 13 de Dezembro de 1950, foi reconstruído pelo Governo da provincia, com a colaboração da Assis- grandes casas de madeira, para o funcionamento de uma escola gratuita, destinada aos filhos dos moradores do Bairro.

Na Vila da Taipa, foram também construídas pela benemérita instituição dois blocos de casas económicas. Por intermédio da Administração do Concelho das Ilhas de Taipa e Coloane, a Assistência Publica mantém ainda duas leprosarias, sendo uma para homens e outra para mulheres e concede, anualmente, importantes donativos para bodo aos pobres, daquele concelho.

No concelho **de Macau**, além de importantes subsídios aos hospitais e cuidados médicos gratuitos aos pobres em geral, a Assistência faculta ainda, em todas as instituições, por ela mantidas ou subsidiadas, um serviço de consultas médicas dirigido por facultativos dos Serviços de Saude, sendo os medicamentos fornecidos gratuitamente aos internados.

Entre as obras que mantém, a Assistência, além de custear a alimentação dos internados das casas por ela mantidas, custeia uma Cozinha Económica que funciona numa das dependências do Albergue das Indigentes, subsidia a obra da Cama dos Pobres da Associação Tong Sin Tong e auxilia a Cantina Escolar, para estudantes pobres.

Ao referirmo-nos á Caixa Escolar, cumpre destacar que — por iniciativa do actual Presidente da C. C. A. P. e Administrador do Concelho de Macau, sr. António Emílio Maria Rodrigues da Silva, que á grandiosa obra assistencial em Macau vem dedicando o melhor da sua inteligência e dinamismo, de colaboração com os vogais da Comissão a que preside — a partir do corrente ano lectivo, passa o referido Organismo a conceder importantes subsídios aos estudantes pobres que, tendo terminado com distinção, o curso liceal, não podem continuar os seus estudos nas escolas superiores da Metrópole, por falta de recursos.

Eis, em rápido esboço, as principais actividades de Assistência Publica em Macau, obra essa que, constituindo — como muito bem salientou no opusculo acima mencionado, o actual Provedor da Santa Casa da Misericórdia daquela provincia, sr. dr. Pedro José Lobo, — «a mais terna e suave demonstração da Caridade Cristã, assim cimentando a Fé e povoando corações», se nos afigura, incontestávelmente, de largo alcance social e profunda repercussão politica.

De cima para baixo: o bloco central do Colégio de D. Bosco, para órfãos portugueses, a cargo dos padres salesianos: a Caixa Escolar; e a sede da Comissão Central de Assistência Publica. À direita, a Santa Casa da Misericórdia, fundada em 1569.

O PROGRESSO DOS C.T.T.

demonstra que a Administração Portuguesa NO EXTREMO-ORIENTE é inspirada por um superior critério

UM SERVIÇO DE NOTÁVEL EFICIÊNCIA E UMA ORGANIZAÇÃO DE TÉCNICA MODELAR

Ao alto, a característica sede dos Correios Telégrafos e Telefones de Macau. A seguir, dois aspectos do excelente Bairro Social privativo: no primeiro, vê-se o corpo central, de que o outro mostra uma das faces laterais. Em baixo, á direita, o dispensário

Macau, além de outros sectores da Administração Publica, que podem servir de modelo, possui uma instituição exemplar de que se orgulha, e que documenta o alcance da sua prosperidade. São os Correios e Telégrafos.

O seu desenvolvimento filia-se em várias circunstancias, devendo salientar-se a perfeita organização dos serviços, a técnica excelente, a metódica orientação e o bom senso de quem os dirige. A perfeição dos Correios de Macau deve-se também a um escol de funcionários, devotados auxiliares do Director.

Tudo se conjuga para o desenvolvimento deste sector da Administração: ordem, método, disciplina, asseio, dedicação e orgulho por fazer sempre mais e melhor. Raramente se conseguirá um conjunto de colaboradores tão devotado e tão consciente das responsabilidades que um organismo daquela natureza representa, na agitação e necessidades da vida moderna. Além disso, o aumento crescente da população de Macau, a sua posição geográfica e a ordem e a paz, aqui experimentadas, determinam ainda o alto nível em que prosperam e se tornam cada vez mais notáveis estes serviços

Em 1926 os C. T. T. apresentavam um «deficit» de 42.265$30; em 1950, atingiram um «superavit» de 6:159.028$15!

O magnífico edifício que centraliza toda a mecanica dos C. T. T. de Macau foi construído em 1929 e é um dos mais imponentes, na sua especialidade, em todo o Extremo-Oriente. As importantes e recentes obras de adaptação ao tráfico progressivo e ao seu rendimento crescente, impõem-no como um dos melhores, sendo as suas linhas arquitectónicas, de carácter unico, nesta terra.

Para se avaliar quanto a organização perfeita e os factores externos conduzem estes serviços a tão invejável situação, basta citarmos estes numeros elucidativos:

Em 1926, os C. T. T. atingiram um «deficit» de 42.265$30, entre a despesa de 231.547$41 e a receita de 189.282$11. Em 1950, volvidos apenas 24 anos, apresentam um saldo admirável de 6:159.028$15, entre a receita de 14:630.398$09 e a despesa de 8:471.369$94.

Também em 1926, as despesas com o pessoal montaram a 194.511$13 e outras despesas apenas a 37.036$28. Pois, em 1950, atingiram as do pessoal: 4:027.011$06, e as outras despesas ascenderam a 4:444.358$87.

90 % dos endereços da correspondência postal recebida e expedida são desenhados em letras chinesas

A quase totalidade dos endereços é escrita em chinês. Este facto é digno de ser posto em foco, para cabalmente se compreender quanta dificuldade, quanto rigor de preparação especial e quanta canseira são exigidos ao pessoal português que tem a seu cargo orientar, dirigir, traduzir e até, por vezes, decifrar esses endereços. A juntar a esta tremenda, mas já superada dificuldade, é conveniente salientar ainda que a maioria das conversações telefónicas, urbanas e interurbanas, é realizada também em lingua chinesa.

Um flagrante instantaneo dos endereços postais

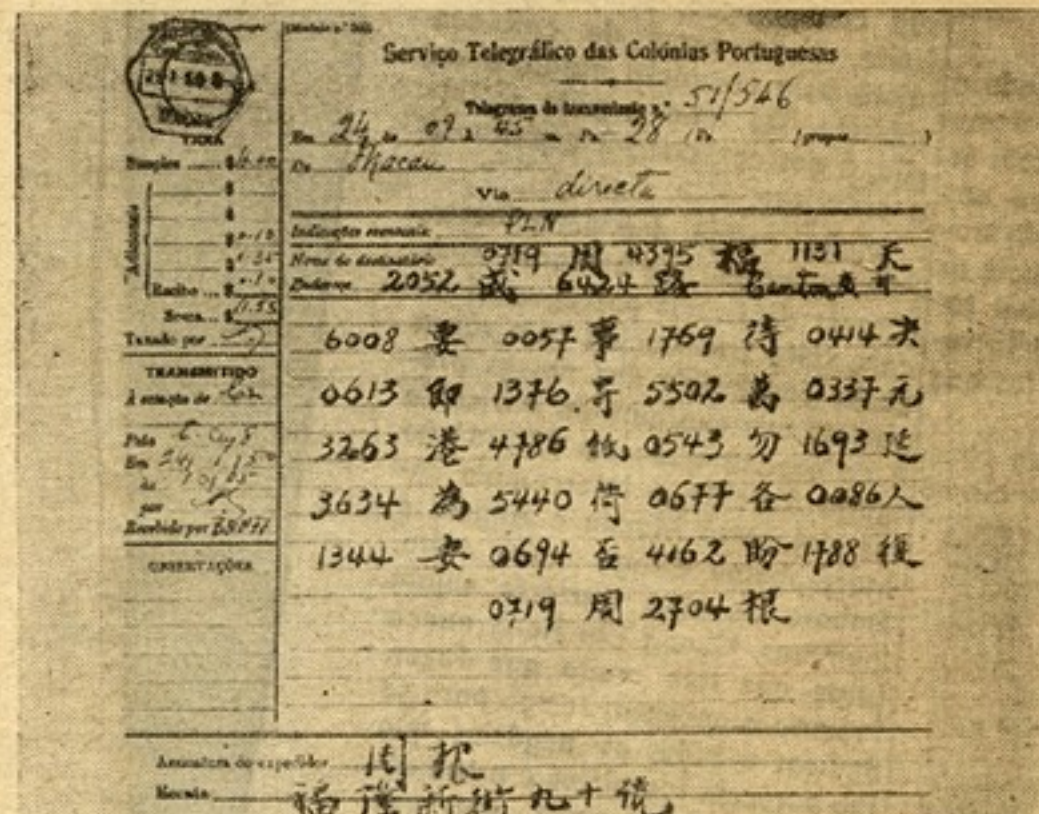
Para completar o quadro, neste ponto, apresentamos os seguintes numeros á consideração do leitor: em 1926, o movimento global de correspondência postal atingiu 2:028.642 unidades. Em 1950, subiu a 3:916.686.

Macau mantém directas comunicações telegráficas constantes com a Metrópole, India Portuguesa, Timor Português, Hong-Kong, Manila, Taipé, Xangai, Cantão, navios e aeronaves. O incremento destes serviços pode apreciar-se pelos numeros que se seguem e relativos, respectivamente, aos anos de 1927 e 1950, quanto a receitas dos mesmos: 12.602$53 — 1:073.476$30.

O serviço telefónico automático

Principiou a funcionar em 8 de Dezembro de 1929 o serviço telefónico automático, e desde então tem progredido extraordináriamente.

Em 1929, renderam apenas 124.594$58. Em 1950, apresentam a seguinte cifra: 2:245.614$80. Pelas gravuras que ilustram estas páginas o leitor ficará integrado cabalmente no valor e no espírito progressivo que animam a mecanica exemplar dos C. T. T. de Macau.

Todo o progresso apontado e realizado de há alguns anos a esta parte e, principalmente, nesta época incerta e conturbada, conseguiu-o e consegue-o a organização telégrafo-telefono-postal de Macau, exclusivamente, com receitas próprias, e os saldos positivos dos exercícios são aplicados ao aperfeiçoamento e amplidão das suas instalações e em obras sociais autorizadas pelo seu estatuto organico. Os C. T. T. de Macau cumprem sempre a missão que o Governo lhes confia, não se poupando a sacrifícios para realçar a incomparável Administração Portuguesa, nestas paragens.

Um telegrama redigido em chinês, com os numeros do código

A obra social dos C. T. T. de Macau deve apontar-se como exemplo de compreensão e justiça

Merece uma citação especial a obra social dos C. T. T.. Actualmente, funciona já, estando em acabamento, o ultimo bloco de casas, o Bairro Social dos C. T. T., constituído por 98 moradias para o pessoal menor, confortáveis, e com os requisitos indispensáveis á defesa da higiene, possuindo um dispensário, uma escola, um clube recreativo e cultural e um parque infantil, erguido com fundos exclusivos dos C. T. T. formados por saldos das suas gerências. O capital nele empregado e as despesas de conservação serão amortizados e pagos por completo com os subsídios de rendas de casa que deixam de receber os seus inquilinos — carteiros, distribuidores, guarda-fios, condutores de automóveis, operários especializados, serventes, etc. Esta obra de incalculável alcance social custou 3.300.000$00 e define um conceito nobilitante de assistência social, a começar pelos servidores do Estado, mais necessitados e filia-se nos princípios que informam o espírito renovador do Governo metropolitano — que, nesta terra tão distante, possui legítimos interpretes da sua actuação — exemplificado, na constante multiplicação dos bairros sociais para trabalhadores mais necessitados, casas do povo e casas dos pescadores.

Mas não é apenas esta a tarefa assistencial dos C. T. T. de Macau e não se limita a isto a dedicação que lhe consagram o seu Director e demais pessoal. Está criada, de há mais de um ano a esta parte, uma «Lutuosa» destinada a conceder subsídios ás famílias, por falecimento dos sócios e a ampararar estes, quando sejam atingidos pela vaga da tuberculose, que vem fazendo tremendos estragos em todo o Mundo.

Arquivamos a opinião que mereceu o Bairro Social, ao ilustre governador do bispado, reverendo Artur Gonçalves, por ocasião da primeira visita que lhe fez:

O Bairro do pessoal menor dos C. T. T. de Macau, feliz e oportuna iniciativa, constitui uma obra inédita no programa das realizações do Estado Novo nesta Colónia, e coincide perfeitamente com o ideal cristão da Justiça Social insistentemente recomendada pela Igreja.

Também o distinto inspector superior dos C. T. T. do Ultramar, sr. Domingos António da Piedade Barreto, na sua recente estadia de inspecção nesta província, deixou escritas estas eloquentes palavras, a propósito da notável obra social:

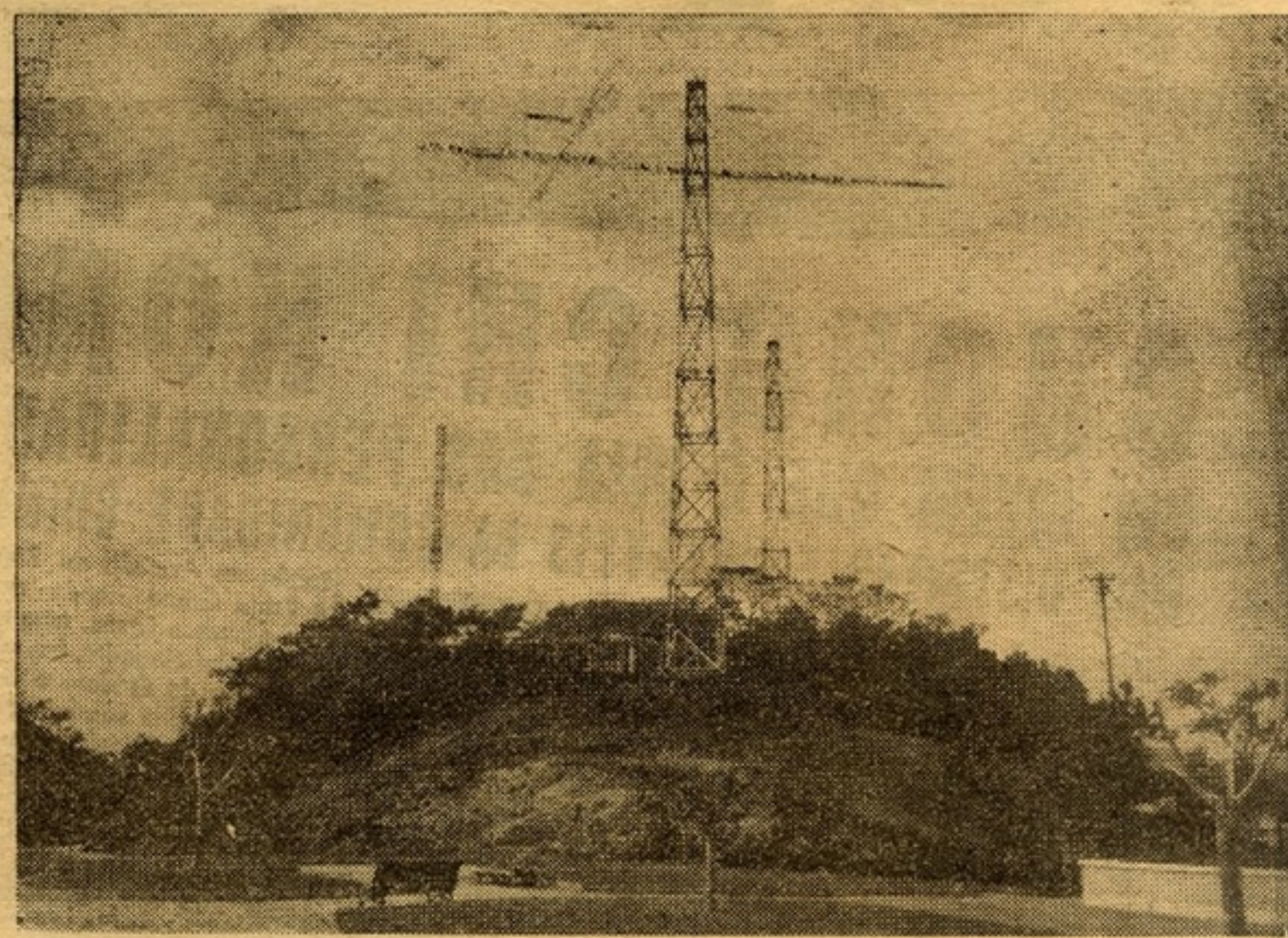
O Bairro do pessoal menor dos C. T. T. de Macau, como obra de assistência social, subordinada á superior directiva do Chefe do Governo, Doutor Oliveira Salazar, de haver em Portugal um lar para cada família, não dignifica só a Colónia e os C. T. T. coloniais, mas muito particularmente, a Administração Colonial Portuguesa.

Seria também interessante reproduzir as palavras de elogio e enaltecimento da obra realizada pelos C. T. T. proferidas por altas individualidades nacionais e, principalmente, estrangeiras, que têm recentemente visitado esta provincia e ficaram entusiasmadas com o desenvolvimento e progresso dos C. T. T.. Ainda, ultimamente, visitou as suas instalações o subdirector dos Correios da vizinha e progressiva cidade de Hong-Kong, sr. Edward Thorndike, deixando expressa a irrefutável e eloquente verdade de que as instalações e organização dos serviços que observou, estão muito além de tudo o que viu e sentiu, em cidades de população muito mais densa.

«O exemplo brilhante de uma administração perfeita de carácter industrial»

O mesmo inspector superior a que acima aludimos, deixou ainda registadas as suas impressões sobre os C. T. T., com estas notáveis palavras:

Os C. T. T. de Macau, com as características especiais derivadas da própria natureza da sua laboriosa e honrada população, constituem, na minha opinião, o exemplo brilhante de uma administração perfeita de carácter industrial.

Interessa também, a concluir, transcrever as conclusões de um bem elaborado relatório que o actual e ilustre Director dos C. T. T. apresentou ao sr. comandante Albano de Oliveira, recentemente exonerado, a seu pedido, das altas funções de Governador de Macau.

Essas conclusões são as seguintes:

«A economia dos C. T. T. de Macau baseia-se, principalmente, nas circunstancias seguintes:

a) — Medidas económicas de seguros resultados positivos, promulgados pelo Governo da província, que a todos os problemas de fomento vem dispensando cuidadosa atenção.

b) — Exploração económica que resulta do facto de o elevado numero de indivíduos que constitui a população da colónia se encontrar concentrado numa pequena área de utilização dos serviços telegrafo-postais.

c) — Emprego do material moderno, de elevado rendimento de trabalho, em todas as instalações;

d) — Autonomia administrativa e financeira que permitem a ampliação e o estabelecimento das instalações postais, telegráficas e telefónicas, com a oportunidade que o desenvolvimento dos serviços exige; e

e) — Aumento de população a que dá lugar a actual situação política da China.»

Pelo seu cunho de verdade e actualidade, estas palavras valem por tudo o que o cronista poderia escrever como corolário das suas impressões e do estudo, que não pode deixar de ser ligeiro e incompleto, da actual posição dos C. T. T., na vida administrativa desta nossa provincia ultramarina.

Todavia — e este ponto é de elementar conclusão pelos dados e comentários atrás apresentados e produzidos — constitui inteira e bem natural justiça acentuar que uns serviços publicos, tão eficientemente montados, tão bem orientados e conduzidos como os dos C. T. T. de Macau, honram a nossa Administração ultramarina, principalmente numa terra tão afastada dos influxos directos dos serviços similares e progressivos da Mãe-Pátria. Honram também quem os dirige, quem os executa e quem os fomenta, de perto ou de longe, inspirado pelos anseios de um Portugal Maior.

AFONSO CORREIA

A primeira gravura, ao alto da página, dá um aspecto dos potentes emissores de T. S. F. de Macau. Vem a seguir um interior da sala da escola dos filhos do pessoal que também dispõe de um clube recreativo, cuja sede pode apreciar-se na terceira gravura. A' esquerda, vê-se um numeroso grupo de empregados menores dos C. T. T., com suas famílias, inquilinos do Bairro Social

COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MACAU

CHONG CHI KONG

UM JOVEM QUE É UMA DAS PERSONALIDADES MAIS DISTINTAS E NOTÁVEIS DA COMUNIDADE CHINESA

O capitalista sr. Chong Chi Kong

O sr. Chong Chi-Kong e o seu amigo Hó In, co-proprietário do magnífico Hotel Riviera, unico hotel de características europeias em Macau

De entre as individualidades chinesas mais em evidência nesta província ultramarina, sobressai a figura simpática, distinta e jovial do capitalista Chong Chi Kong. Jovem ainda, com pouco mais de trinta anos, este comerciante empreendedor desenvolveu uma actividade variada neste rincão português, estando interessado em multiplas empresas, qual delas a mais importante e a de maior utilidade.

Sócio-gerente da importante Sociedade de Abastecimento de Aguas de Macau (SAM), sócio da Sociedade de Transportes e Armazens, Ltda. (SOTA), co-proprietário do Hotel Riviera, o unico hotel de características europeias nesta cidade, o sr. Chong Chi Kong acha-se ainda ligado a várias firmas de importação e exportação, cujo progresso e expansão muito contribuem para o desenvolvimento daquela nossa provincia ultramarina.

E pode bem dizer-se que esta extraordinária figura do mundo comercial de Macau é um homem que se fez á custa do trabalho próprio. Com uma personalidade bem vincada e uma simpatia atraente, a sua acção comercial tem um raio importantíssimo. Tendo chegado ao maior expoente de uma carreira comercial invejável, deve os seus êxitos á sua grande dedicação ao trabalho, a uma inteligência invulgar e a um poder de observação apreciável.

Chong Chi Kong não nasceu rico nem herdou fortuna que lhe permitisse lançar-se no comércio com vantagens sobre os seus concorrentes. A sua fortuna é fruto de um trabalho aturado, de longas horas de estudos e de uma vontade indómita de vencer. Perdera cedo o pai e, com menos de 20 anos de idade, sentiu sobre os ombros a responsabilidade de sustentar a família. Lançou-se corajosamente no campo comercial e, auxiliado por grande poder de observação e por uma honestidade a toda a prova, cedo sentiu que a vida saberia recompensar os seus grandes esforços. Depois de alguns anos de cansaço e sacrifícios, o simpático capitalista é hoje uma das mais preponderantes figuras nos meios comerciais de Macau.

Um dos principais sócios da S. O. T. A., o sr. Chong Chi Kong, nunca falta ás cerimónias de embandeiramento dos novos barcos adquiridos pela Companhia. Na fotografia vêmo-lo (1) com o então Governador de Macau, sr. comandante Albano de Oliveira, mais sócios e outras individualidades

Excelente chefe de família, a sua preocupação é educar os filhos com todas as vantagens que a sua fortuna lhe permite, sendo o seu maior desejo deixar-lhes uma preparação completa para enfrentarem as dificuldades da vida.

As suas actividades sociais são inumeras e o sr. Chong Chi Kong tem o condão de atrair á sua volta amigos que o admiram e nele reconhecem um homem íntegro, de carácter admirável e honesto em todas as suas transacções.

Possuidor de propriedades lindíssimas, a sua residência está situada na Avenida da Republica, á Praia Grande, onde vive com sua esposa e filhos, num ambiente familiar elegante, um misto dos costumes do Oriente e Ocidente.

Conscio das vantagens de manejar várias línguas, o sr. Chong Chi Kong, além do chinês, fala correntemente o inglês, com um desembaraço apreciável, e está actualmente estudando o português, que ele vai falando com grande à-vontade.

Nascido em Macau e vivendo a maior parte do seu tempo nessa terra, Chong Chi Kong impôs-se tanto aos portugueses como aos chineses, pela sua lhaneza de trato, correcção de modos, aquele ar cavalheiresco que caracteriza todas as suas atitudes e aquela sobriedade de gestos e palavras que o torna deveras simpático.

Porém, não é sómente nos campos comercial e social que ele se distingue. No campo assistencial a sua acção é sempre apreciável, tanto mais que nunca procura atrair as atenções do publico para aquilo que faz em prol dos desventurados e dos desprotegidos da sorte. Pode bem dizer-se que Chong Chi Kong não deixa nunca de dar a sua colaboração a quantas obras meritórias conhece. A sua contribuição, sempre importante, toma foros de caridade cristã pela completa ausência de vaidade. De uma grande distinção, é um conversador espirituoso e criterioso.

Muito amigo dos portugueses, com quem convive bastante, tem, através de firmas portuguesas locais, feito transacções com várias casas comerciais das nossas províncias ultramarinas da Africa, e é de esperar que num futuro não muito distante o intercambio comercial entre Macau e Angola e Moçambique atinga maior vulto.

Embora os seus afazeres sejam inumeros, Chong Chi Kong nunca julga que tem muito que fazer. Procura e encontra tempo para se dedicar a todos os negócios que lhe parecem lucrativos e a sua escolha é sempre feliz, pois que dela advêm, geralmente, benefícios para o meio comercial de Macau, que se está tornando importante no Oriente conturbado.

Talvez um dia a sua digressão pelo Mundo o leve até Portugal, e ali os metropolitanos terão ocasião de conhecer um chinês da verdadeira «elite», isto é, um homem de negócios e de sociedade com uma personalidade admirável — verdadeiro tipo do filho da China, nascido para o trabalho mas que, á custa de esforços próprios, atingiu a culminância do êxito, retendo as velhas virtudes deste admirável país do Celeste Império.

O sr. Chong Chi Kong, sócio honorário do Rotary Clube de Macau, pelos avultados donativos que tem feito ao fundo de beneficência desta altruística instituição, não deixa de assistir ás funções sociais deste clube. Ei-lo (×) numa reunião, tendo á direita o sr. comandante Albano de Oliveira, então Governador de Macau, com outras altas individualidades

MACAU

A POLICIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

É UMA CORPORAÇÃO MODELAR

COM ALTO GRAU DE EFICIÊNCIA TÉCNICA

(Continuação da 9.ª pág.)

sa pessoalmente por tudo quanto se relaciona com o seu bom andamento e eficaz rendimento.

As delicadas e importantes funções da Polícia Política

Justifica-se falar ainda da Polícia Política.

E' já do domínio publico que a Polícia de Macau, em face das condições político - sociais económicas que caracterizam a vida daquela nossa Provincia ultramarina, resúltante da sua vizinhança com a China, é mais profiláctica do que repressiva, mais política do que preparativa.

Tenente Francisco Maria Candeias do C. P. S. P. de Macau

Por isso. a polícia de Macau não vela, apenas, pela protecção da vida e dos haveres dos seus habitantes. Desempenha também um papel de grande relevo no equilíbrio político e social daquela Provincia e constitui um factor importante na economia, no progresso e no bem-estar da sua população. Daí a missão delicada e as pesadas responsabilidades que, nesse campo, tem o comandante sobre os seus ombros.

Para o bom desempenho dessa sua função política e diplomática, tem o comandante da Polícia de Macau de reunir ás qualidades de comando, dinamismo e pulso de ferro, um fino tacto diplomático e conhecimento profundo da psicologia da gente chinesa.

O chinês é, essencialmente conservador, hermético e de uma estranha e requintada sensibilidade oriental. É, por tradição, pacato, laborioso e sofredor.

Para o chinês, a honra, a sua «face», vale tudo, porque a coloca acima de todas as convenções estranhas. E vê o seu maior inimigo naquele que lhe fere a honra, na sua «face». Ferir na «face» um chinês é sinónimo de lhe provocar uma furia íntima, uma febre de vingança que não conhece limites.

Foi sempre assim e é ainda assim, o chinês.

Além disso, a China está na fase aguda de evolução, de cujos reflexos Macau, pela sua posição geográfica e pelo predomínio de chineses na sua massa populacional, não pode alhear-se.

Eis a razão da existência, no Comando, de uma secção política, dirigida por um intérprete-sinólogo, que coadjuva o comandante nas suas relações com a comunidade chinesa, servindo-lhe, de certo modo, de conselheiro político.

Este cargo é, actualmente, exercido pelo intérprete de 1.ª classe do Expediente Sínico, sr. Joas José Lopes.

Esta secção, além de outros encargos, tem por missão vigiar de perto as actividades políticas e sociais dos chineses, residentes dentro e fora da Província. Medidas de semelhante natureza oferecem capital importancia para a segurança da Província e delas dependem, em grande escala, a paz, a concórdia interna e externa e, não poucas vezes, a melhor forma de evitar, prudentemente, desordens e complicações de carácter político ou social e até económico.

O chinês de Macau vê na pessoa do comandante da Polícia, o seu protector, o alvo da sua confiança, o seu juiz de paz, enfim, um traço de união entre si próprio e as autoridades portuguesas. E é ao comandante da Polícia que o chinês recorre quando tem alguma exposição ou pretensão a apresentar ao Governo da Província.

Tenente Simão Inácio da Costa da C. P. S. P. de Macau

Nas linhas que precedem, deixámos esboçada a importancia do cargo de comandante da Polícia de Segurança Publica de Macau, a organica especial dessa corporação e a sua notabilissima acção desenvolvida nos ultimos anos, sob o comando do capitão Luís Augusto de Matos Paletti e sob a égide governativa do comandante Albano de Oliveira. Demonstrámos também que, ontem como hoje, a Polícia de Macau marca pelo seu valor, dedicação e espírito de sacrifício.

Mas a obra do comandante Paletti, oficial distinto a quem a corporação policial daquela nossa Provincia ultramarina deve a sua reorganização, nos moldes e apetrechamentos modernos, a sua eficiência técnica e o seu relevante prestigio, vai mais além.

Foi ainda sob o seu comando que o Grupo Desportivo da Polícia, por vários anos campeão de Macau em futebol, consolidou a sua posição nos meios desportivos da Província. Pertence-lhe ainda a iniciativa da criação da Banda Policial, de 28 figuras, que, sob a regência do 1.º sargento-mestre sr. Mário Pinto de Almeida, semanalmente, aos domingos, proporciona concertos musicais num dos sítios mais aprazíveis da cidade — o hitórico Jardim de S. Francisco — reatando, assim, uma velha tradição regional, interrompida com a extinção da Banda Municipal.

Tenente José da Conceição Miguel do C. P. S. P. de Macau

Uma formatura do C. P. S. P. de Macau

A ILHA DE DIO PARCELA DO IMPÉRIO

(Continuação da 4.ª pág.)

de servirem para estrumar as terras, servem para combustível, porque não há lenha nem nunca se fez por que a houvesse. Não era difícil povoar de árvores toda a parte da Ilha que não pode ser cultivada, se houvesse mais iniciativa particular, evidentemente.

Adjacente à residência de Verão do governador, em Malala, há uma das melhores hortas de Dio que, com a mesma residência, era propriedade dos Jesuitas e que lhes foi extorquida na voracidade anti-religiosa de 1834, ficando depois a ser propriedade do Estado.

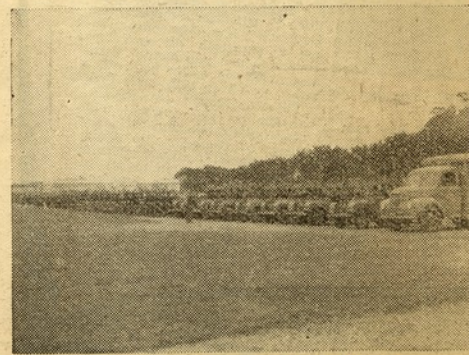
Esta horta, por uma lamentável decisão, foi mais tarde alienada, e estragou-se assim uma linda propriedade do Estado, perdendo-se, deste modo, a oportunidade de ter em Dio terreno apropriado para um campo experimental ou para cultura, por conta do Governo.

Dio não pode produzir arroz, e, constituindo este a parte principal e imprescindível da alimentação de todo o Industão, nunca poderá bastar-se a si mesma, não só no arroz como noutros géneros alimentícios.

Por este motivo, importam-se todos os anos enormes quantidades de cereais e outros géneros por intermédio dos comerciantes que abastecem a região.

Vista assim, a largos traços, a situação difícil e até, por vezes, angustiosa, em que Dio se encontra, será possível promover o seu desenvolvimento, dados os exiguos recursos de que dispõe? Eis uma interrogação á qual é difícil dar uma resposta, mas que necessariamente encerra uma multidão de problemas que não podem ficar sujeitos ás soluções do acaso.

Dio é uma parcela do Império que merece ser integrada no vasto plano de ressurgimento que se está operando em todos os domínios portugueses.

Arco triunfal, — admirável obra de engenharia chinesa construída exclusivamente de bambús e colmo, sem quaisquer alicerces — comemorativo dos aniversários da Republica Portuguesa (5 de Outubro), e da Republica Chinesa (10 de Outubro)

COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MACAU

A GRANDE ACTIVIDADE INDUSTRIAL DA «THE MACAO ELECTRIC LIGHTING COMPANY, LIMITED,» («MELCO»)

UMA DAS MAIS IMPORTANTES DA CIDADE

Uma das mais importantes companhias estabelecidas nesta Província ultramarina é, sem dúvida, a companhia fornecedora de electricidade «Melco», cujos serviços tornam possível a variedade de industrias que se verificam actualmente nesta terra.

Estabelecida há mais de 40 anos, esta companhia tem feito notáveis progressos, acompanhando todos os melhoramentos realizados durante essas quatro décadas nesta distante parcela de Portugal, onde a vida atingiu um nível apreciável, mercê do estabelecimento, já possível, de inumeras industrias, servidas pela electricidade.

E' director-gerente desta companhia o sr. Frederick Johnson Gellion, que superintende em todos os serviços da companhia, com zelo e interesse, e é pessoa de fino trato, sempre pronto a atender quantos o procuram para tratar de qualquer assunto dentro dos limites do razoável. Ocupa o lugar de gerente o sr. Theodore Weiner, magnífico colaborador dos serviços. O importante cargo de subgerente é desempenhado por um português, o sr. Alberto de Barros Pereira, cujas actividades oficiais, sociais e desportivas o tornam um personagem de grande popularidade. O seu interesse pelo bom nome da «Melco» e pelo bem-estar

Um grupo gerador de 1.200 Kw. da MELCO

FREDERIK JOHNSON GELLION
Director-gerente da MELCO

dos seus empregados fazem dele um chefe ideal.

O fornecimento de energia eléctrica

Foi em 1906 que o Governo de Macau aceitou a proposta para a iluminação eléctrica da cidade, apresentada pelo sr. Marius Bert, que fundou uma companhia denominada «Société Electrique d'Extreme Orient».

Em 1911, o monopólio do fornecimento da energia eléctrica desta companhia foi adquirido por «The Macao Electric Lighting Company, Limited», sob a direcção do sr. Charles Ricou.

Quatro anos depois, assumiu o cargo de director da «The Macao Electric Lighting Company, Limited» o sr. Frederick Johnson Gellion, a quem a referida companhia deve numerosos melhoramentos e a expansão que hoje apresenta. Foi principalmente ao seu tacto e á sua prudente administração que Macau ficou a dever o estabelecimento de várias industrias, as quais trouxeram vantagens, não só para a cidade, como também para os seus habitantes. Após 40 anos de serviços e actividades, a «Melco» tem hoje uma Central Geradora com máquinas de uma potência de 4.295 Kw. A sua produção mensal de energia eléctrica é de cerca de um milhão de Kwh. O numero dos seus consumidores atinge nesta data 15.000, entre particulares e industriais.

Servida por motores «Diesel», a Estação Geradora é dirigida por técnicos responsáveis que vigiam de perto as máquinas, a fim de garantirem o constante fornecimento de energia eléctrica. Cerca de 250 operários trabalham constantemente na manutenção dos serviços, dando satisfação a todos os consumidores.

A rua da Praia Grande, em Macau, iluminada com lâmpadas de vapor de mercurio («OSIRA»)

Pode bem dizer-se que com a nova iluminação de lampadas de vapor de mercurio «Osira», das vias publicas, a «Melco» confirmou uma vez mais as suas tradições de bem servir. Raramente, mesmo em casos de tufões e tempestades, fica a cidade privada de iluminação, o mesmo podendo dizer-se das casas particulares. Uma pequena avaria em qualquer serviço é logo atendida, de forma a satisfazer os mais exigentes consumidores.

A assistência aos empregados

Trabalham ainda na «Melco» mais de cem empregados nas diversas secções, garantindo o bom funcionamento dos seus negócios. Todos eles recebem da «Melco» a melhor assistência. A companhia mostra o maior interesse pelo bem-estar dos seus empregados. Dispõe de um clube com salas de jogos vários, salão para baile e lindos campos desportivos onde os empregados passam horas agradabilíssimas, num ambiente alegre e amigável. Todos os anos, por ocasião das Festas do Natal, faz a «Melco» uma festa dedicada aos filhos dos seus

Sede do Clube Melco

empregados, sendo sempre de um ambiente agradável aquelas tardes amenas, nas quais o próprio director-gerente, sr. Gellion, acompanhado dos empregados superiores, distribui lindas prendas a todas as crianças presentes. Não são menos alegres as festas do Carnaval, quando tudo quanto Macau tem de mais elegante se reune nos salões do «Clube Melco», para bailes animadíssimos, servidos sempre com excelentes ceias e um bom serviço de bar.

O mostruário da «Melco» dispõe sempre dos mais modernos artigos da América e da Europa, e a companhia, adoptando a política de satisfazer o publico, tem facultado a inumeros consumidores a aquisição de aparelhos eléctricos por pagamentos mensais, tornando assim possível, a todos, meios de vida mais fácil.

Falar de Macau, sem mencionar uma das maiores e mais uteis companhias, seria uma falta, por quanto é principalmente devido a essa companhia fornecedora de electricidade que inumeras industrias continuam a funcionar naquela distante Província ultramarina.

COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MACAU

O ARQUIMILIONÁRIO FU TAK IAM

GRANDE AMIGO DE PORTUGAL E DOS PORTUGUESES

É UMA DAS MAIS PREPONDERANTES FIGURAS DOS MEIOS COMERCIAIS E INDUSTRIAIS DE MACAU E UM DOS MAIS DINAMICOS IMPULSIONADORES DO PROGRESSO DAQUELA NOSSA PROVINCIA ULTRAMARINA

O arquimilionário Fu Tak Iam

Macau, finda a ultima conflagração no Pacífico, recebeu também o sopro renovador que, por toda a parte se fazia sentir sobre os escombros e ruínas cavados pela guerra.

E uma vez começada, não pára a obra de restauração e modernização.

Macau progride e desenvolve-se a olhos vistos. A par dos notáveis melhoramentos publicos, levados a cabo pelo Governo da Província e pelo Município, surgem, num ritmo sempre crescente, importantes obras particulares.

E' uma série de novas residências, novos estabelecimentos comerciais e novas fábricas, que pululam aqui e acolá, dando á cidade uma fisionomia moderna. Nessas obras são empregados avultados capitais nacionais e estrangeiros.

Macau moderniza-se graças à sua renovação económica, inteligentemente fomentada pelos poderes publicos. A inusitada febre de construções que se tem notado, nos anos mais chegados, em vários pontos da cidade, constitui o seu índice mais eloquente.

Entre os capitalistas que mais têm contribuido para o progresso e desenvolvimento citadino de Macau, ocupa, sem duvida, o primeiro lugar o arquimilionário sr. Fu Tak Iam, não só pela inesgotável fortuna de que é detentor, mas também pelo seu extraordinário espírito empreendedor, e principalmente pela extraordinária obra que tem realizado, despendendo milhões que, uma vez empregados, se convertem em trabalho para milhares de braços e pão para milhares de bocas.

Homem de excepcional capacidade realizadora, o sr. Fu Tak Iam explora um sem numero de estabelecimentos industriais e comercias na Província e mantém, com o seu rendimento, milhares de empregados.

Tem gasto já milhões de patacas em prol do engrandecimento económico desta terra portuguesa e continua a abrir os seus cofres, prodigamente, em melhoramentos constantes nas obras existentes e em novas empresas.

Dia a dia pensa em lançar mão de novas iniciativas, algumas verdadeiramente gigantescas, que uma vez materializadas redundam em benefício de Macau, sob os pontos de vista económico, social e turístico.

E' director geral e principal sócio da Companhia «Tai Hing» — uma das mais vastas e fortes empresas daquela Província ultramarina e proprietário do Hotel Central — o edifício mais alto do Império Português e o maior centro de diversões da cidade — o proprietário da sumptuosa gare marítima n.º 16 do Porto Interior, moderna construção de dois pisos, considerada como uma das mais imponentes do Extremo-Oriente e até do Ultramar Português, e do luxuoso navio da carreira Macau-Hong-Kong, «Tai Loy», dotado de radar, dos mais modernos apetrechos da arte de navegar e de luxuosas e confortáveis instalações.

A' entrada dessa gare, o local foi transformado num lindo parque de automóveis, sendo em numero de 12 os veículos por ele adquiridos para uso exclusivo dos passageiros do referido barco de carreira. Para conseguir o embelezamento do local, mandou demolir, com autorização superior, o antigo Posto da Polícia Fiscal, um posto de transformador eléctrico e um posto de venda a retalho de gasolina, substituindo-os por novos e airosos edifícios em locais escolhidos pelos interessados.

A gare marítima, Ponte n.º 16, em Macau, a mais elegante e moderna do Ultramar português

Ponte, navio, parque de automóveis e carros — tudo é propriedade do activo e benemérito capitalista sr. Fu Tak Iam.

Além do «Tai Loy» (que em português se pode traduzir por «Boas Vindas»), possui ainda diversos barcos pequenos, de variados tipos, que se utilizam da gare e fazem carreira entre Macau e os portos vizinhos da China, transportando passageiros e cargas.

Presentemente, o empreendedor capitalista está a estudar a construção de um moderno e luxuoso Cine-Teatro, na Praia Grande, em frente do Hotel Riviera, numa das extremidades da principal artéria da cidade, a típica Avenida Almeida Ribeiro.

Muitos outros planos, alguns dos quais na aparência quase impossíveis de realizar, ocupam o cérebro e a fortuna do insatisfeito arquimilionário.

O elegante e luxuoso barco «Tai Loy», da carreira Macau-Hong-Kong. Véem-se também três arranha-céus de Macau: á esquerda, o Hotel Oriental e o Grande Hotel; e, á direita, o Hotel Central

As suas obras obedecem a um tríplice objectivo: — Dar pão e trabalho aos desocupados, aumentar os seus rendimentos e contribuir, com a sua quota parte — que não é diminuta — para o progresso de Macau, para a sua valorização economica, social e turística, em que andam empenhados, numa bela congregação de esforços comuns, o Governo da província, o Município e os particulares.

Grande amigo de Portugal e dos portugueses, o sr. Fu Tak Iam aproveita também todas as oportunidades para, publicamente, manifestar esses sentimentos de amizade e simpatia para com os portugueses de Macau, sejam funcionários ou não.

O Sr. Fu Tak Iam, entre o antigo Governador, Sr. Comandante Albano de Oliveira, e o Juiz da comarca, Sr. Dr. João Faria Martins, pronunciando um discurso durante a cerimónia inaugural da sua gare marítima

O seu «retrato» ficaria, porém, incompleto, se não se salientasse o seu coração generoso e compassivo, sensível ás dificuldades alheias. E' um benemérito da terra onde nasceu e vive com a sua numerosa família. Sempre pronto a socorrer os necessitados e a auxiliar todas as iniciativas de bem-fazer e obras de Assistência Social, portuguesas ou chinesas, periodicamente abre os seus cofres para distribuir parte dos rendimentos das suas obras e negócios aos pobrezinhos.

Um coração de ouro a bater dentro de um arcaboiço de gigante!

COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MACAU

UMA SIMPÁTICA FIGURA DE CAPITALISTA E BENEMÉRITO

HÓ IN, O PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE MACAU

E DA ASSOCIAÇÃO DE BENEFICÊNCIA DO HOSPITAL KEANG WU

O capitalista Sr. Hó In

Entre os membros proeminentes da comunidade chinesa de Macau que mais têm contribuído para o engrandecimento económico, social e turístico daquela nossa província ultramarina e não menos se têm distinguido pela sua benemerência em prol dos desprotegidos da sorte, destaca-se a figura simpática do conhecido capitalista e benemérito Hó In, actual Presidente da Associação Comercial de Macau e da Associação de Beneficência do Hospital Keang Wu

Inteligente, amável, jovial, detentor de uma extraordinária fortuna e de uma actividade prodigiosa, o sr. Hó In goza de muita simpatia e estima não só entre os seus conterraneos, como também nas comunidades portuguesa e estrangeira daquela cidade portuguesa do Oriente.

Extremamente generoso, não há caso algum de desgraça alheia em que não intervenha, com a sua influência pessoal e a sua bolsa, e jamais se recusou a dar o seu concurso valioso a tudo quanto signifique utilidade pública, progresso daquela província — seu berço natal — ou obra de beneficência.

Impossível se torna apresentar, mesmo em resumo, as suas multiplas actividades filantrópicas, tão largas e tão vastas elas são, nem a sua acção como comerciante e industrial, em prol do desenvolvimento económico e do embelezamento da cidade. Sob este ultimo aspecto, bastará dizer que mandou construir inumeros edifícios em várias áreas da progressiva cidade de Macau. Obra sua são as belas vivendas da Avenida Sidónio Pais, que honram qualquer cidade moderna, os magníficos blocos de edifícios para moradias da classe média na Rua Almirante Sérgio, que, cobrindo o local onde outrora só se via terreno baldio, muito vem aformosear a entrada da avenida marginal do Porto Interior.

UMA EXTRAORDINÁRIA ACTIVIDADE COMERCIAL

Sob o ponto de vista comercial, a população de Macau deve-lhe imenso, principalmente no que respeita ao abastecimento de géneros alimentícios. Explora um sem-numero de casas comerciais e industriais, de diferentes ramos, desde a industria bancária e hoteleira aos estabelecimentos de restaurantes, cafés, casas de pasto e casas de chá. O comércio marítimo deve-lhe igualmente grande parte da sua actual e relativa situação florescente, tornando-se escusado já fazer referência ao ramo de importação e exportação, em grande escala, a que deu enorme incremento. E' ainda sócio de dezenas de empresas colectivas, grandes e pequenas, que auxilia grandemente com o seu capital. Grande parte dos seus rendimentos são empregados em novas iniciativas e em obras de utilidade publica e de assistência aos infelizes desprotegidos da sorte e aos foragidos da guerra civil chinesa.

Grande propulsionador do desporto, o Sr. Hó In, em 1949, financiou uma deslocação dos pinguepongistas de Macau a Singapura, onde os nossos representantes fizeram uma verdadeira rasia nas equipas locais. No regresso tirou-se este grupo, no qual se destacam o Sr. Hó In (×) e o campeão macaense Rosa Duque (××)

O pitoresco quiosque onde está instalada a Biblioteca Publica Chinesa

Como Presidente da Associação de Beneficência do Hospital Keang Wu — um dos mais antigos e prestimosos organismos chineses de beneficência (onde trabalhou como médico o fundador da Republica chinesa, dr. Sun Iat Sen), reorganizou e modernizou os seus serviços clínicos, adquirindo, com o seu dinheiro, os mais modernos aparelhos cirurgicos, de raios X e outros, e introduzindo nas suas dependências oportunos e uteis melhoramentos de grande envergadura.

Como Presidente da Associação Comercial de Macau, tem sido um óptimo colaborador do Governo da província, na resolução de todos os problemas económicos e sociais, relacionados com a vida e o abastecimento da população chinesa.

UMA NOTÁVEL ACÇÃO SOCIAL

Na reconstrução do bairro de casas de madeira, no istmo da Ilha Verde, que um pavoroso incêndio destruiu, deixando sem pão nem lar cerca de 2.500 dos seus moradores pobres, e na assistência social a esses infelizes, durante a fase de reconstrução, ocupa, sem duvida, o primeiro lugar, entre os capitalistas beneméritos que colaboram com o Governo da província e com a Assistência Publica, nessa cruzada filantrópica em prol de infelizes. Também a causa cultural tem merecido do seu coração magnanimo o maior carinho e generosidade, sendo inumeras as escolas, chinesas e portuguesas, a que concedeu importantes donativos.

Adquiriu o edifício do antigo quiosque do Jardim de S. Francisco, renovou-o e adaptou-o para nele instalar uma Biblioteca Publica Chinesa, a primeira no género naquela nossa província distante. Esta biblioteca e bem assim o pessoal que nela presta serviço são mantidos por ele.

Grande entusiasta do desporto, estendeu também a sua acção beneficente aos diversos clubes desportivos da província, chineses e portugueses, podendo-se mesmo afirmar que a ele se deve o prestígio que hoje goza a equipa de Macau de ténis de mesa — citada já como uma das melhores de todo o Mundo e cujos componentes ele equipou á sua custa e cuja manutenção e deslocação para as cidades vizinhas tem financiado, com o seu habitual entusiasmo.

O seu nome vale bem uma obra e ficará indelevelmente gravado nos anais da história de Macau.

O amplo e moderno Hospital chinês Keang Wu

COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MACAU

CONDECORADO PELO GOVERNO PORTUGUÊS

COM A ORDEM DE BENEMERÊNCIA

O COMENDADOR KOU HO NENG TEM LUGAR DE ELEIÇÃO ENTRE OS GRANDES VULTOS DA COMUNIDADE CHINESA DE MACAU

O Sr. Comendador Kou Ho Neng com a comenda de Benemerência, que lhe foi concedida pelo Governo português

Quem jamais conheceu Macau e as relações entre Portugal e a China não poderá fazer uma ideia do que são os laços de amizade que ligam estes dois países amigos de longos séculos. Macau e a sua longa e bela história são padrão imorredoiro da maior glória de Portugal nas suas andanças pelo Mundo. E' em Macau que Portugal marca uma posição admirável de uma política a todos os títulos grandiosa.

Falar da «pérola do Oriente» é falar das relações entre portugueses desta terra e dos chineses aqui nados e criados, hoje residentes distintos que formam a «élite» da população chinesa daquele formoso rincão português. E se alguma vez fosse escrita pormenorizadamente a história dos grandes vultos chineses a quem Portugal deve uma amizade sincera e leal, deveria ocupar o lugar de honra o nome do sr. comendador Kou Ho Neng, não só pelo incremento dado ao comércio e á industria daquela terra portuguesa, mas principalmente pela assistência concedida a todas as iniciativas do governo local.

O sr. comendador Kou Ho Neng, a quem o governo central houve por bem condecorar há perto de 10 anos com a Ordem da Benemerência, é uma figura de grande evidência naquele meio, principalmente pela personalidade admirável que o caracteriza. A sua fidalguia de sentimentos, a sua apresentação modesta e destituída de vaidade, toda a sua vida patenteada a um publico que o admira fizeram dele um Homem perante quem se curvam as cabeças mais altaneiras, como perante o Bom e o Justo se curvam todos os corações bem formados.

Uma enorme actividade dispersa entre Macau e HongKong

Possuidor de extensas propriedades, com actividades comerciais em vários campos, capitalista importantíssimo, a sua vida começou simplesmente, dedicada ao ganha-pão necessário. Mas, porque foi sempre dotado de qualidades admiráveis, de um carácter honesto e laborioso, viu bem recompensados os seus esforços, e conseguiu ao fim de muitos anos de sacrifícios e de canseiras, uma fortuna considerável, hoje distribuída entre Macau e Hong-Kong.

Entre as suas inumeras actividades comerciais, o sr. comendador Kou Ho Neng conta com uma carreira de navegação entre Macau e Hong-Kong, um grandioso teatro-cinema em Hong-Kong, inumeras firmas de importação e exportação, cuja gerência está entregue aos seus filhos por ele educados no caminho do trabalho e da disciplina.

Nos anos da ultima guerra, foi o sr. comendador Kou Ho Neng o presidente da Associação Comercial de Macau, lugar em que desenvolveu uma acção admirável não só no campo comercial, como principalmente no da assistência. O Governo central, cônscio da grande contribuição dada por este homem de bem, cuja fortuna lhe impõe uma nunca desmentida dedicação á causa da Benemerência, quis distingui-lo com a Comenda que ele recebeu com orgulho e guarda com modéstia.

O governo de Macau tem verificado inumeras vezes a bondade de coração e a grande filantropia do sr. comendador Kou Ho Neng. Primeiro, sempre, a sair ao encontro das necessidades dos que sofrem, ele não espera sequer que lhe vão pedir auxílio. Oferece-o incondicionalmente, prontamente, sem delongas nem demoras, demonstrando grande nobreza de alma.

Todos os anos, por ocasião das festas do Natal e do Ano Novo Chinês, ele distribui um bodo aos pobres. Não precisa que lhe recordem os desprotegidos da sorte, porque o seu coração bondoso tem sempre presente a desgraça alheia e não pode suportar o pensamento de haver lágrimas e sofrimentos em dias de alegria geral.

Se porventura um caso imprevisto vem lançar o luto e a confusão no meio de pessoas pouco abonadas, ele aparece logo a estender a mão caritativa, sem se preocupar se outros auxílios virão. A ele interessa-lhe unicamente socorrer, tanto quanto possível, quem sofre e quem precisa.

Um grande amigo de Portugal

Retirado já da vida activa de trabalhos, o sr. comendador Kou Ho Neng tem nos seus filhos os seu mais fiéis auxiliares. Guiados sempre pelos sábios conselhos e pela larga experiência do pai, são eles os continuadores das suas actividades comerciais, distinguindo-se nesses campos pela correcção e pela honestidade que os caracteriza. Fai extremoso, o comendador Kou Ho Neng não vive rodeado do luxo que a riqueza na China permite ao homem do Mundo. O comendador Kou Ho Neng vive uma vida familiar que se pode chamar exemplar. Habita uma casa na Praia Grande, de aspecto imponente, onde os seus inumeros serventes são tratados com carinho e consideração e onde a vida lhe decorre num ambiente sossegado, rodeado de filhos e netos, carinhosos sempre para com este venerando ancião, cujos ensinamentos serão como luzes a guiar-lhes os passos na senda do bem.

Amigo de Portugal, amigo verdadeiro, o sr. comendador Kou Ho Neng toma sempre a peito a causa da nossa terra, como se ela fosse sua também. E a falar verdade, ele considera Macau sua pátria, pois aqui lhe nasceram os filhos, aqui reuniu, á custa de trabalho e canseiras, a sua importante fortuna e aqui viveu os melhores anos da sua vida.

Auxiliar valioso das autoridades, a sua acção é sempre reconhecida pelos seus inumeros admiradores. O seu nome ficará ligado á história desta Macau, onde a sua figura tem um brilho incontestável de bondade e de generosidade.

Num numero especial dedicado a todo o Ultramar português, onde a história e as actividades de todas as provincias ficarão consignadas não podia aparecer uma resenha sobre Macau sem nela figurar o nome de um dos mais ilustres, magnanimos e humanitários chineses que compõem a sua população. A figura venerada do sr. comendador Kou Ho Neng é sem duvida aquela que, pela sua idade, pelas suas reconhecidas virtudes e pela sua grande amizade a Portugal e á gente portuguesa, maior lustre dá a essa Província. Por isso, lhe é dedicada esta página, na galeria dos mais ilustres amigos de Portugal em Macau.

O moderno e rápido «Tak Shing», da carreira Macau-Hong-Kong, até cinema tem a bordo, para entretenimento dos passageiros

Durante a inauguração do «Tak Shing», o Sr. comendador Kou Ho Neng foi, como sempre de uma amabilidade extrema para os visitantes. Na gravura vêmo-lo acompanhar o antigo Governador e pessoas de família até á saída do barco

COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MACAU

FOI A «SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUAS DE MACAU, LIMITADA»

QUE RESOLVEU O MAGNO PROBLEMA DE ABASTECIMENTO À CIDADE

Durante longos anos, parecia insolúvel aos portugueses residentes naquela nossa província ultramarina o magno problema do abastecimento de águas á população de Macau.

Dificuldades de ordem técnica e financeira inutilizaram numerosas tentativas, feitas no decorrer dos ultimos tempos, para o resolver. Havia falta de água potável, própria para consumo, e insuficiência dela, para os casos de incêndios e regas.

Quanto á água natural das chuvas, era impossivel fazer-se-lhe a conveniente captação. A população da cidade, que atingia então a cifra já elevada de 200.000 habitantes, via-se forçada a abastecer-se da água dos poços e da água impura das ribeiras das ilhas c[illegible] anviziniias, com manifesto prejuízo da saude publica e grave risco de doenças e até de epidemias.

O problema preocupava, por assim dizer, toda a gente, desde as entidades oficiais a todos os habitantes e, particularmente, os Serviços de Saude e Higiene.

Avultadas somas de dinheiro foram gastas pelo Governo daquela província, em tentativas sucessivas, sem se ter chegado a uma solução satisfatória. As várias tentativas dos particulares malograram-se igualmente, e o magno problema c[illegible] i[illegible]vel e, ao mesmo tempo, a exigir uma solução imediata.

Cabe [illegible] actual «Sociedade de Abastecimento de Aguas de Macau, Ld.ª», resolver o magno e premente problema, durante tanto tempo insolúvel.

Essa Sociedade foi fundada em 15 de Julho de 1935, por iniciativa e esforços do director-gerente da Companhia Concessionária do Fornecimento de Energia Eléctrica à cidade de Macau («The Macao Electric Lighting Company, Limited»), com o apoio do então presidente do Município, sr. comandante Albano de Oliveira, que depois foi governador daquela província.

A nova companhia, encarando o assunto sob aspecto diferente, conseguiu resolver, definitivamente, o problema, [illegible] desp[illegible]der mais de $4.000.000.00. Mas ofe[illegible] hoje á cidade uma obra de engenharia, que faz inveja a muitas cidades vizinhas.

Progredindo sempre e melhorando, dia a dia, as suas instalações, que turistas e engenheiros estrangeiros têm classificado de modelares, a «Sociedade de Abastecimento de Aguas de Macau, Ld.ª», ao principio reunida á companhia de electricidade, «Melco», sofreu várias alterações na sua orgânica administrativa, e tem hoje, desde o ano findo, vida própria e administração autónoma.

A sede da S. A. A. M., na rua da Praia Grande

Com a sua nova sede estabelecida em Macau, num lindo edificio da rua da Praia Grande, a poucos passos do imponente edifício das Repartições Publicas, a Sociedade, na sua composição actual, tem, como gerente geral, a sociedade «P. J. Lobo & Co. Ltd.», de Hong-Kong, e, como directores, além do gerente geral, Chong Chi Kong, Hó Yin, Chan Sok Fong, Kuoc I Man, Lei I Ngán e Leong Ion Cheong, aliás, Y. C. Leong.

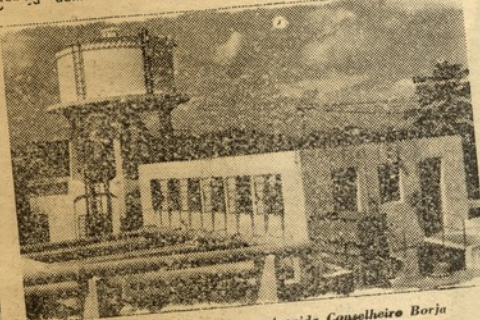
Entre os empregados superiores desempenha as funções de gerente o sr. Chong Chi Kong, as de subgerente o sr. Constancio Lemos de Araujo, e as de chefe da contabilidade o sr. Arnaldo Rodrigues da Silva.

Entre o restante pessoal, há 70 empregados e 90 [illegible]rios.

A produção mensal média, presentemente, é de 250.000 m3 e o consumo mensal médio atinge, regularmente, cerca de 230.000 m3.

O numero de consumidores é de 6.300, o que não é muito, numa cidade de cerca de 200.000 habitantes. Mas a Sociedade, atendendo ás necessidades de classes pobres e em conformidade com uma das cláusulas do seu contrato com o Leal Senado, com grande prejuizo seu, fornece água, gratuitamente, á população, por intermédio de inumeros marcos fontenários instalados em vários pontos da cidade.

A água é potável, boa, segura e cientificamente tratada, sendo o seu custo relativamente módico, inferior mesmo ao custo da água nas nossas provincias de África.

Laboratório de análises — Avenida Conselheiro Borja

Filtros e depósito elevado — Avenida Conselheiro Borja

COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MACAU

SOCIEDADE ORIENTAL DE FOMENTO, LDA

Telegramas: SOFOMENTO
MACAU: 63, RUA DA PRAIA GRANDE / TELEF. 2827

DILI: AVENIDA DA PRAYA
HONG-KONG: MERCANTILE BANK BUILDING
TELEF. 34174

★

COMÉRCIO GERAL · IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES
AGÊNCIAS COMERCIAIS · TRANSPORTES MARÍTIMOS
AÉREOS E TERRESTRES · ARMAZENAGENS · FOMENTO
URBANO, INDUSTRIAL E AGRICOLA

P. O. BOX 221 — End. teleg.: POPULAR

APPROVED SALES AGENTS

H. NOLASCO & CIA., LDA.

—— MACAU ——

JOAO NOLASCO, LDA.	H. NOLASCO & CO.,	8TH FL.
LISBOA	LTD. — HONG-KONG	LIF KIN JOE, LTD.
Pr. do Municipio, 19-40	Ice House Street, No. 10	DILY - TIMOR

★

AGENCIAS NACIONAIS: A. RAMOS PINTO / RAMIREZ, LTDA. / J. PINTO VASCONCELOS, LTD. / J. TEOTONIO PEREIRA JR., LTDA. SOCIEDADE CORTICEIRA ROBINSON, LTDA.

★

AGENCIAS ESTRANGEIRAS: STANDARD VACUUM OIL COMPANY / WESTINGHOUSE / REMINGTON RAND / FORD MOTOR COMPANY / SIEMENS-REINIGER / SIEMENS-HALSKE / SIEMENS-SHUCKERT

★

AGENTES DE NAVEGAÇÃO AEREA: ROYAL DUTCH AIR LINES (K. L. M.) / PHILIPPINE AIR LINES, INC. / PAN AMERICAN WORLD AIRWAYS / NORTHWEST AIRLINES

★

AGENTES DE NAVEGAÇÃO MARITIMA: COMPANHIA NACIONAL DE NAVEGAÇÃO / ROYAL INTEROCEAN LINES / ROTTERDAM LLOYD AMERICAN PRESIDENT LINES / MAERSK LINE

★

SECÇÃO TECNICA: PROJECTOS E ORÇAMENTOS / INSTALAÇÕES ELECTRICAS / INSTALAÇÕES MECANICAS / MAQUINAS FERRAMENTAS / AUTOMOVEIS / EQUIPAMENTO MEDICO / MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

★

IMPORTADORES DE: VINHOS / CONSERVAS / AZEITE / CORTIÇA MATERIAL ELECTRICO / MOTORES

★

EXPORTADORES: ARTIGOS LOCAIS E DA CHINA / DISTRIBUIDORES EXCLUSIVOS, PARA AS COLÓNIAS PORTUGUESAS, DA: TAI PANG COTTON W. & D. MILLS / HONG-KONG MATCH FACTORY

SOCIEDADE ORIENTAL DE TRANSPORTES E ARMAZÉNS (S. O. T. A.)

Estabelecida no ano de 1947, a «Sota», como é vulgarmente conhecida, é uma Companhia constituída por vários sócios, nomeadamente os srs. D. Roberto Perez Lasala, D. Benita Velasquez, Chong Chi Kong, Hó In, Yu Wing Kam, Hermann Machado Monteiro e Henrique Nolasco Jr.

Com o objectivo, principalmente, de intensificar o intercambio comercial entre Macau e os portos da China, os navios da «Sota», todos com a bandeira verde-rubra, têm contribuido grandemente para o alargamento das actividades maritimas deste porto.

Desde a sua entrada ao serviço, os navios da «Sota» têm sido escolhidos pelo Governo de Macau para o transporte de tropas expedicionárias que àquela nossa Provincia ultramarina têm ido, em paquetes nacionais, no transporte de homens e materiais, feito sempre com a prontidão desejada.

Os seus armazens, situados no Porto Interior, oferecem grandes vantagens para a carga e descarga dos navios.

Recentemente, há cerca de um ano, graças a um contrato feito com o Governo Central, os navios da «Sota» começaram a sua carreira regular entre Macau e Timor, onde, mercê daquele mesmo contrato, a Sociedade possui amplos armazens aduaneiros que bons serviços estão a prestar naquela longínqua Provincia. Esta oportuna e utilíssima carreira aproxima, mais estreitamente, as duas distantes provincias ultramarinas portuguesas.

Quatro dos mais importantes e activos sócios da S. O. T. A. Da esquerda para a direita: os senhores Hó In, D. Roberto Perez Lasala, Hermann Machado Monteiro e Chong Chi Kong

Um aspecto da cerimónia do embandeiramento solene de um barco da S. O. T. O.

A expansão das actividades da «Sota» verifica-se pelos constantes embandeiramentos dos seus novos navios, cerimónia caracterizada sempre pela maior solenidade, a que presidia o então Governador de Macau, sr. comandante Albano de Oliveira que, dias antes da sua partida, ao içar da bandeira das cinco quinas num novo navio da «Sota», teve palavras de felicitações e encorajamento para esta Sociedade comercial, responsável por tantos melhoramentos introduzidos no campo comercial daquela cidade portuguesa, desde o fim da guerra no Pacífico.

Não é, porém, só como uma Companhia de navegação que a «Sota» mantém as suas actividades; é também agente da «Everett Orient Lines», vendendo cimento de Haiphong e aparelhos de telefonia «Bush», que importa para aquela praça.

Os navios da «Sota», cruzando os mares da China com a bandeira de Portugal, fazem lembrar ao Mundo as gloriosas tradições de uma Pátria de marinheiros que ao Mundo levou novos mundos.

ULTRAMAR

NOS DIAS SOMBRIOS

DA OCUPAÇÃO JAPONESA

OS PORTUGUESES DA MAIS DISTANTE PROVÍNCIA ULTRAMARINA

PRATICARAM RASGOS DE VALENTIA E DE SACRIFÍCIO

—declara-nos o seu antigo governador, coronel Alvaro da Fontoura

Em toda esta nossa conversa, cheia de sensacionais revelações e que foi mais uma lição — lição das coisas de Timor e lição de ardoroso patriotismo — o sr. coronel Alvaro da Fontoura, que com toda a gentileza respondeu ás nossas perguntas sobre a mais distante de todas as provincias portuguesas do Ultramar, deu-nos uma página viva, animada, cheia de emoção e de profundo sentimento, de amor e de respeito por todos aqueles que, numa hora sombria do Mundo, se sacrificaram pelo bom nome português. Engenheiro dos mais competentes, autor de obras notáveis a comprovarem as suas altas qualidades profissionais, colonialista eminente, professor da Escola Superior Colonial, vogal do Conselho Ultramarino e oficial, dos mais distintos, do Exército, o sr. coronel Alvaro Neves da Fontoura, que governou Timor e ali deixou uma obra a atestar capacidade de administrador e de político, tinha que ser ouvido para este numero especial do «Diário Popular», cuja iniciativa, franca e desvanecedoramente elogiou.

E acrescentou:

«Sinto que não me ficaria bem recusar o meu modesto concurso á realização da patriótica ideia do «Diário Popular». Mas devo advertir de que me parece não ser eu a pessoa indicada para dar aos leitores do «Diário Popular» informações actualizadas, que lhes possam interessar, sobre a Provinvíncia de Timor.»

— Mas o sr. coronel Alvaro da Fontoura foi governador de Timor e viveu profundamente os problemas da Provincia... Além disso, dadas as suas funções de professor da Escola Superior Colonial e de vogal do Conselho Ultramarino e do Conselho Técnico de Fomento. nunca perdeu o contacto com esses problemas...

Fugindo á guerra para uma zona de paz...

Acedendo, por fim, ao nosso pedido, o nosso entrevistado recorda:

— Sim. E' certo que governei Timor. Para lá parti em 1937 e regressei com a saude abalada em 1939. Mas, depois disso, todos sabem que Timor passou por vicissitudes, que tanto fizeram sofrer a sua população... A Divina Providência poupou-me a esses sofrimentos em circunstancias deveras singulares. Em 1939, havia a convicção de que o Extremo-Oriente ficaria fora da conflagração que a politica de Hitler fazia recear. Os Estados Unidos da América conteriam em respeito o Japão e a grande nação americana mostrava desejos de não alargar um conflito a todo o Globo. Por isso, quando tanto se receou a invasão da Peninsula Ibérica pelas Divisões de Hitler, ainda consegui o embarque antecipado de algumas pessoas que desejavam ou ir pela primeira vez ou regressar a Timor. E algumas dessas pessoas, ao despedirem-se de mim, lamentavam-me por o meu estado de saúde não me ter permitido regressar a uma zona que se previa que seria uma zona de paz... Afinal, o génio providencial de um homem, que evitou a invasão das Divisões de Hitler e salvou dos horrores da guerra todos os restantes territórios portugueses, só não pôde evitá-los em Timor, onde justamente se previa a paz. Deus assim quis. Sofri, como bem deve calcular, os sobressaltos de todos os portugueses pela sorte dos nossos compatriotas de Timor, onde tinha muitos amigos. Recebi as primeiras notícias dos que conseguiram escapar ás colunas negras organizadas pelos japoneses, e se refugiaram na Austrália. Mas não posso dar aos leitores do «Diário Popular» uma ideia, mesmo pálida, do que se passou em Timor durante o negro periodo da ocupação japonesa.

As primeiras pretensões estrangeiras.

— Pelo contrário. Já por essas circunstancias, já por ter governado a Provincia e ter o conhecimento directo dos locais e de muitas das pessoas que sofreram as lamentáveis consequências da invasão, as suas declarações possuem redobrado interesse. Aliás, já muito antes de rebentar a segunda guerra mundial se falava no movimento expansionista nipónico. Sentiram-se, em Timor, indícios desse movimento?

— Certamente — responde-nos o sr. coronel Neves da Fontoura. — Quando, em 1937, fui nomeado governador de Timor, recebi do ilustre Ministro, que então sobraçava a pasta das Colónias, dr. Francisco Vieira Machado, directivas sobre vários aspectos da administração da Provincia, sem esquecer a defesa contra possíveis pretensões estrangeiras que pusessem em perigo a nossa soberania. Decorridos 14 anos pode avaliar-se com maior nitidez a clarividente orientação do estadista que marcou uma posição inconfundivel na superior gerência dos negócios do Ultramar, durante o dificil periodo que precedeu a guerra mundial e se prolongou até quase o termo da grande conflagração.

E acrescentou:

— Havia, de facto, duas importantes pretensões estrangeiras para a exploração das riquezas económicas de Timor. Uma referia-se ao pedido de exclusivo para as pesquisas petrolíferas, em toda a Provincia, por uma companhia estrangeira — «Asia Investment Company» — que succedera á «Allied Mining Company». Esta «Allied Mining Company» apareceu em Timor sob a direcção de um engenheiro belga, inteligente, vivo e empreendedor, o sr. Serge Witouck, que desembarcou com uma verdadeira missão de geólogos, topógrafos e técnicos de outras especialidades. Pedindo licença apenas para estudar a Provincia, importara material técnico e comprara terreno num dos melhores locais de Dili. Ali construiu um dos melhores edificios, que ainda hoje se conserva, apesar de ter sofrido alguns danos com a guerra. O sr. Witouck, que vivia nas Filipinas, administrava

O antigo Governador de Timor, coronel Álvaro da Fontoura, fala ao «Diário Popular»

várias companhias no Oriente. Elaborou e publicou um completo relatório sobre a exploração económica de Timor nas suas várias modalidades e formou a nova Companhia — «Asia Investment Compannу». Veio das Filipinas, de avião, a Lisboa, procurando avistar-se com o Ministro dr. Vieira Machado e comigo, antes da minha partida para Timor. Não deve ter regressado satisfeito da entrevista que então teve comigo, em que agi, como é natural, em plena concordancia com o Ministro.

Um suicídio misterioso

«As informações que obtive no Oriente sobre a personalidade do engenheiro belga confirmavam tratar-se de uma individualidade inteligente e empreendedora, com importantes negócios — prosseguiu o nosso entrevistado — mas não consegui apurar, por forma clara, a proveniência dos seus capitais. Durante o meu Governo opus-me, com aprovação do Ministro, aos seus inumeros pedidos de concessões agrícolas e mineiras, quando era certo que a sua pretensão inicial era a pesquisa de petróleos. Por fim, o caso só foi definitivamente arrumado pelo Ministro dr. Vieira Machado, em 1939, permitindo que se firmasse com a «Asia Investment Company» contrato para a pesquisa de petróleos só em parte da Provincia e subordinado a condições que oferecessem garantias ao Estado. Na parte restante de Timor poderia o Estado proceder a pesquisas directamente ou por entreposta entidade. Passado pouco tempo sobre a resolução definitiva do assunto, soube-se que o sr. Serge Witouck se suicidara. As causas do suicídio não são conhecidas. Como é natural nestes casos, bordam-se ainda sobre elas várias hipóteses a que não são estranhos os seus largos investimentos em Timor. Com Witouck morreram também, segundo parece, as pretensões da «Asia Investment Company».

O que queriam os japoneses

«A outra pretensão estrangeira era mais clara. A firma japonesa «Nanio Kohatsu Kabushiki Kaisha», que tinha relações comerciais com a firma portuguesa de Timor, «Sociedade Agricola Pátria e Trabalho», entrara em relações com essa firma para a financiar, permitindo-lhe alargar as suas actividades. A «Sociedade Agricola Pátria e Trabalho», como representante de três empresas, reunia as importantes propriedades agricolas dos herdeiros do Grande Governador de Timor, Celestino da Silva. A Sociedade não conseguira financiamento com capitais nacionais e, por isso, na sua melhor boa fé, aceitara o financiamento japonês, consertando com a firma nipónica a formação de um novo pacto social em que os capitais japoneses entrariam na proporção de 49 %. Mas as informações do Governo português levavam-me a ter certas apreensões sobre as intenções de financiamento japonês. Parti para Timor com este problema em aberto.

«Durante a minha viagem, e por informações colhidas junto das autoridades holandesas e do Consul Geral Britanico em Batávia, pude esclarecer-me um pouco. De passagem direi que, por duas vezes, tive como meus hóspedes, em Timor, o Residente holandês de Kupão e o comandante militar. Tive também como hóspedes, a meu convite, o Director dos Negócios Económicos em Batávia, o holandês Hubertus Van Mook, que durante a guerra foi Ministro das Colónias do Governo holandês exilado em Londres, e o Consul adjunto britanico Mr. E. Lambert, com quem mantive amistosas relações de correspondência, até deflagrar a guerra mundial.

As informações que pude colher indicavam a existência de uma companhia fortemente financiada pelo Estado japonês para a expansão nipónica no Oriente. O nome japonês da companhia era «Togo Takushaku Kabushiki Kaisha», que se traduzia em inglês por «The Oriental Development Company». Desde 1908, esta companhia financiava por forma progressiva actividades agricolas e comerciais na Coreia, Manchuria, Mongólia (a leste do Lago Baikal), no norte e centro da China, nas ilhas Filipinas, nos Estados Malaios, Indias Holandesas e ilhas do sul do Pacífico. O seu capital inicial, de 10 milhões de «yens», fora gradualmente aumentado até 50 milhões de «yens».

Ora a «Nanio Kohatsu Kabushiki Kaisha», que também pretendia financiar as empresas portuguesas representadas pela «Sociedade Agricola Pátria e Trabalho», era justamente uma filial da célebre «Oriental Development», intermediária da expansão imperial japonesa.

«A certa altura tive conhecimento de que o novo pacto social da «Sociedade Agricola Pátria e Trabalho» já fora registado num Tabelião de Lisboa. O Governo, por intermédio do Ministro dr. Francisco Machado, agiu rápidamente, publicando o Decreto n.º 28.984, de 14 de Outubro de 1937, que permitia recusar o registo do novo pacto social em Timor. De facto, quando o pedido foi apresentado indeferi-o, não recusando todavia o estudo de todos os argumentos de ordem juridica apresentados.

A pressão do Governo de Tóquio

«Creio que os japoneses pensaram então que poderia ser bem sucedida uma pressão junto do Governador e nesse sentido foi solicitado, em 1938, ao Governo Português que o consul japonês nas Celebes, sr. Nonumura, como representante do Governo japonês, fosse a Timor. O Governo português concedeu a autorização solicitada e mandou seguir, sem escala, para Timor, o aviso «Gonçalves Zarco», do comando do capitão de fragata Rodrigues Coelho, que se encontrava em Moçambique. O Consul japonês chegou. Não posso esquecer os dias de intensa vibração patriótica que a Provincia viveu e o importantissimo concurso que me foi prestado por toda a tripulação daquela unidade da nossa gloriosa Marinha de Guerra. O «Gonçalves Zarco» aportara pouco depois da chegada do consul. O sr. Nonumura, depois de demoradas conferências, á oriental, experimentou intimidar-me. Mas modificou a sua atitude perante a reacção que encontrou. Por fim, retirou, no meio dos festejos, com que a população europeia e indígena recebeu os nossos gloriosos marinheiros. Dias inolvidáveis para todos nós e que ainda devem ser recordados, com saudade, pelo comandante Rodrigues Coelho, pelo imediato Newton da Fonseca e pelos restantes oficiais do «Gonçalves Zarco», bem como por toda a tripulação, incluindo sargentos e marinheiros.

«É, porém, de justiça salientar a atitude patriótica dos herdeiros do Governador Celestino da Silva: Srs. Jaime de Carvalho, Santos e Silva e dr. Fernando Montalvão. Publicamente reprovaram a atitude do consul japonês e colocaram-se, incondicionalmente, ao lado do Governo. O caso da «Sociedade Agricola Pátria e Trabalho» só mais tarde foi resolvido com a revisão do pacto social e a entrada de mais capital português, representado pelo Banco Nacional Ultramarino. Mas a guerra veio demonstrar que eram bem justificadas todas as apreensões.»

O terror e o assassínio em terra portuguesa

— Disse-nos, sr. coronel Alvaro da Fontoura, que recebera as primeiras noticias dos portugueses que conseguiram escapar, em Timor, ás colunas negras, organizadas pelos japoneses e se refugiaram na Austrália. Pode revelar-nos a impressão que lhe ficou dessas noticias e o que sabe sobre a sorte desses portugueses e dos que ficaram em Timor?

— O publico já tem conheci-

(Continua na pág. seguinte)

Danças timorenses

DILI — Mercado indígena

A ADMINISTRAÇÃO DA PROVÍNCIA

SERÁ CONDUZIDA COM SUPERIOR CLARIVIDÊNCIA

(Continuação da pág. anterior)

mento de que os japoneses organizaram, com indígenas recrutados no Timor holandês, colunas destinadas a espalhar o terror, pela devastação e pelo assassínio. Em resultado desse satanico método morreram funcionários distintos, Missionários e Colonos. Desarmadas as forças militares e sem possibilidades de resistência, vários portugueses conseguiram refugiar-se na Austrália, sendo certo que alguns só o alcançaram depois de acidentados percursos pelo interior, arriscando muitas vezes a vida. Os outros foram os grandes sacrificados, porque ficaram na Provincia em campos de concentração, sofrendo a cada momento as violências do invasor. Tenho o maior respeito pelo sacrifício dos que ficaram. Mas não sinto o menor sentimento de repulsa pelos que procuraram salvar a vida, na esperança de que ela ainda pudesse ser util para a sua Pátria. Tenho neste momento presente a figura insinuante do destemido coronel Jorge Castilho, herói da travessia aérea do Atlantico, colar da Torre e Espada, com uma vida cheia de provas de coragem e de serviços á Pátria. Tenho a firme certeza de que o coronel Jorge Castilho, ao refugiar-se na Austrália, seguiu um alto ditame da sua consciência. Se a doença o não tivesse ferido de morte estava destinado, pelo seu prestígio, a ser o chefe respeitado do nucleo de refugiados, reserva que não se sabia se poderia ser altamente necessária para a libertação da Provincia e dos que nela permaneceram. Em Timor ficou o seu grande amigo e companheiro engenheiro Artur Canto, que também na situação que escolheu deu os mais nobres exemplos de solidariedade e espírito de sacrifício, constituindo o duro obstáculo que servia de amparo a todos os portugueses dos campos de concentração contra as violências nipónicas, até que um dia, em que o julgaram com menos prestigio, o prenderam para o deixar morrer na prisão. Lídimo carácter de patriota, pronto a todos os sacrifícios, coração aberto a todas as dores, o engenheiro Canto, se tivesse sobrevivido, é que poderia **fazer a** verdadeira história da ocupação.

Mas não compreendo que se lance o labéu de menos patriotas aos portugueses que se refugiaram na Austrália, salvo, é claro, qualquer caso especial que não é do meu conhecimento. Os belgas e holandeses que fugiram da sua Pátria, sob o jugo estrangeiro, também não foram considerados menos patriotas e alguns deles alistaram-se nas tropas aliadas.

Regresso a Timor num submarino

«Pois também houve um português com excepcionais qualidades de bravura, cujo ânimo não suportou ver território português em mãos do invasor. Pediu á Austrália auxílio para combater. Refiro-me ao tenente Manuel Jesus Pires que da Austrália voltou a Timor num submarino, acompanhado de outro português, o radiotelegrafista Patrício. Ambos, corajosamente, auxiliaram as tropas aliadas que combatiam o invasor.

O tenente Pires foi mais tarde capturado e morto pelos japoneses. Deve-se preito de homenagem á sua memória, porque morreu pela Pátria.

Não se esqueça que pela rádio fora ouvido o notável discurso do sr. Presidente do Conselho na Assembleia Nacional, em 19 de Dezembro de 1941, no qual se diz:

a) Que o Governo português, como em relação a qualquer outra parte do território metropolitano ou colonial e em relação a qualquer agressor, resistiria pela força a uma eventual agressão japonesa a Timor.

b) Dada a intenção de resistir o Governo não só aceita a ajuda britanica, como espera, nos termos dos tratados de aliança, que a Inglaterra a auxilie na defesa da colónia, tanto mais que não havendo da parte do Japão qualquer razão contra Portugal, o ataque, a dar-se, só poderia ser consequência da nossa situação de aliados da Inglaterra ou como meio de ulterior ataque a posições do Império Britanico.

«Finalmente, outros dois portugueses têm sido injustamente esquecidos. O Chefe de posto Matos e Silva e o aspirante Tinoco. Resistiram a toda a atmosfera de terror que os japoneses espalharam na Colónia e recusaram sempre serem internados nos campos de concentração. Que uteis não poderiam vir a ser á libertação da Provincia esses pequenos nucleos de resistência!

Segundo parece, as suas cabeças estiveram a prémio. Por fim, foram atraiçoados e apanhados numa cilada, e mortos. Paz á sua alma de nobres e valentes portugueses!

Quanto ao restante, na generalidade, o que sei sobre a invasão e libertação de Timor é o que todo o publico já conhece. Deve-se destacar a notável actividade desenvolvida pelo Ministro, dr. Marcelo Caetano e pelo Ministério da Guerra, para que tão rápidamente chegassem a Timor forças portuguesas, quando da rendição japonesa, e o precioso auxilio dado em Moçambique pelos ilustres Governador Geral, general Bettencourt, e pelo Chefe do Estado-Maior, hoje Ministro do Exército, general Abranches Pinto, na preparação dessas forças.

Seguiu-se o periodo de reconstrução sob a orientação dos Ministros, dr. Marcelo Caetano e capitão Teófilo Duarte. Este ultimo deixou em Timor uma obra notável como Governador, o que muito deve ter contribuido para a sua actuação, procurando conseguir o melhor aproveitamento possivel dos substanciais auxílios que o Governo da Metrópole tem concedido para essa reconstrução.

— Quando foi Governador de Timor, recebeu como já disse, determinada orientação do Ministro dr. Vieira Machado sobre a administração da Provincia. Pensa que depois da guerra essa orientação deve ser alterada?

O sr. coronel Alvaro da Fontoura responde:

— Penso que a orientação que recebi do ilustre Ministro dr. Vieira Machado, deve ser mantida nas suas linhas gerais — e posso a esse propósito apreciar alguns dos seus aspectos. A distancia a que Timor está da Metrópole e a pequenez do seu território não permitem grandes planos de povoamento europeu. Há que contar principalmente com a população nativa, procurando elevar o seu nivel de vida e seguir uma sensata politica indigena tendente a criar corpos sadios e almas afeiçoadamente portuguesas. Pelo Decreto n.º 30.115, de 8 de Dezembro de 1939, da autoria do Ministro dr. Vieira Machado, decreto ainda não revogado, entregou-se o ensino indígena ás Missões religiosas, marcando-se a esse ensino um carácter acentuadamente rural, de forma a habilitar os alunos ao aperfeiçoamento dos métodos de aproveitamento agricola das suas terras. O Régulo D. Aleixo Corte-Real que heróicamente morreu por Portugal, dando um alto exemplo de nobreza e patriotismo, pediu-me um dia, com um sentido apurado das realidades, que aos seus filhos não fosse ministrado ensino exclusivamente literário, o qual os desviaria dos interesses das suas terras e das suas populações. Penso que se deve manter essa orientação, que aliás só pode ser alterada legalmente, revogando o citado decreto. O ensino liceal foi iniciado em Timor no «Colégio-liceu Dr. Francisco Machado», em homenagem ao Ministro que o fundou segundo o decreto n.º 28.431, de 23 de Janeiro de 1938.

A capital de Timor só deve ser mudada desde que Dili seja suplantada por outra cidade

E prossegue:

— Para que a vida administrativa, em Timor, se harmonize com a politica indigena, atrás levemente esboçada, deve estimular-se a criação de uma mentalidade de vida modesta e sadia. Nada de planos grandiosos, pois nem de longe se pode ombrear com as possibilidades formidáveis de Java ou de Samatra, o que, além de tudo, seria ridiculo.

«A localização dos aglomerados urbanos, a rede de estradas, a divisão administrativa, não são obra deste ou daquele Ministro, deste ou daquele Governador, mas um longo processo em que intervieram de longa data as várias autoridades, em que tiveram brilhante papel os antigos comandos militares e em que foram largamente consideradas as necessidades das populações. Dili, cidade que conquistou a sua importancia, mercê das condições privilegiadas do seu porto de mar, adquiriu tradição como capital, e a capital só poderá ser transferida, para outro aglomerado urbano que consiga, na evolução económica e administrativa, suplantá-la em importancia.

«Não me parece — acrescentou — que por muito tempo tal venha a acontecer. Mas isso não impede que haja toda a conveniência de transferir para zona de altitude, a escolher no interior, os serviços que não são necessários em Dili: os de Agricultura, Pecuária, Minas, Obras Publicas e outros. Foi assim que o Ministro dr. Vieira Machado, reforçado mais tarde com o parecer favorável do Conselho do Império, concordou com o estabelecimento dos aquartelamentos militares no interior, em Maubisse, com o objectivo de manter as tropas em clima de altitude e em local onde melhor pudessem resistir a qualquer ataque por alteração da ordem interna ou vindo do exterior. Em 1938, construiram-se esses aquartelamentos sob a direcção do distinto engenheiro António Jacinto Magro, hoje Governador do Niassa.

«Quanto a ligações aereas, o referido Ministro promoveu a realização da carreira Dili-Kupang depois da minha saída de Timor, mas interessante será conseguir-se que as carreiras australianas não deixem de fazer escala por Timor, pois me parece de toda a conveniência politica estreitar os laços de amizade com esse pais. Receio é que, com as possibilidades financeiras da Provincia, não se consiga manter com eficiência uma frota aérea privativa. Já o mesmo não acontece com as ligações maritimas. Em 1938, ainda o mesmo Ministro, concedeu verba para aquisição de um barco privativo da Provincia, destinado a cabotagem e que em caso de necessidade podia realizar viagens de longo curso. Esse barco a motor navegava na cabotagem com tripulação indígena e apenas com um maquinista europeu, resultando a sua exploração muito económica.

«Já me alarguei demasiadamente; mas para terminar, ainda desejo declarar que o actual Ministro do Ultramar, sr. comandante Sarmento Rodrigues, com a sua inteligência e experiência de administração ultramarina e com a preciosa colaboração do sr. Subsecretário, engenheiro Trigo de Morais, dá a todos que se interessam por Timor a certeza de que a administração da Provincia será conduzida com superior clarividência. Para executor da sua orientação aceitou a acertada escolha do seu antecessor e está governando Timor um oficial distinto, experiente e sensato, o capitão Serpa Rosa. A ligação entre a Provincia e o Governo central fez-se com o Ministro anterior, pelas inspecções do cap. Eurico Nogueira e engenheiro João Pedro da Costa, distintos e sensatos colonialistas e homens experimentados, e faz-se actualmente pelo inspector João da Costa Freitas, cujas primorosas qualidades muito bem conheço, porque foi meu dilecto colaborador em Timor. A direcção das Missões católicas está, felizmente, entregue á superior inteligência e zelo missionário de Sua Reverendíssima o Bispo D. Jaime Goulart.

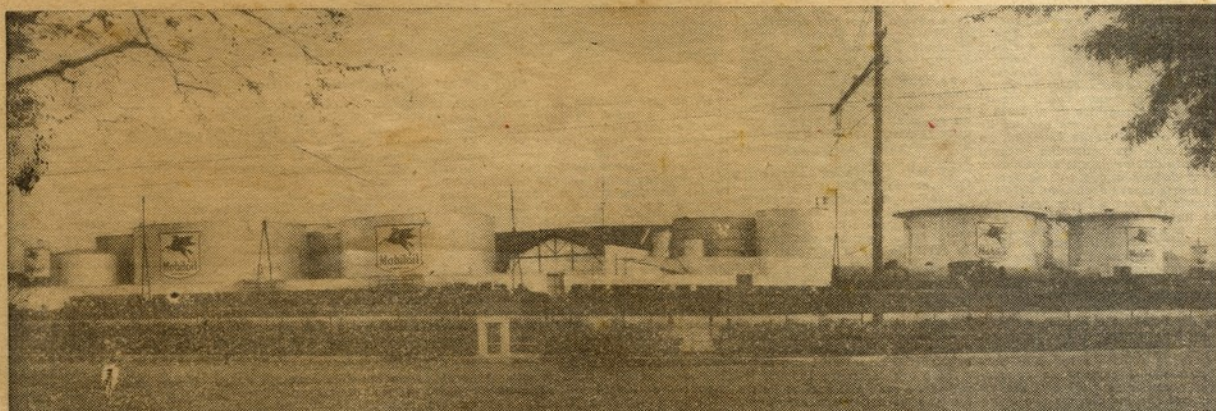
«E é já tempo de terminar. Fui muito longo para uma entrevista e sei de antemão que ela não vai agradar a todos os seus leitores. Mas eu bem o [illegible] de sobreaviso...

VIQUEQUE — Mundo Perdido. Cavalos selvagens

Uma plantação de arroz, em montanha, na costa sul

ACTIVIDADES METROPOLITANAS EM TERRAS DO IMPÉRIO

A SOCONY-VACUUM OIL COMPANY, INC.

está construindo um «terminal» NO PORTO DE LUANDA

Em Lisboa, nas margens do Tejo, ergue-se um grande «terminal» da Socony-Vacuum. Estas instalações asseguram a recepção e distribuição a uma parte do País de combustíveis e lubrificantes, quer por meio de vagões cisternas, alguns dos quais se vêem na gravura, quer pela estrada ou por via fluvial

A Socony-Vacuum está a construir em Luanda as mais modernas instalações portuárias para a recepção de combustiveis líquidos e lubrificantes, contando ter a obra concluida dentro de alguns meses.

O novo «terminal» oceanico, incluindo dois parques de tanques com uma capacidade total de cerca de 20 milhões de litros, estava planeado para 1939, mas a sua realização sofreu atraso devido ás inumeras dificuldades causadas pela ultima guerra.

Ficará pois o porto de Luanda, á semelhança do que acontece com Lisboa e Leixões, dotado, dentro em breve, com adequadas instalações para a recepção de combustiveis e lubrificantes da Socony-Vacuum, a granel, instalações que se podem considerar as mais modernas de toda a Africa.

Estabelecida nos principais portos do Mundo com os seus serviços de lubrificantes para assistência técnica e fornecimentos ás marinhas mercantes de todos os países e ás marinhas de guerra de alguns, não tem, porém, a Socony-Vacuum em todos aqueles portos instalações para armazenagem de combustíveis.

Por isso, reveste-se de particular importancia a resolução da Companhia em construí-los em Luanda, pois representa a iniciativa um notável índice do progresso da grande província ultramarina.

Tendo sido a Socony-Vacuum que na primeira década deste século, há cerca de 40 anos, iniciou a distribuição dos seus produtos em toda a costa ocidental africana e especialmente em Angola com a colaboração das mais conceituadas firmas comerciais, demonstra agora como o publico tem compreendido os seus constantes esforços para bem servir, uma vez que esse mesmo publico consumidor tornou inadiável a necessidade de construir as novas instalações de Luanda.

A' semelhança do que aconteceu na Metrópole, foram as primeiras bombas automedidoras de gasolina introduzidas em Angola pela Socony-Vacuum. Mais tarde, antes das entidades oficiais começarem a sinalizar as estradas da Província, foi também a Socony-Vacuum que fez a sinalização de transito das belas estradas de Angola inteiramente á sua custa.

Mas se o passado pôde criar uma boa reputação e granjear simpatias, é do presente que todas as organizações de negócio vivem e por isso considera a Socony-Vacuum que, no que respeita á satisfação do consumidor, são sempre o serviço perfeito e a superior qualidade dos produtos os dois principais factores que contam na obtenção do favor do publico.

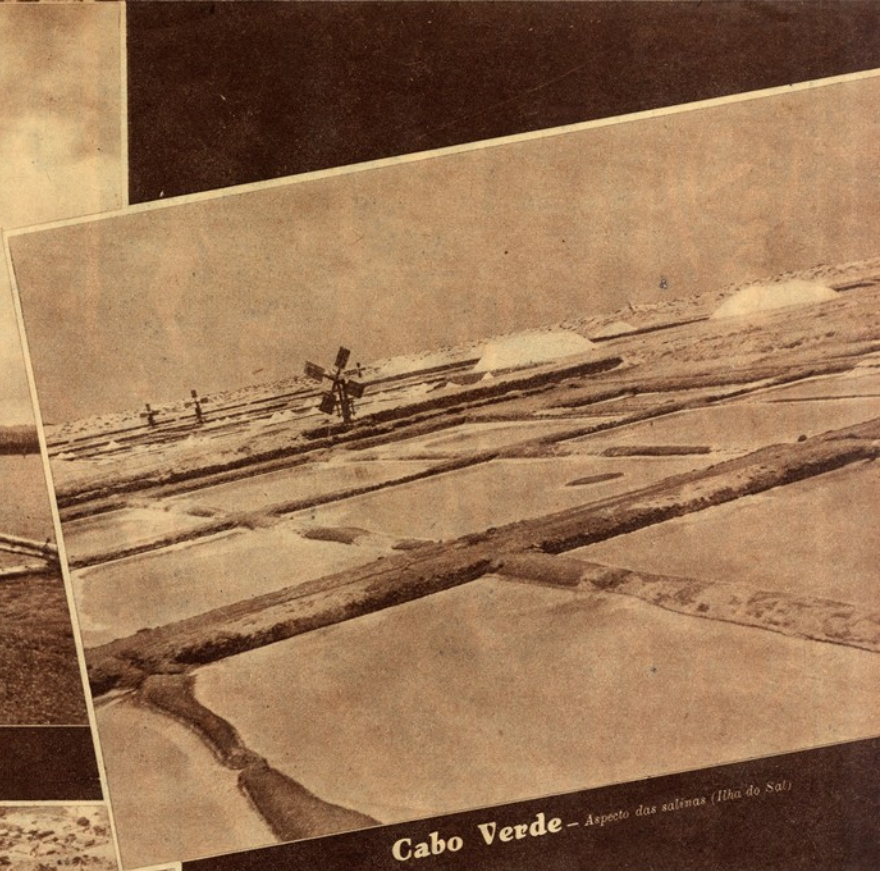
E' por isso que não se cansa a Companhia, de aperfeiçoar os seus processos de refinação de forma a constantemente melhorar a qualidade dos seus produtos.

E' também por isso que considera factor vital das suas actividades todas as facilidades que seja possivel obter para tornar mais rápidos e seguros o transporte e a distribuição dos seus produtos.

Não admira, pois, que muitas das mais importantes organizações da Província que consomem combustíveis líquidos e lubrificantes, á frente das quais se colocam indiscutívelmente a Direcção Geral dos Transportes Aéreos, a Direcção de Caminho de Ferro de Luanda, assim como a Companhia de Caminho de Ferro de Benguela, sejam clientes da Socony-Vacuum.

Vem a Socony-Vacuum, conforme já dissemos, acompanhando o progresso de Angola há mais de 40 anos, havendo ocasiões em que bem tem demonstrado, chamemos-lhe assim, a sua fidelidade á terra em que tantos amigos conta. Entre essas épocas lembraremos as das duas conflagrações mundiais, durante as quais a Companhia assegurou sempre o fornecimento da Província com os seus combustíveis e lubrificantes, se bem que, como já ficou dito, não tivesse podido evitar o atraso, ocasionado pela ultima guerra, da construção das suas grandes instalações, a inaugurar dentro de meses no porto de Luanda

Nas pontes do cais da Socony-Vacuum, de Lisboa. Um dos navios-tanques que vão periódicamente encher os grandes tanques de Lisboa com produtos destinados a uma parte do País. O Norte de Portugal é abastecido pelo «terminal oceânico» de Leixões

Timor — Embarcação indígena

Cabo Verde — Aspecto das salinas (Ilha do Sal)

Guiné — A cidade de Bissau vista de avião

Índia — Novo Hospital Psiquiátrico de Goa

S. Tomé — Trecho da costa

Macau — Vista da cidade, com o Hospital do Govêrno, em primeiro plano, e a baía da Praia Grande, ao fundo

Lourenço Marques